DIÁRIO OFICIAL

IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO

Belém, Terça-feira
12 de Setembro de 2023

ANO CXXXIII DA IOE
133º DA REPÚBLICA
Nº 35.536

República Federativa do Brasil - Estado do Pará

261 Páginas

NESTA EDIÇÃO

EXECUTIVO
GABINETE DO GOVERNADOR ..... - PÁG. 4
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO ..... - PÁG. 6
CASA MILITAR DA GOVERNADORIA DO ESTADO ..... - PÁG. 8
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO ..... - PÁG. 8
SECRETARIA ESTRATÉGICA DE
ARTICULAÇÃO DA CIDADANIA ..... - PÁG. 9
FUNDAÇÃO PARÁPAZ ..... - PÁG. 9

SECRETARIA DE ESTADO DE
PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO ..... - PÁG. 9
IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO ..... - PÁG. 12
INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA DOS
SERVIDORES DO ESTADO DO PARÁ ..... - PÁG. 12
INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA
DO ESTADO DO PARÁ ..... - PÁG. 13

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA ..... - PÁG. 15
BANCO DO ESTADO DO PARÁ S.A ..... - PÁG. 17

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA ..... - PÁG. 18
HOSPITAL OPHIR LOYOLA ..... - PÁG. 32
FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ ..... - PÁG. 33
FUNDAÇÃO CENTRO DE HEMOTERAPIA
E HEMATOLOGIA DO PARÁ ..... - PÁG. 35
FUNDAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL HOSPITAL
DE CLÍNICAS GASPAR VIANNA ..... - PÁG. 37

SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES ..... - PÁG. 38
COMPANHIA DE PORTOS E HIDROVIAS
DO ESTADO DO PARÁ ..... - PÁG. 38
AGÊNCIA ESTADUAL DE REGULAÇÃO
E CONTROLE DE SERVIÇOS PÚBLICOS ..... - PÁG. 38

SECRETARIA DE ESTADO
DE DESENVOLVIMENTO
AGROPECUÁRIO E DA PESCA ..... - PÁG. 39
INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ ..... - PÁG. 40
NÚCLEO DE GERENCIAMENTO DO PARÁ RURAL ..... - PÁG. 41
AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA
DO ESTADO DO PARÁ ..... - PÁG. 41
EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA
E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO PARÁ ..... - PÁG. 43
CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO PARÁ S.A. ..... - PÁG. 43

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO
AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE ..... - PÁG. 44
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL
E DA BIODIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ ..... - PÁG. 46

SECRETARIA DE ESTADO DE
SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL ..... - PÁG. 47
POLÍCIA MILITAR DO PARÁ ..... - PÁG. 48
FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA POLÍCIA MILITAR ..... - PÁG. 52
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ ..... - PÁG. 52
DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PARÁ ..... - PÁG. 54

SECRETARIA DE ESTADO DE
ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA ..... - PÁG. 57

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA ..... - PÁG. 59
FUNDAÇÃO CULTURAL DO PARÁ ..... - PÁG. 217
FUNDAÇÃO CARLOS GOMES ..... - PÁG. 220

SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO ..... - PÁG. 220
FUNDAÇÃO PARAENSE DE RADIODIFUSÃO ..... - PÁG. 220

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO ..... - PÁG. 220
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ ..... - PÁG. 229

SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA
SOCIAL, TRABALHO, EMPREGO E RENDA ..... - PÁG. 233
FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO
SOCIOEDUCATIVO DO PARÁ ..... - PÁG. 235

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA ..... - PÁG. 236

SECRETARIA DE ESTADO DOS POVOS INDÍGENAS ..... - PÁG. 237

SECRETARIA DE ESTADO DAS MULHERES ..... - PÁG. 237

SECRETARIA DE ESTADO DE
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO,
MINERAÇÃO E ENERGIA ..... - PÁG. 238
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO DO PARÁ ..... - PÁG. 239
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARÁ ..... - PÁG. 240

SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS PÚBLICAS ..... - PÁG. 240
COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ ..... - PÁG. 241
COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ ..... - PÁG. 242

SECRETARIA DE ESTADO DE
CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO
SUPERIOR, PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA ..... - PÁG. 242
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO
A ESTUDOS E PESQUISAS ..... - PÁG. 242
EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ ..... - PÁG. 243

SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO ..... - PÁG. 244

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO ..... - PÁG. 244

JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ ..... - PÁG. 246

LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ ..... - PÁG. 246

TRIBUNAIS DE CONTAS
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ ..... - PÁG. 246

MINISTÉRIO PÚBLICO
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ ..... - PÁG. 247
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ ..... - PÁG. 249

MUNICÍPIOS ..... - PÁG. 253
PARTICULARES ..... - PÁG. 257
EMPRESARIAL ..... - PÁG. 258

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Helder Zahluth Barbalho
GOVERNADOR

Hana Ghassan Tuma
Vice-Governadora

Francisco Melo
Presidente da Assembleia Legislativa

Maria de Nazaré Silva Gouveia dos Santos
Presidente do Tribunal de Justiça

Cesar Bechara Nader Mattar Júnior
Procurador Geral de Justiça

João Paulo Carneiro Gonçalves Ledo
Defensor Público Geral do Estado

IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO

Jorge Luiz Guimarães Panzera
Presidente

Aroldo Carneiro
Diretor Administrativo e Financeiro

Sandra Maria Caminha Fonseca
Diretora de Documentação e Tecnologia

Allan Gonçalves Brandão
Diretor Técnico

DIRETORIA, ADMINISTRAÇÃO, REDAÇÃO E PARQUE GRÁFICO
Trav. do Chaco, 2271, Marco - 66.093-410 Belém - Pará
RECEPÇÃO: 4009-7800
www.ioepa.com.br

PUBLICAÇÕES

91 4009-7810 | 4009-7819

cm x coluna R$ 93,00

(*) O padrão de publicação obedecerá obrigatoriamente a fonte Verdana, Corpo 7.

A IOE TEM UM RECADO PARA SUA EMPRESA PUBLICAR NO DIÁRIO OFICIAL FICOU MAIS RÁPIDO E MAIS SEGURO.

O sistema e-Diário, que recebe publicações para o Diário Oficial do Estado, mudou. É um reforço do compromisso da Imprensa Oficial do Estado com seus usuários.

CRITÉRIOS PARA PUBLICAÇÃO DE ARQUIVOS FECHADOS

Fonte Verdana, Corpo 7, Entrelinhamento 120%
Novo Formato DOE: A4 - Área de Trabalho (19 x 27)
Devem ser fechados no formato PDF X1A, sem marcas de cortes, texto em preto 100%
Imagens devem estar em P&B ou em escala de cinza e resolução mínima de 220 dpi.
Não condensar ou expandir as fontes e imagens
Não serão aceitos arquivos fora dos padrões.

RECEBIMENTO DE ARQUIVOS NO BALCÃO DA IOE
Devem ser entregues até as 14 horas do dia útil anterior à publicação

MAIS INFORMAÇÕES
(91) 4009-7800 / 4009-7842 | suporte@ioe.pa.gov.br

ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA

GABINETE DO GOVERNADOR
Governador: Helder Zahluth Barbalho
Tel.: (91) 3216-8829/ 3342-5663

GABINETE DA VICE-GOVERNADORA
Vice-Governadora: Hana Ghassan Tuma
Tel.: (91)

CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO
Chefe: Luiziel Henderson Guedes de Oliveira
Tel.: (91) 3216-8831 /8832/8833/8830

CASA MILITAR DA GOVERNADORIA DO ESTADO
Chefe: CEL. PM Osmar Vieira da Costa Júnior
Tel.: (91) 3214-0601/ 33425672

PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO - PGE
Procurador Geral: Ricardo Nasser Sefer
Tel.: (91) 3344-2742/2798/2786/2700

SECRETARIA REGIONAL DE GOVERNO DO SUDESTE DO PARÁ
Secretário: João Chamon Neto
Tel.: (94) 98402-9275 / (94)98404-7928

SECRETÁRIO REGIONAL DE GOVERNO DA REGIÃO DO TAPAJOS DO PARÁ
Secretário: Hilton Alves de Aguiar
Tel.:

SECRETARIA REGIONAL DE GOVERNO DO BAIXO AMAZONAS
Secretário: : José Maria Tapajós
Tel.: (93) 98412-6196

SECRETARIA REGIONAL DE GOVERNO DO MARAJÓ
Secretário: : Jaime da Silva Barbosa
Tel.: (91) 98585-2595

SECRETARIA ESTRATÉGICA DE ARTICULAÇÃO DA CIDADANIA - SEAC
Secretário: Igor Wander Centeno Normando
Tel.: 3342-0351/0352/0363

CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO - CGE
Controlador-Geral: Ozorio Adolfo Goes Nunes de Sousa
Tel.: (91) 3239-6477 /6450/ 6677

OUVIDORIA GERAL DO ESTADO - OGE
Ouvidor: André Ramy Pereira Bassalo
Tel.: (91) 3216-8883/8899

FUNDAÇÃO PARÁPAZ
Presidente: Alberto Henrique Teixeira de Barros
Tel.: (91) 3321-4303 /98510-8012/ Geral: 3321-4300

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO - SEPLAD
Secretária: Elieth de Fátima da Silva Braga
Tel.: (91) 3194-1010/1004/1012/1427

IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO - IOE
Presidente: Jorge Luiz Guimarães Panzera
Tel.: (91) 4009-7860/7800/7801

INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO PARÁ - IASEP
Presidente: Josynélia Tavares Raiol
Tel.: (91) 3366-6111/6117/6118

INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ - IGEPREV
Presidente: Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Tel.: (91) 3182-3585/3587

ESCOLA DE GOVERNANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ - EGPA
Diretor Geral:Helvio Moreira Arruda
Tel.: (91) 3214-6860/6802/6803

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFA
Secretário: René de Oliveira e Sousa Júnior
Tel.: (91) 3222-5720/3218-4200/4324 Fax: (91) 3223-0776

BANCO DO ESTADO DO PARÁ - BANPARÁ
Presidente: Ruth Pimentel Méllo
Tel.: (91) 3348-3310/3320/3209/ 3223-0823

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARÁ - JUCEPA
Presidente: Cilene Moreira Sabino de Oliveira
Tel.: (91) 3217-5802/5804

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA - SESPA
Secretário: Rômulo Rodovalho Gomes
Tel.: (91) 4006-4347/4356/4006-4800/4804/4805/4006-4849

HOSPITAL OPHIR LOYOLA
Diretora Geral: Ivete Gadelha Vaz
Tel.: (91) 3265-6530/6529/6500

FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ
Presidente: Bruno Mendes Carmona
Tel.: (91) 4009-2241/2202/0329/2333

FUNDAÇÃO CENTRO DE HEMOTERAPIA E HEMATOLOGIA DO PARÁ - HEMOPA
Presidente: Paulo André Castelo Branco Bezerra
Tel.: (91) 3110-6500/6502

ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA

FUNDAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL HOSPITAL DE CLÍNICAS GASPAR VIANNA
Presidente: Heloisa Maria Melo e Silva Guimarães
Tel.: (91) 4005-2506

SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES - SETRAN
Secretário: Adler Gerciley Almeida da Silveira
Tel.:(91) 4009-3801/3802

COMPANHIA DE PORTOS E HIDROVIAS DO ESTADO DO PARÁ - CPH
Presidente: Márcio Tavares de Sousa
Tel.: (91) 3221-4102/4100/4103

AGÊNCIA DE REGULAÇÃO E CONTROLE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - ARCON
Diretor Geral: Eurípedes Reis da Cruz Filho
Tel.: (91) 3321-9680 / 9675

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E DA PESCA - SEDAP
Secretário: Giovanni Corrêa Queiroz
Tel.: (91) 4006-1206/1207 /3226-8904/1363

INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ - ITERPA
Presidente: Bruno Yoheiji Kono Ramos
Tel.: (91) 3181-6513/6516/6548 / Geral: 3181-6500

NÚCLEO DE GERENCIAMENTO DO PARÁ RURAL
Gerente Executivo: Felipe Coêlho Picanço
Tel.: 3342-0150/0151/(91)98584-4185

AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO PARÁ - ADEPARÁ
Diretor Geral: Jamir Junior Paraguassú Macedo
Tel.: (91) 3210-1104 / Geral: 3210-1100

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO PARÁ - EMATER
Presidente: Joniel Vieira de Abreu
Tel.: (91) 3299-3413/3469/3400

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA FAMILIAR - SEAF
Secretário: Cássio Alves Pereira
Tel.: (91)

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE- SEMAS
Secretário: José Mauro de Lima O' de Almeida
Tel.: ((91) 3184-3398/3318/3319/3384/3380

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL E DA BIODIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ - IDEFLOR-Bio
Presidente: Nilson Pinto de Oliveira
Tel.: (91) 3342-2637/2670/ 3184-3377/3362

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL - SEGUP
Secretário: Ualame Fialho Machado
Tel.: (91) 3184-2525 / 3184-2555

POLÍCIA MILITAR DO PARÁ - PMPA
Comandante Geral: Cel. QOPM José Dilson Melo de Souza Júnior
Tel.: (91) 98584-1522

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ - CBMPA
Comandante-Geral: CEL QOBM Jayme de Aviz Benjó
Tel.: (91) (91) 4006-8313 /8355

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ
Delegado Geral: Walter Resende de Almeida
Tel.: (91) 4006-9094 /9045

POLÍCIA CIENTÍFICA DO PARÁ
Diretor Geral: Celso da Silva Mascarenhas
Tel.: (91) 4009-6012/6032

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PARÁ - DETRAN
Diretora Superintendente: Renata Mirella Freitas Guimarães de Sousa Coelho
Tel.: (91) 3214-6235>gabinete/3289-7500

SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA - SEAP
Secretário: Cel QOPM Marco Antonio Sirotheau Corrêa Rodrigues
Tel.: (91) 3239-4201/4202

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA - SECULT
Secretário: Ursula Vidal Santiago
Tel.:(91) 4009-8454/8451

FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DO PARÁ - FCP
Presidente: Thiago Farias Miranda
Tel.: (91) 3202-4350/4349

FUNDAÇÃO CARLOS GOMES
Superintendente: Gabriel Mariano de Aguiar Titan
Tel.:(91) 3201-9478

SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO - SECOM
Secretária: Vera Lucia Alves de Oliveira
Tel.: (91) 3202-0901/0910/0911 / 32020931

FUNDAÇÃO PARAENSE DE RADIODIFUSÃO - FUNTELPA
Presidente: Waldemiro Eduardo de Assis Sanova Nascimento
Tel.: (91) 4005-7733

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO - SEDUC
Secretário: Rossieli Soares da Silva
(91) 3201-5127/5147/3211-5026/5107/5160/5161

FUNDAÇÃO DE APOIO PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PARAENSE - FADEP
Presidente: José Alexandre Buchacra Araújo
Tel.: (91) 3201-5101

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ - UEPA
Reitor: Clay Anderson Nunes Chagas
Tel.: (91) 3299-2202/2200

SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO, EMPREGO E RENDA - SEASTER
Secretário: Inocêncio Renato Gasparim
Tel.: (91) 3239-1414/1400

FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO PARÁ - FASEPA
Presidente: Carlos Alberto de Andrade Rodrigues Junior
Tel.: (91) 3210-3308

NÚCLEO DE GERENCIAMENTO DO PROGRAMA DE MICROCRÉDITO - CREDCIDADÃO
Diretor Geral: Braselino Carlos da Assunção Sousa da Silva
Tel.: (91)3205-7250/7257

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA - SEJU
Secretário: Evandro Garla Pereira da Silva
Tel.: (91) 4009-2744/2722/2723/2700

SECRETARIA DE ESTADO DE IGUALDADE RACIAL E DIREITOS HUMANOS - (SEIRDH)
Secretário: Jarbas Vasconcelos do Carmo
Tel.: (91) 4009-2744/2722/2723/2700

SECRETARIA DE ESTADO DOS POVOS INDÍGENAS -SEPI
Secretária: Puyr dos Santos Tembé
Tel.: (91)

SECRETARIA DE ESTADO DAS MULHERES -SEMU
Secretária: Ana Paula Silva Gomes de Freitas
Tel.: (91)

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, MINERAÇÃO E ENERGIA - SEDEME
Secretário: Paulo Eduardo Maestri Bengtson
Tel.: (91) 3110-2558/2552

COMPANHIA DE GÁS DO PARÁ
Presidente: Fernando de Souza Flexa Ribeiro
Tel.: (91) 3224-2663/98116-9087 (secretária)

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO PARÁ - CODEC
Presidente: Lutfala de Castro Bitar
Tel.: (91) 3236-2884/3205-4704

INSTITUTO DE METROLOGIA DO ESTADO DO PARÁ - IMETROPARÁ
Presidente: Daniel Freitas Nascimento
Tel.: (91) 3217-0524/0500

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO PARÁ S/A - CEASA
Presidente: Raimundo José Pinheiro dos Santos Junior
Tel.: (91) 3228-9171/3205-4055/4054

SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS PÚBLICAS - SEOP
Secretário: Benedito Ruy Santos Cabral
Tel.: (91) 3183-0003/0004/0020

COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ - COSANPA
Presidente: José Fernando de Mendonça Gomes Júnior
Tel.: (91) 3202-8514/8567/8400

COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ - COHAB
Presidente: Luis Andre Henderson Guedes de Oliveira
Tel.: (91) 32148500 / 32148502 / 32148442

NÚCLEO DE GERENCIAMENTO DE TRANSPORTE METROPOLITANO
Diretor Geral: Eduardo de Castro Ribeiro Júnior
Tel.: (91) 3110-8450/8453

SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES E INTEGRAÇÃO REGIONAL - SECIR
Secretário: Wagne Costa Machado
Tel.: (91)

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR, PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - SECTET
Secretário: Victor Orengel Dias
Tel.: (91) 4009-2511/2510/2543

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS - FAPESPA
Presidente: Marcel do Nascimento Botelho
Tel.: (91) 3323-2573/2574

EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ - PRODEPA
Presidente: Carlos Edilson de Almeida Maneschy
Tel.: (91) 3344-5438/5201/5411

SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER - SEEL
Secretário: Cássio Coelho Andrade
Tel.: (91) 3201-2320/2312/2320

SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO - SETUR
Secretário: Jose Eduardo Pereira da Costa
Tel.:(91) 3110-5003/5022/5000

EXECUTIVO

GABINETE DO GOVERNADOR

LEI Nº 10.048, DE 11 DE SETEMBRO DE 2023

Declara como patrimônio cultural de natureza material e imaterial do Estado do Pará, a "Castanheira do Chapadão".

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ estatui e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarada como patrimônio cultural de natureza material e imaterial do Estado do Pará, para fins previstos nos arts. 18, VII e 286, IV e V da Constituição do Estado do Pará, a "Castanheira do Chapadão", localizada no Km 52 da PA 370, sentido Uruará, entre os Municípios de Santarém e Uruará.

Parágrafo único. Esta Lei objetiva a preservação, conservação e proteção da "Castanheira do Chapadão".

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO, 11 de setembro de 2023.

HELDER BARBALHO
Governador do Estado

LEI Nº 10.049, DE 11 DE SETEMBRO DE 2023

Dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas prestadoras de serviços e concessionárias de águas, luz, telefone e internet inserirem, nas faturas de consumo, mensagem de incentivo à doação de sangue.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ estatui e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º As empresas prestadoras de serviços e concessionárias de serviços de água, luz, telefone e internet ficam obrigadas a inserir, nas faturas de consumo, físicas ou eletrônicas, mensagem de incentivo à doação de sangue.

Parágrafo único. A mensagem de que trata o caput deverá conter a frase "Doe Sangue" e o sítio eletrônico e contato telefônico da Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará (HEMOPA).

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO, 11 de setembro de 2023.

HELDER BARBALHO
Governador do Estado

LEI Nº 10.050, DE 11 DE SETEMBRO DE 2023

Declara como patrimônio cultural de natureza material e imaterial do Estado do Pará, o Festival da Galinha Caipira da Vila do Triângulo, no Município de São Francisco do Pará.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ estatui e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarado como patrimônio cultural de natureza material e imaterial do Estado do Pará, o Festival da Galinha Caipira da Vila do Triângulo, realizado no Município de São Francisco do Pará.

Art. 2º A declaração de que trata esta Lei tem em vista que o evento referido no art. 1º constitui-se de elevada importância sociocultural e turística no âmbito estadual.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO, 11 de setembro de 2023.

HELDER BARBALHO
Governador do Estado

LEI Nº 10.051, DE 11 DE SETEMBRO DE 2023

Institui, no âmbito do Estado do Pará, a Semana Estadual de Conscientização sobre Educação Financeira e Previdenciária.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ estatui e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída a Semana Estadual de Conscientização sobre Educação Financeira e Previdenciária, a ser realizada, anualmente, na primeira semana do mês de outubro, com o objetivo de disseminar a educação financeira e previdenciária, além de contribuir para o fortalecimento da cidadania no Estado do Pará.

Parágrafo único. A Semana Estadual de Conscientização sobre Educação Financeira e Previdenciária passa a integrar o calendário oficial de eventos do Estado do Pará.

Art. 2º A semana de que trata esta Lei tem como diretrizes e objetivos:

I - estimular ações educativas visando à conscientização da importância da Educação Financeira e Previdenciária;

II - promover debates, palestras, feiras temáticas, workshops, atividades culturais e manifestações públicas, e outros eventos que esclareçam sobre políticas públicas voltadas à consolidação e à expansão de ações de Educação Financeira e Previdenciária;

III - apoiar e divulgar iniciativas básicas de economia, gerenciamento e planejamento de finanças pessoais, de investimentos, de direitos do consumidor, de consumo consciente e socioambiental responsável e formação para o completo exercício da cidadania.

Art. 3º O Poder Executivo poderá firmar convênios e parcerias com entidades sem fins lucrativos e instituições que tratem do tema relativo à Educação Financeira e Previdenciária, com vistas à implementação de atividades, palestras e afins, que deem efetividade ao evento instituído por esta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO, 11 de setembro de 2023.

HELDER BARBALHO
Governador do Estado

MENSAGEM Nº 081/2023-GG Belém, 11 de setembro de 2023.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Estadual FRANCISCO DAS CHAGAS SILVA MELO FILHO (CHICÃO)
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
Local

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,

Venho comunicar a Vossas Excelências que, nos termos do art. 108, § 1º, da Constituição Estadual, resolvi vetar integralmente o Projeto de Lei nº 142/23, de 22 de agosto de 2023, o qual "Institui a Virada Cultural Paraense".

Em que pese a relevância da proposta legislativa e a inexistência de óbice de cunho formal, o Projeto de Lei apresenta inconstitucionalidade material, na medida em que não foi observada a competência do Conselho Estadual de Cultura, de que trata o art. 287 da Constituição Estadual, regulamentado pela Lei Estadual nº 9.737, de 21 de novembro de 2022.

Ademais, o inciso XX do art. 4º do Projeto de Lei viola os incisos VI e VIII do art. 5º da Constituição Federal, que defendem a primazia do Estado laico. Já o art. 8º do Projeto de Lei afronta o inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal, ao dispor como regra o chamamento público, quando o art. 79 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, prevê a figura do credenciamento para contratações dessa natureza.

Para além da questão da inconstitucionalidade material, o Projeto de Lei não atende ao interesse público. Isto porque, conforme manifestação técnica da Secretaria de Estado de Cultura (SECULT), a data escolhida implica em grandes dificuldades operacionais e orçamentárias para a implementação da lei.

Essas, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, são as razões que me levam a vetar integralmente o Projeto de Lei em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação de Vossas Excelências.

HELDER BARBALHO
Governador do Estado

DECRETO Nº 3.322, DE 11 DE SETEMBRO DE 2023

Cria o Comitê Estadual de Avaliação e Suporte para captação de recursos relacionados às políticas públicas estaduais sobre conservação ambiental e mudanças climáticas no Estado do Pará (COMCAR-Clima).

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 135, incisos V e VII, alínea "a", da Constituição Estadual, e

Considerando o disposto nos arts. 29 e 30 da Lei Estadual nº 9.048, de 29 de abril de 2020, que instituiu a Política Estadual sobre Mudanças Climáticas do Pará (PEMC/PA), e no Decreto Estadual nº 941, de 3 de agosto de 2020, que institui o Plano Estadual Amazônia Agora (PEAA), dentre outras providências,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o Comitê Estadual de Avaliação e Suporte para captação de recursos (COMCAR-Clima) relacionados às políticas públicas mudanças climáticas no Estado do Pará, de caráter consultivo.

Parágrafo único. Para os fins deste Decreto entende-se por captação de recursos as transferências voluntárias de órgãos federais, as doações de organismos nacionais ou internacionais, recursos de parcerias, de protocolos de intenções e as operações de crédito internas ou externas, dentre outras, de acordo com a necessidade da Administração Pública Estadual em face do cumprimento das Políticas Públicas de Mudanças Climáticas.

Art. 2º O Comitê Estadual de Avaliação e Suporte para captação de recursos (COMCAR-Clima) será composto por representantes dos seguintes órgãos e entidades:

I - Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS);

II - Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará (IDEFLOR-Bio);

III - Secretaria de Estado de Planejamento e Administração (SEPLAD);

IV - Secretaria de Estado da Fazenda (SEFA); e

V - Procuradoria-Geral do Estado (PGE).

§ 1º Os titulares dos órgãos e entidades que compõem o Comitê indicarão um membro titular e um suplente, que serão nomeados por ato do Chefe do Poder Executivo Estadual, para mandato de 2 (dois) anos, permitida a recondução.

§ 2º O funcionamento e organização interna do Comitê e dos grupos de trabalho de que trata este Decreto serão disciplinados em Regime Interno, mediante proposição dos integrantes da primeira composição do colegiado.

Art. 3º O Comitê Estadual de Avaliação e Suporte para captação de recursos (COMCAR-Clima) se reunirá, em caráter ordinário, a cada 3 (três) meses, preferencialmente, nas sedes da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS) e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu Coordenador ou a requerimento de um dos seus membros.

§ 1º A convocação para a reunião ocorrerá de forma eletrônica, com antecedência mínima de 7 (sete) dias úteis.

§ 2º É obrigatória a presença de, ao menos, 1 (um) representante de cada órgão ou entidade nas reuniões do Comitê.

§ 3º Poderão ser convidados a participar das reuniões do Comitê, representantes de órgãos e entidades, públicas e privadas, assim como profissionais e especialistas, que possam contribuir para o cumprimento dos objetivos e das competências previstas neste Decreto.

§ 4º As decisões do Comitê, quando necessário, serão tomadas por votação da maioria simples de seus membros, cabendo ao Coordenador o voto de desempate.

Art. 4º A Coordenação do Comitê será desempenhada pelo representante da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS).

Art. 5º O Comitê Estadual de Avaliação e Suporte para captação de recursos (COMCAR-Clima) tem como objetivos:

I - coordenar ações para a captação de recursos, avaliação e estruturação de instrumentos econômicos, financeiros e fiscais relacionados à conservação ambiental e mudanças climáticas no âmbito da Administração Pública Estadual; e

II - propor parcerias governamentais com entidades públicas, privadas, público-privadas, associações, organizações da sociedade civil sem fins lucrativos, agentes financeiros, organismos multilaterais, entidades filantrópicas, entre outros, que possam subsidiar a Administração Pública Estadual na avaliação de políticas, programas, planos e projetos relacionados à captação de recursos para a conservação ambiental e mitigação das mudanças climáticas.
Art. 6º Compete ao Comitê Estadual de Avaliação e Suporte para captação de recursos (COMCAR-Clima):
I - subsidiar a atuação da Administração Pública Estadual frente aos impactos das mudanças climáticas, por meio de recomendações, manifestações, notas, apresentações e outros materiais de ordem técnica, nas áreas jurídica, ambiental, climática, fiscal, orçamentária e financeira;
II - assessorar tecnicamente os gestores estaduais, as instâncias ou colegiados das quais participe a Administração Pública Estadual, de maneira supletiva, espontânea ou estimulada, em reuniões de trabalho, audiências, consultas públicas e debates, dentro e fora do território paraense; e
III - acompanhar a implementação de projetos de financiamento dos quais o Estado do Pará participe e avaliar a viabilidade de destinação dos recursos financeiros relacionados às mudanças climáticas, de que trata este Decreto.
Art. 7º Compete à Coordenação do Comitê Estadual de Avaliação e Suporte para captação de recursos (COMCAR-Clima):
I - propor pautas e convocar reuniões, de ofício ou a pedido dos membros do Comitê ou de gestores da Administração Pública Estadual, com vistas aos cumprimentos dos objetivos e das competências previstas neste Decreto;
II - elaborar minutas dos documentos e produtos oficiais do Comitê para apreciação de seus membros e, quando aprovados, providenciar seus encaminhamentos;
III - providenciar o registro, a documentação, a publicização e a sistematização de dados e informações decorrentes dos trabalhos e das atividades desenvolvidas pelo Comitê, como garantia de acesso à informação e de transparência pública; e
IV - representar o Comitê em reuniões de trabalho e compromissos oficiais para os quais for convidado ou convocado, ou designar um de seus membros.
Art. 8º Os membros do Comitê Estadual de Avaliação e Suporte para captação de recursos (COMCAR-Clima) poderão propor a criação de Grupos de Trabalho para subsidiar as atividades desenvolvidas no exercício de suas atribuições.
§ 1º Os grupos de trabalho serão criados por meio de portaria pelo titular da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS).
§ 2º Os membros do grupo de trabalho serão indicados pelos titulares dos órgãos e entidades que compõem o Comitê.
Art. 9º As atividades desenvolvidas pelos membros do Comitê, dos Grupos de Trabalho e demais participantes, serão consideradas prestação de serviço público relevante, não remuneradas.
Art. 10. Os resultados dos trabalhos do Comitê serão encaminhados à Secretaria de Estado de Planejamento e Administração (SEPLAD), para fins de formalização da captação de recursos.
Art. 11. As informações sobre as atividades desenvolvidas pelo Comitê, inclusive para fins do disposto no inciso III do art. 7º deste Decreto, serão disponibilizadas no sítio oficial da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS) ou em outra plataforma eletrônica específica para esse fim.
Art. 12. A Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS) poderá, no que couber, editar e expedir atos normativos complementares visando a fiel execução deste Decreto.
Art. 13. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
PALÁCIO DO GOVERNO, 11 de setembro de 2023.

HELDER BARBALHO
Governador do Estado

Protocolo: 984975

D E C R E T O Nº 3318, DE 6 DE SETEMBRO DE 2023

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) orgão(s) da Administração Pública Estadual, crédito suplementar por ANULAÇÃO, no valor de R$ 7.268.500,00 para reforço de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente.
O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, usando das atribuições que lhe confere o art. 135, inciso V, e com fundamento no art. 204, § 13, ambos da Constituição Estadual, combinando com o art. 6º, inciso V da Lei Orçamentária nº 9.851, de 12 de janeiro de 2023
DECRETA:
Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração Pública Estadual a seguir especificado(s), o crédito suplementar no valor de R$ 7.268.500,00 (Sete Milhões, Duzentos e Sessenta e Oito Mil, Quinhentos Reais), para atender à programação abaixo:

R$

CÓDIGO	FONTE	NATUREZA DA DESPESA	VALOR
081012781314998796 - SEEL	01500000001	334041	50.000,00
081012781314998796 - SEEL	01500000001	335041	100.000,00
842010945115087552 - IGEPREV	01802000061	449039	2.000.000,00
901011030215078288 - FES	01500100203	339030	3.000.000,00
901011030215078309 - FES	01500100203	339014	18.500,00
922012012615088238 - ADEPARÁ	01501000061	339040	1.920.000,00
922012012615088238 - ADEPARÁ	01501000061	339140	180.000,00
TOTAL			7.268.500,00

Art. 2º Os recursos necessários à execução do presente Decreto correrão por conta da anulação parcial de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente, conforme estabelecido no artigo 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, através da(s) unidade(s) orçamentária(s) abaixo discriminada(s):

R$

CÓDIGO	FONTE	NATUREZA DA DESPESA	VALOR
842010912212978338 - IGEPREV	01802000061	449052	2.000.000,00
901011012815088887 - FES	01500100203	339014	2.000,00
901011013115088233 - FES	01500100203	339105	6.000,00
901011030215078288 - FES	01500100203	339014	10.000,00
901011030215078875 - FES	01500100203	339014	500,00
901011030215078877 - FES	01500100203	335085	3.000.000,00
911022884600008590 - Enc. SEPLAD-PL	01500000001	339039	150.000,00
922012012212974668 - ADEPARÁ	01501000061	339030	400.000,00
922012012212978338 - ADEPARÁ	01501000061	339033	800.000,00
922012012212978338 - ADEPARÁ	01501000061	339036	400.000,00
922012013115088255 - ADEPARÁ	01501000061	339039	500.000,00
TOTAL			7.268.500,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
PALÁCIO DO GOVERNO, 6 de setembro de 2023.

HELDER BARBALHO
Governador do Estado
ELIETH DE FÁTIMA DA SILVA BRAGA
Secretária de Estado de Planejamento e Administração

D E C R E T O Nº 3320, DE 11 DE SETEMBRO DE 2023

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) orgão(s) da Administração Pública Estadual, crédito suplementar por SUPERÁVIT, no valor de R$ 6.630.000,00 para reforço de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente.
O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, usando das atribuições que lhe confere o art. 135, inciso V, e com fundamento no art. 204, § 13, ambos da Constituição Estadual, combinando com o art. 6º, inciso III da Lei Orçamentária nº 9.851, de 12 de janeiro de 2023
DECRETA:
Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração Pública Estadual a seguir especificado(s), o crédito suplementar no valor de R$ 6.630.000,00 (Seis Milhões, Seiscentos e Trinta Mil Reais), para atender à programação abaixo:

R$

CÓDIGO	FONTE	NATUREZA DA DESPESA	VALOR
901011030215078288 - FES	02600312049	335043	6.630.000,00
TOTAL			6.630.000,00

Art. 2º Os recursos necessários à execução do presente Decreto correrão por conta do Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, conforme estabelecido no artigo 43, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.
Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
PALÁCIO DO GOVERNO, 11 de setembro de 2023.

HELDER BARBALHO
Governador do Estado
ELIETH DE FÁTIMA DA SILVA BRAGA
Secretária de Estado de Planejamento e Administração

D E C R E T O Nº 3321, DE 11 DE SETEMBRO DE 2023

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) orgão(s) da Administração Pública Estadual, crédito suplementar por EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, no valor de R$ 15.833.333,36 para reforço de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente.
O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, usando das atribuições que lhe confere o art. 135, inciso V, e com fundamento no art. 204, § 13, ambos da Constituição Estadual, combinando com o art. 6º, inciso I da Lei Orçamentária nº 9.851, de 12 de janeiro de 2023
DECRETA:
Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração Pública Estadual a seguir especificado(s), o crédito suplementar no valor de R$ 15.833.333,36 (Quinze Milhões, Oitocentos e Trinta e Três Mil, Trezentos e Trinta e Três Reais e Trinta e Seis Centavos), para atender à programação abaixo:

R$

CÓDIGO	FONTE	NATUREZA DA DESPESA	VALOR
071011545114897645 - SEOP	01500000001	444042	6.666.666,66
071011751214897568 - SEOP	01500000001	444042	6.666.666,70
431010824415058863 - SEASTER	01500000001	334041	2.500.000,00
TOTAL			15.833.333,36

Art. 2º Os recursos necessários à execução do presente Decreto correrão por conta do Excesso de Arrecadação, conforme estabelecido no artigo 43, § 1°, inciso II, da Lei Federal n° 4.320, de 17 de março de 1964.
Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
PALÁCIO DO GOVERNO, 11 de setembro de 2023.

HELDER BARBALHO
Governador do Estado
ELIETH DE FÁTIMA DA SILVA BRAGA
Secretária de Estado de Planejamento e Administração
Protocolo: 984968

CASA CIVIL DA GOVERNADORIA

DIÁRIA

PORTARIA Nº 0951/2023-CRG
A COORDENADORA DE RELAÇÕES GOVERNAMENTAIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas, pela PORTARIA Nº 2.708/2023-CCG, de 01/09/2023, publicado no DOE nº 35.529, de 01/09/2023, e
CONSIDERANDO o que dispõe os arts. 145 a 149, da Lei nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994;
CONSIDERANDO o processo n° 2023/2224803, de 06 de setembro de 2023;
RESOLVE:
I - Autorizar o servidor abaixo relacionado a se deslocar para o município de SALINÓPOLIS/PA, no período de 11 a 15/09/2023.

Servidor	Objetivo
ESTELO MACEDO BARATA, CPF 253.707.582-04, matrícula funcional nº 3392007/2, ocupante do cargo Gerente, lotado na Diretoria de Gestão de Logística.	Dar apoio logístico, no referido município.

II - Conceder de acordo com as bases legais vigentes 4.½ (quatro e meia) diárias ao servidor acima, que se deslocou conforme item I.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, 11 de setembro de 2023.
KARINA LIMA
Diretora de Administração e Finanças.
Coordenadora de Relações Governamentais, respondendo interinamente

PORTARIA Nº 0952/2023-CRG
A COORDENADORA DE RELAÇÕES GOVERNAMENTAIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas, pela PORTARIA Nº 2.708/2023-CCG, de 01/09/2023, publicado no DOE nº 35.529, de 01/09/2023, e
CONSIDERANDO o que dispõe os arts. 145 a 149, da Lei nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994;
CONSIDERANDO o processo n° 2023/2223827, de 06 de setembro de 2023;
RESOLVE:
I - Autorizar o servidor abaixo relacionado a se deslocar no trecho ITAITUBA/BELÉM/ITAITUBA/PA, no período de 11 a 14/09/2023.

Servidor	Objetivo
JOÃO LOURENÇO PAXIUBA NETO, matrícula funcional nº 5888610/3, CPF 579.652.422-49, cargo de Coordenador de Área, lotada no Centro Regional de Governo do Sudoeste.	Assessorar o Secretário de Governo em agenda, no referido município.

II - Conceder de acordo com as bases legais vigentes 3.½ (três e meia) diárias ao servidor acima, que se deslocou conforme item I.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, 11 de setembro de 2023.
KARINA LIMA
Diretora de Administração e Finanças.
Coordenadora de Relações Governamentais, respondendo interinamente.

PORTARIA Nº 0953/2023-CRG
A COORDENADORA DE RELAÇÕES GOVERNAMENTAIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas, pela PORTARIA Nº 2.708/2023-CCG, de 01/09/2023, publicado no DOE nº 35.529, de 01/09/2023, e
CONSIDERANDO o que dispõe os arts. 145 a 149, da Lei nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994;
CONSIDERANDO o processo n° 2023/2224811, de 06 de setembro de 2023;
RESOLVE:
I - Autorizar o servidor abaixo relacionado a se deslocar para o município de SALINÓPOLIS/PA, no período de 11 a 15/09/2023.

Servidor	Objetivo
MARIVALDO MACIEL DE CARVALHO, CPF 294.251.312-87, matrícula funcional nº 5046912/4, ocupante do cargo de Assessor, lotado na Diretoria de Gestão de Logística.	Dar apoio logístico no referido município.

II - Conceder de acordo com as bases legais vigentes 4.½ (quatro e meia) diárias ao servidor acima, que se deslocou conforme item I.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, 11 de setembro de 2023.
KARINA LIMA
Diretora de Administração e Finanças.
Coordenadora de Relações Governamentais, respondendo interinamente.

PORTARIA Nº 0954/2023-CRG
A COORDENADORA DE RELAÇÕES GOVERNAMENTAIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas, pela PORTARIA Nº 2.708/2023-CCG, de 01/09/2023, publicado no DOE nº 35.529, de 01/09/2023, e
CONSIDERANDO o que dispõe os arts. 145 a 149, da Lei nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994;
CONSIDERANDO o processo n° 2023/2223430, de 06 de setembro de 2023;
RESOLVE:
I - Autorizar o servidor abaixo relacionado a se deslocar no trecho MARABÁ/PARAUAPEBAS/MARABÁ/PA, no dia 06/09/2023.

Servidor	Objetivo
GLENIO DA SILVA ARAÚJO, matrícula funcional nº 80015621/1, CPF 704.374.592-68, cargo Assessor de Gabinete, lotado no Centro Regional de Governo no Sudeste do Pará.	Assessorar agenda Institucional, no referido município.

II - Conceder de acordo com as bases legais vigentes ½ (meia) diária ao servidor acima, que se deslocou conforme item I.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, 11 de setembro de 2023.
KARINA LIMA
Diretora de Administração e Finanças.
Coordenadora de Relações Governamentais, respondendo interinamente.

PORTARIA Nº 0955/2023-CRG
A COORDENADORA DE RELAÇÕES GOVERNAMENTAIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas, pela PORTARIA Nº 2.708/2023-CCG, de 01/09/2023, publicado no DOE nº 35.529, de 01/09/2023, e
CONSIDERANDO o que dispõe os arts. 145 a 149, da Lei nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994;
CONSIDERANDO o processo n° 2023/2225774, de 11 de setembro de 2023;
RESOLVE:
I - Autorizar o servidor abaixo relacionado a se deslocar no trecho MARABÁ/PARAUAPEBAS/MARABÁ/PA, no período de 11 a 12/09/2023.

Servidor	Objetivo
GLENIO DA SILVA ARAÚJO, matrícula funcional nº 80015621/1, CPF 704.374.592-68, cargo Assessor de Gabinete, lotado no Centro Regional de Governo no Sudeste do Pará.	Assessorar agenda Institucional, no referido município.

II - Conceder de acordo com as bases legais vigentes 1.½ (uma e meia) diárias ao servidor acima, que se deslocou conforme item I.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, 11 de setembro de 2023.
KARINA LIMA
Diretora de Administração e Finanças.
Coordenadora de Relações Governamentais, respondendo interinamente.

PORTARIA Nº 0956/2023-CRG
A COORDENADORA DE RELAÇÕES GOVERNAMENTAIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas, pela PORTARIA Nº 2.708/2023-CCG, de 01/09/2023, publicado no DOE nº 35.529, de 01/09/2023, e
CONSIDERANDO o que dispõe os arts. 145 a 149, da Lei nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994;
CONSIDERANDO o processo n° 2023/2225731, de 11 de Setembro de 2023;
RESOLVE:
I - Autorizar a servidora abaixo relacionada a se deslocar no trecho MARABÁ/ PARAUAPEBAS/MARABÁ/PA, no período de 11 a 12/09/2023.

Servidor	Objetivo
EMILLY VALÉRIA SOARES COELHO, matrícula funcional nº 5921248/2, CPF 845.168.282-00, cargo Assessor de Comunicação, lotada no Centro Regional do Sudeste do Pará.	Assessorar agenda Institucional, no referido município.

II - Conceder de acordo com as bases legais vigentes 1.½ (uma e meia) diárias a servidora acima, que se deslocou conforme item I.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, 11 de Setembro de 2023.
KARINA LIMA
Diretora de Administração e Finanças.
Coordenadora de Relações Governamentais, respondendo interinamente.

PORTARIA Nº 0957/2023-CRG
A COORDENADORA DE RELAÇÕES GOVERNAMENTAIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas, pela PORTARIA Nº 2.708/2023-CCG, de 01/09/2023, publicado no DOE nº 35.529, de 01/09/2023, e
CONSIDERANDO o que dispõe os arts. 145 a 149, da Lei nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994;
CONSIDERANDO o processo n° 2023/2223878, de 06 de setembro de 2023;
RESOLVE:
I - Autorizar o servidor abaixo relacionado a se deslocar no trecho ITAITUBA/SANTARÉM/ITAITUBA/PA, no período de 11 a 12 e 14/09/2023.

Servidor	Objetivo
JOACI GOMES FERREIRA, CPF 205.680.612-68, matrícula funcional nº 5917637/2, Assessor de Gabinete, lotado no Centro Regional de Governo do Sudoeste do Pará.	Dar apoio logístico, no referido município.

II - Conceder de acordo com as bases legais vigentes 2 (duas) diárias ao servidor acima, que se deslocou conforme item I.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, 11 de setembro de 2023.
KARINA LIMA
Diretora de Administração e Finanças.
Coordenadora de Relações Governamentais, respondendo interinamente.

PORTARIA Nº 0958/2023-CRG
A COORDENADORA DE RELAÇÕES GOVERNAMENTAIS, no uso das

atribuições que lhe são conferidas, pela PORTARIA Nº 2.708/2023-CCG, de 01/09/2023, publicado no DOE nº 35.529, de 01/09/2023, e
CONSIDERANDO o que dispõe os arts. 145 a 149, da Lei nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994;
CONSIDERANDO o processo n° 2023/1022799, de 06 de setembro de 2023;
CONSIDERANDO ainda, tratar-se de Agenda Oficial de Governo.
RESOLVE:
I - Autorizar o servidor abaixo relacionado a se deslocar para o município de MARITUBA/PA, no dia 12/09/2023.

Servidor	Objetivo
LEOMAR COSTA PEREIRA, CPF 429.532.512-00, matrícula funcional nº 57193398/2, Assistente Operacional II, lotado na Diretoria de Gestão de Logística.	Dar apoio logístico, no referido município.

II - Conceder de acordo com as bases legais vigentes ½ (meia) diária ao servidor acima, que se deslocará conforme item I.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, 11 de setembro de 2023.
KARINA LIMA
Diretora de Administração e Finanças.
Coordenadora de Relações Governamentais, respondendo interinamente.
Protocolo: 984955

PORTARIA Nº 1.840/2023-CCG, DE 11 DE MAIO DE 2023
O CHEFE DA CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº. 2.766, de 21 de novembro de 2022, e
CONSIDERANDO os termos do Processo n° 2023/521081,
R E S O L V E:
I. exonerar MARCELO PINHEIRO DOS SANTOS do cargo em comissão de Assessor, código GEP-DAS-012.3, com lotação no Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Pará, a contar de 1º de abril de 2023.
II. nomear ARTHUR ARTEAGA DURANS VILACORTA para exercer o cargo em comissão de Assessor, código GEP-DAS-012.3, com lotação no Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Pará, a contar de 1º de abril de 2023.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, 11 DE MAIO DE 2023.
LUIZIEL GUEDES
Chefe da Casa Civil da Governadoria do Estado
*** Republicada por ter saído com incorreções no Diário Oficial do Estado nº 35.396, de 12 de maio de 2023**

PORTARIA Nº 2.769/2023-CCG, DE 11 DE SETEMBRO DE 2023
O CHEFE DA CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº. 2.168, de 27 de maio de 1997, e
CONSIDERANDO os termos do Processo nº 2023/1026507,
R E S O L V E:
autorizar IGOR WANDER CENTENO NORMANDO, Secretário Estratégico de Estado de Articulação da Cidadania, a viajar para Brasília/DF, no período de 11 a 13 de setembro de 2023, a fim de cumprir agenda institucional nos Ministérios, devendo responder pelo expediente do Órgão, na ausência do titular e da Secretária Adjunta, NARA KARINA DE OLIVEIRA LISBOA, Chefe de Gabinete.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, 11 DE SETEMBRO DE 2023.
LUIZIEL GUEDES
Chefe da Casa Civil da Governadoria do Estado

PORTARIA Nº 2.770/2023-CCG, DE 11 DE SETEMBRO DE 2023
O CHEFE DA CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº. 2.168, de 27 de maio de 1997, e
CONSIDERANDO os termos do Processo nº 2023/2223774,
R E S O L V E:
autorizar HILTON ALVES DE AGUIAR, Secretário Regional de Governo do Sudoeste do Pará, a viajar no trecho Itaituba / Belém/ Itaituba, no período de 11 a 14 de setembro de 2023, a fim de cumprir agenda institucional, conceder, para tanto, 3,5 (três e meia) diárias, e tratando-se de viagem no território estadual, não há imposição legal para responderem pelo expediente do órgão, na ausência do Titular.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, 11 DE SETEMBRO DE 2023.
LUIZIEL GUEDES
Chefe da Casa Civil da Governadoria do Estado

PORTARIA Nº 2.771/2023-CCG, DE 11 DE SETEMBRO DE 2023
O CHEFE DA CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº. 2.168, de 27 de maio de 1997, e
CONSIDERANDO os termos do Processo nº. 2023/1015129,
R E S O L V E:
autorizar JOSÉ MAURO DE LIMA O' DE ALMEIDA, Secretário de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade, a viajar para Ilhéus/BA, no período de 3 a 5 de outubro de 2023, a fim de participar de "Visita Técnica à Biofábrica", devendo responder pelo expediente do Órgão na ausência do titular, LILIA MARCIA RAMOS REIS, Secretária Adjunta de Gestão Administrativa e Tecnologias.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, 11 DE SETEMBRO DE 2023.
LUIZIEL GUEDES
Chefe da Casa Civil da Governadoria do Estado

PORTARIA Nº 2.772/2023-CCG, DE 11 DE SETEMBRO DE 2023
O CHEFE DA CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº. 2.766, de 21 de novembro de 2022, e
CONSIDERANDO os termos do Processo nº 2023/1016912,
R E S O L V E:
nomear RAPHAEL FERREIRA DE CASTRO LUNA para exercer o cargo em comissão de Assessor Técnico, código GEP-DAS-011.5, com lotação na Casa Militar da Governadoria do Estado, a contar de 5 de setembro de 2023.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, 11 DE SETEMBRO DE 2023.
LUIZIEL GUEDES
Chefe da Casa Civil da Governadoria do Estado

PORTARIA Nº 2.773/2023-CCG, DE 11 DE SETEMBRO DE 2023
O CHEFE DA CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº. 2.766, de 21 de novembro de 2022, e
CONSIDERANDO os termos do Processo nº 2023/1007829,
R E S O L V E:
I. exonerar ELISA ELAINE LOPES do cargo em comissão de Assessor, código GEP-DAS-011.3, com lotação na Secretária de Estado das Cidades e Integração Regional, a contar de 4 de setembro de 2023.
II. nomear MILLENA MARQUES PEREIRA DOS SANTOS para exercer o cargo em comissão de Assessor, código GEP-DAS-011.3, com lotação na Secretaria de Estado das Cidades e Integração Regional, a contar de 4 de setembro de 2023.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, 11 DE SETEMBRO DE 2023.
LUIZIEL GUEDES
Chefe da Casa Civil da Governadoria do Estado

PORTARIA Nº 2.774/2023-CCG, DE 11 DE SETEMBRO DE 2023
O CHEFE DA CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº. 2.766, de 21 de novembro de 2022, e
CONSIDERANDO os termos do Processo nº 2023/1007829,
R E S O L V E:
nomear ELISA ELAINE LOPES para exercer o cargo em comissão de Secretário, código GEP-DAS-011.2, com lotação na Secretaria de Estado das Cidades e Integração Regional, a contar de 4 de setembro de 2023.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, 11 DE SETEMBRO DE 2023.
LUIZIEL GUEDES
Chefe da Casa Civil da Governadoria do Estado

PORTARIA Nº 2.775/2023-CCG, DE 11 DE SETEMBRO DE 2023
O CHEFE DA CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº. 2.766, de 21 de novembro de 2022, e
CONSIDERANDO os termos do Processo nº 2023/1007829,
R E S O L V E:
nomear BRUNO PEREIRA AARÃO para exercer o cargo em comissão de Coordenador, código GEP-DAS-011.4, com lotação na Secretaria de Estado das Cidades e Integração Regional, a contar de 4 de setembro de 2023.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, 11 DE SETEMBRO DE 2023.
LUIZIEL GUEDES
Chefe da Casa Civil da Governadoria do Estado

PORTARIA Nº 2.776/2023-CCG, DE 11 DE SETEMBRO DE 2023
O CHEFE DA CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº. 2.766, de 21 de novembro de 2022,
CONSIDERANDO os termos do Processo nº 2023/1029172,
R E S O L V E:
I. exonerar MAILDE GONÇALVES DOS SANTOS do cargo em comissão de Gerente Operacional, código GEP-DAS-011.4, com lotação no Núcleo de Gerenciamento do Pará Rural , a contar de 11 de setembro de 2023.
II. nomear ANA GABRIELA SANTOS DIAS para exercer o cargo em comissão de Gerente Operacional, código GEP-DAS-011.4, com lotação no Núcleo de Gerenciamento do Pará Rural , a contar de 11 de setembro de 2023.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, 11 DE SETEMBRO DE 2023.
LUIZIEL GUEDES
Chefe da Casa Civil da Governadoria do Estado

PORTARIA Nº 2.777/2023-CCG, DE 11 DE SETEMBRO DE 2023
O CHEFE DA CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº. 2.766, de 21 de novembro de 2022, e
CONSIDERANDO os termos do Processo nº 2023/991463,
R E S O L V E:
I. exonerar, a pedido, CLAUDIA BITAR DE MORAES BARBOSA do cargo em comissão de Coordenador, código GEP-DAS-011.4, com lotação na Secretaria de Estado de Igualdade Racial e Direitos Humanos, a contar de 21 de agosto de 2023.
II. nomear ADEMIR ANTONIO SILVEIRA JUNIOR para exercer o cargo em comissão de Coordenador, código GEP-DAS-011.4, com lotação na Secretaria de Estado de Igualdade Racial e Direitos Humanos, a contar de 1º de setembro de 2023.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, 11 DE SETEMBRO DE 2023.
LUIZIEL GUEDES
Chefe da Casa Civil da Governadoria do Estado

PORTARIA Nº 2.778/2023-CCG, DE 11 DE SETEMBRO DE 2023
O CHEFE DA CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº. 2.766, de 21 de novembro de 2022,
R E S O L V E:
nomear RAPHAEL CARDOSO PINHEIRO para exercer o cargo em comissão de Gerente da Circunscrição Regional de Trânsito "A" de Altamira, código GEP-DAS-011.4, com lotação no Departamento de Trânsito do Estado do Pará – DETRAN.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, 11 DE SETEMBRO DE 2023.
LUIZIEL GUEDES
Chefe da Casa Civil da Governadoria do Estado

ERRATA DA PORTARIA Nº. 2.714/2023-CCG, DE 1º DE SETEMBRO DE 2023, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO N°. 35.530, DE 4 DE SETEMBRO DE 2023.
Onde se lê: (...) ANA CLAUDIA SANCHES LIMA (...).
Leia-se: (...) ANA CLAUDIA SANCHEZ GOMES (...).
LUIZIEL GUEDES
Chefe da Casa Civil da Governadoria do Estado

Protocolo: 984977

CASA MILITAR DA GOVERNADORIA

TERMO ADITIVO A CONTRATO

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 028/2022 – CMG.
Contratante: CASA MILITAR DA GOVERNADORIA DO ESTADO DO PARÁ, CNPJ: 07.313.542/0001-63;
Contratada: NC COMÉRCIO SERVIÇOS E LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS EIRELI, CNPJ sob nº 08.016.893/0001-75;
Objeto: Prorrogar por 12 (doze) meses o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 028/2022 - CMG, tudo em conformidade com o Art.57, inciso II, §2º da Lei Federal 8.666/93 e Parecer Jurídico de nº 292/2023 – AJUR/CMG, para atender as necessidades da Casa Militar da Governadoria.
Vigência: 01/11/2023 à 31/10/2024.
Data da Assinatura: 11/09/2023.
OSMAR VIEIRA DA COSTA JÚNIOR – CEL QOPM RG 9916
Chefe da Casa Militar da Governadoria do Estado

Protocolo: 984756

EXTRATO DE PORTARIA Nº 103/2023 – SF/CMG, DE 11 DE SETEMBRO DE 2023
Suprido: ERIKA CRISTIANE DE ANDRADE WARISS, MF nº 4220557/1; Prazo p/ aplicação: 60 (sessenta) dias; Prazo p/ Prestação de Contas: 15 (quinze) dias; Valor: R$ 8.800,00; Elemento de Despesa: 33.90.30 (Material de Consumo) – R$ 4.400,00; Elemento de Despesa: 33.90.39 (Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica) – R$ 4.400,00; Fonte de recurso: 0150; Ordenador de Despesa: Osmar Vieira da Costa Júnior - CEL QOPM.

Protocolo: 984974

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

PORTARIA

PORTARIA Nº 602/2023-PGE.G., 06 de setembro de 2023.
A Procuradora-Geral Adjunta Administrativa, no uso das suas atribuições legais...
Considerando a Lei nº 9.370, de 03 de dezembro de 2021 que institui o Programa Qualifica Servidor e acrescenta dispositivos à Lei Estadual nº 5.810, de 24 de janeiro de 2014;
Considerando o Decreto nº 2.974, de 30 de março de 2023 que regulamenta a Lei nº 9.370/2021;
Considerando os autos do Processo Administrativo Eletrônico nº 2023/2223625.
RESOLVE:
CONCEDER, 01 (um) dia de folga premial à servidora Claudia Cardoso Moreira de Campos Soares, identidade funcional nº 5753180/5, no dia 11.09.2023.
Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.
ADRIANA FRANCO BORGES GOUVEIA
Procuradora-Geral Adjunta Administrativa

Protocolo: 984460

PORTARIA Nº 578/2023-PGE.G. Belém, 04 de setembro de 2023.
O Procurador-Geral do Estado, no uso das suas atribuições legais...
CONSIDERANDO o Processo Administrativo Eletrônico 2023/965703;
RESOLVE:
CONCEDER, de acordo com o decreto 2.819 de 06.09.94, 03 ½ diárias à servidora Adriana Franco Borges Gouveia, Procuradora-Geral Adjunta do Estado, identidade funcional nº 54188221/1, para participar do I Seminário do Fórum Nacional das Procuradorias Consultivas das Procuradorias-Gerais dos Estados e do Distrito Federal, bem como representar o Procurador-Geral do Estado na Reunião Ordinária do Colégio Nacional das Procuradorias-Gerais dos Estados e do Distrito Federal – CONPEG , no período de 13 a 15.09.2023.
Local de origem: Belém/PA
Local de destino: Vitória/ES
Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.
RICARDO NASSER SEFER
Procurador-Geral do Estado

Protocolo: 984469

PORTARIA Nº 598/2023-PGE.G. Belém, 05 de setembro de 2023
A Procuradora-Geral Adjunta Administrativa, no uso das suas atribuições legais...
RESOLVE:
CONCEDER, 03 (três) dias de licença saúde à servidora Andreza Casanova Von Grapp Santos, identidade funcional nº 55589964/1, no período de 29 a 31.08.2023.
Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.
ADRIANA FRANCO BORGES GOUVEIA
Procuradora-Geral Adjunta Administrativa

Protocolo: 984959

Portaria nº605/2023-PGE.G., 11 de setembro de 2023.
A Procuradora-Geral Adjunta Administrativa, no uso das suas atribuições legais...
RESOLVE:
I - AUTORIZAR, 11 (onze) dias residual de férias ao Procurador, Rogério Arthur Friza Chaves, Id. Funcional nº 54196748/1, no período de 02.10 a 12.10.2023, referente ao período aquisitivo 2021/2022, concedida pela PORTARIA Nº 187/2023-PGE.G., de 23.03.2023.
II - CONCEDER, 20 (vinte) dias de férias ao Procurador, Rogério Arthur Friza Chaves, Id. Funcional nº 54196748/1, no período de 16.10 a 04.11.2023, referente ao período aquisitivo 2022/2023.
Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.
ADRIANA FRANCO BORGES GOUVEIA
Procuradora-Geral Adjunta Administrativa

Protocolo: 984964

PORTARIA Nº 608/2023-PGE.G, DE 11 DE SETEMBRO DE 2023
O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 5º, XIV, da Lei Complementar Estadual nº 041, de 29 de agosto de 2002; e
Considerando a necessidade de apurar os fatos envolvendo a indevida publicação da PORTARIA Nº 601/2023-PGE/GAB, de 6 de setembro de 2023, no Diário Oficial do Estado nº 35.534, de 11 de setembro de 2023,
RESOLVE:
Art. 1º Constituir comissão de sindicância, para apurar os fatos envolvendo a indevida publicação da PORTARIA Nº 601/2023-PGE/GAB, de 6 de setembro de 2023, no Diário Oficial do Estado nº 35.534, de 11 de setembro de 2023, composta pelos seguintes membros:
- June Judite Soares Lobato, identidade funcional nº 5859263/1 - Presidente;
- Maria Clara de Azevedo Fonseca, identidade funcional nº 57191389/1 - Membro titular;
- Jefferson Ferreira Coelho, identidade funcional nº 54191253/4 - Membro titular; e
- Ieda Andrade Fernandes, identidade funcional nº 54183840/2 - Suplente.
Art. 2º A Comissão terá duração inicial duração inicial de 30 (trinta) dias úteis, a contar da data da publicação desta Portaria.
Art. 3º A constituição da Comissão não implica em aumento de despesa, em atendimento ao Decreto Estadual nº 955, de 12 agosto de 2020.
Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.
RICARDO NASSER SEFER
Procurador-Geral do Estado

Protocolo: 984920

PORTARIA Nº 604/2023-PGE.G., 11 de setembro de 2023.
A Procuradora-Geral Adjunta Administrativa, no uso das suas atribuições legais...
RESOLVE:
EXCLUIR, a Gratificação de Tempo Integral do servidor Fernando Bernardo de Souza Neto, identidade funcional nº 55590245/2, a contar de 01.09.2023.
Dê-se ciência registre-se, publique-se e cumpra-se.
ADRIANA FRANCO BORGES GOUVEIA
Procuradora-Geral Adjunta Administrativa

Protocolo: 984609

PORTARIA Nº 603/2023-PGE.G., de 11 de setembro de 2023.
A Procuradora-Geral Adjunta Administrativa, no uso das suas atribuições legais...
RESOLVE:
EXCLUIR, da PORTARIA Nº 542/2023-PGE.G., de 30.08.2023, o residual de férias referente ao período aquisitivo 2021/2022 da Procuradora do Estado, Anete Marques Penna de Carvalho, identidade funcional nº 5757720/2.
Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.
ADRIANA FRANCO BORGES GOUVEIA
Procuradora-Geral Adjunta Administrativa

Protocolo: 984657

SECRETARIA ESTRATÉGICA DE ARTICULAÇÃO DA CIDADANIA

CONTRATO

EXTRATO – CONTRATO Nº 1080255517
Processo nº: 2022/592129
Objeto: CC nº 3023973986- Contrato de Compra de Energia Regulada – CCER e Contrato de Uso do Sistema de Distribuição – CUSD, ambos de nº 1080255517, para atender a Usina da Paz da Terra Firme.
Fundamentação: em observância às disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
Data da assinatura: 17/10/2022.
Vigência: 17/10/2022 a 16/10/2021.
Valor Global: R$420.000,00 (quatrocentos e vinte mil reais);
Dotação Orçamentária: UO: 76101 - Secretaria Estratégica de Estado de Articulação da Cidadania; Função: 08; Sub Função: 422; Programa: 1500; Atividade: 8818; Natureza da Despesa: 339039 Fonte do Recurso: 01010002156; Ação: 264832; Plano Interno: 105UST8818C – USINA DA PAZ TERRA FIRME.
Contratada: EQUATORIAL PARÁ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A, CNPJ nº 04.895.728/0001-80, com sede Rodovia Augusto Montenegro Km 8,5 – CEP 66.823-010, Belém/PA.
HUMBERTO BOZI SPINDOLA
Ordenador de Despesas

Protocolo: 984608

FUNDAÇÃO PARÁPAZ

DISPENSA DE LICITAÇÃO

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2023
PARTES: O ESTADO DO PARÁ, pessoa jurídica de direito público interno, por intermédio da FUNDAÇÃO PARAPAZ, fundação pública estadual, CNPJ nº 21.648.632/0001-36 com sede na Avenida João Paulo II, nº 632, Bairro Marco, Belém-PA, CEP: 66095-492, e a empresa a EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ (PRODEPA), pessoa jurídica, inscrita no CNPJ: 05.059.613/0001-18.
OBJETO: fornecimento dos serviços de internet de 100 (cem) Megabites por segundo (Mbps) e link de dados via fibra através da rede de telecomunicação de dados do Estado do Pará, hospedagem de Websites e Business Inteligence – WEB, 2 (duas) filas de impressões para ações cidadanias, 5 acessos de VPNS's e permitir acesso ao mainframe localizado na sede da PRODEPA, através da licença de uso de Sistema Globais (SIAFEM e SIMAS) para atender as demandas da Fundação PARÁPAZ nos serviços de tecnologia e sistemas específicas deste órgão, bem como ações cidadania.
DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO: conforme art. 37 XXI, da Constituição Federação c/c art. 24, XVI, da Lei Federal nº 8.666/93, Parecer da Procuradoria Fundacional - PROFUN nº 203/2023 e Parecer do Núcleo de Controle Interno nº 100/2023 - NUCIN, bem como demais legislações vigentes pertinentes ao objeto.
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: Informamos dotação orçamentária para atender a despesa, conforme detalhamento abaixo:
- Funcional Programática: 14.126.1508.8238 – (Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação)
- Elemento de Despesa: 3391-40.57 - (Serv. de Tec.da infom. e Comum. – P/J – Serv.de process.de dados)
- Fonte de Recursos: 01500000001 – (Recursos do Tesouro)
- Ação: 283584
- PI: 4120008238c
VALOR MENSAL: 28.737,94
VALOR GLOBAL: 344.855,28
ORDENADOR RESPONSÁVEL : ALBERTO HENRIQUE TEIXEIRA DE BARROS
Belém, 06 de setembro de 2023

Protocolo: 984453

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2023
ALBERTO HENRIQUE TEIXEIRA DE BARROS, Presidente da Fundação ParáPaz, resolve ratificar o Termo de Dispensa de Licitação nº 02/2023, contratação da EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ (PRODEPA) - CNPJ: 05.059.613/0001-18, cujo objeto é o fornecimento dos serviços de internet de 100 (cem) Megabites por segundo (Mbps) e link de dados via fibra através da rede de telecomunicação de dados do Estado do Pará, hospedagem de Websites e Business Inteligence – WEB, 2 (duas) filas de impressões para ações cidadanias, 5 acessos de VPNS's e permitir acesso ao mainframe localizado na sede da PRODEPA, através da licença de uso de Sistema Globais (SIAFEM e SIMAS) para atender as demandas da Fundação PARÁPAZ nos serviços de tecnologia e sistemas específicas deste órgão, bem como ações cidadania.
VALOR GLOBAL: 344.855,28 (trezentos e quarenta e quatro mil, oitocentos e cinquenta cinco reais e vinte e oito reais)
Belém(Pa), 06 de Setembro de 2023.
ALBERTO HENRIQUE TEIXEIRA DE BARROS
PRESIDENTE FUNDAÇÃO PARÁPAZ

Protocolo: 984456

DIÁRIA

PORTARIA Nº. 244 DE 06 DE SETEMBRO DE 2023
O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO PARÁPAZ, no uso das atribuições legais, que lhe são conferidas pelo Decreto publicado no DOE No. 34.490, de 12 de fevereiro de 2021, em observância aos termos da Lei no 8.097 de 01de janeiro de 2015.
CONSIDERANDO o Art.145 da Lei 5.810, de 24 de janeiro de 1994, e seus parágrafos c/c o disposto no Decreto 2.819 de 06/09/94.
RESOLVE:
Conceder de acordo com as bases legais vigentes, 07 (sete) diárias e ½ (meia) em favor da servidora abaixo , para realização da Ação Cidadania no município de Marabá/PA, no período de 06 a 13 de setembro de 2023.

SERVIDOR	MATRÍCULA	CPF	CARGO
BÁRBARA LETICIA MUNIZ CASTRO	57190612/3	859.608.882-20	SECRETÁRIA DE DIRETORIA

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Alberto Henrique Teixeira de Barros
Presidente da Fundação ParáPaz

Protocolo: 984720

PORTARIA Nº. 245 DE 06 DE SETEMBRO DE 2023
O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO PARÁPAZ, no uso das atribuições legais, que lhe são conferidas pelo Decreto publicado no DOE No. 34.490, de 12 de fevereiro de 2021, em observância aos termos da Lei no 8.097 de 01de janeiro de 2015.
CONSIDERANDO o Art.145 da Lei 5.810, de 24 de janeiro de 1994, e seus parágrafos c/c o disposto no Decreto 2.819 de 06/09/94.
RESOLVE:
Conceder de acordo com as bases legais vigentes, 04 (quatro) diárias e ½ (meia) em favor da servidora abaixo , para realização da Ação Cidadania no município de Acará e Barcarena/PA, no período de 22 a 26 de agosto de 2023 de 2023.

SERVIDOR	MATRÍCULA	CPF
Regiane Aparecida Lima Moreira	5903943	442.720.572-00

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Alberto Henrique Teixeira de Barros
Presidente da Fundação ParáPaz

Protocolo: 984724

PORTARIA Nº. 243 DE 06 DE SETEMBRO DE 2023
O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO PARÁPAZ, no uso das atribuições legais, que lhe são conferidas pelo Decreto publicado no DOE No. 34.490, de 12 de fevereiro de 2021, em observância aos termos da Lei no 8.097 de 01de janeiro de 2015.
CONSIDERANDO o Art.145 da Lei 5.810, de 24 de janeiro de 1994, e seus parágrafos c/c o disposto no Decreto 2.819 de 06/09/94.
RESOLVE:
Conceder de acordo com as bases legais vigentes, 03 (três) diárias e ½ (meia) em favor dos servidores abaixo elencados, para assuntos desta Fundação junto a Associação Avante ao Esporte no município de Marabá/PA, no período de 08 a 11 de setembro de 2023.

SERVIDOR	MATRÍCULA	CPF
Alessandro Ribeiro Cardoso	5957627/2	935.947.632-34
Carlos Magno Gomes Coelho	5903062	012.071.742-54
Emerson Rodrigo Zagalo Cardoso	5946746	788.206.862-72
Kluivert Fonseca Alcântara	5946738/1	778.159.122-49

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Alberto Henrique Teixeira de Barros
Presidente da Fundação ParáPaz

Protocolo: 984733

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

ERRATA

ERRATA DE PORTARIA LICENÇA PRÊMIO
MARIA DE NAZARÉ RODRIGUES DA COSTA
PORTARIA Nº 938/2023/DAF/SEPLAD DE 29/08/2023
PUBLICADA NO DOE Nº 35.532 DE 06/09/2023
Onde se Lê: referente ao triênio de 15/03/2000 a 14/03/2003 (1ª ETAPA)
Leia-se: referente aos períodos de 15/03/2003 a 14/03/2006 (2ª ETAPA).

Protocolo: 984624

FÉRIAS

PORTARIA Nº 973/2023-DAF/SEPLAD, DE 06 DE SETEMBRO DE 2023.
O Diretor de Administração e Finanças no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pela PORTARIA Nº 174/2023 – CCG, de 1º de fevereiro de 2023, publicada no DOE nº 35.276 de 02 de fevereiro de 2023 e as delegadas pelo art. 4º da PORTARIA Nº 128/2022-GS/SEPLAD, de 25 de maio de 2022, publicada no DOE nº 34.990, de 01 de junho de 2022,
CONSIDERANDO, o que dispõe os arts. 74 a 76 da Lei n° 5.810, de 24 de janeiro de 1994,
CONSIDERANDO, o Decreto nº 1.462 de 12/04/2021, Publicado no DOE nº 34.550 de 13/04/2021.
CONSIDERANDO, ainda, os termos do Processo: 2023/2204901 de 21/08/2023.
RESOLVE:
CONCEDER 20 (vinte) dias de férias regulamentares à servidora MARIA LUCIA CORDEIRO NASCIMENTO Id. Funcional 1643/1, ocupante do cargo de Assistente de Gestão B, lotada na Diretoria do Sistema de Gestão de Pessoas – DSP/SEPLAD, no período de 11 de setembro de 2023 a 30 de setembro de 2023, referente ao período aquisitivo de 05 de maio de 2021 a 04 de maio de 2022.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO, 06 DE SETEMBRO DE 2023.
RODRIGO NUNES POLARO
Diretor de Administração e Finanças

Protocolo: 984439

OUTRAS MATÉRIAS

PORTARIA Nº 0283/2023-GABS/SEPLAD, DE 11 DE SETEMBRO DE 2023
A SECRETÁRIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO, usando das atribuições que lhes são conferidas pelo art. 4o, inciso I, do Decreto Nº 2.766, de 21 de novembro de 2022, republicado no Diário Oficial nº 35.196, de 22 de novembro de 2022;
Considerando que o candidato abaixo relacionado, aprovado e nomeado no Concurso Público C-208 da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária - SEAP, não tomou posse dentro do prazo previsto em lei;
Considerando os termos do Processo Administrativo Eletrônico - PAE Nº. 2023/822227.
R E S O L V E:
Art. 1° Tornar sem efeito, nos termos do art. 22, §3º, da Lei Estadual n° 5.810, de 24 de janeiro de 1994, a nomeação do candidato relacionado nesta Portaria, o qual foi nomeado para exercer o cargo a seguir discriminado, com lotação na Secretaria de Estado de Administração Penitenciária - SEAP:
CARGO: POLICIAL PENAL
REGIÃO: CAETÉ – MASCULINO
MARCOS RODRIGO CARDOSO DO ROSÁRIO
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
ELIETH DE FÁTIMA DA SILVA BRAGA
Secretária de Estado de Planejamento e Administração

Protocolo: 984566

PORTARIA Nº 0282/2023-GABS/SEPLAD, DE 11 DE SETEMBRO DE 2023
A SECRETÁRIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO, usando das atribuições que lhes são conferidas pelo art. 4º, inciso I, do Decreto Nº 2.766, de 21 de novembro de 2022, republicado no Diário Oficial nº 35.196, de 22 de novembro de 2022;
Considerando a ordem de classificação do candidato aprovado dentro do número de vagas ofertadas no Concurso Público C-208 da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária - SEAP, cujo resultado final foi homologado e publicado no Diário Oficial do Estado nº 35.234, de 27 de dezembro de 2022; e
Considerando a necessidade de cumprimento da decisão judicial proferida nos autos do Mandado de Segurança Processo nº 0805331-94.2022.8.14.0000 impetrado por CAIO VINICIUS MENDES DA COSTA;
Considerando ainda, os termos do Processo Administrativo Eletrônico (PAE) nº 2022/496294.
RESOLVE:
Art. 1º Nomear, de acordo com o art. 34, § 1º, da Constituição Estadual, combinado com o art. 6º, inciso I, da Lei nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994, o candidato CAIO VINICIUS MENDES DA COSTA, para exercer, em virtude de aprovação em concurso público, o cargo de provimento efetivo de Policial Penal (Masculino) Região Guamá, com lotação na Secretaria de Estado de Administração Penitenciária - SEAP.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.
ELIETH DE FÁTIMA DA SILVA BRAGA
Secretária de Estado de Planejamento e Administração

Protocolo: 984569

PORTARIA Nº 0284/2023 – GABS/SEPLAD, 11 DE SETEMBRO DE 2023
A SECRETÁRIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pelo inciso I, do art. 4º, do Decreto Estadual nº 2.766, de 21 de novembro de 2022, republicado no Diário Oficial nº 35.196, de 22 de novembro de 2022.
Considerando a ordem de classificação do candidato aprovado no Concurso Público C-207 da Polícia Civil do Estado do Pará – PC/PA, cujo resultado foi homologado e publicado no Diário Oficial do Estado nº 35.496, de 04 de agosto de 2023;
Considerando os termos do Ofício nº 002159/2023 PGE-GAB, de 13 de julho de 2023, constante no Processo Administrativo Eletrônico (PAE) nº. 2023/53277.
R E S O L V E:
Art. 1º Nomear, de acordo com o §1º, do art. 34, da Constituição Estadual, e inciso I do art. 6º, da Lei Estadual nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994, MARCOS AURÉLIO CRUZ DE CASTRO, para exercer, na condição sub judice, o cargo de Investigador de Polícia Civil, com lotação na Polícia Civil do Estado do Pará – PCPA.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
ELIETH DE FÁTIMA DA SILVA BRAGA
Secretária de Estado de Planejamento e Administração

Protocolo: 984635

PORTARIA Nº 0286/2023 – GABS/SEPLAD, 11 DE SETEMBRO DE 2023
A SECRETÁRIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO, usando das atribuições que lhes são conferidas pelo art. 4o, inciso I, do Decreto Nº 2.766, de 21 de novembro de 2022, republicado no Diário Oficial nº 35.196, de 22 de novembro de 2022;
Considerando que os candidatos abaixo relacionados, aprovados e nomeados no Concurso Público C-208 da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária - SEAP, não tomaram posse dentro do prazo previsto em lei;
Considerando os termos do Processo Administrativo Eletrônico (PAE) Nº. 2023/808380.
R E S O L V E:
Art. 1° Tornar sem efeito, nos termos do art. 22, §3º, da Lei Estadual n° 5.810, de 24 de janeiro de 1994, a nomeação dos candidatos relacionados nesta Portaria, os quais foram nomeados para exercer o cargo a seguir discriminado, com lotação na Secretaria de Estado de Administração Penitenciária - SEAP:
CARGO: POLICIAL PENAL
REGIÃO: GUAJARÁ – FEMININO
IANKA CRISTINE BENICIO AMADOR
DAYANE MARIA REIS BRAGANÇA
REGIÃO: GUAJARÁ – MASCULINO
PAULO ÍCARO E SILVA DE CARVALHO
BRUNO GABRIEL MARTINS DE CARVALHO
CARLOS ALBERTO SANTOS DE CAMPOS
REGIÃO: GUAMÁ – FEMININO
ELIÂNGELA CRISTINA CÂNDIDA COSTA
REGIÃO: GUAMÁ – MASCULINO
MAGNO FARIAS BARROS
MARCOS ANTONIO DA SILVA MOURA
ROGÉRIO DOS ANJOS ARAÚJO FILHO
TALLISSON GABRIEL CAETANO DE ALMEIDA
REGIÃO: ARAGUAIA – MASCULINO
ROGERIO GONÇALVES SERAFIM
REGIÃO: TOCANTINS – MASCULINO
ARLEY MATA DO AMARAL
REGIÃO: CARAJÁS – MASCULINO
HATINO DUARTE LEITE
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
ELIETH DE FÁTIMA DA SILVA BRAGA
Secretária de Estado de Planejamento e Administração

Protocolo: 984736

PORTARIA Nº 0285/2023-GABS/SEPLAD, DE 11 DE SETEMBRO DE 2023
A SECRETÁRIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO, usando das atribuições que lhes são conferidas pelo art. 4º, inciso I, do Decreto Nº 2.766, de 21 de novembro de 2022, republicado no Diário Oficial nº 35.196, de 22 de novembro de 2022;
Considerando a ordem de classificação dos candidatos aprovados no Concurso Público C-208 da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária - SEAP, cujo resultado final foi homologado e publicado no Diário Oficial do Estado nº 35.234, de 27 de dezembro de 2022; e
Considerando a necessidade de cumprimento da decisão judicial proferida nos autos do Mandado de Segurança Processo nº 0839196-78.2022.8.14.0301 impetrado por SHIRLEY BARCELOS TAVARES;
Considerando ainda, os termos do Processo Administrativo Eletrônico (PAE) nº 2023/734226.
RESOLVE:
Art. 1º Nomear, de acordo com o art. 34, § 1º, da Constituição Estadual, combinado com o art. 6º, inciso I, da Lei nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994, a candidata constante desta Portaria para exercer, em virtude de aprovação em concurso público, o cargo a seguir discriminado, com lotação na Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP).
CARGO: POLICIAL PENAL
REGIÃO: GUAJARÁ – FEMININO
SHIRLEY BARCELOS TAVARES
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.
ELIETH DE FÁTIMA DA SILVA BRAGA
Secretária de Estado de Planejamento e Administração

Protocolo: 984727

PORTARIA Nº 311, DE 11 DE SETEMBRO DE 2023 - DPO
A SECRETÁRIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO, usando das atribuições legais que lhes confere o artigo 3º, do(s) Decreto(s) nº 3294, de 28 de agosto de 2023, que aprova a Programação Orçamentária e o Cronograma Mensal de Desembolso dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, para o terceiro quadrimestre do exercício de 2023. E considerando Decreto 3320, de 11 de setembro de 2023.
RESOLVE:
I - Alterar o montante aprovado na Programação Orçamentária e no Cronograma Mensal de Desembolso dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, do terceiro quadrimestre do exercício de 2023, de acordo com o(s) anexo(s) constante(s) desta Portaria.
II - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.
ELIETH DE FÁTIMA DA SILVA BRAGA
Secretária de Estado de Planejamento e Administração

ANEXO A PORTARIA Nº 311, DE 11 DE SETEMBRO DE 2023

ÁREA/UNIDADE ORÇAMENTÁRIA/ GRUPO DE DESPESA/SUBGRUPO DE DESPESA	FONTE	3º QUADRIMESTRE - 2023				
		SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
DEFESA SOCIAL						
PMPA						
Investimentos		7.129.033,71	0,00	0,00	0,00	7.129.033,71
Equipamentos e Material Permanente						
	01500000001	3.703.099,99	0,00	0,00	0,00	3.703.099,99
Obras e Instalações						
	01704000026	3.425.933,72	0,00	0,00	0,00	3.425.933,72
DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÔMICO						
SEAF						
Outras Despesas Correntes		567.675,00	545.411,36	576.293,18	576.293,18	2.265.672,72
Despesas Ordinárias						
	01500000001	567.675,00	545.411,36	576.293,18	576.293,18	2.265.672,72
Pessoal e Encargos Sociais		170.693,40	170.693,40	170.693,40	341.386,80	853.467,00
Folha de Pessoal						
	01500000001	170.693,40	170.693,40	170.693,40	341.386,80	853.467,00
GESTÃO						
EGPA						
Outras Despesas Correntes		8.640,00	0,00	0,00	0,00	8.640,00
Despesas Ordinárias						
DESTAQUE RECEBIDO DO(A) SEMAS						
	01759000016	8.640,00	0,00	0,00	0,00	8.640,00
INFRA-ESTRUTURA E TRANSPORTE						
SEOP						
Investimentos		13.333.333,36	0,00	0,00	0,00	13.333.333,36
Obras e Instalações						
	01500000001	13.333.333,36	0,00	0,00	0,00	13.333.333,36
POLÍTICA SOCIAL						
SESPA						
Investimentos		10.894,83	0,00	0,00	0,00	10.894,83
Equipamentos e Material Permanente						
DESTAQUE RECEBIDO DO(A) FES						
	01500100203	10.894,83	0,00	0,00	0,00	10.894,83
Outras Despesas Correntes		6.710.000,00	0,00	0,00	0,00	6.710.000,00
Despesas Ordinárias						
DESTAQUE RECEBIDO DO(A) FES						
	02600000049	80.000,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00
DESTAQUE RECEBIDO DO(A) FES						
	02600312049	6.630.000,00	0,00	0,00	0,00	6.630.000,00
Pessoal e Encargos Sociais		1.800.000,00	550.000,00	0,00	0,00	2.350.000,00
Folha de Pessoal						
DESTAQUE RECEBIDO DO(A) FES						
	02659000032	1.800.000,00	550.000,00	0,00	0,00	2.350.000,00
POLÍTICA SÓCIO-CULTURAL						
SEEL						
Outras Despesas Correntes		150.000,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00
Despesas Ordinárias						
	01500000001	150.000,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00

PROGRAMA/ ORGÃO	FONTE	3º QUADRIMESTRE - 2023				
		SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura		391.000,00	336.000,00	371.000,00	371.000,00	1.469.000,00
SEAF						
	01500000001	391.000,00	336.000,00	371.000,00	371.000,00	1.469.000,00
Desenvolvimento Urbano - Habitação, Saneamento e Mobilidade		13.333.333,36	0,00	0,00	0,00	13.333.333,36
SEOP						
	01500000001	13.333.333,36	0,00	0,00	0,00	13.333.333,36
Esporte e Lazer		150.000,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00
SEEL						
	01500000001	150.000,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00
Governança Pública		23.640,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	98.640,00
EGPA						
DESTAQUE RECEBIDO DO(A) SEMAS						
	01759000016	8.640,00	0,00	0,00	0,00	8.640,00
SEAF						
	01500000001	15.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	90.000,00
Manutenção da Gestão		2.132.368,40	905.104,76	350.986,58	521.679,98	3.910.139,72
SEAF						
	01500000001	332.368,40	355.104,76	350.986,58	521.679,98	1.560.139,72
SESPA						
DESTAQUE RECEBIDO DO(A) FES						
	02659000032	1.800.000,00	550.000,00	0,00	0,00	2.350.000,00
Saúde		6.720.894,83	0,00	0,00	0,00	6.720.894,83
SESPA						
DESTAQUE RECEBIDO DO(A) FES						
	01500100203	10.894,83	0,00	0,00	0,00	10.894,83
DESTAQUE RECEBIDO DO(A) FES						
	02600000049	80.000,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00
DESTAQUE RECEBIDO DO(A) FES						
	02600312049	6.630.000,00	0,00	0,00	0,00	6.630.000,00
Segurança Pública		7.129.033,71	0,00	0,00	0,00	7.129.033,71
PMPA						
	01500000001	3.703.099,99	0,00	0,00	0,00	3.703.099,99
	01704000026	3.425.933,72	0,00	0,00	0,00	3.425.933,72

FONTE	3º QUADRIMESTRE - 2023				
	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
01500000001 - Recursos Ordinários	17.924.801,75	716.104,76	746.986,58	917.679,98	20.305.573,07
01500100203 - FES - Recursos Ordinários	10.894,83	0,00	0,00	0,00	10.894,83
01704000026 - Royaltie Petróleo	3.425.933,72	0,00	0,00	0,00	3.425.933,72
01759000016 - Recursos Próprios do Fundo Estadual de Meio Ambiente	8.640,00	0,00	0,00	0,00	8.640,00
02600000049 - FES - SUS / Fundo a Fundo	80.000,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00
02600312049 - Emendas de Bancada - Manut. Ações e Serv Saúde	6.630.000,00	0,00	0,00	0,00	6.630.000,00
02659000032 - SUS / Servicos Produzidos	1.800.000,00	550.000,00	0,00	0,00	2.350.000,00
TOTAL	29.880.270,30	1.266.104,76	746.986,58	917.679,98	32.811.041,62

PORTARIA Nº 312, DE 11 DE SETEMBRO DE 2023 - DPO

A SECRETÁRIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO, usando das atribuições legais que lhe confere o artigo 3º, do(s) Decreto(s) nº 3041, de 25 de abril de 2023, que aprova a Programação Orçamentária e o Cronograma Mensal de Desembolso dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, para o 2º quadrimestre do exercício de 2023.

RESOLVE:

I - Reduzir no montante de R$ 97.280,18 (Noventa e Sete Mil, Duzentos e Oitenta Reais e Dezoito Centavos), a quota do segundo quadrimestre,

referente ao(s) grupo(s) de despesa(s) da(s) Unidade(s) Orçamentária(s), de acordo com o(s) anexo(s) constante(s) desta Portaria.
II - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.
ELIETH DE FÁTIMA DA SILVA BRAGA
Secretária de Estado de Planejamento e Administração

ANEXO A PORTARIA Nº 312, DE 11 DE SETEMBRO DE 2023

ÁREA/UNIDADE ORÇAMENTÁRIA/ GRUPO DE DESPESA/SUBGRUPO DE DESPESA	FONTE	2º QUADRIMESTRE - 2023				
		MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	TOTAL
GESTÃO						
SPSM/PA						
Pessoal e Encargos Sociais		0,00	0,00	0,00	8.889,92	8.889,92
Folha de Pessoal						
PROVISÃO RECEBIDA DO(A) FINANPREV						
	01803111190	0,00	0,00	0,00	8.889,92	8.889,92
POLÍTICA SOCIAL						
SESPA						
Investimentos		0,00	0,00	0,00	88.390,26	88.390,26
Equipamentos e Material Permanente						
DESTAQUE RECEBIDO DO(A) FES						
	02600000049	0,00	0,00	0,00	88.390,26	88.390,26

PROGRAMA/ ORGÃO	FONTE	2º QUADRIMESTRE - 2023				
		MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	TOTAL
Previdência Estadual		0,00	0,00	0,00	8.889,92	8.889,92
SPSM/PA						
PROVISÃO RECEBIDA DO(A) FINANPREV						
	01803111190	0,00	0,00	0,00	8.889,92	8.889,92
Saúde		0,00	0,00	0,00	88.390,26	88.390,26
SESPA						
DESTAQUE RECEBIDO DO(A) FES						
	02600000049	0,00	0,00	0,00	88.390,26	88.390,26

FONTE	2º QUADRIMESTRE - 2023				
	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	TOTAL
01803111190 - Recursos do Sistema de Proteção Social dos Militares	0,00	0,00	0,00	8.889,92	8.889,92
02600000049 - FES - SUS / Fundo a Fundo	0,00	0,00	0,00	88.390,26	88.390,26
TOTAL	0,00	0,00	0,00	97.280,18	97.280,18

PORTARIA Nº 313, DE 11 DE SETEMBRO DE 2023 - DPO
A SECRETÁRIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO, usando das atribuições legais que lhe confere o artigo 3º, do(s) Decreto(s) nº 3294, de 28 de agosto de 2023, que aprova a Programação Orçamentária e o Cronograma Mensal de Desembolso dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, para o 3º quadrimestre do exercício de 2023.
RESOLVE:
I - Reduzir no montante de R$ 80.000,00 (Oitenta Mil Reais), a quota do terceiro quadrimestre, referente ao(s) grupo(s) de despesa(s) da(s) Unidade(s) Orçamentária(s), de acordo com o(s) anexo(s) constante(s) desta Portaria.
II - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.
ELIETH DE FÁTIMA DA SILVA BRAGA
Secretária de Estado de Planejamento e Administração

ANEXO A PORTARIA Nº 313, DE 11 DE SETEMBRO DE 2023

ÁREA/UNIDADE ORÇAMENTÁRIA/ GRUPO DE DESPESA/SUBGRUPO DE DESPESA	FONTE	3º QUADRIMESTRE - 2023				
		SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
POLÍTICA SOCIAL						
ETSUS						
Outras Despesas Correntes		80.000,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00
Despesas Ordinárias						
DESTAQUE RECEBIDO DO(A) FES						
	02600000049	80.000,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00

PROGRAMA/ ORGÃO	FONTE	3º QUADRIMESTRE - 2023				
		SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
Saúde		80.000,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00
ETSUS						
DESTAQUE RECEBIDO DO(A) FES						
	02600000049	80.000,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00

FONTE	3º QUADRIMESTRE - 2023				
	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
02600000049 - FES - SUS / Fundo a Fundo	80.000,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00
TOTAL	80.000,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00

Protocolo: 984969

IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO

APOSTILAMENTO

TERMO DE APOSTILAMENTO
Número: 011/2023/IOE
Assinatura: 11/09/2023
Justificativa: Mudança da Funcional Pragmática
Dotação orçamentária para o exercício de 2023:
FONTE DO RECURSO: 01501.000061 002877
NATUREZA DA DESPESA: 339140
PROGRAMA DE TRABALHO: 22.126.1508.8238
PLANO INTERNO: 412.000.8238C
Contrato nº: 016/2021/IOE
Fundamentação legal: art. 65, §8ºda Lei n.º 8.666/93.
Contratado: EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ - PRODEPA.
Ordenador: JORGE LUIZ GUIMARÃES PANZERA

Protocolo: 984619

INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO PARÁ

OUTRAS MATÉRIAS

PORTARIA Nº 256 de 11 de setembro de 2023
A PRESIDENTE do Instituto de Assistência dos Servidores Públicos do Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO a necessidade de revisar as informações atualmente disponíveis em nosso sistema, bem como realizar atualizações dos credenciados e as respectivas especialidades médicas oferecidas aos segurados;
CONSIDERANDO, ainda, que a atualização contínua do Guia de Serviços é essencial para manter informações precisas e atualizadas sobre os prestadores de serviços credenciados;
RESOLVE:
Art. 1º - Constituir a Comissão para Atualização do Guia de Serviços do Instituto de Assistência dos Servidores Públicos do Estado do Pará.
Art. 2º Ficam designados os servidores abaixo relacionados, sob a presidência do primeiro, para compor a comissão de que trata o art. 1º:
I - VALDELICIA DA SILVA COSTA
II – ROBSON MANOEL COSTA PEREIRA
III – ANDREIA FONTENELE GOMES ALVES
Art. 3º Compete à Comissão designada:
I - conduzir os trabalhos de atualização do Guia de Serviços do IASEP, por meio de realização de levantamento das clínicas e hospitais credenciados e as especialidades que são efetivamente prestadas pelos credenciados;
II - Realizar, mediante cronograma submetido à prévia autorização da Presidência do IASEP, visita in loco às clínicas e hospitais credenciados, para coleta de informações das especialidades ofertadas aos segurados do IASEP e demais dados necessários à atualização do Guia de Serviços;
III. Elaborar e submeter à Presidência do IASEP, o Guia de Serviços atualizado, para posterior divulgação aos segurados.
Art. 4º. A Comissão terá o prazo de 30 (trinta) dias para a conclusão dos trabalhos desenvolvidos.
Art. 5º. A participação na Comissão de que trata esta Portaria é considerada atividade pública relevante e não importará no pagamento adicional, gratificação ou qualquer outro tipo de remuneração.
Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
JOSYNÉLIA TAVARES RAIOL
Presidente do IASEP

Protocolo: 984963

INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ

PORTARIA

PORTARIA RET. PS Nº 2.219 DE 05 DE SETEMBRO DE 2023
DISPÕEM sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE - PROCESSO Nº 2022/1589188.
O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social do Estado do Pará – IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:
Considerando a necessidade de retificação do nome da pensionista MARIA JEZUITA DE OLIVEIRA LIMA, cujo benefício foi concedido através da Portaria PS nº 5.111, de 14 de outubro de 2022, publicada no Diário Oficial nº 35.183, de 10/11/2022, resolve:
I - Retificar o item I da Portaria PS nº 5.111, de 14 de outubro de 2022, que concedeu a pensão por morte, nos termos do parecer técnico constante nos autos do processo nº 2022/1006581, em favor de MARIA JEZUITA DE OLIVEIRA LIMA, na condição de cônjuge do ex-segurado Manoel Eliseu Ferreira Lima, pertencente ao quadro de servidores inativos da Secretaria de Estado de Saúde - SESPA, onde ocupou o cargo de Agente de Saúde, mat. nº 90360/1, falecido em 20/01/2022, para que passe a constar o nome da beneficiária da pensão por morte como MARIA JEZUITA DE OLIVEIRA LIMA, permanecendo inalterados os demais itens da portaria.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social do Estado do Pará

Protocolo: 984491

ERRATA

ERRATA DE PORTARIA
N° DA PORTARIA: 690/2023, de 31 de agosto de 2023.
Onde se lê: 25/08/2023 a 26/08/2023
Leia-se: 30/08/2023 a 31/08/2023
(Publicada com incorreção no DOE nº 35.528, de 01/09/2023).

Protocolo: 984578

CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO
Contrato Administrativo: 031/2023
Pregão Eletrônico nº 001/2023 - CONSPREV - MT
Processo: 2023/714718
Data da Assinatura: 05/09/2023
Vigência: 05/09/2023 a 04/09/2024
Exercício: 2023
Objeto: O objeto do presente é a contratação da empresa para prestação de serviço de realização de censo previdenciário para aprimoramento da gestão previdenciária dedados cadastrais, funcionais e financeiros dos servidores públicos municipais ativos, inativos, pensionistas e dependentes, vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social – RPPS do Estado do Pará, em atendimento à legislação Federal e Municipal que trata de Regime Próprio de Previdência Social, devidamente relacionado e especificado neste Termo de Referência, compreendendo: Censo Previdenciário com digitalização e armazenamento dos dados cadastrais, funcionais e financeiros dos servidores efetivos ativos, inativos, pensionistas e dependentes para a construção de um banco de dados para o Cadastro Nacional de Informações Sociais de Regime Próprio de Previdência Social – CNIS-RPPS; para o Sistema Previdenciário de Gestão de Regimes Públicos de Previdência Social – SIPREV/Gestão; e para o Sistema de Gestão de Regime Próprio de Previdência Social utilizado pelo RPPS; Assim como para os estudos relativos ao equilíbrio financeiro e atuarial e elaboração estudo do perfil dos segurados inativos com confecção de relatório estatístico, conforme descrição contida no Termo de Referência.
Dotação Orçamentária:
Unidade Orçamentária: - 84201: Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
Unidade Gestora: - 840201: Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
Programa do PPA 2020/2023: - 1508 – Governança Pública
Classificação Funcional Programática - 09.123.1508-8498: Gestão Previdenciária do Estado
Fonte de Recursos: - 018020000610000: Recursos Próprios – Taxa de Administração
Nº Da Ação: 290913 – Plano Interno (PI): 4120008498C
Natureza de Despesa: - 339039 – Outros Serviços de Terceiros - PJ
Contratado: AGENDA ASSESSORIA PLANEJAMENTO E INFORMÁTICA LTDA, com sede, Rua Barão de Melgaço, nº 3988, Bairro Centro Norte, CEP: 78.005-300, Cuiabá/MT, inscrita no CNPJ/MF nº 00.059.307/0001-68 e-mail comercial@agendaassessoria.com.br , representada neste ato pelo seu Diretor Presidente o Sr. EDSON JACINTHO DA SILVA.
Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.
ILTON GIUSSEPP STIVAL MENDES DA ROCHA LOPES DA SILVA
Presidente do Igepps

Protocolo: 984646

TERMO ADITIVO A CONTRATO

EXTRATO DO 10º TERMO ADITIVO DE CONTRATO
Contrato Administrativo: 020/2020
Ata de Registro de Preços nº 019/2019
Pregão Eletrônico n° 19/2019
Processo: 2020/683099
Data da assinatura: 23/08/2023
Vigência: 17/09/2023 a 16/09/2024
Objeto: Prorrogação do contrato administrativo nº 020/2020, de prestação de serviços de manutenção predial, preventiva e corretiva, com o fornecimento de materiais – lote 04 e 06, por mais 12 (doze) meses, a contar de 17/09/2023 a 16/09/2024.
Dotação Orçamentária:
Unidade Orçamentária: - 84201: Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
Unidade Gestora: - 840201: Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
Programa do PPA 2020/2023: - 1508 – Governança Pública
Classificação Funcional Programática - 09.451.1508-7552: Construção e Conservação de Imóveis Públicos Estaduais.
Fonte de Recursos: - 01802000061000000: Recursos Próprios - Taxa de Administração
Natureza de Despesa: 449039 – Outros Serviços de Terceiros;
Contratado: MDS CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA-ME, pessoa Jurídica de direto privado, com sede na Trav. Magno de Araújo, 381 – Bairro: Telégrafo sem fio, CEP: 66.113-055, cidade de Belém-Pará inscrita no CNPJ/MF nº 02.040.696/0001-05, neste ato representado por MAKRAM DOURAID SAID.
Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.
Belém, 29 de agosto de 2023.
ILTON GIUSSEPP STIVAL MENDES DA ROCHA LOPES DA SILVA
Presidente do Igepps

Protocolo: 984644

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO
Contrato Administrativo: 028/2022
Pregão Eletrônico: N° 05/2022
Processo: 2022/533481
Data da Assinatura: 23/08/2023
Vigência: 26/09/2023 a 25/09/2024
Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo contratual, pelo período 12 (doze) meses para elaboração de estudo de ALM (Asset Liability Management) determinístico, incluindo, de um lado, a macroalocação através da construção da Fronteira Eficiente de Markowitz e, de outro, a modelagem de Cash Flow Matching para a determinação dos vértices de títulos públicos federais para serem adquiridos e proteger o Passivo do RPPS.
Dotação Orçamentária:
Unidade Orçamentária: - 84201: Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
Unidade Gestora: - 840201: Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
Programa do PPA 2020/2023: - 1297 – Manutenção da Gestão
Classificação Funcional Programática - 09.122.1297-8338: Operacionalização de Ações Administrativas
Fonte de Recursos: -018020000610000: Recursos Próprios – Taxa de administração
Nº Da Ação: 284234 – Plano Interno (PI): 4120008338C
Natureza de Despesa: - 339039 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.
Contratado: LDB CONSULTORIA FINANCEIRA LTDA – EPP, com sede na Rua à Avenida Angélica, nº 2.503, conjunto 75, Higienopólis, São Paulo/SP, CEP: 01227-200, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 26.341.935/0001-25, neste ato representado(a) por RONALDO DE OLIVEIRA.
Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.
ILTON GIUSSEPP STIVAL MENDES DA ROCHA LOPES DA SILVA
Presidente do IGEPPS

Protocolo: 984639

EXTRATO DO 3º TERMO DO CONTRATO
Contrato Administrativo: 057/2021
Adesão da Ata de Registro de Preços nº 07/2021
Pregão Eletrônico de Registro de Preços nº 04/2021
Processo: 2021/1006057
Data da Assinatura: 04/09/2023
Vigência: a contar da data da assinatura
Exercício: 2023
Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a recomposição do valor original do contrato.
Dotação Orçamentária:
Unidade Orçamentária: - 84201: Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
Unidade Gestora: - 840201: Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
Programa do PPA 2020/2023: - 1508 – Governança Pública
Classificação Funcional Programática - 09.126.1508-8238: - Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação
Fonte de Recursos: - 01802000061000000: Recursos Próprios – Taxa de Administração
Nº da AÇÃO: 284944 – Plano Interno (PI): 4120008238C
Natureza de Despesa: 339040 – Serviços de Tecn. da Inform. e Comum. – PJ.
Contratado: ARGO INTELIGÊNCIA DIGITAL LTDA com sede na Av. Raja Gabaglia, nº 1.000, sal 1004, Bairro Gutierrz, CEP: 30441-070, Belo Horizonte - MG, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 39.752.281/0001-74, neste ato representado por ALTIERI PEREIRA.
Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.
ILTON GIUSSEPP STIVAL MENDES DA ROCHA LOPES DA SILVA
Presidente do Igepps

Protocolo: 984637

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO
MODALIDADE: Pregão Eletrônico nº 009/2023
OBJETO: Aquisição de copos descartáveis para Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV.
ORÇAMENTO:
Unidade Orçamentária: 84201 - Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará;
Unidade Gestora: 840201: Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará;
Programa do PPA 2020/2023: 1297 – Manutenção da Gestão;
Classificação Funcional Programática: 09.122.1297-8338 - Operacionalização de Ações Administrativas;
Fonte de Recursos: 01802000061000000 Recursos Próprios - Taxa de Administração;
Natureza de Despesa: 339030 – Material de Consumo.
DATA DE ABERTURA: 22/09/2023.
HORA: 09h - Horário local.
Endereço Eletrônico: gov.br/compras.
Belém, 11 de setembro de 2023.
Roberto Favacho Lobato
Pregoeiro
GIUSSEPP MENDES
Presidente
Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 984634

DIÁRIA

PORTARIA Nº 733 DE 11 DE AGOSTO DE 2023
Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social do Estado do Pará - IGEPPS, no uso das atribuições conferidas pelo Decreto Governamental de 29/06/2020, publicado no DOE nº 34.267, de 30/06/2020.
CONSIDERANDO o que dispõe os arts. 145 a 149, da Lei nº. 5.810, de 24 de janeiro de 1994; e
CONSIDERANDO os termos do Processo Administrativo Eletrônico nº 2023/979902 (PAE), de 29/08/2023, que trata sobre autorização de deslocamento e concessão de diárias a servidores.
RESOLVE:
I – AUTORIZAR as servidoras relacionadas abaixo, a viajarem ao município de Santarém/PA, no período de 13/09/2023 a 15/09/2023, a fim de realizarem a Ação "Papo Previdenciário" no referido município:

SERVIDOR	MATRÍCULA	CARGO/FUNÇÃO	LOTAÇÃO
Luisa Porto da Silva	5889141/3	Técnico Previdenciário A	Diretoria de Previdência
Marcella Yumi da Rocha Takeshita	5948298/1	Técnico Previdenciário B	Diretoria de Previdência

II – CONCEDER, de acordo com as bases legais vigentes, 02 e ½ (duas e meia) diárias a cada servidora citada acima, que se deslocará conforme item I.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social do Estado do Pará, 11 de agosto de 2023.
ILTON GIUSSEPP STIVAL MENDES DA ROCHA LOPES DA SILVA
Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social do Estado do Pará

Protocolo: 984864

PORTARIA Nº 732 DE 11 DE SETEMBRO DE 2023
O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social do Estado do Pará – IGEPPS, no uso das atribuições conferidas pelo Decreto Governamental de 29/06/2020, publicado no DOE nº 34.267, de 30/06/2020.
CONSIDERANDO o que dispõe os arts. 145 a 149, da Lei nº. 5.810, de 24 de janeiro de 1994; e
CONSIDERANDO os termos do Processo Administrativo Eletrônico nº 2023/1000137 (PAE), de 01/09/2023, que trata sobre autorização de deslocamento e concessão de diárias a militar.
RESOLVE:
I – FORMALIZAR A AUTORIZAÇÃO ao servidor Theron Raphael Zahluth Ferreira, matrícula n° 4220183/1, ocupante do cargo de Cabo – PM/PA, lotado na Diretoria de Proteção Social dos Militares deste Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará, a viajar ao município de Placas/PA, no período de 04/09/2023 a 19/09/2023, a fim de realizar o serviço de atendimento sobre os processos de reserva, reforma remunerada e pensão aos beneficiários deste Instituto, no Caminhão – Unidade Móvel do IGEPPS.
II – CONCEDER, de acordo com as bases legais vigentes, 15 e ½ (quinze e meia) diárias ao militar citado acima, que se deslocará conforme item I.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará, 11 de setembro de 2023.
ILTON GIUSSEPP STIVAL MENDES DA ROCHA LOPES DA SILVA
Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 984782

PORTARIA Nº 731 DE 11 DE SETEMBRO DE 2023
O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social do Estado do Pará – IGEPPS, no uso das atribuições conferidas pelo Decreto Governamental de 29/06/2020, publicado no DOE nº 34.267, de 30/06/2020.
CONSIDERANDO o que dispõe os arts. 145 a 149, da Lei nº. 5.810, de 24 de janeiro de 1994; e
CONSIDERANDO os termos do Processo Administrativo Eletrônico nº 2023/950985 (PAE), de 22/08/2023, que trata sobre autorização de deslocamento e concessão de diárias a servidores.
RESOLVE:
I – AUTORIZAR os servidores relacionados abaixo, a viajarem a cidade de Curitiba/PR, no período de 19/09/2023 a 23/09/2023, a fim de participarem do evento "21º Congresso Previdenciário da APEPREV":

SERVIDOR	MATRÍCULA	CARGO/FUNÇÃO	LOTAÇÃO
Edi Enderson Araújo Demétrio	5963009/2	Técnico Previdenciário A	Coordenadoria de Arrecadação e Fiscalização
Márcio Braga da Costa Júnior	5960904/2	Gerente	Coordenadoria de Arrecadação e Fiscalização
Marcelo Barbosa Rodrigues	5905513/8	Técnico Previdenciário A	Coordenadoria de Arrecadação e Fiscalização
Severiano Fernandes Neto	5919761/4	Técnico de Administração e Finanças	Coordenadoria de Arrecadação e Fiscalização

II – CONCEDER, de acordo com as bases legais vigentes, 04 e ½ (quatro e meia) diárias a cada servidor citado acima, que se deslocarão conforme item I.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social do Estado do Pará, 11 de setembro de 2023.
ILTON GIUSSEPP STIVAL MENDES DA ROCHA LOPES DA SILVA
Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social do Estado do Pará

Protocolo: 984806

FÉRIAS

PORTARIA Nº 734 DE 11 DE SETEMBRO DE 2023
O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social do Estado do Pará - IGEPPS, no uso das atribuições conferidas pelo Decreto de 29/06/2020, publicado no DOE nº 34.267, de 30/06/2020
RESOLVE:
I – CONCEDER 30 (trinta) dias de férias regulamentares aos servidores abaixo relacionados:

NOME	MATRÍCULA	LOTAÇÃO	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
Henrique Pereira Mascarenhas	5948304/1	NUGIN	07/05/2022 – 06/05/2023	23/10/2023 – 10/11/2023
				19/02/2024 – 29/02/2024
Luana Daniela Martins de Jesus	5948872/1	CCOB	07/05/2022 – 06/05/2023	16/10/2023 – 30/10/2023
				02/01/2024 – 16/01/2024
Marlon José Ferreira de Brito	57175693/1	CONTENCIOSO	01/12/2021– 30/11/2022	02/10/2023 – 31/10/2023

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social do Estado do Pará, 11 de setembro de 2023.
ILTON GIUSSEPP STIVAL MENDES DA ROCHA LOPES DA SILVA
O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social do Estado do Pará

Protocolo: 984956

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

NOTIFICAÇÃO POR EDITAL
Processo: 2023/990657. Pelo presente edital NOTIFICAMOS o (a) senhor (a) MARIA DO PERPETUO SOCORRO FIGUEIREDO DE AQUINO COUTINHO, matrícula nº 250554/1, aposentado (a) no cargo/função de Professor Classe II, lotado (a) no (a) Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, que o Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE/PA, através do Ofício nº 202305952/SEGER-TCE, por ocasião da análise do seu processo de inativação, para fins de registro, recomendou e este Instituto de Previdência acatou a revisão da composição de seu benefício, no sentido de retificar o percentual do Adicional pelo Exercício de Função Gratificada de 60% para 30%. Prazo para comparecimento e/ou manifestação perante este Instituto: 10 (dez) dias úteis, a contar desta publicação.
Belém, 06 de setembro de 2023.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 984524

NOTIFICAÇÃO POR EDITAL
Processo: 2023/1020022. Pelo presente edital NOTIFICAMOS o (a) senhor (a) MARY SILVA DA COSTA, matrícula nº 544744/1, aposentado (a) no cargo/função de Professor Classe Especial, nível I, lotado (a) no (a) Secretaria Estado de Educação - SEDUC, que o Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE/PA, através do Ofício n° 202306261/SEGER-TCE, por ocasião da análise do seu processo de inativação, para fins de registro, recomendou e este Instituto de Previdência acatou a revisão da composição de seu benefício, no sentido de retificar o percentual do Adicional por Tempo de Serviço, de 70% (setenta por cento) para 60% (sessenta por cento), tendo em vista que foi equivocadamente utilizado no cálculo da citada parcela o período posterior à data de seu afastamento (ocorrido em 21/04/2011) para aguardar a aposentadoria. Prazo para comparecimento e/ou manifestação perante este Instituto: 10 (dez) dias úteis, a contar desta publicação.
Belém, 06 de setembro de 2023.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 984533

OUTRAS MATÉRIAS

PORTARIA RR Nº 1.984 DE 21 DE AGOSTO DE 2023
Dispõe sobre a concessão do benefício de RESERVA REMUNERADA A PEDIDO - processo nº 2023/687976.
O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará - IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 142 de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039, de 09/01/2002, resolve:
I - Transferir para Reserva Remunerada, a pedido, na mesma graduação, de acordo com os artigos 1º e 2º da Lei nº 5.681/1991 c/c art. 45, §9º, da Constituição do Estado do Pará de 1989; artigos 101, inciso I, e 102 da Lei nº 5.251/1985; art. 52, § 1º, alínea "b", da Lei nº 5.251/1985 c/c art. 134, parágrafo único da Lei Complementar nº 142/2021; art. 1º, inciso II do Decreto nº 2.940/1983; art. 1º, Categoria "C", do Decreto nº 1.461/1981 c/c PORTARIA Nº 001/1999-DRH/3; art. 1º do Decreto nº 2.696/1983; art. 1º da Lei nº 8.229/2015; art. 1º, item I, do Decreto nº 3.266/1984; art. 1º, item I, alínea "f", do Decreto nº 4.490/1986; art. 20 da Lei nº 4.491/1973, com redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 1º, inciso II, do Decreto nº 4.439/1986 c/c art. 134 da Lei Complementar nº 142/2021; do Subtenente BM RG 2412125, MARCOS CLEISON BARROS MARTINS, mat. nº 5427991/1, lotado no Comando Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Pará (Belém), percebendo nessa situação os proventos mensais de R$15.569,40 (quinze mil, quinhentos e sessenta e nove reais e quarenta centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de 2º Tenente/BM	2.648,19
Gratificação de Habilitação Militar - 40%	1.059,28
Gratificação de Localidade Especial - 20%	529,64
Gratificação de Tropa - 10%	264,82
Gratificação de Risco de vida - 100%	2.648,19
Gratificação de Serviço Ativo - 30%	794,46
Representação por Graduação - 35%	926,87
Gratificação por Tempo de Serviço - 30%	2.661,44
Adicional de Inatividade - 35%	4.036,51
Total de Proventos	15.569,40

II -Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/09/2023, respeitando a legislação vigente à data que em que o (a) segurado (a) reuniu os requisitos para passagem a inatividade, nos termos do art. 132 da Lei Complementar nº142/2021.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPPS/PA.

Protocolo: 983796

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

PORTARIA

PORTARIA Nº 2232/2023-SEFA/DAD, DE 05 DE SETEMBRO DE 2023
Processo nº 2023/1008905
CONCEDER, 30 (trinta) dias de férias, ao servidor JOSÉ FELIPE LUIZ FLORÊNCIO, Id Func nº 5128412/2, Auditor Fiscal de Receitas Estaduais, lotado na Coordenação Executiva de Controle de Mercadorias em Trânsito, para serem usufruídas no período de 02/10/2023 a 31/10/2023, referente ao exercício de 24/06/2022 a 23/06/2023.
ANIDIO MOUTINHO
Diretor de Administração, em exercício - SEFA/PA

Protocolo: 984892

PORTARIAS DE CONCESSÃO DE ISENÇÃO DE IPVA - CAIF/DTR
PORTARIA Nº 2023330003015, de 06 de setembro de 2023
MOTIVO: Conceder a isenção de IPVA para o ano de 2023.
BASE LEGAL: Art. 3º, inciso XII da Lei n. 6.017, de 30 de dezembro de 1996; Decreto n. 2.703, de 27 de dezembro de 2006 e Instrução Normativa n. 04, de 25 de março de 2015.
INTERESSADO: ALDAMIRO RABELO DA COSTA.
CPF: 043.870.152-68.
MARCA/MODELO: FORD/KA SE PLUS AT1.5SDC.
CHASSI: 9BFZH54S0M8037510.
PORTARIA Nº 2023330003008, de 06 de setembro de 2023
MOTIVO: Conceder a isenção de IPVA para o ano de 2023.
BASE LEGAL: Art. 3º, inciso XII da Lei n. 6.017, de 30 de dezembro de 1996; Decreto n. 2.703, de 27 de dezembro de 2006 e Instrução Normativa n. 04, de 25 de março de 2015.
INTERESSADO: ALTAIR ALVES MOURAO FILHO.
CPF: 329.256.037-34.
MARCA/MODELO: I/FIAT CRONOS PREC AT.
CHASSI: 8AP359A23LU089016.
PORTARIA Nº 2023330003009, de 06 de setembro de 2023
MOTIVO: Conceder a isenção de IPVA para o ano de 2023.
BASE LEGAL: Art. 3º, inciso XII da Lei n. 6.017, de 30 de dezembro de 1996; Decreto n. 2.703, de 27 de dezembro de 2006 e Instrução Normativa n. 04, de 25 de março de 2015.
INTERESSADO: FERNANDO NICOLAU DA COSTA GIESTAS.
CPF: 391.822.072-91.
MARCA/MODELO: TOYOTA/COROLLA GLI18 CVT.
CHASSI: 9BRBL3HE4J0130259.
PORTARIA Nº 2023330003006, de 06 de setembro de 2023
MOTIVO: Conceder a isenção de IPVA para o ano de 2023.
BASE LEGAL: Art. 3º, inciso XII da Lei n. 6.017, de 30 de dezembro de 1996; Decreto n. 2.703, de 27 de dezembro de 2006 e Instrução Normativa n. 04, de 25 de março de 2015.
INTERESSADO: FRANCISCO CARLOS LIMA DE OLIVEIRA.
CPF: 256.877.512-20.
MARCA/MODELO: JEEP/COMPASS LIMITED TF.
CHASSI: 98867516RNKL18630.
PORTARIA Nº 2023330003013, de 06 de setembro de 2023
MOTIVO: Conceder a isenção de IPVA para o ano de 2023.
BASE LEGAL: Art. 3º, inciso XII da Lei n. 6.017, de 30 de dezembro de 1996; Decreto n. 2.703, de 27 de dezembro de 2006 e Instrução Normativa n. 04, de 25 de março de 2015.
INTERESSADO: HELBER CARLOS DE SOUZA DA SILVA.
CPF: 760.993.262-00.
MARCA/MODELO: CITROEN/C4CACTUS FEEL A.
CHASSI: 9350WNFNYLB529529.
PORTARIA Nº 2023330003014, de 06 de setembro de 2023
MOTIVO: Conceder a isenção de IPVA para o ano de 2023.
BASE LEGAL: Art. 3º, inciso XII da Lei n. 6.017, de 30 de dezembro de 1996; Decreto n. 2.703, de 27 de dezembro de 2006 e Instrução Normativa n. 04, de 25 de março de 2015.
INTERESSADO: LEA DE NAZARE DA ROCHA JASSE.
CPF: 080.531.972-72.
MARCA/MODELO: JEEP/COMPASS LIMITED S.
CHASSI: 9886751C6MKK31288.
PORTARIA Nº 2023330003007, de 06 de setembro de 2023
MOTIVO: Conceder a isenção de IPVA para o ano de 2023.
BASE LEGAL: Art. 3º, inciso XII da Lei n. 6.017, de 30 de dezembro de 1996; Decreto n. 2.703, de 27 de dezembro de 2006 e Instrução Normativa n. 04, de 25 de março de 2015.
INTERESSADO: LECI MARTINS BARBOSA.
CPF: 266.734.282-87.
MARCA/MODELO: HONDA/FIT LXL FLEX.
CHASSI: 93HGE6860CZ104203.
PORTARIA Nº 2023330003010, de 06 de setembro de 2023
MOTIVO: Conceder a isenção de IPVA para o ano de 2023.
BASE LEGAL: Art. 3º, inciso XII da Lei n. 6.017, de 30 de dezembro de 1996; Decreto n. 2.703, de 27 de dezembro de 2006 e Instrução Normativa n. 04, de 25 de março de 2015.
INTERESSADO: PAULO SERGIO LOPES FREITAS.
CPF: 105.601.652-34.
MARCA/MODELO: VW/T CROSS HL TSI AE.
CHASSI: 9BWBJ6BF5L4048316.
PORTARIA Nº 2023330003012, de 06 de setembro de 2023
MOTIVO: Conceder a isenção de IPVA para o ano de 2023.
BASE LEGAL: Art. 3º, inciso XII da Lei n. 6.017, de 30 de dezembro de 1996; Decreto n. 2.703, de 27 de dezembro de 2006 e Instrução Normativa n. 04, de 25 de março de 2015.
INTERESSADO: VERA LUCIA BRITO ALVES.
CPF: 032.905.302-72.
MARCA/MODELO: FIAT/ARGO DRIVE 1.3 GSR.
CHASSI: 9BD358A47JYH36279.
PORTARIA Nº 2023330003011, de 06 de setembro de 2023
MOTIVO: Conceder a isenção de IPVA para o ano de 2023.
BASE LEGAL: Art. 3º, inciso XII da Lei n. 6.017, de 30 de dezembro de 1996; Decreto n. 2.703, de 27 de dezembro de 2006 e Instrução Normativa n. 04, de 25 de março de 2015.
INTERESSADO: WILKER GERALDO DE MIRANDA SOARES.
CPF: 440.075.402-25.
MARCA/MODELO: I/HYUNDAI AZERA 3.3 V6.
CHASSI: KMHFC41DBBA526525.
PORTARIA Nº 2023330003017, de 07 de setembro de 2023
MOTIVO: Conceder a isenção de IPVA para o ano de 2023.
BASE LEGAL: Art. 3º, inciso XII da Lei n. 6.017, de 30 de dezembro de 1996; Decreto n. 2.703, de 27 de dezembro de 2006 e Instrução Normativa n. 04, de 25 de março de 2015.
INTERESSADO: EDU VIEIRA DUARTE.
CPF: 038.974.262-77.
MARCA/MODELO: FIAT/PULSE DRIVE AT.
CHASSI: 9BD363A1MPYS10658.
PORTARIA Nº 2023330003016, de 07 de setembro de 2023
MOTIVO: Conceder a isenção de IPVA para o ano de 2023.
BASE LEGAL: Art. 3º, inciso XII da Lei n. 6.017, de 30 de dezembro de 1996; Decreto n. 2.703, de 27 de dezembro de 2006 e Instrução Normativa n. 04, de 25 de março de 2015.
INTERESSADO: RENATA PEZZIN.
CPF: 690.419.462-68.
MARCA/MODELO: I/TOYOTA HILUX SWDMDA4MD.
CHASSI: 8AJBA3FS9P0329157.

Protocolo: 984688

PORTARIA Nº 2.388 2023-SEFA.DAD, DE 11 DE SETEMBRO DE 2023
O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela PORTARIA Nº 451 de 13/02/2019 (publicada no D.O.E. nº 33.805 de 15/02/2019),
RESOLVE:
Art. 1º REVOGAR os efeitos da PORTARIA Nº 1.057, de 25 de maio de 2022 e Portaria n° 2.271, de 25 de agosto de 2023.
Art. 2º DESIGNAR os servidores JAIR MULLER MARQUES DE SOUZA, Fiscal de Receitas Estaduais, Identificação Funcional nº 05915202/01 e ROSEMARY APARECIDA FERNANDES NASCIMENTO, Fiscal de Receitas Estaduais,

identificação funcional nº 05128765/01, ambos lotados na Célula de Análise e Controle da Arrecadação da Diretoria de Arrecadação e Informação Fiscais - DAIF/CACA, para atuarem, respectivamente, como Fiscal Titular e Fiscal Substituto, na fiscalização do 4º TAC Nº 023/2019/SEFA, firmado entre a SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA/SEFA e BANCO ITAÚ UNIBANCO S/A, referente à prestação dos serviços de arrecadação de tributos estaduais, como AGENTE ARRECADADOR, de acordo com as normas do Sistema de Arrecadação Estadual – SIARE.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
ANIDIO MOUTINHO
Diretor de Administração, em exercício – SEFA/PA

Protocolo: 984755

ERRATA

ERRATA
Matéria Publicada no Diário Oficial n° 35.531 de 05/09/2023, sob o número do Protocolo: 982562
Objeto: contratação de empresa para prestar serviços de atualizações de versões das Bibliotecas ICP-Bravo, para Lacuna PKI SDK, PKI Suite, Lacuna REST PKI e Lacuna Web PKI, e de suporte técnico
Contratado: LACUNA SOFTWARE LTDA
ONDE SE LÊ:
Termo Aditivo: 3°
LEIA-SE:
Termo Aditivo:4°

Protocolo: 984804

ERRATA DA PORTARIA Nº 2242/2023-SEFA/DAD, DE 24 DE AGOSTO DE 2023
Servidor: CARLOS ALBERTO JORGE DE OLIVEIRA JUNIOR
Onde se lê: no período de 04/07/2023 a 18/07/2023, por motivo de férias.
Leia-se: no período de 04/07/2023 a 18/07/2023, por motivo de licença saúde.

Protocolo: 984785

TERMO ADITIVO A CONTRATO

Termo aditivo: 9º
Contrato: 054/2014/SEFA
Data da assinatura: 31/08/2023
Vigência: 01/09/2023 a 31/08/2024
Objeto: a prorrogação do prazo de vigência do Contrato pelo período de 12 (doze) meses, com início em 1º de setembro de 2023 e término em 31 de agosto 2024;O reequilíbrio econômico-financeiro, a pedido do Locador, do valor mensal do aluguel, com prévia avaliação do imóvel realizada pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas – SEDOP, que passará de R$ 2.308,89 (dois mil trezentos e oito reais e oitenta e nove centavos) para R$ 2.400,00 (Dois mil e quatrocentos reais).
Funcional Programática/ Atividade: 170101.04.123.1508.8251
Natureza da Despesa: 33.90.36 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física.
Valor mensal: R$ 2.400,00
Valor Anual: R$ 28.800,00
FONTE DE RECURSOS: 02759000076-003245 – SUPERAVIT/FIPAT
Contratado: GILCILENE DE SOUZA CARDOSO, CPF/MF nº 637.732.792-72, residente e domiciliada à Rua Mato Grosso, n° 77, CEP: 68.524-970, Eldorado dos Carajás/PA
Ordenador: RENÉ DE OLIVEIRA E SOUSA JÚNIOR

Protocolo: 984817

SUPRIMENTO DE FUNDO

PORTARIA Nº 2435, 11 DE SETEMBRO DE 2023
O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 061 de 29/01/2021, publicada no Diário Oficial do Estado n° 34.477 de 01/02/2021 e, considerando o processo nº 2023/1012856
RESOLVE:
CONCEDER a servidora LEILA NOGUEIRA DA SILVA, cargo Assistente Administrativo, Matricula nº3252329/1, portadora do CPF nº 300.685.252.49, Suprimento de Fundos no valor total de R$ 1.700,00 (mil e setecentos reais), o qual deverá observar a classificação orçamentária:r
17101.04.123.1508.8251 - GESTÃO FAZENDÁRIA
33.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO: R$ 1.700,00 (mil e setecentos reais)
FONTE DE RECURSOS: 01500000001 - RECURSOS ORDINÁRIOS
Os recursos acima mencionados destinam-se as despesas da CERAT-CASTANHAL, não subordinada ao processo normal de aplicação, referente ao mês de SETEMBRO do exercício corrente, e deverão ser aplicados em até 30 (trinta) dias a contar da data do recebimento.
A prestação de Contas deverá ser até o 5º (quinto) dia útil após o período de aplicação.
A concessão de novo suprimento de fundos/e ou unidade fazendária será autorizada somente após a prestação de contas do Suprimento anterior.
Anidio Moutinho da Conceição
Diretor de Administração em exercício
PORTARIA Nº 2436, 11 DE SETEMBRO DE 2023
O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 061 de 29/01/2021, publicada no Diário Oficial do Estado n° 34.477 de 01/02/2021 e, considerando o processo nº 2023/989997-RESOLVE:
CONCEDER a servidora MARIA RENILDE LOBATO DA COSTA, cargo Assistente Administrativo, Matricula n° 5760747/1, portadora do CPF nº 288.756.482-04, Suprimento de Fundos no valor total de R$ 4.000,00 (quatro mil reais), o qual deverá observar a classificação orçamentária:
17101.04.123.1508.8251 - GESTÃO FAZENDÁRIA
33.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO: 4.000,00 (quatro mil reais)
FONTE DE RECURSOS: 01500000001 - RECURSOS ORDINÁRIOS
Os recursos acima mencionados destinam-se as despesas da CECOMT-GURUPI, não subordinada ao processo normal de aplicação, referente ao mês de SETEMBRO do exercício corrente, e deverão ser aplicados em até 30 (trinta) dias a contar da data do recebimento.
A prestação de Contas deverá ser até o 5º (quinto) dia útil após o período de aplicação.
A concessão de novo suprimento de fundos/e ou unidade fazendária será autorizada somente após a prestação de contas do Suprimento anterior.
Anidio Moutinho da Conceição
Diretor de Administração em exercício

Protocolo: 984656

DIÁRIA

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Portaria n° 451 de 13/02/2019 (publicada no DOE n° 33.805 de 15/02/2019)
RESOLVE
PORTARIA Nº de 2439 / SEFA - DAD de 11 de setembro de 2023. AUTORIZAR 2 e 1/2 diárias a servidor CARLOS NAZARENO NATIVIDADE JARDIM, nº 0570361101, MOTORISTA FAZENDÁRIO - B - III, COORD. EXEC. DE CONTROLE MERCADORIA EM TRANS. DO GURUPI, objetivo de conduzir veículo oficial, no período de 11.09.2023 à 13.09.2023, no trecho Gurupi/Belém/Gurupi
PORTARIA Nº de 2437 / SEFA - DAD de 11 de setembro de 2023. AUTORIZAR 2 e 1/2 diárias ao servidor EDERSON CHARLES DA SILVA GOMES, nº 5520939701, FISCAL-A, COORD. EXEC. DE CONTROLE MERCADORIA EM TRANS. DA CECOMT TAPAJOS, objetivo de participar da operação de fiscalização, no período de 08.09.2023 à 10.09.2023, no trecho Óbidos/Juruti/Oriximiná/Óbidos
PORTARIA Nº 2434 / SEFA - DAD de 11 de setembro de 2023. AUTORIZAR 2 e 1/2 diárias ao servidor MATHEUS PIETRO MARASSI GOMES, nº 5520904601, FISCAL-A, COORD. EXEC. DE CONTROLE MERCADORIA EM TRANS. DA CECOMT TAPAJOS, objetivo de participar da operação de fiscalização, no período de 08.09.2023 à 10.09.2023, no trecho Óbidos/Juruti/Oriximiná/Óbidos
Anidio Moutinho
Diretor de Administração, em exercício

Protocolo: 984692

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO - CERAT CASTANHAL
O Coordenador Executivo Regional de Administração Tributária e Não Tributária de Castanhal, da Secretaria de Estado da Fazenda.
FAZ SABER a todos quantos o presente Edital lerem ou dele por qualquer outro meio tomarem conhecimento que foi lavrado Auto de Infração e Notificação Fiscal - AINF', decorrente da Ação Fiscal de Rotina ou Pontual, através da Ordem de Serviço nº022023820000030-2 , no período de 01/2019 até 12/2021, conforme abaixo identificado.
CONTRIBUINTE: J RIBEIRO MINERAÇÃO E LOGISTICA LTDA
INSCRIÇÃO ESTADUAL: 15.202.914-1
CNPJ: 02.941.885/0001-59
AINF's: 022023510000071-3 e 022023510000073-0
AUDITORES RESPONSAVEIS: JOSE FRANCISCO DA COSTA JUNIOR e FRANCISCO ASSIS CAROLINO JUNIOR
O prazo para efetuar o recolhimento do crédito tributário ou apresentar impugnação é de 30 (trinta) dias , contados a partir do 15º dia da publicação desta Notificação, de acordo com o que estabelece a Lei 6.182/98, de 30 de dezembro de 1998, alterada pela Lei nº 1.078, de 28 de dezembro de 2007, Art. 14, § 3º, o que poderá ser feito nesta Coordenação, localizada na Rua Paes de Carvalho nº1128, Bairro Centro - Castanhal (PA), no horário de 08:00 ás 14:00 hs, findo o qual sujeitar-se-á à cobrança executiva do crédito tributário.
FRANCISCO ASSIS CAROLINO JUNIOR
Coordenador Fazendário da CERAT Castanhal

Protocolo: 984636

OUTRAS MATÉRIAS

PORTARIAS DE ISENÇÃO DE ICMS – CAT
Portaria n.º202301000883 de 11/09/2023 -
Proc n.º 002023730006075/SEFA
Motivo: Conceder a isenção do ICMS para Taxista.
Base Legal: Convênio ICMS n.º 38, de 06 de julho de 2001 e do artigo 71 do Anexo II do RICMS-PA (aprovado pelo Decreto n.º 4676/01)
Interessado: Luiz Afonso Lima Tavares – CPF: 268.480.232-72
Marca: I/TOYOTA YARIS SEDAN XL, FLEX AT. Tipo: Pas/Automóvel

PORTARIAS DE ISENÇÃO DE IPVA – CAT
Portaria n.º202304005721, de 11/09/2023 -
Proc n.º 2023730006062/SEFA
Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2023
Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01
Interessado: Mauricio do Socorro Cravo da Costa – CPF: 125.364.742-91
Marca/Tipo/Chassi
CHEV/PRISMA 1.4MT LT/Pas/Automovel/9BGKS69V0JG251941

Portaria n.º202304005723, de 11/09/2023 -
Proc n.º 2023730006076/SEFA
Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2023
Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01
Interessado: Carlos Portilho – CPF: 431.723.692-34
Marca/Tipo/Chassi
CHEV/SPIN 18L AT PREMIER/Pas/Automovel/9BGJP7520MB154469
Portaria n.º202304005725, de 11/09/2023 -
Proc n.º 2023730006086/SEFA
Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2023
Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01
Interessado: Walter Luis Pereira de Sousa – CPF: 256.578.952-15
Marca/Tipo/Chassi
CHEV/ONIX PLUS 10TAT LT1/Pas/Automovel/9BGEB69H0PG208030
Portaria n.º202304005727, de 11/09/2023 -
Proc n.º 2023730005922/SEFA
Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2023
Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01
Interessado: Rodolfo Rodrigues Costa – CPF: 252.499.162-87
Marca/Tipo/Chassi
FIAT/MOBI LIKE/Pas/Automovel/9BD341A5XLY687883
Portaria n.º202304005729, de 11/09/2023 -
Proc n.º 2023730005584/SEFA
Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2023
Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01
Interessado: Luiz Gonzaga Oliveira Alcantara – CPF: 243.883.782-91
Marca/Tipo/Chassi
FIAT/PALIO ESSENCE 1.6/Pas/Automovel/9BD196283F2243231
Portaria n.º202304005732, de 11/09/2023 -
Proc n.º 2023730006068/SEFA
Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2023
Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01
Interessado: Maria do Socorro da Costa Martins – CPF: 593.688.292-68
Marca/Tipo/Chassi
CHEV/SPIN 1.8L AT LTZ/Pas/Automovel/9BGJC7520JB225048
Portaria n.º202304005734, de 11/09/2023 -
Proc n.º 2023730006087/SEFA
Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2023
Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01
Interessado: Luiz Fernando Ferreira Araujo – CPF: 448.476.102-53
Marca/Tipo/Chassi
FIAT/SIENA ATTRACTIV 1.4/Pas/Automovel/9BD19713HM3391905
Portaria n.º202304005736, de 11/09/2023 -
Proc n.º 2023730006077/SEFA
Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2023
Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01
Interessado: Mauricio Serra da Silva – CPF: 117.716.312-87
Marca/Tipo/Chassi
VW/FOX CL MCV/Pas/Automovel/9BWAG45Z8H4042814
Portaria n.º202304005738, de 11/09/2023 -
Proc n.º 2023730006070/SEFA
Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2023
Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01
Interessado: Claudio Tavares de Morais – CPF: 064.225.782-53
Marca/Tipo/Chassi
FIAT/WEEKEND ATTRACTIVE/Pas/Automovel/9BD37412FK5106792
Portaria n.º202304005740, de 11/09/2023 -
Proc n.º 2023730006071/SEFA
Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2023
Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01
Interessado: Dinoval dos Santos Moreira Junior – CPF: 587.446.142-68
Marca/Tipo/Chassi
FIAT/IDEA ATTRACTIVE 1.4/Pas/Automovel/9BD13501YF2280538
Portaria n.º202304005742, de 11/09/2023 -
Proc n.º 2023730005579/SEFA
Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2023
Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01
Interessado: Raimundo Barroso da Silva – CPF: 086.154.202-97
Marca/Tipo/Chassi
VW/POLO MA/Pas/Automovel/9BWAG5BZ1RT601332
Portaria n.º202304005744, de 11/09/2023 -
Proc n.º 2023730005962/SEFA
Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2023
Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01
Interessado: José Maurício da Silva – CPF: 440.876.912-68
Marca/Tipo/Chassi
CHEV/ONIX PLUS 10TMT LTZ/Pas/Automovel/9BGEN69H0PG177847

PORTARIAS DE REVOGAÇÃO DE ISENÇÃO DE IPVA – CAT

Portaria n.º202304005731, de 11/09/2023 -
Proc n.º 1220237300011033/SEFA
Motivo: Revogar a concessão da isenção do IPVA ao veículo de 01/01/2022 a 31/12/2022
Base Legal: art. 1º, § 1º, IV c/c §§ 5º e 6º da Lei nº 6.017/96 revogação decorrente de mud de categoria em veículo beneficiado pela isenção de ipva, placa qej3h29.
Interessado: Gilberto Pereira de Assis – CPF: 117.126.862-91
Marca/Tipo/Chassi
CHEVROLET/COBALT 18A ELI/Pas/Automovel/9BGJE6920HB160787

Protocolo: 984703

ATOS DO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FAZENDÁRIOS
ANÚNCIO DE PAUTA PARA JULGAMENTO

A Secretária-geral do TARF da Secretaria de Estado da Fazenda, Sr.ª Ana Kátia Nascimento da Paz Sarmento, torna pública a data de julgamento dos recursos abaixo, a ocorrer por meio de VIDEOCONFERÊNCIA, conforme Instrução Normativa SEFA n. 004/2021, de 16/03/2021, na sala de sessões do Tribunal, sito em Belém, na Av. Gentil Bittencourt, 2566, 3º andar, entre Trav. Castelo Branco e Av. José Bonifácio:
PRIMEIRA CÂMARA PERMANENTE DE JULGAMENTO
Em 18/09/2023, às 09:30h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 20.131, AINF nº 172019510000231-5, contribuinte FOREVER COMPANY COSMETICOS LTDA, CNPJ nº. 08.958.817/0001-89;
Em 18/09/2023, às 09:30h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 20.129, AINF nº 172019510000230-7, contribuinte FOREVER COMPANY COSMETICOS LTDA, CNPJ nº. 08.958.817/0001-89;
Em 18/09/2023, às 09:30h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 20.177, AINF nº 182020510000282-4, contribuinte HNK BR BEBIDAS LTDA., Insc. Estadual nº. 15.293.085-0, advogado: FERNANDO WESTIN MARCONDES PEREIRA, OAB/SP-212546;
Em 18/09/2023, às 09:30h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 20.069, AINF nº 042021510000126-7, contribuinte CICLO CAIRU LTDA, Insc. Estadual nº. 15.506.528-9, advogado: MARIO MARTINS NETO, OAB/PA-31516;
Em 18/09/2023, às 09:30h, RECURSO DE OFÍCIO n.º 20.165, AINF nº 032021510000178-6, contribuinte CICLO CAIRU LTDA, Insc. Estadual nº. 15.506.526-2, advogado: MARIO MARTINS NETO, OAB/PA-31.516;
Em 18/09/2023, às 09:30h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 20167, AINF nº 032021510000178-6, contribuinte CICLO CAIRU LTDA, Insc. Estadual nº. 15.506.526-2, advogado: MARIO MARTINS NETO, OAB/PA-31516.

Protocolo: 984759

BANCO DO ESTADO DO PARÁ

EXTINÇÃO DE CONTRATO

Distrato do Contrato Nº: 100/2020
Data da Assinatura: 23.08.2023
Objeto do Distrato: O presente distrato tem como OBJETO, o Contrato nº 100/2020 e seus aditivos, para prestação de serviços técnicos serviços técnicos de auditoria independente que abrangerá a auditoria de todas as modalidades de operações do BANPARÁ, inclusive sua responsabilidade no auxílio pós-emprego e de seus sistemas informatizados, os controles internos, o gerenciamento do risco operacional com a emissão de parecer técnico e relatórios de auditoria, , observadas as normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, Banco Central do Brasil, Comissão de Valores Mobiliários – CVM e demais normas correlatas.
Contratada: KPMG Auditores Independentes Ltda.
Endereço: Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, nº 105 - 6º, 7º e 12º Andar - Torre A Bairro: Vila São Francisco
CEP: 04711-035 São Paulo/SP
Diretor Responsável: Igor Barbosa Gonçalves – Diretor de Controle, Risco e RI
Ordenador Responsável: Ruth Pimentel Mello – Diretora-Presidente

Protocolo: 984401

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2023
O BANCO DO ESTADO DO PARÁ S.A. torna público que realizará nos termos da Lei n. 13.303/2016 e de seu Regulamento de Licitações e Contratos, licitação na modalidade Pregão Eletrônico para a contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços contínuos de manutenção preditiva, preventiva, corretiva programada e não programada (emergencial), com fornecimento e reposição de quaisquer componentes e peças novos, originais e abastecimento com fornecimento de combustível, nas subestações elétricas e grupos motor geradores instalados nas Unidade do BANPARÁ, conforme especificações e condições exigidas no edital e demais anexos.
Este instrumento convocatório é regido pela Lei nº 10.520/2002 e pela Portaria SEGES nº 1.769/2023
A sessão pública ocorrerá na seguinte data, horário e local:
DATA: 03/10/2023
HORÁRIO: 10 h (Horário de Brasília)
SISTEMA DE LICITAÇÕES: www.gov.br/compras
UASG: 925803
O edital da licitação estará disponível a partir de 12/09/2023, podendo ser obtido: (i) Gratuitamente no site do BANPARÁ (www.banpara.b.br) e sites www.gov.br/compras e www.compraspara.pa.gov.br; ou, (ii) Na sede do BANPARÁ (Av. Presidente Vargas, n. 251, Ed. BANPARÁ – 1º andar, Comércio, Belém/PA) mediante depósito identificado do valor de R$ 0,25 (vinte e cinco centavos) por folha (Conta Corrente nº 800.002-6, Agência nº 0011 do BANPARÁ), não reembolsável, relativos aos custos de reprodução.
Belém - Pará, 12 de Setembro de 2023.
Soraya Rodrigues
Pregoeira

Protocolo: 984771

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2023
O BANCO DO ESTADO DO PARÁ S.A. torna público que realizará nos termos da Lei n. 13.303/2016 e de seu Regulamento de Licitações e Contratos[1], licitação na modalidade Pregão Eletrônico para o Fornecimento de Rack's de Telecomunicações e Acessórios para compor o estoque mínimo necessário para a ativação das novas unidades previstas no Plano de Expansão 2023 e para o cumprimento das demandas legadas da matriz (ajustes de layout), conforme especificações, exigências e condições estabelecidas neste Termo de Referência e seus Adendos, observadas as especificações e condições exigidas no edital e anexos.
Este instrumento convocatório é regido pela Lei nº 10.520/2002 e pela Portaria SEGES nº 1.769/2023.
A sessão pública ocorrerá na seguinte data, horário e local:
DATA: 22/09/2023
HORÁRIO: 10h (Horário de Brasília)
SISTEMA DE LICITAÇÕES: www.gov.br/compras
UASG: 925803
O edital da licitação estará disponível a partir de 12/09/2023, podendo ser obtido: (i) Gratuitamente no site do BANPARÁ (www.banpara.b.br) e sites www.gov.br/compras e www.compraspara.pa.gov.br; ou, (ii) Na sede do BANPARÁ (Av. Presidente Vargas, n. 251, Ed. BANPARÁ – 1º andar, Comércio, Belém/PA) mediante depósito identificado do valor de R$ 0,25 (vinte e cinco centavos) por folha (Conta Corrente nº 800.002-6, Agência nº 0011 do BANPARÁ), não reembolsável, relativos aos custos de reprodução.
Belém - Pará, 12 de setembro de 2023.
Ana Carolina Lima
Pregoeira

Protocolo: 984667

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

LICENÇA PRÊMIO

PORTARIA Nº 1070 DE 05 DE SETEMBRO DE 2023- DGTES
A Diretora de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, usando de suas atribuições, delegadas através da Portaria nº. 039/ 03.04.1996, publicada no DOE nº. 28.190/11.04.1996 e considerando o teor do processo nº. E -2023/2206100.
RESOLVE:
CONCEDER, de acordo com o artigo 98 da Lei nº. 5.810 de 24.01.1994, a servidora CLEDINA MEIRE BARBOSA MOREIRA PIRES, matrícula nº. 5876354/2, cargo de Enfermeiro, Regime Jurídico de Estatutário Efetivo, Lotada no Hospital Regional - Tucuruí, goze 02 (dois) meses de Licença Prêmio, correspondente ao Triênio de 03.09.2016 a 02.09.2019.
AUTORIZAR que a servidora goze 01 (um) mês de Licença Prêmio, no período de 16.10.2023 a 14.11.2023, no total de 30 (trinta) dias.
Diretoria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde da Secretaria de Estado de Saúde Pública em: 11.09.2023.
Kelly de Cássia Peixoto de Oliveira Silveira
Diretora de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde
PORTARIA Nº 112 DE 30 DE AGOSTO DE 2023
A Diretora de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, usando de suas atribuições, delegadas através da Portaria nº. 039/ 03.04.1996, publicada no DOE nº. 28.190/11.04.1996 e considerando o teor do processo PAE nº. E-2023/2204587.
RESOLVE:
DETERMINAR, de comum acordo, que a servidora IRACI PAULINO FERREIRA, matrícula nº 54189787/1, cargo de Agente de Artes Praticas, regime jurídico de Estatutário Efetivo, lotado no 11º Centro Regional de Saúde - Unidade Mista de São Domingos do Araguaia, goze de Licença Prêmio, que lhe foi concedida através da Portaria nº. 111/24.08.2023, publicada no DOE nº 35.525/30.08.2023, correspondente ao Triênio de 19.08.2008 a 18.08.2011, no período de 01.12.2023 a 30.12.2023, no total de 30 (trinta) dias.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
Diretoria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde da Secretaria de Estado de Saúde Pública em: 11.09.2023.
Kelly de Cássia Peixoto de Oliveira Silveira
Diretora de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde
PORTARIA Nº 1071 DE 05 DE SETEMBRO DE 2023- DGTES
A Diretora de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, usando de suas atribuições, delegadas através da Portaria nº. 039/ 03.04.1996, publicada no DOE nº. 28.190/11.04.1996 e considerando o teor do processo nº. E -2023/2207804.
RESOLVE:
CONCEDER, de acordo com o artigo 98 da Lei nº. 5.810 de 24.01.1994, ao servidor JOSE ALBERTO GOMES DOS SANTOS, matrícula nº. 54189994/1, cargo de Farmacêutico Bioquímico, Regime Jurídico de Estatutário Efetivo, Lotado na Divisão de Medicamentos e Material Técnico, goze 02 (dois) meses de Licença Prêmio, correspondente ao Triênio de 23.09.2008 a 22.09.2011.
AUTORIZAR que o servidor goze 01 (um) mês de Licença Prêmio, no período de 02.10.2023 a 31.10.2023, no total de 30 (trinta) dias.
Diretoria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde da Secretaria de Estado de Saúde Pública em: 11.09.2023.
Kelly de Cássia Peixoto de Oliveira Silveira
Diretora de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde
PORTARIA Nº. 1075 DE 06 DE SETEMBRO DE 2023 - DGTES/SESPA.
A Diretora de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, usando de suas atribuições, delegadas através da Portaria nº. 039/03.04.1996, publicada no DOE nº. 28.190/11.04.1996 e considerando os termos do processo nº. E - 2023/2216135.
RESOLVE:
DETERMINAR, de comum acordo, que a servidora MARIA DE FATIMA SOUZA SANTOS, matrícula nº. 120510/1, cargo de Agente de Saúde, Regime Jurídico de Estatutário Efetivo, lotada na Divisão de Vigilância a Saúde com atuação no Serviço de Verificação de Óbitos, goze de Licença Prêmio, que lhe foi concedida através da Portaria nº. 747/12.06.2023, publicado no Diário Oficial do Estado do Pará n°. 35.449/26.06.2023, correspondente ao Triênio de 13.08.2017 a 12.08.2020, no período de 16.10.2023 a 14.11.2023.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
Diretoria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde da Secretaria de Estado de Saúde Pública em: 11.09.2023.
Kelly de Cássia Peixoto de Oliveira Silveira
Diretora de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde
PORTARIA Nº. 1091 DE 11 DE SETEMBRO DE 2023 - DGTES/SESPA.
A Diretora de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, usando de suas atribuições, delegadas através da Portaria nº. 039/03.04.1996, publicada no DOE nº. 28.190/11.04.1996 e considerando os termos do processo nº. E - 2023/2216197.
RESOLVE:
DETERMINAR, de comum acordo, que a servidora ANDREA HELENA MARTINS AMARAL, matrícula nº. 57205636/1, cargo de Agente de Controle de Endemias, Regime Jurídico de Estatutário Efetivo, lotada no Departamento de Controle de Endemias, goze de Licença Prêmio, que lhe foi concedida através da Portaria nº. 1501/21.11.2022, publicado no Diário Oficial do Estado do Pará n°. 35.210/06.12.2022, correspondente ao Triênio de 17.10.2008 a 16.10.2011, no período de 16.10.2023 a 14.11.2023.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
Diretoria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde da Secretaria de Estado de Saúde Pública em: 11.09.2023.
Kelly de Cássia Peixoto de Oliveira Silveira
Diretora de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde

Protocolo: 984664

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

PORTARIA COLETIVA Nº 1082 DE 11 DE SETEMBRO DE 2023 - DGTES/SESPA
A Diretora de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela PORTARIA Nº 039/03.04.1996, publicada no DOE nº. 28.190 de 11.04.1996 e, CONSIDERANDO, o que dispõe o art. 81- A da Lei no. 9.982 de 06/07/2023;
RESOLVE:
CONCEDER, Licença Saúde Dispensada de Perícia aos servidores abaixo relacionados;

Matrícula	Nome	Cargo	Período	Processo
54185128/2	JEFFERSON BELTRAO SOUZA	MÉDICO	31/08/2023 a 14/09/2023	2023/2221807
5895774/1	LUCIANNE DO SOCORRO NASCIMENTO DE ARAUJO	ENFERMEIRO	22/08/2023 a 31/08/2023	2023/2222169
726761/1	JOAO ANTONIO DOS SANTOS FILHO	TÉCNICO DE LABORATÓRIO	24/07/2023 a 24/07/2023	2023/2218332
54191867/1	KELLY CRISTINA SANTOS FERREIRA	TÉCNICO PATOLOGIA CLINICA	25/07/2023 a 29/07/2023	2023/2218404
57174400/2	LAURIANA RODRIGUES DE BRITO	TÉCNICO PATOLOGIA CLINICA	31/07/2023 a 31/07/2023	2023/2218463
54191580/1	MAURO ROBERTO PANTOJA DE CASTRO	AGENTE ADMINISTRATIVO	28/07/2023 a 28/07/2023	2023/2218815
5521076/2	ROBERTO LIMA BEZERRA	TÉCNICO PATOLOGIA CLINICA	25/07/2023 a 26/07/2023	2023/2218835
57195009/1	ELAINE CRISTINA NOGUEIRA SALES	ASSISTENTE SOCIAL	22/08/2023 a 28/08/2023	2023/2215632
105694/1	CARLOS ALBERTO FERREIRA VIDAL	ODONTÓLOGO	25/08/2023 a 27/08/2023 - 28/08/2023 a 03/09/2023	2023/2214200
5763010/2	MIRIAN DA COSTA NASCIMENTO	AGENTE ADMINISTRATIVO	30/08/2023 a 01/09/2023	2023/2218406
57190511/1	ROSILENE DE OLIVEIRA MAUES	ENFERMEIRO	16/08/2023 a 16/08/2023 - 17/08/2023 a 18/08/2023 - 21/08/2023 a 25/08/2023	2023/2219825
119989/1	JOANA ALVES VELOSO	TÉCNICO DE LABORATÓRIO	07/07/2023 a 07/07/2023	2023/2218314
5290384/3	JAQUELINE ABDON YAZBEK	TÉCNICO PATOLOGIA CLINICA	12/07/2023 a 12/07/2023 - 31/07/2023 a 31/07/2023	2023/2218277
5900589/1	IVANETE COSTA DA ROCHA	TÉCNICO EM GESTÃO DE DESENVOLVIMENTO CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	18/07/2023 a 18/07/2023	2023/2218208
57207686/1	ISIS ELAINE NUNES RODRIGUES SOUZA	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	11/07/2023 a 12/07/2023	2023/2218193

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE
GDV/DIRETORIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE /SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, em 11/09/2023.
Kelly de Cássia Peixoto de Oliveira Silveira
Diretora de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde.

PORTARIA COLETIVA Nº 1083 DE 11 DE SETEMBRO DE 2023 - DGTES/SESPA

A Diretora de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela PORTARIA Nº 039/03.04.1996, publicada no DOE nº. 28.190 de 11.04.1996 e, CONSIDERANDO, o que dispõe o art. 81- A da Lei no. 9.982 de 06/07/2023;
RESOLVE:
CONCEDER, Licença Saúde Dispensada de Perícia aos servidores abaixo relacionados;

Matrícula	Nome	Cargo	Período	Processo
84808/1	ALBERTO NASCIMENTO BATISTA	AGENTE DE PORTARIA	10/08/2023 a 24/08/2023	2023/2200378
57228292/1	BENITA MONTEIRO MOREIRA	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	12/07/2023 a 14/07/2023 - 17/07/2023 a 24/07/2023	2023/2201220
57194168/1	BERENICE DO SOCORRO DA SILVA SANTOS	AGENTE ADMINISTRATIVO	11/07/2023 a 14/07/2023	2023/2201569
57195009/1	ELAINE CRISTINA NOGUEIRA SALES	ASSISTENTE SOCIAL	22/08/2023 a 28/08/2023	2023/2210293
54189348/1	ELENILCE PEREIRA DE CARVALHO	NUTRICIONISTA	01/08/2023 a 10/08/2023	2023/2193367
54189158/2	LILIANE CRISTINA LOPES DA SILVA	ENFERMEIRO	18/07/2023 a 19/07/2023 - 05/07/2023 a 07/07/2023	2023/2206276
57194997/1	LUCIANA CRISTINA PAIVA LEAL	ENFERMEIRO	24/08/2023 a 26/08/2023	2023/2213674
57198116/1	NELITA DE SOUSA SILVA	AGENTE ADMINISTRATIVO	17/07/2023 a 04/08/2023	2023/2173142
191426/3	SIMONE ALDENORA DOS ANJOS COSTA	ASSISTENTE SOCIAL	04/08/2023 a 18/08/2023	2023/2198142

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE
GDV/DIRETORIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE /SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, em 11/09/2023.
Kelly de Cássia Peixoto de Oliveira Silveira
Diretora de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde.

PORTARIA COLETIVA Nº 1084 DE 11 DE SETEMBRO DE 2023 - DGTES/SESPA

A Diretora de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela PORTARIA Nº 039/03.04.1996, publicada no DOE nº. 28.190 de 11.04.1996 e, CONSIDERANDO, o que dispõe o art. 81- A da Lei no. 9.982 de 06/07/2023;
RESOLVE:
CONCEDER, Licença Saúde Dispensada de Perícia aos servidores abaixo relacionados;

Matrícula	Nome	Cargo	Período	Processo
54194088/1	GEORGETT VIEGAS PRINCE	AGENTE ADMINISTRATIVO	27/07/2023 a 28/07/2023	2023/2218177
5150078/1	EDIGLEUMA DULCE COSTA DA MOTA	TÉCNICO DE LABORATÓRIO	13/07/2023 a 13/07/2023 - 31/07/2023 a 01/08/2023	2023/2218162
57194279/1	CRISTIANE MOTA DA COSTA VILAS BOAS ALMEIDA	AGENTE ADMINISTRATIVO	18/07/2023 a 18/07/2023	2023/2218155
115720/3	ANA CRISTINA LIMA DE SOUZA	TÉCNICO EM GESTÃO PUBLICA	13/07/2023 a 14/07/2023	2023/2218125
57193924/1	AMERICO JOSE SOUSA BARBOSA	AGENTE ADMINISTRATIVO	21/07/2023 a 21/07/2023	2023/2217948
55589001/2	CRISTINA AUGUSTA SILVA DA ROSA	AGENTE ADMINISTRATIVO	17/07/2023 a 19/07/2023 - 24/07/2023 a 26/07/2023	2023/2180780
57174900/3	ANTONIO AUGUSTO MARTINS DA SILVA	ENFERMEIRO	19/07/2023 a 25/07/2023	2023/2181442
3883/2	ANGELA NAZARE SANTOS FREITAS	ENFERMEIRO	24/07/2023 a 27/07/2023	2023/2181112
120111/1	DALVA RAIMUNDA REIS FERREIRA COELHO	AGENTE DE SAÚDE	18/07/2023 a 18/07/2023 - 19/07/2023 a 21/07/2023	2023/2181112
5830001/2	EDERSON LUIS LOBATO BORGES	AGENTE ADMINISTRATIVO	26/07/2023 a 28/07/2023	2023/2185168
57192586/1	FLAVIA BATISTA MONTEIRO	FONOAUDIÓLOGO	31/07/2023 a 09/08/2023	2023/2187157
5160855/1	ROZIMEIRE SILVA DO NASCIMENTO	AGENTE DE PORTARIA	02/08/2023 a 04/08/2023	2023/2192246

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE
GDV/DIRETORIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE /SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, em 11/09/2023.
Kelly de Cássia Peixoto de Oliveira Silveira
Diretora de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde.

PORTARIA COLETIVA Nº 1085 DE 11 DE SETEMBRO DE 2023 - DGTES/SESPA

A Diretora de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela PORTARIA Nº 039/ 03.04.1996, publicada no DOE nº. 28.190 de 11.04.1996 e, CONSIDERANDO, o que dispõe o art. 81- A da Lei no. 9.982 de 06/07/2023;
RESOLVE:
CONCEDER, Licença assistência Dispensada de Perícia aos servidores abaixo relacionados;

Matrícula	Nome	Cargo	Período	Processo
57197094/1	KELLY DAYZIANE QUARESMA SILVA GUEDES	ATENDENTE DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO	07/08/2023 a 21/08/2023	2023/2206473
57188549/1	MAURO FERNANDO SCHMIDT	PSICÓLOGO	07/08/2023 a 21/08/2023	2023/2193676
54189732/1	LORENA SOUZA MARTINS	NUTRICIONISTA	19/07/2023 a 07/08/2023	2023/2177477

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE
GDV/DIRETORIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE /SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, em 11/09/2023.
Kelly de Cássia Peixoto de Oliveira Silveira
Diretora de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde.

PORTARIA COLETIVA Nº 1086 DE 11 DE SETEMBRO DE 2023 - DGTES/SESPA

A Diretora de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela PORTARIA Nº 039/03.04.1996, publicada no DOE nº. 28.190 de 11.04.1996 e, CONSIDERANDO, o que dispõe o art. 81- A da Lei no. 9.982 de 06/07/2023;
RESOLVE:
CONCEDER, Licença Saúde Dispensada de Perícia aos servidores abaixo relacionados;

Matrícula	Nome	Cargo	Período	Processo
3202933-3	IVONE MARIA GOMES NOGUEIRA	ASSITENTE SOCIAL	24/08/2023 a 28/08/2023	E-2023/2209769
3243460-3	CLELIA MARIA GUIMARAES SARAIVA	ASSITENTE SOCIAL	08/08/2023 a 22/08/2023	E-2023/2208452
57194819-1	JOÃO BERNARDO DE ALMEIDA MORAES	AGENTE ADMINISTRATIVO	01/08/2023 a 15/08/2023	E-2023/2191344
55590113-1	ANDREA CRISTINA DO NASCIMENTO CARVALHO	AGENTE DE PORTARIA	27/07/2023 a 30/07/2023	E-2023/2204149
54192440-1	WARLENE DO SOCORRO XAVIER DA CONCEIÇÃO	FARMACEUTICO BIOQUIMICO	17/08/2023 a 21/08/2023	E-2023/2206751
57208369-1	KESIA KAROLINE DA SILVA PIRES	TECNICO DE ENFERMAGEM	17/08/2023 a 17/08/2023 - 18/08/2023 a 18/08/2023 - 19/08/2023 a 23/08/2023	E-2023/2206564
54189840-1	FABIANA BORGES VIDEIRA DE OLIVEIRA	ODONTOLOGO	22/08/2023 a 03/09/2023	E-2023/2206550
57191148-1	ELAINE CRISTINA DA MOTA SOARES	AGENTE ADMINISTRATIVO	14/08/2023 a 16/08/2023 - 28/08/2023 a 28/08/2023	E-2023/2216151
54188371-2	JANDIRA MIRANDA DA SILVA	ASSITENTE SOCIAL	21/08/2023 a 04/09/2023	E-2023/2206457
5757070-2	ANA CRISTINA DA SILVA SOUSA	TEREPEUTA OCUPACIONAL	08/08/2023 a 11/08/2023	E-2023/2205117
3154750-1	MARIA LUCIA SILVA DE OLIVEIRA	AGENTE DE SAÚDE	09/08/2023 a 11/08/2023	E-2023/2205023
57191159-1	HENRIQUE GOMES DA SILVA JUNIOR	AGENTE ADMINISTRATIVO	27/08/2023 a 31/08/2023	E-2023/2216223
5830001-2	EDERSON LUIS LOBATO BORGES	AGENTE ADMINISTRATIVO	16/08/2023 a 18/08/2023	E-2023/2205138
5140315-4	ILIETE SOCORRO ALCOFORADO BESSA COSTA	ASSITENTE SOCIAL	15/08/2023 a 19/08/2023	E-2023/2205149
57193941-1	ALCILENE SANTOS DE SOUZA	ENFERMEIRO	26/07/2023 a 29/07/2023	E-2023/2204809

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE
GDV/DIRETORIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE /SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, em 11/09/2023.
Kelly de Cássia Peixoto de Oliveira Silveira
Diretora de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde.

PORTARIA COLETIVA Nº 1087 DE 11 DE SETEMBRO DE 2023 - DGTES/SESPA

A Diretora de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela PORTARIA Nº 039/03.04.1996, publicada no DOE nº. 28.190 de 11.04.1996 e, CONSIDERANDO, o que dispõe o art. 81- A da Lei no. 9.982 de 06/07/2023;
RESOLVE:
CONCEDER, Licença Saúde Dispensada de Perícia aos servidores abaixo relacionados;

Matrícula	Nome	Cargo	Período	Processo
54191852-1	JOSENETE RIBEIRO MACEDO	AGENTE DE PORTARIA	17/08/2023 a 31/08/2023	E-2023/2204158
57206651-1	LUCIENE SANTOS RAMOS	TECNICO DE ENFERMAGEM	14/08/2023 a 28/08/2023	E-2023/2203456
5113911-1	ALTAIR SOCORRO NAIFF DA SILVA	ASSISTENTE SOCIAL	16/08/2023 a 18/08/2023	E-2023/2201010
54190451-1	EDINEA MARIA NERI QUINTAS	ODONTOLOGO	04/08/2023 a 10/08/2023	E-2023/2200912
54190451-2	EDINEA MARIA NERI QUINTAS	ODONTOLOGO	04/08/2023 a 10/08/2023	E-2023/2200912
121118-1	ANA CLEIDE SOUSA DA SILVA	AGENTE DE PORTARIA	26/07/2023 a 09/08/2023	E-2023/2198245
57197193-1	MICHELE SILVA DE SOUZA FERREIRA	FISIOTERAPEUTA	01/08/2023 a 08/08/2023	E-2023/2196093
54191397-1	LUIZ VIANA DA COSTA	AGENTE ADMINISTRATIVO	01/08/2023 a 03/08/2023	E-2023/2194438

5274087-3	NEUSA PEREIRA DA SILVA OLIVEIRA	PSICOLOGO	01/08/2023 a 04/08/2023	E-2023/2194370

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE
GDV/DIRETORIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE /SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, em 11/09/2023.
Kelly de Cássia Peixoto de Oliveira Silveira
Diretora de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde.

Protocolo: 984402

DESIGNAR FISCAL DE CONTRATO

PORTARIA N° 174 DE 05 DE SETEMBRO DE 2023

O Secretário Adjunto de Gestão Administrativa, no uso de suas atribuições legais, conferidas por intermédio do Decreto publicado em 03 de julho de 2020 no DO 34.272, e PORTARIA Nº 335 de 03 de julho de 2020 publicado em 07 de julho de 2020 no DOE de nº 34.272 e,
CONSIDERANDO o que dispõe a Portaria de Consolidação nº 02, de 28 de setembro de 2017 no Capítulo V – Da Contratualização, em seu art. 32;
CONSIDERANDO a obrigação da Administração de fiscalizar a execução de seus Contratos/Convênios administrativos, nos termos do art. 58, inciso III e art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93;
CONSIDERANDO os termos do Decreto Estadual nº 870 de 04 de outubro de 2013 e os termos da Cláusula Nona do Contrato Assistencial nº 09/2023 celebrado entre o Estado, por meio da Secretaria de Saúde Pública e a empresa Clínica Médica Voo de Liberdade Ltda, cujo objeto é a contratação de empresa especializada em administração para implantação/implementação dos Serviços Residenciais Terapêuticos – SRT, incluindo estrutura física, mobiliários, utensílios domésticos, roupas de cama, mesa e banho e serviços de cuidadores e enfermagem voltados para o gerenciamento de Serviço Residencial Terapêutico — SRT que visam atender aos usuários com histórico de internação de longa permanência, egressos de hospitais psiquiátricos conforme quantidades e especificações pormenorizadas constante do Anexo I-A do Termo de Referência e do Processo Administrativo Eletrônico nº 2022/1195558.
RESOLVE:
Art. 1º - Instituir a Comissão de Acompanhamento referente ao Contrato Assistencial nº 09/2023, a ser constituída por meio desta Portaria e será composta pelos membros abaixo:
Representantes da Secretaria de Estado de Saúde Pública:
DPAIS:
- Elisena Uchôa Medeiros – Matrícula nº 5161770/1;
- José Luiz Aragão de Almeida – Matrícula nº 57195794/1.
1º Centro Regional de Saúde:
- Alessandra Barros Amorim – Matrícula: 5943666/2;
- Cleide Elma Pereira Ribeiro – Matrícula nº 721018/1.
Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.
DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
ARIEL DOURADO SAMPAIO MARTINS DE BARROS
SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

Protocolo: 984438

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE ABERTURA DO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 056/SESPA/2023

A Secretaria de Estado de Saúde Pública, através de seu Pregoeiro, comunica que realizará licitação na modalidade Pregão Eletrônico do tipo "MENOR PREÇO POR ITEM", conforme abaixo:
OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de 30.000 (trinta mil) latas de Fórmula Infantil (FI) Tipo I, visando garantir o referido insumo às crianças expostas ao Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV), atendidas nos serviços de referência (SAE e maternidades) cadastrados no Estado do Pará, por um período de 12 (doze) meses.
DATA DA ABERTURA: 25 de setembro de 2023
HORÁRIO: 09h:00min. (Horário de Brasília).
LOCAL: Portal de Compras do Governo Federal – www.comprasgovernamentais.gov.br UASG: 925856.
ENTREGA DO EDITAL: Os interessados poderão retirar o edital nos sítios: www.comprasnet.gov.br ou www.compraspara.pa.gov.br.
OBSERVAÇÃO: Dúvidas poderão ser dirimidas diretamente com a pregoeira responsável, através do e-mail cpl@sespa.pa.gov.br.
As especificações dos itens a serem ofertadas encontram-se descritas no Termo de Referência do Edital.
Belém (PA), 11 de setembro de 2023
JOVELINA MARIA SOUSA MATOS'
PREGOEIRA/CPL/SESPA

Protocolo: 984505

FÉRIAS

PORTARIA COLETIVA N. º1.023 DE 11 DE SETEMBRO DE 2023/ DGTES/SESPA.

A DIRETORA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE/DGTES, usando de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº. 039/ 03.04.96,
R E S O L V E:
CONCEDER, Férias regulamentares aos servidores desta SESPA, abaixo relacionados, para o mês de OUTUBRO/2023.

MATRICULA	SERVIDORES	EXERCICIO	PERIODO DE GOZO
5620856/1	ADALGISA FARIAS RIBEIRO	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
5213843/2	ADALIA MIRANDA BATISTA DA COSTA	2022/2023	16/10/2023 A 14/11/2023
5230250/2	ADINALDO DOS SANTOS QUARESMA	2022/2023	23/10/2023 A 21/11/2023
5940593/2	ADJANY MAILLA DE ARAUJO SILVA	2022/2023	16/10/2023 A 30/10/2023
55586794/1	ADMILSON DE JESUS BAIA GUIOMARINO	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
54191342/1	ADRIANA DUARTE CUNHA	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
54190017/1	ADRIANA LEAL GOMES DA SILVA	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
57220667/4	ADRIANA SOUSA TAPAJOS	2020/2021	02/10/2023 A 16/10/2023
54194131/1	ADRIANO DOS SANTOS LIBONATI	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
5900478/1	AFONSO DOS SANTOS LOBATO	2021/2022	02/10/2023 A 31/10/2023
54193694/2	AGOSTINHO SOARES BELO	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
54192864/1	AGUEDA MARIA OLIVEIRA DE ARAUJO	2021/2022	02/10/2023 A 31/10/2023
57210142/1	ALAN CASTRO E SILVA	2022/2023	30/10/2023 A 28/11/2023
55587710/1	ALAN JEAN TELES MARTINS	2022/2023	09/10/2023 A 23/10/2023
55587710/3	ALAN JEAN TELES MARTINS	2022/2023	09/10/2023 A 23/10/2023
84808/1	ALBERTO NASCIMENTO BATISTA	2022/2023	15/10/2023 A 13/11/2023
5147212/1	ALCINEIA MARIA DA COSTA SANTOS	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
54194488/1	ALCIONE PENA FERREIRA	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
6011935/1	ALDEINA BARBOSA BRAZ	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
5965132/1	ALDENIS BRITO MATOS	2022/2023	01/10/2023 A 30/10/2023
57206357/1	ALDILENE SOARES DOS REIS VERGOLINO	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
57197927/2	ALESSANDRA DE FATIMA MALHEIROS MENEZES	2021/2022	02/10/2023 A 31/10/2023
5901412/1	ALESSANDRA NADREA DE SOUSA SILVA	2021/2022	02/10/2023 A 31/10/2023
57190722/1	ALESSANDRA NASCIMENTO DE OLIVEIRA PEREIRA	2021/2022	02/10/2023 A 16/10/2023
5967277/1	ALEXSANDRA FERREIRA DA SILVA	2022/2023	16/10/2023 A 14/11/2023
57224637/1	ALFRA DIAS DA ANUNCIACAO	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
55209560/1	ALINE BARRETO SA	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
5789745/2	ALMIR CHAGAS PINHEIRO	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
98906/1	ALMIRO DE LIMA NOGUEIRA	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
5159571/1	ALUISIO FELIX NASCIMENTO	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
5942504/1	AMANDA MARIA OLIVEIRA DE BRITO	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
54181683/2	AMELIA BELISA MOUTINHO DA PONTE	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
57193983/1	ANA ALICE GOMES DA SILVA COSTA	2022/2023	02/10/2023 A 16/10/2023
57204731/1	ANA CARLA FERREIRA DE OLIVEIRA	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
116297/1	ANA CARLA GOMES NASCIMENTO	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
5142016/1	ANA CLEIDE CARDOSO CRUZ	2021/2022	15/10/2023 A 13/11/2023
54191610/1	ANA JULIA DE BARROS MOURA	2022/2023	16/10/2023 A 30/10/2023
57234213/1	ANA LUCIA CRUZ LOPES	2021/2022	02/10/2023 A 31/10/2023
5901174/1	ANA MARCIA LEAO DE ANDRADE	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
57206578/1	ANA MARIA OLIVEIRA BATISTA	2022/2023	23/10/2023 A 21/11/2023
5088674/1	ANA MARIA ROCHA DE LIMA	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
5266041/2	ANA MARIA SOUZA DE ASSIS	2021/2022	02/10/2023 A 16/10/2023
57233232/1	ANA MARIA TORRES DOS SANTOS	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
57198575/1	ANA PAULA DA COSTA REIS	2022/2023	21/10/2023 A 19/11/2023
5897473/1	ANA PAULA DE SOUZA CRUZ	2022/2023	17/10/2023 A 31/10/2023
57234398/1	ANA PAULA LIMA PESSOA	13/12/2019 A 12/12/2022	02/10/2023 A 16/10/2023
54190635/1	ANA RITA CARNEIRO MAIA	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
73504202/1	ANA RITA SOUZA DE MIRANDA	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
5294916/5	ANA ROSA FRANCO DE MENEZES	2021/2022	02/10/2023 A 31/10/2023
57231718/1	ANDERSON FERREIRA LIMA	2021/2022	02/10/2023 A 31/10/2023
57190499/1	ANDERSON MANOEL CLEMENTE DE SOUSA	2021/2022	02/10/2023 A 31/10/2023
57206230/1	ANDRE AUGUSTO COUTINHO DA COSTA	2021/2022	02/10/2023 A 31/10/2023
5145058/1	ANDRE DOS SANTOS CORREA	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
80846004/2	ANDRE LUIS CORREA MAGNO	2022/2023	01/10/2023 A 30/10/2023
57174005/2	ANDRE LUIZ BATISTA DA SILVA	2021/2022	02/10/2023 A 31/10/2023
57190386/1	ANDRE MENDONCA CANICEIRO	2022/2023	16/10/2023 A 14/11/2023
55590113/1	ANDREA CRISTINA DO NASCIMENTO CARVALHO	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
54192865/1	ANDREA KARINA CORREA DE SOUSA SANTOS	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
57194274/1	ANDREIA DO SOCORRO CARDOSO BATISTA	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
54193803/1	ANDREIA OLIVEIRA CORREA	2022/2023	01/10/2023 A 15/10/2023
5925863/3	ANGELA MARIA GOMES LIMA	2022/2023	01/10/2023 A 30/10/2023
5962944/1	ANGELA MARIA SILVA DOS SANTOS	2021/2022	02/10/2023 A 31/10/2023
5918185/2	ANTHONIA TALEESSA MORENO DE ABREU COELHO	2022/2023	16/10/2023 A 30/10/2023
5095212/1	ANTONIA DO SOCORRO COSTA BESSA	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
114812/1	ANTONIA MARIA DO CARMO MELO BRAGA	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
5182735/1	ANTONIA SOUSA SILVA	2021/2022	17/10/2023 A 31/10/2023
107298/1	ANTONIO AMADEU DA SILVA BESSA	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
5903378/2	ANTONIO BARBOSA DE REZENDE JUNIOR	2020/2021	09/10/2023 A 07/11/2023

5908583/1	ANTONIO EDSON ALVES DA SILVA	2021/2022	02/10/2023 A 31/10/2023
57231723/1	ANTONIO RODRIGUES SERRAO	2021/2022	02/10/2023 A 31/10/2023
57197118/1	ANTONILSON RAMOS CORREA	2022/2023	17/10/2023 A 31/10/2023
5581060/2	ARICEIA LEMOS DE MACEDO	2021/2022	02/10/2023 A 16/10/2023
55590121/1	ARILDA CRISTINE RODRIGUES CARDOSO	2021/2022	02/10/2023 A 31/10/2023
54191807/1	ARLENE DE SOUZA LEAO	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
54182311/2	ARLENE RAYOL DO NASCIMENTO PORTILHO	2021/2022	16/10/2023 A 14/11/2023
6063551/2	ASTROGILDA ARAGAO DA TRINDADE	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
54192326/1	AUGUSTO CESAR DE SOUZA BATISTA	2022/2023	01/10/2023 A 30/10/2023
5122279/2	BENEDITA DAS GRACAS GOMES ASSAYAG	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
5136962/1	BENEDITA ELZA DA SILVA BARROS	2022/2023	17/10/2023 A 15/11/2023
5900743/1	BENEDITA VIEGAS SILVA	01/04/2022 A 31/10/2022	02/10/2023 A 21/10/2023
57205501/1	BENEDITO DA COSTA RIBEIRO	2021/2022	02/10/2023 A 16/10/2023
116173/2	BENEDITO PEREIRA DE MEDEIROS	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
5142008/1	BENEDITO PEREIRA FERNANDES	2022/2023	01/10/2023 A 30/10/2023
57205153/2	BENEVENUTO NUNES DE MEDEIROS	2021/2022	02/10/2023 A 31/10/2023
5141540/1	BENILDA CLAUDIA CORREA SOARES	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
5911760/2	BIANCA BRANDAO ALMEIDA	2022/2023	01/10/2023 A 15/10/2023
54193871/1	BIANCA CONDURU CONCEICAO	2022/2023	05/10/2023 A 03/11/2023
5966047/1	BIANCA NASCIMENTO DE ALCANTARA	2022/2023	16/10/2023 A 30/10/2023
5958179/2	BRENDA DE CASSIA CARVALHO PEREIRA	2022/2023	30/10/2023 A 13/11/2023
5945220/2	BRENDA NOGUEIRA SANTOS	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
5959643/2	BRUNA LOLA DA SILVA	2022/2023	16/10/2023 A 30/10/2023
54192738/1	BRUNO VINICIUS DA SILVA PINHEIRO	2021/2022	02/10/2023 A 31/10/2023
5956007/1	CAMILA SANTOS LOPES BRAGA	2021/2022	02/10/2023 A 31/10/2023
57190585/1	CARINE DA SILVA NASCIMENTO	2022/2023	17/10/2023 A 15/11/2023
5955761/1	CARLA GABRIELI AMORIM SILVA	2022/2023	16/10/2023 A 14/11/2023
54194145/1	CARLOS ALBERTO DA SILVA COSTA	2020/2021	02/10/2023 A 16/10/2023
54193885/1	CARLOS ALBERTO FERREIRA DOS SANTOS	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
57207998/1	CARMEM VERGOLINO GONCALVES	2021/2022	02/10/2023 A 16/10/2023
5938999/2	CAROLINE MARCELE DOS SANTOS MARTINS TRAVERSIN	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
57175527/1	CAROLINE SILVA VIANA ARAUJO VON GRAPP	2022/2023	30/10/2023 A 28/11/2023
722391/1	CATARINA ALVES FEITOSA	2022/2023	16/10/2023 A 14/11/2023
116327/5	CECILIA DE NAZARE DOS SANTOS CARDOSO	2021/2022	02/10/2023 A 31/10/2023
5748860/2	CHRISTIANE ALVES MENDES LEITE FREITAS	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
55207965/1	CINTHIA RAQUEL SANTOS DOS SANTOS	2022/2023	02/10/2023 A 16/10/2023
57197613/1	CINTYA SIMONE SILVA MAGALHAES	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
5913473/1	CLARA HELENA SILVA GUIMARAES	2021/2022	02/10/2023 A 31/10/2023
57206222/1	CLAUDIO DANIEL LEAO DE NAZARE	2020/2021	16/10/2023 A 14/11/2023
82600/2	CLAUDOMIRO DOS SANTOS REIS	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
102806/1	CLEA DO SOCORRO NOBRE CALANDRINI DE AZEVEDO	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
57208672/1	CLICIANNE DE FATIMA BARROS MORAES	2020/2021	02/10/2023 A 16/10/2023
55208008/1	CONCEICAO DO SOCORRO GOMES SANTIAGO	2022/2023	01/10/2023 A 15/10/2023
5908592/1	CRISTIANA MARIA BARATA MACEDO	2021/2022	02/10/2023 A 31/10/2023
5898279/1	CRISTIANE DE SOUSA FONTENELE	2021/2022	02/10/2023 A 16/10/2023
5900959/1	CRISTIANO DIAS GONCALVES	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
5148650/1	CRISTINA MARIA SEGTOWICK CAMPOS	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
55587709/1	CRYSTIANE SEABRA DE FARIAS MARTINS	01/03/2023 A 31/08/2023	02/10/2023 A 21/10/2023
5957579/2	CYRIS DE NAZARE PEREIRA	2022/2023	16/10/2023 A 30/10/2023
57214142/3	DAGMAR FONSECA SOUZA	2022/2023	16/10/2023 A 14/11/2023
5155088/1	DALVA GODINHO BRASIL BEZERRA	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
5266980/2	DALVA MARIA DA COSTA VASCONCELOS	2021/2022	02/10/2023 A 31/10/2023
5928915/2	DANIEL MANCO DE SOUZA	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
55587524/1	DANIELE CRISTINI FARIA CORREA	2022/2023	02/10/2023 A 21/10/2023
55586238/1	DANIELLA GOMES MOURA	2021/2022	02/10/2023 A 31/10/2023
55586238/2	DANIELLA GOMES MOURA	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
5918688/3	DANIELLY DO VALE PEREIRA	2022/2023	17/10/2023 A 15/11/2023
5897280/1	DANILO WALDANO DOS SANTOS SILVA	2021/2022	02/10/2023 A 16/10/2023
5897522/1	DARLEY DA SILVA SANTOS	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
5892100/3	DARLING RAMON NASCIMENTO DE OLIVEIRA	2022/2023	02/10/2023 A 16/10/2023
6403094/1	DAVIDSON DE SOUSA BRAGA	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
5960109/2	DAYVSON WALLYSON MOURA GONCALVES	2022/2023	16/10/2023 A 14/11/2023
5900786/1	DEISY DE NAZARE BARBOSA MCPHERSON	2022/2023	02/10/2023 A 21/10/2023
5230462/2	DELMIRA BORGES TEIXEIRA LOPES	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
724815/2	DEMETRIO FERREIRA BELTRAO NETO	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
55207950/1	DENILSON DO SOCORRO PINHEIRO MARTINS	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
57231089/2	DENIS VALENTE PRESTES	2020/2021	02/10/2023 A 31/10/2023
5959228/1	DENISE SOARES DA SILVA RAMALHO	2022/2023	01/10/2023 A 30/10/2023
54191353/1	DENIZE TRINDADE GUIMARAES	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
57197333/1	DEUZENIR AIRES DA SILVA	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
55208326/1	DIELLY OLIVEIRA GONCALVES	2022/2023	16/10/2023 A 30/10/2023
54189841/1	DIENE DE FATIMA FERREIRA DA COSTA	20/04/2023 A 19/10/2023	20/10/2023 A 08/11/2023
54189246/2	DILENE BORGES DA SILVA COSTA	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
5048109/2	DILERMANO DA SILVA SOARES	2021/2022	02/10/2023 A 31/10/2023
5149045/2	DINORA BRASIL DE MORAES ARAUJO	2022/2023	11/10/2023 A 09/11/2023
57191565/2	DIVANICE VIEIRA DOS SANTOS	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
5118310/1	DJALMA GONCALVES CHAVES	2021/2022	01/10/2023 A 30/10/2023
5099714/1	DORIS KOS BURLAMAQUI DE MIRANDA	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
5221110/1	DULCINEA MARIA LOPES ALVES	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
57193990/1	EDILENE MARIA NERY QUINTAS	2022/2023	01/10/2023 A 30/10/2023
5003687/2	EDILSON COSTA OLIVEIRA	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
54190631/1	EDIMILSON RAIMUNDO MELO CORREA	2021/2022	02/10/2023 A 21/10/2023
57173282/1	EDINALDO MIRANDA DA SILVA	2021/2022	17/10/2023 A 15/11/2023
57195061/1	EDINEA DO SOCORRO CHAGAS COUTINHO	2020/2021	02/10/2023 A 31/10/2023
57191114/1	EDIVALDO FLORIANO DOS SANTOS MARQUES	2021/2022	02/10/2023 A 31/10/2023
57203363/1	EDMILSON BRABO FARIAS	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
5160723/1	EDMILSON COELHO MAIA	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
5134439/1	EDNA SUELI GARCIA DE LIMA	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
5419670/3	EDSON CORREIA CARVALHO	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
5122368/1	EDSON LEAO DOS SANTOS	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
57194284/1	EDSON LUIS CARDOSO QUARESMA	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
57190574/1	EDUARDO DO SOCORRO PEREIRA DA SILVA	2022/2023	16/10/2023 A 14/11/2023
5966057/1	ELAINE ANDREIA VIEIRA SILVA	2022/2023	02/10/2023 A 16/10/2023
112259/1	ELCIO DA MOTA PINTO	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
57195529/1	ELCYANA VIANA SANTOS MENDONCA	2022/2023	16/10/2023 A 14/11/2023
57195529/2	ELCYANA VIANA SANTOS MENDONCA	2022/2023	16/10/2023 A 14/11/2023
55207937/1	ELEM LOUISE WANDERLEY ARAUJO	2022/2023	04/10/2023 A 02/11/2023
54190780/1	ELIANA SILVA DE SENA	2020/2021	16/10/2023 A 30/10/2023
57201728/1	ELIANE FARIAS DE MIRANDA	2022/2023	16/10/2023 A 30/10/2023
5897471/1	ELIANI DE FATIMA FERREIRA XAVIER	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
57190357/1	ELIAS SERRAO DA CRUZ	2022/2023	02/10/2023 A 21/10/2023
57207688/1	ELIETTE ASSUNCAO E SILVA	2022/2023	23/10/2023 A 21/11/2023
5115272/1	ELISABETH FREITAS GONCALVES	2022/2023	02/10/2023 A 16/10/2023
55589717/1	ELISANGELA DE FATIMA VANZELER RODRIGUES	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
54192036/1	ELISANGELA DO CARMO DA SILVA	2022/2023	16/10/2023 A 14/11/2023
5161770/1	ELISENA UCHOA MEDEIROS	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
57189254/1	ELISLANE SILVA DE HOLANDA DE SOUZA	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
54193551/1	ELISLENE MONIKE LIMA DE OLIVEIRA	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
55208038/1	ELIWELTON GOMES PAES	2022/2023	17/10/2023 A 31/10/2023
5160782/1	ELIZABETH FERREIRA DE OLIVEIRA	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
55208466/1	ELIZABETH RODRIGUES DOS SANTOS	2022/2023	16/10/2023 A 30/10/2023
5950279/1	ELIZANDRA NILVIA BAIA DE ABREU	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
5167183/1	ELIZETE BATISTA MATOS DA SILVA	2021/2022	02/10/2023 A 31/10/2023
5883130/3	ELKE MARIA NOGUEIRA DE ABREU	2022/2023	10/10/2023 A 08/11/2023
57207920/1	ELLEN GLAICE DO SOCORRO DE CARVALHO PAULO	2021/2022	02/10/2023 A 16/10/2023
57194871/1	ELVIS RONIS AMERICO GOMES	2021/2022	25/10/2023 A 08/11/2023
57206378/1	ELZA DE ANDRADE	2021/2022	02/10/2023 A 31/10/2023
54194167/1	ELZA MARIA AMERICO DE SOUZA	2020/2021	02/10/2023 A 31/10/2023
57206390/2	EMERSON LUIZ FURTADO CALANDRINY	2020/2021	02/10/2023 A 31/10/2023
5808987/2	EMERSON SANTIAGO MONTEIRO	2020/2021	16/10/2023 A 30/10/2023
5766133/2	EMILDO DOS SANTOS ARAUJO	2022/2023	01/10/2023 A 30/10/2023
5897271/1	ERALDO GUILHERME DOS SANTOS SA	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
57197822/1	ERILANDIA OLIVEIRA FERNANDES	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
57191240/1	ESTER NUNES PEIXOTO GONCALVES	2021/2022	02/10/2023 A 16/10/2023
108987/3	ESTEVILDO DOS SANTOS CORREA	2021/2022	02/10/2023 A 31/10/2023
5913083/1	FABRICIO ALEXOPULOS FERREIRA	2021/2022	17/10/2023 A 31/10/2023
5897289/1	FABRICIO GUILHERME PIRES DOS SANTOS	09/01/2023 A 08/07/2023	02/10/2023 A 21/10/2023
5956202/1	FELIPE HENRIQUE PEREIRA TAVARES	2022/2023	16/10/2023 A 30/10/2023
5966571/1	FELIPE OLIVEIRA RODRIGUES DA PAES	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
5888863/1	FERNANDA SOUZA DE BARROS	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
57195058/1	FLAVIANA ISAIAS BARBOSA	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
5114659/3	FRANCE ROUSE DIAS DO CARMO	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
5955916/2	FRANCIANE DOS SANTOS LIMA	2022/2023	02/10/2023 A 16/10/2023
5466024/3	FRANCIMARY LEAO DIAS	2021/2022	02/10/2023 A 31/10/2023

5964021/1	FRANCINEIDE DO SOCORRO MELO DE FREITAS COSTA	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
5148723/1	FRANCISCA DE ASSIS OLIVEIRA MONTEIRO	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
5118328/1	FRANCISCA NASCIMENTO	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
57200855/2	FRANCISCO ALVES DA SILVA NETO	2021/2022	02/10/2023 A 31/10/2023
54193608/1	FRANCISCO ELSON ARAUJO	2021/2022	02/10/2023 A 31/10/2023
86746/1	FRANCISCO REGINALDO MORAES	2022/2023	01/10/2023 A 30/10/2023
720933/1	FRANCISCO VALE DA COSTA	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
5897272/1	FREDSON LUIZ OLIVEIRA COSTA	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
57189969/1	GABRIELLY CRISTINE LOPES PEREIRA	2022/2023	16/10/2023 A 30/10/2023
57189969/2	GABRIELLY CRISTINE LOPES PEREIRA	2022/2023	16/10/2023 A 30/10/2023
55209442/1	GABRIELY DE SOUZA LAMEIRA	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
57194539/1	GASPAR BARATA DAMASCENO JUNIOR	2022/2023	16/10/2023 A 30/10/2023
92894/1	GENESIO ARAUJO DOS SANTOS FILHO	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
5146925/1	GENY MAURICIO DE SOUZA	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
54193870/1	GEOVANA PORTILHO DA MATA CALANDRINY	2021/2022	02/10/2023 A 31/10/2023
5247640/2	GIANE SILVA DE OLIVEIRA LORENZONI	2022/2023	16/10/2023 A 14/11/2023
57205577/1	GILCICLEIA DIAS DE ALMEIDA	2021/2022	02/10/2023 A 16/10/2023
55588081/3	GILMA MARIA CARVALHO DOS SANTOS	2021/2022	16/10/2023 A 14/11/2023
57209399/1	GIOVANA DE SOUSA LOPES BARROS	2021/2022	02/10/2023 A 31/10/2023
54193878/1	GISELE CONCEICAO DA SILVA	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
5918903/3	GLEICE DE ARAUJO PIMENTEL	2022/2023	02/10/2023 A 16/10/2023
5966046/1	GLENEA RAFAELA DE SOUZA COSTA	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
106232/1	GRACIETE MARIA SOARES COSTA	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
54191321/2	HELENA DO SOCORRO CURCINO ALHO	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
5592496/2	HELENA DO SOCORRO NOGUEIRA VERISSIMO DANTAS	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
726869/1	HELENA REIS DO ROSARIO	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
57233599/1	HERICA DE PAULA AQUINO OLIVEIRA DE MEDEIROS	2021/2022	02/10/2023 A 31/10/2023
54185078/2	HERMES SOUZA SILVA	2021/2022	12/10/2023 A 31/10/2023
55586599/1	HERVANA DO SOCORRO RIBEIRO	2020/2021	01/10/2023 A 15/10/2023
57192484/1	HONORATA CLAUDIA SEBASTIANA DOS SANTOS FURTADO	2021/2022	02/10/2023 A 16/10/2023
5144809/1	HONORIA MARIA MODESTO ALEIXO	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
723312/1	HUMBERTO CORDEIRO DE OLIVEIRA	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
108065/1	IDAMOR DA CONCEICAO DIAS	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
5955698/1	IGO FEITOSA DOS SANTOS	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
5595142/2	IONEIDE SANTOS XAVIER	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
57206196/1	IRANEIDE FERREIRA DE JESUS	2022/2023	23/10/2023 A 21/11/2023
5136440/4	IRENE ANDRADE PENA	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
5141907/1	IRENE MOREIRA MARTINS	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
57193151/2	IVONETE ALMEIDA ALMADA	2022/2023	23/10/2023 A 21/11/2023
57192763/2	IZABEL CRISTINA MESQUITA DE SOUSA	2021/2022	02/10/2023 A 31/10/2023
5892402/1	JAINE OLIVERIO DE ALMEIDA	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
5194245/3	JAIR SANTANA DE ANDRADE	2022/2023	16/10/2023 A 14/11/2023
57175124/1	JAIRO BENEDITO DA SILVA MAIA	25/03/2023 A 24/09/2023	03/10/2023 A 22/10/2023
54194071/1	JAKIE RELMA DE LIMA MORAES	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
5955360/2	JARDEL FABIO LOPES FERREIRA	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
54193798/1	JEAN CARLOS DE ARAUJO BARBOSA	2021/2022	02/10/2023 A 16/10/2023
57197570/1	JEFFERSON RODRIGUES DA ROCHA	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
5166608/1	JESSE BENTES TEIXEIRA	2022/2023	03/10/2023 A 01/11/2023
5921980/2	JESSICA PEREIRA BATISTA	2022/2023	15/10/2023 A 29/10/2023
119997/1	JOANA LUCIA SANTOS DE ALMEIDA	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
5176425/1	JOAO BATISTA RIBEIRO DA SILVA	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
5108438/1	JOAO BATISTA VELOSO	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
5141966/1	JOAO DA MATA FERREIRA DA SILVA	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
107379/2	JOAO JORGE DA SILVA COSTA	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
5266858/2	JOAO LEVINO BATISTA VIEIRA	2021/2022	02/10/2023 A 31/10/2023
5154723/1	JOAO MARQUES SANTANA	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
57194295/1	JOAO PAULO DA SILVA LUCENA	2021/2022	02/10/2023 A 31/10/2023
5148928/1	JOAO SILVIO SANTOS DA COSTA	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
5606462/1	JOAQUINA PINHEIRO PANTOJA DE OLIVEIRA	2022/2023	16/10/2023 A 30/10/2023
54191862/1	JOCEMAR PEREIRA DA SILVA	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
722740/1	JOCILENE MARIA SERIQUE DA COSTA NASCIMENTO	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
5955697/2	JOCINEY JOSE PEDROSO DA SILVA JUNIOR	2022/2023	16/10/2023 A 30/10/2023
5896239/1	JOELMA DA SILVA LIMA	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
5917134/2	JOELMA DO SOCORRO DA COSTA GRAÇA	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
55585809/1	JOELMA FERNANDES SARMENTO	2021/2022	16/10/2023 A 14/11/2023
5963959/1	JOISY REIS DE ABREU GOMES	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023

57206620/1	JOSE ADELERMO CARVALHO RODRIGUES	2021/2022	02/10/2023 A 16/10/2023
5937240/2	JOSE ANTONIO DE ARAUJO FERREIRA	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
55209549/1	JOSE AUGUSTO FONSECA DOS SANTOS	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
5322537/1	JOSE BERNARDO RUFINO DE MATTOS	2021/2022	02/10/2023 A 31/10/2023
54190791/1	JOSE EDUARDO DIAS COSTA	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
5900452/1	JOSÉ EDUARDO TOBIAS DE SOUZA	2020/2021	02/10/2023 A 16/10/2023
57189255/1	JOSÉ ELIAS DE ALMEIDA NETO	10/09/2022 A 09/03/2023	02/10/2023 A 21/10/2023
82180/2	JOSE EGNO COSTA	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
5148790/1	JOSE LITO GARCIA PINHEIRO	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
5160030/1	JOSE MARIA DELGADO DA ROCHA	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
57190618/1	JOSE MAURO COELHO FONSECA	2021/2022	02/10/2023 A 16/10/2023
106810/1	JOSE MOACIR MODESTO DOS REIS	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
5900469/1	JOSE PAULO XAVIER DE MELO	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
57206356/1	JOSE RAUL RODRIGUES PERES	2022/2023	23/10/2023 A 21/11/2023
5892421/1	JOSE REINALDO CARNEIRO RIBEIRO FILHO	2021/2022	02/10/2023 A 31/10/2023
5145341/1	JOSE RIBAMAR DE MESQUITA BARBOSA	2021/2022	02/10/2023 A 31/10/2023
5951358/2	JOSERRILZA PEREIRA MARQUES	2022/2023	17/10/2023 A 31/10/2023
57233101/1	JOSIANE DE JESUS MACEDO SILVA	2021/2022	17/10/2023 A 31/10/2023
54193549/1	JOSIVANE SALES BARBOSA	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
57194706/1	JUANETE LEAO WANZELER	2022/2023	02/10/2023 A 16/10/2023
5347637/5	JURANEIDE GOMES DA SILVA	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
5956797/2	KEILA CRISTINA GOMES FRANCO	2021/2022	01/10/2023 A 30/10/2023
57193981/1	KEILA EGLATINA DE OLIVEIRA PINTO	2022/2023	09/10/2023 A 07/11/2023
5941802/2	KELLY CRISTINA FONSECA SOARES	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
54191867/1	KELLY CRISTINA SANTOS FERREIRA	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
57197094/1	KELLY DAYZIANE QUARESMA SILVA GUEDES	2022/2023	02/10/2023 A 16/10/2023
54189259/2	KELSILENY MAGALI NASCIMENTO DE BRITO	2021/2022	02/10/2023 A 31/10/2023
57207906/1	KESSIA SILVA LUIZ DE CARVALHO	2021/2022	02/10/2023 A 31/10/2023
55208247/1	KISSYA DA CRUZ PUREZA MARINI	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
54192926/1	KLEISON REIS DA SILVA	2022/2023	18/10/2023 A 16/11/2023
57233231/1	KLEMILSON DE JESUS RIBEIRO DE CASTRO	2021/2022	17/10/2023 A 31/10/2023
5917133/6	LAIS FILGUEIRA MENEZES	2022/2023	27/10/2023 A 10/11/2023
54191385/1	LAUDINALDO GONCALVES NUNES	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
6402924/1	LAURA RODRIGUES DA SILVA	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
5160200/1	LAUREANO BENTES DA SILVA	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
54190766/1	LAURIENE ARAUJO DE OLIVEIRA	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
57205634/1	LAURIMAR VILARINO CORREA	2021/2022	02/10/2023 A 31/10/2023
5967138/1	LECIANA DE SOUSA RAMOS	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
5154820/1	LEILA SOCORRO SALES CORREA	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
5955486/2	LEILIANE CRISTINA DE SOUZA COSTA	2022/2023	01/10/2023 A 30/10/2023
5962946/2	LEILIANE DA COSTA LOBATO MORAES	2022/2023	01/10/2023 A 30/10/2023
5206650/1	LEONICE MARIA ARACATY PINHEIRO	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
5867100/3	LETICIA DE NAZARE VIEIRA BASTOS	2021/2022	02/10/2023 A 31/10/2023
54189336/1	LIGIA CARLA BARBOSA CHAVES TEIXEIRA	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
5053897/2	LIGIA MARIA DA COSTA ALBUQUERQUE	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
57190625/1	LILIA DO SOCORRO BONFIM DA SILVA	2021/2022	02/10/2023 A 31/10/2023
5895557/4	LILIAN MORAES DOS SANTOS	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
5342236/2	LILIANE BRANDAO RIBEIRO	2022/2023	11/10/2023 A 09/11/2023
54189158/2	LILIANE CRISTINA LOPES DA SILVA	2022/2023	16/10/2023 A 14/11/2023
5936999/2	LINDEMBERGUE SANTOS FREITAS	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
54189980/1	LIZANDRA ALVES BRAGA	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
102482/1	LORENZ DE LIMA COSTA	2021/2022	01/10/2023 A 30/10/2023
5948098/1	LOUYSE CARLA SILVA CARDOSO	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
5931664/4	LUCAS MAIA MAGALHAES CAMPOS	2022/2023	16/10/2023 A 30/10/2023
54191381/1	LUCIA ANGELA GADELHA DE OLIVEIRA	2022/2023	01/10/2023 A 30/10/2023
5143519/1	LUCIA DE FATIMA PEREIRA ALVES DE SOUZA	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
83623/1	LUCIA MARIA FONSECA PINTO	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
57194997/1	LUCIANA CRISTINA PAIVA LEAL	2022/2023	16/10/2023 A 30/10/2023
57194221/1	LUCIANA FERREIRA DOS SANTOS	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
5900741/1	LUCICLEIDE CHAGAS FIGUEIREDO SANTOS	2021/2022	02/10/2023 A 31/10/2023
5053919/2	LUCICLEIDE DE SOUZA ARAUJO	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
5157021/1	LUCIMAR DA SILVA E SILVA	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
5959203/2	LUIS ADAUTO LIMA DE SOUZA	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
57234463/1	LUIS CARLOS DA SILVA NUNES	2020/2021	02/10/2023 A 16/10/2023
102571/1	LUIS MAIA DA SILVA	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
82392/1	LUIS RAIOL DE SOUSA	2022/2023	04/10/2023 A 02/11/2023
5520290/1	LUIS ROBERTO GUERRA MESSIAS	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
54192335/1	LUIS ROGERIO CARDOSO BRITO	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
57190501/1	LUIZ ARTUR DIAS ALVES	2022/2023	25/10/2023 A 23/11/2023

5139503/3	LUIZ AUGUSTO VASCONCELOS SOUZA	2022/2023	01/10/2023 A 30/10/2023
720348/1	LUIZ PEDRO DA SILVA	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
54185001/2	LUIZ RONALDO MONTEIRO BRITO	2022/2023	24/10/2023 A 22/11/2023
54191397/1	LUIZ VIANA DA COSTA	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
5956011/1	LUIZ WALTER DE FREITAS	2022/2023	16/10/2023 A 14/11/2023
54190705/1	LUIZA HELENA PROGENIO DE SANTANA	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
5930461/3	LUIZA LARA COIADO	2022/2023	09/10/2023 A 23/10/2023
5960981/1	MAISA DA SILVA BARROS	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
91626/1	MANOEL MARIA DA LUZ ROCHA	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
57207810/1	MANOEL NAZARENO DE OLIVEIRA DOS SANTOS	2021/2022	02/10/2023 A 31/10/2023
57215383/2	MARCELO DA SILVA AZEVEDO	2021/2022	02/10/2023 A 31/10/2023
8051983/1	MARCIA CRISTINA CARDOSO CRUZ	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
5905303/2	MARCIA REGINA ALBUQUERQUE PACHECO	2022/2023	01/10/2023 A 30/10/2023
55585623/1	MARCIA ROBERTA NEVES DA SILVA	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
57206391/1	MARCILENE DE JESUS BRITO CALDAS VALENTE	2021/2022	02/10/2023 A 31/10/2023
54182989/2	MARCIO DE MELO COSTA	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
54183855/2	MARCIO VINICIUS DOS SANTOS ALMEIDA	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
5950423/1	MARCOS ANDRE OLIVEIRA FONSECA	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
54193641/1	MARCOS LEVY DE ANDRADE BARBOSA	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
54190837/1	MARDONIO WELLINGTON FROTA OLIVEIRA	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
54191554/1	MARGARETH DA CONCEICAO ALCANTARA	2021/2022	02/10/2023 A 31/10/2023
5161282/2	MARIA ARLETE SANTOS DE LIMA	2022/2023	01/10/2023 A 30/10/2023
5266009/2	MARIA BEATRIZ LISBOA DA CRUZ	2020/2021	02/10/2023 A 16/10/2023
5343038/2	MARIA BELMIRA FARIAS BARREIROS	2021/2022	17/10/2023 A 31/10/2023
5851033/2	MARIA BETANIA FARO FERREIRA	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
5851033/4	MARIA BETANIA FARO FERREIRA	2021/2022	02/10/2023 A 31/10/2023
5099625/1	MARIA CRESCENCIA TRINDADE RIBEIRO	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
57194082/1	MARIA DA CONCEICAO DO AMARAL FERREIRA	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
5175313/1	MARIA DALMACIA DEJARD CORREA	2020/2021	16/10/2023 A 30/10/2023
5485533/2	MARIA DE FATIMA CHAVES OLIVEIRA	2022/2023	01/10/2023 A 15/10/2023
5520860/2	MARIA DE FATIMA MIRANDA BATISTA	2020/2021	02/10/2023 A 16/10/2023
5145384/1	MARIA DE FATIMA NASCIMENTO GODINHO	2021/2022	02/10/2023 A 31/10/2023
117889/1	MARIA DE FATIMA RODRIGUES MACEDO	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
120634/1	MARIA DE JESUS MOREIRA MIRANDA	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
5334047/2	MARIA DE JESUS NUNES MORAIS	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
721689/1	MARIA DE LOURDES DOS SANTOS LOPES	2021/2022	02/10/2023 A 16/10/2023
57223136/2	MARIA DE NAZARE CARVALHO CABRAL TAVARES	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
5154138/1	MARIA DE NAZARE CUNHA DE JESUS	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
5888865/1	MARIA DE NAZARE DUARTE ABRAHAO	2021/2022	02/10/2023 A 31/10/2023
5148766/1	MARIA DE NAZARE GOMES DOS SANTOS	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
5145210/1	MARIA DE NAZARE MELO GUIMARAES	2021/2022	17/10/2023 A 31/10/2023
91170/1	MARIA DE NAZARE NERES DA SILVA	2022/2023	16/10/2023 A 14/11/2023
3157520/1	MARIA DE NAZARE VASCONCELOS MEDEIROS	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
5118573/3	MARIA DEUSA SERRAO BARBOSA	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
57191758/1	MARIA DINA REGO DOS SANTOS	2022/2023	23/10/2023 A 21/11/2023
108570/1	MARIA DO CARMO DOS SANTOS	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
5145406/1	MARIA DO CARMO PIRES FILGUEIRAS	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
727695/1	MARIA DO PERPETUO SOCORRO DOS SANTOS NASCIMENTO	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
90298/1	MARIA DO SOCORRO BARRETO REIS	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
5146186/1	MARIA DO SOCORRO CORREA LIMA	2021/2022	16/10/2023 A 30/10/2023
5103100/1	MARIA DO SOCORRO OLIVEIRA DA SILVA	2021/2022	02/10/2023 A 31/10/2023
3212505/2	MARIA DO SOCORRO PASCOA VIEGAS	2022/2023	16/10/2023 A 30/10/2023
57205650/1	MARIA DO SOCORRO PORTELA DE JESUS	2022/2023	20/10/2023 A 18/11/2023
5154855/1	MARIA DO SOCORRO SIQUEIRA DE SOUZA	2022/2023	01/10/2023 A 30/10/2023
5373204/1	MARIA EMILIA RAMOS RODRIGUES	2021/2022	02/10/2023 A 31/10/2023
2059088/2	MARIA EUNICE GONZAGA	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
57174479/2	MARIA FLAVIANA FERREIRA BARROSO	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
5094712/1	MARIA HELENA SOUZA GOMES	2021/2022	02/10/2023 A 31/10/2023
5848768/3	MARIA IERECE MIRANDA DE CARVALHO	2020/2021	01/10/2023 A 15/10/2023
57206122/1	MARIA IVANILDA GOMES DA SILVA	2021/2022	02/10/2023 A 31/10/2023
5180767/1	MARIA JAQUELINE MARINHO ARAUJO SARDINHA	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
54191855/1	MARIA JOSE ALMEIDA DOS SANTOS	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
54192787/1	MARIA JOSE SOARES MAFRA	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
54185577/2	MARIA JOSIANE PEREIRA DOS SANTOS	2021/2022	02/10/2023 A 16/10/2023
57206368/1	MARIA LAILDA ALVES BRAGA	2022/2023	23/10/2023 A 21/11/2023
5877822/2	MARIA LUCIA SANTOS DE SOUSA	2022/2023	23/10/2023 A 21/11/2023
54195856/2	MARIA LUISA SILVA RODRIGUES	2021/2022	02/10/2023 A 31/10/2023
118052/1	MARIA LUIZA ASSAD DE FREITAS BRITO	2021/2022	02/10/2023 A 31/10/2023
5139538/2	MARIA LUZIA MEDEIROS CARNEIRO	2022/2023	16/10/2023 A 14/11/2023
57207993/1	MARIA MACILENE MONTEIRO DOS SANTOS	2021/2022	17/10/2023 A 31/10/2023
57208002/1	MARIA MARLENE DIAS COSTA	2021/2022	02/10/2023 A 16/10/2023
91863/1	MARIA MARTINHA COSTA FERREIRA	2021/2022	02/10/2023 A 31/10/2023
5144981/1	MARIA ODILEA BAIA BRASIL	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
5155371/1	MARIA RISALVA COELHO DOS SANTOS	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
5088640/1	MARIA ROSALIA BRITO CARDOSO	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
87882/1	MARIA RUTH FONSECA DE SOUZA	2021/2022	17/10/2023 S 31/10/2023
57210057/1	MARIA RUTH REIS DA COSTA	2021/2022	02/10/2023 A 31/10/2023
722162/1	MARIA TEREZA DA LUZ PINHEIRO	2021/2022	02/10/2023 A 16/10/2023
5080045/1	MARIA TEREZINHA DA SILVA FARIAS	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
723843/1	MARIA TRINDADE NUNES DE CASTRO	2021/2022	02/10/2023 A 31/10/2023
722120/1	MARIA ZULAIR DOS SANTOS PANTOJA	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
5903321/1	MARIANA BARREIRA MENDONCA	2021/2022	02/10/2023 A 31/10/2023
5140617/1	MARIDALVA DE ATAIDE ARAUJO	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
5143624/1	MARIDELB SOCORRO DA SILVA MIRANDA	2021/2022	02/10/2023 A 31/10/2023
92215/1	MARILANDIA MENDES PANTOJA	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
54184157/2	MARILENA CORDEIRO ARNAUD	2021/2022	02/10/2023 A 31/10/2023
727172/1	MARILENE PEREIRA AMORIM	2021/2022	30/10/2023 A 28/11/2023
57193980/1	MARILIA DA CUNHA FEIO LEAL	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
55208336/1	MARILIA FAIAL BATISTA	2022/2023	16/10/2023 A 30/10/2023
5893104/2	MARILIA LEAO MAGALHAES	2022/2023	16/10/2023 A 30/10/2023
109916/1	MARINALDO MENDONCA FAVACHO	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
2060744/3	MARINEIA DA TRINDADE	2022/2023	11/10/2023 A 09/11/2023
54184700/2	MARIUCHA PONTES MORAES	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
55207996/1	MARIVALDO BRITO DA SILVA	2022/2023	16/10/2023 A 30/10/2023
57191257/1	MARIZETE DE JESUS FERREIRA DE OLIVEIRA	2022/2023	23/10/2023 A 21/11/2023
5181747/1	MARLENE CONCEICAO SANTOS DA COSTA	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
5096561/1	MARLENE DA SILVA MARTINS	2021/2022	02/10/2023 A 31/10/2023
6120954/1	MARLENE SILVA BRUCE	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
5143608/1	MARLUCIA LOBATO LEAO	2021/2022	03/10/2023 A 01/11/2023
57228175/1	MARTA MARIA COSTA	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
5955776/1	MATHEUS COSTA FIGUEIREDO	2022/2023	16/10/2023 A 30/10/2023
57195844/1	MAURO CEZAR LIMA DE AZEVEDO	2022/2023	01/10/2023 A 31/10/2023
5428157/2	MAURO FONSECA DE SOUZA	2022/2023	16/10/2023 A 14/11/2023
55587683/2	MAURO JORGE DE CARVALHO FIGUEIRA	2021/2022	02/10/2023 A 31/10/2023
54191580/1	MAURO ROBERTO PANTOJA DE CASTRO	2021/2022	02/10/2023 A 31/10/2023
5607124/2	MELQUIZEDEQUE VIANA DOS SANTOS	2022/2023	16/10/2023 A 14/11/2023
109010/1	MERIAM SOARES DO NASCIMENTO	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
54192870/1	MESSIAS SALOMAO DE LIMA OLIVEIRA	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
54185545/2	MILENA ELIAS DIAS	2021/2022	02/10/2023 A 31/10/2023
54189101/1	MIRTES MARIA DA SILVA	2022/2023	02/10/2023 A 16/10/2023
725684/1	MOIZES DE JESUS NASCIMENTO	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
5956301/2	MONICA GIUSTI RENDEIRO	2022/2023	16/10/2023 A 30/10/2023
5304520/2	MORA MAY MEIRA DE MELO	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
54194160/1	MURILO PEREIRA SILVA	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
54183541/2	MYCHEL ANTONIO SALES DA SILVA	2021/2022	02/10/2023 A 31/10/2023
55208362/1	MYKAELI KAROLINA SILVA SALDANHA	2022/2023	01/10/2023 A 15/10/2023
729361/1	NAISA DO SOCORRO DA SILVA	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
5939561/3	NATALIA DEFENSOR NORAT	2022/2023	01/10/2023 A 30/10/2023
5800064/3	NATHILA KEITH CAMARA BORGES	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
57207903/1	NAZARE DO SOCORRO SILVA FERREIRA	2021/2022	23/10/2023 A 21/11/2023
5143500/1	NAZARENO OLIVEIRA MAMEDE	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
57198116/1	NELITA DE SOUSA SILVA	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
57205659/1	NELMA GOMES DA SILVA LIMA	2020/2021	02/10/2023 A 31/10/2023
5150477/1	NELMA KATIA NASCIMENTO DA COSTA	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
5596610/5	NELMA RODRIGUES DOS SANTOS	2021/2022	02/10/2023 A 31/10/2023
5881986/2	NICHOLAS FERNANDES MOTA	2022/2023	11/10/2023 A 09/11/2023
54191569/1	NILCE REIS DA SILVA	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
57224621/1	NILSON CARVALHO BOTELHO	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
5155797/1	NILSON DE MORAIS FRANCISCO	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
8051987/1	NUBIA CRISTINA GONCALVES CASAIS	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
54183566/2	ONILA DE FATIMA RIBEIRO DA COSTA E SILVA	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
87980/1	OSVALDO JOSE LOBATO GALUCIO	2021/2022	02/10/2023 A 31/10/2023
6211/1	OTAVIO SAMPAIO MELO JUNIOR	2022/2023	16/10/2023 A 26/10/2023
54195133/1	OZIEL SILVA AVELAR	2020/2021	16/10/2023 A 30/10/2023
54185111/2	PABLO ALLAN GALVAO RODRIGUES	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
5854601/2	PATRICIA DO CARMO CARDOSO	2022/2023	23/10/2023 A 21/11/2023
5927557/3	PATRICIA FERREIRA NUNES	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
57206958/1	PATRICIA OLIVEIRA DE ANDRADE	2022/2023	23/10/2023 A 21/11/2023

5955981/1	PAULA ROBERTA XAVIER DO ROSARIO	2022/2023	02/10/2023 A 16/10/2023
57194912/1	PAULO AUGUSTO MAGALHAES DE JESUS	2021/2022	02/10/2023 A 31/10/2023
5898347/1	PAULO CESAR MOREIRA GARCIA	2021/2022	02/10/2023 A 31/10/2023
5900654/1	PAULO NAZARENO SOUZA DA SILVA	09/01/2023 A 08/07/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
5103657/5	PAULO ROBERTO FREITAS MESQUITA	2021/2022	02/10/2023 A 16/10/2023
111562/1	PEDRO ALVES BEZERRA	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
54190713/1	PEDRO NAZARENO BARBOSA JUNIOR	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
99023/1	PEDRO NILTON MARQUES LOBATO	2021/2022	01/10/2023 A 30/10/2023
5959518/2	PRISCILA CRISTINA DE SOUSA	2022/2023	16/10/2023 A 30/10/2023
5967405/1	RAFAELLE SOUZA ALMEIDA	2022/2023	16/10/2023 A 30/10/2023
720739/1	RAIMUNDA DA SILVA COSTA	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
721980/1	RAIMUNDA EDINILDA SOUSA FERREIRA	2022/2023	01/10/2023 A 30/10/2023
5552087/2	RAIMUNDA IZAURA DA SILVA MOREIRA	2022/2023	11/10/2023 A 09/11/2023
729884/1	RAIMUNDA LUCIA ROSA RIBEIRO	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
5150604/1	RAIMUNDA MARCY SILVA FAVACHO	2022/2023	25/10/2023 A 23/11/2023
5160502/2	RAIMUNDA MARQUES DE CARVALHO	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
5053870/2	RAIMUNDA NERES DE ALMEIDA CAMPOS	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
722804/1	RAIMUNDA NONATA RIBEIRO BRAGA	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
54184849/2	RAIMUNDA PEREIRA SILVA	2021/2022	02/10/2023 A 31/10/2023
83992/1	RAIMUNDO ALMIR NASCIMENTO BATISTA	2022/2023	16/10/2023 A 14/11/2023
122980/1	RAIMUNDO ASSIS VARELA JUNIOR	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
2012693/4	RAIMUNDO CELIO DA SILVA	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
727474/1	RAIMUNDO DA CONCEICAO DA SILVA	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
725854/1	RAIMUNDO NONATO CONCEICAO DE LIMA	2022/2023	02/10/2023 A 16/10/2023
79391/1	RAIMUNDO NONATO GAIA PERES	2021/2022	02/10/2023 A 16/10/2023
5154790/1	RAIMUNDO OEIRAS DE CARVALHO	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
5900949/1	RAIMUNDO PAULO SIQUEIRA DOS SANTOS	2021/2022	02/10/2023 A 31/10/2023
5155495/1	RAQUEL SOARES NEGRAO	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
57194904/1	REGEANE MARIA LOBATO GUEDES	2022/2023	02/10/2023 A 16/10/2023
54187845/2	REGINA KELI FERREIRA FELIX	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
5139422/1	REGINALDO PEREIRA DA SILVA	2022/2023	16/10/2023 A 14/11/2023
54192826/1	REJANE MARTINS PIMENTEL	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
5921884/4	RENAN BARBOSA DA SILVA	2022/2023	17/10/2023 A 15/11/2023
54182425/2	RICARDO RIBEIRO XERFAN	2021/2022	02/10/2023 A 31/10/2023
6080243/2	RITA BRITO DE MELO	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
5105250/1	RITA DE CASSIA ARAUJO AMADOR	2022/2023	16/10/2023 A 14/11/2023
5105250/2	RITA DE CASSIA ARAUJO AMADOR	2022/2023	16/10/2023 A 14/11/2023
5784999/2	RITA DE CASSIA VIANA MELO	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
5900716/1	RITA LIANE ANDRADE DE OLIVEIRA	2021/2022	02/10/2023 A 31/10/2023
2023571/2	RITA SELMA TEIXEIRA ALBIM	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
5521076/2	ROBERTO LIMA BEZERRA	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
57208000/1	ROBSON LUIS GONCALVES DOS SANTOS	2021/2022	02/10/2023 A 31/10/2023
54188345/2	RODRIGO OLIVEIRA DA COSTA	2021/2022	02/10/2023 A 31/10/2023
57232486/1	ROMULO FARIAS RODRIGUES	2021/2022	02/10/2023 A 31/10/2023
57191134/2	RONALDO MAGNO ROCHA	2021/2022	02/10/2023 A 31/10/2023
55586827/1	RONALDO MELO MARTINS	2022/2023	17/10/2023 A 31/10/2023
55585816/1	RONALDO SACRAMENTO DE SOUZA JUNIOR	2021/2022	01/10/2023 A 30/10/2023
57193968/1	RONNY SAVINO LAMARAO	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
5266483/1	ROSANGELA ARAUJO GUARA	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
106917/1	ROSANGELA MARIA RODRIGUES DE SOUZA	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
5828988/2	ROSANGELA SOUZA DA SILVA DO CARMO	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
57191906/2	ROSEANE FRANCISCA MACIEL FERREIRA	2021/2022	02/10/2023 A 31/10/2023
5153280/5	ROSEANE SILVA DO ROSARIO	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
727547/1	ROSENILDO CASTRO DE JESUS	2022/2023	01/10/2023 A 30/10/2023
57190511/1	ROSILENE DE OLIVEIRA MAUES	2022/2023	16/10/2023 A 14/11/2023
57188628/2	ROSILENE PEREIRA AMARAL	2021/2022	15/10/2023 A 13/11/2023
722707/1	RUBENILDO FREITAS DA COSTA	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
5901107/1	RUBIA NILVANA COSTA PEREIRA	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
54193786/1	RUTH HELENA MATOS DE SOUZA AMORIM	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
105813/1	SAMUEL FERREIRA MATOS	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
54193836/1	SANDRA MARIA RIBEIRO MARQUES	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
57173292/1	SARA REGIA MARTINS UPTON	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
5911122/5	SELMA VIEIRA PEREIRA	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
724602/1	SERGIO DAMIAO CARVALHO MAIA	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
5900724/1	SILMARA LETICIA BRITO PORTO	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
5136075/1	SILVANETE BARBOSA DA SILVA	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
57211017/2	SILVIA CAMPOS BARBOSA	2021/2022	02/10/2023 A 31/10/2023
5182441/1	SILVIA CRISTINA COSTA DE OLIVEIRA	2021/2022	02/10/2023 A 16/10/2023
5188911/1	SILVIA REGINA D ALMEIDA COUTO DE AZEVEDO	2021/2022	02/10/2023 A 31/10/2023
54194171/1	SIMONE CORDEIRO LIMA	2022/2023	16/10/2023 A 14/11/2023
5834007/2	SIMONE CRISTINA DA COSTA LOBATO	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
5559111/2	SIMONE DO SOCORRO DOS SANTOS DINIZ	2021/2022	02/10/2023 A 31/10/2023
54191486/1	SIMONE GLEICE LUSTOSA ALVES	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
5761964/1	SIMONE MARIA MARCELO MORAES	2022/2023	16/10/2023 A 14/11/2023
57205590/1	SIRLEY DA ENCARNACAO RIBEIRO	2020/2021	02/10/2023 A 31/10/2023
57188561/2	SOLANGE DO SOCORRO DE SOUZA LAMEIRA	2022/2023	23/10/2023 A 21/11/2023
55208422/1	SOLANGE MARGARETH KAHWAGE BEZERRA	2022/2023	02/10/2023 A 16/10/2023
87475/1	SONIA BASTOS SILVA	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
5294240/1	SONIA DO SOCORRO QUEIROZ OLIVEIRA LIMA	2021/2022	02/10/2023 A 31/10/2023
721794/1	SONIA GONCALVES REIS	2022/2023	01/10/2023 A 30/10/2023
80845716/2	SONIA MARIA CERQUEIRA DOS SANTOS	2021/2022	02/10/2023 A 31/10/2023
5089000/1	SONIA MARIA PINTO GOMES	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
57174464/2	STELA MARIA ROCHA DE LIMA	2021/2022	01/10/2023 A 15/10/2023
57174464/3	STELA MARIA ROCHA DE LIMA	2020/2021	01/10/2023 A 15/10/2023
92550/1	SUELY PENHA BARBOSA	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
5957921/1	SUSAN BARROS DOS SANTOS OLIVEIRA	2021/2022	16/10/2023 A 30/10/2023
55207935/1	TACIANE BRAGA DE OLIVEIRA	2022/2023	02/10/2023 A 21/10/2023
5927960/2	TAISE CUNHA DE LUCENA	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
54189318/1	TALITA CORREA DA SILVA	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
55208032/1	TANIA CRISTINA NOVAES DA CRUZ	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
5959205/2	TANIA LUCIA ALVES DA SILVA PINTO	2022/2023	02/10/2023 A 16/10/2023
5265657/2	TANIA SUELY PICANCO CAMORIM	2021/2022	02/10/2023 A 16/10/2023
55207974/1	TATHIANY HELOISE DA SILVA COSTA	2022/2023	16/10/2023 A 30/10/2023
54184202/2	TATIANA REGINA PINHEIRO TEIXEIRA	2020/2021	02/10/2023 A 31/10/2023
5956208/3	TATIANE CRISTINA DE ANDRADE CRUZ	2022/2023	02/10/2023 A 16/10/2023
57174504/6	TELMA DO SOCORRO ALVES DOS SANTOS	2022/2023	16/10/2023 A 30/10/2023
55207881/1	THAMYRIS CRISTYNE SILVA E SILVA	2022/2023	17/10/2023 A 31/10/2023
5905485/1	THATIANE SUELLEN SILVA ALMEIDA	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
54190109/1	THIAGO CARDOSO VIANNA	2021/2022	02/10/2023 A 31/10/2023
57194084/4	TOMAZ RICARDO DE ARAUJO BRITO	2022/2023	01/10/2023 A 15/10/2023
57207310/1	VALERIA CARVALHO DE SOUZA	2021/2022	02/10/2023 A 31/10/2023
57209555/1	VALERIA DOS SANTOS VALES	2020/2021	17/10/2023 A 31/10/2023
57208007/1	VALMI PEREIRA MARTINS	2021/2022	01/10/2023 A 30/10/2023
54192310/1	VANESSA PEREIRA DE LACERDA	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
5883415/2	VANESSA SILVA SANTOS	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
5962912/1	VANESSA THAIS DE ARAUJO PAIVA	2021/2022	02/10/2023 A 31/10/2023
54191897/1	VANIA CRISTINA CHUCRE DA SILVA	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
5965671/1	VANIA GUIMARÃES DA COSTA	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
5522544/2	VANIA MARIA FERREIRA DE LUCENA	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
5691982/2	VANJA LUCIA DE MIRANDA FERREIRA	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
5139562/1	VERONICA ARAUJO VILHENA DA COSTA	2022/2023	01/10/2023 A 30/10/2023
5955897/1	VICTORIA KAROLYNNE FIDELIS OLIVEIRA	2022/2023	16/10/2023 A 30/10/2023
5167310/1	VIVALDO NASCIMENTO JUNIOR	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
54191457/1	VONES DE FATIMA PEREIRA FERNANDES	2022/2023	01/10/2023 A 15/10/2023
5956281/1	WAGNO DUTRA FERREIRA	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
57191210/1	WALBENILTON DA CRUZ SERGIO	2022/2023	23/10/2023 A 21/11/2023
5925360/4	WALBERT JEMISON POMPEU DA LUZ	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
5831903/3	WALDENICE AMANAJAS PINHEIRO	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
54195103/2	WALDIRENE SILVA SANTOS	2021/2022	02/10/2023 A 31/10/2023
57216879/3	WALTER JUNIOR FERREIRA DA SILVA	2022/2023	02/10/2023 A 16/10/2023
57224392/2	WANDER LUIZ CUNHA DA SILVA	2022/2023	25/10/2023 A 23/11/2023
57206963/1	WANDERLENE PEREIRA VILAR	2021/2022	02/10/2023 A 31/10/2023
5182832/1	WALDOMIRO SOUZA VIRGOLINO	01/03/2014 A 31/08/2022	02/10/2023 A 31/10/2023
73504368/1	WANILZA MARIALVA DE ALMEIDA FURTADO	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023
57206602/1	WANNY REGINA GUIMARAES DA SILVA	2020/2021	02/10/2023 A 16/10/2023
5962596/1	WARLINGTON LUZ LOBO	2021/2022	02/10/2023 A 31/10/2023
54187180/2	WILSON DA CONCEICAO COSTA VIANA	2022/2023	02/10/2023 A 31/10/2023

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE
GDV/DIRETORIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE / SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, em 11.09.2023.
Kelly de Cassia Peixoto de Oliveira Silveira
Diretora de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde.

Protocolo: 984493

PORTARIA N.º 1.095 DE 11 DE SETEMBRO DE 2023/DGTES/SESPA

A DIRETORA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE/DGTES, usando de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº. 039/03.04. 96,
Considerando o processo de nº E-2023/2220560
R E S O L V E:
TORNAR SEM EFEITO, as férias regulamentares do servidor DANILO WENDEL CORDEIRO VIEIRA Id. Funcional nº 5922168/4, ocupante do cargo de

Agente Administrativo, lotado no Gabinete do Secretário de 04 de setembro de 2023 a 03 de outubro de 2023, referente ao período aquisitivo de 30 de maio de 2022 a 29 de maio de 2023, concedidas através da Portaria Coletiva nº 940 de 07.08.2023, publicado no DOE DE Nº 35.509 em 17 de agosto de 2023.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE. GDV/DIRETORIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE / SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, em 11 .09.2023.
Kelly de Cassia Peixoto de Oliveira Silveira
Diretora de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde.

Protocolo: 984623

TORNAR SEM EFEITO

PORTARIA Nº. 1.089 DE 11 DE SETEMBRO DE 2023/DGTES/SESPA
A DIRETORA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE/ DGTES, usando de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº. 039/03.04. 96, CONSIDERANDO o que dispõe os artigos 74 a 76, da Lei nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994; CONSIDERANDO processo E-2023/2218883;
R E S O L V E:
TORNAR SEM EFEITO, as férias regulamentares da servidora INES CRISTINA BARBOSA DA SILVA ZANUTO, Identidade Funcional nº 5892390/1, ocupante do cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO, lotada na Divisão de Serviços Ambulatoriais, no período de 01/09/2023 a 30/09/2023, referente ao período aquisitivo de 22 de agosto de 2021 a 21 de agosto de 2022, concedidas através da Portaria Coletiva nº 940 de 07.08.2023/DOE nº 35.509 de 17.08.2023
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GDV/DIRETORIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE / SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, em 11.09.2023.
Kelly de Cassia Peixoto de Oliveira Silveira
Diretora de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde.

Protocolo: 984485

OUTRAS MATÉRIAS

Empenho n°: 2023NE000655
Data do Empenho: 16/08/2023
Exercício: 2023
Processo n°: 2023/2176552
Classificação do Objeto: Aquisição de Materiais
Objeto: AQUIS.DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA ATENDER A DEMANDA DA DIVISAO TECNICA PARA UTILIZACAO NO CURSO QUE SERAO OFERTADOS PELO ETSUS
Responsável pelo acompanhamento do serviço: Normeleide Gomes Apostolo e Miracilda Modesto de Sousa
Valor: R$ 545,00 (Quinhentos e quarenta e cinco reais)
Projeto Atividade: 4120008338C
Natureza de Despesa: 339030
Fonte de Recurso: 01500.100203
CONTRATADA: S ROSE DE LIMA SOUSA
CNPJ: 33649657000133
Endereço: Fl Q ZERO, LT 11, S/N, NOVA MARABA, CEP 68506-000,
CONTRATANTE: Secretaria de Estado de Saúde Pública/SESPA-11º CRS
CNPJ:05.054.929/0001-17
Endereço: BR 230 Km 05, Bairro Nova Marabá, Marabá/ Pará.
ORDENADORA:Irlândia da Silva Galvão

Protocolo: 984399

Empenho n°: 2023NE000657
Data do Empenho: 21/08/2023
Exercício: 2023
Processo n°: 2023/2176552
Classificação do Objeto: Aquisição de Materiais
Objeto: AQUISICAO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE E CONSUMO PARA O CURSO DE ATUALIZACAO NO CANCER QUEACONTECERA NO PERIODO DE 21 A 25/08/2023.
Responsável pelo acompanhamento do serviço: Normeleide Gomes Apostolo e Miracilda Modesto de Sousa
Valor: R$ 1.040,95(Um Mil E Quarenta Reais E Noventa E Cinco Centavos)
Projeto Atividade: 4120008338C
Natureza de Despesa: 339030
Fonte de Recurso: 01500.100203
CONTRATADA: REPRESENTAÇOES E SERVIÇOS GRAFICO-ME
CNPJ: 07984683000108
Endereço: FL 32 SN, Qd 03, Lt 18, Nova Marabá, CEP 68 508 030, Marabá-Pará
CONTRATANTE: Secretaria de Estado de Saúde Pública/SESPA-11º CRS
CNPJ:05.054.929/0001-17
Endereço: BR 230 Km 05, Bairro Nova Marabá, Marabá/ Pará.
ORDENADORA:Irlândia da Silva Galvão

Protocolo: 984400

PORTARIA Nº 1081 DE 11 DE SETEMBRO DE 2023 - DGTES/SESPA
A Diretora de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela PORTARIA Nº 039/03.04.1996, publicada no DOE nº. 28.190 de 11.04.1996 e considerando o disposto do art. 72, inciso II, da Lei nº. 5810, de 24 de janeiro de 1994 e ainda o processo de n° 2023/2224675.
RESOLVE:
Autorizar o afastamento do servidor EDIVALDO FLORIANO DOS SANTOS MARQUES, ocupante do cargo de Agente Administrativo, Id. Funcional nº 57191114/1, lotado no Departamento de Atenção à Saúde, a contar de 01/09/2023, por um período de 08 (oito) dias, decorrente do falecimento de sua genitora.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GDV/DIRETORIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE / SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, em 11/09/2023.
Kelly de Cássia Peixoto de Oliveira Silveira
Diretora de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde.

PORTARIA Nº 1088 DE 11 DE SETEMBRO DE 2023 - DGTES/SESPA
A Diretora de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº039/03.04.1996, publicada no DOE nº. 28.190 de 11.04.1996 e, CONSIDERANDO o casamento do servidor WLADIMIR DE VASCONCELOS NETO, que se deu na data de 21 de agosto de 2023 e especialmente o que dispõe o art. 72, inciso II, da Lei nº. 5810, de 24 de janeiro de 1994;
RESOLVE:
I – Autorizar o afastamento por motivo de casamento, do servidor WLADIMIR DE VASCONCELOS NETO, Id. Funcional nº 5973087/1, ocupante do cargo de Engenheiro, lotada no Departamento de Administração e Serviços, no período de 21 de agosto de 2023 a 28 de agosto de 2023, conforme certidão de casamento Matrícula n° 065656 01 55 2023 2 00067 263 0020063 12.
II – Esta portaria entra em vigor da data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 21 de agosto de 2023.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE
GDV/DIRETORIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE / SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, em 11/09/2023.
Kelly de Cássia Peixoto de Oliveira Silveira
Diretora de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde.

Protocolo: 984403

PORTARIA Nº 175, DE 11 DE SETEMBRO DE 2023
O Secretário de Estado de Saúde Pública do Pará, considerando a Manifestação Nº: 646/2023, da Consultoria Jurídica da Secretaria de Estado de Saúde Pública do Pará (CONJUR/SESPA) na seq. 18 nos autos do Processo Administrativo nº 2016/176434, resolve: Art. 1º ADVERTIR a empresa, PAUXIARA TURISMO E VANTAGENS LTDA-ME, CNPJ nº 83.775.296.0001/40, com fundamento no Art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93, assegurando a mesma o direito ao Contraditório e a Ampla Defesa, nos termos do Art. 5º, inciso LV da CF/88, quanto ao atraso dos pagamentos salariais e de benefícios dos empregados; bem como entrega descontínua de materiais de limpeza, referentes ao Contrato nº 03/2016, oriundo do Pregão Eletrônico SRP nº 02/2016, conforme Cláusula 12ª, do Termo Contratual.
Art. 2º As penalidades aplicadas devem ser registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), conforme Cláusula 12ª, do supracitado Termo.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DO SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA/SESPA - ARIEL DOURADO SAMPAIO MARTINS DE BARROS.

Protocolo: 984856

APOSTILA

Fica alterado na presente Portaria nº. 1050 de 31.08.2023, publicada no D.O.E. nº. 35.530 de 04.09.2023, de AUREA MARIA LEITE NUNES BARBOSA, o período.
Onde se lê: período de 16.10.2023 a 14.11.2023;
Leia-se: período de 18.12.2023 a 16.01.2024.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE
GDV/DIRETORIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE /SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, em 11.09.2023.
Kelly de Cássia Peixoto de Oliveira Silveira
Diretora de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde

Protocolo: 984666

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA – SESPA
CONSELHO DE SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE DO ESTADO DO PARÁ
RESOLUÇÃO Nº 77, DE 26 DE JULHO DE 2023 (*).
A Comissão Intergestores Bipartite do Sistema Único de Saúde do Pará – CIB-SUS-PA, no uso de suas atribuições legais e,
- Considerando a Lei nº 8.080/90 de 19/09/1990 e o Decreto nº 7.508/11 de 28/06/2011;
- Considerando a Portaria GM/MS nº 762, de 23/06/2023, que altera a Portaria de Consolidação nº 6 de 28 de setembro de 2017, e institui o incentivo financeiro de custeio por equipamento de hemodiálise em uso no Sistema Único de Saúde-SUS nos serviços que tenham até 29 (vinte e nove) máquinas destinadas ao cuidado da pessoa com Doença Renal Crônica-DRC.
- Considerando o Regimento Interno da CIB/PA, aprovado pela resolução CIB Nº 152 de 13 de setembro de 2018, em seu artigo 26, estabelece que "Ao Presidente da CIB E CIR compete em aprovar em ad Referendum, pleitos urgentes e relevantes que não possam ser pactuados pela plenária", devendo o assunto, ser submetido a pactuação na reunião ordinária subsequente.
Resolve:
Art.1 – Pactuar "Ad Referendum" os estabelecimentos a receberem o incentivo financeiro de custeio por equipamento de hemodiálise em uso no Sistema Único de Saúde-SUS.
Art.2 – Aprovar o valor decorrente do incentivo financeiro de R$ 9.003.197,81 (Nove milhões, três mil, cento e noventa e sete mil e oitenta e um centavos) anuais, em consonância com a portaria GM/MS 762/2023, de acordo com as relações dos anexos I e II.
Art.3 – Fica ressalvado o direito da gestão estadual e municipal realizarem monitoramento anual, mediante auditoria no quantitativo de máquinas de hemodiálise pactuadas.

Art.4 - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Belém, 26 de julho de 2023.

Ariel Dourado Sampaio Martins de Barros. Secretário Adjunto de Gestão Administrativa / SESPA Respondendo pela SESPA e CIB/PA. Decreto S/N - DOE 35.140 - 04/10/2022	Charles Cezar Tocantins de Souza. Presidente do COSEMS/PA.

ANEXO I				
INCENTIVO FINANCEIRO DE CUSTEIO POR EQUIPAMENTO DE HEMODIÁLISE – PORTARIA Nº 762/2023				
CATEGORIA I: 1 A 19 EQUIPAMENTOS				
GESTÃO	**CNES**	**ESTABELECIMENTO**	**MUNICÍPIO**	**MÁQUINAS**
MUNICIPAL	9960252	CEHMO	CASTANHAL	12
	9644253	HOSPITAL BETESDA	DOM ELISEU	1
	7684	HOSPITAL MAGALHAES	CASTANHAL	1
	2329905	HOSPITAL MUNICIPAL DE SANTAREM	SANTAREM	15
	2340992	HOSPITAL ORDEM TERCEIRA	BELEM	1
	2615746	HOSPITAL GERAL DE PARAUAPEBAS MANOEL EVALDO BENEVIDES	PARAUAPEBAS	19
	6500552	ASSOCIACAO GUIOMAR JESUS	CAPANEMA	15
	2332981	HOSPITAL UNIVERSITARIO JOAO DE BARROS BARRETO	BELEM	6
	9563164	NEFRO SANTAREM	SANTAREM	1
	TOTAL MUNICIPAL			71
ESTADUAL	7967012	HOSPITAL JEAN BITAR	BELEM	2
	3987884	HOSPITAL METROPOLITANO DE URGENCIA E EMERGENCIA	ANANINDEUA	3
	7871902	HOSPITAL ONCOLOGICO INFANTIL OCTAVIO LOBO	BELEM	2
	7486413	HOSPITAL PUBLICO ESTADUAL GALILEU	BELEM	1
	6710158	HOSPITAL REGIONAL PUBLICO DO MARAJO	BREVES	10
	9461493	HOSPITAL REGIONAL PUBLICO MATERNO INFANTIL DE BARCARENA	BARCARENA	2
	220027	HOSPITAL REGIONAL PÚBLICO DE CASTANHAL	CASTANHAL	16
	2752700	SANTA CASA DE MISERICORDIA DO PARA	BELEM	9
	TOTAL ESTADUAL			45
Total				116

RESOLUÇÃO Nº 77, DE 26 DE JULHO DE 2023 (*).

ANEXO II				
INCENTIVO FINANCEIRO DE CUSTEIO POR EQUIPAMENTO DE HEMODIÁLISE – PORTARIA Nº 762/2023				
CATEGORIA II: 20 A 29 EQUIPAMENTOS				
GESTÃO	**CNES**	**ESTABELECIMENTO**	**MUNICÍPIO**	**MÁQUINAS**
MUNICIPAL	6436897	CHB CENTRO DE HEMODIALISE DE BELEM LTDA	BELEM	22
	2694786	DAVITA	BELEM	26
	9418792	GOLD NEFRO LTDA	BELEM	29
	2332671	HOSPITAL D LUIZ I	BELEM	28
	TOTAL MUNICIPAL			105
ESTADUAL	2619717	HOSPITAL DA DIVINA PROVIDENCIA	MARITUBA	22
	2334321	HOSPITAL OPHIR LOYOLA	BELEM	20
	73482	HOSPITAL REG. DO BAIXO TOCANTINS HOSPITAL SANTA ROSA	ABAETETUBA	21
	5599504	HOSPITAL REGIONAL DO SUDESTE DO PARA DR GERALDO VELOSO	MARABA	20
	5597501	HOSPITAL REGIONAL PUBLICO DA TRANSAMAZONICA	ALTAMIRA	18
	5585422	HOSPITAL REGIONAL DO BAIXO AMAZONAS	SANTARÉM	29
	179817	HOSPITAL REGIONAL PUBLICO DO TAPAJOS ITAITUBA	ITAITUBA	21
	9685871	HOSPITAL REG. PUB. DOS CAETES DR JORGE NETO DA COSTA	CAPANEMA	22
	9917322	HOSPITAL REGIONAL PUBLICO DR ABELARDO SANTOS	BELEM	20
	2678403	HOSPITAL SANTO ANTONIO MARIA ZACCARIA	BRAGANCA	15
	TOTAL ESTADUAL			208
TOTAL				313

RESOLUÇÃO Nº 93, DE 31 DE AGOSTO DE 2023.

A Comissão Intergestores Bipartite do Estado do Pará – CIB/PA, no uso de suas atribuições legais e,
- Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção. Proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providencias.
- Considerando o Decreto n.º 7.508, de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei n.º 8080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde (SUS), o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação Inter federativa.
- Considerando o disposto no artigo 8º da Emenda Constitucional n.º 126, de 21 de dezembro de 2022, que autorizou o relator-geral do Projeto de Lei Orçamentária de 2023 a apresentar emendas para ações direcionadas à execução de políticas públicas.
- Considerando que a Lei Orçamentária Anual de 2023 autoriza despesas em programações a cargo do Ministério da Saúde com base no dispositivo citado acima.
- Considerando a Portaria GM/MS Nº 544, de 3 de maio de 2023, que institui procedimentos para execução de despesas em ações e serviços públicos de saúde autorizadas na Lei Orçamentária Anual de 2023 com base no art. 8º da Emenda Constitucional nº 126, de 2022, cujo prazo para cadastramento de propostas foi prorrogado até o dia 31/08/2023.
- Considerando a deliberação consensual da Comissão Intergestores Bipartite do Sistema Único de Saúde do Pará – CIB-SUS-PA, em Reunião Ordinária de 29 de junho de 2023.
Resolve :
Art. 1º - Aprovar as propostas cadastradas pelos Municípios do Estado do Pará (3º momento), junto ao Sistemas do Ministério da Saúde destinadas à Estruturação e Custeio de Serviços da Atenção Primaria e Especializada, nos termos da Portaria GM/MS Nº 544/2023, conforme anexo.
Art. 2º - Considerar nos termos da Portaria GM/MS n°544/2023 que as propostas de Custeio Emergencial para Ações de Média e Alta Complexidade são prioritária para a efetividade do Sistema de Saúde dos Municípios proponentes.
Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Belém, 31 de agosto de 2023.

Rômulo Rodovalho Gomes. Secretário de Estado de Saúde Pública. Presidente da CIB/SUS/PA.	Charles Cezar Tocantins de Souza. Presidente do COSEMS/PA.

ANEXO RESOULÇÃO CIB/PA Nº DE 93 DE 31 DE AGOSTO DE 2023.			
PROPOSTAS PORTARIA 544/2023			
MUNICIPIO	**OBJETO**	**Nº PROPOSTA**	**VALOR**
MARITUBA	INCREMENTO TEMPORÁRIO PAP	10.299.375.000.158.200.000.000	205.800,00/MÊS
MARITUBA	CREDENCIAMENTO DE EQUIPES DE SAÚDE BUCAL COM CH DIFERENCIADA	10.299.375.000.158.200.000.000	21.491,00/MÊS
MARITUBA	CREDENCIAMENTO DE EQUIPES MULTIPROFISSIONAL AMPLIADA	10.299.375.000.158.200.000.000	36.000,00 + 2.500,00 (ADICIONAL)/MÊS
MARITUBA	EQUIPAMENTO: AQUISIÇÃO DE UNIDADE MÓVEL ODONTOLÓGICA	10299.3750001/23-012	513.625,00
MARITUBA	EQUIPAMENTO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE P/ UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE	10299.3750001/23-015	2.469.251,00
MARITUBA	REFORMA DE UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE ESF URIBOCA – PORTE I	10299.3750001/23-016	684.600,00
MARITUBA	REFORMA DE UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE ESF RIACHO DOCE – PORTE I	10299.3750001/23-017	252.473,00
MARITUBA	EQUIPAMENTO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE P/ UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE	10299.3750001/23-009	819.534,00
MARITUBA	AQUISIÇÃO DE UNIDADE MÓVEL DE SAÚDE - TRANSPORTE ELETIVO EM SAÚDE	10299.3750001/23-005	304.800,00
MARITUBA	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE P/ ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE BUCAL - SAÚDE BUCAL - BRASIL SORRIDENTE (CEO)	10299.3750001/23-008	199.121,00
MARITUBA	REFORMA DO CENTRO ESPECIALIZADO EM REABILITAÇÃO – CER III	10299.3750001/23-018	499.846,00
MARITUBA	HABILITAÇÃO PARA CUSTEIO DE UNIDADES MÓVEIS - MOTOLÂNCIA SAMU 192	187531	8.700,00
MARITUBA	INCREMENTO TEMPORÁRIO MAC	183667	9.045.769,76
MARITUBA	INCREMENTO TEMPORÁRIO MAC	184100	200.500,00
MARITUBA	INCREMENTO TEMPORÁRIO MAC	184841	780.000,00
MARITUBA	AQUISIÇÃO DE UNIDADE MÓVEL DE SAÚDE - TRANSPORTE SANITÁRIO ADAPTADO - CER	10299.3750001/23-0003	304.800,00
MARITUBA	AQUISIÇÃO DE UNIDADE MÓVEL DE SAÚDE - AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	10299.3750001/23-007	323.812,00
MARITUBA	AQUISIÇÃO DE UNIDADE MÓVEL DE SAÚDE - TRANSPORTE SANITÁRIO ADAPTADO - CER	10299.3750001/23-0003	304.800,00

MARITUBA	AQUISIÇÃO DE UNIDADE MÓVEL DE SAÚDE - AMBULÂNCIA TIPO A - REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA	10299.3750001/23-007	323.812,00
MARITUBA	EQUIPAMENTOS AMBULATÓRIO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE PARA UNIDADE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE	10299.3750001/23-013	4.999.809,00
MARITUBA	EQUIPAMENTOS HOSPITAL: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE PARA UNIDADE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE	10299.3750001/23-014	11.410.324,00
NOVA TIMBOTEUA	CONSTRUÇÃO DE UNIDADE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE	11790338000123020	R$: 1.988,000,00
NOVA TIMBOTEUA	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANETE PARA UNIDADE BASICA DE SAÚDE	11790338000123016	R$: 516,804,00
NOVA TIMBOTEUA	AQUISIÇÃO DE UNIDADE MÓVEL DE SAÚDE	11790338000123023	R$241,316,00
NOVA TIMBOTEUA	REFORMA DE UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE VILA ALTA	11790338000123022	R$ 604,216,00
NOVA TIMBOTEUA	REFORMA DE UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE BENEDITO MUNHOZ	11790338000123021	R$ 604,216,00
NOVA TIMBOTEUA	REFORMA DE UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE MARIA BORGES	1179033800123013	R$ 604,858,00
RUROPOLIS	CONSTRUÇÃO DO CER - (CENTRO ESPECIALIZADO EM REABILIRAÇÃO)	12352.5010001/23-017	R$ 6.293.000,00
RUROPOLIS	REQUALIFICA UBS	12352.5010001/23-018	R$ 541.300,00
SANTARÉM	INCENTIVO DE RECURSO FINANCEIRO EMERGENCIAL PARA CUSTEIO DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA, DO HOSPITAL MUNICIPAL DE SANTARÉM, .	187145	R$ 4.000.000,00

RESOLUÇÃO Nº 99, DE 11 DE SETEMBRO DE 2023.

A Comissão Intergestores Bipartite do Estado do Pará – CIB/PA, no uso de suas atribuições legais e:
Considerando que a Resolução CIB Nº 82, de 11 de agosto de 2023, estabelece o prazo de 30 dias, para que a SESPA faça a notificação e entrega aos municípios de toda documentação necessária do veículo para o processo de transferência;
Considerando a necessidade de prorrogação do prazo de 30 dias, estabelecido no Art. 3º, da Res Nº 82, de 11 de agosto de 2023, acima citada;
Considerando o Regimento Interno da CIB/PA, aprovado pela Resolução CIB Nº 152 de 13 de setembro de 2018, que em seu artigo 26, estabelece que "Ao Presidente da CIB e CIR compete aprovar ad referendum, pleitos urgentes e relevantes que não possam ser pactuados pela plenária, devendo o assunto, ser submetido à pactuação na reunião ordinária subsequente".
Resolve:
Art. 1º - Aprovar ad referendum a prorrogação, por mais 30 dias, do prazo para que a SESPA faça a notificação e entrega aos municípios de toda documentação necessária do veículo para o processo de transferência, alterando, portanto, o Art. 3º da Resolução Nº 82, de 11 de agosto de 2023.
Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Belém/PA, 11 de setembro de 2023.

Rômulo Rodovalho Gomes. Secretário de Estado de Saúde Pública. Presidente da CIB/SUS/PA.	Charles Cezar Tocantins de Souza. Presidente do COSEMS/PA.

Protocolo: 984738

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA - 1ª REGIONAL

ADMISSÃO DE SERVIDOR

PORTARIA DE CONCESSÃO n° 889/2023 – 06/09/2023
O Diretor do 1° CENTRO REGIONAL DE SAÚDE/SESPA, no uso de suas atribuições lhe conferida pela PORTARIA 76/2019-CCG de 09.01.19, publicada no Diário Oficial do Estado n°33.777 de 10.01.19, e tendo em vista as instruções contidas em Fundamento Legal: no Art. 145 da Lei 5.810 de 24/01/1994, DECRETO Nº 2.819 de 06 de setembro de 1994, disciplina a concessão de DIÁRIAS em missão Oficial do Estado.
Resolve:
Conceder: 03 meias diárias ao Servidor (es):
Natureza: 33901414
Fonte de recurso: 01500100203-006537
541892491/ /DÉBORA CELESTE CUNHA SANTA BRÍGIDA (Nutricionista) / 03 meias diária (deslocamento)
57224909/3 /HELLEN DA SILVA CABRAL (Nutricionista) / 03 meias diária (deslocamento)
57173282/1 / EDINALDO MIRANDA DA SILVA (Motorista) / 03 meias diárias (deslocamento)
Origem: BELEM/PA - BRASIL
Destino(s): MARITUBA e SANTA BARBARA - PA
Objetivo: Participar do dia ausivo do nutricionista no município de Marituba no dia 12/09 e em santa barbara, realizar atualizações dos programas da nutrição para os ACS, nos dias 27 e 28/09/2023, Processo 2023/2214531 <br
Registre-se, publique-se e cumpra-se.
Ordenador: Marco Antônio Rodrigues Normando

PORTARIA DE CONCESSÃO n° 890/2023 – 06/09/2023
O Diretor do 1° CENTRO REGIONAL DE SAÚDE/SESPA, no uso de suas atribuições lhe conferida pela PORTARIA 76/2019-CCG de 09.01.19, publicada no Diário Oficial do Estado n°33.777 de 10.01.19, e tendo em vista as instruções contidas em Fundamento Legal: no Art. 145 da Lei 5.810 de 24/01/1994, DECRETO Nº 2.819 de 06 de setembro de 1994, disciplina a concessão de DIÁRIAS em missão Oficial do Estado.
Resolve:
Conceder: 02 meias diária aos Servidor(es): com deslocamento
Natureza: 339014
Fonte: 01500100203-006537
721018/1 / CLEIDE ELMA PEREIRA RIBEIRO (Enfermeira) 02 meias diária (dias 13 e 14/09/2023)
5943666/2 / ALESSANDRA BARROS AMORIM(Psicóloga) 02 meias diárias (dias 13 e 14/09/2023))
57173282/1/ EDINALDO MIRANDA DA SILVA(Motorista) 02 meias diária (dias 13 e 14/09/2023)
Origem: BELEM/PA - BRASIL
Destino SANTA BARBARA - PA
Objetivo: Fazer visita Técnica na Secretaria de Saúde do município, fazer verificação do andamento do processo de implantação do CAPS I do município de acordo com resolução do CIR 2021, processo 2023/2215844.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.
Ordenador: Marco Antônio Rodrigues Normando

Protocolo: 984525

LICENÇA PRÊMIO

PORTARIA Nº. 928 DE 11 DE SETEMBRO DE 2023
O DIRETOR DO 1° CENTRO REGIONAL DE SAÚDE, usando de suas atribuições, delegadas através da Portaria no. 76/2019-CCG de 09.01.19, publicada no Diário Oficial do Estado n° 33.777 de 10.01.19.
CONCEDER, em comum acordo, de acordo com o artigo 98 da Lei nº. 5.810/ 24.01.1994, QUE a (ao) servidora (o) ADELIA NOGUEIRA SOUSA DOS REMEDIOS, Matrícula 2009404-1, Cargo AGENTE DE SAUDE, LOTAÇÃO CAPS RENASCER, goze de licença prêmio, 01 (UM) mês de Licença Prêmio, correspondente ao 16.03.1995 A 15.03.1998.
AUTORIZAR que o servidor goze 01 (UM) mês de Licença Prêmio, no período de 02.10.2023 A 31.10.2023, no total de 30 (trinta) dias.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
1° Centro Regional de Saúde/SESPA EM: 11.09.23
Marco Antônio Rodrigues Normando
Diretor do 1°CRS/SESPA

Protocolo: 984572

PORTARIA Nº. 935 DE 11 DE SETEMBRO DE 2023
O DIRETOR DO 1° CENTRO REGIONAL DE SAÚDE, usando de suas atribuições, delegadas através da Portaria no. 76/2019-CCG de 09.01.19, publicada no Diário Oficial do Estado n° 33.777 de 10.01.19.
CONCEDER, em comum acordo, de acordo com o artigo 98 da Lei nº. 5.810/ 24.01.1994, QUE a (ao) servidora (o) RITA DE CASSIA FEITOSA PEREIRA Matrícula 57191063-1, Cargo ENFERMEIRA, LOTAÇÃO CAPS ICOARACI, goze de licença prêmio, 01 (UM) mês de Licença Prêmio, correspondente ao 22.10.2019 A 21.10.2022.
AUTORIZAR que o servidor goze 01 (UM) mês de Licença Prêmio, no período de 02.10.2023 A 31.10.2023, no total de 30 (trinta) dias.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
1° Centro Regional de Saúde/SESPA EM: 11.09.23
Marco Antônio Rodrigues Normando
Diretor do 1°CRS/SESPA

Protocolo: 984799

PORTARIA Nº. 934 DE 11 DE SETEMBRO DE 2023
O DIRETOR DO 1° CENTRO REGIONAL DE SAÚDE, usando de suas atribuições, delegadas através da Portaria no. 76/2019-CCG de 09.01.19, publicada no Diário Oficial do Estado n° 33.777 de 10.01.19.
DETERMINAR, em comum acordo, de acordo com o artigo 98 da Lei nº. 5.810/ 24.01.1994, QUE a (ao) servidora (o) JOISSIANI FERREIRA SOUSA Matrícula 54191741-1, Cargo ASSISTENTE SOCIAL, LOTAÇÃO CAPS ICOARACI, goze de licença prêmio, 01 (UM) mês de Licença Prêmio, correspondente ao 13.06.2014 A 12.06.2017.
AUTORIZAR que o servidor goze 01 (UM) mês de Licença Prêmio, no período de 02.10.2023 A 31.10.2023, no total de 30 (trinta) dias.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
1° Centro Regional de Saúde/SESPA EM: 11.09.23
Marco Antônio Rodrigues Normando
Diretor do 1°CRS/SESPA

Protocolo: 984770

PORTARIA Nº. 933 DE 11 DE SETEMBRO DE 2023
O DIRETOR DO 1° CENTRO REGIONAL DE SAÚDE, usando de suas atribuições, delegadas através da Portaria no. 76/2019-CCG de 09.01.19, publicada no Diário Oficial do Estado n° 33.777 de 10.01.19.
CONCEDER, em comum acordo, de acordo com o artigo 98 da Lei nº. 5.810/ 24.01.1994, a (ao) Servidor (a) NORMA SUELY DA SILVA FARO BASTOS, Matrícula 722499-1, Cargo AGENTE DE SAUDE, com lotação no (a) CAPS ICOARACI, mês de Licença Prêmio, 02 (dois) mês de Licença Prêmio, correspondente ao triênio 11.03.2015 A 10.03.2018.
AUTORIZAR que o servidor goze 02 (dois) meses de Licença Prêmio, no período de 02.10.2023 A 30.11.2023, no total de 60 (sessenta) dias.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
1° Centro Regional de Saúde/SESPA EM: 11.09.2023
Marco Antonio Rodrigues Normando
Diretor do 1°CRS/SESPA

Protocolo: 984753

PORTARIA Nº. 929 DE 11 DE SETEMBRO DE 2023
O DIRETOR DO 1° CENTRO REGIONAL DE SAÚDE, usando de suas atribuições, delegadas através da Portaria no. 76/2019-CCG de 09.01.19, publicada no Diário Oficial do Estado n° 33.777 de 10.01.19.
DETERMINAR, em comum acordo, de acordo com o artigo 98 da Lei nº. 5.810/ 24.01.1994, QUE a (ao) servidora (o) ELIANA DO SOCORRO SILVA MELO, Matrícula 5180929-1, Cargo AUXILIAR DE SAUDE, LOTAÇÃO 1°CRS-CCDQ, goze de licença prêmio, 01 (UM) mês de Licença Prêmio, correspondente ao 17.032015 A 16.03.2018.
AUTORIZAR que o servidor goze 01 (UM) mês de Licença Prêmio, no período de 02.10.2023 A 31.10.2023, no total de 30 (trinta) dias.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
1° Centro Regional de Saúde/SESPA EM: 11.09.23
Marco Antônio Rodrigues Normando
Diretor do 1°CRS/SESPA

Protocolo: 984681

PORTARIA Nº. 930 DE 11 DE SETEMBRO DE 2023
O DIRETOR DO 1° CENTRO REGIONAL DE SAÚDE, usando de suas atribuições, delegadas através da Portaria no. 76/2019-CCG de 09.01.19, publicada no Diário Oficial do Estado n° 33.777 de 10.01.19.
CONCEDER, em comum acordo, de acordo com o artigo 98 da Lei nº. 5.810/ 24.01.1994, a (ao) Servidor (a) KATIA CRISTINA DOS SANTOS PERS, Matrícula 5636442-4, Cargo MEDICO, com lotação no (a) CS MARCO, mês de Licença Prêmio, 02 (dois) mês de Licença Prêmio, correspondente ao triênio 26.08.2017 A 25.08.2020.
AUTORIZAR que o servidor goze 02 (dois) meses de Licença Prêmio, no período de 04.09.2023 A 02.11.2023, no total de 60 (sessenta) dias.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
1° Centro Regional de Saúde/SESPA EM: 11.09.2023
Marco Antonio Rodrigues Normando
Diretor do 1°CRS/SESPA

Protocolo: 984718

PORTARIA Nº. 931 DE 11 DE SETEMBRO DE 2023
O DIRETOR DO 1° CENTRO REGIONAL DE SAÚDE, usando de suas atribuições, delegadas através da Portaria no. 76/2019-CCG de 09.01.19, publicada no Diário Oficial do Estado n° 33.777 de 10.01.19.
CONCEDER, em comum acordo, de acordo com o artigo 98 da Lei nº. 5.810/ 24.01.1994, QUE a (ao) servidora (o) RAUL JOSE MARQUES DE NAZARETH JUNIOR, Matrícula 5188032-1, Cargo ODONTOLOGO, LOTAÇÃO CS MARCO, goze de licença prêmio, 01 (UM) mês de Licença Prêmio, correspondente ao 03.02.1993 A 02.02.1996.
AUTORIZAR que o servidor goze 01 (UM) mês de Licença Prêmio, no período de 04.10.2023 A 03.11.2023, no total de 30 (trinta) dias.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
1° Centro Regional de Saúde/SESPA EM: 11.09.23
Marco Antônio Rodrigues Normando
Diretor do 1°CRS/SESPA

Protocolo: 984728

PORTARIA Nº. 932 DE 11 DE SETEMBRO DE 2023
O DIRETOR DO 1° CENTRO REGIONAL DE SAÚDE, usando de suas atribuições, delegadas através da Portaria no. 76/2019-CCG de 09.01.19, publicada no Diário Oficial do Estado n° 33.777 de 10.01.19.
CONCEDER, em comum acordo, de acordo com o artigo 98 da Lei nº. 5.810/ 24.01.1994, QUE a (ao) servidora (o) JOICE ALVES MELO DE PAIVA Matrícula 54191280-1, Cargo AGENTE ADMINISTRATIVO, LOTAÇÃO 1°CRS/CCDQ, goze de licença prêmio, 01 (UM) mês de Licença Prêmio, correspondente ao 19.07.2014 A 18.07.2017.
AUTORIZAR que o servidor goze 01 (UM) mês de Licença Prêmio, no período de 03.10.2023 A 01.11.2023, no total de 30 (trinta) dias.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
1° Centro Regional de Saúde/SESPA EM: 11.09.23
Marco Antônio Rodrigues Normando
Diretor do 1°CRS/SESPA

Protocolo: 984737

ERRATA

ERRATA
O DIRETOR DO 1° CENTRO REGIONAL DE SAÚDE, usando de suas atribuições, delegadas através da Portaria no. 76/2019-CCG de 09.01.19, publicada no Diário Oficial do Estado n° 33.777 de 10.01.19.
Errata da Licença Prêmio PORTARIA Nº. 497 DE 26 DE MAIO DE 2023, publicada no DIÁRIO OFICIAL N° 35.416 DE 29 DE MAIO DE 2023, QUE CONCEDER, CONCEDER, em comum acordo, de acordo com o artigo 98 da Lei nº. 5.810/ 24.01.1994, a (ao) Servidor(a) MARIA DAS GRAÇAS FERREIRA DA SILVA, Matrícula 723061-2, Cargo AUXILIAR DE SAUDE, com lotação no (a) LOTAÇÃO PROVISORIA-UMS SACRAMENTA, mês de Licença Prêmio,02(dois) mês de Licença Prêmio, correspondente ao triênio 20.07.2014 A 19.07.2017
Onde se triênio: 20.07.2014 A 19.07.2017
Leia se triênio: 20.07.2017 A 19.07.2020
Onde se período: 01.07.2023 a 30.07.2023
Leia se período: 03.07.2023 a 01.08.2023
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
1° Centro Regional de Saúde/SESPA em: 11.09.2023
Marco Antonio Rodrigues Normando
Diretor do 1°CRS/SESPA

Protocolo: 984740

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA - 4ª REGIONAL

LICENÇA PRÊMIO

PORTARIA N°. 77 DE 11 DE SETEMBRO DE 2023
A Diretora do 4º Centro Regional de Saúde, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas através da PORTARIA Nº 2.521- CCG de 13 de março de 2019, publicada no DOE nº 33.824 de 14/03/2019.
RESOLVE:
CONCEDER de acordo com o artigo 98 da Lei n° 5.810 / 24.01.1994, a servidora BENEDITA SOUSA DA SILVA, matrícula nº 5141800-1, Auxiliar de Informática área da saúde, lotada no 4º Centro Regional de Saúde/Centro de saúde de Quatipirú, 60 (sessenta) dias de Licença Prêmio, correspondente ao triênio de 02/07/2014 a 01/07/2017, no período de 23/10/2023 a 21/12/2023.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
PATRÍCIA DE FÁTIMA LIMA DA SILVA
DIRETORA DO 4° CRS - CAPANEMA

Protocolo: 984919

PORTARIA N°. 78 DE 11 DE SETEMBRO DE 2023
A Diretora do 4º Centro Regional de Saúde, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas através da PORTARIA Nº 2.521- CCG de 13 de março de 2019, publicada no DOE nº 33.824 de 14/03/2019.
RESOLVE:
CONCEDER de acordo com o artigo 98 da Lei n° 5.810 / 24.01.1994, a servidora BENEDITA SOUSA DA SILVA, matrícula nº 5141800-1, Auxiliar de Informática área da saúde, lotada no 4º Centro Regional de Saúde/Centro de saúde de Quatipirú, 60 (sessenta) dias de Licença Prêmio, correspondente ao triênio de 02/07/2017 a 01/07/2020, no período de 22/12/2023 a 19/02/2024.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
PATRÍCIA DE FÁTIMA LIMA DA SILVA
DIRETORA DO 4° CRS - CAPANEMA

Protocolo: 984927

DIÁRIA

DIÁRIA
PORTARIA Nº 338, 01 DE AGOSTO DE 2023.
Fundamento legal: Lei 2º 5.810/94
Objetivo: de realizar acompanhamento e avaliação dos contratos dos laboratórios (LABORATÓRIO DE ANALISE CLÍNICAS DE BRAGANÇA, INSTITUTO MÉDICO DE BRAGANÇA-IMEB E CLÍNICA ULTRAPREVEN).
Origem: Capanema/PA – Destino: BRAGANÇA / PA.

Nome do Servidor	Matrícula	Cargo
Kamila Liliane Nunes Oliveira	57190896/1	Ag. Administrativo
Silviane de Sousa Soares	57230371-1	Tec. De Enfermagem

No período de 14 a 16/08/2023. Quantidade: 1,5 (UMA e meia) diárias.
Ordenador: Jackson do Carmo Freire, Diretora em exercício do 4ºCRS/SESPA.

Protocolo: 984380

DIÁRIA
PORTARIA Nº 350, 08 DE AGOSTO DE 2023.
Fundamento legal: Lei 2º 5.810/94
Objetivo: de dar Suporte tecnico em Areas com historico de casos de agressão em Humanos e Animais de Produção por morcegos, se faz nessesario realizar ações que fazem parte do planejamento estrategico de prevenção e controle da raiva, visando a manutenção da saúde humana.
Origem: Capanema/PA – Destino: São João de Pirabas / PA.

Nome do Servidor	Matrícula	Cargo
Itamar Lima da Silva	108804-1	Ag. De Portaria
Francisco das Chagas M. Galvão	505018	Ag. De Saúde Pública
Antônio Neves Medeiros dos Santos	0505099	Ag. De Saúde Pública

No período de 14 a 18/08/2023. Quantidade:4,5 (QUATRO E MEIA) diárias.
Ordenador: Patrícia de Fátima Lima da Silva, Diretora do 4ºCRS/SESPA.

Protocolo: 984381

DIÁRIA
PORTARIA Nº 351, 08 DE AGOSTO DE 2023.
Fundamento legal: Lei nº 5.810/94
Objetivo: Conduzir veículo oficial com servidores do 4º CRS/SESPA, que irão dar Suporte tecnico em Areas com historico de casos de agressão em

Humanos e Animais de Produção por morcegos, se faz nessesario realizar ações que fazem parte do planejamento estrategico de prevenção e controle da raiva, visando a manutenção da saúde humana.
Origem: Capanema/PA – Destino: São João de Pirabas / PA.

Nome do Servidor	Matrícula	Cargo
Ávila Junior de Sousa Amaral	57207813/1	Motorista

No período de 14 a 18/08/2023. Quantidade:4,5 (QUATRO E MEIA) diárias.
Ordenador: Patrícia de Fátima Lima da Silva, Diretora do 4ºCRS/SESPA.
Protocolo: 984382

DIÁRIA
PORTARIA Nº 335, 31 DE JULHO DE 2023.
Fundamento legal: Lei 2º 5.810/94
Objetivo: de executar trabalhos de levantamento da Dispersão Vetorial Ativa e Passiva para Flebotomíneos, no município, junto à equipe de Entomologia (Nível Central).
Origem: Capanema/PA – Destino: Salinópolis / PA.

Nome do Servidor	Matrícula	Cargo
Jorge Antonio de Lima Jaques	0505180	Ag. De Saúde Pública

No período de 16 a 18/08 e 21 a 24/08/2023. Quantidade: 6 (SEIS) diárias.
Ordenador: Jackson do Carmo Freire, Diretora em exercício do 4ºCRS/SESPA.
Protocolo: 984383

DIÁRIA
PORTARIA Nº 361, 09 DE AGOSTO DE 2023.
Fundamento legal: Lei 2º 5.810/94
Objetivo: de supervisionar as ações de cadastro, recadastramento e georreferenciamento do SISSOLO.
Origem: Capanema/PA – Destino: Nova Timboteua e Peixe-Boi / PA.

Nome do Servidor	Matrícula	Cargo
Antonio Ismael Barros do Carmo	57206704-1	Ag. De controle de Endemias
Waldecir Nogueira de Souza	0501712	Guarda de Endemias

No período de 21 a 25/08/2023. Quantidade: 2,5 (duas e meia) diárias.
Ordenador: Patrícia de Fátima Lima da Silva, Diretora do 4ºCRS/SESPA.
Protocolo: 984384

DIÁRIA
PORTARIA Nº 291, 09 DE AGOSTO DE 2023.
Fundamento legal: Lei 2º 5.810/94
Objetivo: de supervisionar, avaliar e orientar as atividades dos Laboratórios de Base.
Origem: Capanema/PA – Destino: OURÉM, PEIXE-BOI, NOVA TIMBOTEUA, SANTARÉM NOVO, PRIMAVERA, QUATIPURU, SÃO JOÃO DE PIRABAS, SALINÓPOLIS / PA.

Nome do Servidor	Matrícula	Cargo
Valdir Moreira da Silva	0500915	Guarda de Endemias
Diocina Alexandria dos Santos	592321-2	Comissionado

No período de e 21 a 25/08/2023. Quantidade: 2,5 (DUAS e meia) diárias.
Ordenador: Patrícia de Fátima Lima da Silva, Diretora do 4ºCRS/SESPA.
Protocolo: 984385

DIÁRIA
PORTARIA Nº 292, 09 DE AGOSTO DE 2023.
Fundamento legal: Lei nº 5.810/94
Objetivo: Conduzir veículo oficial com servidores do 4º CRS/SESPA, que irão supervisionar, avaliar e orientar as atividades dos Laboratórios de Base.
Origem: Capanema/PA – Destino: OURÉM, PEIXE-BOI, NOVA TIMBOTEUA, SANTARÉM NOVO, PRIMAVERA, QUATIPURU, SÃO JOÃO DE PIRABAS, SALINÓPOLIS / PA.

Nome do Servidor	Matrícula	Cargo
Vanderlê Sales de Lima	57206796-1	Motorista

No período de e 21 a 25/08/2023. Quantidade: 2,5 (DUAS e meia) diárias.
Ordenador: Patrícia de Fátima Lima da Silva, Diretora do 4ºCRS/SESPA.
Protocolo: 984386

DIÁRIA
PORTARIA Nº 336, 31 DE JULHO DE 2023.
Fundamento legal: Lei 2º 5.810/94
Objetivo: de treinar e orientar os técnicos digitadores, responsáveis pelo preenchimento dos laudos para autorização das AIHs da Associação Arcanjo Miguel e da Secretaria Municipal de Viseu.
Origem: Capanema/PA – Destino: AUGUSTO CORRÊA e VISEU / PA.

Nome do Servidor	Matrícula	Cargo
Carlos Mariano Medeiros Monteiro	5291062-1	Ag. De Portaria

No período de 21 a 24/08/2023. Quantidade: 3,5 (Três e meia) diárias.
Ordenador: Jackson do Carmo Freire, Diretora em exercício do 4ºCRS/SESPA.
Protocolo: 984387

DIÁRIA
PORTARIA Nº 355, 09 DE AGOSTO DE 2023.
Fundamento legal: Lei 2º 5.810/94
Objetivo: de participar do VI Encontro Estadual – Avanços e Desafios pelo Pará, que visa qualificação profissional, compartilhamento de experiências e aprimoramento técnico científico das equipes multiprofissionais da atenção domiciliar, em Belém/PA.
Origem: Capanema/PA – Destino: Belém / PA.

Nome do Servidor	Matrícula	Cargo
Márcia Cecília Santana de Jesus	57198097-1	Assistente Social
Luiza Helena Progênio de Santana	54190705-1	Assistente Social
Luis Augusto Melo e Silva	5967395-1	Enfermeiro
Dayvyd william Barra Pinheiro	5934646-2	Comissionado

No período de 16 a 18/08/2023. Quantidade:2,5 (TRES E MEIA) diárias.
Ordenador: Patrícia de Fátima Lima da Silva, Diretora do 4ºCRS/SESPA.
Protocolo: 984388

DIÁRIA
PORTARIA Nº 356, 09 DE AGOSTO DE 2023.
Fundamento legal: Lei nº 5.810/94
Objetivo: Conduzir veículo oficial com servidores do 4º CRS/SESPA, que irão participar do VI Encontro Estadual – Avanços e Desafios pelo Pará, que visa qualificação profissional, compartilhamento de experiências e aprimoramento técnico científico das equipes multiprofissionais da atenção domiciliar, em Belém/PA.
Origem: Capanema/PA – Destino: Belém / PA.

Nome do Servidor	Matrícula	Cargo
Vanderlê Sales de Lima	57206796-1	Motorista

No período de 16 a 18/08/2023. Quantidade:2,5 (TRES E MEIA) diárias.
Ordenador: Patrícia de Fátima Lima da Silva, Diretora do 4ºCRS/SESPA.
Protocolo: 984389

DIÁRIA
PORTARIA Nº 359, 09 DE AGOSTO DE 2023.
Fundamento legal: Lei 2º 5.810/94
Objetivo: de Reuniar com Coordenação de Saúde Mental, Coordenação do PBFS, apoiar os municipios na implantação dos coletivos municipais e implantar ações de humanização para qualificação dos serviços de saúde na RAS do Estado do Pará e orientar sobra carteira do CIPTEA.
Origem: Capanema/PA – Destino: Primavera e São João de Pirabas / PA.

Nome do Servidor	Matrícula	Cargo
Rosyval Ramalho de Sousa	5970238-1	Psicólogo
Silviane de Sousa Soares	57230371-1	Tec. De Enfermagem

No período de 17 a 18/08/2023. Quantidade: 01 (UMA) diárias.
Ordenador: Patrícia de Fátima Lima da Silva, Diretora do 4ºCRS/SESPA.
Protocolo: 984390

DIÁRIA
PORTARIA Nº 360, 09 DE AGOSTO DE 2023.
Fundamento legal: Lei nº 5.810/94
Objetivo: Conduzir veículo oficial com servidores do 4º CRS/SESPA, que irão Reuniar com Coordenação de Saúde Mental, Coordenação do PBFS, apoiar os municipios na implantação dos coletivos municipais e implantar ações de humanização para qualificação dos serviços de saúde na RAS do Estado do Pará e orientar sobra carteira do CIPTEA.
Origem: Capanema/PA – Destino: Primavera e São João de Pirabas / PA.

Nome do Servidor	Matrícula	Cargo
José Maria Ferreira Galvão	0504973	Motorista

No período de 17 a 18/08/2023. Quantidade: 01 (UMA) diárias.
Ordenador: Patrícia de Fátima Lima da Silva, Diretora do 4ºCRS/SESPA.
Protocolo: 984391

DIÁRIA
PORTARIA Nº 353, 11 DE AGOSTO DE 2023.
Fundamento legal: Lei 2º 5.810/94
Objetivo: de monitorar as ações de Controle de Endemias, voltadas especialmente para o Combate ao Aedes aegypti.
Origem: Capanema/PA – Destino: AUGUSTO CORREA E TRACUATRUA / PA.

Nome do Servidor	Matrícula	Cargo
Josué Marcos Vieira do Nascimento	0505162	Ag. De Saúde Pública
Antônio Maria Matos de Souza	1086569	Ag. De Saúde Pública

No período de 21 a 25/08/2023. Quantidade: 2,5 (duas e meia) diárias.
Ordenador: Patrícia de Fátima Lima da Silva, Diretora do 4ºCRS/SESPA.
Protocolo: 984392

DIÁRIA
PORTARIA Nº 353, 11 DE AGOSTO DE 2023.
Fundamento legal: Lei nº 5.810/94
Objetivo: Conduzir veículo oficial com servidores do 4º CRS/SESPA, que irão monitorar as ações de Controle de Endemias, voltadas especialmente para o Combate ao Aedes aegypti.
Origem: Capanema/PA – Destino: AUGUSTO CORREA E TRACUATRUA / PA.

Nome do Servidor	Matrícula	Cargo
Orivaldo Ramos da Silva	5159164-1	Motorista

No período de 21 a 25/08/2023. Quantidade: 2,5 (duas e meia) diárias.
Ordenador: Patrícia de Fátima Lima da Silva, Diretora do 4ºCRS/SESPA.
Protocolo: 984393

DIÁRIA
PORTARIA Nº 352, 08 DE JULHO DE 2023.
Fundamento legal: Lei 2º 5.810/94
Objetivo: de Capacitação em Vigilância Sanitária: Fortalecimento das Ações e Atuações do Nível Central e dos Centros Regional de Saúde do Estado do Pará.

Origem: Capanema/PA – Destino: Belém / PA.

Nome do Servidor	Matrícula	Cargo
Jorge Miguel Cecim Coelho	5466180-2	Médico Veterinário
José Maria Moura	0502121	Guarda de Endemias
Antônio Carlos da Mata Sidrim	236667-2	Tec. Em Educação Física

No período de e 20 a 23/08/2023. Quantidade: 3,5 (TRES e meia) diárias.
Ordenador: Patrícia de Fátima Lima da Silva, Diretora do 4ºCRS/SESPA.

Protocolo: 984394

DIÁRIA
PORTARIA Nº 347, 07 DE AGOSTO DE 2023.
Fundamento legal: Lei 2º 5.810/94
Objetivo: de fornecer apoio técnico aos municípios, monitorando as ações realizadas para implementação da politica de Atenção Integral á Saúde da Criança e fomentando a implantação de novos postos de coleta (teste do pezinho), Saúde do Homem e Programa Saúde Bucal, atraves da realização de Visita Técnica. Realizar oficinas do PSE para qualificaçao da equipe no plano de ação com saúde e educação, garantindo qualidade e resolutividade aos profissionais de saúde do programa saúde na escola-PSE.
Origem: Capanema/PA – Destino: Bragança, Santarém Novo, Salinópolis e Tracuateua / PA.

Nome do Servidor	Matrícula	Cargo
Diná Ferreira da Costa	57174866-1	Enfermeira
Silviane de Sousa Soares	57230371-1	Tec. De Enfermagem
Iolanda de Fatima Mendes da Silva	3156184-1	Odontóloga
Dayvyd william Barra Pinheiro	5934646-2	Comissionado

No período de 21 a 24/08/2023. Quantidade: 2 (Duas) diárias.
Ordenador: Patrícia de Fátima Lima da Silva, Diretora do 4ºCRS/SESPA.

Protocolo: 984395

DIÁRIA
PORTARIA Nº 348, 07 DE AGOSTO DE 2023.
Fundamento legal: Lei nº 5.810/94
Objetivo: Conduzir veículo oficial com servidores do 4º CRS/SESPA, que irão fornecer apoio técnico aos municípios, monitorando as ações realizadas para implementação da politica de Atenção Integral á Saúde da Criança e fomentando a implantação de novos postos de coleta (teste do pezinho), Saúde do Homem e Programa Saúde Bucal, atraves da realização de Visita Técnica. Realizar oficinas do PSE para qualificaçao da equipe no plano de ação com saúde e educação, garantindo qualidade e resolutividade aos profissionais de saúde do programa saúde na escola-PSE.
Origem: Capanema/PA – Destino: Bragança, Santarém Novo, Salinópolis e Tracuateua / PA.

Nome do Servidor	Matrícula	Cargo
José Maria Ferreira Galvão	0504973	Motorista

No período de 21 a 24/08/2023. Quantidade: 2 (Duas) diárias.
Ordenador: Patrícia de Fátima Lima da Silva, Diretora do 4ºCRS/SESPA.

Protocolo: 984396

DIÁRIA
PORTARIA Nº 367, 10 DE AGOSTO DE 2023.
Fundamento legal: Lei 2º 5.810/94
Objetivo: de receber todos os profissionais que atuam no serviço SAMU 192 dos municípios do 5º Centro Regional de Saude, trabalhando dessa forma, como apoio logístico do evento.
Origem: Capanema/PA – Destino: São Miguel do Guamá / PA.

Nome do Servidor	Matrícula	Cargo
Patrícia de Fatima Lima da Silva	55589653-4	Comissionado
Patricia Souza de Moura	54186935-2	Enfermeira
Doralice Viana da Costa	5073804-1	Enfermeira
Katia Regina Cordovil dos Santos	54191825-1	Ag. Artes Práticas

No período de 21 a 26/08/2023. Quantidade: 5,5 (TRES E MEIA) diárias.
Ordenador: Patrícia de Fátima Lima da Silva, Diretora do 4ºCRS/SESPA.

Protocolo: 984397

DIÁRIA
PORTARIA Nº 368, 10 DE AGOSTO DE 2023.
Fundamento legal: Lei nº 5.810/94
Objetivo: Conduzir veículo oficial com servidores do 4º CRS/SESPA, que irão receber todos os profissionais que atuam no serviço SAMU 192 dos municípios do 5º Centro Regional de Saude, trabalhando dessa forma, como apoio logístico do evento.
Origem: Capanema/PA – Destino: São Miguel do Guamá / PA.

Nome do Servidor	Matrícula	Cargo
Luiz Maria Alves Felipe Filho	57206795-1	Motorista

No período de 21 a 26/08/2023. Quantidade: 5,5 (TRES E MEIA) diárias.
Ordenador: Patrícia de Fátima Lima da Silva, Diretora do 4ºCRS/SESPA.

Protocolo: 984398

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA - 7ª REGIONAL

ERRATA

ERRATA – SUPRIMENTO DE FUNDO
PORTARIA Nº 409 de 06 de Setembro de 2023 – SUPRIMENTO DE FUNDO
NOME: FRANCIANE TRINDADE DE CORRÊA SERRA - MATRÍCULA: 5955649/1
LOTAÇÃO: 7ºCRS
ONDE SE LÊ: MATRÍCULA
5790964/1
LEIA-SE: MATRÍCULA
5955649/1
ORDENADOR: VALDINEI SILVA TEIXEIRA JÚNIOR

Protocolo: 984930

SUPRIMENTO DE FUNDO

Portaria: 412 DE 11 DE SETEMBRO DE 2023
Prazo para Aplicação (em dias): 30
Prazo para Prestação de Contas (em dias): 45
Nome do Servidor Cargo do Servidor Matrícula
IVETE DA SILVA PEREIRA FILGUEIRA - AGENTE ADMINISTRATIVO – Mat.57190700/1
Programa de Trabalho Fonte do Recurso Natureza da Despesa Valor
908302 01500100203 339033 360,00
Observação: A fim de cobrir despesas com transporte fluvial e terrestre para o município de São Sebastião da Boa Vista.
Ordenador: Valdinei Silva Teixeira Júnior.

Protocolo: 984628

DIÁRIA

PORTARIA N° 415 de 11 de Setembro de 2023
NÚMERO DE DIÁRIAS: 17 diárias e meia VALOR: R$ 4.154,15
FONTE: FES - SUS/FUNDO A FUNDO
ORIGEM: 7º CRS, DESTINO: AFUÁ E CHAVES
PERÍODO: DE 15/09/2023 A 02/10/2023
MATRÍCULA / NOME / CPF
57197519/1 / AGATHA BRENDA CASTRO SILVA / 718.753.522-87
OBJETIVO: Atuar complementarmente, monitorar, avaliar e dar apoio técnico nos programas concernentes a APS, dentro das pastas: Saúde do Homem, Escalpelamento, Saúde na Escola e Previne Brasil.
DIRETOR DO 7º CRS/SESPA: VALDINEI SILVA TEIXEIRA JÚNIOR
PORTARIA N° 416 de 11 de Setembro de 2023
NÚMERO DE DIÁRIAS: 17 diárias e meia VALOR: R$ 4.154,15
FONTE: FES - SUS/FUNDO A FUNDO
ORIGEM: 7º CRS, DESTINO: AFUÁ e CHAVES
PERÍODO: DE 15/09/2023 A 02/10/2023
MATRÍCULA / NOME / CPF
5908945/3 / RAQUEL DE JESUS MORAES GOMES / 370.149.192-53
OBJETIVO: Coordenar e atuar complementarmente, monitorar, avaliar e dar apoio técnico nos programas concernentes a APS, dentro das pastas: Saúde do Homem, Escalpelamento, Saúde na Escola e Previne Brasil.
DIRETOR DO 7º CRS/SESPA: VALDINEI SILVA TEIXEIRA JÚNIOR

Protocolo: 984795

PORTARIA N° 410 de 11 de Agosto de 2023
NÚMERO DE DIÁRIAS: 4 diárias e meia VALOR: R$ 1.068,21
FONTE: FES - SUS/FUNDO A FUNDO
ORIGEM: 7º CRS, DESTINO: SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA
PERÍODO: DE 18/09/2023 A 22/09/2023
MATRÍCULA / NOME / CPF
57190700 / IVETE DA SILVA PEREIRA FILGUEIRA / 649.215.902-06
OBJETIVO: Realização de ação conjunta sobre Chagas Aguda em São Sebastião da Boa Vista.
DIRETOR DO 7º CRS/SESPA: VALDINEI SILVA TEIXEIRA JÚNIOR.
PORTARIA N° 411 de 11 de Setembro de 2023
NÚMERO DE DIÁRIAS: 4 diárias e meia VALOR: R$ 1.068,21
FONTE: FES - SUS/FUNDO A FUNDO
ORIGEM: 7º CRS, DESTINO: SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA
PERÍODO: DE 18/09/2023 A 22/09/2023
MATRÍCULA / NOME / CPF
5943378 / IANE RAQUEL BARATA GUIMARÃES / 015.268.512-02
OBJETIVO: Realização de ação conjunta sobre Chagas Aguda em São Sebastião da Boa Vista.
DIRETOR DO 7º CRS/SESPA: VALDINEI SILVA TEIXEIRA JÚNIOR.

Protocolo: 984599

PORTARIA N° 413 de 11 de Setembro de 2023
NÚMERO DE DIÁRIAS: 5 diárias e meia VALOR: R$ 1.305,59
FONTE: FES - SUS/FUNDO A FUNDO
ORIGEM: 7º CRS, DESTINO: SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA
PERÍODO: DE 18/09/2023 A 23/09/2023
MATRÍCULA / NOME / CPF
5719096/1 / FABÍOLA MARIA SILVA NASCIMENTO / 794.759.302-72
OBJETIVO: Realização do monitoramento no programa de vigilância Epidemiológica-IST'S Hepatites Virais
DIRETOR DO 7º CRS/SESPA: VALDINEI SILVA TEIXEIRA JÚNIOR

PORTARIA N° 414 de 11 de Setembro de 2023
NÚMERO DE DIÁRIAS: 5 diárias e meia VALOR: R$ 1.305,59
FONTE: FES - SUS/FUNDO A FUNDO
ORIGEM: 7º CRS, DESTINO: SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA
PERÍODO: DE 18/09/2023 A 23/09/2023
MATRÍCULA / NOME / CPF
55209406/1 / RAYMUNDO RONALDO DE COUTO FREITAS JÚNIOR / 479.887.892-87
OBJETIVO: Realização do monitoramento no programa de vigilância Epidemiológica-IST'S Hepatites Virais
DIRETOR DO 7º CRS/SESPA: VALDINEI SILVA TEIXEIRA JÚNIOR
Protocolo: 984713

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA - 8ª REGIONAL

PORTARIA Nº 215 DE 11 DE SETEMBRO DE 2023
Objetivo: Participação da reunião de "Assessoramento Técnico sobre os Programas da Política Nacional de Alimentação e Nutrição"no município de Belém/PA.
Origem: BREVES/PÁ - BELEM/PA.
Servidor (es): Daiana Silva de Almeida, CPF 70068715226, 2,5 Diárias de 11 à 13/09/2023.
Ordenador de Despesa: ANA ÂNGELA FIALHO FELIX.
Protocolo: 984689
PORTARIA Nº 217 DE 11 DE SETEMBRO DE 2023
Objetivo: Realizar Assessoramento e apoio técnico para a implantação da ouvidoria municipal do SUS, junto a gestão e Conselho municipal de Saúde.
Origem: BREVES/PÁ - BAGRE/PA.
Servidor (es): Maria Trindade Gomes Lima, CPF 733.096.302-00, 4,5 Diárias de 25 à 29/09/2023.
Ordenador de Despesa: ANA ÂNGELA FIALHO FELIX.
Protocolo: 984698
PORTARIA Nº 216 DE 11 DE SETEMBRO DE 2023
Objetivo: Realizar Assessoramento e apoio técnico para a implantação da ouvidoria municipal do SUS, junto a gestão e Conselho municipal de Saúde.
Origem: BREVES/PÁ - GURUPÁ/PA.
Servidor (es): Maria Trindade Gomes Lima, CPF 733.096.302-00, 5,5 Diárias de 18 à 23/09/2023.
Ordenador de Despesa: ANA ÂNGELA FIALHO FELIX.
Protocolo: 984696

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA - 9ª REGIONAL

OUTRAS MATÉRIAS

AVISO DE ABERTURA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05 /9ºCRS/SESPA/2023. OBJETO: Contratação de empresa(s) especializada(s) no fornecimento de Materiais elétricos em Parcela única, para atender as demandas do 9º CRS e suas Divisões de abrangência, conforme especificado no Anexo IA que integra o Termo de Referência e demais especificações contidas no Edital e seus Anexos.DATA DA ABERTURA: 22/09/2023. HORA: 08:30 horas. (HORÁRIO DE BRASÍLIA) LOCAL: www.comprasnet.gov.br. EDITAL: Disponível no site: www.comprasnet.gov.br e no site www.compraspara.pa.gov.br (Mural de Licitações) Santarém (PA), 06 de Setembro de 2023.O PREGOEIRO.
Protocolo: 984649

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA - 13ª REGIONAL

DIÁRIA

PORTARIA Nº 341 de 03 de Julho de 2023
Nome: Ionilson Alves da Silva (Resp. pela Rede Regional de Frio), matrícula – 5900470-1;
Objetivo: Realizar abastecimento de imunobiológicos, insumos e avaliação do inventário do SIES na rede de frios do município. 2,5 (duas e meia) diárias, correspondente ao deslocamento do município de Cametá para Oeiras do Pará, no período de 13 a 15/07/2023.
Helius Cezar Tocantins de Souza / Ordenador de Despesas
PORTARIA Nº 342 de 03 de Julho de 2023
Nome: Aurilene Gaia Barroso (Chefe da Divisão de Endemias), matrícula – 5910030-2;
Paulo dos Prazeres Rodrigues (Ag. de Controle de Endemias), matrícula – 57206619-1;
Objetivo: Supervisionar, avaliar e monitorar as ações de controle e vigilância da malária na unidade de diagnóstico e tratamento. 2,5 (duas e meia) diárias, correspondente ao deslocamento do município de Cametá para Baião, no período de 13 a 15/07/2023.
Helius Cezar Tocantins de Souza / Ordenador de Despesas.
PORTARIA Nº 343 de 03 de Julho de 2023
Nome: Denilton de Castro Tavares (Farmacêutico), matrícula – 5850940-3; Maria do Espírito Santo Corrêa dos Prazeres (Farmacêutica) matrícula – 5959503-1
Objetivo: Realizar monitoramento das etapas de programação, armazenamento, distribuição e dispensação dos medicamentos relacionados ao programa saúde da mulher (contraceptivos e misoprostol) junto ao corpo técnico da central de abastecimento farmacêutico-CAF, bem como reunir com a equipe técnica da coordenação de atenção básica do município com objetivo de sensibilizar sobre a importância do planejamento familiar e dos riscos, consequências e entraves psicológicos da gestação na adolescência. 2,5 (duas e meia) diárias, correspondente ao deslocamento do município de Cametá para Baião, no período de 17 a 19/07/2023.
Helius Cezar Tocantins de Souza / Ordenador de Despesas
PORTARIA Nº 344 de 03 de Julho de 2023
Nome: Aurilene Gaia Barroso (Chefe da Divisão de Endemias), matrícula – 5910030-2;
Paulo dos Prazeres Rodrigues (Ag. de Controle de Endemias), matrícula – 57206619-1; Marco André Araújo Ramos (Farmacêutico), matrícula – 5952116-1;
Objetivo: Realizar palestra sobre assistência farmacêutica no município de jurisdição do 13º CRS, quanto armazenamento, dispensação e controle dos insumos nas unidades municipais, CAPS. 2,5 (duas e meia) diárias, correspondente ao deslocamento do município de Cametá para Limoeiro do Ajuru, no período de 17 a 19/07/2023.
Helius Cezar Tocantins de Souza / Ordenador de Despesas.
PORTARIA Nº 345 de 04 de Julho de 2023
Nome: Elisabeth Freitas Gonçalves (Coord. do Núcleo de Planejamento-Suplente) matricula – 5115272-1; Joilson Rodrigues (Agente de Portaria), matrícula – 57191158-1; Antônio Luis Rodrigues de Aragão (Apoio Administrativo), matrícula – 5118212-1;
Objetivo: Orientar o setor competente sobre a nova lei de licitação para elaboração correta do termo de referência para realização das solicitações quanto aos processos de aquisições do Hospital municipal. 2,5 (duas e meia) diárias, correspondente ao deslocamento do município de Cametá para Limoeiro do Ajuru, no período de 13 a 15/07/2023.
Helius Cezar Tocantins de Souza / Ordenador de Despesas
PORTARIA Nº 346 de 04 de Julho de 2023
Nome: Antônia Denize Cardoso Damasceno (Ouvidora do SUS), matrícula – 57190531-1; Maeli Caldas Gonçalves (Ag. Administrativo) matrícula – 5966199-1;
Objetivo: Realizar ações de Ouvidoria Itinerante (Divulgação do serviço de Ouvidoria do SUS junto à população) nos municípios nas ações alusivas à campanha "Julho Amarelo". 2,5 (duas e meia) diárias, correspondente ao deslocamento do município de Cametá para Mocajuba, no período de 17 a 19/07/2023.
Helius Cezar Tocantins de Souza / Ordenador de Despesas
PORTARIA Nº 347 de 04 de Julho de 2023
Nome: Andressa Alencar dos Santos de Assis (Enfermeira), matrícula –5966198-1;
Francisco Alves da Silva Neto (Interlocutor do SISLOGLAB), matrícula – 57200855-2;
Objetivo: Apoiar e monitorar o município nas ações alusivas à campanha "Julho Amarelo". 2,5 (duas e meia) diárias, correspondente ao deslocamento do município de Cametá para Mocajuba, no período de 17 a 19/07/2023.
Helius Cezar Tocantins de Souza / Ordenador de Despesas
PORTARIA Nº 348 de 04 de Julho de 2023
Nome: Arialdo João Sanches de Oliveira (Técnico em VISA), matrícula –5265983-2; Raquel dos Santos Moreira (Odontóloga), matrícula – 5482640;
Objetivo: Promover ação de cooperação técnica mediante a realização de inspeção sanitária visando o licenciamento e renovação de licença de consultório e clinicas odontológicas com o intuito de realizar as atividades baseadas em lei vigente "análise documental e aplicação do roteiro de inspeção". 3,5 (três e meia) diárias, correspondente ao deslocamento do município de Cametá para Baião, no período de 17 a 20/07/2023.
Helius Cezar Tocantins de Souza / Ordenador de Despesas
PORTARIA Nº 349 de 04 de Julho de 2023
Nome: Ingrid Tavares de Araújo (Nutricionista), matrícula – 5966901-1; Mateus Henrique Guimarães Oliveira (Farmacêutico) matrícula – 5912744-3; Manoel Otávio Ribeiro Baia (Motorista), matricula – 0505208;
Objetivo: Realizar capacitação para colaboradores que atuam em serviços de nutrição e dietética (SND) e controle de qualidade e Biossegurança (CQB) em farmácia e laboratório hospitalar. 3,5 (três e meia) diárias, correspondente ao deslocamento do município de Cametá para Baião, no período de 16 a 19/07/2023.
Helius Cezar Tocantins de Souza / Ordenador de Despesas
PORTARIA Nº 350 de 04 de Julho de 2023
Nome: Mairley Albuquerque Serrão (Enfermeira) matricula – 57205608-4; José Maria Piteira de Carvalho (Motorista), matrícula – 5108411-2;
Objetivo: Acompanhar equipe técnica da coordenação estadual de hanseníase, em monitoramento das ações de controle de hanseníase e prevenção de incapacidade, assim como monitoramento do sistema de informação SINAN NET. 4,5 (quatro e meia) diárias, correspondente ao deslocamento do município de Cametá para Baião, no período de 17 a 21/07/2023.
Helius Cezar Tocantins de Souza / Ordenador de Despesas

PORTARIA Nº 351 de 04 de Julho de 2023
Nome: João Batista Pinheiro (Técnico em Saúde), matrícula – 0505204;
Objetivo: Realizar monitoramento, supervisão, e inspeção sanitária dos sistemas de abastecimento de água e soluções alternativas cadastradas no programa de vigilância qualidade da água para consumo humano Vigiagua. 3,5 (três e meia) diárias, correspondente ao deslocamento do município de Cametá para Baião, no período de 18 a 21/07/2023.
Helius Cezar Tocantins de Souza / Ordenador de Despesas
PORTARIA Nº 352 de 04 de Julho de 2023
Nome: Antônio Farias Xavier Neto (Chefe Administrativo), matrícula – 6029570-2; Denilson Silva Cordeiro (Agente de Saúde) matricula – 1086775; Jonathan Baeta Leão (Agente Administrativo), matrícula – 5966197-1;
Objetivo: Vistoriar as embarcações que tem contrato de fornecimento de passagem fluvial com o 13ºCRS/SESPA para o trecho Oeiras/Belém/Oeiras e realizar pesquisa de mercado do referido trajeto para o serviço de fornecimento de passagem fluvial para o PTFD. 3,5 (três e meia) diárias, correspondente ao deslocamento do município de Cametá para Oeiras do Pará, no período de 19 a 22/07/2023.
Helius Cezar Tocantins de Souza / Ordenador de Despesas
PORTARIA Nº 353 de 04 de Julho de 2023
Nome: Carlena Souza Pelais (Psicóloga), matrícula-5959506-2; Maria do Espírito Santo Corrêa dos Prazeres (Farmacêutica) matrícula – 5959503-1;
Objetivo: Realizar monitoramento, apoio, suporte técnico no CAPS, para averiguar o processo de armazenamento e fornecimento de medicamentos. 2,5 (duas e meia) diárias, correspondente ao deslocamento do município de Cametá para Mocajuba, no período de 20 a 22/07/2023.
Helius Cezar Tocantins de Souza / Ordenador de Despesas
PORTARIA Nº 354 de 04 de Julho de 2023
Nome: Vicente Filho Assunção da Cruz (Ouvidor do SUS), matrícula – 57233230-1; Antônia Denize Cardoso Damasceno (Ouvidora do SUS), matrícula – 57190531-1;
Objetivo: Realizar ações de ouvidorias itinerante (Divulgação do serviço de Ouvidoria do SUS junto a população) nos municípios nas ações alusivas à campanha "Julho Amarelo". 2,5 (duas e meia) diárias, correspondente ao deslocamento do município de Cametá para Baião, no período de 20 a 22/07/2023.
Helius Cezar Tocantins de Souza / Ordenador de Despesas
PORTARIA Nº 355 de 04 de Julho de 2023
Nome: Aurilene Gaia Barroso (Chefe da Divisão de Endemias), matrícula – 5910030-2;
Paulo dos Prazeres Rodrigues (Ag. de Controle de Endemias), matrícula – 57206619-1; Manoel Otávio Ribeiro Baia (Motorista), matrícula – 0505208;
Objetivo: Participar de uma reunião técnica com secretário de saúde, coordenadores de vigilância em saúde, epidemiológica, sanitária e atenção básica, para orientações sobre a vigilância e controle das leishmanioses. 2,5 (duas e meia) diárias, correspondente ao deslocamento do município de Cametá para Mocajuba, no período de 20 a 22/07/2023.
Helius Cezar Tocantins de Souza / Ordenador de Despesas
PORTARIA Nº 356 de 04 de Julho de 2023
Nome: Andressa Alencar dos Santos de Assis (Enfermeira), matrícula –5966198-1;
Francisco Alves da Silva Neto (Apoio Administrativo as IST's), matrícula – 57200855-2;
Objetivo: Apoiar e monitorar o município nas ações alusivas a campanha "Julho Amarelo". 2,5 (duas e meia) diárias, correspondente ao deslocamento do município de Cametá para Baião, no período de 20 a 22/07/2023.
Helius Cezar Tocantins de Souza / Ordenador de Despesas
PORTARIA Nº 357 de 04 de Julho de 2023
Nome: João Batista Pinheiro (Técnico em Saúde), matrícula – 0505204;
Objetivo: Acompanhar técnico da Visamb estadual, na supervisão do VS-PEA e capacitação dos municípios sobre georreferenciamento do programa SISSOLO. 2,5 (duas e meia) diárias, correspondente ao deslocamento do município de Cametá para Oeiras do Pará, no período de 24 a 26/07/2023.
Helius Cezar Tocantins de Souza / Ordenador de Despesas
PORTARIA Nº 359 de 04 de Julho de 2023
Nome: Joás Heleno Soares de Souza (Agente Público de Controle), matrícula – 57233233-1;
Objetivo: Fortalecer a participação na gestão e, do controle social, na implementação das políticas de saúde na esfera municipal. 3,5 (três e meia) diárias, correspondente ao deslocamento do município de Cametá para Mocajuba, no período de 03 a 06/07/2023.
Helius Cezar Tocantins de Souza / Ordenador de Despesas.
PORTARIA Nº 360 de 04 de Julho de 2023
Nome: Manoel Santana dos Santos Gomes (Apoio Administrativo), matricula – 5127726-1; Antônio Farias Xavier Neto (Chefe Administrativo), matrícula – 6029570-2; Josefa Ladislau Batista (Agente de Prestação de Contas), matrícula – 2079/1;
Objetivo: Orientar o setor competente sobre a nova lei (nº 14.133) de licitações para elaboração correta do termo de referência para realização das solicitações quanto aos processos de aquisições do H.P.P de Oeiras do Pará e realizar procedimentos administrativos de controle interno. 2,5 (duas e meia) diárias, correspondente ao deslocamento do município de Cametá para Oeiras do Pará, no período de 10 a 12/07/2023.
Helius Cezar Tocantins de Souza / Ordenador de Despesas
PORTARIA Nº 361 de 05 de Julho de 2023
Nome: Helius Cezar Tocantins de Souza (Diretor Regional), matricula – 5225949-5; Esmeralda Corrêa dos Santos (Apoio Técnico/Administrativo), matrícula – 5105293-1; Alan Cristhe Marques Vulcão (Coord. do Núcleo de Planejamento-Titular), matrícula – 5913119-1;
Objetivo: Realizar supervisão, monitoramento, avaliação e implementação dos instrumentos de planejamento da gestão do SUS, relacionado quanto a alimentação do Sistema DIGISUS – Módulo Planejamento, referente ao relatório detalhado do quadrimestre Anterior-RDQA. 3,5 (três e meia) diárias, correspondente ao deslocamento do município de Cametá para Oeiras do Pará, no período de 18 a 21/07/2023.
Helius Cezar Tocantins de Souza / Ordenador de Despesas
Protocolo: 984904

HOSPITAL OPHIR LOYOLA

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico N°070/2023 – HOL
Objeto: Contratação de empresa de sistema informatizado de Gestão de Agência Transfusional, incluindo serviços de licenciamento de uso, instalação, treinamento e implantação, manutenção corretiva e suporte técnico, que atenda plenamente as necessidades operacionais e gerenciais do Hospital Ophir Loyola (HOL)
Data: 22/09/2023
Horário: 09h (Horário de Brasília)
Local: www.comprasnet.gov.br
Ordenadora Responsável: Ivete Gadelha Vaz
O Edital está disponível na íntegra no site: www.comprasnet.gov.br/www.compraspara.pa.gov.br
Belém, 12 de setembro de 2023
Charles Cristiano Soares Ferreira - CPL/HOL
Ivete Gadelha Vaz - Diretora Geral do Hospital Ophir Loyola
Protocolo: 984744

OUTRAS MATÉRIAS

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 050/2023 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 066/2023
Processo E- 2023/2024682
FORNECEDOR: DIAMED LATINO AMÉRICA S. A.
Valor Total: R$ 299.489,56
Data de Assinatura: 06/09/2023
VIGÊNCIA: 06/09/2023 a 05/09/2024
OBJETO: Aquisição de Insumos para os testes Imonuhematológicos para pacientes da Agência Transfusional do Hospital Ophir Loyola com cessão de Equipamentos em Regime de Comodato sem Ônus, conforme abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO
01	Nome do produto: ID-DiaClon ABO/Rh+Prova Reversa. Especificação: Cartão com 6 microtubos, fundo em "V", sendo os microtubos 1, 2 e 3 contendo, respectivamente, anticorpos de origem monclonal anti-A, anti-B e anti-D suspensos em gel sephadex superfino. O Microtubo 4 controle (Ctl) e os microtubos 5 e 6 (prova reversa) contêm NaCl suspenso em gel sephadex superfino. Apresentação: Caixa contendo 48 cartões (4x12), 720 cartões (720x12) e 1344 cartões (112x12). Fabricante: DiaMed Latino América S/A. Marca: Bio-Rad. Procedência: Nacional. Prazo de Validade do Produto: 10 (dez) meses. Forma de acondicionamento: Conservar a temperatura climatizada (18º a 25ºC). Registro na ANVISA: 80004040061	CARTÃO	7.536	R$ 9,80
02	Nome do produto:ID-DiaClon ABD-Confirmação. Especificação: Cartão com 6 microtubos, fundo em "V", sendo os microtubos 1, 2 e 3contendo, respectivamente, anticorpos de origem monoclonal anti-A, anti-B e anti-D suspensos em gel sephadex superfino. Os microtubos 4, 5 e 6 são idênticos aos microtubos anteriores. Apresentação: Caixa contendo 48 cartões (4x12). Fabricante: DiaMed Latino América S/A. Marca: Bio-Rad. Procedência: Nacional. Prazo de Validade do Produto: 08 (oito) meses. Forma de acondicionamento: Conservar a temperatura climatizada (18º a 25oC). Registro na ANVISA: 80004040020	CARTÃO	6.576	R$ 9,80

03	Nome do produto: ID-LISS/Coombs. Especificação: Cartão com 6 microtubos, fundo em "V", contendo em todos eles anti-imunoglobulina poliespecífico (anti-IgG de coelho, anti-C3d monoclonal) suspenso em gel sephadex superfino. Apresentação: Caixa contendo 48 cartões (4x12), 720 cartões (720x12) e 1344 cartões (112x12). Fabricante: DiaMed Latino América S/A. Marca: Bio-Rad. Procedência: Nacional. Prazo de Validade do Produto: 12 (doze) meses. Forma de acondicionamento: Conservar a temperatura climatizada (18º a 25oC). Registro na ANVISA: 80004040170	CARTÃO	4.896	R$ 15,88
04	Nome do produto: ID-Diluente 2. Especificação: ID-Diluente 2 é uma solução de baixa força iônica (LISS modificado) para preparo de suspensões de hemácias, pronta para uso, estável por um ano a uma temperatura de 2 a 8oC. Apresentação: Caixa com frasco contendo 500 ml e caixa contendo 2 frascos contendo 100 ml cada. Fabricante: DiaMed latino América S/A. Marca: Bio-Rad. Procedência: Nacional Prazo de Validade do Produto: 12 (doze) meses. Forma de acondicionamento: Conservar a temperatura de geladeira (2º a 8oC). Registro na ANVISA: 80004040135	ML	30.000	R$ 0,77
05	Nome do produto: ID-DiaCell ABO (A1-B). Especificação: Suspensão de hemácias reagentes A1 e B, na concentração de 0,8% a 1%, destinadas à tipagem sangüínea reversa pela técnica de gel centrifugação. Estáveis por um período não inferior a 28 dias sob uma temperaturade 2º a 8ºC. Apresentação: Caixa com 2 frascos de 10ml cada. Fabricante: DiaMed latino América S/A. Marca: Bio-Rad. Procedência: Nacional Prazo de Validade do Produto: 28 (vinte e oito) dias. Forma de acondicionamento: Conservar a temperatura de geladeira(2º a 8oC). Registro na ANVISA: 80004040131	CX	98	R$ 105,00
06	Nome do produto: ID-DiaCell I-II. Especificação: Suspensão de hemácias fenotipadas I e II, na concentração de 0,8 a 1,0%, destinadas à Pesquisa de Anticorpos Irregulares pela técnica de gel centrifugação. Estáveis por um período não inferior a 28 dias sob uma temperatura de 2º a 8ºC.Contém antígeno Dia. Apresentação: Caixa com 2 frascos de 10ml cada. Marca: Bio-Rad. Fabricante: DiaMed Latino América S/A. Procedência: Nacional. Prazo de Validade do Produto: 28 (vinte e oito) dias. Forma de acondicionamento: Conservar a temperatura de geladeira (2º a 8oC). Registro na ANVISA: 80004040131	CX	98	R$ 150,00
07	Nome do produto: ID-DiaPanel. Especificação: Conjunto contendo 11 suspensões de hemácias fenotipadas a uma concentração de 0,8 a 1%, destinadas à identificação de anticorposirregulares anti-eritrocitários pela técnica de Gel-Centrifugação. Contém antígeno Dia. Apresentação: Conjunto com 11 frascos de 4 ml. Marca: Bio-Rad. Fabricante: DiaMed Latino América S/A. Procedência: Nacional. Prazo de Validade do Produto: 28 (vinte e oito) dias. Forma de acondicionamento: Conservara temperatura de geladeira (2º a 8oC). Registro na ANVISA: 80004040131	JG	14	R$ 550,00
08	Nome do produto: ID-NaCl, Teste Enzimático e Aglutininas Frias. Especificação: Cartão com 6 microtubos, fundo em "V", contendo em todos eles NaCl (gel neutro) suspenso em gel sephadex superfino. Apresentação: Caixa com 48 cartões (4x12). Marca: Bio-Rad. Fabricante: DiaMed Latino América S/A. Procedência: Nacional Prazo de Validade do Produto: 01 (um) ano. Registro na ANVISA: 80004040135	CARTÃO	576	R$ 14,95
09	Nome do Produto: ID-Ponteiras Especificação: Ponteiras plásticas com anéis de vedação e capacidade volumétrica aproximadamente 300 ml, destinadas ao uso no pipetador específico ao desenvolvimento da técnica de gel centrifugação. Apresentação: Pacote com 1.000 ponteiras. Fabricante: DiaMed latino América S/A. Marca: Bio-Rad. Procedência: Nacional. Prazo de Validade do Produto: Indeterminado. Forma de acondicionamento: Conservar a temperatura climatizada (18ºa 25oC) Registro na ANVISA: Isento	PCT	45	R$ 144,00
10	Nome do produto: ID-CQI (Controle de Qualidade Interno). Especificação: Conjunto para controle interno de qualidade para imunohematologia contendo: -05 frascos de 4ml contendo suspensão 5% de hemácias –teste discriminadas a seguir:Hemácias teste 1-AB Rho D positivo; Hemácias teste 2-O, Kell positivo, R1R1; Hemácias teste 3-O Rho D negativo; Hemácias teste 4-O Rho D fraco; Hemácias teste 5-Teste de Coombs direto positivo. -03 frascos de 3 ml de soro de origem humana com a seguinte especificação:Soro teste 1-Contendo anticorpos irregulares (teste de coombs indireto);Soro teste 2-Contendo anticorpos irregulares (teste enzimático); Soro teste 3-Sem anticorpos irregulares. Apresentação: Kit com (5x4ml -3x3ml) Fabricante: DiaMed Latino América S/A. Procedência: Nacional Prazo de Validade do Produto: 28 (vinte e oito) dias. Forma de acondicionamento: Conservar a temperatura de geladeira (2º a 8°C). Registro na ANVISA: 80004040184	KIT	14	R$ 783,90
11	Nome do produto: ID-Diluente 1 Especificação:Frasco contendo solução de bromelina, para preparo de suspensão de hemácias a serem utilizadas na tipagem sanguínea, pronta para uso e estabilizada por aproximadamente um ano, a uma temperatura de 2 a 8 ºC. Apresentação: Caixa com 2 frascos de 100 ml. Marca: Bio-Rad Fabricante: DiaMed Latino América S/A Procedência: Nacional Prazo de Validade do Produto: 01 (um) ano Forma de acondicionamento: Conservar a temperatura de geladeira (2º a 8oC). Registro na ANVISA: 80004040135	ML	200	R$ 2,02

Diretora Geral: IVETE GADELHA VAZ

Protocolo: 984579

FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ

PORTARIA

PORTARIA nº 718/2023 – NPAS/PRES/FSCMPA

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o disposto no art. 199, da Lei nº 5.810/94, que impõe à autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público, o dever de apuração imediata do fato, mediante Sindicância ou Processo Administrativo Disciplinar;

CONSIDERANDO os termos do Processo nº 2023/2164746 e seus anexos, praticado, em tese, pelo servidor A. P. C. matrícula nº .5853664/3

CONSIDERANDO os termos do Parecer Jurídico n° 099/2023, da Procuradoria Fundacional da FSCMPA.

RESOLVE:
I - Determinar a instauração de SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA, para apurar os fatos constantes do Processo nº 2023/2164746;
II - Designar para compor a Comissão de Sindicância Investigativa, os servidores, CARLOS ALBERTO SEABRA GONÇALVES, Técnico em Segurança do Trabalho, matrícula 57212646/2, CILEA MARIA DOS SANTOS OZELA, Nutricionista, matricula nº. 5171059/2 , e INGRID BEZERRA DOS SANTOS RAINERI, Administradora, matrícula 54189198/2, sob a presidência do primeiro, dar seguimento ao item precedente;
III - Deliberar que os membros da Comissão poderão reportar-se diretamente às unidades e Diretorias desta Fundação, em diligências necessárias às atividades de investigação e esclarecimento;
IV - Estabelecer o prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data da publicação deste instrumento, para apresentação do Relatório, com possibilidade de prorrogação, mediante justificativa.
Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.
Belém, 11 de setembro de 2023.
Bruno Carmona
Presidente da FSCMPA.

Protocolo: 984849

PORTARIA nº 717/2023 – NPAS/PRES/FSCMPA
O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais, e
CONSIDERANDO o disposto no art. 199, da Lei nº 5.810/94, que impõe à autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público, o dever de apuração imediata do fato, mediante Sindicância ou Processo Administrativo Disciplinar;
CONSIDERANDO os termos do Processo nº 2019/188918 e seus anexos, praticado, em tese, pelo servidor K. C. A. Matrícula nº 54180835.
CONSIDERANDO os termos do Parecer Jurídico da Procuradoria Fundacional da FSCMP, na forma do artigo 199, do RJU, para apuração de possível infração de urbanidade, previsto no artigo 177, inciso II, do RJU e outras possíveis infrações legais.
RESOLVE:
I - Determinar a instauração de SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA, para apurar os fatos constantes do Processo nº 2019/188918;
II - Designar para compor a Comissão de Sindicância Investigativa, os servidores (a), CILEA MARIA DOS SANTOS AZELA, Nutricionista, matricula nº. 5171059, INGRID BEZERRA DOS SANTOS RAINERI, Administradora, matrícula 54189198/2 e CARLOS ALBERTO SEABRA GONÇALVES, Técnico em Segurança do Trabalho, matrícula 57212646/2, e , sob a presidência do primeiro, dar seguimento ao item precedente;
III - Deliberar que os membros da Comissão poderão reportar-se diretamente às unidades e Diretorias desta Fundação, em diligências necessárias às atividades de investigação e esclarecimento;
IV - Estabelecer o prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data da publicação deste instrumento, para apresentação do Relatório, com possibilidade de prorrogação, mediante justificativa.
Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.
Belém, 11 de setembro de 2023.
Bruno Carmona
Presidente da FSCMPA.

Protocolo: 984838

ERRATA

ERRATA
PORTARIA Nº 318/2023 – GAPE/GP/FSCMPA, PUBLICADA NO DOE Nº 35.399 DE 16/05/2023. Referente às férias do (a) servidor(a): MICHELLE SIMONE FERREIRA RIBEIRO, Id. Funcional: 5898342/1;
ONDE SE LÊ: PERÍODO 17/06/2023 a 16/07/2023;
LEIA-SE: PERÍODO 16/06/2023 a 15/06/2023;
Registre -se, Publique- se e cumpra-se
Belém, 16 de Agosto de 2023.
BRUNO MENDES CARMONA
Presidente da FSCMP
PORTARIA Nº 503/2023 – GAPE/GP/FSCMPA, PUBLICADA NO DOE Nº 35.466 DE 11/07/2023. Referente às férias do (a) servidor(a): CLAUDIA ELENA PEREIRA RIBEIRO, Id. Funcional: 5302773/2;
ONDE SE LÊ: PERÍODO 17/08/2023 a 15/09/2023;
LEIA-SE: PERÍODO 16/08/2023 a 14/09/2023;
Registre -se, Publique- se e Cumpra-se
Belém, 26 de agosto de 2023.
BRUNO MENDES CARMONA
Presidente da FSCMPA

Protocolo: 984557

DISPENSA DE LICITAÇÃO

DISPENSA: 013/2023
Data: 06/09/2023
Valor: R$36.208,50
OBJETO: MATERIAL DE CONSUMO, IMUNOGLOBULINA DE COELHO ANTITIMOCITOS HUMANOS 25MG, PO LIOFILIZADO PARA SOLUÇÃO INJETAVEL;
Fundamentação legal: com base no artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/21 e no Decreto nº 2.787, de 2022 e Parecer nº 156/2023/NPRO/FSCMPA
Data de Ratificação: 06/09/2023 - PAE nº E- 2023/2214513
Funcional Programática: 10.302.1507.8288; Fontes de Recursos: 01500000001-000000, 01500100203-000000, 01501000061-000000, 01659000069-000000, 01659000069-003264, 01659000069-006841, 01659000069-006842, 01659000069-008053, 01659000069-008054, 01659000069-008067, 01659000069-008100, 01659000069-008101, 01659000069-008102, 01659000069-009829, 01600000049-006653, 01600000049-009936, 02600312049-009679, 02602000049-008569, 02602000049-008725, 02602000049-009308, 02602000049-009535, 02602000049-009607, 02603000049-009607 e seus respectivos superavits; Elemento de Despesa: 339030
CONTRATADA: ELFA MEDICAMENTOS S.A; CNPJ/MF: 09.053.134/0001-45
ENDEREÇO: Nucr Interseccao, Rod DF 001, c/ Rod 475, Gp 02, Mod 03, 04, 05 e 06, nº 02, Cond Gps Sys Gama B. Par, Bairro: Ponte Alta Norte (Gama), CEP: 72.427-010, BRASÍLIA - DF,
TELEFONE: (83) 2106-2433/ (83) 2106-2559
Ordenador: Bruno Mendes Carmona
Presidente da FSCMPA

Protocolo: 984462

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

RATIFICAÇÃO DO TERMO DE DISPENSA Nº 013/2023
Nos termos do artigo 72, VIII c/c parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021
Data: 06/09/2023 - PAE nº E-2023/2214513
Objeto: MODO TRADICIONAL - MATERIAL DE CONSUMO, IMUNOGLOBULINA DE COELHO ANTITIMOCITOS HUMANOS 25MG, PO LIOFILIZADO PARA SOLUÇÃO INJETAVEL
CONTRATADA: ELFA MEDICAMENTOS S.A; CNPJ/MF: 09.053.134/0001-45
Ordenador: Bruno Mendes Carmona
Presidente da FSCMPA

Protocolo: 984464

APOSTILAMENTO

APOSTILAMENTO
Número: 1
Data de Assinatura: 11/09/2023
OBJETO: Inclusão das Fontes de Recurso: 02600312049-009679.
PAE E - nº 2023/2153782 - Proc. Original: 2023/238104
CONTRATO nº 130/2023/FSCMPA - PE SRP 020/2023/FSCMPA
CONTRATADA: DIÁLISE COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO LTDA
CNPJ/MF sob o nº 11.407.854/0001-03
ENDEREÇO: Rua Araponga nº 579, GP 01, Q02, Bairro: Varanda Tropicais, Lauro de Freitas/BA, CEP: 42701-330, Telefone: (71) 3034-2600 / 30242101 / 99950-6069
Ordenador: Bruno Mendes Carmona
Presidente da FSCMPA

Protocolo: 984581

SUPRIMENTO DE FUNDO

PORTARIA Nº 703/2023 – GAPE/GP/FSCMPA, 01 DE SETEMBRO DE 2023.
O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo Decreto do dia 02/05/2019, publicado no DOE nº 33.864,
CONSIDERANDO os termos do Processo nº E-2023/2207052;
RESOLVE:
I - CONCEDER ao servidor PAULO ROBERTO SALES RODRIGUES NETO, Matrícula nº 5957735/2, Cargo de Engenheiro Civil, CPF: 932.200.062-72, lotado na Gerência de Infraestrutura - GINF/FSCMPA, no valor total de R$ 371,03 (Trezentos e Setenta e Um Reais e Três Centavos), o qual deverá observar a classificação orçamentária abaixo:

PROGRAMA DE TRABALHO	FONTE DE RECURSO	ELEMENTO DE DESPESA	VALOR	AÇÃO
10.302.1507.8288	01659000069-000000	339039	R$ 371,03	283913

II - ESTABELECER o prazo para aplicação do suprimento de fundo de até 45 dias, contados a partir da emissão da Ordem Bancária e para prestação de contas, 15 (quinze) dias subsequentes ao término do prazo estabelecido para aplicação dos recursos.
DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Belém, 01 de setembro de 2023.
BRUNO MENDES CARMONA
Presidente da FSCMPA

Protocolo: 984506

FÉRIAS

PORTARIA Nº 668/2023-GAPE/FSCMPA
O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais, que são conferidas pelo Decreto do dia 30/04/2019, publicado no DOE nº 33.864, de 02/05/2019,
R E S O L V E:
CONCEDER , férias regulamentares a servidora RAPHAELLA ROSADO GOMES, Cargo de Médico , lotação GTIP - Gerência UTI Pediátrica, Matrícula Nº 5925564/2, no período de 01/09/2023 a 15/09/2023, referente ao exercício de 2021, no período aquisitivo de 01/04/2021 a 31/03/2022 para fins de Regularização Funcional.
Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.
Belém - PA, 26 de Agosto de 2023
BRUNO MENDES CARMONA
Presidente da FSCMPA
PORTARIA Nº 669/2023-GAPE/FSCMPA
O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais, que são con-

feridas pelo Decreto do dia 30/04/2019, publicado no DOE nº 33.864, de 02/05/2019,
R E S O L V E:
CONCEDER , férias regulamentares a servidora LARISSA PEREIRA LEITE, Cargo de Médico , lotação CPED - Coord. de Pediatria, Matrícula Nº 57216772/3, no período de 18/09/2023 a 17/10/2023, referente ao exercício de 2022, no período aquisitivo de 11/02/2022 a 10/02/2023 para fins de Regularização Funcional.
Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.
Belém - PA, 26 de Agosto de 2023
BRUNO MENDES CARMONA
Presidente da FSCMPA

PORTARIA Nº 673/2023-GAPE/FSCMPA
O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais, que são conferidas pelo Decreto do dia 30/04/2019, publicado noDOE nº 33.864, de 02/05/2019,
R E S O L V E: CONCEDER, férias regulamentares a servidora MELLAYNE ALBUQUERQUE BEMERGUYOLIVEIRA, Cargo de Assistente Administrativo, lotação CNIR - Coord. do Núcleo Int. deRegulação, Matrícula Nº 57191186/2, no período de 18/09/2023 a 17/10/2023, referente aoexercício de 2021, no período aquisitivo de 07/02/2021 a 06/02/2022 para fins de RegularizaçãoFuncional.
Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.
Belém - PA, 26 de Agosto de 2023
BRUNO MENDES CARMONA
Presidente da FSCMPA

Protocolo: 984561

ALTERAÇÃO DE FÉRIAS

PORTARIA Nº 657/2023-GAPE/GP/FSCMPA
O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo Decreto do dia 30/04/2019, publicado no DOE nº 33.864, de 02/05/2019;
Considerando o processo nº E-2023/2173162;
R E S O L V E:
ALTERAR o período de férias de ALEX FABIANE TEIXEIRA DE SOUZA, Agente de Artes Práticas, Matricula Nº 57190992/2, concedida de 17/08/2023 a 15/09/2023, conforme PORTARIA Nº 503/2023- GAPE/GP/FSCMPA, publicada no DOE Nº. 35.466 de 11/07/2023, para o período de 17/08/2023 a 31/08/2023.
Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.
Belém - PA, 24 de agosto de 2023
BRUNO MENDES CARMONA
Presidente da FSCMPA

PORTARIA Nº 640 /2023-GAPE/GP/FSCMPA
O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo Decreto do dia 30/04/2019, publicado no DOE nº 33.864, de 02/05/2019;
Considerando o processo nº E-2023/2180056;
R E S O L V E:
ALTERAR o período de férias de CONCEICAO DE MARIA CONTENTE PEREIRA PEREIRA, Psicologo, Matricula Nº 5104262/2, concedida de 18/09/2023 a 02/10/2023, conforme PORTARIA Nº 620/2023- GAPE/GP/FSCMPA, publicada no DOE Nº. 35.507 de 16/08/2023, para o período de 01/09/2023 a 15/09/2023.
Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.
Belém - PA, 17 de agosto de 2023
BRUNO MENDES CARMONA
Presidente da FSCMPA

PORTARIA Nº 638 /2023-GAPE/GP/FSCMPA
O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo Decreto do dia 30/04/2019, publicado no DOE nº 33.864, de 02/05/2019;
Considerando o processo nº 2023/2183420;
R E S O L V E:
ALTERAR o período de férias de CARLA SANTOS PORTUGAL FERNANDES, Fisioterapeuta, Matricula Nº 55586836/2, concedida de 01/08/2023 a 30/08/2023, conforme PORTARIA Nº 503/2023- GAPE/GP/FSCMPA, publicada no DOE Nº. 35.466 de 11/07/2023, para o período de 16/08/2023 a 14/09/2023.
Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.
Belém - PA, 17 de agosto de 2023
BRUNO MENDES CARMONA
Presidente da FSCMPA

Protocolo: 984555

PORTARIA Nº 593/2023-GAPE/GP/FSCMPA
O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo Decreto do dia 30/04/2019, publicado no DOE nº 33.864, de 02/05/2019;
Considerando o processo nº E-2023/2183187;
R E S O L V E:
ALTERAR o período de férias de ANTONIO MARCOS SOUSA DE LIMA, Farmacêutico, Matricula Nº 54190527/2, concedida de 02/08/2023 a 31/08/2023, conforme PORTARIA Nº 503/2023- GAPE/GP/FSCMPA, publicada no DOE Nº. 35.466 de 11/07/2023, para o período de 16/08/2023 a 14/09/2023.
Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.
Belém - PA, 31 de julho de 2023
BRUNO MENDES CARMONA
Presidente da FSCMPA

Protocolo: 984376

TORNAR SEM EFEITO

PORTARIA Nº 671/2023-GAPE/GP/FSCMPA
O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo Decreto do dia 30/04/2019, publicado no DOE nº 33.864, de 02/05/2019;
Considerando o processo nº - E-2023/2189726
TORNAR SEM EFEITO o período de férias de MARIA NADEJE SOUSA CUNHA, agente de artes práticas, Matricula Nº 80845659/1, concedida de 01/09/2023 a 15/09/2023, conforme PORTARIA Nº 620/2023- GAPE/GP/FSCMPA, publicada no DOE Nº. 35.507 de 16/08/2023.
Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.
Belém - PA, 26 de agosto de 2023
BRUNO MENDES CARMONA
Presidente da FSCMPA

PORTARIA Nº 670/2023-GAPE/GP/FSCMPA
O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo Decreto do dia 30/04/2019, publicado no DOE nº 33.864, de 02/05/2019;
Considerando o processo nº - E-2023/2196480
TORNAR SEM EFEITO o período de férias de JONATHAS SILVERIO LOPES DE SOUSA, Técnico de Radiologia, Matricula Nº 57193702/1, concedida de 16/06/2023 a 05/07/2023, conforme Portaria Nº.318/2023- GAPE/GP/FSCMPA, publicada no DOE Nº. 35.399 de 16/05/2023.
Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.
Belém - PA, 26 de agosto de 2023
BRUNO MENDES CARMONA
Presidente da FSCMPA

Protocolo: 984558

OUTRAS MATÉRIAS

PORTARIA Nº 651/2023 – PRES/FSCMPA – DE 11 DE SETEMBRO DE 2023
O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo decreto do dia 02/05/2019, publicado no DOE Nº 33.864;
CONSIDERANDO, os dispositivos previstos da Lei Federal Nº 14.133/2021, no art. 6º, inciso LX e art. 8º;
RESOLVE:
Art. 1º. NOMEAR o servidor TIAGO DE LIMA RIBEIRO, para atuar como AGENTE DE CONTRATAÇÃO, o qual será o responsável por tomadas de decisões, acompanhar o tramite da licitação, dar impulso ao Procedimento Licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação, em conformidade ao estabelecido na Lei Federal Nº 14.133/2021;
Art. 2º. Ficam designados os seguintes servidores para compor a Equipe de Apoio, para auxiliar o Agente de Contratação, quais sejam:
ANDREIA LUCIA CAMPOS CANELAS
LUIZ FERNANDO REZENDE FERREIRA FILHO
MARLENE MORAES NAHUM
PABLO RODRIGO DO NASCIMENTO RODRIGUES
RODRIGO FERNANDO RODRIGUES WANZELLER
Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições contrárias.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Belém, 11 de setembro de 2023.
Dr. Bruno Mendes Carmona
Presidente da FSCMPA

Protocolo: 984587

FUNDAÇÃO CENTRO DE HEMOTERAPIA E HEMATOLOGIA DO PARÁ

PORTARIA

PORTARIA N° 1022/2023 - GEAPE/GAPRE/HEMOPA, de 06 de setembro de 2023.
O Presidente da Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará - HEMOPA, no uso de suas atribuições legais, e:
Considerando o volume de trabalho e a necessidade de serviço de alguns servidores deste Órgão;
Considerando os autos do MEMO n°194/2023; CHR-CAS – PAE 2023/824192;
Considerando, ainda, o que dispõem os artigos 132, inciso V, 137 e 138 da Lei Estadual nº 5.810/94 de 24 de janeiro de 1994.
RESOLVE:
I – CONCEDER Gratificação por Tempo Integral de que trata os dispositivos legais supramencionados, no percentual de 60% (sessenta), a contar de 01/09/2023, ao servidor abaixo relacionado:
EDILEUZA DO SOCORRO DE LIMA E SOUSA (matrícula nº 57204717/1).
II – Dê-se Ciência, Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Gabinete da Presidência do Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará – Fundação HEMOPA, em de 06 de setembro de 2023.
Paulo André Castelo Branco Bezerra
PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO HEMOPA

Protocolo: 984501

PORTARIA Nº 1011/2023 – GEAPE/GAPRE/HEMOPA, 04 de setembro de 2023.
O Presidente do Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará – Fundação HEMOPA, no uso de suas atribuições legais,
Considerando Protocolo nº 2023/998230.
RESOLVE,
I – Conceder Licença Casamento (o) servidor (a) Thalyta Mayssa Paiva Das Neves, matricula n° 57195867/3, Cargo de Enfermeira, lotado (a) no (a), Coordenação do Hemocentro Regional de Castanhal, desta Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará – HEMOPA, a contar de 29 de julho a 05 de agosto de 2023.
II - Dê-se Ciência, Registre-se, Publique-se e Cumpra-se,
Gabinete da Presidência do Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará – Fundação HEMOPA, em 04 de setembro de 2023.
Dr. PAULO ANDRÉ CASTELO BRANCO BEZERRA
Presidente da Fundação HEMOPA

Protocolo: 984489

CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 078/2023 - DECORRENTE DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 096/2023 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2023/SESPA - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2023/965049.
DAS PARTES:
CONTRATANTE: FUNDAÇÃO CENTRO DE HEMOTERAPIA E HEMATOLOGIA DO PARÁ – HEMOPA
CONTRATADO: UNI HOSPITALAR CEARÁ LTDA, inscrito no CNPJ nº 21.595.464/0001-68,com sede na Rua Francisco José Albuquerque Pereira, 1085, Cajazeiras, Fortaleza/CE, CEP 60.864-520,por intermédio de seu representante legal, o Sr.(o) Christian Mendes Oliveira Tavares, portador(a) da Carteira de Identidade nº 90013006830 SSP/CE e do CPF nº 484.301.613-68, doravante denominada CONTRATADA.
DO OBJETO: O objeto do presente contrato é a aquisição de medicamento DEFERIPRONA 500MG, para atender aos pacientes portadores de doença falciforme, em tratamento pela Fundação HEMOPA, conforme especificações e quantidades descritas abaixo.
DO PRAZO: Este contrato vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, caso compatível com a legislação que rege a matéria, por prazo e condições a serem firmados através de termo aditivo.
DOS RECURSOS: Os recursos orçamentários necessários para atender às despesas decorrentes deste contrato constam do orçamento da contratante, como a seguir especificado:
Programa de Trabalho: 10302150782880000, 10302150782930000
Fonte de Recurso:01.659.0000.61, 01.659.0000.69 e 01.500.1002.03
Natureza de Despesa: 339030
DO VALOR: O valor global do presente contrato é de R$ 99.000,00 (noventa e nove mil reais).
DO FISCAL DO CONTRATO: O acompanhamento e fiscalização do cumprimento das obrigações da contratada serão feitos através de servidores especialmente designado para este fim: Gestor de Contrato Marineide Sousa Bastos, CRF-PA 758 Mat. 7000723 e Fiscal de Contrato Carlos Alberto da Silva Pinheiro, CRF-PA 2156, Mat. 5892523.
DO FORO: Belém – Pará
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 04 de setembro de 2023
ASSINATURAS:
Paulo André Castelo Branco Bezerra - Presidente da Fundação HEMOPA – Contratante
Christian Mendes Oliveira Tavares- UNI HOSPITALAR CEARÁ LTDA – Contratada
ORDENADOR DE DESPESA - Paulo André Castelo Branco Bezerra - CPF nº 229.089.192-49.

Protocolo: 984468

TERMO ADITIVO A CONTRATO

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 087/2021
(REF. PROC. 2023/886223)
DAS PARTES:
CONTRATANTE: FUNDAÇÃO CENTRO DE HEMOTERAPIA E HEMATOLOGIA DO PARÁ – HEMOPA
CONTRATADA: FRESENIUS HEMOCARE BRASIL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 49.601.107/0001-84 com sede na Rua Roque Gonzales, 128 – Jardim Branca Flor – Itapecerica da Serra – SP – CEP: 06855-690, neste ato representada por sua representante legal Maria Aparecida Gomes, portador da Cédula de Identidade nº. 22.250.846-2,CPF/MF sob o nº. 134.596.108-16, doravante denominada CONTRATADA.
OBJETO: O presente termo aditivo tem por objeto o aditamento do contrato Nº 087/2021(objeto: AQUISIÇÃO DE REAGENTES PARA A REALIZAÇÃO DE EXAMES IMUNO-HEMATOLÓGICOS (ANTISSOROS)), nos termos da lei federal nº 8666/93,especificamente quanto à prorrogação, pelo período de 12 (doze) meses, ou seja, de 11/09/2023 até 11/09/2024, com reajuste de 3,53%pelo IPC FIPE, no valor global.
VALOR: O valor global do contrato para este Termo Aditivo é de R$99.434,71 (noventa e nove mil quatrocentos e trinta e quatro reais e setemta e um centavos).
FONTE DO RECURSO: As despesas decorrentes deste aditivo contratual correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:
Programa de Trabalho: 10302150782930000
Natureza da Despesa: 339030
Fonte de Recurso: 01.659.0000.61, 01.659.0000.69, 01.500.1002.03
DO FORO: Belém – Pará
DATA DE ASSINATURA DO TERMO: 28 de agosto de 2023.
ASSINATURAS:
Paulo André Castelo Branco Bezerra - PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO HEMOPA - Contratante
Maria Aparecida Gomes-FRESENIUS HEMOCARE BRASIL LTDA -Contratada
ORDENADOR DE DESPESA – Paulo André Castelo Branco Bezerra - CPF nº 229.089.192-49.

Protocolo: 984569

SUPRIMENTO DE FUNDO

Nº da portaria: 1016/2023
Nº do Processo: 2023/990323
Prazo para Aplicação (em dias): 30 Prazo para prestação de contas(em dias): 15
Nome do servidor: Cargo do servidor: Matricula:
ALANA DA SILVA CRUZ Gerente/HENAB 5954274
Natureza de Trabalho: Fonte de Recurso: Natureza de Despesa: Valor:
10122129783380000 01659 339033 800,00
10122129783830000 01659 339036 2700,00
Ordenador: PAULO ANDRE CASTELO BRANCO BEZERRA

Protocolo: 984504

Nº da portaria: 1017/2023
Nº do Processo: 2023/1004407
Prazo para Aplicação (em dias): 30 Prazo para prestação de contas (em dias): 15
Nome do servidor: Cargo do servidor: Matricula:
RAFAEL MAIA DA SILVA Gerente/GEINE 5971599
Natureza de Trabalho: Fonte de Recurso: Natureza de Despesa: Valor:
10122129783380000 01659000069001022 339039 6200,00
Ordenador: PAULO ANDRE CASTELO BRANCO BEZERRA

Protocolo: 984730

DIÁRIA

PORTARIA Nº 1002/2023 De 12 De Setembro De 2023
O Presidente Do Centro De Hemoterapia E Hematologia Do Pará - Hemopa, No Uso De Suas Atribuições Estatutárias.
Considerando A Solicitação Constante Do Processo Nº 2023/1012279.
Resolve: Conceder Diária(S) Ao(S) Abaixo Relacionado(S). Realizará Recebimento E Instalação De Poltronas De Coleta De Sangue, No Hemonúcleo De Altamira, Nos Dias 10 A 11/09/2023.
José Rui Sampaio Santana, Cpf: 585.212.242-49, Cargo: Técnico De Manutenção, Matrícula: 5949446/1, 1,5 Diarias
Gabinete Da Presidência Do Centro De Hemoterapia E Hematologia Do Pará - Hemopa - Pará, 12 De Setembro De 2023. Paulo Andre Castelo Branco Bezerra, Presidente.

Protocolo: 984522

PORTARIA Nº 1000/2023 De 12 De Setembro De 2023
O Presidente Do Centro De Hemoterapia E Hematologia Do Pará - Hemopa, No Uso De Suas Atribuições Estatutárias.
Considerando A Solicitação Constante Do Processo Nº 2023/962325.
Resolve: Conceder Diária(S) Ao(S) Abaixo Relacionado(S). Referente À Campanha Externa No Dia 27/08/2023 No Município De Marituba/Pa.
Adilson Pinheiro De Castro, Cpf: 647.861.532-49, Cargo: Téc. De Enfermagem, Matrícula: 57205641, 05 Diaria. Cristiane Paes De Castro, Cpf: 651.074.112-15, Cargo: Téc. De Enfermagem, Matrícula: 5854296, 0,5 Diaria. Goretty De Fátima Da Silva Santos, Cpf: 750.174.902-72, Cargo: Téc. De Enfermagem, Matrícula: 5966844, 0,5 Diaria. Larissa Lima Monteiro Da Silva, Cpf: 721.434.872-15, Cargo: Enfermeira, Matrícula: 5949468 0,5 Diaria. Maria Do Socorro Silva De Jesus, Cpf: 170.923.452-00, Cargo: téc. De Enfermagem Matrícula: 7000235, 0,5 Diaria. Sheila Cristina Lins Soares Silva, Cpf: 027.147.514-58, Cargo: Téc. De Enfermagem, Matrícula: 5960863, 0,5 Diaria.
Gabinete Da Presidência Do Centro De Hemoterapia E Hematologia Do Pará - Hemopa - Pará, 12 De Setembro De 2023. Paulo Andre Castelo Branco Bezerra, Presidente.

Protocolo: 984443

PORTARIA Nº 1001/2023 De 12 De Setembro De 2023
O Presidente Do Centro De Hemoterapia E Hematologia Do Pará - Hemopa, No Uso De Suas Atribuições Estatutárias.
Considerando A Solicitação Constante Do Processo Nº 2023/962270.
Resolve: Conceder Diária(S) Ao(S) Abaixo Relacionado(S). Referente À Campanha Externa No Dia 26/08/2023 No Município De Marituba/Pa.
Adilson Pinheiro De Castro, Cpf: 647.861.532-49, Cargo: Téc. De Enfermagem, Matrícula: 57205641, 05 Diaria. Cristiane Paes De Castro, Cpf: 651.074.112-15, Cargo: Téc. De Enfermagem, Matrícula: 5854296, 0,5 Diaria. Goretty De Fátima Da Silva Santos, Cpf: 750.174.902-72, Cargo: Téc. De Enfermagem, Matrícula: 5966844, 0,5 Diaria. Fabíola Cardoso Da Mota, Cpf: 941.371.532-72, Cargo: Téc. De Enfermagem, Matrícula: 5924568, 0,5 Diaria. Maria Do Socorro Silva De Jesus, Cpf: 170.923.452-00, Cargo: Téc. De Enfermagem, Matrícula: 7000235, 0,5 Diaria. Raquel Gibson Da Cunha, Cpf: 616.526.102-78, Cargo: Enfermeira, Matrìcula: 80846164, 0,5 Diaria. Sandra De Fátima Ferreira Dos Santos, Cpf: 723.077.302-49, Cargo: Téc. De Enfermagem, Matrícula: 5955483 0,5 Diaria.
Gabinete Da Presidência Do Centro De Hemoterapia E Hematologia Do Pará - Hemopa - Pará, 12 De Setembro De 2023. Paulo Andre Castelo Branco Bezerra, Presidente.

Protocolo: 984454

PORTARIA Nº 1004/2023 De 12 De Setembro De 2023

O Presidente Do Centro De Hemoterapia E Hematologia Do Pará - Hemopa, No Uso De Suas Atribuições Estatutárias.

Considerando A Solicitação Constante Do Processo Nº 2023/1003643.

Resolve: Conceder Diária(S) Ao(S) Abaixo Relacionado(S). Participar Das Campanhas Externas, Da Igreja Do Evangelho Quadrangular – Cidade Nova, Localizado No Conjunto Cidade Nova V, Arterial 5, Nº 866, Coqueiro, No Município De Ananindeua - Pa, No Dia 02/09/2023.

Vitoria De Souza Siqueira, Cpf: 821.465.352-53, Cargo: Médica, Matrícula: 5904993, 0,5 Diaria. Marcelo Souza Da Silva, Cpf: 632.691.472-87, Cargo: Enfermeira, Matrícula: 57191320, 0,5 Diaria. Clayse Jennifer Alves De Souza, Cpf: 747.292.922-00, Cargo: Enfermeira, Matrícula 5961211, 05, Diaria. Kedma Querem Jennings Gomes, Cpf: 970.763.252-69, Cargo: Agente Administrativo, Matrícula 5926553, 0,5 Diaria. Valdira Christiene Alves De Moraes, Cpf: 017.418.272-48, Cargo: Agente Administrativo, Matrícula: 5962110, 0,5 Diaria.

Gabinete Da Presidência Do Centro De Hemoterapia E Hematologia Do Pará - Hemopa - Pará, 12 De Setembro De 2023. Paulo Andre Castelo Branco Bezerra, Presidente.

Protocolo: 984951

PORTARIA Nº 1003/2023 De 12 De Setembro De 2023

O Presidente Do Centro De Hemoterapia E Hematologia Do Pará - Hemopa, No Uso De Suas Atribuições Estatutárias.

Considerando A Solicitação Constante Do Processo Nº 2023/1004932.

Resolve: Conceder Diária(S) Ao(S) Abaixo Relacionado(S). Participar Das Campanhas Externas, Da Prefeitura De Igarapé-Miri, Localizado Na Escola Euridice Soares Marques De Souza, S/N, No Município De Igarapé-Miri - Pa, Nos Dias 21, 22 E 23/09/2023, Com Saída Às 13h Do Dia 21/09/23 E Retorno Às 17h Do Dia 23/09/23.

Sheila Milisa Pinheiro De Aguiar, Cpf: 426.574.582-20, Cargo: Medicá, Matrícula: 5234425/2, 2,5 Diarias. Ana Amélia De Freitas Gonçalves, Cpf: 267.455.002-30, Cargo: Enfermeira, Matrícula: 5281644/2, 2,5 Diarias. Luciana Souza Miranda Leal, Cpf: 564.450.832-34, Cargo: Enfermeira, Matrícula: 54189073, 2,5 Diarias. Cristiano Cesar De Brito, Cpf: 836.933.941-72, Cargo: Enfermeiro, Matrícula 5958122, 2,5 Diarias. Pedro Victor De Assis Brito, Cpf: 019.638.122-39, Cargo: Agente Administrativo, Matrícula: 5927564, 2,5 Diarias. Raimundo Edson Dos Santos, Cpf: 588.796.252-68, Cargo: Agente Administrativo, Matrícula: 54188089/1, 2,5 Diarias.

Gabinete Da Presidência Do Centro De Hemoterapia E Hematologia Do Pará - Hemopa - Pará, 12 De Setembro De 2023. Paulo Andre Castelo Branco Bezerra, Presidente.

Protocolo: 984697

FUNDAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL HOSPITAL DE CLÍNICAS GASPAR VIANNA

DESIGNAR FISCAL DE CONTRATO

PORTARIA N° 377, DE 04 DE SETEMBRO DE 2023

A Diretora Presidente da Fundação Pública Estadual Hospital de Clínicas Gaspar Vianna, no uso das atribuições que lhe foram designadas pelo Decreto Governamental datado de 02 de fevereiro de 2023, publicado no DOE-PARÁ nº 35.277 de 03 de fevereiro de 2023.

Considerando o disposto no Decreto n° 870, de 04 de outubro de 2013.

RESOLVE:

Designar o servidor Cícero Romão dos Santos Albuquerque (Matrícula n.º 57192917/1), para acompanhar e fiscalizar os seguintes contratos:

· CONTRATO Nº 209/2023 – P G LIMA COM LTDA - EPP

CONTRATO Nº 210/2023 - J L R ARAÚJO COMÉRCIO E SERVIÇOS

CONTRATO Nº 211/2023 – J S L COMERCIO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE LTDA OBJETO: Aquisição de material de higiene pessoal, para reposição, abastecimento e distribuição entre os setores da Fundação Pública Estadual Hospital de Clínicas Gaspar Vianna –

VIGÊNCIA: Início em 05/09/2023 e término em 04/09/2024.

PROCESSO: 2023/478190

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO N° 65/2023

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

HELOISA MARIA MELO E SILVA GUIMARÃES

Diretora Presidente da FPEHCGV

Protocolo: 984847

ERRATA

ERRATA

Da Ratificação da Dispensa de Licitação nº 68/2023 no DOE nº 35.521, que publicou o número da publicação nº 978782

ONDE SE LÊ:

VALOR: R$ 686.444,95

LEIA-SE:

VALOR: R$ 678.354,04

ORDENADORA: Heloisa Maria Melo e Silva Guimarães

Protocolo: 984475

CONTRATO

Contrato N° 211/2023

Exercício: 2023

Classificação do Objeto: Outros

Objeto: Aquisição de material de higiene pessoal, para reposição, abastecimento e distribuição entre os setores da Fundação Pública Estadual Hospital de Clínicas Gaspar Vianna – FPEHCGV.

Valor: R$ 68.880,00 (Sessenta e oito mil e oitocentos e oitenta reais)

Modalidade: Pregão Eletrônico N° 65/2023

Data Assinatura: 05/09/2023

Vigência: Início em 05/09/2023 e término em 04/09/2024

Funcional programática: 10.302.1507.8288;

Natureza de Despesa: 339030;

Fonte de Recurso: 016590000061, 01659000069, 01500100203, 01500000001, 0160100049, 01600312049 e suas respectivas subfontes e superávits;

PI: 1040008288C.

Contratado: J S L COMERCIO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE LTDA

Endereço: AL N S 7 , N° 35CONJUNTO MAGUARI, COQUEIRO

BELÉM - PA

CEP: 66823-067

Telefone: (91) 98415-8541

E-mail: jslmultmix@gmail.com

Ordenadora Responsável: HELOISA MARIA MELO E SILVA GUIMARÃES

Protocolo: 984870

Contrato N° 210/2023

Exercício: 2023

Classificação do Objeto: Outros

Objeto: Aquisição de material de higiene pessoal, para reposição, abastecimento e distribuição entre os setores da Fundação Pública Estadual Hospital de Clínicas Gaspar Vianna – FPEHCGV.

Valor: R$ 41.560,00 (Quarenta e um mil e quinhentos e sessenta reais)

Modalidade: Pregão Eletrônico N° 65/2023

Data Assinatura: 05/09/2023

Vigência: Início em 05/09/2023 e término em 04/09/2024

Funcional programática: 10.302.1507.8288;

Natureza de Despesa: 339030;

Fonte de Recurso: 016590000061, 01659000069, 01500100203, 01500000001, 0160100049, 01600312049 e suas respectivas subfontes e superávits;

PI: 1040008288C.

Contratado: J L R ARAÚJO COMÉRCIO E SERVIÇOS

Endereço: TRAVESSA JOSÉ PIO, 545 – A - UMARIZAL

BELÉM - PA

CEP: 66050-240

Telefone: (91) 3204-2605

E-mail: licitacao@jlraraujo.com.br

Ordenadora Responsável: HELOISA MARIA MELO E SILVA GUIMARÃES

Protocolo: 984862

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

DISPENSA: 74/2023

Valor: R$ 8.357,10 (oito mil e trezentos e cinquenta e sete reais e dez centavos)

Objeto: Aquisição emergencial de TERAPIA POR PRESSÃO NEGATIVA, para atender da paciente E.R.C. internada na unidade de terapia intensiva (UTI) da Fundação Pública Estadual Hospital de Clínicas Gaspar Vianna (FPEHCGV).

Data de Ratificação: 01/09/2023

Fundamento Legal: Art. 24, IV, da Lei nº 8.666/93.

Orçamento: 2023

Funcional Programática: 10.302.1507.8288

Natureza da Despesa: 339030

Fonte de Recursos: 01500000001/ 01500100203 /0160100049/ 01659000061/ 01659000069/ 02600312049 e suas respectivas sub fontes e superávits

Plano Interno - PI1040008288C

Contratado:

NOME: HYBRIDA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

Endereço: TRAVESSA BARÃO DO TRIUNFO Nº 3540 – MARCO

BELÉM- PARÁ

CEP: 66.095-055

Telefone: (91) 3257-5160 – 3257-5056

E-mail: cotação@hybridahospialar.com.br

Ordenadora: HELOISA MARIA MELO E SILVA GUIMARÃES

Protocolo: 984592

HOSPITAL REGIONAL DE CAMETÁ

LICENÇA PRÊMIO

PORTARIA Nº 107/2023 – GAB/HRC
LICENÇA PRÊMIO – CONCEDER
NOME: ALBERTO RETTELBUSCH DE BASTOS
CARGO/FUNÇÃO: MEDICO
MATRÍCULA: 54182632-2
PERÍODO: 01/11/2023 à 30/11/2023 (30 dias)
TRIÊNIO: 11/07/2018 à 10/07/2021
DÊ-SE CIÊNCIA. REGISTRE-SE, PUBLIQUE E CUMPRA-SE.
MARCELO VEIGA COSTA
DIRETORA DO HRC

Protocolo: 984514

DIÁRIA

PORTARIA: 105/2023, Cametá, 11/09/2023
NOME: JOSE EDUARDO TOBIAS DE SOUZA
MATRÍCULA: 5900452-1
CARGO/FUNÇÃO: MAQUEIRO
OBJETIVO: Transportar Hemocomponentes do HENAB-Abaetetuba para o Hospital Regional de Cametá.
ORIGEM: CAMETÁ
DESTINO: ABAETETUBA
PERÍODO: 07 à 08/09/2023
Nº DE DÍARIAS: 1,5 (UMA E MEIA) diárias
VALOR DAS DIÁRIAS: R$ 356,07 (Trezentos e Cinquenta e Seis Reais e Sete Centavos)
REGISTRA-SE, PUBLICA-SE E CUMPRA-SE.
MARCELO VEIGA COSTA
DIRETOR DO HRC

PORTARIA: 106/2023, Cametá, 11/09/2023
NOME: MANOEL LAUDELINO VALENTE COSTA
MATRÍCULA: 57210035-1
CARGO/FUNÇÃO: MOTORISTA
OBJETIVO: Realizar transporte de Hemocomponentes do HENAB (Abaetetuba) para o Hospital Regional de Cametá.
ORIGEM: CAMETÁ
DESTINO: ABAETETUBA
PERÍODO: 09 à 10/09/2023
Nº DE DÍARIAS: 1,5 (UMA E MEIA) diárias
VALOR DAS DIÁRIAS: R$ 356,07 (Trezentos e Cinquenta e Seis Reais e Sete Centavos)
REGISTRA-SE, PUBLICA-SE E CUMPRA-SE.
MARCELO VEIGA COSTA
DIRETOR DO HRC

Protocolo: 984484

OUTRAS MATÉRIAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMETÁ
AVISOS DE LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 027/2023-PMC/SEMED. Objeto: Registro de Preços que Objetiva a Aquisição de Utensílios de Copa e Cozinha Destinado a atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação - Semed e Demais Unidades Escolares, no Município de Cametá/Pa, conforme especificações e definições mínimas constantes no Termo de Referência, Anexo I. O edital completo está à disposição dos interessados nos sites www.prefeituradecameta.pa.gov.br; www.portaldecompraspublicas.com.br; mural de licitações do site do TCM/PA: www.tcm.pa.gov.br. Abertura: 22 de setembro de 2023 às 09h00min (horário de Brasília). Informações: pregaoeletronicopmc@gmail.com. Enio de Carvalho - Secretário de Educação
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 028/2023-PMC/SEMED. Objeto: Registro de Preço Para Futura e Eventual Contratação de Empresa Especializada em Fornecimento de Equipamentos Permanentes de Copa/Cozinha e outros Equipamentos de uso Coletivo Para Suprir as demandas da Secretaria Municipal de Educação - Semed e Demais Unidades Escolares, no Município de Cametá/Pa, conforme especificações e definições mínimas constantes no Termo de Referência, Anexo I. O edital completo está à disposição dos interessados nos sites www.prefeituradecameta.pa.gov.br; www.portaldecompraspublicas.com.br; mural de licitações do site do TCM/PA: www.tcm.pa.gov.br. Abertura: 22de setembro de 2023 às 15h00min (horário de Brasília). Informações: pregaoeletronicopmc@gmail.com. Enio de Carvalho - Secretário Municipal de Educação.
EXTRATO DE CONTRATO. CARTA CONVITE Nº 17/2023-PMC. Objeto: Recuperação de 01 (Uma) Ponte em Madeira de Lei Com Dimensões (3,00m de Largura Por 146,00m de comprimento) na Vila de Janua Coeli - Cametá/Pa.Fundamento Legal: Lei Federal nº 8.666/93. CONTRATO Nº CC01.17/2023 - PMC. Contratante: Prefeitura Municipal de Cametá, CNPJ nº 05.105.283/0001-50. Contratado: L. de Souza Oliveira, CNPJ: 12.664.806/0001-63, Valor Global R$ 326.248,40. Vigência: 06/09/2023 à 06/09/2024. Ordenador: Victor Correa Cassiano, Prefeito de Cametá.

Protocolo: 984866

SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES

TERMO ADITIVO A CONTRATO

EXTRATO DO 2° TERMO ADITIVO DE ACRÉSCIMO E SUPRESSÃO DE SERVIÇOS, COM REFLEXO FINANCEIRO AO CONTRATO Nº 048/2021
PROCESSO: 2020/383480
ANEXO: 2023/911470
JUSTIFICATIVA: O Termo Aditivo de Acréscimo e Supressão de Serviços, com Reflexo Financeiro ao Contrato nº 048/2021 decorre da solicitação feita pela empresa contratada, Manifestação da DIRTEC, Manifestação da CONJUR, autorização do Exmo. Sr. Secretário de Estado de Transportes, com fundamento no Art. 65, I, alínea "a" e "b" c/c §1º da Lei nº. 8.666/93.
VALOR INICIAL: R$ 9.282.850,48 (nove milhões, duzentos e oitenta e dois mil, oitocentos e cinquenta reais e quarenta e oito centavos).
VALOR ACRESCIDO: R$ 2.085.166,33 (dois milhões, oitenta e cinco mil, cento e sessenta e seis reais e trinta e três centavos).
VALOR SUPRIMIDO: R$ 205.560,76 (duzentos e cinco mil, quinhentos e sessenta reais e setenta e seis centavos).
REFLEXO FINANCEIRO: R$ 1.879.605,57 (um milhão, oitocentos e setenta e nove mil, seiscentos e cinco reais, cinquenta e sete centavos).
VALOR FINAL DO CONTRATO: R$ 11.162.456,04 (onze milhões, cento e sessenta e dois mil, quatrocentos e cinquenta e seis reais e quatro centavos).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Unidade Orçamentária: 29101; Programa de Trabalho: 26.782.1486.7432; Natureza da Despesa: 449051; Fonte de Recurso: 01708000024; Origem: TESOURO
DATA DA ASSINATURA: 06/09/2023.
CONTRATADA: T.L. CONSTRUÇÕES E TERRAPLANAGEM LTDA.
CNPJ: 63.883.672/0001-02.
ORDENADOR: ADLER GERCILEY ALMEIDA DA SILVEIRA - SECRETÁRIO DE ESTADO DE TRANSPORTES.

Protocolo: 984966

COMPANHIA DE PORTOS E HIDROVIAS DO ESTADO DO PARÁ

ERRATA

Na publicação n° 982876 referente ao 9º Termo Aditivo ao Contrato nº 001/2021-CPH, publicado no DOE nº 35.531 de 05/09/2023,
Onde se lê: Após as alterações supramencionadas, o valor global do contrato no 001/2021-
CPH passará a ser de R$ 4.509.222,64 (quatro milhões, quinhentos e nove mil, duzentos e vinte e dois reais e sessenta e quatro centavos).
Leia-se: Após as alterações supramencionadas, o valor global do contrato nº 001/2021- CPH passará a ser de R$ 5.480.247,47 (cinco milhões, quatrocentos e oitenta mil, duzentos e quarenta e sete reais e quarenta e sete centavos).

Protocolo: 984957

AGÊNCIA ESTADUAL DE REGULAÇÃO E CONTROLE DE SERVIÇOS PÚBLICOS

DESIGNAR SERVIDOR

PORTARIA Nº 767/2023 – ARCON – PA, 11 DE SETEMBRO DE 2023. O Diretor-Geral da Agência de Regulação e Controle de Serviços Públicos do Estado do Pará – ARCON-PA, usando das atribuições conferidas pela Lei Nº 6.099 de 30 de dezembro de 1997, e alterações introduzidas pela Lei nº 6.838 de 20 de fevereiro de 2006;Considerando o Processo Eletrônico n.º 2023/1014002– ARCON – CAF RESOLVE:I – DESIGNAR ALDENOR DE JESUS QUEIROZ JUNIOR, matrícula nº 5937126/2, a responder

como SUPERVISOR I, no período a contar de 03/10/2023 a 01/11/2023, durante as férias da Titular SAMIRA VIANA SILVA, matrícula n° 5928009/2. II - Esta Portaria retroagirá a contar de 03/10/2023. 11 DE SETEMBRO DE 2023. EURIPEDES REIS DA CRUZ FILHO Diretor Geral – ARCON-PA.

Protocolo: 984647

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E DA PESCA

PORTARIA

PORTARIA Nº 318 DE 11 DE SETEMBRO DE 2023.
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E DA PESCA, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pelo Decreto Governamental, publicado no DOE nº 35.276 de 02 de fevereiro de 2023;
CONSIDERANDO o Processo nº 2023/715895;
CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 870 de 04/10/2013;
CONSIDERANDO o Termo de Colaboração nº 002/2023;
RESOLVE:
Art. 1° DESIGNAR o servidor JULIO CEZAR PINHEIRO MOREIRA, ocupante do cargo de Técnico em gestão Agropecuária, matricula nº 13293/1 como GESTOR do Termo de Colaboração nº 002/2023, firmado entre esta Secretaria e o SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL, CNPJ: 04.309.367/0001-42, tomando todas as providências necessárias para controle e fiscalização da fiel execução do objetivo do referido Termo de Colaboração.
Art. 2° Salvo designação em contrário, os servidores listados no art. 1º são responsáveis pelas atividades de monitoramento e avaliação do cumprimento do Termo de Colaboração nº 002/2023 celebrado pela SEDAP com o SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL, CNPJ: 04.309.367/0001-42.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
GIOVANNI CORREA QUEIROZ
Secretário de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca

Protocolo: 984820

PORTARIA Nº 317 DE 11 DE SETEMBRO DE 2023
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E DA PESCA, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pelo Decreto Governamental, publicado no DOE nº 35.276 de 02 de Fevereiro de 2023;
CONSIDERANDO o Processo nº 2023/715895;
CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 870 de 04/10/2013;
CONSIDERANDO o Termo de Colaboração nº 002/2023;
RESOLVE:
Art. 1° - DESIGNAR os servidores ANTONIO FERNANDO SOUZA REIS, matrícula 24350/1, ocupante do cargo de Engenheiro Agrônomo, WANKES SOLONY DE CARVALHO CHAVES, matrícula 3171159-1, ocupante do cargo de Engenheiro Agrônomo e UBIRAN MESSIAS DE ANDRADE COSTA, matrícula nº 3173356/1, ocupante do cargo de Técnico em Planejamento, como integrantes da comissão de monitoramento e avaliação do Termo de Colaboração nº 002/2023 celebrado pela SEDAP com a Organização da Sociedade Civil SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL, CNPJ: 04.309.367/0001-42,
Art. 2° - Salvo designação em contrário, os servidores listados no art. 1º são responsáveis pelas atividades de monitoramento e avaliação do cumprimento do Termo de Colaboração nº 002/2023 celebrado pela SEDAP com o SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL, CNPJ: 04.309.367/0001-42,
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
GIOVANNI CORREA QUEIROZ
Secretário de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca.

Protocolo: 984826

PORTARIA Nº 316 DE 11 DE SETEMBRO DE 2023.
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E DA PESCA, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pelo Decreto Governamental, publicado no DOE nº 35.276 de 02 de fevereiro de 2023;
CONSIDERANDO o Processo nº 2023/ 1021934 (PAE)
CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 870 de 04/10/2013;
R E S O L V E:
Art. 1º - DESIGNAR a servidora ROSANGELA DAMASCENO PENICHE, matrícula n° 5932327/3, ocupante do cargo de Coordenadora de Núcleo, para atuar como Fiscal Titular e DVANDRO PEDRO DE OLIVEIRA, matrícula n° 55588857/4, ocupante do cargo de Coordenador, para atuar como Fiscal Suplente do Contrato Administrativo nº 050/2023 - SEDAP celebrado com a empresa LANOA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 21.139.345/0001-09;
Art, 2º - São atribuições do FISCAL DO CONTRATO: Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato; Fiscalizar o cumprimento, pelo contratado, das normas, objeto e cláusulas contratuais; Registrar todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato; Confrontar se o valor a ser pago mensalmente ao contratado está em conformidade com o valor estabelecido no contrato, atestando a fatura de pagamento na unidade financeira, juntando, inclusive, termo declaratório que o serviço foi satisfatoriamente executado; Controlar o prazo de vigência do contrato sob sua responsabilidade; Apresentar relatórios mensais consolidados sobre a execução do contrato.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
GIOVANNI CORREA QUEIROZ
Secretário de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca

Protocolo: 984791

DESIGNAR SERVIDOR

PORTARIA Nº 319 DE 11 DE SETEMBRO DE 2023
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E DA PESCA, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pelo Decreto Governamental de 02 de fevereiro de 2023, publicado no Diário Oficial n° 35.276 de 02 de fevereiro de 2023;
CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 10.520/2002 e na Lei estadual nº 6.474/2002, Decreto Estadual nº 2.069/2006 e decreto Federal nº 5.450/2005;
CONSIDERANDO ainda a solicitação feita através do Memº 040/2023-CPL nos autos do Processo 2023/1021801;
R E S O L V E:
Art. 1º - DESIGNAR, o servidor LUIZ FERNANDO SOUZA LOBATO, matricula nº 55589973-1, CPF 812.242.222-53, para atuar como Pregoeiro desta Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca – SEDAP;
Art. 2º - Dê-se Ciência, Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
GIOVANNI CORREA QUEIROZ
Secretário de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca

PORTARIA Nº 320 DE 11 DE SETEMBRO DE 2023
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E DA PESCA, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pelo Decreto Governamental de 02 de fevereiro de 2023, publicado no Diário Oficial n° 35.276 de 02 de fevereiro de 2023;
CONSIDERANDO o disposto na Lei Estadual 856 de 24 de junho de 2020, e demais normativas legais aplicadas à espécie;
CONSIDERANDO a necessidade de reordenar a equipe de servidores que atuam no sistema de Cotação Eletrônica de Preços;
CONSIDERANDO ainda os autos do processo 2023/1021596;
R E S O L V E:
Art. 1º - DESIGNAR, os servidores abaixo relacionados para atuarem nos processos de aquisição por Dispensa de Licitação desta Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca – SEDAP, através do Sistema de Cotação Eletrônica em cumprimento ao Decreto Estadual nº 856 de 24 de junho de 2020, publicado no DOE nº 34.266 de 29/06/2020:
I – Shirley Cristina da Costa Reis, matrícula nº 6045553/2 – Coordenadora;
II – Roberta Torga, matrícula nº 5951907/1 – Coordenadora;
III – Harlan Lobato Puga, matrícula nº 5942721/2 – Coordenador;
IV – Luiz Fernando Souza Lobato, matricula nº 55589973-1 – Coordenador;
V – João Carlos Leão Ramos, matrícula nº 5815398/9 – Homologador;
V I – Márcio Marcelo de Souza Trindade, matrícula nº 55588554/6 – Homologador substituto;
Art. 2º - Revogar a PORTARIA Nº 173 de 24/06/2022, publicada no Diário Oficial nº 35.022 de 27/06/2022 e a Portaria 183 de 28/06/2022, publicada no DOE 35.026 DE 29/06/2022;
Art. 3º - Dê-se Ciência, Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
GIOVANNI CORREA QUEIROZ
Secretário de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca

Protocolo: 984824

PORTARIA Nº 313 DE 05 DE SETEMBRO DE 2023
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E DA PESCA, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pelo Decreto Governamental de 02 de fevereiro de 2023, publicado no Diário Oficial n° 35.276 de 02 de fevereiro de 2023;
CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 10.520/2002 e na Lei estadual nº 6.474/2002, Decreto Estadual nº 2.069/2006 e decreto Federal nº 5.450/2005;
CONSIDERANDO ainda a solicitação feita através do Memº 038/2023-CPL nos autos do Processo 2023/998649;
R E S O L V E:
Art. 1º - RECONDUZIR, a servidora SHIRLEY CRISTINA DA COSTA REIS, matricula nº 6045553/1, para atuar como Pregoeira desta Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca - SEDAP, designada que foi pela PORTARIA Nº 289 de 02 de Setembro de 2022, publicada no Diário Oficial do Estado - DOE nº 35.111 de 02/09/2022;
Art. 2º - Dê-se Ciência, Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
GIOVANNI CORREA QUEIROZ
Secretário de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca

Protocolo: 984708

DIÁRIA

PORTARIA DE DIÁRIAS Nº 807/2023 FUNDAMENTO LEGAL: Lei n° 5.810/94, Art. 145. BASE LEGAL: Decreto Estadual n° 734/1992 ORIENTAÇÃO NORMATIVA 001/AGE – PORTARIA Nº 278/2019. BENEFICIÁRIO: Adalberto de Souza Guedes CARGO: Técnico Agropecuário MATRÍCULA: 19240/1 ORIGEM: Belém/PA. DESTINO: Santa Bárbara do Pará/PA. OBJETIVO: Dar Treinamento de Olericultura e Fruticultura na Comunidade de São João Batista,no referido município. PERÍODO: 19 a 21/09/2023. Nº DE DIÁRIAS: 2½ (duas e meia). ORDENADOR: Márcio Marcelo de Souza Trindade /Diretor Administrativo e Financeiro/SEDAP

PORTARIA DE DIÁRIAS Nº 815/2023 FUNDAMENTO LEGAL: Lei n° 5.810/94, Art. 145. BASE LEGAL: Decreto Estadual n° 734/1992 ORIENTAÇÃO NORMATIVA 001/AGE – PORTARIA Nº 278/2019. BENEFICIÁRIO: Emerson de Souza Vieira. CARGO: Motorista. MATRÍCULA: 57205257. ORIGEM: Belém/PA. DESTINO: Santa Bárbara do Pará/PA. OBJETIVO: Conduzir o Téc. Agropecuário que irá dar Treinamento de Olericultura e Fruticultura na Comunidade de São João Batista. PERÍODO: 19 a 21/09/2023. Nº DE DIÁRIAS: 2½ (duas e meia). ORDENADOR: Márcio Marcelo de Souza Trindade /Diretor Administrativo e Financeiro/SEDAP

PORTARIA DE DIÁRIAS Nº 810/2023 FUNDAMENTO LEGAL: Lei n° 5.810/94, Art. 145. BASE LEGAL: Decreto Estadual n° 734/1992 ORIENTAÇÃO NORMATIVA 001/AGE – PORTARIA Nº 278/2019. BENEFICIÁRIO: Geraldo dos Santos Tavares. CARGO: Engenheiro Agrônomo. MATRÍCULA: 18880-2. ORIGEM: Belém/PA. DESTINO: Capitão Poço/PA. OBJETIVO: Supervisão das obras de infraestrutura em curso do Projeto de Inovação Tecnológica da Citricultura e da reforma de estufas Reunião com Diretor Técnico e equipe local da Emater . PERÍODO: 15/09/2023. Nº DE DIÁRIAS: ½ (meia). ORDENADOR: Márcio Marcelo de Souza Trindade /Diretor Administrativo e Financeiro/SEDAP

PORTARIA DE DIÁRIAS Nº 813/2023 FUNDAMENTO LEGAL: Lei n° 5.810/94, Art. 145. BASE LEGAL: Decreto Estadual n° 734/1992 ORIENTAÇÃO NORMATIVA 001/AGE – PORTARIA Nº 278/2019. BENEFICIÁRIO: Júlio Cezar Pinheiro Moreira. CARGO: Engenheiro Agrônomo. MATRÍCULA: 13293-1. ORIGEM: Belém/PA. DESTINO: Capitão Poço/PA. OBJETIVO: Supervisão das obras de infraestrutura em curso do Projeto de Inovação Tecnológica da Citricultura e da reforma de estufas Reunião com Diretor Técnico e equipe local da Emater . PERÍODO: 15/09/2023. Nº DE DIÁRIAS: ½ (meia). ORDENADOR: Márcio Marcelo de Souza Trindade /Diretor Administrativo e Financeiro/SEDAP

PORTARIA DE DIÁRIAS Nº 811/2023 FUNDAMENTO LEGAL: Lei n° 5.810/94, Art. 145. BASE LEGAL: Decreto Estadual n° 734/1992 ORIENTAÇÃO NORMATIVA 001/AGE – PORTARIA Nº 278/2019. BENEFICIÁRIO: Rosângela Damaceno Peniche. CARGO: Coordenadora Regional MATRÍCULA: 5932327/3. ORIGEM: Paragominas/PA. DESTINO:Mãe do Rio/PA. OBJETIVO: Elaborar um diagnostico para revitalização da UAGRO e posteriormente buscar parceria junto a prefeitura de Mãe do Rio através da secretaria de agricultura do município para a realização. E na oportunidade visitar a COOPAGRO - Cooperativa Mista da Agricultura Familiar onde possui vitrine tecnológica implantada com a variedade de Macaxeira Dourada. PERÍODO: 18 a 23/09/2023. Nº DE DIÁRIAS: 5½ (cinco e meia). ORDENADOR: Márcio Marcelo de Souza Trindade /Diretor Administrativo e Financeiro

PORTARIA DE DIÁRIAS Nº 812/2023 FUNDAMENTO LEGAL: Lei n° 5.810/94, Art. 145. BASE LEGAL: Decreto Estadual n° 734/1992 ORIENTAÇÃO NORMATIVA 001/AGE – PORTARIA Nº 278/2019. BENEFICIÁRIO: Layene Everton de Oliveira. CARGO: Supervidora Regional MATRÍCULA: 5945909-1. ORIGEM: Paragominas/PA. DESTINO:Mãe do Rio/PA. OBJETIVO: Elaborar um diagnostico para revitalização de a UAGRO conversar com o servidor e levantar demandas quanto estrutura e variedades que ainda são procuradas por produtores. Visita técnica de acompanhamento ao viveiro de mudas de cacau do produtor em pareceria com a Ceplac e Sedap Regional Paragominas PERÍODO: 18 a 23/09/2023. Nº DE DIÁRIAS: 5½ (cinco e meia). ORDENADOR: Márcio Marcelo de Souza Trindade /Diretor Administrativo e Financeiro

PORTARIA DE DIÁRIAS Nº 814/2023 FUNDAMENTO LEGAL: Lei n° 5.810/94, Art. 145. BASE LEGAL: Decreto Estadual n° 734/1992 ORIENTAÇÃO NORMATIVA 001/AGE – PORTARIA Nº 278/2019. BENEFICIÁRIO: Maria Iranilse Brasil Dias Pinheiro CARGO: Secretária Adjunta MATRÍCULA: 5950261/2. ORIGEM: Belém/PA DESTINO: Parauapebas/PA. OBJETIVO: Acompanhar agenda do governador no municipios de Parauapebas. PERÍODO: 11 a 12/09/2023. Nº DE DIÁRIAS: 1 ½ (uma e meia). ORDENADOR: Márcio Marcelo de Souza Trindade /Diretor Administrativo e Financeiro/SEDAP

Protocolo: 984915

OUTRAS MATÉRIAS

Termo Aditivo ao Termo Para Execução Descentralizada de Crédito n° 02/2021-SEDAP
Termo aditivo: 4º
Data de assinatura: 30/06/2023.
Objeto: Prorrogação de prazo de vigência.
Vigência: 01/07/2023 até 31/12/2023.
Justificativa: Para fins de atendimento ao interesse público.
Partes: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca – SEDAP e a Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Estado do Pará – ADEPARÁ.
Ordenador: GIOVANNI CORREA QUEIROZ

Protocolo: 984872

INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ

PORTARIA

INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ - ITERPA
EXTRATO DA(S) PORTARIA(S) DE HOMOLOGAÇÃO EXPEDIDA(S) PELO ILMO. SR. PRESIDENTE DO INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ-ITERPA, NOS AUTOS DOS PROCESSOS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA ONEROSA (COMPRA) DE TERRAS, EM QUE FIGURAM COMO INTERESSADO:

PROCESSO	NOME	DENOMINAÇÃO	ÁREA	MUNICÍPIO	PORTARIA
2008/559803	LUIS FERREIRA DE MELO	FAZENDA MIRA NORTE	458,7922 ha	MARABÁ	746/2023

Belém (PA), 11/09/2023
Bruno Yoheiji Kono Ramos- Presidente

Protocolo: 984923

ATOS ADMINISTRATIVOS
EXTRATO DA PORTARIA DE HOMOLOGAÇÃO EXPEDIDA PELO ILMO. SR. PRESIDENTE DO INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ-ITERPA, NOS AUTOS DO PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NÃO ONEROSA (DOAÇÃO) DE TERRAS EM QUE FIGURA COMO INTERESSADO:

PROCESSO	NOME	DENOMINAÇÃO	ÁREA	MUNICÍPIO	PORTARIA
2021/1456388	JOAO DE OLIVEIRA FERREIRA	SÍTIO PROMESSA DE DEUS	20,5172 ha	ACARÁ	742/2023
2005/339981	MARIA DE LOURDES NASCIMENTO DO SACRAMENTO E OUTROS	SITIO MONTE ALEGRE	17,7375 ha	ACARÁ	743/2023
2014/283946	MARIA DE JESUS NAZARÉ DE MELO BELÉM	SÍTIO SANTA MARIA	1,1704 ha	MOJU	744/2023
2014/302961	MOISES SOUZA DE FARIAS	SITIO SAO JOAO	25,8178 ha	SÃO MIGUEL DO GUAMÁ	745/2023

Belém (PA), 11/09/2023
Bruno Yoheiji Kono Ramos- Presidente

Protocolo: 984774

TERMO ADITIVO A CONTRATO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO 03/2023- CONTRATO 021/2020
CONTRATANTE: INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ – ITERPA -CNPJ: 05.089.495/0001-90
CONTRATADO: EMPRESA PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS -CNPJ: 61.198.164/0001-60
ENDEREÇO: Av. Rio Branco, n° 1489, Bairro: Campo Elisios, CEP: 01.205.001- São Paulo- SP
PROCESSO: 2020/301175-PAE
OBJETO: Prorrogação de prazo contratual pelo período de 12 meses.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art.57, inciso II daLei 8.666/1993.
VIGÊNCIA: 10/09/2023 a 09/09/2024
VALOR GLOBAL: R$ 17.915,94 (dezessete mil, novecentos e quize reais e noventa e quatro centavos)
EXERCÍCIO: 2023 - Ação: 283.269; Projeto Atividade: 21.631.1497.8366;Elemento de Despesa: 339039; Fonte: 01.501/ 02.501; P.I.: 210.000.8366C
DATA ASSINATURA: 06/09/2023 – BRUNO YOHEIJI KONO RAMOS– Presidente- ITERPA

Protocolo: 984511

DIÁRIA

PORTARIA Nº 739/23 de 11/09/2023
Objetivo:Ação de Regularização Fundiária Urbana
Municipio:Castanhal/Pa
Periodo: 12/09/2023 a 11/10/2023(29,5) Diárias
Servidores:
-5723-2379/1-Eliana Nobre da Silva-Assist.Administrativo
-5558-8180/2-Jaqueline Borges Gonçalves-Técnico/DEAF
-5719-7740/1-Ruy Guilherme Ferreira de Alcantara-Motorista
Ordenador:Bruno Yoheiji Kono Ramos-Presidente

PORTARIA Nº 0740/23 de 11/09/2023
Objetivo:Ação de Regularização Fundiária Urbana
Municipio:Santa Izabel do Pará/Pa
Periodo: 13/09/2023 a 11/10/2023(28,5) Diárias
Servidores:
--5719-5917/1-Renata Guizard Queiroz de Leão-Assist.Administrativo
-5961-237/2-Adriano da Silva e Silva-Motorista
-Ordenador:Bruno Yoheiji Kono Ramos-Presidente

Protocolo: 984946

PORTARIA Nº 741/23 de 11/09/2023
Objetivo:Ação de Regularização Fundiária Urbana
Municipio:Castanhal/Pa
Periodo: 14 a 16/09/2023(2,5) Diárias
Servidores:
-5975-428/1-Claudia Yumiko Hantani Sozinho-Técnico/DAF
-5917-619/2-Felipe Teixeira Laurido- Técnico/DAF
-5940-490/2-Glenda Tainara Santos Barbosa- Técnico/DAF
-23132/1-Iranildo Vicente da Silva-Motorista
Ordenador:Bruno Yoheiji Kono Ramos-Presidente

Protocolo: 984960

PORTARIA Nº 737/23 de 11/09/2023
Objetivo:Ação de Regularização Fundiária
Municipio:São Miguel do Guamá/Pa
Periodo: 12/09/2023 a 07/10/2023(25,5) Diárias
Servidores:
-5976-010/1-Ana Caroline Damasceno da Costa- Técnico/DEAF
5975-943/1-Charls Roberts Vieira de Carvalho- Técnico/DEAF
-5721-1298/1-Francimari Colares de Oliveira Cruz-Técnico/DEAF
-5961-500/2-Maria Cristina Soares da Silva-Assistente Administrativo
-5957-270/2-Mauro Antonio Cavaleiro de Macedo Rodrigues- Técnico/DEAF
-5975-980/1-Monique Rocha Rodrigues- Técnico/DEAF
-5933272/2-Raquel Cristina Carvalho da Costa-Técnico/DEAF
-5961-666/3-Rita de Cássia Conceição Maufa-Assist.Técnico/DEAF
-3168-140/1-Rui José Carvalho de Almeida- Agrimensor
-3165515/1-Tomaz de Nazaré Sena Ferreira-Agrimensor
-5961-239/2-Antonio Carlos Bandeira Alves-Motorista

-57193374/1-Fabio Conceição Neves Gomes-Motorista
-5943-415/2-Paulo Augusto Pinheiro de Melo Junior-Motorista
Ordenador:Bruno Yoheiji Kono Ramos-Presidente

PORTARIA Nº 738/23 de 11/09/2023
Objetivo:Ação de Regularização Fundiária
Municipio: Capanema/Pa
Periodo: 12/09/2023 a 07/10/2023(25,5) Diárias
Servidores:
-5961-558/2-Adriano Anastacio Cardoso Gomes-Técnico DEAF
-5558-5968/2-Bruno de Abreu Pereira-Assistente Administrativo
-5952-117/2-Bruno Mateus Santiago da Silva- Técnico DEAF
-3166-791/1-Jorge da Silva Santos-Engenheiro
-3167-216/1-José Cleison Cohen Pereira-Agrimensor
-5961-550/2-Juscelino Gonçalves Palheta- Técnico DEAF
-5961-507/2-Luiz Fernando de Souza Nogueira- Técnico/DEAF
-3167-445/1-Pedro Henrique Cabral de Noronha Neto-Agrimensor
-5552-435/2-Raimundo Socorro Costa Almeida-Assist.Tecnico/DEAF
-5975-956/1-Wendell Fonseca Pinheiro- Técnico/DEAF
-5975-545/1-Diego Gabriel da Silva-Motorista
-5719-3369/1-Ricardo Hamilton Macedo de Albuquerque Junior-Motorista
-3168-271/1-Ubiratan da Luz-Motorista
Ordenador:Bruno Yoheiji Kono Ramos-Presidente

Protocolo: 984690

NÚCLEO DE GERENCIAMENTO DO PARÁ RURAL

CONTRATO

PREGÃO ELETRÔNICO N°08/2022
CONTRATO Nº 042/2022
Objeto: AQUISIÇÃO DE MAQUINÁRIOS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS
Valor global total R$ 1.320.000,00 (UM MILHÃO TREZENTOS E VINTE MIL REAIS)
Data de assinatura: 08/08/2023
Vigência: 08/08/2023 a 09/08/2024
Unidade Orçamentária: 28.101 – Núcleo de Gerenciamento Pará Rural
Função: 04 - Administração
Subfunção: 122 – Administração Geral
Programa: 1297 – Manutenção da Gestão
Projeto: 8338 – Operacionalização das Ações Administrativas
Natureza de Despesa: 449052
Fonte de Recurso - 6101
Contratada: TRATOMAQ TECNOLOGIA EM EQUIPAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 63.885.925/0001-87, sede com endereço na Rodovia BR 316, SN, lote 14, quadra B, bairro Parque Verde, CEP: 67200-000, Marituba-PA.
Ordenador: FELIPE COÊLHO PICANÇO
Gerente Executivo – NGPR.

Protocolo: 984726

AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO PARÁ

PORTARIA

PORTARIA Nº 3941/2023- ADEPARÁ, DE 11 DE SETEMBRO DE 2023
O DIRETOR GEAL DA AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO PARÁ-ADEPARÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 22, da Lei Estadual 6.482 de 17 de setembro de 2002.
CONSIDERANDO o PAE-E 2023/2183112, o de acordo da Diretora Geral e o que determina o Art. 49, da lei nº 5.810/94, que trata da remoção dos servidores.
R E S O L V E:
REMOVER A PEDIDO o(a) servidor(a) DIOGO GUERREIRO REALE, matrícula nº 5066034/1, ocupante do cargo de Fiscal Estadual Agropecuária, da Diretoria Administrativa Financeira/ GIAR para DDIV/Coordenação de Territórios Sustemtáveis/CTS, a contar da data de publicação.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA – SE
JEFFERSON PINTO DE OLIVEIRA
Diretor Geral, em exercício

Protocolo: 984801

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

PORTARIA Nº 3940/2023 – ADEPARÁ, DE 11 DE SETEMBRO DE 2023.
A AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO PARÁ, por meio de seu Diretor Administrativo e Financeiro, em conjunto com a Gerente da Área de Gestão de Pessoas, pelas atribuições regimentalmente conferidas pelo artigo 15, inciso VII e artigo 18, inciso XIX do Decreto Estadual nº 393 de 11 de setembro de 2003.
CONSIDERANDO o disposto no Art. 81 da Lei N° 5.810 de 24 de janeiro de 1994 e ainda os Laudos Médicos abaixo;
RESOLVE:
CONCEDER a LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, aos servidores relacionados abaixo:

Laudo	Matrícula	Nome	Dias	Licença	Período de gozo
98774	55588173	EDNA MAE LEITE SOARES	53	Saúde	04/06/2022 a 27/07/2022
3184478	6403701	FRANCISCO DE ASSIS DO O LUZ	59	Saúde	19/05/2023 a 17/07/2023

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
ELIANA BRAGA DE SOUZA
Gerente da Área de Gestão de Pessoas.
JEFFERSON PINTO DE OLIVEIRA
Diretor Administrativo e Financeiro

Protocolo: 984517

SUPRIMENTO DE FUNDO

PORTARIA DE SUPRIMENTO DE FUNDO Nº 3975/2023: BENEFICIÁRIO: RUBENS SANTOS DE MORAIS Matrícula: 5868211;Função:20Agricultura;Programa: 1297;Projeto/Atividade: 8338;Fonte: 01501;Objetivo: Realizar despesas de pronto pagamento de prestação de serviço de pessoa jurídica, para atender as demandas da ULSA de Brasil Novo/ Gerência Regional de Altamira.Elemento de Despesa/ Valor: 339039 / R$ 3.000,00;Prazo de Aplicação (em dia): 60Prazo de prestação de contas (em dia):15.Ordenador de Despesas: JEFFERSON PINTO DE OLIVEIRA.

Protocolo: 984715

DIÁRIA

Portaria: 3946/2023
Objetivo: Dar apoio na realização educação sanitária sobre Regularização do Serviço de Inspeção Artesanal de Origem Animal.Fundamento Legal: Lei 5.810/94 Art. 145/149.Origem: BELÉM/PA Destino: SALVATERRA/PA Servidor: 54185988 / ALVARO RIBAMAR CALADO LOPES (ASSISTENTE ADMINISTRATIVO) / 3,5 DIÁRIAS / 04/09/2023 a 07/09/2023.Ordenador: ADRIELE CAROLINA FRANCO CARDOSO.

Protocolo: 984539

Portaria: 3947/2023
Objetivo: Realizar educação sanitária sobre "Regularização do Serviço de Inspeção Artesanal de Origem Animal.Fundamento Legal: Lei 5.810/94 Art. 145/149.Origem: BELÉM/PA Destino: SALVATERRA/PA Servidor: 54196692 / SUMAYA EMILIA MARTINS PAULINO (MÉDICO VETERINÁRIO) / 3,5 DIÁRIAS / 04/09/2023 a 07/09/2023.Ordenador: JEFFERSON PINTO DE OLIVEIRA.

Protocolo: 984545

Portaria: 3935/2023
Objetivo: Realizar atividade de treinamento e padronização no acompanhamento de contratos, para gestão dos pagamentos de aluguéis e contratos de despesas em geral nas regionais de Abaetetuba e Concórdia do Pará.Fundamento Legal: Lei 5.810/94 Art. 145/149.Origem: BELÉM/PA Destino: ABAETETUBA, CONCÓRDIA DO PARÁ/PA Servidor: 54197071 / VANESSA DA SILVA SIDONIO (COORDENADOR (A) DO CONTROLE INTERNO) / 5,5 DIÁRIAS / 18/09/2023 a 23/09/2023.Ordenador: JEFFERSON PINTO DE OLIVEIRA.

Protocolo: 984452

Portaria: 3934/2023
Objetivo: Realizar atividade de treinamento e padronização nos procedimentos operacionais administrativos e financeiros.Fundamento Legal: Lei 5.810/94 Art. 145/149.Origem: BELÉM/PA Destino: ABAETETUBA, CONCÓRDIA DO PARÁ/PA Servidor: 97571354 / YANE EVANDRA ANDRADE FARIAS (GERENTE) / 5,5 DIÁRIAS / 18/09/2023 a 23/09/2023.Ordenador: JEFFERSON PINTO DE OLIVEIRA.

Protocolo: 984446

Portaria: 3938/2023
Objetivo: Dar apoio técnico e administrativo na atividade de regularição do rebanho extraído da tiarg.Fundamento Legal: Lei 5.810/94 Art. 145/149. Origem:BELÉM/PA Destino: CAPANEMA, CAPITÃO POÇO, GARRAFÃO DO NORTE, IRITUIA, NOVA ESPERANÇA DO PIRIÁ, PARAGOMINAS, SANTA LUZIA DO PARÁ, SÃO DOMINGOS DO CAPIM, SÃO JOÃO DE PIRABAS/PA Servidor: 5909028 / JOELIA MARIA SANTANA GUERRA (MÉDICO VETERINÁRIO) / 12,5 DIÁRIAS / 11/09/2023 a 23/09/2023.Ordenador: JEFFERSON PINTO DE OLIVEIRA.

Protocolo: 984466

Portaria: 3939/2023
Objetivo: Ministrar palestras relacionadas a Direitos e Deveres de Servidores Públicos, tirar dúvidas dos servidores e expor a realidade dos tipos de denúncias, com intuito de reduzir a demanda de Denúncias que culminam com a Instauração de Processo Administrativo Disciplinar e/ou Sindicância e a celebração de Termo de Ajustamento Disciplinar -TAD, caso venha ocorrer.Fundamento Legal: Lei 5.810/94, Art. 145/149. Origem: BELÉM/PA Destino: ACARÁ, CONCÓRDIA DO PARÁ, TAILÂNDIA, TOMÉ-AÇU/PA Servidor: 54186964 / MARIA MARGARETE MATOS DOS SANTOS (ASSISTENTE ADMINISTRATIVO) / 4,5 DIÁRIAS / 11/09/2023 a 15/09/2023.Ordenador: JEFFERSON PINTO DE OLIVEIRA.

Protocolo: 984467

Portaria: 3936/2023
Objetivo: Realizar visita aos escritórios locais com objetivo de reunir com os servidores e entregar material de expediente.Fundamento Legal: Lei 5.810/94 Art. 145/149.Origem: XINGUARA/PA Destino: CANAÃ DOS CARAJÁS, FLORESTA DO ARAGUAIA, RIO MARIA/PA Servidor: 572200106 / APOLIANA MARQUES SOBRAL (ASSISTENTE ADMINISTRATIVO) / 2,5 DIÁRIAS / 11/09/2023 a 13/09/2023.Ordenador: JEFFERSON PINTO DE OLIVEIRA.

Protocolo: 984457

Portaria 3937/2023 Objetivo Realizar levantamento Patrimonial de Inservíveis nas unidades da Gerência Regional.Fundamento Legal: Lei 5.810/94 Art. 145/149.Origem: BELÉM/PA Destino: REDENÇÃO, TUCUMÃ, XINGUARA /PA Servidor: 57223371 / CRISTIANE DA SILVA DE FIGUEIREDO (ASSISTENTE ADMINISTRATIVO) / 11,5 DIÁRIAS / 11/09/2023 a 22/09/2023. Ordenador: JEFFERSON PINTO DE OLIVEIRA.

Protocolo: 984458

Portaria: 3959/2023
Objetivo: Realizar supervisão do PNEMC, conforme o AUDIFITO 2022 para estabelecimento das recomendações do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento - MAPA.Fundamento Legal: Lei 5.810/94, Art. 145/149. Origem: SÃO JOÃO DE PIRABAS/PA Destino: BONITO, NOVA TIMBOTEUA, PEIXE-BOI, PRIMAVERA, QUATIPURU, SANTARÉM NOVO/PA Servidor: 5868424 / LEONIDAS PARRY DE CASTRO (ENGENHEIRO AGRÔNOMO) / 4,5 DIÁRIAS / 11/09/2023 a 15/09/2023.Ordenador: LUCIONILA PANTOJA PIMENTEL.

Protocolo: 984588

Portaria: 3949/2023
Objetivo: Realizar levantamento de detecção da praga quarentenária Bactrocera Carambolae (Mosca da Carambola).Fundamento Legal: Lei 5.810/94 Art. 145/149.Origem: SANTARÉM NOVO/PA Destino: BONITO, PRIMAVERA, QUATIPURU/PA Servidor: 5870283 / JOSÉ AMILTON REIS DE CARVALHO (AGENTE DE DEFESA AGROPECUÁRIA) / 2,5 DIÁRIAS / 11/09/2023 a 13/09/2023.Ordenador: LUCIONILA PANTOJA PIMENTEL.

Protocolo: 984559

Portaria: 3948/2023
Objetivo: Realizar Supervisão do PNEMC conforme o AUDFITO 2022 para estabelecimento das recomendações do Ministério da Agricultura.Fundamento Legal: Lei 5.810/94 Art. 145/149.Origem: BELÉM/PA Destino: CACHOEIRA DO ARARI, SALVATERRA, SANTA CRUZ DO ARARI, SOURE/PA Servidor: 57189753 / ROSA DE FATIMA FELIZ CAVALCANTE (ENGENHEIRO AGRÔNOMO) / 4,5 DIÁRIAS / 11/09/2023 a 15/09/2023.Ordenador: LUCIONILA PANTOJA PIMENTEL.

Protocolo: 984553

Portaria: 3955/2023
Objetivo: Realizar Supervisão do PNEMC conforme o AUDFITO 2022 para estabelecimento das recomendações do Ministério da Agricultura.Fundamento Legal: Lei 5.810/94 Art. 145/149.Origem: SANTO ANTÔNIO DO TAUÁ/PA Destino: SANTA BÁRBARA DO PARÁ, SÃO CAETANO DE ODIVELAS, VIGIA/PA Servidor: 57188614 / HELSON JOSE DA COSTA NASCIMENTO (ENGENHEIRO AGRÔNOMO) / 2,5 DIÁRIAS / 13/09/2023 a 15/09/2023. Ordenador: LUCIONILA PANTOJA PIMENTEL.

Protocolo: 984576

Portaria: 3954/2023
Objetivo: Realizar supervisão do PNEMC conforme o AUDIFITO 2022 para estabelecimento das recomendações do Ministério da Agricultura.Fundamento Legal: Lei 5.810/94, Art. 145/149. Origem: CONCÓRDIA DO PARÁ/PA Destino: ABAETETUBA, ACARÁ, BARCARENA, BUJARU/PA Servidor: 54189283 / WALDEMAR PADILHA (ENGENHEIRO AGRÔNOMO) / 3,5 DIÁRIAS / 12/09/2023 a 15/09/2023.Ordenador: LUCIONILA PANTOJA PIMENTEL.

Protocolo: 984574

Portaria: 3953/2023
Objetivo: Realizar fiscalização do uso de agrotóxicos em propriedades rurais.Fundamento Legal: Lei 5.810/94, Art. 145/149. Origem: PARAUAPEBAS/PA Destino: CURIONÓPOLIS/PA Servidor: 8606194 / VANDEILSON BELFORT MOURA (FISCAL ESTADUAL AGROPECUÁRIO) / 3,5 DIÁRIAS / 12/09/2023 a 15/09/2023.Ordenador: LUCIONILA PANTOJA PIMENTEL.

Protocolo: 984571

Portaria: 3950/2023
Objetivo: Participar de reunião para traçar parcerias em ações conjuntas. Fundamento Legal: Lei 5.810/94 Art. 145/149.Origem: BELÉM/PA Destino: TUCURUÍ/PA Servidor: 5971844 / DENILSON LUIS MOURA DA SILVA (SECRETÁRIO DA DIRETORIA) / 1,5 DIÁRIA / 05/09/2023 a 06/09/2023. Ordenador: LUCIONILA PANTOJA PIMENTEL.

Protocolo: 984563

Portaria: 3951/2023
Objetivo: Realizar vacinação agulha oficial e assistida, atendendo a campanha de vacinação contra febre aftosa. Será necessário pernoitar.Fundamento Legal: Lei 5.810/94 Art. 145/149.Origem: BREVES/PA Destino: BREVES/PA Servidor: 5975948 / CLIVIA CAROLINA MORAES DA SILVA (FISCAL ESTADUAL AGROPECUÁRIO) / 8,5 DIÁRIAS / 01/09/2023 a 09/09/2023.Ordenador: ADRIELE CAROLINA FRANCO CARDOSO.

Protocolo: 984565

Portaria: 3952/2023
Objetivo: Realizar Supervisão do PNEMC conforme o AUDFITO 2022 para estabelecimento das recomendações do Ministério da Agricultura.Fundamento Legal: Lei 5.810/94 Art. 145/149.Origem: SÃO GERALDO DO ARAGUAIA/PA Destino: BREJO GRANDE DO ARAGUAIA, PALESTINA DO PARÁ, PIÇARRA, SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA, SÃO JOÃO DO ARAGUAIA/PA Servidor: 5871042 / FÁBIO ALAN QUEIROZ CORRÊA (FEA - ENGENHEIRO AGRÔNOMO) / 4,5 DIÁRIAS / 11/09/2023 a 15/09/2023.Ordenador: LUCIONILA PANTOJA PIMENTEL.

Protocolo: 984567

Portaria: 3977/2023
Objetivo: Realizar Supervisão do PNEMC conforme o AUDFITO 2022 para estabelecimento das recomendações do Ministério da Agricultura.Fundamento Legal: Lei 5.810/94 Art. 145/149.Origem: SALVATERRA/PA Destino: CACHOEIRA DO ARARI, SALVATERRA, SANTA CRUZ DO ARARI/PA Servidor: 5861608/ IVAL NAZARENO PORTAL DA COSTA (ENGENHEIRO AGRÔNOMO) / 4,5 DIÁRIAS / 11/09/2023 a 15/09/2023.Ordenador: JEFFERSON PINTO DE OLIVEIRA.

Protocolo: 984729

Portaria: 3976/2023
Objetivo: Realizar fiscalização e supervisão do comércio de sementes e mudas, aproveitar a oportunidade para averiguar denuncia de comercialização de mudas de citros por intermédio da prática de comércio ambulante proibida por lei no estado do Pará.Fundamento Legal: Lei 5.810/94 Art. 145/149.Origem: BELÉM/PA Destino: CACHOEIRA DO PIRIÁ, SANTA LUZIA DO PARÁ, VISEU/PA Servidor: 57189772 / CLEBER EUFRASIO SAMPAIO (ENGENHEIRO AGRÔNOMO) / 2,5 DIÁRIAS / 04/09/2023 a 06/09/2023. Ordenador: LUCIONILA PANTOJA PIMENTEL.

Protocolo: 984723

COMPLEMENTAÇÃO DE DIÁRIAS: Referente a Papeleta nº 55938/2023, PORTARIA Nº 3652/2023 de 21/08/2023.

Portaria: 3974/2023
Objetivo: Participar da caravana de prevenção da moniliase.Fundamento Legal: Lei 5.810/94, Art. 145/149. Origem: BELÉM/PA Destino: ATALAIA DO NORTE, BENJAMIN CONSTANT, TABATINGA/AM Servidor: 54185730 / LUCIONILA PANTOJA PIMENTEL (DIRETOR (A) DE DEFESA E INSPEÇÃO VEGETAL) / 3 DIÁRIAS / 03/09/2023 a 05/09/2023.Ordenador: JEFFERSON PINTO DE OLIVEIRA.

Protocolo: 984682

Portaria: 3969/2023
Objetivo: Realizar Fiscalização Volante de Trânsito Agropecuário.Fundamento Legal: Lei 5.810/94 Art. 145/149.Origem: ACARÁ/PA Destino: CURRALINHO/PA Servidor: 54187139 / ENEIAS MARCELINO DE ARAUJO MARQUES (AGENTE DE DEFESA AGROPECUÁRIA) / 5,5 DIÁRIAS / 01/09/2023 a 06/09/2023.Ordenador: LUCIONILA PANTOJA PIMENTEL.

Protocolo: 984635

Portaria: 3970/2023
Objetivo: Dar apoio técnico e administrativo na atividade de regularição do rebanho extraído da tiar.Fundamento Legal: Lei 5.810/94 Art. 145/149. Origem: BELÉM/PA Destino: CAPANEMA, CAPITÃO POÇO, GARRAFÃO DO NORTE, IRITUIA, NOVA ESPERANÇA DO PIRIÁ, PARAGOMINAS, SANTA LUZIA DO PARÁ, SÃO DOMINGOS DO CAPIM, SÃO JOÃO DE PIRABAS/PA Servidor: 55588072/ NELMA JAQUELINE BRITO DA PAIXÃO (ASSISTENTE ADMINISTRATIVO) / 12,5 DIÁRIAS / 11/09/2023 a 23/09/2023.Ordenador: JEFFERSON PINTO DE OLIVEIRA.

Protocolo: 984652

Portaria: 3971/2023
Objetivo: Realizar Supervisão do PNEMC conforme o AUDIFITO 2022 para o estabelecimento das recomendações do Ministério da Agricultura.Fundamento Legal: Lei 5.810/94, Art. 145/149. Origem: CONCÓRDIA DO PARÁ/PA Destino: MOJU, TAILÂNDIA, TOMÉ-AÇU/PA Servidor: 54189283 / WALDEMAR PADILHA (ENGENHEIRO AGRÔNOMO) / 2,5 DIÁRIAS / 04/09/2023 a 06/09/2023.Ordenador: LUCIONILA PANTOJA PIMENTEL.

Protocolo: 984655

Portaria: 3972/2023
Objetivo: Dar apoio na vacinação agulha oficial e assistida contra febre aftosa em propriedades rurais do município. Será necessário pernoitar. Fundamento Legal: Lei 5.810/94 Art. 145/149.Origem: BREVES/PA Destino: BREVES/PA Servidor: 5942399 / IÊDA RODRIGUES DA SILVA (AUXILIAR DE CAMPO) / 8,5 DIÁRIAS / 01/09/2023 a 09/09/2023.Ordenador: ADRIELE CAROLINA FRANCO CARDOSO.

Protocolo: 984659

Portaria: 3973/2023
Objetivo: Participar de atividades do setor produtivo alusiva a cacauicultura e a produtos com certificados vegetal.Fundamento Legal: Lei 5.810/94 Art. 145/149.Origem: ABAETETUBA/PA Destino: CASTANHAL/PA Servidor: 5722800 / DEIZE BRITO PINTO (GERENTE) / 3,5 DIÁRIAS / 07/09/2023 a 10/09/2023.Ordenador: LUCIONILA PANTOJA PIMENTEL.

Protocolo: 984661

Portaria: 3961/2023
Objetivo: Realizar Supervisão do PNEMC conforme o AUDFITO 2022 para estabelecimento das recomendações do Ministério da Agricultura.Fundamento Legal: Lei 5.810/94, Art. 145/149. Origem: BELÉM/PA Destino: MUANÁ/PA Servidor: 54186897 / WILSON EMILIO SARAIVA DA SILVA (FEA - ENGENHEIRO AGRÔNOMO) / 2,5 DIÁRIAS / 13/09/2023 a 15/09/2023.Ordenador: LUCIONILA PANTOJA PIMENTEL.

Protocolo: 984602

Portaria: 3960/2023
Objetivo: Dar apoio em atividades para atualização de registros de cultivos agrícolas, de acordo com a lei nº 7.392/2010.Fundamento Legal: Lei 5.810/94 Art. 145/149.Origem: BUJARU/PA Destino: ACARÁ, BAIÃO, OEIRAS DO PARÁ/PA Servidor: 555893311 / RAIMUNDO FREDSON CARVALHO DOS SANTOS (AUXILIAR DE CAMPO) / 5,5 DIÁRIAS / 11/09/2023 a 16/09/2023.Ordenador: LUCIONILA PANTOJA PIMENTEL.

Protocolo: 984594

Portaria: 3964/2023
Objetivo: Conduzir o servidor Rafael Haber, com o objetivo de ir participar de reuniões técnicas com servidores contratados no PSS e supervisões das atividades realizadas.Fundamento Legal: Lei 5.810/94 Art. 145/149.Origem: BELÉM/PA Destino: ABAETETUBA, MOCAJUBA, TAILÂNDIA, TOMÉ-AÇU/PA Servidor: 57232250 / WILLIAM CÉSAR SOARES LOBATO (MOTORISTA) / 4,5 DIÁRIAS / 11/09/2023 a 15/09/2023.Ordenador: LUCIONILA PANTOJA PIMENTEL.

Protocolo: 984610

Portaria: 3962/2023
Objetivo: Realizar Levantamento de Detecção da Praga Quarentenária Bactrocera carambolae (Mosca da Carambola) Fundamento Legal: Lei 5.810/94, Art. 145/149. Origem: TUCUMÃ/PA Destino: ÁGUA AZUL DO NORTE, OURILÂNDIA DO NORTE/PA Servidor: 57223557/ DARILSON DOS SANTOS SANTOS (AGENTE DE DEFESA AGROPECUÁRIA) / 1,5 DIÁRIA / 13/09/2023 a 14/09/2023.Ordenador: LUCIONILA PANTOJA PIMENTEL

Protocolo: 984606

Portaria: 3966/2023
Objetivo: Realizar vacinação agulha oficial e assistida, atendendo a campanha de vacinação contra febre aftosa. O final de semana será utilizado para dar continuidade as atividades visando atender todas as propriedades e para o retorno até a sede do município.Fundamento Legal: Lei 5.810/94 Art. 145/149.Origem: PORTEL/PA Destino: PORTEL/PA Servidor: 54187563/ TARSO PANTOJA LOPES (AGENTE DE DEFESA AGROPECUÁRIA) / 16,5 DIÁRIAS / 04/09/2023 a 20/09/2023.Ordenador: ADRIELE CAROLINA FRANCO CARDOSO.

Protocolo: 984629

Portaria: 3967/2023
Objetivo: Realizar Fiscalização Volante de Trânsito Agropecuário.Fundamento Legal: Lei 5.810/94 Art. 145/149.Origem: OEIRAS DO PARÁ/PA Destino: CURRALINHO/PA Servidor: 57198639 / ALESSANDRO FRANCA ALFAIA (AGENTE DE DEFESA AGROPECUÁRIA) / 5,5 DIÁRIAS / 01/09/2023 a 06/09/2023.Ordenador: LUCIONILA PANTOJA PIMENTEL.

Protocolo: 984632

Portaria: 3968/2023
Objetivo: Realizar fiscalização móvel na PA-127 km 05 e BR-316 km 85.Fundamento Legal: Lei 5.810/94 Art. 145/149.Origem: SÃO FRANCISCO DO PARÁ/PA Destino: IGARAPÉ-AÇU, SÃO DOMINGOS DO CAPIM/PA Servidor: 54189087 / ROSIVALDO SANTA BRIGIDA BORGES (AGENTE FISCAL AGROPECUÁRIO) / 1,5 DIÁRIA / 30/08/2023 a 31/08/2023.Ordenador: ADRIELE CAROLINA FRANCO CARDOSO.

Protocolo: 984633

Portaria: 3965/2023
Objetivo: Dar apoio técnico e administrativo na atividade de regularização do rebanho extraído da tiarg.Fundamento Legal: Lei 5.810/94 Art. 145/149.Origem: BELÉM/PA Destino: CAPANEMA, CAPITÃO POÇO, GARRAFÃO DO NORTE, IRITUIA, NOVA ESPERANÇA DO PIRIÁ, PARAGOMINAS, SANTA LUZIA DO PARÁ, SÃO DOMINGOS DO CAPIM, SÃO JOÃO DE PIRABAS/PA Servidor: 57223642 / MAICON JOSE DE SANTANA SANTOS (AGENTE FISCAL AGROPECUÁRIA) / 12,5 DIÁRIAS / 11/09/2023 a 23/09/2023. Ordenador: JEFFERSON PINTO DE OLIVEIRA.

Protocolo: 984625

Portaria: 3963/2023
Objetivo: Realizar Levantamento de Detecção da Praga Quarentenária Bactrocera carambolae (Mosca da Carambola).Fundamento Legal: Lei 5.810/94 Art. 145/149.Origem: SANTA BÁRBARA DO PARÁ/PA Destino: ANANINDEUA, MARITUBA/PA Servidor: 54186886 / NESTOR SILVA DOS REIS (AGENTE FISCAL AGROPECUÁRIO) / 2,5 DIÁRIAS / 04/09/2023 a 06/09/2023.Ordenador: LUCIONILA PANTOJA PIMENTEL.

Protocolo: 984608

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO PARÁ

LICENÇA PRÊMIO

PORTARIA Nº0203/2023–11.09.2023
C O N C E D E R a Auxiliar de Administração, MINDALVA CARNEIRO CASSIANO, Matrícula nº 3174328/1, 30 (Trinta) dias de Licença Prêmio (3º) mês relativo ao Quinquênio: 01/09/2011 a 31/08/2016, que será gozado no período de 04/09/2023 a 03/10/2023.
LEDA ISA DA SILVA BARATA CHAVES – Coordenadora

Protocolo: 984699

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO PARÁ S/A

PORTARIA

PORTARIA N.º 127/2023
O Diretor Presidente da Centrais de Abastecimento do Pará S.A. – CEASA/PA, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Estatuto desta Empresa;
RESOLVE:
Designar a Sra. ANA LÉIA QUARESMA NEGRÃO, matrícula nº 5970050/1, ocupante do cargo de Coordenadora de Abastecimento e Comercialização para responder pelo Diretor Técnico, sem ônus para Administração Pública, por motivo de viagem, no período de 13 a 17 de Setembro de 2023.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se, em 11 de Setembro de 2023.
RAIMUNDO JOSÉ PINHEIRO DOS SANTOS JÚNIOR
DIRETOR PRESIDENTE DA CEASA/PA

Protocolo: 984547

PORTARIA N.º 128/2023
O Diretor Presidente da Centrais de Abastecimento do Pará S.A. – CEASA/PA, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Estatuto desta Empresa;
RESOLVE:
Designar a Sra. NOEMIA REGINA FERREIRA DOS SANTOS, matrícula nº 5921300/2, ocupante do cargo de Chefe da Divisão de Documentação, Material e Patrimônio para responder pelo Coordenador Administrativo, sem ônus para Administração Pública, por motivo de viagem, no período de 13 a 17 de Setembro de 2023.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se, em 11 de Setembro de 2023.
RAIMUNDO JOSÉ PINHEIRO DOS SANTOS JÚNIOR
DIRETOR PRESIDENTE DA CEASA/PA

Protocolo: 984549

PORTARIA N.º 129/2023
O Diretor Presidente da Centrais de Abastecimento do Pará S.A. – CEASA/PA, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Estatuto desta Empresa;
RESOLVE:
Designar a Sra. VERA DE FÁTIMA CABRAL PAIVA, matrícula nº 7007035/1, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo para responder pelo Chefe da Divisão da Tecnologia da Informação, sem ônus para Administração Pública, por motivo de viagem, no período de 13 a 17 de Setembro de 2023.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se, em 11 de Setembro de 2023.
RAIMUNDO JOSÉ PINHEIRO DOS SANTOS JÚNIOR
DIRETOR PRESIDENTE DA CEASA/PA

Protocolo: 984550

LICENÇA PRÊMIO

PORTARIA N.º 125/2023
O Diretor Presidente da Centrais de Abastecimento do Pará S.A. – CEASA/PA, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Estatuto desta Empresa; e
CONSIDERANDO o Processo nº 2023/959670
RESOLVE:
CONCEDER ao servidor MANUEL ALDEMIR ALVES DE AZEVEDO, matrícula nº 7009810/1, ocupante do cargo de Agente de Nível Médio, admitido em 14/04/1977, 30 (trinta) dias de LICENÇA PRÊMIO no período de 02/10/2023 a 31/10/2023 referente ao quinquênio 2013 a 2017.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se, em 11 de Setembro de 2023.
RAIMUNDO JOSÉ PINHEIRO DOS SANTOS JÚNIOR
Diretor – Presidente
CEASA/PA

Protocolo: 984540

PORTARIA N.º 124/2023
O Diretor Presidente da Centrais de Abastecimento do Pará S.A. – CEASA/PA, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Estatuto desta Empresa; e
CONSIDERANDO o Processo nº 2023/946639
RESOLVE:
1. CONCEDER ao servidor CARLOS LOPES VALENTE, matrícula nº 7007841/1, ocupante do cargo de Agente de Nível Superior, admitido em 10/06/1986, 30 (trinta) dias de LICENÇA PRÊMIO no período de 01/09/2023 a 30/09/2023 referente ao quinquênio 2017 a 2021.
2. Os efeitos desta Portaria retroagirão a 01/09/2023.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se, em 11 de Setembro de 2023.
RAIMUNDO JOSÉ PINHEIRO DOS SANTOS JÚNIOR
Diretor – Presidente
CEASA/PA

Protocolo: 984536

DIÁRIA

PORTARIA N.º 126/2023
O Diretor Presidente da Centrais de Abastecimento do Pará S. A. - CEASA/PA, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Estatuto desta Empresa; e
CONSIDERANDO os Processos nº 2023/983828 e nº 2023/979209.
RESOLVE:
Conceder de acordo com as bases legais vigentes, 4 (quatro) e 1/2 (meia) diárias ao Sr. Denivaldo Dias Pinheiro – Diretor Técnico, ao Sr. Bruno das Chagas Freire – Coordenador Administrativo e o Sr. César Roberto Oliveira Dias Júnior – Chefe da Divisão de Tecnologia da Informação, que realizarão uma visita técnica na CEASA/RJ, com a finalidade de conhecer o sistema de controle de entrada de cargas, abastecimento e comercialização, assim como, no Mercado Central do Rio de Janeiro para conhecer o sistema de comercialização e logística do Mercado de Produtores, no período de 13 a 17/09/2023, na Cidade do Rio de Janeiro/RJ.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se em 11 de Setembro de 2023.
RAIMUNDO JOSÉ PINHEIRO DOS SANTOS JÚNIOR
Diretor Presidente
CEASA/PA

Protocolo: 984543

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

PORTARIA

PORTARIA CONJUNTA SEMAS E IDEFLOR-BIO Nº 1.943, DE 06 DE SETEMBRO DE 2023

Institui Grupo de trabalho para avaliação das proposições encaminhadas, por meio de Consulta Pública, sobre o Anteprojeto de Lei que institui a Política Estadual de Unidades de Conservação da Natureza (PEUC) e dispõe sobre o Sistema Estadual de Unidades de Conservação da Natureza (SEUC).

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE DO PARÁ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 138, parágrafo único, inciso II, da Constituição Estadual e o PRESIDENTE DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL E DA BIODIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ, no uso da atribuição conferida no art. 2º, II, da Lei Estadual nº 6.963, de 16 de abril de 2007 e considerando as informações constantes nos Processos Administrativos Estaduais nos. 2023/906027 e 2023/1025813,

RESOLVEM:

Art. 1º Instituir Grupo de trabalho para avaliação das proposições encaminhadas, por meio de Consulta Pública, sobre o Anteprojeto de Lei que institui a Política Estadual de Unidades de Conservação da Natureza (PEUC) e dispõe sobre o Sistema Estadual de Unidades de Conservação da Natureza (SEUC), denominado GT – PEUC/SEUC.

Parágrafo único. O Grupo de Trabalho tem por finalidade avaliar as propostas normativas e sugestões e, caso necessário, consolidá-las na minuta do Anteprojeto de Lei que institui a Política Estadual de Unidades de Conservação da Natureza (PEUC) e dispõe sobre o Sistema Estadual de Unidades de Conservação da Natureza (SEUC).

Art. 2º Ficam nomeados para compor o Grupo de Trabalho os seguintes representantes da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS) e do Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Pará (IDEFLOR-Bio):

I – Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS):

a) Ana Natalia Barbosa Silva Fernandes, matrícula nº 5943184-2;

b) Andressa Dourado Rodrigues Solano de Carvalho, matrícula nº 5914607/2;

c) Fátima Cristina Marques Ferreira, matrícula nº 57175420/1;

d) Fabrício Drago Pinho Júnior, matrícula nº 5914853-2;

e) Maria de Nazaré Bentes de Lima, matrícula nº 57197213;

f) Rebeca de Fátima Monteiro Oliveira Reitz, matrícula nº 57188118/2; e

g) Tátilla Brito Pamplona, matrícula nº 54196707.

II – Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Pará (IDEFLOR-Bio):

a) Benilson Mauro de Souza Costa, matrícula nº 5902553-2;

b) Crisomar Raimundo da Silva Lobato, matrícula nº 3253570;

c) Elen Mesquita de Moura do Nascimento, matrícula nº 590300-1;

d) Júlio César Meyer Júnior, matrícula nº 57175460-1; e

e) Thiago Valente Novaes, matrícula nº 57194424-3.

Art. 3º Compete ao GT-PEUC/SEUC:

I - Avaliar as propostas e sugestões enviadas por meio da Consulta Pública ao Anteprojeto de Lei;

II – produzir documento de consolidação das manifestações;

III - editar minuta do Anteprojeto de Lei com as propostas e sugestões aprovadas pelo GT;

IV – realizar estudos e pesquisas referentes a matéria normativa e as propostas e sugestões enviadas; e

V- elaborar um relatório final sobre o resultado da consulta pública e apresentar a minuta do Anteprojeto de Lei consolidado.

Art. 4º O GT-PEUC/SEUC será coordenado de forma conjunta pela Consultora Jurídica, Rebeca de Fátima Monteiro Oliveira Reitz, representante da SEMAS e, pela Procuradora Autárquica, Elen Mesquita de Moura do Nascimento, representante do IDEFLOR-Bio, a quem compete:

I - definir o cronograma de trabalho;

II - designar datas para realização de reuniões; e

III - elaborar um relatório sintetizado sobre o produto final do GT, com a minuta do Anteprojeto de Lei, de que trata o art. 1º desta Portaria.

Art. 5º As reuniões do Grupo de Trabalho poderão ser realizadas por videoconferência e serão convocadas, com antecedência, por meio do correio eletrônico institucional, ou outro meio que garanta celeridade e eficiência para realização do ato.

Parágrafo único. Poderão ser convidados a participar das reuniões, representantes de órgãos e entidades públicas e privadas, bem como profissionais e especialistas ligados ao tema, que possam contribuir para o cumprimento da competência do Grupo de Trabalho.

Art. 6º O Grupo de Trabalho terá o prazo de vigência de 60 (sessenta) dias úteis, contados a partir da publicação desta Portaria.

Parágrafo único. A alteração da composição dos membros do Grupo de Trabalho ou do seu prazo de vigência deverá ser devidamente justificada e realizada, por meio de ato formal, dos titulares da SEMAS e do IDEFLOR-BIO, devidamente publicada pela SEMAS.

Art. 7º A participação dos membros do GT - PEUC/SEUC é considerada serviço público de natureza relevante, não remunerada.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Belém/PA, 06 de Setembro de 2023.

JOSÉ MAURO DE LIMA O' DE ALMEIDA

Secretário de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade

NILSON PINTO DE OLIVEIRA

Presidente do Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará

Protocolo: 984497

PORTARIA Nº 1935/2023 - GAB/SEMAS

A Secretária Adjunta de Gestão Administrativa e Tecnologias, de acordo com o Decreto de 31 de março de 2023, publicado no DOE nº 35.349 do dia 03 de abril de 2023; no uso das suas atribuições que lhe são conferidas de acordo com as Portarias nº 733 de 24 de abril de 2023 e nº 734 de 24 de abril de 2023, publicadas no DOE nº 34.376 do dia 26 de abril de 2023; CONSIDERANDO os termos do Processo nº 2023/950159 e o teor do Memorando nº 30/2023 GEMUC-SEMAS;

RESOLVE:

I – Autorizar viagem e deslocamento, das servidoras ANDRELINA MARIA RIBEIRO SERRÃO, Matrícula n° 5890125/ 3, CINTHIA FONSECA COELHO DA COSTA, Matrícula n° 57192269/ 6, MICHELLE DE MELO LIMA, Matrícula n° 5898328/ 4, ocupantes dos cargos de Técnico em Gestão de Meio Ambiente e a Colaboradora Eventual ANA CLÁUDIA QUEIROZ MARTINS, com o objetivo de Participar de reunião com as instituições parceiras: Secretarias de Meio Ambiente Municipal, Secretarias de Agricultura Municipal e EMATER, referente a implementação do Programa Territórios Sustentáveis na região do Marajó, nos municípios de Breves/PA, Portel/PA e Melgaço/PA, no período de 11/09/2023 à 16/09/2023, sem ônus para a SEMAS.

Belém, 06 de Setembro de 2023.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

LÍLIA MÁRCIA RAMOS REIS

Secretária Adjunta de Gestão Administrativa e Tecnologias

Protocolo: 983875

PORTARIA Nº 1938 DE 06 DE SETEMBRO DE 2023.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 138, da constituição do Estado do Pará;

CONSIDERANDO o Decreto s/nº de 14 de janeiro de 2019, publicada no Diário Oficial nº 33781, de 15 de janeiro de 2019; e

CONSIDERANDO as operações Amazônia Viva e Curupira;

R E S O L V E:

ELOGIAR os servidores abaixo relacionados, pelo desempenho na realização das Operações Amazônia Viva e Curupira, realizadas em regiões do estado do Pará.

Servidor	Matrícula	Cargo
ADRIELE RACHOR TAGLIEBER	5954923/ 1	TEC. EM GESTAO DE MEIO AMBIENTE
ALEXANDRE NAHUM SANTOS	5954917/ 1	TEC. EM GESTAO DE MEIO AMBIENTE
ALVARO DE CASTRO PACHECO JUNIOR	5936342/ 2	TEC. EM GESTAO DE MEIO AMBIENTE
AMANDA DA COSTA MOURA	5954974/ 1	TEC. EM GESTAO DE MEIO AMBIENTE
ANA PAULA MAGNO DO AMARAL	5955008/ 1	TEC. EM GESTAO DE MEIO AMBIENTE
ANA CARLA SOUZA PEREIRA	5938542/ 2	TEC. EM GESTAO DE MEIO AMBIENTE
ANA PAULA RIBEIRO MEDEIROS	5959964/ 1	TEC. EM GESTAO DE MEIO AMBIENTE
ANDREIA LUCIANA MARTINS SALDANHA	5954901/ 1	TEC. EM GESTAO DE MEIO AMBIENTE
ANTONIO RENAN SALES DE CASTRO	5954906/ 2	TEC. EM GESTAO DE MEIO AMBIENTE
BRUNA STEFANNY DAS NEVES DE SOUSA	5959982/ 1	TEC. EM GESTAO DE MEIO AMBIENTE
CAIO CEZAR FERREIRA DE SOUZA	5922445/ 2	TEC. EM GESTAO DE MEIO AMBIENTE
CAMILA DUANE CORREA GAIA	5976268/1	TEC. EM GESTAO DE MEIO AMBIENTE
CARLA VANESSA BORGES CASTRO	5959634/ 1	TEC. EM GESTAO DE MEIO AMBIENTE
CARLA TATIANI DO CARMO PEREIRA	55587537/ 1	TEC. EM GESTAO DE MEIO AMBIENTE
CECILIA HERNANDEZ OCHOA COUTINHO	57175629/ 1	TEC. EM GESTAO DE MEIO AMBIENTE
CESAR PLATON MAIA	57175209/ 1	TEC. EM GESTAO DE INFRA-ESTRUTURA
CLEIA ALMEIDA OLIVEIRA	5959980/ 1	TEC. EM GESTAO DE MEIO AMBIENTE
CRISTIANE DO SOCORRO RAMOS	5927720/ 2	TEC. EM GESTAO DE MEIO AMBIENTE
CHARLES BENEDITO GEMAQUE SOUZA	55590091/ 4	TEC. EM GESTAO DE MEIO AMBIENTE
DANDARA BECHARA RESQUE	5970258/ 1	TEC. EM GESTAO DE MEIO AMBIENTE
DENIS DE PINHO SOUSA	5954902/ 1	TEC. EM GESTAO DE MEIO AMBIENTE
DENILCE DA SILVA OLIVEIRA	5954932/ 1	TEC. EM GESTAO DE MEIO AMBIENTE
DESIREE ANTEIA JASTES FERNANDES	5938505/ 2	TEC. EM GESTAO DE MEIO AMBIENTE
DEYSE JACQUELINE DA PAIXAO MALCHER	5954905/ 1	TEC. EM GESTAO DE MEIO AMBIENTE
ERIKA LUIZA SOUZA DE ARAUJO	8001313/ 2	TEC. EM GESTAO DE MEIO AMBIENTE
ELVES MARCELO BARRETO PEREIRA	57203213/ 2	TEC. EM GESTAO DE MEIO AMBIENTE
FABIO BENTES PINHEIRO	5954940/ 1	TEC. EM GESTAO DE MEIO AMBIENTE
FABIO ROBERTO DOS REIS MONTEIRO	8002811/3	TEC. EM GESTAO DE MEIO AMBIENTE
FERNANDA DE CARVALHO BARROS	5964907/ 1	TEC. EM GESTAO DE MEIO AMBIENTE
FELIPE MELO DA COSTA	5961663/ 2	TEC. EM GESTAO DE MEIO AMBIENTE
FIAMMA BUCHINGER ALVES	5954941/ 1	TEC. EM GESTAO DE MEIO AMBIENTE
GILBERTO DA CRUZ E SILVA FILHO	5970461/ 1	TEC. EM GESTAO DE MEIO AMBIENTE
GLEYCE KELLY DE SOUSA RAMOS	57231559/ 2	TEC. EM GESTAO DE MEIO AMBIENTE
HELLEM CRISTINA TEIXEIRA RODRIGUES	5949243/ 2	TEC. EM GESTAO DE MEIO AMBIENTE
HELLEN KRISNA DA SILVA RIOS	5954909/ 1	TEC. EM GESTAO DE MEIO AMBIENTE
HUGO LOPES TEIXEIRA	5918157/ 3	TEC. EM GESTAO DE MEIO AMBIENTE
IGOR PEREIRA DINIZ	5926565/ 2	TEC. EM GESTAO DE MEIO AMBIENTE
JEFFERSON BRUNO CARVALHO SOARES	5962047/ 2	TEC. EM GESTAO DE MEIO AMBIENTE
JEFFERSON SALVADOR LIMA PADILHA DA SILVA	73504298/ 3	TEC. EM GESTAO DE MEIO AMBIENTE
JESSICA NEGRAO RAMOS	5903166/ 3	TEC. EM GESTAO DE MEIO AMBIENTE
JOSE CARLOS SILVA TEIXEIRA	5954946/ 1	TEC. EM GESTAO DE MEIO AMBIENTE
JOSE GOMES DE MELO JUNIOR	5959969/ 1	TEC. EM GESTAO DE MEIO AMBIENTE
JOSE RENAN DA SILVA BATISTA	8400877/ 2	TEC. EM GESTAO DE MEIO AMBIENTE
KARLA KAROLINE LEITE DO ROSARIO	5953252/ 1	TEC. EM GESTAO DE MEIO AMBIENTE
KEILA SANDRA LIMA TEIXEIRA MONTEIRO	55587536/ 1	TEC. EM GESTAO DE MEIO AMBIENTE
KELLY DA CONCEICAO SANTOS LAGO	5961667/ 2	TEC. EM GESTAO DE MEIO AMBIENTE
LAYANE DE SOUZA VIEIRA	5949811/ 2	TEC. EM GESTAO DE MEIO AMBIENTE
LEILA CRISTINA D OLIVEIRA COSTA REINOSO	5955136/ 1	TEC. EM GESTAO DE MEIO AMBIENTE

LILIAN PAULA ALMEIDA DA SILVA	6330953/ 2	TEC. EM GESTAO DE MEIO AMBIENTE
LUAN FELIPE FEITOSA DA SILVA	5914957/ 3	TEC. EM GESTAO DE MEIO AMBIENTE
LUCAS DOS SANTOS ALVES	5953145/ 2	TEC. EM GESTAO DE MEIO AMBIENTE
LYEGE VIEIRA DA CONCEICAO	5954900/ 1	TEC. EM GESTAO DE MEIO AMBIENTE
MARCELO AWADE	5976267/1	TEC. EM GESTAO DE MEIO AMBIENTE
MARCIO RODRIGUES PINHEIRO	5865182/ 3	TEC. EM GESTAO DE MEIO AMBIENTE
MARIA EDUARDA DE ALMEIDA SILVA	5954356/ 2	TEC. EM GESTAO DE MEIO AMBIENTE
MARIA ODILENE MIRANDA DO CARMO	5954937/ 1	TEC. EM GESTAO DE MEIO AMBIENTE
MAYARA SOARES CAMPOS	5955003/ 2	TEC. EM GESTAO DE MEIO AMBIENTE
MOEMA LUISE DE JESUS SALDANHA	57215617/ 1	TEC. EM GESTAO DE MEIO AMBIENTE
MONIQUE BEZERRA NASCIMENTO	5959636/ 1	TEC. EM GESTAO DE MEIO AMBIENTE
NATALIA RIBEIRO BASSI	5954914/ 1	TEC. EM GESTAO DE MEIO AMBIENTE
PATRICK DINIZ ALVES QUINTELA	5888396/ 2	TEC. EM GESTAO DE MEIO AMBIENTE
PETERSON SILVA DE SOUSA	5953423/2	TEC. EM GESTAO DE MEIO AMBIENTE
RAFAELLE DA SILVA NEGRAO	5965819/ 1	TEC. EM GESTAO DE MEIO AMBIENTE
RAISSA DA SILVA LOPES	5903180/ 2	TEC. EM GESTAO DE MEIO AMBIENTE
RONALD WHENDERSON RIBEIRO DA COSTA	5954904/ 1	TEC. EM GESTAO DE MEIO AMBIENTE
SUELLEN DAMASCENO WANZELER CAVALCANTE	5935462/ 2	TEC. EM GESTAO DE MEIO AMBIENTE
TAIS CAROLINA DE OLIVEIRA ALCANTARA	5970474/ 1	TEC. EM GESTAO DE MEIO AMBIENTE
THALES DE SOUZA GARCIA	5955181/ 1	TEC. EM GESTAO DE MEIO AMBIENTE
THIESSA TAMILLA DE CARVALHO SANTANA	5959976/ 1	TEC. EM GESTAO DE MEIO AMBIENTE
VERENA LUCIA CORREA GEMAQUE	5954930/ 1	TEC. EM GESTAO DE MEIO AMBIENTE
VERENA DE NAZARE DE OLIVEIRA REIS	55209193/ 1	TEC. EM GESTAO DE MEIO AMBIENTE
VITOR ABNER BORGES DUTRA	5922441/ 3	TEC. EM GESTAO DE MEIO AMBIENTE
WILSON LOBATO MONTEIRO JUNIOR	7565492/ 2	TEC. EM GESTAO DE MEIO AMBIENTE
WILSON JOSE DIAS DE OLIVEIRA	57192279/ 3	TEC. EM GESTAO DE MEIO AMBIENTE
YASMIM DE ANDRADE RAMOS	5954910/ 2	TEC. EM GESTAO DE MEIO AMBIENTE

Belém, 06 de setembro de 2023.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
JOSÉ MAURO DE LIMA O'DE ALMEIDA
SECRETÁRIO DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE – SEMAS

Protocolo: 984802

PORTARIA Nº 1939 DE 06 DE SETEMBRO DE 2023.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 138, da constituição do Estado do Pará;
CONSIDERANDO o Decreto s/nº de 14 de janeiro de 2019, publicada no Diário Oficial nº 33781, de 15 de janeiro de 2019; e
CONSIDERANDO as operações Amazônia Viva e Curupira;
R E S O L V E:
ELOGIAR os servidores abaixo relacionados, pela coordenação na realização das Operações Amazônia Viva e Curupira, realizadas em regiões do estado do Pará.

Servidor	Matrícula	Cargo
ANDERSON TAVARES DO CARMO	80845771/3	GERENTE
ANDREA DOS SANTOS COELHO	57194469/ 2	ASSESSOR
ADRIELLE BAIA RODRIGUES	57230542/4	COORDENADOR
EDKEYSE DIAS GONCALVES	5936223/ 2	ASSESSOR
GUSTAVO AIRES SARMANHO	5954934/ 2	GERENTE
JAKELINE DA SILVA VIANA	5914604/ 3	COORDENADOR
TOBIAS BRANCHER	57234497/ 1	DIRETOR DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL
VICTOR MANFRINI CORREA BRAGA	57192651/ 1	ASSESSOR ESPECIAL DE INTELIGÊNCIA E SEGURANÇA CORPORATIVA

Belém, 06 de setembro de 2023.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
JOSÉ MAURO DE LIMA O'DE ALMEIDA
SECRETÁRIO DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE – SEMAS

Protocolo: 984807

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2023
PROCESSO ADMINISTRATINO nº 2023/379414

Objeto: Aquisição de equipamentos de informática (workstations), para atender as necessidades internas desta Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade.
Entrega do Edital, disponível a partir do dia 12.09.2023: https://www.gov.br/compras/pt-br; www.semas.pa.gov.br; www.compraspara.pa.gov.br
Local de Abertura: www.gov.br/compras/pt-br
Data de Abertura: 22/09/2023 às 9h (horário de Brasília)
Belém, 11 de setembro de 2023
AZIEL MORAES DA LUZ
PREGOEIRO OFICIAL - SEMAS/PA

Protocolo: 984590

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
COTAÇÃO ELETRÔNICA N° 008/2023-SEMAS

Considerando a tramitação do Processo nº 2023/712870 e depois de constatada a regularidade dos atos procedimentais Eu, Lília Marcia Ramos Reis, ADJUDICO E HOMOLOGO o resultado da Cotação Eletrônica nº 008/2023 - SEMAS, cujo objeto é a aquisição de álcool em gel 70% INPM, com ação antisséptica, com eliminação de 99,9% das bactérias, com bico dosador e válvula antivazamento, com 500 ml, para atender a demanda da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará, tendo como vencedora do certame a empresa abaixo discriminada:
EMPRESA: EDER JUNIOR G. LOPES
CNPJ: 15.579.052/0001-31
Valor total: R$ 6.100,00 (Seis mil e cem reais).
Belém/PA, 06 de setembro de 2023.
LÍLIA MARCIA RAMOS REIS
Homologadora do Sistema de Cotação Eletrônica
SEMAS/PA

Protocolo: 984437

DIÁRIA

PORTARIA Nº 1936/2023 - GAB/SEMAS 06 DE SETEMBRO DE 2023.
Objetivo: Conduzir veículo oficial.
Fundamento Legal: Art.145 da Lei 5.810, de 24.01.1994.
Origem: Belém/PA.
Destino: Breves/PA, Portel/PA e Melgaço/PA.
Período: 11/09 à 16/09/2023 – 05 e ½ diárias.
Servidor:
– 5654831/ 1 – EVANDRO DE SOUZA PAES BARRETO – (Motorista)
ORDENADOR: LÍLIA MÁRCIA RAMOS REIS/Secretária Adjunta de Gestão Administrativa e Tecnologias.

Protocolo: 983877

PORTARIA Nº 1798/2023 - GAB/SEMAS 23 DE AGOSTO DE 2023.
Objetivo: Realizar ação de fiscalização relativa à pesca predatória no Rio Guamá.
Fundamento Legal: Art.145 da Lei 5.810, de 24.01.1994.
Origem: Belém/PA
Destino: Ourém/PA
Período: 28/08 a 02/09/2023 – 05 e ½ diárias
Servidores:
-57215617/1 – MOEMA LUISE DE JESUS SALDANHA – (
Técnico em Gestão de Meio Ambiente)
-57215366/1 – FRANCYLLA MILHOMENS NOGUEIRA MACIEL –
(Técnico em Gestão de Meio Ambiente)
-5654815-1 – JOÃO MARTINHO CONDE ALEIXO – (Motorista)
ORDENADOR: LÍLIA MÁRCIA RAMOS REIS/Secretária Adjunta de Gestão Administrativa e Tecnologias.

Protocolo: 977512

PORTARIA Nº 1819/2023 - GAB/SEMAS 24 DE AGOSTO DE 2023.
Objetivo: Realizar Capacitação em Educação Ambiental.
Fundamento Legal: Art.145 da Lei 5.810, de 24.01.1994.
Origem: Belém/PA
Destino: Magalhães Barata/PA
Período: 17/09 a 23/09/2023 – 06 e ½ diárias
Servidores:
-54180297/2 – ALESSANDRA DE AZEVEDO RODRIGUES DA SILVA –
(Técnico em Gestão Pública)
-5963827/1 – ADRIELE DE FÁTIMA DE LIMA BARBOSA –
(Técnico em gestão de meio ambiente)
-3205193-1 – ALBERTO LUIZ TEIXEIRA DA SILVA –
(Técnico em gestão de meio ambiente)
-57194236/1 – MICHEL ROBSON DE SOUZA NAZARÉ – (Motorista)
ORDENADOR: LÍLIA MÁRCIA RAMOS REIS/Secretária Adjunta de Gestão Administrativa e Tecnologias.

Protocolo: 978053

PORTARIA Nº 1933/2023 - GAB/SEMAS 06 DE SETEMBRO DE 2023.
Objetivo: Acompanhar e assessorar o Secretário titular desta Semas e realizar cobertura jornalística da Comitiva do Governo no Evento BRASIL CLIMATE SUMMIT 2023.
Fundamento Legal: Art.145 da Lei 5.810, de 24.01.1994.
Origem: Belém/PA.
Destino: New York–EUA.
Período: 11/09 à 25/09/2023 – 14 e ½ diárias.
Servidor:
– 5941053/3 – IGOR PATRICK SOUZA DO NASCIMENTO – (Coordenador)
ORDENADOR: LÍLIA MÁRCIA RAMOS REIS/Secretária Adjunta de Gestão Administrativa e Tecnologias.

Protocolo: 983673

PORTARIA Nº 1934/2023 - GAB/SEMAS 06 DE SETEMBRO DE 2023.
Objetivo: Realizar vistoria técnica ao sítio volta grande - projeto de pesquisa mineral com lavra experimental de manganês.
Fundamento Legal: Art.145 da Lei 5.810, de 24.01.1994.
Origem: Marabá/PA.
Destino: Zona Rural De Marabá/PA.
Período: 14/09 a 15/09/2023 – 01 e ½ diária.
Servidores:
5956727/ 2- FLAVIO ROBSON DIAS SEMBLANO

(Técnico Em Gestão De Meio Ambiente)
5953115/ 1- THAMIRES MENDES COELHO FERREIRA
(Técnica Em Gestão De Meio Ambiente)
5954979/ 1- PABLO FERNANDES BOTELHO
(Técnico Em Gestão De Meio Ambiente)
ORDENADOR: LÍLIA MÁRCIA RAMOS REIS
/Secretária Adjunta de Gestão Administrativa e Tecnologias.

Protocolo: 983694

PORTARIA Nº 1949/2023 - GAB/SEMAS 11 DE SETEMBRO DE 2023.
Objetivo: Realizar destinação de animais silvestres oriundos de entrega voluntária que está na SEMAS BOSQUE para o Mantenedouro de Fauna Silvestre Paricuiã.
Fundamento Legal: Art.145 da Lei 5.810, de 24.01.1994.
Origem: Belém/PA.
Destino: Terra Alta/PA.
Período: 06/09/2023 – ½ diária.
Servidores:
5976267/ 1- MARCELO AWADE (Técnico Em Gestão De Meio Ambiente)
5975210/ 1- LEANDRO MACIEL FREITAS
(Técnico Em Gestão De Meio Ambiente)
ORDENADOR: Rildo Antônio Marçal Caldas/Secretário Adjunto De Gestão Administrativa E Tecnologias, Em Exercício.

Protocolo: 984492

PORTARIA Nº 1955/2023 - GAB/SEMAS 11 DE SETEMBRO DE 2023.
Objetivo: Participar do I Workshop sobre "Criação, Manejo, Comércio e Transporte de Abelhas sem Ferrão Nativas".
Fundamento Legal: Art.145 da Lei 5.810, de 24.01.1994.
Origem: Belém/PA.
Destino: Santarém e Belterra/PA.
Período: 11/09 a 14/09/2023 – 03 e ½ diárias.
Servidor:
57215619/ 1- RAFAEL MARTINS DA SILVA CRUZ (Diretor)
ORDENADOR: Rildo Antônio Marçal Caldas/Secretário Adjunto De Gestão Administrativa E Tecnologias, Em Exercício.

Protocolo: 984589

NORMA

INSTRUÇÃO NORMATIVA SEMAS Nº 03, DE 06 DE SETEMBRO DE 2023
Disciplina os procedimentos para obtenção de certidão relativa a processo administrativo infracional e de declaração relativa à tramitação processual, no âmbito da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade.
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 138, parágrafo único, inciso II, da Constituição do Estado do Pará, e tendo em vista o disposto nos incisos XXXIII e XXXIV, alínea "b", do artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, na Lei nº 9.051, de 18 de maio de 1995, na Lei Estadual nº 6.166, de 4 de dezembro de 1998, e na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e considerando as informações constantes no Processo Administrativo Eletrônico nº 2022/644374,
RESOLVE:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Disciplinar os procedimentos para obtenção de certidão relativa a processo administrativo infracional e de declaração relativa à tramitação processual, no âmbito da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS).
Art. 2º O pedido de certidão ou de declaração, de que trata esta Instrução Normativa, poderá ser feito por pessoa natural ou jurídica e por representante legal constituído, conforme modelo padrão disponibilizado no sítio eletrônico da SEMAS, na rede mundial de computadores.
Parágrafo único. O prazo para a expedição de certidão e de declaração será de até 15 (quinze) dias úteis, a contar da data de protocolo do requerimento.
Art.3º O pedido de certidão deverá ser formalizado no setor de protocolo e atendimento da SEMAS ou por endereço de correio eletrônico, enquanto não houver sistema para a solicitação e/ou expedição de forma eletrônica.

CAPÍTULO II
MODALIDADES DE CERTIDÃO E DECLARAÇÃO DE TRÂMITE
Seção I
Certidão

Art. 4º A certidão relativa a processo administrativo infracional será expedida de acordo com a situação constatada, nas seguintes modalidades:
I – Certidão Negativa:
a) quando não for constatada a existência de processo administrativo infracional em nome do requerente; e
b) quando o processo administrativo infracional já está arquivado ou com trânsito em julgado.
II – Certidão Positiva com Efeitos Negativos: quando constatada a existência de processo administrativo infracional em nome do requerente e cujos os efeitos jurídicos das sanções ou obrigações impostas encontram-se suspensos ou o processo não tenha sido finalizado, não havendo decisão administrativa transitada em julgado.
III – Certidão Positiva: quando constatada a existência de processo administrativo infracional já concluído em nome do requerente, nas seguintes hipóteses:
a) em fase inicial, sem parecer jurídico exarado;
b) julgado no Conselho Estadual de Meio Ambiente (COEMA) ou no Tribunal de Recursos Administrativos (TRA);
c) julgado à revelia da parte devidamente autuada; e
d) encaminhado para inscrição em dívida ativa.
§ 1º A certidão negativa terá o prazo de validade de 60 (sessenta) dias, a contar da data de expedição.
§ 2º A Certidão Positiva e a Certidão Positiva com Efeitos Negativos terão o prazo de validade de 30 (trinta) dias, a contar da data de expedição, observada as seguintes ressalvas:
I - o prazo de validade de certidão cujo débito for objeto de impugnação ou recurso em instância administrativa é limitado ao trigésimo dia da data da ciência da decisão relativa à impugnação ou ao recurso; e
II - o prazo de validade da certidão cujo débito for objeto de parcelamento é limitado à data do último recolhimento, se interrompido o pagamento.

Seção II
Declaração de trâmite

Art. 5º O interessado poderá solicitar, via protocolo, uma Declaração de Trâmite Processual, quando a informação não estiver disponível ou atualizada no sistema.
§ 1º A Declaração deverá indicar:
I - pendência de ordem técnica ou documental, quando houver; e
II – tempestividade, ou não, dos pedidos de licença, autorização ou de renovação.

Seção III
Assinatura e entrega

Art. 6º A Certidão e a Declaração, de que trata esta Instrução Normativa, será assinada pela chefia do setor de protocolo e atendimento.
Art. 7º O recebimento da Certidão Positiva, da Certidão Positiva com efeitos negativos ou da Declaração de Tramitação pelo interessado, servirá como notificação para ciência de processo administrativo infracional e de licenciamento ambiental.
§1º O recebimento, ou não, de certidão ou de declaração enviada por meio eletrônico, deverá ser atestado pelo interessado no prazo máximo de 48h (quarenta e oito horas), cuja abstenção da manifestação importará no recebimento tácito.
§2º O setor de protocolo e atendimento deverá informar ao respectivo setor, cujo processo administrativo esteja sob responsabilidade, sobre a notificação de que trata o caput, para fins de efeitos jurídicos.

CAPÍTULO III
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 8º As informações sobre trâmite de processo administrativo infracional ou de licenciamento ambiental são disponibilizadas através do Sistema Integrado de Monitoramento e Licenciamento Ambiental – Módulo Público (SIMLAM Público), disponível no sítio oficial da SEMAS, na rede mundial de computadores.
Parágrafo único. As informações que estejam sob restrição de acesso não serão disponibilizadas no SIMLAM-Público, conforme disposto em leis e regulamentos que tratam sobre sigilo e proteção de dados.
Art. 9º O servidor que elaborar ou apresentar informação total ou parcialmente falsa, enganosa ou omissa, seja nos sistemas oficiais de controle ou em qualquer outro procedimento administrativo ambiental responderá penal, civil e administrativamente.
Art. 10. Fica revogada a Instrução Normativa nº 9, de 6 de dezembro de 2007.
Art. 11. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.
Belém/PA, 06 de setembro de 2023.
JOSÉ MAURO DE LIMA O' DE ALMEIDA
Secretário de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade

Protocolo: 984640

TORNAR SEM EFEITO

Tornar sem efeito as Erratas publicadas no Diário Oficial nº 35.437 de 16/06/2023, protocolo nº 950436.

Protocolo: 984538

PORTARIA Nº 1956/2023 GAB-SEMAS
O Secretário Adjunto de Gestão Administrativa e Tecnologias, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas de acordo com a PORTARIA Nº 01921/2023 de 05 de setembro de 2023, publicada no DOE nº 35.532 do dia 06 de setembro de 2023;
CONSIDERANDO os termos do Processo nº 2023/986413 e o teor do Memorando nº 265/2023 DIMUC-SEMAS;
RESOLVE:
I – Tornar sem efeito a PORTARIA Nº 1908/2023/GAB-SEMAS de 04/09/2023, publicada no DOE Nº 35.532 do dia 06/09/2023, que concederia diárias para as Servidoras, Rosa Maria Ferreira da Rocha e Elineuza Faria da Silva, citadas na referida portaria.
Belém, 11 de Setembro de 2023.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
RILDO ANTÔNIO MARÇAL CALDAS
Secretário Adjunto de Gestão Administrativa e Tecnologias, em exercício.

Protocolo: 984627

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL E DA BIODIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

PORTARIA Nº 655 de 05 de setembro de 2023
RESOLVE:
Art. 1º - Tornar sem efeito, a PORTARIA Nº 622 de 29/08/2023, publicada no Diário Oficial do Estado do Pará nº 35.531 de 05/09/2023.

Art. 2º - A presente Portaria retroagirá seus efeitos na data de sua publicação.
NILSON PINTO DE OLIVEIRA
PRESIDENTE DO IDEFLOR-Bio

Protocolo: 984631

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

TERMO ADITIVO A CONTRATO

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 028/2021-SEGUP/PA
Processo: 2020/1044961.
Exercício: 2023.
Origem: ATA de Registro de Preços nº 001/2020 - Pregão Eletrônico SRP nº 008/2020 - SEGUP/PA.
Objeto: A prorrogação da vigência do contrato por mais 30 (trinta) meses, com início em 08/09/2023 e término em 07/03/2026, juntamente com reajuste de 18,42991% sob o valor unitário, passando o valor mensal de R$ 63.690,00 (sessenta e três mil, seiscentos e noventa reais) para R$ 75.428,08 (setenta e cinco mil, quatrocentos e vinte e oito reais e oito centavos), com o valor global passando de R$ 1.910.700,00 (um milhão, novecentos e dez mil e setecentos reais), para R$ 2.262.842,40 (dois milhões, duzentos e sessenta e dois mil, oitocentos e quarenta e dois reais e quarenta centavos).
Fundamentação Legal: Parecer Jurídico N° 480/2023-CONJUR..
Vigência: início em 08/09/2023 e término em 07/03/2026.
Valor Global: R$ 2.262.842,40 (dois milhões, duzentos e sessenta e dois mil, oitocentos e quarenta e dois reais e quarenta centavos).
Dotação Orçamentária:21.101.06.181.1502.8261 - Realização das Ações do Centro Integrado de Operações.
Natureza: 339040
Fonte: 01500000001
Data da Assinatura: 06/09/2023
Contratada: RADIONEWS COMÉRCIO E SERVIÇO DE TELECOMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA LTDA.
CNPJ: 07.390.148/0001-29
Endereço: Avenida João Paulo II, n° 880, sala 06,
Bairro: Marco, CEP: 66.095-492.
Ordenador de Despesas: PAULO ROBERTO DOS SANTOS LIMA.

Protocolo: 984604

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2023-SEGUP/PA
A Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social comunica que realizará Licitação na Modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo MENOR PREÇO pelo critério de julgamento MENOR PREÇO POR ITEM E LOTE, modo de disputa ABERTO.
OBJETO: Contratação de empresa para prestação especializada no fornecimento de APARELHOS DE AR CONDICIONADO TIPO JANELA E SPLIT COM A INSTALAÇÃO, para atender as necessidades da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social, conforme especificações estabelecidas no Termo de Referência, Anexo I do Edital.
DATA DA ABERTURA: 25/09/2023.
HORA DA ABERTURA: 10:00 h (Horário Oficial de Brasília-DF)
ENDEREÇO ELETRÔNICO: https://www.gov.br/compras/pt-br
(UASG: 925801)
OBS: O presente Edital poderá ser adquirido no endereço eletrônico https://www.gov.br/compras/pt-br ou www.compraspara.pa.gov.br
Belém(PA), 11 de setembro de 2023.
Joyce Kelle Silva da Costa
Coordenadora do Núcleo de Licitação-SEGUP

Protocolo: 984639

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 138/2023 – SEGUP
O Governo do Estado do Pará, pessoa jurídica de direito público interno, representado pela SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL – SEGUP, com sede nesta cidade na Rua Arcipreste Manoel Teodoro nº 305, Bairro Batista Campos, CEP. 66.023-700, Cidade de Belém, Estado do Pará, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 05.054.952/0001-01, por meio de seu Secretário Adjunto de Gestão Administrativa, Sr. PAULO ROBERTO DOS SANTOS LIMA, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 304.401.902-82 e Matrícula Funcional nº 5103371/4, residente e domiciliado nesta cidade, no âmbito de suas atribuições legais, RESOLVE reconhecer a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, com fulcro no artigo 25, II, da Lei 8.666/93, em conformidade com o art. 193, II da Lei Federal 14.133/2021, e a PORTARIA Nº 007/2018 – GAB IESP, Portaria 012/2019-GAB IESP, Resolução nº148/2015, nº149/2015, nº 214/2017, nº311/2019, nº355/2020, todas oriundas do Conselho Superior do Instituto de Ensino de Segurança Pública do Pará - IESP para contratação da senhora MAYANE BENTO SILVA, Titulação Doutora, inscrita no CPF sob o nº 946.996.662-72, residente e domiciliadoa na cidade de Belém/PA, cujo objeto é a contratação da prestação de serviços técnicos profissionais especializados para execução de atividades educacionais como Docente da disciplina Impactos Econômicos e Vulnerabilidade Social, nas Turmas A e B, na modalidade presencial, para o Curso Superior de Polícia e Bombeiros Militar - CSPBM, aprovado pela Resolução nº 444/2022 - CONSUP, cujo valor total é R$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais), incluídos todos os valores relativos à prestação de serviços e tributos, Programação Orçamentária: 26.101.06.128.1502.8832 - Capacitação dos Agentes de Segurança Pública; 40.101.06.128.1502.8832 - Capacitação dos Agentes de Segurança Pública; 31.101.06.128.1502.8832 - Capacitação dos Agentes de Segurança Pública; Naturezas: 339036 e 339047; Fonte: 01500000001.
Belém/PA, 11 de Setembro de 2023.
PAULO ROBERTO DOS SANTOS LIMA
Secretário Adjunto de Gestão Administrativa

Protocolo: 984591

TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 139/2023 – SEGUP
O Governo do Estado do Pará, pessoa jurídica de direito público interno, representado pela SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL – SEGUP, com sede nesta cidade na Rua Arcipreste Manoel Teodoro nº 305, Bairro Batista Campos, CEP. 66.023-700, Cidade de Belém, Estado do Pará, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 05.054.952/0001-01, por meio de seu Secretário Adjunto de Gestão Administrativa, Sr. PAULO ROBERTO DOS SANTOS LIMA, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 304.401.902-82 e Matrícula Funcional nº 5103371/4, residente e domiciliado nesta cidade, no âmbito de suas atribuições legais, RESOLVE reconhecer a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, com fulcro no artigo 25, II, da Lei 8.666/93, em conformidade com o art. 193, II da Lei Federal 14.133/2021, e a PORTARIA Nº 007/2018 – GAB IESP, Portaria 012/2019-GAB IESP, Resolução nº148/2015, nº149/2015, nº 214/2017, nº311/2019, nº355/2020, todas oriundas do Conselho Superior do Instituto de Ensino de Segurança Pública do Pará - IESP para contratação da senhora ROSANA PEREIRA FERNANDES, Titulação Doutora, inscrita no CPF sob o nº 136.040.152-00, residente e domiciliado(a) na cidade de Belém/PA, cujo objeto é a contratação da prestação de serviços técnicos profissionais especializados para execução de atividades educacionais como Docente da disciplina Sistemas de Gestão Orçamentária e Financeira do Pará, nas turmas A e B, na modalidade presencial, para o Curso Superior de Polícia e Bombeiros Militar - CSPBM, aprovado pela Resolução nº 444/2022 - CONSUP, cujo valor total é R$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais), incluídos todos os valores relativos à prestação de serviços e tributos, Programação Orçamentária: 26.101.06.128.1502.8832 - Capacitação dos Agentes de Segurança Pública; 40.101.06.128.1502.8832 - Capacitação dos Agentes de Segurança Pública; 31.101.06.128.1502.8832 - Capacitação dos Agentes de Segurança Pública; Naturezas: 339036 e 339047; Fonte: 01500000001.
Belém/PA, 11 de Setembro de 2023.
PAULO ROBERTO DOS SANTOS LIMA
Secretário Adjunto de Gestão Administrativa

Protocolo: 984597

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

TERMO DE RATIFICAÇÃO AO TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 138/2023-SEGUP
Ratifico, nos termos do artigo 26 da Lei nº 8.666/93, observadas as alterações legais posteriores, o TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 138/2023–SEGUP, fundamentado no artigo 25, II do referido diploma legal.
Belém/PA, 11 de Setembro de 2023.
UALAME FIALHO MACHADO
Secretário de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

Protocolo: 984593

TERMO DE RATIFICAÇÃO AO TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 139/2023-SEGUP
Ratifico, nos termos do artigo 26 da Lei nº 8.666/93, observadas as alterações legais posteriores, o TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 139/2023–SEGUP, fundamentado no artigo 25, II do referido diploma legal.
Belém/PA, 11 de Setembro de 2023.
UALAME FIALHO MACHADO
Secretário de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

Protocolo: 984598

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Após a constatação da regularidade dos atos procedimentais pela autoridade competente deste FISP, a DPC RENATA GURGEL SANTOS BORGES, Diretora e Ordenadora de Despesas do FISP, HOMOLOGA o procedimento licitatório PAE nº 2023/244799, na modalidade Pregão Eletrônico nº 008/2023-FISP, que tem como objeto: Contratação de empresa especializada para realizar manutenção, ampliação e atualização dos Sistemas de Radiocomunicação Digital, padrão P25 ou APCO-25, convencional e troncalizado, na faixa de frequência de 148 a 174 MHz, que integram o Sistema Integrado de Segurança Pública e Defesa Social - SIEDS, na capital e interior do Estado do Pará, com o valor total de R$ 36.000.000,00 (trinta e seis milhões de reais), pertinentes à empresa MOTOROLA SOLUTIONS LTDA - CNJP Nº 10.652.730/0001-20.
Belém/PA, 11 de setembro de 2023.
RENATA GURGEL SANTOS BORGES
Delegada de Polícia Civil
Diretora e Ordenadora de Despesas do Fundo de Investimento de Segurança Pública

Protocolo: 984839

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

O Pregoeiro e Presidente da Comissão Permanente de Licitação do Fundo de Investimento de Segurança Pública - FISP, após análise da documentação e da proposta financeira contida nos autos do Processo Licitatório PAE nº 2023/244799, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob o nº 08/2023-FISP, que tem como objeto Contratação de empresa especializada para realizar manutenção, ampliação e atualização dos Sistemas de Radiocomunicação Digital, padrão P25 ou APCO-25, convencional e troncalizado, na faixa de frequência de 148 a 174 MHz, que integram o Sistema Integrado de Segurança Pública e Defesa Social - SIEDS, na capital e interior do Estado do Pará , resolve ADJUDICAR o objeto desta licitação em favor da empresa MOTOROLA SOLUTIONS LTDA - CNJP Nº 10.652.730/0001-20, no valor de R$ 36.000.000,00 (trinta e seis milhões de reais), vencedora do ITEM 1.
Belém/PA, 11 de setembro de 2023.
CARLOS JOSÉ DA SILVA
Presidente da Comissão Permanente de Licitação do FISP

Protocolo: 984823

APOSTILAMENTO

1º TERMO DE APOSTILAMENTO AO TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA Nº 001/2023
NÚMERO DO INSTRUMENTO: 001/2023.
PARTES: Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social – SEGUP, CNPJ nº. 05.054.952/0001-01, por intermédio do Instituto de Ensino de Segurança do Pará - IESP e a Polícia Científica do Pará – PCEPA, CNPJ nº 03.664.871/0001-06.
BASE LEGAL DO APOSTILAMENTO:
Parágrafo 8º do Art. 65, da Lei nº. 8.666/93.
OBJETO DO INSTRUMENTO: O presente termo tem por objeto a cooperação mútua entre os partícipes visando o desenvolvimento de atividades integradas na área de ensino do Sistema de Segurança Pública, com fim de atender despesas com o pagamento de hora aula.
OBJETO DO APOSTILAMENTO: Retificação da Dotação Orçamentária do Termo de Execução Descentralizada nº 001/2023, para a cobertura de suas despesas no exercício financeiro de 2023:
PROJETO/ATIVIDADE: 858832;
ELEMENTO DE DESPESA 339036/339047/339014
PLANO INTERNO 1050008832C
FONTE DE RECURSOS 01 500 0000 01 011624.
Belém/PA, 04 de setembro de 2023.
PAULO ROBERTO DOS SANTOS LIMA
Secretário Adjunto de Gestão Administrativa

Protocolo: 984600

DIÁRIA

PORTARIA Nº 1600/2023 –SAGA
OBJETIVO: Operação Independência.
PROCESSO: 2023/1010287
FUNDAMENTO LEGAL: decreto nº 2.819/1994 e PORTARIA Nº 278/2019-SEAD
MUNICÍPIO DE ORIGEM: BELÉM/PA
DESTINO(S): SALINÓPOLIS/PA
PERÍODO: 06 à 11.09.2023
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 5 ½ (cinco e meia)
SERVIDOR (ES): ALEX LACERDA DOS SANTOS, MF:5968738
ORDENADOR: PAULO ROBERTO DOS SANTOS LIMA
PORTARIA Nº 1601/2023 –SAGA
OBJETIVO: Para a capacitação aos agentes do SIEDS.
PROCESSO: 2023/984111
FUNDAMENTO LEGAL: decreto nº 2.819/1994 e PORTARIA Nº 278/2019-SEAD
MUNICÍPIO DE ORIGEM: BELÉM/PA
DESTINO(S): CAPANEMA/PA
PERÍODO: 10 à 13.09.2023
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 04(quatro) alimentação e 03(três) pousada
SERVIDOR (ES): CEL PM ELSON LUIZ BRITO DA SILVA, MF:5281075/1
3° SGT PM TATIANE DA SILVA RODRIGUES TOLOSA, MF:5419384
3° SGT BM MARIA ADRIANA FREIRE RIBEIRO, MF:57217861-1
SUB TEN BM HENRIQUE CLÁUDIO SILVA DELGADO, MF:560740001
ORDENADOR: PAULO ROBERTO DOS SANTOS LIMA
PORTARIA Nº 1602/2023 –SAGA
OBJETIVO: Para o transporte de autoridades.
PROCESSO: 2023/974065
FUNDAMENTO LEGAL: decreto nº 2.819/1994 e PORTARIA Nº 278/2019-SEAD
MUNICÍPIO DE ORIGEM: BELÉM/PA
DESTINO(S): PORTEL/PA
PERÍODO: 28.08.2023
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 01(uma) alimentação
SERVIDOR (ES): CAP PM ÉDIMO MAURO COELHO COSTA, MF:5630312-1
TEN PM MARCOS VERÍSSIMO COSTA, MF:4220582/1
TEN BM DOULGAS JÂNIO BEZERRA DE MORAES, MF:5561272-1
ORDENADOR: PAULO ROBERTO DOS SANTOS LIMA
PORTARIA Nº 1603/2023 –SAGA
OBJETIVO: À serviço da SEGUP.
PROCESSO: 2023/1016234
FUNDAMENTO LEGAL: decreto nº 2.819/1994 e PORTARIA Nº 278/2019-SEAD
MUNICÍPIO DE ORIGEM: BELÉM/PA
DESTINO(S): ABAETETUBA/PA
PERÍODO: 06 à 10.09.2023
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 05(cinco) alimentação e 04(quatro) pousada
SERVIDOR (ES): 3° SGT PM MARCOS ANDRE SANTANA MONTEIRO, MF:54194872-1
ORDENADOR: PAULO ROBERTO DOS SANTOS LIMA

Protocolo: 984895

POLICIA MILITAR DO PARÁ

CONTRATO

CONTRATO ADM Nº 008/2023 – DPCPM. OBJETO: Aquisição de equipamentos de informática (computadores) para aparelhamento das unidades administrativas e operacionais da PMPA. VALOR TOTAL: R$ 22.400,00. DATA DE ASSINATURA: 11/09/2023. VIGÊNCIA: 11/09/2023 a 10/09/2024. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: UO: 37101 – Ministério Público de Contas do Estado do Pará; Programa: 1493 – Defesa da Ordem Jurídica no Sistema de Controle Externo dos Recursos Públicos Estaduais. Ação (Projeto/Atividade): 37/8515 – Operacionalização das Ações Administrativas; Elemento de Despesa: 44.90.52 – Equipamento e material permanente; Plano Interno: 4120008515E; Fonte: 01500000001 e/ou 02500000001 – Recursos Ordinários. EMPRESA: POWER TEC TECNOLOGIA EM INFORMÁTICA LTDA (CNPJ 09.298.794/0001-96); ORDENADOR: JOSÉ DILSON MELO DE SOUZA JÚNIOR – CEL QOPM - Comandante-Geral da PMPA.

Protocolo: 984812

TERMO ADITIVO A CONTRATO

5° TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 022/2019-DAL/PMPA; EXERCÍCIO: 2023/2024; OBJETO: O presente Termo Aditivo tem como objeto a PRORROGAÇÃO pelo período de 12 (doze) meses do Contrato Administrativo n° 022/2019-DAL/PMPA, no valor total de R$ 22.211,75 (vinte e dois mil, duzentos e onze reais e setenta e cinco centavos); Data de Assinatura 26/07/2023; VIGÊNCIA: 10/09/2023 a 09/09/2024; A despesa com este termo aditivo ocorrerá da seguinte forma: Programa: 1297 – Manutenção de Gestão; Ação(Projeto/Atividade): 26/8338 - Operacionalização das ações administrativas; Natureza da Despesa: 3.33.90.39.22 - Outros serviços de terceiros-Pessoa Jurídica=Exposição, Congresso e conferências; Plano Interno: 4120008338C; Fonte do Recurso: 01500000001(Recursos Ordinários); Empresa: FAZ EVENTOS, LOCAÇÕES E TURISMO EIRELI; CNPJ nº 21.452.937/0001-78; ORDENADOR: JOSÉ DILSON MELO DE SOUZA JÚNIOR – CEL QOPM RG 18044; Comandante Geral da PMPA.

Protocolo: 984535

SUPRIMENTO DE FUNDO

PORTARIA Nº 813/2023-DF-SUP FUNDOS;
Suprido EMANUELLI DAL COL STINGHEL, TEN PM, MF: 59382251, do efetivo do (a) COR/P4; Prazo p/ Prestação de Contas: 15 (quinze) dias; Valor: R$ 400,00; Elemento de Despesa: 33.90.30 – AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO; Fonte de recurso: 01500000001 (tesouro); Ordenador de Despesa: Ubirajara Magela De Sousa Falcão, Cel QOPM.
PORTARIA Nº 814/2023-DF-SUP FUNDOS;
Suprido JONAS GOMES PINHEIRO, TEN PM, MF: 541934781, do efetivo do (a) 4ºBPM - CPR II; Prazo p/ Prestação de Contas: 15 (quinze) dias; Valor: R$ 1.200,00; Elemento de Despesa: 33.90.30 – AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO; Fonte de recurso: 01500000001 (tesouro); Ordenador de Despesa: Ubirajara Magela De Sousa
PORTARIA Nº 815/2023-DF-SUP FUNDOS;
Suprido ALDIR GOMES DOS SANTOS, TEN PM, MF: 57671131, do efetivo do (a) 24ªCIPM-CPR II; Prazo p/ Prestação de Contas: 15 (quinze) dias; Valor: R$ 800,00; Elemento de Despesa: 33.90.30 – AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO; Fonte de recurso: 01500000001 (tesouro); Ordenador de Despesa: Ubirajara Magela De Sousa
PORTARIA Nº 816/2023-DF-SUP FUNDOS;
Suprido HARLEY ALVES DA COSTA, MAJ PM, MF: 541945111, do efetivo do (a) 34ºBPM-CPR II; Prazo p/ Prestação de Contas: 15 (quinze) dias; Valor: 1.200,00; Elemento de Despesa: 33.90.30 – AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO; Fonte de recurso: 01500000001 (tesouro); Ordenador de Despesa: Ubirajara Magela De Sousa
PORTARIA Nº 817/2023-DF-SUP FUNDOS;
Suprido DANIEL RODRIGUES DA COSTA, CEL PM, MF: 57738221, do efetivo do (a) CAPELANIA; Prazo p/ Prestação de Contas: 15 (quinze) dias; Valor: 3.000,00; Elemento de Despesa: 33.90.30 – AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO; Fonte de recurso: 01500000001 (tesouro); Ordenador de Despesa: Ubirajara Magela De Sousa

PORTARIA Nº 818/2023-DF-SUP FUNDOS;
Suprido BRUNO THIAGO CRUZ E SILVA, CAP PM, MF: 59114251, do efetivo do (a) CPR 09; Prazo p/ Prestação de Contas: 15 (quinze) dias; Valor: 1.000,00; Elemento de Despesa: 33.90.30 – AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO; Fonte de recurso: 01500000001 (tesouro); Ordenador de Despesa: Ubirajara Magela De Sousa

PORTARIA Nº 819/2023-DF-SUP FUNDOS;
Suprido KLEVERTON ANTUNES FIRMINO GOMES, CEL PM, MF: 1001797, do efetivo do (a) CPE-P4; Prazo p/ Prestação de Contas: 15 (quinze) dias; Valor: 2.000,00; Elemento de Despesa: 33.90.30 – AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO; Fonte de recurso: 01500000001 (tesouro); Ordenador de Despesa: Ubirajara Magela De Sousa

PORTARIA Nº 821/2023-DF-SUP FUNDOS;
Suprido EDSON CORRÊA DIAS, MAJ PM, MF: 71983241, do efetivo do (a) GAB-CG; Prazo p/ Prestação de Contas: 15 (quinze) dias; Valor: R$ 3.000,00; Elemento de Despesa: 33.90.30 – AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO; Fonte de recurso: 01500000001 (tesouro); Ordenador de Despesa: Ubirajara Magela De Sousa Falcão, Cel QOPM.

PORTARIA Nº 822/2023-DF-SUP FUNDOS;
Suprido ARTHUR BEZERRA DA SILVA, TEN CEL PM, MF: 58182811, do efetivo do (a) GAB-CG; Prazo p/ Prestação de Contas: 15 (quinze) dias; Valor: R$ 3.000,00; Elemento de Despesa: 33.90.30 – AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO; Fonte de recurso: 01500000001 (tesouro); Ordenador de Despesa: Ubirajara Magela De Sousa Falcão, Cel QOPM.

PORTARIA Nº 823/2023-DF-SUP FUNDOS;
Suprido HEYDER SILVA DO NASCIMENTO, CEL PM, MF: 58179001, do efetivo do (a) GAB-CG; Prazo p/ Prestação de Contas: 15 (quinze) dias; Valor: R$ 3.000,00; Elemento de Despesa: 33.90.30 – AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO; Fonte de recurso: 01500000001 (tesouro); Ordenador de Despesa: Ubirajara Magela De Sousa Falcão, Cel QOPM.

PORTARIA Nº 824/2023-DF-SUP FUNDOS;
Suprido DAYVID SARAH LIMA, CEL PM, MF: 57739201, do efetivo do (a) CPR 02-PMPA; Prazo p/ Prestação de Contas: 15 (quinze) dias; Valor: R$ 1.800,00; Elemento de Despesa: 33.90.30 – AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO; Fonte de recurso: 01500000001 (tesouro); Ordenador de Despesa: Ubirajara Magela De Sousa Falcão, Cel QOPM.

PORTARIA Nº 825/2023-DF-SUP FUNDOS;
Suprido JOSIMAR LEÃO QUEIROZ, CEL PM, MF: 58079641 , do efetivo do (a) CPR IX; Prazo p/ Prestação de Contas: 15 (quinze) dias; Valor: R$ 1.600,00; Elemento de Despesa: 33.90.30 – AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO; Fonte de recurso: 01500000001 (tesouro); Ordenador de Despesa: Ubirajara Magela De Sousa Falcão, Cel QOPM.

PORTARIA Nº 826/2023-DF-SUP FUNDOS;
Suprido ELIAS ANTÔNIO RAMOS BARBOSA, TEN PM, MF: 55911201, do efetivo do (a) 25º BPM; Prazo p/ Prestação de Contas: 15 (quinze) dias; Valor: R$ 1.200,00; Elemento de Despesa: 33.90.30 – AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO; Fonte de recurso: 01500000001 (tesouro); Ordenador de Despesa: Ubirajara Magela De Sousa Falcão, Cel QOPM.

PORTARIA Nº 827/2023-DF-SUP FUNDOS;
Suprido ROGÉRIO DA SILVA SOARES, TEN CEL PM, MF: 5811163, do efetivo do (a) DGA; Prazo p/ Prestação de Contas: 15 (quinze) dias; Valor: R$ 800,00; Elemento de Despesa: 33.90.30 – AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO; Fonte de recurso: 01500000001 (tesouro); Ordenador de Despesa: Ubirajara Magela De Sousa Falcão, Cel QOPM.

PORTARIA Nº 828/2023-DF-SUP FUNDOS;
Suprido LUIZ ANDRÉ CORDEIRO ABSOLÃO, TEN CEL PM, MF: 57556111, do efetivo do (a) DGA; Prazo p/ Prestação de Contas: 15 (quinze) dias; Valor: R$ 400,00; Elemento de Despesa: 33.90.30 – AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO; Fonte de recurso: 01500000001 (tesouro); Ordenador de Despesa: Ubirajara Magela De Sousa Falcão, Cel QOPM.

PORTARIA Nº 829/2023-DF-SUP FUNDOS;
Suprido EDUARDO SIMÕES ARAÚJO, TEN PM, MF: 59090313, do efetivo do (a) SEC/EMG; Prazo p/ Prestação de Contas: 15 (quinze) dias; Valor: R$ 2.000,00; Elemento de Despesa: 33.90.30 – AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO; Fonte de recurso: 01500000001 (tesouro); Ordenador de Despesa: Ubirajara Magela De Sousa Falcão, Cel QOPM.

PORTARIA Nº 830/2023-DF-SUP FUNDOS;
Suprido ROBERTA MARIA DE OLIVEIRA MARQUES, CAP PM, MF: 3393518-1, do efetivo do (a) PROTO; Prazo p/ Prestação de Contas: 15 (quinze) dias; Valor: R$ 800,00; Elemento de Despesa: 33.90.30 – AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO; Fonte de recurso: 01500000001 (tesouro); Ordenador de Despesa: Ubirajara Magela De Sousa Falcão, Cel QOPM.

PORTARIA Nº 831/2023-DF-SUP FUNDOS;
Suprido CLÁUDIA PINHEIRO RUFINO RABELO, CAP PM, MF: 59112711, do efetivo do (a) CMV; Prazo p/ Prestação de Contas: 15 (quinze) dias; Valor: R$ 1.000,00; Elemento de Despesa: 33.90.30 – AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO; Fonte de recurso: 01500000001 (tesouro); Ordenador de Despesa: Ubirajara Magela De Sousa Falcão, Cel QOPM.

PORTARIA Nº 832/2023-DF-SUP FUNDOS;
Suprido ÉRICA AMANDA DA SILVA BATISTA, MAJ PM, MF: 57198367/1, do efetivo do (a) CIEPAS; Prazo p/ Prestação de Contas: 15 (quinze) dias; Valor: R$ 1.200,00; Elemento de Despesa: 33.90.30 – AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO; Fonte de recurso: 01500000001 (tesouro); Ordenador de Despesa: Ubirajara Magela De Sousa Falcão, Cel QOPM.

PORTARIA Nº 833/2023-DF-SUP FUNDOS;
Suprido HELDE ALAIN CORRÊADA SILVA, TEN CEL PM, MF: 5630266/1, do efetivo do (a) 31° BPM; Prazo p/ Prestação de Contas: 15 (quinze) dias; Valor: R$ 1.000,00; Elemento de Despesa: 33.90.30 – AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO; Fonte de recurso: 01500000001 (tesouro); Ordenador de Despesa: Ubirajara Magela De Sousa Falcão, Cel QOPM.

PORTARIA Nº 834/2023-DF-SUP FUNDOS;
Suprido GEORGE LEANDRO FEREIRA LIMA, CAP PM, MF: 5418991-2, do efetivo do (a) LAD; Prazo p/ Prestação de Contas: 15 (quinze) dias; Valor: R$ 1.500,00; Elemento de Despesa: 33.90.30 – AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO; Fonte de recurso: 01500000001 (tesouro); Ordenador de Despesa: Ubirajara Magela De Sousa Falcão, Cel QOPM.

PORTARIA Nº 835/2023-DF-SUP FUNDOS;
Suprido JOSÉ FERNANDES ALVES DE LIMA NETO, TEN CEL PM, MF: 5817650-1, do efetivo do (a) 11º BPM; Prazo p/ Prestação de Contas: 15 (quinze) dias; Valor: R$ 1.000,00; Elemento de Despesa: 33.90.30 – AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO; Fonte de recurso: 01500000001 (tesouro); Ordenador de Despesa: Ubirajara Magela De Sousa Falcão, Cel QOPM.

PORTARIA Nº 836/2023-DF-SUP FUNDOS;
Suprido FÁBIO ROBERTO CARDOSO MAIA, TEN PM, MF: 57175204/3, do efetivo do (a) 10° CIPM ; Prazo p/ Prestação de Contas: 15 (quinze) dias; Valor: R$ 800,00; Elemento de Despesa: 33.90.30 – AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO; Fonte de recurso: 01500000001 (tesouro); Ordenador de Despesa: Ubirajara Magela De Sousa Falcão, Cel QOPM.

PORTARIA Nº 837/2023-DF-SUP FUNDOS;
Suprido ANTÔNIO MARIA FEITOSA SOUZA, TEN CEL PM, MF: 57556701, do efetivo do (a) EMG / PM-3; Prazo p/ Prestação de Contas: 15 (quinze) dias; Valor: R$ 400,00; Elemento de Despesa: 33.90.30 – AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO; Fonte de recurso: 01500000001 (tesouro); Ordenador de Despesa: Ubirajara Magela De Sousa Falcão, Cel QOPM.

PORTARIA Nº 838/2023-DF-SUP FUNDOS;
Suprido LOUISE SAUMA DE OLIVEIRA SOARES, MAJ PM, MF: 572307281, do efetivo do (a) US / QCG; Prazo p/ Prestação de Contas: 15 (quinze) dias; Valor: R$ 1.500,00; Elemento de Despesa: 33.90.30 – AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO; Fonte de recurso: 01500000001 (tesouro); Ordenador de Despesa: Ubirajara Magela De Sousa Falcão, Cel QOPM.

PORTARIA Nº 839/2023-DF-SUP FUNDOS;
Suprido LEONARDO FERREIRA DUTRA, CAP PM, MF: 571991852, do efetivo do (a) DL/SEXP; Prazo p/ Prestação de Contas: 15 (quinze) dias; Valor: R$ 1.000,00; Elemento de Despesa: 33.90.30 – AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO; Fonte de recurso: 01500000001 (tesouro); Ordenador de Despesa: Ubirajara Magela De Sousa Falcão, Cel QOPM.

PORTARIA Nº 840/2023-DF-SUP FUNDOS;
Suprido ANTÔNIO MAURÍCIO SANTANA SILVA, TEN CEL PM, MF: 5807808/1, do efetivo do (a) 14° BPM; Prazo p/ Prestação de Contas: 15 (quinze) dias; Valor: R$ 1.000,00; Elemento de Despesa: 33.90.30 – AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO; Fonte de recurso: 01500000001 (tesouro); Ordenador de Despesa: Ubirajara Magela De Sousa Falcão, Cel QOPM.

PORTARIA Nº 841/2023-DF-SUP FUNDOS;
Suprido MARCELO PEREIRA DA SILVA, TEN PM, MF: 57222538/2, do efetivo do (a) 47° BPM; Prazo p/ Prestação de Contas: 15 (quinze) dias; Valor: R$ 1.000,00; Elemento de Despesa: 33.90.30 – AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO; Fonte de recurso: 01500000001 (tesouro); Ordenador de Despesa: Ubirajara Magela De Sousa Falcão, Cel QOPM.

PORTARIA Nº 842/2023-DF-SUP FUNDOS;
Suprido WAGNER SALES CABRAL JÚNIOR, TEN CEL PM, MF: 5817749/1, do efetivo do (a) 32° BPM; Prazo p/ Prestação de Contas: 15 (quinze) dias; Valor: R$ 1.000,00; Elemento de Despesa: 33.90.30 – AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO; Fonte de recurso: 01500000001 (tesouro); Ordenador de Despesa: Ubirajara Magela De Sousa Falcão, Cel QOPM.

PORTARIA Nº 843/2023-DF-SUP FUNDOS;
Suprido JOSÉ VILHENA BARBOSA JÚNIOR, CEL PM, MF: 57739381, do efetivo do (a) CPR IX; Prazo p/ Prestação de Contas: 15 (quinze) dias; Valor: R$ 1.000,00; Elemento de Despesa: 33.90.30 – AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO; Fonte de recurso: 01500000001 (tesouro); Ordenador de Despesa: Ubirajara Magela De Sousa Falcão, Cel QOPM.

PORTARIA Nº 844/2023-DF-SUP FUNDOS;
Suprido LEONALDO PANTOJA ARAÚJO, TEN CEL PM, MF: 5818303/1, do efetivo do (a) 2° BPM; Prazo p/ Prestação de Contas: 15 (quinze) dias; Valor: R$ 800,00; Elemento de Despesa: 33.90.30 – AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO; Fonte de recurso: 01500000001 (tesouro); Ordenador de Despesa: Ubirajara Magela De Sousa Falcão, Cel QOPM.

Protocolo: 984962

DIÁRIA

PORTARIA Nº5606/23/DI/DF
– Objetivo: A Serviço da PMPA; FUNDAMENTO LEGAL: Lei. N° 5.119/84; Município de origem: Belém-PA; Destino: Ilha Do Cotijuba-PA; Período: 06 a 11/09/2023; Quantidade de diárias: 05 de alimentação e 05 de pousada; Servidores: SGT PM Dovane Leno Bastos De Brito; CPF: 901.555.212-68; Valor: R$870,40. SGT PM Marcelo Dos Santos Ferreira; CPF: 015.305.483-22; Valor: R$870,40. CB PM Brunno Williams Rodrigues Da Silva; CPF: 863.217.732-04; Valor: R$857,20. ORDENADOR: CEL QOPM UBIRAJARA MAGELA DE SOUSA FALCÃO; Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data de retorno.

PORTARIA Nº5607/23/DI/DF
– Objetivo: A Serviço da PMPA; FUNDAMENTO LEGAL: Lei. N° 5.119/84; Município de origem: Belém-PA; Destino: Salinópolis-PA; Período: 06 a 11/09/2023; Quantidade de diárias: 05 de alimentação e 05 de pousada; Servidores: CAP PM Sandro Nazareno Silveira Queiroz Da Silva; CPF: 904.113.072-15; Valor: R$1.450,70. SGT PM Francylene Maria Dos Santos Pinheiro Cardoso; CPF: 767.415.672-91; Valor: R$1.318,80. SGT PM Renato Monteiro Dos Santos; CPF: 904.803.762-04; Valor: R$1.318,80. SD PM Laís Da Silveira Fernandes; CPF: 017.428.612-02; Valor: R$1.266,00. ORDENADOR: CEL QOPM UBIRAJARA MAGELA DE SOUSA FALCÃO; Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data de retorno.

PORTARIA Nº5608/23/DI/DF
– Objetivo: A Serviço da PMPA; FUNDAMENTO LEGAL: Lei. N° 5.119/84; Município de origem: Belém-PA; Destino: Salinópolis-PA; Período: 06 a 11/09/2023; Quantidade de diárias: 05 de alimentação e 05 de pousada; Servidores: ASP OF PM Rosane Feio De Jesus Rosa; CPF: 002.496.502-23; Valor: R$1.411,10. CB PM Rafael Dos Santos Fernandes; CPF: 929.249.802-91; Valor: R$1.266,00. SD PM Wellington Jefferson Da Silva Carpanêda; CPF: 933.300.222-72; Valor: R$1.266,00. ORDENADOR: CEL QOPM UBIRAJARA MAGELA DE SOUSA FALCÃO; Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data de retorno.

PORTARIA Nº5594/23/DI/DF
– Objetivo: A Serviço da PMPA; FUNDAMENTO LEGAL: Lei. N° 5.119/84; Município de origem: Belém-PA; Destino: Mosqueiro-PA; Período: 06 a 11/09/2023; Quantidade de diárias: 05 de alimentação e 05 de pousada; Servidores: SD PM Igor Dos Reis Costa; CPF: 020.603.242-03; Valor: R$857,20. SD PM Silas Coêlho Silva; CPF: 057.954.645-46; Valor: R$857,20. SD PM Lailson Silva Diógenes; CPF: 011.130.693-09; Valor: R$857,20. ORDENADOR: CEL QOPM UBIRAJARA MAGELA DE SOUSA FALCÃO; Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data de retorno.

PORTARIA Nº5614/23/DI/DF
– Objetivo: A Serviço da PMPA; FUNDAMENTO LEGAL: Lei. N° 5.119/84; Município de origem: Capanema-PA; Destino: Bragança-PA; Período: 06 a 11/09/2023; Quantidade de diárias: 05 de alimentação e 05 de pousada; Servidores: SGT PM Marcelo Janaú Vieira; CPF: 628.994.302-20; Valor: R$1.318,80. SGT PM Michel Afonso Souza Do Carmo; CPF: 819.740.602-25; Valor: R$1.318,80. SGT PM Edilardo Vilhena Da Silva; CPF: 749.935.262-53; Valor: R$1.318,80. SGT PM Lucivaldo Alves De Sousa; CPF: 512.046.572-20; Valor: R$1.318,80. SGT PM Caio De Menezes Belo; CPF: 118.406.287-07; Valor: R$1.318,80. CB PM Deisly Dias Silva; CPF: 796.635.672-87; Valor: R$1.266,00. CB PM Cleyton Patrik Modesto Castelo Branco; CPF: 700.615.482-00; Valor: R$1.266,00. SD PM Giuliane Vieira Queiroz; CPF: 010.365.762-21; Valor: R$1.266,00. SD PM Gracieli Ferreira Da Silva; CPF: 033.431.265-51; Valor: R$1.266,00. ORDENADOR: CEL QOPM UBIRAJARA MAGELA DE SOUSA FALCÃO; Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data de retorno.

PORTARIA Nº5620/23/DI/DF
– Objetivo: A Serviço da PMPA; FUNDAMENTO LEGAL: Lei. N° 5.119/84; Município de origem: Ananindeua-PA; Destino: Salinópolis-PA; Período: 06 a 11/09/2023; Quantidade de diárias: 05 de alimentação e 05 de pousada; Servidores: SGT PM Nicomedes Alves De Araújo Júnior; CPF: 392.458.532-68; Valor: R$1.318,80. CB PM Gimerson Cesar Dias De Souza; CPF: 936.438.452-00; Valor: R$1.266,00. SD PM Laercio Marques De Souza; CPF: 005.407.012-03; Valor: R$1.266,00. ORDENADOR: CEL QOPM UBIRAJARA MAGELA DE SOUSA FALCÃO; Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data de retorno.

PORTARIA Nº5621/23/DI/DF
– Objetivo: A Serviço da PMPA; FUNDAMENTO LEGAL: Lei. N° 5.119/84; Município de origem: Ananindeua-PA; Destino: Ilha Do Cotijuba-PA; Período: 06 a 11/09/2023; Quantidade de diárias: 05 de alimentação e 05 de pousada; Servidores: CB PM Giovani Pamplona Cordeiro; CPF: 839.050.492-87; Valor: R$857,20. SD PM Aureo Rogério Borges De Oliveira; CPF: 891.917.812-72; Valor: R$857,20. ORDENADOR: CEL QOPM UBIRAJARA MAGELA DE SOUSA FALCÃO; Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data de retorno.

PORTARIA Nº5622/23/DI/DF
– Objetivo: A Serviço da PMPA; FUNDAMENTO LEGAL: Lei. N° 5.119/84; Município de origem: Ananindeua-PA; Destino: Ilha Do Cotijuba-PA; Período: 06 a 11/09/2023; Quantidade de diárias: 05 de alimentação e 05 de pousada; Servidores: SD PM Arthur Dos Santos Baia; CPF: 031.464.282-02; Valor: R$857,20. SD PM Rodrigo Silva Risuenho; CPF: 790.031.682-53; Valor: R$857,20. SD PM Paulo Rafael Rodrigues Da Costa; CPF: 019.109.482-09; Valor: R$857,20. ORDENADOR: CEL QOPM UBIRAJARA MAGELA DE SOUSA FALCÃO; Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data de retorno.

PORTARIA Nº5623/23/DI/DF
– Objetivo: A Serviço da PMPA; FUNDAMENTO LEGAL: Lei. N° 5.119/84; Município de origem: Belém-PA; Destino: Salinópolis-PA; Período: 06 a 11/09/2023; Quantidade de diárias: 05 de alimentação e 05 de pousada; Servidores: SGT PM Edemberg Quemer Costa Da Mota; CPF: 455.296.472-00 ; Valor: R$1.318,80. SGT PM Chrisvaldo Pereira Da Silva; CPF: 518.056.932-04; Valor: R$1.318,80. SGT PM Daniel Souza Araújo; CPF: 748.355.642-00; Valor: R$1.318,80. ORDENADOR: CEL QOPM UBIRAJARA MAGELA DE SOUSA FALCÃO; Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data de retorno.

PORTARIA Nº5624/23/DI/DF
– Objetivo: A Serviço da PMPA; FUNDAMENTO LEGAL: Lei. N° 5.119/84; Município de origem: Belém-PA; Destino: Ilha Do Cotijuba-PA; Período: 06 a 11/09/2023; Quantidade de diárias: 05 de alimentação e 05 de pousada; Servidores: SGT PM André Nery Da Silva; CPF: 613.238.612-20; Valor: R$870,40. SGT PM Henrique Maria Morais De Miranda; CPF: 411.114.512-49; Valor: R$870,40. ORDENADOR: CEL QOPM UBIRAJARA MAGELA DE SOUSA FALCÃO; Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data de retorno.

Protocolo: 984958

PORTARIA Nº5595/23/DI/DF
– Objetivo: Reforço de policiamento (Op. independência 2023); FUNDAMENTO LEGAL: Lei. N° 5.119/84; Município de origem: Belém-PA; Destino: Salinópolis-PA; Período: 06 a 11/09/2023; Quantidade de diárias: 05 de alimentação e 05 de pousada; Servidores: SGT PM Davison Rogério Da Silva Gonçalves; CPF: 671.289.042-04; Valor:R$1.318,80. SD PM Cesar Rodrigo Viana Mendes; CPF: 014.738.222-03; Valor: R$1.266,00. SD PM Gleidson Paiva Silva; CPF: 023.129.352-60; Valor:R$1.266,00. ORDENADOR: CEL QOPM UBIRAJARA MAGELA DE SOUSA FALCÃO; Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data de retorno.

PORTARIA Nº5596/23/DI/DF
– Objetivo: Reforço de policiamento (Op. independência 2023); FUNDAMENTO LEGAL: Lei. N° 5.119/84; Município de origem: Belém-PA; Destino: Salinópolis-PA; Período: 06 a 11/09/2023; Quantidade de diárias: 05 de alimentação e 05 de pousada; Servidores: CB PM Jonilson Sozinho De Nazaré; CPF: 839.588.352-87; Valor:R$1.266,00. SD PM Karla Valeria Santos Do Nascimento; CPF: 003.597.212-22; Valor: R$1.266,00. SD PM Ingrid Da Silva Oliveira; CPF: 023.137.172-16; Valor:R$1.266,00. ORDENADOR: CEL QOPM UBIRAJARA MAGELA DE SOUSA FALCÃO; Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data de retorno.

PORTARIA Nº5601/23/DI/DF
– Objetivo: Reforço de policiamento (Op. independência 2023); FUNDAMENTO LEGAL: Lei. N° 5.119/84; Município de origem: Belém-PA; Destino: Salinópolis-PA; Período: 06 a 11/09/2023; Quantidade de diárias: 05 de alimentação e 05 de pousada; Servidores: CAP PM Diego Santos Wanzeller; CPF: 797.758.102-72; Valor: R$1.450,70. ASP OF PM José Augusto Moreira Cardoso; CPF: 947.739.042-91; Valor: R$1.411,10. SGT PM Robson Cabral Costa; CPF: 750.725.212-49; Valor: R$1.318,80. SGT PM Giovanni Abitbol Caetano; CPF: 729.883.202-68; Valor: R$1.318,80. SGT PM Marcelo Wagner De Oliveira Barros; CPF: 520.135.962-00; Valor: R$1.318,80. CB PM Damião Andrade Lacerda; CPF: 012.875.922-44; Valor: R$1.266,00. CB PM Walter De Jesus Pereira Ferreira; CPF: 890.983.902-34; Valor: R$1.266,00. SD PM Welveson Santos Do Espirito Santo; CPF: 015.113.322-04; Valor: R$1.266,00. SD PM Walter Luiz Borges Da Silva; CPF: 963.955.672-68; Valor: R$1.266,00. SD PM Higo Jorge Santos De Oliveira; CPF: 937.612.602-53; Valor: R$1.266,00. SD PM Rangel Silva Chaves; CPF: 947.104.142-20; Valor: R$1.266,00. ORDENADOR: CEL QOPM UBIRAJARA MAGELA DE SOUSA FALCÃO; Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data de retorno.

PORTARIA Nº5602/23/DI/DF
– Objetivo: Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais; FUNDAMENTO LEGAL: Lei. N° 5.119/84; Município de origem: Salinópolis-PA; Destino: Marituba-PA; Período: 10 a 16/09/2023; Quantidade de diárias: 06 de alimentação; Servidores: CAP PM Pedro Yoshioka Da Silva; CPF: 941.370.302-78; Valor:R$712,14. ORDENADOR: CEL QOPM UBIRAJARA MAGELA DE SOUSA FALCÃO; Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data de retorno.

PORTARIA Nº5603/23/DI/DF
– Objetivo: A Serviço da PMPA; FUNDAMENTO LEGAL: Lei. N° 5.119/84; Município de origem: Belém-PA; Destino: Paragominas-PA; Período: 14 a 15/08/2023; Quantidade de diárias: 01 de alimentação e 01 de pousada; Servidores: SGT PM Antonio Carlos Barbosa Marçal; CPF: 899.598.682-49 ; Valor:R$263,76. SGT PM Bergson Brasil Dos Santos; CPF: 890.455.132-34; Valor: R$263,76. CB PM Jonas Vieira De Sousa; CPF: 008.363.532-77; Valor: R$253,20. SD PM Jonny Rodrigo Silva Da Silva; CPF: 014.623.942-30; Valor: R$253,20. ORDENADOR: CEL QOPM UBIRAJARA MAGELA DE SOUSA FALCÃO; Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data de retorno.

PORTARIA Nº5604/23/DI/DF
– Objetivo: A Serviço da PMPA; FUNDAMENTO LEGAL: Lei. N° 5.119/84; Município de origem: Marabá-PA; Destino: Redenção-PA; Período: 01 a 15/09/2023; Quantidade de diárias: 15 de alimentação e 14 de pousada; Servidores: TEN PM Jedson Dos Reis Lima; CPF: 015.369.612-56; Valor: R$4.092,19. SGT PM Evandro Gomes Souza; CPF: 006.400.652-28; Valor: R$3.824,52. CB PM Jonata Barbosa De Sousa; CPF: 857.896.582-53; Valor: R$3.671,40. SD PM Jessivan Lima Campos; CPF: 009.059.272-73; Valor: R$3.671,40. SD PM Joniego Tavares Silva; CPF: 928.011.292-91 ; Valor: R$3.671,40. SD PM Eliezer Farias Gaspar; CPF: 015.061.633-35; Valor: R$3.671,40. SD PM Kelton Pereira Da Silva Santos; CPF: 989.675.682-15; Valor: R$3.671,40. SD PM Emerson De Sousa Viana; CPF: 012.836.482-37; Valor: R$3.671,40. ORDENADOR: CEL QOPM UBIRAJARA MAGELA DE SOUSA FALCÃO; Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data de retorno.

PORTARIA Nº5605/23/DI/DF
– Objetivo: Reforço de policiamento (Op. independência 2023); FUNDAMENTO LEGAL: Lei. N° 5.119/84; Município de origem: Belém-PA; Destino: Salinópolis-PA; Período: 06 a 11/09/2023; Quantidade de diárias: 05 de alimentação e 05 de pousada; Servidores: MAJ PM Mario Jorge Vasconcelos Conceição Júnior; CPF: 641.614.042-04; Valor:R$1.582,60. SD PM Mike Richardson De Sousa Carvalho; CPF: 025.494.522-83 ; Valor: R$1.266,00. SD PM Paulo César Fima Torres; CPF: 909.355.192-20; Valor:R$1.266,00. ORDENADOR: CEL QOPM UBIRAJARA MAGELA DE SOUSA FALCÃO; Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data de retorno.

PORTARIA Nº5615/23/DI/DF
– Objetivo: Reforço de policiamento (Op. independência 2023); FUNDAMENTO LEGAL: Lei. N° 5.119/84; Município de origem: Belém-PA; Destino: Ilha Do Cotijuba-PA; Período: 06 a 11/09/2023; Quantidade de diárias: 05 de alimentação e 05 de pousada; Servidores: SD PM José Mariano Pires Junior; CPF: 012.644.772-10; Valor:R$857,20. ORDENADOR: CEL QOPM UBIRAJARA MAGELA DE SOUSA FALCÃO; Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data de retorno.

PORTARIA Nº5625/23/DI/DF
– Objetivo: Reforço de policiamento (Op. independência 2023); FUNDAMENTO LEGAL: Lei. N° 5.119/84; Município de origem: Belém-PA; Destino: Mosqueiro-PA; Período: 06 a 11/09/2023; Quantidade de diárias: 05 de alimentação e 05 de pousada; Servidores: SGT PM Orlando Lima Pinho Junior; CPF: 400.569.102-15; Valor: R$870,40. CB PM Renato Do Carmo Miranda; CPF: 013.893.712-55; Valor: R$857,20. CB PM Maxwescley De Araujo; CPF: 003.134.892-03 ; Valor: R$857,20. SD PM Jair Chagas Dos Santos; CPF: 004.828.252-94; Valor: R$857,20. ORDENADOR: CEL QOPM UBIRAJARA MAGELA DE SOUSA FALCÃO; Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data de retorno.

PORTARIA Nº5626/23/DI/DF
– Objetivo: Reforço de policiamento (Op. independência 2023); FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84; Município de origem: Belém-PA; Destino: Salinópolis-PA; Período: 06 a 11/09/2023; Quantidade de diárias: 05 de alimentação e 05 de pousada; Servidores: SGT PM Paulo César Pereira Dos Santos; CPF: 865.561.852-72; Valor: R$1.318,80. SD PM Fábio Soares Carvalho Júnior; CPF: 044.628.772-50; Valor: R$1.266,00. SD PM Thyago Jesse Chumber Negrão; CPF: 008.589.522-97; Valor: R$1.266,00. ORDENADOR: CEL QOPM UBIRAJARA MAGELA DE SOUSA FALCÃO; Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data de retorno.
PORTARIA Nº5627/23/DI/DF
– Objetivo: Reforço de policiamento (Op. independência 2023); FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84; Município de origem: Belém-PA; Destino: Bragança-PA; Período: 06 a 11/09/2023; Quantidade de diárias: 05 de alimentação e 05 de pousada; Servidores: MAJ PM Weber Rickson Cruz Da Fonsêca; CPF: 709.444.312-91; Valor: R$1.582,60. CB PM Rafael Nogueira Da Silva; CPF: 899.280.832-15; Valor: R$1.266,00. SD PM Kaléu Dilon Barra Ribeiro; CPF: 070.183.076-00; Valor: R$1.266,00. SD PM Valdy Edson Silva Do Nascimento; CPF: 011.305.692-33; Valor: R$1.266,00. ORDENADOR: CEL QOPM UBIRAJARA MAGELA DE SOUSA FALCÃO; Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data de retorno.
PORTARIA Nº5628/23/DI/DF
– Objetivo: Reforço de policiamento (Op. independência 2023); FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84; Município de origem: Belém-PA; Destino: Salinópolis-PA; Período: 06 a 11/09/2023; Quantidade de diárias: 05 de alimentação e 05 de pousada; Servidores: SGT PM Aurelio Junior Da Silva Soares; CPF: 583.748.092-72; Valor: R$1.318,80. SGT PM Dayve De Sousa Soares; CPF: 599.224.352-68; Valor: R$1.318,80. CB PM Alex Ribeiro Coutinho; CPF: 962.857.532-53; Valor: R$1.266,00. SD PM Diuberto Da Costa Santos; CPF: 840.425.912-72; Valor: R$1.266,00. ORDENADOR: CEL QOPM UBIRAJARA MAGELA DE SOUSA FALCÃO; Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data de retorno.

Protocolo: 984953

PORTARIA Nº5616/23/DI/DF
– Objetivo: A Serviço da PMPA; FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84; Município de origem: Belém-PA; Destino: Marabá-PA; Período: 12 a 19/08/2023; Quantidade de diárias: 07 de alimentação e 07 de pousada; Servidores: SGT PM Nilzete Bentes Machado; CPF: 393.826.212-53; Valor: R$1.846,32. ORDENADOR: CEL QOPM UBIRAJARA MAGELA DE SOUSA FALCÃO; Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data de retorno.
PORTARIA Nº5617/23/DI/DF
– Objetivo: Reforço De Policiamento (Op. Independencia 2023); FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84; Município de origem: Ananindeua-PA; Destino: Salinópolis-PA; Período: 06 a 11/09/2023; Quantidade de diárias: 05 de alimentação e 05 de pousada; Servidores: SGT PM Antonio Lira Ribeiro Brasil; CPF: 708.579.972-20; Valor: R$1.318,80. CB PM João Paulo De Oliveira Carvalho; CPF: 529.858.812-34; Valor: R$1.266,00. ORDENADOR: CEL QOPM UBIRAJARA MAGELA DE SOUSA FALCÃO; Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data de retorno.
PORTARIA Nº5618/23/DI/DF
– Objetivo: Reforço De Policiamento (Op. Independencia 2023); FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84; Município de origem: Ananindeua-PA; Destino: Bragança-PA; Período: 06 a 11/09/2023; Quantidade de diárias: 05 de alimentação e 05 de pousada; Servidores: SGT PM Marisa Castro Alves De Melo; CPF: 941.932.402-82; Valor: R$1.318,80. SD PM Murilo Augusto Lameira Monteiro; CPF: 007.770.312-05; Valor: R$1.266,00. SD PM Rafael Cunha Gouveia; CPF: 017.963.022-95; Valor: R$1.266,00. ORDENADOR: CEL QOPM UBIRAJARA MAGELA DE SOUSA FALCÃO; Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data de retorno.
PORTARIA Nº5619/23/DI/DF
– Objetivo: Reforço De Policiamento (Op. Independencia 2023); FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84; Município de origem: Ananindeua-PA; Destino: Salinópolis-PA; Período: 06 a 11/09/2023; Quantidade de diárias: 05 de alimentação e 05 de pousada; Servidores: SGT PM Antonio Lira Ribeiro Brasil; CPF: 708.579.972-20; Valor: R$1.318,80. CB PM João Paulo De Oliveira Carvalho; CPF: 529.858.812-34; Valor: R$1.266,00. ORDENADOR: CEL QOPM UBIRAJARA MAGELA DE SOUSA FALCÃO; Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data de retorno.

Protocolo: 984954

PORTARIA Nº5579/23/DI/DF
– Objetivo: Ações de corregedoria; FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84; Município de origem: Breves-PA; Destino: Gurupá-PA; Período: 01 a 05/08/2023; Quantidade de diárias: 04 de alimentação e 04 de pousada; Servidores: TEN PM Gilkedson Teixeira Amaral; CPF: 008.957.362-50; Valor: R$1.128,88. SGT PM Eduardo Alessandro Guedes; CPF: 576.782.192-53; Valor: R$1.055,04. ORDENADOR: CEL QOPM UBIRAJARA MAGELA DE SOUSA FALCÃO; Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data de retorno.
PORTARIA Nº5580/23/DI/DF
– Objetivo: Ações de corregedoria; FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84; Município de origem: Conceição Do Araguaia-PA; Destino: Redenção-PA; Período: 12 a 13/07/2023; Quantidade de diárias: 01 de alimentação e 01 de pousada; Servidores: TEN CEL PM Edvaldo Rodrigues De Medeiros; CPF: 635.761.552-87; Valor: R$316,52. SGT PM Wyllians Oliveira Queiroz; CPF: 380.673.152-72; Valor: R$263,76. ORDENADOR: CEL QOPM UBIRAJARA MAGELA DE SOUSA FALCÃO; Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data de retorno.
PORTARIA Nº5591/23/DI/DF
– Objetivo: Reforço de policiamento (Op. Indepencência 2023); FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84; Município de origem: Belém-PA; Destino: Ilha Do Cotijuba-PA; Período: 06 a 11/09/2023; Quantidade de diárias: 05 de alimentação e 05 de pousada; Servidores: CB PM Robson William Costa De Souza; CPF: 002.965.402-50; Valor: R$857,20. SD PM Luiz Henrique Dos Santos De Souza; CPF: 543.130.152-72 ; Valor: R$857,20. ORDENADOR: CEL QOPM UBIRAJARA MAGELA DE SOUSA FALCÃO; Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data de retorno.
PORTARIA Nº5592/23/DI/DF
– Objetivo: Reforço de policiamento (Op. Indepencência 2023); FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84; Município de origem: Belém-PA; Destino: Salinópolis-PA; Período: 06 a 11/09/2023; Quantidade de diárias: 05 de alimentação e 05 de pousada; Servidores: SD PM Leonardo Rafael Abreu Lopes; CPF: 020.076.932-40; Valor: R$1.266,00. ORDENADOR: CEL QOPM UBIRAJARA MAGELA DE SOUSA FALCÃO; Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data de retorno.
PORTARIA Nº5593/23/DI/DF
– Objetivo: Reforço de policiamento (Op. Indepencência 2023); FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84; Município de origem: Belém-PA; Destino: Mosqueiro-PA; Período: 06 a 11/09/2023; Quantidade de diárias: 05 de alimentação e 05 de pousada; Servidores: SD PM Luiz Antonio Lago Dos Santos; CPF: 021.263.922-60 ; Valor: R$857,20. ORDENADOR: CEL QOPM UBIRAJARA MAGELA DE SOUSA FALCÃO; Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data de retorno.

Protocolo: 984797

PORTARIA Nº5581/23/DI/DF
– Objetivo: Ações De Corregedoria; FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84; Município de origem: Belém-PA; Destino: Santarém-PA; Período: 10 a 16/09/2023; Quantidade de diárias: 06 de alimentação e 06 de pousada; Servidores: MAJ PM Davison André Bastos Da Silva; CPF: 625.312.392-00; Valor: R$1.899,12. CB PM Kleber Gemaque Cardoso; CPF: 887.709.152-53; Valor: R$1.519,20. CB PM Victor Henrique Silva De Oliveira; CPF: 905.774.692-15; Valor: R$1.519,20. ORDENADOR: CEL QOPM UBIRAJARA MAGELA DE SOUSA FALCÃO; Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data de retorno.
PORTARIA Nº5582/23/DI/DF
– Objetivo: A serviço da PMPA; FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84; Município de origem: Belém-PA; Destino: Marabá-PA; Período: 10 a 12/09/2023; Quantidade de diárias: 02 de alimentação e 02 de pousada; Servidores: CEL PM Sérgio Ricardo Neves De Almeida; CPF: 283.458.862-72; Valor: R$633,04. CEL PM José Dilson Melo De Souza Júnior; CPF: 426.627.292-87; Valor: R$633,04. ORDENADOR: CEL QOPM UBIRAJARA MAGELA DE SOUSA FALCÃO; Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data de retorno.

Protocolo: 984832

PORTARIA Nº5575/23/DI/DF
– Objetivo: Açoes de corregedoria; FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84; Município de origem: Breves-PA; Destino: Gurupá-PA; Período: 17 a 20/07/2023; Quantidade de diárias: 03 de alimentação e 03 de pousada; Servidores: TEN PM Gilkedson Teixeira Amaral; CPF: 008.957.362-50; Valor: R$846,66. ASP OF PM Odirson Michel Tavares Da Silva; CPF: 004.604.492-22; Valor: R$846,66. ORDENADOR: CEL QOPM UBIRAJARA MAGELA DE SOUSA FALCÃO; Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data de retorno.
PORTARIA Nº5576/23/DI/DF
– Objetivo: Atender Chamado de Justiça; FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84; Município de origem: Faro-PA; Destino: Santarém-PA; Período: 27/08 a 02/09/2023; Quantidade de diárias: 05 de alimentação e 06 de pousada; Servidores: CB PM José Wellington Ribeiro Da Silva; CPF: 822.945.772-72; Valor: R$1.392,60. ORDENADOR: CEL QOPM UBIRAJARA MAGELA DE SOUSA FALCÃO; Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data de retorno.
PORTARIA Nº5583/23/DI/DF
– Objetivo: Reforço de Policiamento (OP. Independência 2023); FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84; Município de origem: Belém-PA; Destino: Mosqueiro-PA; Período: 06 a 11/09/2023; Quantidade de diárias: 05 de alimentação e 05 de pousada; Servidores: SGT PM Kleiton Luiz Silva Das Neves; CPF: 875.481.862-15; Valor: R$870,40. SD PM Silas Vieira Da Silva; CPF: 991.716.862-15; Valor: R$857,20. SD PM Adriano Marcos Alves Cardoso; CPF: 006.489.992-62; Valor: R$857,20. ORDENADOR: CEL QOPM UBIRAJARA MAGELA DE SOUSA FALCÃO; Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data de retorno.
PORTARIA Nº5584/23/DI/DF
– Objetivo: Reforço de Policiamento (OP. Independência 2023); FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84; Município de origem: Belém-PA; Destino: Mosqueiro-PA; Período: 06 a 11/09/2023; Quantidade de diárias: 05 de alimentação e 05 de pousada; Servidores: TEN PM Paulo Victor Sobral De Oliveira; CPF: 705.460.102-53; Valor: R$1.160,50. ORDENADOR: CEL QOPM UBIRAJARA MAGELA DE SOUSA FALCÃO; Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data de retorno.
PORTARIA Nº5585/23/DI/DF
– Objetivo: Reforço de Policiamento (OP. Independência 2023); FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84; Município de origem: Belém-PA; Destino: Mosqueiro-PA; Período: 06 a 11/09/2023; Quantidade de diárias: 05 de alimentação e 05 de pousada; Servidores: SD PM Tayná Xavier Santos Lago; CPF: 701.938.402-19; Valor: R$857,20. ORDENADOR: CEL QOPM UBIRAJARA MAGELA DE SOUSA FALCÃO; Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data de retorno.
PORTARIA Nº5586/23/DI/DF
– Objetivo: Reforço de Policiamento (OP. Independência 2023); FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84; Município de origem: Belém-PA; Destino: Salinópolis-PA; Período: 06 a 11/09/2023; Quantidade de diárias: 05 de alimentação e 05 de pousada; Servidores: SGT PM Mário Augusto Mendes Ribeiro; CPF: 397.892.922-87; Valor: R$1.318,80. ORDENADOR: CEL QOPM UBIRAJARA MAGELA DE SOUSA FALCÃO; Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data de retorno.

PORTARIA Nº5587/23/DI/DF
– Objetivo: Reforço de Policiamento (OP. Independência 2023); FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84; Município de origem: Belém-PA; Destino: Mosqueiro-PA; Período: 06 a 11/09/2023; Quantidade de diárias: 05 de alimentação e 05 de pousada; Servidores: CB PM Rhuan Patrick Rebelo Santos; CPF: 938.721.432-04; Valor: R$857,20. ORDENADOR: CEL QOPM UBIRAJARA MAGELA DE SOUSA FALCÃO; Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data de retorno.
PORTARIA Nº5597/23/DI/DF
– Objetivo: Reforço de Policiamento (OP. Independência 2023); FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84; Município de origem: Belém-PA; Destino: Mosqueiro-PA; Período: 06 a 11/09/2023; Quantidade de diárias: 05 de alimentação e 05 de pousada; Servidores: CB PM Luis Fernando Rodrigues Monteiro; CPF: 019.730.152-50; Valor: R$857,20. CB PM Carlos Rodrigo Da Silveira Dos Santos; CPF: 797.039.842-15; Valor: R$857,20. SD PM Wendell Da Costa Bitencourt; CPF: 016.338.962-42; Valor: R$857,20. ORDENADOR: CEL QOPM UBIRAJARA MAGELA DE SOUSA FALCÃO; Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data de retorno.
PORTARIA Nº5598/23/DI/DF
– Objetivo: Reforço de Policiamento (OP. Independência 2023); FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84; Município de origem: Belém-PA; Destino: Mosqueiro-PA; Período: 06 a 11/09/2023; Quantidade de diárias: 05 de alimentação e 05 de pousada; Servidores: SGT PM Raimundo Nonato Nogueira Cardoso; CPF: 319.300.502-91; Valor: R$870,40. SGT PM Edson Carvalho Da Rosa; CPF: 352.264.802-10; Valor: R$870,40. SGT PM Wellington Luis Da Silva Farias; CPF: 374.062.482-53; Valor: R$870,40. ORDENADOR: CEL QOPM UBIRAJARA MAGELA DE SOUSA FALCÃO; Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data de retorno.
PORTARIA Nº5609/23/DI/DF
– Objetivo: Reforço de Policiamento (OP. Independência 2023); FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84; Município de origem: Belém-PA; Destino: Bragança-PA; Período: 06 a 11/09/2023; Quantidade de diárias: 05 de alimentação e 05 de pousada; Servidores: SGT PM Débora Cristhina Oliveira Andrade; CPF: 912.283.102-97; Valor: R$1.318,80. CB PM Roseane Pinheiro Figueiredo; CPF: 007.945.552-25; Valor: R$1.266,00. CB PM Átila Ronaldo Lima Vilhena; CPF: 004.018.012-33; Valor: R$1.266,00. SD PM Emerson André Souza Da Silva; CPF: 002.362.882-02; Valor: R$1.266,00. ORDENADOR: CEL QOPM UBIRAJARA MAGELA DE SOUSA FALCÃO; Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data de retorno.
PORTARIA Nº5610/23/DI/DF
– Objetivo: Reforço de Policiamento (OP. Independência 2023); FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84; Município de origem: Belém-PA; Destino: Salinópolis-PA; Período: 06 a 11/09/2023; Quantidade de diárias: 05 de alimentação e 05 de pousada; Servidores: CAP PM Harley Monteiro Dos Santos; CPF: 875.506.282-20; Valor: R$1.450,70. SGT PM Samir Ribeiro Chagas Da Costa; CPF: 879.891.742-00; Valor: R$1.318,80. SD PM Gerson De Castro Borges; CPF: 943.214.692-87; Valor: R$1.266,00. ORDENADOR: CEL QOPM UBIRAJARA MAGELA DE SOUSA FALCÃO; Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data de retorno.
PORTARIA Nº5611/23/DI/DF
– Objetivo: Reforço de Policiamento (OP. Independência 2023); FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84; Município de origem: Ananindeua-PA; Destino: Salinópolis-PA; Período: 06 a 11/09/2023; Quantidade de diárias: 05 de alimentação e 05 de pousada; Servidores: SGT PM Raphael De Queiroz Vieira; CPF: 843.407.542-34; Valor: R$1.318,80. SD PM Adejildo Silva Freitas; CPF: 028.016.142-54; Valor: R$1.266,00. ORDENADOR: CEL QOPM UBIRAJARA MAGELA DE SOUSA FALCÃO; Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data de retorno.

Protocolo: 984880

PORTARIA Nº5577/23/DI/DF
– Objetivo: Atender Chamado de Jutiça; FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84; Município de origem: Anapu-PA; Destino: Ananindeua-PA; Período: 12 a 14/09/2023; Quantidade de diárias: 03 de alimentação e 02 de pousada; Servidores: CB PM Erick Rodrigues Lisboa; CPF: 003.808.032-08; Valor: R$428,60. ORDENADOR: CEL QOPM UBIRAJARA MAGELA DE SOUSA FALCÃO; Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data de retorno.
PORTARIA Nº5578/23/DI/DF
– Objetivo: A Serviço da PMPA; FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84; Município de origem: Belém-PA; Destino: Abaetetuba-PA; Período: 19/08/2023; Quantidade de diárias: 01 de alimentação; Servidores: TEN PM Leonardo Da Silva Costa; CPF: 982.645.672-15; Valor: R$141,11. SD PM Edson Da Silva Coutinho; CPF: 803.315.992-87; Valor: R$126,60. ORDENADOR: CEL QOPM UBIRAJARA MAGELA DE SOUSA FALCÃO; Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data de retorno.
PORTARIA Nº5588/23/DI/DF
– Objetivo: Reforço de policiamento (Op. independência 2023); FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84; Município de origem: Belém-PA; Destino: Ilha Do Cotijuba-PA; Período: 06 a 11/09/2023; Quantidade de diárias: 05 de alimentação e 05 de pousada; Servidores: SD PM Mattheus Pires Vieira; CPF: 017.435.782-61; Valor: R$857,20. ORDENADOR: CEL QOPM UBIRAJARA MAGELA DE SOUSA FALCÃO; Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data de retorno.
PORTARIA Nº5589/23/DI/DF
– Objetivo: Reforço de policiamento (Op. independência 2023); FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84; Município de origem: Belém-PA; Destino: Salinópolis-PA; Período: 06 a 11/09/2023; Quantidade de diárias: 05 de alimentação e 05 de pousada; Servidores: SD PM Flávio Melquesedeque Garcia De Souza; CPF: 019.790.772-58; Valor: R$1.266,00. ORDENADOR: CEL QOPM UBIRAJARA MAGELA DE SOUSA FALCÃO; Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data de retorno.
PORTARIA Nº5590/23/DI/DF
– Objetivo: Reforço de policiamento (Op. independência 2023); FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84; Município de origem: Belém-PA; Destino: Ilha Do Cotijuba-PA; Período: 06 a 11/09/2023; Quantidade de diárias: 05 de alimentação e 05 de pousada; Servidores: SD PM Jessica Gleiciane Borges De Oliveira; CPF: 003.525.182-43; Valor: R$857,20. ORDENADOR: CEL QOPM UBIRAJARA MAGELA DE SOUSA FALCÃO; Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data de retorno.

Protocolo: 984735

PORTARIA Nº5599/23/DI/DF
– Objetivo: Reforço de policiamento (Op. Independência 2023); FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84; Município de origem: Castanhal-PA; Destino: Salinópolis-PA; Período: 06 a 11/09/2023; Quantidade de diárias: 05 de alimentação e 05 de pousada; Servidores: SGT PM Francisco José Costa Da Silva; CPF: 714.326.632-91; Valor: R$1.318,80. SGT PM Luis Augusto Da Silva Alves; CPF: 637.436.712-04; Valor: R$1.318,80. SGT PM Raimundo Hugo De Moraes Neto; CPF: 762.284.442-04; Valor: R$1.318,80. SD PM Hermes Manoel Damasceno De Barros; CPF: 965.503.172-15; Valor: R$1.266,00. ORDENADOR: CEL QOPM UBIRAJARA MAGELA DE SOUSA FALCÃO; Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data de retorno.
PORTARIA Nº5600/23/DI/DF
– Objetivo: Reforço de policiamento (Op. Independência 2023); FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84; Município de origem: Belém-PA; Destino: Mosqueiro-PA; Período: 06 a 11/09/2023; Quantidade de diárias: 05 de alimentação e 05 de pousada; Servidores: SGT PM Jefferson Vieira Da Silva; CPF: 610.067.852-72; Valor: R$870,40. SD PM Iago Camargo Oliveira Da Silva; CPF: 031.768.482-50; Valor: R$857,20. SD PM Luis Henrique Correa De Oliveira; CPF: 906.476.372-00; Valor: R$857,20. ORDENADOR: CEL QOPM UBIRAJARA MAGELA DE SOUSA FALCÃO; Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data de retorno.

Protocolo: 984757

FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA POLÍCIA MILITAR

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

ATO DE HOMOLOGAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2023 – CPL/FASPMPA
PROCESSO 007/2023 – CPL/FASPM
O Diretor do Fundo de Assistência Social da Polícia Militar do Pará - FASPM, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e considerando os termos do Processo Licitatório nº 007/2023 – CPL/FASPMPA, Dispensa de Licitação nº 02/2023 – CPL/FASPM, cujo objeto a aquisição de um imóvel residencial, composto por um terreno medindo 5,00 m (cinco) metros de frente, por 21,00 m (vinte e um) metros de fundos, perfazendo uma área de 105,00 m² (cento e cinco) metros quadrados, cuja construção se resume em prédio residencial, com 3 (três) andares em condomínio fechado, localizado na avenida Nazaré.
Considerando a disponibilidade orçamentária informada através de memorando nº 019/2023 - SS -ORÇ.FIN, o Parecer Jurídico nº 047/2023/JURIDICO – ASSESSORIA JURICA e o Parecer nº 008/2023 – SCI/FASPM, juntado aos autos do Processo, RESOLVO:
1 – HOMOLOGAR, a adjudicação do Processo licitatório na modalidade DISPENSA DE LICITAÇÃO, obedecidas as exigências legais e os princípios que regem o assunto, conforme proposta apresentada pela pessoa física em nome do proprietário:
1.1. GUSTAVO FRANCO RODRIGUES DE SÁ – CPF Nº 875.907.862 – 68, o valor a ser pago será parcelado, a primeira parcela de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), a segunda de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), e 10 (dez) parcelas de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no valor total global de R$ 800.000,00 (oitocentos mil reais)
2 - Deverá ser providenciado instrumento contratual, com base na minuta constante dos autos e, posteriormente, a assinatura das partes para o pagamento do objeto.
3 - Determino a Publicação deste Termo de Homologação em Diário oficial do Estado no prazo previsto em lei.
Belém/PA, 06 de setembro de 2023.
MÓISES COSTA DA CONCEIÇÃO – CEL QOPM RG 18338
DIRETOR DO FASPMPA

Protocolo: 984568

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO PARÁ

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2023 – CBMPA/CEDEC
O Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Pará, no uso de suas atribuições legais HOMOLOGA a adjudicação efetivada no Pregão Eletrônico nº 05/2023 - CEDEC, cujo objeto é Registro de preços para eventu-

al aquisição de água mineral galão 5L, no valor global de R$ 1.768.663,00 (um milhão, setecentos e sessenta e oito mil e seiscentos e sessenta e três reais), sendo vencedoras as Empresas:
Empresa: MAIS SERVICE COMERCIO E SERVIÇOS LTDA; CNPJ: 40.833.638/0001-28; Endereço: Av. Doutor Freitas, N°: 915 Bairro: Sacramenta, Belém PA, sendo vencedora do GRUPO 01, EXCLUSIVA ME/EPP:
– Item 01 (Água mineral natural), tipo menor preço por grupo, no Valor Total de R$ 32.600,00 (trinta e dois mil, seiscentos reais);
– Item 02 (Sistemas de custos – estruturação), tipo menor preço por grupo, no Valor Total de R$ 7.416,50 (sete mil, quatrocentos e dezesseis reais e cinquenta centavos); Valor Total do Grupo: R$ 40.016,50 (quarenta mil, dezesseis reais e cinquenta centavos).
Empresa: L DIAS MONTEIRO COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS; CNPJ: 44.993.260/0001-80; Endereço: Rua Betânia, Conj. Maria José, N°: 28 Bairro: Benguí, Belém PA, sendo vencedora do GRUPO 02, AMPLA CONCORRÊNCIA:
– Item 01 (Água mineral natural), tipo menor preço por grupo, no Valor Total de R$ 602.175,00 (seiscentos e dois mil, cento e sessenta e cinco reais);
– Item 02 (Sistemas de custos – estruturação), tipo menor preço por grupo, no Valor Total de R$ 215.062,50 (duzentos e quinze mil, sessenta e dois reais e cinquenta centavos);
Valor Total do Grupo: R$ 817.237,50 (oitocentos e dezessete mil, duzentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos).
Belém-Pará, 06 de setembro de 2023.
MARCELO MORAES NOGUEIRA - CEL QOBM
ORDENADOR DE DESPESAS

Protocolo: 984465

RESCISÃO DE CONVÊNIO

EXTRATO DO TERMO DE DENÚNCIA AO ACORDO DE COOPERAÇÃO N° CV0001-CI/2022/001
Partes:
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ – CBMPA
CNPJ: 34.847.236/0001-80
EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - INFRAERO
CNPJ: 00.352.294/0001-10
EFEITOS DA DENÚNCIA: Considerando que a EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEREPORTUÁRIA - INFRAERO informou em 03/08/2023 através do Ofício SEDE-OFI-2023/05391, quanto ao interesse do CBMPA em denunciar o Convênio CV0001-CI/2022/001, o presente Termo de Denúncia produzirá efeitos a contar do dia 04/09/2023.
Data da assinatura: 04/09/2023.
Ordenador: JAYME DE AVIZ BENJÓ – CEL QOBM

Protocolo: 984529

DIÁRIA

EXTRATO DE PORTARIA Nº 362/DIÁRIA/DF DE 26 DE JUNHO DE 2023
Conceder aos militares: CEL QOBM MARÍLIA GABRIELA CONTENTE GOMES, MF: 5817072 E ST BM EZEQUIAS DE SOUSA ALVES, MF: 5598630, 01 (UMA) diária de alimentação para cada, perfazendo um valor total de R$ 290,14 (DUZENTOS E NOVENTA REAIS E QUATORZE CENTAVOS), para seguirem viagem de Salinópolis e Belém - PA para Bragança- PA, no dia 13 de Maio de 2023, a serviço do 13º GBM do CBMPA. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
ORDENADOR: JAYME DE AVIZ BENJÓ - CEL QOBM. Comandante - Geral do CBMPA e Coordenador Estadual de Defesa Civil.
EXTRATO DE PORTARIA Nº 457/DIÁRIA/DF DE 25 DE JULHO DE 2023
Conceder aos militares: SGT BM TIAGO DA CONCEICAO SOBRINHO, MF: 57217820 e CB BM MARCOS ALAN DO NASCIMENTO SOUSA MF: 57217819, 01 (UM) diárias de alimentação para cada, perfazendo um valor total de R$ 258,48 (DUZENTOS E CINQUENTA E OITO REAIS E QUARENTA E OITO CENTAVOS), para seguirem viagem de Capanema - PA para Ourém - PA, no período de 05 de Junho de 2023, a serviço do 19º GBM do CBMPA. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
ORDENADOR: JAYME DE AVIZ BENJÓ - CEL QOBM. Comandante - Geral do CBMPA e Coordenador Estadual de Defesa Civil.
EXTRATO DE PORTARIA Nº 463/DIÁRIA/DF DE 26 DE JULHO DE 2023
Conceder aos militares: SGT BM ADRIANO DO NASCIMENTO MORAIS, MF:5609054 e SGT BM FABIO JUNIOR SOUSA DOS SANTOS,MF:57173981, 01 (UMA) diária de alimentação para cada, perfazendo um valor total de R$ 263,76 (DUZENTOS E SESSENTA E TRÊS REAIS E SETENTA E SEIS CENTAVOS), para seguirem viagem de Capanema - PA para Peixe - Boi - PA, no dia 26 de maio de 2023, a serviço do 19° GBM do CBMPA. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
ORDENADOR: JAYME DE AVIZ BENJÓ - CEL QOBM. Comandante - Geral do CBMPA e Coordenador Estadual de Defesa Civil.
EXTRATO DE PORTARIA Nº 471/DIÁRIA/DF DE 27 DE JULHO DE 2023
Conceder aos militares: STEN BM CARLOS DAVID LOBO DA SILVA, MF: 5037603 e SGT BM FERNANDO LOBO FERNANDES, MF: 3384870, 01 (UMA) diárias de alimentação para cada, perfazendo um valor total de R$ 263,76 (DUZENTOS E SESSENTA E TRÊS REAIS E SETENTA E SEIS CENTAVOS), para seguirem viagem de Belém - PA para Abaetetuba - PA, no período de 30 de Junho de 2023, a serviço do 20° GBM do CBMPA.Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
ORDENADOR: JAYME DE AVIZ BENJÓ - CEL QOBM. Comandante - Geral do CBMPA e Coordenador Estadual de Defesa Civil.
EXTRATO DE PORTARIA Nº 472/DIÁRIA/DF DE 27 DE JULHO DE 2023
Conceder aos militares: CEL QOBM MARILIA GABRIELA CONTENTE GOMES, MF:5817072, 01 (UMA) diária de alimentação, perfazendo um valor total de R$ 131,88 (CENTO E TRINTA E UM REAIS E OITENTA E OITO CENTAVOS), para seguir viagem de Salinópolis - PA para Santa Izabel - PA, no período de 27 de maio de 2023, a serviço do 20° GBM do CBMPA. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
ORDENADOR: JAYME DE AVIZ BENJÓ - CEL QOBM. Comandante - Geral do CBMPA e Coordenador Estadual de Defesa Civil.
EXTRATO DE PORTARIA Nº 474/DIÁRIA/DF DE 27 DE JULHO DE 2023
Conceder aos militares: ST BM RR CARLOS DAVID LOBO DA SILVA, MF:5037603; ST BM RR EDENILSON SOUZA ROCHA, MF:5037484 e SGT BM RR FERNANDO LOBO FERNANDES,MF:3384870,06 (SEIS) diárias de alimentação e 05 (CINCO) diárias de pousada para cada, perfazendo um valor total de R$ 4.352,04 (QUATRO MIL E TREZENTOS E CINQUENTA E DOIS REAIS E QUATRO CENTAVOS), para seguirem viagem de Belém - PA para Canaã dos Carajás, Parauapebas e Redenção - PA, no período de 20 a 25 de julho de 2023, a serviço do Almoxarifado. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
ORDENADOR: JAYME DE AVIZ BENJÓ - CEL QOBM. Comandante - Geral do CBMPA e Coordenador Estadual de Defesa Civil.
EXTRATO DE PORTARIA Nº 475/DIÁRIA/DF DE 27 DE JULHO DE 2023
Conceder aos militares: SGT BM CARLOS EMANUEL AVIZ DE QUADROS, MF: 57173899 e SD BM ADRIANO DENIZARD BRITO PINHEIRO, MF: 5932403, 01 (UMA) diária de alimentação para cada, perfazendo um valor total de R$ 258,48 (DUZENTOS E CINQUENTA E OITO REAIS E QUARENTA E OITO CENTAVOS), para seguirem viagem de Bragança - PA para Belém - PA, no dia 29 de junho de 2023, a serviço do 24° GBM do CBMPA. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
ORDENADOR: JAYME DE AVIZ BENJÓ - CEL QOBM. Comandante - Geral do CBMPA e Coordenador Estadual de Defesa Civil.
EXTRATO DE PORTARIA Nº 478/DIÁRIA/DF DE 27 DE JULHO DE 2023
Conceder aos militares: ST BM RR CARLOS DAVID LOBO DA SILVA, MF:5037603; e SGT BM RR FERNANDO LOBO FERNANDES, MF:3384870, 05 (CINCO) diárias de alimentação e 04 (QUATRO) diárias de pousada para cada, perfazendo um valor total de R$ 2.373,84 (DOIS MIL E TREZENTOS E SETENTA E TRÊS REAIS E OITENTA E QUATRO CENTAVOS), para seguirem viagem de Belém - PA para Altamira e Marabá - PA, no período de 24 a 28 de junho de 2023, a serviço do 30° GBM do CBMPA. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
ORDENADOR: JAYME DE AVIZ BENJÓ - CEL QOBM. Comandante - Geral do CBMPA e Coordenador Estadual de Defesa Civil.
EXTRATO DE PORTARIA Nº 481/DIÁRIA/DF DE 31 DE JULHO DE 2023
Conceder aos militares: CEL QOBM EDGAR AUGUSTO DA GAMA GOES, MF:5399424; e SGT BM JUVENAL ALVES MONTES, MF:57190648, 02 (DUAS) diárias de alimentação e 01 (UMA) diária de pousada para cada, perfazendo um valor total de R$ 870,42 (OITOCENTOS E SETENTA REAIS E QUARENTA E DOIS CENTAVOS), para seguirem viagem de Marabá - PA para Canaã dos Carajás - PA, no período de 16 a 17 de junho de 2023, a serviço do COP do CBM/PA. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
ORDENADOR: JAYME DE AVIZ BENJÓ - CEL QOBM. Comandante - Geral do CBMPA e Coordenador Estadual de Defesa Civil.
EXTRATO DE PORTARIA Nº 488/DIÁRIA/DF DE 04 DE AGOSTO DE 2023
Conceder aos militares: ST BM CARLOS DAVID LOBO DA SILVA, MF:5037603; ST BM EDENILSON SOUZA ROCHA, MF:5037484; e SGT BM FERNANDO LOBO FERNANDES, MF:3384870, 03 (TRÊS) diárias de alimentação e 02 (DUAS) diárias de pousada para cada, perfazendo um valor total de R$1.978,20 (MIL E NOVECENTOS E SETENTA E OITO REAIS E VINTE CENTAVOS), para seguirem viagem de Belém - PA para Marabá - PA, no período de 28 a 30 de julho de 2023, a serviço da Corporação. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
ORDENADOR: JAYME DE AVIZ BENJÓ - CEL QOBM. Comandante - Geral do CBMPA e Coordenador Estadual de Defesa Civil.
EXTRATO DE PORTARIA Nº 498/DIÁRIA/DF DE 10 DE AGOSTO DE 2023
Conceder aos militares: SGT BM JOSIEL DA SILVA LIMA, MF: 55586756; SGT BM ISAQUE LOBATO MARQUES, MF: 57190189; SGT BM DIRLEI BISPO BASTOS,MF: 57218534 E CB BM WATILLA OLIVEIRA VIEIRA, MF: 57218387, 7 (SETE) diárias de alimentação e 6 (SEIS) diárias de pousada para cada, perfazendo um valor total de R$ 6.789,12 (SEIS MIL E SETECENTOS E OITENTA E NOVE REAIS E DOZE CENTAVOS), para seguirem viagem de Redenção - PA para Floresta do Araguaia - PA, no período de 23 a 27 de maio de 2023, a serviço do 10º GBM do CBM/PA. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
ORDENADOR: JAYME DE AVIZ BENJÓ - CEL QOBM. Comandante - Geral do CBMPA e Coordenador Estadual de Defesa Civil.
EXTRATO DE PORTARIA Nº 503/DIÁRIA/DF DE 11 DE AGOSTO DE 2023
Conceder aos militares: SGT BM JOAO FERREIRA DE SARGES, MF:54185170; SGT BM NAILTON BAIA BELO, MF:57190068; SGT BM DAVID PONTES FERREIRA, MF:57217699, 03 (TRÊS) diárias de alimentação e 02 (DUAS) diárias de pousada para cada, perfazendo um valor total de R$ 1.978,20 (MIL E NOVECENTOS E SETENTA E OITO REAIS E VINTE CENTAVOS), para seguirem viagem de Tailandia - PA para Jacundá - PA, no período de 28 a 30 de julho de 2023, a serviço do 14º GBM CBM/PA. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
ORDENADOR: JAYME DE AVIZ BENJÓ - CEL QOBM. Comandante - Geral do CBMPA e Coordenador Estadual de Defesa Civil.
EXTRATO DE PORTARIA Nº 513/DIÁRIA/DF DE 16 DE AGOSTO DE 2023
Conceder aos militares: CEL QOBM CHRISTIAN VIEIRA COSTA, MF: 5618061; TEN QOBM SAMUEL JONATHA ARAUJO DA MOTA, MF: 5932591; SGT BM EDENILSON DE JESUS DA SILVA, MF: 57173992;SGT BM RAIMUNDO ELIAS SOUZA VASCONCELOS JÚNIOR, MF: 57218267SGT BM JEFFERSON OLIVEIRA DA SILVA, MF: 57173988 e CB BM DAVID AUGUSTO FERNANDES DE ALMEIDA, MF: 57218539, 06 (SEIS) diária de alimentação e 05 (CINCO) diárias de pousada para cada, perfazendo um valor total de

R$ 9.037,71 (NOVE MIL E TRINTA E SETE REAIS E SETENTA E UM CENTAVOS), para seguirem viagem de Santarém - PA para Juruti - PA, no dia 26 a 31 de Julho de 2023, a serviço do 4º GBM do CBMPA. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
ORDENADOR: JAYME DE AVIZ BENJÓ - CEL QOBM. Comandante - Geral do CBMPA e Coordenador Estadual de Defesa Civil.

EXTRATO DE PORTARIA Nº 535/DIÁRIA/DF DE 21 DE AGOSTO DE 2023
Conceder aos militares: CAP QOBM RONALDO FEIO DA COSTA, MF: 5211875; SGT BM HERMANO MOREIRA COSTA, MF: 57189191 ; SGT BM FABRICIO PEREIRA DA SILVA, MF: 57189265; CB BM GEDERSON DA SILVA RIBEIRO, MF: 57218283, 11 (ONZE) diárias de alimentação e 10 (DEZ) diárias pousada de para cada, perfazendo um valor total de R$ 11.244,03 (ONZE MIL E DUZENTOS E QUARENTA E QUATRO REAIS E TRÊS CENTAVOS), para seguir viagem de Belém - PA para Paragominas - PA, no período de 11 a 21 de Agosto de 2023, a serviço da DST/CAT do CBMPA. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
ORDENADOR: JAYME DE AVIZ BENJÓ - CEL QOBM. Comandante - Geral do CBMPA e Coordenador Estadual de Defesa Civil.

EXTRATO DE PORTARIA Nº 557/DIÁRIA/DF DE 23 DE AGOSTO DE 2023
Conceder aos militares: SGT BM CLELSON FERREIRA MORAES, MF: 57173895;SGT BM ANDERSON ALBERT COSTA DE VASCONCELOS,MF: 57190186 e CB BM DIEGO PAIVA VIANA, MF: 57217734, 02 (DUAS) diárias de alimentação e 01 (UMA) diária de pousada para cada, perfazendo um valor total de R$ 1.171,08 (MIL E CENTO E SETENTA E UM REAIS E OITO CENTAVOS), para seguirem viagem de Belém- PA para São Miguel do Guamá- PA, no período de 08 a 09 de Agosto de 2023, a serviço da corporação do CBMPA. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
ORDENADOR: JAYME DE AVIZ BENJÓ - CEL QOBM. Comandante - Geral do CBMPA e Coordenador Estadual de Defesa Civil.

EXTRATO DE PORTARIA Nº 562/DIÁRIA/DF DE 25 DE AGOSTO DE 2023
Conceder aos militares: STEN BM FRANCISCO CARLOS DA SILVA JUNIOR, MF: 5162203 e SGT BM RAKSON DANIEL SILVA DOS REIS, MF: 54185297, 06(SEIS) diárias de alimentação e 05(CINCO) diárias de pousada para cada, perfazendo um valor total de R$ 2.901,36 (DOIS MIL E NOVECENTOS E UM REAIS E TRINTA E SEIS CENTAVOS), para seguirem viagem de Belém - PA para Abaetetuba - PA, no período de 21 a 26 de Agosto de 2023, a serviço do 15° GBM do CBMPA. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
ORDENADOR: JAYME DE AVIZ BENJÓ - CEL QOBM. Comandante - Geral do CBMPA e Coordenador Estadual de Defesa Civil.

EXTRATO DE PORTARIA Nº 571/DIÁRIA/DF DE 29 DE AGOSTO DE 2023
Conceder aos militares: TCEL QOBM WILLAMES FLORENTINO DE ANDRADE, MF: 54185304; TCEL QOBM CARLOS AUGUSTO SILVA SOUTO, MF: 5602661; MAJ QOBM PATRICIA DO SOCORRO FONSECA DOS SANTOS, MF: 57175163; MAJ QOBM RODRIGO MARTINS DO VALE, MF: 57216356; SGT BM MARCOS WILLIAN MACIEL NOBRE, MF: 57218000 E SGT BM JORGE SOSTENES DOS SANTOS FERREIRA, MF: 57217957, 05 (CINCO) diárias de alimentação e 04 (QUATRO) diárias de pousada para cada, perfazendo um valor total de R$ 8.071,20 (OITO MIL E SETENTA E UM REAIS E VINTE CENTAVOS), para seguirem viagem de Belém - PA para Barcarena - PA, Abaetetuba - PA, Moju - PA, Tailândia - PA e Cametá - PA, nos dias de 28 de Agosto a 01 de Setembro de 2023, a serviço do desta corporação. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
ORDENADOR: JAYME DE AVIZ BENJÓ - CEL QOBM. Comandante - Geral do CBMPA e Coordenador Estadual de Defesa Civil.

Protocolo: 984768

PORTARIA Nº.215/DIÁRIA/CEDEC, DE 31 DE AGOSTO DE 2023
O Coordenador Adjunto Estadual de Defesa Civil, no uso das atribuições que lhe são conferidas em legislação peculiar e considerando o Decreto Estadual de n° 2.539, de 20 de maio de 1994 e PORTARIA N° 159 de 12 de abril a contar do dia 02 de abril de 2023 – CBMPA, publicada no Diário Oficial do Estado n° 35.361 de 13 de abril de 2023.
RESOLVE:
Art. 1º – Conceder aos militares:TCEL QOBM DINALDO SANTOS PALHETA, MAJ QOBM FÁBIO CARDOSO FERREIRA E SGT QBM JOÃO MARCOS DE OLIVEIRA MORAES, 01 (uma) Diária de Alimentação para cada, perfazendo um valor total de R$ 448,40 (QUATROCENTOS E QUARENTA E OITO REAIS E QUARENTA CENTAVOS), por terem se deslocado do município de Vigia-PA para o município de São Caetano de Odivelas-PA, na Região de Integração do Guamá e com diárias do grupo B, no dia 11 agosto de 2023, a serviço da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
MARCELO MORAES NOGUEIRA - CEL QOBM
Coordenador Adjunto Estadual de Defesa Civil

Protocolo: 984711

PORTARIA Nº.216/DIÁRIA/CEDEC, DE 31 DE AGOSTO DE 2023
O Coordenador Adjunto Estadual de Defesa Civil, no uso das atribuições que lhe são conferidas em legislação peculiar e considerando o Decreto Estadual de n° 2.539, de 20 de maio de 1994 e PORTARIA N° 159 de 12 de abril a contar do dia 02 de abril de 2023 – CBMPA, publicada no Diário Oficial do Estado n° 35.361 de 13 de abril de 2023.
RESOLVE:
Art. 1º – Conceder aos militares: SGT QBM PAULO HENRIQUE FIGUEIRA, SGT QBM EMILIANO DO NASCIMENTO CABA E CB QBM MICHEL REIS LIMA,12 (doze) Diárias de Alimentação e 11 (onze) Diárias de pousada para cada, perfazendo um valor total de R$ 8.978,28 (OITO MIL, NOVECENTOS E SETENTA E OITO REAIS E VINTE E OITO CENTAVOS), por terem se deslocado do município de Santa izabel do Pará-PA para o município de Belém-PA, na Região de Integração do Guajará e com diárias do grupo B, no período de 30 de Janeiro a 10 de fevereiro de 2023, a serviço da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
MARCELO MORAES NOGUEIRA - CEL QOBM
Coordenador Adjunto Estadual de Defesa Civil

Protocolo: 984716

PORTARIA Nº.213/DIÁRIA/CEDEC, DE 22 DE AGOSTO DE 2023
O Coordenador Adjunto Estadual de Defesa Civil, no uso das atribuições que lhe são conferidas em legislação peculiar e considerando o Decreto Estadual de n° 2.539, de 20 de maio de 1994 e PORTARIA N° 159 de 12 de abril a contar do dia 02 de abril de 2023 – CBMPA, publicada no Diário Oficial do Estado n° 35.361 de 13 de abril de 2023.
RESOLVE:
Art. 1º – Conceder aos militares: STEN QBM PAULO TEIXEIRA DE MELO E STEN QBM MANOEL GEREMIAS COSTA, 01 (uma) Diária de Alimentação para cada, perfazendo um valor total de R$ 263,76 (DUZENTOS E SESSENTA E TRÊS REAIS E SETENTA E SEIS CENTAVOS), por terem se deslocado do município de Belém-PA para o município de Paragominas - PA, na Região de Integração do Rio Capim, com diárias do grupo B, no dia 21 de agosto de 2023, a serviço da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
MARCELO MORAES NOGUEIRA - CEL QOBM
Coordenador Adjunto Estadual de Defesa Civil

Protocolo: 984705

PORTARIA Nº.214/DIÁRIA/CEDEC, DE 24 DE AGOSTO DE 2023
O Coordenador Adjunto Estadual de Defesa Civil, no uso das atribuições que lhe são conferidas em legislação peculiar e considerando o Decreto Estadual de n° 2.539, de 20 de maio de 1994 e PORTARIA N° 159 de 12 de abril a contar do dia 02 de abril de 2023 – CBMPA, publicada no Diário Oficial do Estado n° 35.361 de 13 de abril de 2023.
RESOLVE:
Art. 1º – Conceder aos militares: TCEL QOBM MOISÉS TAVARES MORAES, MAJ QOBM RAFAEL BRUNO FARIAS REIMÃO, MAJ QOBM CARLOS RANGEL VALOIS DA SILVA E TEN QOBM ALUIZIO LUIZ AZEVEDO DE ARAUJO, 04 (quatro) Diárias de Alimentação e 03 (três) Diárias de Pousada para cada, perfazendo um valor total de R$ 9.108,33 (NOVE MIL, CENTO E OITO REAIS E TRINTA E TRÊS CENTAVOS), por terem se deslocado do município de Belém/PA para o município de Brasília/DF e com diárias do grupo C, no período de 30 de agosto a 02 de setembro de 2023, a serviço da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
MARCELO MORAES NOGUEIRA - CEL QOBM
Coordenador Adjunto Estadual de Defesa Civil

Protocolo: 984706

PORTARIA Nº.211/DIÁRIA/CEDEC, DE 21 DE AGOSTO DE 2023
O Coordenador Adjunto Estadual de Defesa Civil, no uso das atribuições que lhe são conferidas em legislação peculiar e considerando o Decreto Estadual de n° 2.539, de 20 de maio de 1994 e PORTARIA N° 159 de 12 de abril a contar do dia 02 de abril de 2023 – CBMPA, publicada no Diário Oficial do Estado n° 35.361 de 13 de abril de 2023.
RESOLVE:
Art. 1º – Conceder aos militares: SGT QBM ROGÉRIO DA CUNHA BRITO, SGT QBM ISMAEL JUNIO PANTOJA DA SILVA e CB QBM ALEXANDRE DAS NEVES ANSELMO, 06 (seis) Diárias de Alimentação e 05 (cinco) Diárias de Pousada para cada, perfazendo um valor total de R$ 4.293,96 (QUATRO MIL, DUZENTOS E NOVENTA E TRÊS REAIS E NOVENTA E SEIS CENTAVOS), por terem se deslocado do município de Belém-PA para o município de São Félix do Xingu - PA, na Região de Integração do Araguaia e com diárias do grupo B, no período de 20 a 25 de agosto de 2023, a serviço da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
MARCELO MORAES NOGUEIRA - CEL QOBM
Coordenador Adjunto Estadual de Defesa Civil

Protocolo: 984700

PORTARIA Nº.212/DIÁRIA/CEDEC, DE 21 DE AGOSTO DE 2023
O Coordenador Adjunto Estadual de Defesa Civil, no uso das atribuições que lhe são conferidas em legislação peculiar e considerando o Decreto Estadual de n° 2.539, de 20 de maio de 1994 e PORTARIA N° 159 de 12 de abril a contar do dia 02 de abril de 2023 – CBMPA, publicada no Diário Oficial do Estado n° 35.361 de 13 de abril de 2023.
RESOLVE:
Art. 1º – Conceder aos militares: MAJ QOBM JORGE CIRILO OLIVEIRA SOUZA E SGT QBM OZIEL MORAES DA SILVA, 01 (uma) Diária de Alimentação para cada, perfazendo um valor total de R$ 290,14 (DUZENTOS E NOVENTA REAIS E QUATORZE CENTAVOS), por terem se deslocado do município de Belém-PA para o município de Ipixuna do Pará - PA, na Região de Integração do Rio Capim, com diárias do grupo B, no dia 16 agosto de 2023, a serviço da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
MARCELO MORAES NOGUEIRA - CEL QOBM
Coordenador Adjunto Estadual de Defesa Civil

Protocolo: 984702

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PARÁ

PORTARIA

PORTARIA Nº 1725 – DG/CCCLIN, 27 de Junho de 2023.
A Diretora-Geral do Departamento de Trânsito do Estado do Pará – DETRAN/PA, no uso da competência que lhe confere o artigo 22 da Lei 9.503

de 23 de Setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro.
Considerando o teor da PORTARIA Nº011/2020 do DETRAN/PA que regulamenta o Credenciamento de Clínicas Médicas e Psicológicas, para realização de Exames de Aptidão Física e Mental e Avaliação Psicológica em Candidatos a obtenção de Carteira Nacional de Habilitação – CNH, bem como as Resoluções dos Conselhos Federais de Medicina e Psicologia.
Considerando que o Requerimento foi autuado e processado consoante os preceitos da PORTARIA N.011/2020-DG, e que a Requerente Razão Social: CLINICA CENTRO DE MEDICINA DO TRÁFEGO TUCUMÃ/PA cumpriu com todas as formalidades legais para o seu Credenciamento.
R E S O L V E:
I - CREDENCIAR pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data da publicação desta Portaria, a Clínica CENTRO DE MEDICA DO TRÁFEGO LTDA – Razão Social CLINICA CENTRO DE MEDICINA DO TRÁFEGO LTDA, CNPJ 39.702.115/0001-63, localizada na Av. do Ouro, nº 945, Quadra 14, Lote 222 Bairro Rodoviario, CEP 68.385-000, Tucumã/PA, sob a Responsabilidade Administrativa de Maria Bernadeth Machado dos Anjos, sob a Responsabilidade Técnica Médica de Maria Bernadeth Machado dos Anjos e Responsabilidade Técnica Psicológica de Caroline Ferreira dos Santos, para prestação de serviços de Exame de Aptidão Física e Mental e Avaliação Psicológica.
II - À Comissão de Credenciamento de Clínicas/CCCLIN, para que adotem as providências para o pleno cumprimento do Presente Ato.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
ARLEI COSTA GONÇALVES
DIRETOR-GERAL, EM EXERCICIO / DETRAN-PA

Protocolo: 984512

PORTARIA Nº 07/2023-CETRAN/PA
O Presidente do Conselho Estadual de Trânsito, no uso das atribuições Legais que lhe confere o Decreto nº 1.365, de 24 de novembro de 2004.
CONSIDERANDO: que cabe ao Presidente do CETRAN aprovar a inclusão de assuntos extra-pauta, quando revestidos de caráter de urgência e relevância previsto no inciso V do Art. 13 do Regimento Interno do CETRAN e ainda baixar atos administrativos de caráter normativo conforme o inciso IX do referido Regimento;
CONSIDERANDO: que o Art. 14, III do CTB, obtempera que cabe ao Conselho responder a consultas relativas à aplicação da legislação e dos procedimentos normativos de trânsito;
CONSIDERANDO: ainda o aumento exponencial de Consultas e diante da necessidade de dar celeridade às respostas aos Consulentes;
RESOLVE:
1- DESIGNAR Wender Morais Vicente, Conselheiro Suplente de Marabá, como responsável pela elaboração dos pareceres em resposta as Consultas formuladas neste segundo semestre do ano em curso;
2- O Conselheiro designado poderá ser assessorado por qualquer outro Conselheiro voluntário;
3- Os Pareceres deverão ser elaborados em até 30 dias do recebimento da Consulta e serem apresentados aos Conselheiros para aprovação ou, em caráter de urgência em face da matéria, ao Presidente deste CETRAN ad referendum do Colegiado posteriormente;
3- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Belém-Pa, 06 de setembro de 2023
UALAME FIALHO MACHADO
Secretário de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Pará
Presidente do CETRAN

Protocolo: 984781

DIÁRIA

PORTARIA Nº 4212/2023-DAF/cgp, de 04/09/2023
A Diretora Administrativa e Financeira do Departamento de Trânsito do Estado do Pará-DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 3057/2020-DG/CGP.
CONSIDERANDO a solicitação de concessão de diária constante no Processo nº 2023/001292;
R E S O L V E:
AUTORIZAR o pagamento de treze e meia (13 e 1/2) diárias ao servidor abaixo especificado, referente ao deslocamento do Município de Belém para o município de Abaetetuba no período de 24/09 à 07/10/2023, a fim de realizar controle de fluxo de veículo, ações de fiscalização de trânsito na referida localidade, bem como desenvolver ações determinadas pela Diretoria Técnica e Operaciona

nome	matricula
Deninson Henrique Monteiro Maia	57200271/1

REGINA BARBOSA ROCHA
Diretora Administrativa e Financeira

PORTARIA Nº 4214/2023-DAF/cgp, de 04/09/2023
A Diretora Administrativa e Financeira do Departamento de Trânsito do Estado do Pará-DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 3057/2020-DG/CGP.
CONSIDERANDO a solicitação de concessão de diária constante no Processo nº 2023/001249;
R E S O L V E:
AUTORIZAR o pagamento de nove e meia (09 e 1/2) diárias aos servidores abaixo especificados, referente ao deslocamento do Município de Santarém para o município de Belterra no período de 11/09 à 20/09/2023, a fim de desempenhar suas atividades funcionais, em Operações de Fiscalização de trânsito, em cumprimento a programação da DTO, no referido município.

nome	matricula
Eliangelo Siqueira Gamboa	57201633/1
Jean Carneiro Oliveira	57202100/1
Wladimir Carvalho Batista	57199610/2
Albeson da Silva Dias	57201777/1

REGINA BARBOSA ROCHA
Diretora Administrativa e Financeira

PORTARIA Nº 4238/2023-DAF/cgp, de 04/09/2023
A Diretora Administrativa e Financeira do Departamento de Trânsito do Estado do Pará-DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 3057/2020-DG/CGP.
CONSIDERANDO a solicitação de concessão de diária constante no Processo nº 2023/001282;
R E S O L V E:
AUTORIZAR o pagamento de quinze e meia (15 e 1/2) diárias ao servidor abaixo especificado, referente ao deslocamento do Município de Belém para o município de Abaetetuba no período de 15/09 à 30/09/2023, a fim auxiliar a equipe de fiscalização de trânsito, realizando atividades correlatas a sua área de atuação.

nome	matricula
Leonardo Araújo da Costa	80845441/1

REGINA BARBOSA ROCHA
Diretora Administrativa e Financeira

PORTARIA Nº 4239/2023-DAF/cgp, de 04/09/2023
A Diretora Administrativa e Financeira do Departamento de Trânsito do Estado do Pará-DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 3057/2020-DG/CGP.
CONSIDERANDO a solicitação de concessão de diária constante no Processo nº 2023/001261;
R E S O L V E:
AUTORIZAR o pagamento de quinze e meia (15 e 1/2) diárias ao servidor abaixo especificado, referente ao deslocamento do Município de Belém para o município de Santa Bárbara do Pará no período de 15/09 à 30/09/2023, a fim de realizar ações de fiscalização de trânsito no referido município em cumprimento a cronograma de ações determinadas pela Diretoria Técnica e Operacional. Com Pernoite

nome	matricula
Adriano da Conceição Siqueira Pinto	80845541/1

REGINA BARBOSA ROCHA
Diretora Administrativa e Financeira

PORTARIA Nº 4241/2023-DAF/cgp, de 04/09/2023
A Diretora Administrativa e Financeira do Departamento de Trânsito do Estado do Pará-DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 3057/2020-DG/CGP.
CONSIDERANDO a solicitação de concessão de diária constante no Processo nº 2023/001275;
R E S O L V E:
AUTORIZAR o pagamento de treze e meia (13 e 1/2) diárias ao servidor abaixo especificado, referente ao deslocamento do Município de Belém para o município de Salinópolis no período de 24/09 à 07/10/2023, a fim de realizar controle de fluxo de veículo, ações de fiscalização de trânsito, na referida localidade, bem como desenvolver ações determinadas pela Diretoria Técnica e Operacional. Com pernoite.

nome	matricula
Charles Yuri Souza de Castro	57232049/1

REGINA BARBOSA ROCHA
Diretora Administrativa e Financeira

PORTARIA Nº 4242/2023-DAF/cgp, de 04/09/2023
A Diretora Administrativa e Financeira do Departamento de Trânsito do Estado do Pará-DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 3057/2020-DG/CGP.
CONSIDERANDO a solicitação de concessão de diária constante no Processo nº 2023/001279;
R E S O L V E:
AUTORIZAR o pagamento de treze e meia (13 e 1/2) diárias aos servidores abaixo especificados, referente ao deslocamento do Município de Belém para o município de Benevides no período de 24/09 à 07/10/2023, a fim de realizar controle de fluxo de veículo, ações de fiscalização de trânsito, na referida localidade, bem como desenvolver ações determinadas pela Diretoria Técnica e Operacional. Com pernoite.

nome	matricula
Jorge Alberto Luz Bahia Filho	57227367/1
Walmero Jesus Costa	57226865/1

REGINA BARBOSA ROCHA
Diretora Administrativa e Financeira

PORTARIA Nº 4247/2023-DAF/cgp, de 05/09/2023
A Diretora Administrativa e Financeira do Departamento de Trânsito do Estado do Pará-DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 3057/2020-DG/CGP.
CONSIDERANDO a solicitação de concessão de diária constante no Processo nº 2023/001280;
R E S O L V E:
AUTORIZAR o pagamento de dezesseis e meia (16 e 1/2) diárias aos servidores abaixo especificados, referente ao deslocamento do Município de Belém para o município de Santa Bárbara do Pará no período de 21/09 à 07/10/2023, a fim de realizar controle de fluxo de veículo, ações de fiscalização de trânsito no referido município em cumprimento a cronograma de ações determinadas pela Diretoria Técnica e Operacional. Com Pernoite.

nome	matricula
Gilvan Veloso Cruz	57213689/2
Gustavo Alex Santos de Oliveira	57226721/1
Inivens Nazaré dos Santos Andrade	57198613/1
Izaura Valadares de Souza	57211114/2
Karine Monik Almeida da Costa	57226816/1
Luciano Azevedo Nascimento	57214954/1
Sandra Paula dos Remédios Cunha de Oliveira	57202190/1
Shirley Alessandra Soares Castanheira	57226458/1
Nei Eduardo Trindade do Rosário	57193274/2
Sílvio Nazareno de Moraes	57201601/1

REGINA BARBOSA ROCHA
Diretora Administrativa e Financeira

PORTARIA Nº 4248/2023-DAF/cgp, de 05/09/2023

A Diretora Administrativa e Financeira do Departamento de Trânsito do Estado do Pará-DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 3057/2020-DG/CGP.
CONSIDERANDO a solicitação de concessão de diária constante no Processo nº 2023/001274;
R E S O L V E:
AUTORIZAR o pagamento de dezesseis e meia (16 e 1/2) diárias aos servidores abaixo especificado, referente ao deslocamento do Município de Belém para o município de Salinópolis no período de 21/09 à 07/10/2023, a fim de realizar controle de fluxo de veículo, ações de fiscalização de trânsito, na referida localidade, bem como desenvolver ações determinadas pela Diretoria Técnica e Operacional.

nome	matricula
Antonieta Cristina Araújo Carvalho Athayde	5632994/2
Charles Santos e Cunha	54191524/2
Cláudia Deolinda Alvarez Félix	57226873/1
Edmée Maria Queiroz de Araujo Alves	57229227/1
Franciana Maria Jatene Cavalcante	57212348/2
Frederico Costa Lins	57176371/2
Ilmar Anaisy Araújo Borges	57205216/1
Iolete Maria dos Santos Anderson	54191814/3
Joelma Lima Barbosa dos Passos	57212280/2
Leidyane Marques Machado	57200238/1
Marisandra Maia da Silva	57198274/1
Nelson Horacio Salgado Rego	57232981/1
Pedro Hugo de Lima Filho	57226484/1
Rosemiro Filho de Freitas Maués	57195019/2
Sandra Seny China Bastos	57230596/1
Sidclei Furtado Farias	5921334/1
Silverton dos Santos Gomes	57227376/1
Sônia Maria Lima da Costa	57200228/1
Vera Márcia da Silva Paredes	57194771/2
Wanderley Pontes Ferreira	57211861/2

REGINA BARBOSA ROCHA
Diretora Administrativa e Financeira

PORTARIA Nº 4249/2023-DAF/cgp, de 05/09/2023

A Diretora Administrativa e Financeira do Departamento de Trânsito do Estado do Pará-DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 3057/2020-DG/CGP.
CONSIDERANDO a solicitação de concessão de diária constante no Processo nº 2023/001293;
R E S O L V E:
AUTORIZAR o pagamento de dezesseis e meia (16 e 1/2) diárias aos servidores abaixo especificados, referente ao deslocamento do Município de Belém para o município de Abaetetuba no período de 21/09 à 07/10/2023, a fim de realizar controle de fluxo de veículo, ações de fiscalização de trânsito na referida localidade, bem como desenvolver ações determinadas pela Diretoria Técnica e Operacional. Com Pernoite.

nome	matricula
Sávio Marcelo Oliveira Henriques	57226858/1
Luiz Vinicius Moreira de Abreu	57214957/1
Luis Antonio Pinheiro Cardoso	57230582/1
Luana Aline Cardoso Leitão	54192725/2
Liliane Ferreira Pontes	5945397/1
Karina Sant'Ana Aleixo	57226498/1
Jorge Eduardo Prazer da Conceição	57226691/1
Inês Maria Miléo Guerreiro	8080089/1
Inaldo Carlos Costa Araujo	57211166/2
Gleydson Monção Araújo	57201966/1
Fabrício Gomes de Oliveira	54192712/2
Esmerinda Angélica Diniz Carvalho	57200231/1
Edmilson Juarez dos Santos Borges	5843219/2
Clodoaldo Medina Godinho Junior	54192741/3
Bárbara de Cássia Ferreira Moreira	57226452/1
Allan Soares Monteiro	57200349/1
Antonio Robson Cascaes Dantas	57217207/2
Antonia Pereira de Oliveira Coelho	57226492/1
Wellington Carlos Henriques Martins	54195738/2
Alexandre Caetano de Sousa	57209138/1

REGINA BARBOSA ROCHA
Diretora Administrativa e Financeira

PORTARIA Nº 4251/2023-DAF/cgp, de 05/09/2023

A Diretora Administrativa e Financeira do Departamento de Trânsito do Estado do Pará-DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 3057/2020-DG/CGP.
CONSIDERANDO a solicitação de concessão de diária constante no Processo nº 2023/001287;
R E S O L V E:
AUTORIZAR o pagamento de onze e meia (11 e 1/2) diárias aos servidores abaixo especificados, referente ao deslocamento do Município de Itaituba para o município de Santarém no período de 11/09 à 22/09/2023, a fim de desempenhar suas atividades funcionais, em Operações de Fiscalização de trânsito, em cumprimento a programação da DTO, no referido município. em especial no apoio ao evento Çairé.

nome	matricula
Antonio Carlos Almeida Santos	57214204/2
Antonio Dima Lima	57201219/1
Elisângela Costa de Souza Travassos	57201292/1
Jairo Nogueira da Costa	57201191/1
Kátia da Silva Sá	57214238/2
Kleyton Gemaque Miranda da Silva	57227943/1
Marcos Aurélio Castro Feitosa	57201534/1
Oclênio Fernandes de Lima	57227329/1
Valdir Amadeu da Silva	5827485/2
Vonildo Soares dos Santos	57227326/1

REGINA BARBOSA ROCHA
Diretora Administrativa e Financeira

PORTARIA Nº 4252/2023-DAF/cgp, de 05/09/2023

A Diretora Administrativa e Financeira do Departamento de Trânsito do Estado do Pará-DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 3057/2020-DG/CGP.
CONSIDERANDO a solicitação de concessão de diária constante no Processo nº 2023/001271;
R E S O L V E:
AUTORIZAR o pagamento de dezesseis e meia (16 e 1/2) diárias aos servidores abaixo especificados, referente ao deslocamento do Município de Belém para o município de Acará no período de 21/09 à 0710/2023, a fim de realizar controle de fluxo de veículo, ações de fiscalização de trânsito no referido município, bem como desenvolver ações determinadas pela Diretoria Técnica e Operacional. Com pernoite.

nome	matricula
Evandro Ferreira Marques	57188406/2
Adenor de Jesus Guedes	54186678/3
Antonio Rafael Rodrigues Queiroz	57227951/1
Edson Itamar Barradas da Silva	57200229/1
Fábio Rodrigo Braga Santiago	57197560/2
Franciley Roberto Maciel Ferreira	57227745/1
Francisco Antonio da Silva	57198620/1
Giselle Oliveira Uribe Rosado	57213563/2
João das Merces Oliveira Júnior	57226382/1
Jofre Costa e Cunha	54191302/2
José Ribamar do Nascimento	57201705/1
Lorena Suelen de Souza Costa	57232111/1
Lyndon Chrysler de Almeida	5816874/2
Marco Antonio Pinheiro Paciência	57195024/2
Moisés de Albuquerque Pereira	57203792/2
Rita de Cássia Moreira de Melo Pompeu	57205875/1

Robson Diego Oliveira da Silva	54185842/3
Sirley da Silva Julio	57214394/2
Soraia Selma Andrade Cardoso	57202052/1
Thyago Fernando Pinheiro de Lima	57201687/2

REGINA BARBOSA ROCHA
Diretora Administrativa e Financeira

PORTARIA Nº 4253/2023-DAF/cgp, de 05/09/2023

A Diretora Administrativa e Financeira do Departamento de Trânsito do Estado do Pará-DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 3057/2020-DG/CGP.
CONSIDERANDO a solicitação de concessão de diária constante no Processo nº 2023/001277;
R E S O L V E:
AUTORIZAR o pagamento de dezesseis e meia (16 e 1/2) diárias aos servidores abaixo especificados, referente ao deslocamento do Município de Belém para o município de Benevides no período de 21/09 à 07/10/2023, a fim de realizar controle de fluxo de veículo, ações de fiscalização de trânsito no referido município em cumprimento a cronograma de ações determinadas pela Diretoria Técnica e Operacional. Com Pernoite.

nome	matricula
Maria de Lourdes Ferreira Batista	54187987/3
Priscyla Roman Vieira	57200275/1

REGINA BARBOSA ROCHA
Diretora Administrativa e Financeira

PORTARIA Nº 4254/2023-DAF/cgp, de 05/09/2023

A Diretora Administrativa e Financeira do Departamento de Trânsito do Estado do Pará-DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 3057/2020-DG/CGP.
CONSIDERANDO a solicitação de concessão de diária constante no Processo nº 2023/001296;
R E S O L V E:
AUTORIZAR o pagamento de dezesseis e meia (16 e 1/2) diárias aos servidores abaixo especificados, referente ao deslocamento do Município de Belém para o município de Tailândia no período de 21/09 à 07/10/2023, a fim de realizar controle de fluxo de veículo, ações de fiscalização de trân-

sito, bem como desenvolver ações determinadas pela Diretoria Técnica e Operacional em especial para acompanhar os trabalhos da empresa que fará a pesagem de veículos de carga na balança localizada naquele município conforme ofício nº 681/2019 – GAB/SETRAN. Com Pernoite.

nome	matricula
Ademilton Vaz de Quadros	57230538/1
Alberto Jansen Ferreira	57231977/1
Carla do Socorro Estumano de Sena	57203709/1
Cláudia da Silva Nascimento	57224176/2
Jacson Cleiton de Melo Saraiva	57200226/1
Mauro Luiz da Silva Costa	57194178/2

REGINA BARBOSA ROCHA
Diretora Administrativa e Financeira

Protocolo: 984560

SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

PORTARIA Nº 355/2023/CESAD/DGP/GAB/SEAP
Belém, 11 de setembro de 2023.
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por meio da Lei nº 8.937, de 02 dezembro de 2019, e pelo Decreto publicado no Diário Oficial nº 35.035, de 05 de julho de 2022;
CONSIDERANDO o disposto no § 4º do artigo 41 da Constituição Federal e no artigo 32 da Lei Estadual nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994;
CONSIDERANDO o disposto no inciso I do artigo 11 e inciso II do artigo 21 do Decreto Estadual n° 249, de 11 de outubro de 2011, que dispõe sobre o estágio probatório do servidor público civil ocupante de cargo de provimento efetivo;
CONSIDERANDO a Comissão Especial de Avaliação de Desempenho (CESAD), instituída por meio da Portaria n° 594, de 08 de junho de 2021; e,
CONSIDERANDO o Parecer Conclusivo da CESAD, na forma dos Anexos VI ou VIII do Decreto Estadual n° 249, de 11 de outubro de 2011, e o Processo PAE nº 2023/1013960.
RESOLVE:
Art. 1º HOMOLOGAR a Avaliação de Desempenho dos servidores ocupantes do cargo de Policial Penal, na forma do ANEXO ÚNICO desta Portaria.
Art. 2º Os servidores aprovados na Avaliação do Estágio Probatório relacionados no ANEXO ÚNICO desta Portaria passam a ser estáveis no cargo, com o conceito obtido de acordo com o seus respectivos processos avaliativos.
Art. 3ª Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a contar da finalização dos três anos de efetivo exercício dos servidores no cargo.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
CEL QOPM MARCO ANTONIO SIROTHEAU CORRÊA RODRIGUES
Secretário de Estado de Administração Penitenciária
ANEXO ÚNICO

Nº	MATRÍCULA	NOME	CARGO	CONCEITO
1	5952350	ALYNE DE OLIVEIRA SOUSA	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	EXCELENTE
2	5952356	CAMILA LOPES BARBOSA PAULO	TECNICO EM ENFERMAGEM	EXCELENTE
3	5952462	DANIELLE MORAES BAIA RODRIGUES	TECNICO EM GESTAO PENITENCIARIA/ SERVICO SOCIAL	EXCELENTE
4	5952401	EDIELSON SILVA DE VILHENA	ELETRICISTA	EXCELENTE
5	5952557	FILIPE MORAES RODRIGUES	ASSISTENTE DE INFORMATICA	EXCELENTE
6	5952314	FRANCELINA DE SOUSA ALMEIDA ROCHA	TECNICO EM GESTAO PENITENCIARIA/ ENFERMAGEM	EXCELENTE
7	5952344	GEOVANE DIAS DA SILVA	ELETRICISTA	EXCELENTE
8	5952315	HELIA ADNA DE OLIVEIRA SANTOS	TECNICO EM ENFERMAGEM	EXCELENTE
9	5952568	JHULI DAYANE CORREA DA SILVA	TECNICO EM GESTAO PENITENCIARIA/ ODONTOLOGIA	EXCELENTE
10	57224865	MARIA AUXILIADORA MORAES PINTO	TECNICO EM GESTAO PENITENCIARIA/ PEDAGOGIA	EXCELENTE
11	5952388	WALDERCY SENA DOS SANTOS	TECNICO EM GESTAO PENITENCIARIA/ ODONTOLOGIA	EXCELENTE

PORTARIA Nº 356/2023/CESAD/DGP/GAB/SEAP
Belém, 11 de setembro de 2023.
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por meio da Lei nº 8.937, de 02 dezembro de 2019, e pelo Decreto publicado no Diário Oficial nº 35.035, de 05 de julho de 2022;
CONSIDERANDO o disposto no § 4º do artigo 41 da Constituição Federal e no artigo 32 da Lei Estadual nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994;
CONSIDERANDO o disposto no inciso I do artigo 11 e inciso II do artigo 21 do Decreto Estadual n° 249, de 11 de outubro de 2011, que dispõe sobre o estágio probatório do servidor público civil ocupante de cargo de provimento efetivo;
CONSIDERANDO a Comissão Especial de Avaliação de Desempenho (CESAD), instituída por meio da Portaria n° 594, de 08 de junho de 2021; e,
CONSIDERANDO o Parecer Conclusivo da CESAD, na forma dos Anexos VI ou VIII do Decreto Estadual n° 249, de 11 de outubro de 2011, e o Processo PAE nº 2023/1014030.
RESOLVE:
Art. 1º HOMOLOGAR a Avaliação de Desempenho dos servidores ocupantes do cargo de Policial Penal, na forma do ANEXO ÚNICO desta Portaria.
Art. 2º Os servidores aprovados na Avaliação do Estágio Probatório relacionados no ANEXO ÚNICO desta Portaria passam a ser estáveis no cargo, com o conceito obtido de acordo com o seus respectivos processos avaliativos.
Art. 3ª Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a contar da finalização dos três anos de efetivo exercício dos servidores no cargo.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
CEL QOPM MARCO ANTONIO SIROTHEAU CORRÊA RODRIGUES
Secretário de Estado de Administração Penitenciária
ANEXO ÚNICO

Nº	MATRICULA	NOME	CARGO	CONCEITO
1	5953870	ADALTO BIZERRA LIMA JUNIOR	POLICIAL PENAL	EXCELENTE
2	5953957	ALICE DOS SANTOS MACHADO	POLICIAL PENAL	EXCELENTE
3	5906599	ANA MARIA LEAL CARVALHO	POLICIAL PENAL	EXCELENTE
4	5953938	ANDERSON RIBEIRO DE SOUZA	POLICIAL PENAL	EXCELENTE
5	5911486	CLEIDIVAL PINHEIRO COSTA	POLICIAL PENAL	EXCELENTE
6	5953861	CRISON DA CONCEICAO ALVES LIMA	POLICIAL PENAL	EXCELENTE
7	5954218	DANIEL RAIMUNDO DOS SANTOS	POLICIAL PENAL	EXCELENTE
8	5954188	DARCI COSTA DE OLIVEIRA	POLICIAL PENAL	EXCELENTE
9	5954187	DAVID SILVA FREITAS	POLICIAL PENAL	EXCELENTE
10	5954827	DELCIO JOAO RODRIGUES CARDOSO JUNIOR	POLICIAL PENAL	EXCELENTE
11	5896914	ELIENALDO SENA BATISTA	POLICIAL PENAL	EXCELENTE
12	5954010	EVA LUIZA SALES DA PAIXAO	POLICIAL PENAL	EXCELENTE
13	5954346	FABIO DA SILVA BRANDINO DOS SANTOS	POLICIAL PENAL	EXCELENTE
14	5954497	FELIX ALENCAR MARINHO DE OLIVEIRA NETO	POLICIAL PENAL	EXCELENTE
15	5910539	FRANCISCO ALDEMIR DE ARAUJO	POLICIAL PENAL	EXCELENTE
16	5953956	FRANCISCO DAS CHAGAS DE SOUSA MENDES	POLICIAL PENAL	EXCELENTE
17	5953960	FRANCISCO DAS CHAGAS GOMES DE SOUSA	POLICIAL PENAL	EXCELENTE
18	5938785	GABRIEL DE SOUZA DA SILVA	POLICIAL PENAL	EXCELENTE
19	5954416	GENILDO LIMA DA CONCEICAO	POLICIAL PENAL	EXCELENTE
20	5954008	IRENILDA MARIANO DE MELO	POLICIAL PENAL	EXCELENTE
21	5954014	IRLANDIA CRISTINA BATISTA MOURA MENDES	POLICIAL PENAL	EXCELENTE
22	5953910	JEFFERSON LUIZ DE AZEVEDO E SILVA	POLICIAL PENAL	EXCELENTE
23	5947051	JEFFERSON MARQUES DA SILVA	POLICIAL PENAL	EXCELENTE
24	5953902	JENISON ELIVELTON CORREA VIANA	POLICIAL PENAL	EXCELENTE
25	5954000	JOELMIR DA SILVA ALMEIDA	POLICIAL PENAL	EXCELENTE
26	5954036	JOSIEL CARNEIRO PINHEIRO	POLICIAL PENAL	EXCELENTE
27	5950087	KEILA MARIA CARNEIRO LOPES	POLICIAL PENAL	EXCELENTE
28	5953840	LUAN ALBERY ASSUNCAO FONSECA	POLICIAL PENAL	EXCELENTE
29	5953844	MADSON ANDRE BARBOSA DOS SANTOS	POLICIAL PENAL	EXCELENTE
30	5953884	MANOEL GONCALVES DA SILVA	POLICIAL PENAL	EXCELENTE
31	5954392	MARIO SERGIO SOARES LEAO	POLICIAL PENAL	EXCELENTE
32	5954408	NATALIA SEMIRAMIS SANTOS DA CONCEICAO	POLICIAL PENAL	EXCELENTE
33	5954235	ODIGLEISSON FEITOSA CARDOSO	POLICIAL PENAL	EXCELENTE
34	5950130	OLIVAL DE FARIAS COSTA NETO	POLICIAL PENAL	EXCELENTE
35	5954244	ORLANDO MONTEIRO NETO	POLICIAL PENAL	EXCELENTE
36	5954263	PAULA ELOARTE DE OLIVEIRA BELO	POLICIAL PENAL	EXCELENTE
37	5724724	RAIMUNDO NONATO BEZERRA JUNIOR	POLICIAL PENAL	EXCELENTE
38	5953889	REGIANE RODRIGUES SOARES	POLICIAL PENAL	EXCELENTE
39	5953990	ROBERTO ALEXANDRE FONTES TAVARES	POLICIAL PENAL	EXCELENTE
40	5954821	ROGERIO SILVA DE PAULA	POLICIAL PENAL	EXCELENTE

Protocolo: 984973

LICENÇA PRÊMIO

PORTARIA Nº 1230/2023 – DGP. SEAP
BELÉM, 11 DE SETEMBRO DE 2023.
Nome: SANDRO ALVES MARQUES, Matrícula n.º 54194038/2,
Cargo: Téc. em Gestão Penitenciária - Enfermagem
Assunto: Licença Prêmio
Período Aquisitivo: 2020 a 2023
Período de Gozo: 11/09/2023 a 10/10/2023
WALDILSON COLINS
Diretor de Gestão de Pessoas

Protocolo: 984641

ERRATA

ERRATA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO 017/2023 - SEAP/PA
PROCESSO Nº 2023/182037
ONDE SE LÊ
Data de abertura: 20/09/2023 às 10h00min (Horário de Brasília)
LEIA-SE:
Data de abertura: 22/09/2023 às 10h00min (Horário de Brasília)

Protocolo: 984611

ERRATA DE PORTARIA N°04847/2023, publicada no Diário Oficial N°35.473 de 17 de julho de 2023, protocolo: 963378
ONDE SE LÊ:
Servidor(es): 5931411– JULICELMO ARAUJO DE OLIVEIRA; POLICIAL PENAL; Período: 20/06 a 20/06/2023 – Diária(s): ½ (meia diária)
5954375 – TAMARA TAYANA DE SOUZA SILVA; AGENTE PRISIONAL; Período: Período: 20/06 a 20/06/2023 – Diária(s): ½ (meia diária)
LEIA-SE:
Servidor(es): 5926636 – ODILENO RAIOL ALMEIDA; POLICIAL PENAL; Período: 20/06 a 20/06/2023 – Diária(s): ½ (meia diária)
5954351 – EVANDRO DE SOUSA ARANHA; POLICIAL PENAL; Período: 20/06 a 20/06/2023 – Diária(s): ½ (meia diária)

Protocolo: 984743

TERMO ADITIVO A CONVÊNIO

TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 012/2019
Nº: 07
Data de Assinatura: 08/09/2023
Vigência: 11/09/2023 A 10/09/2024.
Objeto: O presente Plano de Trabalho tem como objetivo a PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA POR MAIS 12 (DOZE MESES), conforme Ofício nº 117/2023-GAB.DG/PCEPA, junto ao Convênio nº 012/2019 formalizada entre a Polícia Científica do Pará - PCEPA e a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária – SEAP que tem como proposta alocar a mão de obra de 04 (quatro) internos em regime semiaberto, custodiados (as) no sistema penitenciário paraense, na atividade laborativa de limpeza da área externa do Centro de Perícias, bem como lavagem de viaturas, de acordo com as especificações em anexo.
Justificativa: Neste passo, a Polícia Científica do Pará, abraçando a questão social a que se propõe a SEAP, desenvolve o projeto "REINSÉRIE ORÉ" que tem como finalidade primordial absorver mão de obra carcerária para desenvolver os serviços de limpeza da área externa e lavagem de veículos do centro de Perícias em Belém, bem como criar condições para reinserção dos beneficiários do Projeto, possibilitando, além da remuneração pelo trabalho, a remição das penas, conforme previsto na Lei de Execução Penal – LEP.
Por fim, associando os objetivos da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária – SEAP e da Polícia Científica do Pará é que se defende a celebração do convênio em questão. Por fim, associando os objetivos dos partícipes é que se defende a celebração do convênio em referência.
Valor Global: R$ R$ 70.329,60 (SETENTA MIL TREZENTOS E VINTE NOVE REAIS E SESSENTA CENTAVOS)
Partes:
Beneficiário ente Público: Secretaria de Estado de Administração Penitenciária - SEAP
Concedente: Polícia Cientifica do Pará - PCEPA
Nome do Ordenador: Marco Antônio Sirotheau Corrêa Rodrigues.

Protocolo: 984790

DIÁRIA

DIÁRIA
PORTARIA Nº: 07361/2023/DIÁRIAS/DGP/SEAP/PA
Objetivo: REALIZAR VISITA TÉCNICA NA UNIDADE PRISIONAL DE ABAETETUBA, NO INTUITO DE PROMOVER E GARANTIR A PADRONIZAÇÃO DOS PROTOCOLOS ADMINISTRATIVO E OPERACIONAIS CONFORME O MPO, COORDENADA PELA DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA.
Origem: BELÉM;
Destino: ABAETETUBA;
Período: 30/08/2023 a 30/08/2023;
Diária(s): ½ (meia diária);
Servidor(es):
5909024; BELCHIOR DE JESUS CAVALCANTE MACHADO; DIRETOR;
Ordenador: LUIZ ANDRE CONCEICAO MAUES

Protocolo: 984778

DIÁRIA
PORTARIA Nº: 07289/2023/DIÁRIAS/DGP/SEAP/PA
Objetivo: CONDUZIR VTR COM SERVIDORES DA SEAP/PA COM INTUITO DE REALIZAR O CURSO EM AÇÕES PENITENCIÁRIAS - CAPE.
Origem: BELÉM;
Destino: TERRA ALTA;
Período: 27/08/2023 a 28/08/2023;
Diária(s): 1 e ½ (uma e meia);
Servidor(es):
8400421; PAULO CESAR DOS SANTOS CORREA; AGENTE PENITENCIÁRIO;
Ordenador: LUIZ ANDRE CONCEICAO MAUES

Protocolo: 984752

DIÁRIA
PORTARIA Nº: 07320/2023/DIÁRIAS/DGP/SEAP/PA
Objetivo: CONDUZIR VTR/SEAP COM OS SERVIDORES LOTADOS NA CAS/SEAP, PARA REALIZAR ATENDIMENTO AS PPLS DAS UNIDADES PRISIONAIS DE ABAETETUBA.
Origem: BELÉM;
Destino: ABAETETUBA;
Período: 01/09/2023 a 01/09/2023;
Diária(s): ½ (meia diária);
Servidor(es):
57211747; CHARLES DA PAIXAO PEREIRA;
AUXILIAR DE SERVICOS OPERACIONAIS;
Ordenador: LUIZ ANDRE CONCEICAO MAUES

Protocolo: 984750

DIÁRIA
PORTARIA Nº: 07282/2023/DIÁRIAS/DGP/SEAP/PA
Origem: MOCAJUBA;
Destino: PARAGOMINAS;
Período: 08/09/2023 a 08/09/2023;
Diária(s): ½ (meia diária);
Servidor(es):
Objetivo: ESCOLTAR PPL, EM CARÁTER DE TRANSFERÊNCIA.
5974836; EDVANDO PAES DA COSTA; POLICIAL PENAL;
Objetivo: ESCOLTAR PPL, EM CARÁTER DE TRANSFERÊNCIA.
5973189; MARIA ANTONIA CARDOSO MELO; POLICIAL PENAL;
Objetivo: ESCOLTAR PPL, EM CARÁTER DE TRANSFERÊNCIA.
5974917; SELVINO ANTONIO SOARES; POLICIAL PENAL;
Objetivo: CONDUZIR A VTR.
54196345; MANOEL PAULO BARRADAS MARTINS; MOTORISTA;
Ordenador: LUIZ ANDRE CONCEICAO MAUES

Protocolo: 984748

DIÁRIA
PORTARIA Nº: 06599/2023/DIÁRIAS/DGP/SEAP/PA
Objetivo: ESCOLTAR PPLS, EM CARÁTER DE TRANSFERÊNCIA.
Origem: SANTA IZABEL DO PARÁ;
Destino: MARABÁ;
Período: 05/08/2023 a 06/08/2023;
Diária(s): 1 e ½ (uma e meia);
Servidor(es):
5970439; SARAH BRITO PEREIRA; POLICIAL PENAL;
5972842; JOÃO BATISTA DA SILVA JUNIOR; POLICIAL PENAL;
5973239; TULLYO ROBERTO DE SOUZA ARAUJO; POLICIAL PENAL;
Ordenador: LUIZ ANDRE CONCEICAO MAUES

Protocolo: 984745

DIÁRIA
PORTARIA Nº: 05081/2023/DIÁRIAS/DGP/SEAP/PA
Origem: VITÓRIA DO XINGU;
Destino: SANTA IZABEL DO PARÁ;
Período: 23/06/2023 a 25/06/2023;
Diária(s): 1 e ½ (uma e meia);
Servidor(es):
Objetivo: ESCOLTAR PPL EM CARÁTER DE TRANSFERÊNCIA.
5973323; ALAN DOUGLAS AVINTE VIANA; POLICIAL PENAL;
Objetivo: ESCOLTAR PPL EM CARÁTER DE TRANSFERÊNCIA.
5950147; FABRICIO DA SILVA MACHADO; POLICIAL PENAL;
Objetivo: ESCOLTAR PPL EM CARÁTER DE TRANSFERÊNCIA.
5943725; WELLINGTON CARVALHO VIEIRA; AGENTE PENITENCIÁRIO;
Objetivo: CONDUZIR VTR COM PPL EM CARATER DE TRANSFERÊNCIA.
6403359; ADRIANA DA SILVA; AGENTE PENITENCIÁRIO;
Ordenador: LUIZ ANDRE CONCEICAO MAUES

Protocolo: 984746

DIÁRIA
PORTARIA Nº: 06958/2023/DIÁRIAS/DGP/SEAP/PA
Objetivo: ESCOLTAR PPL, EM CARÁTER DE TRANSFERÊNCIA.
Origem: ICOARACI;
Destino: BRAGANÇA;
Período: 26/08/2023 a 26/08/2023;
Diária(s): ½ (meia diária);
Servidor(es):
5949459; JOSE LUIZ DOS SANTOS JUNIOR; POLICIAL PENAL;
5970699; CLEBER MORAES DA SILVA; POLICIAL PENAL;
54186668; GLEIDSON CARVALHO LISBOA; POLICIAL PENAL;
Ordenador: LUIZ ANDRE CONCEICAO MAUES

Protocolo: 984767

DIÁRIA
PORTARIA Nº: 07122/2023/DIÁRIAS/DGP/SEAP/PA
Objetivo: REALIZAR ESCOLTA NO RECAMBIAMENTO DO PPL.
Origem: BELÉM;
Destino: FLORIANOPOLIS;
Período: 12/09/2023 a 13/09/2023;
Diária(s): 1 e ½ (uma e meia);
Servidor(es):
5953984; RIDERLEY ALMEIDA DO NASCIMENTO; POLICIAL PENAL;
5949539; VICTOR BARROSO MENEZES; POLICIAL PENAL;
Ordenador: LUIZ ANDRE CONCEICAO MAUES

Protocolo: 984769

DIÁRIA
PORTARIA Nº: 07290/2023/DIÁRIAS/DGP/SEAP/PA
Objetivo: REALIZAR MUTIRÃO DE ATENDIMENTO AOS 82 INTERNOS NA UNIDADE PENAL DE ABAETETUBA.
Origem: BELÉM;
Destino: ABAETETUBA;
Período: 01/09/2023 a 01/09/2023;
Diária(s): ½ (meia diária);
Servidor(es):
57191204; CRISTILENE TAVARES HENRIQUES; TECNICO EM GESTAO PENITENCIARIA/SERVIÇO SOCIAL;
5952613; LAIS AMARAL GALUCIO; TECNICO EM GESTAO PENITENCIARIA/SERVIÇO SOCIAL;
5915783; GISELLY CRISTINA BARBOSA ALVES; TECNICO EM GESTAO PENITENCIARIA/SERVIÇO SOCIAL;
5943906; MARINA CARLA PINHEIRO DO NASCIMENTO PINHEIRO; TECNICO EM GESTAO PENITENCIARIA/SERVIÇO SOCIAL;
Ordenador: LUIZ ANDRE CONCEICAO MAUES

Protocolo: 984766

DIÁRIA
PORTARIA Nº: 07136/2023/DIÁRIAS/DGP/SEAP/PA
Objetivo: REALIZAR ESCOLTA NO RECAMBIAMENTO DO PPL.
Origem: BELÉM;
Destino: GOIÁS;
Período: 11/09/2023 a 12/09/2023;
Diária(s): 1 e ½ (uma e meia);
Servidor(es):
4219649; ADSON AUGUSTO LOPES DE SOUSA; POLICIAL MILITAR;
5631386; RUBENS TEIXEIRA MAUES JUNIOR; DIRETOR;
Ordenador: LUIZ ANDRE CONCEICAO MAUES

Protocolo: 984754

DIÁRIA
PORTARIA Nº: 07170/2023/DIÁRIAS/DGP/SEAP/PA
Objetivo: REALIZAR ESCOLTA NO RECAMBIAMENTO DO PPL.
Origem: MARABÁ;
Destino: MINAS GERAIS;
Período: 11/09/2023 a 12/09/2023;
Diária(s): 1 e ½ (uma e meia);
Servidor(es):
5953854; WELTON SIQUEIRA COSTA; POLICIAL PENAL;
5949653; FERNANDO GONCALVES DE ALMEIDA; POLICIAL PENAL;
Ordenador: LUIZ ANDRE CONCEICAO MAUES

Protocolo: 984756

DIÁRIA
PORTARIA Nº: 07328/2023/DIÁRIAS/DGP/SEAP/PA
Objetivo: ESCOLTAR PPL PARA PARTICIPAR DE SESSÃO DE TRIBUNAL DO JÚRI.
Origem: SANTA IZABEL DO PARÁ;
Destino: SALVATERRA;
Período: 01/08/2023 a 03/08/2023;
Diária(s): 2 e ½ (duas e meia);
Servidor(es):
5972934; ANDREIA DA SILVA FERREIRA; POLICIAL PENAL;
5970951; LEONARDO FREIRE MODESTO; POLICIAL PENAL;
5970937; MARCELO DE SOUSA LIMA; POLICIAL PENAL;
Ordenador: LUIZ ANDRE CONCEICAO MAUES

Protocolo: 984760

DIÁRIA
PORTARIA Nº: 06760/2023/DIÁRIAS/DGP/SEAP/PA
Origem: BELÉM;
Destino: BRAGANÇA;
Período: 22/08/2023 a 25/08/2023;
Diária(s): 3 e ½ (três e meia);
Servidor(es):
Objetivo: VISTORIAR AS SALAS DISPONÍVEIS PARA ATIVIDADES EDUCACIONAIS NOS ASPECTOS FÍSICOS; ORIENTAR TECNICAMENTE O SETOR DE REINSERÇÃO DA UNIDADE PRISIONAL PARA AMPLIAÇÃO DE VAGAS PARA ESTUDOS; VERIFICAR OS REGISTROS DA DOCUMENTAÇÃO EDUCACIONAL DAS PPL'S; REUNIÃO COM O DIRETOR DA UNIDADE, PARA ORIENTAÇÕES; REUNIR COM A SEMED, PARA TRATATIVAS; VERIFICAÇÃO DE ESPAÇO PARA IMPLATAÇÃO DE CURSOS PROFISSIONALIZANTES.
5946493; PATRICIA CLAUDIA SALES SANTOS CARDOSO; COORDENADOR;
Objetivo: REUNIR COM A EQUIPE ADMINISTRATIVA DA EMPRESA GPESCA QUE CONTA COM 05 EGRESSOS DESENVOLVENDO ATIVIDADES LABORAIS ATRAVÉS DE CONVÊNIO CELEBRADO COM A SEAP.
5962236; MANUELA RODRIGUES CAVALLERO DOS SANTOS; COORDENADOR;
Objetivo: VISTORIAR AS SALAS DISPONÍVEIS PARA ATIVIDADES EDUCACIONAIS NOS ASPECTOS FÍSICOS; ORIENTAR TECNICAMENTE O SETOR DE REINSERÇÃO DA UNIDADE PRISIONAL PARA AMPLIAÇÃO DE VAGAS PARA ESTUDOS; VERIFICAR OS REGISTROS DA DOCUMENTAÇÃO EDUCACIONAL DAS PPL'S; REUNIÃO COM O DIRETOR DA UNIDADE, PARA ORIENTAÇÕES; REUNIR COM A SEMED, PARA TRATATIVAS; VERIFICAÇÃO DE ESPAÇO PARA IMPLATAÇÃO DE CURSOS PROFISSIONALIZANTES.
5798213; LUIZ FABIO OLIVEIRA BARROS; GERENTE;
Objetivo: VISTORIAR AS SALAS DISPONÍVEIS PARA ATIVIDADES EDUCACIONAIS NOS ASPECTOS FÍSICOS; ORIENTAR TECNICAMENTE O SETOR DE REINSERÇÃO DA UNIDADE PRISIONAL PARA AMPLIAÇÃO DE VAGAS PARA ESTUDOS; VERIFICAR OS REGISTROS DA DOCUMENTAÇÃO EDUCACIONAL DAS PPL'S; REUNIÃO COM O DIRETOR DA UNIDADE, PARA ORIENTAÇÕES; REUNIR COM A SEMED, PARA TRATATIVAS; VERIFICAÇÃO DE ESPAÇO PARA IMPLATAÇÃO DE CURSOS PROFISSIONALIZANTES.
55208395; SILVANA PINTO SANTIAGO; TECNICO EM GESTAO PENITENCIARIA/PEDAGOGIA;
Ordenador: LUIZ ANDRE CONCEICAO MAUES

Protocolo: 984762

DIÁRIA
PORTARIA Nº: 07362/2023/DIÁRIAS/DGP/SEAP/PA
Origem: MOCAJUBA;
Destino: BELÉM;
Período: 11/09/2023 a 11/09/2023;
Diária(s): ½ (meia diária);
Servidor(es):
Objetivo: ACOMPANHAR PPL, PARA FINS DE CONSULTA MÉDICA.
5952825; LENILSON AMARAL DOS SANTOS; TÉCNICO EM ENFERMAGEM;
Objetivo: CONDUZIR A VTR.
5850576; ANDERSON CORREA VIEIRA; MOTORISTA;
Objetivo: ESCOLTAR PPL, PRA FINS DE CONSULTA MÉDICA.
5973416; ROBERTO FRANCISCO DA SILVA; POLICIAL PENAL;
Objetivo: ESCOLTAR PPL, PRA FINS DE CONSULTA MÉDICA.
5971114; ALESSANDRO LUIS LOBATO COUTINHO; POLICIAL PENAL;
Ordenador: LUIZ ANDRE CONCEICAO MAUES

Protocolo: 984775

DIÁRIA
PORTARIA Nº: 07332/2023/DIÁRIAS/DGP/SEAP/PA
Origem: CAPANEMA;
Destino: PARAGOMINAS;
Período: 05/09/2023 a 05/09/2023;
Diária(s): ½ (meia diária);
Servidor(es):
Objetivo: ESCOLTAR PPLS, EM CARÁTER DE TRANSFERÊNCIA.
5974941; DOUGLAS WILLIAN DA COSTA MONTEIRO; POLICIAL PENAL;
Objetivo: ESCOLTAR PPLS, EM CARÁTER DE TRANSFERÊNCIA.
7009648; ANDRE OLIVEIRA DE MELO; POLICIAL PENAL;
Objetivo: ESCOLTAR PPLS, EM CARÁTER DE TRANSFERÊNCIA.
5950064; MACELO SOUSA CARNEIRO; POLICIAL PENAL;
Objetivo: CONDUZIR A VTR.
54180771; GIOVANY RITA MATOS BARROSO; MOTORISTA;
Ordenador: LUIZ ANDRE CONCEICAO MAUES

Protocolo: 984772

DIÁRIA
PORTARIA Nº: 04694/2023/DIÁRIAS/DGP/SEAP/PA
Origem: SANTARÉM;
Destino: BELÉM;
Período: 24/05/2023 a 31/05/2023;
Diária(s): 7 e ½ (sete e meia);
Servidor(es):
Objetivo: CONDUZIR VTR COM PPL EM CARATER DE TRANSFERÊNCIA.
5898668; JAKSILEY GOMES PORTELA; MOTORISTA;
Objetivo: CONDUZIR VTR COM PPL EM CARATER DE TRANSFERÊNCIA.
5957875; JUCIE ROSA DOS SANTOS; AGENTE PENITENCIÁRIO;
Objetivo: ESCOLTAR PPL EM CARÁTER DE TRANSFERÊNCIA.
5950144; PABLO RICARDO FERNANDES SANTOS; POLICIAL PENAL;
Objetivo: ESCOLTAR O PPL EM CARÁTER DE TRANSFERÊNCIA.
57223010; JEREMIAS LINHARES DO NASCIMENTO; POLICIAL PENAL;
Ordenador: LUIZ ANDRE CONCEICAO MAUES

Protocolo: 984777

FÉRIAS

FÉRIAS RESIDUAIS
PORTARIA Nº 1233/23/DGP/SEAP, de 11/09/23
CONCEDER 29 (VINTE E NOVE) dias residuais de FÉRIAS, ao servidor FELIPE VEIGA COUTO, Matrícula nº 5952335, no período de 13/09/23 a 11/10/23, referente ao exercício de 2021.
WALDILSON COLINS
Diretor de Gestão de Pessoas

Protocolo: 984551

TORNAR SEM EFEITO

TORNAR SEM EFEITO DIÁRIA
PORTARIA Nº 1234/2023/DGP/SEAP
TORNAR SEM EFEITO, publicação 96667, publicada no DOE nº 35.483, de 26/07/2023

Protocolo: 984742

OUTRAS MATÉRIAS

LICENÇA PATERNIDADE
PORTARIA Nº 1235/2023 – DGP/SEAP
BELÉM, 11 DE SETEMBRO DE 2023.
O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Conceder 20 (vinte) dias de Licença Paternidade ao servidor JEFFERSON CARVALHO RODRIGUES, Policial Penal, Matrícula nº 5970904/1 no período de 18/08/2023 a 06/09/2023.
WALDILSON COLINS
Diretor de Gestão de Pessoas

Protocolo: 984643

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

ERRATA DE TERMO DE FOMENTO
PROCESSO: 2023/954751
ERRATA DA PUBLICAÇÃO DO TERMO DE FOMENTO Nº. 058/2023, PUBLICADO NO DOE No 35.531, DE 05/09/2023, SOB O PROTOCOLO Nº. 982854
ONDE SE LÊ VIGÊNCIA: SEIS MESES, A CONTAR DE SUA ASSINATURA
LEIA-SE VIGÊNCIA: 18 MESES, A CONTAR DE SUA ASSINATURA

Protocolo: 984971

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 04/2023 – CULTURA ALIMENTAR – LEI PAULO GUSTAVO
EDITAL DE SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA LEI COMPLEMENTAR 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO) – CULTURA ALIMENTAR

Este Edital é realizado com recursos do Governo Federal repassados por meio da Lei Complementar nº 195/2022 - Lei Paulo Gustavo.
A Lei Paulo Gustavo (LGP) viabiliza o maior investimento direto no setor cultural da história do Brasil e simboliza o processo de resistência da classe artística durante a pandemia de Covid-19, que limitou severamente as atividades do setor cultural.
É, ainda, uma homenagem a Paulo Gustavo, artista símbolo da categoria, vitimado pela doença.
As condições para a execução da Lei Paulo Gustavo foram criadas por meio do engajamento da sociedade e o presente edital destina-se a apoiar projetos apresentados pelos agentes culturais do segmento de CULTURA ALIMENTAR.

Deste modo, a Secretaria de Cultura do Estado do Pará – SECULT/PA, torna público o presente edital elaborado com base na Lei Complementar 195/2022, no Decreto 11.525/2023 e no Decreto 11.453/2023 2023 e no Termo de Fomento 058, celebrado com a OSC INSTITUTO NOVA AMAZÔNIA (INÃ), entidade parceira na execução das ações deste edital.
Na realização deste edital estão asseguradas medidas de democratização, desconcentração, descentralização e regionalização do investimento cultural, com a implementação de ações afirmativas, fundamentado na previsão do Decreto nº 11.525, de 11 de maio de 2023 (Decreto de Regulamentação da Lei Paulo Gustavo), em seus artigos 14, 15 e 16.

1. OBJETO

O objeto deste Edital é a seleção de **24 (vinte e quatro)** propostas culturais do segmento de Cultura Alimentar, para receberem recursos financeiros, com o objetivo de incentivar o referido segmento no estado do Pará. A distribuição dos recursos será realizada de acordo com as modalidades descritas nos itens 1.1 e 1.2.

1.1 Modalidade: Fomento

1.1.1 **Cultivando a cultura:** 10 (dez) projetos culturais de até R$20.200,00 (vinte e mil e duzentos reais). Destinados a projetos culturais desenvolvidos por espaços, centros criativos de cultura alimentar, cooperativas, instituições e organizações culturais comunitárias.

1.1.2 **Formação, promoção e fruição:** 09 (nove) projetos culturais de até R$10.000,00 (dez mil reais). Destinados à projetos culturais de oficinas sobre técnicas tradicionais de cozinha e uso de produtos da cultural alimentar e preparos originários, comércio justo de bens culturais alimentares, salvaguarda do patrimônio genético e tradicional relativos às práticas culturais, sempre com o diálogo transversal entre Cultura e Segurança e Soberania Alimentar e Justiça Climática e Socioambiental.

1.2 Modalidades: Premiação

1.2.1 **Guardiões e Guardiãs da Cultura Alimentar**: 05 (cinco) prêmios de R$10.000,00 (dez mil reais) destinados ao reconhecimento de trajetórias em Cultura Alimentar de mulheres, pajés e demais guardiões e guardiãs, que contribuem com conhecimento sobre cultura alimentar para a vida da floresta amazônica, a partir da indicação da comunidade de detentores e multiplicadores de saberes tradicionais. Sendo obedecidos o critério de mais de 55 anos de idade e/ou pelo menos 25 anos de atuação em cultura e cultura alimentar e reconhecimento coletivo da comunidade em que atua enquanto mestria e partilha de conhecimentos;

1.3. Caso o valor destinado à atividade inicialmente previsto não seja utilizado integralmente, poderão ser convocados mais proponentes aprovados.

1.4. Havendo sobra de recursos em uma das atividades o saldo remanescente poderá ser remanejado para contemplar propostas de outras faixas deste edital.

1.4.1. O remanejamento deverá priorizar as faixas que possuam maior demanda de propostas de proponentes na condição de suplente, bem como respeitar as cotas reservadas às pessoas negras e indígenas e, quando possível, a ordem de classificação e as cotas de regionalização.

1.5. No caso de sobra de recurso neste edital, o saldo remanescente deste poderá ser utilizado para contemplar os(as) proponentes com propostas selecionadas em outros Editais da Lei Paulo Gustavo publicados pela Secretaria de Cultura do Estado do Pará, priorizando aqueles com maior demanda.

1.6. O valor inicialmente disponível para este Edital poderá ser ampliado, caso haja sobra de recursos de outros Editais publicados pela Secretaria de Cultura no âmbito da Lei Paulo Gustavo ou do recebimento de recursos da Lei Paulo Gustavo não executados pelos municípios.

2. VALORES

2.1 O valor total disponibilizado para este Edital é de **R$342.000,00** (trezentos e quarenta e dois mil reais) para projetos de fomento e premiações da LPG.

3. QUEM PODE SE INSCREVER

3.1 Pode se inscrever no Edital qualquer agente cultural residente e domiciliado no Estado do Pará há pelo menos 2 (dois) anos.

3.1.1. A comprovação de residência é dispensada na forma descrita no item 14.2.1.1.

3.2 Em regra, o agente cultural pode ser:

I - Pessoa física ou Microempreendedor Individual (MEI)

II - Pessoa jurídica com fins lucrativos (Ex.: empresa de pequeno porte, empresa de grande porte, etc)

III - Pessoa jurídica sem fins lucrativos (Ex.: Associação, Fundação, Cooperativa, etc)

IV - Coletivo/Grupo sem CNPJ representado por pessoa física.

3.3 O proponente é o agente cultural responsável pela inscrição do projeto no Mapa Cultural.

3.4 Na hipótese de agentes culturais que atuem como grupo ou coletivo cultural sem constituição jurídica (ou seja, sem CNPJ), será indicada pessoa física como responsável legal para o ato da assinatura do Termo de Execução Cultural e a representação será formalizada em declaração assinada pelos demais integrantes do grupo ou coletivo, podendo ser utilizado o modelo constante no Anexo V.

3.5 O proponente não pode exercer apenas funções administrativas no âmbito do projeto e deve exercer necessariamente a função de criação, ou direção, ou produção, ou coordenação, ou gestão artística, ou outra função de destaque e capacidade de decisão no projeto.

4. QUEM NÃO PODE SE INSCREVER

4.1 Não pode se inscrever neste Edital, proponentes que:

I - tenham se envolvido diretamente na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento de recursos;

II - sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de servidor público do órgão responsável pelo edital, nos casos em que o referido servidor tiver atuado na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento de recursos; e

III - sejam membros do Poder Legislativo (Deputados, Senadores, Vereadores), do Poder Judiciário (Juízes, Desembargadores, Ministros), do Ministério Público (Promotor, Procurador); do Tribunal de Contas (Auditores e Conselheiros).

IV - Proponentes inadimplentes com prestação de contas de editais realizados pela Secult e organizações da sociedade civil parceiras, com recursos da Lei Aldir Blanc.

4.2 O agente cultural que integrar Conselho de Cultura poderá concorrer neste Edital para receber recursos do fomento cultural, exceto quando se enquadrar nas vedações previstas no item 4.1.

4.3 Quando se tratar de proponentes pessoas jurídicas, estarão impedidas de apresentar projetos aquelas cujos sócios, diretores e/ou administradores se enquadrarem nas situações descritas no tópico 4.1.

4.4 A participação de agentes culturais nas oitivas e consultas públicas não caracteriza o envolvimento direto na etapa de elaboração do edital de que trata o subitem I do item 4.1.

5. COTAS

5.1 Ficam garantidas cotas étnico-raciais em todas as categorias do edital, nas seguintes proporções e ordenamento de selecionados:

I) 50% para mulheres (cis e trans);

II) 30% (trinta por cento) para propostas de Região de Integração do Guajará (onde se localiza a capital do Estado) e 70% (setenta por cento) para propostas advindas das demais Regiões do Estado

III) No mínimo 20% para pessoas negras (pretas e pardas); e

IV) no mínimo 10% para pessoas indígenas.

5.2 Os agentes culturais que optarem por concorrer às cotas para pessoas negras (pretas e pardas) e indígenas concorrerão concomitantemente às vagas destinadas à ampla concorrência, ou seja concorrerão ao mesmo tempo nas vagas da ampla concorrência e nas vagas reservadas às cotas, podendo ser selecionado de acordo com a sua nota ou classificação no processo seleção.

5.3 Os agentes culturais negros (pretos e pardos) e indígenas optantes por concorrer às cotas (opção presente na ficha de incrição dos projetos) que atingirem nota suficiente para se classificar no número de vagas oferecidas para ampla concorrência não ocuparão as vagas destinadas para o preenchimento das cotas, ou seja, serão selecionados nas vagas da ampla concorrência, ficando a vaga da cota para o próximo colocado optante pela cota..

5.4 Em caso de desistência de optantes aprovados nas cotas, a vaga não preenchida deverá ser ocupada por pessoa que concorreu às cotas de acordo com a ordem de classificação.

5.5 No caso de não existirem propostas aptas em número suficiente para o cumprimento de uma das categorias de cotas previstas na seleção, o número de vagas restantes deverá ser destinado inicialmente para a outra categoria de cotas.

5.6 Caso não haja outra categoria de cotas de que trata o item 5.5, as vagas não preenchidas deverão ser direcionadas para a ampla concorrência, sendo direcionadas para os demais candidatos aprovados, de acordo com a ordem de classificação.

5.7 Para concorrer às cotas, os agentes culturais deverão autodeclarar-se no ato da inscrição usando a autodeclaração étnico-racial de que trata o Anexo VI.

5.8 Caso necessário, para fins de verificação da autodeclaração, poderá ser solicitada Carta Consubstanciada, que será analisada por um comitê formado por membros de entidades representativas.

5.9 As pessoas jurídicas e coletivos sem constituição jurídica podem concorrer às cotas, desde que preencham algum dos requisitos abaixo:

I – pessoas jurídicas que possuem quadro societário majoritariamente composto por pessoas negras (pretas e pardas) ou indígenas;

II – pessoas jurídicas ou grupos e coletivos sem constituição jurídica que possuam pessoas negras (pretas e pardas) ou indígenas em posições de liderança no projeto cultural; e

III – pessoas jurídicas ou coletivos sem constituição jurídica que possuam equipe do projeto cultural majoritariamente composta por pessoas negras (pretas e pardas) ou indígenas.

5.10 As pessoas físicas que compõem a equipe da pessoa jurídica e o grupo ou coletivo sem constituição jurídica devem se submeter aos regramentos descritos nos itens acima, observando o item 5.7

Parágrafo único: Este critério incide sobre o montante total de premiações de acordo com a lista de classificação e não por Modalidade.

6. PRAZO PARA SE INSCREVER

6.1 Para se inscrever no Edital, o proponente deve enviar toda documentação obrigatória relatada no 7.3, entre os dias 12 de setembro e 12 de outubro de 2023, exclusivamente através da plataforma Mapa Cultural do Pará, no endereço eletrônico https://www.mapacultural.pa.gov.br/lpg/cultura-alimentar.

6.2. Para efeito de inscrição todos os proponentes deverão estar cadastrados no mapa cultural.pa.gov.br.

6.3. Todas as informações fornecidas no ato da inscrição deverão ser verídicas e atualizadas. Não serão aceitas propostas entregues presencialmente na sede da SECULT, ou da executora do certame, ou materiais postados via Correios.

6.4. Os proponentes que já têm cadastro no Mapa Cultural do Pará não precisam fazer novo cadastro, podendo atualizar informações que julgarem necessárias até a data de envio de sua inscrição.

6.5. O ato de inscrição pressupõe plena concordância dos termos, cláusulas e condições deste edital e de seus anexos, que passarão a integrar as obrigações, bem como a observância dos regulamentos administrativos e das normas técnicas aplicáveis, não sendo aceita, sob qualquer hipótese, alegação de seu desconhecimento em qualquer fase do procedimento administrativo e execução dos serviços.

6.6. Os anexos que compõem este edital deverão ser assinados de maneira física ou eletrônica, com o encaminhamento na forma digital no ato de inscrição anexados no formato PDF.

6.7. As inscrições feitas em desacordo com os prazos e demais exigências do presente edital serão indeferidas.

6.8 Não serão aceitas complementações, modificações ou substituições de dados e de anexos à inscrição, depois de finalizada.
6.9 É vedada a participação de órgãos públicos, escolas e fundações privadas.

7. COMO SE INSCREVER

7.1 O proponente deve preencher Ficha de Inscrição diretamente no https://www.mapacultural.pa.gov.br/lpg/cultura-alimentar. .
7.2 O proponente deve encaminhar a documentação obrigatória de que trata o item por meio do https://www.mapacultural.pa.gov.br/lpg/cultura-alimentar.
7.3 O proponente deve enviar a seguinte documentação para formalizar sua inscrição:
a) Projeto proposto;
b) Currículo / portfólio do proponente, com todas as comprovações;
c) Documentos pessoais do proponente CPF e RG (se Pessoa Física);
d) Inscrição no cadastro nacional de pessoa jurídica - CNPJ (se Pessoa Jurídica);
e) Atos constitutivos da empresa, qual seja o contrato social, nos casos de pessoas jurídicas com fins lucrativos, ou estatuto, nos casos de organizações da sociedade civil (se Pessoa Jurídica);
f) Comprovante de Endereço do proponente ou Declaração de Residência (no caso de o proponente não possuir documento em seu nome)
g) Mini currículo dos integrantes do projeto e termo de anuência;
h) Todos os anexos solicitados no Edital, nos quais o proponente se enquadre.
i) Outros documentos que o proponente julgar necessário para auxiliar na avaliação do mérito cultural do projeto.
7.4 O proponente é responsável pelo envio dos documentos e pela qualidade visual, conteúdo dos arquivos e informações de seu projeto.
7.5 Cada Proponente poderá concorrer, e ser selecionado individualmente ou como representantes de coletivo, com apenas 1 (um) projeto, no máximo.
7.6 Os membros de grupos e coletivos podem concorrer isoladamente, desde que sejam com projetos diferentes.
7.7 Se houver inscrição de mais de um projeto do mesmo proponente, será considerado, para fins de seleção, o último enviado na plataforma.
7.8 Os projetos apresentados deverão conter previsão de execução não superior a 12 meses.
7.9 O proponente deve se responsabilizar pelo acompanhamento das atualizações/publicações pertinentes ao edital e seus prazos nos canais formais de comunicação da SECULT/PA.
7.10 As inscrições deste edital são gratuitas.
7.11 As propostas que apresentem quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade ou outras formas de discriminação serão desclassificadas, com fundamento no disposto no inciso IV do caput do art. 3º da Constituição, garantidos o contraditório e a ampla defesa.
7.12 No caso da modalidade 'premiação', os subitens 7.3-letras "a", "d", e "g", e o item 8 deste edital são dispensados.
Parágrafo único: A comprovação de residência poderá ser dispensada nas hipóteses de agentes culturais pertencentes à comunidade indígena, quilombola, cigana ou circense ou pertencentes à população nômade ou itinerante; que se encontrem em situação de rua.

8. PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DOS PROJETOS

8.1 O proponente deve preencher a planilha orçamentária presente no Anexo VII, informando como será utilizado o recurso financeiro recebido.
8.2 A estimativa de custos do projeto será prevista por categorias, sem a necessidade de detalhamento por item de despesa, conforme § 1º do art. 24 do Decreto 11.453/2023.
8.3 A compatibilidade entre a estimativa de custos do projeto e os preços praticados no mercado será avaliada pelos membros da comissão de seleção, de acordo com tabelas referenciais de valores, ou com outros métodos de verificação de valores praticados no mercado.
8.4 A estimativa de custos do projeto poderá apresentar valores divergentes das práticas de mercado convencionais na hipótese de haver significativa excepcionalidade no contexto de sua implementação, consideradas variáveis territoriais e geográficas e situações específicas, como a de povos indígenas, ribeirinhos, atingidos por barragens e comunidades quilombolas e tradicionais.
8.5 Os itens da planilha orçamentária poderão ser glosados, ou seja, vetados, total ou parcialmente, pela Comissão de Seleção, se, após análise, não forem considerados com preços compatíveis aos praticados no mercado ou forem considerados incoerentes e em desconformidade com o projeto apresentado.
8.6 Caso o proponente discorde dos valores glosados (vetados) poderá apresentar recurso na fase de mérito cultural, conforme dispõe o item 12.8.
8.7 O valor solicitado não poderá ser superior ao valor máximo destinado a cada modalidade, conforme item 1.2 do presente edital.
Parágrafo Único: No caso da modalidade 'premiação', os subitens 7.3-letras "a", "d", e "g", e o item 8 deste edital são dispensados.

9. ACESSIBILIDADE

9.1 Os projetos devem contar com medidas de acessibilidade física, atitudinal e comunicacional compatíveis com as características dos produtos resultantes do objeto, nos termos do disposto na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência), de modo a contemplar:
I - no aspecto arquitetônico, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com mobilidade reduzida ou idosas aos locais onde se realizam as atividades culturais e a espaços acessórios, como banheiros, áreas de alimentação e circulação;
II - no aspecto comunicacional, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com deficiência intelectual, auditiva ou visual ao conteúdo dos produtos culturais gerados pelo projeto, pela iniciativa ou pelo espaço; e
III - no aspecto atitudinal, a contratação de colaboradores sensibilizados e capacitados para o atendimento de visitantes e usuários com diferentes deficiências e para o desenvolvimento de projetos culturais acessíveis desde a sua concepção, contempladas a participação de consultores e colaboradores com deficiência e a representatividade nas equipes dos espaços culturais e nas temáticas das exposições, dos espetáculos e das ofertas culturais em geral.
9.2 Especificamente para pessoas com deficiência, mecanismos de protagonismo e participação poderão ser concretizados também por meio das seguintes iniciativas, entre outras:
I - adaptação de espaços culturais com residências inclusivas;
II - utilização de tecnologias assistivas, ajudas técnicas e produtos com desenho universal;
III - medidas de prevenção e erradicação de barreiras atitudinais;
IV - contratação de serviços de assistência por acompanhante; ou
V - oferta de ações de formação e capacitação acessíveis a pessoas com deficiência.
9.3 Os projetos devem prever obrigatoriamente medidas de acessibilidade, sendo assegurado para essa finalidade no mínimo 10% do valor total do projeto.
9.4 A utilização do percentual mínimo de 10% de que trata o item 9.3 pode ser excepcionalmente dispensada quando:
I - for inaplicável em razão das características do objeto cultural os projetos cujo objeto seja o desenvolvimento de roteiro e licenciamento de obra audiovisual ; ou
II - quando o projeto já contemplar integralmente as medidas de acessibilidade compatíveis com as características do objeto cultural.
9.5 O proponente deve apresentar justificativa para os casos em que o percentual mínimo de 10% é inaplicável.

10. CONTRAPARTIDA

10.1 Os agentes culturais contemplados neste edital, com projetos de fomento, conforme item 1.2 deste edital, deverão garantir, como contrapartida, as seguintes medidas:
I - a realização de atividades destinadas, prioritariamente, aos alunos e professores de escolas públicas ou universidades, públicas ou privadas, que tenham estudantes do Programa Universidade para Todos (Prouni), bem como aos profissionais de saúde, preferencialmente aqueles envolvidos no combate à pandemia, e a pessoas integrantes de grupos e coletivos culturais e de associações comunitárias, ou de atividades em espaços públicos de sua comunidade, de forma gratuita; e
II - sempre que possível, exibições com interação popular por meio da internet ou exibições públicas, quando aplicável, com distribuição gratuita de ingressos para os grupos referidos no item I, em intervalos regulares.
10.2 A contrapartida deverá ser informada no Formulário de Inscrição e deve ser executada até dezembro de 2024.
10.3 Os Prêmios por reconhecimento, conforme item 1.2 deste edital, são isentos da apresentação de contrapartidas.

11. ETAPAS DO EDITAL

11.1 A seleção dos projetos submetidos a este Edital será composta das seguintes etapas:
I - Análise de mérito cultural dos projetos: fase de análise do projeto realizada por comissão de seleção; e divulgação dos selecionados
II - Habilitação: fase de apresentação e análise dos documentos dos proponentes selecionados, descritos no tópico 14; e divulgação dos habilitados.

12. ANÁLISE DE MÉRITO CULTURAL DOS PROJETOS

12.1 Entende-se por "Análise de mérito cultural" a identificação, tanto individual quanto sobre seu contexto social, de aspectos relevantes dos projetos culturais, concorrentes em uma mesma categoria de apoio, realizada por meio da atribuição fundamentada de notas aos critérios descritos neste edital.
12.2 Por análise comparativa compreende-se a análise não apenas dos itens individuais de cada projeto, mas de suas propostas, impactos e relevância em relação aos outros projetos inscritos na mesma categoria. A pontuação de cada projeto é atribuída em função desta comparação.
12.3 A análise dos projetos culturais será realizada por comissão de seleção formada por, no mínimo, 03 (três) pareceristas externos, com experiência no segmento cultural.
12.4 Os membros da comissão de seleção ficam impedidos de participar da apreciação de projetos e iniciativas que estiverem em processo de avaliação nos quais:
I - tenham interesse direto na matéria;
II - tenham participado como colaborador na elaboração do projeto ou tenham participado da instituição proponente nos últimos dois anos, faça parte da equipe técnica do projeto ou se tais situações ocorrem quanto ao cônjuge, companheiro ou parente e afins até o terceiro grau; e
III - estejam litigando judicial ou administrativamente com o proponente ou com seu respectivo cônjuge ou companheiro.
12.5 O membro da comissão que incorre em impedimento deve comunicar o fato à referida Comissão, abstendo-se de atuar, sob pena de nulidade dos atos que praticar.
12.6 Para esta seleção serão considerados os critérios de pontuação estabelecidos no Anexo II deste edital.
12.7 Contra a decisão da fase de mérito cultural, caberá recurso destinado à Comissão de Seleção.
12.8 Os recursos de que tratam o item 12.8 deverão ser apresentados no prazo de 3 (três) dias úteis, conforme inciso III, do art. 16 do decreto 11.453/2023, a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação.
12.9 Os recursos devem ser encaminhados através do e-mail recursoculturaalimentarlpgpa@gmail.com , de 00h do dia 01/11/2023 até as 17h do dia 06/11/2023.
12.10 Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.
12.11 Após o julgamento dos recursos, o resultado final da análise de mérito cultural será publicado no Diário Oficial do Estado (DOE) contendo nome e CPF dos proponentes. A nota obtida e a justificativa serão publicadas no sítio eletrônico www.secult.pa.gov.br.

13. REMANEJAMENTO DOS RECURSOS
13.1 Não havendo número de propostas culturais selecionadas suficientes em uma modalidade, será selecionada a proposta de outra modalidade com maior quantidade de pontos, em ordem decrescente e levando em consideração o disposto no item 5 (Cotas).
14. ETAPA DE HABILITAÇÃO
14.1 Finalizada a etapa de análise de mérito cultural, o proponente do projeto contemplado deverá, no prazo de 06 (seis) dias úteis, apresentar os seguintes documentos através do Mapa Cultural, conforme sua natureza jurídica:
14.1.1 PESSOA FÍSICA
I - certidão negativa de débitos relativos a créditos tributários federais e Dívida Ativa da União;
II - certidões negativas de débitos relativos a créditos tributários estaduais e municipais, expedidas pela Secretaria da Fazendo do Pará (SEFA).
14.1.1.2 A comprovação de residência poderá ser dispensada nas hipóteses de agentes culturais:
I - pertencentes à comunidade indígena, quilombola, cigana ou circense;
II - pertencentes à população nômade ou itinerante; que se encontrem em situação de rua.
14.1.2 PESSOA JURÍDICA
I - certidão negativa de falência e recuperação judicial, expedida pelo Tribunal de Justiça estadual, nos casos de pessoas jurídicas com fins lucrativos;
II - certidão negativa de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
III - certidão negativa de débito estadual – Emitida pela SEFA/PA ;
IV - Certidão negativa municipal, expedidas pela Secretaria Municipal de finanças;
V - Certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - CRF/FGTS;
VI - certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, emitida no site do Tribunal Superior do Trabalho;
14.2 As certidões positivas com efeito de negativas servirão como certidões negativas, desde que não haja referência expressa de impossibilidade de celebrar instrumentos jurídicos com a administração pública.
14.3 Contra a decisão da fase de habilitação, caberá recurso fundamentado e específico destinado a SECULT/PA, através do e-mail recursoculturaalimentarlpgpa@gmail.com, de 00h do dia 22/11/2023 até as 17h do dia 27/11/2023.
14.4 Os recursos de trata o item 14.3 deverão ser apresentados no prazo de 3 dias úteis a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação, não cabendo recurso administrativo da decisão após esta fase.
14.5 Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.
14.6 Caso o proponente esteja em débito com o ente público responsável pela seleção e com a União não será possível o recebimento dos recursos de que trata este Edital.
15. ASSINATURA DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL E RECEBIMENTO DOS RECURSOS
15.1 Finalizada a fase de habilitação, o agente cultural contemplado será convocado a assinar o Termo de Execução Cultural, conforme Anexo III deste Edital, de forma presencial ou eletrônica.
15.2 O Termo de Execução Cultural corresponde ao documento a ser assinado pelo agente cultural (proponente) selecionado neste Edital e pelo concedente, contendo as obrigações dos assinantes do Termo.
15.3 Após a assinatura do Termo de Execução Cultural, o agente cultural receberá os recursos, com desembolso único, em até 30 (trinta) dias, EXCLUSIVAMENTE EM CONTA CORRENTE de qualquer banco, aberta especificamente para este fim.
15.3.1 A conta bancária da instituição financeira não deverá ter cobrança de tarifas.
15.3.2 Não serão aceitas contas poupança, conta salário, contas de recebimento de auxílio social do Governo (bolsa família, por exemplo).
15.4 A assinatura do Termo de Execução Cultural e o recebimento do apoio estão condicionados à existência de disponibilidade orçamentária e financeira, caracterizando a seleção como expectativa de direito do proponente.
15.5 O agente cultural deve assinar e enviar o Termo de Execução Cultural em até 2 (dois) dias úteis após envio da concedente, conforme previsto no cronograma, sob pena de perda do apoio financeiro e convocação do suplente para assumir sua vaga.
16. DIVULGAÇÃO DOS PROJETOS
16.1 Os contemplados comprometem-se a incluir nos créditos de todo material de divulgação, as logomarcas da Secult/ Governo do Estado, do Ministério da Cultura/ Governo Federal, obedecendo aos critérios de veiculação das logomarcas estabelecidas de forma padronizada, que estarão à disposição no site www.secult.pa.gov.br , e deverão incluir também a frase: "**Projeto selecionado pelo Edital de Cultura Alimentar – Lei Paulo Gustavo"**.
16.2 Os produtos artístico-culturais e as peças de divulgação dos projetos exibirão as marcas do Governo federal, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura e SECULT/PA.
16.3 O material de divulgação dos projetos e seus produtos deve ser disponibilizado em formatos acessíveis a pessoas com deficiência e conterá informações sobre os recursos de acessibilidade disponibilizados.
16.4 O material de divulgação dos projetos deve ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, e não pode conter nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal.
17. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS
17.1 Serão adotados os procedimentos de monitoramento e avaliação dos projetos culturais contemplados, assim como prestação de informação à administração pública, observarão o Decreto 11.453/2023 (Decreto de Fomento), que dispõe sobre os mecanismos de fomento do sistema de financiamento à cultura, observadas às exigências legais de simplificação e de **foco no cumprimento do objeto.**
17.2 O agente cultural deve prestar contas por meio da apresentação do Relatório Final de Execução do Objeto, conforme documento constante no Anexo IV e orientação contida no Decreto nº11.453/2023, artigo 29, inciso 2 que versa sobre a prestação de informações em relatório de execução do objeto.
Parágrafo único: Em caso de realizador do edital considerar que não foi possível aferir o cumprimento integral do objeto no Relatório Final de Execução, e que as justificativas apresentadas sobre o cumprimento parcial do objeto não foram suficientes, lhe é facultado o direito de requisitar o Relatório de Execução Financeira com as devidas comprovações (nota fiscal, recibos e documento congêneres), conforme contido no inciso 3 do artigo 29 e no inciso 3 do parágrafo II do artigo 30.
17.3 O Relatório Final de Execução do Objeto deve ser apresentado até 31 de dezembro de 2024, com o fim da vigência do Termo de Execução Cultural.
18. DISPOSIÇÕES FINAIS
18.1 O acompanhamento de todas as etapas deste Edital e a observância quanto aos prazos serão de inteira responsabilidade dos proponentes. Para tanto, deverão ficar atentos às publicações no sítio eletrônico www.secult.pa.gov.br, no Diário Oficial do Estado e nas mídias sociais oficiais da SECULT.
18.2 O presente Edital e os seus anexos estão disponíveis no site https://www.mapacultural.pa.gov.br/lpg/cultura-alimentar.
18.3 Toda relação do proponente com o edital deverá ser através da plataforma mapa cultural, do e-mail editalculturaalimentarlpgpara@gmail.com e do telefone (91) 98479-8867.
18.4 Os casos omissos porventura existentes ficarão a cargo da Secretária de Estado de Cultura.
18.5 Eventuais irregularidades relacionadas aos requisitos de participação, constatadas a qualquer tempo, implicarão na desclassificação do proponente.
18.6 O proponente será o único responsável pela veracidade da proposta e documentos encaminhados, isentando a SECULT/PA de qualquer responsabilidade civil ou penal.
18.7 O apoio concedido por meio deste Edital poderá ser acumulado com recursos captados por meio de leis de incentivo fiscal e outros programas e/ou apoios federais, estaduais e municipais.
18.8 A inscrição implica no conhecimento e concordância dos termos e condições previstos neste Edital, na Lei Complementar 195/2022 (Lei Paulo Gustavo), no Decreto 11.525/2023 (Decreto Paulo Gustavo) e no Decreto 11.453/2023 (Decreto de Fomento).
19. CRONOGRAMA

ETAPA	DATA INICIAL	DATA FINAL
1- Publicação do edital	12/09/2023	
2- Inscrições	12/09/2023	12/10/2023
3- Resultado Preliminar de Selecionados	31/10/2023	
4- Período de recurso	01/11/2023	06/11/2023
5- Homologação do Resultado Final	09/11/2023	
6- Entrega de Documentos dos selecionados	09/11/2023	16/11/2023
7- Resultado Preliminar de Habilitados	21/11/2023	
8- Período de recurso de Habilitação	22/11/2023	27/11/2023
9- Período de pagamento dos selecionados	28/11/2023	29/12/2023
10-Execução de projeto	até 31/12/2024	
11-Relatório Final de Execução do Objeto	até 31/12/2024	

20. ANEXOS:
20.1 Compõem este Edital os seguintes anexos:
Anexo I - Formulário de Inscrição/Plano de Trabalho;
Anexo II - Critérios de seleção
Anexo III - Termo de Execução Cultural;
Anexo IV - Relatório de Execução do Objeto;
Anexo V - Declaração de representação de grupo ou coletivo; e
Anexo VI - Declaração étnico-racial
Anexo VII – Planilha Orçamentária

ANEXO I
FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO (DISPONÍVEL NO MAPA)
1. DADOS DO PROPONENTE
Proponente é pessoa física ou pessoa jurídica?
( ) Pessoa Física
( ) Pessoa Jurídica
PARA PESSOA FÍSICA:
Nome Completo:
Nome artístico ou nome social (se houver):
CPF:
RG:
Data de nascimento:
E-mail:
Telefone:
Endereço completo:
CEP:
Cidade:
Estado:
Você reside em quais dessas áreas?
( ) Zona urbana central
( ) Zona urbana periférica
( ) Zona rural
( ) Área de vulnerabilidade social
( ) Unidades habitacionais
( ) Territórios indígenas (demarcados ou em processo de demarcação)
( ) Comunidades quilombolas (terra titulada ou em processo de titulação, com registro na Fundação Palmares)
( ) Áreas atingidas por barragem

( ) Território de povos e comunidades tradicionais (ribeirinhos, louceiros, cipozeiro, pequizeiros, vazanteiros, povos do mar etc.).
Pertence a alguma comunidade tradicional?
( ) Não pertenço a comunidade tradicional
( ) Comunidades Extrativistas
( ) Comunidades Ribeirinhas
( ) Comunidades Rurais
( ) Indígenas
( ) Povos Ciganos
( ) Pescadores(as) Artesanais
( ) Povos de Terreiro
( ) Quilombolas
( ) Outra comunidade tradicional
Gênero:
( ) Mulher cisgênero
( ) Homem cisgênero
( ) Mulher Transgênero
( ) Homem Transgênero
( ) Pessoa Não Binária
( ) Não informar
Raça, cor ou etnia:
( ) Branca
( ) Preta
( ) Parda
( ) Indígena
( ) Amarela
Você é uma Pessoa com Deficiência - PCD?
( ) Sim
( ) Não
Caso tenha marcado "sim", qual tipo de deficiência?
( ) Auditiva
( ) Física
( ) Intelectual
( ) Múltipla
( ) Visual
Qual o seu grau de escolaridade?
( ) Não tenho Educação Formal
( ) Ensino Fundamental Incompleto
( ) Ensino Fundamental Completo
( ) Ensino Médio Incompleto
( ) Ensino Médio Completo
( ) Curso Técnico Completo
( ) Ensino Superior Incompleto
( ) Ensino Superior Completo
( ) Pós Graduação Completo
Qual a sua renda mensal fixa individual (média mensal bruta aproximada) nos últimos 3 meses?
(Calcule fazendo uma média das suas remunerações nos últimos 3 meses. Em 2023, o salário mínimo foi fixado em R$ 1.320,00.)
( ) Nenhuma renda.
( ) Até 1 salário mínimo
( ) De 1 a 3 salários mínimos
( ) De 3 a 5 salários mínimos
( ) De 5 a 8 salários mínimos
( ) De 8 a 10 salários mínimos
( ) Acima de 10 salários mínimos
Você é beneficiário de algum programa social?
( ) Não
( ) Bolsa família
( ) Benefício de Prestação Continuada
( ) Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
( ) Garantia-Safra
( ) Seguro-Defeso
( ) Outro
Vai concorrer às cotas afirmativas?
( ) Sim ( ) Não
Se sim. Qual?
( ) Pessoa negra
( ) Pessoa indígena
Qual a sua principal função/profissão no campo artístico e cultural?
( ) Artista.
( ) Instrutor(a), oficineiro(a), educador(a) artístico(a)-cultural e afins.
( ) Curador(a), Programador(a) e afins.
( ) Gestor(a)
( ) Técnico(a)
( ) Consultor(a), Pesquisador(a) e afins.
( )_____Outro(a)s
Você está representando um coletivo (sem CNPJ)?
( ) Não
( ) Sim
Caso tenha respondido "sim":
Nome do coletivo:
Ano de Criação:
Quantas pessoas fazem parte do coletivo?
Nome completo e CPF das pessoas que compõem o coletivo:
PARA PESSOA JURÍDICA:
Razão Social:
Nome fantasia:
CNPJ:
Endereço da sede:
Cidade:
Estado:
Número de representantes legais:
Nome do representante legal:
CPF do representante legal:
E-mail do representante legal:
Telefone do representante legal:
Gênero do representante legal
( ) Mulher cisgênero
( ) Homem cisgênero
( ) Mulher Transgênero
( ) Homem Transgênero
( ) Não Binária/Binárie
( ) Não informar
Raça/cor/etnia do representante legal
( ) Branca
( ) Preta
( ) Parda
( ) Amarela
( ) Indígena
Representante legal é pessoa com deficiência - PCD?
( ) Sim
( ) Não
Caso tenha marcado "sim" qual o tipo de deficiência?
( ) Auditiva
( ) Física
( ) Intelectual
( ) Múltipla
( ) Visual
Escolaridade do representante legal
( ) Não tenho Educação Formal
( ) Ensino Fundamental Incompleto
( ) Ensino Fundamental Completo
( ) Ensino Médio Incompleto
( ) Ensino Médio Completo
( ) Curso Técnico completo
( ) Ensino Superior Incompleto
( ) Ensino Superior Completo
( ) Pós Graduação completo
2. DADOS DO PROJETO
Nome do Projeto:
Escolha a categoria a que vai concorrer:
Quais atividades e/ou produtos estão previstos no seu projeto? Por favor, quantifique.
Bolsa para desenvolvimento de processos criativos
Capacitação
Catálogo
Curso livre
Curso regular
Encontro
Evento cultural
Exibição
Exposição
Feira
Festival
Fomento
Fotografia
Live
Mostra
Obra
Oficina
Palestra
Pesquisa
Podcast
Premiação
Produção de publicações
Projeto
Publicação
Restauro
Seminário
Site
Vídeo
Vivência
Descrição do projeto
(Na descrição, você deve apresentar informações gerais sobre o seu projeto. Algumas perguntas orientadoras: O que você realizará com o projeto? Porque ele é importante para a sociedade? Como a ideia do projeto surgiu? Conte sobre o contexto de realização.)
Objetivos do projeto
(Neste campo, você deve propor objetivos para o seu projeto, ou seja, deve informar o que você pretende alcançar com a realização do projeto. É importante que você seja breve e proponha entre três a cinco objetivos.)
Metas
(Neste espaço, é necessário detalhar os objetivos em pequenas ações e/ou resultados que sejam quantificáveis. Por exemplo: Realização de 02 oficinas de artes circenses; Confecção de 80 figurinos; 120 pessoas idosas beneficiadas.)
Perfil do público a ser atingido pelo projeto
(Preencha aqui informações sobre as pessoas que serão beneficiadas ou participarão do seu projeto. Perguntas orientadoras: Quem vai ser o público do seu projeto? Essas pessoas são crianças, adultas e/ou idosas? Elas fazem parte de alguma comunidade? Qual a escolaridade delas? Elas moram em qual local, bairro e/ou região? No caso de públicos digitais, qual o perfil das pessoas a que seu projeto se direciona?)
Sua ação cultural é voltada prioritariamente para algum destes perfis de público?
Pessoas vítimas de violência
Pessoas em situação de pobreza
Pessoas em situação de rua (moradores de rua)
Pessoas em situação de restrição e privação de liberdade (população carcerária)
Pessoas com deficiência

Pessoas em sofrimento físico e/ou psíquico
Mulheres
Gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transgêneros e transexuais
Povos e comunidades tradicionais
Negros e/ou negras
Ciganos
Indígenas
Não é voltada especificamente para um perfil, é aberta para todos
Outros

Medidas de acessibilidade empregadas no projeto
(Marque quais medidas de acessibilidade serão implementadas ou estarão disponíveis para a participação de Pessoas com deficiência - PCD´s, tais como, intérprete de libras, audiodescrição, entre outras medidas de acessibilidade a pessoas com deficiência, idosos e mobilidade reduzida, conforme Instrução Normativa nº xxxx.)

Acessibilidade arquitetônica:
( ) rotas acessíveis, com espaço de manobra para cadeira de rodas;
( ) piso tátil;
( ) rampas;
( ) elevadores adequados para pessoas com deficiência;
( ) corrimãos e guarda-corpos;
( ) banheiros femininos e masculinos adaptados para pessoas com deficiência;
( ) vagas de estacionamento para pessoas com deficiência;
( ) assentos para pessoas obesas;
( ) iluminação adequada;
( ) Outra _____

Acessibilidade comunicacional:
( ) a Língua Brasileira de Sinais - Libras;
( ) o sistema Braille;
( ) o sistema de sinalização ou comunicação tátil;
( ) a audiodescrição;
( ) as legendas;
( ) a linguagem simples;
( ) textos adaptados para leitores de tela; e
( ) Outra _____

Acessibilidade atitudinal:
( ) capacitação de equipes atuantes nos projetos culturais;
( ) contratação de profissionais com deficiência e profissionais especializados em acessibilidade cultural;
( ) formação e sensibilização de agentes culturais, público e todos os envolvidos na cadeia produtiva cultural; e
( ) outras medidas que visem a eliminação de atitudes capacitistas.

Informe como essas medidas de acessibilidade serão implementadas ou disponibilizadas de acordo com o projeto proposto.

Local onde o projeto será executado
Informe os espaços culturais e outros ambientes onde a sua proposta será realizada. É importante informar também os municípios e Estados onde ela será realizada.

Previsão do período de execução do projeto
Data de início:
Data final:

Equipe
Informe quais são os profissionais que atuarão no projeto, conforme quadro a seguir:

Nome do profissional / empresa	Função no projeto	CPF/CNPJ	Pessoa negra?	Pessoa índigena?	Pessoa com deficiência?	[INSERIR MAIS COLUNAS, SE NECESSÁRIO]
Ex.: João Silva	Curador	123456789101	Sim/Não	Sim/Não	Sim/Não	

Cronograma de Execução
Descreva os passos a serem seguidos para execução do projeto.

Atividade Geral	Etapa	Descrição	Início	Fim	[INSERIR MAIS COLUNAS, SE NECESSÁRIO]
Ex: Comunicação	Pré-produção	Divulgação do projeto nos veículos de imprensa	11/10/2023	11/11/2023	

Estratégia de divulgação
Apresente os meios que serão utilizados para divulgar o projeto. ex.: impulsionamento em redes sociais.

Contrapartida
Neste campo, descreva qual contrapartida será realizada, quando será realizada, e onde será realizada.

Projeto possui recursos financeiros de outras fontes? Se sim, quais?
(Informe se o projeto prevê apoios financeiros tais como cobrança de ingressos, patrocínio e/ou outras fontes de financiamento. Caso positivo, informe a previsão de valores e onde serão empregados no projeto.)
( ) Não, o projeto não possui outras fontes de recursos financeiros
( ) Apoio financeiro municipal
( ) Apoio financeiro estadual
( ) Recursos de Lei de Incentivo Municipal
( ) Recursos de Lei de Incentivo Estadual
( ) Recursos de Lei de Incentivo Federal
( ) Patrocínio privado direto
( ) Patrocínio de instituição internacional
( ) Doações de Pessoas Físicas
( ) Doações de Empresas
( ) Cobrança de ingressos
( ) Outros

Se o projeto tem outras fontes de financiamento, detalhe quais são, o valor do financiamento e onde os recursos serão empregados no projeto.

O projeto prevê a venda de produtos/ingressos?
(Informe a quantidade dos produtos a serem vendidos, o valor unitário por produto e o valor total a ser arrecadado. Detalhe onde os recursos arrecadados serão aplicados no projeto.)

3. PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
Preencha a tabela informando todas as despesas indicando as metas/etapas às quais elas estão relacionadas.
Deve haver a indicação do parâmetro de preço (Ex.: preço estabelecido no SALICNET, 3 orçamentos, etc) utilizado com a referência específica do item de despesa, conforme exemplo abaixo.

Descrição do item	Justificativa	Unidade de medida	Valor unitário	Quantidade	Valor total	Referência de preço
Ex.: Fotógrafo	Profissional necessário para registro da oficina	Serviço	R$1.100,00	1	R$1.100,00	Salicnet – Oficina/ workshop/seminário Audiovisual – Brasília – Fotografia Artística – Serviço

4. DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS A SEREM ANEXADOS
Encaminhe junto a esse formulário os seguintes documentos:
RG e CPF do proponente
Currículo do proponente
Mini currículo dos integrantes do projeto
[OUTROS DOCUMENTOS QUE FOREM OBRIGATÓRIOS DE ACORDO COM AS CATEGORIAS]

ANEXO II

CRITÉRIOS UTILIZADOS NA AVALIAÇÃO DE MÉRITO CULTURAL

As comissões de seleção atribuirão notas de 0 a 10 pontos a cada um dos critérios de avaliação de cada projeto, conforme tabela a seguir:

CRITÉRIOS OBRIGATÓRIOS PARA PROJETOS DE FOMENTO		
Identificação do Critério	**Descrição do Critério**	**Pontuação Máxima**
A	**Qualidade do Projeto - Coerência do objeto, objetivos, justificativa e metas do projeto** A análise deverá considerar, para fins de avaliação e valoração, se o conteúdo do projeto apresenta, como um todo, coerência, observando o objeto, a justificativa e as metas, sendo possível visualizar de forma clara os resultados que serão obtidos.	10
B	**Relevância da ação proposta para o cenário cultural do Estado do Pará.** A análise deverá considerar, para fins de avaliação e valoração, se a ação contribui para o enriquecimento e valorização da cultura do estado do Pará	10
C	**Aspectos de integração comunitária na ação proposta pelo projeto** Considera-se, para fins de avaliação e valoração, se o projeto apresenta aspectos de integração comunitária, em relação ao impacto social para a inclusão de pessoas com deficiência, idosos e demais grupos em situação de histórica vulnerabilidade econômica/social.	10
D	**Coerência da planilha orçamentária e do cronograma de execução às metas, resultados e desdobramentos do projeto proposto** A análise deverá avaliar e valorar a viabilidade técnica do projeto sob o ponto de vista dos gastos previstos na planilha orçamentária, sua execução e a adequação ao objeto, metas e objetivos previstos. Também deverá ser considerada para fins de avaliação, a coerência e conformidade dos valores e quantidades dos itens relacionados na planilha orçamentária do projeto.	10
E	**Coerência do Plano de Divulgação ao Cronograma, Objetivos e Metas do projeto proposto** A análise deverá avaliar e valorar a viabilidade técnica e comunicacional com público-alvo do projeto, mediante as estratégias, mídias e materiais apresentados, bem como a capacidade de execução.	10
F	**Compatibilidade da ficha técnica com as atividades desenvolvidas** A análise deverá considerar a carreira dos profissionais que compõem o corpo técnico e artístico, verificando a coerência ou não em relação às atribuições que serão executadas por eles no projeto (para esta avaliação serão considerados os currículos dos membros da ficha técnica).	10
G	**Trajetória artística e cultural do proponente** Será considerado para fins de análise a carreira do proponente, com base no currículo e comprovações enviadas juntamente com a proposta	10
PONTUAÇÃO TOTAL:		80

CRITÉRIOS OBRIGATÓRIOS PARA PREMIAÇÃO		
Identificação do Critério	**Descrição do Critério**	**Pontuação Máxima**
A	**Trajetória artística e cultural do proponente com 10 anos comprovados. A partir daí, para cada ano comprovado, o proponente obtém 1 ponto extra.** Será considerado para fins de análise a carreira do proponente, com base no currículo e comprovações enviadas juntamente com a proposta	10 padrão para quem comprova 10 anos de atividade

B	**Aspectos de transmissão de conhecimentos** Considera-se, para fins de avaliação e valoração, se o proponente apresenta atividades de repasse de seus conhecimentos para outras pessoas ou grupo.	10
C	**Qualidade do Projeto - Coerência da proposta de premiação** A análise deverá considerar, para fins de avaliação e valoração, se o conteúdo da proposta, como um todo, coerência, observando o objeto e a justificativa.	10
PONTUAÇÃO TOTAL:		

A pontuação final de cada candidatura será definida por média das notas atribuídas individualmente por cada membro,
Os critérios gerais são eliminatórios, de modo que, o agente cultural que receber pontuação 0 em algum dos critérios será desclassificado do Edital.
Em caso de empate, serão utilizados para fins de classificação dos projetos a maior nota nos critérios de acordo com a ordem abaixo definida: A, B, C, D, E, F, G,H respectivamente.
Caso nenhum dos critérios acima elencados seja capaz de promover o desempate será adotado o critério de maior idade do proponente pessoa física ou representante de pessoa jurídica.
Serão considerados aptos os projetos de fomento que receberem nota final igual ou superior a 40 pontos.
Serão considerados aptas as propostas de premiação que receberem nota final igual ou superior a 20 pontos.
Serão desclassificados os projetos que:
I - receberam nota 0 em qualquer dos critérios obrigatórios;
II - apresentem quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade, orientação sexual, ou outras formas de discriminação serão desclassificadas, com fundamento no disposto no inciso IV do caput do art. 3º da Constituição, garantidos o contraditório e a ampla defesa.
III - A falsidade de informações acarretará desclassificação, podendo ensejar, ainda, a aplicação de sanções administrativas ou criminais.

ANEXO III
TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº [INDICAR NÚMERO]/[INDICAR ANO] TENDO POR OBJETO A CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO A AÇÕES CULTURAIS CONTEMPLADAS PELO EDITAL nº XX/2023 –, NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO), DO DECRETO N. 11.525/2023 (DECRETO PAULO GUSTAVO) E DO DECRETO 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

1. PARTES

1.1 O [NOME DO ENTE FEDERATIVO], neste ato representado por [AUTORIDADE QUE ASSINARÁ PELO ENTE FEDERATIVO], Senhor(a) [INDICAR NOME DA AUTORIDADE QUE ASSINARÁ PELO ENTE FEDERATIVO], e o(a) AGENTE CULTURAL, [INDICAR NOME DO(A) AGENTE CULTURAL CONTEMPLADO], portador(a) do RG nº [INDICAR Nº DO RG], expedida em [INDICAR ÓRGÃO EXPEDIDOR], CPF nº [INDICAR Nº DO CPF], residente e domiciliado(a) à [INDICAR ENDEREÇO], CEP: [INDICAR CEP], telefones: [INDICAR TELEFONES], resolvem firmar o presente Termo de Execução Cultural, de acordo com as seguintes condições:

2. PROCEDIMENTO

2.1 Este Termo de Execução Cultural é instrumento da modalidade de fomento à execução de ações culturais de que trata o inciso I do art. 8 do Decreto 11.453/2023, celebrado com agente cultural selecionado nos termos da LEI COMPLEMENTAR Nº 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO), DO DECRETO N. 11.525/2023 (DECRETO PAULO GUSTAVO) E DO DECRETO 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

3. OBJETO

3.1. Este Termo de Execução Cultural tem por objeto a concessão de apoio financeiro ao projeto cultural [INDICAR NOME DO PROJETO], contemplado no conforme processo administrativo nº [INDICAR NÚMERO DO PROCESSO].

4. RECURSOS FINANCEIROS

4.1. Os recursos financeiros para a execução do presente termo totalizam o montante de R$ [INDICAR VALOR EM NÚMERO ARÁBICOS] ([INDICAR VALOR POR EXTENSO] reais).
4.2. Serão transferidos à conta do(a) AGENTE CULTURAL, especialmente aberta no [NOME DO BANCO], Agência [INDICAR AGÊNCIA], Conta Corrente nº [INDICAR CONTA], para recebimento e movimentação.

5. APLICAÇÃO DOS RECURSOS

5.1 Os rendimentos de ativos financeiros poderão ser aplicados para o alcance do objeto, sem a necessidade de autorização prévia.

6. OBRIGAÇÕES

6.1 São obrigações da SECULT/PA:
I) transferir os recursos ao(a)AGENTE CULTURAL;
II) orientar o(a) AGENTE CULTURAL sobre o procedimento para a prestação de informações dos recursos concedidos;
III) analisar e emitir parecer sobre os relatórios e sobre a prestação de informações apresentados pelo(a) AGENTE CULTURAL;
IV) zelar pelo fiel cumprimento deste termo de execução cultural;
V) adotar medidas saneadoras e corretivas quando houver inadimplemento;
VI) monitorar o cumprimento pelo(a) AGENTE CULTURAL das obrigações previstas na CLÁUSULA 6.2.
6.2 São obrigações do(a) AGENTE CULTURAL:
I) executar a ação cultural aprovada;
II) aplicar os recursos concedidos pela Lei Paulo Gustavo na realização da ação cultural;
III) manter, obrigatória e exclusivamente, os recursos financeiros depositados na conta especialmente aberta para o Termo de Execução Cultural;
IV) facilitar o monitoramento, o controle e supervisão do termo de execução cultural bem como o acesso ao local de realização da ação cultural;
V) prestar informações à SECULT por meio de Relatório de Execução do Objeto, apresentado no prazo máximo de até 31 de dezembro de 2024, contados do término da vigência do termo de execução cultural;
VI) atender a qualquer solicitação regular feita pela SECULT, a contar do recebimento da notificação;
VII) divulgar nos meios de comunicação, a informação de que a ação cultural aprovada é apoiada com recursos da Lei Paulo Gustavo, incluindo as marcas do Governo federal, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura;
VIII) não realizar despesa em data anterior ou posterior à vigência deste termo de execução cultural;
IX) guardar a documentação referente à prestação de informações pelo prazo de 10 anos, contados do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural;
X) não utilizar os recursos para finalidade diversa da estabelecida no projeto cultural;
XI) executar a contrapartida conforme pactuado.

7. PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES,

7.1 O agente cultural prestará contas à administração pública por meio da categoria de prestação de informações em relatório de execução do objeto.
7.2 A prestação de informações em relatório de execução do objeto comprovará que foram alcançados os resultados da ação cultural, por meio dos seguintes procedimentos:
I - apresentação de relatório de execução do objeto pelo beneficiário no prazo estabelecido pelo ente federativo no regulamento ou no instrumento de seleção;
II - apresentação de relatório de execução financeira do projeto, e;
III - análise do relatório de execução do objeto por agente público designado.
7.2.1 O relatório de prestação de informações sobre o cumprimento do objeto deverá:
I - comprovar que foram alcançados os resultados da ação cultural;
II - conter a descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;
III - ter anexados documentos de comprovação do cumprimento do objeto, tais como: Declarações de realização dos eventos, com registro fotográfico ou audiovisual, clipping de matérias jornalísticas, releases, folders, catálogos, panfletos, filipetas, bem como outros documentos pertinentes à execução do projeto.
7.2.2 O agente público competente elaborará parecer técnico de análise do relatório de execução do objeto e poderá adotar os seguintes procedimentos, de acordo com o caso concreto:
I - encaminhar o processo à autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações, caso conclua que houve o cumprimento integral do objeto; ou
II - solicitar a apresentação, pelo agente cultural, de relatório de execução financeira, caso considere que não foi possível aferir o cumprimento integral do objeto no relatório de execução do objeto ou que as justificativas apresentadas sobre o cumprimento parcial do objeto foram insuficientes.
7.2.3 Após o recebimento do processo pelo agente público de que trata o item 7.2.2, autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações poderá:
I - determinar o arquivamento, caso considere que houve o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado;
II - solicitar a apresentação, pelo agente cultural, de relatório de execução financeira, caso considere que não foi possível aferir o cumprimento integral do objeto no relatório de execução do objeto ou que as justificativas apresentadas sobre o cumprimento parcial do objeto foram insuficientes; ou
III - aplicar sanções ou decidir pela rejeição da prestação de informações, caso verifique que não houve o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado, ou caso identifique irregularidades no relatório de execução financeira.
7.3 O relatório de execução financeira será exigido, independente da modalidade inicial de prestação de informações (in loco ou em relatório de execução do objeto), somente nas seguintes hipóteses:
I - quando não estiver comprovado o cumprimento do objeto, observados os procedimentos previstos no item 7.2; ou
II - quando for recebida, pela administração pública, denúncia de irregularidade na execução da ação cultural, mediante juízo de admissibilidade que avaliará os elementos fáticos apresentados.
7.3.1 O prazo para apresentação do relatório de execução financeira será de, no mínimo, trinta dias, contado do recebimento da notificação.
7.4 O julgamento da prestação de informações realizado pela autoridade do ente federativo que celebrou o termo de execução cultural avaliará o parecer técnico de análise de prestação de informações e poderá concluir pela:
I - aprovação da prestação de informações, com ou sem ressalvas; ou
II - reprovação da prestação de informações, parcial ou total.
7.5 Na hipótese de o julgamento da prestação de informações apontar a necessidade de devolução de recursos, o agente cultural será notificado para que exerça a opção por:
I - devolução parcial ou integral dos recursos ao erário;
II - apresentação de plano de ações compensatórias; ou
III - devolução parcial dos recursos ao erário juntamente com a apresentação de plano de ações compensatórias.
7.5.1 A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a reprovação da prestação de informações, desde que comprovada.
7.5.2 Nos casos em que estiver caracterizada má-fé do agente cultural, será imediatamente exigida a devolução de recursos ao erário, vedada a aceitação de plano de ações compensatórias.
7.5.3 Nos casos em que houver exigência de devolução de recursos ao erário, o agente cultural poderá solicitar o parcelamento do débito, na forma e nas condições previstas na legislação.
7.5.4 O prazo de execução do plano de ações compensatórias será o menor possível, conforme o caso concreto, limitado à metade do prazo originalmente previsto de vigência do instrumento.

8. ALTERAÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

8.1 A alteração do termo de execução cultural será formalizada por meio de termo aditivo.
8.2 A formalização de termo aditivo não será necessária nas seguintes hipóteses:

I - prorrogação de vigência realizada de ofício pela administração pública quando der causa a atraso na liberação de recursos; e
II - alteração do projeto sem modificação do valor global do instrumento e sem modificação substancial do objeto.
8.3 Na hipótese de prorrogação de vigência, o saldo de recursos será automaticamente mantido na conta, a fim de viabilizar a continuidade da execução do objeto.
8.4 As alterações do projeto cujo escopo seja de, no máximo, 20% poderão ser realizadas pelo agente cultural e comunicadas à administração pública em seguida, sem a necessidade de autorização prévia.
8.5 A aplicação de rendimentos de ativos financeiros em benefício do objeto do termo de execução cultural poderá ser realizada pelo agente cultural sem a necessidade de autorização prévia da administração pública.
8.6 Nas hipóteses de alterações em que não seja necessário termo aditivo, poderá ser realizado apostilamento.

9. TITULARIDADE DE BENS

9.1 Os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução da ação cultural fomentada serão de titularidade do agente cultural desde a data da sua aquisição.
9.2 Nos casos de rejeição da prestação de contas em razão da aquisição ou do uso do bem, o valor pago pela aquisição será computado no cálculo de valores a devolver, com atualização monetária.
[OU]
9.2 Os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução da ação cultural fomentada serão de titularidade do [NOME DO ENTE].
[AO FORMALIZAR O TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL, O ENTE DEVE DECIDIR SE OS BENS ADQUIRIDOS, PRODUZIDOS OU TRANSFORMADOS PELO AGENTE CULTURAL SERÃO DO PRÓPRIO AGENTE CULTURAL OU DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. OS BENS PODEM FICAR COM O AGENTE CULTURAL NAS HIPÓTESES TRATADAS NO ART. 27 DO DECRETO 11.453/2023]

10. EXTINÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

10.1 O presente Termo de Execução Cultural poderá ser:
I - extinto por decurso de prazo;
II - extinto, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;
III - denunciado, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe; ou
IV - rescindido, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe, nas seguintes hipóteses:
a) descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;
b) irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas ;
c) violação da legislação aplicável;
d) cometimento de falhas reiteradas na execução;
e) má administração de recursos públicos;
f) constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;
g) não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;h) outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.
10.2 A denúncia só será eficaz 60 (sessenta) dias após a data de recebimento da notificação, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença.
10.3 Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.
10.4 Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje dano ao erário, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela Administração Pública.
10.5 Outras situações relativas à extinção deste Termo não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser negociados entre as partes ou, se for o caso, no Termo de Distrato.

11. SANÇÕES

11.1 . Nos casos em que for verificado que a ação cultural ocorreu, mas houve inadequação na execução do objeto ou na execução financeira sem má-fé, a autoridade pode concluir pela aprovação da prestação de informações com ressalvas e aplicar sanção de advertência ou multa.
11.2 A decisão sobre a sanção deve ser precedida de abertura de prazo para apresentação de defesa pelo AGENTE CULTURAL.
11.3 A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a aplicação de sanção, desde que regularmente comprovada.

12. MONITORAMENTO E CONTROLE DE RESULTADOS

12.1 [DEVE SER INFORMADO COMO O ÓRGÃO REALIZARÁ O MONITORAMENTO DAS AÇÕES, PODENDO SER POR MEIO DE COMISSÃO ESPECÍFICA PARA ESTE FIM, POR ENVIO DE RELATÓRIOS, ENTRE OUTRAS MEDIDAS].

13. VIGÊNCIA

13.1 A vigência deste instrumento terá início na data de assinatura das partes, com duração de [PRAZO EM ANOS OU MESES], podendo ser prorrogado por [PRAZO MÁXIMO DE PRORROGAÇÃO].

14. PUBLICAÇÃO

14.1 O Extrato do Termo de Execução Cultural será publicado no [INFORMAR ONDE SERÁ PUBLICADO]

15. FORO

15.1 Fica eleito o Foro de [LOCAL] para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao presente Termo de Execução Cultural.
LOCAL, [INDICAR DIA, MÊS E ANO].

Pelo órgão: Pelo Agente Cultural:
[NOME DO AGENTE CULTURAL]

ANEXO IV
RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

1. DADOS DO PROJETO

Nome do projeto:
Nome do agente cultural proponente:
Nº do Termo de Execução Cultural
Vigência do projeto:
Valor repassado para o projeto:
Data de entrega desse relatório:

2. RESULTADOS DO PROJETO

2.1. Resumo:

Descreva de forma resumida como foi a execução do projeto, destacando principais resultados e benefícios gerados e outras informações pertinentes.

2.2. As ações planejadas para o projeto foram realizadas?

( ) Sim, todas as ações foram feitas conforme o planejado.
( ) Sim, todas as ações foram feitas, mas com adaptações e/ou alterações.
( ) Uma parte das ações planejadas não foi feita.
( ) As ações não foram feitas conforme o planejado.

2.3. Ações desenvolvidas

Descreva as ações desenvolvidas, com informações detalhando ações, datas, locais, horários, etc. Fale também sobre a eventuais alterações nas atividades previstas no projeto, bem como os possíveis impactos nas metas acordadas.

2.4. Cumprimento das Metas

Metas integralmente cumpridas:
• META 1 [Descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado]
◦ OBSERVAÇÃO DA META 1: [informe como a meta foi cumprida]
Metas parcialmente cumpridas (SE HOUVER):
• META 1 [Descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado]
◦ Observações da Meta 1: [Informe qual parte da meta foi cumprida]
◦ Justificativa para o não cumprimento integral: [Explique porque parte da meta não foi cumprida]
Metas não cumpridas (se houver)
• Meta 1 [Descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado]
◦ Justificativa para o não cumprimento: [Explique porque a meta não foi cumprida]

3. PRODUTOS GERADOS

3.1. A execução do projeto gerou algum produto?

Exemplos: vídeos, produção musical, produção gráfica etc.
( ) Sim
( ) Não

3.1.1. Quais produtos culturais foram gerados?

Você pode marcar mais de uma opção. Informe também as quantidades.
( ) Publicação
( ) Livro
( ) Catálogo
( ) Live (transmissão on-line)
( ) Vídeo
( ) Documentário
( ) Filme
( ) Relatório de pesquisa
( ) Produção musical
( ) Jogo
( ) Artesanato
( ) Obras
( ) Espetáculo
( ) Show musical
( ) Site
( ) Música
( ) Outros: _____

3.1.2. Como os produtos desenvolvidos ficaram disponíveis para o público após o fim do projeto?

Exemplos: publicações impressas, vídeos no YouTube?

3.2. Quais foram os resultados gerados pelo projeto?

Detalhe os resultados gerados por cada atividade prevista no Projeto.

3.2.1 Pensando nos resultados finais gerados pelo projeto, você considera que ele:

(Você pode marcar mais de uma opção).
( ) Desenvolveu processos de criação, de investigação ou de pesquisa.
( ) Desenvolveu estudos, pesquisas e análises sobre o contexto de atuação.
( ) Colaborou para manter as atividades culturais do coletivo.
( ) Fortaleceu a identidade cultural do coletivo.
( ) Promoveu as práticas culturais do coletivo no espaço em que foi desenvolvido.
( ) Promoveu a formação em linguagens, técnicas e práticas artísticas e culturais.
( ) Ofereceu programações artísticas e culturais para a comunidade do entorno.
( ) Atuou na preservação, na proteção e na salvaguarda de bens e manifestações culturais.

4. PÚBLICO ALCANÇADO

Informe a quantidade de pessoas beneficiadas pelo projeto, demonstre os mecanismos utilizados para mensuração, a exemplo de listas de presenças. Em caso de baixa frequência ou oscilação relevante informe as justificativas.

5. EQUIPE DO PROJETO

5.1 Quantas pessoas fizeram parte da equipe do projeto?

Digite um número exato (exemplo: 23).

5.2 Houve mudanças na equipe ao longo da execução do projeto?

( ) Sim ( ) Não
Informe se entraram ou saíram pessoas na equipe durante a execução do projeto.

5.3 Informe os profissionais que participaram da execução do projeto:

Nome do profissional/empresa	Função no projeto	CPF/CNPJ	Pessoa negra?	Pessoa índigena?	Pessoa com deficiência?	[INSERIR MAIS COLUNAS, SE NECESSÁRIO]
Ex.: João Silva	Cineasta	123456789101	Sim/Não	Sim/Não	Sim/Não	

6. LOCAIS DE REALIZAÇÃO
6.1 De que modo o público acessou a ação ou o produto cultural do projeto?
( )1. Presencial.
( ) 2. Virtual.
( ) 3. Híbrido (presencial e virtual).
Caso você tenha marcado os itens 2 ou 3 (virtual e híbrido):
6.2 Quais plataformas virtuais foram usadas?
Você pode marcar mais de uma opção.
( )Youtube
( )Instagram / IGTV
( )Facebook
( )TikTok
( )Google Meet, Zoom etc.
( )Outros: _____
6.3 Informe aqui os links dessas plataformas:
Caso você tenha marcado os itens 1 e 3 (Presencial e Híbrido):
6.4 De que forma aconteceram as ações e atividades presenciais do projeto?
( )1. Fixas, sempre no mesmo local.
( )2. Itinerantes, em diferentes locais.
( )3. Principalmente em um local base, mas com ações também em outros locais.
No item 6.4 caso você tenha marcado o item 1 (Fixas):
6.5 Em que município o projeto aconteceu?
6.7 Em que área do município o projeto foi realizado?
Você pode marcar mais de uma opção.
( )Zona urbana central.
( )Zona urbana periférica.
( )Zona rural.
( )Área de vulnerabilidade social.
( )Unidades habitacionais.
( )Territórios indígenas (demarcados ou em processo de demarcação).
( )Comunidades quilombolas (terra titulada, em processo de titulação, com registro na Fundação Palmares).
( )Áreas atingidas por barragem.
( )Território de povos e comunidades tradicionais (ribeirinhos, louceiros, cipozeiro, pequizeiros, vazanteiros, povos do mar etc.).
( )Outros: _____
__
6.8 Onde o projeto foi realizado?
Você pode marcar mais de uma opção.
( )Equipamento cultural público municipal.
( )Equipamento cultural público estadual.
( )Espaço cultural independente.
( )Escola.
( )Praça.
( )Rua.
( )Parque.
( )Outros
No item 6.4 caso você tenha marcado o item 2 (itinerante):
6.9 Em quais municípios o projeto aconteceu?
6.10 Em quais áreas o projeto foi realizado?
Você pode marcar mais de uma opção.
( )Zona urbana central.
( )Zona urbana periférica.
( )Zona rural.
( )Área de vulnerabilidade social.
( )Unidades habitacionais.
( )Territórios indígenas (demarcados ou em processo de demarcação).
( )Comunidades quilombolas (terra titulada, em processo de titulação, com registro na Fundação Palmares).
( )Áreas atingidas por barragem.
( )Território de povos e comunidades tradicionais (ribeirinhos, louceiros, cipozeiro, pequizeiros, vazanteiros, povos do mar etc.).
( )Outros: _____
6.11 Onde o projeto foi realizado?
Você pode marcar mais de uma opção.
( )Equipamento cultural público municipal.
( )Equipamento cultural público estadual.
( )Espaço cultural independente.
( )Escola.
( )Praça.
( )Rua.
( )Parque.
( )Outros _____
No item 6.4 caso você tenha marcado o item 3 (Base):
6.12 Em quais municípios o projeto aconteceu?
6.13 Em quais áreas o projeto foi realizado?
Você pode marcar mais de uma opção.
( )Zona urbana central.
( )Zona urbana periférica.
( )Zona rural.
( )Área de vulnerabilidade social.
( )Unidades habitacionais.
( )Territórios indígenas (demarcados ou em processo de demarcação).
( )Comunidades quilombolas (terra titulada, em processo de titulação, com registro na Fundação Palmares).
( )Áreas atingidas por barragem.
( )Território de povos e comunidades tradicionais (ribeirinhos, louceiros, cipozeiro, pequizeiros, vazanteiros, povos do mar etc.).
( )Outros: _____
__
6.14 Onde o projeto foi realizado?
Você pode marcar mais de uma opção.
( )Equipamento cultural público municipal.
( )Equipamento cultural público estadual.
( )Espaço cultural independente.
( )Escola.
( )Praça.
( )Rua.
( )Parque.
( )Outros_____
7. DIVULGAÇÃO DO PROJETO
Informe como o projeto foi divulgado. Ex.: Divulgado no instagram
8. CONTRAPARTIDA
Descreva como a contrapartida foi executada, quando foi executada e onde foi executada.
9. TÓPICOS ADICIONAIS
Inclua aqui informações relevantes que não foram abordadas nos tópicos anteriores, se houver.
10. ANEXOS
Junte documentos que comprovem que você executou o projeto, tais como listas de presença, relatório fotográfico, vídeos, depoimentos, entre outros.
Nome
Assinatura do Agente Cultural Proponente

ANEXO V
DECLARAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DE GRUPO OU COLETIVO

OBS.: Essa declaração deve ser preenchida somente por proponentes que sejam um grupo ou coletivo sem personalidade jurídica, ou seja, sem CNPJ.
GRUPO ARTÍSTICO:
NOME DO REPRESENTANTE INTEGRANTE DO GRUPO OU COLETIVO ARTÍSTICO:
DADOS PESSOAIS DO REPRESENTANTE: [IDENTIDADE, CPF, E-MAIL E TELEFONE]
Os declarantes abaixo-assinados, integrantes do grupo artístico [NOME DO GRUPO OU COLETIVO], elegem a pessoa indicada no campo "REPRESENTANTE" como único e representante neste edital, outorgando-lhe poderes para fazer cumprir todos os procedimentos exigidos nas etapas do edital, inclusive assinatura de recibo, troca de comunicações, podendo assumir compromissos, obrigações, transigir, receber pagamentos e dar quitação, renunciar direitos e qualquer outro ato relacionado ao referido edital. Os declarantes informam que não incorrem em quaisquer das vedações do item de participação previstas no edital.
.

NOME DO INTEGRANTE	DADOS PESSOAIS	ASSINATURAS

[LOCAL]
[DATA]

ANEXO VI
DECLARAÇÃO ÉTNICO-RACIAL

(Para agentes culturais concorrentes às cotas étnico-raciais – negros ou indígenas)
Eu, _____
_____, CPF nº_____, RG nº _____, DECLARO para fins de participação no Edital (Nome ou número do edital) que sou _____
_____(informar se é NEGRO OU INDÍGENA).
Por ser verdade, assino a presente declaração e estou ciente de que a apresentação de declaração falsa pode acarretar desclassificação do edital e aplicação de sanções criminais.
NOME

ASSINATURA DO DECLARANTE

ANEXO VII
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

Nome do Proponente:
Nº de Registro no Mapa Cultural:
Nome do projeto:
Nº de inscrição:

Meta /etapa 1						
Descrição do item	Justificativa	Unidade de medida	Valor unitário	Quantidade	Valor total	Referência de preço
Ex.: Fotógrafo	Profissional necessário para registro da oficina	Serviço	R$1.100,00	1	R$1.100,00	. Salicnet . Praticado no mercado

Meta /etapa 2						
Ex. Ampliações das imagens	Serviço necessário para exposição	und	R$50,00	1	R$50,00	. Salicnet . Praticado no mercado

Preencha a tabela informando todas as despesas indicando as metas/etapas às quais elas estão relacionadas (ex. pré-produção, produção, execução)
Deve haver a indicação do parâmetro de preço (Ex.: preço estabelecido no SALICNET, 3 orçamentos, etc),utilizado com a referência específica do item de despesa, conforme exemplo.
Adicione quantas linhas forem necessárias para etapas e itens do seu orçamento.

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 005/2023 – CULTURAS POPULARES – LEI PAULO GUSTAVO
EDITAL DE SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA LEI COMPLEMENTAR 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO) – CULTURAS POPULARES

Este Edital é realizado com recursos do Governo Federal repassados por meio da Lei Complementar nº 195/2022 - Lei Paulo Gustavo.

A Lei Paulo Gustavo (LGP) viabiliza o maior investimento direto no setor cultural da história do Brasil e simboliza o processo de resistência da classe artística durante a pandemia de Covid-19, que limitou severamente as atividades do setor cultural.
É, ainda, uma homenagem a Paulo Gustavo, artista símbolo da categoria, vitimado pela doença.
As condições para a execução da Lei Paulo Gustavo foram criadas por meio do engajamento da sociedade e o presente edital destina-se a apoiar projetos apresentados pelos agentes culturais do segmento de CULTURAS POPULARES.
Deste modo, a Secretaria de Cultura do Estado do Pará – SECULT/PA, torna público o presente edital elaborado com base na Lei Complementar 195/2022, no Decreto 11.525/2023 e no Decreto 11.453/2023 e no Termo de Fomento 058, celebrado com a OSC INSTITUTO NOVA AMAZÔNIA (INÃ), entidade parceira na execução das ações deste edital..
Na realização deste edital estão asseguradas medidas de democratização, desconcentração, descentralização e regionalização do investimento cultural, com a implementação de ações afirmativas, fundamentado na previsão do Decreto nº 11.525, de 11 de maio de 2023 (Decreto de Regulamentação da Lei Paulo Gustavo), em seus artigos 14, 15 e 16.

1. OBJETO

O objeto deste Edital é a seleção de **100 (cem)** projetos culturais do segmento de Culturas Populares, para receberem recursos financeiros, visando o incentivo ao referido segmento no estado do Pará. A distribuição dos recursos será realizada de acordo com as modalidades descritas no item 1.1.

1.1. Modalidade: Fomento

1.1.1. Quadrilha Junina: 21 (vinte e um) projetos culturais de até R$29.620,00 (vinte nove mil e seiscentos e vinte reais), destinados às atividades de Quadrilhas Juninas.
1.1.2. Grupo Parafolclórico: 28 (vinte e oito) projetos culturais de até R$29.620,00 (vinte nove mil e seiscentos e vinte reais), destinados às atividades de grupos Parafolclóricos.
1.1.3. Grupos de Toada: 16 (dezesseis) projetos culturais de até R$29.620,00 (vinte nove mil e seiscentos e vinte reais), destinados às atividades de Grupos de Toada.
1.1.4. Pássaro Junino: 21 (vinte e um) projetos culturais de até R$29.620,00 (vinte nove mil e seiscentos e vinte reais), destinados às atividades dos Pássaros Juninos.
1.1.5. Boi Bumbá: 14 (quatorze) projetos culturais de até R$29.620,00 (vinte nove mil e seiscentos e vinte reais) destinados às atividades dos Bois-bumbás.
1.2. Caso o valor destinado à atividade inicialmente previsto não seja utilizado integralmente, poderão ser convocados mais proponentes aprovados.
1.3. Havendo sobra de recursos em uma das atividades o saldo remanescente poderá ser remanejado para contemplar propostas de outras faixas deste edital.
1.3.1. O remanejamento deverá priorizar as faixas que possuam maior demanda de propostas de proponentes na condição de suplente, bem como respeitar as cotas reservadas às pessoas negras e indígenas e, quando possível, a ordem de classificação e as cotas de regionalização.
1.4. No caso de sobra de recurso neste edital, o saldo remanescente deste poderá ser utilizado para contemplar os(as) proponentes com propostas selecionadas em outros Editais da Lei Paulo Gustavo publicados pela Secretaria de Cultura do Estado do Pará, priorizando aqueles com maior demanda.
1.5. O valor inicialmente disponível para este Edital poderá ser ampliado, caso haja sobra de recursos de outros Editais publicados pela Secretaria de Cultura no âmbito da Lei Paulo Gustavo ou do recebimento de recursos da Lei Paulo Gustavo não executados pelos municípios.

2. VALORES

2.1 O valor total disponibilizado para este Edital é de **R$2.962.000,00** (dois milhões, novecentos e sessenta e dois mil reais) para projetos de fomento da LPG.

3. QUEM PODE SE INSCREVER

3.1 Pode se inscrever no Edital qualquer agente cultural residente e domiciliado no Estado do Pará há pelo menos 2 (dois) anos.
3.1.1. A comprovação de residência é dispensada na forma descrita no item 14.2.1.1.
3.2 Em regra, o agente cultural pode ser:
I - Pessoa física ou Microempreendedor Individual (MEI)
II - Pessoa jurídica com fins lucrativos (Ex.: empresa de pequeno porte, empresa de grande porte, etc)
III - Pessoa jurídica sem fins lucrativos (Ex.: Associação, Fundação, Cooperativa, etc)
IV - Coletivo/Grupo sem CNPJ representado por pessoa física.
3.3 O proponente é o agente cultural responsável pela inscrição do projeto no Mapa Cultural.
3.4 Na hipótese de agentes culturais que atuem como grupo ou coletivo cultural sem constituição jurídica (ou seja, sem CNPJ), será indicada pessoa física como responsável legal para o ato da assinatura do Termo de Execução Cultural e a representação será formalizada em declaração assinada pelos demais integrantes do grupo ou coletivo, podendo ser utilizado o modelo constante no Anexo V.
3.5 O proponente não pode exercer apenas funções administrativas no âmbito do projeto e deve exercer necessariamente a função de criação, ou direção, ou produção, ou coordenação, ou gestão artística, ou outra função de destaque e capacidade de decisão no projeto.

4. QUEM NÃO PODE SE INSCREVER

4.1 Não pode se inscrever neste Edital, proponentes que:
I - tenham se envolvido diretamente na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento de recursos;
II - sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de servidor público do órgão responsável pelo edital, nos casos em que o referido servidor tiver atuado na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento de recursos; e
III - sejam membros do Poder Legislativo (Deputados, Senadores, Vereadores), do Poder Judiciário (Juízes, Desembargadores, Ministros), do Ministério Público (Promotor, Procurador); do Tribunal de Contas (Auditores e Conselheiros).
IV - Proponentes inadimplentes com prestação de contas de editais realizados pela Secult e organizações da sociedade civil parceiras, com recursos da Lei Aldir Blanc.
4.2 O agente cultural que integrar Conselho de Cultura poderá concorrer neste Edital para receber recursos do fomento cultural, exceto quando se enquadrar nas vedações previstas no item 4.1.
4.3 Quando se tratar de proponentes pessoas jurídicas, estarão impedidas de apresentar projetos aquelas cujos sócios, diretores e/ou administradores se enquadrarem nas situações descritas no tópico 4.1.
4.4 A participação de agentes culturais nas oitivas e consultas públicas não caracteriza o envolvimento direto na etapa de elaboração do edital de que trata o subitem I do item 4.1.

5. COTAS

5.1 Ficam garantidas cotas étnico-raciais em todas as categorias do edital, nas seguintes proporções e ordenamento de selecionados:
I) 50% para mulheres (cis e trans);
II) 30% (trinta por cento) para propostas de Região de Integração do Guajará (onde se localiza a capital do Estado) e 70% (setenta por cento) para propostas advindas das demais Regiões do Estado
III) No mínimo 20% para pessoas negras (pretas e pardas); e
IV) no mínimo 10% para pessoas indígenas.
5.2 Os agentes culturais que optarem por concorrer às cotas para pessoas negras (pretas e pardas) e indígenas concorrerão concomitantemente às vagas destinadas à ampla concorrência, ou seja concorrerão ao mesmo tempo nas vagas da ampla concorrência e nas vagas reservadas às cotas, podendo ser selecionado de acordo com a sua nota ou classificação no processo seleção.
5.3 Os agentes culturais negros (pretos e pardos) e indígenas optantes por concorrer às cotas (opção presente na ficha de incrição dos projetos) que atingirem nota suficiente para se classificar no número de vagas oferecidas para ampla concorrência não ocuparão as vagas destinadas para o preenchimento das cotas, ou seja, serão selecionados nas vagas da ampla concorrência, ficando a vaga da cota para o próximo colocado optante pela cota.
5.4 Em caso de desistência de optantes aprovados nas cotas, a vaga não preenchida deverá ser ocupada por pessoa que concorreu às cotas de acordo com a ordem de classificação.
5.5 No caso de não existirem propostas aptas em número suficiente para o cumprimento de uma das categorias de cotas previstas na seleção, o número de vagas restantes deverá ser destinado inicialmente para a outra categoria de cotas.
5.6 Caso não haja outra categoria de cotas de que trata o item 5.5, as vagas não preenchidas deverão ser direcionadas para a ampla concorrência, sendo direcionadas para os demais candidatos aprovados, de acordo com a ordem de classificação.
5.7 Para concorrer às cotas, os agentes culturais deverão autodeclarar-se no ato da inscrição usando a autodeclaração étnico-racial de que trata o Anexo VI.
5.8 Caso necessário, para fins de verificação da autodeclaração, poderá ser solicitada Carta Consubstanciada, que será analisada por um comitê formado por membros de entidades representativas.
5.9 As pessoas jurídicas e coletivos sem constituição jurídica podem concorrer às cotas, desde que preencham algum dos requisitos abaixo:
I – pessoas jurídicas que possuem quadro societário majoritariamente composto por pessoas negras (pretas e pardas) ou indígenas;
II – pessoas jurídicas ou grupos e coletivos sem constituição jurídica que possuam pessoas negras (pretas e pardas) ou indígenas em posições de liderança no projeto cultural; e
III – pessoas jurídicas ou coletivos sem constituição jurídica que possuam equipe do projeto cultural majoritariamente composta por pessoas negras (pretas e pardas) ou indígenas.
5.10 As pessoas físicas que compõem a equipe da pessoa jurídica e o grupo ou coletivo sem constituição jurídica devem se submeter aos regramentos descritos nos itens acima, observando o item 5.7

6. PRAZO PARA SE INSCREVER

6.1 Para se inscrever no Edital, o proponente deve enviar toda documentação obrigatória relatada no 7.3, entre os dias 12 de setembro e 12 de outubro de 2023, exclusivamente através da plataforma Mapa Cultural do Pará, no endereço eletrônico https://www.mapacultural.pa.gov.br/lpg/culturas-populares
6.2. Para efeito de inscrição todos os proponentes deverão estar ca-

dastrados no mapa cultural.pa.gov.br.
6.3. Todas as informações fornecidas no ato da inscrição deverão ser verídicas e atualizadas. Não serão aceitas propostas entregues presencialmente na sede da SECULT, ou da executora do certame, ou materiais postados via Correios.
6.4. Os proponentes que já têm cadastro no Mapa Cultural do Pará não precisam fazer novo cadastro, podendo atualizar informações que julgarem necessárias até a data de envio de sua inscrição.
6.5. O ato de inscrição pressupõe plena concordância dos termos, cláusulas e condições deste edital e de seus anexos, que passarão a integrar as obrigações, bem como a observância dos regulamentos administrativos e das normas técnicas aplicáveis, não sendo aceita, sob qualquer hipótese, alegação de seu desconhecimento em qualquer fase do procedimento administrativo e execução dos serviços.
6.6. Os anexos que compõem este edital deverão ser assinados de maneira física ou eletrônica, com o encaminhamento na forma digital no ato de inscrição anexados no formato PDF.
6.7. As inscrições feitas em desacordo com os prazos e demais exigências do presente edital serão indeferidas.
6.8 Não serão aceitas complementações, modificações ou substituições de dados e de anexos à inscrição, depois de finalizada.
6.9 É vedada a participação de órgãos públicos, escolas e fundações privadas.

7. COMO SE INSCREVER

7.1 O proponente deve preencher Ficha de Inscrição diretamente no https://www.mapacultural.pa.gov.br/lpg/culturas-populares.
7.2 O proponente deve encaminhar a documentação obrigatória de que trata o item 7.3 por meio do https://www.mapacultural.pa.gov.br/lpg/culturas-populares.
7.3 O proponente deve enviar a seguinte documentação para formalizar sua inscrição:
a) Projeto proposto;
b) Currículo / portfólio do proponente, com todas as comprovações;
c) Documentos pessoais do proponente CPF e RG (se Pessoa Física);
d) Inscrição no cadastro nacional de pessoa jurídica - CNPJ (se Pessoa Jurídica);
e) Atos constitutivos da empresa, qual seja o contrato social, nos casos de pessoas jurídicas com fins lucrativos, ou estatuto, nos casos de organizações da sociedade civil (se Pessoa Jurídica);
f) Comprovante de Endereço do proponente ou Declaração de Residência (no caso do proponente não possuir documento em seu nome)
g) Mini currículo dos integrantes do projeto e termo de anuência;
h) Todos os anexos solicitados no Edital, nos quais o proponente se enquadre.
i) Outros documentos que o proponente julgar necessário para auxiliar na avaliação do mérito cultural do projeto.
7.4 O proponente é responsável pelo envio dos documentos e pela qualidade visual, conteúdo dos arquivos e informações de seu projeto.
7.5 Cada Proponente poderá concorrer, e ser selecionado individualmente ou como representantes de coletivo, com apenas 1 (um) projeto, no máximo.
7.6 Os membros de grupos e coletivos podem concorrer isoladamente, desde que sejam com projetos diferentes.
7.7 Se houver inscrição de mais de um projeto do mesmo proponente, será considerado, para fins de seleção, o último enviado na plataforma.
7.8 Os projetos apresentados deverão conter previsão de execução não superior a 12 meses.
7.9 O proponente deve se responsabilizar pelo acompanhamento das atualizações/publicações pertinentes ao edital e seus prazos nos canais formais de comunicação da SECULT/PA.
7.10 As inscrições deste edital são gratuitas.
7.11 As propostas que apresentem quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade, orientação sexual, ou outras formas de discriminação serão desclassificadas, com fundamento no disposto no inciso IV do caput do art. 3º da Constituição, garantidos o contraditório e a ampla defesa.
Parágrafo único: A comprovação de residência poderá ser dispensada nas hipóteses de agentes culturais pertencentes à comunidade indígena, quilombola, cigana ou circense ou pertencentes à população nômade ou itinerante; que se encontrem em situação de rua.

8. PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DOS PROJETOS

8.1 O proponente deve preencher a planilha orçamentária presente no Anexo VII, informando como será utilizado o recurso financeiro recebido.
8.2 A estimativa de custos do projeto será prevista por categorias, sem a necessidade de detalhamento por item de despesa, conforme § 1º do art. 24 do Decreto 11.453/2023.
8.3 A compatibilidade entre a estimativa de custos do projeto e os preços praticados no mercado será avaliada pelos membros da comissão de seleção, de acordo com tabelas referenciais de valores, ou com outros métodos de verificação de valores praticados no mercado.
8.4 A estimativa de custos do projeto poderá apresentar valores divergentes das práticas de mercado convencionais na hipótese de haver significativa excepcionalidade no contexto de sua implementação, consideradas variáveis territoriais e geográficas e situações específicas, como a de povos indígenas, ribeirinhos, atingidos por barragens e comunidades quilombolas e tradicionais.
8.5 Os itens da planilha orçamentária poderão ser glosados, ou seja, vetados, total ou parcialmente, pela Comissão de Seleção, se, após análise, não forem considerados com preços compatíveis aos praticados no mercado ou forem considerados incoerentes e em desconformidade com o projeto apresentado.
8.6 Caso o proponente discorde dos valores glosados (vetados) poderá apresentar recurso na fase de mérito cultural, conforme dispõe o item 12.8.
8.7 O valor solicitado não poderá ser superior ao valor máximo destinado a cada modalidade, conforme item 1.2 do presente edital.

9. ACESSIBILIDADE

9.1 Os projetos devem contar com medidas de acessibilidade física, atitudinal e comunicacional compatíveis com as características dos produtos resultantes do objeto, nos termos do disposto na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência), de modo a contemplar:
I - no aspecto arquitetônico, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com mobilidade reduzida ou idosas aos locais onde se realizam as atividades culturais e a espaços acessórios, como banheiros, áreas de alimentação e circulação;
II - no aspecto comunicacional, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com deficiência intelectual, auditiva ou visual ao conteúdo dos produtos culturais gerados pelo projeto, pela iniciativa ou pelo espaço; e
III - no aspecto atitudinal, a contratação de colaboradores sensibilizados e capacitados para o atendimento de visitantes e usuários com diferentes deficiências e para o desenvolvimento de projetos culturais acessíveis desde a sua concepção, contempladas a participação de consultores e colaboradores com deficiência e a representatividade nas equipes dos espaços culturais e nas temáticas das exposições, dos espetáculos e das ofertas culturais em geral.
9.2 Especificamente para pessoas com deficiência, mecanismos de protagonismo e participação poderão ser concretizados também por meio das seguintes iniciativas, entre outras:
I - adaptação de espaços culturais com residências inclusivas;
II - utilização de tecnologias assistivas, ajudas técnicas e produtos com desenho universal;
III - medidas de prevenção e erradicação de barreiras atitudinais;
IV - contratação de serviços de assistência por acompanhante; ou
V - oferta de ações de formação e capacitação acessíveis a pessoas com deficiência.
9.3 Os projetos devem prever obrigatoriamente medidas de acessibilidade, sendo assegurado para essa finalidade no mínimo 10% do valor total do projeto.
9.4 A utilização do percentual mínimo de 10% de que trata o item 9.3 pode ser excepcionalmente dispensada quando:
I - for inaplicável em razão das características do objeto cultural os projetos cujo objeto seja o desenvolvimento de roteiro e licenciamento de obra audiovisual ; ou
II - quando o projeto já contemplar integralmente as medidas de acessibilidade compatíveis com as características do objeto cultural.
9.5 O proponente deve apresentar justificativa para os casos em que o percentual mínimo de 10% é inaplicável.

10. CONTRAPARTIDA

10.1 Os agentes culturais contemplados neste edital, com projetos de fomento, conforme item 1.2 deste edital, deverão garantir, como contrapartida, as seguintes medidas:
I - a realização de atividades destinadas, prioritariamente, aos alunos e professores de escolas públicas ou universidades, públicas ou privadas, que tenham estudantes do Programa Universidade para Todos (Prouni), bem como aos profissionais de saúde, preferencialmente aqueles envolvidos no combate à pandemia, e a pessoas integrantes de grupos e coletivos culturais e de associações comunitárias, ou de atividades em espaços públicos de sua comunidade, de forma gratuita; e
II - sempre que possível, exibições com interação popular por meio da internet ou exibições públicas, quando aplicável, com distribuição gratuita de ingressos para os grupos referidos no item I, em intervalos regulares.
10.2 A contrapartida deverá ser informada no Formulário de Inscrição e deve ser executada até dezembro de 2024.

11. ETAPAS DO EDITAL

11.1 A seleção dos projetos submetidos a este Edital será composta das seguintes etapas:
I - Análise de mérito cultural dos projetos: fase de análise do projeto realizada por comissão de seleção; e divulgação dos selecionados
II - Habilitação: fase de apresentação e análise dos documentos dos proponentes selecionados, descritos no tópico 14; e divulgação dos habilitados.

12. ANÁLISE DE MÉRITO CULTURAL DOS PROJETOS

12.1 Entende-se por "Análise de mérito cultural" a identificação, tanto individual quanto sobre seu contexto social, de aspectos relevantes dos projetos culturais, concorrentes em uma mesma categoria de apoio, realizada por meio da atribuição fundamentada de notas aos critérios descritos neste edital.
12.2 Por análise comparativa compreende-se a análise não apenas dos itens individuais de cada projeto, mas de suas propostas, impactos e relevância em relação aos outros projetos inscritos na mesma categoria. A pontuação de cada projeto é atribuída em função desta comparação.
12.3 A análise dos projetos culturais será realizada por comissão de seleção formada por, no mínimo, 03 (três) pareceristas externos, com experiência no segmento cultural.
12.4 Os membros da comissão de seleção ficam impedidos de participar da apreciação de projetos e iniciativas que estiverem em processo de avaliação nos quais:
I - tenham interesse direto na matéria;
II - tenham participado como colaborador na elaboração do projeto ou tenham participado da instituição proponente nos últimos dois anos, faça parte da equipe técnica do projeto ou se tais situações ocorrem quanto ao cônjuge, companheiro ou parente e afins até o terceiro grau; e
III - estejam litigando judicial ou administrativamente com o proponente ou com respectivo cônjuge ou companheiro.
12.5 O membro da comissão que incorre em impedimento deve comunicar o fato à referida Comissão, abstendo-se de atuar, sob pena de nulidade dos atos que praticar.
12.6 Para esta seleção serão considerados os critérios de pontuação estabelecidos no Anexo II deste edital.
12.7 Contra a decisão da fase de mérito cultural, caberá recurso destinado à Comissão de Seleção.
12.8 Os recursos de que tratam o item 12.8 deverão ser apresentados

no prazo de 3 (três) dias úteis, conforme inciso III, do art. 16 do decreto 11.453/2023, a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação.
12.09 Os recursos devem ser encaminhados através do e-mail recursoculturaspopulareslpgpa@gmail.com, de 00h do dia 01/11/2023 até as 17h do dia 06/11/2023.
12.10 Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.
12.11 Após o julgamento dos recursos, o resultado final da análise de mérito cultural será publicado no Diário Oficial do Estado (DOE) contendo nome e CPF dos proponentes. A nota obtida e a justificativa serão publicadas no sítio eletrônico www.secult.pa.gov.br**.**

13. REMANEJAMENTO DOS RECURSOS

13.1 Não havendo número de propostas culturais selecionadas suficientes em uma modalidade, será selecionada a proposta de outra modalidade com maior quantidade de pontos, em ordem decrescente e levando em consideração o disposto no item 5 (Cotas).

14. ETAPA DE HABILITAÇÃO

14.1 Finalizada a etapa de análise de mérito cultural, o proponente do projeto contemplado deverá, no prazo de 06 (seis) dias úteis, apresentar os seguintes documentos através do Mapa Cultural, conforme sua natureza jurídica:
14.1.1 PESSOA FÍSICA
I - certidão negativa de débitos relativos a créditos tributários federais e Dívida Ativa da União;
II - certidões negativas de débitos relativas a créditos tributários estaduais e municipais, expedidas pela Secretaria da Fazendo do Pará (SEFA).
14.1.1.2 A comprovação de residência poderá ser dispensada nas hipóteses de agentes culturais:
I - pertencentes à comunidade indígena, quilombola, cigana ou circense;
II - pertencentes à população nômade ou itinerante; que se encontrem em situação de rua.
14.1.2 PESSOA JURÍDICA
I - certidão negativa de falência e recuperação judicial, expedida pelo Tribunal de Justiça estadual, nos casos de pessoas jurídicas com fins lucrativos;
II - certidão negativa de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
III - certidão negativa de débito estadual – Emitida pela SEFA/PA ;
IV - Certidão negativa municipal, expedidas pela Secretaria Municipal de finanças;
V - Certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - CRF/FGTS;
VI - certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, emitida no site do Tribunal Superior do Trabalho;
14.2 As certidões positivas com efeito de negativas servirão como certidões negativas, desde que não haja referência expressa de impossibilidade de celebrar instrumentos jurídicos com a administração pública.
14.3 Contra a decisão da fase de habilitação, caberá recurso fundamentado e específico destinado a SECULT/PA, através do e-mail recursoculturaspopulareslpgpa@gmail.com, de 00h do dia 22/11/2023 até as 17h do dia 27/11/2023.
14.4 Os recursos de trata o item 14.3 deverão ser apresentados no prazo de 3 dias úteis a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação, não cabendo recurso administrativo da decisão após esta fase.
14.5 Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.
14.6 Caso o proponente esteja em débito com o ente público responsável pela seleção e com a União não será possível o recebimento dos recursos de que trata este Edital.

15. ASSINATURA DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL E RECEBIMENTO DOS RECURSOS

15.1 Finalizada a fase de habilitação, o agente cultural contemplado será convocado a assinar o Termo de Execução Cultural, conforme Anexo III deste Edital, de forma presencial ou eletrônica.
15.2 O Termo de Execução Cultural corresponde ao documento a ser assinado pelo agente cultural (proponente) selecionado neste Edital e pelo concedente, contendo as obrigações dos assinantes do Termo.
15.3 Após a assinatura do Termo de Execução Cultural, o agente cultural receberá os recursos, com desembolso único, em até 30 (trinta) dias, EXCLUSIVAMENTE EM CONTA CORRENTE de qualquer banco, aberta especificamente para este fim.
15.3.1 A conta bancária da instituição financeira não deverá ter cobrança de tarifas.
15.3.2 Não serão aceitas contas poupança, conta salário, contas de recebimento de auxílio social do Governo (bolsa família, por exemplo).
15.4 A assinatura do Termo de Execução Cultural e o recebimento do apoio estão condicionados à existência de disponibilidade orçamentária e financeira, caracterizando a seleção como expectativa de direito do proponente.
15.5 O agente cultural deve assinar e enviar o Termo de Execução Cultural em até 2 (dois) dias úteis após envio da concedente, conforme previsto no cronograma, sob pena de perda do apoio financeiro e convocação do suplente para assumir sua vaga.

16. DIVULGAÇÃO DOS PROJETOS

16.1. Os contemplados comprometem-se a incluir nos créditos de todo material de divulgação, as logomarcas da SECULT/PA / Governo do Estado, do Ministério da Cultura/ Governo Federal, obedecendo aos critérios de veiculação das logomarcas estabelecidas de forma padronizada, que estarão à disposição no site www.secult.pa.gov.br, e deverão incluir também a frase: "**Projeto selecionado pelo Edital de CULTURAS POPULARES – Lei Paulo Gustavo"**.
16.2 Os produtos artístico-culturais e as peças de divulgação dos projetos exibirão as marcas do Governo federal, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura e SECULT/PA.
16.3 O material de divulgação dos projetos e seus produtos será disponibilizado em formatos acessíveis a pessoas com deficiência e conterá informações sobre os recursos de acessibilidade disponibilizados.
16.4 O material de divulgação dos projetos deve ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, e não pode conter nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal.

17. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

17.1 Os procedimentos de monitoramento e avaliação dos projetos culturais contemplados, assim como prestação de informação à administração pública, observarão o Decreto 11.453/2023 (Decreto de Fomento), que dispõe sobre os mecanismos de fomento do sistema de financiamento à cultura, observadas às exigências legais de simplificação e de **foco no cumprimento do objeto.**
17.2 O agente cultural deve prestar contas por meio da apresentação do Relatório Final de Execução do Objeto, conforme documento constante no Anexo IV e orientação contida no Decreto nº11.453/2023, artigo 29, inciso 2 que versa sobre a prestação de informações em relatório de execução do objeto.
Parágrafo único: Em caso de realizador do edital considerar que não foi possível aferir o cumprimento integral do objeto no Relatório Final de Execução, e que as justificativas apresentadas sobre o cumprimento parcial do objeto não foram suficientes, lhe é facultado o direito de requisitar o Relatório de Execução Financeira com as devidas comprovações (nota fiscal, recibos e documento congêneres), conforme contido no inciso 3 do artigo 29 e no inciso 3 do parágrafo II do artigo 30.
17.3 O Relatório Final de Execução do Objeto deve ser apresentado até 31 de dezembro de 2024, com o fim da vigência do Termo de Execução Cultural.

18. DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1 O acompanhamento de todas as etapas deste Edital e a observância quanto aos prazos serão de inteira responsabilidade dos proponentes. Para tanto, deverão ficar atentos às publicações no sítio eletrônico www.secult.pa.gov.br, no Diário Oficial do Estado e nas mídias sociais oficiais da SECULT.
18.2 O presente Edital e os seus anexos estão disponíveis no site https://www.mapacultural.pa.gov.br/lpg/culturas-populares.
18.3 Toda relação do proponente com o edital deverá ser através da plataforma mapa cultural, do e-mail editalculturaspopulareslpgpara@gmail.com e do telefone (91) 98480-8191.
18.4 Os casos omissos porventura existentes ficarão a cargo da Secretária de Estado de Cultura.
18.5 Eventuais irregularidades relacionadas aos requisitos de participação, constatadas a qualquer tempo, implicarão na desclassificação do proponente.
18.6 O proponente será o único responsável pela veracidade da proposta e documentos encaminhados, isentando a SECULT de qualquer responsabilidade civil ou penal.
18.7 O apoio concedido por meio deste Edital poderá ser acumulado com recursos captados por meio de leis de incentivo fiscal e outros programas e/ou apoios federais, estaduais e municipais.
18.8 A inscrição implica no conhecimento e concordância dos termos e condições previstos neste Edital, na Lei Complementar 195/2022 (Lei Paulo Gustavo), no Decreto 11.525/2023 (Decreto Paulo Gustavo) e no Decreto 11.453/2023 (Decreto de Fomento).

19. CRONOGRAMA

ETAPA	DATA INICIAL	DATA FINAL
1- Publicação do edital	12/09/2023	
2- Inscrições	12/09/2023	12/10/2023
3- Resultado Preliminar de Selecionados	31/10/2023	
4- Período de recurso	01/11/2023	06/11/2023
5- Homologação do Resultado Final	09/11/2023	
6- Entrega de Documentos dos selecionados	09/11/2023	16/11/2023
7- Resultado Preliminar de Habilitados	21/11/2023	
8- Período de recurso de Habilitação	22/11/2023	27/11/2023
9- Período de pagamento dos selecionados	28/11/2023	29/12/2023
10-Execução de projeto	até 31/12/2024	
11-Relatório Final de Execução do Objeto	até 31/12/2024	

20. ANEXOS:

20.1 Compõem este Edital os seguintes anexos:
Anexo I - Formulário de Inscrição/Plano de Trabalho;
Anexo II - Critérios de seleção
Anexo III - Termo de Execução Cultural;
Anexo IV - Relatório de Execução do Objeto;
Anexo V - Declaração de representação de grupo ou coletivo; e
Anexo VI - Declaração étnico-racial
Anexo VII – Planilha Orçamentária

ANEXO I
FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO (DISPONÍVEL NO MAPA)

1. DADOS DO PROPONENTE

Proponente é pessoa física ou pessoa jurídica?
( ) Pessoa Física
( ) Pessoa Jurídica

PARA PESSOA FÍSICA:
Nome Completo:
Nome artístico ou nome social (se houver):
CPF:
RG:
Data de nascimento:
E-mail:
Telefone:
Endereço completo:
CEP:
Cidade:
Estado:
Você reside em quais dessas áreas?

( ) Zona urbana central
( ) Zona urbana periférica
( ) Zona rural
( ) Área de vulnerabilidade social
( ) Unidades habitacionais
( ) Territórios indígenas (demarcados ou em processo de demarcação)
( ) Comunidades quilombolas (terra titulada ou em processo de titulação, com registro na Fundação Palmares)
( ) Áreas atingidas por barragem
( ) Território de povos e comunidades tradicionais (ribeirinhos, louceiros, cipozeiro, pequizeiros, vazanteiros, povos do mar etc.).

Pertence a alguma comunidade tradicional?
( ) Não pertenço a comunidade tradicional
( ) Comunidades Extrativistas
( ) Comunidades Ribeirinhas
( ) Comunidades Rurais
( ) Indígenas
( ) Povos Ciganos
( ) Pescadores(as) Artesanais
( ) Povos de Terreiro
( ) Quilombolas
( ) Outra comunidade tradicional

Gênero:
( ) Mulher cisgênero
( ) Homem cisgênero
( ) Mulher Transgênero
( ) Homem Transgênero
( ) Pessoa Não Binária
( ) Não informar

Raça, cor ou etnia:
( ) Branca
( ) Preta
( ) Parda
( ) Indígena
( ) Amarela

Você é uma Pessoa com Deficiência - PCD?
( ) Sim
( ) Não

Caso tenha marcado "sim", qual tipo de deficiência?
( ) Auditiva
( ) Física
( ) Intelectual
( ) Múltipla
( ) Visual

Qual o seu grau de escolaridade?
( ) Não tenho Educação Formal
( ) Ensino Fundamental Incompleto
( ) Ensino Fundamental Completo
( ) Ensino Médio Incompleto
( ) Ensino Médio Completo
( ) Curso Técnico Completo
( ) Ensino Superior Incompleto
( ) Ensino Superior Completo
( ) Pós Graduação Completo

Qual a sua renda mensal fixa individual (média mensal bruta aproximada) nos últimos 3 meses?
(Calcule fazendo uma média das suas remunerações nos últimos 3 meses. Em 2023, o salário mínimo foi fixado em R$ 1.320,00.)
( ) Nenhuma renda.
( ) Até 1 salário mínimo
( ) De 1 a 3 salários mínimos
( ) De 3 a 5 salários mínimos
( ) De 5 a 8 salários mínimos
( ) De 8 a 10 salários mínimos
( ) Acima de 10 salários mínimos

Você é beneficiário de algum programa social?
( ) Não
( ) Bolsa família
( ) Benefício de Prestação Continuada
( ) Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
( ) Garantia-Safra
( ) Seguro-Defeso
( ) Outro

Vai concorrer às cotas afirmativas?
( ) Sim ( ) Não

Se sim. Qual?
( ) Pessoa negra
( ) Pessoa indígena

Qual a sua principal função/profissão no campo artístico e cultural?
( ) Artista.
( ) Instrutor(a), oficineiro(a), educador(a) artístico(a)-cultural e afins.
( ) Curador(a), Programador(a) e afins.
( ) Gestor(a)
( ) Técnico(a)
( ) Consultor(a), Pesquisador(a) e afins.
( )_____Outro(a)s

Você está representando um coletivo (sem CNPJ)?
( ) Não
( ) Sim

Caso tenha respondido "sim":
Nome do coletivo:
Ano de Criação:
Quantas pessoas fazem parte do coletivo?
Nome completo e CPF das pessoas que compõem o coletivo:

PARA PESSOA JURÍDICA:
Razão Social:
Nome fantasia:
CNPJ:
Endereço da sede:
Cidade:
Estado:
Número de representantes legais:
Nome do representante legal:
CPF do representante legal:
E-mail do representante legal:
Telefone do representante legal:

Gênero do representante legal
( ) Mulher cisgênero
( ) Homem cisgênero
( ) Mulher Transgênero
( ) Homem Transgênero
( ) Não Binária/Binárie
( ) Não informar

Raça/cor/etnia do representante legal
( ) Branca
( ) Preta
( ) Parda
( ) Amarela
( ) Indígena

Representante legal é pessoa com deficiência - PCD?
( ) Sim
( ) Não

Caso tenha marcado "sim" qual o tipo de deficiência?
( ) Auditiva
( ) Física
( ) Intelectual
( ) Múltipla
( ) Visual

Escolaridade do representante legal
( ) Não tenho Educação Formal
( ) Ensino Fundamental Incompleto
( ) Ensino Fundamental Completo
( ) Ensino Médio Incompleto
( ) Ensino Médio Completo
( ) Curso Técnico completo
( ) Ensino Superior Incompleto
( ) Ensino Superior Completo
( ) Pós Graduação completo

2. DADOS DO PROJETO

Nome do Projeto:

Escolha a categoria a que vai concorrer:

Quais atividades e/ou produtos estão previstos no seu projeto? Por favor, quantifique.
Bolsa para desenvolvimento de processos criativos
Capacitação
Catálogo
Curso livre
Curso regular
Encontro
Evento cultural
Exibição
Exposição
Feira
Festival
Fomento
Fotografia
Live
Mostra
Obra
Oficina
Palestra
Pesquisa
Podcast
Premiação
Produção de publicações
Projeto
Publicação
Restauro
Seminário
Site
Vídeo
Vivência

Descrição do projeto
(Na descrição, você deve apresentar informações gerais sobre o seu projeto. Algumas perguntas orientadoras: O que você realizará com o projeto? Porque ele é importante para a sociedade? Como a ideia do projeto surgiu? Conte sobre o contexto de realização.)

Objetivos do projeto
(Neste campo, você deve propor objetivos para o seu projeto, ou seja, deve informar o que você pretende alcançar com a realização do projeto. É importante que você seja breve e proponha entre três a cinco objetivos.)

Metas
(Neste espaço, é necessário detalhar os objetivos em pequenas ações e/ou resultados que sejam quantificáveis. Por exemplo: Realização de 02

oficinas de artes circenses; Confecção de 80 figurinos; 120 pessoas idosas beneficiadas.)

Perfil do público a ser atingido pelo projeto

(Preencha aqui informações sobre as pessoas que serão beneficiadas ou participarão do seu projeto. Perguntas orientadoras: Quem vai ser o público do seu projeto? Essas pessoas são crianças, adultas e/ou idosas? Elas fazem parte de alguma comunidade? Qual a escolaridade delas? Elas moram em qual local, bairro e/ou região? No caso de públicos digitais, qual o perfil das pessoas a que seu projeto se direciona?)

Sua ação cultural é voltada prioritariamente para algum destes perfis de público?

Pessoas vítimas de violência
Pessoas em situação de pobreza
Pessoas em situação de rua (moradores de rua)
Pessoas em situação de restrição e privação de liberdade (população carcerária)
Pessoas com deficiência
Pessoas em sofrimento físico e/ou psíquico
Mulheres
Gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transgêneros e transexuais
Povos e comunidades tradicionais
Negros e/ou negras
Ciganos
Indígenas
Não é voltada especificamente para um perfil, é aberta para todos
Outros

Medidas de acessibilidade empregadas no projeto

(Marque quais medidas de acessibilidade serão implementadas ou estarão disponíveis para a participação de Pessoas com deficiência - PCD´s, tais como, intérprete de libras, audiodescrição, entre outras medidas de acessibilidade a pessoas com deficiência, idosos e mobilidade reduzida, conforme Instrução Normativa nº xxxx.)

Acessibilidade arquitetônica:

( ) rotas acessíveis, com espaço de manobra para cadeira de rodas;
( ) piso tátil;
( ) rampas;
( ) elevadores adequados para pessoas com deficiência;
( ) corrimãos e guarda-corpos;
( ) banheiros femininos e masculinos adaptados para pessoas com deficiência;
( ) vagas de estacionamento para pessoas com deficiência;
( ) assentos para pessoas obesas;
( ) iluminação adequada;
( ) Outra _____

Acessibilidade comunicacional:

( ) a Língua Brasileira de Sinais - Libras;
( ) o sistema Braille;
( ) o sistema de sinalização ou comunicação tátil;
( ) a audiodescrição;
( ) as legendas;
( ) a linguagem simples;
( ) textos adaptados para leitores de tela; e
( ) Outra _____

Acessibilidade atitudinal:

( ) capacitação de equipes atuantes nos projetos culturais;
( ) contratação de profissionais com deficiência e profissionais especializados em acessibilidade cultural;
( ) formação e sensibilização de agentes culturais, público e todos os envolvidos na cadeia produtiva cultural; e
( ) outras medidas que visem a eliminação de atitudes capacitistas.

Informe como essas medidas de acessibilidade serão implementadas ou disponibilizadas de acordo com o projeto proposto.

Local onde o projeto será executado

Informe os espaços culturais e outros ambientes onde a sua proposta será realizada. É importante informar também os municípios e Estados onde ela será realizada.

Previsão do período de execução do projeto

Data de início:
Data final:

Equipe

Informe quais são os profissionais que atuarão no projeto, conforme quadro a seguir:

Nome do profissional / empresa	Função no projeto	CPF/CNPJ	Pessoa negra?	Pessoa índigena?	Pessoa com deficiência?	[INSERIR MAIS COLUNAS, SE NECESSÁRIO]
Ex.: João Silva	Curador	123456789101	Sim/Não	Sim/Não	Sim/Não	

Cronograma de Execução

Descreva os passos a serem seguidos para execução do projeto.

Atividade Geral	Etapa	Descrição	Início	Fim	[INSERIR MAIS COLUNAS, SE NECESSÁRIO]
Ex: Comunicação	Pré-produção	Divulgação do projeto nos veículos de imprensa	11/10/2023	11/11/2023	

Estratégia de divulgação

Apresente os meios que serão utilizados para divulgar o projeto. ex.: impulsionamento em redes sociais.

Contrapartida

Neste campo, descreva qual contrapartida será realizada, quando será realizada, e onde será realizada.

Projeto possui recursos financeiros de outras fontes? Se sim, quais?

(Informe se o projeto prevê apoios financeiros tais como cobrança de ingressos, patrocínio e/ou outras fontes de financiamento. Caso positivo, informe a previsão de valores e onde serão empregados no projeto.)

( ) Não, o projeto não possui outras fontes de recursos financeiros
( ) Apoio financeiro municipal
( ) Apoio financeiro estadual
( ) Recursos de Lei de Incentivo Municipal
( ) Recursos de Lei de Incentivo Estadual
( ) Recursos de Lei de Incentivo Federal
( ) Patrocínio privado direto
( ) Patrocínio de instituição internacional
( ) Doações de Pessoas Físicas
( ) Doações de Empresas
( ) Cobrança de ingressos
( ) Outros

Se o projeto tem outras fontes de financiamento, detalhe quais são, o valor do financiamento e onde os recursos serão empregados no projeto.

O projeto prevê a venda de produtos/ingressos?

(Informe a quantidade dos produtos a serem vendidos, o valor unitário por produto e o valor total a ser arrecadado. Detalhe onde os recursos arrecadados serão aplicados no projeto.)

3. PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

Preencha a tabela informando todas as despesas indicando as metas/etapas às quais elas estão relacionadas.

Deve haver a indicação do parâmetro de preço (Ex.: preço estabelecido no SALICNET, 3 orçamentos, etc) utilizado com a referência específica do item de despesa, conforme exemplo abaixo.

Descrição do item	Justificativa	Unidade de medida	Valor unitário	Quantidade	Valor total	Referência de preço
Ex.: Fotógrafo	Profissional necessário para registro da oficina	Serviço	R$1.100,00	1	R$1.100,00	Salicnet – Oficina/ workshop/seminário Audiovisual – Brasília – Fotografia Artística – Serviço

4. DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS A SEREM ANEXADOS

Encaminhe junto a esse formulário os seguintes documentos:
RG e CPF do proponente
Currículo do proponente
Mini currículo dos integrantes do projeto
[OUTROS DOCUMENTOS QUE FOREM OBRIGATÓRIOS DE ACORDO COM AS CATEGORIAS]

ANEXO II

CRITÉRIOS UTILIZADOS NA AVALIAÇÃO DE MÉRITO CULTURAL

As comissões de seleção atribuirão notas de 0 a 10 pontos a cada um dos critérios de avaliação de cada projeto, conforme tabela a seguir:

CRITÉRIOS OBRIGATÓRIOS PARA PROJETOS DE FOMENTO		
Identificação do Critério	**Descrição do Critério**	**Pontuação Máxima**
A	**Qualidade do Projeto - Coerência do objeto, objetivos, justificativa e metas do projeto** A análise deverá considerar, para fins de avaliação e valoração, se o conteúdo do projeto apresenta, como um todo, coerência, observando o objeto, a justificativa e as metas, sendo possível visualizar de forma clara os resultados que serão obtidos.	10
B	**Relevância da ação proposta para o cenário cultural do Estado do Pará.** A análise deverá considerar, para fins de avaliação e valoração, se a ação contribui para o enriquecimento e valorização da cultura do estado do Pará	10
C	**Aspectos de integração comunitária na ação proposta pelo projeto** Considera-se, para fins de avaliação e valoração, se o projeto apresenta aspectos de integração comunitária, em relação ao impacto social para a inclusão de pessoas com deficiência, idosos e demais grupos em situação de histórica vulnerabilidade econômica/social.	10
D	**Coerência da planilha orçamentária e do cronograma de execução às metas, resultados e desdobramentos do projeto proposto** A análise deverá avaliar e valorar a viabilidade técnica do projeto sob o ponto de vista dos gastos previstos na planilha orçamentária, sua execução e a adequação ao objeto, metas e objetivos previstos. Também deverá ser considerada para fins de avaliação, a coerência e conformidade dos valores e quantidades dos itens relacionados na planilha orçamentária do projeto.	10
E	**Coerência do Plano de Divulgação ao Cronograma, Objetivos e Metas do projeto proposto** A análise deverá avaliar e valorar a viabilidade técnica e comunicacional com público alvo do projeto, mediante as estratégias, mídias e materiais apresentados, bem como a capacidade de execução.	10

F	**Compatibilidade da ficha técnica com as atividades desenvolvidas** A análise deverá considerar a carreira dos profissionais que compõem o corpo técnico e artístico, verificando a coerência ou não em relação às atribuições que serão executadas por eles no projeto (para esta avaliação serão considerados os currículos dos membros da ficha técnica).	10
G	**Trajetória artística e cultural do proponente** Será considerado para fins de análise a carreira do proponente, com base no currículo e comprovações enviadas juntamente com a proposta	10
PONTUAÇÃO TOTAL:		80

A pontuação final de cada candidatura será definida por média das notas atribuídas individualmente por cada membro,
Os critérios gerais são eliminatórios, de modo que, o agente cultural que receber pontuação 0 em algum dos critérios será desclassificado do Edital.
Em caso de empate, serão utilizados para fins de classificação dos projetos a maior nota nos critérios de acordo com a ordem abaixo definida: A, B, C, D, E, F, G,H respectivamente.
Caso nenhum dos critérios acima elencados seja capaz de promover o desempate será adotado o critério de maior idade do proponente pessoa física ou representante de pessoa jurídica.
Serão considerados aptos os projetos de fomento que receberem nota final igual ou superior a 40 pontos.
Serão desclassificados os projetos que:
I - receberam nota 0 em qualquer dos critérios obrigatórios;
II - apresentem quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade, orientação sexual, ou outras formas de discriminação serão desclassificadas, com fundamento no disposto no inciso IV do caput do art. 3º da Constituição, garantidos o contraditório e a ampla defesa.
III - A falsidade de informações acarretará desclassificação, podendo ensejar, ainda, a aplicação de sanções administrativas ou criminais.

ANEXO III

TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº [INDICAR NÚMERO]/[INDICAR ANO] TENDO POR OBJETO A CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO A AÇÕES CULTURAIS CONTEMPLADAS PELO EDITAL nº XX/2023 –, NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO), DO DECRETO N. 11.525/2023 (DECRETO PAULO GUSTAVO) E DO DECRETO 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

1. PARTES

1.1 O [NOME DO ENTE FEDERATIVO], neste ato representado por [AUTORIDADE QUE ASSINARÁ PELO ENTE FEDERATIVO], Senhor(a) [INDICAR NOME DA AUTORIDADE QUE ASSINARÁ PELO ENTE FEDERATIVO], e o(a) AGENTE CULTURAL, [INDICAR NOME DO(A) AGENTE CULTURAL CONTEMPLADO], portador(a) do RG nº [INDICAR Nº DO RG], expedida em [INDICAR ÓRGÃO EXPEDIDOR], CPF nº [INDICAR Nº DO CPF], residente e domiciliado(a) à [INDICAR ENDEREÇO], CEP: [INDICAR CEP], telefones: [INDICAR TELEFONES], resolvem firmar o presente Termo de Execução Cultural, de acordo com as seguintes condições:

2. PROCEDIMENTO

2.1 Este Termo de Execução Cultural é instrumento da modalidade de fomento à execução de ações culturais de que trata o inciso I do art. 8 do Decreto 11.453/2023, celebrado com agente cultural selecionado nos termos da LEI COMPLEMENTAR Nº 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO), DO DECRETO N. 11.525/2023 (DECRETO PAULO GUSTAVO) E DO DECRETO 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

3. OBJETO

3.1. Este Termo de Execução Cultural tem por objeto a concessão de apoio financeiro ao projeto cultural [INDICAR NOME DO PROJETO], contemplado no conforme processo administrativo nº [INDICAR NÚMERO DO PROCESSO].

4. RECURSOS FINANCEIROS

4.1. Os recursos financeiros para a execução do presente termo totalizam o montante de R$ [INDICAR VALOR EM NÚMERO ARÁBICOS] ([INDICAR VALOR POR EXTENSO] reais).
4.2. Serão transferidos à conta do(a) AGENTE CULTURAL, especialmente aberta no [NOME DO BANCO], Agência [INDICAR AGÊNCIA], Conta Corrente nº [INDICAR CONTA], para recebimento e movimentação.

5. APLICAÇÃO DOS RECURSOS

5.1 Os rendimentos de ativos financeiros poderão ser aplicados para o alcance do objeto, sem a necessidade de autorização prévia.

6. OBRIGAÇÕES

6.1 São obrigações da SECULT/PA:
I) transferir os recursos ao(a)AGENTE CULTURAL;
II) orientar o(a) AGENTE CULTURAL sobre o procedimento para a prestação de informações dos recursos concedidos;
III) analisar e emitir parecer sobre os relatórios e sobre a prestação de informações apresentados pelo(a) AGENTE CULTURAL;
IV) zelar pelo fiel cumprimento deste termo de execução cultural;
V) adotar medidas saneadoras e corretivas quando houver inadimplemento;
VI) monitorar o cumprimento pelo(a) AGENTE CULTURAL das obrigações previstas na CLÁUSULA 6.2.
6.2 São obrigações do(a) AGENTE CULTURAL:
I) executar a ação cultural aprovada;
II) aplicar os recursos concedidos pela Lei Paulo Gustavo na realização da ação cultural;
III) manter, obrigatória e exclusivamente, os recursos financeiros depositados na conta especialmente aberta para o Termo de Execução Cultural;
IV) facilitar o monitoramento, o controle e supervisão do termo de execução cultural bem como o acesso ao local de realização da ação cultural;
V) prestar informações à SECULT por meio de Relatório de Execução do Objeto, apresentado no prazo máximo de até 31 de dezembro de 2024, contados do término da vigência do termo de execução cultural;
VI) atender a qualquer solicitação regular feita pela SECULT, a contar do recebimento da notificação;
VII) divulgar nos meios de comunicação, a informação de que a ação cultural aprovada é apoiada com recursos da Lei Paulo Gustavo, incluindo as marcas do Governo federal, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura;
VIII) não realizar despesa em data anterior ou posterior à vigência deste termo de execução cultural;
IX) guardar a documentação referente à prestação de informações pelo prazo de 10 anos, contados do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural;
X) não utilizar os recursos para finalidade diversa da estabelecida no projeto cultural;
XI) executar a contrapartida conforme pactuado.

7. PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES

7.1 O agente cultural prestará contas à administração pública por meio da categoria de prestação de informações em relatório de execução do objeto.
7.2 A prestação de informações em relatório de execução do objeto comprovará que foram alcançados os resultados da ação cultural, por meio dos seguintes procedimentos:
I - apresentação de relatório de execução do objeto pelo beneficiário no prazo estabelecido pelo ente federativo no regulamento ou no instrumento de seleção;
II - apresentação de relatório de execução financeira do projeto, e;
III - análise do relatório de execução do objeto por agente público designado.
7.2.1 O relatório de prestação de informações sobre o cumprimento do objeto deverá:
I - comprovar que foram alcançados os resultados da ação cultural;
II - conter a descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;
III - ter anexados documentos de comprovação do cumprimento do objeto, tais como: Declarações de realização dos eventos, com registro fotográfico ou audiovisual, clipping de matérias jornalísticas, releases, folders, catálogos, panfletos, filipetas, bem como outros documentos pertinentes à execução do projeto.
7.2.2 O agente público competente elaborará parecer técnico de análise do relatório de execução do objeto e poderá adotar os seguintes procedimentos, de acordo com o caso concreto:
I - encaminhar o processo à autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações, caso conclua que houve o cumprimento integral do objeto; ou
II - solicitar a apresentação, pelo agente cultural, de relatório de execução financeira, caso considere que não foi possível aferir o cumprimento integral do objeto no relatório de execução do objeto ou que as justificativas apresentadas sobre o cumprimento parcial do objeto foram insuficientes.
7.2.3 Após o recebimento do processo pelo agente público de que trata o item 7.2.2, autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações poderá:
I - determinar o arquivamento, caso considere que houve o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado;
II - solicitar a apresentação, pelo agente cultural, de relatório de execução financeira, caso considere que não foi possível aferir o cumprimento integral do objeto no relatório de execução do objeto ou que as justificativas apresentadas sobre o cumprimento parcial do objeto foram insuficientes; ou
III - aplicar sanções ou decidir pela rejeição da prestação de informações, caso verifique que não houve o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado, ou caso identifique irregularidades no relatório de execução financeira.
7.3 O relatório de execução financeira será exigido, independente da modalidade inicial de prestação de informações (in loco ou em relatório de execução do objeto), somente nas seguintes hipóteses:
I - quando não estiver comprovado o cumprimento do objeto, observados os procedimentos previstos no item 7.2; ou
II - quando for recebida, pela administração pública, denúncia de irregularidade na execução da ação cultural, mediante juízo de admissibilidade que avaliará os elementos fáticos apresentados.
7.3.1 O prazo para apresentação do relatório de execução financeira será de, no mínimo, trinta dias, contado do recebimento da notificação.
7.4 O julgamento da prestação de informações realizado pela autoridade do ente federativo que celebrou o termo de execução cultural avaliará o parecer técnico de análise de prestação de informações e poderá concluir pela:
I - aprovação da prestação de informações, com ou sem ressalvas; ou
II - reprovação da prestação de informações, parcial ou total.
7.5 Na hipótese de o julgamento da prestação de informações apontar a necessidade de devolução de recursos, o agente cultural será notificado para que exerça a opção por:
I - devolução parcial ou integral dos recursos ao erário;
II - apresentação de plano de ações compensatórias; ou
III - devolução parcial dos recursos ao erário juntamente com a apresentação de plano de ações compensatórias.
7.5.1 A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a reprovação da prestação de informações, desde que comprovada.
7.5.2 Nos casos em que estiver caracterizada má-fé do agente cultural, será imediatamente exigida a devolução de recursos ao erário, vedada a aceitação de plano de ações compensatórias.
7.5.3 Nos casos em que houver exigência de devolução de recursos ao erário, o agente cultural poderá solicitar o parcelamento do débito, na forma e nas condições previstas na legislação.
7.5.4 O prazo de execução do plano de ações compensatórias será o menor possível, conforme o caso concreto, limitado à metade do prazo originalmente previsto de vigência do instrumento.

8. ALTERAÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

8.1 A alteração do termo de execução cultural será formalizada por meio de termo aditivo.
8.2 A formalização de termo aditivo não será necessária nas seguintes hipóteses:
I - prorrogação de vigência realizada de ofício pela administração pública quando der causa a atraso na liberação de recursos; e
II - alteração do projeto sem modificação do valor global do instrumento e sem modificação substancial do objeto.
8.3 Na hipótese de prorrogação de vigência, o saldo de recursos será automaticamente mantido na conta, a fim de viabilizar a continuidade da execução do objeto.
8.4 As alterações do projeto cujo escopo seja de, no máximo, 20% poderão ser realizadas pelo agente cultural e comunicadas à administração pública em seguida, sem a necessidade de autorização prévia.
8.5 A aplicação de rendimentos de ativos financeiros em benefício do objeto do termo de execução cultural poderá ser realizada pelo agente cultural sem a necessidade de autorização prévia da administração pública.
8.6 Nas hipóteses de alterações em que não seja necessário termo aditivo, poderá ser realizado apostilamento.

9. TITULARIDADE DE BENS

9.1 Os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução da ação cultural fomentada serão de titularidade do agente cultural desde a data da sua aquisição.
9.2 Nos casos de rejeição da prestação de contas em razão da aquisição ou do uso do bem, o valor pago pela aquisição será computado no cálculo de valores a devolver, com atualização monetária.
[OU]
9.2 Os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução da ação cultural fomentada serão de titularidade do [NOME DO ENTE].
[AO FORMALIZAR O TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL, O ENTE DEVE DECIDIR SE OS BENS ADQUIRIDOS, PRODUZIDOS OU TRANSFORMADOS PELO AGENTE CULTURAL SERÃO DO PRÓPRIO AGENTE CULTURAL OU DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. OS BENS PODEM FICAR COM O AGENTE CULTURAL NAS HIPÓTESES TRATADAS NO ART. 27 DO DECRETO 11.453/2023]

10. EXTINÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

10.1 O presente Termo de Execução Cultural poderá ser:
I - extinto por decurso de prazo;
II - extinto, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;
III - denunciado, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe; ou
IV - rescindido, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe, nas seguintes hipóteses:
a) descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;
b) irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas ;
c) violação da legislação aplicável;
d) cometimento de falhas reiteradas na execução;
e) má administração de recursos públicos;
f) constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;
g) não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;h) outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.
10.2 A denúncia só será eficaz 60 (sessenta) dias após a data de recebimento da notificação, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença.
10.3 Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.
10.4 Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje dano ao erário, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela Administração Pública.
10.5 Outras situações relativas à extinção deste Termo não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser negociados entre as partes ou, se for o caso, no Termo de Distrato.

11. SANÇÕES

11.1 . Nos casos em que for verificado que a ação cultural ocorreu, mas houve inadequação na execução do objeto ou na execução financeira sem má-fé, a autoridade pode concluir pela aprovação da prestação de informações com ressalvas e aplicar sanção de advertência ou multa.
11.2 A decisão sobre a sanção deve ser precedida de abertura de prazo para apresentação de defesa pelo AGENTE CULTURAL.
11.3 A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a aplicação de sanção, desde que regularmente comprovada.

12. MONITORAMENTO E CONTROLE DE RESULTADOS

12.1 [DEVE SER INFORMADO COMO O ÓRGÃO REALIZARÁ O MONITORAMENTO DAS AÇÕES, PODENDO SER POR MEIO DE COMISSÃO ESPECÍFICA PARA ESTE FIM, POR ENVIO DE RELATÓRIOS, ENTRE OUTRAS MEDIDAS].

13. VIGÊNCIA

13.1 A vigência deste instrumento terá início na data de assinatura das partes, com duração de [PRAZO EM ANOS OU MESES], podendo ser prorrogado por [PRAZO MÁXIMO DE PRORROGAÇÃO].

14. PUBLICAÇÃO

14.1 O Extrato do Termo de Execução Cultural será publicado no [INFORMAR ONDE SERÁ PUBLICADO]

15. FORO

15.1 Fica eleito o Foro de [LOCAL] para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao presente Termo de Execução Cultural.
LOCAL, [INDICAR DIA, MÊS E ANO].

Pelo órgão: Pelo Agente Cultural:
[NOME DO AGENTE CULTURAL]

ANEXO IV

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

1. DADOS DO PROJETO

Nome do projeto:
Nome do agente cultural proponente:
Nº do Termo de Execução Cultural
Vigência do projeto:
Valor repassado para o projeto:
Data de entrega desse relatório:

2. RESULTADOS DO PROJETO

2.1. Resumo:

Descreva de forma resumida como foi a execução do projeto, destacando principais resultados e benefícios gerados e outras informações pertinentes.

2.2. As ações planejadas para o projeto foram realizadas?

( ) Sim, todas as ações foram feitas conforme o planejado.
( ) Sim, todas as ações foram feitas, mas com adaptações e/ou alterações.
( ) Uma parte das ações planejadas não foi feita.
( ) As ações não foram feitas conforme o planejado.

2.3. Ações desenvolvidas

Descreva as ações desenvolvidas, com informações detalhando ações, datas, locais, horários, etc. Fale também sobre a eventuais alterações nas atividades previstas no projeto, bem como os possíveis impactos nas metas acordadas.

2.4. Cumprimento das Metas

Metas integralmente cumpridas:
• META 1 [Descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado]
◦ OBSERVAÇÃO DA META 1: [informe como a meta foi cumprida]
Metas parcialmente cumpridas (SE HOUVER):
• META 1 [Descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado]
◦ Observações da Meta 1: [Informe qual parte da meta foi cumprida]
◦ Justificativa para o não cumprimento integral: [Explique porque parte da meta não foi cumprida]
Metas não cumpridas (se houver)
• Meta 1 [Descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado]
◦ Justificativa para o não cumprimento: [Explique porque a meta não foi cumprida]

3. PRODUTOS GERADOS

3.1. A execução do projeto gerou algum produto?

Exemplos: vídeos, produção musical, produção gráfica etc.
( ) Sim
( ) Não

3.1.1. Quais produtos culturais foram gerados?

Você pode marcar mais de uma opção. Informe também as quantidades.
( ) Publicação
( ) Livro
( ) Catálogo
( ) Live (transmissão on-line)
( ) Vídeo
( ) Documentário
( ) Filme
( ) Relatório de pesquisa
( ) Produção musical
( ) Jogo
( ) Artesanato
( ) Obras
( ) Espetáculo
( ) Show musical
( ) Site
( ) Música
( ) Outros: _____

3.1.2. Como os produtos desenvolvidos ficaram disponíveis para o público após o fim do projeto?

Exemplos: publicações impressas, vídeos no YouTube?

3.2. Quais foram os resultados gerados pelo projeto?

Detalhe os resultados gerados por cada atividade prevista no Projeto.

3.2.1 Pensando nos resultados finais gerados pelo projeto, você considera que ele:

(Você pode marcar mais de uma opção).
( ) Desenvolveu processos de criação, de investigação ou de pesquisa.
( ) Desenvolveu estudos, pesquisas e análises sobre o contexto de atuação.
( ) Colaborou para manter as atividades culturais do coletivo.
( ) Fortaleceu a identidade cultural do coletivo.
( ) Promoveu as práticas culturais do coletivo no espaço em que foi desenvolvido.
( ) Promoveu a formação em linguagens, técnicas e práticas artísticas e culturais.
( ) Ofereceu programações artísticas e culturais para a comunidade do entorno.
( ) Atuou na preservação, na proteção e na salvaguarda de bens e manifestações culturais.

4. PÚBLICO ALCANÇADO

Informe a quantidade de pessoas beneficiadas pelo projeto, demonstre os mecanismos utilizados para mensuração, a exemplo de listas de presenças. Em caso de baixa frequência ou oscilação relevante informe as justificativas.

5. EQUIPE DO PROJETO

5.1 Quantas pessoas fizeram parte da equipe do projeto?

Digite um número exato (exemplo: 23).

5.2 Houve mudanças na equipe ao longo da execução do projeto?

( ) Sim ( ) Não

Informe se entraram ou saíram pessoas na equipe durante a execução do projeto.

5.3 Informe os profissionais que participaram da execução do projeto:

Nome do profissional/empresa	Função no projeto	CPF/CNPJ	Pessoa negra?	Pessoa índigena?	Pessoa com deficiência?	[INSERIR MAIS COLUNAS, SE NECESSÁRIO]
Ex.: João Silva	Cineasta	123456789101	Sim/Não	Sim/Não	Sim/Não	

6. LOCAIS DE REALIZAÇÃO
6.1 De que modo o público acessou a ação ou o produto cultural do projeto?
( )1. Presencial.
( ) 2. Virtual.
( ) 3. Híbrido (presencial e virtual).
Caso você tenha marcado os itens 2 ou 3 (virtual e híbrido):
6.2 Quais plataformas virtuais foram usadas?
Você pode marcar mais de uma opção.
( )Youtube
( )Instagram / IGTV
( )Facebook
( )TikTok
( )Google Meet, Zoom etc.
( )Outros: _____
6.3 Informe aqui os links dessas plataformas:
Caso você tenha marcado os itens 1 e 3 (Presencial e Híbrido):
6.4 De que forma aconteceram as ações e atividades presenciais do projeto?
( )1. Fixas, sempre no mesmo local.
( )2. Itinerantes, em diferentes locais.
( )3. Principalmente em um local base, mas com ações também em outros locais.
No item 6.4 caso você tenha marcado o item 1 (Fixas):
6.5 Em que município o projeto aconteceu?
6.7 Em que área do município o projeto foi realizado?
Você pode marcar mais de uma opção.
( )Zona urbana central.
( )Zona urbana periférica.
( )Zona rural.
( )Área de vulnerabilidade social.
( )Unidades habitacionais.
( )Territórios indígenas (demarcados ou em processo de demarcação).
( )Comunidades quilombolas (terra titulada, em processo de titulação, com registro na Fundação Palmares).
( )Áreas atingidas por barragem.
( )Território de povos e comunidades tradicionais (ribeirinhos, louceiros, cipozeiro, pequizeiros, vazanteiros, povos do mar etc.).
( )Outros: _____
__
6.8 Onde o projeto foi realizado?
Você pode marcar mais de uma opção.
( )Equipamento cultural público municipal.
( )Equipamento cultural público estadual.
( )Espaço cultural independente.
( )Escola.
( )Praça.
( )Rua.
( )Parque.
( )Outros
No item 6.4 caso você tenha marcado o item 2 (itinerante):
6.9 Em quais municípios o projeto aconteceu?
6.10 Em quais áreas o projeto foi realizado?
Você pode marcar mais de uma opção.
( )Zona urbana central.
( )Zona urbana periférica.
( )Zona rural.
( )Área de vulnerabilidade social.
( )Unidades habitacionais.
( )Territórios indígenas (demarcados ou em processo de demarcação).
( )Comunidades quilombolas (terra titulada, em processo de titulação, com registro na Fundação Palmares).
( )Áreas atingidas por barragem.
( )Território de povos e comunidades tradicionais (ribeirinhos, louceiros, cipozeiro, pequizeiros, vazanteiros, povos do mar etc.).
( )Outros: _____
__
6.11 Onde o projeto foi realizado?
Você pode marcar mais de uma opção.
( )Equipamento cultural público municipal.
( )Equipamento cultural público estadual.
( )Espaço cultural independente.
( )Escola.
( )Praça.
( )Rua.
( )Parque.
( )Outros _____
No item 6.4 caso você tenha marcado o item 3 (Base):
6.12 Em quais municípios o projeto aconteceu?
6.13 Em quais áreas o projeto foi realizado?
Você pode marcar mais de uma opção.
( )Zona urbana central.
( )Zona urbana periférica.
( )Zona rural.
( )Área de vulnerabilidade social.
( )Unidades habitacionais.
( )Territórios indígenas (demarcados ou em processo de demarcação).
( )Comunidades quilombolas (terra titulada, em processo de titulação, com registro na Fundação Palmares).
( )Áreas atingidas por barragem.
( )Território de povos e comunidades tradicionais (ribeirinhos, louceiros, cipozeiro, pequizeiros, vazanteiros, povos do mar etc.).
( )Outros: _____
__
6.14 Onde o projeto foi realizado?
Você pode marcar mais de uma opção.
( )Equipamento cultural público municipal.
( )Equipamento cultural público estadual.
( )Espaço cultural independente.
( )Escola.
( )Praça.
( )Rua.
( )Parque.
( )Outros_____
7. DIVULGAÇÃO DO PROJETO
Informe como o projeto foi divulgado. Ex.: Divulgado no instagram
8. CONTRAPARTIDA
Descreva como a contrapartida foi executada, quando foi executada e onde foi executada.
9. TÓPICOS ADICIONAIS
Inclua aqui informações relevantes que não foram abordadas nos tópicos anteriores, se houver.
10. ANEXOS
Junte documentos que comprovem que você executou o projeto, tais como listas de presença, relatório fotográfico, vídeos, depoimentos, entre outros.
Nome
Assinatura do Agente Cultural Proponente

ANEXO V
DECLARAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DE GRUPO OU COLETIVO
OBS.: Essa declaração deve ser preenchida somente por proponentes que sejam um grupo ou coletivo sem personalidade jurídica, ou seja, sem CNPJ.
GRUPO ARTÍSTICO:
NOME DO REPRESENTANTE INTEGRANTE DO GRUPO OU COLETIVO ARTÍSTICO:
DADOS PESSOAIS DO REPRESENTANTE: [IDENTIDADE, CPF, E-MAIL E TELEFONE]
Os declarantes abaixo-assinados, integrantes do grupo artístico [NOME DO GRUPO OU COLETIVO], elegem a pessoa indicada no campo "REPRESENTANTE" como único e representante neste edital, outorgando-lhe poderes para fazer cumprir todos os procedimentos exigidos nas etapas do edital, inclusive assinatura de recibo, troca de comunicações, podendo assumir compromissos, obrigações, transigir, receber pagamentos e dar quitação, renunciar direitos e qualquer outro ato relacionado ao referido edital. Os declarantes informam que não incorrem em quaisquer das vedações do item de participação previstas no edital.
.

NOME DO INTEGRANTE	DADOS PESSOAIS	ASSINATURAS

[
LOCAL]
[DATA]

ANEXO VI
DECLARAÇÃO ÉTNICO-RACIAL
(Para agentes culturais concorrentes às cotas étnico-raciais – negros ou indígenas)
Eu, _____
_____, CPF nº_____, RG nº _____, DECLARO para fins de participação no Edital (Nome ou número do edital) que sou _____
_____(informar se é NEGRO OU INDÍGENA).
Por ser verdade, assino a presente declaração e estou ciente de que a apresentação de declaração falsa pode acarretar desclassificação do edital e aplicação de sanções criminais.
NOME
ASSINATURA DO DECLARANTE

ANEXO VII
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
Nome do Proponente:
Nº de Registro no Mapa Cultural:
Nome do projeto:
Nº de inscrição:

META /ETAPA 1						
Descrição do item	Justificativa	Unidade de medida	Valor unitário	Quantidade	Valor total	Referência de preço
Ex.: Fotógrafo	Profissional necessário para registro da oficina	Serviço	R$1.100,00	1	R$1.100,00	. Salicnet . Praticado no mercado
META /ETAPA 2						
Ex. Ampliações das imagens	Serviço necessário para exposição	und	R$50,00	1	R$50,00	. Salicnet . Praticado no mercado

Preencha a tabela informando todas as despesas indicando as metas/etapas às quais elas estão relacionadas (ex. pré-produção, produção, execução)
Deve haver a indicação do parâmetro de preço (Ex.: preço estabelecido no SALICNET, 3 orçamentos, etc),utilizado com a referência específica do item de despesa, conforme exemplo.
Adicione quantas linhas forem necessárias para etapas e itens do seu orçamento.

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 006/2023 – MUSEUS E MEMORIAIS – LEI PAULO GUSTAVO
EDITAL DE SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA LEI COMPLEMENTAR 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO) – MUSEUS E MEMORIAIS

Este Edital é realizado com recursos do Governo Federal repassados por meio da Lei Complementar nº 195/2022 - Lei Paulo Gustavo.

A Lei Paulo Gustavo (LGP) viabiliza o maior investimento direto no setor cultural da história do Brasil e simboliza o processo de resistência da classe artística durante a pandemia de Covid-19, que limitou severamente as atividades do setor cultural.
É, ainda, uma homenagem a Paulo Gustavo, artista símbolo da categoria, vitimado pela doença.
As condições para a execução da Lei Paulo Gustavo foram criadas por meio do engajamento da sociedade e o presente edital destina-se a apoiar projetos apresentados pelos agentes culturais do segmento de MUSEUS E MEMORIAIS.
Deste modo, a Secretaria de Cultura do Estado do Pará – SECULT/PA, torna público o presente edital elaborado com base na Lei Complementar 195/2022, no Decreto 11.525/2023 e no Decreto 11.453/2023 e no Termo de Fomento 058, celebrado com a OSC INSTITUTO NOVA AMAZÔNIA (INÃ), entidade parceira na execução das ações deste edital.
Na realização deste edital estão asseguradas medidas de democratização, desconcentração, descentralização e regionalização do investimento cultural, com a implementação de ações afirmativas, fundamentado na previsão do Decreto nº 11.525, de 11 de maio de 2023 (Decreto de Regulamentação da Lei Paulo Gustavo), em seus artigos 14, 15 e 16.

1. OBJETO

O objeto deste Edital é a seleção de **8 (oito)** projetos culturais do segmento de Museus e Memoriais de bases comunitárias, para receberem recursos financeiros, visando incentivar o referido segmento no estado do Pará. A distribuição dos recursos será realizada de acordo com a modalidade descrita no item 1.1.

1.1 Modalidade: Fomento

1.1.1 Museus e memoriais: 08 (oito) projetos culturais de até 13.800,00 (treze mil e oitocentos reais) destinados a projetos culturais de transmissão e difusão de práticas culturais voltadas para o segmento MUSEUS E MEMORIAIS.
1.2. Caso o valor destinado à atividade inicialmente previsto não seja utilizado integralmente, poderão ser convocados mais proponentes aprovados.
1.3. Havendo sobra de recursos em uma das atividades o saldo remanescente poderá ser remanejado para contemplar propostas de outras faixas deste edital.
1.3.1. O remanejamento deverá priorizar as faixas que possuam maior demanda de propostas de proponentes na condição de suplente, bem como respeitar as cotas reservadas às pessoas negras e indígenas e, quando possível, a ordem de classificação e as cotas de regionalização.
1.4. No caso de sobra de recurso neste edital, o saldo remanescente deste poderá ser utilizado para contemplar os(as) proponentes com propostas selecionadas em outros Editais da Lei Paulo Gustavo publicados pela Secretaria de Cultura do Estado do Pará, priorizando aqueles com maior demanda.
1.5. O valor inicialmente disponível para este Edital poderá ser ampliado, caso haja sobra de recursos de outros Editais publicados pela Secretaria de Cultura no âmbito da Lei Paulo Gustavo ou do recebimento de recursos da Lei Paulo Gustavo não executados pelos municípios.

2. VALORES

2.1 O valor total disponibilizado para este Edital é de **R$110.400,00** (cento e dez mil e quatrocentos reais) para projetos de fomento da LPG.

3. QUEM PODE SE INSCREVER

3.1 Pode se inscrever no Edital qualquer agente cultural residente e domiciliado no Estado do Pará há pelo menos 2 (dois) anos.
3.1.1. A comprovação de residência é dispensada na forma descrita no item 14.2.1.1.
3.2 Em regra, o agente cultural pode ser:
I - Pessoa física ou Microempreendedor Individual (MEI)
II - Pessoa jurídica com fins lucrativos (Ex.: empresa de pequeno porte, empresa de grande porte, etc)
III - Pessoa jurídica sem fins lucrativos (Ex.: Associação, Fundação, Cooperativa, etc)
IV - Coletivo/Grupo sem CNPJ representado por pessoa física.
3.3 O proponente é o agente cultural responsável pela inscrição do projeto no Mapa Cultural.
3.4 Na hipótese de agentes culturais que atuem como grupo ou coletivo cultural sem constituição jurídica (ou seja, sem CNPJ), será indicada pessoa física como responsável legal para o ato da assinatura do Termo de Execução Cultural e a representação será formalizada em declaração assinada pelos demais integrantes do grupo ou coletivo, podendo ser utilizado o modelo constante no Anexo V.
3.5 O proponente não pode exercer apenas funções administrativas no âmbito do projeto e deve exercer necessariamente a função de criação, ou direção, ou produção, ou coordenação, ou gestão artística, ou outra função de destaque e capacidade de decisão no projeto.

4. QUEM NÃO PODE SE INSCREVER

4.1 Não pode se inscrever neste Edital, proponentes que:
I - tenham se envolvido diretamente na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento de recursos;
II - sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de servidor público do órgão responsável pelo edital, nos casos em que o referido servidor tiver atuado na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento de recursos; e
III - sejam membros do Poder Legislativo (Deputados, Senadores, Vereadores), do Poder Judiciário (Juízes, Desembargadores, Ministros), do Ministério Público (Promotor, Procurador); do Tribunal de Contas (Auditores e Conselheiros).
IV - Proponentes inadimplentes com prestação de contas de editais realizados pela Secult e organizações da sociedade civil parceiras, com recursos da Lei Aldir Blanc.
4.2 O agente cultural que integrar Conselho de Cultura poderá concorrer neste Edital para receber recursos do fomento cultural, exceto quando se enquadrar nas vedações previstas no item 4.1.
4.3 Quando se tratar de proponentes pessoas jurídicas, estarão impedidas de apresentar projetos aquelas cujos sócios, diretores e/ou administradores se enquadrarem nas situações descritas no tópico 4.1.
4.4 A participação de agentes culturais nas oitivas e consultas públicas não caracteriza o envolvimento direto na etapa de elaboração do edital de que trata o subitem I do item 4.1.

5. COTAS

5.1 Ficam garantidas cotas étnico-raciais em todas as categorias do edital, nas seguintes proporções e ordenamento de selecionados:
I) 50% para mulheres (cis e trans);
II) 30% (trinta por cento) para propostas de Região de Integração do Guajará (onde se localiza a capital do Estado) e 70% (setenta por cento) para propostas advindas das demais Regiões do Estado
III) No mínimo 20% para pessoas negras (pretas e pardas); e
IV) no mínimo 10% para pessoas indígenas.
5.2 Os agentes culturais que optarem por concorrer às cotas para pessoas negras (pretas e pardas) e indígenas concorrerão concomitantemente às vagas destinadas à ampla concorrência, ou seja concorrerão ao mesmo tempo nas vagas da ampla concorrência e nas vagas reservadas às cotas, podendo ser selecionado de acordo com a sua nota ou classificação no processo seleção.
5.3 Os agentes culturais negros (pretos e pardos) e indígenas optantes por concorrer às cotas (opção presente na ficha de incrição dos projetos) que atingirem nota suficiente para se classificar no número de vagas oferecidas para ampla concorrência não ocuparão as vagas destinadas para o preenchimento das cotas, ou seja, serão selecionados nas vagas da ampla concorrência, ficando a vaga da cota para o próximo colocado optante pela cota.
5.4 Em caso de desistência de optantes aprovados nas cotas, a vaga não preenchida deverá ser ocupada por pessoa que concorreu às cotas de acordo com a ordem de classificação.
5.5 No caso de não existirem propostas aptas em número suficiente para o cumprimento de uma das categorias de cotas previstas na seleção, o número de vagas restantes deverá ser destinado inicialmente para a outra categoria de cotas.
5.6 Caso não haja outra categoria de cotas de que trata o item 5.5, as vagas não preenchidas deverão ser direcionadas para a ampla concorrência, sendo direcionadas para os demais candidatos aprovados, de acordo com a ordem de classificação.
5.7 Para concorrer às cotas, os agentes culturais deverão autodeclarar-se no ato da inscrição usando a autodeclaração étnico-racial de que trata o Anexo VI.
5.8 Caso necessário, para fins de verificação da autodeclaração, poderá ser solicitada Carta Consubstanciada, que será analisada por um comitê formado por membros de entidades representativas.
5.9 As pessoas jurídicas e coletivos sem constituição jurídica podem concorrer às cotas, desde que preencham algum dos requisitos abaixo:
I – pessoas jurídicas que possuem quadro societário majoritariamente composto por pessoas negras (pretas e pardas) ou indígenas;
II – pessoas jurídicas ou grupos e coletivos sem constituição jurídica que possuam pessoas negras (pretas e pardas) ou indígenas em posições de liderança no projeto cultural; e
III – pessoas jurídicas ou coletivos sem constituição jurídica que possuam equipe do projeto cultural majoritariamente composta por pessoas negras (pretas e pardas) ou indígenas.
5.10 As pessoas físicas que compõem a equipe da pessoa jurídica e o grupo ou coletivo sem constituição jurídica devem se submeter aos regramentos descritos nos itens acima, observando o item 5.7

6. PRAZO PARA SE INSCREVER

6.1 Para se inscrever no Edital, o proponente deve enviar toda documentação obrigatória relatada no 7.3, entre os dias 12 de setembro e 12 de outubro de 2023, exclusivamente através da plataforma Mapa Cultural do Pará, no endereço eletrônico https://www.mapacultural.pa.gov.br/lpg/museus-e-memoriais.
6.2. Para efeito de inscrição todos os proponentes deverão estar cadastrados no mapa cultural.pa.gov.br.
6.3. Todas as informações fornecidas no ato da inscrição deverão ser verídicas e atualizadas. Não serão aceitas propostas entregues presencialmente na sede da SECULT, ou da executora do certame, ou materiais postados via Correios.
6.4. Os proponentes que já têm cadastro no Mapa Cultural do Pará não precisam fazer novo cadastro, podendo atualizar informações que julgarem necessárias até a data de envio de sua inscrição.
6.5. O ato de inscrição pressupõe plena concordância dos termos, cláusulas e condições deste edital e de seus anexos, que passarão a integrar as obrigações, bem como a observância dos regulamentos administrativos e das normas técnicas aplicáveis, não sendo aceita, sob qualquer

hipótese, alegação de seu desconhecimento em qualquer fase do procedimento administrativo e execução dos serviços.
6.6. Os anexos que compõem este edital deverão ser assinados de maneira física ou eletrônica, com o encaminhamento na forma digital no ato de inscrição anexados no formato PDF.
6.7. As inscrições feitas em desacordo com os prazos e demais exigências do presente edital serão indeferidas.
6.8 Não serão aceitas complementações, modificações ou substituições de dados e de anexos à inscrição, depois de finalizada.
6.9 É vedada a participação de órgãos públicos, escolas e fundações privadas.

7. COMO SE INSCREVER

7.1 O proponente deve preencher Ficha de Inscrição diretamente no https://www.mapacultural.pa.gov.br/lpg/museus-e-memoriais..
7.2 O proponente deve encaminhar a documentação obrigatória de que trata o item 7.3 por meio do https://www.mapacultural.pa.gov.br/lpg/museus-e-memoriais.
7.3 O proponente deve enviar a seguinte documentação para formalizar sua inscrição:
a) Projeto proposto;
b) Currículo / portfólio do proponente, com todas as comprovações;
c) Documentos pessoais do proponente CPF e RG (se Pessoa Física);
d) Inscrição no cadastro nacional de pessoa jurídica - CNPJ (se Pessoa Jurídica);
e) Atos constitutivos da empresa, qual seja o contrato social, nos casos de pessoas jurídicas com fins lucrativos, ou estatuto, nos casos de organizações da sociedade civil (se Pessoa Jurídica);
f) Comprovante de Endereço do proponente ou Declaração de Residência (no caso do proponente não possuir documento em seu nome)
g) Mini currículo dos integrantes do projeto e termo de anuência;
h) Todos os anexos solicitados no Edital, nos quais o proponente se enquadre.
i) Outros documentos que o proponente julgar necessário para auxiliar na avaliação do mérito cultural do projeto.
7.4 O proponente é responsável pelo envio dos documentos e pela qualidade visual, conteúdo dos arquivos e informações de seu projeto.
7.5 Cada Proponente poderá concorrer, e ser selecionado individualmente ou como representantes de coletivo, com apenas 1 (um) projeto, no máximo.
7.6 Os membros de grupos e coletivos podem concorrer isoladamente, desde que sejam com projetos diferentes.
7.7 Se houver inscrição de mais de um projeto do mesmo proponente, será considerado, para fins de seleção, o último enviado na plataforma.
7.8 Os projetos apresentados deverão conter previsão de execução não superior a 12 meses.
7.9 O proponente deve se responsabilizar pelo acompanhamento das atualizações/publicações pertinentes ao edital e seus prazos nos canais formais de comunicação da SECULT/PA.
7.10 As inscrições deste edital são gratuitas.
7.11 As propostas que apresentem quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade ou outras formas de discriminação serão desclassificadas, com fundamento no disposto no inciso IV do caput do art. 3º da Constituição, garantidos o contraditório e a ampla defesa.
Parágrafo único: A comprovação de residência poderá ser dispensada nas hipóteses de agentes culturais pertencentes à comunidade indígena, quilombola, cigana ou circense ou pertencentes à população nômade ou itinerante; que se encontrem em situação de rua.

8. PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DOS PROJETOS

8.1 O proponente deve preencher a planilha orçamentária presente no Anexo VII, informando como será utilizado o recurso financeiro recebido.
8.2 A estimativa de custos do projeto será prevista por categorias, sem a necessidade de detalhamento por item de despesa, conforme § 1º do art. 24 do Decreto 11.453/2023.
8.3 A compatibilidade entre a estimativa de custos do projeto e os preços praticados no mercado será avaliada pelos membros da comissão de seleção, de acordo com tabelas referenciais de valores, ou com outros métodos de verificação de valores praticados no mercado.
8.4 A estimativa de custos do projeto poderá apresentar valores divergentes das práticas de mercado convencionais na hipótese de haver significativa excepcionalidade no contexto de sua implementação, consideradas variáveis territoriais e geográficas e situações específicas, como a de povos indígenas, ribeirinhos, atingidos por barragens e comunidades quilombolas e tradicionais.
8.5 Os itens da planilha orçamentária poderão ser glosados, ou seja, vetados, total ou parcialmente, pela Comissão de Seleção, se, após análise, não forem considerados com preços compatíveis aos praticados no mercado ou forem considerados incoerentes e em desconformidade com o projeto apresentado.
8.6 Caso o proponente discorde dos valores glosados (vetados) poderá apresentar recurso na fase de mérito cultural, conforme dispõe o item 12.8.
8.7 O valor solicitado não poderá ser superior ao valor máximo destinado a cada modalidade, conforme item 1.2 do presente edital.

9. ACESSIBILIDADE

9.1 Os projetos devem contar com medidas de acessibilidade física, atitudinal e comunicacional compatíveis com as características dos produtos resultantes do objeto, nos termos do disposto na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência), de modo a contemplar:
I - no aspecto arquitetônico, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com mobilidade reduzida ou idosas aos locais onde se realizam as atividades culturais e a espaços acessórios, como banheiros, áreas de alimentação e circulação;
II - no aspecto comunicacional, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com deficiência intelectual, auditiva ou visual ao conteúdo dos produtos culturais gerados pelo projeto, pela iniciativa ou pelo espaço; e
III - no aspecto atitudinal, a contratação de colaboradores sensibilizados e capacitados para o atendimento de visitantes e usuários com diferentes deficiências e para o desenvolvimento de projetos culturais acessíveis desde a sua concepção, contempladas a participação de consultores e colaboradores com deficiência e a representatividade nas equipes dos espaços culturais e nas temáticas das exposições, dos espetáculos e das ofertas culturais em geral.
9.2 Especificamente para pessoas com deficiência, mecanismos de protagonismo e participação poderão ser concretizados também por meio das seguintes iniciativas, entre outras:
I - adaptação de espaços culturais com residências inclusivas;
II - utilização de tecnologias assistivas, ajudas técnicas e produtos com desenho universal;
III - medidas de prevenção e erradicação de barreiras atitudinais;
IV - contratação de serviços de assistência por acompanhante; ou
V - oferta de ações de formação e capacitação acessíveis a pessoas com deficiência.
9.3 Os projetos devem prever obrigatoriamente medidas de acessibilidade, sendo assegurado para essa finalidade no mínimo 10% do valor total do projeto.
9.4 A utilização do percentual mínimo de 10% de que trata o item 9.3 pode ser excepcionalmente dispensada quando:
I - for inaplicável em razão das características do objeto cultural,os cujo objeto seja o desenvolvimento de roteiro e licenciamento de obra audiovisual ; ou
II - quando o projeto já contemplar integralmente as medidas de acessibilidade compatíveis com as características do objeto cultural.
9.5 O proponente deve apresentar justificativa para os casos em que o percentual mínimo de 10% é inaplicável.

10. CONTRAPARTIDA

10.1 Os agentes culturais contemplados neste edital, com projetos de fomento, conforme item 1.2 deste edital, deverão garantir, como contrapartida, as seguintes medidas:
I - a realização de atividades destinadas, prioritariamente, aos alunos e professores de escolas públicas ou universidades, públicas ou privadas, que tenham estudantes do Programa Universidade para Todos (Prouni), bem como aos profissionais de saúde, preferencialmente aqueles envolvidos no combate à pandemia, e a pessoas integrantes de grupos e coletivos culturais e de associações comunitárias, ou de atividades em espaços públicos de sua comunidade, de forma gratuita; e
II - sempre que possível, exibições com interação popular por meio da internet ou exibições públicas, quando aplicável, com distribuição gratuita de ingressos para os grupos referidos no item I, em intervalos regulares.
10.2 A contrapartida deverá ser informada no Formulário de Inscrição e deve ser executada até dezembro de 2024.

11. ETAPAS DO EDITAL

11.1 A seleção dos projetos submetidos a este Edital será composta das seguintes etapas:
I - Análise de mérito cultural dos projetos: fase de análise do projeto realizada por comissão de seleção; e divulgação dos selecionados
II - Habilitação: fase de apresentação e análise dos documentos dos proponentes selecionados, descritos no tópico 14; e divulgação dos habilitados.

12. ANÁLISE DE MÉRITO CULTURAL DOS PROJETOS

12.1 Entende-se por "Análise de mérito cultural" a identificação, tanto individual quanto sobre seu contexto social, de aspectos relevantes dos projetos culturais, concorrentes em uma mesma categoria de apoio, realizada por meio da atribuição fundamentada de notas aos critérios descritos neste edital.
12.2 Por análise comparativa compreende-se a análise não apenas dos itens individuais de cada projeto, mas de suas propostas, impactos e relevância em relação aos outros projetos inscritos na mesma categoria. A pontuação de cada projeto é atribuída em função desta comparação.
12.3 A análise dos projetos culturais será realizada por comissão de seleção formada por, no mínimo, 03 (três) pareceristas externos, com experiência no segmento cultural.
12.4 Os membros da comissão de seleção ficam impedidos de participar da apreciação de projetos e iniciativas que estiverem em processo de avaliação nos quais:
I - tenham interesse direto na matéria;
II - tenham participado como colaborador na elaboração do projeto ou tenham participado da instituição proponente nos últimos dois anos, faça parte da equipe técnica do projeto ou se tais situações ocorrem quanto ao cônjuge, companheiro ou parente e afins até o terceiro grau; e
III - estejam litigando judicial ou administrativamente com o proponente ou com respectivo cônjuge ou companheiro.
12.5 O membro da comissão que incorre em impedimento deve comunicar o fato à referida Comissão, abstendo-se de atuar, sob pena de nulidade dos atos que praticar.
12.6 Para esta seleção serão considerados os critérios de pontuação estabelecidos no Anexo II deste edital.
12.7 Contra a decisão da fase de mérito cultural, caberá recurso destinado à Comissão de Seleção.
12.8 Os recursos de que tratam o item 12.8 deverão ser apresentados no prazo de 3 (três) dias úteis, conforme inciso III, do art. 16 do decreto 11.453/2023, a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação.
12.9 Os recursos devem ser encaminhados através do email recursomuseusememoriaislpgpa@gmail.com, de 00h do dia 01/11/2023 até as 17h do dia 06/11/2023.
12.10 Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.
12.11 Após o julgamento dos recursos, o resultado final da análise de mérito cultural será publicado no Diário Oficial do Estado (DOE) contendo nome e CPF dos proponentes. A nota obtida e a justificativa serão publicadas no sítio eletrônico www.secult.pa.gov.br.

13. REMANEJAMENTO DOS RECURSOS

13.1 Não havendo número de propostas culturais selecionadas suficientes

em uma modalidade, será selecionada a proposta de outra modalidade com maior quantidade de pontos, em ordem decrescente e levando em consideração o disposto no item 5 (Cotas).

14. ETAPA DE HABILITAÇÃO

14.1 Finalizada a etapa de análise de mérito cultural, o proponente do projeto contemplado deverá, no prazo de 06 (seis) dias úteis, apresentar os seguintes documentos através do Mapa Cultural, conforme sua natureza jurídica:

14.1.1 PESSOA FÍSICA

I - certidão negativa de débitos relativos a créditos tributários federais e Dívida Ativa da União;

II - certidões negativas de débitos relativas a créditos tributários estaduais e municipais, expedidas pela Secretaria da Fazendo do Pará (SEFA).

14.1.1.2 A comprovação de residência poderá ser dispensada nas hipóteses de agentes culturais:

I - pertencentes à comunidade indígena, quilombola, cigana ou circense;

II - pertencentes à população nômade ou itinerante; que se encontrem em situação de rua.

14.1.2 PESSOA JURÍDICA

I - certidão negativa de falência e recuperação judicial, expedida pelo Tribunal de Justiça estadual, nos casos de pessoas jurídicas com fins lucrativos;

II - certidão negativa de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;

III - certidão negativa de débito estadual – Emitida pela SEFA/PA ;

IV - Certidão negativa municipal, expedidas pela Secretaria Municipal de finanças;

V - Certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - CRF/FGTS;

VI - certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, emitida no site do Tribunal Superior do Trabalho;

14.2 As certidões positivas com efeito de negativas servirão como certidões negativas, desde que não haja referência expressa de impossibilidade de celebrar instrumentos jurídicos com a administração pública.

14.3 Contra a decisão da fase de habilitação, caberá recurso fundamentado e específico destinado a SECULT/PA, através do e-mail recursomuseusememoriaislpgpa@gmail.com, de 00h do dia 22/11/2023 até as 17h do dia 27/11/2023.

14.4 Os recursos de trata o item 14.3 deverão ser apresentados no prazo de 3 dias úteis a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação, não cabendo recurso administrativo da decisão após esta fase.

14.5 Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.

14.6 Caso o proponente esteja em débito com o ente público responsável pela seleção e com a União não será possível o recebimento dos recursos de que trata este Edital

15. ASSINATURA DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL E RECEBIMENTO DOS RECURSOS

15.1 Finalizada a fase de habilitação, o agente cultural contemplado será convocado a assinar o Termo de Execução Cultural, conforme Anexo III deste Edital, de forma presencial ou eletrônica.

15.2 O Termo de Execução Cultural corresponde ao documento a ser assinado pelo agente cultural (proponente) selecionado neste Edital e pelo concedente, contendo as obrigações dos assinantes do Termo.

15.3 Após a assinatura do Termo de Execução Cultural, o agente cultural receberá os recursos, com desembolso único, em até 30 (trinta) dias, EXCLUSIVAMENTE EM CONTA CORRENTE de qualquer banco, aberta especificamente para este fim.

15.3.1 A conta bancária da instituição financeira não deverá ter cobrança de tarifas.

15.3.2 Não serão aceitas contas poupança, conta salário, contas de recebimento de auxílio social do Governo (bolsa família, por exemplo).

15.4 A assinatura do Termo de Execução Cultural e o recebimento do apoio estão condicionados à existência de disponibilidade orçamentária e financeira, caracterizando a seleção como expectativa de direito do proponente.

15.5 O agente cultural deve assinar e enviar o Termo de Execução Cultural em até 2 (dois) dias úteis após envio da concedente, conforme previsto no cronograma, sob pena de perda do apoio financeiro e convocação do suplente para assumir sua vaga.

16. DIVULGAÇÃO DOS PROJETOS

16.1 Os contemplados comprometem-se a incluir nos créditos de todo material de divulgação, as logomarcas da SECULT-PA / Governo do Estado, do Ministério da Cultura/ Governo Federal, obedecendo aos critérios de veiculação das logomarcas estabelecidas de forma padronizada, que estarão à disposição no site www.secult.pa.gov.br, e deverão incluir também a frase: **"Projeto selecionado pelo Edital de Museus e Memoriais – Lei Paulo Gustavo"**.

16.2 Os produtos artístico-culturais e as peças de divulgação dos projetos exibirão as marcas do Governo federal, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura e SECULT/PA.

16.3 O material de divulgação dos projetos e seus produtos deve ser disponibilizado em formatos acessíveis a pessoas com deficiência e conterá informações sobre os recursos de acessibilidade disponibilizados.

16.4 O material de divulgação dos projetos deve ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, e não pode conter nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal.

17. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

17.1 Os procedimentos de monitoramento e avaliação dos projetos culturais contemplados, assim como prestação de informação à administração pública, observarão o Decreto 11.453/2023 (Decreto de Fomento), que dispõe sobre os mecanismos de fomento do sistema de financiamento à cultura, observadas às exigências legais de simplificação e de **foco no cumprimento do objeto.**

17.2 O agente cultural deve prestar contas por meio da apresentação do Relatório Final de Execução do Objeto, conforme documento constante no Anexo IV e orientação contida no Decreto nº11.453/2023, artigo 29, inciso 2 que versa sobre a prestação de informações em relatório de execução do objeto.

Parágrafo único: Em caso de realizador do edital considerar que não foi possível aferir o cumprimento integral do objeto no Relatório Final de Execução, e que as justificativas apresentadas sobre o cumprimento parcial do objeto não foram suficientes, lhe é facultado o direito de requisitar o Relatório de Execução Financeira com as devidas comprovações (nota fiscal, recibos e documento congêneres), conforme contido no inciso 3 do artigo 29 e no inciso 3 do parágrafo II do artigo 30.

17.3 O Relatório Final de Execução do Objeto deve ser apresentado até 31 de dezembro de 2024, com o fim da vigência do Termo de Execução Cultural.

18. DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1 O acompanhamento de todas as etapas deste Edital e a observância quanto aos prazos serão de inteira responsabilidade dos proponentes. Para tanto, deverão ficar atentos às publicações no sítio eletrônico www.secult.pa.gov.br, no Diário Oficial do Estado e nas mídias sociais oficiais da SECULT.

18.2 O presente Edital e os seus anexos estão disponíveis no site https://www.mapacultural.pa.gov.br/lpg/museus-e-memoriais.

18.3 Toda relação do proponente com o edital deverá ser através da plataforma mapa cultural, do e-mail editalmuseusememoriaislpgpara@gmail.com e telefone (91) 98479-5433.

18.4 Os casos omissos porventura existentes ficarão a cargo da Secretária de Estado de Cultura.

18.5 Eventuais irregularidades relacionadas aos requisitos de participação, constatadas a qualquer tempo, implicarão na desclassificação do proponente.

18.6 O proponente será o único responsável pela veracidade da proposta e documentos encaminhados, isentando a SECULT/PA de qualquer responsabilidade civil ou penal.

18.7 O apoio concedido por meio deste Edital poderá ser acumulado com recursos captados por meio de leis de incentivo fiscal e outros programas e/ou apoios federais, estaduais e municipais.

18.8 A inscrição implica no conhecimento e concordância dos termos e condições previstos neste Edital, na Lei Complementar 195/2022 (Lei Paulo Gustavo), no Decreto 11.525/2023 (Decreto Paulo Gustavo) e no Decreto 11.453/2023 (Decreto de Fomento).

19. CRONOGRAMA

ETAPA	DATA INICIAL	DATA FINAL
1- Publicação do edital	12/09/2023	
2- Inscrições	12/09/2023	12/10/2023
3- Resultado Preliminar de Selecionados	31/10/2023	
4- Período de recurso	01/11/2023	06/11/2023
5- Homologação do Resultado Final	09/11/2023	
6- Entrega de Documentos dos selecionados	09/11/2023	16/11/2023
7- Resultado Preliminar de Habilitados	21/11/2023	
8- Período de recurso de Habilitação	22/11/2023	27/11/2023
9- Período de pagamento dos selecionados	28/11/2023	29/12/2023
10-Execução de projeto	até 31/12/2024	
11-Relatório Final de Execução do Objeto	até 31/12/2024	

20. ANEXOS:

20.1 Compõem este Edital os seguintes anexos:

Anexo I - Formulário de Inscrição/Plano de Trabalho;
Anexo II - Critérios de seleção
Anexo III - Termo de Execução Cultural;
Anexo IV - Relatório de Execução do Objeto;
Anexo V - Declaração de representação de grupo ou coletivo; e
Anexo VI - Declaração étnico-racial
Anexo VII – Planilha Orçamentária

ANEXO I

FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO (DISPONÍVEL NO MAPA)

1. DADOS DO PROPONENTE

Proponente é pessoa física ou pessoa jurídica?
( ) Pessoa Física
( ) Pessoa Jurídica

PARA PESSOA FÍSICA:

Nome Completo:
Nome artístico ou nome social (se houver):
CPF:
RG:
Data de nascimento:
E-mail:
Telefone:
Endereço completo:
CEP:
Cidade:
Estado:

Você reside em quais dessas áreas?

( ) Zona urbana central
( ) Zona urbana periférica
( ) Zona rural
( ) Área de vulnerabilidade social
( ) Unidades habitacionais
( ) Territórios indígenas (demarcados ou em processo de demarcação)
( ) Comunidades quilombolas (terra titulada ou em processo de titulação, com registro na Fundação Palmares)
( ) Áreas atingidas por barragem
( ) Território de povos e comunidades tradicionais (ribeirinhos, louceiros, cipozeiro, pequizeiros, vazanteiros, povos do mar etc.).

Pertence a alguma comunidade tradicional?

( ) Não pertenço a comunidade tradicional
( ) Comunidades Extrativistas
( ) Comunidades Ribeirinhas
( ) Comunidades Rurais
( ) Indígenas
( ) Povos Ciganos
( ) Pescadores(as) Artesanais
( ) Povos de Terreiro
( ) Quilombolas
( ) Outra comunidade tradicional

Gênero:
( ) Mulher cisgênero
( ) Homem cisgênero
( ) Mulher Transgênero
( ) Homem Transgênero
( ) Pessoa Não Binária
( ) Não informar

Raça, cor ou etnia:
( ) Branca
( ) Preta
( ) Parda
( ) Indígena
( ) Amarela

Você é uma Pessoa com Deficiência - PCD?
( ) Sim
( ) Não

Caso tenha marcado "sim", qual tipo de deficiência?
( ) Auditiva
( ) Física
( ) Intelectual
( ) Múltipla
( ) Visual

Qual o seu grau de escolaridade?
( ) Não tenho Educação Formal
( ) Ensino Fundamental Incompleto
( ) Ensino Fundamental Completo
( ) Ensino Médio Incompleto
( ) Ensino Médio Completo
( ) Curso Técnico Completo
( ) Ensino Superior Incompleto
( ) Ensino Superior Completo
( ) Pós Graduação Completo

Qual a sua renda mensal fixa individual (média mensal bruta aproximada) nos últimos 3 meses?
(Calcule fazendo uma média das suas remunerações nos últimos 3 meses. Em 2023, o salário mínimo foi fixado em R$ 1.320,00.)
( ) Nenhuma renda.
( ) Até 1 salário mínimo
( ) De 1 a 3 salários mínimos
( ) De 3 a 5 salários mínimos
( ) De 5 a 8 salários mínimos
( ) De 8 a 10 salários mínimos
( ) Acima de 10 salários mínimos

Você é beneficiário de algum programa social?
( ) Não
( ) Bolsa família
( ) Benefício de Prestação Continuada
( ) Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
( ) Garantia-Safra
( ) Seguro-Defeso
( ) Outro

Vai concorrer às cotas afirmativas?
( ) Sim ( ) Não

Se sim. Qual?
( ) Pessoa negra
( ) Pessoa indígena

Qual a sua principal função/profissão no campo artístico e cultural?
( ) Artista.
( ) Instrutor(a), oficineiro(a), educador(a) artístico(a)-cultural e afins.
( ) Curador(a), Programador(a) e afins.
( ) Gestor(a)
( ) Técnico(a)
( ) Consultor(a), Pesquisador(a) e afins.
( )_____Outro(a)s

Você está representando um coletivo (sem CNPJ)?
( ) Não
( ) Sim

Caso tenha respondido "sim":
Nome do coletivo:
Ano de Criação:
Quantas pessoas fazem parte do coletivo?
Nome completo e CPF das pessoas que compõem o coletivo:

PARA PESSOA JURÍDICA:
Razão Social:
Nome fantasia:
CNPJ:
Endereço da sede:
Cidade:
Estado:
Número de representantes legais:
Nome do representante legal:
CPF do representante legal:
E-mail do representante legal:
Telefone do representante legal:

Gênero do representante legal
( ) Mulher cisgênero
( ) Homem cisgênero
( ) Mulher Transgênero
( ) Homem Transgênero
( ) Não Binária/Binárie
( ) Não informar

Raça/cor/etnia do representante legal
( ) Branca
( ) Preta
( ) Parda
( ) Amarela
( ) Indígena

Representante legal é pessoa com deficiência - PCD?
( ) Sim
( ) Não

Caso tenha marcado "sim" qual o tipo de deficiência?
( ) Auditiva
( ) Física
( ) Intelectual
( ) Múltipla
( ) Visual

Escolaridade do representante legal
( ) Não tenho Educação Formal
( ) Ensino Fundamental Incompleto
( ) Ensino Fundamental Completo
( ) Ensino Médio Incompleto
( ) Ensino Médio Completo
( ) Curso Técnico completo
( ) Ensino Superior Incompleto
( ) Ensino Superior Completo
( ) Pós Graduação completo

2. DADOS DO PROJETO

Nome do Projeto:

Escolha a categoria a que vai concorrer:

Quais atividades e/ou produtos estão previstos no seu projeto? Por favor, quantifique.
Bolsa para desenvolvimento de processos criativos
Capacitação
Catálogo
Curso livre
Curso regular
Encontro
Evento cultural
Exibição
Exposição
Feira
Festival
Fomento
Fotografia
Live
Mostra
Obra
Oficina
Palestra
Pesquisa
Podcast
Premiação
Produção de publicações
Projeto
Publicação
Restauro
Seminário
Site
Vídeo
Vivência

Descrição do projeto
(Na descrição, você deve apresentar informações gerais sobre o seu projeto. Algumas perguntas orientadoras: O que você realizará com o projeto? Porque ele é importante para a sociedade? Como a ideia do projeto surgiu? Conte sobre o contexto de realização.)

Objetivos do projeto
(Neste campo, você deve propor objetivos para o seu projeto, ou seja, deve informar o que você pretende alcançar com a realização do projeto. É importante que você seja breve e proponha entre três a cinco objetivos.)

Metas
(Neste espaço, é necessário detalhar os objetivos em pequenas ações e/ou resultados que sejam quantificáveis. Por exemplo: Realização de 02 oficinas de artes circenses; Confecção de 80 figurinos; 120 pessoas idosas beneficiadas.)

Perfil do público a ser atingido pelo projeto
(Preencha aqui informações sobre as pessoas que serão beneficiadas ou participarão do seu projeto. Perguntas orientadoras: Quem vai ser o público do seu projeto? Essas pessoas são crianças, adultas e/ou idosas? Elas fazem parte de alguma comunidade? Qual a escolaridade delas? Elas moram em qual local, bairro e/ou região? No caso de públicos digitais, qual o perfil das pessoas a que seu projeto se direciona?)

Sua ação cultural é voltada prioritariamente para algum destes perfis de público?
Pessoas vítimas de violência
Pessoas em situação de pobreza
Pessoas em situação de rua (moradores de rua)
Pessoas em situação de restrição e privação de liberdade (população carcerária)
Pessoas com deficiência
Pessoas em sofrimento físico e/ou psíquico
Mulheres

Gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transgêneros e transexuais
Povos e comunidades tradicionais
Negros e/ou negras
Ciganos
Indígenas
Não é voltada especificamente para um perfil, é aberta para todos
Outros

Medidas de acessibilidade empregadas no projeto

(Marque quais medidas de acessibilidade serão implementadas ou estarão disponíveis para a participação de Pessoas com deficiência - PCD´s, tais como, intérprete de libras, audiodescrição, entre outras medidas de acessibilidade a pessoas com deficiência, idosos e mobilidade reduzida, conforme Instrução Normativa nº xxxx.)

Acessibilidade arquitetônica:
( ) rotas acessíveis, com espaço de manobra para cadeira de rodas;
( ) piso tátil;
( ) rampas;
( ) elevadores adequados para pessoas com deficiência;
( ) corrimãos e guarda-corpos;
( ) banheiros femininos e masculinos adaptados para pessoas com deficiência;
( ) vagas de estacionamento para pessoas com deficiência;
( ) assentos para pessoas obesas;
( ) iluminação adequada;
( ) Outra _____

Acessibilidade comunicacional:
( ) a Língua Brasileira de Sinais - Libras;
( ) o sistema Braille;
( ) o sistema de sinalização ou comunicação tátil;
( ) a audiodescrição;
( ) as legendas;
( ) a linguagem simples;
( ) textos adaptados para leitores de tela; e
( ) Outra _____

Acessibilidade atitudinal:
( ) capacitação de equipes atuantes nos projetos culturais;
( ) contratação de profissionais com deficiência e profissionais especializados em acessibilidade cultural;
( ) formação e sensibilização de agentes culturais, público e todos os envolvidos na cadeia produtiva cultural; e
( ) outras medidas que visem a eliminação de atitudes capacitistas.

Informe como essas medidas de acessibilidade serão implementadas ou disponibilizadas de acordo com o projeto proposto.

Local onde o projeto será executado

Informe os espaços culturais e outros ambientes onde a sua proposta será realizada. É importante informar também os municípios e Estados onde ela será realizada.

Previsão do período de execução do projeto

Data de início:
Data final:

Equipe

Informe quais são os profissionais que atuarão no projeto, conforme quadro a seguir:

Nome do profissional / empresa	Função no projeto	CPF/CNPJ	Pessoa negra?	Pessoa índigena?	Pessoa com deficiência?	[INSERIR MAIS COLUNAS, SE NECESSÁRIO]
Ex.: João Silva	Curador	123456789101	Sim/ Não	Sim/Não	Sim/Não	

Cronograma de Execução

Descreva os passos a serem seguidos para execução do projeto.

Atividade Geral	Etapa	Descrição	Início	Fim	[INSERIR MAIS COLUNAS, SE NECESSÁRIO]
Ex: Comunicação	Pré-produção	Divulgação do projeto nos veículos de imprensa	11/10/2023	11/11/2023	

Estratégia de divulgação

Apresente os meios que serão utilizados para divulgar o projeto. ex.: impulsionamento em redes sociais.

Contrapartida

Neste campo, descreva qual contrapartida será realizada, quando será realizada, e onde será realizada.

Projeto possui recursos financeiros de outras fontes? Se sim, quais?

(Informe se o projeto prevê apoios financeiros tais como cobrança de ingressos, patrocínio e/ou outras fontes de financiamento. Caso positivo, informe a previsão de valores e onde serão empregados no projeto.)
( ) Não, o projeto não possui outras fontes de recursos financeiros
( ) Apoio financeiro municipal
( ) Apoio financeiro estadual
( ) Recursos de Lei de Incentivo Municipal
( ) Recursos de Lei de Incentivo Estadual
( ) Recursos de Lei de Incentivo Federal
( ) Patrocínio privado direto
( ) Patrocínio de instituição internacional
( ) Doações de Pessoas Físicas
( ) Doações de Empresas
( ) Cobrança de ingressos
( ) Outros

Se o projeto tem outras fontes de financiamento, detalhe quais são, o valor do financiamento e onde os recursos serão empregados no projeto.

O projeto prevê a venda de produtos/ingressos?

(Informe a quantidade dos produtos a serem vendidos, o valor unitário por produto e o valor total a ser arrecadado. Detalhe onde os recursos arrecadados serão aplicados no projeto.)

3. PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

Preencha a tabela informando todas as despesas indicando as metas/etapas às quais elas estão relacionadas.

Deve haver a indicação do parâmetro de preço (Ex.: preço estabelecido no SALICNET, 3 orçamentos, etc) utilizado com a referência específica do item de despesa, conforme exemplo abaixo.

Descrição do item	Justificativa	Unidade de medida	Valor unitário	Quantidade	Valor total	Referência de preço
Ex.: Fotógrafo	Profissional necessário para registro da oficina	Serviço	R$1.100,00	1	R$1.100,00	Salicnet – Oficina/ workshop/seminário Audiovisual – Brasília – Fotografia Artística – Serviço

4. DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS A SEREM ANEXADOS

Encaminhe junto a esse formulário os seguintes documentos:
RG e CPF do proponente
Currículo do proponente
Mini currículo dos integrantes do projeto
[OUTROS DOCUMENTOS QUE FOREM OBRIGATÓRIOS DE ACORDO COM AS CATEGORIAS]

ANEXO II

CRITÉRIOS UTILIZADOS NA AVALIAÇÃO DE MÉRITO CULTURAL

As comissões de seleção atribuirão notas de 0 a 10 pontos a cada um dos critérios de avaliação de cada projeto, conforme tabela a seguir:

CRITÉRIOS OBRIGATÓRIOS PARA PROJETOS DE FOMENTO		
Identificação do Critério	**Descrição do Critério**	**Pontuação Máxima**
A	**Qualidade do Projeto - Coerência do objeto, objetivos, justificativa e metas do projeto** A análise deverá considerar, para fins de avaliação e valoração, se o conteúdo do projeto apresenta, como um todo, coerência, observando o objeto, a justificativa e as metas, sendo possível visualizar de forma clara os resultados que serão obtidos.	10
B	**Relevância da ação proposta para o cenário cultural do Estado do Pará.** A análise deverá considerar, para fins de avaliação e valoração, se a ação contribui para o enriquecimento e valorização da cultura do estado do Pará	10
C	**Aspectos de integração comunitária na ação proposta pelo projeto** Considera-se, para fins de avaliação e valoração, se o projeto apresenta aspectos de integração comunitária, em relação ao impacto social para a inclusão de pessoas com deficiência, idosos e demais grupos em situação de histórica vulnerabilidade econômica/social.	10
D	Coerência da planilha orçamentária e do cronograma de execução às metas, resultados e desdobramentos do projeto proposto A análise deverá avaliar e valorar a viabilidade técnica do projeto sob o ponto de vista dos gastos previstos na planilha orçamentária, sua execução e a adequação ao objeto, metas e objetivos previstos. Também deverá ser considerada para fins de avaliação, a coerência e conformidade dos valores e quantidades dos itens relacionados na planilha orçamentária do projeto.	10
E	**Coerência do Plano de Divulgação ao Cronograma, Objetivos e Metas do projeto proposto** A análise deverá avaliar e valorar a viabilidade técnica e comunicacional com público alvo do projeto, mediante as estratégias, mídias e materiais apresentados, bem como a capacidade de execução.	10
F	**Compatibilidade da ficha técnica com as atividades desenvolvidas** A análise deverá considerar a carreira dos profissionais que compõem o corpo técnico e artístico, verificando a coerência ou não em relação às atribuições que serão executadas por eles no projeto (para esta avaliação serão considerados os currículos dos membros da ficha técnica).	10
G	**Trajetória artística e cultural do proponente** Será considerado para fins de análise a carreira do proponente, com base no currículo e comprovações enviadas juntamente com a proposta	10
PONTUAÇÃO TOTAL:		80

A pontuação final de cada candidatura será definida por média das notas atribuídas individualmente por cada membro,

Os critérios gerais são eliminatórios, de modo que, o agente cultural que receber pontuação 0 em algum dos critérios será desclassificado do Edital.

Em caso de empate, serão utilizados para fins de classificação dos projetos a maior nota nos critérios de acordo com a ordem abaixo definida: A, B, C, D, E, F, G,H respectivamente.

Caso nenhum dos critérios acima elencados seja capaz de promover o desempate será adotado o critério de maior idade do proponente pessoa física ou representante de pessoa jurídica.

Serão considerados aptos os projetos de fomento que receberem nota final igual ou superior a 40 pontos.

Serão desclassificados os projetos que:

I - receberam nota 0 em qualquer dos critérios obrigatórios;

II - apresentem quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade, orientação sexual, ou outras formas de discriminação serão desclassificadas, com fundamento no disposto no inciso IV do caput do art. 3º da Constituição, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

III - A falsidade de informações acarretará desclassificação, podendo ensejar, ainda, a aplicação de sanções administrativas ou criminais.

ANEXO III
TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº [INDICAR NÚMERO]/[INDICAR ANO] TENDO POR OBJETO A CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO A AÇÕES CULTURAIS CONTEMPLADAS PELO EDITAL nº XX/2023 –, NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO), DO DECRETO N. 11.525/2023 (DECRETO PAULO GUSTAVO) E DO DECRETO 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

1. PARTES

1.1 O [NOME DO ENTE FEDERATIVO], neste ato representado por [AUTORIDADE QUE ASSINARÁ PELO ENTE FEDERATIVO], Senhor(a) [INDICAR NOME DA AUTORIDADE QUE ASSINARÁ PELO ENTE FEDERATIVO], e o(a) AGENTE CULTURAL, [INDICAR NOME DO(A) AGENTE CULTURAL CONTEMPLADO], portador(a) do RG nº [INDICAR Nº DO RG], expedida em [INDICAR ÓRGÃO EXPEDIDOR], CPF nº [INDICAR Nº DO CPF], residente e domiciliado(a) à [INDICAR ENDEREÇO], CEP: [INDICAR CEP], telefones: [INDICAR TELEFONES], resolvem firmar o presente Termo de Execução Cultural, de acordo com as seguintes condições:

2. PROCEDIMENTO

2.1 Este Termo de Execução Cultural é instrumento da modalidade de fomento à execução de ações culturais de que trata o inciso I do art. 8 do Decreto 11.453/2023, celebrado com agente cultural selecionado nos termos da LEI COMPLEMENTAR Nº 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO), DO DECRETO N. 11.525/2023 (DECRETO PAULO GUSTAVO) E DO DECRETO 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

3. OBJETO

3.1. Este Termo de Execução Cultural tem por objeto a concessão de apoio financeiro ao projeto cultural [INDICAR NOME DO PROJETO], contemplado no conforme processo administrativo nº [INDICAR NÚMERO DO PROCESSO].

4. RECURSOS FINANCEIROS

4.1. Os recursos financeiros para a execução do presente termo totalizam o montante de R$ [INDICAR VALOR EM NÚMERO ARÁBICOS] ([INDICAR VALOR POR EXTENSO] reais).

4.2. Serão transferidos à conta do(a) AGENTE CULTURAL, especialmente aberta no [NOME DO BANCO], Agência [INDICAR AGÊNCIA], Conta Corrente nº [INDICAR CONTA], para recebimento e movimentação.

5. APLICAÇÃO DOS RECURSOS

5.1 Os rendimentos de ativos financeiros poderão ser aplicados para o alcance do objeto, sem a necessidade de autorização prévia.

6. OBRIGAÇÕES

6.1 São obrigações da SECULT/PA:

I) transferir os recursos ao(a)AGENTE CULTURAL;

II) orientar o(a) AGENTE CULTURAL sobre o procedimento para a prestação de informações dos recursos concedidos;

III) analisar e emitir parecer sobre os relatórios e sobre a prestação de informações apresentados pelo(a) AGENTE CULTURAL;

IV) zelar pelo fiel cumprimento deste termo de execução cultural;

V) adotar medidas saneadoras e corretivas quando houver inadimplemento;

VI) monitorar o cumprimento pelo(a) AGENTE CULTURAL das obrigações previstas na CLÁUSULA 6.2.

6.2 São obrigações do(a) AGENTE CULTURAL:

I) executar a ação cultural aprovada;

II) aplicar os recursos concedidos pela Lei Paulo Gustavo na realização da ação cultural;

III) manter, obrigatória e exclusivamente, os recursos financeiros depositados na conta especialmente aberta para o Termo de Execução Cultural;

IV) facilitar o monitoramento, o controle e supervisão do termo de execução cultural bem como o acesso ao local de realização da ação cultural;

V) prestar informações à SECULT por meio de Relatório de Execução do Objeto, apresentado no prazo máximo de até 31 de dezembro de 2024, contados do término da vigência do termo de execução cultural;

VI) atender a qualquer solicitação regular feita pela SECULT, a contar do recebimento da notificação;

VII) divulgar nos meios de comunicação, a informação de que a ação cultural aprovada é apoiada com recursos da Lei Paulo Gustavo, incluindo as marcas do Governo federal, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura;

VIII) não realizar despesa em data anterior ou posterior à vigência deste termo de execução cultural;

IX) guardar a documentação referente à prestação de informações pelo prazo de 10 anos, contados do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural;

X) não utilizar os recursos para finalidade diversa da estabelecida no projeto cultural;

XI) executar a contrapartida conforme pactuado.

7. PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES,

7.1 O agente cultural prestará contas à administração pública por meio da categoria de prestação de informações em relatório de execução do objeto.

7.2 A prestação de informações em relatório de execução do objeto comprovará que foram alcançados os resultados da ação cultural, por meio dos seguintes procedimentos:

I - apresentação de relatório de execução do objeto pelo beneficiário no prazo estabelecido pelo ente federativo no regulamento ou no instrumento de seleção;

II - apresentação de relatório de execução financeira do projeto, e;

III - análise do relatório de execução do objeto por agente público designado.

7.2.1 O relatório de prestação de informações sobre o cumprimento do objeto deverá:

I - comprovar que foram alcançados os resultados da ação cultural;

II - conter a descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;

III - ter anexados documentos de comprovação do cumprimento do objeto, tais como: Declarações de realização dos eventos, com registro fotográfico ou audiovisual, clipping de matérias jornalísticas, releases, folders, catálogos, panfletos, filipetas, bem como outros documentos pertinentes à execução do projeto.

7.2.2 O agente público competente elaborará parecer técnico de análise do relatório de execução do objeto e poderá adotar os seguintes procedimentos, de acordo com o caso concreto:

I - encaminhar o processo à autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações, caso conclua que houve o cumprimento integral do objeto; ou

II - solicitar a apresentação, pelo agente cultural, de relatório de execução financeira, caso considere que não foi possível aferir o cumprimento integral do objeto no relatório de execução do objeto ou que as justificativas apresentadas sobre o cumprimento parcial do objeto foram insuficientes.

7.2.3 Após o recebimento do processo pelo agente público de que trata o item 7.2.2, autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações poderá:

I - determinar o arquivamento, caso considere que houve o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado;

II - solicitar a apresentação, pelo agente cultural, de relatório de execução financeira, caso considere que não foi possível aferir o cumprimento integral do objeto no relatório de execução do objeto ou que as justificativas apresentadas sobre o cumprimento parcial do objeto foram insuficientes; ou

III - aplicar sanções ou decidir pela rejeição da prestação de informações, caso verifique que não houve o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado, ou caso identifique irregularidades no relatório de execução financeira.

7.3 O relatório de execução financeira será exigido, independente da modalidade inicial de prestação de informações (in loco ou em relatório de execução do objeto), somente nas seguintes hipóteses:

I - quando não estiver comprovado o cumprimento do objeto, observados os procedimentos previstos no item 7.2; ou

II - quando for recebida, pela administração pública, denúncia de irregularidade na execução da ação cultural, mediante juízo de admissibilidade que avaliará os elementos fáticos apresentados.

7.3.1 O prazo para apresentação do relatório de execução financeira será de, no mínimo, trinta dias, contado do recebimento da notificação.

7.4 O julgamento da prestação de informações realizado pela autoridade do ente federativo que celebrou o termo de execução cultural avaliará o parecer técnico de análise de prestação de informações e poderá concluir pela:

I - aprovação da prestação de informações, com ou sem ressalvas; ou

II - reprovação da prestação de informações, parcial ou total.

7.5 Na hipótese de o julgamento da prestação de informações apontar a necessidade de devolução de recursos, o agente cultural será notificado para que exerça a opção por:

I - devolução parcial ou integral dos recursos ao erário;

II - apresentação de plano de ações compensatórias;

III - devolução parcial dos recursos ao erário juntamente com a apresentação de plano de ações compensatórias.

7.5.1 A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a reprovação da prestação de informações, desde que comprovada.

7.5.2 Nos casos em que estiver caracterizada má-fé do agente cultural, será imediatamente exigida a devolução de recursos ao erário, vedada a aceitação de plano de ações compensatórias.

7.5.3 Nos casos em que houver exigência de devolução de recursos ao erário, o agente cultural poderá solicitar o parcelamento do débito, na forma e nas condições previstas na legislação.

7.5.4 O prazo de execução do plano de ações compensatórias será o menor possível, conforme o caso concreto, limitado à metade do prazo originalmente previsto de vigência do instrumento.

8. ALTERAÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

8.1 A alteração do termo de execução cultural será formalizada por meio de termo aditivo.

8.2 A formalização de termo aditivo não será necessária nas seguintes hipóteses:

I - prorrogação de vigência realizada de ofício pela administração pública quando der causa a atraso na liberação de recursos; e

II - alteração do projeto sem modificação do valor global do instrumento e sem modificação substancial do objeto.

8.3 Na hipótese de prorrogação de vigência, o saldo de recursos será automaticamente mantido na conta, a fim de viabilizar a continuidade da execução do objeto.

8.4 As alterações do projeto cujo escopo seja de, no máximo, 20% poderão ser realizadas pelo agente cultural e comunicadas à administração pública em seguida, sem a necessidade de autorização prévia.

8.5 A aplicação de rendimentos de ativos financeiros em benefício do objeto do termo de execução cultural poderá ser realizada pelo agente cultural sem a necessidade de autorização prévia da administração pública.

8.6 Nas hipóteses de alterações em que não seja necessário termo aditivo, poderá ser realizado apostilamento.

9. TITULARIDADE DE BENS

9.1 Os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução da ação cultural fomentada serão de titularidade do agente cultural desde a data da sua aquisição.

9.2 Nos casos de rejeição da prestação de contas em razão da aquisição ou do uso do bem, o valor pago pela aquisição será computado no cálculo de valores a devolver, com atualização monetária.

[OU]

9.2 Os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução da ação cultural fomentada serão de titularidade do [NOME DO ENTE].

[AO FORMALIZAR O TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL, O ENTE DEVE DECIDIR SE OS BENS ADQUIRIDOS, PRODUZIDOS OU TRANSFORMADOS PELO

AGENTE CULTURAL SERÃO DO PRÓPRIO AGENTE CULTURAL OU DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. OS BENS PODEM FICAR COM O AGENTE CULTURAL NAS HIPÓTESES TRATADAS NO ART. 27 DO DECRETO 11.453/2023]

10. EXTINÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

10.1 O presente Termo de Execução Cultural poderá ser:

I - extinto por decurso de prazo;

II - extinto, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;

III - denunciado, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe; ou

IV - rescindido, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe, nas seguintes hipóteses:

a) descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;

b) irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas ;

c) violação da legislação aplicável;

d) cometimento de falhas reiteradas na execução;

e) má administração de recursos públicos;

f) constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;

g) não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;h) outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.

10.2 A denúncia só será eficaz 60 (sessenta) dias após a data de recebimento da notificação, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença.

10.3 Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.

10.4 Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje dano ao erário, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela Administração Pública.

10.5 Outras situações relativas à extinção deste Termo não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser negociados entre as partes ou, se for o caso, no Termo de Distrato.

11. SANÇÕES

11.1 . Nos casos em que for verificado que a ação cultural ocorreu, mas houve inadequação na execução do objeto ou na execução financeira sem má-fé, a autoridade pode concluir pela aprovação da prestação de informações com ressalvas e aplicar sanção de advertência ou multa.

11.2 A decisão sobre a sanção deve ser precedida de abertura de prazo para apresentação de defesa pelo AGENTE CULTURAL.

11.3 A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a aplicação de sanção, desde que regularmente comprovada.

12. MONITORAMENTO E CONTROLE DE RESULTADOS

12.1 [DEVE SER INFORMADO COMO O ÓRGÃO REALIZARÁ O MONITORAMENTO DAS AÇÕES, PODENDO SER POR MEIO DE COMISSÃO ESPECÍFICA PARA ESTE FIM, POR ENVIO DE RELATÓRIOS, ENTRE OUTRAS MEDIDAS].

13. VIGÊNCIA

13.1 A vigência deste instrumento terá início na data de assinatura das partes, com duração de [PRAZO EM ANOS OU MESES], podendo ser prorrogado por [PRAZO MÁXIMO DE PRORROGAÇÃO].

14. PUBLICAÇÃO

14.1 O Extrato do Termo de Execução Cultural será publicado no [INFORMAR ONDE SERÁ PUBLICADO]

15. FORO

15.1 Fica eleito o Foro de [LOCAL] para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao presente Termo de Execução Cultural.

LOCAL, [INDICAR DIA, MÊS E ANO].

Pelo órgão: Pelo Agente Cultural:

[NOME DO AGENTE CULTURAL]

ANEXO IV

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

1. DADOS DO PROJETO

Nome do projeto:

Nome do agente cultural proponente:

Nº do Termo de Execução Cultural

Vigência do projeto:

Valor repassado para o projeto:

Data de entrega desse relatório:

2. RESULTADOS DO PROJETO

2.1. Resumo:

Descreva de forma resumida como foi a execução do projeto, destacando principais resultados e benefícios gerados e outras informações pertinentes.

2.2. As ações planejadas para o projeto foram realizadas?

( ) Sim, todas as ações foram feitas conforme o planejado.

( ) Sim, todas as ações foram feitas, mas com adaptações e/ou alterações.

( ) Uma parte das ações planejadas não foi feita.

( ) As ações não foram feitas conforme o planejado.

2.3. Ações desenvolvidas

Descreva as ações desenvolvidas, com informações detalhando ações, datas, locais, horários, etc. Fale também sobre a eventuais alterações nas atividades previstas no projeto, bem como os possíveis impactos nas metas acordadas.

2.4. Cumprimento das Metas

Metas integralmente cumpridas:

• META 1 [Descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado]

◦ OBSERVAÇÃO DA META 1: [informe como a meta foi cumprida]

Metas parcialmente cumpridas (SE HOUVER):

• META 1 [Descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado]

◦ Observações da Meta 1: [Informe qual parte da meta foi cumprida]

◦ Justificativa para o não cumprimento integral: [Explique porque parte da meta não foi cumprida]

Metas não cumpridas (se houver)

• Meta 1 [Descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado]

◦ Justificativa para o não cumprimento: [Explique porque a meta não foi cumprida]

3. PRODUTOS GERADOS

3.1. A execução do projeto gerou algum produto?

Exemplos: vídeos, produção musical, produção gráfica etc.

( ) Sim

( ) Não

3.1.1. Quais produtos culturais foram gerados?

Você pode marcar mais de uma opção. Informe também as quantidades.

( ) Publicação

( ) Livro

( ) Catálogo

( ) Live (transmissão on-line)

( ) Vídeo

( ) Documentário

( ) Filme

( ) Relatório de pesquisa

( ) Produção musical

( ) Jogo

( ) Artesanato

( ) Obras

( ) Espetáculo

( ) Show musical

( ) Site

( ) Música

( ) Outros: _____

3.1.2. Como os produtos desenvolvidos ficaram disponíveis para o público após o fim do projeto?

Exemplos: publicações impressas, vídeos no YouTube?

3.2. Quais foram os resultados gerados pelo projeto?

Detalhe os resultados gerados por cada atividade prevista no Projeto.

3.2.1 Pensando nos resultados finais gerados pelo projeto, você considera que ele:

(Você pode marcar mais de uma opção).

( ) Desenvolveu processos de criação, de investigação ou de pesquisa.

( ) Desenvolveu estudos, pesquisas e análises sobre o contexto de atuação.

( ) Colaborou para manter as atividades culturais do coletivo.

( ) Fortaleceu a identidade cultural do coletivo.

( ) Promoveu as práticas culturais do coletivo no espaço em que foi desenvolvido.

( ) Promoveu a formação em linguagens, técnicas e práticas artísticas e culturais.

( ) Ofereceu programações artísticas e culturais para a comunidade do entorno.

( ) Atuou na preservação, na proteção e na salvaguarda de bens e manifestações culturais.

4. PÚBLICO ALCANÇADO

Informe a quantidade de pessoas beneficiadas pelo projeto, demonstre os mecanismos utilizados para mensuração, a exemplo de listas de presenças. Em caso de baixa frequência ou oscilação relevante informe as justificativas.

5. EQUIPE DO PROJETO

5.1 Quantas pessoas fizeram parte da equipe do projeto?

Digite um número exato (exemplo: 23).

5.2 Houve mudanças na equipe ao longo da execução do projeto?

( ) Sim ( ) Não

Informe se entraram ou saíram pessoas na equipe durante a execução do projeto.

5.3 Informe os profissionais que participaram da execução do projeto:

Nome do profissional/ empresa	Função no projeto	CPF/CNPJ	Pessoa negra?	Pessoa índigena?	Pessoa com deficiência?	[INSERIR MAIS COLUNAS, SE NECESSÁRIO]
Ex.: João Silva	Cineasta	123456789101	Sim/Não	Sim/Não	Sim/Não	

6. LOCAIS DE REALIZAÇÃO

6.1 De que modo o público acessou a ação ou o produto cultural do projeto?

( )1. Presencial.

( ) 2. Virtual.

( ) 3. Híbrido (presencial e virtual).

Caso você tenha marcado os itens 2 ou 3 (virtual e híbrido):

6.2 Quais plataformas virtuais foram usadas?

Você pode marcar mais de uma opção.

( )Youtube

( )Instagram / IGTV

( )Facebook

( )TikTok

( )Google Meet, Zoom etc.

( )Outros: _____

6.3 Informe aqui os links dessas plataformas:

Caso você tenha marcado os itens 1 e 3 (Presencial e Híbrido):

6.4 De que forma aconteceram as ações e atividades presenciais do projeto?

( )1. Fixas, sempre no mesmo local.

( )2. Itinerantes, em diferentes locais.

( )3. Principalmente em um local base, mas com ações também em outros locais.

No item 6.4 caso você tenha marcado o item 1 (Fixas):

6.5 Em que município o projeto aconteceu?

6.7 Em que área do município o projeto foi realizado?
Você pode marcar mais de uma opção.
( )Zona urbana central.
( )Zona urbana periférica.
( )Zona rural.
( )Área de vulnerabilidade social.
( )Unidades habitacionais.
( )Territórios indígenas (demarcados ou em processo de demarcação).
( )Comunidades quilombolas (terra titulada, em processo de titulação, com registro na Fundação Palmares).
( )Áreas atingidas por barragem.
( )Território de povos e comunidades tradicionais (ribeirinhos, louceiros, cipozeiro, pequizeiros, vazanteiros, povos do mar etc.).
( )Outros: _____
6.8 Onde o projeto foi realizado?
Você pode marcar mais de uma opção.
( )Equipamento cultural público municipal.
( )Equipamento cultural público estadual.
( )Espaço cultural independente.
( )Escola.
( )Praça.
( )Rua.
( )Parque.
( )Outros
No item 6.4 caso você tenha marcado o item 2 (itinerante):
6.9 Em quais municípios o projeto aconteceu?
6.10 Em quais áreas o projeto foi realizado?
Você pode marcar mais de uma opção.
( )Zona urbana central.
( )Zona urbana periférica.
( )Zona rural.
( )Área de vulnerabilidade social.
( )Unidades habitacionais.
( )Territórios indígenas (demarcados ou em processo de demarcação).
( )Comunidades quilombolas (terra titulada, em processo de titulação, com registro na Fundação Palmares).
( )Áreas atingidas por barragem.
( )Território de povos e comunidades tradicionais (ribeirinhos, louceiros, cipozeiro, pequizeiros, vazanteiros, povos do mar etc.).
( )Outros: _____
__
6.11 Onde o projeto foi realizado?
Você pode marcar mais de uma opção.
( )Equipamento cultural público municipal.
( )Equipamento cultural público estadual.
( )Espaço cultural independente.
( )Escola.
( )Praça.
( )Rua.
( )Parque.
( )Outros _____
No item 6.4 caso você tenha marcado o item 3 (Base):
6.12 Em quais municípios o projeto aconteceu?
6.13 Em quais áreas o projeto foi realizado?
Você pode marcar mais de uma opção.
( )Zona urbana central.
( )Zona urbana periférica.
( )Zona rural.
( )Área de vulnerabilidade social.
( )Unidades habitacionais.
( )Territórios indígenas (demarcados ou em processo de demarcação).
( )Comunidades quilombolas (terra titulada, em processo de titulação, com registro na Fundação Palmares).
( )Áreas atingidas por barragem.
( )Território de povos e comunidades tradicionais (ribeirinhos, louceiros, cipozeiro, pequizeiros, vazanteiros, povos do mar etc.).
( )Outros: _____
__
6.14 Onde o projeto foi realizado?
Você pode marcar mais de uma opção.
( )Equipamento cultural público municipal.
( )Equipamento cultural público estadual.
( )Espaço cultural independente.
( )Escola.
( )Praça.
( )Rua.
( )Parque.
( )Outros_____
7. DIVULGAÇÃO DO PROJETO
Informe como o projeto foi divulgado. Ex.: Divulgado no instagram
8. CONTRAPARTIDA
Descreva como a contrapartida foi executada, quando foi executada e onde foi executada.
9. TÓPICOS ADICIONAIS
Inclua aqui informações relevantes que não foram abordadas nos tópicos anteriores, se houver.
10. ANEXOS
Junte documentos que comprovem que você executou o projeto, tais como listas de presença, relatório fotográfico, vídeos, depoimentos, entre outros.
Nome
Assinatura do Agente Cultural Proponente

ANEXO V
DECLARAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DE GRUPO OU COLETIVO
OBS.: Essa declaração deve ser preenchida somente por proponentes que sejam um grupo ou coletivo sem personalidade jurídica, ou seja, sem CNPJ.

GRUPO ARTÍSTICO:
NOME DO REPRESENTANTE INTEGRANTE DO GRUPO OU COLETIVO ARTÍSTICO:
DADOS PESSOAIS DO REPRESENTANTE: [IDENTIDADE, CPF, E-MAIL E TELEFONE]
Os declarantes abaixo-assinados, integrantes do grupo artístico [NOME DO GRUPO OU COLETIVO], elegem a pessoa indicada no campo "REPRESENTANTE" como único e representante neste edital, outorgando-lhe poderes para fazer cumprir todos os procedimentos exigidos nas etapas do edital, inclusive assinatura de recibo, troca de comunicações, podendo assumir compromissos, obrigações, transigir, receber pagamentos e dar quitação, renunciar direitos e qualquer outro ato relacionado ao referido edital. Os declarantes informam que não incorrem em quaisquer das vedações do item de participação previstas no edital.

NOME DO INTEGRANTE	DADOS PESSOAIS	ASSINATURAS

[LOCAL]
[DATA]

ANEXO VI
DECLARAÇÃO ÉTNICO-RACIAL
(Para agentes culturais concorrentes às cotas étnico-raciais – negros ou indígenas)
Eu, _____
_____, CPF nº_____, RG nº _____, DECLARO para fins de participação no Edital (Nome ou número do edital) que sou _____
_____(informar se é NEGRO OU INDÍGENA).
Por ser verdade, assino a presente declaração e estou ciente de que a apresentação de declaração falsa pode acarretar desclassificação do edital e aplicação de sanções criminais.
NOME
ASSINATURA DO DECLARANTE

ANEXO VII
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
Nome do Proponente:
Nº de Registro no Mapa Cultural:
Nome do projeto:
Nº de inscrição:

Meta /etapa 1						
Descrição do item	Justificativa	Unidade de medida	Valor unitário	Quantidade	Valor total	Referência de preço
Ex.: Fotógrafo	Profissional necessário para registro da oficina	Serviço	R$1.100,00	1	R$1.100,00	. Salicnet . Praticado no mercado
Meta /etapa 2						
Ex. Ampliações das imagens	Serviço necessário para exposição	und	R$50,00	1	R$50,00	. Salicnet . Praticado no mercado

Preencha a tabela informando todas as despesas indicando as metas/etapas às quais elas estão relacionadas (ex. pré-produção, produção, execução)
Deve haver a indicação do parâmetro de preço (Ex.: preço estabelecido no SALICNET, 3 orçamentos, etc),utilizado com a referência específica do item de despesa, conforme exemplo.
Adicione quantas linhas forem necessárias para etapas e itens do seu orçamento.

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 007/2023 – PATRIMÔNIO MATERIAL – LEI PAULO GUSTAVO
EDITAL DE SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA LEI COMPLEMENTAR 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO) – PATRIMÔNIO MATERIAL
Este Edital é realizado com recursos do Governo Federal repassados por meio da Lei Complementar nº 195/2022 - Lei Paulo Gustavo.
A Lei Paulo Gustavo (LGP) viabiliza o maior investimento direto no setor cultural da história do Brasil e simboliza o processo de resistência da classe artística durante a pandemia de Covid-19, que limitou severamente as atividades do setor cultural.
É, ainda, uma homenagem a Paulo Gustavo, artista símbolo da categoria, vitimado pela doença.
As condições para a execução da Lei Paulo Gustavo foram criadas por meio do engajamento da sociedade e o presente edital destina-se a apoiar projetos apresentados pelos agentes culturais do segmento de PATRIMÔNIO MATERIAL.
Deste modo, a Secretaria de Cultura do Estado do Pará – SECULT/PA, torna público o presente edital elaborado com base na Lei Complementar 195/2022, no Decreto 11.525/2023 e no Decreto 11.453/2023 e no Termo de Fomento 058, celebrado com a OSC INSTITUTO NOVA AMAZÔNIA (INÃ), entidade parceira na execução das ações deste edital.
Na realização deste edital estão asseguradas medidas de democratização, desconcentração, descentralização e regionalização do investimento cultural, com a implementação de ações afirmativas, fundamentado na previsão

do Decreto nº 11.525, de 11 de maio de 2023 (Decreto de Regulamentação da Lei Paulo Gustavo), em seus artigos 14, 15 e 16.

1. OBJETO

O objeto deste Edital é a seleção de **28 (vinte e oito)** projetos culturais do segmento de Patrimônio material, para receberem recursos financeiros, visando o incentivo ao referido segmento no estado do Pará. A distribuição dos recursos será realizada de acordo com as modalidades descritas no item 1.1.

1.1 Modalidade: fomento

1.1.1 Patrimônio Arqueológico: **09 (nove)** projetos culturais de até R$25.000,00 (vinte e cinco mil reais), destinados a ações voltadas ao Patrimônio Arqueológico.

1.1.2 Patrimônio Arquitetônico: **09 (nove)** projetos culturais de até R$25.000,00 (vinte e cinco mil reais), destinados a ações voltadas ao Patrimônio Histórico e Arquitetônico.

1.1.3 Formação: **10 (dez)** projetos culturais de até R$12.000,00 (doze mil reais), destinados a atividades voltadas à Educação Patrimonial com especialistas.

1.2. Caso o valor destinado à atividade inicialmente previsto não seja utilizado integralmente, poderão ser convocados mais proponentes aprovados.

1.3. Havendo sobra de recursos em uma das atividades o saldo remanescente poderá ser remanejado para contemplar propostas de outras faixas deste edital.

1.3.1. O remanejamento deverá priorizar as faixas que possuam maior demanda de propostas de proponentes na condição de suplente, bem como respeitar as cotas reservadas às pessoas negras e indígenas e, quando possível, a ordem de classificação e as cotas de regionalização.

1.4. No caso de sobra de recurso neste edital, o saldo remanescente deste poderá ser utilizado para contemplar os(as) proponentes com propostas selecionadas em outros Editais da Lei Paulo Gustavo publicados pela Secretaria de Cultura do Estado do Pará, priorizando aqueles com maior demanda.

1.5. O valor inicialmente disponível para este Edital poderá ser ampliado, caso haja sobra de recursos de outros Editais publicados pela Secretaria de Cultura no âmbito da Lei Paulo Gustavo ou do recebimento de recursos da Lei Paulo Gustavo não executados pelos municípios.

2. VALORES

2.1 O valor total disponibilizado para este Edital é de **R$570.000,00** (quinhentos e setenta mil reais) para projetos de fomento da LPG.

3. QUEM PODE SE INSCREVER

3.1 Pode se inscrever no Edital qualquer agente cultural residente e domiciliado no Estado do Pará há pelo menos 2 (dois) anos.

3.1.1. A comprovação de residência é dispensada na forma descrita no item 14.2.1.1.

3.2 Em regra, o agente cultural pode ser:

I - Pessoa física ou Microempreendedor Individual (MEI)

II - Pessoa jurídica com fins lucrativos (Ex.: empresa de pequeno porte, empresa de grande porte, etc)

III - Pessoa jurídica sem fins lucrativos (Ex.: Associação, Fundação, Cooperativa, etc)

IV - Coletivo/Grupo sem CNPJ representado por pessoa física.

3.3 O proponente é o agente cultural responsável pela inscrição do projeto no Mapa Cultural.

3.4 Na hipótese de agentes culturais que atuem como grupo ou coletivo cultural sem constituição jurídica (ou seja, sem CNPJ), será indicada pessoa física como responsável legal para o ato da assinatura do Termo de Execução Cultural e a representação será formalizada em declaração assinada pelos demais integrantes do grupo ou coletivo, podendo ser utilizado o modelo constante no Anexo V.

3.5 O proponente não pode exercer apenas funções administrativas no âmbito do projeto e deve exercer necessariamente a função de criação, ou direção, ou produção, ou coordenação, ou gestão artística, ou outra função de destaque e capacidade de decisão no projeto.

4. QUEM NÃO PODE SE INSCREVER

4.1 Não pode se inscrever neste Edital, proponentes que:

I - tenham se envolvido diretamente na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento de recursos;

II - sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de servidor público do órgão responsável pelo edital, nos casos em que o referido servidor tiver atuado na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento de recursos; e

III - sejam membros do Poder Legislativo (Deputados, Senadores, Vereadores), do Poder Judiciário (Juízes, Desembargadores, Ministros), do Ministério Público (Promotor, Procurador); do Tribunal de Contas (Auditores e Conselheiros).

IV - Proponentes inadimplentes com prestação de contas de editais realizados pela Secult e organizações da sociedade civil parceiras, com recursos da Lei Aldir Blanc.

4.2 O agente cultural que integrar Conselho de Cultura poderá concorrer neste Edital para receber recursos do fomento cultural, exceto quando se enquadrar nas vedações previstas no item 4.1.

4.3 Quando se tratar de proponentes pessoas jurídicas, estarão impedidas de apresentar projetos aquelas cujos sócios, diretores e/ou administradores se enquadrarem nas situações descritas no tópico 4.1.

4.4 A participação de agentes culturais nas oitivas e consultas públicas não caracteriza o envolvimento direto na etapa de elaboração do edital de que trata o subitem I do item 4.1.

5. COTAS

5.1 Ficam garantidas cotas étnico-raciais em todas as categorias do edital, nas seguintes proporções e ordenamento de selecionados:

I) 50% para mulheres (cis e trans);

II) 30% (trinta por cento) para propostas de Região de Integração do Guajará (onde se localiza a capital do Estado) e 70% (setenta por cento) para propostas advindas das demais Regiões do Estado

III) No mínimo 20% para pessoas negras (pretas e pardas); e

IV) no mínimo 10% para pessoas indígenas.

5.2 Os agentes culturais que optarem por concorrer às cotas para pessoas negras (pretas e pardas) e indígenas concorrerão concomitantemente às vagas destinadas à ampla concorrência, ou seja concorrerão ao mesmo tempo nas vagas da ampla concorrência e nas vagas reservadas às cotas, podendo ser selecionado de acordo com a sua nota ou classificação no processo seleção.

5.3 Os agentes culturais negros (pretos e pardos) e indígenas optantes por concorrer às cotas (opção presente na ficha de incrição dos projetos) que atingirem nota suficiente para se classificar no número de vagas oferecidas para ampla concorrência não ocuparão as vagas destinadas para o preenchimento das cotas, ou seja, serão selecionados nas vagas da ampla concorrência, ficando a vaga da cota para o próximo colocado optante pela cota.

5.4 Em caso de desistência de optantes aprovados nas cotas, a vaga não preenchida deverá ser ocupada por pessoa que concorreu às cotas de acordo com a ordem de classificação.

5.5 No caso de não existirem propostas aptas em número suficiente para o cumprimento de uma das categorias de cotas previstas na seleção, o número de vagas restantes deverá ser destinado inicialmente para a outra categoria de cotas.

5.6 Caso não haja outra categoria de cotas de que trata o item 5.5, as vagas não preenchidas deverão ser direcionadas para a ampla concorrência, sendo direcionadas para os demais candidatos aprovados, de acordo com a ordem de classificação.

5.7 Para concorrer às cotas, os agentes culturais deverão autodeclarar-se no ato da inscrição usando a autodeclaração étnico-racial de que trata o Anexo VI.

5.8 Caso necessário, para fins de verificação da autodeclaração, poderá ser solicitada Carta Consubstanciada, que será analisada por um comitê formado por membros de entidades representativas.

5.9 As pessoas jurídicas e coletivos sem constituição jurídica podem concorrer às cotas, desde que preencham algum dos requisitos abaixo:

I – pessoas jurídicas que possuem quadro societário majoritariamente composto por pessoas negras (pretas e pardas) ou indígenas;

II – pessoas jurídicas ou grupos e coletivos sem constituição jurídica que possuam pessoas negras (pretas e pardas) ou indígenas em posições de liderança no projeto cultural; e

III – pessoas jurídicas ou coletivos sem constituição jurídica que possuam equipe do projeto cultural majoritariamente composta por pessoas negras (pretas e pardas) ou indígenas.

5.10 As pessoas físicas que compõem a equipe da pessoa jurídica e o grupo ou coletivo sem constituição jurídica devem se submeter aos regramentos descritos nos itens acima, observando o item 5.7

6. PRAZO PARA SE INSCREVER

6.1 Para se inscrever no Edital, o proponente deve enviar toda documentação obrigatória relatada no 7.3, entre os dias 12 de setembro e 12 de outubro de 2023, exclusivamente através da plataforma Mapa Cultural do Pará, no endereço eletrônico https://www.mapacultural.pa.gov.br/lpg/patrimonio-material

6.2. Para efeito de inscrição todos os proponentes deverão estar cadastrados no mapa cultural.pa.gov.br.

6.3. Todas as informações fornecidas no ato da inscrição deverão ser verídicas e atualizadas. Não serão aceitas propostas entregues presencialmente na sede da SECULT, ou da executora do certame, ou materiais postados via Correios.

6.4. Os proponentes que já têm cadastro no Mapa Cultural do Pará não precisam fazer novo cadastro, podendo atualizar informações que julgarem necessárias até a data de envio de sua inscrição.

6.5. O ato de inscrição pressupõe plena concordância dos termos, cláusulas e condições deste edital e de seus anexos, que passarão a integrar as obrigações, bem como a observância dos regulamentos administrativos e das normas técnicas aplicáveis, não sendo aceita, sob qualquer hipótese, alegação de seu desconhecimento em qualquer fase do procedimento administrativo e execução dos serviços.

6.6. Os anexos que compõem este edital deverão ser assinados de maneira física ou eletrônica, com o encaminhamento na forma digital no ato de inscrição anexados no formato PDF.

6.7. As inscrições feitas em desacordo com os prazos e demais exigências do presente edital serão indeferidas.

6.8 Não serão aceitas complementações, modificações ou substituições de dados e de anexos à inscrição, depois de finalizada.

6.9 É vedada a participação de órgãos públicos, escolas e fundações privadas.

7. COMO SE INSCREVER

7.1 O proponente deve preencher Ficha de Inscrição diretamente no https://www.mapacultural.pa.gov.br/lpg/patrimonio-material.

7.2 O proponente deve encaminhar a documentação obrigatória de que trata o item 7.3 por meio do https://www.mapacultural.pa.gov.br/lpg/patrimonio-material.

7.3 O proponente deve enviar a seguinte documentação para formalizar sua inscrição:

a) Projeto proposto;

b) Currículo / portfólio do proponente, com todas as comprovações;

c) Documentos pessoais do proponente CPF e RG (se Pessoa Física);

d) Inscrição no cadastro nacional de pessoa jurídica - CNPJ (se Pessoa Jurídica);

e) Atos constitutivos da empresa, qual seja o contrato social, nos casos de pessoas jurídicas com fins lucrativos, ou estatuto, nos casos de organizações da sociedade civil (se Pessoa Jurídica);

f) Comprovante de Endereço do proponente ou Declaração de Residência (no caso do proponente não possuir documento em seu nome)

g) Mini currículo dos integrantes do projeto e termo de anuência;

h) Todos os anexos solicitados no Edital, nos quais o proponente se enquadre.

i) Outros documentos que o proponente julgar necessário para au-

xiliar na avaliação do mérito cultural do projeto.
7.4 O proponente é responsável pelo envio dos documentos e pela qualidade visual, conteúdo dos arquivos e informações de seu projeto.
7.5 Cada Proponente poderá concorrer, e ser selecionado individualmente ou como representantes de coletivo, com apenas 1 (um) projeto, no máximo.
7.6 Os membros de grupos e coletivos podem concorrer isoladamente, desde que sejam com projetos diferentes.
7.7 Se houver inscrição de mais de um projeto do mesmo proponente, será considerado, para fins de seleção, o último enviado na plataforma.
7.8 Os projetos apresentados deverão conter previsão de execução não superior a 12 meses.
7.9 O proponente deve se responsabilizar pelo acompanhamento das atualizações/publicações pertinentes ao edital e seus prazos nos canais formais de comunicação da SECULT/PA.
7.10 As inscrições deste edital são gratuitas.
7.11 As propostas que apresentem quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade ou outras formas de discriminação serão desclassificadas, com fundamento no disposto no inciso IV do caput do art. 3º da Constituição, garantidos o contraditório e a ampla defesa.
Parágrafo único: A comprovação de residência poderá ser dispensada nas hipóteses de agentes culturais pertencentes à comunidade indígena, quilombola, cigana ou circense ou pertencentes à população nômade ou itinerante; que se encontrem em situação de rua.

8. PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DOS PROJETOS

8.1 O proponente deve preencher a planilha orçamentária presente no Anexo VII, informando como será utilizado o recurso financeiro recebido.
8.2 A estimativa de custos do projeto será prevista por categorias, sem a necessidade de detalhamento por item de despesa, conforme § 1º do art. 24 do Decreto 11.453/2023.
8.3 A compatibilidade entre a estimativa de custos do projeto e os preços praticados no mercado será avaliada pelos membros da comissão de seleção, de acordo com tabelas referenciais de valores, ou com outros métodos de verificação de valores praticados no mercado.
8.4 A estimativa de custos do projeto poderá apresentar valores divergentes das práticas de mercado convencionais na hipótese de haver significativa excepcionalidade no contexto de sua implementação, consideradas variáveis territoriais e geográficas e situações específicas, como a de povos indígenas, ribeirinhos, atingidos por barragens e comunidades quilombolas e tradicionais.
8.5 Os itens da planilha orçamentária poderão ser glosados, ou seja, vetados, total ou parcialmente, pela Comissão de Seleção, se, após análise, não forem considerados com preços compatíveis aos praticados no mercado ou forem considerados incoerentes e em desconformidade com o projeto apresentado.
8.6 Caso o proponente discorde dos valores glosados (vetados) poderá apresentar recurso na fase de mérito cultural, conforme dispõe o item 12.8.
8.7 O valor solicitado não poderá ser superior ao valor máximo destinado a cada modalidade, conforme item 1.2 do presente edital.

9. ACESSIBILIDADE

9.1 Os projetos devem contar com medidas de acessibilidade física, atitudinal e comunicacional compatíveis com as características dos produtos resultantes do objeto, nos termos do disposto na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência), de modo a contemplar:
I - no aspecto arquitetônico, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com mobilidade reduzida ou idosas aos locais onde se realizam as atividades culturais e a espaços acessórios, como banheiros, áreas de alimentação e circulação;
II - no aspecto comunicacional, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com deficiência intelectual, auditiva ou visual ao conteúdo dos produtos culturais gerados pelo projeto, pela iniciativa ou pelo espaço; e
III - no aspecto atitudinal, a contratação de colaboradores sensibilizados e capacitados para o atendimento de visitantes e usuários com diferentes deficiências e para o desenvolvimento de projetos culturais acessíveis desde a sua concepção, contempladas a participação de consultores e colaboradores com deficiência e a representatividade nas equipes dos espaços culturais e nas temáticas das exposições, dos espetáculos e das ofertas culturais em geral.
9.2 Especificamente para pessoas com deficiência, mecanismos de protagonismo e participação poderão ser concretizados também por meio das seguintes iniciativas, entre outras:
I - adaptação de espaços culturais com residências inclusivas;
II - utilização de tecnologias assistivas, ajudas técnicas e produtos com desenho universal;
III - medidas de prevenção e erradicação de barreiras atitudinais;
IV - contratação de serviços de assistência por acompanhante; ou
V - oferta de ações de formação e capacitação acessíveis a pessoas com deficiência.
9.3 Os projetos devem prever obrigatoriamente medidas de acessibilidade, sendo assegurado para essa finalidade no mínimo 10% do valor total do projeto.
9.4 A utilização do percentual mínimo de 10% de que trata o item 9.3 pode ser excepcionalmente dispensada quando:
I - for inaplicável em razão das características do objeto cultural,os cujo objeto seja o desenvolvimento de roteiro e licenciamento de obra audiovisual ; ou
II - quando o projeto já contemplar integralmente as medidas de acessibilidade compatíveis com as características do objeto cultural.
9.5 O proponente deve apresentar justificativa para os casos em que o percentual mínimo de 10% é inaplicável.

10. CONTRAPARTIDA

10.1 Os agentes culturais contemplados neste edital, com projetos de fomento, conforme item 1.2 deste edital, deverão garantir, como contrapartida, as seguintes medidas:
I - a realização de atividades destinadas, prioritariamente, aos alunos e professores de escolas públicas ou universidades, públicas ou privadas, que tenham estudantes do Programa Universidade para Todos (Prouni), bem como aos profissionais de saúde, preferencialmente aqueles envolvidos no combate à pandemia, e a pessoas integrantes de grupos e coletivos culturais e de associações comunitárias, ou de atividades em espaços públicos de sua comunidade, de forma gratuita; e
II - sempre que possível, exibições com interação popular por meio da internet ou exibições públicas, quando aplicável, com distribuição gratuita de ingressos para os grupos referidos no item I, em intervalos regulares.
10.2 A contrapartida deverá ser informada no Formulário de Inscrição e deve ser executada até dezembro de 2024.

11. ETAPAS DO EDITAL

11.1 A seleção dos projetos submetidos a este Edital será composta das seguintes etapas:
I - Análise de mérito cultural dos projetos: fase de análise do projeto realizada por comissão de seleção; e divulgação dos selecionados
II - Habilitação: fase de apresentação e análise dos documentos dos proponentes selecionados, descritos no tópico 14; e divulgação dos habilitados.

12. ANÁLISE DE MÉRITO CULTURAL DOS PROJETOS

12.1 Entende-se por "Análise de mérito cultural" a identificação, tanto individual quanto sobre seu contexto social, de aspectos relevantes dos projetos culturais, concorrentes em uma mesma categoria de apoio, realizada por meio da atribuição fundamentada de notas aos critérios descritos neste edital.
12.2 Por análise comparativa compreende-se a análise não apenas dos itens individuais de cada projeto, mas de suas propostas, impactos e relevância em relação aos outros projetos inscritos na mesma categoria. A pontuação de cada projeto é atribuída em função desta comparação.
12.3 A análise dos projetos culturais será realizada por comissão de seleção formada por, no mínimo, 03 (três) pareceristas externos, com experiência no segmento cultural.
12.4 Os membros da comissão de seleção ficam impedidos de participar da apreciação de projetos e iniciativas que estiverem em processo de avaliação nos quais:
I - tenham interesse direto na matéria;
II - tenham participado como colaborador na elaboração do projeto ou tenham participado da instituição proponente nos últimos dois anos, faça parte da equipe técnica do projeto ou se tais situações ocorrem quanto ao cônjuge, companheiro ou parente e afins até o terceiro grau; e
III - estejam litigando judicial ou administrativamente com o proponente ou com respectivo cônjuge ou companheiro.
12.5 O membro da comissão que incorre em impedimento deve comunicar o fato à referida Comissão, abstendo-se de atuar, sob pena de nulidade dos atos que praticar.
12.6 Para esta seleção serão considerados os critérios de pontuação estabelecidos no Anexo II deste edital.
12.7 Contra a decisão da fase de mérito cultural, caberá recurso destinado à Comissão de Seleção.
12.8 Os recursos de que tratam o item 12.8 deverão ser apresentados no prazo de 3 (três) dias úteis, conforme inciso III, do art. 16 do decreto 11.453/2023, a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação.
12.9 Os recursos devem ser encaminhados através do e-mail recursopatrimoniomateriallpgpa@gmail.com, de 00h do dia 01/11/2023 até as 17h do dia 06/11/2023
12.10 Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.
12.11 Após o julgamento dos recursos, o resultado final da análise de mérito cultural será publicado no Diário Oficial do Estado (DOE) contendo nome e CPF dos proponentes. A nota obtida e a justificativa serão publicadas no sítio eletrônico www.secult.pa.gov.br.

13. REMANEJAMENTO DOS RECURSOS

13.1 Não havendo número de propostas culturais selecionadas suficientes em uma modalidade, será selecionada a proposta de outra modalidade com maior quantidade de pontos, em ordem decrescente e levando em consideração o disposto no item 5 (Cotas).

14. ETAPA DE HABILITAÇÃO

14.1 Finalizada a etapa de análise de mérito cultural, o proponente do projeto contemplado deverá, no prazo de 06 (seis) dias úteis, apresentar os seguintes documentos através do Mapa Cultural, conforme sua natureza jurídica:
14.1.1 PESSOA FÍSICA
I - certidão negativa de débitos relativos a créditos tributários federais e Dívida Ativa da União;
II - certidões negativas de débitos relativas a créditos tributários estaduais e municipais, expedidas pela Secretaria da Fazendo do Pará (SEFA).
14.1.1.2 A comprovação de residência poderá ser dispensada nas hipóteses de agentes culturais:
I - pertencentes à comunidade indígena, quilombola, cigana ou circense;
II - pertencentes à população nômade ou itinerante; que se encontrem em situação de rua.
14.1.2 PESSOA JURÍDICA
I - certidão negativa de falência e recuperação judicial, expedida pelo Tribunal de Justiça estadual, nos casos de pessoas jurídicas com fins lucrativos;
II - certidão negativa de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
III - certidão negativa de débito estadual – Emitida pela SEFA/PA ;
IV - Certidão negativa municipal, expedidas pela Secretaria Municipal de finanças;
V - Certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - CRF/FGTS;
VI - certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, emitida no site do

Tribunal Superior do Trabalho;
14.2 As certidões positivas com efeito de negativas servirão como certidões negativas, desde que não haja referência expressa de impossibilidade de celebrar instrumentos jurídicos com a administração pública.
14.3 Contra a decisão da fase de habilitação, caberá recurso fundamentado e específico destinado a SECULT/PA, através do e-mail recursopatrimoniomateriallpgpa@gmail.com, de 00h do dia 22/11/2023 até as 17h do dia 27/11/2023.
14.4 Os recursos de trata o item 14.3 deverão ser apresentados no prazo de 3 dias úteis a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação, não cabendo recurso administrativo da decisão após esta fase.
14.5 Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.
14.6 Caso o proponente esteja em débito com o ente público responsável pela seleção e com a União não será possível o recebimento dos recursos de que trata este Edital.

15. ASSINATURA DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL E RECEBIMENTO DOS RECURSOS

15.1 Finalizada a fase de habilitação, o agente cultural contemplado será convocado a assinar o Termo de Execução Cultural, conforme Anexo III deste Edital, de forma presencial ou eletrônica.
15.2 O Termo de Execução Cultural corresponde ao documento a ser assinado pelo agente cultural (proponente) selecionado neste Edital e pelo concedente, contendo as obrigações dos assinantes do Termo.
15.3 Após a assinatura do Termo de Execução Cultural, o agente cultural receberá os recursos, com desembolso único, em até 30 (trinta) dias, EXCLUSIVAMENTE EM CONTA CORRENTE de qualquer banco, aberta especificamente para este fim.
15.3.1 A conta bancária da instituição financeira não deverá ter cobrança de tarifas.
15.3.2 Não serão aceitas contas poupança, conta salário, contas de recebimento de auxílio social do Governo (bolsa família, por exemplo).
15.4 A assinatura do Termo de Execução Cultural e o recebimento do apoio estão condicionados à existência de disponibilidade orçamentária e financeira, caracterizando a seleção como expectativa de direito do proponente.
15.5 O agente cultural deve assinar e enviar o Termo de Execução Cultural em até 2 (dois) dias úteis após envio da concedente, conforme previsto no cronograma, sob pena de perda do apoio financeiro e convocação do suplente para assumir sua vaga.

16. DIVULGAÇÃO DOS PROJETOS

16.1 Os contemplados comprometem-se a incluir nos créditos de todo material de divulgação, as logomarcas da Secult-PA / Governo do Estado, do Ministério da Cultura/ Governo Federal, obedecendo aos critérios de veiculação das logomarcas estabelecidas de forma padronizada, que estarão à disposição no site www.secult.pa.gov.br, e deverão incluir também a frase: **"Projeto selecionado pelo Edital de Patrimônio Material – Lei Paulo Gustavo"**.
16.2 Os produtos artístico-culturais e as peças de divulgação dos projetos exibirão as marcas do Governo federal, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura e SECULT/PA.
16.3 O material de divulgação dos projetos e seus produtos será disponibilizado em formatos acessíveis a pessoas com deficiência e conterá informações sobre os recursos de acessibilidade disponibilizados.
16.4 O material de divulgação dos projetos deve ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, e não pode conter nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal.

17. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

17.1 Os procedimentos de monitoramento e avaliação dos projetos culturais contemplados, assim como prestação de informação à administração pública, observarão o Decreto 11.453/2023 (Decreto de Fomento), que dispõe sobre os mecanismos de fomento do sistema de financiamento à cultura, observadas às exigências legais de simplificação e de **foco no cumprimento do objeto.**
17.2 O agente cultural deve prestar contas por meio da apresentação do Relatório Final de Execução do Objeto, conforme documento constante no Anexo IV e orientação contida no Decreto nº11.453/2023, artigo 29, inciso 2 que versa sobre a prestação de informações em relatório de execução do objeto.
Parágrafo único: Em caso de realizador do edital considerar que não foi possível aferir o cumprimento integral do objeto no Relatório Final de Execução, e que as justificativas apresentadas sobre o cumprimento parcial do objeto não foram suficientes, lhe é facultado o direito de requisitar o Relatório de Execução Financeira com as devidas comprovações (nota fiscal, recibos e documento congêneres), conforme contido no inciso 3 do artigo 29 e no inciso 3 do parágrafo II do artigo 30.
17.3 O Relatório Final de Execução do Objeto deve ser apresentado até 31 de dezembro de 2024, com o fim da vigência do Termo de Execução Cultural.

18. DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1 O acompanhamento de todas as etapas deste Edital e a observância quanto aos prazos serão de inteira responsabilidade dos proponentes. Para tanto, deverão ficar atentos às publicações no sítio eletrônico www.secult.pa.gov.br, no Diário Oficial do Estado e nas mídias sociais oficiais da SECULT.
18.2 O presente Edital e os seus anexos estão disponíveis no site https://www.mapacultural.pa.gov.br/lpg/patrimonio-material.
18.3 Toda relação do proponente com o edital deverá ser através da plataforma mapa cultural, do e-mail editalpatrimoniomaterialpgpara@gmail.com e telefone (91) 98492-0416.
18.4 Os casos omissos porventura existentes ficarão a cargo da Secretária de Estado de Cultura.
18.5 Eventuais irregularidades relacionadas aos requisitos de participação, constatadas a qualquer tempo, implicarão na desclassificação do proponente.
18.6 O proponente será o único responsável pela veracidade da proposta e documentos encaminhados, isentando a SECULT/PA de qualquer responsabilidade civil ou penal.
18.7 O apoio concedido por meio deste Edital poderá ser acumulado com recursos captados por meio de leis de incentivo fiscal e outros programas e/ou apoios federais, estaduais e municipais.
18.8 A inscrição implica no conhecimento e concordância dos termos e condições previstos neste Edital, na Lei Complementar 195/2022 (Lei Paulo Gustavo), no Decreto 11.525/2023 (Decreto Paulo Gustavo) e no Decreto 11.453/2023 (Decreto de Fomento).

19. CRONOGRAMA

ETAPA	DATA INICIAL	DATA FINAL
1- Publicação do edital	12/09/2023	
2- Inscrições	12/09/2023	12/10/2023
3- Resultado Preliminar de Selecionados	31/10/2023	
4- Período de recurso	01/11/2023	06/11/2023
5- Homologação do Resultado Final	09/11/2023	
6- Entrega de Documentos dos selecionados	09/11/2023	16/11/2023
7- Resultado Preliminar de Habilitados	21/11/2023	
8- Período de recurso de Habilitação	22/11/2023	24/11/2023
9- Período de pagamento dos selecionados	25/11/2023	29/12/2023
10-Execução de projeto	até 31/12/2024	
11-Relatório Final de Execução do Objeto	até 31/12/2024	

20. ANEXOS:

20.1 Compõem este Edital os seguintes anexos:
Anexo I - Formulário de Inscrição/Plano de Trabalho;
Anexo II - Critérios de seleção
Anexo III - Termo de Execução Cultural;
Anexo IV - Relatório de Execução do Objeto;
Anexo V - Declaração de representação de grupo ou coletivo; e
Anexo VI - Declaração étnico-racial
Anexo VII – Planilha Orçamentária

ANEXO I
FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO (DISPONÍVEL NO MAPA)

1. DADOS DO PROPONENTE

Proponente é pessoa física ou pessoa jurídica?
( ) Pessoa Física
( ) Pessoa Jurídica

PARA PESSOA FÍSICA:
Nome Completo:
Nome artístico ou nome social (se houver):
CPF:
RG:
Data de nascimento:
E-mail:
Telefone:
Endereço completo:
CEP:
Cidade:
Estado:

Você reside em quais dessas áreas?
( ) Zona urbana central
( ) Zona urbana periférica
( ) Zona rural
( ) Área de vulnerabilidade social
( ) Unidades habitacionais
( ) Territórios indígenas (demarcados ou em processo de demarcação)
( ) Comunidades quilombolas (terra titulada ou em processo de titulação, com registro na Fundação Palmares)
( ) Áreas atingidas por barragem
( ) Território de povos e comunidades tradicionais (ribeirinhos, louceiros, cipozeiro, pequizeiros, vazanteiros, povos do mar etc.).

Pertence a alguma comunidade tradicional?
( ) Não pertenço a comunidade tradicional
( ) Comunidades Extrativistas
( ) Comunidades Ribeirinhas
( ) Comunidades Rurais
( ) Indígenas
( ) Povos Ciganos
( ) Pescadores(as) Artesanais
( ) Povos de Terreiro
( ) Quilombolas
( ) Outra comunidade tradicional

Gênero:
( ) Mulher cisgênero
( ) Homem cisgênero
( ) Mulher Transgênero
( ) Homem Transgênero
( ) Pessoa Não Binária
( ) Não informar

Raça, cor ou etnia:
( ) Branca
( ) Preta
( ) Parda
( ) Indígena
( ) Amarela

Você é uma Pessoa com Deficiência - PCD?
( ) Sim
( ) Não

Caso tenha marcado "sim", qual tipo de deficiência?
( ) Auditiva

( ) Física
( ) Intelectual
( ) Múltipla
( ) Visual

Qual o seu grau de escolaridade?
( ) Não tenho Educação Formal
( ) Ensino Fundamental Incompleto
( ) Ensino Fundamental Completo
( ) Ensino Médio Incompleto
( ) Ensino Médio Completo
( ) Curso Técnico Completo
( ) Ensino Superior Incompleto
( ) Ensino Superior Completo
( ) Pós Graduação Completo

Qual a sua renda mensal fixa individual (média mensal bruta aproximada) nos últimos 3 meses?
(Calcule fazendo uma média das suas remunerações nos últimos 3 meses. Em 2023, o salário mínimo foi fixado em R$ 1.320,00.)
( ) Nenhuma renda.
( ) Até 1 salário mínimo
( ) De 1 a 3 salários mínimos
( ) De 3 a 5 salários mínimos
( ) De 5 a 8 salários mínimos
( ) De 8 a 10 salários mínimos
( ) Acima de 10 salários mínimos

Você é beneficiário de algum programa social?
( ) Não
( ) Bolsa família
( ) Benefício de Prestação Continuada
( ) Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
( ) Garantia-Safra
( ) Seguro-Defeso
( ) Outro

Vai concorrer às cotas afirmativas?
( ) Sim ( ) Não

Se sim. Qual?
( ) Pessoa negra
( ) Pessoa indígena

Qual a sua principal função/profissão no campo artístico e cultural?
( ) Artista.
( ) Instrutor(a), oficineiro(a), educador(a) artístico(a)-cultural e afins.
( ) Curador(a), Programador(a) e afins.
( ) Gestor(a)
( ) Técnico(a)
( ) Consultor(a), Pesquisador(a) e afins.
( )_____Outro(a)s

Você está representando um coletivo (sem CNPJ)?
( ) Não
( ) Sim

Caso tenha respondido "sim":
Nome do coletivo:
Ano de Criação:
Quantas pessoas fazem parte do coletivo?
Nome completo e CPF das pessoas que compõem o coletivo:

PARA PESSOA JURÍDICA:
Razão Social:
Nome fantasia:
CNPJ:
Endereço da sede:
Cidade:
Estado:
Número de representantes legais:
Nome do representante legal:
CPF do representante legal:
E-mail do representante legal:
Telefone do representante legal:

Gênero do representante legal
( ) Mulher cisgênero
( ) Homem cisgênero
( ) Mulher Transgênero
( ) Homem Transgênero
( ) Não Binária/Binárie
( ) Não informar

Raça/cor/etnia do representante legal
( ) Branca
( ) Preta
( ) Parda
( ) Amarela
( ) Indígena

Representante legal é pessoa com deficiência - PCD?
( ) Sim
( ) Não

Caso tenha marcado "sim" qual o tipo de deficiência?
( ) Auditiva
( ) Física
( ) Intelectual
( ) Múltipla
( ) Visual

Escolaridade do representante legal
( ) Não tenho Educação Formal
( ) Ensino Fundamental Incompleto
( ) Ensino Fundamental Completo
( ) Ensino Médio Incompleto
( ) Ensino Médio Completo
( ) Curso Técnico completo
( ) Ensino Superior Incompleto
( ) Ensino Superior Completo
( ) Pós Graduação completo

2. DADOS DO PROJETO

Nome do Projeto:

Escolha a categoria a que vai concorrer:

Quais atividades e/ou produtos estão previstos no seu projeto? Por favor, quantifique.
Bolsa para desenvolvimento de processos criativos
Capacitação
Catálogo
Curso livre
Curso regular
Encontro
Evento cultural
Exibição
Exposição
Feira
Festival
Fomento
Fotografia
Live
Mostra
Obra
Oficina
Palestra
Pesquisa
Podcast
Premiação
Produção de publicações
Projeto
Publicação
Restauro
Seminário
Site
Vídeo
Vivência

Descrição do projeto
(Na descrição, você deve apresentar informações gerais sobre o seu projeto. Algumas perguntas orientadoras: O que você realizará com o projeto? Porque ele é importante para a sociedade? Como a ideia do projeto surgiu? Conte sobre o contexto de realização.)

Objetivos do projeto
(Neste campo, você deve propor objetivos para o seu projeto, ou seja, deve informar o que você pretende alcançar com a realização do projeto. É importante que você seja breve e proponha entre três a cinco objetivos.)

Metas
(Neste espaço, é necessário detalhar os objetivos em pequenas ações e/ou resultados que sejam quantificáveis. Por exemplo: Realização de 02 oficinas de artes circenses; Confecção de 80 figurinos; 120 pessoas idosas beneficiadas.)

Perfil do público a ser atingido pelo projeto
(Preencha aqui informações sobre as pessoas que serão beneficiadas ou participarão do seu projeto. Perguntas orientadoras: Quem vai ser o público do seu projeto? Essas pessoas são crianças, adultas e/ou idosas? Elas fazem parte de alguma comunidade? Qual a escolaridade delas? Elas moram em qual local, bairro e/ou região? No caso de públicos digitais, qual o perfil das pessoas a que seu projeto se direciona?)

Sua ação cultural é voltada prioritariamente para algum destes perfis de público?
Pessoas vítimas de violência
Pessoas em situação de pobreza
Pessoas em situação de rua (moradores de rua)
Pessoas em situação de restrição e privação de liberdade (população carcerária)
Pessoas com deficiência
Pessoas em sofrimento físico e/ou psíquico
Mulheres
Gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transgêneros e transexuais
Povos e comunidades tradicionais
Negros e/ou negras
Ciganos
Indígenas
Não é voltada especificamente para um perfil, é aberta para todos
Outros

Medidas de acessibilidade empregadas no projeto
(Marque quais medidas de acessibilidade serão implementadas ou estarão disponíveis para a participação de Pessoas com deficiência - PCD´s, tais como, intérprete de libras, audiodescrição, entre outras medidas de acessibilidade a pessoas com deficiência, idosos e mobilidade reduzida, conforme Instrução Normativa nº xxxx.)

Acessibilidade arquitetônica:
( ) rotas acessíveis, com espaço de manobra para cadeira de rodas;
( ) piso tátil;
( ) rampas;
( ) elevadores adequados para pessoas com deficiência;
( ) corrimãos e guarda-corpos;
( ) banheiros femininos e masculinos adaptados para pessoas com deficiência;
( ) vagas de estacionamento para pessoas com deficiência;
( ) assentos para pessoas obesas;
( ) iluminação adequada;
( ) Outra _____

Acessibilidade comunicacional:
( ) a Língua Brasileira de Sinais - Libras;
( ) o sistema Braille;

( ) o sistema de sinalização ou comunicação tátil;
( ) a audiodescrição;
( ) as legendas;
( ) a linguagem simples;
( ) textos adaptados para leitores de tela; e
( ) Outra _____

Acessibilidade atitudinal:
( ) capacitação de equipes atuantes nos projetos culturais;
( ) contratação de profissionais com deficiência e profissionais especializados em acessibilidade cultural;
( ) formação e sensibilização de agentes culturais, público e todos os envolvidos na cadeia produtiva cultural; e
( ) outras medidas que visem a eliminação de atitudes capacitistas.

Informe como essas medidas de acessibilidade serão implementadas ou disponibilizadas de acordo com o projeto proposto.

Local onde o projeto será executado
Informe os espaços culturais e outros ambientes onde a sua proposta será realizada. É importante informar também os municípios e Estados onde ela será realizada.

Previsão do período de execução do projeto
Data de início:
Data final:

Equipe
Informe quais são os profissionais que atuarão no projeto, conforme quadro a seguir:

Nome do profissional / empresa	Função no projeto	CPF/CNPJ	Pessoa negra?	Pessoa índigena?	Pessoa com deficiência?	[INSERIR MAIS COLUNAS, SE NECESSÁRIO]
Ex.: João Silva	Curador	123456789101	Sim/Não	Sim/Não	Sim/Não	

Cronograma de Execução
Descreva os passos a serem seguidos para execução do projeto.

Atividade Geral	Etapa	Descrição	Início	Fim	[INSERIR MAIS COLUNAS, SE NECESSÁRIO]
Ex: Comunicação	Pré-produção	Divulgação do projeto nos veículos de imprensa	11/10/2023	11/11/2023	

Estratégia de divulgação
Apresente os meios que serão utilizados para divulgar o projeto. ex.: impulsionamento em redes sociais.

Contrapartida
Neste campo, descreva qual contrapartida será realizada, quando será realizada, e onde será realizada.

Projeto possui recursos financeiros de outras fontes? Se sim, quais?
(Informe se o projeto prevê apoios financeiros tais como cobrança de ingressos, patrocínio e/ou outras fontes de financiamento. Caso positivo, informe a previsão de valores e onde serão empregados no projeto.)
( ) Não, o projeto não possui outras fontes de recursos financeiros
( ) Apoio financeiro municipal
( ) Apoio financeiro estadual
( ) Recursos de Lei de Incentivo Municipal
( ) Recursos de Lei de Incentivo Estadual
( ) Recursos de Lei de Incentivo Federal
( ) Patrocínio privado direto
( ) Patrocínio de instituição internacional
( ) Doações de Pessoas Físicas
( ) Doações de Empresas
( ) Cobrança de ingressos
( ) Outros
Se o projeto tem outras fontes de financiamento, detalhe quais são, o valor do financiamento e onde os recursos serão empregados no projeto.

O projeto prevê a venda de produtos/ingressos?
(Informe a quantidade dos produtos a serem vendidos, o valor unitário por produto e o valor total a ser arrecadado. Detalhe onde os recursos arrecadados serão aplicados no projeto.)

3. PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
Preencha a tabela informando todas as despesas indicando as metas/etapas às quais elas estão relacionadas.
Deve haver a indicação do parâmetro de preço (Ex.: preço estabelecido no SALICNET, 3 orçamentos, etc) utilizado com a referência específica do item de despesa, conforme exemplo abaixo.

Descrição do item	Justificativa	Unidade de medida	Valor unitário	Quantidade	Valor total	Referência de preço
Ex.: Fotógrafo	Profissional necessário para registro da oficina	Serviço	R$1.100,00	1	R$1.100,00	Salicnet – Oficina/ workshop/seminário Audiovisual – Brasília – Fotografia Artística – Serviço

4. DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS A SEREM ANEXADOS
Encaminhe junto a esse formulário os seguintes documentos:
RG e CPF do proponente
Currículo do proponente
Mini currículo dos integrantes do projeto
[OUTROS DOCUMENTOS QUE FOREM OBRIGATÓRIOS DE ACORDO COM AS CATEGORIAS]

ANEXO II
CRITÉRIOS UTILIZADOS NA AVALIAÇÃO DE MÉRITO CULTURAL
As comissões de seleção atribuirão notas de 0 a 10 pontos a cada um dos critérios de avaliação de cada projeto, conforme tabela a seguir:

CRITÉRIOS OBRIGATÓRIOS PARA PROJETOS DE FOMENTO		
Identificação do Critério	**Descrição do Critério**	**Pontuação Máxima**
A	**Qualidade do Projeto - Coerência do objeto, objetivos, justificativa e metas do projeto** A análise deverá considerar, para fins de avaliação e valoração, se o conteúdo do projeto apresenta, como um todo, coerência, observando o objeto, a justificativa e as metas, sendo possível visualizar de forma clara os resultados que serão obtidos.	10
B	**Relevância da ação proposta para o cenário cultural do Estado do Pará.** A análise deverá considerar, para fins de avaliação e valoração, se a ação contribui para o enriquecimento e valorização da cultura do estado do Pará	10
C	**Aspectos de integração comunitária na ação proposta pelo projeto** Considera-se, para fins de avaliação e valoração, se o projeto apresenta aspectos de integração comunitária, em relação ao impacto social para a inclusão de pessoas com deficiência, idosos e demais grupos em situação de histórica vulnerabilidade econômica/social.	10
D	**Coerência da planilha orçamentária e do cronograma de execução às metas, resultados e desdobramentos do projeto proposto** A análise deverá avaliar e valorar a viabilidade técnica do projeto sob o ponto de vista dos gastos previstos na planilha orçamentária, sua execução e a adequação ao objeto, metas e objetivos previstos. Também deverá ser considerada para fins de avaliação, a coerência e conformidade dos valores e quantidades dos itens relacionados na planilha orçamentária do projeto.	10
E	**Coerência do Plano de Divulgação ao Cronograma, Objetivos e Metas do projeto proposto** A análise deverá avaliar e valorar a viabilidade técnica e comunicacional com público alvo do projeto, mediante as estratégias, mídias e materiais apresentados, bem como a capacidade de execução.	10
F	**Compatibilidade da ficha técnica com as atividades desenvolvidas** A análise deverá considerar a carreira dos profissionais que compõem o corpo técnico e artístico, verificando a coerência ou não em relação às atribuições que serão executadas por eles no projeto (para esta avaliação serão considerados os currículos dos membros da ficha técnica).	10
G	**Trajetória artística e cultural do proponente** Será considerado para fins de análise a carreira do proponente, com base no currículo e comprovações enviadas juntamente com a proposta	10
PONTUAÇÃO TOTAL:		80

A pontuação final de cada candidatura será definida por média das notas atribuídas individualmente por cada membro,
Os critérios gerais são eliminatórios, de modo que, o agente cultural que receber pontuação 0 em algum dos critérios será desclassificado do Edital.
Em caso de empate, serão utilizados para fins de classificação dos projetos a maior nota nos critérios de acordo com a ordem abaixo definida: A, B, C, D, E, F, G,H respectivamente.
Caso nenhum dos critérios acima elencados seja capaz de promover o desempate será adotado o critério de maior idade do proponente pessoa física ou representante de pessoa jurídica.
Serão considerados aptos os projetos de fomento que receberem nota final igual ou superior a 40 pontos.
Serão desclassificados os projetos que:
I - receberam nota 0 em qualquer dos critérios obrigatórios;
II - apresentem quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade, orientação sexual, ou outras formas de discriminação serão desclassificadas, com fundamento no disposto no inciso IV do caput do art. 3º da Constituição, garantidos o contraditório e a ampla defesa.
III - A falsidade de informações acarretará desclassificação, podendo ensejar, ainda, a aplicação de sanções administrativas ou criminais.

ANEXO III
TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL
TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº [INDICAR NÚMERO]/[INDICAR ANO] TENDO POR OBJETO A CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO A AÇÕES CULTURAIS CONTEMPLADAS PELO EDITAL nº XX/2023 –, NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO), DO DECRETO N. 11.525/2023 (DECRETO PAULO GUSTAVO) E DO DECRETO 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

1. PARTES
1.1 O [NOME DO ENTE FEDERATIVO], neste ato representado por [AUTORIDADE QUE ASSINARÁ PELO ENTE FEDERATIVO], Senhor(a) [INDICAR NOME DA AUTORIDADE QUE ASSINARÁ PELO ENTE FEDERATIVO], e o(a) AGENTE CULTURAL, [INDICAR NOME DO(A) AGENTE CULTURAL CONTEMPLADO], portador(a) do RG nº [INDICAR Nº DO RG], expedida em [INDICAR ÓRGÃO EXPEDIDOR], CPF nº [INDICAR Nº DO CPF], residente e domiciliado(a) à [INDICAR ENDEREÇO], CEP: [INDICAR CEP], telefones: [INDICAR TELEFONES], resolvem firmar o presente Termo de Execução Cultural, de acordo com as seguintes condições:

2. PROCEDIMENTO
2.1 Este Termo de Execução Cultural é instrumento da modalidade de fomento à execução de ações culturais de que trata o inciso I do art. 8 do De-

creto 11.453/2023, celebrado com agente cultural selecionado nos termos da LEI COMPLEMENTAR Nº 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO), DO DECRETO N. 11.525/2023 (DECRETO PAULO GUSTAVO) E DO DECRETO 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

3. OBJETO

3.1. Este Termo de Execução Cultural tem por objeto a concessão de apoio financeiro ao projeto cultural [INDICAR NOME DO PROJETO], contemplado no conforme processo administrativo nº [INDICAR NÚMERO DO PROCESSO].

4. RECURSOS FINANCEIROS

4.1. Os recursos financeiros para a execução do presente termo totalizam o montante de R$ [INDICAR VALOR EM NÚMERO ARÁBICOS] ([INDICAR VALOR POR EXTENSO] reais).

4.2. Serão transferidos à conta do(a) AGENTE CULTURAL, especialmente aberta no [NOME DO BANCO], Agência [INDICAR AGÊNCIA], Conta Corrente nº [INDICAR CONTA], para recebimento e movimentação.

5. APLICAÇÃO DOS RECURSOS

5.1 Os rendimentos de ativos financeiros poderão ser aplicados para o alcance do objeto, sem a necessidade de autorização prévia.

6. OBRIGAÇÕES

6.1 São obrigações da SECULT/PA:

I) transferir os recursos ao(a)AGENTE CULTURAL;

II) orientar o(a) AGENTE CULTURAL sobre o procedimento para a prestação de informações dos recursos concedidos;

III) analisar e emitir parecer sobre os relatórios e sobre a prestação de informações apresentados pelo(a) AGENTE CULTURAL;

IV) zelar pelo fiel cumprimento deste termo de execução cultural;

V) adotar medidas saneadoras e corretivas quando houver inadimplemento;

VI) monitorar o cumprimento pelo(a) AGENTE CULTURAL das obrigações previstas na CLÁUSULA 6.2.

6.2 São obrigações do(a) AGENTE CULTURAL:

I) executar a ação cultural aprovada;

II) aplicar os recursos concedidos pela Lei Paulo Gustavo na realização da ação cultural;

III) manter, obrigatória e exclusivamente, os recursos financeiros depositados na conta especialmente aberta para o Termo de Execução Cultural;

IV) facilitar o monitoramento, o controle e supervisão do termo de execução cultural bem como o acesso ao local de realização da ação cultural;

V) prestar informações à SECULT por meio de Relatório de Execução do Objeto, apresentado no prazo máximo de até 31 de dezembro de 2024, contados do término da vigência do termo de execução cultural;

VI) atender a qualquer solicitação regular feita pela SECULT, a contar do recebimento da notificação;

VII) divulgar nos meios de comunicação, a informação de que a ação cultural aprovada é apoiada com recursos da Lei Paulo Gustavo, incluindo as marcas do Governo federal, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura;

VIII) não realizar despesa em data anterior ou posterior à vigência deste termo de execução cultural;

IX) guardar a documentação referente à prestação de informações pelo prazo de 10 anos, contados do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural;

X) não utilizar os recursos para finalidade diversa da estabelecida no projeto cultural;

XI) executar a contrapartida conforme pactuado.

7. PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES,

7.1 O agente cultural prestará contas à administração pública por meio da categoria de prestação de informações em relatório de execução do objeto.

7.2 A prestação de informações em relatório de execução do objeto comprovará que foram alcançados os resultados da ação cultural, por meio dos seguintes procedimentos:

I - apresentação de relatório de execução do objeto pelo beneficiário no prazo estabelecido pelo ente federativo no regulamento ou no instrumento de seleção;

II - apresentação de relatório de execução financeira do projeto, e;

III - análise do relatório de execução do objeto por agente público designado.

7.2.1 O relatório de prestação de informações sobre o cumprimento do objeto deverá:

I - comprovar que foram alcançados os resultados da ação cultural;

II - conter a descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;

III - ter anexados documentos de comprovação do cumprimento do objeto, tais como: Declarações de realização dos eventos, com registro fotográfico ou audiovisual, clipping de matérias jornalísticas, releases, folders, catálogos, panfletos, filipetas, bem como outros documentos pertinentes à execução do projeto.

7.2.2 O agente público competente elaborará parecer técnico de análise do relatório de execução do objeto e poderá adotar os seguintes procedimentos, de acordo com o caso concreto:

I - encaminhar o processo à autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações, caso conclua que houve o cumprimento integral do objeto; ou

II - solicitar a apresentação, pelo agente cultural, de relatório de execução financeira, caso considere que não foi possível aferir o cumprimento integral do objeto no relatório de execução do objeto ou que as justificativas apresentadas sobre o cumprimento parcial do objeto foram insuficientes.

7.2.3 Após o recebimento do processo pelo agente público de que trata o item 7.2.2, autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações poderá:

I - determinar o arquivamento, caso considere que houve o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado;

II - solicitar a apresentação, pelo agente cultural, de relatório de execução financeira, caso considere que não foi possível aferir o cumprimento integral do objeto no relatório de execução do objeto ou que as justificativas apresentadas sobre o cumprimento parcial do objeto foram insuficientes; ou

III - aplicar sanções ou decidir pela rejeição da prestação de informações, caso verifique que não houve o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado, ou caso identifique irregularidades no relatório de execução financeira.

7.3 O relatório de execução financeira será exigido, independente da modalidade inicial de prestação de informações (in loco ou em relatório de execução do objeto), somente nas seguintes hipóteses:

I - quando não estiver comprovado o cumprimento do objeto, observados os procedimentos previstos no item 7.2;

II - quando for recebida, pela administração pública, denúncia de irregularidade na execução da ação cultural, mediante juízo de admissibilidade que avaliará os elementos fáticos apresentados.

7.3.1 O prazo para apresentação do relatório de execução financeira será de, no mínimo, trinta dias, contado do recebimento da notificação.

7.4 O julgamento da prestação de informações realizado pela autoridade do ente federativo que celebrou o termo de execução cultural avaliará o parecer técnico de análise de prestação de informações e poderá concluir pela:

I - aprovação da prestação de informações, com ou sem ressalvas; ou

II - reprovação da prestação de informações, parcial ou total.

7.5 Na hipótese de o julgamento da prestação de informações apontar a necessidade de devolução de recursos, o agente cultural será notificado para que exerça a opção por:

I - devolução parcial ou integral dos recursos ao erário;

II - apresentação de plano de ações compensatórias; ou

III - devolução parcial dos recursos ao erário juntamente com a apresentação de plano de ações compensatórias.

7.5.1 A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a reprovação da prestação de informações, desde que comprovada.

7.5.2 Nos casos em que estiver caracterizada má-fé do agente cultural, será imediatamente exigida a devolução de recursos ao erário, vedada a aceitação de plano de ações compensatórias.

7.5.3 Nos casos em que houver exigência de devolução de recursos ao erário, o agente cultural poderá solicitar o parcelamento do débito, na forma e nas condições previstas na legislação.

7.5.4 O prazo de execução do plano de ações compensatórias será o menor possível, conforme o caso concreto, limitado à metade do prazo originalmente previsto de vigência do instrumento.

8. ALTERAÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

8.1 A alteração do termo de execução cultural será formalizada por meio de termo aditivo.

8.2 A formalização de termo aditivo não será necessária nas seguintes hipóteses:

I - prorrogação de vigência realizada de ofício pela administração pública quando der causa a atraso na liberação de recursos; e

II - alteração do projeto sem modificação do valor global do instrumento e sem modificação substancial do objeto.

8.3 Na hipótese de prorrogação de vigência, o saldo de recursos será automaticamente mantido na conta, a fim de viabilizar a continuidade da execução do objeto.

8.4 As alterações do projeto cujo escopo seja de, no máximo, 20% poderão ser realizadas pelo agente cultural e comunicadas à administração pública em seguida, sem a necessidade de autorização prévia.

8.5 A aplicação de rendimentos de ativos financeiros em benefício do objeto do termo de execução cultural poderá ser realizada pelo agente cultural sem a necessidade de autorização prévia da administração pública.

8.6 Nas hipóteses de alterações em que não seja necessário termo aditivo, poderá ser realizado apostilamento.

9. TITULARIDADE DE BENS

9.1 Os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução da ação cultural fomentada serão de titularidade do agente cultural desde a data da sua aquisição.

9.2 Nos casos de rejeição da prestação de contas em razão da aquisição ou do uso do bem, o valor pago pela aquisição será computado no cálculo de valores a devolver, com atualização monetária.

[OU]

9.2 Os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução da ação cultural fomentada serão de titularidade do [NOME DO ENTE].

[AO FORMALIZAR O TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL, O ENTE DEVE DECIDIR SE OS BENS ADQUIRIDOS, PRODUZIDOS OU TRANSFORMADOS PELO AGENTE CULTURAL SERÃO DO PRÓPRIO AGENTE CULTURAL OU DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. OS BENS PODEM FICAR COM O AGENTE CULTURAL NAS HIPÓTESES TRATADAS NO ART. 27 DO DECRETO 11.453/2023]

10. EXTINÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

10.1 O presente Termo de Execução Cultural poderá ser:

I - extinto por decurso de prazo;

II - extinto, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;

III - denunciado, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe; ou

IV - rescindido, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe, nas seguintes hipóteses:

a) descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;

b) irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas ;

c) violação da legislação aplicável;

d) cometimento de falhas reiteradas na execução;

e) má administração de recursos públicos;

f) constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;

g) não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da

fiscalização;h) outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.
10.2 A denúncia só será eficaz 60 (sessenta) dias após a data de recebimento da notificação, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença.
10.3 Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.
10.4 Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje dano ao erário, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela Administração Pública.
10.5 Outras situações relativas à extinção deste Termo não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser negociados entre as partes ou, se for o caso, no Termo de Distrato.

11. SANÇÕES

11.1 . Nos casos em que for verificado que a ação cultural ocorreu, mas houve inadequação na execução do objeto ou na execução financeira sem má-fé, a autoridade pode concluir pela aprovação da prestação de informações com ressalvas e aplicar sanção de advertência ou multa.
11.2 A decisão sobre a sanção deve ser precedida de abertura de prazo para apresentação de defesa pelo AGENTE CULTURAL.
11.3 A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a aplicação de sanção, desde que regularmente comprovada.

12. MONITORAMENTO E CONTROLE DE RESULTADOS

12.1 [DEVE SER INFORMADO COMO O ÓRGÃO REALIZARÁ O MONITORAMENTO DAS AÇÕES, PODENDO SER POR MEIO DE COMISSÃO ESPECÍFICA PARA ESTE FIM, POR ENVIO DE RELATÓRIOS, ENTRE OUTRAS MEDIDAS].

13. VIGÊNCIA

13.1 A vigência deste instrumento terá início na data de assinatura das partes, com duração de [PRAZO EM ANOS OU MESES], podendo ser prorrogado por [PRAZO MÁXIMO DE PRORROGAÇÃO].

14. PUBLICAÇÃO

14.1 O Extrato do Termo de Execução Cultural será publicado no [INFORMAR ONDE SERÁ PUBLICADO]

15. FORO

15.1 Fica eleito o Foro de [LOCAL] para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao presente Termo de Execução Cultural.
LOCAL, [INDICAR DIA, MÊS E ANO].
Pelo órgão: Pelo Agente Cultural:
[NOME DO AGENTE CULTURAL]

ANEXO IV

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

1. DADOS DO PROJETO
Nome do projeto:
Nome do agente cultural proponente:
Nº do Termo de Execução Cultural
Vigência do projeto:
Valor repassado para o projeto:
Data de entrega desse relatório:

2. RESULTADOS DO PROJETO

2.1. Resumo:
Descreva de forma resumida como foi a execução do projeto, destacando principais resultados e benefícios gerados e outras informações pertinentes.

2.2. As ações planejadas para o projeto foram realizadas?
( ) Sim, todas as ações foram feitas conforme o planejado.
( ) Sim, todas as ações foram feitas, mas com adaptações e/ou alterações.
( ) Uma parte das ações planejadas não foi feita.
( ) As ações não foram feitas conforme o planejado.

2.3. Ações desenvolvidas
Descreva as ações desenvolvidas, com informações detalhando ações, datas, locais, horários, etc. Fale também sobre a eventuais alterações nas atividades previstas no projeto, bem como os possíveis impactos nas metas acordadas.

2.4. Cumprimento das Metas
Metas integralmente cumpridas:
• META 1 [Descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado]
◦ OBSERVAÇÃO DA META 1: [informe como a meta foi cumprida]
Metas parcialmente cumpridas (SE HOUVER):
• META 1 [Descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado]
◦ Observações da Meta 1: [Informe qual parte da meta foi cumprida]
◦ Justificativa para o não cumprimento integral: [Explique porque parte da meta não foi cumprida]
Metas não cumpridas (se houver)
• Meta 1 [Descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado]
◦ Justificativa para o não cumprimento: [Explique porque a meta não foi cumprida]

3. PRODUTOS GERADOS

3.1. A execução do projeto gerou algum produto?
Exemplos: vídeos, produção musical, produção gráfica etc.
( ) Sim
( ) Não

3.1.1. Quais produtos culturais foram gerados?
Você pode marcar mais de uma opção. Informe também as quantidades.
( ) Publicação
( ) Livro
( ) Catálogo
( ) Live (transmissão on-line)
( ) Vídeo
( ) Documentário
( ) Filme
( ) Relatório de pesquisa
( ) Produção musical
( ) Jogo
( ) Artesanato
( ) Obras
( ) Espetáculo
( ) Show musical
( ) Site
( ) Música
( ) Outros: _____

3.1.2. Como os produtos desenvolvidos ficaram disponíveis para o público após o fim do projeto?
Exemplos: publicações impressas, vídeos no YouTube?

3.2. Quais foram os resultados gerados pelo projeto?
Detalhe os resultados gerados por cada atividade prevista no Projeto.

3.2.1 Pensando nos resultados finais gerados pelo projeto, você considera que ele:
(Você pode marcar mais de uma opção).
( ) Desenvolveu processos de criação, de investigação ou de pesquisa.
( ) Desenvolveu estudos, pesquisas e análises sobre o contexto de atuação.
( ) Colaborou para manter as atividades culturais do coletivo.
( ) Fortaleceu a identidade cultural do coletivo.
( ) Promoveu as práticas culturais do coletivo no espaço em que foi desenvolvido.
( ) Promoveu a formação em linguagens, técnicas e práticas artísticas e culturais.
( ) Ofereceu programações artísticas e culturais para a comunidade do entorno.
( ) Atuou na preservação, na proteção e na salvaguarda de bens e manifestações culturais.

4. PÚBLICO ALCANÇADO
Informe a quantidade de pessoas beneficiadas pelo projeto, demonstre os mecanismos utilizados para mensuração, a exemplo de listas de presenças. Em caso de baixa frequência ou oscilação relevante informe as justificativas.

5. EQUIPE DO PROJETO

5.1 Quantas pessoas fizeram parte da equipe do projeto?
Digite um número exato (exemplo: 23).

5.2 Houve mudanças na equipe ao longo da execução do projeto?
( ) Sim ( ) Não
Informe se entraram ou saíram pessoas na equipe durante a execução do projeto.

5.3 Informe os profissionais que participaram da execução do projeto:

Nome do profissional/empresa	Função no projeto	CPF/CNPJ	Pessoa negra?	Pessoa índigena?	Pessoa com deficiência?	[INSERIR MAIS COLUNAS, SE NECESSÁRIO]
Ex.: João Silva	Cineasta	123456789101	Sim/Não	Sim/Não	Sim/Não	

6. LOCAIS DE REALIZAÇÃO

6.1 De que modo o público acessou a ação ou o produto cultural do projeto?
( )1. Presencial.
( ) 2. Virtual.
( ) 3. Híbrido (presencial e virtual).

Caso você tenha marcado os itens 2 ou 3 (virtual e híbrido):

6.2 Quais plataformas virtuais foram usadas?
Você pode marcar mais de uma opção.
( )Youtube
( )Instagram / IGTV
( )Facebook
( )TikTok
( )Google Meet, Zoom etc.
( )Outros: _____

6.3 Informe aqui os links dessas plataformas:

Caso você tenha marcado os itens 1 e 3 (Presencial e Híbrido):

6.4 De que forma aconteceram as ações e atividades presenciais do projeto?
( )1. Fixas, sempre no mesmo local.
( )2. Itinerantes, em diferentes locais.
( )3. Principalmente em um local base, mas com ações também em outros locais.

No item 6.4 caso você tenha marcado o item 1 (Fixas):

6.5 Em que município o projeto aconteceu?

6.7 Em que área do município o projeto foi realizado?
Você pode marcar mais de uma opção.
( )Zona urbana central.
( )Zona urbana periférica.
( )Zona rural.
( )Área de vulnerabilidade social.
( )Unidades habitacionais.
( )Territórios indígenas (demarcados ou em processo de demarcação).
( )Comunidades quilombolas (terra titulada, em processo de titulação, com registro na Fundação Palmares).
( )Áreas atingidas por barragem.
( )Território de povos e comunidades tradicionais (ribeirinhos, louceiros, cipozeiro, pequizeiros, vazanteiros, povos do mar etc.).
( )Outros: _____
__

6.8 Onde o projeto foi realizado?
Você pode marcar mais de uma opção.
( )Equipamento cultural público municipal.
( )Equipamento cultural público estadual.
( )Espaço cultural independente.

( )Escola.
( )Praça.
( )Rua.
( )Parque.
( )Outros
No item 6.4 caso você tenha marcado o item 2 (itinerante):
6.9 Em quais municípios o projeto aconteceu?
6.10 Em quais áreas o projeto foi realizado?
Você pode marcar mais de uma opção.
( )Zona urbana central.
( )Zona urbana periférica.
( )Zona rural.
( )Área de vulnerabilidade social.
( )Unidades habitacionais.
( )Territórios indígenas (demarcados ou em processo de demarcação).
( )Comunidades quilombolas (terra titulada, em processo de titulação, com registro na Fundação Palmares).
( )Áreas atingidas por barragem.
( )Território de povos e comunidades tradicionais (ribeirinhos, louceiros, cipozeiro, pequizeiros, vazanteiros, povos do mar etc.).
( )Outros: _____
__
6.11 Onde o projeto foi realizado?
Você pode marcar mais de uma opção.
( )Equipamento cultural público municipal.
( )Equipamento cultural público estadual.
( )Espaço cultural independente.
( )Escola.
( )Praça.
( )Rua.
( )Parque.
( )Outros _____
No item 6.4 caso você tenha marcado o item 3 (Base):
6.12 Em quais municípios o projeto aconteceu?
6.13 Em quais áreas o projeto foi realizado?
Você pode marcar mais de uma opção.
( )Zona urbana central.
( )Zona urbana periférica.
( )Zona rural.
( )Área de vulnerabilidade social.
( )Unidades habitacionais.
( )Territórios indígenas (demarcados ou em processo de demarcação).
( )Comunidades quilombolas (terra titulada, em processo de titulação, com registro na Fundação Palmares).
( )Áreas atingidas por barragem.
( )Território de povos e comunidades tradicionais (ribeirinhos, louceiros, cipozeiro, pequizeiros, vazanteiros, povos do mar etc.).
( )Outros: _____
__
6.14 Onde o projeto foi realizado?
Você pode marcar mais de uma opção.
( )Equipamento cultural público municipal.
( )Equipamento cultural público estadual.
( )Espaço cultural independente.
( )Escola.
( )Praça.
( )Rua.
( )Parque.
( )Outros_____

7. DIVULGAÇÃO DO PROJETO
Informe como o projeto foi divulgado. Ex.: Divulgado no instagram

8. CONTRAPARTIDA
Descreva como a contrapartida foi executada, quando foi executada e onde foi executada.

9. TÓPICOS ADICIONAIS
Inclua aqui informações relevantes que não foram abordadas nos tópicos anteriores, se houver.

10. ANEXOS
Junte documentos que comprovem que você executou o projeto, tais como listas de presença, relatório fotográfico, vídeos, depoimentos, entre outros.
Nome
Assinatura do Agente Cultural Proponente

ANEXO V
DECLARAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DE GRUPO OU COLETIVO
OBS.: Essa declaração deve ser preenchida somente por proponentes que sejam um grupo ou coletivo sem personalidade jurídica, ou seja, sem CNPJ.
GRUPO ARTÍSTICO:
NOME DO REPRESENTANTE INTEGRANTE DO GRUPO OU COLETIVO ARTÍSTICO:
DADOS PESSOAIS DO REPRESENTANTE: [IDENTIDADE, CPF, E-MAIL E TELEFONE]
Os declarantes abaixo-assinados, integrantes do grupo artístico [NOME DO GRUPO OU COLETIVO], elegem a pessoa indicada no campo "REPRESENTANTE" como único e representante neste edital, outorgando-lhe poderes para fazer cumprir todos os procedimentos exigidos nas etapas do edital, inclusive assinatura de recibo, troca de comunicações, podendo assumir compromissos, obrigações, transigir, receber pagamentos e dar quitação, renunciar direitos e qualquer outro ato relacionado ao referido edital. Os declarantes informam que não incorrem em quaisquer das vedações do item de participação previstas no edital.

NOME DO INTEGRANTE	DADOS PESSOAIS	ASSINATURAS

[LOCAL]
[DATA]

ANEXO VI
DECLARAÇÃO ÉTNICO-RACIAL
(Para agentes culturais concorrentes às cotas étnico-raciais – negros ou indígenas)
Eu, _____
_____, CPF nº_____, RG nº _____, DECLARO para fins de participação no Edital (Nome ou número do edital) que sou _____
_____(informar se é NEGRO OU INDÍGENA).
Por ser verdade, assino a presente declaração e estou ciente de que a apresentação de declaração falsa pode acarretar desclassificação do edital e aplicação de sanções criminais.
NOME
ASSINATURA DO DECLARANTE

ANEXO VII
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
Nome do Proponente:
Nº de Registro no Mapa Cultural:
Nome do projeto:
Nº de inscrição:

META /ETAPA 1						
Descrição do item	Justificativa	Unidade de medida	Valor unitário	Quantidade	Valor total	Referência de preço
Ex.: Fotógrafo	Profissional necessário para registro da oficina	Serviço	R$1.100,00	1	R$1.100,00	. Salicnet . Praticado no mercado
META /ETAPA 2						
Ex. Ampliações das imagens	Serviço necessário para exposição	und	R$50,00	1	R$50,00	. Salicnet . Praticado no mercado

Preencha a tabela informando todas as despesas indicando as metas/etapas às quais elas estão relacionadas (ex. pré-produção, produção, execução)
Deve haver a indicação do parâmetro de preço (Ex.: preço estabelecido no SALICNET, 3 orçamentos, etc),utilizado com a referência específica do item de despesa, conforme exemplo.
Adicione quantas linhas forem necessárias para etapas e itens do seu orçamento.
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 008/2023 – ARTES VISUAIS – LEI PAULO GUSTAV O

EDITAL DE SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA LEI COMPLEMENTAR 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO) – ARTES VISUAIS

Este Edital é realizado com recursos do Governo Federal repassados por meio da Lei Complementar nº 195/2022 - Lei Paulo Gustavo.
A Lei Paulo Gustavo (LGP) viabiliza o maior investimento direto no setor cultural da história do Brasil e simboliza o processo de resistência da classe artística durante a pandemia de Covid-19, que limitou severamente as atividades do setor cultural.
É, ainda, uma homenagem a Paulo Gustavo, artista símbolo da categoria, vitimado pela doença.
As condições para a execução da Lei Paulo Gustavo foram criadas por meio do engajamento da sociedade e o presente edital destina-se a apoiar projetos apresentados pelos agentes culturais do segmento de ARTES VISUAIS.
Deste modo, a Secretaria de Cultura do Estado do Pará – SECULT/PA, torna público o presente edital elaborado com base na Lei Complementar 195/2022, no Decreto 11.525/2023 e no Decreto 11.453/2023 e no Termo de Fomento 059, celebrado com a OSC ASSOCIAÇÃO FOTOATIVA, entidade parceira na execução das ações deste edital.
Na realização deste edital estão asseguradas medidas de democratização, desconcentração, descentralização e regionalização do investimento cultural, com a implementação de ações afirmativas, fundamentado na previsão do Decreto nº 11.525, de 11 de maio de 2023 (Decreto de Regulamentação da Lei Paulo Gustavo), em seus artigos 14, 15 e 16.

1. OBJETO
O objeto deste Edital é a seleção de **52 (cinquenta e duas)** propostas culturais do segmento de Arte Visuais, para receberem recursos financeiros, com o objetivo de incentivar as artes visuais no estado do Pará. A distribuição dos recursos será realizada de acordo com as modalidades descritas nos itens 1.1 e 1.2.
1.1. Modalidade Fomento:
1.1.1 **Arte Livre: 16 (dezesseis) projetos culturais, com valores de até R$47.500,00 (quarenta e sete mil e quinhentos reais)**, que resultem em produto (s) voltados à: Acervo e Memória; Criação e Difusão; Encontros; Exposições e Formação.
1.1.2 **Circulação em Artes Visuais: 16 (dezesseis) projetos destinados à circulação de artes visuais, com valores de até R$47.500,00 (quarenta e sete mil e quinhentos reais).**
a) A circulação ou apresentação deverá ser feita de forma presencial em locais como: associações, centros comunitários, OSC´s, escolas, centros culturais, pontos de cultura, galerias de arte, museus, praças, dentre outras.
1.1.3 **Projeto de Pesquisa e Experimentação: 10 (dez) bolsas de até**

R$38.000,00 (trinta e oito mil reais).
a) Destinada a artistas, arte educadores e pesquisadores que comprovem pelo menos uma produção de relevância (exposição individual, premiação, publicação) ou participação em produções coletivas (exposição, publicação, projeto em seu território de atuação) no segmento das Artes Visuais. As propostas submetidas devem indicar como se dará a pesquisa a ser desenvolvida ao longo do período de realização deste edital (até 12 meses) e de que forma o proponente pretende compartilhar os resultados alcançados.
1.2. Modalidade: Premiação por Reconhecimento.
1.2.1. **Prêmio de Reconhecimento em Artes Visuais: 10 (dez) prêmios de R$28.500,00 (vinte e oito mil e quinhentos reais).**
a) Destinado a fazedoras e fazedores culturais no segmento das Artes Visuais que tenham uma atuação pioneira e relevante, com reconhecimento público de, no mínimo, 10 anos comprovados.
b) O proponente deverá submeter um memorial que comprove a referida relevância, composto de matérias de jornais, fotografias, vídeos, depoimentos, lista com assinaturas da comunidade, textos críticos e/ou similares.
1.3. Caso o valor destinado à atividade inicialmente previsto não seja utilizado integralmente, poderão ser convocados mais proponentes aprovados.
1.4. Havendo sobra de recursos em uma das atividades o saldo remanescente poderá ser remanejado para contemplar propostas de outras faixas deste edital.
1.4.1. O remanejamento deverá priorizar as faixas que possuam maior demanda de propostas de proponentes na condição de suplente, bem como respeitar as cotas reservadas às pessoas negras e indígenas e, quando possível, a ordem de classificação e as cotas de regionalização.
1.5. No caso de sobra de recurso neste edital, o saldo remanescente deste poderá ser utilizado para contemplar os(as) proponentes com propostas selecionadas em outros Editais da Lei Paulo Gustavo publicados pela Secretaria de Cultura do Estado do Pará, priorizando aqueles com maior demanda.
1.6. O valor inicialmente disponível para este Edital poderá ser ampliado, caso haja sobra de recursos de outros Editais publicados pela Secretaria de Cultura no âmbito da Lei Paulo Gustavo ou do recebimento de recursos da Lei Paulo Gustavo não executados pelos municípios.

2. VALORES
2.1 O valor total disponibilizado para este Edital é de R$2.185.000,00 (dois milhões, cento e oitenta e cinco mil reais) para projetos de fomento e premiações da LPG.

3. QUEM PODE SE INSCREVER
3.1 Pode se inscrever no Edital qualquer agente cultural residente e domiciliado no Estado do Pará há pelo menos 2 (dois) anos.
3.1.1. A comprovação de residência é dispensada na forma descrita no item 14.2.1.1.
3.2 Em regra, o agente cultural pode ser:
I - Pessoa física ou Microempreendedor Individual (MEI)
II - Pessoa jurídica com fins lucrativos (Ex.: empresa de pequeno porte, empresa de grande porte, etc)
III - Pessoa jurídica sem fins lucrativos (Ex.: Associação, Fundação, Cooperativa, etc)
IV - Coletivo/Grupo sem CNPJ representado por pessoa física.
3.3 O proponente é o agente cultural responsável pela inscrição do projeto no Mapa Cultural.
3.4 Na hipótese de agentes culturais que atuem como grupo ou coletivo cultural sem constituição jurídica (ou seja, sem CNPJ), será indicada pessoa física como responsável legal para o ato da assinatura do Termo de Execução Cultural e a representação será formalizada em declaração assinada pelos demais integrantes do grupo ou coletivo, podendo ser utilizado o modelo constante no Anexo V.
3.5 O proponente não pode exercer apenas funções administrativas no âmbito do projeto e deve exercer necessariamente a função de criação, ou direção, ou produção, ou coordenação, ou gestão artística, ou outra função de destaque e capacidade de decisão no projeto.

4. QUEM NÃO PODE SE INSCREVER
4.1 Não pode se inscrever neste Edital, proponentes que:
I - tenham se envolvido diretamente na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento de recursos;
II - sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de servidor público do órgão responsável pelo edital, nos casos em que o referido servidor tiver atuado na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento de recursos; e
III - sejam membros do Poder Legislativo (Deputados, Senadores, Vereadores), do Poder Judiciário (Juízes, Desembargadores, Ministros), do Ministério Público (Promotor, Procurador); do Tribunal de Contas (Auditores e Conselheiros).
IV - Proponentes inadimplentes com prestação de contas de editais realizados pela Secult e organizações da sociedade civil parceiras, com recursos da Lei Aldir Blanc.
4.2 O agente cultural que integrar Conselho de Cultura poderá concorrer neste Edital para receber recursos do fomento cultural, exceto quando se enquadrar nas vedações previstas no item 4.1.
4.3 Quando se tratar de proponentes pessoas jurídicas, estarão impedidas de apresentar projetos aquelas cujos sócios, diretores e/ou administradores se enquadrarem nas situações descritas no tópico 4.1.
4.4 A participação de agentes culturais nas oitivas e consultas públicas não caracteriza o envolvimento direto na etapa de elaboração do edital de que trata o subitem I do item 4.1.

5. COTAS
5.1 Ficam garantidas cotas étnico-raciais em todas as categorias do edital, nas seguintes proporções e ordenamento de selecionados:
I) 50% para mulheres (cis e trans);
II) 30% (trinta por cento) para propostas de Região de Integração do Guajará (onde se localiza a capital do Estado) e 70% (setenta por cento) para propostas advindas das demais Regiões do Estado
III) No mínimo 20% para pessoas negras (pretas e pardas); e
IV) no mínimo 10% para pessoas indígenas.
Parágrafo único: Este critério incide sobre o montante total de premiações de acordo com a lista de classificação e não por Modalidade.
5.2 Os agentes culturais que optarem por concorrer às cotas para pessoas negras (pretas e pardas) e indígenas concorrerão concomitantemente às vagas destinadas à ampla concorrência, ou seja concorrerão ao mesmo tempo nas vagas da ampla concorrência e nas vagas reservadas às cotas, podendo ser selecionado de acordo com a sua nota ou classificação no processo seleção.
5.3 Os agentes culturais negros (pretos e pardos) e indígenas optantes por concorrer às cotas (opção presente na ficha de incrição dos projetos) que atingirem nota suficiente para se classificar no número de vagas oferecidas para ampla concorrência não ocuparão as vagas destinadas para o preenchimento das cotas, ou seja, serão selecionados nas vagas da ampla concorrência, ficando a vaga da cota para o próximo colocado optante pela cota.
5.4 Em caso de desistência de optantes aprovados nas cotas, a vaga não preenchida deverá ser ocupada por pessoa que concorreu às cotas de acordo com a ordem de classificação.
5.5 No caso de não existirem propostas aptas em número suficiente para o cumprimento de uma das categorias de cotas previstas na seleção, o número de vagas restantes deverá ser destinado inicialmente para a outra categoria de cotas.
5.6 Caso não haja outra categoria de cotas de que trata o item 5.5, as vagas não preenchidas deverão ser direcionadas para a ampla concorrência, sendo direcionadas para os demais candidatos aprovados, de acordo com a ordem de classificação.
5.7 Para concorrer às cotas, os agentes culturais deverão autodeclarar-se no ato da inscrição usando a autodeclaração étnico-racial de que trata o Anexo VI.
5.8 Caso necessário, para fins de verificação da autodeclaração, poderá ser solicitada Carta Consubstanciada, que será analisada por um comitê formado por membros de entidades representativas.
5.9 As pessoas jurídicas e coletivos sem constituição jurídica podem concorrer às cotas, desde que preencham algum dos requisitos abaixo:
I – pessoas jurídicas que possuem quadro societário majoritariamente composto por pessoas negras (pretas e pardas) ou indígenas;
II – pessoas jurídicas ou grupos e coletivos sem constituição jurídica que possuam pessoas negras (pretas e pardas) ou indígenas em posições de liderança no projeto cultural; e
III – pessoas jurídicas ou coletivos sem constituição jurídica que possuam equipe do projeto cultural majoritariamente composta por pessoas negras (pretas e pardas) ou indígenas.
5.10 As pessoas físicas que compõem a equipe da pessoa jurídica e o grupo ou coletivo sem constituição jurídica devem se submeter aos regramentos descritos nos itens acima, observando o item 5.7
Parágrafo único: Este critério incide sobre o montante total de premiações de acordo com a lista de classificação e não por Modalidade.

6. PRAZO PARA SE INSCREVER
6.1 Para se inscrever no Edital, o proponente deve enviar toda documentação obrigatória relatada no 7.3, entre os dias 12 de setembro e 12 de outubro de 2023, exclusivamente através da plataforma Mapa Cultural do Pará, no endereço eletrônico http://www.mapacultural.pa.gov.br/lpg/artes-visuais.
1.2. Para efeito de inscrição todos os proponentes deverão estar cadastrados no mapa cultural.pa.gov.br.
1.3. Todas as informações fornecidas no ato da inscrição deverão ser verídicas e atualizadas. Não serão aceitas propostas entregues presencialmente na sede da SECULT, ou da executora do certame, ou materiais postados via Correios.
1.4. Os proponentes que já têm cadastro no Mapa Cultural do Pará não precisam fazer novo cadastro, podendo atualizar informações que julgarem necessárias até a data de envio de sua inscrição.
1.5. O ato de inscrição pressupõe plena concordância dos termos, cláusulas e condições deste edital e de seus anexos, que passarão a integrar as obrigações, bem como a observância dos regulamentos administrativos e das normas técnicas aplicáveis, não sendo aceita, sob qualquer hipótese, alegação de seu desconhecimento em qualquer fase do procedimento administrativo e execução dos serviços.
1.6. Os anexos que compõem este edital deverão ser assinados de maneira física ou eletrônica, com o encaminhamento na forma digital no ato de inscrição anexados no formato PDF.
6.7. As inscrições feitas em desacordo com os prazos e demais exigências do presente edital serão indeferidas.
1.8 Não serão aceitas complementações, modificações ou substituições de dados e de anexos à inscrição, depois de finalizada.
1.9 É vedada a participação de órgãos públicos, escolas e fundações privadas.

7. COMO SE INSCREVER
7.1 O proponente deve preencher Ficha de Inscrição diretamente no http://www.mapacultural.pa.gov.br/lpg/artes-visuais.
7.2 O proponente deve encaminhar a documentação obrigatória de que trata o item 7.3 por meio do http://www.mapacultural.pa.gov.br/lpg/artes-visuais.
7.3 O proponente deve enviar a seguinte documentação para formalizar sua inscrição:
a) Projeto proposto;
b) Currículo / portfólio do proponente, com todas as comprovações;
c) Documentos pessoais do proponente CPF e RG (se Pessoa

Física);
d) Inscrição no cadastro nacional de pessoa jurídica - CNPJ (se Pessoa Jurídica);
e) Atos constitutivos da empresa, qual seja o contrato social, nos casos de pessoas jurídicas com fins lucrativos, ou estatuto, nos casos de organizações da sociedade civil (se Pessoa Jurídica);
f) Comprovante de Endereço do proponente ou Declaração de Residência (no caso do proponente não possuir documento em seu nome)
g) Mini currículo dos integrantes do projeto e termo de anuência;
h) Todos os anexos solicitados no Edital, nos quais o proponente se enquadre.
i) Outros documentos que o proponente julgar necessário para auxiliar na avaliação do mérito cultural do projeto.
7.4 O proponente é responsável pelo envio dos documentos e pela qualidade visual, conteúdo dos arquivos e informações de seu projeto.
7.5 Cada Proponente poderá concorrer, e ser selecionado individualmente ou como representantes de coletivo, com apenas 1 (um) projeto, no máximo.
7.6 Os membros de grupos e coletivos podem concorrer isoladamente, desde que sejam com projetos diferentes.
7.7 Se houver inscrição de mais de um projeto do mesmo proponente, será considerado, para fins de seleção, o último enviado na plataforma.
7.8 Os projetos apresentados deverão conter previsão de execução não superior a 12 meses.
7.9 O proponente deve se responsabilizar pelo acompanhamento das atualizações/publicações pertinentes ao edital e seus prazos nos canais formais de comunicação da SECULT/PA.
7.10 As inscrições deste edital são gratuitas.
7.11 As propostas que apresentem quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade ou outras formas de discriminação serão desclassificadas, com fundamento no disposto no inciso IV do caput do art. 3º da Constituição, garantidos o contraditório e a ampla defesa.
7.12 No caso da modalidade 'premiação', os subitens 7.3-letras "a", "d", e "g", e o item 8 deste edital são dispensados.
Parágrafo único: A comprovação de residência poderá ser dispensada nas hipóteses de agentes culturais pertencentes à comunidade indígena, quilombola, cigana ou circense ou pertencentes à população nômade ou itinerante; que se encontrem em situação de rua.

8. PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DOS PROJETOS

8.1 O proponente deve preencher a planilha orçamentária presente no Anexo VII, informando como será utilizado o recurso financeiro recebido.
8.2 A estimativa de custos do projeto será prevista por categorias, sem a necessidade de detalhamento por item de despesa, conforme § 1º do art. 24 do Decreto 11.453/2023.
8.3 A compatibilidade entre a estimativa de custos do projeto e os preços praticados no mercado será avaliada pelos membros da comissão de seleção, de acordo com tabelas referenciais de valores, ou com outros métodos de verificação de valores praticados no mercado.
8.4 A estimativa de custos do projeto poderá apresentar valores divergentes das práticas de mercado convencionais na hipótese de haver significativa excepcionalidade no contexto de sua implementação, consideradas variáveis territoriais e geográficas e situações específicas, como a de povos indígenas, ribeirinhos, atingidos por barragens e comunidades quilombolas e tradicionais.
8.5 Os itens da planilha orçamentária poderão ser glosados, ou seja, vetados, total ou parcialmente, pela Comissão de Seleção, se, após análise, não forem considerados com preços compatíveis aos praticados no mercado ou forem considerados incoerentes e em desconformidade com o projeto apresentado.
8.6 Caso o proponente discorde dos valores glosados (vetados) poderá apresentar recurso na fase de mérito cultural, conforme dispõe o item 12.8.
8.7 O valor solicitado não poderá ser superior ao valor máximo destinado a cada modalidade, conforme item 1.2 do presente edital.

9. ACESSIBILIDADE

9.1 Os projetos devem contar com medidas de acessibilidade física, atitudinal e comunicacional compatíveis com as características dos produtos resultantes do objeto, nos termos do disposto na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência), de modo a contemplar:
I - no aspecto arquitetônico, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com mobilidade reduzida ou idosas aos locais onde se realizam as atividades culturais e a espaços acessórios, como banheiros, áreas de alimentação e circulação;
II - no aspecto comunicacional, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com deficiência intelectual, auditiva ou visual ao conteúdo dos produtos culturais gerados pelo projeto, pela iniciativa ou pelo espaço; e
III - no aspecto atitudinal, a contratação de colaboradores sensibilizados e capacitados para o atendimento de visitantes e usuários com diferentes deficiências e para o desenvolvimento de projetos culturais acessíveis desde a sua concepção, contempladas a participação de consultores e colaboradores com deficiência e a representatividade nas equipes dos espaços culturais e nas temáticas das exposições, dos espetáculos e das ofertas culturais em geral.
9.2 Especificamente para pessoas com deficiência, mecanismos de protagonismo e participação poderão ser concretizados também por meio das seguintes iniciativas, entre outras:
I - adaptação de espaços culturais com residências inclusivas;
II - utilização de tecnologias assistivas, ajudas técnicas e produtos com desenho universal;
III - medidas de prevenção e erradicação de barreiras atitudinais;
IV - contratação de serviços de assistência por acompanhante; ou
V - oferta de ações de formação e capacitação acessíveis a pessoas com deficiência.
9.3 Os projetos devem prever obrigatoriamente medidas de acessibilidade, sendo assegurado para essa finalidade no mínimo 10% do valor total do projeto.
9.4 A utilização do percentual mínimo de 10% de que trata o item 9.3 pode ser excepcionalmente dispensada quando:
I - for inaplicável em razão das características do objeto cultural, ou cujo objeto seja o desenvolvimento de roteiro e licenciamento de obra audiovisual ; ou
II - quando o projeto já contemplar integralmente as medidas de acessibilidade compatíveis com as características do objeto cultural.
9.5 O proponente deve apresentar justificativa para os casos em que o percentual mínimo de 10% é inaplicável.

10. CONTRAPARTIDA

10.1 Os agentes culturais contemplados neste edital, com projetos de fomento, conforme item 1.2 deste edital, deverão garantir, como contrapartida, as seguintes medidas:
I - a realização de atividade destinada, prioritariamente, aos alunos e professores de escolas públicas ou universidades, públicas ou privadas, que tenham estudantes do Programa Universidade para Todos (Prouni), bem como aos profissionais de saúde, preferencialmente aqueles envolvidos no combate à pandemia, e a pessoas integrantes de grupos e coletivos culturais e de associações comunitárias, ou de atividades em espaços públicos de sua comunidade, de forma gratuita; e
II - sempre que possível, exibições com interação popular por meio da internet ou exibições públicas, quando aplicável, com distribuição gratuita de ingressos para os grupos referidos no item I, em intervalos regulares.
10.2 A contrapartida deverá ser informada no Formulário de Inscrição e deve ser executada até dezembro de 2024.
10.3 Os Prêmios por reconhecimento, conforme item 1.3 deste edital, são isentos da apresentação de contrapartidas.

11. ETAPAS DO EDITAL

11.1 A seleção dos projetos submetidos a este Edital será composta das seguintes etapas:
I - Análise de mérito cultural dos projetos: fase de análise do projeto realizada por comissão de seleção; e divulgação dos selecionados
II - Habilitação: fase de apresentação e análise dos documentos dos proponentes selecionados, descritos no tópico 14 e divulgação dos habilitados.

12. ANÁLISE DE MÉRITO CULTURAL DOS PROJETOS

12.1 Entende-se por "Análise de mérito cultural" a identificação, tanto individual quanto sobre seu contexto social, de aspectos relevantes dos projetos culturais, concorrentes em uma mesma categoria de apoio, realizada por meio da atribuição fundamentada de notas aos critérios descritos neste edital.
12.2 Por análise comparativa compreende-se a análise não apenas dos itens individuais de cada projeto, mas de suas propostas, impactos e relevância em relação aos outros projetos inscritos na mesma categoria. A pontuação de cada projeto é atribuída em função desta comparação.
12.3 A análise dos projetos culturais será realizada por comissão de seleção formada por, no mínimo, 03 (três) pareceristas externos, com experiência no segmento cultural.
12.4 Os membros da comissão de seleção ficam impedidos de participar da apreciação de projetos e iniciativas que estiverem em processo de avaliação nos quais:
I - tenham interesse direto na matéria;
II - tenham participado como colaborador na elaboração do projeto ou tenham participado da instituição proponente nos últimos dois anos, faça parte da equipe técnica do projeto ou se tais situações ocorrem quanto ao cônjuge, companheiro ou parente e afins até o terceiro grau; e
III - estejam litigando judicial ou administrativamente com o proponente ou com respectivo cônjuge ou companheiro.
12.5 O membro da comissão que incorre em impedimento deve comunicar o fato à referida Comissão, abstendo-se de atuar, sob pena de nulidade dos atos que praticar.
12.6 Para esta seleção serão considerados os critérios de pontuação estabelecidos no Anexo II deste edital.
12.7 Contra a decisão da fase de mérito cultural, caberá recurso destinado à Comissão de Seleção.
12.8 Os recursos de que tratam o item 12.8 deverão ser apresentados no prazo de 3 (três) dias úteis, conforme inciso III, do art. 16 do decreto 11.453/2023, a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação.
12.09 Os recursos devem ser encaminhados através do e-mail recursoartesvisuaislpgpara@gmail.com, de 00h do dia 01/11/2023 até as 17h do dia 06/11/2023.
12.10 Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.
12.11 Após o julgamento dos recursos, o resultado final da análise de mérito cultural será publicado no Diário Oficial do Estado (DOE) contendo nome e CPF dos proponentes. A nota obtida e a justificativa serão publicadas no sítio eletrônico www.secult.pa.gov.br.

13. REMANEJAMENTO DOS RECURSOS

13.1 Não havendo número de propostas culturais selecionadas suficientes em uma modalidade, será selecionada a proposta de outra modalidade com maior quantidade de pontos, em ordem decrescente e levando em consideração o disposto no item 5 (Cotas).

14. ETAPA DE HABILITAÇÃO

14.1 Finalizada a etapa de análise de mérito cultural, o proponente do projeto contemplado deverá, no prazo de 06 (seis) dias úteis, apresentar os seguintes documentos através do Mapa Cultural, conforme sua natureza jurídica:
14.1.1 PESSOA FÍSICA
I - certidão negativa de débitos relativos a créditos tributários federais e Dívida Ativa da União;
II - certidões negativas de débitos relativas ao créditos tributários estaduais e municipais, expedidas pela Secretaria da Fazendo do Pará (SEFA).

14.1.1.2 A comprovação de residência poderá ser dispensada nas hipóteses de agentes culturais:
I - pertencentes à comunidade indígena, quilombola, cigana ou circense;
II - pertencentes à população nômade ou itinerante; que se encontrem em situação de rua.
14.1.2 PESSOA JURÍDICA
I - certidão negativa de falência e recuperação judicial, expedida pelo Tribunal de Justiça estadual, nos casos de pessoas jurídicas com fins lucrativos;
II - certidão negativa de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
III - certidão negativa de débito estadual – Emitida pela SEFA/PA ;
IV - Certidão negativa municipal, expedidas pela Secretaria Municipal de Finanças;
V - Certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - CRF/FGTS;
VI - certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, emitida no site do Tribunal Superior do Trabalho;
14.2 As certidões positivas com efeito de negativas servirão como certidões negativas, desde que não haja referência expressa de impossibilidade de celebrar instrumentos jurídicos com a administração pública.
14.3 Contra a decisão da fase de habilitação, caberá recurso fundamentado e específico destinado a SECULT/PA, através do email recursoartesvisuaislpgpara@gmail.com de 00h do dia 22/11/2023 até as 17h do dia 27/11/2023.
14.4 Os recursos de trata o item 14.3 deverão ser apresentados no prazo de 3 dias úteis a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação, não cabendo recurso administrativo da decisão após esta fase.
14.5 Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.
14.6 Caso o proponente esteja em débito com o ente público responsável pela seleção e com a União não será possível o recebimento dos recursos de que trata este Edital.

15. ASSINATURA DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL E RECEBIMENTO DOS RECURSOS

15.1 Finalizada a fase de habilitação, o agente cultural contemplado será convocado a assinar o Termo de Execução Cultural, conforme Anexo III deste Edital, de forma presencial ou eletrônica.
15.2 O Termo de Execução Cultural corresponde ao documento a ser assinado pelo agente cultural (proponente) selecionado neste Edital e pelo concedente, contendo as obrigações dos assinantes do Termo.
15.3 Após a assinatura do Termo de Execução Cultural, o agente cultural receberá os recursos, com desembolso único, em até 30 (trinta) dias, EXCLUSIVAMENTE EM CONTA CORRENTE de qualquer banco, aberta especificamente para este fim.
15.3.1 A conta bancária da instituição financeira não deverá ter cobrança de tarifas.
15.3.2 Não serão aceitas contas poupança, conta salário, contas de recebimento de auxílio social do Governo (bolsa família, por exemplo).
15.4 A assinatura do Termo de Execução Cultural e o recebimento do apoio estão condicionados à existência de disponibilidade orçamentária e financeira, caracterizando a seleção como expectativa de direito do proponente.
15.5 O agente cultural deve assinar e enviar o Termo de Execução Cultural em até 2 (dois) dias úteis após envio da concedente, conforme previsto no cronograma, sob pena de perda do apoio financeiro e convocação do suplente para assumir sua vaga.

16. DIVULGAÇÃO DOS PROJETOS

16.1. Os contemplados comprometem-se a incluir nos créditos de todo material de divulgação, as logomarcas da SECULT-PA / Governo do Estado, do Ministério da Cultura / Governo Federal, obedecendo aos critérios de veiculação das logomarcas estabelecidas de forma padronizada, que estarão à disposição no site www.secult.pa.gov.br, e deverão incluir também a frase: "**Projeto selecionado pelo 'Edital de Artes Visuais – Lei Paulo Gustavo"**.
16.2 Os produtos artístico-culturais e as peças de divulgação dos projetos exibirão as marcas do Governo Federal, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura e SECULT-PA.
16.3 O material de divulgação dos projetos e seus produtos deve ser disponibilizado em formatos acessíveis a pessoas com deficiência e conterá informações sobre os recursos de acessibilidade disponibilizados.
16.4 O material de divulgação dos projetos deve ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, e não pode conter nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal.

17. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

17.1 Os procedimentos de monitoramento e avaliação dos projetos culturais contemplados, assim como prestação de informação à administração pública, observarão o Decreto 11.453/2023 (Decreto de Fomento), que dispõe sobre os mecanismos de fomento do sistema de financiamento à cultura, observadas às exigências legais de simplificação e de **foco no cumprimento do objeto.**
17.2 O agente cultural deve prestar contas por meio da apresentação do Relatório Final de Execução do Objeto, conforme documento constante no Anexo IV e orientação contida no Decreto nº11.453/2023, artigo 29, inciso 2 que versa sobre a prestação de informações em relatório de execução do objeto.
Parágrafo único: Em caso de realizador do edital considerar que não foi possível aferir o cumprimento integral do objeto no Relatório Final de Execução, e que as justificativas apresentadas sobre o cumprimento parcial do objeto não foram suficientes, lhe é facultado o direito de requisitar o Relatório de Execução Financeira com as devidas comprovações (nota fiscal, recibos e documento congêneres), conforme contido no inciso 3 do artigo 29 e no inciso 3 do parágrafo II do artigo 30.
17.3 O Relatório Final de Execução do Objeto deve ser apresentado até 31 de dezembro de 2024, com o fim da vigência do Termo de Execução Cultural.

18. DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1 O acompanhamento de todas as etapas deste Edital e a observância quanto aos prazos serão de inteira responsabilidade dos proponentes. Para tanto, deverão ficar atentos às publicações no sitio eletrônico www.secult.pa.gov.br, no Diário Oficial do Estado e nas mídias sociais oficiais da SECULT.
18.2 O presente Edital e os seus anexos estão disponíveis no site http://www.mapacultural.pa.gov.br/lpg/artes-visuais.
18.3 Toda relação do proponente com o edital deverá ser através da plataforma mapa cultural, do e-mail editalartesvisuaislpgpara@gmail.com e do telefone (91) 99383 8335.
18.4 Os casos omissos porventura existentes ficarão a cargo da Secretária de Estado de Cultura.
18.5 Eventuais irregularidades relacionadas aos requisitos de participação, constatadas a qualquer tempo, implicarão na desclassificação do proponente.
18.6 O proponente será o único responsável pela veracidade da proposta e documentos encaminhados, isentando a SECULT/PA de qualquer responsabilidade civil ou penal.
18.7 O apoio concedido por meio deste Edital poderá ser acumulado com recursos captados por meio de leis de incentivo fiscal e outros programas e/ou apoios federais, estaduais e municipais.
18.8 A inscrição implica no conhecimento e concordância dos termos e condições previstos neste Edital, na Lei Complementar 195/2022 (Lei Paulo Gustavo), no Decreto 11.525/2023 (Decreto Paulo Gustavo) e no Decreto 11.453/2023 (Decreto de Fomento).

19. CRONOGRAMA

ETAPA	DATA INICIAL	DATA FINAL
1 - Publicação do edital	12/09/2023	
2 - Inscrições	12/09/2023	12/10/2023
3 - Resultado Preliminar de Selecionados	31/10/2023	
4 - Período de recurso	01/11/2023	06/11/2023
5 - Homologação do Resultado Final	09/11/2023	
6 - Entrega de Documentos dos selecionados	09/11/2023	16/11/2023
7 - Resultado Preliminar de Habilitados	21/11/2023	
8 - Período de recurso de Habilitação	22/11/2023	27/11/2023
9 - Período de pagamento dos selecionados	28/11/2023	29/12/2023
10 - Execução de projeto	até 31/12/2024	
11 - Relatório Final de Execução do Objeto	até 31/12/2024	

20. ANEXOS:

20.1 Compõem este Edital os seguintes anexos:
Anexo I - Formulário de Inscrição/Plano de Trabalho;
Anexo II - Critérios de Seleção;
Anexo III - Termo de Execução Cultural;
Anexo IV - Relatório de Execução do Objeto;
Anexo V - Declaração de representação de grupo ou coletivo; e
Anexo VI - Declaração étnico-racial
Anexo VII – Planilha Orçamentária

ANEXO I

FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO (DISPONÍVEL NO MAPA)

1. DADOS DO PROPONENTE

Proponente é pessoa física ou pessoa jurídica?
( ) Pessoa Física
( ) Pessoa Jurídica

PARA PESSOA FÍSICA:

Nome Completo:
Nome artístico ou nome social (se houver):
CPF:
RG:
Data de nascimento:
E-mail:
Telefone:
Endereço completo:
CEP:
Cidade:
Estado:

Você reside em quais dessas áreas?
( ) Zona urbana central
( ) Zona urbana periférica
( ) Zona rural
( ) Área de vulnerabilidade social
( ) Unidades habitacionais
( ) Territórios indígenas (demarcados ou em processo de demarcação)
( ) Comunidades quilombolas (terra titulada ou em processo de titulação, com registro na Fundação Palmares)
( ) Áreas atingidas por barragem
( ) Território de povos e comunidades tradicionais (ribeirinhos, louceiros, cipozeiro, pequizeiros, vazanteiros, povos do mar etc.).

Pertence a alguma comunidade tradicional?
( ) Não pertenço a comunidade tradicional
( ) Comunidades Extrativistas
( ) Comunidades Ribeirinhas
( ) Comunidades Rurais
( ) Indígenas
( ) Povos Ciganos
( ) Pescadores(as) Artesanais
( ) Povos de Terreiro
( ) Quilombolas
( ) Outra comunidade tradicional

Gênero:
( ) Mulher cisgênero
( ) Homem cisgênero
( ) Mulher Transgênero
( ) Homem Transgênero
( ) Pessoa Não Binária
( ) Não informar

Raça, cor ou etnia:
( ) Branca
( ) Preta

( ) Parda
( ) Indígena
( ) Amarela
Você é uma Pessoa com Deficiência - PCD?
( ) Sim
( ) Não
Caso tenha marcado "sim", qual tipo de deficiência?
( ) Auditiva
( ) Física
( ) Intelectual
( ) Múltipla
( ) Visual
Qual o seu grau de escolaridade?
( ) Não tenho Educação Formal
( ) Ensino Fundamental Incompleto
( ) Ensino Fundamental Completo
( ) Ensino Médio Incompleto
( ) Ensino Médio Completo
( ) Curso Técnico Completo
( ) Ensino Superior Incompleto
( ) Ensino Superior Completo
( ) Pós Graduação Completo
Qual a sua renda mensal fixa individual (média mensal bruta aproximada) nos últimos 3 meses?
(Calcule fazendo uma média das suas remunerações nos últimos 3 meses. Em 2023, o salário mínimo foi fixado em R$ 1.320,00.)
( ) Nenhuma renda.
( ) Até 1 salário mínimo
( ) De 1 a 3 salários mínimos
( ) De 3 a 5 salários mínimos
( ) De 5 a 8 salários mínimos
( ) De 8 a 10 salários mínimos
( ) Acima de 10 salários mínimos
Você é beneficiário de algum programa social?
( ) Não
( ) Bolsa família
( ) Benefício de Prestação Continuada
( ) Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
( ) Garantia-Safra
( ) Seguro-Defeso
( ) Outro
Vai concorrer às cotas afirmativas?
( ) Sim ( ) Não
Se sim. Qual?
( ) Pessoa negra
( ) Pessoa indígena
Qual a sua principal função/profissão no campo artístico e cultural?
( ) Artista.
( ) Instrutor(a), oficineiro(a), educador(a) artístico(a)-cultural e afins.
( ) Curador(a), Programador(a) e afins.
( ) Gestor(a)
( ) Técnico(a)
( ) Consultor(a), Pesquisador(a) e afins.
( )_____Outro(a)s
Você está representando um coletivo (sem CNPJ)?
( ) Não
( ) Sim
Caso tenha respondido "sim":
Nome do coletivo:
Ano de Criação:
Quantas pessoas fazem parte do coletivo?
Nome completo e CPF das pessoas que compõem o coletivo:
PARA PESSOA JURÍDICA:
Razão Social:
Nome fantasia:
CNPJ:
Endereço da sede:
Cidade:
Estado:
Número de representantes legais:
Nome do representante legal:
CPF do representante legal:
E-mail do representante legal:
Telefone do representante legal:
Gênero do representante legal
( ) Mulher cisgênero
( ) Homem cisgênero
( ) Mulher Transgênero
( ) Homem Transgênero
( ) Não Binária/Binárie
( ) Não informar
Raça/cor/etnia do representante legal
( ) Branca
( ) Preta
( ) Parda
( ) Amarela
( ) Indígena
Representante legal é pessoa com deficiência - PCD?
( ) Sim
( ) Não
Caso tenha marcado "sim" qual o tipo de deficiência?
( ) Auditiva
( ) Física
( ) Intelectual
( ) Múltipla
( ) Visual
Escolaridade do representante legal
( ) Não tenho Educação Formal
( ) Ensino Fundamental Incompleto
( ) Ensino Fundamental Completo
( ) Ensino Médio Incompleto
( ) Ensino Médio Completo
( ) Curso Técnico completo
( ) Ensino Superior Incompleto
( ) Ensino Superior Completo
( ) Pós Graduação completo
2. DADOS DO PROJETO
Nome do Projeto:
Escolha a categoria a que vai concorrer:
Quais atividades e/ou produtos estão previstos no seu projeto? Por favor, quantifique.
Bolsa para desenvolvimento de processos criativos
Capacitação
Catálogo
Curso livre
Curso regular
Encontro
Evento cultural
Exibição
Exposição
Feira
Festival
Fomento
Fotografia
Live
Mostra
Obra
Oficina
Palestra
Pesquisa
Podcast
Premiação
Produção de publicações
Projeto
Publicação
Restauro
Seminário
Site
Vídeo
Vivência
Descrição do projeto
(Na descrição, você deve apresentar informações gerais sobre o seu projeto. Algumas perguntas orientadoras: O que você realizará com o projeto? Porque ele é importante para a sociedade? Como a ideia do projeto surgiu? Conte sobre o contexto de realização.)
Objetivos do projeto
(Neste campo, você deve propor objetivos para o seu projeto, ou seja, deve informar o que você pretende alcançar com a realização do projeto. É importante que você seja breve e proponha entre três a cinco objetivos.)
Metas
(Neste espaço, é necessário detalhar os objetivos em pequenas ações e/ou resultados que sejam quantificáveis. Por exemplo: Realização de 02 oficinas de artes circenses; Confecção de 80 figurinos; 120 pessoas idosas beneficiadas.)
Perfil do público a ser atingido pelo projeto
(Preencha aqui informações sobre as pessoas que serão beneficiadas ou participarão do seu projeto. Perguntas orientadoras: Quem vai ser o público do seu projeto? Essas pessoas são crianças, adultas e/ou idosas? Elas fazem parte de alguma comunidade? Qual a escolaridade delas? Elas moram em qual local, bairro e/ou região? No caso de públicos digitais, qual o perfil das pessoas a que seu projeto se direciona?)
Sua ação cultural é voltada prioritariamente para algum destes perfis de público?
Pessoas vítimas de violência
Pessoas em situação de pobreza
Pessoas em situação de rua (moradores de rua)
Pessoas em situação de restrição e privação de liberdade (população carcerária)
Pessoas com deficiência
Pessoas em sofrimento físico e/ou psíquico
Mulheres
Gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transgêneros e transexuais
Povos e comunidades tradicionais
Negros e/ou negras
Ciganos
Indígenas
Não é voltada especificamente para um perfil, é aberta para todos
Outros
Medidas de acessibilidade empregadas no projeto
(Marque quais medidas de acessibilidade serão implementadas ou estarão disponíveis para a participação de Pessoas com deficiência - PCD´s, tais como, intérprete de libras, audiodescrição, entre outras medidas de acessibilidade a pessoas com deficiência, idosos e mobilidade reduzida, conforme Instrução Normativa nº xxxx.)
Acessibilidade arquitetônica:
( ) rotas acessíveis, com espaço de manobra para cadeira de rodas;
( ) piso tátil;
( ) rampas;
( ) elevadores adequados para pessoas com deficiência;
( ) corrimãos e guarda-corpos;
( ) banheiros femininos e masculinos adaptados para pessoas com deficiência;

( ) vagas de estacionamento para pessoas com deficiência;
( ) assentos para pessoas obesas;
( ) iluminação adequada;
( ) Outra _____
Acessibilidade comunicacional:
( ) a Língua Brasileira de Sinais - Libras;
( ) o sistema Braille;
( ) o sistema de sinalização ou comunicação tátil;
( ) a audiodescrição;
( ) as legendas;
( ) a linguagem simples;
( ) textos adaptados para leitores de tela; e
( ) Outra _____
Acessibilidade atitudinal:
( ) capacitação de equipes atuantes nos projetos culturais;
( ) contratação de profissionais com deficiência e profissionais especializados em acessibilidade cultural;
( ) formação e sensibilização de agentes culturais, público e todos os envolvidos na cadeia produtiva cultural; e
( ) outras medidas que visem a eliminação de atitudes capacitistas.
Informe como essas medidas de acessibilidade serão implementadas ou disponibilizadas de acordo com o projeto proposto.
Local onde o projeto será executado
Informe os espaços culturais e outros ambientes onde a sua proposta será realizada. É importante informar também os municípios e Estados onde ela será realizada.
Previsão do período de execução do projeto
Data de início:
Data final:
Equipe
Informe quais são os profissionais que atuarão no projeto, conforme quadro a seguir:

Nome do profissional / empresa	Função no projeto	CPF/CNPJ	Pessoa negra?	Pessoa índigena?	Pessoa com deficiência?	[INSERIR MAIS COLUNAS, SE NECESSÁRIO]
Ex.: João Silva	Curador	123456789101	Sim/Não	Sim/Não	Sim/Não	

Cronograma de Execução
Descreva os passos a serem seguidos para execução do projeto.

Atividade Geral	Etapa	Descrição	Início	Fim	[INSERIR MAIS COLUNAS, SE NECESSÁRIO]
Ex: Comunicação	Pré-produção	Divulgação do projeto nos veículos de imprensa	11/10/2023	11/11/2023	

Estratégia de divulgação
Apresente os meios que serão utilizados para divulgar o projeto. ex.: impulsionamento em redes sociais.
Contrapartida
Neste campo, descreva qual contrapartida será realizada, quando será realizada, e onde será realizada.
Projeto possui recursos financeiros de outras fontes? Se sim, quais?
(Informe se o projeto prevê apoios financeiros tais como cobrança de ingressos, patrocínio e/ou outras fontes de financiamento. Caso positivo, informe a previsão de valores e onde serão empregados no projeto.)
( ) Não, o projeto não possui outras fontes de recursos financeiros
( ) Apoio financeiro municipal
( ) Apoio financeiro estadual
( ) Recursos de Lei de Incentivo Municipal
( ) Recursos de Lei de Incentivo Estadual
( ) Recursos de Lei de Incentivo Federal
( ) Patrocínio privado direto
( ) Patrocínio de instituição internacional
( ) Doações de Pessoas Físicas
( ) Doações de Empresas
( ) Cobrança de ingressos
( ) Outros
Se o projeto tem outras fontes de financiamento, detalhe quais são, o valor do financiamento e onde os recursos serão empregados no projeto.
O projeto prevê a venda de produtos/ingressos?
(Informe a quantidade dos produtos a serem vendidos, o valor unitário por produto e o valor total a ser arrecadado. Detalhe onde os recursos arrecadados serão aplicados no projeto.)
3. PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
Preencha a tabela informando todas as despesas indicando as metas/etapas às quais elas estão relacionadas.
Deve haver a indicação do parâmetro de preço (Ex.: preço estabelecido no SALICNET, 3 orçamentos, etc) utilizado com a referência específica do item de despesa, conforme exemplo abaixo.

Descrição do item	Justificativa	Unidade de medida	Valor unitário	Quantidade	Valor total	Referência de preço
Ex.: Fotógrafo	Profissional necessário para registro da oficina	Serviço	R$1.100,00	1	R$1.100,00	Salicnet – Oficina/ workshop/seminário Audiovisual – Brasília – Fotografia Artística - Serviço

4. DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS A SEREM ANEXADOS
Encaminhe junto a esse formulário os seguintes documentos:
RG e CPF do proponente
Currículo do proponente
Mini currículo dos integrantes do projeto
[OUTROS DOCUMENTOS QUE FOREM OBRIGATÓRIOS DE ACORDO COM AS CATEGORIAS]

ANEXO II

CRITÉRIOS UTILIZADOS NA AVALIAÇÃO DE MÉRITO CULTURAL

As comissões de seleção atribuirão notas de 0 a 10 pontos a cada um dos critérios de avaliação de cada projeto, conforme tabela a seguir:

CRITÉRIOS OBRIGATÓRIOS PARA PROJETOS DE FOMENTO

Identificação do Critério	Descrição do Critério	Pontuação Máxima
A	**Qualidade do Projeto - Coerência do objeto, objetivos, justificativa e metas do projeto** A análise deverá considerar, para fins de avaliação e valoração, se o conteúdo do projeto apresenta, como um todo, coerência, observando o objeto, a justificativa e as metas, sendo possível visualizar de forma clara os resultados que serão obtidos.	20
B	**Relevância da ação proposta para o cenário cultural do Estado do Pará** A análise deverá considerar, para fins de avaliação e valoração, se a ação contribui para o enriquecimento e valorização da cultura do estado do Pará.	10
C	**Aspectos de integração comunitária na ação proposta pelo projeto** Considera-se, para fins de avaliação e valoração, se o projeto apresenta aspectos de integração comunitária, através das contrapartidas e estratégias de acessibilidade exigidas pelo Edital.	10
D	**Coerência da planilha orçamentária e do cronograma de execução às metas, resultados e desdobramentos do projeto proposto** A análise deverá avaliar e valorar a viabilidade técnica do projeto sob o ponto de vista dos gastos previstos na planilha orçamentária, sua execução e a adequação ao objeto, metas e objetivos previstos. Também deverá ser considerada para fins de avaliação, a coerência e conformidade dos valores e quantidades dos itens relacionados na planilha orçamentária do projeto.	10
E	**Coerência do Plano de Divulgação ao Cronograma, Objetivos e Metas do projeto proposto** A análise deverá avaliar e valorar a viabilidade técnica e comunicacional com público alvo do projeto, mediante as estratégias, mídias e materiais apresentados, bem como a capacidade de execução.	10
F	**Compatibilidade da ficha técnica com as atividades desenvolvidas** A análise deverá considerar a carreira dos profissionais que compõem o corpo técnico e artístico, verificando a coerência ou não em relação às atribuições que serão executadas por eles no projeto (para esta avaliação serão considerados os currículos dos membros da ficha técnica).	10
G	**Trajetória artística e cultural do proponente** Será considerado para fins de análise a carreira do proponente, com base no currículo e comprovações enviadas juntamente com a proposta	10
PONTUAÇÃO TOTAL:		80

CRITÉRIOS OBRIGATÓRIOS PARA PREMIAÇÃO

Identificação do Critério	Descrição do Critério	Pontuação Máxima
A	**Trajetória artística e cultural do proponente com de 10 anos comprovados. A partir daí, para cada ano comprovado, o proponente obtém 1 ponto extra.** Será considerado para fins de análise a carreira do proponente, com base no dossiê e comprovações enviadas juntamente com a proposta	10 padrão para quem comprova 10 anos de atividade
B	**Coerência da proposta de premiação** A análise deverá considerar, para fins de avaliação e valoração, a Justificativa para premiação.	10
C	**Aspectos de transmissão de conhecimentos** Considera-se, para fins de avaliação e valoração, se o proponente apresenta atividades de repasse de seus conhecimentos para outras pessoas ou grupo (contrapartidas).	10
PONTUAÇÃO TOTAL:		30+

A pontuação final de cada candidatura será definida por média das notas atribuídas individualmente por cada membro da Comissão de Seleção.
Os critérios gerais são eliminatórios, de modo que, o agente cultural que receber pontuação 0 em algum dos critérios será desclassificado do Edital.
Em caso de empate, serão utilizados para fins de classificação dos projetos a maior nota nos critérios de acordo com a ordem abaixo definida: A, B, C, D, E, F, G, H respectivamente.
Caso nenhum dos critérios acima elencados seja capaz de promover o desempate será adotado o critério de maior idade do proponente pessoa física ou representante de pessoa jurídica.

Serão considerados aptos os projetos de fomento que receberem nota final igual ou superior a 40 pontos.
Serão considerados aptas as propostas de premiação que receberem nota final igual ou superior a 20 pontos.
Serão desclassificados os projetos que:
I - receberam nota 0 em qualquer dos critérios obrigatórios;
II - apresentem quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade ou outras formas de discriminação serão desclassificadas, com fundamento no disposto no inciso IV do caput do art. 3º da Constituição, garantidos o contraditório e a ampla defesa.
III - A falsidade de informações acarretará desclassificação, podendo ensejar, ainda, a aplicação de sanções administrativas ou criminais.

ANEXO III
TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº [INDICAR NÚMERO]/[INDICAR ANO] TENDO POR OBJETO A CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO A AÇÕES CULTURAIS CONTEMPLADAS PELO EDITAL nº XX/2023 –, NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO), DO DECRETO N. 11.525/2023 (DECRETO PAULO GUSTAVO) E DO DECRETO 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

1. PARTES

1.1 O [NOME DO ENTE FEDERATIVO], neste ato representado por [AUTORIDADE QUE ASSINARÁ PELO ENTE FEDERATIVO], Senhor(a) [INDICAR NOME DA AUTORIDADE QUE ASSINARÁ PELO ENTE FEDERATIVO], e o(a) AGENTE CULTURAL, [INDICAR NOME DO(A) AGENTE CULTURAL CONTEMPLADO], portador(a) do RG nº [INDICAR Nº DO RG], expedida em [INDICAR ÓRGÃO EXPEDIDOR], CPF nº [INDICAR Nº DO CPF], residente e domiciliado(a) à [INDICAR ENDEREÇO], CEP: [INDICAR CEP], telefones: [INDICAR TELEFONES], resolvem firmar o presente Termo de Execução Cultural, de acordo com as seguintes condições:

2. PROCEDIMENTO

2.1 Este Termo de Execução Cultural é instrumento da modalidade de fomento à execução de ações culturais de que trata o inciso I do art. 8 do Decreto 11.453/2023, celebrado com agente cultural selecionado nos termos da LEI COMPLEMENTAR Nº 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO), DO DECRETO N. 11.525/2023 (DECRETO PAULO GUSTAVO) E DO DECRETO 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

3. OBJETO

3.1. Este Termo de Execução Cultural tem por objeto a concessão de apoio financeiro ao projeto cultural [INDICAR NOME DO PROJETO], contemplado no conforme processo administrativo nº [INDICAR NÚMERO DO PROCESSO].

4. RECURSOS FINANCEIROS

4.1. Os recursos financeiros para a execução do presente termo totalizam o montante de R$ [INDICAR VALOR EM NÚMERO ARÁBICOS] ([INDICAR VALOR POR EXTENSO] reais).
4.2. Serão transferidos à conta do(a) AGENTE CULTURAL, especialmente aberta no [NOME DO BANCO], Agência [INDICAR AGÊNCIA], Conta Corrente nº [INDICAR CONTA], para recebimento e movimentação.

5. APLICAÇÃO DOS RECURSOS

5.1 Os rendimentos de ativos financeiros poderão ser aplicados para o alcance do objeto, sem a necessidade de autorização prévia.

6. OBRIGAÇÕES

6.1 São obrigações da SECULT/PA:
I) transferir os recursos ao(a)AGENTE CULTURAL;
II) orientar o(a) AGENTE CULTURAL sobre o procedimento para a prestação de informações dos recursos concedidos;
III) analisar e emitir parecer sobre os relatórios e sobre a prestação de informações apresentados pelo(a) AGENTE CULTURAL;
IV) zelar pelo fiel cumprimento deste termo de execução cultural;
V) adotar medidas saneadoras e corretivas quando houver inadimplemento;
VI) monitorar o cumprimento pelo(a) AGENTE CULTURAL das obrigações previstas na CLÁUSULA 6.2.
6.2 São obrigações do(a) AGENTE CULTURAL:
I) executar a ação cultural aprovada;
II) aplicar os recursos concedidos pela Lei Paulo Gustavo na realização da ação cultural;
III) manter, obrigatória e exclusivamente, os recursos financeiros depositados na conta especialmente aberta para o Termo de Execução Cultural;
IV) facilitar o monitoramento, o controle e supervisão do termo de execução cultural bem como o acesso ao local de realização da ação cultural;
V) prestar informações à SECULT por meio de Relatório de Execução do Objeto, apresentado no prazo máximo de até 31 de dezembro de 2024, contados do término da vigência do termo de execução cultural;
VI) atender a qualquer solicitação regular feita pela SECULT, a contar do recebimento da notificação;
VII) divulgar nos meios de comunicação, a informação de que a ação cultural aprovada é apoiada com recursos da Lei Paulo Gustavo, incluindo as marcas do Governo federal, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura;
VIII) não realizar despesa em data anterior ou posterior à vigência deste termo de execução cultural;
IX) guardar a documentação referente à prestação de informações pelo prazo de 10 anos, contados do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural;
X) não utilizar os recursos para finalidade diversa da estabelecida no projeto cultural;
XI) executar a contrapartida conforme pactuado.

7. PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES,

7.1 O agente cultural prestará contas à administração pública por meio da categoria de prestação de informações em relatório de execução do objeto.
7.2 A prestação de informações em relatório de execução do objeto comprovará que foram alcançados os resultados da ação cultural, por meio dos seguintes procedimentos:
I - apresentação de relatório de execução do objeto pelo beneficiário no prazo estabelecido pelo ente federativo no regulamento ou no instrumento de seleção;
II - apresentação de relatório de execução financeira do projeto, e;
III - análise do relatório de execução do objeto por agente público designado.
7.2.1 O relatório de prestação de informações sobre o cumprimento do objeto deverá:
I - comprovar que foram alcançados os resultados da ação cultural;
II - conter a descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;
III - ter anexados documentos de comprovação do cumprimento do objeto, tais como: Declarações de realização dos eventos, com registro fotográfico ou audiovisual, clipping de matérias jornalísticas, releases, folders, catálogos, panfletos, filipetas, bem como outros documentos pertinentes à execução do projeto.
7.2.2 O agente público competente elaborará parecer técnico de análise do relatório de execução do objeto e poderá adotar os seguintes procedimentos, de acordo com o caso concreto:
I - encaminhar o processo à autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações, caso conclua que houve o cumprimento integral do objeto; ou
II - solicitar a apresentação, pelo agente cultural, de relatório de execução financeira, caso considere que não foi possível aferir o cumprimento integral do objeto no relatório de execução do objeto ou que as justificativas apresentadas sobre o cumprimento parcial do objeto foram insuficientes.
7.2.3 Após o recebimento do processo pelo agente público de que trata o item 7.2.2, autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações poderá:
I - determinar o arquivamento, caso considere que houve o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado;
II - solicitar a apresentação, pelo agente cultural, de relatório de execução financeira, caso considere que não foi possível aferir o cumprimento integral do objeto no relatório de execução do objeto ou que as justificativas apresentadas sobre o cumprimento parcial do objeto foram insuficientes; ou
III - aplicar sanções ou decidir pela rejeição da prestação de informações, caso verifique que não houve o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado, ou caso identifique irregularidades no relatório de execução financeira.
7.3 O relatório de execução financeira será exigido, independente da modalidade inicial de prestação de informações (in loco ou em relatório de execução do objeto), somente nas seguintes hipóteses:
I - quando não estiver comprovado o cumprimento do objeto, observados os procedimentos previstos no item 7.2; ou
II - quando for recebida, pela administração pública, denúncia de irregularidade na execução da ação cultural, mediante juízo de admissibilidade que avaliará os elementos fáticos apresentados.
7.3.1 O prazo para apresentação do relatório de execução financeira será de, no mínimo, trinta dias, contado do recebimento da notificação.
7.4 O julgamento da prestação de informações realizado pela autoridade do ente federativo que celebrou o termo de execução cultural avaliará o parecer técnico de análise de prestação de informações e poderá concluir pela:
I - aprovação da prestação de informações, com ou sem ressalvas; ou
II - reprovação da prestação de informações, parcial ou total.
7.5 Na hipótese de o julgamento da prestação de informações apontar a necessidade de devolução de recursos, o agente cultural será notificado para que exerça a opção por:
I - devolução parcial ou integral dos recursos ao erário;
II - apresentação de plano de ações compensatórias; ou
III - devolução parcial dos recursos ao erário juntamente com a apresentação de plano de ações compensatórias.
7.5.1 A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a reprovação da prestação de informações, desde que comprovada.
7.5.2 Nos casos em que estiver caracterizada má-fé do agente cultural, será imediatamente exigida a devolução de recursos ao erário, vedada a aceitação de plano de ações compensatórias.
7.5.3 Nos casos em que houver exigência de devolução de recursos ao erário, o agente cultural poderá solicitar o parcelamento do débito, na forma e nas condições previstas na legislação.
7.5.4 O prazo de execução do plano de ações compensatórias será o menor possível, conforme o caso concreto, limitado à metade do prazo originalmente previsto de vigência do instrumento.

8. ALTERAÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

8.1 A alteração do termo de execução cultural será formalizada por meio de termo aditivo.
8.2 A formalização de termo aditivo não será necessária nas seguintes hipóteses:
I - prorrogação de vigência realizada de ofício pela administração pública quando der causa a atraso na liberação de recursos; e
II - alteração do projeto sem modificação do valor global do instrumento e sem modificação substancial do objeto.
8.3 Na hipótese de prorrogação de vigência, o saldo de recursos será automaticamente mantido na conta, a fim de viabilizar a continuidade da execução do objeto.
8.4 As alterações do projeto cujo escopo seja de, no máximo, 20% poderão ser realizadas pelo agente cultural e comunicadas à administração pública em seguida, sem a necessidade de autorização prévia.
8.5 A aplicação de rendimentos de ativos financeiros em benefício do objeto do termo de execução cultural poderá ser realizada pelo agente cultural sem a necessidade de autorização prévia da administração pública.
8.6 Nas hipóteses de alterações em que não seja necessário termo aditivo, poderá ser realizado apostilamento.

9. TITULARIDADE DE BENS

9.1 Os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução da ação cultural fomentada serão de titularidade

do agente cultural desde a data da sua aquisição.
9.2 Nos casos de rejeição da prestação de contas em razão da aquisição ou do uso do bem, o valor pago pela aquisição será computado no cálculo de valores a devolver, com atualização monetária.
[OU]
9.2 Os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução da ação cultural fomentada serão de titularidade do [NOME DO ENTE].
[AO FORMALIZAR O TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL, O ENTE DEVE DECIDIR SE OS BENS ADQUIRIDOS, PRODUZIDOS OU TRANSFORMADOS PELO AGENTE CULTURAL SERÃO DO PRÓPRIO AGENTE CULTURAL OU DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. OS BENS PODEM FICAR COM O AGENTE CULTURAL NAS HIPÓTESES TRATADAS NO ART. 27 DO DECRETO 11.453/2023]

10. EXTINÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

10.1 O presente Termo de Execução Cultural poderá ser:
I - extinto por decurso de prazo;
II - extinto, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;
III - denunciado, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe; ou
IV - rescindido, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe, nas seguintes hipóteses:
a) descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;
b) irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas ;
c) violação da legislação aplicável;
d) cometimento de falhas reiteradas na execução;
e) má administração de recursos públicos;
f) constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;
g) não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;h) outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.
10.2 A denúncia só será eficaz 60 (sessenta) dias após a data de recebimento da notificação, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença.
10.3 Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.
10.4 Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje dano ao erário, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela Administração Pública.
10.5 Outras situações relativas à extinção deste Termo não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser negociados entre as partes ou, se for o caso, no Termo de Distrato.

11. SANÇÕES

11.1 . Nos casos em que for verificado que a ação cultural ocorreu, mas houve inadequação na execução do objeto ou na execução financeira sem má-fé, a autoridade pode concluir pela aprovação da prestação de informações com ressalvas e aplicar sanção de advertência ou multa.
11.2 A decisão sobre a sanção deve ser precedida de abertura de prazo para apresentação de defesa pelo AGENTE CULTURAL.
11.3 A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a aplicação de sanção, desde que regularmente comprovada.

12. MONITORAMENTO E CONTROLE DE RESULTADOS

12.1 [DEVE SER INFORMADO COMO O ÓRGÃO REALIZARÁ O MONITORAMENTO DAS AÇÕES, PODENDO SER POR MEIO DE COMISSÃO ESPECÍFICA PARA ESTE FIM, POR ENVIO DE RELATÓRIOS, ENTRE OUTRAS MEDIDAS].

13. VIGÊNCIA

13.1 A vigência deste instrumento terá início na data de assinatura das partes, com duração de [PRAZO EM ANOS OU MESES], podendo ser prorrogado por [PRAZO MÁXIMO DE PRORROGAÇÃO].

14. PUBLICAÇÃO

14.1 O Extrato do Termo de Execução Cultural será publicado no [INFORMAR ONDE SERÁ PUBLICADO]

15. FORO

15.1 Fica eleito o Foro de [LOCAL] para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao presente Termo de Execução Cultural.
LOCAL, [INDICAR DIA, MÊS E ANO].

Pelo órgão: Pelo Agente Cultural:
[NOME DO AGENTE CULTURAL]

ANEXO IV

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

1. DADOS DO PROJETO

Nome do projeto:
Nome do agente cultural proponente:
Nº do Termo de Execução Cultural
Vigência do projeto:
Valor repassado para o projeto:
Data de entrega desse relatório:

2. RESULTADOS DO PROJETO

2.1. Resumo:
Descreva de forma resumida como foi a execução do projeto, destacando principais resultados e benefícios gerados e outras informações pertinentes.

2.2. As ações planejadas para o projeto foram realizadas?
( ) Sim, todas as ações foram feitas conforme o planejado.
( ) Sim, todas as ações foram feitas, mas com adaptações e/ou alterações.
( ) Uma parte das ações planejadas não foi feita.
( ) As ações não foram feitas conforme o planejado.

2.3. Ações desenvolvidas
Descreva as ações desenvolvidas, com informações detalhando ações, datas, locais, horários, etc. Fale também sobre a eventuais alterações nas atividades previstas no projeto, bem como os possíveis impactos nas metas acordadas.

2.4. Cumprimento das Metas
Metas integralmente cumpridas:
• META 1 [Descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado]
◦ OBSERVAÇÃO DA META 1: [informe como a meta foi cumprida]
Metas parcialmente cumpridas (SE HOUVER):
• META 1 [Descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado]
◦ Observações da Meta 1: [Informe qual parte da meta foi cumprida]
◦ Justificativa para o não cumprimento integral: [Explique porque parte da meta não foi cumprida]
Metas não cumpridas (se houver)
• Meta 1 [Descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado]
◦ Justificativa para o não cumprimento: [Explique porque a meta não foi cumprida]

3. PRODUTOS GERADOS

3.1. A execução do projeto gerou algum produto?
Exemplos: vídeos, produção musical, produção gráfica etc.
( ) Sim
( ) Não

3.1.1. Quais produtos culturais foram gerados?
Você pode marcar mais de uma opção. Informe também as quantidades.
( ) Publicação
( ) Livro
( ) Catálogo
( ) Live (transmissão on-line)
( ) Vídeo
( ) Documentário
( ) Filme
( ) Relatório de pesquisa
( ) Produção musical
( ) Jogo
( ) Artesanato
( ) Obras
( ) Espetáculo
( ) Show musical
( ) Site
( ) Música
( ) Outros: _____

3.1.2. Como os produtos desenvolvidos ficaram disponíveis para o público após o fim do projeto?
Exemplos: publicações impressas, vídeos no YouTube?

3.2. Quais foram os resultados gerados pelo projeto?
Detalhe os resultados gerados por cada atividade prevista no Projeto.

3.2.1 Pensando nos resultados finais gerados pelo projeto, você considera que ele:
(Você pode marcar mais de uma opção).
( ) Desenvolveu processos de criação, de investigação ou de pesquisa.
( ) Desenvolveu estudos, pesquisas e análises sobre o contexto de atuação.
( ) Colaborou para manter as atividades culturais do coletivo.
( ) Fortaleceu a identidade cultural do coletivo.
( ) Promoveu as práticas culturais do coletivo no espaço em que foi desenvolvido.
( ) Promoveu a formação em linguagens, técnicas e práticas artísticas e culturais.
( ) Ofereceu programações artísticas e culturais para a comunidade do entorno.
( ) Atuou na preservação, na proteção e na salvaguarda de bens e manifestações culturais.

4. PÚBLICO ALCANÇADO

Informe a quantidade de pessoas beneficiadas pelo projeto, demonstre os mecanismos utilizados para mensuração, a exemplo de listas de presenças. Em caso de baixa frequência ou oscilação relevante informe as justificativas.

5. EQUIPE DO PROJETO

5.1 Quantas pessoas fizeram parte da equipe do projeto?
Digite um número exato (exemplo: 23).

5.2 Houve mudanças na equipe ao longo da execução do projeto?
( ) Sim ( ) Não
Informe se entraram ou saíram pessoas na equipe durante a execução do projeto.

5.3 Informe os profissionais que participaram da execução do projeto:

Nome do profissional/empresa	Função no projeto	CPF/CNPJ	Pessoa negra?	Pessoa índigena?	Pessoa com deficiência?	[INSERIR MAIS COLUNAS, SE NECESSÁRIO]
Ex.: João Silva	Cineasta	123456789101	Sim/Não	Sim/Não	Sim/Não	

6. LOCAIS DE REALIZAÇÃO

6.1 De que modo o público acessou a ação ou o produto cultural do projeto?
( )1. Presencial.
( ) 2. Virtual.
( ) 3. Híbrido (presencial e virtual).

Caso você tenha marcado os itens 2 ou 3 (virtual e híbrido):

6.2 Quais plataformas virtuais foram usadas?
Você pode marcar mais de uma opção.
( )Youtube
( )Instagram / IGTV

( )Facebook
( )TikTok
( )Google Meet, Zoom etc.
( )Outros: _____

6.3 Informe aqui os links dessas plataformas:
Caso você tenha marcado os itens 1 e 3 (Presencial e Híbrido):
6.4 De que forma aconteceram as ações e atividades presenciais do projeto?
( )1. Fixas, sempre no mesmo local.
( )2. Itinerantes, em diferentes locais.
( )3. Principalmente em um local base, mas com ações também em outros locais.
No item 6.4 caso você tenha marcado o item 1 (Fixas):
6.5 Em que município o projeto aconteceu?
6.7 Em que área do município o projeto foi realizado?
Você pode marcar mais de uma opção.
( )Zona urbana central.
( )Zona urbana periférica.
( )Zona rural.
( )Área de vulnerabilidade social.
( )Unidades habitacionais.
( )Territórios indígenas (demarcados ou em processo de demarcação).
( )Comunidades quilombolas (terra titulada, em processo de titulação, com registro na Fundação Palmares).
( )Áreas atingidas por barragem.
( )Território de povos e comunidades tradicionais (ribeirinhos, louceiros, cipozeiro, pequizeiros, vazanteiros, povos do mar etc.).
( )Outros: _____

__

6.8 Onde o projeto foi realizado?
Você pode marcar mais de uma opção.
( )Equipamento cultural público municipal.
( )Equipamento cultural público estadual.
( )Espaço cultural independente.
( )Escola.
( )Praça.
( )Rua.
( )Parque.
( )Outros
No item 6.4 caso você tenha marcado o item 2 (itinerante):
6.9 Em quais municípios o projeto aconteceu?
6.10 Em quais áreas o projeto foi realizado?
Você pode marcar mais de uma opção.
( )Zona urbana central.
( )Zona urbana periférica.
( )Zona rural.
( )Área de vulnerabilidade social.
( )Unidades habitacionais.
( )Territórios indígenas (demarcados ou em processo de demarcação).
( )Comunidades quilombolas (terra titulada, em processo de titulação, com registro na Fundação Palmares).
( )Áreas atingidas por barragem.
( )Território de povos e comunidades tradicionais (ribeirinhos, louceiros, cipozeiro, pequizeiros, vazanteiros, povos do mar etc.).
( )Outros: _____

__

6.11 Onde o projeto foi realizado?
Você pode marcar mais de uma opção.
( )Equipamento cultural público municipal.
( )Equipamento cultural público estadual.
( )Espaço cultural independente.
( )Escola.
( )Praça.
( )Rua.
( )Parque.
( )Outros _____
No item 6.4 caso você tenha marcado o item 3 (Base):
6.12 Em quais municípios o projeto aconteceu?
6.13 Em quais áreas o projeto foi realizado?
Você pode marcar mais de uma opção.
( )Zona urbana central.
( )Zona urbana periférica.
( )Zona rural.
( )Área de vulnerabilidade social.
( )Unidades habitacionais.
( )Territórios indígenas (demarcados ou em processo de demarcação).
( )Comunidades quilombolas (terra titulada, em processo de titulação, com registro na Fundação Palmares).
( )Áreas atingidas por barragem.
( )Território de povos e comunidades tradicionais (ribeirinhos, louceiros, cipozeiro, pequizeiros, vazanteiros, povos do mar etc.).
( )Outros: _____

__

6.14 Onde o projeto foi realizado?
Você pode marcar mais de uma opção.
( )Equipamento cultural público municipal.
( )Equipamento cultural público estadual.
( )Espaço cultural independente.
( )Escola.
( )Praça.
( )Rua.
( )Parque.
( )Outros_____

7. DIVULGAÇÃO DO PROJETO
Informe como o projeto foi divulgado. Ex.: Divulgado no instagram

8. CONTRAPARTIDA
Descreva como a contrapartida foi executada, quando foi executada e onde foi executada.

9. TÓPICOS ADICIONAIS
Inclua aqui informações relevantes que não foram abordadas nos tópicos anteriores, se houver.

10. ANEXOS
Junte documentos que comprovem que você executou o projeto, tais como listas de presença, relatório fotográfico, vídeos, depoimentos, entre outros.

Nome
Assinatura do Agente Cultural Proponente

ANEXO V
DECLARAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DE GRUPO OU COLETIVO

OBS.: Essa declaração deve ser preenchida somente por proponentes que sejam um grupo ou coletivo sem personalidade jurídica, ou seja, sem CNPJ.
GRUPO ARTÍSTICO:
NOME DO REPRESENTANTE INTEGRANTE DO GRUPO OU COLETIVO ARTÍSTICO:
DADOS PESSOAIS DO REPRESENTANTE: [IDENTIDADE, CPF, E-MAIL E TELEFONE]
Os declarantes abaixo-assinados, integrantes do grupo artístico [NOME DO GRUPO OU COLETIVO], elegem a pessoa indicada no campo "REPRESENTANTE" como único e representante neste edital, outorgando-lhe poderes para fazer cumprir todos os procedimentos exigidos nas etapas do edital, inclusive assinatura de recibo, troca de comunicações, podendo assumir compromissos, obrigações, transigir, receber pagamentos e dar quitação, renunciar direitos e qualquer outro ato relacionado ao referido edital. Os declarantes informam que não incorrem em quaisquer das vedações do item de participação previstas no edital.

NOME DO INTEGRANTE	DADOS PESSOAIS	ASSINATURAS

[LOCAL]
[DATA]

ANEXO VI
DECLARAÇÃO ÉTNICO-RACIAL

(Para agentes culturais concorrentes às cotas étnico-raciais – negros ou indígenas)
Eu, _____
_____, CPF nº_____, RG nº _____, DECLARO para fins de participação no Edital (Nome ou número do edital) que sou _____
_____(informar se é NEGRO OU INDÍGENA).
Por ser verdade, assino a presente declaração e estou ciente de que a apresentação de declaração falsa pode acarretar desclassificação do edital e aplicação de sanções criminais.
NOME

ASSINATURA DO DECLARANTE

ANEXO VII
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

Nome do Proponente:
Nº de Registro no Mapa Cultural:
Nome do projeto:
Nº de inscrição:

META /ETAPA 1						
Descrição do item	Justificativa	Unidade de medida	Valor unitário	Quantidade	Valor total	Referência de preço
Ex.: Fotógrafo	Profissional necessário para registro da oficina	Serviço	R$1.100,00	1	R$1.100,00	. Salicnet . Praticado no mercado
META /ETAPA 2						
Ex. Ampliações das imagens	Serviço necessário para exposição	und	R$50,00	1	R$50,00	. Salicnet . Praticado no mercado

Preencha a tabela informando todas as despesas indicando as metas/etapas às quais elas estão relacionadas (ex. pré-produção, produção, execução)
Deve haver a indicação do parâmetro de preço (Ex.: preço estabelecido no SALICNET, 3 orçamentos, etc),utilizado com a referência específica do item de despesa, conforme exemplo.
Adicione quantas linhas forem necessárias para etapas e itens do seu orçamento.

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 009/2023 – CULTURA DIGITAL – LEI PAULO GUSTAVO
EDITAL DE SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA LEI COMPLEMENTAR 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO) – CULTURA DIGITAL

Este Edital é realizado com recursos do Governo Federal repassados por meio da Lei Complementar nº 195/2022 - Lei Paulo Gustavo.
A Lei Paulo Gustavo (LGP) viabiliza o maior investimento direto no setor cultural da história do Brasil e simboliza o processo de resistência da classe

artística durante a pandemia de Covid-19, que limitou severamente as atividades do setor cultural.
É, ainda, uma homenagem a Paulo Gustavo, artista símbolo da categoria, vitimado pela doença.
As condições para a execução da Lei Paulo Gustavo foram criadas por meio do engajamento da sociedade e o presente edital destina-se a apoiar projetos apresentados pelos agentes culturais do segmento de CULTURA DIGITAL.
Deste modo, a Secretaria de Cultura do Estado do Pará – SECULT/PA, torna público o presente edital elaborado com base na Lei Complementar 195/2022, no Decreto 11.525/2023 e no Decreto 11.453/2023 e no Termo de Fomento 059, celebrado com a OSC ASSOCIAÇÃO FOTOATIVA, entidade parceira na execução das ações deste edital.
Na realização deste edital estão asseguradas medidas de democratização, desconcentração, descentralização e regionalização do investimento cultural, com a implementação de ações afirmativas, fundamentado na previsão do Decreto nº 11.525, de 11 de maio de 2023 (Decreto de Regulamentação da Lei Paulo Gustavo), em seus artigos 14, 15 e 16.

1. OBJETO

O objeto deste Edital é a seleção de **36 (trinta e seis)** propostas culturais do segmento de Cultura Digital, para receberem recurso financeiro, como forma de incentivo ao referido segmento cultural, no estado do Pará. A distribuição dos recursos será realizada de acordo com a modalidade descrita no item 1.1.

1.1 Modalidade: Fomento

1.1.1 Arte Digital: **24 (vinte e quatro)** projetos culturais no valor de até **R$44.500,00** (quarenta e quatro mil e quinhentos reais) cada. Entende-se Arte Digital como toda manifestação artística que utiliza tecnologias digitais para sua criação
1.1.2 Games e Jogos Eletrônicos: **12 (doze)** projetos culturais no valor de até **R$44.000,00** (quarenta e quatro mil reais) cada;
1.2. Caso o valor destinado à atividade inicialmente previsto não seja utilizado integralmente, poderão ser convocados mais proponentes aprovados.
1.3. Havendo sobra de recursos em uma das atividades o saldo remanescente poderá ser remanejado para contemplar propostas de outras faixas deste edital.
1.3.1. O remanejamento deverá priorizar as faixas que possuam maior demanda de propostas de proponentes na condição de suplente, bem como respeitar as cotas reservadas às pessoas negras e indígenas e, quando possível, a ordem de classificação e as cotas de regionalização.
1.4. No caso de sobra de recurso neste edital, o saldo remanescente deste poderá ser utilizado para contemplar os(as) proponentes com propostas selecionadas em outros Editais da Lei Paulo Gustavo publicados pela Secretaria de Cultura do Estado do Pará, priorizando aqueles com maior demanda.
1.5. O valor inicialmente disponível para este Edital poderá ser ampliado, caso haja sobra de recursos de outros Editais publicados pela Secretaria de Cultura no âmbito da Lei Paulo Gustavo ou do recebimento de recursos da Lei Paulo Gustavo não executados pelos municípios.

2. VALORES

2.1 O valor total disponibilizado para este Edital é de **R$1.596.000,00** (um milhão, quinhentos e noventa e seis mil reais) para projetos de fomento e premiações da LPG.

3. QUEM PODE SE INSCREVER

3.1 Pode se inscrever no Edital qualquer agente cultural residente e domiciliado no Estado do Pará há pelo menos 2 (dois) anos.
3.1.1. A comprovação de residência é dispensada na forma descrita no item 14.2.1.1.
3.2 Em regra, o agente cultural pode ser:
I - Pessoa física ou Microempreendedor Individual (MEI)
II - Pessoa jurídica com fins lucrativos (Ex.: empresa de pequeno porte, empresa de grande porte, etc)
III - Pessoa jurídica sem fins lucrativos (Ex.: Associação, Fundação, Cooperativa, etc)
IV - Coletivo/Grupo sem CNPJ representado por pessoa física.
3.3 O proponente é o agente cultural responsável pela inscrição do projeto no Mapa Cultural.
3.4 Na hipótese de agentes culturais que atuem como grupo ou coletivo cultural sem constituição jurídica (ou seja, sem CNPJ), será indicada pessoa física como responsável legal para o ato da assinatura do Termo de Execução Cultural e a representação será formalizada em declaração assinada pelos demais integrantes do grupo ou coletivo, podendo ser utilizado o modelo constante no Anexo V.
3.5 O proponente não pode exercer apenas funções administrativas no âmbito do projeto e deve exercer necessariamente a função de criação, ou direção, ou produção, ou coordenação, ou gestão artística, ou outra função de destaque e capacidade de decisão no projeto.

4. QUEM NÃO PODE SE INSCREVER

4.1 Não pode se inscrever neste Edital, proponentes que:
I - tenham se envolvido diretamente na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento de recursos;
II - sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de servidor público do órgão responsável pelo edital, nos casos em que o referido servidor tiver atuado na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento de recursos; e
III - sejam membros do Poder Legislativo (Deputados, Senadores, Vereadores), do Poder Judiciário (Juízes, Desembargadores, Ministros), do Ministério Público (Promotor, Procurador); do Tribunal de Contas (Auditores e Conselheiros).
IV - Proponentes inadimplentes com prestação de contas de editais realizados pela Secult e organizações da sociedade civil parceiras, com recursos da Lei Aldir Blanc.
4.2 O agente cultural que integrar Conselho de Cultura poderá concorrer neste Edital para receber recursos do fomento cultural, exceto quando se enquadrar nas vedações previstas no item 4.1.
4.3 Quando se tratar de proponentes pessoas jurídicas, estarão impedidas de apresentar projetos aquelas cujos sócios, diretores e/ou administradores se enquadrarem nas situações descritas no tópico 4.1.
4.4 A participação de agentes culturais nas oitivas e consultas públicas não caracteriza o envolvimento direto na etapa de elaboração do edital de que trata o subitem I do item 4.1.

5. COTAS

5.1 Ficam garantidas cotas étnico-raciais em todas as categorias do edital, nas seguintes proporções e ordenamento de selecionados:
I) 50% para mulheres (cis e trans);
II) 30% (trinta por cento) para propostas de Região de Integração do Guajará (onde se localiza a capital do Estado) e 70% (setenta por cento) para propostas advindas das demais Regiões do Estado do Pará;
III) No mínimo 20% para pessoas negras (pretas e pardas); e
IV) no mínimo 10% para pessoas indígenas.
5.2 Os agentes culturais que optarem por concorrer às cotas para pessoas negras (pretas e pardas) e indígenas concorrerão concomitantemente às vagas destinadas à ampla concorrência, ou seja concorrerão ao mesmo tempo nas vagas da ampla concorrência e nas vagas reservadas às cotas, podendo ser selecionado de acordo com a sua nota ou classificação no processo seleção.
5.3 Os agentes culturais negros (pretos e pardos) e indígenas optantes por concorrer às cotas (opção presente na ficha de incrição dos projetos) que atingirem nota suficiente para se classificar no número de vagas oferecidas para ampla concorrência não ocuparão as vagas destinadas para o preenchimento das cotas, ou seja, serão selecionados nas vagas da ampla concorrência, ficando a vaga da cota para o próximo colocado optante pela cota.
5.4 Em caso de desistência de optantes aprovados nas cotas, a vaga não preenchida deverá ser ocupada por pessoa que concorreu às cotas de acordo com a ordem de classificação.
5.5 No caso de não existirem propostas aptas em número suficiente para o cumprimento de uma das categorias de cotas previstas na seleção, o número de vagas restantes deverá ser destinado inicialmente para a outra categoria de cotas.
5.6 Caso não haja outra categoria de cotas de que trata o item 5.5, as vagas não preenchidas deverão ser direcionadas para a ampla concorrência, sendo direcionadas para os demais candidatos aprovados, de acordo com a ordem de classificação.
5.7 Para concorrer às cotas, os agentes culturais deverão autodeclarar-se no ato da inscrição usando a autodeclaração étnico-racial de que trata o Anexo VI.
5.8 Caso necessário, para fins de verificação da autodeclaração, poderá ser solicitada Carta Consubstanciada, que será analisada por um comitê formado por membros de entidades representativas.
5.9 As pessoas jurídicas e coletivos sem constituição jurídica podem concorrer às cotas, desde que preencham algum dos requisitos abaixo:
I – pessoas jurídicas que possuem quadro societário majoritariamente composto por pessoas negras (pretas e pardas) ou indígenas;
II – pessoas jurídicas ou grupos e coletivos sem constituição jurídica que possuam pessoas negras (pretas e pardas) ou indígenas em posições de liderança no projeto cultural; e
III – pessoas jurídicas ou coletivos sem constituição jurídica que possuam equipe do projeto cultural majoritariamente composta por pessoas negras (pretas e pardas) ou indígenas.
5.10 As pessoas físicas que compõem a equipe da pessoa jurídica e o grupo ou coletivo sem constituição jurídica devem se submeter aos regramentos descritos nos itens acima, observando o item 5.7.

6. PRAZO PARA SE INSCREVER

6.1 Para se inscrever no Edital, o proponente deve enviar toda documentação obrigatória relatada no 7.3, entre os dias 12 de setembro e 12 de outubro de 2023, exclusivamente através da plataforma Mapa Cultural do Pará, no endereço eletrônico http://www.mapacultural.pa.gov.br/lpg/cultura-digital.
1.2. Para efeito de inscrição todos os proponentes deverão estar cadastrados no mapa cultural.pa.gov.br.
1.3. Todas as informações fornecidas no ato da inscrição deverão ser verídicas e atualizadas. Não serão aceitas propostas entregues presencialmente na sede da SECULT, ou da executora do certame, ou materiais postados via Correios.
1.4. Os proponentes que já têm cadastro no Mapa Cultural do Pará não precisam fazer novo cadastro, podendo atualizar informações que julgarem necessárias até a data de envio de sua inscrição.
1.5. O ato de inscrição pressupõe plena concordância dos termos, cláusulas e condições deste edital e de seus anexos, que passarão a integrar as obrigações, bem como a observância dos regulamentos administrativos e das normas técnicas aplicáveis, não sendo aceita, sob qualquer hipótese, alegação de seu desconhecimento em qualquer fase do procedimento administrativo e execução dos serviços.
1.6. Os anexos que compõem este edital deverão ser assinados de maneira física ou eletrônica, com o encaminhamento na forma digital no ato de inscrição anexados no formato PDF.
6.7. As inscrições feitas em desacordo com os prazos e demais exigências do presente edital serão indeferidas.
1.8 Não serão aceitas complementações, modificações ou substituições de dados e de anexos à inscrição, depois de finalizada.
1.9 É vedada a participação de órgãos públicos, escolas e fundações privadas.

7. COMO SE INSCREVER

7.1 O proponente deve preencher Ficha de Inscrição diretamente no http://www.mapacultural.pa.gov.br/lpg/cultura-digital.
7.2 O proponente deve encaminhar a documentação obrigatória de que trata o item 7.3 por meio do http://www.mapacultural.pa.gov.br/lpg/cultura-digital.

7.3 O proponente deve enviar a seguinte documentação para formalizar sua inscrição:
a) Projeto proposto;
b) Currículo / portfólio do proponente, com todas as comprovações;
c) Documentos pessoais do proponente CPF e RG (se Pessoa Física);
d) Inscrição no cadastro nacional de pessoa jurídica - CNPJ (se Pessoa Jurídica);
e) Atos constitutivos da empresa, qual seja o contrato social, nos casos de pessoas jurídicas com fins lucrativos, ou estatuto, nos casos de organizações da sociedade civil (se Pessoa Jurídica);
f) Comprovante de Endereço do proponente ou Declaração de Residência (no caso do proponente não possuir documento em seu nome)
g) Mini currículo dos integrantes do projeto e termo de anuência;
h) Todos os anexos solicitados no Edital, nos quais o proponente se enquadre.
i) Outros documentos que o proponente julgar necessário para auxiliar na avaliação do mérito cultural do projeto.
7.4 O proponente é responsável pelo envio dos documentos e pela qualidade visual, conteúdo dos arquivos e informações de seu projeto.
7.5 Cada Proponente poderá concorrer, e ser selecionado individualmente ou como representantes de coletivo, com apenas 1 (um) projeto, no máximo.
7.6 Os membros de grupos e coletivos podem concorrer isoladamente, desde que sejam com projetos diferentes.
7.7 Se houver inscrição de mais de um projeto do mesmo proponente, será considerado, para fins de seleção, o último enviado na plataforma.
7.8 Os projetos apresentados deverão conter previsão de execução não superior a 12 meses.
7.9 O proponente deve se responsabilizar pelo acompanhamento das atualizações/publicações pertinentes ao edital e seus prazos nos canais formais de comunicação da SECULT/PA.
7.10 As inscrições deste edital são gratuitas.
7.11 As propostas que apresentem quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade ou outras formas de discriminação serão desclassificadas, com fundamento no disposto no inciso IV do caput do art. 3º da Constituição, garantidos o contraditório e a ampla defesa.
Parágrafo único: A comprovação de residência poderá ser dispensada nas hipóteses de agentes culturais pertencentes à comunidade indígena, quilombola, cigana ou circense ou pertencentes à população nômade ou itinerante; que se encontrem em situação de rua.

8. PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DOS PROJETOS

8.1 O proponente deve preencher a planilha orçamentária presente no Anexo VII, informando como será utilizado o recurso financeiro recebido.
8.2 A estimativa de custos do projeto será prevista por categorias, sem a necessidade de detalhamento por item de despesa, conforme § 1º do art. 24 do Decreto 11.453/2023.
8.3 A compatibilidade entre a estimativa de custos do projeto e os preços praticados no mercado será avaliada pelos membros da comissão de seleção, de acordo com tabelas referenciais de valores, ou com outros métodos de verificação de valores praticados no mercado.
8.4 A estimativa de custos do projeto poderá apresentar valores divergentes das práticas de mercado convencionais na hipótese de haver significativa excepcionalidade no contexto de sua implementação, consideradas variáveis territoriais e geográficas e situações específicas, como a de povos indígenas, ribeirinhos, atingidos por barragens e comunidades quilombolas e tradicionais.
8.5 Os itens da planilha orçamentária poderão ser glosados, ou seja, vetados, total ou parcialmente, pela Comissão de Seleção, se, após análise, não forem considerados com preços compatíveis aos praticados no mercado ou forem considerados incoerentes e em desconformidade com o projeto apresentado.
8.6 Caso o proponente discorde dos valores glosados (vetados) poderá apresentar recurso na fase de mérito cultural, conforme dispõe o item 12.8.
8.7 O valor solicitado não poderá ser superior ao valor máximo destinado a cada modalidade, conforme item 1.2 do presente edital.

9. ACESSIBILIDADE

9.1 Os projetos devem contar com medidas de acessibilidade física, atitudinal e comunicacional compatíveis com as características dos produtos resultantes do objeto, nos termos do disposto na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência), de modo a contemplar:
I - no aspecto arquitetônico, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com mobilidade reduzida ou idosas aos locais onde se realizam as atividades culturais e a espaços acessórios, como banheiros, áreas de alimentação e circulação;
II - no aspecto comunicacional, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com deficiência intelectual, auditiva ou visual ao conteúdo dos produtos culturais gerados pelo projeto, pela iniciativa ou pelo espaço; e
III - no aspecto atitudinal, a contratação de colaboradores sensibilizados e capacitados para o atendimento de visitantes e usuários com diferentes deficiências e para o desenvolvimento de projetos culturais acessíveis desde a sua concepção, contempladas a participação de consultores e colaboradores com deficiência e a representatividade nas equipes dos espaços culturais e nas temáticas das exposições, dos espetáculos e das ofertas culturais em geral.
9.2 Especificamente para pessoas com deficiência, mecanismos de protagonismo e participação poderão ser concretizados também por meio das seguintes iniciativas, entre outras:
I - adaptação de espaços culturais com residências inclusivas;
II - utilização de tecnologias assistivas, ajudas técnicas e produtos com desenho universal;
III - medidas de prevenção e erradicação de barreiras atitudinais;
IV - contratação de serviços de assistência por acompanhante; ou
V - oferta de ações de formação e capacitação acessíveis a pessoas com deficiência.
9.3 Os projetos devem prever obrigatoriamente medidas de acessibilidade, sendo assegurado para essa finalidade no mínimo 10% do valor total do projeto.
9.4 A utilização do percentual mínimo de 10% de que trata o item 9.3 pode ser excepcionalmente dispensada quando:
I - for inaplicável em razão das características do objeto cultural,os cujo objeto seja o desenvolvimento de roteiro e licenciamento de obra audiovisual ; ou
II - quando o projeto já contemplar integralmente as medidas de acessibilidade compatíveis com as características do objeto cultural.
9.5 O proponente deve apresentar justificativa para os casos em que o percentual mínimo de 10% é inaplicável.

10. CONTRAPARTIDA

10.1 Os agentes culturais contemplados neste edital, com projetos de fomento, conforme item 1.2 deste edital, deverão garantir, como contrapartida, as seguintes medidas:
I - a realização de atividade destinada, prioritariamente, aos alunos e professores de escolas públicas ou universidades, públicas ou privadas, que tenham estudantes do Programa Universidade para Todos (Prouni), bem como aos profissionais de saúde, preferencialmente aqueles envolvidos no combate à pandemia, e a pessoas integrantes de grupos e coletivos culturais e de associações comunitárias, ou de atividades em espaços públicos de sua comunidade, de forma gratuita; e
II - sempre que possível, exibições com interação popular por meio da internet ou exibições públicas, quando aplicável, com distribuição gratuita de ingressos para os grupos referidos no item I, em intervalos regulares.
10.2 A contrapartida deverá ser informada no Formulário de Inscrição e deve ser executada até dezembro de 2024.

11. ETAPAS DO EDITAL

11.1 A seleção dos projetos submetidos a este Edital será composta das seguintes etapas:
I - Análise de mérito cultural dos projetos: fase de análise do projeto realizada por comissão de seleção; e divulgação dos selecionados
II - Habilitação: fase de apresentação e análise dos documentos dos proponentes selecionados, descritos no tópico 14; e divulgação dos habilitados.

12. ANÁLISE DE MÉRITO CULTURAL DOS PROJETOS

12.1 Entende-se por "Análise de mérito cultural" a identificação, tanto individual quanto sobre seu contexto social, de aspectos relevantes dos projetos culturais, concorrentes em uma mesma categoria de apoio, realizada por meio da atribuição fundamentada de notas aos critérios descritos neste edital.
12.2 Por análise comparativa compreende-se a análise não apenas dos itens individuais de cada projeto, mas de suas propostas, impactos e relevância em relação aos outros projetos inscritos na mesma categoria. A pontuação de cada projeto é atribuída em função desta comparação.
12.3 A análise dos projetos culturais será realizada por comissão de seleção formada por, no mínimo, 03 (três) pareceristas externos, com experiência no segmento cultural.
12.4 Os membros da Comissão de Seleção ficam impedidos de participar da apreciação de projetos e iniciativas que estiverem em processo de avaliação nos quais:
I - tenham interesse direto na matéria;
II - tenham participado como colaborador na elaboração do projeto ou tenham participado da instituição proponente nos últimos dois anos, faça parte da equipe técnica do projeto ou se tais situações ocorrem quanto ao cônjuge, companheiro ou parente e afins até o terceiro grau; e
III - estejam litigando judicial ou administrativamente com o proponente ou com respectivo cônjuge ou companheiro.
12.5 O membro da comissão que incorre em impedimento deve comunicar o fato à referida Comissão, abstendo-se de atuar, sob pena de nulidade dos atos que praticar.
12.6 Para esta seleção serão considerados os critérios de pontuação estabelecidos no Anexo II deste edital.
12.7 Contra a decisão da fase de mérito cultural, caberá recurso destinado à Comissão de Seleção.
12.8 Os recursos de que tratam o item 12.8 deverão ser apresentados no prazo de 3 (três) dias úteis, conforme inciso III, do art. 16 do decreto 11.453/2023, a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação.
12.9 Os recursos devem ser encaminhados através do e-mail recursoculturadigitallpgpara@gmail.com de 00h do dia 01/11/2023 até as 17h do dia 06/11/2023.
12.10 Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.
12.11 Após o julgamento dos recursos, o resultado final da análise de mérito cultural será publicado no Diário Oficial do Estado (DOE) contendo nome e CPF dos proponentes. A nota obtida e a justificativa serão publicadas no sítio eletrônico www.secult.pa.gov.br.

13. REMANEJAMENTO DOS RECURSOS

13.1 Não havendo número de propostas culturais selecionadas suficientes em uma modalidade, será selecionada a proposta de outra modalidade com maior quantidade de pontos, em ordem decrescente e levando em consideração o disposto no item 5 (Cotas).

14. ETAPA DE HABILITAÇÃO

14.1 Finalizada a etapa de análise de mérito cultural, o proponente do projeto contemplado deverá, no prazo de 06 (seis) dias úteis, apresentar os seguintes documentos através do Mapa Cultural, conforme sua natureza jurídica:
14.1.1 PESSOA FÍSICA
I - certidão negativa de débitos relativos a créditos tributários federais e Dívida Ativa da União;
II - certidões negativas de débitos relativas a créditos tributários estaduais e municipais, expedidas pela Secretaria da Fazendo do Pará (SEFA).
14.1.1.2 A comprovação de residência poderá ser dispensada nas hipóteses de agentes culturais:
I - pertencentes à comunidade indígena, quilombola, cigana ou circense;
II - pertencentes à população nômade ou itinerante; que se encontrem em situação de rua.
14.1.2 PESSOA JURÍDICA

I - certidão negativa de falência e recuperação judicial, expedida pelo Tribunal de Justiça estadual, nos casos de pessoas jurídicas com fins lucrativos;
II - certidão negativa de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
III - certidão negativa de débito estadual – Emitida pela SEFA/PA ;
IV - Certidão negativa municipal, expedidas pela Secretaria Municipal de finanças;
V - Certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - CRF/FGTS;
VI - certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, emitida no site do Tribunal Superior do Trabalho;
14.2 As certidões positivas com efeito de negativas servirão como certidões negativas, desde que não haja referência expressa de impossibilidade de celebrar instrumentos jurídicos com a administração pública.
14.3 Contra a decisão da fase de habilitação, caberá recurso fundamentado e específico destinado a SECULT/PA, através do e-mail recursoculturadigitallpgpara@gmail.com, de 00h do dia 22/11/2023 até as 17h do dia 27/11/2023.
14.4 Os recursos de trata o item 14.3 deverão ser apresentados no prazo de 3 dias úteis a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação, não cabendo recurso administrativo da decisão após esta fase.
14.5 Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.
14.6 Caso o proponente esteja em débito com o ente público responsável pela seleção e com a União não será possível o recebimento dos recursos de que trata este Edital.

15. ASSINATURA DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL E RECEBIMENTO DOS RECURSOS

15.1 Finalizada a fase de habilitação, o agente cultural contemplado será convocado a assinar o Termo de Execução Cultural, conforme Anexo III deste Edital, de forma presencial ou eletrônica.
15.2 O Termo de Execução Cultural corresponde ao documento a ser assinado pelo agente cultural (proponente) selecionado neste Edital e pelo concedente, contendo as obrigações dos assinantes do Termo.
15.3 Após a assinatura do Termo de Execução Cultural, o agente cultural receberá os recursos, com desembolso único, em até 30 (trinta) dias, EXCLUSIVAMENTE EM CONTA CORRENTE de qualquer banco, aberta especificamente para este fim.
15.3.1 A conta bancária da instituição financeira não deverá ter cobrança de tarifas.
15.3.2 Não serão aceitas contas poupança, conta salário, contas de recebimento de auxílio social do Governo (bolsa família, por exemplo).
15.4 A assinatura do Termo de Execução Cultural e o recebimento do apoio estão condicionados à existência de disponibilidade orçamentária e financeira, caracterizando a seleção como expectativa de direito do proponente.
15.5 O agente cultural deve assinar e enviar o Termo de Execução Cultural em até 2 (dois) dias úteis após envio da concedente, conforme previsto no cronograma, sob pena de perda do apoio financeiro e convocação do suplente para assumir sua vaga.

16. DIVULGAÇÃO DOS PROJETOS

16.1 Os contemplados comprometem-se a incluir nos créditos de todo material de divulgação, as logomarcas da SECULT/PA / Governo do Estado do Pará, do Ministério da Cultura / Governo Federal, obedecendo aos critérios de veiculação das logomarcas estabelecidas de forma padronizada, que estarão à disposição no site www.secult.pa.gov.br, e deverão incluir também a frase: "**Projeto selecionado pelo 'Edital de Cultura Digital – Lei Paulo Gustavo"**.
16.1.1 Os produtos artístico-culturais e as peças de divulgação dos projetos exibirão as marcas do Governo federal, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura e SECULT-PA.
16.2 O material de divulgação dos projetos e seus produtos deve ser disponibilizado em formatos acessíveis a pessoas com deficiência e conterá informações sobre os recursos de acessibilidade disponibilizados.
16.3 O material de divulgação dos projetos deve ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, e não pode conter nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal.

17. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

17.1 Os procedimentos de monitoramento e avaliação dos projetos culturais contemplados, assim como prestação de informação à administração pública, observarão o Decreto 11.453/2023 (Decreto de Fomento), que dispõe sobre os mecanismos de fomento do sistema de financiamento à cultura, observadas às exigências legais de simplificação e de **foco no cumprimento do objeto.**
17.2 O agente cultural deve prestar contas por meio da apresentação do Relatório Final de Execução do Objeto, conforme documento constante no Anexo IV e orientação contida no Decreto nº11.453/2023, artigo 29, inciso 2 que versa sobre a prestação de informações em relatório de execução do objeto.
Parágrafo único: Em caso de realizador do edital considerar que não foi possível aferir o cumprimento integral do objeto no Relatório Final de Execução, e que as justificativas apresentadas sobre o cumprimento parcial do objeto não foram suficientes, lhe é facultado o direito de requisitar o Relatório de Execução Financeira com as devidas comprovações (nota fiscal, recibos e documento congêneres), conforme contido no inciso 3 do artigo 29 e no inciso 3 do parágrafo II do artigo 30.
17.3 O Relatório Final de Execução do Objeto deve ser apresentado até 31 de dezembro de 2024, com o fim da vigência do Termo de Execução Cultural.

18. DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1 O acompanhamento de todas as etapas deste Edital e a observância quanto aos prazos serão de inteira responsabilidade dos proponentes. Para tanto, deverão ficar atentos às publicações no sitio eletrônico www.secult.pa.gov.br, no Diário Oficial do Estado e nas mídias sociais oficiais da SECULT.
18.2 O presente Edital e os seus anexos estão disponíveis no site http://www.mapacultural.pa.gov.br/lpg/cultura-digital.
18.3 Toda relação do proponente com o edital deverá ser através da plataforma mapa cultural, do e-mail editalculturadigitallpgpara@gmail.com e telefone (91) 99266 1858.
18.4 Os casos omissos porventura existentes ficarão a cargo da Secretária de Estado de Cultura.
18.5 Eventuais irregularidades relacionadas aos requisitos de participação, constatadas a qualquer tempo, implicarão na desclassificação do proponente.
18.6 O proponente será o único responsável pela veracidade da proposta e documentos encaminhados, isentando a SECULT/PA de qualquer responsabilidade civil ou penal.
18.7 O apoio concedido por meio deste Edital poderá ser acumulado com recursos captados por meio de leis de incentivo fiscal e outros programas e/ou apoios federais, estaduais e municipais.
18.8 A inscrição implica no conhecimento e concordância dos termos e condições previstos neste Edital, na Lei Complementar 195/2022 (Lei Paulo Gustavo), no Decreto 11.525/2023 (Decreto Paulo Gustavo) e no Decreto 11.453/2023 (Decreto de Fomento).

19. CRONOGRAMA

ETAPA	DATA INICIAL	DATA FINAL
1- Publicação do edital	12/09/2023	
2- Inscrições	12/09/2023	12/10/2023
3- Resultado Preliminar de Selecionados	31/10/2023	
4- Período de recurso	01/11/2023	06/11/2023
5- Homologação do Resultado Final	09/11/2023	
6- Entrega de Documentos dos selecionados	09/11/2023	16/11/2023
7- Resultado Preliminar de Habilitados	21/11/2023	
8- Período de recurso de Habilitação	22/11/2023	27/11/2023
9- Período de pagamento dos selecionados	28/11/2023	29/12/2023
10-Execução de projeto	até 31/12/2024	
11-Relatório Final de Execução do Objeto	até 31/12/2024	

20. ANEXOS:

20.1 Compõem este Edital os seguintes anexos:
Anexo I - Formulário de Inscrição/Plano de Trabalho;
Anexo II - Critérios de seleção
Anexo III - Termo de Execução Cultural;
Anexo IV - Relatório de Execução do Objeto;
Anexo V - Declaração de representação de grupo ou coletivo; e
Anexo VI - Declaração étnico-racial
Anexo VII – Planilha Orçamentária

ANEXO I

FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO (DISPONÍVEL NO MAPA)

1. DADOS DO PROPONENTE

Proponente é pessoa física ou pessoa jurídica?
( ) Pessoa Física
( ) Pessoa Jurídica

PARA PESSOA FÍSICA:

Nome Completo:
Nome artístico ou nome social (se houver):
CPF:
RG:
Data de nascimento:
E-mail:
Telefone:
Endereço completo:
CEP:
Cidade:
Estado:

Você reside em quais dessas áreas?
( ) Zona urbana central
( ) Zona urbana periférica
( ) Zona rural
( ) Área de vulnerabilidade social
( ) Unidades habitacionais
( ) Territórios indígenas (demarcados ou em processo de demarcação)
( ) Comunidades quilombolas (terra titulada ou em processo de titulação, com registro na Fundação Palmares)
( ) Áreas atingidas por barragem
( ) Território de povos e comunidades tradicionais (ribeirinhos, louceiros, cipozeiro, pequizeiros, vazanteiros, povos do mar etc.).

Pertence a alguma comunidade tradicional?
( ) Não pertenço a comunidade tradicional
( ) Comunidades Extrativistas
( ) Comunidades Ribeirinhas
( ) Comunidades Rurais
( ) Indígenas
( ) Povos Ciganos
( ) Pescadores(as) Artesanais
( ) Povos de Terreiro
( ) Quilombolas
( ) Outra comunidade tradicional

Gênero:
( ) Mulher cisgênero
( ) Homem cisgênero
( ) Mulher Transgênero

( ) Homem Transgênero
( ) Pessoa Não Binária
( ) Não informar
Raça, cor ou etnia:
( ) Branca
( ) Preta
( ) Parda
( ) Indígena
( ) Amarela
Você é uma Pessoa com Deficiência - PCD?
( ) Sim
( ) Não
Caso tenha marcado "sim", qual tipo de deficiência?
( ) Auditiva
( ) Física
( ) Intelectual
( ) Múltipla
( ) Visual
Qual o seu grau de escolaridade?
( ) Não tenho Educação Formal
( ) Ensino Fundamental Incompleto
( ) Ensino Fundamental Completo
( ) Ensino Médio Incompleto
( ) Ensino Médio Completo
( ) Curso Técnico Completo
( ) Ensino Superior Incompleto
( ) Ensino Superior Completo
( ) Pós Graduação Completo
Qual a sua renda mensal fixa individual (média mensal bruta aproximada) nos últimos 3 meses?
(Calcule fazendo uma média das suas remunerações nos últimos 3 meses. Em 2023, o salário mínimo foi fixado em R$ 1.320,00.)
( ) Nenhuma renda.
( ) Até 1 salário mínimo
( ) De 1 a 3 salários mínimos
( ) De 3 a 5 salários mínimos
( ) De 5 a 8 salários mínimos
( ) De 8 a 10 salários mínimos
( ) Acima de 10 salários mínimos
Você é beneficiário de algum programa social?
( ) Não
( ) Bolsa família
( ) Benefício de Prestação Continuada
( ) Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
( ) Garantia-Safra
( ) Seguro-Defeso
( ) Outro
Vai concorrer às cotas afirmativas?
( ) Sim ( ) Não
Se sim. Qual?
( ) Pessoa negra
( ) Pessoa indígena
Qual a sua principal função/profissão no campo artístico e cultural?
( ) Artista.
( ) Instrutor(a), oficineiro(a), educador(a) artístico(a)-cultural e afins.
( ) Curador(a), Programador(a) e afins.
( ) Gestor(a)
( ) Técnico(a)
( ) Consultor(a), Pesquisador(a) e afins.
( )_____Outro(a)s
Você está representando um coletivo (sem CNPJ)?
( ) Não
( ) Sim
Caso tenha respondido "sim":
Nome do coletivo:
Ano de Criação:
Quantas pessoas fazem parte do coletivo?
Nome completo e CPF das pessoas que compõem o coletivo:
PARA PESSOA JURÍDICA:
Razão Social:
Nome fantasia:
CNPJ:
Endereço da sede:
Cidade:
Estado:
Número de representantes legais:
Nome do representante legal:
CPF do representante legal:
E-mail do representante legal:
Telefone do representante legal:
Gênero do representante legal
( ) Mulher cisgênero
( ) Homem cisgênero
( ) Mulher Transgênero
( ) Homem Transgênero
( ) Não Binária/Binárie
( ) Não informar
Raça/cor/etnia do representante legal
( ) Branca
( ) Preta
( ) Parda
( ) Amarela
( ) Indígena
Representante legal é pessoa com deficiência - PCD?
( ) Sim
( ) Não
Caso tenha marcado "sim" qual o tipo de deficiência?
( ) Auditiva
( ) Física
( ) Intelectual
( ) Múltipla
( ) Visual
Escolaridade do representante legal
( ) Não tenho Educação Formal
( ) Ensino Fundamental Incompleto
( ) Ensino Fundamental Completo
( ) Ensino Médio Incompleto
( ) Ensino Médio Completo
( ) Curso Técnico completo
( ) Ensino Superior Incompleto
( ) Ensino Superior Completo
( ) Pós Graduação completo
2. DADOS DO PROJETO
Nome do Projeto:
Escolha a categoria a que vai concorrer:
Quais atividades e/ou produtos estão previstos no seu projeto? Por favor, quantifique.
Bolsa para desenvolvimento de processos criativos
Capacitação
Catálogo
Curso livre
Curso regular
Encontro
Evento cultural
Exibição
Exposição
Feira
Festival
Fomento
Fotografia
Live
Mostra
Obra
Oficina
Palestra
Pesquisa
Podcast
Premiação
Produção de publicações
Projeto
Publicação
Restauro
Seminário
Site
Vídeo
Vivência
Descrição do projeto
(Na descrição, você deve apresentar informações gerais sobre o seu projeto. Algumas perguntas orientadoras: O que você realizará com o projeto? Porque ele é importante para a sociedade? Como a ideia do projeto surgiu? Conte sobre o contexto de realização.)
Objetivos do projeto
(Neste campo, você deve propor objetivos para o seu projeto, ou seja, deve informar o que você pretende alcançar com a realização do projeto. É importante que você seja breve e proponha entre três a cinco objetivos.)
Metas
(Neste espaço, é necessário detalhar os objetivos em pequenas ações e/ou resultados que sejam quantificáveis. Por exemplo: Realização de 02 oficinas de artes circenses; Confecção de 80 figurinos; 120 pessoas idosas beneficiadas.)
Perfil do público a ser atingido pelo projeto
(Preencha aqui informações sobre as pessoas que serão beneficiadas ou participarão do seu projeto. Perguntas orientadoras: Quem vai ser o público do seu projeto? Essas pessoas são crianças, adultas e/ou idosas? Elas fazem parte de alguma comunidade? Qual a escolaridade delas? Elas moram em qual local, bairro e/ou região? No caso de públicos digitais, qual o perfil das pessoas a que seu projeto se direciona?)
Sua ação cultural é voltada prioritariamente para algum destes perfis de público?
Pessoas vítimas de violência
Pessoas em situação de pobreza
Pessoas em situação de rua (moradores de rua)
Pessoas em situação de restrição e privação de liberdade (população carcerária)
Pessoas com deficiência
Pessoas em sofrimento físico e/ou psíquico
Mulheres
Gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transgêneros e transexuais
Povos e comunidades tradicionais
Negros e/ou negras
Ciganos
Indígenas
Não é voltada especificamente para um perfil, é aberta para todos
Outros
Medidas de acessibilidade empregadas no projeto
(Marque quais medidas de acessibilidade serão implementadas ou estarão disponíveis para a participação de Pessoas com deficiência - PCD´s, tais como, intérprete de libras, audiodescrição, entre outras medidas de acessibilidade a pessoas com deficiência, idosos e mobilidade reduzida, conforme

Instrução Normativa nº xxxx.)

Acessibilidade arquitetônica:

( ) rotas acessíveis, com espaço de manobra para cadeira de rodas;
( ) piso tátil;
( ) rampas;
( ) elevadores adequados para pessoas com deficiência;
( ) corrimãos e guarda-corpos;
( ) banheiros femininos e masculinos adaptados para pessoas com deficiência;
( ) vagas de estacionamento para pessoas com deficiência;
( ) assentos para pessoas obesas;
( ) iluminação adequada;
( ) Outra _____

Acessibilidade comunicacional:

( ) a Língua Brasileira de Sinais - Libras;
( ) o sistema Braille;
( ) o sistema de sinalização ou comunicação tátil;
( ) a audiodescrição;
( ) as legendas;
( ) a linguagem simples;
( ) textos adaptados para leitores de tela; e
( ) Outra _____

Acessibilidade atitudinal:

( ) capacitação de equipes atuantes nos projetos culturais;
( ) contratação de profissionais com deficiência e profissionais especializados em acessibilidade cultural;
( ) formação e sensibilização de agentes culturais, público e todos os envolvidos na cadeia produtiva cultural; e
( ) outras medidas que visem a eliminação de atitudes capacitistas.

Informe como essas medidas de acessibilidade serão implementadas ou disponibilizadas de acordo com o projeto proposto.

Local onde o projeto será executado

Informe os espaços culturais e outros ambientes onde a sua proposta será realizada. É importante informar também os municípios e Estados onde ela será realizada.

Previsão do período de execução do projeto

Data de início:
Data final:

Equipe

Informe quais são os profissionais que atuarão no projeto, conforme quadro a seguir:

Nome do profissional / empresa	Função no projeto	CPF/CNPJ	Pessoa negra?	Pessoa índigena?	Pessoa com deficiência?	[INSERIR MAIS COLUNAS, SE NECESSÁRIO]
Ex.: João Silva	Curador	123456789101	Sim/Não	Sim/Não	Sim/Não	

Cronograma de Execução

Descreva os passos a serem seguidos para execução do projeto.

Atividade Geral	Etapa	Descrição	Início	Fim	[INSERIR MAIS COLUNAS, SE NECESSÁRIO]
Ex: Comunicação	Pré-produção	Divulgação do projeto nos veículos de imprensa	11/10/2023	11/11/2023	

Estratégia de divulgação

Apresente os meios que serão utilizados para divulgar o projeto. ex.: impulsionamento em redes sociais.

Contrapartida

Neste campo, descreva qual contrapartida será realizada, quando será realizada, e onde será realizada.

Projeto possui recursos financeiros de outras fontes? Se sim, quais?

(Informe se o projeto prevê apoios financeiros tais como cobrança de ingressos, patrocínio e/ou outras fontes de financiamento. Caso positivo, informe a previsão de valores e onde serão empregados no projeto.)

( ) Não, o projeto não possui outras fontes de recursos financeiros
( ) Apoio financeiro municipal
( ) Apoio financeiro estadual
( ) Recursos de Lei de Incentivo Municipal
( ) Recursos de Lei de Incentivo Estadual
( ) Recursos de Lei de Incentivo Federal
( ) Patrocínio privado direto
( ) Patrocínio de instituição internacional
( ) Doações de Pessoas Físicas
( ) Doações de Empresas
( ) Cobrança de ingressos
( ) Outros

Se o projeto tem outras fontes de financiamento, detalhe quais são, o valor do financiamento e onde os recursos serão empregados no projeto.

O projeto prevê a venda de produtos/ingressos?

(Informe a quantidade dos produtos a serem vendidos, o valor unitário por produto e o valor total a ser arrecadado. Detalhe onde os recursos arrecadados serão aplicados no projeto.)

3. PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

Preencha a tabela informando todas as despesas indicando as metas/etapas às quais elas estão relacionadas.

Deve haver a indicação do parâmetro de preço (Ex.: preço estabelecido no SALICNET, 3 orçamentos, etc) utilizado com a referência específica do item de despesa, conforme exemplo abaixo.

Descrição do item	Justificativa	Unidade de medida	Valor unitário	Quantidade	Valor total	Referência de preço
Ex.: Fotógrafo	Profissional necessário para registro da oficina	Serviço	R$1.100,00	1	R$1.100,00	Salicnet – Oficina/ workshop/seminário Audiovisual – Brasília – Fotografia Artística - Serviço

4. DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS A SEREM ANEXADOS

Encaminhe junto a esse formulário os seguintes documentos:
RG e CPF do proponente
Currículo do proponente
Mini currículo dos integrantes do projeto
[OUTROS DOCUMENTOS QUE FOREM OBRIGATÓRIOS DE ACORDO COM AS CATEGORIAS]

ANEXO II
CRITÉRIOS UTILIZADOS NA AVALIAÇÃO DE MÉRITO CULTURAL

As comissões de seleção atribuirão notas de 0 a 10 pontos a cada um dos critérios de avaliação de cada projeto, conforme tabela a seguir:

CRITÉRIOS OBRIGATÓRIOS PARA PROJETOS DE FOMENTO		
Identificação do Critério	**Descrição do Critério**	**Pontuação Máxima**
A	**Qualidade do Projeto - Coerência do objeto, objetivos, justificativa e metas do projeto** A análise deverá considerar, para fins de avaliação e valoração, se o conteúdo do projeto apresenta, como um todo, coerência, observando o objeto, a justificativa e as metas, sendo possível visualizar de forma clara os resultados que serão obtidos.	10
B	**Relevância da ação proposta para o cenário cultural do Estado do Pará.** A análise deverá considerar, para fins de avaliação e valoração, se a ação contribui para o enriquecimento e valorização da cultura do estado do Pará	10
C	**Aspectos de integração comunitária na ação proposta pelo projeto** Considera-se, para fins de avaliação e valoração, se o projeto apresenta aspectos de integração comunitária, através das contrapartidas e estratégias de acessibilidade exigidas pelo Edital. ~~, em relação ao impacto social para a inclusão de pessoas com deficiência, idosos e demais grupos em situação de histórica vulnerabilidade econômica/ social.~~	10
D	**Coerência da planilha orçamentária e do cronograma de execução às metas, resultados e desdobramentos do projeto proposto** A análise deverá avaliar e valorar a viabilidade técnica do projeto sob o ponto de vista dos gastos previstos na planilha orçamentária, sua execução e a adequação ao objeto, metas e objetivos previstos. Também deverá ser considerada para fins de avaliação, a coerência e conformidade dos valores e quantidades dos itens relacionados na planilha orçamentária do projeto.	10
E	**Coerência do Plano de Divulgação ao Cronograma, Objetivos e Metas do projeto proposto** A análise deverá avaliar e valorar a viabilidade técnica e comunicacional com público alvo do projeto, mediante as estratégias, mídias e materiais apresentados, bem como a capacidade de execução.	10
F	**Compatibilidade da ficha técnica com as atividades desenvolvidas** A análise deverá considerar a carreira dos profissionais que compõem o corpo técnico e artístico, verificando a coerência ou não em relação às atribuições que serão executadas por eles no projeto (para esta avaliação serão considerados os currículos dos membros da ficha técnica).	10
G	**Trajetória artística e cultural do proponente** Será considerado para fins de análise a carreira do proponente, com base no currículo e comprovações enviadas juntamente com a proposta	10
PONTUAÇÃO TOTAL:		80

A pontuação final de cada candidatura será definida por média das notas atribuídas individualmente por cada membro,

Os critérios gerais são eliminatórios, de modo que, o agente cultural que receber pontuação 0 em algum dos critérios será desclassificado do Edital.

Em caso de empate, serão utilizados para fins de classificação dos projetos a maior nota nos critérios de acordo com a ordem abaixo definida: A, B, C, D, E, F, G,H respectivamente.

Caso nenhum dos critérios acima elencados seja capaz de promover o desempate será adotado o critério de maior idade do proponente pessoa física ou representante de pessoa jurídica.

Serão considerados aptos os projetos de fomento que receberem nota final igual ou superior a 40 pontos.

Serão desclassificados os projetos que:

I - receberam nota 0 em qualquer dos critérios obrigatórios;

II - apresentem quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade ou outras formas de discriminação serão desclassificadas, com fundamento no disposto no inciso IV do caput do art. 3º da Constituição, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

III - A falsidade de informações acarretará desclassificação, podendo ensejar, ainda, a aplicação de sanções administrativas ou criminais.

ANEXO III
TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº [INDICAR NÚMERO]/[INDICAR ANO] TENDO POR OBJETO A CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO A AÇÕES CULTURAIS CONTEMPLADAS PELO EDITAL nº XX/2023 –, NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO), DO DECRETO N.

11.525/2023 (DECRETO PAULO GUSTAVO) E DO DECRETO 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

1. PARTES

1.1 O [NOME DO ENTE FEDERATIVO], neste ato representado por [AUTORIDADE QUE ASSINARÁ PELO ENTE FEDERATIVO], Senhor(a) [INDICAR NOME DA AUTORIDADE QUE ASSINARÁ PELO ENTE FEDERATIVO], e o(a) AGENTE CULTURAL, [INDICAR NOME DO(A) AGENTE CULTURAL CONTEMPLADO], portador(a) do RG nº [INDICAR Nº DO RG], expedida em [INDICAR ÓRGÃO EXPEDIDOR], CPF nº [INDICAR Nº DO CPF], residente e domiciliado(a) à [INDICAR ENDEREÇO], CEP: [INDICAR CEP], telefones: [INDICAR TELEFONES], resolvem firmar o presente Termo de Execução Cultural, de acordo com as seguintes condições:

2. PROCEDIMENTO

2.1 Este Termo de Execução Cultural é instrumento da modalidade de fomento à execução de ações culturais de que trata o inciso I do art. 8 do Decreto 11.453/2023, celebrado com agente cultural selecionado nos termos da LEI COMPLEMENTAR Nº 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO), DO DECRETO N. 11.525/2023 (DECRETO PAULO GUSTAVO) E DO DECRETO 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

3. OBJETO

3.1. Este Termo de Execução Cultural tem por objeto a concessão de apoio financeiro ao projeto cultural [INDICAR NOME DO PROJETO], contemplado no conforme processo administrativo nº [INDICAR NÚMERO DO PROCESSO].

4. RECURSOS FINANCEIROS

4.1. Os recursos financeiros para a execução do presente termo totalizam o montante de R$ [INDICAR VALOR EM NÚMERO ARÁBICOS] ([INDICAR VALOR POR EXTENSO] reais).

4.2. Serão transferidos à conta do(a) AGENTE CULTURAL, especialmente aberta no [NOME DO BANCO], Agência [INDICAR AGÊNCIA], Conta Corrente nº [INDICAR CONTA], para recebimento e movimentação.

5. APLICAÇÃO DOS RECURSOS

5.1 Os rendimentos de ativos financeiros poderão ser aplicados para o alcance do objeto, sem a necessidade de autorização prévia.

6. OBRIGAÇÕES

6.1 São obrigações da SECULT/PA:

I) transferir os recursos ao(a)AGENTE CULTURAL;

II) orientar o(a) AGENTE CULTURAL sobre o procedimento para a prestação de informações dos recursos concedidos;

III) analisar e emitir parecer sobre os relatórios e sobre a prestação de informações apresentados pelo(a) AGENTE CULTURAL;

IV) zelar pelo fiel cumprimento deste termo de execução cultural;

V) adotar medidas saneadoras e corretivas quando houver inadimplemento;

VI) monitorar o cumprimento pelo(a) AGENTE CULTURAL das obrigações previstas na CLÁUSULA 6.2.

6.2 São obrigações do(a) AGENTE CULTURAL:

I) executar a ação cultural aprovada;

II) aplicar os recursos concedidos pela Lei Paulo Gustavo na realização da ação cultural;

III) manter, obrigatória e exclusivamente, os recursos financeiros depositados na conta especialmente aberta para o Termo de Execução Cultural;

IV) facilitar o monitoramento, o controle e supervisão do termo de execução cultural bem como o acesso ao local de realização da ação cultural;

V) prestar informações à SECULT por meio de Relatório de Execução do Objeto, apresentado no prazo máximo de até 31 de dezembro de 2024, contados do término da vigência do termo de execução cultural;

VI) atender a qualquer solicitação regular feita pela SECULT, a contar do recebimento da notificação;

VII) divulgar nos meios de comunicação, a informação de que a ação cultural aprovada é apoiada com recursos da Lei Paulo Gustavo, incluindo as marcas do Governo federal, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura;

VIII) não realizar despesa em data anterior ou posterior à vigência deste termo de execução cultural;

IX) guardar a documentação referente à prestação de informações pelo prazo de 10 anos, contados do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural;

X) não utilizar os recursos para finalidade diversa da estabelecida no projeto cultural;

XI) executar a contrapartida conforme pactuado.

7. PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES,

7.1 O agente cultural prestará contas à administração pública por meio da categoria de prestação de informações em relatório de execução do objeto.

7.2 A prestação de informações em relatório de execução do objeto comprovará que foram alcançados os resultados da ação cultural, por meio dos seguintes procedimentos:

I - apresentação de relatório de execução do objeto pelo beneficiário no prazo estabelecido pelo ente federativo no regulamento ou no instrumento de seleção;

II - apresentação de relatório de execução financeira do projeto, e;

III - análise do relatório de execução do objeto por agente público designado.

7.2.1 O relatório de prestação de informações sobre o cumprimento do objeto deverá:

I - comprovar que foram alcançados os resultados da ação cultural;

II - conter a descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;

III - ter anexados documentos de comprovação do cumprimento do objeto, tais como: Declarações de realização dos eventos, com registro fotográfico ou audiovisual, clipping de matérias jornalísticas, releases, folders, catálogos, panfletos, filipetas, bem como outros documentos pertinentes à execução do projeto.

7.2.2 O agente público competente elaborará parecer técnico de análise do relatório de execução do objeto e poderá adotar os seguintes procedimentos, de acordo com o caso concreto:

I - encaminhar o processo à autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações, caso conclua que houve o cumprimento integral do objeto; ou

II - solicitar a apresentação, pelo agente cultural, de relatório de execução financeira, caso considere que não foi possível aferir o cumprimento integral do objeto no relatório de execução do objeto ou que as justificativas apresentadas sobre o cumprimento parcial do objeto foram insuficientes.

7.2.3 Após o recebimento do processo pelo agente público de que trata o item 7.2.2, autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações poderá:

I - determinar o arquivamento, caso considere que houve o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado;

II - solicitar a apresentação, pelo agente cultural, de relatório de execução financeira, caso considere que não foi possível aferir o cumprimento integral do objeto no relatório de execução do objeto ou que as justificativas apresentadas sobre o cumprimento parcial do objeto foram insuficientes; ou

III - aplicar sanções ou decidir pela rejeição da prestação de informações, caso verifique que não houve o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado, ou caso identifique irregularidades no relatório de execução financeira.

7.3 O relatório de execução financeira será exigido, independente da modalidade inicial de prestação de informações (in loco ou em relatório de execução do objeto), somente nas seguintes hipóteses:

I - quando não estiver comprovado o cumprimento do objeto, observados os procedimentos previstos no item 7.2; ou

II - quando for recebida, pela administração pública, denúncia de irregularidade na execução da ação cultural, mediante juízo de admissibilidade que avaliará os elementos fáticos apresentados.

7.3.1 O prazo para apresentação do relatório de execução financeira será de, no mínimo, trinta dias, contado do recebimento da notificação.

7.4 O julgamento da prestação de informações realizado pela autoridade do ente federativo que celebrou o termo de execução cultural avaliará o parecer técnico de análise de prestação de informações e poderá concluir pela:

I - aprovação da prestação de informações, com ou sem ressalvas; ou

II - reprovação da prestação de informações, parcial ou total.

7.5 Na hipótese de o julgamento da prestação de informações apontar a necessidade de devolução de recursos, o agente cultural será notificado para que exerça a opção por:

I - devolução parcial ou integral dos recursos ao erário;

II - apresentação de plano de ações compensatórias; ou

III - devolução parcial dos recursos ao erário juntamente com a apresentação de plano de ações compensatórias.

7.5.1 A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a reprovação da prestação de informações, desde que comprovada.

7.5.2 Nos casos em que estiver caracterizada má-fé do agente cultural, será imediatamente exigida a devolução de recursos ao erário, vedada a aceitação de plano de ações compensatórias.

7.5.3 Nos casos em que houver exigência de devolução de recursos ao erário, o agente cultural poderá solicitar o parcelamento do débito, na forma e nas condições previstas na legislação.

7.5.4 O prazo de execução do plano de ações compensatórias será o menor possível, conforme o caso concreto, limitado à metade do prazo originalmente previsto de vigência do instrumento.

8. ALTERAÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

8.1 A alteração do termo de execução cultural será formalizada por meio de termo aditivo.

8.2 A formalização de termo aditivo não será necessária nas seguintes hipóteses:

I - prorrogação de vigência realizada de ofício pela administração pública quando der causa a atraso na liberação de recursos; e

II - alteração do projeto sem modificação do valor global do instrumento e sem modificação substancial do objeto.

8.3 Na hipótese de prorrogação de vigência, o saldo de recursos será automaticamente mantido na conta, a fim de viabilizar a continuidade da execução do objeto.

8.4 As alterações do projeto cujo escopo seja de, no máximo, 20% poderão ser realizadas pelo agente cultural e comunicadas à administração pública em seguida, sem a necessidade de autorização prévia.

8.5 A aplicação de rendimentos de ativos financeiros em benefício do objeto do termo de execução cultural poderá ser realizada pelo agente cultural sem a necessidade de autorização prévia da administração pública.

8.6 Nas hipóteses de alterações em que não seja necessário termo aditivo, poderá ser realizado apostilamento.

9. TITULARIDADE DE BENS

9.1 Os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução da ação cultural fomentada serão de titularidade do agente cultural desde a data da sua aquisição.

9.2 Nos casos de rejeição da prestação de contas em razão da aquisição ou do uso do bem, o valor pago pela aquisição será computado no cálculo de valores a devolver, com atualização monetária.

[OU]

9.2 Os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução da ação cultural fomentada serão de titularidade do [NOME DO ENTE].

[AO FORMALIZAR O TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL, O ENTE DEVE DECIDIR SE OS BENS ADQUIRIDOS, PRODUZIDOS OU TRANSFORMADOS PELO AGENTE CULTURAL SERÃO DO PRÓPRIO AGENTE CULTURAL OU DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. OS BENS PODEM FICAR COM O AGENTE CULTURAL NAS HIPÓTESES TRATADAS NO ART. 27 DO DECRETO 11.453/2023]

10. EXTINÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

10.1 O presente Termo de Execução Cultural poderá ser:

I - extinto por decurso de prazo;

II - extinto, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;
III - denunciado, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe; ou
IV - rescindido, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe, nas seguintes hipóteses:
a) descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;
b) irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas ;
c) violação da legislação aplicável;
d) cometimento de falhas reiteradas na execução;
e) má administração de recursos públicos;
f) constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;
g) não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;h) outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.
10.2 A denúncia só será eficaz 60 (sessenta) dias após a data de recebimento da notificação, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença.
10.3 Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.
10.4 Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje dano ao erário, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela Administração Pública.
10.5 Outras situações relativas à extinção deste Termo não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser negociados entre as partes ou, se for o caso, no Termo de Distrato.

11. SANÇÕES

11.1 . Nos casos em que for verificado que a ação cultural ocorreu, mas houve inadequação na execução do objeto ou na execução financeira sem má-fé, a autoridade pode concluir pela aprovação da prestação de informações com ressalvas e aplicar sanção de advertência ou multa.
11.2 A decisão sobre a sanção deve ser precedida de abertura de prazo para apresentação de defesa pelo AGENTE CULTURAL.
11.3 A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a aplicação de sanção, desde que regularmente comprovada.

12. MONITORAMENTO E CONTROLE DE RESULTADOS

12.1 [DEVE SER INFORMADO COMO O ÓRGÃO REALIZARÁ O MONITORAMENTO DAS AÇÕES, PODENDO SER POR MEIO DE COMISSÃO ESPECÍFICA PARA ESTE FIM, POR ENVIO DE RELATÓRIOS, ENTRE OUTRAS MEDIDAS].

13. VIGÊNCIA

13.1 A vigência deste instrumento terá início na data de assinatura das partes, com duração de [PRAZO EM ANOS OU MESES], podendo ser prorrogado por [PRAZO MÁXIMO DE PRORROGAÇÃO].

14. PUBLICAÇÃO

14.1 O Extrato do Termo de Execução Cultural será publicado no [INFORMAR ONDE SERÁ PUBLICADO]

15. FORO

15.1 Fica eleito o Foro de [LOCAL] para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao presente Termo de Execução Cultural.
LOCAL, [INDICAR DIA, MÊS E ANO].

Pelo órgão: Pelo Agente Cultural:
[NOME DO AGENTE CULTURAL]

ANEXO IV

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

1. DADOS DO PROJETO

Nome do projeto:
Nome do agente cultural proponente:
Nº do Termo de Execução Cultural
Vigência do projeto:
Valor repassado para o projeto:
Data de entrega desse relatório:

2. RESULTADOS DO PROJETO

2.1. Resumo:
Descreva de forma resumida como foi a execução do projeto, destacando principais resultados e benefícios gerados e outras informações pertinentes.

2.2. As ações planejadas para o projeto foram realizadas?
( ) Sim, todas as ações foram feitas conforme o planejado.
( ) Sim, todas as ações foram feitas, mas com adaptações e/ou alterações.
( ) Uma parte das ações planejadas não foi feita.
( ) As ações não foram feitas conforme o planejado.

2.3. Ações desenvolvidas
Descreva as ações desenvolvidas, com informações detalhando ações, datas, locais, horários, etc. Fale também sobre a eventuais alterações nas atividades previstas no projeto, bem como os possíveis impactos nas metas acordadas.

2.4. Cumprimento das Metas
Metas integralmente cumpridas:
• META 1 [Descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado]
◦ OBSERVAÇÃO DA META 1: [informe como a meta foi cumprida]
Metas parcialmente cumpridas (SE HOUVER):
• META 1 [Descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado]
◦ Observações da Meta 1: [Informe qual parte da meta foi cumprida]
◦ Justificativa para o não cumprimento integral: [Explique porque parte da meta não foi cumprida]
Metas não cumpridas (se houver)
• Meta 1 [Descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado]
◦ Justificativa para o não cumprimento: [Explique porque a meta não foi cumprida]

3. PRODUTOS GERADOS

3.1. A execução do projeto gerou algum produto?
Exemplos: vídeos, produção musical, produção gráfica etc.
( ) Sim
( ) Não

3.1.1. Quais produtos culturais foram gerados?
Você pode marcar mais de uma opção. Informe também as quantidades.
( ) Publicação
( ) Livro
( ) Catálogo
( ) Live (transmissão on-line)
( ) Vídeo
( ) Documentário
( ) Filme
( ) Relatório de pesquisa
( ) Produção musical
( ) Jogo
( ) Artesanato
( ) Obras
( ) Espetáculo
( ) Show musical
( ) Site
( ) Música
( ) Outros: _____

3.1.2. Como os produtos desenvolvidos ficaram disponíveis para o público após o fim do projeto?
Exemplos: publicações impressas, vídeos no YouTube?

3.2. Quais foram os resultados gerados pelo projeto?
Detalhe os resultados gerados por cada atividade prevista no Projeto.

3.2.1 Pensando nos resultados finais gerados pelo projeto, você considera que ele:
(Você pode marcar mais de uma opção).
( ) Desenvolveu processos de criação, de investigação ou de pesquisa.
( ) Desenvolveu estudos, pesquisas e análises sobre o contexto de atuação.
( ) Colaborou para manter as atividades culturais do coletivo.
( ) Fortaleceu a identidade cultural do coletivo.
( ) Promoveu as práticas culturais do coletivo no espaço em que foi desenvolvido.
( ) Promoveu a formação em linguagens, técnicas e práticas artísticas e culturais.
( ) Ofereceu programações artísticas e culturais para a comunidade do entorno.
( ) Atuou na preservação, na proteção e na salvaguarda de bens e manifestações culturais.

4. PÚBLICO ALCANÇADO

Informe a quantidade de pessoas beneficiadas pelo projeto, demonstre os mecanismos utilizados para mensuração, a exemplo de listas de presenças. Em caso de baixa frequência ou oscilação relevante informe as justificativas.

5. EQUIPE DO PROJETO

5.1 Quantas pessoas fizeram parte da equipe do projeto?
Digite um número exato (exemplo: 23).

5.2 Houve mudanças na equipe ao longo da execução do projeto?
( ) Sim ( ) Não
Informe se entraram ou saíram pessoas na equipe durante a execução do projeto.

5.3 Informe os profissionais que participaram da execução do projeto:

Nome do profissional/empresa	Função no projeto	CPF/CNPJ	Pessoa negra?	Pessoa indígena?	Pessoa com deficiência?	[INSERIR MAIS COLUNAS, SE NECESSÁRIO]
Ex.: João Silva	Cineasta	123456789101	Sim/Não	Sim/Não	Sim/Não	

6. LOCAIS DE REALIZAÇÃO

6.1 De que modo o público acessou a ação ou o produto cultural do projeto?
( )1. Presencial.
( ) 2. Virtual.
( ) 3. Híbrido (presencial e virtual).

Caso você tenha marcado os itens 2 ou 3 (virtual e híbrido):

6.2 Quais plataformas virtuais foram usadas?
Você pode marcar mais de uma opção.
( )Youtube
( )Instagram / IGTV
( )Facebook
( )TikTok
( )Google Meet, Zoom etc.
( )Outros: _____

6.3 Informe aqui os links dessas plataformas:

Caso você tenha marcado os itens 1 e 3 (Presencial e Híbrido):

6.4 De que forma aconteceram as ações e atividades presenciais do projeto?
( )1. Fixas, sempre no mesmo local.
( )2. Itinerantes, em diferentes locais.
( )3. Principalmente em um local base, mas com ações também em outros locais.

No item 6.4 caso você tenha marcado o item 1 (Fixas):

6.5 Em que município o projeto aconteceu?

6.7 Em que área do município o projeto foi realizado?

Você pode marcar mais de uma opção.
( )Zona urbana central.
( )Zona urbana periférica.
( )Zona rural.
( )Área de vulnerabilidade social.
( )Unidades habitacionais.
( )Territórios indígenas (demarcados ou em processo de demarcação).
( )Comunidades quilombolas (terra titulada, em processo de titulação, com registro na Fundação Palmares).
( )Áreas atingidas por barragem.
( )Território de povos e comunidades tradicionais (ribeirinhos, louceiros, cipozeiro, pequizeiros, vazanteiros, povos do mar etc.).
( )Outros: _____

6.8 Onde o projeto foi realizado?
Você pode marcar mais de uma opção.
( )Equipamento cultural público municipal.
( )Equipamento cultural público estadual.
( )Espaço cultural independente.
( )Escola.
( )Praça.
( )Rua.
( )Parque.
( )Outros
No item 6.4 caso você tenha marcado o item 2 (itinerante):
6.9 Em quais municípios o projeto aconteceu?
6.10 Em quais áreas o projeto foi realizado?
Você pode marcar mais de uma opção.
( )Zona urbana central.
( )Zona urbana periférica.
( )Zona rural.
( )Área de vulnerabilidade social.
( )Unidades habitacionais.
( )Territórios indígenas (demarcados ou em processo de demarcação).
( )Comunidades quilombolas (terra titulada, em processo de titulação, com registro na Fundação Palmares).
( )Áreas atingidas por barragem.
( )Território de povos e comunidades tradicionais (ribeirinhos, louceiros, cipozeiro, pequizeiros, vazanteiros, povos do mar etc.).
( )Outros: _____

6.11 Onde o projeto foi realizado?
Você pode marcar mais de uma opção.
( )Equipamento cultural público municipal.
( )Equipamento cultural público estadual.
( )Espaço cultural independente.
( )Escola.
( )Praça.
( )Rua.
( )Parque.
( )Outros _____
No item 6.4 caso você tenha marcado o item 3 (Base):
6.12 Em quais municípios o projeto aconteceu?
6.13 Em quais áreas o projeto foi realizado?
Você pode marcar mais de uma opção.
( )Zona urbana central.
( )Zona urbana periférica.
( )Zona rural.
( )Área de vulnerabilidade social.
( )Unidades habitacionais.
( )Territórios indígenas (demarcados ou em processo de demarcação).
( )Comunidades quilombolas (terra titulada, em processo de titulação, com registro na Fundação Palmares).
( )Áreas atingidas por barragem.
( )Território de povos e comunidades tradicionais (ribeirinhos, louceiros, cipozeiro, pequizeiros, vazanteiros, povos do mar etc.).
( )Outros: _____

6.14 Onde o projeto foi realizado?
Você pode marcar mais de uma opção.
( )Equipamento cultural público municipal.
( )Equipamento cultural público estadual.
( )Espaço cultural independente.
( )Escola.
( )Praça.
( )Rua.
( )Parque.
( )Outros_____

7. DIVULGAÇÃO DO PROJETO
Informe como o projeto foi divulgado. Ex.: Divulgado no instagram
8. CONTRAPARTIDA
Descreva como a contrapartida foi executada, quando foi executada e onde foi executada.
9. TÓPICOS ADICIONAIS
Inclua aqui informações relevantes que não foram abordadas nos tópicos anteriores, se houver.
10. ANEXOS
Junte documentos que comprovem que você executou o projeto, tais como listas de presença, relatório fotográfico, vídeos, depoimentos, entre outros.

Nome
Assinatura do Agente Cultural Proponente

ANEXO V
DECLARAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DE GRUPO OU COLETIVO
OBS.: Essa declaração deve ser preenchida somente por proponentes que sejam um grupo ou coletivo sem personalidade jurídica, ou seja, sem CNPJ.
GRUPO ARTÍSTICO:
NOME DO REPRESENTANTE INTEGRANTE DO GRUPO OU COLETIVO ARTÍSTICO:
DADOS PESSOAIS DO REPRESENTANTE: [IDENTIDADE, CPF, E-MAIL E TELEFONE]

Os declarantes abaixo-assinados, integrantes do grupo artístico [NOME DO GRUPO OU COLETIVO], elegem a pessoa indicada no campo "REPRESENTANTE" como único e representante neste edital, outorgando-lhe poderes para fazer cumprir todos os procedimentos exigidos nas etapas do edital, inclusive assinatura de recibo, troca de comunicações, podendo assumir compromissos, obrigações, transigir, receber pagamentos e dar quitação, renunciar direitos e qualquer outro ato relacionado ao referido edital. Os declarantes informam que não incorrem em quaisquer das vedações do item de participação previstas no edital.
.

NOME DO INTEGRANTE	DADOS PESSOAIS	ASSINATURAS

[LOCAL]
[DATA]

ANEXO VI
DECLARAÇÃO ÉTNICO-RACIAL
(Para agentes culturais concorrentes às cotas étnico-raciais – negros ou indígenas)
Eu, _____, CPF nº_____, RG nº _____, DECLARO para fins de participação no Edital (Nome ou número do edital) que sou _____(informar se é NEGRO OU INDÍGENA).
Por ser verdade, assino a presente declaração e estou ciente de que a apresentação de declaração falsa pode acarretar desclassificação do edital e aplicação de sanções criminais.
NOME
ASSINATURA DO DECLARANTE

ANEXO VII
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
Nome do Proponente:
Nº de Registro no Mapa Cultural:
Nome do projeto:
Nº de inscrição:

META /ETAPA 1						
Descrição do item	Justificativa	Unidade de medida	Valor unitário	Quantidade	Valor total	Referência de preço
Ex.: Fotógrafo	Profissional necessário para registro da oficina	Serviço	R$1.100,00	1	R$1.100,00	. Salicnet . Praticado no mercado
Meta /etapa 2						
Ex. Ampliações das imagens	Serviço necessário para exposição	und	R$50,00	1	R$50,00	. Salicnet . Praticado no mercado

Preencha a tabela informando todas as despesas indicando as metas/etapas às quais elas estão relacionadas (ex. pré-produção, produção, execução)
Deve haver a indicação do parâmetro de preço (Ex.: preço estabelecido no SALICNET, 3 orçamentos, etc),utilizado com a referência específica do item de despesa, conforme exemplo.
Adicione quantas linhas forem necessárias para etapas e itens do seu orçamento.

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 010/2023 – PONTOS E PONTÕES – LEI PAULO GUSTAVO
EDITAL DE SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA LEI COMPLEMENTAR 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO) – PONTOS E PONTÕES
Este Edital é realizado com recursos do Governo Federal repassados por meio da Lei Complementar nº 195/2022 - Lei Paulo Gustavo.
A Lei Paulo Gustavo (LGP) viabiliza o maior investimento direto no setor cultural da história do Brasil e simboliza o processo de resistência da classe artística durante a pandemia de Covid-19, que limitou severamente as atividades do setor cultural.
É, ainda, uma homenagem a Paulo Gustavo, artista símbolo da categoria, vitimado pela doença.
As condições para a execução da Lei Paulo Gustavo foram criadas por meio do engajamento da sociedade e o presente edital destina-se a apoiar projetos apresentados pelos agentes culturais do segmento de PONTOS E PONTÕES de cultura.
Deste modo, a Secretaria de Cultura do Estado do Pará – SECULT/PA, torna público o presente edital elaborado com base na Lei Complementar 195/2022, no Decreto 11.525/2023 e no Decreto 11.453/2023 e no Termo de Fomento 059, celebrado com a OSC ASSOCIAÇÃO FOTOATIVA, entidade parceira na execução das ações deste edital.
Na realização deste edital estão asseguradas medidas de democratização, desconcentração, descentralização e regionalização do investimento cultural, com a implementação de ações afirmativas, fundamentado na previsão do Decreto nº 11.525, de 11 de maio de 2023 (Decreto de Regulamentação da Lei Paulo Gustavo), em seus artigos 14, 15 e 16.
1. OBJETO
O objeto deste Edital é a seleção de **45 (quarenta e cinco)** propostas culturais do segmento de Pontos e Pontões de cultura, para receberem recursos financeiro, com o objetivo de incentivar o referido segmento no estado do Pará. A distribuição dos recursos será realizada de acordo com a

modalidade descrita no item 1.1.

1.1 Modalidade: Fomento

1.1.1 **Pontos de Cultura - Pará**: **45 (quarenta e cinco)** projetos culturais de até **R$20.000,00** (vinte mil reais) a serem propostos e desenvolvidos **por organizações da sociedade civil**, certificadas como Ponto de Cultura, pelo Governo Federal ou pela SECULT-PA.

1.2. Caso o valor destinado à atividade inicialmente previsto não seja utilizado integralmente, poderão ser convocados mais proponentes aprovados.

1.3. Havendo sobra de recursos em uma das atividades o saldo remanescente poderá ser remanejado para contemplar propostas de outras faixas deste edital.

1.3.1. O remanejamento deverá priorizar as faixas que possuam maior demanda de propostas de proponentes na condição de suplente, bem como respeitar as cotas reservadas às pessoas negras e indígenas e, quando possível, a ordem de classificação e as cotas de regionalização.

1.4. No caso de sobra de recurso neste edital, o saldo remanescente deste poderá ser utilizado para contemplar os(as) proponentes com propostas selecionadas em outros Editais da Lei Paulo Gustavo publicados pela Secretaria de Cultura do Estado do Pará, priorizando aqueles com maior demanda.

1.5. O valor inicialmente disponível para este Edital poderá ser ampliado, caso haja sobra de recursos de outros Editais publicados pela Secretaria de Cultura no âmbito da Lei Paulo Gustavo ou do recebimento de recursos da Lei Paulo Gustavo não executados pelos municípios.

2. VALORES

2.1 O valor total disponibilizado para este Edital é de **R$900.000,00** (novecentos mil reais) para projetos de fomento da LPG.

3. QUEM PODE SE INSCREVER

3.1 Pode se inscrever no Edital qualquer agente cultural residente e domiciliado no Estado do Pará há pelo menos 2 (dois) anos.

3.1.1. A comprovação de residência é dispensada na forma descrita no item 14.2.1.1.

3.2 Em regra, o agente cultural pode ser:

I - Pessoa física ou Microempreendedor Individual (MEI)

II - Pessoa jurídica com fins lucrativos (Ex.: empresa de pequeno porte, empresa de grande porte, etc)

III - Pessoa jurídica sem fins lucrativos (Ex.: Associação, Fundação, Cooperativa, etc)

IV - Coletivo/Grupo sem CNPJ representado por pessoa física.

3.3 O proponente é o agente cultural responsável pela inscrição do projeto no Mapa Cultural.

3.4 Na hipótese de agentes culturais que atuem como grupo ou coletivo cultural sem constituição jurídica (ou seja, sem CNPJ), será indicada pessoa física como responsável legal para o ato da assinatura do Termo de Execução Cultural e a representação será formalizada em declaração assinada pelos demais integrantes do grupo ou coletivo, podendo ser utilizado o modelo constante no Anexo V.

3.5 O proponente não pode exercer apenas funções administrativas no âmbito do projeto e deve exercer necessariamente a função de criação, ou direção, ou produção, ou coordenação, ou gestão artística, ou outra função de destaque e capacidade de decisão no projeto.

4. QUEM NÃO PODE SE INSCREVER

4.1 Não pode se inscrever neste Edital, proponentes que:

I - tenham se envolvido diretamente na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento de recursos;

II - sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de servidor público do órgão responsável pelo edital, nos casos em que o referido servidor tiver atuado na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento de recursos; e

III - sejam membros do Poder Legislativo (Deputados, Senadores, Vereadores), do Poder Judiciário (Juízes, Desembargadores, Ministros), do Ministério Público (Promotor, Procurador); do Tribunal de Contas (Auditores e Conselheiros).

IV - Proponentes inadimplentes com prestação de contas de editais realizados pela Secult e organizações da sociedade civil parceiras, com recursos da Lei Aldir Blanc.

4.2 O agente cultural que integrar Conselho de Cultura poderá concorrer neste Edital para receber recursos do fomento cultural, exceto quando se enquadrar nas vedações previstas no item 4.1.

4.3 Quando se tratar de proponentes pessoas jurídicas, estarão impedidas de apresentar projetos aquelas cujos sócios, diretores e/ou administradores se enquadrarem nas situações descritas no tópico 4.1.

4.4 A participação de agentes culturais nas oitivas e consultas públicas não caracteriza o envolvimento direto na etapa de elaboração do edital de que trata o subitem I do item 4.1.

5. COTAS

5.1 Ficam garantidas cotas étnico-raciais em todas as categorias do edital, nas seguintes proporções e ordenamento de selecionados:

I) 50% para mulheres (cis e trans);

II) 30% (trinta por cento) para propostas de Região de Integração do Guajará (onde se localiza a capital do Estado) e 70% (setenta por cento) para propostas advindas das demais Regiões do Estado

III) No mínimo 20% para pessoas negras (pretas e pardas); e

IV) no mínimo 10% para pessoas indígenas.

5.2 Os agentes culturais que optarem por concorrer às cotas para pessoas negras (pretas e pardas) e indígenas concorrerão concomitantemente às vagas destinadas à ampla concorrência, ou seja concorrerão ao mesmo tempo nas vagas da ampla concorrência e nas vagas reservadas às cotas, podendo ser selecionado de acordo com a sua nota ou classificação no processo seleção.

5.3 Os agentes culturais negros (pretos e pardos) e indígenas optantes por concorrer às cotas (opção presente na ficha de incrição dos projetos) que atingirem nota suficiente para se classificar no número de vagas oferecidas para ampla concorrência não ocuparão as vagas destinadas para o preenchimento das cotas, ou seja, serão selecionados nas vagas da ampla concorrência, ficando a vaga da cota para o próximo colocado optante pela cota.

5.4 Em caso de desistência de optantes aprovados nas cotas, a vaga não preenchida deverá ser ocupada por pessoa que concorreu às cotas de acordo com a ordem de classificação.

5.5 No caso de não existirem propostas aptas em número suficiente para o cumprimento de uma das categorias de cotas previstas na seleção, o número de vagas restantes deverá ser destinado inicialmente para a outra categoria de cotas.

5.6 Caso não haja outra categoria de cotas de que trata o item 5.5, as vagas não preenchidas deverão ser direcionadas para a ampla concorrência, sendo direcionadas para os demais candidatos aprovados, de acordo com a ordem de classificação.

5.7 Para concorrer às cotas, os agentes culturais deverão autodeclarar-se no ato da inscrição usando a autodeclaração étnico-racial de que trata o Anexo VI.

5.8 Caso necessário, para fins de verificação da autodeclaração, poderá ser solicitada Carta Consubstanciada, que será analisada por um comitê formado por membros de entidades representativas.

5.9 As pessoas jurídicas e coletivos sem constituição jurídica podem concorrer às cotas, desde que preencham algum dos requisitos abaixo:

I – pessoas jurídicas que possuem quadro societário majoritariamente composto por pessoas negras (pretas e pardas) ou indígenas;

II – pessoas jurídicas ou grupos e coletivos sem constituição jurídica que possuam pessoas negras (pretas e pardas) ou indígenas em posições de liderança no projeto cultural; e

III – pessoas jurídicas ou coletivos sem constituição jurídica que possuam equipe do projeto cultural majoritariamente composta por pessoas negras (pretas e pardas) ou indígenas.

5.10 As pessoas físicas que compõem a equipe da pessoa jurídica e o grupo ou coletivo sem constituição jurídica devem se submeter aos regramentos descritos nos itens acima, observando o item 5.7.

6. PRAZO PARA SE INSCREVER

6.1 Para se inscrever no Edital, o proponente deve enviar toda documentação obrigatória relatada no 7.3, entre os dias 12 de setembro e 12 de outubro de 2023, exclusivamente através da plataforma Mapa Cultural do Pará, no endereço eletrônico https://www.mapacultural.pa.gov.br/lpg/pontos-e-pontoes.

1.2. Para efeito de inscrição todos os proponentes deverão estar cadastrados no mapa cultural.pa.gov.br.

1.3. Todas as informações fornecidas no ato da inscrição deverão ser verídicas e atualizadas. Não serão aceitas propostas entregues presencialmente na sede da SECULT, ou da executora do certame, ou materiais postados via Correios.

1.4. Os proponentes que já têm cadastro no Mapa Cultural do Pará não precisam fazer novo cadastro, podendo atualizar informações que julgarem necessárias até a data de envio de sua inscrição.

1.5. O ato de inscrição pressupõe plena concordância dos termos, cláusulas e condições deste edital e de seus anexos, que passarão a integrar as obrigações, bem como a observância dos regulamentos administrativos e das normas técnicas aplicáveis, não sendo aceita, sob qualquer hipótese, alegação de seu desconhecimento em qualquer fase do procedimento administrativo e execução dos serviços.

1.6. Os anexos que compõem este edital deverão ser assinados de maneira física ou eletrônica, com o encaminhamento na forma digital no ato de inscrição anexados no formato PDF.

6.7. As inscrições feitas em desacordo com os prazos e demais exigências do presente edital serão indeferidas.

1.8 Não serão aceitas complementações, modificações ou substituições de dados e de anexos à inscrição, depois de finalizada.

1.9 É vedada a participação de órgãos públicos, escolas e fundações privadas.

7. COMO SE INSCREVER

7.1 O proponente deve preencher Ficha de Inscrição diretamente no https://www.mapacultural.pa.gov.br/lpg/pontos-e-pontoes.

7.2 O proponente deve encaminhar a documentação obrigatória de que trata o item 7.3 por meio do https://www.mapacultural.pa.gov.br/lpg/pontos-e-pontoes.

7.3 O proponente deve enviar a seguinte documentação para formalizar sua inscrição:

a) Projeto proposto;

b) Currículo / portfólio do proponente, com todas as comprovações;

c) Documentos pessoais do proponente CPF e RG (se Pessoa Física);

d) Inscrição no cadastro nacional de pessoa jurídica - CNPJ (se Pessoa Jurídica);

e) Atos constitutivos da empresa, qual seja o contrato social, nos casos de pessoas jurídicas com fins lucrativos, ou estatuto, nos casos de organizações da sociedade civil (se Pessoa Jurídica);

f) Comprovante de Endereço do proponente ou Declaração de Residência (no caso do proponente não possuir documento em seu nome)

g) Mini currículo dos integrantes do projeto e termo de anuência;

h) Todos os anexos solicitados no Edital, nos quais o proponente se enquadre.

i) Outros documentos que o proponente julgar necessário para auxiliar na avaliação do mérito cultural do projeto.

7.4 O proponente é responsável pelo envio dos documentos e pela qualidade visual, conteúdo dos arquivos e informações de seu projeto.

7.5 Cada Proponente poderá concorrer, e ser selecionado individualmente ou como representantes de coletivo, com apenas 1 (um) projeto, no máximo.

7.6 Os membros de grupos e coletivos podem concorrer isoladamente, desde que sejam com projetos diferentes.

7.7 Se houver inscrição de mais de um projeto do mesmo proponente, será considerado, para fins de seleção, o último enviado na plataforma.

7.8 Os projetos apresentados deverão conter previsão de execução não superior a 12 meses.

7.9 O proponente deve se responsabilizar pelo acompanhamento das atualizações/publicações pertinentes ao edital e seus prazos nos canais formais de comunicação da SECULT/PA.

7.10 As inscrições deste edital são gratuitas.

7.11 As propostas que apresentem quaisquer formas de preconceito de

origem, raça, etnia, gênero, cor, idade ou outras formas de discriminação serão desclassificadas, com fundamento no disposto no inciso IV do caput do art. 3º da Constituição, garantidos o contraditório e a ampla defesa.
Parágrafo único: A comprovação de residência poderá ser dispensada nas hipóteses de agentes culturais pertencentes à comunidade indígena, quilombola, cigana ou circense ou pertencentes à população nômade ou itinerante; que se encontrem em situação de rua.

8. PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DOS PROJETOS

8.1 O proponente deve preencher a planilha orçamentária presente no Anexo VII, informando como será utilizado o recurso financeiro recebido.
8.2 A estimativa de custos do projeto será prevista por categorias, sem a necessidade de detalhamento por item de despesa, conforme § 1º do art. 24 do Decreto 11.453/2023.
8.3 A compatibilidade entre a estimativa de custos do projeto e os preços praticados no mercado será avaliada pelos membros da comissão de seleção, de acordo com tabelas referenciais de valores, ou com outros métodos de verificação de valores praticados no mercado.
8.4 A estimativa de custos do projeto poderá apresentar valores divergentes das práticas de mercado convencionais na hipótese de haver significativa excepcionalidade no contexto de sua implementação, consideradas variáveis territoriais e geográficas e situações específicas, como a de povos indígenas, ribeirinhos, atingidos por barragens e comunidades quilombolas e tradicionais.
8.5 Os itens da planilha orçamentária poderão ser glosados, ou seja, vetados, total ou parcialmente, pela Comissão de Seleção, se, após análise, não forem considerados com preços compatíveis aos praticados no mercado ou forem considerados incoerentes e em desconformidade com o projeto apresentado.
8.6 Caso o proponente discorde dos valores glosados (vetados) poderá apresentar recurso na fase de mérito cultural, conforme dispõe o item 12.8.
8.7 O valor solicitado não poderá ser superior ao valor máximo destinado a cada modalidade, conforme item 1.2 do presente edital.

9. ACESSIBILIDADE

9.1 Os projetos devem contar com medidas de acessibilidade física, atitudinal e comunicacional compatíveis com as características dos produtos resultantes do objeto, nos termos do disposto na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência), de modo a contemplar:
I - no aspecto arquitetônico, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com mobilidade reduzida ou idosas aos locais onde se realizam as atividades culturais e a espaços acessórios, como banheiros, áreas de alimentação e circulação;
II - no aspecto comunicacional, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com deficiência intelectual, auditiva ou visual ao conteúdo dos produtos culturais gerados pelo projeto, pela iniciativa ou pelo espaço; e
III - no aspecto atitudinal, a contratação de colaboradores sensibilizados e capacitados para o atendimento de visitantes e usuários com diferentes deficiências e para o desenvolvimento de projetos culturais acessíveis desde a sua concepção, contempladas a participação de consultores e colaboradores com deficiência e a representatividade nas equipes dos espaços culturais e nas temáticas das exposições, dos espetáculos e das ofertas culturais em geral.
9.2 Especificamente para pessoas com deficiência, mecanismos de protagonismo e participação poderão ser concretizados também por meio das seguintes iniciativas, entre outras:
I - adaptação de espaços culturais com residências inclusivas;
II - utilização de tecnologias assistivas, ajudas técnicas e produtos com desenho universal;
III - medidas de prevenção e erradicação de barreiras atitudinais;
IV - contratação de serviços de assistência por acompanhante; ou
V - oferta de ações de formação e capacitação acessíveis a pessoas com deficiência.
9.3 Os projetos devem prever obrigatoriamente medidas de acessibilidade, sendo assegurado para essa finalidade no mínimo 10% do valor total do projeto.
9.4 A utilização do percentual mínimo de 10% de que trata o item 9.3 pode ser excepcionalmente dispensada quando:
I - for inaplicável em razão das características do objeto cultural,os cujo objeto seja o desenvolvimento de roteiro e licenciamento de obra audiovisual ; ou
II - quando o projeto já contemplar integralmente as medidas de acessibilidade compatíveis com as características do objeto cultural.
9.5 O proponente deve apresentar justificativa para os casos em que o percentual mínimo de 10% é inaplicável.

10. CONTRAPARTIDA

10.1 Os agentes culturais contemplados neste edital, com projetos de fomento, conforme item 1.2 deste edital, deverão garantir, como contrapartida, as seguintes medidas:
I - a realização de atividade destinada, prioritariamente, aos alunos e professores de escolas públicas ou universidades, públicas ou privadas, que tenham estudantes do Programa Universidade para Todos (Prouni), bem como aos profissionais de saúde, preferencialmente aqueles envolvidos no combate à pandemia, e a pessoas integrantes de grupos e coletivos culturais e de associações comunitárias, ou de atividades em espaços públicos de sua comunidade, de forma gratuita; e
II - sempre que possível, exibições com interação popular por meio da internet ou exibições públicas, quando aplicável, com distribuição gratuita de ingressos para os grupos referidos no item I, em intervalos regulares.
10.2 A contrapartida deverá ser informada no Formulário de Inscrição e deve ser executada até dezembro de 2024.

11. ETAPAS DO EDITAL

11.1 A seleção dos projetos submetidos a este Edital será composta das seguintes etapas:
I - Análise de mérito cultural dos projetos: fase de análise do projeto realizada por comissão de seleção; e divulgação dos selecionados
II - Habilitação: fase de apresentação e análise dos documentos dos proponentes selecionados, descritos no tópico 14; e divulgação dos habilitados

12. ANÁLISE DE MÉRITO CULTURAL DOS PROJETOS

12.1 Entende-se por "Análise de mérito cultural" a identificação, tanto individual quanto sobre seu contexto social, de aspectos relevantes dos projetos culturais, concorrentes em uma mesma categoria de apoio, realizada por meio da atribuição fundamentada de notas aos critérios descritos neste edital.
12.2 Por análise comparativa compreende-se a análise não apenas dos itens individuais de cada projeto, mas de suas propostas, impactos e relevância em relação aos outros projetos inscritos na mesma categoria. A pontuação de cada projeto é atribuída em função desta comparação.
12.3 A análise dos projetos culturais será realizada por comissão de seleção formada por, no mínimo, 03 (três) pareceristas externos, com experiência no segmento cultural.
12.4 Os membros da comissão de seleção ficam impedidos de participar da apreciação de projetos e iniciativas que estiverem em processo de avaliação nos quais:
I - tenham interesse direto na matéria;
II - tenham participado como colaborador na elaboração do projeto ou tenham participado da instituição proponente nos últimos dois anos, faça parte da equipe técnica do projeto ou se tais situações ocorrem quanto ao cônjuge, companheiro ou parente e afins até o terceiro grau; e
III - estejam litigando judicial ou administrativamente com o proponente ou com respectivo cônjuge ou companheiro.
12.5 O membro da comissão que incorre em impedimento deve comunicar o fato à referida Comissão, abstendo-se de atuar, sob pena de nulidade dos atos que praticar.
12.6 Para esta seleção serão considerados os critérios de pontuação estabelecidos no Anexo II deste edital.
12.7 Contra a decisão da fase de mérito cultural, caberá recurso destinado à Comissão de Seleção.
12.8 Os recursos de que tratam o item 12.8 deverão ser apresentados no prazo de 3 (três) dias úteis, conforme inciso III, do art. 16 do decreto 11.453/2023, a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação.
12.9 Os recursos devem ser encaminhados através do email recursopontoslpgpara@gmail.com, de 00h do dia 01/11/2023 até as 17h do dia 06/11/2023.
12.10 Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.
12.11 Após o julgamento dos recursos, o resultado final da análise de mérito cultural será publicado no Diário Oficial do Estado (DOE) contendo nome e CPF dos proponentes. A nota obtida e a justificativa serão publicadas no sítio eletrônico www.secult.pa.gov.br.

13. REMANEJAMENTO DOS RECURSOS

13.1 Não havendo número de propostas culturais selecionadas suficientes em uma modalidade, será selecionada a proposta de outra modalidade com maior quantidade de pontos, em ordem decrescente e levando em consideração o disposto no item 5 (Cotas).

14. ETAPA DE HABILITAÇÃO

14.1 Finalizada a etapa de análise de mérito cultural, o proponente do projeto contemplado deverá, no prazo de 06 (seis) dias úteis, apresentar os seguintes documentos através do Mapa Cultural, conforme sua natureza jurídica:
14.1.1 PESSOA FÍSICA
I - certidão negativa de débitos relativos a créditos tributários federais e Dívida Ativa da União;
II - certidões negativas de débitos relativas a créditos tributários estaduais e municipais, expedidas pela Secretaria da Fazendo do Pará (SEFA).
14.1.1.2 A comprovação de residência poderá ser dispensada nas hipóteses de agentes culturais:
I - pertencentes à comunidade indígena, quilombola, cigana ou circense;
II - pertencentes à população nômade ou itinerante; que se encontrem em situação de rua.
14.1.2 PESSOA JURÍDICA
I - certidão negativa de falência e recuperação judicial, expedida pelo Tribunal de Justiça estadual, nos casos de pessoas jurídicas com fins lucrativos;
II - certidão negativa de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
III - certidão negativa de débito estadual – Emitida pela SEFA/PA ;
IV - Certidão negativa municipal, expedidas pela Secretaria Municipal de finanças;
V - Certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - CRF/FGTS;
VI - certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, emitida no site do Tribunal Superior do Trabalho;
14.2 As certidões positivas com efeito de negativas servirão como certidões negativas, desde que não haja referência expressa de impossibilidade de celebrar instrumentos jurídicos com a administração pública.
14.3 Contra a decisão da fase de habilitação, caberá recurso fundamentado e específico destinado a SECULT/PA, através do e-mail recursopontoslpgpara@gmail.com, de 00h do dia 22/11/2023 até as 17h do dia 27/11/2023.
14.4 Os recursos de trata o item 14.3 deverão ser apresentados no prazo de 3 dias úteis a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação, não cabendo recurso administrativo da decisão após esta fase.
14.5 Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.
14.6 Caso o proponente esteja em débito com o ente público responsável pela seleção e com a União não será possível o recebimento dos recursos de que trata este Edital.

15. ASSINATURA DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL E RECEBIMENTO DOS RECURSOS

15.1 Finalizada a fase de habilitação, o agente cultural contemplado será

convocado a assinar o Termo de Execução Cultural, conforme Anexo III deste Edital, de forma presencial ou eletrônica.
15.2 O Termo de Execução Cultural corresponde ao documento a ser assinado pelo agente cultural (proponente) selecionado neste Edital e pelo concedente, contendo as obrigações dos assinantes do Termo.
15.3 Após a assinatura do Termo de Execução Cultural, o agente cultural receberá os recursos, com desembolso único, em até 30 (trinta) dias, EXCLUSIVAMENTE EM CONTA CORRENTE de qualquer banco, aberta especificamente para este fim.
15.3.1 A conta bancária da instituição financeira não deverá ter cobrança de tarifas.
15.3.2 Não serão aceitas contas poupança, conta salário, contas de recebimento de auxílio social do Governo (bolsa família, por exemplo).
15.4 A assinatura do Termo de Execução Cultural e o recebimento do apoio estão condicionados à existência de disponibilidade orçamentária e financeira, caracterizando a seleção como expectativa de direito do proponente.
15.5 O agente cultural deve assinar e enviar o Termo de Execução Cultural em até 2 (dois) dias úteis após envio da concedente, conforme previsto no cronograma, sob pena de perda do apoio financeiro e convocação do suplente para assumir sua vaga.

16. DIVULGAÇÃO DOS PROJETOS

16.1 Os contemplados comprometem-se a incluir nos créditos de todo material de divulgação, as logomarcas da SECULT/PA / Governo do Estado do Pará, do Ministério da Cultura / Governo Federal, obedecendo aos critérios de veiculação das logomarcas estabelecidas de forma padronizada, que estarão à disposição no site www.secult.pa.gov.br, e deverão incluir também a frase: "**Projeto selecionado pelo 'Edital de Pontos e Pontões de cultura – Lei Paulo Gustavo"**.
16.2 Os produtos artístico-culturais e as peças de divulgação dos projetos exibirão as marcas do Governo federal, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura e SECULT-PA.
16.3 O material de divulgação dos projetos e seus produtos deve ser disponibilizado em formatos acessíveis a pessoas com deficiência e conterá informações sobre os recursos de acessibilidade disponibilizados.
16.4 O material de divulgação dos projetos deve ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, e não pode conter nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal.

17. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

17.1 Os procedimentos de monitoramento e avaliação dos projetos culturais contemplados, assim como prestação de informação à administração pública, observarão o Decreto 11.453/2023 (Decreto de Fomento), que dispõe sobre os mecanismos de fomento do sistema de financiamento à cultura, observadas às exigências legais de simplificação e de **foco no cumprimento do objeto.**
17.2 O agente cultural deve prestar contas por meio da apresentação do Relatório Final de Execução do Objeto, conforme documento constante no Anexo IV e orientação contida no Decreto nº11.453/2023, artigo 29, inciso 2 que versa sobre a prestação de informações em relatório de execução do objeto.
Parágrafo único: Em caso de realizador do edital considerar que não foi possível aferir o cumprimento integral do objeto no Relatório Final de Execução, e que as justificativas apresentadas sobre o cumprimento parcial do objeto não foram suficientes, lhe é facultado o direito de requisitar o Relatório de Execução Financeira com as devidas comprovações (nota fiscal, recibos e documento congêneres), conforme contido no inciso 3 do artigo 29 e no inciso 3 do parágrafo II do artigo 30.
17.3 O Relatório Final de Execução do Objeto deve ser apresentado até 31 de dezembro de 2024, com o fim da vigência do Termo de Execução Cultural.

18. DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1 O acompanhamento de todas as etapas deste Edital e a observância quanto aos prazos serão de inteira responsabilidade dos proponentes. Para tanto, deverão ficar atentos às publicações no sitio eletrônico www.secult.pa.gov.br, no Diário Oficial do Estado e nas mídias sociais oficiais da SECULT.
18.2 O presente Edital e os seus anexos estão disponíveis no site: http://www.mapacultural.pa.gov.br/lpg/pontos-e-pontoes.
18.3 Toda relação do proponente com o edital deverá ser através da plataforma mapa cultural, do e-mail editalpontoslpgpara@gmail.com e do telefone (91) 99128-3866.
18.4 Os casos omissos porventura existentes ficarão a cargo da Secretária de Estado de Cultura.
18.5 Eventuais irregularidades relacionadas aos requisitos de participação, constatadas a qualquer tempo, implicarão na desclassificação do proponente.
18.6 O proponente será o único responsável pela veracidade da proposta e documentos encaminhados, isentando a SECULT de qualquer responsabilidade civil ou penal.
18.7 O apoio concedido por meio deste Edital poderá ser acumulado com recursos captados por meio de leis de incentivo fiscal e outros programas e/ou apoios federais, estaduais e municipais.
18.8 A inscrição implica no conhecimento e concordância dos termos e condições previstos neste Edital, na Lei Complementar 195/2022 (Lei Paulo Gustavo), no Decreto 11.525/2023 (Decreto Paulo Gustavo) e no Decreto 11.453/2023 (Decreto de Fomento).

19. CRONOGRAMA

ETAPA	DATA INICIAL	DATA FINAL
1- Publicação do edital	12/09/2023	
2- Inscrições	12/09/2023	12/10/2023
3- Resultado Preliminar de Selecionados	31/10/2023	
4- Período de recurso	01/11/2023	06/11/2023
5- Homologação do Resultado Final	09/11/2023	
6- Entrega de Documentos dos selecionados	09/11/2023	16/11/2023
7- Resultado Preliminar de Habilitados	21/11/2023	
8- Período de recurso de Habilitação	22/11/2023	27/11/2023
9- Período de pagamento dos selecionados	28/11/2023	29/12/2023
10-Execução de projeto	até 31/12/2024	
11-Relatório Final de Execução do Objeto	até 31/12/2024	

20. ANEXOS:

20.1 Compõem este Edital os seguintes anexos:
Anexo I - Formulário de Inscrição/Plano de Trabalho;
Anexo II - Critérios de seleção
Anexo III - Termo de Execução Cultural;
Anexo IV - Relatório de Execução do Objeto;
Anexo V - Declaração de representação de grupo ou coletivo; e
Anexo VI - Declaração étnico-racial
Anexo VII – Planilha Orçamentária

ANEXO I
FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO (DISPONÍVEL NO MAPA)

1. DADOS DO PROPONENTE

Proponente é pessoa física ou pessoa jurídica?
( ) Pessoa Física
( ) Pessoa Jurídica

PARA PESSOA FÍSICA:
Nome Completo:
Nome artístico ou nome social (se houver):
CPF:
RG:
Data de nascimento:
E-mail:
Telefone:
Endereço completo:
CEP:
Cidade:
Estado:

Você reside em quais dessas áreas?
( ) Zona urbana central
( ) Zona urbana periférica
( ) Zona rural
( ) Área de vulnerabilidade social
( ) Unidades habitacionais
( ) Territórios indígenas (demarcados ou em processo de demarcação)
( ) Comunidades quilombolas (terra titulada ou em processo de titulação, com registro na Fundação Palmares)
( ) Áreas atingidas por barragem
( ) Território de povos e comunidades tradicionais (ribeirinhos, louceiros, cipozeiro, pequizeiros, vazanteiros, povos do mar etc.).

Pertence a alguma comunidade tradicional?
( ) Não pertenço a comunidade tradicional
( ) Comunidades Extrativistas
( ) Comunidades Ribeirinhas
( ) Comunidades Rurais
( ) Indígenas
( ) Povos Ciganos
( ) Pescadores(as) Artesanais
( ) Povos de Terreiro
( ) Quilombolas
( ) Outra comunidade tradicional

Gênero:
( ) Mulher cisgênero
( ) Homem cisgênero
( ) Mulher Transgênero
( ) Homem Transgênero
( ) Pessoa Não Binária
( ) Não informar

Raça, cor ou etnia:
( ) Branca
( ) Preta
( ) Parda
( ) Indígena
( ) Amarela

Você é uma Pessoa com Deficiência - PCD?
( ) Sim
( ) Não

Caso tenha marcado "sim", qual tipo de deficiência?
( ) Auditiva
( ) Física
( ) Intelectual
( ) Múltipla
( ) Visual

Qual o seu grau de escolaridade?
( ) Não tenho Educação Formal
( ) Ensino Fundamental Incompleto
( ) Ensino Fundamental Completo
( ) Ensino Médio Incompleto

( ) Ensino Médio Completo
( ) Curso Técnico Completo
( ) Ensino Superior Incompleto
( ) Ensino Superior Completo
( ) Pós Graduação Completo

Qual a sua renda mensal fixa individual (média mensal bruta aproximada) nos últimos 3 meses?

(Calcule fazendo uma média das suas remunerações nos últimos 3 meses. Em 2023, o salário mínimo foi fixado em R$ 1.320,00.)

( ) Nenhuma renda.
( ) Até 1 salário mínimo
( ) De 1 a 3 salários mínimos
( ) De 3 a 5 salários mínimos
( ) De 5 a 8 salários mínimos
( ) De 8 a 10 salários mínimos
( ) Acima de 10 salários mínimos

Você é beneficiário de algum programa social?

( ) Não
( ) Bolsa família
( ) Benefício de Prestação Continuada
( ) Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
( ) Garantia-Safra
( ) Seguro-Defeso
( ) Outro

Vai concorrer às cotas afirmativas?

( ) Sim ( ) Não

Se sim. Qual?

( ) Pessoa negra
( ) Pessoa indígena

Qual a sua principal função/profissão no campo artístico e cultural?

( ) Artista.
( ) Instrutor(a), oficineiro(a), educador(a) artístico(a)-cultural e afins.
( ) Curador(a), Programador(a) e afins.
( ) Gestor(a)
( ) Técnico(a)
( ) Consultor(a), Pesquisador(a) e afins.
( )_____Outro(a)s

Você está representando um coletivo (sem CNPJ)?

( ) Não
( ) Sim

Caso tenha respondido "sim":

Nome do coletivo:
Ano de Criação:
Quantas pessoas fazem parte do coletivo?
Nome completo e CPF das pessoas que compõem o coletivo:

PARA PESSOA JURÍDICA:

Razão Social:
Nome fantasia:
CNPJ:
Endereço da sede:
Cidade:
Estado:
Número de representantes legais:
Nome do representante legal:
CPF do representante legal:
E-mail do representante legal:
Telefone do representante legal:

Gênero do representante legal

( ) Mulher cisgênero
( ) Homem cisgênero
( ) Mulher Transgênero
( ) Homem Transgênero
( ) Não Binária/Binárie
( ) Não informar

Raça/cor/etnia do representante legal

( ) Branca
( ) Preta
( ) Parda
( ) Amarela
( ) Indígena

Representante legal é pessoa com deficiência - PCD?

( ) Sim
( ) Não

Caso tenha marcado "sim" qual o tipo de deficiência?

( ) Auditiva
( ) Física
( ) Intelectual
( ) Múltipla
( ) Visual

Escolaridade do representante legal

( ) Não tenho Educação Formal
( ) Ensino Fundamental Incompleto
( ) Ensino Fundamental Completo
( ) Ensino Médio Incompleto
( ) Ensino Médio Completo
( ) Curso Técnico completo
( ) Ensino Superior Incompleto
( ) Ensino Superior Completo
( ) Pós Graduação completo

2. DADOS DO PROJETO

Nome do Projeto:

Escolha a categoria a que vai concorrer:

Quais atividades e/ou produtos estão previstos no seu projeto? Por favor, quantifique.

Bolsa para desenvolvimento de processos criativos
Capacitação
Catálogo
Curso livre
Curso regular
Encontro
Evento cultural
Exibição
Exposição
Feira
Festival
Fomento
Fotografia
Live
Mostra
Obra
Oficina
Palestra
Pesquisa
Podcast
Premiação
Produção de publicações
Projeto
Publicação
Restauro
Seminário
Site
Vídeo
Vivência

Descrição do projeto

(Na descrição, você deve apresentar informações gerais sobre o seu projeto. Algumas perguntas orientadoras: O que você realizará com o projeto? Porque ele é importante para a sociedade? Como a ideia do projeto surgiu? Conte sobre o contexto de realização.)

Objetivos do projeto

(Neste campo, você deve propor objetivos para o seu projeto, ou seja, deve informar o que você pretende alcançar com a realização do projeto. É importante que você seja breve e proponha entre três a cinco objetivos.)

Metas

(Neste espaço, é necessário detalhar os objetivos em pequenas ações e/ou resultados que sejam quantificáveis. Por exemplo: Realização de 02 oficinas de artes circenses; Confecção de 80 figurinos; 120 pessoas idosas beneficiadas.)

Perfil do público a ser atingido pelo projeto

(Preencha aqui informações sobre as pessoas que serão beneficiadas ou participarão do seu projeto. Perguntas orientadoras: Quem vai ser o público do seu projeto? Essas pessoas são crianças, adultas e/ou idosas? Elas fazem parte de alguma comunidade? Qual a escolaridade delas? Elas moram em qual local, bairro e/ou região? No caso de públicos digitais, qual o perfil das pessoas a que seu projeto se direciona?)

Sua ação cultural é voltada prioritariamente para algum destes perfis de público?

Pessoas vítimas de violência
Pessoas em situação de pobreza
Pessoas em situação de rua (moradores de rua)
Pessoas em situação de restrição e privação de liberdade (população carcerária)
Pessoas com deficiência
Pessoas em sofrimento físico e/ou psíquico
Mulheres
Gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transgêneros e transexuais
Povos e comunidades tradicionais
Negros e/ou negras
Ciganos
Indígenas
Não é voltada especificamente para um perfil, é aberta para todos
Outros

Medidas de acessibilidade empregadas no projeto

(Marque quais medidas de acessibilidade serão implementadas ou estarão disponíveis para a participação de Pessoas com deficiência - PCD´s, tais como, intérprete de libras, audiodescrição, entre outras medidas de acessibilidade a pessoas com deficiência, idosos e mobilidade reduzida, conforme Instrução Normativa nº xxxx.)

Acessibilidade arquitetônica:

( ) rotas acessíveis, com espaço de manobra para cadeira de rodas;
( ) piso tátil;
( ) rampas;
( ) elevadores adequados para pessoas com deficiência;
( ) corrimãos e guarda-corpos;
( ) banheiros femininos e masculinos adaptados para pessoas com deficiência;
( ) vagas de estacionamento para pessoas com deficiência;
( ) assentos para pessoas obesas;
( ) iluminação adequada;
( ) Outra _____

Acessibilidade comunicacional:

( ) a Língua Brasileira de Sinais - Libras;
( ) o sistema Braille;
( ) o sistema de sinalização ou comunicação tátil;
( ) a audiodescrição;
( ) as legendas;
( ) a linguagem simples;
( ) textos adaptados para leitores de tela; e

( ) Outra _____
Acessibilidade atitudinal:
( ) capacitação de equipes atuantes nos projetos culturais;
( ) contratação de profissionais com deficiência e profissionais especializados em acessibilidade cultural;
( ) formação e sensibilização de agentes culturais, público e todos os envolvidos na cadeia produtiva cultural; e
( ) outras medidas que visem a eliminação de atitudes capacitistas.
Informe como essas medidas de acessibilidade serão implementadas ou disponibilizadas de acordo com o projeto proposto.
Local onde o projeto será executado
Informe os espaços culturais e outros ambientes onde a sua proposta será realizada. É importante informar também os municípios e Estados onde ela será realizada.
Previsão do período de execução do projeto
Data de início:
Data final:
Equipe
Informe quais são os profissionais que atuarão no projeto, conforme quadro a seguir:

Nome do profissional / empresa	Função no projeto	CPF/CNPJ	Pessoa negra?	Pessoa índigena?	Pessoa com deficiência?	[INSERIR MAIS COLUNAS, SE NECESSÁRIO]
Ex.: João Silva	Curador	123456789101	Sim/Não	Sim/Não	Sim/Não	

Cronograma de Execução
Descreva os passos a serem seguidos para execução do projeto.

Atividade Geral	Etapa	Descrição	Início	Fim	[INSERIR MAIS COLUNAS, SE NECESSÁRIO]
Ex: Comunicação	Pré-produção	Divulgação do projeto nos veículos de imprensa	11/10/2023	11/11/2023	

Estratégia de divulgação
Apresente os meios que serão utilizados para divulgar o projeto. ex.: impulsionamento em redes sociais.
Contrapartida
Neste campo, descreva qual contrapartida será realizada, quando será realizada, e onde será realizada.
Projeto possui recursos financeiros de outras fontes? Se sim, quais?
(Informe se o projeto prevê apoios financeiros tais como cobrança de ingressos, patrocínio e/ou outras fontes de financiamento. Caso positivo, informe a previsão de valores e onde serão empregados no projeto.)
( ) Não, o projeto não possui outras fontes de recursos financeiros
( ) Apoio financeiro municipal
( ) Apoio financeiro estadual
( ) Recursos de Lei de Incentivo Municipal
( ) Recursos de Lei de Incentivo Estadual
( ) Recursos de Lei de Incentivo Federal
( ) Patrocínio privado direto
( ) Patrocínio de instituição internacional
( ) Doações de Pessoas Físicas
( ) Doações de Empresas
( ) Cobrança de ingressos
( ) Outros
Se o projeto tem outras fontes de financiamento, detalhe quais são, o valor do financiamento e onde os recursos serão empregados no projeto.
O projeto prevê a venda de produtos/ingressos?
(Informe a quantidade dos produtos a serem vendidos, o valor unitário por produto e o valor total a ser arrecadado. Detalhe onde os recursos arrecadados serão aplicados no projeto.)
3. PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
Preencha a tabela informando todas as despesas indicando as metas/etapas às quais elas estão relacionadas.
Deve haver a indicação do parâmetro de preço (Ex.: preço estabelecido no SALICNET, 3 orçamentos, etc) utilizado com a referência específica do item de despesa, conforme exemplo abaixo.

Descrição do item	Justificativa	Unidade de medida	Valor unitário	Quantidade	Valor total	Referência de preço
Ex.: Fotógrafo	Profissional necessário para registro da oficina	Serviço	R$1.100,00	1	R$1.100,00	Salicnet - Oficina/ workshop/seminário Audiovisual - Brasília - Fotografia Artística - Serviço

4. DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS A SEREM ANEXADOS
Encaminhe junto a esse formulário os seguintes documentos:
RG e CPF do proponente
Currículo do proponente
Mini currículo dos integrantes do projeto
[OUTROS DOCUMENTOS QUE FOREM OBRIGATÓRIOS DE ACORDO COM AS CATEGORIAS]

ANEXO II
CRITÉRIOS UTILIZADOS NA AVALIAÇÃO DE MÉRITO CULTURAL
As comissões de seleção atribuirão notas de 0 a 10 pontos a cada um dos critérios de avaliação de cada projeto, conforme tabela a seguir:

CRITÉRIOS OBRIGATÓRIOS PARA PROJETOS DE FOMENTO		
Identificação do Critério	**Descrição do Critério**	**Pontuação Máxima**
A	Qualidade do Projeto - Coerência do objeto, objetivos, justificativa e metas do projeto A análise deverá considerar, para fins de avaliação e valoração, se o conteúdo do projeto apresenta, como um todo, coerência, observando o objeto, a justificativa e as metas, sendo possível visualizar de forma clara os resultados que serão obtidos.	20
B	**Relevância da ação proposta para o cenário cultural do Estado do Pará.** A análise deverá considerar, para fins de avaliação e valoração, se a ação contribui para o enriquecimento e valorização da cultura do estado do Pará	10
C	**Aspectos de integração comunitária na ação proposta pelo projeto** Considera-se, para fins de avaliação e valoração, se o projeto apresenta aspectos de integração comunitária, através das contrapartidas e estratégias de acessibilidade exigidas pelo Edital.	10
D	**Coerência da planilha orçamentária e do cronograma de execução às metas, resultados e desdobramentos do projeto proposto** A análise deverá avaliar e valorar a viabilidade técnica do projeto sob o ponto de vista dos gastos previstos na planilha orçamentária, sua execução e a adequação ao objeto, metas e objetivos previstos. Também deverá ser considerada para fins de avaliação, a coerência e conformidade dos valores e quantidades dos itens relacionados na planilha orçamentária do projeto.	10
E	**Coerência do Plano de Divulgação ao Cronograma, Objetivos e Metas do projeto proposto** A análise deverá avaliar e valorar a viabilidade técnica e comunicacional com público alvo do projeto, mediante as estratégias, mídias e materiais apresentados, bem como a capacidade de execução.	10
F	Compatibilidade da ficha técnica com as atividades desenvolvidas A análise deverá considerar a carreira dos profissionais que compõem o corpo técnico e artístico, verificando a coerência ou não em relação às atribuições que serão executadas por eles no projeto (para esta avaliação serão considerados os currículos dos membros da ficha técnica).	10
G	**Trajetória artística e cultural do proponente** Será considerado para fins de análise a carreira do proponente, com base no currículo e comprovações enviadas juntamente com a proposta	10
PONTUAÇÃO TOTAL:		80

A pontuação final de cada candidatura será definida por média das notas atribuídas individualmente por cada membro,
Os critérios gerais são eliminatórios, de modo que, o agente cultural que receber pontuação 0 em algum dos critérios será desclassificado do Edital.
Em caso de empate, serão utilizados para fins de classificação dos projetos a maior nota nos critérios de acordo com a ordem abaixo definida: A, B, C, D, E, F, G,H respectivamente.
Caso nenhum dos critérios acima elencados seja capaz de promover o desempate será adotado o critério de maior idade do proponente pessoa física ou representante de pessoa jurídica.
Serão considerados aptos os projetos de fomento que receberem nota final igual ou superior a 40 pontos.
Serão desclassificados os projetos que:
I - receberam nota 0 em qualquer dos critérios obrigatórios;
II - apresentem quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade ou outras formas de discriminação serão desclassificadas, com fundamento no disposto no inciso IV do caput do art. 3º da Constituição, garantidos o contraditório e a ampla defesa.
III - A falsidade de informações acarretará desclassificação, podendo ensejar, ainda, a aplicação de sanções administrativas ou criminais.

ANEXO III
TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL
TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº [INDICAR NÚMERO]/[INDICAR ANO] TENDO POR OBJETO A CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO A AÇÕES CULTURAIS CONTEMPLADAS PELO EDITAL nº XX/2023 –, NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO), DO DECRETO N. 11.525/2023 (DECRETO PAULO GUSTAVO) E DO DECRETO 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).
1. PARTES
1.1 O [NOME DO ENTE FEDERATIVO], neste ato representado por [AUTORIDADE QUE ASSINARÁ PELO ENTE FEDERATIVO], Senhor(a) [INDICAR NOME DA AUTORIDADE QUE ASSINARÁ PELO ENTE FEDERATIVO], e o(a) AGENTE CULTURAL, [INDICAR NOME DO(A) AGENTE CULTURAL CONTEMPLADO], portador(a) do RG nº [INDICAR Nº DO RG], expedida em [INDICAR ÓRGÃO EXPEDIDOR], CPF nº [INDICAR Nº DO CPF], residente e domiciliado(a) à [INDICAR ENDEREÇO], CEP: [INDICAR CEP], telefones: [INDICAR TELEFONES], resolvem firmar o presente Termo de Execução Cultural, de acordo com as seguintes condições:
2. PROCEDIMENTO
2.1 Este Termo de Execução Cultural é instrumento da modalidade de fomento à execução de ações culturais de que trata o inciso I do art. 8 do Decreto 11.453/2023, celebrado com agente cultural selecionado nos termos da LEI COMPLEMENTAR Nº 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO), DO DECRETO N. 11.525/2023 (DECRETO PAULO GUSTAVO) E DO DECRETO 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).
3. OBJETO
3.1. Este Termo de Execução Cultural tem por objeto a concessão de apoio financeiro ao projeto cultural [INDICAR NOME DO PROJETO], contemplado no conforme processo administrativo nº [INDICAR NÚMERO DO PROCESSO].
4. RECURSOS FINANCEIROS

4.1. Os recursos financeiros para a execução do presente termo totalizam o montante de R$ [INDICAR VALOR EM NÚMERO ARÁBICOS] ([INDICAR VALOR POR EXTENSO] reais).
4.2. Serão transferidos à conta do(a) AGENTE CULTURAL, especialmente aberta no [NOME DO BANCO], Agência [INDICAR AGÊNCIA], Conta Corrente nº [INDICAR CONTA], para recebimento e movimentação.

5. APLICAÇÃO DOS RECURSOS

5.1 Os rendimentos de ativos financeiros poderão ser aplicados para o alcance do objeto, sem a necessidade de autorização prévia.

6. OBRIGAÇÕES

6.1 São obrigações da SECULT/PA:
I) transferir os recursos ao(a)AGENTE CULTURAL;
II) orientar o(a) AGENTE CULTURAL sobre o procedimento para a prestação de informações dos recursos concedidos;
III) analisar e emitir parecer sobre os relatórios e sobre a prestação de informações apresentados pelo(a) AGENTE CULTURAL;
IV) zelar pelo fiel cumprimento deste termo de execução cultural;
V) adotar medidas saneadoras e corretivas quando houver inadimplemento;
VI) monitorar o cumprimento pelo(a) AGENTE CULTURAL das obrigações previstas na CLÁUSULA 6.2.
6.2 São obrigações do(a) AGENTE CULTURAL:
I) executar a ação cultural aprovada;
II) aplicar os recursos concedidos pela Lei Paulo Gustavo na realização da ação cultural;
III) manter, obrigatória e exclusivamente, os recursos financeiros depositados na conta especialmente aberta para o Termo de Execução Cultural;
IV) facilitar o monitoramento, o controle e supervisão do termo de execução cultural bem como o acesso ao local de realização da ação cultural;
V) prestar informações à SECULT por meio de Relatório de Execução do Objeto, apresentado no prazo máximo de até 31 de dezembro de 2024, contados do término da vigência do termo de execução cultural;
VI) atender a qualquer solicitação regular feita pela SECULT, a contar do recebimento da notificação;
VII) divulgar nos meios de comunicação, a informação de que a ação cultural aprovada é apoiada com recursos da Lei Paulo Gustavo, incluindo as marcas do Governo federal, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura;
VIII) não realizar despesa em data anterior ou posterior à vigência deste termo de execução cultural;
IX) guardar a documentação referente à prestação de informações pelo prazo de 10 anos, contados do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural;
X) não utilizar os recursos para finalidade diversa da estabelecida no projeto cultural;
XI) executar a contrapartida conforme pactuado.

7. PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES,

7.1 O agente cultural prestará contas à administração pública por meio da categoria de prestação de informações em relatório de execução do objeto.
7.2 A prestação de informações em relatório de execução do objeto comprovará que foram alcançados os resultados da ação cultural, por meio dos seguintes procedimentos:
I - apresentação de relatório de execução do objeto pelo beneficiário no prazo estabelecido pelo ente federativo no regulamento ou no instrumento de seleção;
II - apresentação de relatório de execução financeira do projeto, e;
III - análise do relatório de execução do objeto por agente público designado.
7.2.1 O relatório de prestação de informações sobre o cumprimento do objeto deverá:
I - comprovar que foram alcançados os resultados da ação cultural;
II - conter a descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;
III - ter anexados documentos de comprovação do cumprimento do objeto, tais como: Declarações de realização dos eventos, com registro fotográfico ou audiovisual, clipping de matérias jornalísticas, releases, folders, catálogos, panfletos, filipetas, bem como outros documentos pertinentes à execução do projeto.
7.2.2 O agente público competente elaborará parecer técnico de análise do relatório de execução do objeto e poderá adotar os seguintes procedimentos, de acordo com o caso concreto:
I - encaminhar o processo à autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações, caso conclua que houve o cumprimento integral do objeto; ou
II - solicitar a apresentação, pelo agente cultural, de relatório de execução financeira, caso considere que não foi possível aferir o cumprimento integral do objeto no relatório de execução do objeto ou que as justificativas apresentadas sobre o cumprimento parcial do objeto foram insuficientes.
7.2.3 Após o recebimento do processo pelo agente público de que trata o item 7.2.2, autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações poderá:
I - determinar o arquivamento, caso considere que houve o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado;
II - solicitar a apresentação, pelo agente cultural, de relatório de execução financeira, caso considere que não foi possível aferir o cumprimento integral do objeto no relatório de execução do objeto ou que as justificativas apresentadas sobre o cumprimento parcial do objeto foram insuficientes; ou
III - aplicar sanções ou decidir pela rejeição da prestação de informações, caso verifique que não houve o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado, ou caso identifique irregularidades no relatório de execução financeira.
7.3 O relatório de execução financeira será exigido, independente da modalidade inicial de prestação de informações (in loco ou em relatório de execução do objeto), somente nas seguintes hipóteses:
I - quando não estiver comprovado o cumprimento do objeto, observados os procedimentos previstos no item 7.2; ou
II - quando for recebida, pela administração pública, denúncia de irregularidade na execução da ação cultural, mediante juízo de admissibilidade que avaliará os elementos fáticos apresentados.
7.3.1 O prazo para apresentação do relatório de execução financeira será de, no mínimo, trinta dias, contado do recebimento da notificação.
7.4 O julgamento da prestação de informações realizado pela autoridade do ente federativo que celebrou o termo de execução cultural avaliará o parecer técnico de análise de prestação de informações e poderá concluir pela:
I - aprovação da prestação de informações, com ou sem ressalvas; ou
II - reprovação da prestação de informações, parcial ou total.
7.5 Na hipótese de o julgamento da prestação de informações apontar a necessidade de devolução de recursos, o agente cultural será notificado para que exerça a opção por:
I - devolução parcial ou integral dos recursos ao erário;
II - apresentação de plano de ações compensatórias; ou
III - devolução parcial dos recursos ao erário juntamente com a apresentação de plano de ações compensatórias.
7.5.1 A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a reprovação da prestação de informações, desde que comprovada.
7.5.2 Nos casos em que estiver caracterizada má-fé do agente cultural, será imediatamente exigida a devolução de recursos ao erário, vedada a aceitação de plano de ações compensatórias.
7.5.3 Nos casos em que houver exigência de devolução de recursos ao erário, o agente cultural poderá solicitar o parcelamento do débito, na forma e nas condições previstas na legislação.
7.5.4 O prazo de execução do plano de ações compensatórias será o menor possível, conforme o caso concreto, limitado à metade do prazo originalmente previsto de vigência do instrumento.

8. ALTERAÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

8.1 A alteração do termo de execução cultural será formalizada por meio de termo aditivo.
8.2 A formalização de termo aditivo não será necessária nas seguintes hipóteses:
I - prorrogação de vigência realizada de ofício pela administração pública quando der causa a atraso na liberação de recursos; e
II - alteração do projeto sem modificação do valor global do instrumento e sem modificação substancial do objeto.
8.3 Na hipótese de prorrogação de vigência, o saldo de recursos será automaticamente mantido na conta, a fim de viabilizar a continuidade da execução do objeto.
8.4 As alterações do projeto cujo escopo seja de, no máximo, 20% poderão ser realizadas pelo agente cultural e comunicadas à administração pública em seguida, sem a necessidade de autorização prévia.
8.5 A aplicação de rendimentos de ativos financeiros em benefício do objeto do termo de execução cultural poderá ser realizada pelo agente cultural sem a necessidade de autorização prévia da administração pública.
8.6 Nas hipóteses de alterações em que não seja necessário termo aditivo, poderá ser realizado apostilamento.

9. TITULARIDADE DE BENS

9.1 Os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução da ação cultural fomentada serão de titularidade do agente cultural desde a data da sua aquisição.
9.2 Nos casos de rejeição da prestação de contas em razão da aquisição ou do uso do bem, o valor pago pela aquisição será computado no cálculo de valores a devolver, com atualização monetária.
[OU]
9.2 Os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução da ação cultural fomentada serão de titularidade do [NOME DO ENTE].
[AO FORMALIZAR O TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL, O ENTE DEVE DECIDIR SE OS BENS ADQUIRIDOS, PRODUZIDOS OU TRANSFORMADOS PELO AGENTE CULTURAL SERÃO DO PRÓPRIO AGENTE CULTURAL OU DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. OS BENS PODEM FICAR COM O AGENTE CULTURAL NAS HIPÓTESES TRATADAS NO ART. 27 DO DECRETO 11.453/2023]

10. EXTINÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

10.1 O presente Termo de Execução Cultural poderá ser:
I - extinto por decurso de prazo;
II - extinto, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;
III - denunciado, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe; ou
IV - rescindido, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe, nas seguintes hipóteses:
a) descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;
b) irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas ;
c) violação da legislação aplicável;
d) cometimento de falhas reiteradas na execução;
e) má administração de recursos públicos;
f) constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;
g) não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;h) outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.
10.2 A denúncia só será eficaz 60 (sessenta) dias após a data de recebimento da notificação, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença.
10.3 Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.

10.4 Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje dano ao erário, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela Administração Pública.
10.5 Outras situações relativas à extinção deste Termo não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser negociados entre as partes ou, se for o caso, no Termo de Distrato.

11. SANÇÕES

11.1 . Nos casos em que for verificado que a ação cultural ocorreu, mas houve inadequação na execução do objeto ou na execução financeira sem má-fé, a autoridade pode concluir pela aprovação da prestação de informações com ressalvas e aplicar sanção de advertência ou multa.
11.2 A decisão sobre a sanção deve ser precedida de abertura de prazo para apresentação de defesa pelo AGENTE CULTURAL.
11.3 A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a aplicação de sanção, desde que regularmente comprovada.

12. MONITORAMENTO E CONTROLE DE RESULTADOS

12.1 [DEVE SER INFORMADO COMO O ÓRGÃO REALIZARÁ O MONITORAMENTO DAS AÇÕES, PODENDO SER POR MEIO DE COMISSÃO ESPECÍFICA PARA ESTE FIM, POR ENVIO DE RELATÓRIOS, ENTRE OUTRAS MEDIDAS].

13. VIGÊNCIA

13.1 A vigência deste instrumento terá início na data de assinatura das partes, com duração de [PRAZO EM ANOS OU MESES], podendo ser prorrogado por [PRAZO MÁXIMO DE PRORROGAÇÃO].

14. PUBLICAÇÃO

14.1 O Extrato do Termo de Execução Cultural será publicado no [INFORMAR ONDE SERÁ PUBLICADO]

15. FORO

15.1 Fica eleito o Foro de [LOCAL] para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao presente Termo de Execução Cultural.
LOCAL, [INDICAR DIA, MÊS E ANO].

Pelo órgão: Pelo Agente Cultural:
[NOME DO AGENTE CULTURAL]

ANEXO IV

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

1. DADOS DO PROJETO

Nome do projeto:
Nome do agente cultural proponente:
Nº do Termo de Execução Cultural
Vigência do projeto:
Valor repassado para o projeto:
Data de entrega desse relatório:

2. RESULTADOS DO PROJETO

2.1. Resumo:

Descreva de forma resumida como foi a execução do projeto, destacando principais resultados e benefícios gerados e outras informações pertinentes.

2.2. As ações planejadas para o projeto foram realizadas?

( ) Sim, todas as ações foram feitas conforme o planejado.
( ) Sim, todas as ações foram feitas, mas com adaptações e/ou alterações.
( ) Uma parte das ações planejadas não foi feita.
( ) As ações não foram feitas conforme o planejado.

2.3. Ações desenvolvidas

Descreva as ações desenvolvidas, com informações detalhando ações, datas, locais, horários, etc. Fale também sobre a eventuais alterações nas atividades previstas no projeto, bem como os possíveis impactos nas metas acordadas.

2.4. Cumprimento das Metas

Metas integralmente cumpridas:
• META 1 [Descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado]
◦ OBSERVAÇÃO DA META 1: [informe como a meta foi cumprida]
Metas parcialmente cumpridas (SE HOUVER):
• META 1 [Descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado]
◦ Observações da Meta 1: [Informe qual parte da meta foi cumprida]
◦ Justificativa para o não cumprimento integral: [Explique porque parte da meta não foi cumprida]
Metas não cumpridas (se houver)
• Meta 1 [Descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado]
◦ Justificativa para o não cumprimento: [Explique porque a meta não foi cumprida]

3. PRODUTOS GERADOS

3.1. A execução do projeto gerou algum produto?

Exemplos: vídeos, produção musical, produção gráfica etc.
( ) Sim
( ) Não

3.1.1. Quais produtos culturais foram gerados?

Você pode marcar mais de uma opção. Informe também as quantidades.
( ) Publicação
( ) Livro
( ) Catálogo
( ) Live (transmissão on-line)
( ) Vídeo
( ) Documentário
( ) Filme
( ) Relatório de pesquisa
( ) Produção musical
( ) Jogo
( ) Artesanato
( ) Obras
( ) Espetáculo
( ) Show musical
( ) Site
( ) Música
( ) Outros: _____

3.1.2. Como os produtos desenvolvidos ficaram disponíveis para o público após o fim do projeto?

Exemplos: publicações impressas, vídeos no YouTube?

3.2. Quais foram os resultados gerados pelo projeto?

Detalhe os resultados gerados por cada atividade prevista no Projeto.

3.2.1 Pensando nos resultados finais gerados pelo projeto, você considera que ele:

(Você pode marcar mais de uma opção).
( ) Desenvolveu processos de criação, de investigação ou de pesquisa.
( ) Desenvolveu estudos, pesquisas e análises sobre o contexto de atuação.
( ) Colaborou para manter as atividades culturais do coletivo.
( ) Fortaleceu a identidade cultural do coletivo.
( ) Promoveu as práticas culturais do coletivo no espaço em que foi desenvolvido.
( ) Promoveu a formação em linguagens, técnicas e práticas artísticas e culturais.
( ) Ofereceu programações artísticas e culturais para a comunidade do entorno.
( ) Atuou na preservação, na proteção e na salvaguarda de bens e manifestações culturais.

4. PÚBLICO ALCANÇADO

Informe a quantidade de pessoas beneficiadas pelo projeto, demonstre os mecanismos utilizados para mensuração, a exemplo de listas de presenças. Em caso de baixa frequência ou oscilação relevante informe as justificativas.

5. EQUIPE DO PROJETO

5.1 Quantas pessoas fizeram parte da equipe do projeto?

Digite um número exato (exemplo: 23).

5.2 Houve mudanças na equipe ao longo da execução do projeto?

( ) Sim ( ) Não
Informe se entraram ou saíram pessoas na equipe durante a execução do projeto.

5.3 Informe os profissionais que participaram da execução do projeto:

Nome do profissional/empresa	Função no projeto	CPF/CNPJ	Pessoa negra?	Pessoa índigena?	Pessoa com deficiência?	[INSERIR MAIS COLUNAS, SE NECESSÁRIO]
Ex.: João Silva	Cineasta	123456789101	Sim/Não	Sim/Não	Sim/Não	

6. LOCAIS DE REALIZAÇÃO

6.1 De que modo o público acessou a ação ou o produto cultural do projeto?

( )1. Presencial.
( ) 2. Virtual.
( ) 3. Híbrido (presencial e virtual).

Caso você tenha marcado os itens 2 ou 3 (virtual e híbrido):

6.2 Quais plataformas virtuais foram usadas?

Você pode marcar mais de uma opção.
( )Youtube
( )Instagram / IGTV
( )Facebook
( )TikTok
( )Google Meet, Zoom etc.
( )Outros: _____

6.3 Informe aqui os links dessas plataformas:

Caso você tenha marcado os itens 1 e 3 (Presencial e Híbrido):

6.4 De que forma aconteceram as ações e atividades presenciais do projeto?

( )1. Fixas, sempre no mesmo local.
( )2. Itinerantes, em diferentes locais.
( )3. Principalmente em um local base, mas com ações também em outros locais.

No item 6.4 caso você tenha marcado o item 1 (Fixas):

6.5 Em que município o projeto aconteceu?

6.7 Em que área do município o projeto foi realizado?

Você pode marcar mais de uma opção.
( )Zona urbana central.
( )Zona urbana periférica.
( )Zona rural.
( )Área de vulnerabilidade social.
( )Unidades habitacionais.
( )Territórios indígenas (demarcados ou em processo de demarcação).
( )Comunidades quilombolas (terra titulada, em processo de titulação, com registro na Fundação Palmares).
( )Áreas atingidas por barragem.
( )Território de povos e comunidades tradicionais (ribeirinhos, louceiros, cipozeiro, pequizeiros, vazanteiros, povos do mar etc.).
( )Outros: _____

6.8 Onde o projeto foi realizado?

Você pode marcar mais de uma opção.
( )Equipamento cultural público municipal.
( )Equipamento cultural público estadual.
( )Espaço cultural independente.
( )Escola.
( )Praça.
( )Rua.
( )Parque.
( )Outros

No item 6.4 caso você tenha marcado o item 2 (itinerante):

6.9 Em quais municípios o projeto aconteceu?

6.10 Em quais áreas o projeto foi realizado?

Você pode marcar mais de uma opção.

( )Zona urbana central.
( )Zona urbana periférica.
( )Zona rural.
( )Área de vulnerabilidade social.
( )Unidades habitacionais.
( )Territórios indígenas (demarcados ou em processo de demarcação).
( )Comunidades quilombolas (terra titulada, em processo de titulação, com registro na Fundação Palmares).
( )Áreas atingidas por barragem.
( )Território de povos e comunidades tradicionais (ribeirinhos, louceiros, cipozeiro, pequizeiros, vazanteiros, povos do mar etc.).
( )Outros: _____

6.11 Onde o projeto foi realizado?
Você pode marcar mais de uma opção.
( )Equipamento cultural público municipal.
( )Equipamento cultural público estadual.
( )Espaço cultural independente.
( )Escola.
( )Praça.
( )Rua.
( )Parque.
( )Outros _____
No item 6.4 caso você tenha marcado o item 3 (Base):
6.12 Em quais municípios o projeto aconteceu?
6.13 Em quais áreas o projeto foi realizado?
Você pode marcar mais de uma opção.
( )Zona urbana central.
( )Zona urbana periférica.
( )Zona rural.
( )Área de vulnerabilidade social.
( )Unidades habitacionais.
( )Territórios indígenas (demarcados ou em processo de demarcação).
( )Comunidades quilombolas (terra titulada, em processo de titulação, com registro na Fundação Palmares).
( )Áreas atingidas por barragem.
( )Território de povos e comunidades tradicionais (ribeirinhos, louceiros, cipozeiro, pequizeiros, vazanteiros, povos do mar etc.).
( )Outros: _____

6.14 Onde o projeto foi realizado?
Você pode marcar mais de uma opção.
( )Equipamento cultural público municipal.
( )Equipamento cultural público estadual.
( )Espaço cultural independente.
( )Escola.
( )Praça.
( )Rua.
( )Parque.
( )Outros_____

7. DIVULGAÇÃO DO PROJETO
Informe como o projeto foi divulgado. Ex.: Divulgado no instagram

8. CONTRAPARTIDA
Descreva como a contrapartida foi executada, quando foi executada e onde foi executada.

9. TÓPICOS ADICIONAIS
Inclua aqui informações relevantes que não foram abordadas nos tópicos anteriores, se houver.

10. ANEXOS
Junte documentos que comprovem que você executou o projeto, tais como listas de presença, relatório fotográfico, vídeos, depoimentos, entre outros.

Nome
Assinatura do Agente Cultural Proponente

ANEXO V
DECLARAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DE GRUPO OU COLETIVO

OBS.: Essa declaração deve ser preenchida somente por proponentes que sejam um grupo ou coletivo sem personalidade jurídica, ou seja, sem CNPJ.
GRUPO ARTÍSTICO:
NOME DO REPRESENTANTE INTEGRANTE DO GRUPO OU COLETIVO ARTÍSTICO:
DADOS PESSOAIS DO REPRESENTANTE: [IDENTIDADE, CPF, E-MAIL E TELEFONE]
Os declarantes abaixo-assinados, integrantes do grupo artístico [NOME DO GRUPO OU COLETIVO], elegem a pessoa indicada no campo "REPRESENTANTE" como único e representante neste edital, outorgando-lhe poderes para fazer cumprir todos os procedimentos exigidos nas etapas do edital, inclusive assinatura de recibo, troca de comunicações, podendo assumir compromissos, obrigações, transigir, receber pagamentos e dar quitação, renunciar direitos e qualquer outro ato relacionado ao referido edital. Os declarantes informam que não incorrem em quaisquer das vedações do item de participação previstas no edital.

NOME DO INTEGRANTE	DADOS PESSOAIS	ASSINATURAS

[LOCAL]
[DATA]

ANEXO VI
DECLARAÇÃO ÉTNICO-RACIAL
(Para agentes culturais concorrentes às cotas étnico-raciais – negros ou indígenas)

Eu, _____, CPF nº_____, RG nº _____, DECLARO para fins de participação no Edital (Nome ou número do edital) que sou _____(informar se é NEGRO OU INDÍGENA).
Por ser verdade, assino a presente declaração e estou ciente de que a apresentação de declaração falsa pode acarretar desclassificação do edital e aplicação de sanções criminais.
NOME
ASSINATURA DO DECLARANTE

ANEXO VII
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
Nome do Proponente:
Nº de Registro no Mapa Cultural:
Nome do projeto:
Nº de inscrição:

META /ETAPA 1						
Descrição do item	Justificativa	Unidade de medida	Valor unitário	Quantidade	Valor total	Referência de preço
Ex.: Fotógrafo	Profissional necessário para registro da oficina	Serviço	R$1.100,00	1	R$1.100,00	. Salicnet .Praticado no mercado
META /ETAPA 2						
Ex. Ampliações das imagens	Serviço necessário para exposição	und	R$50,00	1	R$50,00	. Salicnet . Praticado no mercado

Preencha a tabela informando todas as despesas indicando as metas/etapas às quais elas estão relacionadas (ex. pré-produção, produção, execução)
Deve haver a indicação do parâmetro de preço (Ex.: preço estabelecido no SALICNET, 3 orçamentos, etc),utilizado com a referência específica do item de despesa, conforme exemplo.
Adicione quantas linhas forem necessárias para etapas e itens do seu orçamento.

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 011/2023 – MÚSICA – LEI PAULO GUSTAVO
EDITAL DE SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA LEI COMPLEMENTAR 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO) – MÚSICA

Este Edital é realizado com recursos do Governo Federal repassados por meio da Lei Complementar nº 195/2022 - Lei Paulo Gustavo.
A Lei Paulo Gustavo (LGP) viabiliza o maior investimento direto no setor cultural da história do Brasil e simboliza o processo de resistência da classe artística durante a pandemia de Covid-19, que limitou severamente as atividades do setor cultural.
É, ainda, uma homenagem a Paulo Gustavo, artista símbolo da categoria, vitimado pela doença.
As condições para a execução da Lei Paulo Gustavo foram criadas por meio do engajamento da sociedade e o presente edital destina-se a apoiar projetos apresentados pelos agentes culturais do segmento de MÚSICA.
Deste modo, a Secretaria de Cultura do Estado do Pará – SECULT/PA, torna público o presente edital elaborado com base na Lei Complementar 195/2022, no Decreto 11.525/2023 e no Decreto 11.453/2023 e no Termo de Fomento 061, celebrado com a OSC ACADEMIA PARAENSE DE MÚSICA, entidade parceira na execução das ações deste edital.
Na realização deste edital estão asseguradas medidas de democratização, desconcentração, descentralização e regionalização do investimento cultural, com a implementação de ações afirmativas, fundamentado na previsão do Decreto nº 11.525, de 11 de maio de 2023 (Decreto de Regulamentação da Lei Paulo Gustavo), em seus artigos 14, 15 e 16.

1. OBJETO
O objeto deste Edital é a seleção de **306 (trezentos e seis)** propostas culturais do segmento de Música, para receberem recursos financeiros, visando o incentivo ao referido segmento no estado do Pará. A distribuição dos recursos será realizada de acordo com as modalidades descritas nos itens 1.1 e 1.2.

1.1 Modalidade: Fomento
1.1.1. FestPará 1: 20 (vinte) projetos culturais de até R$28.500,00 (vinte e oito mil e quinhentos reais), destinados a festivais, concursos, mostras e demais formatos de eventos de cultura musical, incluindo os eventos de música instrumental, que já tenham sido realizados no mínimo em 04 edições anteriores.
1.1.2. FestPará 2: 25 (vinte e cinco) projetos culturais de até R$19.000,00 (dezenove mil reais), destinados a festivais, concursos, mostras e demais formatos de eventos de cultura musical, incluindo os eventos de música instrumental, que já tenham sido realizados em até 03 edições.
1.1.3. Bandas e Fanfarras 1: 12 (doze) projetos culturais de até R$9.500,00 (nove mil e quinhentos reais) destinados a bandas de percussão simples e fanfarras.
1.1.4. Bandas e Fanfarras 2: 25 (vinte e cinco) projetos culturais de até R$9.500,00 (nove mil e quinhentos reais) destinados a bandas marciais, bandas musicais, e fanfarras.
1.1.5. O Som das Cidades 1: 22 (vinte e dois) projetos culturais de até R$13.300,00 (treze mil e trezentos reais), destinados a produção musical com lançamento de novos produtos, contemplando álbuns de bandas e artistas com no mínimo 05 faixas;
1.1.6. O Som das Cidades 2: 20 (vinte) projetos culturais de até R$11.400,00 (onze mil e quatrocentos reais) destinados à produção de álbuns de artistas ou bandas de música instrumental.

1.1.7. O Som das Cidades 3: 21 (vinte) projetos culturais no valor de até R$9.500,00 (nove mil e quinhentos reais) destinados a produção musical com lançamento de novos produtos, contemplando álbuns de bandas e artistas com no mínimo 03 faixas.
1.1.8. O Som das Cidades 4: 21 (vinte) projetos culturais no valor de até R$9.500,00 (nove mil e quinhentos reais), destinados a concertos ou apresentações artística/musical, desenvolvida em qualquer tipo de suporte, formato ou mídia de Bandas sinfônicas, filarmônicas, de coreto ou grupos de percussão eruditos, que se apresentem em ambientes abertos ou fechados, executando repertório erudito, clássico, popular ou performance para tambores.
1.1.9. Curta a Música 1: 25 (vinte e cinco) projetos culturais no valor de até R$7.600,00 (sete mil e seiscentos reais) destinados a divulgação de m audiovisuais de musicistas, músicos, bandas e grupos musicais da cultura popular paraense.
1.1.10. Curta a Música 2: 20 (vinte) projetos culturais no valor de até R$6.650,00 (seis mil e seiscentos e cinquenta reais) destinados a divulgação de registros audiovisuais de Djs, MCs e Beatmakers.
1.1.11. Curta a Música 3: 20 (vinte e um) projetos culturais no valor de até R$4.847,56 (quatro mil, oitocentos e quarenta e sete reais e cinquenta e seis centavos) destinados a divulgação de compositores (as).
1.1.11.1. A categoria de compositores pode apresentar em formato bate papo ou palestras, relatando a sua atuação como compositor, seu processo criativo, suas parcerias, trabalhos realizados.
1.1.11.2. Todos os resultados das modalidades "curta a música" deverão ficar disponíveis publicamente na internet, podendo ser utilizados em possíveis futuros programas e banco de imagens.
1.1.12. Luz, Câmera e Clipes: 40 (quarenta) projetos culturais de até R$9.500,00 (nove mil e quinhentos reais) destinados à produção de videoclipes, com disponibilização pública e gratuita na internet.
1.1.13. Por Dentro do Som: 16 (dezesseis) projetos culturais de até R$ 7.600,00 (sete mil e setecentos reais) destinados a formação em música, que promovam encontros virtuais e/ou presenciais para trocas de informações e saberes entre artistas, equipe técnica e outros, na forma de cursos, oficinas, workshops e palestras, disponibilizadas em plataformas virtuais.

1.2 Modalidade: Premiação

1.2.1 Mestres e Mestras da música: 19 (Dezenove) prêmios de R$ 9.500,00 (nove mil e quinhentosl reais), destinados a mestres e mestras da cultura musical paraense, a partir de 60 anos de idade, com relevantes serviços prestados no segmento nas suas mais diversas vertentes, seja em canto, instrumental, regência e/ou composição, levando-se em conta sua trajetória musical, com no mínimo 15 anos de atividades no segmento.
1.3. Caso o valor destinado à atividade inicialmente previsto não seja utilizado integralmente, poderão ser convocados mais proponentes aprovados.
1.4. Havendo sobra de recursos em uma das atividades o saldo remanescente poderá ser remanejado para contemplar propostas de outras faixas deste edital.
1.4.1. O remanejamento deverá priorizar as faixas que possuam maior demanda de propostas de proponentes na condição de suplente, bem como respeitar as cotas reservadas às pessoas negras e indígenas e, quando possível, a ordem de classificação e as cotas de regionalização.
1.5. No caso de sobra de recurso neste edital, o saldo remanescente deste poderá ser utilizado para contemplar os(as) proponentes com propostas selecionadas em outros Editais da Lei Paulo Gustavo publicados pela Secretaria de Cultura do Estado do Pará, priorizando aqueles com maior demanda.
1.6. O valor inicialmente disponível para este Edital poderá ser ampliado, caso haja sobra de recursos de outros Editais publicados pela Secretaria de Cultura no âmbito da Lei Paulo Gustavo ou do recebimento de recursos da Lei Paulo Gustavo não executados pelos municípios.

2. VALORES

2.1 O valor total disponibilizado para este Edital é de **R$3.418.151,20** (três milhões, quatrocentos e dezoito mil, cento e cinquenta e um reais e vinte centavos) para projetos de fomento e premiações da LPG.

3. QUEM PODE SE INSCREVER

3.1 Pode se inscrever no Edital qualquer agente cultural residente e domiciliado no Estado do Pará há pelo menos 2 (dois) anos.
3.1.1. A comprovação de residência é dispensada na forma descrita no item 14.2.1.1.
3.2 Em regra, o agente cultural pode ser:
I - Pessoa física ou Microempreendedor Individual (MEI)
II - Pessoa jurídica com fins lucrativos (Ex.: empresa de pequeno porte, empresa de grande porte, etc)
III - Pessoa jurídica sem fins lucrativos (Ex.: Associação, Fundação, Cooperativa, etc)
IV - Coletivo/Grupo sem CNPJ representado por pessoa física
3.3 O proponente é o agente cultural responsável pela inscrição do projeto no Mapa Cultural.
3.4 Na hipótese de agentes culturais que atuem como grupo ou coletivo cultural sem constituição jurídica (ou seja, sem CNPJ), será indicada pessoa física como responsável legal para o ato da assinatura do Termo de Execução Cultural e a representação será formalizada em declaração assinada pelos demais integrantes do grupo ou coletivo, podendo ser utilizado o modelo constante no Anexo V.
3.5 O proponente não pode exercer apenas funções administrativas no âmbito do projeto e deve exercer necessariamente a função de criação, ou direção, ou produção, ou coordenação, ou gestão artística, ou outra função de destaque e capacidade de decisão no projeto.

4. QUEM NÃO PODE SE INSCREVER

4.1 Não pode se inscrever neste Edital, proponentes que:
I - tenham se envolvido diretamente na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento de recursos;
II - sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de servidor público do órgão responsável pelo edital, nos casos em que o referido servidor tiver atuado na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento de recursos; e
III - sejam membros do Poder Legislativo (Deputados, Senadores, Vereadores), do Poder Judiciário (Juízes, Desembargadores, Ministros), do Ministério Público (Promotor, Procurador); do Tribunal de Contas (Auditores e Conselheiros).
IV - Proponentes inadimplentes com prestação de contas de editais realizados pela Secult e organizações da sociedade civil parceiras, com recursos da Lei Aldir Blanc.
4.2 O agente cultural que integrar Conselho de Cultura poderá concorrer neste Edital para receber recursos do fomento cultural, exceto quando se enquadrar nas vedações previstas no item 4.1.
4.3 Quando se tratar de proponentes pessoas jurídicas, estarão impedidas de apresentar projetos aquelas cujos sócios, diretores e/ou administradores se enquadrarem nas situações descritas no tópico 4.1.
4.4 A participação de agentes culturais nas oitivas e consultas públicas não caracteriza o envolvimento direto na etapa de elaboração do edital de que trata o subitem I do item 4.1.

5. COTAS

5.1 Ficam garantidas cotas étnico-raciais em todas as categorias do edital, nas seguintes proporções e ordenamento de selecionados:
I) 50% para mulheres (cis e trans);
II) 30% (trinta por cento) para propostas de Região de Integração do Guajará (onde se localiza a capital do Estado) e 70% (setenta por cento) para propostas advindas das demais Regiões do Estado
III) No mínimo 20% para pessoas negras (pretas e pardas); e
IV) no mínimo 10% para pessoas indígenas.
5.2 Os agentes culturais que optarem por concorrer às cotas para pessoas negras (pretas e pardas) e indígenas concorrerão concomitantemente às vagas destinadas à ampla concorrência, ou seja concorrerão ao mesmo tempo nas vagas da ampla concorrência e nas vagas reservadas às cotas, podendo ser selecionado de acordo com a sua nota ou classificação no processo seleção.
5.3 Os agentes culturais negros (pretos e pardos) e indígenas optantes por concorrer às cotas (opção presente na ficha de incrição dos projetos) que atingirem nota suficiente para se classificar no número de vagas oferecidas para ampla concorrência não ocuparão as vagas destinadas para o preenchimento das cotas, ou seja, serão selecionados nas vagas da ampla concorrência, ficando a vaga da cota para o próximo colocado optante pela cota.
5.4 Em caso de desistência de optantes aprovados nas cotas, a vaga não preenchida deverá ser ocupada por pessoa que concorreu às cotas de acordo com a ordem de classificação.
5.5 No caso de não existirem propostas aptas em número suficiente para o cumprimento de uma das categorias de cotas previstas na seleção, o número de vagas restantes deverá ser destinado inicialmente para a outra categoria de cotas.
5.6 Caso não haja outra categoria de cotas de que trata o item 5.5, as vagas não preenchidas deverão ser direcionadas para a ampla concorrência, sendo direcionadas para os demais candidatos aprovados, de acordo com a ordem de classificação.
5.7 Para concorrer às cotas, os agentes culturais deverão autodeclarar-se no ato da inscrição usando a autodeclaração étnico-racial de que trata o Anexo VI.
5.8 Caso necessário, para fins de verificação da autodeclaração, poderá ser solicitada Carta Consubstanciada, que será analisada por um comitê formado por membros de entidades representativas.
5.9 As pessoas jurídicas e coletivos sem constituição jurídica podem concorrer às cotas, desde que preencham algum dos requisitos abaixo:
I – pessoas jurídicas que possuem quadro societário majoritariamente composto por pessoas negras (pretas e pardas) ou indígenas;
II – pessoas jurídicas ou grupos e coletivos sem constituição jurídica que possuam pessoas negras (pretas e pardas) ou indígenas em posições de liderança no projeto cultural; e
III – pessoas jurídicas ou coletivos sem constituição jurídica que possuam equipe do projeto cultural majoritariamente composta por pessoas negras (pretas e pardas) ou indígenas.
5.10 As pessoas físicas que compõem a equipe da pessoa jurídica e o grupo ou coletivo sem constituição jurídica devem se submeter aos regramentos descritos nos itens acima, observando o item 5.7
Parágrafo único: Este critério incide sobre o montante total de premiações de acordo com a lista de classificação e não por Modalidade.

6. PRAZO PARA SE INSCREVER

6.1 Para se inscrever no Edital, o proponente deve enviar toda documentação obrigatória relatada no 7.3, entre os dias 12 de setembro e 12 de outubro de 2023, exclusivamente através da plataforma Mapa Cultural do Pará, no endereço eletrônico https://www.mapacultural.pa.gov.br/lpg/musica.
Para efeito de inscrição todos os proponentes deverão estar cadastrados no mapa cultural.pa.gov.br.
1.2. Todas as informações fornecidas no ato da inscrição deverão ser verídicas e atualizadas. Não serão aceitas propostas entregues presencialmente na sede da SECULT, ou da executora do certame, ou materiais postados via Correios.
1.3. Os proponentes que já têm cadastro no Mapa Cultural do Pará não precisam fazer novo cadastro, podendo atualizar informações que julgarem necessárias até a data de envio de sua inscrição.
1.4. O ato de inscrição pressupõe plena concordância dos termos, cláusulas e condições deste edital e de seus anexos, que passarão a integrar as obrigações, bem como a observância dos regulamentos administrativos e das normas técnicas aplicáveis, não sendo aceita, sob qualquer hipótese, alegação de seu desconhecimento em qualquer fase do procedimento administrativo e execução dos serviços.
1.5. Os anexos que compõem este edital deverão ser assinados de maneira física ou eletrônica, com o encaminhamento na forma digital no ato de inscrição anexados no formato PDF.
6.7. As inscrições feitas em desacordo com os prazos e demais exigências

do presente edital serão indeferidas.
1.8 Não serão aceitas complementações, modificações ou substituições de dados e de anexos à inscrição, depois de finalizada.
1.9 É vedada a participação de órgãos públicos, escolas e fundações privadas.

7. COMO SE INSCREVER

7.1 O proponente deve preencher Ficha de Inscrição diretamente no https://www.mapacultural.pa.gov.br/lpg/musica.
7.2 O proponente deve encaminhar a documentação obrigatória de que trata o item 7.3 por meio do https://www.mapacultural.pa.gov.br/lpg/musica.
7.3 O proponente deve enviar a seguinte documentação para formalizar sua inscrição:
a) Projeto proposto;
b) Currículo / portfólio do proponente, com todas as comprovações;
c) Documentos pessoais do proponente CPF e RG (se Pessoa Física);
d) Inscrição no cadastro nacional de pessoa jurídica - CNPJ (se Pessoa Jurídica);
e) Atos constitutivos da empresa, qual seja o contrato social, nos casos de pessoas jurídicas com fins lucrativos, ou estatuto, nos casos de organizações da sociedade civil (se Pessoa Jurídica);
f) Comprovante de Endereço do proponente ou Declaração de Residência (no caso do proponente não possuir documento em seu nome)
g) Mini currículo dos integrantes do projeto e termo de anuência;
h) Todos os anexos solicitados no Edital, nos quais o proponente se enquadre.
i) Outros documentos que o proponente julgar necessário para auxiliar na avaliação do mérito cultural do projeto.
7.4 O proponente é responsável pelo envio dos documentos e pela qualidade visual, conteúdo dos arquivos e informações de seu projeto.
7.5 Cada Proponente poderá concorrer, e ser selecionado individualmente ou como representantes de coletivo, com apenas 1 (um) projeto, no máximo.
7.6 Os membros de grupos e coletivos podem concorrer isoladamente, desde que sejam com projetos diferentes.
7.7 Se houver inscrição de mais de um projeto do mesmo proponente, será considerado, para fins de seleção, o último enviado na plataforma.
7.8 Os projetos apresentados deverão conter previsão de execução não superior a 12 meses.
7.9 O proponente deve se responsabilizar pelo acompanhamento das atualizações/publicações pertinentes ao edital e seus prazos nos canais formais de comunicação da SECULT/PA.
7.10 As inscrições deste edital são gratuitas.
7.11 As propostas que apresentem quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade ou outras formas de discriminação serão desclassificadas, com fundamento no disposto no inciso IV do caput do art. 3º da Constituição, garantidos o contraditório e a ampla defesa.
7.12 No caso da modalidade 'premiação', os subitens 7.3-letras "a", "d", e "g", e o item 8 deste edital são dispensados.
Parágrafo único: A comprovação de residência poderá ser dispensada nas hipóteses de agentes culturais pertencentes à comunidade indígena, quilombola, cigana ou circense ou pertencentes à população nômade ou itinerante; que se encontrem em situação de rua.

8. PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DOS PROJETOS

8.1 O proponente deve preencher a planilha orçamentária presente no Anexo VII, informando como será utilizado o recurso financeiro recebido.
8.2 A estimativa de custos do projeto será prevista por categorias, sem a necessidade de detalhamento por item de despesa, conforme § 1º do art. 24 do Decreto 11.453/2023.
8.3 A compatibilidade entre a estimativa de custos do projeto e os preços praticados no mercado será avaliada pelos membros da comissão de seleção, de acordo com tabelas referenciais de valores, ou com outros métodos de verificação de valores praticados no mercado.
8.4 A estimativa de custos do projeto poderá apresentar valores divergentes das práticas de mercado convencionais na hipótese de haver significativa excepcionalidade no contexto de sua implementação, consideradas variáveis territoriais e geográficas e situações específicas, como a de povos indígenas, ribeirinhos, atingidos por barragens e comunidades quilombolas e tradicionais.
8.5 Os itens da planilha orçamentária poderão ser glosados, ou seja, vetados, total ou parcialmente, pela Comissão de Seleção, se, após análise, não forem considerados com preços compatíveis aos praticados no mercado ou forem considerados incoerentes e em desconformidade com o projeto apresentado.
8.6 Caso o proponente discorde dos valores glosados (vetados) poderá apresentar recurso na fase de mérito cultural, conforme dispõe o item 12.8.
8.7 O valor solicitado não poderá ser superior ao valor máximo destinado a cada modalidade, conforme item 1.2 do presente edital.

9. ACESSIBILIDADE

9.1 Os projetos devem contar com medidas de acessibilidade física, atitudinal e comunicacional compatíveis com as características dos produtos resultantes do objeto, nos termos do disposto na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência), de modo a contemplar:
I - no aspecto arquitetônico, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com mobilidade reduzida ou idosas aos locais onde se realizam as atividades culturais e a espaços acessórios, como banheiros, áreas de alimentação e circulação;
II - no aspecto comunicacional, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com deficiência intelectual, auditiva ou visual ao conteúdo dos produtos culturais gerados pelo projeto, pela iniciativa ou pelo espaço; e
III - no aspecto atitudinal, a contratação de colaboradores sensibilizados e capacitados para o atendimento de visitantes e usuários com diferentes deficiências e para o desenvolvimento de projetos culturais acessíveis desde a sua concepção, contempladas a participação de consultores e colaboradores com deficiência e a representatividade nas equipes dos espaços culturais e nas temáticas das exposições, dos espetáculos e das ofertas culturais em geral.
9.2 Especificamente para pessoas com deficiência, mecanismos de protagonismo e participação poderão ser concretizados também por meio das seguintes iniciativas, entre outras:
I - adaptação de espaços culturais com residências inclusivas;
II - utilização de tecnologias assistivas, ajudas técnicas e produtos com desenho universal;
III - medidas de prevenção e erradicação de barreiras atitudinais;
IV - contratação de serviços de assistência por acompanhante; ou
V - oferta de ações de formação e capacitação acessíveis a pessoas com deficiência.
9.3 Os projetos devem prever obrigatoriamente medidas de acessibilidade, sendo assegurado para essa finalidade no mínimo 10% do valor total do projeto.
9.4 A utilização do percentual mínimo de 10% de que trata o item 9.3 pode ser excepcionalmente dispensada quando:
I - for inaplicável em razão das características do objeto cultural,os cujo objeto seja o desenvolvimento de roteiro e licenciamento de obra audiovisual ; ou
II - quando o projeto já contemplar integralmente as medidas de acessibilidade compatíveis com as características do objeto cultural.
9.5 O proponente deve apresentar justificativa para os casos em que o percentual mínimo de 10% é inaplicável.

10. CONTRAPARTIDA

10.1 Os agentes culturais contemplados neste edital, com projetos de fomento, conforme item 1.2 deste edital, deverão garantir, como contrapartida, as seguintes medidas:
I - a realização de atividades destinadas, prioritariamente, aos alunos e professores de escolas públicas ou universidades, públicas ou privadas, que tenham estudantes do Programa Universidade para Todos (Prouni), bem como aos profissionais de saúde, preferencialmente aqueles envolvidos no combate à pandemia, e a pessoas integrantes de grupos e coletivos culturais e de associações comunitárias, ou de atividades em espaços públicos de sua comunidade, de forma gratuita; e
II - sempre que possível, exibições com interação popular por meio da internet ou exibições públicas, quando aplicável, com distribuição gratuita de ingressos para os grupos referidos no item I, em intervalos regulares.
10.2 A contrapartida deverá ser informada no Formulário de Inscrição e deve ser executada até dezembro de 2024.
10.3 Os Prêmios por reconhecimento, conforme item 1.2 deste edital, são isentos da apresentação de contrapartidas.

11. ETAPAS DO EDITAL

11.1 A seleção dos projetos submetidos a este Edital será composta das seguintes etapas:
I - Análise de mérito cultural dos projetos: fase de análise do projeto realizada por comissão de seleção e divulgação dos selecionados.
II - Habilitação: fase de apresentação e análise dos documentos do proponente, selecionados descritos no tópico 14 e divulgação dos habilitados.

12. ANÁLISE DE MÉRITO CULTURAL DOS PROJETOS

12.1 Entende-se por "Análise de mérito cultural" a identificação, tanto individual quanto sobre seu contexto social, de aspectos relevantes dos projetos culturais, concorrentes em uma mesma categoria de apoio, realizada por meio da atribuição fundamentada de notas aos critérios descritos neste edital.
12.2 Por análise comparativa compreende-se a análise não apenas dos itens individuais de cada projeto, mas de suas propostas, impactos e relevância em relação aos outros projetos inscritos na mesma categoria. A pontuação de cada projeto é atribuída em função desta comparação.
12.3 A análise dos projetos culturais será realizada por comissão de seleção formada por, no mínimo, 03 (três) pareceristas externos, com experiência no segmento cultural.
12.4 O membro da comissão que incorre em impedimento deve comunicar o fato à referida Comissão, abstendo-se de atuar, sob pena de nulidade dos atos que praticar.
12.5 Para esta seleção serão considerados os critérios de pontuação estabelecidos no Anexo II deste edital.
12.6 Contra a decisão da fase de mérito cultural, caberá recurso destinado à Comissão de Seleção.
12.7 Os recursos de que tratam o item 12.8 deverão ser apresentados no prazo de 3 (três) dias úteis, conforme inciso III, do art. 16 do decreto 11.453/2023, a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação.
12.8 Os recursos devem ser encaminhados através do email recursoeditalmusicalpgpara@gmail.com, de 00h do dia 01/11/2023 até as 17h do dia 06/11/2023.
12.9 Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.
12.10 Após o julgamento dos recursos, o resultado final da análise de mérito cultural será publicado no Diário Oficial do Estado (DOE) contendo nome e CPF dos proponentes. A nota obtida e a justificativa serão publicadas no sítio eletrônico www.secult.pa.gov.br.

13. REMANEJAMENTO DOS RECURSOS

13.1 Não havendo número de propostas culturais selecionadas suficientes em uma modalidade, será selecionada a proposta de outra modalidade com maior quantidade de pontos, em ordem decrescente e levando em consideração o disposto no item 5 (Cotas).

14. ETAPA DE HABILITAÇÃO

14.1 Finalizada a etapa de análise de mérito cultural, o proponente do projeto contemplado deverá, no prazo de 06 (seis) dias úteis, apresentar os seguintes documentos através do Mapa Cultural, conforme sua natureza jurídica:
14.1.1 PESSOA FÍSICA
I - certidão negativa de débitos relativos a créditos tributários federais e Dívida Ativa da União;
II - certidões negativas de débitos relativas a créditos tributários estaduais e municipais, expedidas pela Secretaria da Fazendo do Pará (SEFA).

14.1.1.2 A comprovação de residência poderá ser dispensada nas hipóteses de agentes culturais:
I - pertencentes à comunidade indígena, quilombola, cigana ou circense;
II - pertencentes à população nômade ou itinerante; que se encontrem em situação de rua.
14.1.2 PESSOA JURÍDICA
I - certidão negativa de falência e recuperação judicial, expedida pelo Tribunal de Justiça estadual, nos casos de pessoas jurídicas com fins lucrativos;
II - certidão negativa de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
III - certidão negativa de débito estadual – Emitida pela SEFA/PA ;
IV - Certidão negativa municipal, expedidas pela Secretaria Municipal de finanças;
V - Certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - CRF/FGTS;
VI - certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, emitida no site do Tribunal Superior do Trabalho;
14.2 As certidões positivas com efeito de negativas servirão como certidões negativas, desde que não haja referência expressa de impossibilidade de celebrar instrumentos jurídicos com a administração pública.
14.3 Contra a decisão da fase de habilitação, caberá recurso fundamentado e específico destinado a SECULT/PA, através do email recursoeditalmusicalpgpara@gmail.com, de 00h do dia 22/11/2023 até as 17h do dia 27/11/2023.
14.4 Os recursos de trata o item 14.3 deverão ser apresentados no prazo de 3 dias úteis a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação, não cabendo recurso administrativo da decisão após esta fase.
14.5 Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.
14.6 Caso o proponente esteja em débito com o ente público responsável pela seleção e com a União não será possível o recebimento dos recursos de que trata este Edital.

15. ASSINATURA DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL E RECEBIMENTO DOS RECURSOS

15.1 Finalizada a fase de habilitação, o agente cultural contemplado será convocado a assinar o Termo de Execução Cultural, conforme Anexo III deste Edital, de forma presencial ou eletrônica.
15.2 O Termo de Execução Cultural corresponde ao documento a ser assinado pelo agente cultural (proponente) selecionado neste Edital e pelo concedente, contendo as obrigações dos assinantes do Termo.
15.3 Após a assinatura do Termo de Execução Cultural, o agente cultural receberá os recursos, com desembolso único, em até 30 (trinta) dias, EXCLUSIVAMENTE EM CONTA CORRENTE de qualquer banco, aberta especificamente para este fim.
15.3.1 A conta bancária da instituição financeira não deverá ter cobrança de tarifas.
15.3.2 Não serão aceitas contas poupança, conta salário, contas de recebimento de auxílio social do Governo (bolsa família, por exemplo).
15.4 A assinatura do Termo de Execução Cultural e o recebimento do apoio estão condicionados à existência de disponibilidade orçamentária e financeira, caracterizando a seleção como expectativa de direito do proponente.
15.5 O agente cultural deve assinar e enviar o Termo de Execução Cultural em até 2 (dois) dias úteis após envio da concedente, conforme previsto no cronograma, sob pena de perda do apoio financeiro e convocação do suplente para assumir sua vaga.

16. DIVULGAÇÃO DOS PROJETOS

16.1. Os contemplados comprometem-se a incluir nos créditos de todo material de divulgação, as logomarcas da SECULT-PA/ Governo do Estado, do Ministério da Cultura/ Governo Federal, obedecendo aos critérios de veiculação das logomarcas estabelecidas de forma padronizada, que estarão à disposição no site www.secult.pa.gov.br, e deverão incluir também a frase: **"Projeto selecionado pelo 'Edital de MÚSICA – Lei Paulo Gustavo'"**.
16.1 Os produtos artístico-culturais e as peças de divulgação dos projetos exibirão as marcas do Governo federal, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura e SECULT-PA.
16.2 O material de divulgação dos projetos e seus produtos deve ser disponibilizado em formatos acessíveis a pessoas com deficiência e conterá informações sobre os recursos de acessibilidade disponibilizados.
16.3 O material de divulgação dos projetos deve ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, e não pode conter nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal.

17. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

17.1 Os procedimentos de monitoramento e avaliação dos projetos culturais contemplados, assim como prestação de informação à administração pública, observarão o Decreto 11.453/2023 (Decreto de Fomento), que dispõe sobre os mecanismos de fomento do sistema de financiamento à cultura, observadas às exigências legais de simplificação e de **foco no cumprimento do objeto.**
17.2 O agente cultural deve prestar contas por meio da apresentação do Relatório Final de Execução do Objeto, conforme documento constante no Anexo IV e orientação contida no Decreto nº11.453/2023, artigo 29, inciso 2 que versa sobre a prestação de informações em relatório de execução do objeto.
Parágrafo único: Em caso de realizador do edital considerar que não foi possível aferir o cumprimento integral do objeto no Relatório Final de Execução, e que as justificativas apresentadas sobre o cumprimento parcial do objeto não foram suficientes, lhe é facultado o direito de requisitar o Relatório de Execução Financeira com as devidas comprovações (nota fiscal, recibos e documento congêneres), conforme contido no inciso 3 do artigo 29 e no inciso 3 do parágrafo II do artigo 30.
17.3 O Relatório Final de Execução do Objeto deve ser apresentado até 31 de dezembro de 2024, com o fim da vigência do Termo de Execução Cultural.

18. DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1 O acompanhamento de todas as etapas deste Edital e a observância quanto aos prazos serão de inteira responsabilidade dos proponentes. Para tanto, deverão ficar atentos às publicações no sitio eletrônico www.secult.pa.gov.br, no Diário Oficial do Estado e nas mídias sociais oficiais da SECULT.
18.2 O presente Edital e os seus anexos estão disponíveis no site https://www.mapacultural.pa.gov.br/lpg/musica.
18.3 Toda relação do proponente com o edital deverá ser através da plataforma mapa cultural, do e-mail editalmusicalpgpara@gmail.com e telefone Whatsapp (91) 9 91829470.
18.4 Os casos omissos porventura existentes ficarão a cargo da Secretária de Estado de Cultura.
18.5 Eventuais irregularidades relacionadas aos requisitos de participação, constatadas a qualquer tempo, implicarão na desclassificação do proponente.
18.6 O proponente será o único responsável pela veracidade da proposta e documentos encaminhados, isentando a SECULT-PA de qualquer responsabilidade civil ou penal.
18.7 O apoio concedido por meio deste Edital poderá ser acumulado com recursos captados por meio de leis de incentivo fiscal e outros programas e/ou apoios federais, estaduais e municipais.
18.8 A inscrição implica no conhecimento e concordância dos termos e condições previstos neste Edital, na Lei Complementar 195/2022 (Lei Paulo Gustavo), no Decreto 11.525/2023 (Decreto Paulo Gustavo) e no Decreto 11.453/2023 (Decreto de Fomento).

19. CRONOGRAMA

ETAPA	DATA INICIAL	DATA FINAL
1- Publicação do edital	12/09/2023	
2- Inscrições	12/09/2023	12/10/2023
3- Resultado Preliminar de Selecionados	31/10/2023	
4- Período de recurso	01/11/2023	06/11/2023
5- Homologação do Resultado Final	09/11/2023	
6- Entrega de Documentos dos selecionados	09/11/2023	16/11/2023
7- Resultado Preliminar de Habilitados	21/11/2023	
8- Período de recurso de Habilitação	22/11/2023	27/11/2023
9- Período de pagamento dos selecionados	28/11/2023	29/12/2023
10-Execução de projeto	até 31/12/2024	
11-Relatório Final de Execução do Objeto	até 31/12/2024	

20. ANEXOS:

20.1 Compõem este Edital os seguintes anexos:
Anexo I - Formulário de Inscrição/Plano de Trabalho;
Anexo II - Critérios de seleção
Anexo III - Termo de Execução Cultural;
Anexo IV - Relatório de Execução do Objeto;
Anexo V - Declaração de representação de grupo ou coletivo; e
Anexo VI - Declaração étnico-racial
Anexo VII – Planilha Orçamentária
ANEXO I
FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO (DISPONÍVEL NO MAPA)

1. DADOS DO PROPONENTE

Proponente é pessoa física ou pessoa jurídica?
( ) Pessoa Física
( ) Pessoa Jurídica

PARA PESSOA FÍSICA:
Nome Completo:
Nome artístico ou nome social (se houver):
CPF:
RG:
Data de nascimento:
E-mail:
Telefone:
Endereço completo:
CEP:
Cidade:
Estado:

Você reside em quais dessas áreas?
( ) Zona urbana central
( ) Zona urbana periférica
( ) Zona rural
( ) Área de vulnerabilidade social
( ) Unidades habitacionais
( ) Territórios indígenas (demarcados ou em processo de demarcação)
( ) Comunidades quilombolas (terra titulada ou em processo de titulação, com registro na Fundação Palmares)
( ) Áreas atingidas por barragem
( ) Território de povos e comunidades tradicionais (ribeirinhos, louceiros, cipozeiro, pequizeiros, vazanteiros, povos do mar etc.).

Pertence a alguma comunidade tradicional?
( ) Não pertenço a comunidade tradicional
( ) Comunidades Extrativistas

( ) Comunidades Ribeirinhas
( ) Comunidades Rurais
( ) Indígenas
( ) Povos Ciganos
( ) Pescadores(as) Artesanais
( ) Povos de Terreiro
( ) Quilombolas
( ) Outra comunidade tradicional

Gênero:
( ) Mulher cisgênero
( ) Homem cisgênero
( ) Mulher Transgênero
( ) Homem Transgênero
( ) Pessoa Não Binária
( ) Não informar

Raça, cor ou etnia:
( ) Branca
( ) Preta
( ) Parda
( ) Indígena
( ) Amarela

Você é uma Pessoa com Deficiência - PCD?
( ) Sim
( ) Não

Caso tenha marcado "sim", qual tipo de deficiência?
( ) Auditiva
( ) Física
( ) Intelectual
( ) Múltipla
( ) Visual

Qual o seu grau de escolaridade?
( ) Não tenho Educação Formal
( ) Ensino Fundamental Incompleto
( ) Ensino Fundamental Completo
( ) Ensino Médio Incompleto
( ) Ensino Médio Completo
( ) Curso Técnico Completo
( ) Ensino Superior Incompleto
( ) Ensino Superior Completo
( ) Pós Graduação Completo

Qual a sua renda mensal fixa individual (média mensal bruta aproximada) nos últimos 3 meses?
(Calcule fazendo uma média das suas remunerações nos últimos 3 meses. Em 2023, o salário mínimo foi fixado em R$ 1.320,00.)
( ) Nenhuma renda.
( ) Até 1 salário mínimo
( ) De 1 a 3 salários mínimos
( ) De 3 a 5 salários mínimos
( ) De 5 a 8 salários mínimos
( ) De 8 a 10 salários mínimos
( ) Acima de 10 salários mínimos

Você é beneficiário de algum programa social?
( ) Não
( ) Bolsa família
( ) Benefício de Prestação Continuada
( ) Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
( ) Garantia-Safra
( ) Seguro-Defeso
( ) Outro

Vai concorrer às cotas afirmativas?
( ) Sim ( ) Não

Se sim. Qual?
( ) Pessoa negra
( ) Pessoa indígena

Qual a sua principal função/profissão no campo artístico e cultural?
( ) Artista.
( ) Instrutor(a), oficineiro(a), educador(a) artístico(a)-cultural e afins.
( ) Curador(a), Programador(a) e afins.
( ) Gestor(a)
( ) Técnico(a)
( ) Consultor(a), Pesquisador(a) e afins.
( )_____Outro(a)s

Você está representando um coletivo (sem CNPJ)?
( ) Não
( ) Sim

Caso tenha respondido "sim":
Nome do coletivo:
Ano de Criação:
Quantas pessoas fazem parte do coletivo?
Nome completo e CPF das pessoas que compõem o coletivo:

PARA PESSOA JURÍDICA:
Razão Social:
Nome fantasia:
CNPJ:
Endereço da sede:
Cidade:
Estado:
Número de representantes legais:
Nome do representante legal:
CPF do representante legal:
E-mail do representante legal:
Telefone do representante legal:

Gênero do representante legal
( ) Mulher cisgênero
( ) Homem cisgênero
( ) Mulher Transgênero
( ) Homem Transgênero
( ) Não Binária/Binárie
( ) Não informar

Raça/cor/etnia do representante legal
( ) Branca
( ) Preta
( ) Parda
( ) Amarela
( ) Indígena

Representante legal é pessoa com deficiência - PCD?
( ) Sim
( ) Não

Caso tenha marcado "sim" qual o tipo de deficiência?
( ) Auditiva
( ) Física
( ) Intelectual
( ) Múltipla
( ) Visual

Escolaridade do representante legal
( ) Não tenho Educação Formal
( ) Ensino Fundamental Incompleto
( ) Ensino Fundamental Completo
( ) Ensino Médio Incompleto
( ) Ensino Médio Completo
( ) Curso Técnico completo
( ) Ensino Superior Incompleto
( ) Ensino Superior Completo
( ) Pós Graduação completo

2. DADOS DO PROJETO

Nome do Projeto:

Escolha a categoria a que vai concorrer:

Quais atividades e/ou produtos estão previstos no seu projeto? Por favor, quantifique.
Bolsa para desenvolvimento de processos criativos
Capacitação
Catálogo
Curso livre
Curso regular
Encontro
Evento cultural
Exibição
Exposição
Feira
Festival
Fomento
Fotografia
Live
Mostra
Obra
Oficina
Palestra
Pesquisa
Podcast
Premiação
Produção de publicações
Projeto
Publicação
Restauro
Seminário
Site
Vídeo
Vivência

Descrição do projeto
(Na descrição, você deve apresentar informações gerais sobre o seu projeto. Algumas perguntas orientadoras: O que você realizará com o projeto? Porque ele é importante para a sociedade? Como a ideia do projeto surgiu? Conte sobre o contexto de realização.)

Objetivos do projeto
(Neste campo, você deve propor objetivos para o seu projeto, ou seja, deve informar o que você pretende alcançar com a realização do projeto. É importante que você seja breve e proponha entre três a cinco objetivos.)

Metas
(Neste espaço, é necessário detalhar os objetivos em pequenas ações e/ou resultados que sejam quantificáveis. Por exemplo: Realização de 02 oficinas de artes circenses; Confecção de 80 figurinos; 120 pessoas idosas beneficiadas.)

Perfil do público a ser atingido pelo projeto
(Preencha aqui informações sobre as pessoas que serão beneficiadas ou participarão do seu projeto. Perguntas orientadoras: Quem vai ser o público do seu projeto? Essas pessoas são crianças, adultas e/ou idosas? Elas fazem parte de alguma comunidade? Qual a escolaridade delas? Elas moram em qual local, bairro e/ou região? No caso de públicos digitais, qual o perfil das pessoas a que seu projeto se direciona?)

Sua ação cultural é voltada prioritariamente para algum destes perfis de público?
Pessoas vítimas de violência

Pessoas em situação de pobreza
Pessoas em situação de rua (moradores de rua)
Pessoas em situação de restrição e privação de liberdade (população carcerária)
Pessoas com deficiência
Pessoas em sofrimento físico e/ou psíquico
Mulheres
Gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transgêneros e transexuais
Povos e comunidades tradicionais
Negros e/ou negras
Ciganos
Indígenas
Não é voltada especificamente para um perfil, é aberta para todos
Outros

Medidas de acessibilidade empregadas no projeto

(Marque quais medidas de acessibilidade serão implementadas ou estarão disponíveis para a participação de Pessoas com deficiência - PCD´s, tais como, intérprete de libras, audiodescrição, entre outras medidas de acessibilidade a pessoas com deficiência, idosos e mobilidade reduzida, conforme Instrução Normativa nº xxxx.)

Acessibilidade arquitetônica:

( ) rotas acessíveis, com espaço de manobra para cadeira de rodas;
( ) piso tátil;
( ) rampas;
( ) elevadores adequados para pessoas com deficiência;
( ) corrimãos e guarda-corpos;
( ) banheiros femininos e masculinos adaptados para pessoas com deficiência;
( ) vagas de estacionamento para pessoas com deficiência;
( ) assentos para pessoas obesas;
( ) iluminação adequada;
( ) Outra _____

Acessibilidade comunicacional:

( ) a Língua Brasileira de Sinais - Libras;
( ) o sistema Braille;
( ) o sistema de sinalização ou comunicação tátil;
( ) a audiodescrição;
( ) as legendas;
( ) a linguagem simples;
( ) textos adaptados para leitores de tela; e
( ) Outra _____

Acessibilidade atitudinal:

( ) capacitação de equipes atuantes nos projetos culturais;
( ) contratação de profissionais com deficiência e profissionais especializados em acessibilidade cultural;
( ) formação e sensibilização de agentes culturais, público e todos os envolvidos na cadeia produtiva cultural; e
( ) outras medidas que visem a eliminação de atitudes capacitistas.

Informe como essas medidas de acessibilidade serão implementadas ou disponibilizadas de acordo com o projeto proposto.

Local onde o projeto será executado

Informe os espaços culturais e outros ambientes onde a sua proposta será realizada. É importante informar também os municípios e Estados onde ela será realizada.

Previsão do período de execução do projeto

Data de início:
Data final:

Equipe

Informe quais são os profissionais que atuarão no projeto, conforme quadro a seguir:

Nome do profissional / empresa	Função no projeto	CPF/CNPJ	Pessoa negra?	Pessoa índigena?	Pessoa com deficiência?	[INSERIR MAIS COLUNAS, SE NECESSÁRIO]
Ex.: João Silva	Curador	123456789101	Sim/Não	Sim/Não	Sim/Não	

Cronograma de Execução

Descreva os passos a serem seguidos para execução do projeto.

Atividade Geral	Etapa	Descrição	Início	Fim	[INSERIR MAIS COLUNAS, SE NECESSÁRIO]
Ex: Comunicação	Pré-produção	Divulgação do projeto nos veículos de imprensa	11/10/2023	11/11/2023	

Estratégia de divulgação

Apresente os meios que serão utilizados para divulgar o projeto. ex.: impulsionamento em redes sociais.

Contrapartida

Neste campo, descreva qual contrapartida será realizada, quando será realizada, e onde será realizada.

Projeto possui recursos financeiros de outras fontes? Se sim, quais?

(Informe se o projeto prevê apoios financeiros tais como cobrança de ingressos, patrocínio e/ou outras fontes de financiamento. Caso positivo, informe a previsão de valores e onde serão empregados no projeto.)

( ) Não, o projeto não possui outras fontes de recursos financeiros
( ) Apoio financeiro municipal
( ) Apoio financeiro estadual
( ) Recursos de Lei de Incentivo Municipal
( ) Recursos de Lei de Incentivo Estadual
( ) Recursos de Lei de Incentivo Federal
( ) Patrocínio privado direto
( ) Patrocínio de instituição internacional
( ) Doações de Pessoas Físicas
( ) Doações de Empresas
( ) Cobrança de ingressos
( ) Outros

Se o projeto tem outras fontes de financiamento, detalhe quais são, o valor do financiamento e onde os recursos serão empregados no projeto.

O projeto prevê a venda de produtos/ingressos?

(Informe a quantidade dos produtos a serem vendidos, o valor unitário por produto e o valor total a ser arrecadado. Detalhe onde os recursos arrecadados serão aplicados no projeto.)

3. PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

Preencha a tabela informando todas as despesas indicando as metas/etapas às quais elas estão relacionadas.

Deve haver a indicação do parâmetro de preço (Ex.: preço estabelecido no SALICNET, 3 orçamentos, etc) utilizado com a referência específica do item de despesa, conforme exemplo abaixo.

Descrição do item	Justificativa	Unidade de medida	Valor unitário	Quantidade	Valor total	Referência de preço
Ex.: Fotógrafo	Profissional necessário para registro da oficina	Serviço	R$1.100,00	1	R$1.100,00	Salicnet – Oficina/ workshop/seminário Audiovisual – Brasília – Fotografia Artística – Serviço

4. DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS A SEREM ANEXADOS

Encaminhe junto a esse formulário os seguintes documentos:
RG e CPF do proponente
Currículo do proponente
Mini currículo dos integrantes do projeto
[OUTROS DOCUMENTOS QUE FOREM OBRIGATÓRIOS DE ACORDO COM AS CATEGORIAS]

ANEXO II

CRITÉRIOS UTILIZADOS NA AVALIAÇÃO DE MÉRITO CULTURAL

As comissões de seleção atribuirão notas de 0 a 10 pontos a cada um dos critérios de avaliação de cada projeto, conforme tabela a seguir:

CRITÉRIOS OBRIGATÓRIOS PARA PROJETOS DE FOMENTO		
Identificação do Critério	**Descrição do Critério**	**Pontuação Máxima**
A	**Qualidade do Projeto - Coerência do objeto, objetivos, justificativa e metas do projeto** A análise deverá considerar, para fins de avaliação e valoração, se o conteúdo do projeto apresenta, como um todo, coerência, observando o objeto, a justificativa e as metas, sendo possível visualizar de forma clara os resultados que serão obtidos.	20
B	**Relevância da ação proposta para o cenário cultural do Estado do Pará** A análise deverá considerar, para fins de avaliação e valoração, se a ação contribui para o enriquecimento e valorização da cultura do estado do Pará.	10
C	**Aspectos de integração comunitária na ação proposta pelo projeto** Considera-se, para fins de avaliação e valoração, se o projeto apresenta aspectos de integração comunitária, através das contrapartidas e estratégias de acessibilidade exigidas pelo Edital.	10
D	**Coerência da planilha orçamentária e do cronograma de execução às metas, resultados e desdobramentos do projeto proposto** A análise deverá avaliar e valorar a viabilidade técnica do projeto sob o ponto de vista dos gastos previstos na planilha orçamentária, sua execução e a adequação ao objeto, metas e objetivos previstos. Também deverá ser considerada para fins de avaliação, a coerência e conformidade dos valores e quantidades dos itens relacionados na planilha orçamentária do projeto.	10

E	**Coerência do Plano de Divulgação ao Cronograma, Objetivos e Metas do projeto proposto** A análise deverá avaliar e valorar a viabilidade técnica e comunicacional com público alvo do projeto, mediante as estratégias, mídias e materiais apresentados, bem como a capacidade de execução.	10
F	**Compatibilidade da ficha técnica com as atividades desenvolvidas** A análise deverá considerar a carreira dos profissionais que compõem o corpo técnico e artístico, verificando a coerência ou não em relação às atribuições que serão executadas por eles no projeto (para esta avaliação serão considerados os currículos dos membros da ficha técnica).	10
G	**Trajetória artística e cultural do proponente** Será considerado para fins de análise a carreira do proponente, com base no currículo e comprovações enviadas juntamente com a proposta	10
PONTUAÇÃO TOTAL:		80

CRITÉRIOS OBRIGATÓRIOS PARA PREMIAÇÃO		
Identificação do Critério	**Descrição do Critério**	**Pontuação Máxima**
A	**Trajetória artística e cultural do proponente com de 10 anos comprovados. A partir daí, para cada ano comprovado, o proponente obtém 1 ponto extra.** Será considerado para fins de análise a carreira do proponente, com base no dossiê e comprovações enviadas juntamente com a proposta	10 padrão para quem comprova 10 anos de atividade
B	**Coerência da proposta de premiação** A análise deverá considerar, para fins de avaliação e valoração, a Justificativa para premiação.	10
C	**Aspectos de transmissão de conhecimentos** Considera-se, para fins de avaliação e valoração, se o proponente apresenta atividades de repasse de seus conhecimentos para outras pessoas ou grupo (contrapartidas).	10
PONTUAÇÃO TOTAL:		30+

A pontuação final de cada candidatura será definida por média das notas atribuídas individualmente por cada membro da Comissão de Seleção.
Os critérios gerais são eliminatórios, de modo que, o agente cultural que receber pontuação 0 em algum dos critérios será desclassificado do Edital.
Em caso de empate, serão utilizados para fins de classificação dos projetos a maior nota nos critérios de acordo com a ordem abaixo definida: A, B, C, D, E, F, G, H respectivamente.
Caso nenhum dos critérios acima elencados seja capaz de promover o desempate será adotado o critério de maior idade do proponente pessoa física ou representante de pessoa jurídica.
Serão considerados aptos os projetos de fomento que receberem nota final igual ou superior a 40 pontos.
Serão considerados aptas as propostas de premiação que receberem nota final igual ou superior a 20 pontos.
Serão desclassificados os projetos que:
I - receberam nota 0 em qualquer dos critérios obrigatórios;
II - apresentem quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade ou outras formas de discriminação serão desclassificadas, com fundamento no disposto no inciso IV do caput do art. 3º da Constituição, garantidos o contraditório e a ampla defesa.
III - A falsidade de informações acarretará desclassificação, podendo ensejar, ainda, a aplicação de sanções administrativas ou criminais.

ANEXO III
TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº [INDICAR NÚMERO]/[INDICAR ANO] TENDO POR OBJETO A CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO A AÇÕES CULTURAIS CONTEMPLADAS PELO EDITAL nº XX/2023 –, NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO), DO DECRETO N. 11.525/2023 (DECRETO PAULO GUSTAVO) E DO DECRETO 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

1. PARTES

1.1 O [NOME DO ENTE FEDERATIVO], neste ato representado por [AUTORIDADE QUE ASSINARÁ PELO ENTE FEDERATIVO], Senhor(a) [INDICAR NOME DA AUTORIDADE QUE ASSINARÁ PELO ENTE FEDERATIVO], e o(a) AGENTE CULTURAL, [INDICAR NOME DO(A) AGENTE CULTURAL CONTEMPLADO], portador(a) do RG nº [INDICAR Nº DO RG], expedida em [INDICAR ÓRGÃO EXPEDIDOR], CPF nº [INDICAR Nº DO CPF], residente e domiciliado(a) à [INDICAR ENDEREÇO], CEP: [INDICAR CEP], telefones: [INDICAR TELEFONES], resolvem firmar o presente Termo de Execução Cultural, de acordo com as seguintes condições:

2. PROCEDIMENTO

2.1 Este Termo de Execução Cultural é instrumento da modalidade de fomento à execução de ações culturais de que trata o inciso I do art. 8 do Decreto 11.453/2023, celebrado com agente cultural selecionado nos termos da LEI COMPLEMENTAR Nº 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO), DO DECRETO N. 11.525/2023 (DECRETO PAULO GUSTAVO) E DO DECRETO 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

3. OBJETO

3.1. Este Termo de Execução Cultural tem por objeto a concessão de apoio financeiro ao projeto cultural [INDICAR NOME DO PROJETO], contemplado no conforme processo administrativo nº [INDICAR NÚMERO DO PROCESSO].

4. RECURSOS FINANCEIROS

4.1. Os recursos financeiros para a execução do presente termo totalizam o montante de R$ [INDICAR VALOR EM NÚMERO ARÁBICOS] ([INDICAR VALOR POR EXTENSO] reais).
4.2. Serão transferidos à conta do(a) AGENTE CULTURAL, especialmente aberta no [NOME DO BANCO], Agência [INDICAR AGÊNCIA], Conta Corrente nº [INDICAR CONTA], para recebimento e movimentação.

5. APLICAÇÃO DOS RECURSOS

5.1 Os rendimentos de ativos financeiros poderão ser aplicados para o alcance do objeto, sem a necessidade de autorização prévia.

6. OBRIGAÇÕES

6.1 São obrigações da SECULT/PA:
I) transferir os recursos ao(a)AGENTE CULTURAL;
II) orientar o(a) AGENTE CULTURAL sobre o procedimento para a prestação de informações dos recursos concedidos;
III) analisar e emitir parecer sobre os relatórios e sobre a prestação de informações apresentados pelo(a) AGENTE CULTURAL;
IV) zelar pelo fiel cumprimento deste termo de execução cultural;
V) adotar medidas saneadoras e corretivas quando houver inadimplemento;
VI) monitorar o cumprimento pelo(a) AGENTE CULTURAL das obrigações previstas na CLÁUSULA 6.2.
6.2 São obrigações do(a) AGENTE CULTURAL:
I) executar a ação cultural aprovada;
II) aplicar os recursos concedidos pela Lei Paulo Gustavo na realização da ação cultural;
III) manter, obrigatória e exclusivamente, os recursos financeiros depositados na conta especialmente aberta para o Termo de Execução Cultural;
IV) facilitar o monitoramento, o controle e supervisão do termo de execução cultural bem como o acesso ao local de realização da ação cultural;
V) prestar informações à SECULT por meio de Relatório de Execução do Objeto, apresentado no prazo máximo de até 31 de dezembro de 2024, contados do término da vigência do termo de execução cultural;
VI) atender a qualquer solicitação regular feita pela SECULT, a contar do recebimento da notificação;
VII) divulgar nos meios de comunicação, a informação de que a ação cultural aprovada é apoiada com recursos da Lei Paulo Gustavo, incluindo as marcas do Governo federal, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura;
VIII) não realizar despesa em data anterior ou posterior à vigência deste termo de execução cultural;
IX) guardar a documentação referente à prestação de informações pelo prazo de 10 anos, contados do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural;
X) não utilizar os recursos para finalidade diversa da estabelecida no projeto cultural;
XI) executar a contrapartida conforme pactuado.

7. PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES,

7.1 O agente cultural prestará contas à administração pública por meio da categoria de prestação de informações em relatório de execução do objeto.
7.2 A prestação de informações em relatório de execução do objeto comprovará que foram alcançados os resultados da ação cultural, por meio dos seguintes procedimentos:
I - apresentação de relatório de execução do objeto pelo beneficiário no prazo estabelecido pelo ente federativo no regulamento ou no instrumento de seleção;
II - apresentação de relatório de execução financeira do projeto, e;
III - análise do relatório de execução do objeto por agente público designado.
7.2.1 O relatório de prestação de informações sobre o cumprimento do objeto deverá:
I - comprovar que foram alcançados os resultados da ação cultural;
II - conter a descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;
III - ter anexados documentos de comprovação do cumprimento do objeto, tais como: Declarações de realização dos eventos, com registro fotográfico ou audiovisual, clipping de matérias jornalísticas, releases, folders, catálogos, panfletos, filipetas, bem como outros documentos pertinentes à execução do projeto.
7.2.2 O agente público competente elaborará parecer técnico de análise do relatório de execução do objeto e poderá adotar os seguintes procedimentos, de acordo com o caso concreto:
I - encaminhar o processo à autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações, caso conclua que houve o cumprimento integral do objeto; ou
II - solicitar a apresentação, pelo agente cultural, de relatório de execução financeira, caso considere que não foi possível aferir o cumprimento integral do objeto no relatório de execução do objeto ou que as justificativas apresentadas sobre o cumprimento parcial do objeto foram insuficientes.
7.2.3 Após o recebimento do processo pelo agente público de que trata o item 7.2.2, autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações poderá:
I - determinar o arquivamento, caso considere que houve o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado;
II - solicitar a apresentação, pelo agente cultural, de relatório de execução financeira, caso considere que não foi possível aferir o cumprimento integral do objeto no relatório de execução do objeto ou que as justificativas apresentadas sobre o cumprimento parcial do objeto foram insuficientes; ou
III - aplicar sanções ou decidir pela rejeição da prestação de informações, caso verifique que não houve o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado, ou caso identifique irregularidades no relatório de execução financeira.
7.3 O relatório de execução financeira será exigido, independente da modalidade inicial de prestação de informações (in loco ou em relatório de execução do objeto), somente nas seguintes hipóteses:
I - quando não estiver comprovado o cumprimento do objeto, observados os procedimentos previstos no item 7.2; ou
II - quando for recebida, pela administração pública, denúncia de irregularidade na execução da ação cultural, mediante juízo de admissibilidade que avaliará os elementos fáticos apresentados.
7.3.1 O prazo para apresentação do relatório de execução financeira será de, no mínimo, trinta dias, contado do recebimento da notificação.
7.4 O julgamento da prestação de informações realizado pela autoridade do ente federativo que celebrou o termo de execução cultural avaliará o

parecer técnico de análise de prestação de informações e poderá concluir pela:
I - aprovação da prestação de informações, com ou sem ressalvas; ou
II - reprovação da prestação de informações, parcial ou total.
7.5 Na hipótese de o julgamento da prestação de informações apontar a necessidade de devolução de recursos, o agente cultural será notificado para que exerça a opção por:
I - devolução parcial ou integral dos recursos ao erário;
II - apresentação de plano de ações compensatórias; ou
III - devolução parcial dos recursos ao erário juntamente com a apresentação de plano de ações compensatórias.
7.5.1 A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a reprovação da prestação de informações, desde que comprovada.
7.5.2 Nos casos em que estiver caracterizada má-fé do agente cultural, será imediatamente exigida a devolução de recursos ao erário, vedada a aceitação de plano de ações compensatórias.
7.5.3 Nos casos em que houver exigência de devolução de recursos ao erário, o agente cultural poderá solicitar o parcelamento do débito, na forma e nas condições previstas na legislação.
7.5.4 O prazo de execução do plano de ações compensatórias será o menor possível, conforme o caso concreto, limitado à metade do prazo originalmente previsto de vigência do instrumento.

8. ALTERAÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

8.1 A alteração do termo de execução cultural será formalizada por meio de termo aditivo.
8.2 A formalização de termo aditivo não será necessária nas seguintes hipóteses:
I - prorrogação de vigência realizada de ofício pela administração pública quando der causa a atraso na liberação de recursos; e
II - alteração do projeto sem modificação do valor global do instrumento e sem modificação substancial do objeto.
8.3 Na hipótese de prorrogação de vigência, o saldo de recursos será automaticamente mantido na conta, a fim de viabilizar a continuidade da execução do objeto.
8.4 As alterações do projeto cujo escopo seja de, no máximo, 20% poderão ser realizadas pelo agente cultural e comunicadas à administração pública em seguida, sem a necessidade de autorização prévia.
8.5 A aplicação de rendimentos de ativos financeiros em benefício do objeto do termo de execução cultural poderá ser realizada pelo agente cultural sem a necessidade de autorização prévia da administração pública.
8.6 Nas hipóteses de alterações em que não seja necessário termo aditivo, poderá ser realizado apostilamento.

9. TITULARIDADE DE BENS

9.1 Os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução da ação cultural fomentada serão de titularidade do agente cultural desde a data da sua aquisição.
9.2 Nos casos de rejeição da prestação de contas em razão da aquisição ou do uso do bem, o valor pago pela aquisição será computado no cálculo de valores a devolver, com atualização monetária.
[OU]
9.2 Os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução da ação cultural fomentada serão de titularidade do [NOME DO ENTE].
[AO FORMALIZAR O TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL, O ENTE DEVE DECIDIR SE OS BENS ADQUIRIDOS, PRODUZIDOS OU TRANSFORMADOS PELO AGENTE CULTURAL SERÃO DO PRÓPRIO AGENTE CULTURAL OU DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. OS BENS PODEM FICAR COM O AGENTE CULTURAL NAS HIPÓTESES TRATADAS NO ART. 27 DO DECRETO 11.453/2023]

10. EXTINÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

10.1 O presente Termo de Execução Cultural poderá ser:
I - extinto por decurso de prazo;
II - extinto, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;
III - denunciado, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe; ou
IV - rescindido, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe, nas seguintes hipóteses:
a) descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;
b) irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas ;
c) violação da legislação aplicável;
d) cometimento de falhas reiteradas na execução;
e) má administração de recursos públicos;
f) constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;
g) não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;h) outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.
10.2 A denúncia só será eficaz 60 (sessenta) dias após a data de recebimento da notificação, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença.
10.3 Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.
10.4 Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje dano ao erário, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela Administração Pública.
10.5 Outras situações relativas à extinção deste Termo não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser negociados entre as partes ou, se for o caso, no Termo de Distrato.

11. SANÇÕES

11.1 . Nos casos em que for verificado que a ação cultural ocorreu, mas houve inadequação na execução do objeto ou na execução financeira sem má-fé, a autoridade pode concluir pela aprovação da prestação de informações com ressalvas e aplicar sanção de advertência ou multa.
11.2 A decisão sobre a sanção deve ser precedida de abertura de prazo para apresentação de defesa pelo AGENTE CULTURAL.
11.3 A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a aplicação de sanção, desde que regularmente comprovada.

12. MONITORAMENTO E CONTROLE DE RESULTADOS

12.1 [DEVE SER INFORMADO COMO O ÓRGÃO REALIZARÁ O MONITORAMENTO DAS AÇÕES, PODENDO SER POR MEIO DE COMISSÃO ESPECÍFICA PARA ESTE FIM, POR ENVIO DE RELATÓRIOS, ENTRE OUTRAS MEDIDAS].

13. VIGÊNCIA

13.1 A vigência deste instrumento terá início na data de assinatura das partes, com duração de [PRAZO EM ANOS OU MESES], podendo ser prorrogado por [PRAZO MÁXIMO DE PRORROGAÇÃO].

14. PUBLICAÇÃO

14.1 O Extrato do Termo de Execução Cultural será publicado no [INFORMAR ONDE SERÁ PUBLICADO]

15. FORO

15.1 Fica eleito o Foro de [LOCAL] para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao presente Termo de Execução Cultural.
LOCAL, [INDICAR DIA, MÊS E ANO].

Pelo órgão: Pelo Agente Cultural:
[NOME DO AGENTE CULTURAL]

ANEXO IV
RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

1. DADOS DO PROJETO

Nome do projeto:
Nome do agente cultural proponente:
Nº do Termo de Execução Cultural
Vigência do projeto:
Valor repassado para o projeto:
Data de entrega desse relatório:

2. RESULTADOS DO PROJETO

2.1. Resumo:

Descreva de forma resumida como foi a execução do projeto, destacando principais resultados e benefícios gerados e outras informações pertinentes.

2.2. As ações planejadas para o projeto foram realizadas?

( ) Sim, todas as ações foram feitas conforme o planejado.
( ) Sim, todas as ações foram feitas, mas com adaptações e/ou alterações.
( ) Uma parte das ações planejadas não foi feita.
( ) As ações não foram feitas conforme o planejado.

2.3. Ações desenvolvidas

Descreva as ações desenvolvidas, com informações detalhando ações, datas, locais, horários, etc. Fale também sobre a eventuais alterações nas atividades previstas no projeto, bem como os possíveis impactos nas metas acordadas.

2.4. Cumprimento das Metas

Metas integralmente cumpridas:
• META 1 [Descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado]
◦ OBSERVAÇÃO DA META 1: [informe como a meta foi cumprida]
Metas parcialmente cumpridas (SE HOUVER):
• META 1 [Descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado]
◦ Observações da Meta 1: [Informe qual parte da meta foi cumprida]
◦ Justificativa para o não cumprimento integral: [Explique porque parte da meta não foi cumprida]
Metas não cumpridas (se houver)
• Meta 1 [Descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado]
◦ Justificativa para o não cumprimento: [Explique porque a meta não foi cumprida]

3. PRODUTOS GERADOS

3.1. A execução do projeto gerou algum produto?

Exemplos: vídeos, produção musical, produção gráfica etc.
( ) Sim
( ) Não

3.1.1. Quais produtos culturais foram gerados?

Você pode marcar mais de uma opção. Informe também as quantidades.
( ) Publicação
( ) Livro
( ) Catálogo
( ) Live (transmissão on-line)
( ) Vídeo
( ) Documentário
( ) Filme
( ) Relatório de pesquisa
( ) Produção musical
( ) Jogo
( ) Artesanato
( ) Obras
( ) Espetáculo
( ) Show musical
( ) Site
( ) Música
( ) Outros: _____

3.1.2. Como os produtos desenvolvidos ficaram disponíveis para o público após o fim do projeto?

Exemplos: publicações impressas, vídeos no YouTube?

3.2. Quais foram os resultados gerados pelo projeto?

Detalhe os resultados gerados por cada atividade prevista no Projeto.

3.2.1 Pensando nos resultados finais gerados pelo projeto, você considera que ele:
(Você pode marcar mais de uma opção).
( ) Desenvolveu processos de criação, de investigação ou de pesquisa.
( ) Desenvolveu estudos, pesquisas e análises sobre o contexto de atuação.
( ) Colaborou para manter as atividades culturais do coletivo.
( ) Fortaleceu a identidade cultural do coletivo.
( ) Promoveu as práticas culturais do coletivo no espaço em que foi desenvolvido.
( ) Promoveu a formação em linguagens, técnicas e práticas artísticas e culturais.
( ) Ofereceu programações artísticas e culturais para a comunidade do entorno.
( ) Atuou na preservação, na proteção e na salvaguarda de bens e manifestações culturais.

4. PÚBLICO ALCANÇADO
Informe a quantidade de pessoas beneficiadas pelo projeto, demonstre os mecanismos utilizados para mensuração, a exemplo de listas de presenças. Em caso de baixa frequência ou oscilação relevante informe as justificativas.

5. EQUIPE DO PROJETO
5.1 Quantas pessoas fizeram parte da equipe do projeto?
Digite um número exato (exemplo: 23).
5.2 Houve mudanças na equipe ao longo da execução do projeto?
( ) Sim ( ) Não
Informe se entraram ou saíram pessoas na equipe durante a execução do projeto.
5.3 Informe os profissionais que participaram da execução do projeto:

Nome do profissional/empresa	Função no projeto	CPF/CNPJ	Pessoa negra?	Pessoa indígena?	Pessoa com deficiência?	[INSERIR MAIS COLUNAS, SE NECESSÁRIO]
Ex.: João Silva	Cineasta	123456789101	Sim/Não	Sim/Não	Sim/Não	

6. LOCAIS DE REALIZAÇÃO
6.1 De que modo o público acessou a ação ou o produto cultural do projeto?
( )1. Presencial.
( ) 2. Virtual.
( ) 3. Híbrido (presencial e virtual).
Caso você tenha marcado os itens 2 ou 3 (virtual e híbrido):
6.2 Quais plataformas virtuais foram usadas?
Você pode marcar mais de uma opção.
( )Youtube
( )Instagram / IGTV
( )Facebook
( )TikTok
( )Google Meet, Zoom etc.
( )Outros: _____
6.3 Informe aqui os links dessas plataformas:
Caso você tenha marcado os itens 1 e 3 (Presencial e Híbrido):
6.4 De que forma aconteceram as ações e atividades presenciais do projeto?
( )1. Fixas, sempre no mesmo local.
( )2. Itinerantes, em diferentes locais.
( )3. Principalmente em um local base, mas com ações também em outros locais.
No item 6.4 caso você tenha marcado o item 1 (Fixas):
6.5 Em que município o projeto aconteceu?
6.7 Em que área do município o projeto foi realizado?
Você pode marcar mais de uma opção.
( )Zona urbana central.
( )Zona urbana periférica.
( )Zona rural.
( )Área de vulnerabilidade social.
( )Unidades habitacionais.
( )Territórios indígenas (demarcados ou em processo de demarcação).
( )Comunidades quilombolas (terra titulada, em processo de titulação, com registro na Fundação Palmares).
( )Áreas atingidas por barragem.
( )Território de povos e comunidades tradicionais (ribeirinhos, louceiros, cipozeiro, pequizeiros, vazanteiros, povos do mar etc.).
( )Outros: _____
__
6.8 Onde o projeto foi realizado?
Você pode marcar mais de uma opção.
( )Equipamento cultural público municipal.
( )Equipamento cultural público estadual.
( )Espaço cultural independente.
( )Escola.
( )Praça.
( )Rua.
( )Parque.
( )Outros
No item 6.4 caso você tenha marcado o item 2 (itinerante):
6.9 Em quais municípios o projeto aconteceu?
6.10 Em quais áreas o projeto foi realizado?
Você pode marcar mais de uma opção.
( )Zona urbana central.
( )Zona urbana periférica.
( )Zona rural.
( )Área de vulnerabilidade social.
( )Unidades habitacionais.
( )Territórios indígenas (demarcados ou em processo de demarcação).
( )Comunidades quilombolas (terra titulada, em processo de titulação, com registro na Fundação Palmares).
( )Áreas atingidas por barragem.
( )Território de povos e comunidades tradicionais (ribeirinhos, louceiros, cipozeiro, pequizeiros, vazanteiros, povos do mar etc.).
( )Outros: _____
__
6.11 Onde o projeto foi realizado?
Você pode marcar mais de uma opção.
( )Equipamento cultural público municipal.
( )Equipamento cultural público estadual.
( )Espaço cultural independente.
( )Escola.
( )Praça.
( )Rua.
( )Parque.
( )Outros _____
No item 6.4 caso você tenha marcado o item 3 (Base):
6.12 Em quais municípios o projeto aconteceu?
6.13 Em quais áreas o projeto foi realizado?
Você pode marcar mais de uma opção.
( )Zona urbana central.
( )Zona urbana periférica.
( )Zona rural.
( )Área de vulnerabilidade social.
( )Unidades habitacionais.
( )Territórios indígenas (demarcados ou em processo de demarcação).
( )Comunidades quilombolas (terra titulada, em processo de titulação, com registro na Fundação Palmares).
( )Áreas atingidas por barragem.
( )Território de povos e comunidades tradicionais (ribeirinhos, louceiros, cipozeiro, pequizeiros, vazanteiros, povos do mar etc.).
( )Outros: _____
__
6.14 Onde o projeto foi realizado?
Você pode marcar mais de uma opção.
( )Equipamento cultural público municipal.
( )Equipamento cultural público estadual.
( )Espaço cultural independente.
( )Escola.
( )Praça.
( )Rua.
( )Parque.
( )Outros_____

7. DIVULGAÇÃO DO PROJETO
Informe como o projeto foi divulgado. Ex.: Divulgado no instagram

8. CONTRAPARTIDA
Descreva como a contrapartida foi executada, quando foi executada e onde foi executada.

9. TÓPICOS ADICIONAIS
Inclua aqui informações relevantes que não foram abordadas nos tópicos anteriores, se houver.

10. ANEXOS
Junte documentos que comprovem que você executou o projeto, tais como listas de presença, relatório fotográfico, vídeos, depoimentos, entre outros.

Nome
Assinatura do Agente Cultural Proponente

ANEXO V
DECLARAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DE GRUPO OU COLETIVO
OBS.: Essa declaração deve ser preenchida somente por proponentes que sejam um grupo ou coletivo sem personalidade jurídica, ou seja, sem CNPJ.
GRUPO ARTÍSTICO:
NOME DO REPRESENTANTE INTEGRANTE DO GRUPO OU COLETIVO ARTÍSTICO:
DADOS PESSOAIS DO REPRESENTANTE: [IDENTIDADE, CPF, E-MAIL E TELEFONE]
Os declarantes abaixo-assinados, integrantes do grupo artístico [NOME DO GRUPO OU COLETIVO], elegem a pessoa indicada no campo "REPRESENTANTE" como único e representante neste edital, outorgando-lhe poderes para fazer cumprir todos os procedimentos exigidos nas etapas do edital, inclusive assinatura de recibo, troca de comunicações, podendo assumir compromissos, obrigações, transigir, receber pagamentos e dar quitação, renunciar direitos e qualquer outro ato relacionado ao referido edital. Os declarantes informam que não incorrem em quaisquer das vedações do item de participação previstas no edital.
.

NOME DO INTEGRANTE	DADOS PESSOAIS	ASSINATURAS

[LOCAL]
[DATA]

ANEXO VI
DECLARAÇÃO ÉTNICO-RACIAL
(Para agentes culturais concorrentes às cotas étnico-raciais – negros ou indígenas)
Eu, _____
_____, CPF nº_____, RG nº

_____, DECLARO para fins de participação no Edital (Nome ou número do edital) que sou _____ _____(informar se é NEGRO OU INDÍGENA).

Por ser verdade, assino a presente declaração e estou ciente de que a apresentação de declaração falsa pode acarretar desclassificação do edital e aplicação de sanções criminais.

NOME

ASSINATURA DO DECLARANTE

ANEXO VII
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

Nome do Proponente:
Nº de Registro no Mapa Cultural:
Nome do projeto:
Nº de inscrição:

META /ETAPA 1						
Descrição do item	**Justificativa**	**Unidade de medida**	**Valor unitário**	**Quantidade**	**Valor total**	**Referência de preço**
Ex.: Fotógrafo	Profissional necessário para registro da oficina	Serviço	R$1.100,00	1	R$1.100,00	. Salicnet . Praticado no mercado
META /ETAPA 2						
Ex. Ampliações das imagens	Serviço necessário para exposição	und	R$50,00	1	R$50,00	. Salicnet . Praticado no mercado

Preencha a tabela informando todas as despesas indicando as metas/etapas às quais elas estão relacionadas (ex. pré-produção, produção, execução)

Deve haver a indicação do parâmetro de preço (Ex.: preço estabelecido no SALICNET, 3 orçamentos, etc),utilizado com a referência específica do item de despesa, conforme exemplo.

Adicione quantas linhas forem necessárias para etapas e itens do seu orçamento.

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 012/2023 – CIRCO – LEI PAULO GUSTAVO
EDITAL DE SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA LEI COMPLEMENTAR 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO) – CIRCO

Este Edital é realizado com recursos do Governo Federal repassados por meio da Lei Complementar nº 195/2022 - Lei Paulo Gustavo.

A Lei Paulo Gustavo (LGP) viabiliza o maior investimento direto no setor cultural da história do Brasil e simboliza o processo de resistência da classe artística durante a pandemia de Covid-19, que limitou severamente as atividades do setor cultural.

É, ainda, uma homenagem a Paulo Gustavo, artista símbolo da categoria, vitimado pela doença.

As condições para a execução da Lei Paulo Gustavo foram criadas por meio do engajamento da sociedade e o presente edital destina-se a apoiar projetos apresentados pelos agentes culturais do segmento de CIRCO.

Deste modo, a Secretaria de Cultura do Estado do Pará – SECULT/PA, torna público o presente edital elaborado com base na Lei Complementar 195/2022, no Decreto 11.525/2023 e no Decreto 11.453/2023 e no Termo de Fomento 061, celebrado com a OSC ACADEMIA PARAENSE DE MÚSICA, entidade parceira na execução das ações deste edital.

Na realização deste edital estão asseguradas medidas de democratização, desconcentração, descentralização e regionalização do investimento cultural, com a implementação de ações afirmativas, fundamentado na previsão do Decreto nº 11.525, de 11 de maio de 2023 (Decreto de Regulamentação da Lei Paulo Gustavo), em seus artigos 14, 15 e 16.

1. OBJETO

O objeto deste Edital é a seleção de **13 (treze)** propostas culturais do segmento de Circo, para receberem apoio financeiro, com o objetivo de incentivar o referido segmento no estado do Pará. A distribuição dos recursos será realizada de acordo com as modalidades descritas no item 1.1.

1.1 Modalidade Fomento:

1.1.1 Categoria 01: **08 (oito)** projetos artísticos no valor individual de até **R$38.000,0**0 **(trinta e oito mil reais)**, destinados à projetos culturais voltados para circos de lona.

1.1.2 Categoria 02: **5 (cinco)** projetos artísticos para trupes ou grupos circenses no valor individual de **até R$20.900,00 (vinte mil e novecentos reais)**, voltados para a montagem, renovação ou circulação de espetáculos.

1.2. Caso o valor destinado à atividade inicialmente previsto não seja utilizado integralmente, poderão ser convocados mais proponentes aprovados.

1.3. Havendo sobra de recursos em uma das atividades o saldo remanescente poderá ser remanejado para contemplar propostas de outras faixas deste edital.

1.3.1. O remanejamento deverá priorizar as faixas que possuam maior demanda de propostas de proponentes na condição de suplente, bem como respeitar as cotas reservadas às pessoas negras e indígenas e, quando possível, a ordem de classificação e as cotas de regionalização.

1.4. No caso de sobra de recurso neste edital, o saldo remanescente deste poderá ser utilizado para contemplar os(as) proponentes com propostas selecionadas em outros Editais da Lei Paulo Gustavo publicados pela Secretaria de Cultura do Estado do Pará, priorizando aqueles com maior demanda.

1.5. O valor inicialmente disponível para este Edital poderá ser ampliado, caso haja sobra de recursos de outros Editais publicados pela Secretaria de Cultura no âmbito da Lei Paulo Gustavo ou do recebimento de recursos da Lei Paulo Gustavo não executados pelos municípios.

2. VALORES

2.1 O valor total disponibilizado para este Edital é de **R$408.500,00** (quatrocentos e oito mil e quinhentos reais) para projetos de fomento da LPG.

3. QUEM PODE SE INSCREVER

3.1 Pode se inscrever no Edital qualquer agente cultural residente e domiciliado no Estado do Pará há pelo menos 2 (dois) anos.

3.1.1. A comprovação de residência é dispensada na forma descrita no item 14.2.1.1.

3.2 Em regra, o agente cultural pode ser:

I - Pessoa física ou Microempreendedor Individual (MEI)

II - Pessoa jurídica com fins lucrativos (Ex.: empresa de pequeno porte, empresa de grande porte, etc)

III - Pessoa jurídica sem fins lucrativos (Ex.: Associação, Fundação, Cooperativa, etc)

IV - Coletivo/Grupo sem CNPJ representado por pessoa física.

3.3 O proponente é o agente cultural responsável pela inscrição do projeto no Mapa Cultural.

3.4 Na hipótese de agentes culturais que atuem como grupo ou coletivo cultural sem constituição jurídica (ou seja, sem CNPJ), será indicada pessoa física como responsável legal para o ato da assinatura do Termo de Execução Cultural e a representação será formalizada em declaração assinada pelos demais integrantes do grupo ou coletivo, podendo ser utilizado o modelo constante no Anexo V.

3.5 O proponente não pode exercer apenas funções administrativas no âmbito do projeto e deve exercer necessariamente a função de criação, ou direção, ou produção, ou coordenação, ou gestão artística, ou outra função de destaque e capacidade de decisão no projeto.

4. QUEM NÃO PODE SE INSCREVER

4.1 Não pode se inscrever neste Edital, proponentes que:

I - tenham se envolvido diretamente na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento de recursos;

II - sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de servidor público do órgão responsável pelo edital, nos casos em que o referido servidor tiver atuado na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento de recursos; e

III - sejam membros do Poder Legislativo (Deputados, Senadores, Vereadores), do Poder Judiciário (Juízes, Desembargadores, Ministros), do Ministério Público (Promotor, Procurador); do Tribunal de Contas (Auditores e Conselheiros).

IV - Proponentes inadimplentes com prestação de contas de editais realizados pela Secult e organizações da sociedade civil parceiras, com recursos da Lei Aldir Blanc.

4.2 O agente cultural que integrar Conselho de Cultura poderá concorrer neste Edital para receber recursos do fomento cultural, exceto quando se enquadrar nas vedações previstas no item 4.1.

4.3 Quando se tratar de proponentes pessoas jurídicas, estarão impedidas de apresentar projetos aquelas cujos sócios, diretores e/ou administradores se enquadrarem nas situações descritas no tópico 4.1.

4.4 A participação de agentes culturais nas oitivas e consultas públicas não caracteriza o envolvimento direto na etapa de elaboração do edital de que trata o subitem I do item 4.1.

5. COTAS

5.1 Ficam garantidas cotas étnico-raciais em todas as categorias do edital, nas seguintes proporções e ordenamento de selecionados:

I) 50% para mulheres (cis e trans);

II) 30% (trinta por cento) para propostas de Região de Integração do Guajará (onde se localiza a capital do Estado) e 70% (setenta por cento) para propostas advindas das demais Regiões do Estado

III) No mínimo 20% para pessoas negras (pretas e pardas); e

IV) no mínimo 10% para pessoas indígenas.

5.2 Os agentes culturais que optarem por concorrer às cotas para pessoas negras (pretas e pardas) e indígenas concorrerão concomitantemente às vagas destinadas à ampla concorrência, ou seja concorrerão ao mesmo tempo nas vagas da ampla concorrência e nas vagas reservadas às cotas, podendo ser selecionado de acordo com a sua nota ou classificação no processo seleção.

5.3 Os agentes culturais negros (pretos e pardos) e indígenas optantes por concorrer às cotas (opção presente na ficha de incrição dos projetos) que atingirem nota suficiente para se classificar no número de vagas oferecidas para ampla concorrência não ocuparão as vagas destinadas para o preenchimento das cotas, ou seja, serão selecionados nas vagas da ampla concorrência, ficando a vaga da cota para o próximo colocado optante pela cota.

5.4 Em caso de desistência de optantes aprovados nas cotas, a vaga não preenchida deverá ser ocupada por pessoa que concorreu às cotas de acordo com a ordem de classificação.

5.5 No caso de não existirem propostas aptas em número suficiente para o cumprimento de uma das categorias de cotas previstas na seleção, o número de vagas restantes deverá ser destinado inicialmente para a outra categoria de cotas.

5.6 Caso não haja outra categoria de cotas de que trata o item 5.5, as vagas não preenchidas deverão ser direcionadas para a ampla concorrência, sendo direcionadas para os demais candidatos aprovados, de acordo com a ordem de classificação.

5.7 Para concorrer às cotas, os agentes culturais deverão autodeclarar-se no ato da inscrição usando a autodeclaração étnico-racial de que trata o Anexo VI.

5.8 Caso necessário, para fins de verificação da autodeclaração, poderá ser solicitada Carta Consubstanciada, que será analisada por um comitê formado por membros de entidades representativas.

5.9 As pessoas jurídicas e coletivos sem constituição jurídica podem concorrer às cotas, desde que preencham algum dos requisitos abaixo:

I – pessoas jurídicas que possuem quadro societário majoritariamente composto por pessoas negras (pretas e pardas) ou indígenas;
II – pessoas jurídicas ou grupos e coletivos sem constituição jurídica que possuam pessoas negras (pretas e pardas) ou indígenas em posições de liderança no projeto cultural; e
III – pessoas jurídicas ou coletivos sem constituição jurídica que possuam equipe do projeto cultural majoritariamente composta por pessoas negras (pretas e pardas) ou indígenas.
5.10 As pessoas físicas que compõem a equipe da pessoa jurídica e o grupo ou coletivo sem constituição jurídica devem se submeter aos regramentos descritos nos itens acima, observando o item 5.7.

6. PRAZO PARA SE INSCREVER

6.1 Para se inscrever no Edital, o proponente deve enviar toda documentação obrigatória relatada no 7.3, entre os dias 12 de setembro e 12 de outubro de 2023, exclusivamente através da plataforma Mapa Cultural do Pará, no endereço eletrônico http://www.mapacultural.pa.gov.br/lpg/circo.
1.2. Para efeito de inscrição todos os proponentes deverão estar cadastrados no mapa cultural.pa.gov.br.
1.3. Todas as informações fornecidas no ato da inscrição deverão ser verídicas e atualizadas. Não serão aceitas propostas entregues presencialmente na sede da SECULT, ou da executora do certame, ou materiais postados via Correios.
1.4. Os proponentes que já têm cadastro no Mapa Cultural do Pará não precisam fazer novo cadastro, podendo atualizar informações que julgarem necessárias até a data de envio de sua inscrição.
1.5. O ato de inscrição pressupõe plena concordância dos termos, cláusulas e condições deste edital e de seus anexos, que passarão a integrar as obrigações, bem como a observância dos regulamentos administrativos e das normas técnicas aplicáveis, não sendo aceita, sob qualquer hipótese, alegação de seu desconhecimento em qualquer fase do procedimento administrativo e execução dos serviços.
1.6. Os anexos que compõem este edital deverão ser assinados de maneira física ou eletrônica, com o encaminhamento na forma digital no ato de inscrição anexados no formato PDF.
6.7. As inscrições feitas em desacordo com os prazos e demais exigências do presente edital serão indeferidas.
1.8 Não serão aceitas complementações, modificações ou substituições de dados e de anexos à inscrição, depois de finalizada.
1.9 É vedada a participação de órgãos públicos, escolas e fundações privadas.

7. COMO SE INSCREVER

7.1 O proponente deve preencher Ficha de Inscrição diretamente no http://www.mapacultural.pa.gov.br/lpg/circo.
7.2 O proponente deve encaminhar a documentação obrigatória de que trata o item 7.3 por meio do http://www.mapacultural.pa.gov.br/lpg/circo.
7.3 O proponente deve enviar a seguinte documentação para formalizar sua inscrição:
a) Projeto proposto;
b) Currículo / portfólio do proponente, com todas as comprovações;
c) Documentos pessoais do proponente CPF e RG (se Pessoa Física);
d) Inscrição no cadastro nacional de pessoa jurídica - CNPJ (se Pessoa Jurídica);
e) Atos constitutivos da empresa, qual seja o contrato social, nos casos de pessoas jurídicas com fins lucrativos, ou estatuto, nos casos de organizações da sociedade civil (se Pessoa Jurídica);
f) Comprovante de Endereço do proponente ou Declaração de Residência (no caso do proponente não possuir documento em seu nome)
g) Mini currículo dos integrantes do projeto e termo de anuência;
h) Todos os anexos solicitados no Edital, nos quais o proponente se enquadre.
i) Outros documentos que o proponente julgar necessário para auxiliar na avaliação do mérito cultural do projeto.
7.4 O proponente é responsável pelo envio dos documentos e pela qualidade visual, conteúdo dos arquivos e informações de seu projeto.
7.5 Cada Proponente poderá concorrer, e ser selecionado individualmente ou como representantes de coletivo, com apenas 1 (um) projeto, no máximo.
7.6 Os membros de grupos e coletivos podem concorrer isoladamente, desde que sejam com projetos diferentes.
7.7 Se houver inscrição de mais de um projeto do mesmo proponente, será considerado, para fins de seleção, o último enviado na plataforma.
7.8 Os projetos apresentados deverão conter previsão de execução não superior a 12 meses.
7.9 O proponente deve se responsabilizar pelo acompanhamento das atualizações/publicações pertinentes ao edital e seus prazos nos canais formais de comunicação da SECULT/PA.
7.10 As inscrições deste edital são gratuitas.
7.11 As propostas que apresentem quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade ou outras formas de discriminação serão desclassificadas, com fundamento no disposto no inciso IV do caput do art. 3º da Constituição, garantidos o contraditório e a ampla defesa.
Parágrafo único: A comprovação de residência poderá ser dispensada nas hipóteses de agentes culturais pertencentes à comunidade indígena, quilombola, cigana ou circense ou pertencentes à população nômade ou itinerante; que se encontrem em situação de rua.

8. PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DOS PROJETOS

8.1 O proponente deve preencher a planilha orçamentária presente no Anexo VII, informando como será utilizado o recurso financeiro recebido.
8.2 A estimativa de custos do projeto será prevista por categorias, sem a necessidade de detalhamento por item de despesa, conforme § 1º do art. 24 do Decreto 11.453/2023.
8.3 A compatibilidade entre a estimativa de custos do projeto e os preços praticados no mercado será avaliada pelos membros da comissão de seleção, de acordo com tabelas referenciais de valores, ou com outros métodos de verificação de valores praticados no mercado.
8.4 A estimativa de custos do projeto poderá apresentar valores divergentes das práticas de mercado convencionais na hipótese de haver significativa excepcionalidade no contexto de sua implementação, consideradas variáveis territoriais e geográficas e situações específicas, como a de povos indígenas, ribeirinhos, atingidos por barragens e comunidades quilombolas e tradicionais.
8.5 Os itens da planilha orçamentária poderão ser glosados, ou seja, vetados, total ou parcialmente, pela Comissão de Seleção, se, após análise, não forem considerados com preços compatíveis aos praticados no mercado ou forem considerados incoerentes e em desconformidade com o projeto apresentado.
8.6 Caso o proponente discorde dos valores glosados (vetados) poderá apresentar recurso na fase de mérito cultural, conforme dispõe o item 12.8.
8.7 O valor solicitado não poderá ser superior ao valor máximo destinado a cada modalidade, conforme item 1.2 do presente edital.

9. ACESSIBILIDADE

9.1 Os projetos devem contar com medidas de acessibilidade física, atitudinal e comunicacional compatíveis com as características dos produtos resultantes do objeto, nos termos do disposto na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência), de modo a contemplar:
I - no aspecto arquitetônico, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com mobilidade reduzida ou idosas aos locais onde se realizam as atividades culturais e a espaços acessórios, como banheiros, áreas de alimentação e circulação;
II - no aspecto comunicacional, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com deficiência intelectual, auditiva ou visual ao conteúdo dos produtos culturais gerados pelo projeto, pela iniciativa ou pelo espaço; e
III - no aspecto atitudinal, a contratação de colaboradores sensibilizados e capacitados para o atendimento de visitantes e usuários com diferentes deficiências e para o desenvolvimento de projetos culturais acessíveis desde a sua concepção, contempladas a participação de consultores e colaboradores com deficiência e a representatividade nas equipes dos espaços culturais e nas temáticas das exposições, dos espetáculos e das ofertas culturais em geral.
9.2 Especificamente para pessoas com deficiência, mecanismos de protagonismo e participação poderão ser concretizados também por meio das seguintes iniciativas, entre outras:
I - adaptação de espaços culturais com residências inclusivas;
II - utilização de tecnologias assistivas, ajudas técnicas e produtos com desenho universal;
III - medidas de prevenção e erradicação de barreiras atitudinais;
IV - contratação de serviços de assistência por acompanhante; ou
V - oferta de ações de formação e capacitação acessíveis a pessoas com deficiência.
9.3 Os projetos devem prever obrigatoriamente medidas de acessibilidade, sendo assegurado para essa finalidade no mínimo 10% do valor total do projeto.
9.4 A utilização do percentual mínimo de 10% de que trata o item 9.3 pode ser excepcionalmente dispensada quando:
I - for inaplicável em razão das características do objeto cultural,os cujo objeto seja o desenvolvimento de roteiro e licenciamento de obra audiovisual ; ou
II - quando o projeto já contemplar integralmente as medidas de acessibilidade compatíveis com as características do objeto cultural.
9.5 O proponente deve apresentar justificativa para os casos em que o percentual mínimo de 10% é inaplicável.

10. CONTRAPARTIDA

10.1 Os agentes culturais contemplados neste edital, com projetos de fomento, conforme item 1.2 deste edital, deverão garantir, como contrapartida, as seguintes medidas:
I - a realização de atividades destinadas, prioritariamente, aos alunos e professores de escolas públicas ou universidades, públicas ou privadas, que tenham estudantes do Programa Universidade para Todos (Prouni), bem como aos profissionais de saúde, preferencialmente aqueles envolvidos no combate à pandemia, e a pessoas integrantes de grupos e coletivos culturais e de associações comunitárias, ou de atividades em espaços públicos de sua comunidade, de forma gratuita; e
II - sempre que possível, exibições com interação popular por meio da internet ou exibições públicas, quando aplicável, com distribuição gratuita de ingressos para os grupos referidos no item I, em intervalos regulares.
10.2 A contrapartida deverá ser informada no Formulário de Inscrição e deve ser executada até dezembro de 2024.

11. ETAPAS DO EDITAL

11.1 A seleção dos projetos submetidos a este Edital será composta das seguintes etapas:
I - Análise de mérito cultural dos projetos: fase de análise do projeto realizada por comissão de seleção; e divulgação dos selecionados.
II - Habilitação: fase de apresentação e análise dos documentos do proponente, selecionados descritos no tópico 14; e divulgação dos habilitados.

12. ANÁLISE DE MÉRITO CULTURAL DOS PROJETOS

12.1 Entende-se por "Análise de mérito cultural" a identificação, tanto individual quanto sobre seu contexto social, de aspectos relevantes dos projetos culturais, concorrentes em uma mesma categoria de apoio, realizada por meio da atribuição fundamentada de notas aos critérios descritos neste edital.
12.2 Por análise comparativa compreende-se a análise não apenas dos itens individuais de cada projeto, mas de suas propostas, impactos e relevância em relação aos outros projetos inscritos na mesma categoria. A pontuação de cada projeto é atribuída em função desta comparação.
12.3 A análise dos projetos culturais será realizada por comissão de seleção formada por, no mínimo, 03 (três) pareceristas externos, com experiência no segmento cultural.
12.4 O membro da comissão que incorre em impedimento deve comunicar o fato à referida Comissão, abstendo-se de atuar, sob pena de nulidade dos

atos que praticar.
12.5 Para esta seleção serão considerados os critérios de pontuação estabelecidos no Anexo II deste edital.
12.6 Contra a decisão da fase de mérito cultural, caberá recurso destinado à Comissão de Seleção.
12.7 Os recursos de que tratam o item 12.8 deverão ser apresentados no prazo de 3 (três) dias úteis, conforme inciso III, do art. 16 do decreto 11.453/2023, a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação.
12.8 Os recursos devem ser encaminhados através do email recursoeditalmusicalpgpara@gmail.com, de 00h do dia 01/11/2023 até as 17h do dia 06/11/2023.
12.9 Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.
12.10 Após o julgamento dos recursos, o resultado final da análise de mérito cultural será publicado no Diário Oficial do Estado (DOE) contendo nome e CPF dos proponentes. A nota obtida e a justificativa serão publicadas no sítio eletrônico www.secult.pa.gov.br.

13. REMANEJAMENTO DOS RECURSOS
13.1.1 Não havendo número de propostas culturais selecionadas suficientes em uma modalidade, será selecionada a proposta de outra modalidade com maior quantidade de pontos, em ordem decrescente e levando em consideração o disposto no item 5 (Cotas).

14. ETAPA DE HABILITAÇÃO
14.1 Finalizada a etapa de análise de mérito cultural, o proponente do projeto contemplado deverá, no prazo de 06 (seis) dias úteis, apresentar os seguintes documentos através do Mapa Cultural, conforme sua natureza jurídica:
14.1.1 PESSOA FÍSICA
I - certidão negativa de débitos relativos a créditos tributários federais e Dívida Ativa da União;
II - certidões negativas de débitos relativas a créditos tributários estaduais e municipais, expedidas pela Secretaria da Fazendo do Pará (SEFA).
14.1.1.2 A comprovação de residência poderá ser dispensada nas hipóteses de agentes culturais:
I - pertencentes à comunidade indígena, quilombola, cigana ou circense;
II - pertencentes à população nômade ou itinerante; que se encontrem em situação de rua.
14.1.2 PESSOA JURÍDICA
I - certidão negativa de falência e recuperação judicial, expedida pelo Tribunal de Justiça estadual, nos casos de pessoas jurídicas com fins lucrativos;
II - certidão negativa de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
III - certidão negativa de débito estadual – Emitida pela SEFA/PA ;
IV - Certidão negativa municipal, expedidas pela Secretaria Municipal de finanças;
V - Certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - CRF/FGTS;
VI - certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, emitida no site do Tribunal Superior do Trabalho;
14.2 As certidões positivas com efeito de negativas servirão como certidões negativas, desde que não haja referência expressa de impossibilidade de celebrar instrumentos jurídicos com a administração pública.
14.3 Contra a decisão da fase de habilitação, caberá recurso fundamentado e específico destinado a SECULT/PA, através do email recursoeditalcircolpgpara@gmail.com, de 00h do dia 22/11/2023 até as 17h do dia 27/11/2023.
14.4 Os recursos de trata o item 14.3 deverão ser apresentados no prazo de 3 dias úteis a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação, não cabendo recurso administrativo da decisão após esta fase.
14.5 Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.
14.6 Caso o proponente esteja em débito com o ente público responsável pela seleção e com a União não será possível o recebimento dos recursos de que trata este Edital.

15. ASSINATURA DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL E RECEBIMENTO DOS RECURSOS
15.1 Finalizada a fase de habilitação, o agente cultural contemplado será convocado a assinar o Termo de Execução Cultural, conforme Anexo III deste Edital, de forma presencial ou eletrônica.
15.2 O Termo de Execução Cultural corresponde ao documento a ser assinado pelo agente cultural (proponente) selecionado neste Edital e pelo concedente, contendo as obrigações dos assinantes do Termo.
15.3 Após a assinatura do Termo de Execução Cultural, o agente cultural receberá os recursos, com desembolso único, em até 30 (trinta) dias, EXCLUSIVAMENTE EM CONTA CORRENTE de qualquer banco, aberta especificamente para este fim.
15.3.1 A conta bancária da instituição financeira não deverá ter cobrança de tarifas.
15.3.2 Não serão aceitas contas poupança, conta salário, contas de recebimento de auxílio social do Governo (bolsa família, por exemplo).
15.4 A assinatura do Termo de Execução Cultural e o recebimento do apoio estão condicionados à existência de disponibilidade orçamentária e financeira, caracterizando a seleção como expectativa de direito do proponente.
15.5 O agente cultural deve assinar e enviar o Termo de Execução Cultural em até 2 (dois) dias úteis após envio da concedente, conforme previsto no cronograma, sob pena de perda do apoio financeiro e convocação do suplente para assumir sua vaga.

16. DIVULGAÇÃO DOS PROJETOS
16.1 Os contemplados comprometem-se a incluir nos créditos de todo material de divulgação, as logomarcas da SECULT-PA/ Governo do Estado, do Ministério da Cultura/ Governo Federal, obedecendo aos critérios de veiculação das logomarcas estabelecidas de forma padronizada, que estarão à disposição no site www.secult.pa.gov.br, e deverão incluir também a frase: "**Projeto selecionado pelo 'Edital de Circo – Lei Paulo Gustavo"**.
16.1 Os produtos artístico-culturais e as peças de divulgação dos projetos exibirão as marcas do Governo federal, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura e SECULT-PA.
16.2 O material de divulgação dos projetos e seus produtos deve ser disponibilizado em formatos acessíveis a pessoas com deficiência e conterá informações sobre os recursos de acessibilidade disponibilizados.
16.3 O material de divulgação dos projetos deve ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, e não pode conter nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal.

17. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS
17.1 Os procedimentos de monitoramento e avaliação dos projetos culturais contemplados, assim como prestação de informação à administração pública, observarão o Decreto 11.453/2023 (Decreto de Fomento), que dispõe sobre os mecanismos de fomento do sistema de financiamento à cultura, observadas às exigências legais de simplificação e de **foco no cumprimento do objeto.**
17.2 O agente cultural deve prestar contas por meio da apresentação do Relatório Final de Execução do Objeto, conforme documento constante no Anexo IV e orientação contida no Decreto nº11.453/2023, artigo 29, inciso 2 que versa sobre a prestação de informações em relatório de execução do objeto.
Parágrafo único: Em caso de realizador do edital considerar que não foi possível aferir o cumprimento integral do objeto no Relatório Final de Execução, e que as justificativas apresentadas sobre o cumprimento parcial do objeto não foram suficientes, lhe é facultado o direito de requisitar o Relatório de Execução Financeira com as devidas comprovações (nota fiscal, recibos e documento congêneres), conforme contido no inciso 3 do artigo 29 e no inciso 3 do parágrafo II do artigo 30.
17.3 O Relatório Final de Execução do Objeto deve ser apresentado até 31 de dezembro de 2024, com o fim da vigência do Termo de Execução Cultural.

18. DISPOSIÇÕES FINAIS
18.1 O acompanhamento de todas as etapas deste Edital e a observância quanto aos prazos serão de inteira responsabilidade dos proponentes. Para tanto, deverão ficar atentos às publicações no sitio eletrônico www.secult.pa.gov.br, no Diário Oficial do Estado e nas mídias sociais oficiais da SECULT.
18.2 O presente Edital e os seus anexos estão disponíveis no site http://www.mapacultural.pa.gov.br/lpg/circo.
18.3 Toda relação do proponente com o edital deverá ser através da plataforma mapa cultural, do e-mail editalmusicalpgpara@gmail.com e do telefone Whatsapp (91) 9 9175-5577.
18.4 Os casos omissos porventura existentes ficarão a cargo da Secretária de Estado de Cultura.
18.5 Eventuais irregularidades relacionadas aos requisitos de participação, constatadas a qualquer tempo, implicarão na desclassificação do proponente.
18.6 O proponente será o único responsável pela veracidade da proposta e documentos encaminhados, isentando a SECULT de qualquer responsabilidade civil ou penal.
18.7 O apoio concedido por meio deste Edital poderá ser acumulado com recursos captados por meio de leis de incentivo fiscal e outros programas e/ou apoios federais, estaduais e municipais.
18.8 A inscrição implica no conhecimento e concordância dos termos e condições previstos neste Edital, na Lei Complementar 195/2022 (Lei Paulo Gustavo), no Decreto 11.525/2023 (Decreto Paulo Gustavo) e no Decreto 11.453/2023 (Decreto de Fomento).
19. CRONOGRAMA

ETAPA	DATA INICIAL	DATA FINAL
1- Publicação do edital	**12/09/2023**	
2- Inscrições	12/09/2023	12/10/2023
3- Resultado Preliminar de Selecionados	31/10/2023	
4- Período de recurso	01/11/2023	06/11/2023
5- Homologação do Resultado Final	09/11/2023	
6- Entrega de Documentos dos selecionados	09/11/2023	16/11/2023
7- Resultado Preliminar de Habilitados	21/11/2023	
8- Período de recurso de Habilitação	22/11/2023	27/11/2023
9- Período de pagamento dos selecionados	28/11/2023	29/12/2023
10-Execução de projeto	até 31/12/2024	
11-Relatório Final de Execução do Objeto	até 31/12/2024	

20. ANEXOS:
20.1 Compõem este Edital os seguintes anexos:
Anexo I - Formulário de Inscrição/Plano de Trabalho;
Anexo II - Critérios de seleção
Anexo III - Termo de Execução Cultural;
Anexo IV - Relatório de Execução do Objeto;
Anexo V - Declaração de representação de grupo ou coletivo; e
Anexo VI - Declaração étnico-racial
Anexo VII – Planilha Orçamentária

ANEXO I

FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO (DISPONÍVEL NO MAPA)
1. DADOS DO PROPONENTE
Proponente é pessoa física ou pessoa jurídica?
( ) Pessoa Física
( ) Pessoa Jurídica
PARA PESSOA FÍSICA:
Nome Completo:
Nome artístico ou nome social (se houver):
CPF:
RG:
Data de nascimento:
E-mail:
Telefone:
Endereço completo:
CEP:
Cidade:
Estado:
Você reside em quais dessas áreas?
( ) Zona urbana central
( ) Zona urbana periférica
( ) Zona rural
( ) Área de vulnerabilidade social
( ) Unidades habitacionais
( ) Territórios indígenas (demarcados ou em processo de demarcação)
( ) Comunidades quilombolas (terra titulada ou em processo de titulação, com registro na Fundação Palmares)
( ) Áreas atingidas por barragem
( ) Território de povos e comunidades tradicionais (ribeirinhos, louceiros, cipozeiro, pequizeiros, vazanteiros, povos do mar etc.).
Pertence a alguma comunidade tradicional?
( ) Não pertenço a comunidade tradicional
( ) Comunidades Extrativistas
( ) Comunidades Ribeirinhas
( ) Comunidades Rurais
( ) Indígenas
( ) Povos Ciganos
( ) Pescadores(as) Artesanais
( ) Povos de Terreiro
( ) Quilombolas
( ) Outra comunidade tradicional
Gênero:
( ) Mulher cisgênero
( ) Homem cisgênero
( ) Mulher Transgênero
( ) Homem Transgênero
( ) Pessoa Não Binária
( ) Não informar
Raça, cor ou etnia:
( ) Branca
( ) Preta
( ) Parda
( ) Indígena
( ) Amarela
Você é uma Pessoa com Deficiência - PCD?
( ) Sim
( ) Não
Caso tenha marcado "sim", qual tipo de deficiência?
( ) Auditiva
( ) Física
( ) Intelectual
( ) Múltipla
( ) Visual
Qual o seu grau de escolaridade?
( ) Não tenho Educação Formal
( ) Ensino Fundamental Incompleto
( ) Ensino Fundamental Completo
( ) Ensino Médio Incompleto
( ) Ensino Médio Completo
( ) Curso Técnico Completo
( ) Ensino Superior Incompleto
( ) Ensino Superior Completo
( ) Pós Graduação Completo
Qual a sua renda mensal fixa individual (média mensal bruta aproximada) nos últimos 3 meses?
(Calcule fazendo uma média das suas remunerações nos últimos 3 meses. Em 2023, o salário mínimo foi fixado em R$ 1.320,00.)
( ) Nenhuma renda.
( ) Até 1 salário mínimo
( ) De 1 a 3 salários mínimos
( ) De 3 a 5 salários mínimos
( ) De 5 a 8 salários mínimos
( ) De 8 a 10 salários mínimos
( ) Acima de 10 salários mínimos
Você é beneficiário de algum programa social?
( ) Não
( ) Bolsa família
( ) Benefício de Prestação Continuada
( ) Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
( ) Garantia-Safra
( ) Seguro-Defeso
( ) Outro
Vai concorrer às cotas afirmativas?
( ) Sim ( ) Não
Se sim. Qual?
( ) Pessoa negra
( ) Pessoa indígena
Qual a sua principal função/profissão no campo artístico e cultural?
( ) Artista.
( ) Instrutor(a), oficineiro(a), educador(a) artístico(a)-cultural e afins.
( ) Curador(a), Programador(a) e afins.
( ) Gestor(a)
( ) Técnico(a)
( ) Consultor(a), Pesquisador(a) e afins.
( )_____Outro(a)s
Você está representando um coletivo (sem CNPJ)?
( ) Não
( ) Sim
Caso tenha respondido "sim":
Nome do coletivo:
Ano de Criação:
Quantas pessoas fazem parte do coletivo?
Nome completo e CPF das pessoas que compõem o coletivo:
PARA PESSOA JURÍDICA:
Razão Social:
Nome fantasia:
CNPJ:
Endereço da sede:
Cidade:
Estado:
Número de representantes legais:
Nome do representante legal:
CPF do representante legal:
E-mail do representante legal:
Telefone do representante legal:
Gênero do representante legal
( ) Mulher cisgênero
( ) Homem cisgênero
( ) Mulher Transgênero
( ) Homem Transgênero
( ) Não Binária/Binárie
( ) Não informar
Raça/cor/etnia do representante legal
( ) Branca
( ) Preta
( ) Parda
( ) Amarela
( ) Indígena
Representante legal é pessoa com deficiência - PCD?
( ) Sim
( ) Não
Caso tenha marcado "sim" qual o tipo de deficiência?
( ) Auditiva
( ) Física
( ) Intelectual
( ) Múltipla
( ) Visual
Escolaridade do representante legal
( ) Não tenho Educação Formal
( ) Ensino Fundamental Incompleto
( ) Ensino Fundamental Completo
( ) Ensino Médio Incompleto
( ) Ensino Médio Completo
( ) Curso Técnico completo
( ) Ensino Superior Incompleto
( ) Ensino Superior Completo
( ) Pós Graduação completo
2. DADOS DO PROJETO
Nome do Projeto:
Escolha a categoria a que vai concorrer:
Quais atividades e/ou produtos estão previstos no seu projeto? Por favor, quantifique.
Bolsa para desenvolvimento de processos criativos
Capacitação
Catálogo
Curso livre
Curso regular
Encontro
Evento cultural
Exibição
Exposição
Feira
Festival
Fomento
Fotografia
Live
Mostra
Obra
Oficina
Palestra
Pesquisa
Podcast
Premiação
Produção de publicações
Projeto
Publicação
Restauro
Seminário
Site
Vídeo
Vivência

Descrição do projeto
(Na descrição, você deve apresentar informações gerais sobre o seu projeto. Algumas perguntas orientadoras: O que você realizará com o projeto? Porque ele é importante para a sociedade? Como a ideia do projeto surgiu? Conte sobre o contexto de realização.)
Objetivos do projeto
(Neste campo, você deve propor objetivos para o seu projeto, ou seja, deve informar o que você pretende alcançar com a realização do projeto. É importante que você seja breve e proponha entre três a cinco objetivos.)
Metas
(Neste espaço, é necessário detalhar os objetivos em pequenas ações e/ou resultados que sejam quantificáveis. Por exemplo: Realização de 02 oficinas de artes circenses; Confecção de 80 figurinos; 120 pessoas idosas beneficiadas.)
Perfil do público a ser atingido pelo projeto
(Preencha aqui informações sobre as pessoas que serão beneficiadas ou participarão do seu projeto. Perguntas orientadoras: Quem vai ser o público do seu projeto? Essas pessoas são crianças, adultas e/ou idosas? Elas fazem parte de alguma comunidade? Qual a escolaridade delas? Elas moram em qual local, bairro e/ou região? No caso de públicos digitais, qual o perfil das pessoas a que seu projeto se direciona?)
Sua ação cultural é voltada prioritariamente para algum destes perfis de público?
Pessoas vítimas de violência
Pessoas em situação de pobreza
Pessoas em situação de rua (moradores de rua)
Pessoas em situação de restrição e privação de liberdade (população carcerária)
Pessoas com deficiência
Pessoas em sofrimento físico e/ou psíquico
Mulheres
Gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transgêneros e transexuais
Povos e comunidades tradicionais
Negros e/ou negras
Ciganos
Indígenas
Não é voltada especificamente para um perfil, é aberta para todos
Outros
Medidas de acessibilidade empregadas no projeto
(Marque quais medidas de acessibilidade serão implementadas ou estarão disponíveis para a participação de Pessoas com deficiência - PCD´s, tais como, intérprete de libras, audiodescrição, entre outras medidas de acessibilidade a pessoas com deficiência, idosos e mobilidade reduzida, conforme Instrução Normativa nº xxxx.)
Acessibilidade arquitetônica:
( ) rotas acessíveis, com espaço de manobra para cadeira de rodas;
( ) piso tátil;
( ) rampas;
( ) elevadores adequados para pessoas com deficiência;
( ) corrimãos e guarda-corpos;
( ) banheiros femininos e masculinos adaptados para pessoas com deficiência;
( ) vagas de estacionamento para pessoas com deficiência;
( ) assentos para pessoas obesas;
( ) iluminação adequada;
( ) Outra _____
Acessibilidade comunicacional:
( ) a Língua Brasileira de Sinais - Libras;
( ) o sistema Braille;
( ) o sistema de sinalização ou comunicação tátil;
( ) a audiodescrição;
( ) as legendas;
( ) a linguagem simples;
( ) textos adaptados para leitores de tela; e
( ) Outra _____
Acessibilidade atitudinal:
( ) capacitação de equipes atuantes nos projetos culturais;
( ) contratação de profissionais com deficiência e profissionais especializados em acessibilidade cultural;
( ) formação e sensibilização de agentes culturais, público e todos os envolvidos na cadeia produtiva cultural; e
( ) outras medidas que visem a eliminação de atitudes capacitistas.
Informe como essas medidas de acessibilidade serão implementadas ou disponibilizadas de acordo com o projeto proposto.
Local onde o projeto será executado
Informe os espaços culturais e outros ambientes onde a sua proposta será realizada. É importante informar também os municípios e Estados onde ela será realizada.
Previsão do período de execução do projeto
Data de início:
Data final:
Equipe
Informe quais são os profissionais que atuarão no projeto, conforme quadro a seguir:

Nome do profissional / empresa	Função no projeto	CPF/CNPJ	Pessoa negra?	Pessoa índigena?	Pessoa com deficiência?	[INSERIR MAIS COLUNAS, SE NECESSÁRIO]
Ex.: João Silva	Curador	123456789101	Sim/Não	Sim/Não	Sim/Não	

Cronograma de Execução
Descreva os passos a serem seguidos para execução do projeto.

Atividade Geral	Etapa	Descrição	Início	Fim	[INSERIR MAIS COLUNAS, SE NECESSÁRIO]
Ex: Comunicação	Pré-produção	Divulgação do projeto nos veículos de imprensa	11/10/2023	11/11/2023	

Estratégia de divulgação
Apresente os meios que serão utilizados para divulgar o projeto. ex.: impulsionamento em redes sociais.
Contrapartida
Neste campo, descreva qual contrapartida será realizada, quando será realizada, e onde será realizada.
Projeto possui recursos financeiros de outras fontes? Se sim, quais?
(Informe se o projeto prevê apoios financeiros tais como cobrança de ingressos, patrocínio e/ou outras fontes de financiamento. Caso positivo, informe a previsão de valores e onde serão empregados no projeto.)
( ) Não, o projeto não possui outras fontes de recursos financeiros
( ) Apoio financeiro municipal
( ) Apoio financeiro estadual
( ) Recursos de Lei de Incentivo Municipal
( ) Recursos de Lei de Incentivo Estadual
( ) Recursos de Lei de Incentivo Federal
( ) Patrocínio privado direto
( ) Patrocínio de instituição internacional
( ) Doações de Pessoas Físicas
( ) Doações de Empresas
( ) Cobrança de ingressos
( ) Outros
Se o projeto tem outras fontes de financiamento, detalhe quais são, o valor do financiamento e onde os recursos serão empregados no projeto.
O projeto prevê a venda de produtos/ingressos?
(Informe a quantidade dos produtos a serem vendidos, o valor unitário por produto e o valor total a ser arrecadado. Detalhe onde os recursos arrecadados serão aplicados no projeto.)
3. PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
Preencha a tabela informando todas as despesas indicando as metas/etapas às quais elas estão relacionadas.
Deve haver a indicação do parâmetro de preço (Ex.: preço estabelecido no SALICNET, 3 orçamentos, etc) utilizado com a referência específica do item de despesa, conforme exemplo abaixo.

Descrição do item	Justificativa	Unidade de medida	Valor unitário	Quantidade	Valor total	Referência de preço
Ex.: Fotógrafo	Profissional necessário para registro da oficina	Serviço	R$1.100,00	1	R$1.100,00	Salicnet – Oficina/ workshop/seminário Audiovisual – Brasília – Fotografia Artística – Serviço

4. DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS A SEREM ANEXADOS
Encaminhe junto a esse formulário os seguintes documentos:
RG e CPF do proponente
Currículo do proponente
Mini currículo dos integrantes do projeto
[OUTROS DOCUMENTOS QUE FOREM OBRIGATÓRIOS DE ACORDO COM AS CATEGORIAS]

ANEXO II
CRITÉRIOS UTILIZADOS NA AVALIAÇÃO DE MÉRITO CULTURAL

As comissões de seleção atribuirão notas de 0 a 10 pontos a cada um dos critérios de avaliação de cada projeto, conforme tabela a seguir:

CRITÉRIOS OBRIGATÓRIOS PARA PROJETOS DE FOMENTO		
Identificação do Critério	**Descrição do Critério**	**Pontuação Máxima**
A	**Qualidade do Projeto - Coerência do objeto, objetivos, justificativa e metas do projeto** A análise deverá considerar, para fins de avaliação e valoração, se o conteúdo do projeto apresenta, como um todo, coerência, observando o objeto, a justificativa e as metas, sendo possível visualizar de forma clara os resultados que serão obtidos.	10
B	**Relevância da ação proposta para o cenário cultural do Estado do Pará.** A análise deverá considerar, para fins de avaliação e valoração, se a ação contribui para o enriquecimento e valorização da cultura do estado do Pará	10
C	**Aspectos de integração comunitária na ação proposta pelo projeto** Considera-se, para fins de avaliação e valoração, se o projeto apresenta aspectos de integração comunitária, em relação ao impacto social para a inclusão de pessoas com deficiência, idosos e demais grupos em situação de histórica vulnerabilidade econômica/social.	10

D	**Coerência da planilha orçamentária e do cronograma de execução às metas, resultados e desdobramentos do projeto proposto** A análise deverá avaliar e valorar a viabilidade técnica do projeto sob o ponto de vista dos gastos previstos na planilha orçamentária, sua execução e a adequação ao objeto, metas e objetivos previstos. Também deverá ser considerada para fins de avaliação, a coerência e conformidade dos valores e quantidades dos itens relacionados na planilha orçamentária do projeto.	10
E	**Coerência do Plano de Divulgação ao Cronograma, Objetivos e Metas do projeto proposto** A análise deverá avaliar e valorar a viabilidade técnica e comunicacional com público alvo do projeto, mediante as estratégias, mídias e materiais apresentados, bem como a capacidade de execução.	10
F	**Compatibilidade da ficha técnica com as atividades desenvolvidas** A análise deverá considerar a carreira dos profissionais que compõem o corpo técnico e artístico, verificando a coerência ou não em relação às atribuições que serão executadas por eles no projeto (para esta avaliação serão considerados os currículos dos membros da ficha técnica).	10
G	**Trajetória artística e cultural do proponente** Será considerado para fins de análise a carreira do proponente, com base no currículo e comprovações enviadas juntamente com a proposta	10
PONTUAÇÃO TOTAL:		80

A pontuação final de cada candidatura será definida por média das notas atribuídas individualmente por cada membro,
Os critérios gerais são eliminatórios, de modo que, o agente cultural que receber pontuação 0 em algum dos critérios será desclassificado do Edital.
Em caso de empate, serão utilizados para fins de classificação dos projetos a maior nota nos critérios de acordo com a ordem abaixo definida: A, B, C, D, E, F, G,H respectivamente.
Caso nenhum dos critérios acima elencados seja capaz de promover o desempate será adotado o critério de maior idade do proponente pessoa física ou representante de pessoa jurídica.
Serão considerados aptos os projetos de fomento que receberem nota final igual ou superior a 40 pontos.
Serão desclassificados os projetos que:
I - receberam nota 0 em qualquer dos critérios obrigatórios;
II - apresentem quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade ou outras formas de discriminação serão desclassificadas, com fundamento no disposto no inciso IV do caput do art. 3º da Constituição, garantidos o contraditório e a ampla defesa.
III - A falsidade de informações acarretará desclassificação, podendo ensejar, ainda, a aplicação de sanções administrativas ou criminais.

ANEXO III

TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº [INDICAR NÚMERO]/[INDICAR ANO] TENDO POR OBJETO A CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO A AÇÕES CULTURAIS CONTEMPLADAS PELO EDITAL nº XX/2023 –, NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO), DO DECRETO N. 11.525/2023 (DECRETO PAULO GUSTAVO) E DO DECRETO 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

1. PARTES

1.1 O [NOME DO ENTE FEDERATIVO], neste ato representado por [AUTORIDADE QUE ASSINARÁ PELO ENTE FEDERATIVO], Senhor(a) [INDICAR NOME DA AUTORIDADE QUE ASSINARÁ PELO ENTE FEDERATIVO], e o(a) AGENTE CULTURAL, [INDICAR NOME DO(A) AGENTE CULTURAL CONTEMPLADO], portador(a) do RG nº [INDICAR Nº DO RG], expedida em [INDICAR ÓRGÃO EXPEDIDOR], CPF nº [INDICAR Nº DO CPF], residente e domiciliado(a) à [INDICAR ENDEREÇO], CEP: [INDICAR CEP], telefones: [INDICAR TELEFONES], resolvem firmar o presente Termo de Execução Cultural, de acordo com as seguintes condições:

2. PROCEDIMENTO

2.1 Este Termo de Execução Cultural é instrumento da modalidade de fomento à execução de ações culturais de que trata o inciso I do art. 8 do Decreto 11.453/2023, celebrado com agente cultural selecionado nos termos da LEI COMPLEMENTAR Nº 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO), DO DECRETO N. 11.525/2023 (DECRETO PAULO GUSTAVO) E DO DECRETO 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

3. OBJETO

3.1. Este Termo de Execução Cultural tem por objeto a concessão de apoio financeiro ao projeto cultural [INDICAR NOME DO PROJETO], contemplado no conforme processo administrativo nº [INDICAR NÚMERO DO PROCESSO].

4. RECURSOS FINANCEIROS

4.1. Os recursos financeiros para a execução do presente termo totalizam o montante de R$ [INDICAR VALOR EM NÚMERO ARÁBICOS] ([INDICAR VALOR POR EXTENSO] reais).
4.2. Serão transferidos à conta do(a) AGENTE CULTURAL, especialmente aberta no [NOME DO BANCO], Agência [INDICAR AGÊNCIA], Conta Corrente nº [INDICAR CONTA], para recebimento e movimentação.

5. APLICAÇÃO DOS RECURSOS

5.1 Os rendimentos de ativos financeiros poderão ser aplicados para o alcance do objeto, sem a necessidade de autorização prévia.

6. OBRIGAÇÕES

6.1 São obrigações da SECULT/PA:
I) transferir os recursos ao(a)AGENTE CULTURAL;
II) orientar o(a) AGENTE CULTURAL sobre o procedimento para a prestação de informações dos recursos concedidos;
III) analisar e emitir parecer sobre os relatórios e sobre a prestação de informações apresentados pelo(a) AGENTE CULTURAL;
IV) zelar pelo fiel cumprimento deste termo de execução cultural;
V) adotar medidas saneadoras e corretivas quando houver inadimplemento;
VI) monitorar o cumprimento pelo(a) AGENTE CULTURAL das obrigações previstas na CLÁUSULA 6.2.
6.2 São obrigações do(a) AGENTE CULTURAL:
I) executar a ação cultural aprovada;
II) aplicar os recursos concedidos pela Lei Paulo Gustavo na realização da ação cultural;
III) manter, obrigatória e exclusivamente, os recursos financeiros depositados na conta especialmente aberta para o Termo de Execução Cultural;
IV) facilitar o monitoramento, o controle e supervisão do termo de execução cultural bem como o acesso ao local de realização da ação cultural;
V) prestar informações à SECULT por meio de Relatório de Execução do Objeto, apresentado no prazo máximo de até 31 de dezembro de 2024, contados do término da vigência do termo de execução cultural;
VI) atender a qualquer solicitação regular feita pela SECULT, a contar do recebimento da notificação;
VII) divulgar nos meios de comunicação, a informação de que a ação cultural aprovada é apoiada com recursos da Lei Paulo Gustavo, incluindo as marcas do Governo federal, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura;
VIII) não realizar despesa em data anterior ou posterior à vigência deste termo de execução cultural;
IX) guardar a documentação referente à prestação de informações pelo prazo de 10 anos, contados do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural;
X) não utilizar os recursos para finalidade diversa da estabelecida no projeto cultural;
XI) executar a contrapartida conforme pactuado.

7. PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES,

7.1 O agente cultural prestará contas à administração pública por meio da categoria de prestação de informações em relatório de execução do objeto.
7.2 A prestação de informações em relatório de execução do objeto comprovará que foram alcançados os resultados da ação cultural, por meio dos seguintes procedimentos:
I - apresentação de relatório de execução do objeto pelo beneficiário no prazo estabelecido pelo ente federativo no regulamento ou no instrumento de seleção;
II - apresentação de relatório de execução financeira do projeto, e;
III - análise do relatório de execução do objeto por agente público designado.
7.2.1 O relatório de prestação de informações sobre o cumprimento do objeto deverá:
I - comprovar que foram alcançados os resultados da ação cultural;
II - conter a descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;
III - ter anexados documentos de comprovação do cumprimento do objeto, tais como: Declarações de realização dos eventos, com registro fotográfico ou audiovisual, clipping de matérias jornalísticas, releases, folders, catálogos, panfletos, filipetas, bem como outros documentos pertinentes à execução do projeto.
7.2.2 O agente público competente elaborará parecer técnico de análise do relatório de execução do objeto e poderá adotar os seguintes procedimentos, de acordo com o caso concreto:
I - encaminhar o processo à autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações, caso conclua que houve o cumprimento integral do objeto; ou
II - solicitar a apresentação, pelo agente cultural, de relatório de execução financeira, caso considere que não foi possível aferir o cumprimento integral do objeto no relatório de execução do objeto ou que as justificativas apresentadas sobre o cumprimento parcial do objeto foram insuficientes.
7.2.3 Após o recebimento do processo pelo agente público de que trata o item 7.2.2, autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações poderá:
I - determinar o arquivamento, caso considere que houve o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado;
II - solicitar a apresentação, pelo agente cultural, de relatório de execução financeira, caso considere que não foi possível aferir o cumprimento integral do objeto no relatório de execução do objeto ou que as justificativas apresentadas sobre o cumprimento parcial do objeto foram insuficientes; ou
III - aplicar sanções ou decidir pela rejeição da prestação de informações, caso verifique que não houve o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado, ou caso identifique irregularidades no relatório de execução financeira.
7.3 O relatório de execução financeira será exigido, independente da modalidade inicial de prestação de informações (in loco ou em relatório de execução do objeto), somente nas seguintes hipóteses:
I - quando não estiver comprovado o cumprimento do objeto, observados os procedimentos previstos no item 7.2; ou
II - quando for recebida, pela administração pública, denúncia de irregularidade na execução da ação cultural, mediante juízo de admissibilidade que avaliará os elementos fáticos apresentados.
7.3.1 O prazo para apresentação do relatório de execução financeira será de, no mínimo, trinta dias, contado do recebimento da notificação.
7.4 O julgamento da prestação de informações realizado pela autoridade do ente federativo que celebrou o termo de execução cultural avaliará o parecer técnico de análise de prestação de informações e poderá concluir pela:
I - aprovação da prestação de informações, com ou sem ressalvas; ou
II - reprovação da prestação de informações, parcial ou total.
7.5 Na hipótese de o julgamento da prestação de informações apontar a necessidade de devolução de recursos, o agente cultural será notificado para que exerça a opção por:
I - devolução parcial ou integral dos recursos ao erário;
II - apresentação de plano de ações compensatórias; ou
III - devolução parcial dos recursos ao erário juntamente com a apresentação de plano de ações compensatórias.
7.5.1 A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução

do instrumento afasta a reprovação da prestação de informações, desde que comprovada.
7.5.2 Nos casos em que estiver caracterizada má-fé do agente cultural, será imediatamente exigida a devolução de recursos ao erário, vedada a aceitação de plano de ações compensatórias.
7.5.3 Nos casos em que houver exigência de devolução de recursos ao erário, o agente cultural poderá solicitar o parcelamento do débito, na forma e nas condições previstas na legislação.
7.5.4 O prazo de execução do plano de ações compensatórias será o menor possível, conforme o caso concreto, limitado à metade do prazo originalmente previsto de vigência do instrumento.

8. ALTERAÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

8.1 A alteração do termo de execução cultural será formalizada por meio de termo aditivo.
8.2 A formalização de termo aditivo não será necessária nas seguintes hipóteses:
I - prorrogação de vigência realizada de ofício pela administração pública quando der causa a atraso na liberação de recursos; e
II - alteração do projeto sem modificação do valor global do instrumento e sem modificação substancial do objeto.
8.3 Na hipótese de prorrogação de vigência, o saldo de recursos será automaticamente mantido na conta, a fim de viabilizar a continuidade da execução do objeto.
8.4 As alterações do projeto cujo escopo seja de, no máximo, 20% poderão ser realizadas pelo agente cultural e comunicadas à administração pública em seguida, sem a necessidade de autorização prévia.
8.5 A aplicação de rendimentos de ativos financeiros em benefício do objeto do termo de execução cultural poderá ser realizada pelo agente cultural sem a necessidade de autorização prévia da administração pública.
8.6 Nas hipóteses de alterações em que não seja necessário termo aditivo, poderá ser realizado apostilamento.

9. TITULARIDADE DE BENS

9.1 Os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução da ação cultural fomentada serão de titularidade do agente cultural desde a data da sua aquisição.
9.2 Nos casos de rejeição da prestação de contas em razão da aquisição ou do uso do bem, o valor pago pela aquisição será computado no cálculo de valores a devolver, com atualização monetária.
[OU]
9.2 Os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução da ação cultural fomentada serão de titularidade do [NOME DO ENTE].
[AO FORMALIZAR O TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL, O ENTE DEVE DECIDIR SE OS BENS ADQUIRIDOS, PRODUZIDOS OU TRANSFORMADOS PELO AGENTE CULTURAL SERÃO DO PRÓPRIO AGENTE CULTURAL OU DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. OS BENS PODEM FICAR COM O AGENTE CULTURAL NAS HIPÓTESES TRATADAS NO ART. 27 DO DECRETO 11.453/2023]

10. EXTINÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

10.1 O presente Termo de Execução Cultural poderá ser:
I - extinto por decurso de prazo;
II - extinto, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;
III - denunciado, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe; ou
IV - rescindido, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe, nas seguintes hipóteses:
a) descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;
b) irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas ;
c) violação da legislação aplicável;
d) cometimento de falhas reiteradas na execução;
e) má administração de recursos públicos;
f) constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;
g) não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;h) outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.
10.2 A denúncia só será eficaz 60 (sessenta) dias após a data de recebimento da notificação, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença.
10.3 Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.
10.4 Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje dano ao erário, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela Administração Pública.
10.5 Outras situações relativas à extinção deste Termo não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser negociados entre as partes ou, se for o caso, no Termo de Distrato.

11. SANÇÕES

11.1 . Nos casos em que for verificado que a ação cultural ocorreu, mas houve inadequação na execução do objeto ou na execução financeira sem má-fé, a autoridade pode concluir pela aprovação da prestação de informações com ressalvas e aplicar sanção de advertência ou multa.
11.2 A decisão sobre a sanção deve ser precedida de abertura de prazo para apresentação de defesa pelo AGENTE CULTURAL.
11.3 A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a aplicação de sanção, desde que regularmente comprovada.

12. MONITORAMENTO E CONTROLE DE RESULTADOS

12.1 [DEVE SER INFORMADO COMO O ÓRGÃO REALIZARÁ O MONITORAMENTO DAS AÇÕES, PODENDO SER POR MEIO DE COMISSÃO ESPECÍFICA PARA ESTE FIM, POR ENVIO DE RELATÓRIOS, ENTRE OUTRAS MEDIDAS].

13. VIGÊNCIA

13.1 A vigência deste instrumento terá início na data de assinatura das partes, com duração de [PRAZO EM ANOS OU MESES], podendo ser prorrogado por [PRAZO MÁXIMO DE PRORROGAÇÃO].

14. PUBLICAÇÃO

14.1 O Extrato do Termo de Execução Cultural será publicado no [INFORMAR ONDE SERÁ PUBLICADO]

15. FORO

15.1 Fica eleito o Foro de [LOCAL] para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao presente Termo de Execução Cultural.
LOCAL, [INDICAR DIA, MÊS E ANO].

Pelo órgão: Pelo Agente Cultural:
[NOME DO AGENTE CULTURAL]

ANEXO IV
RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

1. DADOS DO PROJETO

Nome do projeto:
Nome do agente cultural proponente:
Nº do Termo de Execução Cultural
Vigência do projeto:
Valor repassado para o projeto:
Data de entrega desse relatório:

2. RESULTADOS DO PROJETO

2.1. Resumo:
Descreva de forma resumida como foi a execução do projeto, destacando principais resultados e benefícios gerados e outras informações pertinentes.

2.2. As ações planejadas para o projeto foram realizadas?
( ) Sim, todas as ações foram feitas conforme o planejado.
( ) Sim, todas as ações foram feitas, mas com adaptações e/ou alterações.
( ) Uma parte das ações planejadas não foi feita.
( ) As ações não foram feitas conforme o planejado.

2.3. Ações desenvolvidas
Descreva as ações desenvolvidas, com informações detalhando ações, datas, locais, horários, etc. Fale também sobre a eventuais alterações nas atividades previstas no projeto, bem como os possíveis impactos nas metas acordadas.

2.4. Cumprimento das Metas
Metas integralmente cumpridas:
• META 1 [Descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado]
◦ OBSERVAÇÃO DA META 1: [informe como a meta foi cumprida]
Metas parcialmente cumpridas (SE HOUVER):
• META 1 [Descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado]
◦ Observações da Meta 1: [Informe qual parte da meta foi cumprida]
◦ Justificativa para o não cumprimento integral: [Explique porque parte da meta não foi cumprida]
Metas não cumpridas (se houver)
• Meta 1 [Descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado]
◦ Justificativa para o não cumprimento: [Explique porque a meta não foi cumprida]

3. PRODUTOS GERADOS

3.1. A execução do projeto gerou algum produto?
Exemplos: vídeos, produção musical, produção gráfica etc.
( ) Sim
( ) Não

3.1.1. Quais produtos culturais foram gerados?
Você pode marcar mais de uma opção. Informe também as quantidades.
( ) Publicação
( ) Livro
( ) Catálogo
( ) Live (transmissão on-line)
( ) Vídeo
( ) Documentário
( ) Filme
( ) Relatório de pesquisa
( ) Produção musical
( ) Jogo
( ) Artesanato
( ) Obras
( ) Espetáculo
( ) Show musical
( ) Site
( ) Música
( ) Outros: _____

3.1.2. Como os produtos desenvolvidos ficaram disponíveis para o público após o fim do projeto?
Exemplos: publicações impressas, vídeos no YouTube?

3.2. Quais foram os resultados gerados pelo projeto?
Detalhe os resultados gerados por cada atividade prevista no Projeto.

3.2.1 Pensando nos resultados finais gerados pelo projeto, você considera que ele:
(Você pode marcar mais de uma opção).
( ) Desenvolveu processos de criação, de investigação ou de pesquisa.
( ) Desenvolveu estudos, pesquisas e análises sobre o contexto de atuação.
( ) Colaborou para manter as atividades culturais do coletivo.
( ) Fortaleceu a identidade cultural do coletivo.
( ) Promoveu as práticas culturais do coletivo no espaço em que foi desenvolvido.
( ) Promoveu a formação em linguagens, técnicas e práticas artísticas e culturais.
( ) Ofereceu programações artísticas e culturais para a comunidade do entorno.

( ) Atuou na preservação, na proteção e na salvaguarda de bens e manifestações culturais.

4. PÚBLICO ALCANÇADO

Informe a quantidade de pessoas beneficiadas pelo projeto, demonstre os mecanismos utilizados para mensuração, a exemplo de listas de presenças. Em caso de baixa frequência ou oscilação relevante informe as justificativas.

5. EQUIPE DO PROJETO

5.1 Quantas pessoas fizeram parte da equipe do projeto?

Digite um número exato (exemplo: 23).

5.2 Houve mudanças na equipe ao longo da execução do projeto?

( ) Sim ( ) Não

Informe se entraram ou saíram pessoas na equipe durante a execução do projeto.

5.3 Informe os profissionais que participaram da execução do projeto:

Nome do profissional/empresa	Função no projeto	CPF/CNPJ	Pessoa negra?	Pessoa índigena?	Pessoa com deficiência?	[INSERIR MAIS COLUNAS, SE NECESSÁRIO]
Ex.: João Silva	Cineasta	123456789101	Sim/Não	Sim/Não	Sim/Não	

6. LOCAIS DE REALIZAÇÃO

6.1 De que modo o público acessou a ação ou o produto cultural do projeto?

( )1. Presencial.
( ) 2. Virtual.
( ) 3. Híbrido (presencial e virtual).

Caso você tenha marcado os itens 2 ou 3 (virtual e híbrido):

6.2 Quais plataformas virtuais foram usadas?

Você pode marcar mais de uma opção.
( )Youtube
( )Instagram / IGTV
( )Facebook
( )TikTok
( )Google Meet, Zoom etc.
( )Outros: _____

6.3 Informe aqui os links dessas plataformas:

Caso você tenha marcado os itens 1 e 3 (Presencial e Híbrido):

6.4 De que forma aconteceram as ações e atividades presenciais do projeto?

( )1. Fixas, sempre no mesmo local.
( )2. Itinerantes, em diferentes locais.
( )3. Principalmente em um local base, mas com ações também em outros locais.

No item 6.4 caso você tenha marcado o item 1 (Fixas):

6.5 Em que município o projeto aconteceu?

6.7 Em que área do município o projeto foi realizado?

Você pode marcar mais de uma opção.
( )Zona urbana central.
( )Zona urbana periférica.
( )Zona rural.
( )Área de vulnerabilidade social.
( )Unidades habitacionais.
( )Territórios indígenas (demarcados ou em processo de demarcação).
( )Comunidades quilombolas (terra titulada, em processo de titulação, com registro na Fundação Palmares).
( )Áreas atingidas por barragem.
( )Território de povos e comunidades tradicionais (ribeirinhos, louceiros, cipozeiro, pequizeiros, vazanteiros, povos do mar etc.).
( )Outros: _____

__

6.8 Onde o projeto foi realizado?

Você pode marcar mais de uma opção.
( )Equipamento cultural público municipal.
( )Equipamento cultural público estadual.
( )Espaço cultural independente.
( )Escola.
( )Praça.
( )Rua.
( )Parque.
( )Outros

No item 6.4 caso você tenha marcado o item 2 (itinerante):

6.9 Em quais municípios o projeto aconteceu?

6.10 Em quais áreas o projeto foi realizado?

Você pode marcar mais de uma opção.
( )Zona urbana central.
( )Zona urbana periférica.
( )Zona rural.
( )Área de vulnerabilidade social.
( )Unidades habitacionais.
( )Territórios indígenas (demarcados ou em processo de demarcação).
( )Comunidades quilombolas (terra titulada, em processo de titulação, com registro na Fundação Palmares).
( )Áreas atingidas por barragem.
( )Território de povos e comunidades tradicionais (ribeirinhos, louceiros, cipozeiro, pequizeiros, vazanteiros, povos do mar etc.).
( )Outros: _____

__

6.11 Onde o projeto foi realizado?

Você pode marcar mais de uma opção.
( )Equipamento cultural público municipal.
( )Equipamento cultural público estadual.
( )Espaço cultural independente.
( )Escola.
( )Praça.
( )Rua.
( )Parque.
( )Outros _____

No item 6.4 caso você tenha marcado o item 3 (Base):

6.12 Em quais municípios o projeto aconteceu?

6.13 Em quais áreas o projeto foi realizado?

Você pode marcar mais de uma opção.
( )Zona urbana central.
( )Zona urbana periférica.
( )Zona rural.
( )Área de vulnerabilidade social.
( )Unidades habitacionais.
( )Territórios indígenas (demarcados ou em processo de demarcação).
( )Comunidades quilombolas (terra titulada, em processo de titulação, com registro na Fundação Palmares).
( )Áreas atingidas por barragem.
( )Território de povos e comunidades tradicionais (ribeirinhos, louceiros, cipozeiro, pequizeiros, vazanteiros, povos do mar etc.).
( )Outros: _____

__

6.14 Onde o projeto foi realizado?

Você pode marcar mais de uma opção.
( )Equipamento cultural público municipal.
( )Equipamento cultural público estadual.
( )Espaço cultural independente.
( )Escola.
( )Praça.
( )Rua.
( )Parque.
( )Outros_____

7. DIVULGAÇÃO DO PROJETO

Informe como o projeto foi divulgado. Ex.: Divulgado no instagram

8. CONTRAPARTIDA

Descreva como a contrapartida foi executada, quando foi executada e onde foi executada.

9. TÓPICOS ADICIONAIS

Inclua aqui informações relevantes que não foram abordadas nos tópicos anteriores, se houver.

10. ANEXOS

Junte documentos que comprovem que você executou o projeto, tais como listas de presença, relatório fotográfico, vídeos, depoimentos, entre outros.

Nome

Assinatura do Agente Cultural Proponente

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DE GRUPO OU COLETIVO

OBS.: Essa declaração deve ser preenchida somente por proponentes que sejam um grupo ou coletivo sem personalidade jurídica, ou seja, sem CNPJ.

GRUPO ARTÍSTICO:

NOME DO REPRESENTANTE INTEGRANTE DO GRUPO OU COLETIVO ARTÍSTICO:

DADOS PESSOAIS DO REPRESENTANTE: [IDENTIDADE, CPF, E-MAIL E TELEFONE]

Os declarantes abaixo-assinados, integrantes do grupo artístico [NOME DO GRUPO OU COLETIVO], elegem a pessoa indicada no campo "REPRESENTANTE" como único e representante neste edital, outorgando-lhe poderes para fazer cumprir todos os procedimentos exigidos nas etapas do edital, inclusive assinatura de recibo, troca de comunicações, podendo assumir compromissos, obrigações, transigir, receber pagamentos e dar quitação, renunciar direitos e qualquer outro ato relacionado ao referido edital. Os declarantes informam que não incorrem em quaisquer das vedações do item de participação previstas no edital.

NOME DO INTEGRANTE	DADOS PESSOAIS	ASSINATURAS

[LOCAL]

[DATA]

ANEXO VI

DECLARAÇÃO ÉTNICO-RACIAL

(Para agentes culturais concorrentes às cotas étnico-raciais – negros ou indígenas)

Eu, _____
_____, CPF nº_____, RG nº _____, DECLARO para fins de participação no Edital (Nome ou número do edital) que sou _____
_____(informar se é NEGRO OU INDÍGENA).

Por ser verdade, assino a presente declaração e estou ciente de que a apresentação de declaração falsa pode acarretar desclassificação do edital e aplicação de sanções criminais.

NOME

ASSINATURA DO DECLARANTE

ANEXO VII

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

Nome do Proponente:

Nº de Registro no Mapa Cultural:

Nome do projeto:

Nº de inscrição:

META /ETAPA 1						
Descrição do item	**Justificativa**	**Unidade de medida**	**Valor unitário**	**Quantidade**	**Valor total**	**Referência de preço**
Ex.: Fotógrafo	Profissional necessário para registro da oficina	Serviço	R$1.100,00	1	R$1.100,00	. Salicnet . Praticado no mercado
META /ETAPA 2						
Ex. Ampliações das imagens	Serviço necessário para exposição	und	R$50,00	1	R$50,00	. Salicnet . Praticado no mercado

Preencha a tabela informando todas as despesas indicando as metas/etapas às quais elas estão relacionadas (ex. pré-produção, produção, execução)
Deve haver a indicação do parâmetro de preço (Ex.: preço estabelecido no SALICNET, 3 orçamentos, etc),utilizado com a referência específica do item de despesa, conforme exemplo.
Adicione quantas linhas forem necessárias para etapas e itens do seu orçamento.

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 013/2023 – DANÇA – LEI PAULO GUSTAVO

EDITAL DE SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA LEI COMPLEMENTAR 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO) – DANÇA

Este Edital é realizado com recursos do Governo Federal repassados por meio da Lei Complementar nº 195/2022 - Lei Paulo Gustavo.
A Lei Paulo Gustavo (LGP) viabiliza o maior investimento direto no setor cultural da história do Brasil e simboliza o processo de resistência da classe artística durante a pandemia de Covid-19, que limitou severamente as atividades do setor cultural.
É, ainda, uma homenagem a Paulo Gustavo, artista símbolo da categoria, vitimado pela doença.
As condições para a execução da Lei Paulo Gustavo foram criadas por meio do engajamento da sociedade e o presente edital destina-se a apoiar projetos apresentados pelos agentes culturais do segmento de DANÇA.
Deste modo, a Secretaria de Cultura do Estado do Pará – SECULT/PA, torna público o presente edital elaborado com base na Lei Complementar 195/2022, no Decreto 11.525/2023 e no Decreto 11.453/2023 e no Termo de Fomento 061, celebrado com a OSC ACADEMIA PARAENSE DE MÚSICA, entidade parceira na execução das ações deste edital.
Na realização deste edital estão asseguradas medidas de democratização, desconcentração, descentralização e regionalização do investimento cultural, com a implementação de ações afirmativas, fundamentado na previsão do Decreto nº 11.525, de 11 de maio de 2023 (Decreto de Regulamentação da Lei Paulo Gustavo), em seus artigos 14, 15 e 16.

1. OBJETO

O objeto deste Edital é a seleção de **56 (cinquenta e seis)** projetos culturais do segmento de Dança, para receberem apoio financeiro, com o objetivo de incentivar o referido segmento no estado do Pará. A distribuição dos recursos será realizada de acordo com as modalidades descritas no item 1.1.

1.1 Modalidade: Fomento

1.1.1 Criação e Produção Artística: 14 (quatorze) projetos culturais no valor individual de até R$25.000,00 (vinte e cinco mil reais), destinados à criação e montagem de espetáculos **inéditos** em formatos variados, com no mínimo 40 minutos.
1.1.2 Circulação de Produção Artística: 25 (vinte e cinco) projetos culturais no valor individual de até R$40.000,00 (quarenta mil reais), destinados à manutenção/circulação de espetáculos já estreados no período máximo de 5 anos, com duração mínima de 40 minutos. A circulação deverá acontecer em outra região de integração que não seja a de residência do proponente e deverá ter duração mínima de 5 dias.
1.1.3 Festivais de Dança: 09 (nove) projetos culturais no valor individual de até R$50.000,00 (cinquenta mil reais), destinados a festivais de dança no Estado do Pará já existentes e com comprovação de realização.
1.1.4 Ações Formativas em Áreas Periféricas: 8 (oito) projetos culturais no valor individual de até R$12.500,00 (doze mil e quinhentos reais), destinados à ações formativas de dança a serem realizadas em áreas periféricas e/ou de vulnerabilidade social. Poderão ser submetidas: cursos livres, oficinas, intervenções culturais, workshops, com duração mínima de 40h.
1.2. Caso o valor destinado à atividade inicialmente previsto não seja utilizado integralmente, poderão ser convocados mais proponentes aprovados.
1.3. Havendo sobra de recursos em uma das atividades o saldo remanescente poderá ser remanejado para contemplar propostas de outras faixas deste edital.
1.3.1. O remanejamento deverá priorizar as faixas que possuam maior demanda de propostas de proponentes na condição de suplente, bem como respeitar as cotas reservadas às pessoas negras e indígenas e, quando possível, a ordem de classificação e as cotas de regionalização.
1.4. No caso de sobra de recurso neste edital, o saldo remanescente deste poderá ser utilizado para contemplar os(as) proponentes com propostas selecionadas em outros Editais da Lei Paulo Gustavo publicados pela Secretaria de Cultura do Estado do Pará, priorizando aqueles com maior demanda.
1.5. O valor inicialmente disponível para este Edital poderá ser ampliado, caso haja sobra de recursos de outros Editais publicados pela Secretaria de Cultura no âmbito da Lei Paulo Gustavo ou do recebimento de recursos da Lei Paulo Gustavo não executados pelos municípios.

2. VALORES

2.1 O valor total disponibilizado para este Edital é de **R$1.900.000,00** (um milhão e novecentos mil reais) para projetos de fomento da LPG.

3. QUEM PODE SE INSCREVER

3.1 Pode se inscrever no Edital qualquer agente cultural residente e domiciliado no Estado do Pará há pelo menos 2 (dois) anos.
3.1.1. A comprovação de residência é dispensada na forma descrita no item 14.2.1.1.
3.2 Em regra, o agente cultural pode ser:
I - Pessoa física ou Microempreendedor Individual (MEI)
II - Pessoa jurídica com fins lucrativos (Ex.: empresa de pequeno porte, empresa de grande porte, etc)
III - Pessoa jurídica sem fins lucrativos (Ex.: Associação, Fundação, Cooperativa, etc)
IV - Coletivo/Grupo sem CNPJ representado por pessoa física.
3.3 O proponente é o agente cultural responsável pela inscrição do projeto no Mapa Cultural.
3.4 Na hipótese de agentes culturais que atuem como grupo ou coletivo cultural sem constituição jurídica (ou seja, sem CNPJ), será indicada pessoa física como responsável legal para o ato da assinatura do Termo de Execução Cultural e a representação será formalizada em declaração assinada pelos demais integrantes do grupo ou coletivo, podendo ser utilizado o modelo constante no Anexo V.
3.5 O proponente não pode exercer apenas funções administrativas no âmbito do projeto e deve exercer necessariamente a função de criação, ou direção, ou produção, ou coordenação, ou gestão artística, ou outra função de destaque e capacidade de decisão no projeto.

4. QUEM NÃO PODE SE INSCREVER

4.1 Não pode se inscrever neste Edital, proponentes que:
I - tenham se envolvido diretamente na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento de recursos;
II - sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de servidor público do órgão responsável pelo edital, nos casos em que o referido servidor tiver atuado na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento de recursos; e
III - sejam membros do Poder Legislativo (Deputados, Senadores, Vereadores), do Poder Judiciário (Juízes, Desembargadores, Ministros), do Ministério Público (Promotor, Procurador); do Tribunal de Contas (Auditores e Conselheiros).
IV - Proponentes inadimplentes com prestação de contas de editais realizados pela Secult e organizações da sociedade civil parceiras, com recursos da Lei Aldir Blanc.
4.2 O agente cultural que integrar Conselho de Cultura poderá concorrer neste Edital para receber recursos do fomento cultural, exceto quando se enquadrar nas vedações previstas no item 4.1.
4.3 Quando se tratar de proponentes pessoas jurídicas, estarão impedidas de apresentar projetos aquelas cujos sócios, diretores e/ou administradores se enquadrarem nas situações descritas no tópico 4.1.
4.4 A participação de agentes culturais nas oitivas e consultas públicas não caracteriza o envolvimento direto na etapa de elaboração do edital de que trata o subitem I do item 4.1.

5. COTAS

5.1 Ficam garantidas cotas étnico-raciais em todas as categorias do edital, nas seguintes proporções e ordenamento de selecionados:
I) 50% para mulheres (cis e trans);
II) 30% (trinta por cento) para propostas de Região de Integração do Guajará (onde se localiza a capital do Estado) e 70% (setenta por cento) para propostas advindas das demais Regiões do Estado
III) No mínimo 20% para pessoas negras (pretas e pardas); e
IV) no mínimo 10% para pessoas indígenas.
5.2 Os agentes culturais que optarem por concorrer às cotas para pessoas negras (pretas e pardas) e indígenas concorrerão concomitantemente às vagas destinadas à ampla concorrência, ou seja concorrerão ao mesmo tempo nas vagas da ampla concorrência e nas vagas reservadas às cotas, podendo ser selecionado de acordo com a sua nota ou classificação no processo seleção.
5.3 Os agentes culturais negros (pretos e pardos) e indígenas optantes por concorrer às cotas (opção presente na ficha de incrição dos projetos) que atingirem nota suficiente para se classificar no número de vagas oferecidas para ampla concorrência não ocuparão as vagas destinadas para o preenchimento das cotas, ou seja, serão selecionados nas vagas da ampla concorrência, ficando a vaga da cota para o próximo colocado optante pela cota.
5.4 Em caso de desistência de optantes aprovados nas cotas, a vaga não preenchida deverá ser ocupada por pessoa que concorreu às cotas de acordo com a ordem de classificação.
5.5 No caso de não existirem propostas aptas em número suficiente para o cumprimento de uma das categorias de cotas previstas na seleção, o número de vagas restantes deverá ser destinado inicialmente para a outra categoria de cotas.
5.6 Caso não haja outra categoria de cotas de que trata o item 5.5, as vagas não preenchidas deverão ser direcionadas para a ampla concorrência, sendo direcionadas para os demais candidatos aprovados, de acordo com a ordem de classificação.
5.7 Para concorrer às cotas, os agentes culturais deverão autodeclarar-se no ato da inscrição usando a autodeclaração étnico-racial de que trata o Anexo VI.
5.8 Caso necessário, para fins de verificação da autodeclaração, poderá ser solicitada Carta Consubstanciada, que será analisada por um comitê formado por membros de entidades representativas.
5.9 As pessoas jurídicas e coletivos sem constituição jurídica podem concorrer às cotas, desde que preencham algum dos requisitos abaixo:
I – pessoas jurídicas que possuem quadro societário majoritariamente composto por pessoas negras (pretas e pardas) ou indígenas;
II – pessoas jurídicas ou grupos e coletivos sem constituição jurídica que possuam pessoas negras (pretas e pardas) ou indígenas em posições de

liderança no projeto cultural; e
III – pessoas jurídicas ou coletivos sem constituição jurídica que possuam equipe do projeto cultural majoritariamente composta por pessoas negras (pretas e pardas) ou indígenas.
5.10 As pessoas físicas que compõem a equipe da pessoa jurídica e o grupo ou coletivo sem constituição jurídica devem se submeter aos regramentos descritos nos itens acima, observando o item 5.7

6. PRAZO PARA SE INSCREVER

6.1 Para se inscrever no Edital, o proponente deve enviar toda documentação obrigatória relatada no 7.3, entre os dias 12 de setembro e 12 de outubro de 2023, exclusivamente através da plataforma Mapa Cultural do Pará, no endereço eletrônico http://www.mapacultural.pa.gov.br/lpg/danca.
1.2. Para efeito de inscrição todos os proponentes deverão estar cadastrados no mapa cultural.pa.gov.br.
1.3. Todas as informações fornecidas no ato da inscrição deverão ser verídicas e atualizadas. Não serão aceitas propostas entregues presencialmente na sede da SECULT, ou da executora do certame, ou materiais postados via Correios.
1.4. Os proponentes que já têm cadastro no Mapa Cultural do Pará não precisam fazer novo cadastro, podendo atualizar informações que julgarem necessárias até a data de envio de sua inscrição.
1.5. O ato de inscrição pressupõe plena concordância dos termos, cláusulas e condições deste edital e de seus anexos, que passarão a integrar as obrigações, bem como a observância dos regulamentos administrativos e das normas técnicas aplicáveis, não sendo aceita, sob qualquer hipótese, alegação de seu desconhecimento em qualquer fase do procedimento administrativo e execução dos serviços.
1.6. Os anexos que compõem este edital deverão ser assinados de maneira física ou eletrônica, com o encaminhamento na forma digital no ato de inscrição anexados no formato PDF.
6.7. As inscrições feitas em desacordo com os prazos e demais exigências do presente edital serão indeferidas.
1.8 Não serão aceitas complementações, modificações ou substituições de dados e de anexos à inscrição, depois de finalizada.
1.9 É vedada a participação de órgãos públicos, escolas e fundações privadas.

7. COMO SE INSCREVER

7.1 O proponente deve preencher Ficha de Inscrição diretamente no http://www.mapacultural.pa.gov.br/lpg/danca.
7.2 O proponente deve encaminhar a documentação obrigatória de que trata o item 7.3 por meio do http://www.mapacultural.pa.gov.br/lpg/danca.
7.3 O proponente deve enviar a seguinte documentação para formalizar sua inscrição:
a) Projeto proposto;
b) Currículo / portfólio do proponente, com todas as comprovações;
c) Documentos pessoais do proponente CPF e RG (se Pessoa Física);
d) Inscrição no cadastro nacional de pessoa jurídica - CNPJ (se Pessoa Jurídica);
e) Atos constitutivos da empresa, qual seja o contrato social, nos casos de pessoas jurídicas com fins lucrativos, ou estatuto, nos casos de organizações da sociedade civil (se Pessoa Jurídica);
f) Comprovante de Endereço do proponente ou Declaração de Residência (no caso do proponente não possuir documento em seu nome)
g) Mini currículo dos integrantes do projeto e termo de anuência;
h) Todos os anexos solicitados no Edital, nos quais o proponente se enquadre.
i) Outros documentos que o proponente julgar necessário para auxiliar na avaliação do mérito cultural do projeto.
7.4 O proponente é responsável pelo envio dos documentos e pela qualidade visual, conteúdo dos arquivos e informações de seu projeto.
7.5 Cada Proponente poderá concorrer, e ser selecionado individualmente ou como representantes de coletivo, com apenas 1 (um) projeto, no máximo.
7.6 Os membros de grupos e coletivos podem concorrer isoladamente, desde que sejam com projetos diferentes.
7.7 Se houver inscrição de mais de um projeto do mesmo proponente, será considerado, para fins de seleção, o último enviado na plataforma.
7.8 Os projetos apresentados deverão conter previsão de execução não superior a 12 meses.
7.9 O proponente deve se responsabilizar pelo acompanhamento das atualizações/publicações pertinentes ao edital e seus prazos nos canais formais de comunicação da SECULT/PA.
7.10 As inscrições deste edital são gratuitas.
7.11 As propostas que apresentem quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade ou outras formas de discriminação serão desclassificadas, com fundamento no disposto no inciso IV do caput do art. 3º da Constituição, garantidos o contraditório e a ampla defesa.
Parágrafo único: A comprovação de residência poderá ser dispensada nas hipóteses de agentes culturais pertencentes à comunidade indígena, quilombola, cigana ou circense ou pertencentes à população nômade ou itinerante; que se encontrem em situação de rua.

8. PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DOS PROJETOS

8.1 O proponente deve preencher a planilha orçamentária presente no Anexo VII, informando como será utilizado o recurso financeiro recebido.
8.2 A estimativa de custos do projeto será prevista por categorias, sem a necessidade de detalhamento por item de despesa, conforme § 1º do art. 24 do Decreto 11.453/2023.
8.3 A compatibilidade entre a estimativa de custos do projeto e os preços praticados no mercado será avaliada pelos membros da comissão de seleção, de acordo com tabelas referenciais de valores, ou com outros métodos de verificação de valores praticados no mercado.
8.4 A estimativa de custos do projeto poderá apresentar valores divergentes das práticas de mercado convencionais na hipótese de haver significativa excepcionalidade no contexto de sua implementação, consideradas variáveis territoriais e geográficas e situações específicas, como a de povos indígenas, ribeirinhos, atingidos por barragens e comunidades quilombolas e tradicionais.
8.5 Os itens da planilha orçamentária poderão ser glosados, ou seja, vetados, total ou parcialmente, pela Comissão de Seleção, se, após análise, não forem considerados com preços compatíveis aos praticados no mercado ou forem considerados incoerentes e em desconformidade com o projeto apresentado.
8.6 Caso o proponente discorde dos valores glosados (vetados) poderá apresentar recurso na fase de mérito cultural, conforme dispõe o item 12.8.
8.7 O valor solicitado não poderá ser superior ao valor máximo destinado a cada modalidade, conforme item 1.2 do presente edital.

9. ACESSIBILIDADE

9.1 Os projetos devem contar com medidas de acessibilidade física, atitudinal e comunicacional compatíveis com as características dos produtos resultantes do objeto, nos termos do disposto na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência), de modo a contemplar:
I - no aspecto arquitetônico, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com mobilidade reduzida ou idosas aos locais onde se realizam as atividades culturais e a espaços acessórios, como banheiros, áreas de alimentação e circulação;
II - no aspecto comunicacional, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com deficiência intelectual, auditiva ou visual ao conteúdo dos produtos culturais gerados pelo projeto, pela iniciativa ou pelo espaço; e
III - no aspecto atitudinal, a contratação de colaboradores sensibilizados e capacitados para o atendimento de visitantes e usuários com diferentes deficiências e para o desenvolvimento de projetos culturais acessíveis desde a sua concepção, contempladas a participação de consultores e colaboradores com deficiência e a representatividade nas equipes dos espaços culturais e nas temáticas das exposições, dos espetáculos e das ofertas culturais em geral.
9.2 Especificamente para pessoas com deficiência, mecanismos de protagonismo e participação poderão ser concretizados também por meio das seguintes iniciativas, entre outras:
I - adaptação de espaços culturais com residências inclusivas;
II - utilização de tecnologias assistivas, ajudas técnicas e produtos com desenho universal;
III - medidas de prevenção e erradicação de barreiras atitudinais;
IV - contratação de serviços de assistência por acompanhante; ou
V - oferta de ações de formação e capacitação acessíveis a pessoas com deficiência.
9.3 Os projetos devem prever obrigatoriamente medidas de acessibilidade, sendo assegurado para essa finalidade no mínimo 10% do valor total do projeto.
9.4 A utilização do percentual mínimo de 10% de que trata o item 9.3 pode ser excepcionalmente dispensada quando:
I - for inaplicável em razão das características do objeto cultural,os cujo objeto seja o desenvolvimento de roteiro e licenciamento de obra audiovisual ; ou
II - quando o projeto já contemplar integralmente as medidas de acessibilidade compatíveis com as características do objeto cultural.
9.5 O proponente deve apresentar justificativa para os casos em que o percentual mínimo de 10% é inaplicável.

10. CONTRAPARTIDA

10.1 Os agentes culturais contemplados neste edital, com projetos de fomento, conforme item 1.2 deste edital, deverão garantir, como contrapartida, as seguintes medidas:
I - a realização de atividades destinadas, prioritariamente, aos alunos e professores de escolas públicas ou universidades, públicas ou privadas, que tenham estudantes do Programa Universidade para Todos (Prouni), bem como aos profissionais de saúde, preferencialmente aqueles envolvidos no combate à pandemia, e a pessoas integrantes de grupos e coletivos culturais e de associações comunitárias, ou de atividades em espaços públicos de sua comunidade, de forma gratuita; e
II - sempre que possível, exibições com interação popular por meio da internet ou exibições públicas, quando aplicável, com distribuição gratuita de ingressos para os grupos referidos no item I, em intervalos regulares.
10.2 A contrapartida deverá ser informada no Formulário de Inscrição e deve ser executada até dezembro de 2024.

11. ETAPAS DO EDITAL

11.1 A seleção dos projetos submetidos a este Edital será composta das seguintes etapas:
I - Análise de mérito cultural dos projetos: fase de análise do projeto realizada por comissão de seleção; e divulgação dos selecionados.
II - Habilitação: fase de apresentação e análise dos documentos do proponente, selecionados descritos no tópico 14 e divulgação dos habilitados.

12. ANÁLISE DE MÉRITO CULTURAL DOS PROJETOS

12.1 Entende-se por "Análise de mérito cultural" a identificação, tanto individual quanto sobre seu contexto social, de aspectos relevantes dos projetos culturais, concorrentes em uma mesma categoria de apoio, realizada por meio da atribuição fundamentada de notas aos critérios descritos neste edital.
12.2 Por análise comparativa compreende-se a análise não apenas dos itens individuais de cada projeto, mas de suas propostas, impactos e relevância em relação aos outros projetos inscritos na mesma categoria. A pontuação de cada projeto é atribuída em função desta comparação.
12.3 A análise dos projetos culturais será realizada por comissão de seleção formada por, no mínimo, 03 (três) pareceristas externos, com experiência no segmento cultural.

12.4 O membro da comissão que incorre em impedimento deve comunicar o fato à referida Comissão, abstendo-se de atuar, sob pena de nulidade dos atos que praticar.
12.5 Para esta seleção serão considerados os critérios de pontuação estabelecidos no Anexo II deste edital.
12.6 Contra a decisão da fase de mérito cultural, caberá recurso destinado à Comissão de Seleção.
12.7 Os recursos de que tratam o item 12.8 deverão ser apresentados no prazo de 3 (três) dias úteis, conforme inciso III, do art. 16 do decreto 11.453/2023, a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação.
12.8 Os recursos devem ser encaminhados através do email recursoeditaldancalpgpara@gmail.com, de 00h do dia 01/11/2023 até as 17h do dia 06/11/2023.
12.9 Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.
12.10 Após o julgamento dos recursos, o resultado final da análise de mérito cultural será publicado no Diário Oficial do Estado (DOE) contendo nome e CPF dos proponentes. A nota obtida e a justificativa serão publicadas no sítio eletrônico www.secult.pa.gov.br.

13. REMANEJAMENTO DOS RECURSOS

13.1 Não havendo número de propostas culturais selecionadas suficientes em uma modalidade, será selecionada a proposta de outra modalidade com maior quantidade de pontos, em ordem decrescente e levando em consideração o disposto no item 5 (Cotas).

14. ETAPA DE HABILITAÇÃO

14.1 Finalizada a etapa de análise de mérito cultural, o proponente do projeto contemplado deverá, no prazo de 06 (seis) dias úteis, apresentar os seguintes documentos através do Mapa Cultural, conforme sua natureza jurídica:
14.1.1 PESSOA FÍSICA
I - certidão negativa de débitos relativos a créditos tributários federais e Dívida Ativa da União;
II - certidões negativas de débitos relativas a créditos tributários estaduais e municipais, expedidas pela Secretaria da Fazendo do Pará (SEFA).
14.1.1.2 A comprovação de residência poderá ser dispensada nas hipóteses de agentes culturais:
I - pertencentes à comunidade indígena, quilombola, cigana ou circense;
II - pertencentes à população nômade ou itinerante; que se encontrem em situação de rua.
14.1.2 PESSOA JURÍDICA
I - certidão negativa de falência e recuperação judicial, expedida pelo Tribunal de Justiça estadual, nos casos de pessoas jurídicas com fins lucrativos;
II - certidão negativa de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
III - certidão negativa de débito estadual – Emitida pela SEFA/PA ;
IV - Certidão negativa municipal, expedidas pela Secretaria Municipal de finanças;
V - Certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - CRF/FGTS;
VI - certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, emitida no site do Tribunal Superior do Trabalho; .
14.2 As certidões positivas com efeito de negativas servirão como certidões negativas, desde que não haja referência expressa de impossibilidade de celebrar instrumentos jurídicos com a administração pública.
14.3 Contra a decisão da fase de habilitação, caberá recurso fundamentado e específico destinado a SECULT/PA, através do email recursoeditaldancalpgpara@gmail.com, de 00h do dia 22/11/2023 até as 17h do dia 27/11/2023.
14.4 Os recursos de trata o item 14.3 deverão ser apresentados no prazo de 3 dias úteis a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação, não cabendo recurso administrativo da decisão após esta fase.
14.5 Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.
14.6 Caso o proponente esteja em débito com o ente público responsável pela seleção e com a União não será possível o recebimento dos recursos de que trata este Edital.

15. ASSINATURA DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL E RECEBIMENTO DOS RECURSOS

15.1 Finalizada a fase de habilitação, o agente cultural contemplado será convocado a assinar o Termo de Execução Cultural, conforme Anexo III deste Edital, de forma presencial ou eletrônica.
15.2 O Termo de Execução Cultural corresponde ao documento a ser assinado pelo agente cultural (proponente) selecionado neste Edital e pelo concedente, contendo as obrigações dos assinantes do Termo.
15.3 Após a assinatura do Termo de Execução Cultural, o agente cultural receberá os recursos, com desembolso único, em até 30 (trinta) dias, EXCLUSIVAMENTE EM CONTA CORRENTE de qualquer banco, aberta especificamente para este fim.
15.3.1 A conta bancária da instituição financeira não deverá ter cobrança de tarifas.
15.3.2 Não serão aceitas contas poupança, conta salário, contas de recebimento de auxílio social do Governo (bolsa família, por exemplo).
15.4 A assinatura do Termo de Execução Cultural e o recebimento do apoio estão condicionados à existência de disponibilidade orçamentária e financeira, caracterizando a seleção como expectativa de direito do proponente.
15.5 O agente cultural deve assinar e enviar o Termo de Execução Cultural em até 2 (dois) dias úteis após envio da concedente, conforme previsto no cronograma, sob pena de perda do apoio financeiro e convocação do suplente para assumir sua vaga.

16. DIVULGAÇÃO DOS PROJETOS

16.1. Os contemplados comprometem-se a incluir nos créditos de todo material de divulgação, as logomarcas da SECULT-PA/ Governo do Estado, do Ministério da Cultura/ Governo Federal, obedecendo aos critérios de veiculação das logomarcas estabelecidas de forma padronizada, que estarão à disposição no site www.secult.pa.gov.br, e deverão incluir também a frase: "**Projeto selecionado pelo Edital de DANÇA – Lei Paulo Gustavo"**.
16.1 Os produtos artístico-culturais e as peças de divulgação dos projetos exibirão as marcas do Governo federal, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura e SECULT-PA.
16.2 O material de divulgação dos projetos e seus produtos deve ser disponibilizado em formatos acessíveis a pessoas com deficiência e conterá informações sobre os recursos de acessibilidade disponibilizados.
16.3 O material de divulgação dos projetos deve ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, e não pode conter nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal.

17. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

17.1 Os procedimentos de monitoramento e avaliação dos projetos culturais contemplados, assim como prestação de informação à administração pública, observarão o Decreto 11.453/2023 (Decreto de Fomento), que dispõe sobre os mecanismos de fomento do sistema de financiamento à cultura, observadas às exigências legais de simplificação e de **foco no cumprimento do objeto.**
17.2 O agente cultural deve prestar contas por meio da apresentação do Relatório Final de Execução do Objeto, conforme documento constante no Anexo IV e orientação contida no Decreto nº11.453/2023, artigo 29, inciso 2 que versa sobre a prestação de informações em relatório de execução do objeto.
Parágrafo único: Em caso de realizador do edital considerar que não foi possível aferir o cumprimento integral do objeto no Relatório Final de Execução, e que as justificativas apresentadas sobre o cumprimento parcial do objeto não foram suficientes, lhe é facultado o direito de requisitar o Relatório de Execução Financeira com as devidas comprovações (nota fiscal, recibos e documento congêneres), conforme contido no inciso 3 do artigo 29 e no inciso 3 do parágrafo II do artigo 30.
17.3 O Relatório Final de Execução do Objeto deve ser apresentado até 31 de dezembro de 2024, com o fim da vigência do Termo de Execução Cultural.

18. DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1 O acompanhamento de todas as etapas deste Edital e a observância quanto aos prazos serão de inteira responsabilidade dos proponentes. Para tanto, deverão ficar atentos às publicações no sitio eletrônico www.secult.pa.gov.br, no Diário Oficial do Estado e nas mídias sociais oficiais da SECULT.
18.2 O presente Edital e os seus anexos estão disponíveis no site http://www.mapacultural.pa.gov.br/lpg/danca.
18.3 Toda relação do proponente com o edital deverá ser através da plataforma mapa cultural, do e-mail editaldancalpgpara@gmail.com e telefone whatsapp (91) 9 9185-8545.
18.4 Os casos omissos porventura existentes ficarão a cargo da Secretária de Estado de Cultura.
18.5 Eventuais irregularidades relacionadas aos requisitos de participação, constatadas a qualquer tempo, implicarão na desclassificação do proponente.
18.6 O proponente será o único responsável pela veracidade da proposta e documentos encaminhados, isentando a SECULT de qualquer responsabilidade civil ou penal.
18.7 O apoio concedido por meio deste Edital poderá ser acumulado com recursos captados por meio de leis de incentivo fiscal e outros programas e/ou apoios federais, estaduais e municipais.
18.8 A inscrição implica no conhecimento e concordância dos termos e condições previstos neste Edital, na Lei Complementar 195/2022 (Lei Paulo Gustavo), no Decreto 11.525/2023 (Decreto Paulo Gustavo) e no Decreto 11.453/2023 (Decreto de Fomento).

19. CRONOGRAMA

ETAPA	DATA INICIAL	DATA FINAL
1- Publicação do edital	12/09/2023	
2- Inscrições	12/09/2023	12/10/2023
3- Resultado Preliminar de Selecionados	31/10/2023	
4- Período de recurso	01/11/2023	06/11/2023
5- Homologação do Resultado Final	09/11/2023	
6- Entrega de Documentos dos selecionados	09/11/2023	16/11/2023
7- Resultado Preliminar de Habilitados	21/11/2023	
8- Período de recurso de Habilitação	22/11/2023	27/11/2023
9- Período de pagamento dos selecionados	28/11/2023	29/12/2023
10-Execução de projeto	até 31/12/2024	
11-Relatório Final de Execução do Objeto	até 31/12/2024	

20. ANEXOS:
20.1 Compõem este Edital os seguintes anexos:
Anexo I - Formulário de Inscrição/Plano de Trabalho;
Anexo II - Critérios de seleção

Anexo III - Termo de Execução Cultural;
Anexo IV - Relatório de Execução do Objeto;
Anexo V - Declaração de representação de grupo ou coletivo; e
Anexo VI - Declaração étnico-racial
Anexo VII – Planilha Orçamentária

ANEXO I

FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO (DISPONÍVEL NO MAPA)

1. DADOS DO PROPONENTE

Proponente é pessoa física ou pessoa jurídica?
( ) Pessoa Física
( ) Pessoa Jurídica

PARA PESSOA FÍSICA:

Nome Completo:
Nome artístico ou nome social (se houver):
CPF:
RG:
Data de nascimento:
E-mail:
Telefone:
Endereço completo:
CEP:
Cidade:
Estado:

Você reside em quais dessas áreas?
( ) Zona urbana central
( ) Zona urbana periférica
( ) Zona rural
( ) Área de vulnerabilidade social
( ) Unidades habitacionais
( ) Territórios indígenas (demarcados ou em processo de demarcação)
( ) Comunidades quilombolas (terra titulada ou em processo de titulação, com registro na Fundação Palmares)
( ) Áreas atingidas por barragem
( ) Território de povos e comunidades tradicionais (ribeirinhos, louceiros, cipozeiro, pequizeiros, vazanteiros, povos do mar etc.).

Pertence a alguma comunidade tradicional?
( ) Não pertenço a comunidade tradicional
( ) Comunidades Extrativistas
( ) Comunidades Ribeirinhas
( ) Comunidades Rurais
( ) Indígenas
( ) Povos Ciganos
( ) Pescadores(as) Artesanais
( ) Povos de Terreiro
( ) Quilombolas
( ) Outra comunidade tradicional

Gênero:
( ) Mulher cisgênero
( ) Homem cisgênero
( ) Mulher Transgênero
( ) Homem Transgênero
( ) Pessoa Não Binária
( ) Não informar

Raça, cor ou etnia:
( ) Branca
( ) Preta
( ) Parda
( ) Indígena
( ) Amarela

Você é uma Pessoa com Deficiência - PCD?
( ) Sim
( ) Não

Caso tenha marcado "sim", qual tipo de deficiência?
( ) Auditiva
( ) Física
( ) Intelectual
( ) Múltipla
( ) Visual

Qual o seu grau de escolaridade?
( ) Não tenho Educação Formal
( ) Ensino Fundamental Incompleto
( ) Ensino Fundamental Completo
( ) Ensino Médio Incompleto
( ) Ensino Médio Completo
( ) Curso Técnico Completo
( ) Ensino Superior Incompleto
( ) Ensino Superior Completo
( ) Pós Graduação Completo

Qual a sua renda mensal fixa individual (média mensal bruta aproximada) nos últimos 3 meses?
(Calcule fazendo uma média das suas remunerações nos últimos 3 meses. Em 2023, o salário mínimo foi fixado em R$ 1.320,00.)
( ) Nenhuma renda.
( ) Até 1 salário mínimo
( ) De 1 a 3 salários mínimos
( ) De 3 a 5 salários mínimos
( ) De 5 a 8 salários mínimos
( ) De 8 a 10 salários mínimos
( ) Acima de 10 salários mínimos

Você é beneficiário de algum programa social?
( ) Não
( ) Bolsa família
( ) Benefício de Prestação Continuada
( ) Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
( ) Garantia-Safra
( ) Seguro-Defeso
( ) Outro

Vai concorrer às cotas afirmativas?
( ) Sim ( ) Não

Se sim. Qual?
( ) Pessoa negra
( ) Pessoa indígena

Qual a sua principal função/profissão no campo artístico e cultural?
( ) Artista.
( ) Instrutor(a), oficineiro(a), educador(a) artístico(a)-cultural e afins.
( ) Curador(a), Programador(a) e afins.
( ) Gestor(a)
( ) Técnico(a)
( ) Consultor(a), Pesquisador(a) e afins.
( )_____Outro(a)s

Você está representando um coletivo (sem CNPJ)?
( ) Não
( ) Sim

Caso tenha respondido "sim":
Nome do coletivo:
Ano de Criação:
Quantas pessoas fazem parte do coletivo?
Nome completo e CPF das pessoas que compõem o coletivo:

PARA PESSOA JURÍDICA:

Razão Social:
Nome fantasia:
CNPJ:
Endereço da sede:
Cidade:
Estado:
Número de representantes legais:
Nome do representante legal:
CPF do representante legal:
E-mail do representante legal:
Telefone do representante legal:

Gênero do representante legal
( ) Mulher cisgênero
( ) Homem cisgênero
( ) Mulher Transgênero
( ) Homem Transgênero
( ) Não Binária/Binárie
( ) Não informar

Raça/cor/etnia do representante legal
( ) Branca
( ) Preta
( ) Parda
( ) Amarela
( ) Indígena

Representante legal é pessoa com deficiência - PCD?
( ) Sim
( ) Não

Caso tenha marcado "sim" qual o tipo de deficiência?
( ) Auditiva
( ) Física
( ) Intelectual
( ) Múltipla
( ) Visual

Escolaridade do representante legal
( ) Não tenho Educação Formal
( ) Ensino Fundamental Incompleto
( ) Ensino Fundamental Completo
( ) Ensino Médio Incompleto
( ) Ensino Médio Completo
( ) Curso Técnico completo
( ) Ensino Superior Incompleto
( ) Ensino Superior Completo
( ) Pós Graduação completo

2. DADOS DO PROJETO

Nome do Projeto:
Escolha a categoria a que vai concorrer:
Quais atividades e/ou produtos estão previstos no seu projeto? Por favor, quantifique.
Bolsa para desenvolvimento de processos criativos
Capacitação
Catálogo
Curso livre
Curso regular
Encontro
Evento cultural
Exibição
Exposição
Feira
Festival
Fomento
Fotografia
Live
Mostra
Obra
Oficina
Palestra
Pesquisa
Podcast
Premiação
Produção de publicações

Projeto
Publicação
Restauro
Seminário
Site
Vídeo
Vivência

Descrição do projeto
(Na descrição, você deve apresentar informações gerais sobre o seu projeto. Algumas perguntas orientadoras: O que você realizará com o projeto? Porque ele é importante para a sociedade? Como a ideia do projeto surgiu? Conte sobre o contexto de realização.)

Objetivos do projeto
(Neste campo, você deve propor objetivos para o seu projeto, ou seja, deve informar o que você pretende alcançar com a realização do projeto. É importante que você seja breve e proponha entre três a cinco objetivos.)

Metas
(Neste espaço, é necessário detalhar os objetivos em pequenas ações e/ou resultados que sejam quantificáveis. Por exemplo: Realização de 02 oficinas de artes circenses; Confecção de 80 figurinos; 120 pessoas idosas beneficiadas.)

Perfil do público a ser atingido pelo projeto
(Preencha aqui informações sobre as pessoas que serão beneficiadas ou participarão do seu projeto. Perguntas orientadoras: Quem vai ser o público do seu projeto? Essas pessoas são crianças, adultas e/ou idosas? Elas fazem parte de alguma comunidade? Qual a escolaridade delas? Elas moram em qual local, bairro e/ou região? No caso de públicos digitais, qual o perfil das pessoas a que seu projeto se direciona?)

Sua ação cultural é voltada prioritariamente para algum destes perfis de público?
Pessoas vítimas de violência
Pessoas em situação de pobreza
Pessoas em situação de rua (moradores de rua)
Pessoas em situação de restrição e privação de liberdade (população carcerária)
Pessoas com deficiência
Pessoas em sofrimento físico e/ou psíquico
Mulheres
Gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transgêneros e transexuais
Povos e comunidades tradicionais
Negros e/ou negras
Ciganos
Indígenas
Não é voltada especificamente para um perfil, é aberta para todos
Outros

Medidas de acessibilidade empregadas no projeto
(Marque quais medidas de acessibilidade serão implementadas ou estarão disponíveis para a participação de Pessoas com deficiência - PCD´s, tais como, intérprete de libras, audiodescrição, entre outras medidas de acessibilidade a pessoas com deficiência, idosos e mobilidade reduzida, conforme Instrução Normativa nº xxxx.)

Acessibilidade arquitetônica:
( ) rotas acessíveis, com espaço de manobra para cadeira de rodas;
( ) piso tátil;
( ) rampas;
( ) elevadores adequados para pessoas com deficiência;
( ) corrimãos e guarda-corpos;
( ) banheiros femininos e masculinos adaptados para pessoas com deficiência;
( ) vagas de estacionamento para pessoas com deficiência;
( ) assentos para pessoas obesas;
( ) iluminação adequada;
( ) Outra _____

Acessibilidade comunicacional:
( ) a Língua Brasileira de Sinais - Libras;
( ) o sistema Braille;
( ) o sistema de sinalização ou comunicação tátil;
( ) a audiodescrição;
( ) as legendas;
( ) a linguagem simples;
( ) textos adaptados para leitores de tela; e
( ) Outra _____

Acessibilidade atitudinal:
( ) capacitação de equipes atuantes nos projetos culturais;
( ) contratação de profissionais com deficiência e profissionais especializados em acessibilidade cultural;
( ) formação e sensibilização de agentes culturais, público e todos os envolvidos na cadeia produtiva cultural; e
( ) outras medidas que visem a eliminação de atitudes capacitistas.

Informe como essas medidas de acessibilidade serão implementadas ou disponibilizadas de acordo com o projeto proposto.

Local onde o projeto será executado
Informe os espaços culturais e outros ambientes onde a sua proposta será realizada. É importante informar também os municípios e Estados onde ela será realizada.

Previsão do período de execução do projeto
Data de início:
Data final:

Equipe
Informe quais são os profissionais que atuarão no projeto, conforme quadro a seguir:

Nome do profissional / empresa	Função no projeto	CPF/CNPJ	Pessoa negra?	Pessoa índigena?	Pessoa com deficiência?	[INSERIR MAIS COLUNAS, SE NECESSÁRIO]
Ex.: João Silva	Curador	123456789101	Sim/Não	Sim/Não	Sim/Não	

Cronograma de Execução
Descreva os passos a serem seguidos para execução do projeto.

Atividade Geral	Etapa	Descrição	Início	Fim	[INSERIR MAIS COLUNAS, SE NECESSÁRIO]
Ex: Comunicação	Pré-produção	Divulgação do projeto nos veículos de imprensa	11/10/2023	11/11/2023	

Estratégia de divulgação
Apresente os meios que serão utilizados para divulgar o projeto. ex.: impulsionamento em redes sociais.

Contrapartida
Neste campo, descreva qual contrapartida será realizada, quando será realizada, e onde será realizada.

Projeto possui recursos financeiros de outras fontes? Se sim, quais?
(Informe se o projeto prevê apoios financeiros tais como cobrança de ingressos, patrocínio e/ou outras fontes de financiamento. Caso positivo, informe a previsão de valores e onde serão empregados no projeto.)
( ) Não, o projeto não possui outras fontes de recursos financeiros
( ) Apoio financeiro municipal
( ) Apoio financeiro estadual
( ) Recursos de Lei de Incentivo Municipal
( ) Recursos de Lei de Incentivo Estadual
( ) Recursos de Lei de Incentivo Federal
( ) Patrocínio privado direto
( ) Patrocínio de instituição internacional
( ) Doações de Pessoas Físicas
( ) Doações de Empresas
( ) Cobrança de ingressos
( ) Outros
Se o projeto tem outras fontes de financiamento, detalhe quais são, o valor do financiamento e onde os recursos serão empregados no projeto.

O projeto prevê a venda de produtos/ingressos?
(Informe a quantidade dos produtos a serem vendidos, o valor unitário por produto e o valor total a ser arrecadado. Detalhe onde os recursos arrecadados serão aplicados no projeto.)

3. PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
Preencha a tabela informando todas as despesas indicando as metas/etapas às quais elas estão relacionadas.
Deve haver a indicação do parâmetro de preço (Ex.: preço estabelecido no SALICNET, 3 orçamentos, etc) utilizado com a referência específica do item de despesa, conforme exemplo abaixo.

Descrição do item	Justificativa	Unidade de medida	Valor unitário	Quantidade	Valor total	Referência de preço
Ex.: Fotógrafo	Profissional necessário para registro da oficina	Serviço	R$1.100,00	1	R$1.100,00	Salicnet – Oficina/workshop/seminário Audiovisual – Brasília – Fotografia Artística – Serviço

4. DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS A SEREM ANEXADOS
Encaminhe junto a esse formulário os seguintes documentos:
RG e CPF do proponente
Currículo do proponente
Mini currículo dos integrantes do projeto
[OUTROS DOCUMENTOS QUE FOREM OBRIGATÓRIOS DE ACORDO COM AS CATEGORIAS]

ANEXO II
CRITÉRIOS UTILIZADOS NA AVALIAÇÃO DE MÉRITO CULTURAL

As comissões de seleção atribuirão notas de 0 a 10 pontos a cada um dos critérios de avaliação de cada projeto, conforme tabela a seguir:

CRITÉRIOS OBRIGATÓRIOS PARA PROJETOS DE FOMENTO		
Identificação do Critério	**Descrição do Critério**	**Pontuação Máxima**
A	**Qualidade do Projeto - Coerência do objeto, objetivos, justificativa e metas do projeto** A análise deverá considerar, para fins de avaliação e valoração, se o conteúdo do projeto apresenta, como um todo, coerência, observando o objeto, a justificativa e as metas, sendo possível visualizar de forma clara os resultados que serão obtidos.	10

B	**Relevância da ação proposta para o cenário cultural do Estado do Pará.** A análise deverá considerar, para fins de avaliação e valoração, se a ação contribui para o enriquecimento e valorização da cultura do estado do Pará	10
C	**Aspectos de integração comunitária na ação proposta pelo projeto** Considera-se, para fins de avaliação e valoração, se o projeto apresenta aspectos de integração comunitária, em relação ao impacto social para a inclusão de pessoas com deficiência, idosos e demais grupos em situação de histórica vulnerabilidade econômica/social.	10
D	Coerência da planilha orçamentária e do cronograma de execução às metas, resultados e desdobramentos do projeto proposto A análise deverá avaliar e valorar a viabilidade técnica do projeto sob o ponto de vista dos gastos previstos na planilha orçamentária, sua execução e a adequação ao objeto, metas e objetivos previstos. Também deverá ser considerada para fins de avaliação, a coerência e conformidade dos valores e quantidades dos itens relacionados na planilha orçamentária do projeto.	10
E	**Coerência do Plano de Divulgação ao Cronograma, Objetivos e Metas do projeto proposto** A análise deverá avaliar e valorar a viabilidade técnica e comunicacional com público alvo do projeto, mediante as estratégias, mídias e materiais apresentados, bem como a capacidade de execução.	10
F	**Compatibilidade da ficha técnica com as atividades desenvolvidas** A análise deverá considerar a carreira dos profissionais que compõem o corpo técnico e artístico, verificando a coerência ou não em relação às atribuições que serão executadas por eles no projeto (para esta avaliação serão considerados os currículos dos membros da ficha técnica).	10
G	**Trajetória artística e cultural do proponente** Será considerado para fins de análise a carreira do proponente, com base no currículo e comprovações enviadas juntamente com a proposta	10
PONTUAÇÃO TOTAL:		80

A pontuação final de cada candidatura será definida por média das notas atribuídas individualmente por cada membro,
Os critérios gerais são eliminatórios, de modo que, o agente cultural que receber pontuação 0 em algum dos critérios será desclassificado do Edital.
Em caso de empate, serão utilizados para fins de classificação dos projetos a maior nota nos critérios de acordo com a ordem abaixo definida: A, B, C, D, E, F, G,H respectivamente.
Caso nenhum dos critérios acima elencados seja capaz de promover o desempate será adotado o critério de maior idade do proponente pessoa física ou representante de pessoa jurídica.
Serão considerados aptos os projetos de fomento que receberem nota final igual ou superior a 40 pontos.
Serão desclassificados os projetos que:
I - receberam nota 0 em qualquer dos critérios obrigatórios;
II - apresentem quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade ou outras formas de discriminação serão desclassificadas, com fundamento no disposto no inciso IV do caput do art. 3º da Constituição, garantidos o contraditório e a ampla defesa.
III - A falsidade de informações acarretará desclassificação, podendo ensejar, ainda, a aplicação de sanções administrativas ou criminais.

ANEXO III
TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº [INDICAR NÚMERO]/[INDICAR ANO] TENDO POR OBJETO A CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO A AÇÕES CULTURAIS CONTEMPLADAS PELO EDITAL nº XX/2023 –, NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO), DO DECRETO N. 11.525/2023 (DECRETO PAULO GUSTAVO) E DO DECRETO 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

1. PARTES

1.1 O [NOME DO ENTE FEDERATIVO], neste ato representado por [AUTORIDADE QUE ASSINARÁ PELO ENTE FEDERATIVO], Senhor(a) [INDICAR NOME DA AUTORIDADE QUE ASSINARÁ PELO ENTE FEDERATIVO], e o(a) AGENTE CULTURAL, [INDICAR NOME DO(A) AGENTE CULTURAL CONTEMPLADO], portador(a) do RG nº [INDICAR Nº DO RG], expedida em [INDICAR ÓRGÃO EXPEDIDOR], CPF nº [INDICAR Nº DO CPF], residente e domiciliado(a) à [INDICAR ENDEREÇO], CEP: [INDICAR CEP], telefones: [INDICAR TELEFONES], resolvem firmar o presente Termo de Execução Cultural, de acordo com as seguintes condições:

2. PROCEDIMENTO

2.1 Este Termo de Execução Cultural é instrumento da modalidade de fomento à execução de ações culturais de que trata o inciso I do art. 8 do Decreto 11.453/2023, celebrado com agente cultural selecionado nos termos da LEI COMPLEMENTAR Nº 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO), DO DECRETO N. 11.525/2023 (DECRETO PAULO GUSTAVO) E DO DECRETO 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

3. OBJETO

3.1. Este Termo de Execução Cultural tem por objeto a concessão de apoio financeiro ao projeto cultural [INDICAR NOME DO PROJETO], contemplado no conforme processo administrativo nº [INDICAR NÚMERO DO PROCESSO].

4. RECURSOS FINANCEIROS

4.1. Os recursos financeiros para a execução do presente termo totalizam o montante de R$ [INDICAR VALOR EM NÚMERO ARÁBICOS] ([INDICAR VALOR POR EXTENSO] reais).
4.2. Serão transferidos à conta do(a) AGENTE CULTURAL, especialmente aberta no [NOME DO BANCO], Agência [INDICAR AGÊNCIA], Conta Corrente nº [INDICAR CONTA], para recebimento e movimentação.

5. APLICAÇÃO DOS RECURSOS

5.1 Os rendimentos de ativos financeiros poderão ser aplicados para o alcance do objeto, sem a necessidade de autorização prévia.

6. OBRIGAÇÕES

6.1 São obrigações da SECULT/PA:
I) transferir os recursos ao(a)AGENTE CULTURAL;
II) orientar o(a) AGENTE CULTURAL sobre o procedimento para a prestação de informações dos recursos concedidos;
III) analisar e emitir parecer sobre os relatórios e sobre a prestação de informações apresentados pelo(a) AGENTE CULTURAL;
IV) zelar pelo fiel cumprimento deste termo de execução cultural;
V) adotar medidas saneadoras e corretivas quando houver inadimplemento;
VI) monitorar o cumprimento pelo(a) AGENTE CULTURAL das obrigações previstas na CLÁUSULA 6.2.
6.2 São obrigações do(a) AGENTE CULTURAL:
I) executar a ação cultural aprovada;
II) aplicar os recursos concedidos pela Lei Paulo Gustavo na realização da ação cultural;
III) manter, obrigatória e exclusivamente, os recursos financeiros depositados na conta especialmente aberta para o Termo de Execução Cultural;
IV) facilitar o monitoramento, o controle e supervisão do termo de execução cultural bem como o acesso ao local de realização da ação cultural;
V) prestar informações à SECULT por meio de Relatório de Execução do Objeto, apresentado no prazo máximo de até 31 de dezembro de 2024, contados do término da vigência do termo de execução cultural;
VI) atender a qualquer solicitação regular feita pela SECULT, a contar do recebimento da notificação;
VII) divulgar nos meios de comunicação, a informação de que a ação cultural aprovada é apoiada com recursos da Lei Paulo Gustavo, incluindo as marcas do Governo federal, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura;
VIII) não realizar despesa em data anterior ou posterior à vigência deste termo de execução cultural;
IX) guardar a documentação referente à prestação de informações pelo prazo de 10 anos, contados do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural;
X) não utilizar os recursos para finalidade diversa da estabelecida no projeto cultural;
XI) executar a contrapartida conforme pactuado.

7. PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES,

7.1 O agente cultural prestará contas à administração pública por meio da categoria de prestação de informações em relatório de execução do objeto.
7.2 A prestação de informações em relatório de execução do objeto comprovará que foram alcançados os resultados da ação cultural, por meio dos seguintes procedimentos:
I - apresentação de relatório de execução do objeto pelo beneficiário no prazo estabelecido pelo ente federativo no regulamento ou no instrumento de seleção;
II - apresentação de relatório de execução financeira do projeto, e;
III - análise do relatório de execução do objeto por agente público designado.
7.2.1 O relatório de prestação de informações sobre o cumprimento do objeto deverá:
I - comprovar que foram alcançados os resultados da ação cultural;
II - conter a descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;
III - ter anexados documentos de comprovação do cumprimento do objeto, tais como: Declarações de realização dos eventos, com registro fotográfico ou audiovisual, clipping de matérias jornalísticas, releases, folders, catálogos, panfletos, filipetas, bem como outros documentos pertinentes à execução do projeto.
7.2.2 O agente público competente elaborará parecer técnico de análise do relatório de execução do objeto e poderá adotar os seguintes procedimentos, de acordo com o caso concreto:
I - encaminhar o processo à autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações, caso conclua que houve o cumprimento integral do objeto; ou
II - solicitar a apresentação, pelo agente cultural, de relatório de execução financeira, caso considere que não foi possível aferir o cumprimento integral do objeto no relatório de execução do objeto ou que as justificativas apresentadas sobre o cumprimento parcial do objeto foram insuficientes.
7.2.3 Após o recebimento do processo pelo agente público de que trata o item 7.2.2, autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações poderá:
I - determinar o arquivamento, caso considere que houve o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado;
II - solicitar a apresentação, pelo agente cultural, de relatório de execução financeira, caso considere que não foi possível aferir o cumprimento integral do objeto no relatório de execução do objeto ou que as justificativas apresentadas sobre o cumprimento parcial do objeto foram insuficientes; ou
III - aplicar sanções ou decidir pela rejeição da prestação de informações, caso verifique que não houve o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado, ou caso identifique irregularidades no relatório de execução financeira.
7.3 O relatório de execução financeira será exigido, independente da modalidade inicial de prestação de informações (in loco ou em relatório de execução do objeto), somente nas seguintes hipóteses:
I - quando não estiver comprovado o cumprimento do objeto, observados os procedimentos previstos no item 7.2; ou
II - quando for recebida, pela administração pública, denúncia de irregularidade na execução da ação cultural, mediante juízo de admissibilidade que avaliará os elementos fáticos apresentados.
7.3.1 O prazo para apresentação do relatório de execução financeira será de, no mínimo, trinta dias, contado do recebimento da notificação.
7.4 O julgamento da prestação de informações realizado pela autoridade do ente federativo que celebrou o termo de execução cultural avaliará o parecer técnico de análise de prestação de informações e poderá concluir

pela:
I - aprovação da prestação de informações, com ou sem ressalvas; ou
II - reprovação da prestação de informações, parcial ou total.
7.5 Na hipótese de o julgamento da prestação de informações apontar a necessidade de devolução de recursos, o agente cultural será notificado para que exerça a opção por:
I - devolução parcial ou integral dos recursos ao erário;
II - apresentação de plano de ações compensatórias; ou
III - devolução parcial dos recursos ao erário juntamente com a apresentação de plano de ações compensatórias.
7.5.1 A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a reprovação da prestação de informações, desde que comprovada.
7.5.2 Nos casos em que estiver caracterizada má-fé do agente cultural, será imediatamente exigida a devolução de recursos ao erário, vedada a aceitação de plano de ações compensatórias.
7.5.3 Nos casos em que houver exigência de devolução de recursos ao erário, o agente cultural poderá solicitar o parcelamento do débito, na forma e nas condições previstas na legislação.
7.5.4 O prazo de execução do plano de ações compensatórias será o menor possível, conforme o caso concreto, limitado à metade do prazo originalmente previsto de vigência do instrumento.

8. ALTERAÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

8.1 A alteração do termo de execução cultural será formalizada por meio de termo aditivo.
8.2 A formalização de termo aditivo não será necessária nas seguintes hipóteses:
I - prorrogação de vigência realizada de ofício pela administração pública quando der causa a atraso na liberação de recursos; e
II - alteração do projeto sem modificação do valor global do instrumento e sem modificação substancial do objeto.
8.3 Na hipótese de prorrogação de vigência, o saldo de recursos será automaticamente mantido na conta, a fim de viabilizar a continuidade da execução do objeto.
8.4 As alterações do projeto cujo escopo seja de, no máximo, 20% poderão ser realizadas pelo agente cultural e comunicadas à administração pública em seguida, sem a necessidade de autorização prévia.
8.5 A aplicação de rendimentos de ativos financeiros em benefício do objeto do termo de execução cultural poderá ser realizada pelo agente cultural sem a necessidade de autorização prévia da administração pública.
8.6 Nas hipóteses de alterações em que não seja necessário termo aditivo, poderá ser realizado apostilamento.

9. TITULARIDADE DE BENS

9.1 Os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução da ação cultural fomentada serão de titularidade do agente cultural desde a data da sua aquisição.
9.2 Nos casos de rejeição da prestação de contas em razão da aquisição ou do uso do bem, o valor pago pela aquisição será computado no cálculo de valores a devolver, com atualização monetária.
[OU]
9.2 Os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução da ação cultural fomentada serão de titularidade do [NOME DO ENTE].
[AO FORMALIZAR O TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL, O ENTE DEVE DECIDIR SE OS BENS ADQUIRIDOS, PRODUZIDOS OU TRANSFORMADOS PELO AGENTE CULTURAL SERÃO DO PRÓPRIO AGENTE CULTURAL OU DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. OS
BENS PODEM FICAR COM O AGENTE CULTURAL NAS HIPÓTESES TRATADAS NO ART. 27 DO DECRETO 11.453/2023]

10. EXTINÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

10.1 O presente Termo de Execução Cultural poderá ser:
I - extinto por decurso de prazo;
II - extinto, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;
III - denunciado, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe; ou
IV - rescindido, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe, nas seguintes hipóteses:
a) descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;
b) irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas ;
c) violação da legislação aplicável;
d) cometimento de falhas reiteradas na execução;
e) má administração de recursos públicos;
f) constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;
g) não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;h) outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.
10.2 A denúncia só será eficaz 60 (sessenta) dias após a data de recebimento da notificação, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença.
10.3 Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.
10.4 Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje dano ao erário, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela Administração Pública.
10.5 Outras situações relativas à extinção deste Termo não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser negociados entre as partes ou, se for o caso, no Termo de Distrato.

11. SANÇÕES

11.1 . Nos casos em que for verificado que a ação cultural ocorreu, mas houve inadequação na execução do objeto ou na execução financeira sem má-fé, a autoridade pode concluir pela aprovação da prestação de informações com ressalvas e aplicar sanção de advertência ou multa.
11.2 A decisão sobre a sanção deve ser precedida de abertura de prazo para apresentação de defesa pelo AGENTE CULTURAL.
11.3 A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a aplicação de sanção, desde que regularmente comprovada.

12. MONITORAMENTO E CONTROLE DE RESULTADOS

12.1 [DEVE SER INFORMADO COMO O ÓRGÃO REALIZARÁ O MONITORAMENTO DAS AÇÕES, PODENDO SER POR MEIO DE COMISSÃO ESPECÍFICA PARA ESTE FIM, POR ENVIO DE RELATÓRIOS, ENTRE OUTRAS MEDIDAS].

13. VIGÊNCIA

13.1 A vigência deste instrumento terá início na data de assinatura das partes, com duração de [PRAZO EM ANOS OU MESES], podendo ser prorrogado por [PRAZO MÁXIMO DE PRORROGAÇÃO].

14. PUBLICAÇÃO

14.1 O Extrato do Termo de Execução Cultural será publicado no [INFORMAR ONDE SERÁ PUBLICADO]

15. FORO

15.1 Fica eleito o Foro de [LOCAL] para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao presente Termo de Execução Cultural.

LOCAL, [INDICAR DIA, MÊS E ANO].

Pelo órgão: Pelo Agente Cultural:

[NOME DO AGENTE CULTURAL]

ANEXO IV

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

1. DADOS DO PROJETO

Nome do projeto:
Nome do agente cultural proponente:
Nº do Termo de Execução Cultural
Vigência do projeto:
Valor repassado para o projeto:
Data de entrega desse relatório:

2. RESULTADOS DO PROJETO

2.1. Resumo:

Descreva de forma resumida como foi a execução do projeto, destacando principais resultados e benefícios gerados e outras informações pertinentes.

2.2. As ações planejadas para o projeto foram realizadas?

( ) Sim, todas as ações foram feitas conforme o planejado.
( ) Sim, todas as ações foram feitas, mas com adaptações e/ou alterações.
( ) Uma parte das ações planejadas não foi feita.
( ) As ações não foram feitas conforme o planejado.

2.3. Ações desenvolvidas

Descreva as ações desenvolvidas, com informações detalhando ações, datas, locais, horários, etc. Fale também sobre a eventuais alterações nas atividades previstas no projeto, bem como os possíveis impactos nas metas acordadas.

2.4. Cumprimento das Metas

Metas integralmente cumpridas:
• META 1 [Descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado]
◦ OBSERVAÇÃO DA META 1: [informe como a meta foi cumprida]
Metas parcialmente cumpridas (SE HOUVER):
• META 1 [Descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado]
◦ Observações da Meta 1: [Informe qual parte da meta foi cumprida]
◦ Justificativa para o não cumprimento integral: [Explique porque parte da meta não foi cumprida]
Metas não cumpridas (se houver)
• Meta 1 [Descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado]
◦ Justificativa para o não cumprimento: [Explique porque a meta não foi cumprida]

3. PRODUTOS GERADOS

3.1. A execução do projeto gerou algum produto?

Exemplos: vídeos, produção musical, produção gráfica etc.
( ) Sim
( ) Não

3.1.1. Quais produtos culturais foram gerados?

Você pode marcar mais de uma opção. Informe também as quantidades.
( ) Publicação
( ) Livro
( ) Catálogo
( ) Live (transmissão on-line)
( ) Vídeo
( ) Documentário
( ) Filme
( ) Relatório de pesquisa
( ) Produção musical
( ) Jogo
( ) Artesanato
( ) Obras
( ) Espetáculo
( ) Show musical
( ) Site
( ) Música
( ) Outros: _____

3.1.2. Como os produtos desenvolvidos ficaram disponíveis para o público após o fim do projeto?

Exemplos: publicações impressas, vídeos no YouTube?

3.2. Quais foram os resultados gerados pelo projeto?

Detalhe os resultados gerados por cada atividade prevista no Projeto.

3.2.1 Pensando nos resultados finais gerados pelo projeto, você considera que ele:

(Você pode marcar mais de uma opção).
( ) Desenvolveu processos de criação, de investigação ou de pesquisa.
( ) Desenvolveu estudos, pesquisas e análises sobre o contexto de atuação.
( ) Colaborou para manter as atividades culturais do coletivo.
( ) Fortaleceu a identidade cultural do coletivo.
( ) Promoveu as práticas culturais do coletivo no espaço em que foi desenvolvido.
( ) Promoveu a formação em linguagens, técnicas e práticas artísticas e culturais.
( ) Ofereceu programações artísticas e culturais para a comunidade do entorno.
( ) Atuou na preservação, na proteção e na salvaguarda de bens e manifestações culturais.

4. PÚBLICO ALCANÇADO

Informe a quantidade de pessoas beneficiadas pelo projeto, demonstre os mecanismos utilizados para mensuração, a exemplo de listas de presenças. Em caso de baixa frequência ou oscilação relevante informe as justificativas.

5. EQUIPE DO PROJETO

5.1 Quantas pessoas fizeram parte da equipe do projeto?

Digite um número exato (exemplo: 23).

5.2 Houve mudanças na equipe ao longo da execução do projeto?

( ) Sim ( ) Não

Informe se entraram ou saíram pessoas na equipe durante a execução do projeto.

5.3 Informe os profissionais que participaram da execução do projeto:

Nome do profissional/empresa	Função no projeto	CPF/CNPJ	Pessoa negra?	Pessoa indígena?	Pessoa com deficiência?	[INSERIR MAIS COLUNAS, SE NECESSÁRIO]
Ex.: João Silva	Cineasta	123456789101	Sim/Não	Sim/Não	Sim/Não	

6. LOCAIS DE REALIZAÇÃO

6.1 De que modo o público acessou a ação ou o produto cultural do projeto?

( )1. Presencial.
( ) 2. Virtual.
( ) 3. Híbrido (presencial e virtual).

Caso você tenha marcado os itens 2 ou 3 (virtual e híbrido):

6.2 Quais plataformas virtuais foram usadas?

Você pode marcar mais de uma opção.
( )Youtube
( )Instagram / IGTV
( )Facebook
( )TikTok
( )Google Meet, Zoom etc.
( )Outros: _____

6.3 Informe aqui os links dessas plataformas:

Caso você tenha marcado os itens 1 e 3 (Presencial e Híbrido):

6.4 De que forma aconteceram as ações e atividades presenciais do projeto?

( )1. Fixas, sempre no mesmo local.
( )2. Itinerantes, em diferentes locais.
( )3. Principalmente em um local base, mas com ações também em outros locais.

No item 6.4 caso você tenha marcado o item 1 (Fixas):

6.5 Em que município o projeto aconteceu?

6.7 Em que área do município o projeto foi realizado?

Você pode marcar mais de uma opção.
( )Zona urbana central.
( )Zona urbana periférica.
( )Zona rural.
( )Área de vulnerabilidade social.
( )Unidades habitacionais.
( )Territórios indígenas (demarcados ou em processo de demarcação).
( )Comunidades quilombolas (terra titulada, em processo de titulação, com registro na Fundação Palmares).
( )Áreas atingidas por barragem.
( )Território de povos e comunidades tradicionais (ribeirinhos, louceiros, cipozeiro, pequizeiros, vazanteiros, povos do mar etc.).
( )Outros: _____

__

6.8 Onde o projeto foi realizado?

Você pode marcar mais de uma opção.
( )Equipamento cultural público municipal.
( )Equipamento cultural público estadual.
( )Espaço cultural independente.
( )Escola.
( )Praça.
( )Rua.
( )Parque.
( )Outros

No item 6.4 caso você tenha marcado o item 2 (itinerante):

6.9 Em quais municípios o projeto aconteceu?

6.10 Em quais áreas o projeto foi realizado?

Você pode marcar mais de uma opção.
( )Zona urbana central.
( )Zona urbana periférica.
( )Zona rural.
( )Área de vulnerabilidade social.
( )Unidades habitacionais.
( )Territórios indígenas (demarcados ou em processo de demarcação).
( )Comunidades quilombolas (terra titulada, em processo de titulação, com registro na Fundação Palmares).
( )Áreas atingidas por barragem.
( )Território de povos e comunidades tradicionais (ribeirinhos, louceiros, cipozeiro, pequizeiros, vazanteiros, povos do mar etc.).
( )Outros: _____

__

6.11 Onde o projeto foi realizado?

Você pode marcar mais de uma opção.
( )Equipamento cultural público municipal.
( )Equipamento cultural público estadual.
( )Espaço cultural independente.
( )Escola.
( )Praça.
( )Rua.
( )Parque.
( )Outros _____

No item 6.4 caso você tenha marcado o item 3 (Base):

6.12 Em quais municípios o projeto aconteceu?

6.13 Em quais áreas o projeto foi realizado?

Você pode marcar mais de uma opção.
( )Zona urbana central.
( )Zona urbana periférica.
( )Zona rural.
( )Área de vulnerabilidade social.
( )Unidades habitacionais.
( )Territórios indígenas (demarcados ou em processo de demarcação).
( )Comunidades quilombolas (terra titulada, em processo de titulação, com registro na Fundação Palmares).
( )Áreas atingidas por barragem.
( )Território de povos e comunidades tradicionais (ribeirinhos, louceiros, cipozeiro, pequizeiros, vazanteiros, povos do mar etc.).
( )Outros: _____

__

6.14 Onde o projeto foi realizado?

Você pode marcar mais de uma opção.
( )Equipamento cultural público municipal.
( )Equipamento cultural público estadual.
( )Espaço cultural independente.
( )Escola.
( )Praça.
( )Rua.
( )Parque.
( )Outros_____

7. DIVULGAÇÃO DO PROJETO

Informe como o projeto foi divulgado. Ex.: Divulgado no instagram

8. CONTRAPARTIDA

Descreva como a contrapartida foi executada, quando foi executada e onde foi executada.

9. TÓPICOS ADICIONAIS

Inclua aqui informações relevantes que não foram abordadas nos tópicos anteriores, se houver.

10. ANEXOS

Junte documentos que comprovem que você executou o projeto, tais como listas de presença, relatório fotográfico, vídeos, depoimentos, entre outros.

Nome

Assinatura do Agente Cultural Proponente

ANEXO V
DECLARAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DE GRUPO OU COLETIVO

OBS.: Essa declaração deve ser preenchida somente por proponentes que sejam um grupo ou coletivo sem personalidade jurídica, ou seja, sem CNPJ.

GRUPO ARTÍSTICO:

NOME DO REPRESENTANTE INTEGRANTE DO GRUPO OU COLETIVO ARTÍSTICO:

DADOS PESSOAIS DO REPRESENTANTE: [IDENTIDADE, CPF, E-MAIL E TELEFONE]

Os declarantes abaixo-assinados, integrantes do grupo artístico [NOME DO GRUPO OU COLETIVO], elegem a pessoa indicada no campo "REPRESENTANTE" como único e representante neste edital, outorgando-lhe poderes para fazer cumprir todos os procedimentos exigidos nas etapas do edital, inclusive assinatura de recibo, troca de comunicações, podendo assumir compromissos, obrigações, transigir, receber pagamentos e dar quitação, renunciar direitos e qualquer outro ato relacionado ao referido edital. Os declarantes informam que não incorrem em quaisquer das vedações do item de participação previstas no edital.

.

NOME DO INTEGRANTE	DADOS PESSOAIS	ASSINATURAS

[LOCAL]
[DATA]

ANEXO VI
DECLARAÇÃO ÉTNICO-RACIAL

(Para agentes culturais concorrentes às cotas étnico-raciais – negros ou indígenas)

Eu, _____ _____, CPF nº_____, RG nº _____, DECLARO para fins de participação no Edital (Nome ou número do edital) que sou _____ _____(informar se é NEGRO OU INDÍGENA).

Por ser verdade, assino a presente declaração e estou ciente de que a apresentação de declaração falsa pode acarretar desclassificação do edital e aplicação de sanções criminais.

NOME

ASSINATURA DO DECLARANTE

ANEXO VII

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

Nome do Proponente:
Nº de Registro no Mapa Cultural:
Nome do projeto:
Nº de inscrição:

META /ETAPA 1						
Descrição do item	**Justificativa**	**Unidade de medida**	**Valor unitário**	**Quantidade**	**Valor total**	**Referência de preço**
Ex.: Fotógrafo	Profissional necessário para registro da oficina	Serviço	R$1.100,00	1	R$1.100,00	. Salicnet . Praticado no mercado
META /ETAPA 2						
Ex. Ampliações das imagens	Serviço necessário para exposição	und	R$50,00	1	R$50,00	. Salicnet . Praticado no mercado

Preencha a tabela informando todas as despesas indicando as metas/etapas às quais elas estão relacionadas (ex. pré-produção, produção, execução)

Deve haver a indicação do parâmetro de preço (Ex.: preço estabelecido no SALICNET, 3 orçamentos, etc),utilizado com a referência específica do item de despesa, conforme exemplo.

Adicione quantas linhas forem necessárias para etapas e itens do seu orçamento.

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 014/2023 – TEATRO – LEI PAULO GUSTAVO

EDITAL DE SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA LEI COMPLEMENTAR 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO) – TEATRO

Este Edital é realizado com recursos do Governo Federal repassados por meio da Lei Complementar nº 195/2022 - Lei Paulo Gustavo.

A Lei Paulo Gustavo (LGP) viabiliza o maior investimento direto no setor cultural da história do Brasil e simboliza o processo de resistência da classe artística durante a pandemia de Covid-19, que limitou severamente as atividades do setor cultural.

É, ainda, uma homenagem a Paulo Gustavo, artista símbolo da categoria, vitimado pela doença.

As condições para a execução da Lei Paulo Gustavo foram criadas por meio do engajamento da sociedade e o presente edital destina-se a apoiar projetos apresentados pelos agentes culturais do segmento de TEATRO.

Deste modo, a Secretaria de Cultura do Estado do Pará – SECULT/PA, torna público o presente edital elaborado com base na Lei Complementar 195/2022, no Decreto 11.525/2023 e no Decreto 11.453/2023 e no Termo de Fomento 061, celebrado com a OSC ACADEMIA PARAENSE DE MÚSICA, entidade parceira na execução das ações deste edital.

Na realização deste edital estão asseguradas medidas de democratização, desconcentração, descentralização e regionalização do investimento cultural, com a implementação de ações afirmativas, fundamentado na previsão do Decreto nº 11.525, de 11 de maio de 2023 (Decreto de Regulamentação da Lei Paulo Gustavo), em seus artigos 14, 15 e 16.

1. OBJETO

O objeto deste Edital é a seleção de **71 (setenta e um)** projetos culturais do segmento de Teatro, para receberem recursos financeiros, com o objetivo de incentivar o referido segmento no estado do Pará. A distribuição dos recursos será realizada de acordo com as modalidades descritas no item 1.1.

1.1 Modalidade: Fomento

1.1.1 Fomento Teatro 1: **43 (quarenta e três)** projetos culturais, no valor individual de até R$20.000,00 (vinte mil reais), destinados à montagem de novos espetáculos teatrais.

1.1.2 Fomento Teatro 2: **28 (vinte e oito)** projetos culturais, no valor individual de até R$10.000,00 (dez mil reais) destinado à manutenção de espetáculos.

1.2. Caso o valor destinado à atividade inicialmente previsto não seja utilizado integralmente, poderão ser convocados mais proponentes aprovados.

1.3. Havendo sobra de recursos em uma das atividades o saldo remanescente poderá ser remanejado para contemplar propostas de outras faixas deste edital.

1.3.1. O remanejamento deverá priorizar as faixas que possuam maior demanda de propostas de proponentes na condição de suplente, bem como respeitar as cotas reservadas às pessoas negras e indígenas e, quando possível, a ordem de classificação e as cotas de regionalização.

1.4. No caso de sobra de recurso neste edital, o saldo remanescente deste poderá ser utilizado para contemplar os(as) proponentes com propostas selecionadas em outros Editais da Lei Paulo Gustavo publicados pela Secretaria de Cultura do Estado do Pará, priorizando aqueles com maior demanda.

1.5. O valor inicialmente disponível para este Edital poderá ser ampliado, caso haja sobra de recursos de outros Editais publicados pela Secretaria de Cultura no âmbito da Lei Paulo Gustavo ou do recebimento de recursos da Lei Paulo Gustavo não executados pelos municípios.

2. VALORES

2.1 O valor total disponibilizado para este Edital é de **R$1.140.000,00** (um milhão, cento e quarenta mil reais) para projetos de fomento da LPG.

3. QUEM PODE SE INSCREVER

3.1 Pode se inscrever no Edital qualquer agente cultural residente e domiciliado no Estado do Pará há pelo menos 2 (dois) anos.

3.1.1. A comprovação de residência é dispensada na forma descrita no item 14.2.1.1.

3.2 Em regra, o agente cultural pode ser:

I - Pessoa física ou Microempreendedor Individual (MEI)

II - Pessoa jurídica com fins lucrativos (Ex.: empresa de pequeno porte, empresa de grande porte, etc)

III - Pessoa jurídica sem fins lucrativos (Ex.: Associação, Fundação, Cooperativa, etc)

IV - Coletivo/Grupo sem CNPJ representado por pessoa física.

3.3 O proponente é o agente cultural responsável pela inscrição do projeto no Mapa Cultural.

3.4 Na hipótese de agentes culturais que atuem como grupo ou coletivo cultural sem constituição jurídica (ou seja, sem CNPJ), será indicada pessoa física como responsável legal para o ato da assinatura do Termo de Execução Cultural e a representação será formalizada em declaração assinada pelos demais integrantes do grupo ou coletivo, podendo ser utilizado o modelo constante no Anexo V.

3.5 O proponente não pode exercer apenas funções administrativas no âmbito do projeto e deve exercer necessariamente a função de criação, ou direção, ou produção, ou coordenação, ou gestão artística, ou outra função de destaque e capacidade de decisão no projeto.

4. QUEM NÃO PODE SE INSCREVER

4.1 Não pode se inscrever neste Edital, proponentes que:

I - tenham se envolvido diretamente na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento de recursos;

II - sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de servidor público do órgão responsável pelo edital, nos casos em que o referido servidor tiver atuado na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento de recursos; e

III - sejam membros do Poder Legislativo (Deputados, Senadores, Vereadores), do Poder Judiciário (Juízes, Desembargadores, Ministros), do Ministério Público (Promotor, Procurador); do Tribunal de Contas (Auditores e Conselheiros).

IV - Proponentes inadimplentes com prestação de contas de editais realizados pela Secult e organizações da sociedade civil parceiras, com recursos da Lei Aldir Blanc.

4.2 O agente cultural que integrar Conselho de Cultura poderá concorrer neste Edital para receber recursos do fomento cultural, exceto quando se enquadrar nas vedações previstas no item 4.1.

4.3 Quando se tratar de proponentes pessoas jurídicas, estarão impedidas de apresentar projetos aquelas cujos sócios, diretores e/ou administradores se enquadrarem nas situações descritas no tópico 4.1.

4.4 A participação de agentes culturais nas oitivas e consultas públicas não caracteriza o envolvimento direto na etapa de elaboração do edital de que trata o subitem I do item 4.1.

5. COTAS

5.1 Ficam garantidas cotas étnico-raciais em todas as categorias do edital, nas seguintes proporções e ordenamento de selecionados:

I) 50% para mulheres (cis e trans);

II) 30% (trinta por cento) para propostas de Região de Integração do Guajará (onde se localiza a capital do Estado) e 70% (setenta por cento) para propostas advindas das demais Regiões do Estado

III) No mínimo 20% para pessoas negras (pretas e pardas); e

IV) no mínimo 10% para pessoas indígenas.

5.2 Os agentes culturais que optarem por concorrer às cotas para pessoas negras (pretas e pardas) e indígenas concorrerão concomitantemente às vagas destinadas à ampla concorrência, ou seja concorrerão ao mesmo tempo nas vagas da ampla concorrência e nas vagas reservadas às cotas, podendo ser selecionado de acordo com a sua nota ou classificação no processo seleção.

5.3 Os agentes culturais negros (pretos e pardos) e indígenas optantes por concorrer às cotas (opção presente na ficha de incrição dos projetos) que atingirem nota suficiente para se classificar no número de vagas oferecidas para ampla concorrência não ocuparão as vagas destinadas para o preenchimento das cotas, ou seja, serão selecionados nas vagas da ampla concorrência, ficando a vaga da cota para o próximo colocado optante pela cota.

5.4 Em caso de desistência de optantes aprovados nas cotas, a vaga não preenchida deverá ser ocupada por pessoa que concorreu às cotas de acordo com a ordem de classificação.

5.5 No caso de não existirem propostas aptas em número suficiente para o cumprimento de uma das categorias de cotas previstas na seleção, o número de vagas restantes deverá ser destinado inicialmente para a outra categoria de cotas.

5.6 Caso não haja outra categoria de cotas de que trata o item 5.5, as vagas não preenchidas deverão ser direcionadas para a ampla concorrência, sendo direcionadas para os demais candidatos aprovados, de acordo com a ordem de classificação.

5.7 Para concorrer às cotas, os agentes culturais deverão autodeclarar-se no ato da inscrição usando a autodeclaração étnico-racial de que trata o Anexo VI.

5.8 Caso necessário, para fins de verificação da autodeclaração, poderá ser solicitada Carta Consubstanciada, que será analisada por um comitê formado por membros de entidades representativas.

5.9 As pessoas jurídicas e coletivos sem constituição jurídica podem concorrer às cotas, desde que preencham algum dos requisitos abaixo:
I – pessoas jurídicas que possuem quadro societário majoritariamente composto por pessoas negras (pretas e pardas) ou indígenas;
II – pessoas jurídicas ou grupos e coletivos sem constituição jurídica que possuam pessoas negras (pretas e pardas) ou indígenas em posições de liderança no projeto cultural; e
III – pessoas jurídicas ou coletivos sem constituição jurídica que possuam equipe do projeto cultural majoritariamente composta por pessoas negras (pretas e pardas) ou indígenas.
5.10 As pessoas físicas que compõem a equipe da pessoa jurídica e o grupo ou coletivo sem constituição jurídica devem se submeter aos regramentos descritos nos itens acima, observando o item 5.7

6. PRAZO PARA SE INSCREVER

6.1 Para se inscrever no Edital, o proponente deve enviar toda documentação obrigatória relatada no 7.3, entre os dias 12 de setembro e 12 de outubro de 2023, exclusivamente através da plataforma Mapa Cultural do Pará, no endereço eletrônico http://www.mapacultural.pa.gov.br/lpg/teatro.
1.2. Para efeito de inscrição todos os proponentes deverão estar cadastrados no mapa cultural.pa.gov.br.
1.3. Todas as informações fornecidas no ato da inscrição deverão ser verídicas e atualizadas. Não serão aceitas propostas entregues presencialmente na sede da SECULT, ou da executora do certame, ou materiais postados via Correios.
1.4. Os proponentes que já têm cadastro no Mapa Cultural do Pará não precisam fazer novo cadastro, podendo atualizar informações que julgarem necessárias até a data de envio de sua inscrição.
1.5. O ato de inscrição pressupõe plena concordância dos termos, cláusulas e condições deste edital e de seus anexos, que passarão a integrar as obrigações, bem como a observância dos regulamentos administrativos e das normas técnicas aplicáveis, não sendo aceita, sob qualquer hipótese, alegação de seu desconhecimento em qualquer fase do procedimento administrativo e execução dos serviços.
1.6. Os anexos que compõem este edital deverão ser assinados de maneira física ou eletrônica, com o encaminhamento na forma digital no ato de inscrição anexados no formato PDF.
6.7. As inscrições feitas em desacordo com os prazos e demais exigências do presente edital serão indeferidas.
1.8 Não serão aceitas complementações, modificações ou substituições de dados e de anexos à inscrição, depois de finalizada.
1.9 É vedada a participação de órgãos públicos, escolas e fundações privadas.

7. COMO SE INSCREVER

7.1 O proponente deve preencher Ficha de Inscrição diretamente no http://www.mapacultural.pa.gov.br/lpg/teatro.
7.2 O proponente deve encaminhar a documentação obrigatória de que trata o item 7.3 por meio do http://www.mapacultural.pa.gov.br/lpg/teatro.
7.3 O proponente deve enviar a seguinte documentação para formalizar sua inscrição:
a) Projeto proposto;
b) Currículo / portfólio do proponente, com todas as comprovações;
c) Documentos pessoais do proponente CPF e RG (se Pessoa Física);
d) Inscrição no cadastro nacional de pessoa jurídica - CNPJ (se Pessoa Jurídica);
e) Atos constitutivos da empresa, qual seja o contrato social, nos casos de pessoas jurídicas com fins lucrativos, ou estatuto, nos casos de organizações da sociedade civil (se Pessoa Jurídica);
f) Comprovante de Endereço do proponente ou Declaração de Residência (no caso do proponente não possuir documento em seu nome)
g) Mini currículo dos integrantes do projeto e termo de anuência;
h) Todos os anexos solicitados no Edital, nos quais o proponente se enquadre.
i) Outros documentos que o proponente julgar necessário para auxiliar na avaliação do mérito cultural do projeto.
7.4 O proponente é responsável pelo envio dos documentos e pela qualidade visual, conteúdo dos arquivos e informações de seu projeto.
7.5 Cada Proponente poderá concorrer, e ser selecionado individualmente ou como representantes de coletivo, com apenas 1 (um) projeto, no máximo.
7.6 Os membros de grupos e coletivos podem concorrer isoladamente, desde que sejam com projetos diferentes.
7.7 Se houver inscrição de mais de um projeto do mesmo proponente, será considerado, para fins de seleção, o último enviado na plataforma.
7.8 Os projetos apresentados deverão conter previsão de execução não superior a 12 meses.
7.9 O proponente deve se responsabilizar pelo acompanhamento das atualizações/publicações pertinentes ao edital e seus prazos nos canais formais de comunicação da SECULT/PA.
7.10 As inscrições deste edital são gratuitas.
7.11 As propostas que apresentem quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade ou outras formas de discriminação serão desclassificadas, com fundamento no disposto no inciso IV do caput do art. 3º da Constituição, garantidos o contraditório e a ampla defesa.
Parágrafo único: A comprovação de residência poderá ser dispensada nas hipóteses de agentes culturais pertencentes à comunidade indígena, quilombola, cigana ou circense ou pertencentes à população nômade ou itinerante; que se encontrem em situação de rua.

8. PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DOS PROJETOS

8.1 O proponente deve preencher a planilha orçamentária presente no Anexo VII, informando como será utilizado o recurso financeiro recebido.
8.2 A estimativa de custos do projeto será prevista por categorias, sem a necessidade de detalhamento por item de despesa, conforme § 1º do art. 24 do Decreto 11.453/2023.
8.3 A compatibilidade entre a estimativa de custos do projeto e os preços praticados no mercado será avaliada pelos membros da comissão de seleção, de acordo com tabelas referenciais de valores, ou com outros métodos de verificação de valores praticados no mercado.
8.4 A estimativa de custos do projeto poderá apresentar valores divergentes das práticas de mercado convencionais na hipótese de haver significativa excepcionalidade no contexto de sua implementação, consideradas variáveis territoriais e geográficas e situações específicas, como a de povos indígenas, ribeirinhos, atingidos por barragens e comunidades quilombolas e tradicionais.
8.5 Os itens da planilha orçamentária poderão ser glosados, ou seja, vetados, total ou parcialmente, pela Comissão de Seleção, se, após análise, não forem considerados com preços compatíveis aos praticados no mercado ou forem considerados incoerentes e em desconformidade com o projeto apresentado.
8.6 Caso o proponente discorde dos valores glosados (vetados) poderá apresentar recurso na fase de mérito cultural, conforme dispõe o item 12.8.
8.7 O valor solicitado não poderá ser superior ao valor máximo destinado a cada modalidade, conforme item 1.2 do presente edital.

9. ACESSIBILIDADE

9.1 Os projetos devem contar com medidas de acessibilidade física, atitudinal e comunicacional compatíveis com as características dos produtos resultantes do objeto, nos termos do disposto na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência), de modo a contemplar:
I - no aspecto arquitetônico, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com mobilidade reduzida ou idosas aos locais onde se realizam as atividades culturais e a espaços acessórios, como banheiros, áreas de alimentação e circulação;
II - no aspecto comunicacional, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com deficiência intelectual, auditiva ou visual ao conteúdo dos produtos culturais gerados pelo projeto, pela iniciativa ou pelo espaço; e
III - no aspecto atitudinal, a contratação de colaboradores sensibilizados e capacitados para o atendimento de visitantes e usuários com diferentes deficiências e para o desenvolvimento de projetos culturais acessíveis desde a sua concepção, contempladas a participação de consultores e colaboradores com deficiência e a representatividade nas equipes dos espaços culturais e nas temáticas das exposições, dos espetáculos e das ofertas culturais em geral.
9.2 Especificamente para pessoas com deficiência, mecanismos de protagonismo e participação poderão ser concretizados também por meio das seguintes iniciativas, entre outras:
I - adaptação de espaços culturais com residências inclusivas;
II - utilização de tecnologias assistivas, ajudas técnicas e produtos com desenho universal;
III - medidas de prevenção e erradicação de barreiras atitudinais;
IV - contratação de serviços de assistência por acompanhante; ou
V - oferta de ações de formação e capacitação acessíveis a pessoas com deficiência.
9.3 Os projetos devem prever obrigatoriamente medidas de acessibilidade, sendo assegurado para essa finalidade no mínimo 10% do valor total do projeto.
9.4 A utilização do percentual mínimo de 10% de que trata o item 9.3 pode ser excepcionalmente dispensada quando:
I - for inaplicável em razão das características do objeto cultural,os cujo objeto seja o desenvolvimento de roteiro e licenciamento de obra audiovisual ; ou
II - quando o projeto já contemplar integralmente as medidas de acessibilidade compatíveis com as características do objeto cultural.
9.5 O proponente deve apresentar justificativa para os casos em que o percentual mínimo de 10% é inaplicável.

10. CONTRAPARTIDA

10.1 Os agentes culturais contemplados neste edital, com projetos de fomento, conforme item 1.2 deste edital, deverão garantir, como contrapartida, as seguintes medidas:
I - a realização de atividades destinadas, prioritariamente, aos alunos e professores de escolas públicas ou universidades, públicas ou privadas, que tenham estudantes do Programa Universidade para Todos (Prouni), bem como aos profissionais de saúde, preferencialmente aqueles envolvidos no combate à pandemia, e a pessoas integrantes de grupos e coletivos culturais e de associações comunitárias, ou de atividades em espaços públicos de sua comunidade, de forma gratuita; e
II - sempre que possível, exibições com interação popular por meio da internet ou exibições públicas, quando aplicável, com distribuição gratuita de ingressos para os grupos referidos no item I, em intervalos regulares.
10.2 A contrapartida deverá ser informada no Formulário de Inscrição e deve ser executada até dezembro de 2024.

11. ETAPAS DO EDITAL

11.1 A seleção dos projetos submetidos a este Edital será composta das seguintes etapas:
I - Análise de mérito cultural dos projetos: fase de análise do projeto realizada por comissão de seleção; e divulgação dos selecionados.
II - Habilitação: fase de apresentação e análise dos documentos do proponente, selecionados descritos no tópico 14 e divulgação dos habilitados.

12. ANÁLISE DE MÉRITO CULTURAL DOS PROJETOS

12.1 Entende-se por "Análise de mérito cultural" a identificação, tanto individual quanto sobre seu contexto social, de aspectos relevantes dos projetos culturais, concorrentes em uma mesma categoria de apoio, realizada por meio da atribuição fundamentada de notas aos critérios descritos neste edital.

12.2 Por análise comparativa compreende-se a análise não apenas dos itens individuais de cada projeto, mas de suas propostas, impactos e relevância em relação aos outros projetos inscritos na mesma categoria. A pontuação de cada projeto é atribuída em função desta comparação.
12.3 A análise dos projetos culturais será realizada por comissão de seleção formada por, no mínimo, 03 (três) pareceristas externos, com experiência no segmento cultural.
12.4 O membro da comissão que incorre em impedimento deve comunicar o fato à referida Comissão, abstendo-se de atuar, sob pena de nulidade dos atos que praticar.
12.5 Para esta seleção serão considerados os critérios de pontuação estabelecidos no Anexo II deste edital.
12.6 Contra a decisão da fase de mérito cultural, caberá recurso destinado à Comissão de Seleção.
12.7 Os recursos de que tratam o item 12.8 deverão ser apresentados no prazo de 3 (três) dias úteis, conforme inciso III, do art. 16 do decreto 11.453/2023, a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação.
12.8 Os recursos devem ser encaminhados através do email recursoeditalteatropgpara@gmail.com, de 00h do dia 01/11/2023 até as 17h do dia 06/11/2023.
12.9 Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.
12.10 Após o julgamento dos recursos, o resultado final da análise de mérito cultural será publicado no Diário Oficial do Estado (DOE) contendo nome e CPF dos proponentes. A nota obtida e a justificativa serão publicadas no sítio eletrônico www.secult.pa.gov.br.

13. REMANEJAMENTO DOS RECURSOS

13.1 Não havendo número de propostas culturais selecionadas suficientes em uma modalidade, será selecionada a proposta de outra modalidade com maior quantidade de pontos, em ordem decrescente e levando em consideração o disposto no item 5 (Cotas).

14. ETAPA DE HABILITAÇÃO

14.1 Finalizada a etapa de análise de mérito cultural, o proponente do projeto contemplado deverá, no prazo de 06 (seis) dias úteis, apresentar os seguintes documentos através do Mapa Cultural, conforme sua natureza jurídica:
14.1.1 PESSOA FÍSICA
I - certidão negativa de débitos relativos a créditos tributários federais e Dívida Ativa da União;
II - certidões negativas de débitos relativas a créditos tributários estaduais e municipais, expedidas pela Secretaria da Fazendo do Pará (SEFA).
14.1.1.2 A comprovação de residência poderá ser dispensada nas hipóteses de agentes culturais:
I - pertencentes à comunidade indígena, quilombola, cigana ou circense;
II - pertencentes à população nômade ou itinerante; que se encontrem em situação de rua.
14.1.2 PESSOA JURÍDICA
I - certidão negativa de falência e recuperação judicial, expedida pelo Tribunal de Justiça estadual, nos casos de pessoas jurídicas com fins lucrativos;
II - certidão negativa de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
III - certidão negativa de débito estadual – Emitida pela SEFA/PA ;
IV - Certidão negativa municipal, expedidas pela Secretaria Municipal de finanças;
V - Certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - CRF/FGTS;
VI - certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, emitida no site do Tribunal Superior do Trabalho;
14.2 As certidões positivas com efeito de negativas servirão como certidões negativas, desde que não haja referência expressa de impossibilidade de celebrar instrumentos jurídicos com a administração pública.
14.3 Contra a decisão da fase de habilitação, caberá recurso fundamentado e específico destinado a SECULT/PA, através do email recursoeditalteatropgpara@gmail.com, de 00h do dia 22/11/2023 até as 17h do dia 27/11/2023.
14.4 Os recursos de trata o item 14.3 deverão ser apresentados no prazo de 3 dias úteis a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação, não cabendo recurso administrativo da decisão após esta fase.
14.5 Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.
14.6 Caso o proponente esteja em débito com o ente público responsável pela seleção e com a União não será possível o recebimento dos recursos de que trata este Edital.

15. ASSINATURA DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL E RECEBIMENTO DOS RECURSOS

15.1 Finalizada a fase de habilitação, o agente cultural contemplado será convocado a assinar o Termo de Execução Cultural, conforme Anexo III deste Edital, de forma presencial ou eletrônica.
15.2 O Termo de Execução Cultural corresponde ao documento a ser assinado pelo agente cultural (proponente) selecionado neste Edital e pelo concedente, contendo as obrigações dos assinantes do Termo.
15.3 Após a assinatura do Termo de Execução Cultural, o agente cultural receberá os recursos, com desembolso único, em até 30 (trinta) dias, EXCLUSIVAMENTE EM CONTA CORRENTE de qualquer banco, aberta especificamente para este fim.
15.3.1 A conta bancária da instituição financeira não deverá ter cobrança de tarifas.
15.3.2 Não serão aceitas contas poupança, conta salário, contas de recebimento de auxílio social do Governo (bolsa família, por exemplo).
15.4 A assinatura do Termo de Execução Cultural e o recebimento do apoio estão condicionados à existência de disponibilidade orçamentária e financeira, caracterizando a seleção como expectativa de direito do proponente.
15.5 O agente cultural deve assinar e enviar o Termo de Execução Cultural em até 2 (dois) dias úteis após envio da concedente, conforme previsto no cronograma, sob pena de perda do apoio financeiro e convocação do suplente para assumir sua vaga.

16. DIVULGAÇÃO DOS PROJETOS

16.1. Os contemplados comprometem-se a incluir nos créditos de todo material de divulgação, as logomarcas da SECULT-PA/ Governo do Estado, do Ministério da Cultura/ Governo Federal, obedecendo aos critérios de veiculação das logomarcas estabelecidas de forma padronizada, que estarão à disposição no site www.secult.pa.gov.br, e deverão incluir também a frase: "**Projeto selecionado pelo Edital de Teatro – Lei Paulo Gustavo"**.
16.1 Os produtos artístico-culturais e as peças de divulgação dos projetos exibirão as marcas do Governo federal, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura e SECULT-PA.
16.2 O material de divulgação dos projetos e seus produtos deve ser disponibilizado em formatos acessíveis a pessoas com deficiência e conterá informações sobre os recursos de acessibilidade disponibilizados.
16.3 O material de divulgação dos projetos deve ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, e não pode conter nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal.

17. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

17.1 Os procedimentos de monitoramento e avaliação dos projetos culturais contemplados, assim como prestação de informação à administração pública, observarão o Decreto 11.453/2023 (Decreto de Fomento), que dispõe sobre os mecanismos de fomento do sistema de financiamento à cultura, observadas às exigências legais de simplificação e de **foco no cumprimento do objeto.**
17.2 O agente cultural deve prestar contas por meio da apresentação do Relatório Final de Execução do Objeto, conforme documento constante no Anexo IV e orientação contida no Decreto nº11.453/2023, artigo 29, inciso 2 que versa sobre a prestação de informações em relatório de execução do objeto.
Parágrafo único: Em caso de realizador do edital considerar que não foi possível aferir o cumprimento integral do objeto no Relatório Final de Execução, e que as justificativas apresentadas sobre o cumprimento parcial do objeto não foram suficientes, lhe é facultado o direito de requisitar o Relatório de Execução Financeira com as devidas comprovações (nota fiscal, recibos e documento congêneres), conforme contido no inciso 3 do artigo 29 e no inciso 3 do parágrafo II do artigo 30.
17.3 O Relatório Final de Execução do Objeto deve ser apresentado até 31 de dezembro de 2024, com o fim da vigência do Termo de Execução Cultural.

18. DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1 O acompanhamento de todas as etapas deste Edital e a observância quanto aos prazos serão de inteira responsabilidade dos proponentes. Para tanto, deverão ficar atentos às publicações no sitio eletrônico www.secult.pa.gov.br, no Diário Oficial do Estado e nas mídias sociais oficiais da SECULT.
18.2 O presente Edital e os seus anexos estão disponíveis no site http://www.mapacultural.pa.gov.br/lpg/teatro.
18.3 Toda relação do proponente com o edital deverá ser através da plataforma mapa cultural, do e-mail editalteatrolpgpara@gmail.com e do telefone Whatsapp (91) 9 9176-2521.
18.4 Os casos omissos porventura existentes ficarão a cargo da Secretária de Estado de Cultura.
18.5 Eventuais irregularidades relacionadas aos requisitos de participação, constatadas a qualquer tempo, implicarão na desclassificação do proponente.
18.6 O proponente será o único responsável pela veracidade da proposta e documentos encaminhados, isentando a SECULT de qualquer responsabilidade civil ou penal.
18.7 O apoio concedido por meio deste Edital poderá ser acumulado com recursos captados por meio de leis de incentivo fiscal e outros programas e/ou apoios federais, estaduais e municipais.
18.8 A inscrição implica no conhecimento e concordância dos termos e condições previstos neste Edital, na Lei Complementar 195/2022 (Lei Paulo Gustavo), no Decreto 11.525/2023 (Decreto Paulo Gustavo) e no Decreto 11.453/2023 (Decreto de Fomento).
19. CRONOGRAMA

ETAPA	DATA INICIAL	DATA FINAL
1- Publicação do edital	12/09/2023	
2- Inscrições	12/09/2023	12/10/2023
3- Resultado Preliminar de Selecionados	31/10/2023	
4- Período de recurso	01/11/2023	06/11/2023
5- Homologação do Resultado Final	09/11/2023	
6- Entrega de Documentos dos selecionados	09/11/2023	16/11/2023
7- Resultado Preliminar de Habilitados	21/11/2023	
8- Período de recurso de Habilitação	22/11/2023	27/11/2023
9- Período de pagamento dos selecionados	28/11/2023	29/12/2023
10-Execução de projeto	até 31/12/2024	
11-Relatório Final de Execução do Objeto	até 31/12/2024	

20. ANEXOS:

20.1 Compõem este Edital os seguintes anexos:
Anexo I - Formulário de Inscrição/Plano de Trabalho;
Anexo II - Critérios de seleção
Anexo III - Termo de Execução Cultural;
Anexo IV - Relatório de Execução do Objeto;
Anexo V - Declaração de representação de grupo ou coletivo; e
Anexo VI - Declaração étnico-racial
Anexo VII – Planilha Orçamentária

ANEXO I

FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO (DISPONÍVEL NO MAPA)

1. DADOS DO PROPONENTE
Proponente é pessoa física ou pessoa jurídica?
( ) Pessoa Física
( ) Pessoa Jurídica
PARA PESSOA FÍSICA:
Nome Completo:
Nome artístico ou nome social (se houver):
CPF:
RG:
Data de nascimento:
E-mail:
Telefone:
Endereço completo:
CEP:
Cidade:
Estado:
Você reside em quais dessas áreas?
( ) Zona urbana central
( ) Zona urbana periférica
( ) Zona rural
( ) Área de vulnerabilidade social
( ) Unidades habitacionais
( ) Territórios indígenas (demarcados ou em processo de demarcação)
( ) Comunidades quilombolas (terra titulada ou em processo de titulação, com registro na Fundação Palmares)
( ) Áreas atingidas por barragem
( ) Território de povos e comunidades tradicionais (ribeirinhos, louceiros, cipozeiro, pequizeiros, vazanteiros, povos do mar etc.).
Pertence a alguma comunidade tradicional?
( ) Não pertenço a comunidade tradicional
( ) Comunidades Extrativistas
( ) Comunidades Ribeirinhas
( ) Comunidades Rurais
( ) Indígenas
( ) Povos Ciganos
( ) Pescadores(as) Artesanais
( ) Povos de Terreiro
( ) Quilombolas
( ) Outra comunidade tradicional
Gênero:
( ) Mulher cisgênero
( ) Homem cisgênero
( ) Mulher Transgênero
( ) Homem Transgênero
( ) Pessoa Não Binária
( ) Não informar
Raça, cor ou etnia:
( ) Branca
( ) Preta
( ) Parda
( ) Indígena
( ) Amarela
Você é uma Pessoa com Deficiência - PCD?
( ) Sim
( ) Não
Caso tenha marcado "sim", qual tipo de deficiência?
( ) Auditiva
( ) Física
( ) Intelectual
( ) Múltipla
( ) Visual
Qual o seu grau de escolaridade?
( ) Não tenho Educação Formal
( ) Ensino Fundamental Incompleto
( ) Ensino Fundamental Completo
( ) Ensino Médio Incompleto
( ) Ensino Médio Completo
( ) Curso Técnico Completo
( ) Ensino Superior Incompleto
( ) Ensino Superior Completo
( ) Pós Graduação Completo
Qual a sua renda mensal fixa individual (média mensal bruta aproximada) nos últimos 3 meses?
(Calcule fazendo uma média das suas remunerações nos últimos 3 meses. Em 2023, o salário mínimo foi fixado em R$ 1.320,00.)
( ) Nenhuma renda.
( ) Até 1 salário mínimo
( ) De 1 a 3 salários mínimos
( ) De 3 a 5 salários mínimos
( ) De 5 a 8 salários mínimos
( ) De 8 a 10 salários mínimos
( ) Acima de 10 salários mínimos
Você é beneficiário de algum programa social?
( ) Não
( ) Bolsa família
( ) Benefício de Prestação Continuada
( ) Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
( ) Garantia-Safra
( ) Seguro-Defeso
( ) Outro
Vai concorrer às cotas afirmativas?
( ) Sim ( ) Não
Se sim. Qual?
( ) Pessoa negra
( ) Pessoa indígena
Qual a sua principal função/profissão no campo artístico e cultural?
( ) Artista.
( ) Instrutor(a), oficineiro(a), educador(a) artístico(a)-cultural e afins.
( ) Curador(a), Programador(a) e afins.
( ) Gestor(a)
( ) Técnico(a)
( ) Consultor(a), Pesquisador(a) e afins.
( )_____Outro(a)s
Você está representando um coletivo (sem CNPJ)?
( ) Não
( ) Sim
Caso tenha respondido "sim":
Nome do coletivo:
Ano de Criação:
Quantas pessoas fazem parte do coletivo?
Nome completo e CPF das pessoas que compõem o coletivo:
PARA PESSOA JURÍDICA:
Razão Social:
Nome fantasia:
CNPJ:
Endereço da sede:
Cidade:
Estado:
Número de representantes legais:
Nome do representante legal:
CPF do representante legal:
E-mail do representante legal:
Telefone do representante legal:
Gênero do representante legal
( ) Mulher cisgênero
( ) Homem cisgênero
( ) Mulher Transgênero
( ) Homem Transgênero
( ) Não Binária/Binárie
( ) Não informar
Raça/cor/etnia do representante legal
( ) Branca
( ) Preta
( ) Parda
( ) Amarela
( ) Indígena
Representante legal é pessoa com deficiência - PCD?
( ) Sim
( ) Não
Caso tenha marcado "sim" qual o tipo de deficiência?
( ) Auditiva
( ) Física
( ) Intelectual
( ) Múltipla
( ) Visual
Escolaridade do representante legal
( ) Não tenho Educação Formal
( ) Ensino Fundamental Incompleto
( ) Ensino Fundamental Completo
( ) Ensino Médio Incompleto
( ) Ensino Médio Completo
( ) Curso Técnico completo
( ) Ensino Superior Incompleto
( ) Ensino Superior Completo
( ) Pós Graduação completo
2. DADOS DO PROJETO
Nome do Projeto:
Escolha a categoria a que vai concorrer:
Quais atividades e/ou produtos estão previstos no seu projeto? Por favor, quantifique.
Bolsa para desenvolvimento de processos criativos
Capacitação
Catálogo
Curso livre
Curso regular
Encontro
Evento cultural
Exibição
Exposição
Feira
Festival
Fomento
Fotografia
Live
Mostra
Obra
Oficina
Palestra
Pesquisa
Podcast
Premiação
Produção de publicações
Projeto
Publicação
Restauro
Seminário
Site
Vídeo
Vivência
Descrição do projeto
(Na descrição, você deve apresentar informações gerais sobre o seu proje-

to. Algumas perguntas orientadoras: O que você realizará com o projeto? Porque ele é importante para a sociedade? Como a ideia do projeto surgiu? Conte sobre o contexto de realização.)

Objetivos do projeto

(Neste campo, você deve propor objetivos para o seu projeto, ou seja, deve informar o que você pretende alcançar com a realização do projeto. É importante que você seja breve e proponha entre três a cinco objetivos.)

Metas

(Neste espaço, é necessário detalhar os objetivos em pequenas ações e/ou resultados que sejam quantificáveis. Por exemplo: Realização de 02 oficinas de artes circenses; Confecção de 80 figurinos; 120 pessoas idosas beneficiadas.)

Perfil do público a ser atingido pelo projeto

(Preencha aqui informações sobre as pessoas que serão beneficiadas ou participarão do seu projeto. Perguntas orientadoras: Quem vai ser o público do seu projeto? Essas pessoas são crianças, adultas e/ou idosas? Elas fazem parte de alguma comunidade? Qual a escolaridade delas? Elas moram em qual local, bairro e/ou região? No caso de públicos digitais, qual o perfil das pessoas a que seu projeto se direciona?)

Sua ação cultural é voltada prioritariamente para algum destes perfis de público?

Pessoas vítimas de violência
Pessoas em situação de pobreza
Pessoas em situação de rua (moradores de rua)
Pessoas em situação de restrição e privação de liberdade (população carcerária)
Pessoas com deficiência
Pessoas em sofrimento físico e/ou psíquico
Mulheres
Gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transgêneros e transexuais
Povos e comunidades tradicionais
Negros e/ou negras
Ciganos
Indígenas
Não é voltada especificamente para um perfil, é aberta para todos
Outros

Medidas de acessibilidade empregadas no projeto

(Marque quais medidas de acessibilidade serão implementadas ou estarão disponíveis para a participação de Pessoas com deficiência - PCD´s, tais como, intérprete de libras, audiodescrição, entre outras medidas de acessibilidade a pessoas com deficiência, idosos e mobilidade reduzida, conforme Instrução Normativa nº xxxx.)

Acessibilidade arquitetônica:

( ) rotas acessíveis, com espaço de manobra para cadeira de rodas;
( ) piso tátil;
( ) rampas;
( ) elevadores adequados para pessoas com deficiência;
( ) corrimãos e guarda-corpos;
( ) banheiros femininos e masculinos adaptados para pessoas com deficiência;
( ) vagas de estacionamento para pessoas com deficiência;
( ) assentos para pessoas obesas;
( ) iluminação adequada;
( ) Outra _____

Acessibilidade comunicacional:

( ) a Língua Brasileira de Sinais - Libras;
( ) o sistema Braille;
( ) o sistema de sinalização ou comunicação tátil;
( ) a audiodescrição;
( ) as legendas;
( ) a linguagem simples;
( ) textos adaptados para leitores de tela; e
( ) Outra _____

Acessibilidade atitudinal:

( ) capacitação de equipes atuantes nos projetos culturais;
( ) contratação de profissionais com deficiência e profissionais especializados em acessibilidade cultural;
( ) formação e sensibilização de agentes culturais, público e todos os envolvidos na cadeia produtiva cultural; e
( ) outras medidas que visem a eliminação de atitudes capacitistas.

Informe como essas medidas de acessibilidade serão implementadas ou disponibilizadas de acordo com o projeto proposto.

Local onde o projeto será executado

Informe os espaços culturais e outros ambientes onde a sua proposta será realizada. É importante informar também os municípios e Estados onde ela será realizada.

Previsão do período de execução do projeto

Data de início:
Data final:

Equipe

Informe quais são os profissionais que atuarão no projeto, conforme quadro a seguir:

Nome do profissional /empresa	Função no projeto	CPF/CNPJ	Pessoa negra?	Pessoa índigena?	Pessoa com deficiência?	[INSERIR MAIS COLUNAS, SE NECESSÁRIO]
Ex.: João Silva	Curador	123456789101	Sim/Não	Sim/Não	Sim/Não	

Cronograma de Execução

Descreva os passos a serem seguidos para execução do projeto.

Atividade Geral	Etapa	Descrição	Início	Fim	[INSERIR MAIS COLUNAS, SE NECESSÁRIO]
Ex: Comunicação	Pré-produção	Divulgação do projeto nos veículos de imprensa	11/10/2023	11/11/2023	

Estratégia de divulgação

Apresente os meios que serão utilizados para divulgar o projeto. ex.: impulsionamento em redes sociais.

Contrapartida

Neste campo, descreva qual contrapartida será realizada, quando será realizada, e onde será realizada.

Projeto possui recursos financeiros de outras fontes? Se sim, quais?

(Informe se o projeto prevê apoios financeiros tais como cobrança de ingressos, patrocínio e/ou outras fontes de financiamento. Caso positivo, informe a previsão de valores e onde serão empregados no projeto.)

( ) Não, o projeto não possui outras fontes de recursos financeiros
( ) Apoio financeiro municipal
( ) Apoio financeiro estadual
( ) Recursos de Lei de Incentivo Municipal
( ) Recursos de Lei de Incentivo Estadual
( ) Recursos de Lei de Incentivo Federal
( ) Patrocínio privado direto
( ) Patrocínio de instituição internacional
( ) Doações de Pessoas Físicas
( ) Doações de Empresas
( ) Cobrança de ingressos
( ) Outros

Se o projeto tem outras fontes de financiamento, detalhe quais são, o valor do financiamento e onde os recursos serão empregados no projeto.

O projeto prevê a venda de produtos/ingressos?

(Informe a quantidade dos produtos a serem vendidos, o valor unitário por produto e o valor total a ser arrecadado. Detalhe onde os recursos arrecadados serão aplicados no projeto.)

3. PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

Preencha a tabela informando todas as despesas indicando as metas/etapas às quais elas estão relacionadas.

Deve haver a indicação do parâmetro de preço (Ex.: preço estabelecido no SALICNET, 3 orçamentos, etc) utilizado com a referência específica do item de despesa, conforme exemplo abaixo.

Descrição do item	Justificativa	Unidade de medida	Valor unitário	Quantidade	Valor total	Referência de preço
Ex.: Fotógrafo	Profissional necessário para registro da oficina	Serviço	R$1.100,00	1	R$1.100,00	Salicnet – Oficina/workshop/seminário Audiovisual – Brasília – Fotografia Artística – Serviço

4. DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS A SEREM ANEXADOS

Encaminhe junto a esse formulário os seguintes documentos:
RG e CPF do proponente
Currículo do proponente
Mini currículo dos integrantes do projeto
[OUTROS DOCUMENTOS QUE FOREM OBRIGATÓRIOS DE ACORDO COM AS CATEGORIAS]

ANEXO II
CRITÉRIOS UTILIZADOS NA AVALIAÇÃO DE MÉRITO CULTURAL

As comissões de seleção atribuirão notas de 0 a 10 pontos a cada um dos critérios de avaliação de cada projeto, conforme tabela a seguir:

CRITÉRIOS OBRIGATÓRIOS PARA PROJETOS DE FOMENTO		
Identificação do Critério	**Descrição do Critério**	**Pontuação Máxima**
A	**Qualidade do Projeto - Coerência do objeto, objetivos, justificativa e metas do projeto** A análise deverá considerar, para fins de avaliação e valoração, se o conteúdo do projeto apresenta, como um todo, coerência, observando o objeto, a justificativa e as metas, sendo possível visualizar de forma clara os resultados que serão obtidos.	10

B	**Relevância da ação proposta para o cenário cultural do Estado do Pará.** A análise deverá considerar, para fins de avaliação e valoração, se a ação contribui para o enriquecimento e valorização da cultura do estado do Pará	10
C	**Aspectos de integração comunitária na ação proposta pelo projeto** Considera-se, para fins de avaliação e valoração, se o projeto apresenta aspectos de integração comunitária, em relação ao impacto social para a inclusão de pessoas com deficiência, idosos e demais grupos em situação de histórica vulnerabilidade econômica/social.	10
D	**Coerência da planilha orçamentária e do cronograma de execução às metas, resultados e desdobramentos do projeto proposto** A análise deverá avaliar e valorar a viabilidade técnica do projeto sob o ponto de vista dos gastos previstos na planilha orçamentária, sua execução e a adequação ao objeto, metas e objetivos previstos. Também deverá ser considerada para fins de avaliação, a coerência e conformidade dos valores e quantidades dos itens relacionados na planilha orçamentária do projeto.	10
E	**Coerência do Plano de Divulgação ao Cronograma, Objetivos e Metas do projeto proposto** A análise deverá avaliar e valorar a viabilidade técnica e comunicacional com público alvo do projeto, mediante as estratégias, mídias e materiais apresentados, bem como a capacidade de execução.	10
F	**Compatibilidade da ficha técnica com as atividades desenvolvidas** A análise deverá considerar a carreira dos profissionais que compõem o corpo técnico e artístico, verificando a coerência ou não em relação às atribuições que serão executadas por eles no projeto (para esta avaliação serão considerados os currículos dos membros da ficha técnica).	10
G	**Trajetória artística e cultural do proponente** Será considerado para fins de análise a carreira do proponente, com base no currículo e comprovações enviadas juntamente com a proposta	10
PONTUAÇÃO TOTAL:		80

A pontuação final de cada candidatura será definida por média das notas atribuídas individualmente por cada membro,
Os critérios gerais são eliminatórios, de modo que, o agente cultural que receber pontuação 0 em algum dos critérios será desclassificado do Edital.
Em caso de empate, serão utilizados para fins de classificação dos projetos a maior nota nos critérios de acordo com a ordem abaixo definida: A, B, C, D, E, F, G,H respectivamente.
Caso nenhum dos critérios acima elencados seja capaz de promover o desempate será adotado o critério de maior idade do proponente pessoa física ou representante de pessoa jurídica.
Serão considerados aptos os projetos de fomento que receberem nota final igual ou superior a 40 pontos.
Serão desclassificados os projetos que:
I - receberam nota 0 em qualquer dos critérios obrigatórios;
II - apresentem quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade ou outras formas de discriminação serão desclassificadas, com fundamento no disposto no inciso IV do caput do art. 3º da Constituição, garantidos o contraditório e a ampla defesa.
III - A falsidade de informações acarretará desclassificação, podendo ensejar, ainda, a aplicação de sanções administrativas ou criminais.

ANEXO III
TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº [INDICAR NÚMERO]/[INDICAR ANO] TENDO POR OBJETO A CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO A AÇÕES CULTURAIS CONTEMPLADAS PELO EDITAL nº XX/2023 –, NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO), DO DECRETO N. 11.525/2023 (DECRETO PAULO GUSTAVO) E DO DECRETO 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

1. PARTES

1.1 O [NOME DO ENTE FEDERATIVO], neste ato representado por [AUTORIDADE QUE ASSINARÁ PELO ENTE FEDERATIVO], Senhor(a) [INDICAR NOME DA AUTORIDADE QUE ASSINARÁ PELO ENTE FEDERATIVO], e o(a) AGENTE CULTURAL, [INDICAR NOME DO(A) AGENTE CULTURAL CONTEMPLADO], portador(a) do RG nº [INDICAR Nº DO RG], expedida em [INDICAR ÓRGÃO EXPEDIDOR], CPF nº [INDICAR Nº DO CPF], residente e domiciliado(a) à [INDICAR ENDEREÇO], CEP: [INDICAR CEP], telefones: [INDICAR TELEFONES], resolvem firmar o presente Termo de Execução Cultural, de acordo com as seguintes condições:

2. PROCEDIMENTO

2.1 Este Termo de Execução Cultural é instrumento da modalidade de fomento à execução de ações culturais de que trata o inciso I do art. 8 do Decreto 11.453/2023, celebrado com agente cultural selecionado nos termos da LEI COMPLEMENTAR Nº 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO), DO DECRETO N. 11.525/2023 (DECRETO PAULO GUSTAVO) E DO DECRETO 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

3. OBJETO

3.1. Este Termo de Execução Cultural tem por objeto a concessão de apoio financeiro ao projeto cultural [INDICAR NOME DO PROJETO], contemplado no conforme processo administrativo nº [INDICAR NÚMERO DO PROCESSO].

4. RECURSOS FINANCEIROS

4.1. Os recursos financeiros para a execução do presente termo totalizam o montante de R$ [INDICAR VALOR EM NÚMERO ARÁBICOS] ([INDICAR VALOR POR EXTENSO] reais).
4.2. Serão transferidos à conta do(a) AGENTE CULTURAL, especialmente aberta no [NOME DO BANCO], Agência [INDICAR AGÊNCIA], Conta Corrente nº [INDICAR CONTA], para recebimento e movimentação.

5. APLICAÇÃO DOS RECURSOS

5.1 Os rendimentos de ativos financeiros poderão ser aplicados para o alcance do objeto, sem a necessidade de autorização prévia.

6. OBRIGAÇÕES

6.1 São obrigações da SECULT/PA:
I) transferir os recursos ao(a)AGENTE CULTURAL;
II) orientar o(a) AGENTE CULTURAL sobre o procedimento para a prestação de informações dos recursos concedidos;
III) analisar e emitir parecer sobre os relatórios e sobre a prestação de informações apresentados pelo(a) AGENTE CULTURAL;
IV) zelar pelo fiel cumprimento deste termo de execução cultural;
V) adotar medidas saneadoras e corretivas quando houver inadimplemento;
VI) monitorar o cumprimento pelo(a) AGENTE CULTURAL das obrigações previstas na CLÁUSULA 6.2.
6.2 São obrigações do(a) AGENTE CULTURAL:
I) executar a ação cultural aprovada;
II) aplicar os recursos concedidos pela Lei Paulo Gustavo na realização da ação cultural;
III) manter, obrigatória e exclusivamente, os recursos financeiros depositados na conta especialmente aberta para o Termo de Execução Cultural;
IV) facilitar o monitoramento, o controle e supervisão do termo de execução cultural bem como o acesso ao local de realização da ação cultural;
V) prestar informações à SECULT por meio de Relatório de Execução do Objeto, apresentado no prazo máximo de até 31 de dezembro de 2024, contados do término da vigência do termo de execução cultural;
VI) atender a qualquer solicitação regular feita pela SECULT, a contar do recebimento da notificação;
VII) divulgar nos meios de comunicação, a informação de que a ação cultural aprovada é apoiada com recursos da Lei Paulo Gustavo, incluindo as marcas do Governo federal, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura;
VIII) não realizar despesa em data anterior ou posterior à vigência deste termo de execução cultural;
IX) guardar a documentação referente à prestação de informações pelo prazo de 10 anos, contados do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural;
X) não utilizar os recursos para finalidade diversa da estabelecida no projeto cultural;
XI) executar a contrapartida conforme pactuado.

7. PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES,

7.1 O agente cultural prestará contas à administração pública por meio da categoria de prestação de informações em relatório de execução do objeto.
7.2 A prestação de informações em relatório de execução do objeto comprovará que foram alcançados os resultados da ação cultural, por meio dos seguintes procedimentos:
I - apresentação de relatório de execução do objeto pelo beneficiário no prazo estabelecido pelo ente federativo no regulamento ou no instrumento de seleção;
II - apresentação de relatório de execução financeira do projeto, e;
III - análise do relatório de execução do objeto por agente público designado.
7.2.1 O relatório de prestação de informações sobre o cumprimento do objeto deverá:
I - comprovar que foram alcançados os resultados da ação cultural;
II - conter a descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;
III - ter anexados documentos de comprovação do cumprimento do objeto, tais como: Declarações de realização dos eventos, com registro fotográfico ou audiovisual, clipping de matérias jornalísticas, releases, folders, catálogos, panfletos, filipetas, bem como outros documentos pertinentes à execução do projeto.
7.2.2 O agente público competente elaborará parecer técnico de análise do relatório de execução do objeto e poderá adotar os seguintes procedimentos, de acordo com o caso concreto:
I - encaminhar o processo à autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações, caso conclua que houve o cumprimento integral do objeto; ou
II - solicitar a apresentação, pelo agente cultural, de relatório de execução financeira, caso considere que não foi possível aferir o cumprimento integral do objeto no relatório de execução do objeto ou que as justificativas apresentadas sobre o cumprimento parcial do objeto foram insuficientes.
7.2.3 Após o recebimento do processo pelo agente público de que trata o item 7.2.2, autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações poderá:
I - determinar o arquivamento, caso considere que houve o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado;
II - solicitar a apresentação, pelo agente cultural, de relatório de execução financeira, caso considere que não foi possível aferir o cumprimento integral do objeto no relatório de execução do objeto ou que as justificativas apresentadas sobre o cumprimento parcial do objeto foram insuficientes; ou
III - aplicar sanções ou decidir pela rejeição da prestação de informações, caso verifique que não houve o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado, ou caso identifique irregularidades no relatório de execução financeira.
7.3 O relatório de execução financeira será exigido, independente da modalidade inicial de prestação de informações (in loco ou em relatório de execução do objeto), somente nas seguintes hipóteses:
I - quando não estiver comprovado o cumprimento do objeto, observados os procedimentos previstos no item 7.2; ou
II - quando for recebida, pela administração pública, denúncia de irregularidade na execução da ação cultural, mediante juízo de admissibilidade que avaliará os elementos fáticos apresentados.
7.3.1 O prazo para apresentação do relatório de execução financeira será de, no mínimo, trinta dias, contado do recebimento da notificação.
7.4 O julgamento da prestação de informações realizado pela autoridade do ente federativo que celebrou o termo de execução cultural avaliará o parecer técnico de análise de prestação de informações e poderá concluir pela:
I - aprovação da prestação de informações, com ou sem ressalvas; ou
II - reprovação da prestação de informações, parcial ou total.
7.5 Na hipótese de o julgamento da prestação de informações apontar a necessidade de devolução de recursos, o agente cultural será notificado

para que exerça a opção por:
I - devolução parcial ou integral dos recursos ao erário;
II - apresentação de plano de ações compensatórias; ou
III - devolução parcial dos recursos ao erário juntamente com a apresentação de plano de ações compensatórias.
7.5.1 A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a reprovação da prestação de informações, desde que comprovada.
7.5.2 Nos casos em que estiver caracterizada má-fé do agente cultural, será imediatamente exigida a devolução de recursos ao erário, vedada a aceitação de plano de ações compensatórias.
7.5.3 Nos casos em que houver exigência de devolução de recursos ao erário, o agente cultural poderá solicitar o parcelamento do débito, na forma e nas condições previstas na legislação.
7.5.4 O prazo de execução do plano de ações compensatórias será o menor possível, conforme o caso concreto, limitado à metade do prazo originalmente previsto de vigência do instrumento.

8. ALTERAÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

8.1 A alteração do termo de execução cultural será formalizada por meio de termo aditivo.
8.2 A formalização de termo aditivo não será necessária nas seguintes hipóteses:
I - prorrogação de vigência realizada de ofício pela administração pública quando der causa a atraso na liberação de recursos; e
II - alteração do projeto sem modificação do valor global do instrumento e sem modificação substancial do objeto.
8.3 Na hipótese de prorrogação de vigência, o saldo de recursos será automaticamente mantido na conta, a fim de viabilizar a continuidade da execução do objeto.
8.4 As alterações do projeto cujo escopo seja de, no máximo, 20% poderão ser realizadas pelo agente cultural e comunicadas à administração pública em seguida, sem a necessidade de autorização prévia.
8.5 A aplicação de rendimentos de ativos financeiros em benefício do objeto do termo de execução cultural poderá ser realizada pelo agente cultural sem a necessidade de autorização prévia da administração pública.
8.6 Nas hipóteses de alterações em que não seja necessário termo aditivo, poderá ser realizado apostilamento.

9. TITULARIDADE DE BENS

9.1 Os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução da ação cultural fomentada serão de titularidade do agente cultural desde a data da sua aquisição.
9.2 Nos casos de rejeição da prestação de contas em razão da aquisição ou do uso do bem, o valor pago pela aquisição será computado no cálculo de valores a devolver, com atualização monetária.
[OU]
9.2 Os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução da ação cultural fomentada serão de titularidade do [NOME DO ENTE].
[AO FORMALIZAR O TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL, O ENTE DEVE DECIDIR SE OS BENS ADQUIRIDOS, PRODUZIDOS OU TRANSFORMADOS PELO AGENTE CULTURAL SERÃO DO PRÓPRIO AGENTE CULTURAL OU DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. OS BENS PODEM FICAR COM O AGENTE CULTURAL NAS HIPÓTESES TRATADAS NO ART. 27 DO DECRETO 11.453/2023]

10. EXTINÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

10.1 O presente Termo de Execução Cultural poderá ser:
I - extinto por decurso de prazo;
II - extinto, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;
III - denunciado, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe; ou
IV - rescindido, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe, nas seguintes hipóteses:
a) descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;
b) irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas ;
c) violação da legislação aplicável;
d) cometimento de falhas reiteradas na execução;
e) má administração de recursos públicos;
f) constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;
g) não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;h) outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.
10.2 A denúncia só será eficaz 60 (sessenta) dias após a data de recebimento da notificação, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença.
10.3 Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.
10.4 Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje dano ao erário, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela Administração Pública.
10.5 Outras situações relativas à extinção deste Termo não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser negociados entre as partes ou, se for o caso, no Termo de Distrato.

11. SANÇÕES

11.1 . Nos casos em que for verificado que a ação cultural ocorreu, mas houve inadequação na execução do objeto ou na execução financeira sem má-fé, a autoridade pode concluir pela aprovação da prestação de informações com ressalvas e aplicar sanção de advertência ou multa.
11.2 A decisão sobre a sanção deve ser precedida de abertura de prazo para apresentação de defesa pelo AGENTE CULTURAL.
11.3 A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a aplicação de sanção, desde que regularmente comprovada.

12. MONITORAMENTO E CONTROLE DE RESULTADOS

12.1 [DEVE SER INFORMADO COMO O ÓRGÃO REALIZARÁ O MONITORAMENTO DAS AÇÕES, PODENDO SER POR MEIO DE COMISSÃO ESPECÍFICA PARA ESTE FIM, POR ENVIO DE RELATÓRIOS, ENTRE OUTRAS MEDIDAS].

13. VIGÊNCIA

13.1 A vigência deste instrumento terá início na data de assinatura das partes, com duração de [PRAZO EM ANOS OU MESES], podendo ser prorrogado por [PRAZO MÁXIMO DE PRORROGAÇÃO].

14. PUBLICAÇÃO

14.1 O Extrato do Termo de Execução Cultural será publicado no [INFORMAR ONDE SERÁ PUBLICADO]

15. FORO

15.1 Fica eleito o Foro de [LOCAL] para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao presente Termo de Execução Cultural.
LOCAL, [INDICAR DIA, MÊS E ANO].

Pelo órgão: Pelo Agente Cultural:
[NOME DO AGENTE CULTURAL]

ANEXO IV
RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

1. DADOS DO PROJETO

Nome do projeto:
Nome do agente cultural proponente:
Nº do Termo de Execução Cultural
Vigência do projeto:
Valor repassado para o projeto:
Data de entrega desse relatório:

2. RESULTADOS DO PROJETO

2.1. Resumo:

Descreva de forma resumida como foi a execução do projeto, destacando principais resultados e benefícios gerados e outras informações pertinentes.

2.2. As ações planejadas para o projeto foram realizadas?

( ) Sim, todas as ações foram feitas conforme o planejado.
( ) Sim, todas as ações foram feitas, mas com adaptações e/ou alterações.
( ) Uma parte das ações planejadas não foi feita.
( ) As ações não foram feitas conforme o planejado.

2.3. Ações desenvolvidas

Descreva as ações desenvolvidas, com informações detalhando ações, datas, locais, horários, etc. Fale também sobre a eventuais alterações nas atividades previstas no projeto, bem como os possíveis impactos nas metas acordadas.

2.4. Cumprimento das Metas

Metas integralmente cumpridas:
• META 1 [Descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado]
◦ OBSERVAÇÃO DA META 1: [informe como a meta foi cumprida]
Metas parcialmente cumpridas (SE HOUVER):
• META 1 [Descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado]
◦ Observações da Meta 1: [Informe qual parte da meta foi cumprida]
◦ Justificativa para o não cumprimento integral: [Explique porque parte da meta não foi cumprida]
Metas não cumpridas (se houver)
• Meta 1 [Descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado]
◦ Justificativa para o não cumprimento: [Explique porque a meta não foi cumprida]

3. PRODUTOS GERADOS

3.1. A execução do projeto gerou algum produto?

Exemplos: vídeos, produção musical, produção gráfica etc.
( ) Sim
( ) Não

3.1.1. Quais produtos culturais foram gerados?

Você pode marcar mais de uma opção. Informe também as quantidades.
( ) Publicação
( ) Livro
( ) Catálogo
( ) Live (transmissão on-line)
( ) Vídeo
( ) Documentário
( ) Filme
( ) Relatório de pesquisa
( ) Produção musical
( ) Jogo
( ) Artesanato
( ) Obras
( ) Espetáculo
( ) Show musical
( ) Site
( ) Música
( ) Outros: _____

3.1.2. Como os produtos desenvolvidos ficaram disponíveis para o público após o fim do projeto?

Exemplos: publicações impressas, vídeos no YouTube?

3.2. Quais foram os resultados gerados pelo projeto?

Detalhe os resultados gerados por cada atividade prevista no Projeto.

3.2.1 Pensando nos resultados finais gerados pelo projeto, você considera que ele:

(Você pode marcar mais de uma opção).
( ) Desenvolveu processos de criação, de investigação ou de pesquisa.
( ) Desenvolveu estudos, pesquisas e análises sobre o contexto de atuação.
( ) Colaborou para manter as atividades culturais do coletivo.
( ) Fortaleceu a identidade cultural do coletivo.

( ) Promoveu as práticas culturais do coletivo no espaço em que foi desenvolvido.
( ) Promoveu a formação em linguagens, técnicas e práticas artísticas e culturais.
( ) Ofereceu programações artísticas e culturais para a comunidade do entorno.
( ) Atuou na preservação, na proteção e na salvaguarda de bens e manifestações culturais.

4. PÚBLICO ALCANÇADO

Informe a quantidade de pessoas beneficiadas pelo projeto, demonstre os mecanismos utilizados para mensuração, a exemplo de listas de presenças. Em caso de baixa frequência ou oscilação relevante informe as justificativas.

5. EQUIPE DO PROJETO

5.1 Quantas pessoas fizeram parte da equipe do projeto?

Digite um número exato (exemplo: 23).

5.2 Houve mudanças na equipe ao longo da execução do projeto?

( ) Sim ( ) Não

Informe se entraram ou saíram pessoas na equipe durante a execução do projeto.

5.3 Informe os profissionais que participaram da execução do projeto:

Nome do profissional/empresa	Função no projeto	CPF/CNPJ	Pessoa negra?	Pessoa índigena?	Pessoa com deficiência?	[INSERIR MAIS COLUNAS, SE NECESSÁRIO]
Ex.: João Silva	Cineasta	123456789101	Sim/Não	Sim/Não	Sim/Não	

6. LOCAIS DE REALIZAÇÃO

6.1 De que modo o público acessou a ação ou o produto cultural do projeto?

( )1. Presencial.
( ) 2. Virtual.
( ) 3. Híbrido (presencial e virtual).

Caso você tenha marcado os itens 2 ou 3 (virtual e híbrido):

6.2 Quais plataformas virtuais foram usadas?

Você pode marcar mais de uma opção.
( )Youtube
( )Instagram / IGTV
( )Facebook
( )TikTok
( )Google Meet, Zoom etc.
( )Outros: _____

6.3 Informe aqui os links dessas plataformas:

Caso você tenha marcado os itens 1 e 3 (Presencial e Híbrido):

6.4 De que forma aconteceram as ações e atividades presenciais do projeto?

( )1. Fixas, sempre no mesmo local.
( )2. Itinerantes, em diferentes locais.
( )3. Principalmente em um local base, mas com ações também em outros locais.

No item 6.4 caso você tenha marcado o item 1 (Fixas):

6.5 Em que município o projeto aconteceu?

6.7 Em que área do município o projeto foi realizado?

Você pode marcar mais de uma opção.
( )Zona urbana central.
( )Zona urbana periférica.
( )Zona rural.
( )Área de vulnerabilidade social.
( )Unidades habitacionais.
( )Territórios indígenas (demarcados ou em processo de demarcação).
( )Comunidades quilombolas (terra titulada, em processo de titulação, com registro na Fundação Palmares).
( )Áreas atingidas por barragem.
( )Território de povos e comunidades tradicionais (ribeirinhos, louceiros, cipozeiro, pequizeiros, vazanteiros, povos do mar etc.).
( )Outros: _____

6.8 Onde o projeto foi realizado?

Você pode marcar mais de uma opção.
( )Equipamento cultural público municipal.
( )Equipamento cultural público estadual.
( )Espaço cultural independente.
( )Escola.
( )Praça.
( )Rua.
( )Parque.
( )Outros

No item 6.4 caso você tenha marcado o item 2 (itinerante):

6.9 Em quais municípios o projeto aconteceu?

6.10 Em quais áreas o projeto foi realizado?

Você pode marcar mais de uma opção.
( )Zona urbana central.
( )Zona urbana periférica.
( )Zona rural.
( )Área de vulnerabilidade social.
( )Unidades habitacionais.
( )Territórios indígenas (demarcados ou em processo de demarcação).
( )Comunidades quilombolas (terra titulada, em processo de titulação, com registro na Fundação Palmares).
( )Áreas atingidas por barragem.
( )Territórios de povos e comunidades tradicionais (ribeirinhos, louceiros, cipozeiro, pequizeiros, vazanteiros, povos do mar etc.).
( )Outros: _____

6.11 Onde o projeto foi realizado?

Você pode marcar mais de uma opção.
( )Equipamento cultural público municipal.
( )Equipamento cultural público estadual.
( )Espaço cultural independente.
( )Escola.
( )Praça.
( )Rua.
( )Parque.
( )Outros _____

No item 6.4 caso você tenha marcado o item 3 (Base):

6.12 Em quais municípios o projeto aconteceu?

6.13 Em quais áreas o projeto foi realizado?

Você pode marcar mais de uma opção.
( )Zona urbana central.
( )Zona urbana periférica.
( )Zona rural.
( )Área de vulnerabilidade social.
( )Unidades habitacionais.
( )Territórios indígenas (demarcados ou em processo de demarcação).
( )Comunidades quilombolas (terra titulada, em processo de titulação, com registro na Fundação Palmares).
( )Áreas atingidas por barragem.
( )Território de povos e comunidades tradicionais (ribeirinhos, louceiros, cipozeiro, pequizeiros, vazanteiros, povos do mar etc.).
( )Outros: _____

6.14 Onde o projeto foi realizado?

Você pode marcar mais de uma opção.
( )Equipamento cultural público municipal.
( )Equipamento cultural público estadual.
( )Espaço cultural independente.
( )Escola.
( )Praça.
( )Rua.
( )Parque.
( )Outros_____

7. DIVULGAÇÃO DO PROJETO

Informe como o projeto foi divulgado. Ex.: Divulgado no instagram

8. CONTRAPARTIDA

Descreva como a contrapartida foi executada, quando foi executada e onde foi executada.

9. TÓPICOS ADICIONAIS

Inclua aqui informações relevantes que não foram abordadas nos tópicos anteriores, se houver.

10. ANEXOS

Junte documentos que comprovem que você executou o projeto, tais como listas de presença, relatório fotográfico, vídeos, depoimentos, entre outros.

Nome

Assinatura do Agente Cultural Proponente

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DE GRUPO OU COLETIVO

OBS.: Essa declaração deve ser preenchida somente por proponentes que sejam um grupo ou coletivo sem personalidade jurídica, ou seja, sem CNPJ.

GRUPO ARTÍSTICO:

NOME DO REPRESENTANTE INTEGRANTE DO GRUPO OU COLETIVO ARTÍSTICO:

DADOS PESSOAIS DO REPRESENTANTE: [IDENTIDADE, CPF, E-MAIL E TELEFONE]

Os declarantes abaixo-assinados, integrantes do grupo artístico [NOME DO GRUPO OU COLETIVO], elegem a pessoa indicada no campo "REPRESENTANTE" como único e representante neste edital, outorgando-lhe poderes para fazer cumprir todos os procedimentos exigidos nas etapas do edital, inclusive assinatura de recibo, troca de comunicações, podendo assumir compromissos, obrigações, transigir, receber pagamentos e dar quitação, renunciar direitos e qualquer outro ato relacionado ao referido edital. Os declarantes informam que não incorrem em quaisquer das vedações do item de participação previstas no edital.

.

NOME DO INTEGRANTE	DADOS PESSOAIS	ASSINATURAS

[LOCAL]

[DATA]

ANEXO VI

DECLARAÇÃO ÉTNICO-RACIAL

(Para agentes culturais concorrentes às cotas étnico-raciais – negros ou indígenas)

Eu, _____
_____, CPF nº_____, RG nº _____, DECLARO para fins de participação no Edital (Nome ou número do edital) que sou _____
_____(informar se é NEGRO OU INDÍGENA).

Por ser verdade, assino a presente declaração e estou ciente de que a apresentação de declaração falsa pode acarretar desclassificação do edital e aplicação de sanções criminais.

NOME

ASSINATURA DO DECLARANTE

ANEXO VII

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

Nome do Proponente:
Nº de Registro no Mapa Cultural:
Nome do projeto:
Nº de inscrição:

META /ETAPA 1						
Descrição do item	**Justificativa**	**Unidade de medida**	**Valor unitário**	**Quantidade**	**Valor total**	**Referência de preço**
Ex.: Fotógrafo	Profissional necessário para registro da oficina	Serviço	R$1.100,00	1	R$1.100,00	. Salicnet . Praticado no mercado
META /ETAPA 2						
Ex. Ampliações das imagens	Serviço necessário para exposição	und	R$50,00	1	R$50,00	. Salicnet . Praticado no mercado

Preencha a tabela informando todas as despesas indicando as metas/etapas às quais elas estão relacionadas (ex. pré-produção, produção, execução)

Deve haver a indicação do parâmetro de preço (Ex.: preço estabelecido no SALICNET, 3 orçamentos, etc),utilizado com a referência específica do item de despesa, conforme exemplo.

Adicione quantas linhas forem necessárias para etapas e itens do seu orçamento.

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 015/2023 – ARTESANATO – LEI PAULO GUSTAVO

EDITAL DE SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA LEI COMPLEMENTAR 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO) – ARTESANATO

Este Edital é realizado com recursos do Governo Federal repassados por meio da Lei Complementar nº 195/2022 - Lei Paulo Gustavo.

A Lei Paulo Gustavo (LGP) viabiliza o maior investimento direto no setor cultural da história do Brasil e simboliza o processo de resistência da classe artística durante a pandemia de Covid-19, que limitou severamente as atividades do setor cultural.

É, ainda, uma homenagem a Paulo Gustavo, artista símbolo da categoria, vitimado pela doença.

As condições para a execução da Lei Paulo Gustavo foram criadas por meio do engajamento da sociedade e o presente edital destina-se a apoiar projetos apresentados pelos agentes culturais do segmento de ARTESANATO.

Deste modo, a Secretaria de Cultura do Estado do Pará – SECULT/PA, torna público o presente edital elaborado com base na Lei Complementar 195/2022, no Decreto 11.525/2023 e no Decreto 11.453/2023 e no Termo de Fomento 060, celebrado com o **FUNDO DE AMPARO E DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA – FADESP**, entidade parceira na execução das ações deste edital.

Na realização deste edital estão asseguradas medidas de democratização, desconcentração, descentralização e regionalização do investimento cultural, com a implementação de ações afirmativas, fundamentado na previsão do Decreto nº 11.525, de 11 de maio de 2023 (Decreto de Regulamentação da Lei Paulo Gustavo), em seus artigos 14, 15 e 16.

1. OBJETO

O objeto deste Edital é a seleção de **149** (cento e quarenta e nove) projetos culturais do segmento de Artesanato, para receberem recursos financeiros, visando o incentivo ao referido segmento no estado do Pará. A distribuição dos recursos será realizada de acordo com as modalidades descritas nos itens 1.2 e 1.3.

1.1 Modalidade: Fomento

1.1.1. Artesanato 1: 15 (quinze) projetos culturais de até R$50.000,00 (cinquenta mil reais) destinados a feiras, exposições e similares, que tenham em sua realização no mínimo 15 fazedores de artesanato.

1.1.2. Artesanato 2: 54 (cinquenta e quatro) projetos culturais de até R$10.000,00 (dez mil reais), destinados a atividades de formação de acervo (manufatura de produtos) em artesanato, renovação de ateliê e propostas de oficinas.

1.2. Modalidade: Premiação

1.1.2 Reconhecimento em Artesanato: 80 (oitenta) prêmios de R$10.000 (dez mil reais), cada, destinados ao reconhecimento de trajetória e contribuição ao segmento cultural, de mestres artesãos.

1.2. Caso o valor destinado à atividade inicialmente previsto não seja utilizado integralmente, poderão ser convocados mais proponentes aprovados.

1.3. Havendo sobra de recursos em uma das atividades o saldo remanescente poderá ser remanejado para contemplar propostas de outras faixas deste edital.

1.3.1. O remanejamento deverá priorizar as faixas que possuam maior demanda de propostas de proponentes na condição de suplente, bem como respeitar as cotas reservadas às pessoas negras e indígenas e, quando possível, a ordem de classificação e as cotas de regionalização.

1.4. No caso de sobra de recurso neste edital, o saldo remanescente deste poderá ser utilizado para contemplar os(as) proponentes com propostas selecionadas em outros Editais da Lei Paulo Gustavo publicados pela Secretaria de Cultura do Estado do Pará, priorizando aqueles com maior demanda.

1.5. O valor inicialmente disponível para este Edital poderá ser ampliado, caso haja sobra de recursos de outros Editais publicados pela Secretaria de Cultura no âmbito da Lei Paulo Gustavo ou do recebimento de recursos da Lei Paulo Gustavo não executados pelos municípios.

2. VALORES

2.1 O valor total disponibilizado para este Edital é de **R$2.090.000,00** (dois milhões e noventa mil reais) para projetos de fomento e premiações da LPG.

3. QUEM PODE SE INSCREVER

3.1 Pode se inscrever no Edital qualquer agente cultural residente e domiciliado no Estado do Pará há pelo menos 2 (dois) anos.

3.1.1. A comprovação de residência é dispensada na forma descrita no item 14.2.1.1.

3.2 Em regra, o agente cultural pode ser:

I - Pessoa física ou Microempreendedor Individual (MEI)

II - Pessoa jurídica com fins lucrativos (Ex.: empresa de pequeno porte, empresa de grande porte, etc)

III - Pessoa jurídica sem fins lucrativos (Ex.: Associação, Fundação, Cooperativa, etc)

IV - Coletivo/Grupo sem CNPJ representado por pessoa física.

3.3 O proponente é o agente cultural responsável pela inscrição do projeto no Mapa Cultural.

3.4 Na hipótese de agentes culturais que atuem como grupo ou coletivo cultural sem constituição jurídica (ou seja, sem CNPJ), será indicada pessoa física como responsável legal para o ato da assinatura do Termo de Execução Cultural e a representação será formalizada em declaração assinada pelos demais integrantes do grupo ou coletivo, podendo ser utilizado o modelo constante no Anexo V.

3.5 O proponente não pode exercer apenas funções administrativas no âmbito do projeto e deve exercer necessariamente a função de criação, ou direção, ou produção, ou coordenação, ou gestão artística, ou outra função de destaque e capacidade de decisão no projeto.

4. QUEM NÃO PODE SE INSCREVER

4.1 Não pode se inscrever neste Edital, proponentes que:

I - tenham se envolvido diretamente na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento de recursos;

II - sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de servidor público do órgão responsável pelo edital, nos casos em que o referido servidor tiver atuado na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento de recursos; e

III - sejam membros do Poder Legislativo (Deputados, Senadores, Vereadores), do Poder Judiciário (Juízes, Desembargadores, Ministros), do Ministério Público (Promotor, Procurador); do Tribunal de Contas (Auditores e Conselheiros).

IV - Proponentes inadimplentes com prestação de contas de editais realizados pela Secult e organizações da sociedade civil parceiras, com recursos da Lei Aldir Blanc.

4.2 O agente cultural que integrar Conselho de Cultura poderá concorrer neste Edital para receber recursos do fomento cultural, exceto quando se enquadrar nas vedações previstas no item 4.1.

4.3 Quando se tratar de proponentes pessoas jurídicas, estarão impedidas de apresentar projetos aquelas cujos sócios, diretores e/ou administradores se enquadrarem nas situações descritas no tópico 4.1.

4.4 A participação de agentes culturais nas oitivas e consultas públicas não caracteriza o envolvimento direto na etapa de elaboração do edital de que trata o subitem I do item 4.1.

5. COTAS

5.1 Ficam garantidas cotas étnico-raciais em todas as categorias do edital, nas seguintes proporções e ordenamento de selecionados:

I) 50% para mulheres (cis e trans);

II) 30% (trinta por cento) para propostas de Região de Integração do Guajará (onde se localiza a capital do Estado) e 70% (setenta por cento) para propostas advindas das demais Regiões do Estado

III) No mínimo 20% para pessoas negras (pretas e pardas); e

IV) no mínimo 10% para pessoas indígenas.

5.2 Os agentes culturais que optarem por concorrer às cotas para pessoas negras (pretas e pardas) e indígenas concorrerão concomitantemente às vagas destinadas à ampla concorrência, ou seja concorrerão ao mesmo tempo nas vagas da ampla concorrência e nas vagas reservadas às cotas, podendo ser selecionado de acordo com a sua nota ou classificação no processo seleção.

5.3 Os agentes culturais negros (pretos e pardos) e indígenas optantes por concorrer às cotas (opção presente na ficha de incrição dos projetos) que atingirem nota suficiente para se classificar no número de vagas oferecidas para ampla concorrência não ocuparão as vagas destinadas para o preenchimento das cotas, ou seja, serão selecionados nas vagas da ampla concorrência, ficando a vaga da cota para o próximo colocado optante pela cota.

5.4 Em caso de desistência de optantes aprovados nas cotas, a vaga não preenchida deverá ser ocupada por pessoa que concorreu às cotas de acordo com a ordem de classificação.

5.5 No caso de não existirem propostas aptas em número suficiente para o cumprimento de uma das categorias de cotas previstas na seleção, o número de vagas restantes deverá ser destinado inicialmente para a outra

categoria de cotas.
5.6 Caso não haja outra categoria de cotas de que trata o item 5.5, as vagas não preenchidas deverão ser direcionadas para a ampla concorrência, sendo direcionadas para os demais candidatos aprovados, de acordo com a ordem de classificação.
5.7 Para concorrer às cotas, os agentes culturais deverão autodeclarar-se no ato da inscrição usando a autodeclaração étnico-racial de que trata o Anexo VI.
5.8 Caso necessário, para fins de verificação da autodeclaração, poderá ser solicitada Carta Consubstanciada que será analisada por um comitê formado por membros de entidades representativas.
5.9 As pessoas jurídicas e coletivos sem constituição jurídica podem concorrer às cotas, desde que preencham algum dos requisitos abaixo:
I – pessoas jurídicas que possuem quadro societário majoritariamente composto por pessoas negras (pretas e pardas) ou indígenas;
II – pessoas jurídicas ou grupos e coletivos sem constituição jurídica que possuam pessoas negras (pretas e pardas) ou indígenas em posições de liderança no projeto cultural; e
III – pessoas jurídicas ou coletivos sem constituição jurídica que possuam equipe do projeto cultural majoritariamente composta por pessoas negras (pretas e pardas) ou indígenas.
5.10 As pessoas físicas que compõem a equipe da pessoa jurídica e o grupo ou coletivo sem constituição jurídica devem se submeter aos regramentos descritos nos itens acima, observando o item 5.7
Parágrafo único: Este critério incide sobre o montante total de premiações de acordo com a lista de classificação e não por Modalidade.

6. PRAZO PARA SE INSCREVER

6.1 Para se inscrever no Edital, o proponente deve enviar toda documentação obrigatória relatada no 7.3, entre os dias 12 de setembro e 12 de outubro de 2023, exclusivamente através da plataforma Mapa Cultural do Pará, no endereço eletrônico http://www.mapacultural.pa.gov.br/lpg/artesanato.
1.2. Para efeito de inscrição todos os proponentes deverão estar cadastrados no mapa cultural.pa.gov.br.
1.3. Todas as informações fornecidas no ato da inscrição deverão ser verídicas e atualizadas. Não serão aceitas propostas entregues presencialmente na sede da SECULT, ou da executora do certame, ou materiais postados via Correios.
1.4. Os proponentes que já têm cadastro no Mapa Cultural do Pará não precisam fazer novo cadastro, podendo atualizar informações que julgarem necessárias até a data de envio de sua inscrição.
1.5. O ato de inscrição pressupõe plena concordância dos termos, cláusulas e condições deste edital e de seus anexos, que passarão a integrar as obrigações, bem como a observância dos regulamentos administrativos e das normas técnicas aplicáveis, não sendo aceita, sob qualquer hipótese, alegação de seu desconhecimento em qualquer fase do procedimento administrativo e execução dos serviços.
1.6. Os anexos que compõem este edital deverão ser assinados de maneira física ou eletrônica, com o encaminhamento na forma digital no ato de inscrição anexados no formato PDF.
6.7. As inscrições feitas em desacordo com os prazos e demais exigências do presente edital serão indeferidas.
1.8 Não serão aceitas complementações, modificações ou substituições de dados e de anexos à inscrição, depois de finalizada.
1.9 É vedada a participação de órgãos públicos, escolas e fundações privadas.

7. COMO SE INSCREVER

7.1 O proponente deve preencher Ficha de Inscrição diretamente no http://www.mapacultural.pa.gov.br/lpg/artesanato.
7.2 O proponente deve encaminhar a documentação obrigatória de que trata o item 7.3 por meio do http://www.mapacultural.pa.gov.br/lpg/artesanato.
7.3 O proponente deve enviar a seguinte documentação para formalizar sua inscrição:
a) Projeto proposto;
b) Currículo / portfólio do proponente, com todas as comprovações;
c) Documentos pessoais do proponente CPF e RG (se Pessoa Física);
d) Inscrição no cadastro nacional de pessoa jurídica - CNPJ (se Pessoa Jurídica);
e) Atos constitutivos da empresa, qual seja o contrato social, nos casos de pessoas jurídicas com fins lucrativos, ou estatuto, nos casos de organizações da sociedade civil (se Pessoa Jurídica);
f) Comprovante de Endereço do proponente ou Declaração de Residência (no caso do proponente não possuir documento em seu nome)
g) Mini currículo dos integrantes do projeto e termo de anuência;
h) Todos os anexos solicitados no Edital, nos quais o proponente se enquadre.
i) Outros documentos que o proponente julgar necessário para auxiliar na avaliação do mérito cultural do projeto.
7.4 O proponente é responsável pelo envio dos documentos e pela qualidade visual, conteúdo dos arquivos e informações de seu projeto.
7.5 Cada Proponente poderá concorrer, e ser selecionado individualmente ou como representantes de coletivo, com apenas 1 (um) projeto, no máximo.
7.6 Os membros de grupos e coletivos podem concorrer isoladamente, desde que sejam com projetos diferentes.
7.7 Se houver inscrição de mais de um projeto do mesmo proponente, será considerado, para fins de seleção, o último enviado na plataforma.
7.8 Os projetos apresentados deverão conter previsão de execução não superior a 12 meses.
7.9 O proponente deve se responsabilizar pelo acompanhamento das atualizações/publicações pertinentes ao edital e seus prazos nos canais formais de comunicação da SECULT/PA.
7.10 As inscrições deste edital são gratuitas.
7.11 As propostas que apresentem quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade ou outras formas de discriminação serão desclassificadas, com fundamento no disposto no inciso IV do caput do art. 3º da Constituição, garantidos o contraditório e a ampla defesa.
7.12 No caso da modalidade 'premiação', os subitens 7.3-letras "a", "d", e "g", e o item 8 deste edital são dispensados.
Parágrafo único: A comprovação de residência poderá ser dispensada nas hipóteses de agentes culturais pertencentes à comunidade indígena, quilombola, cigana ou circense ou pertencentes à população nômade ou itinerante; que se encontrem em situação de rua.

8. PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DOS PROJETOS

8.1 O proponente deve preencher a planilha orçamentária presente no Anexo VII, informando como será utilizado o recurso financeiro recebido.
8.2 A estimativa de custos do projeto será prevista por categorias, sem a necessidade de detalhamento por item de despesa, conforme § 1º do art. 24 do Decreto 11.453/2023.
8.3 A compatibilidade entre a estimativa de custos do projeto e os preços praticados no mercado será avaliada pelos membros da comissão de seleção, de acordo com tabelas referenciais de valores, ou com outros métodos de verificação de valores praticados no mercado.
8.4 A estimativa de custos do projeto poderá apresentar valores divergentes das práticas de mercado convencionais na hipótese de haver significativa excepcionalidade no contexto de sua implementação, consideradas variáveis territoriais e geográficas e situações específicas, como a de povos indígenas, ribeirinhos, atingidos por barragens e comunidades quilombolas e tradicionais.
8.5 Os itens da planilha orçamentária poderão ser glosados, ou seja, vetados, total ou parcialmente, pela Comissão de Seleção, se, após análise, não forem considerados com preços compatíveis aos praticados no mercado ou forem considerados incoerentes e em desconformidade com o projeto apresentado.
8.6 Caso o proponente discorde dos valores glosados (vetados) poderá apresentar recurso na fase de mérito cultural, conforme dispõe o item 12.8.
8.7 O valor solicitado não poderá ser superior ao valor máximo destinado a cada modalidade, conforme item 1.2 do presente edital.

9. ACESSIBILIDADE

9.1 Os projetos devem contar com medidas de acessibilidade física, atitudinal e comunicacional compatíveis com as características dos produtos resultantes do objeto, nos termos do disposto na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência), de modo a contemplar:
I - no aspecto arquitetônico, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com mobilidade reduzida ou idosas aos locais onde se realizam as atividades culturais e a espaços acessórios, como banheiros, áreas de alimentação e circulação;
II - no aspecto comunicacional, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com deficiência intelectual, auditiva ou visual ao conteúdo dos produtos culturais gerados pelo projeto, pela iniciativa ou pelo espaço; e
III - no aspecto atitudinal, a contratação de colaboradores sensibilizados e capacitados para o atendimento de visitantes e usuários com diferentes deficiências e para o desenvolvimento de projetos culturais acessíveis desde a sua concepção, contempladas a participação de consultores e colaboradores com deficiência e a representatividade nas equipes dos espaços culturais e nas temáticas das exposições, dos espetáculos e das ofertas culturais em geral.
9.2 Especificamente para pessoas com deficiência, mecanismos de protagonismo e participação poderão ser concretizados também por meio das seguintes iniciativas, entre outras:
I - adaptação de espaços culturais com residências inclusivas;
II - utilização de tecnologias assistivas, ajudas técnicas e produtos com desenho universal;
III - medidas de prevenção e erradicação de barreiras atitudinais;
IV - contratação de serviços de assistência por acompanhante; ou
V - oferta de ações de formação e capacitação acessíveis a pessoas com deficiência.
9.3 Os projetos devem prever obrigatoriamente medidas de acessibilidade, sendo assegurado para essa finalidade no mínimo 10% do valor total do projeto.
9.4 A utilização do percentual mínimo de 10% de que trata o item 9.3 pode ser excepcionalmente dispensada quando:
I - for inaplicável em razão das características do objeto cultural,os cujo objeto seja o desenvolvimento de roteiro e licenciamento de obra audiovisual ; ou
II - quando o projeto já contemplar integralmente as medidas de acessibilidade compatíveis com as características do objeto cultural.
9.5 O proponente deve apresentar justificativa para os casos em que o percentual mínimo de 10% é inaplicável.

10. CONTRAPARTIDA

10.1 Os agentes culturais contemplados neste edital, com projetos de fomento, conforme item 1.2 deste edital, deverão garantir, como contrapartida, as seguintes medidas:
I - a realização de atividades destinadas, prioritariamente, aos alunos e professores de escolas públicas ou universidades, públicas ou privadas, que tenham estudantes do Programa Universidade para Todos (Prouni), bem como aos profissionais de saúde, preferencialmente aqueles envolvidos no combate à pandemia, e a pessoas integrantes de grupos e coletivos culturais e de associações comunitárias, ou de atividades em espaços públicos de sua comunidade, de forma gratuita; e
II - sempre que possível, exibições com interação popular por meio da internet ou exibições públicas, quando aplicável, com distribuição gratuita de ingressos para os grupos referidos no item I, em intervalos regulares.
10.2 A contrapartida deverá ser informada no Formulário de Inscrição e deve ser executada até dezembro de 2024.
10.3 Os Prêmios por reconhecimento, conforme item 1.2 deste edital, são isentos da apresentação de contrapartidas.

11. ETAPAS DO EDITAL

11.1 A seleção dos projetos submetidos a este Edital será composta das

seguintes etapas:
I - Análise de mérito cultural dos projetos: fase de análise do projeto realizada por comissão de seleção; e divulgação dos selecionados
II - Habilitação: fase de apresentação e análise dos documentos dos proponentes selecionados, descritos no tópico 14; e divulgação dos habilitados.

12. ANÁLISE DE MÉRITO CULTURAL DOS PROJETOS

12.1 Entende-se por "Análise de mérito cultural" a identificação, tanto individual quanto sobre seu contexto social, de aspectos relevantes dos projetos culturais, concorrentes em uma mesma categoria de apoio, realizada por meio da atribuição fundamentada de notas aos critérios descritos neste edital.
12.2 Por análise comparativa compreende-se a análise não apenas dos itens individuais de cada projeto, mas de suas propostas, impactos e relevância em relação aos outros projetos inscritos na mesma categoria. A pontuação de cada projeto é atribuída em função desta comparação.
12.3 A análise dos projetos culturais será realizada por comissão de seleção formada por, no mínimo, 03 (três) pareceristas externos, com experiência no segmento cultural.
12.4 Os membros da comissão de seleção ficam impedidos de participar da apreciação de projetos e iniciativas que estiverem em processo de avaliação nos quais:
I - tenham interesse direto na matéria;
II - tenham participado como colaborador na elaboração do projeto ou tenham participado da instituição proponente nos últimos dois anos, faça parte da equipe técnica do projeto ou se tais situações ocorrem quanto ao cônjuge, companheiro ou parente e afins até o terceiro grau; e
III - estejam litigando judicial ou administrativamente com o proponente ou com respectivo cônjuge ou companheiro.
12.5 O membro da comissão que incorre em impedimento deve comunicar o fato à referida Comissão, abstendo-se de atuar, sob pena de nulidade dos atos que praticar.
12.6 Para esta seleção serão considerados os critérios de pontuação estabelecidos no Anexo II deste edital.
12.7 Contra a decisão da fase de mérito cultural, caberá recurso destinado à Comissão de Seleção.
12.8 Os recursos de que tratam o item 12.8 deverão ser apresentados no prazo de 3 (três) dias úteis, conforme inciso III, do art. 16 do decreto 11.453/2023, a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação.
12.9 Os recursos devem ser encaminhados através do email recursoartesanatolpg@gmail.com, de 00h do dia 01/11/2023 até as 17h do dia 06/11/2023.
12.10 Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.
12.11 Após o julgamento dos recursos, o resultado final da análise de mérito cultural será publicado no Diário Oficial do Estado (DOE) contendo nome e CPF dos proponentes. A nota obtida e a justificativa serão publicadas no sítio eletrônico www.secult.pa.gov.br.

13. REMANEJAMENTO DOS RECURSOS

13.1 Não havendo número de propostas culturais selecionadas suficientes em uma modalidade, será selecionada a proposta de outra modalidade com maior quantidade de pontos, em ordem decrescente e levando em consideração o disposto no item 5 (Cotas).

14. ETAPA DE HABILITAÇÃO

14.1 Finalizada a etapa de análise de mérito cultural, o proponente do projeto contemplado deverá, no prazo de 06 (seis) dias úteis, apresentar os seguintes documentos através do Mapa Cultural, conforme sua natureza jurídica:
14.1.1 PESSOA FÍSICA
I - certidão negativa de débitos relativos a créditos tributários federais e Dívida Ativa da União;
II - certidões negativas de débitos relativas a créditos tributários estaduais e municipais, expedidas pela Secretaria da Fazendo do Pará (SEFA).
14.1.1.2 A comprovação de residência poderá ser dispensada nas hipóteses de agentes culturais:
I - pertencentes à comunidade indígena, quilombola, cigana ou circense;
II - pertencentes à população nômade ou itinerante; que se encontrem em situação de rua.
14.1.2 PESSOA JURÍDICA
I - certidão negativa de falência e recuperação judicial, expedida pelo Tribunal de Justiça estadual, nos casos de pessoas jurídicas com fins lucrativos;
II - certidão negativa de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
III - certidão negativa de débito estadual – Emitida pela SEFA/PA ;
IV - Certidão negativa municipal, expedidas pela Secretaria Municipal de finanças;
V - Certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - CRF/FGTS;
VI - certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, emitida no site do Tribunal Superior do Trabalho;
14.2 As certidões positivas com efeito de negativas servirão como certidões negativas, desde que não haja referência expressa de impossibilidade de celebrar instrumentos jurídicos com a administração pública.
14.3 Contra a decisão da fase de habilitação, caberá recurso fundamentado e específico destinado a SECULT/PA, através do email recursoartesanatolpgpara@gmail.com, de 00h do dia 22/11/2023 até as 17h do dia 27/11/2023.
14.4 Os recursos de trata o item 14.3 deverão ser apresentados no prazo de 3 dias úteis a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação, não cabendo recurso administrativo da decisão após esta fase.
14.5 Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.
14.6 Caso o proponente esteja em débito com o ente público responsável pela seleção e com a União não será possível o recebimento dos recursos de que trata este Edital.

15. ASSINATURA DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL E RECEBIMENTO DOS RECURSOS

15.1 Finalizada a fase de habilitação, o agente cultural contemplado será convocado a assinar o Termo de Execução Cultural, conforme Anexo III deste Edital, de forma presencial ou eletrônica.
15.2 O Termo de Execução Cultural corresponde ao documento a ser assinado pelo agente cultural (proponente) selecionado neste Edital e pelo concedente, contendo as obrigações dos assinantes do Termo.
15.3 Após a assinatura do Termo de Execução Cultural, o agente cultural receberá os recursos, com desembolso único, em até 30 (trinta) dias, EXCLUSIVAMENTE EM CONTA CORRENTE de qualquer banco, aberta especificamente para este fim.
15.3.1 A conta bancária da instituição financeira não deverá ter cobrança de tarifas.
15.3.2 Não serão aceitas contas poupança, conta salário, contas de recebimento de auxílio social do Governo (bolsa família, por exemplo).
15.4 A assinatura do Termo de Execução Cultural e o recebimento do apoio estão condicionados à existência de disponibilidade orçamentária e financeira, caracterizando a seleção como expectativa de direito do proponente.
15.5 O agente cultural deve assinar e enviar o Termo de Execução Cultural em até 2 (dois) dias úteis após envio da concedente, conforme previsto no cronograma, sob pena de perda do apoio financeiro e convocação do suplente para assumir sua vaga.

16. DIVULGAÇÃO DOS PROJETOS

16.1 Os contemplados comprometem-se a incluir nos créditos de todo material de divulgação, as logomarcas da SECULT/PA / Governo do Estado, do Ministério da Cultura/ Governo Federal, obedecendo aos critérios de veiculação das logomarcas estabelecidas de forma padronizada, que estarão à disposição no site www.secult.pa.gov.br, e deverão incluir também a frase: "**Projeto selecionado pelo `Edital de Artesanato – Lei Paulo Gustavo"**.
16.2 Os produtos artístico-culturais e as peças de divulgação dos projetos exibirão as marcas do Governo federal, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura e SECULT/PA.
16.3 O material de divulgação dos projetos e seus produtos deve ser disponibilizado em formatos acessíveis a pessoas com deficiência e conterá informações sobre os recursos de acessibilidade disponibilizados.
16.4 O material de divulgação dos projetos deve ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, e não pode conter nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal.

17. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

17.1 Os procedimentos de monitoramento e avaliação dos projetos culturais contemplados, assim como prestação de informação à administração pública, observarão o Decreto 11.453/2023 (Decreto de Fomento), que dispõe sobre os mecanismos de fomento do sistema de financiamento à cultura, observadas às exigências legais de simplificação e de **foco no cumprimento do objeto.**
17.2 O agente cultural deve prestar contas por meio da apresentação do Relatório Final de Execução do Objeto, conforme documento constante no Anexo IV e orientação contida no Decreto nº11.453/2023, artigo 29, inciso 2 que versa sobre a prestação de informações em relatório de execução do objeto.
Parágrafo único: Em caso de realizador do edital considerar que não foi possível aferir o cumprimento integral do objeto no Relatório Final de Execução, e que as justificativas apresentadas sobre o cumprimento parcial do objeto não foram suficientes, lhe é facultado o direito de requisitar o Relatório de Execução Financeira com as devidas comprovações (nota fiscal, recibos e documento congêneres), conforme contido no inciso 3 do artigo 29 e no inciso 3 do parágrafo II do artigo 30.
17.3 O Relatório Final de Execução do Objeto deve ser apresentado até 31 de dezembro de 2024, com o fim da vigência do Termo de Execução Cultural

18. DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1 O acompanhamento de todas as etapas deste Edital e a observância quanto aos prazos serão de inteira responsabilidade dos proponentes. Para tanto, deverão ficar atentos às publicações no sitio eletrônico www.secult.pa.gov.br, no Diário Oficial do Estado e nas mídias sociais oficiais da SECULT.
18.2 O presente Edital e os seus anexos estão disponíveis no site http://www.mapacultural.pa.gov.br/lpg/artesanato.
18.3 Toda relação do proponente com o edital deverá ser através da plataforma mapa cultural, do e-mail artesanatolpgpara@gmail.com e do telefone (91) 9 9275 9358.
18.4 Os casos omissos porventura existentes ficarão a cargo da Secretária de Estado de Cultura.
18.5 Eventuais irregularidades relacionadas aos requisitos de participação, constatadas a qualquer tempo, implicarão na desclassificação do proponente.
18.6 O proponente será o único responsável pela veracidade da proposta e documentos encaminhados, isentando a SECULT/PA de qualquer responsabilidade civil ou penal.
18.7 O apoio concedido por meio deste Edital poderá ser acumulado com recursos captados por meio de leis de incentivo fiscal e outros programas e/ou apoios federais, estaduais e municipais.
18.8 A inscrição implica no conhecimento e concordância dos termos e condições previstos neste Edital, na Lei Complementar 195/2022 (Lei Paulo Gustavo), no Decreto 11.525/2023 (Decreto Paulo Gustavo) e no Decreto 11.453/2023 (Decreto de Fomento).

19. CRONOGRAMA

ETAPA	DATA INICIAL	DATA FINAL
1- Publicação do edital	12/09/2023	

2- Inscrições	12/09/2023	12/10/2023
3- Resultado Preliminar de Selecionados	31/10/2023	
4- Período de recurso	01/11/2023	06/11/2023
5- Homologação do Resultado Final	09/11/2023	
6- Entrega de Documentos dos selecionados	09/11/2023	16/11/2023
7- Resultado Preliminar de Habilitados	21/11/2023	
8- Período de recurso de Habilitação	22/11/2023	27/11/2023
9- Período de pagamento dos selecionados	28/11/2023	29/12/2023
10-Execução de projeto	até 31/12/2024	
11-Relatório Final de Execução do Objeto	até 31/12/2024	

20. ANEXOS
20.1 Compõem este Edital os seguintes anexos:
Anexo I - Formulário de Inscrição/Plano de Trabalho;
Anexo II - Critérios de seleção
Anexo III - Termo de Execução Cultural;
Anexo IV - Relatório de Execução do Objeto;
Anexo V - Declaração de representação de grupo ou coletivo; e
Anexo VI - Declaração étnico-racial
Anexo VII – Planilha Orçamentária
ANEXO I
FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO (DISPONÍVEL NO MAPA)ANEXO I
FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO (DISPONÍVEL NO MAPA)
1. DADOS DO PROPONENTE
Proponente é pessoa física ou pessoa jurídica?
( ) Pessoa Física
( ) Pessoa Jurídica
PARA PESSOA FÍSICA:
Nome Completo:
Nome artístico ou nome social (se houver):
CPF:
RG:
Data de nascimento:
E-mail:
Telefone:
Endereço completo:
CEP:
Cidade:
Estado:
Você reside em quais dessas áreas?
( ) Zona urbana central
( ) Zona urbana periférica
( ) Zona rural
( ) Área de vulnerabilidade social
( ) Unidades habitacionais
( ) Territórios indígenas (demarcados ou em processo de demarcação)
( ) Comunidades quilombolas (terra titulada ou em processo de titulação, com registro na Fundação Palmares)
( ) Áreas atingidas por barragem
( ) Território de povos e comunidades tradicionais (ribeirinhos, louceiros, cipozeiro, pequizeiros, vazanteiros, povos do mar etc.).
Pertence a alguma comunidade tradicional?
( ) Não pertenço a comunidade tradicional
( ) Comunidades Extrativistas
( ) Comunidades Ribeirinhas
( ) Comunidades Rurais
( ) Indígenas
( ) Povos Ciganos
( ) Pescadores(as) Artesanais
( ) Povos de Terreiro
( ) Quilombolas
( ) Outra comunidade tradicional
Gênero:
( ) Mulher cisgênero
( ) Homem cisgênero
( ) Mulher Transgênero
( ) Homem Transgênero
( ) Pessoa Não Binária
( ) Não informar
Raça, cor ou etnia:
( ) Branca
( ) Preta
( ) Parda
( ) Indígena
( ) Amarela
Você é uma Pessoa com Deficiência - PCD?
( ) Sim
( ) Não
Caso tenha marcado "sim", qual tipo de deficiência?
( ) Auditiva
( ) Física
( ) Intelectual
( ) Múltipla
( ) Visual
Qual o seu grau de escolaridade?
( ) Não tenho Educação Formal
( ) Ensino Fundamental Incompleto
( ) Ensino Fundamental Completo
( ) Ensino Médio Incompleto
( ) Ensino Médio Completo
( ) Curso Técnico Completo
( ) Ensino Superior Incompleto
( ) Ensino Superior Completo
( ) Pós Graduação Completo
Qual a sua renda mensal fixa individual (média mensal bruta aproximada) nos últimos 3 meses?
(Calcule fazendo uma média das suas remunerações nos últimos 3 meses. Em 2023, o salário mínimo foi fixado em R$ 1.320,00.)
( ) Nenhuma renda.
( ) Até 1 salário mínimo
( ) De 1 a 3 salários mínimos
( ) De 3 a 5 salários mínimos
( ) De 5 a 8 salários mínimos
( ) De 8 a 10 salários mínimos
( ) Acima de 10 salários mínimos
Você é beneficiário de algum programa social?
( ) Não
( ) Bolsa família
( ) Benefício de Prestação Continuada
( ) Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
( ) Garantia-Safra
( ) Seguro-Defeso
( ) Outro
Vai concorrer às cotas afirmativas?
( ) Sim ( ) Não
Se sim. Qual?
( ) Pessoa negra
( ) Pessoa indígena
Qual a sua principal função/profissão no campo artístico e cultural?
( ) Artista.
( ) Instrutor(a), oficineiro(a), educador(a) artístico(a)-cultural e afins.
( ) Curador(a), Programador(a) e afins.
( ) Gestor(a)
( ) Técnico(a)
( ) Consultor(a), Pesquisador(a) e afins.
( )_____Outro(a)s
Você está representando um coletivo (sem CNPJ)?
( ) Não
( ) Sim
Caso tenha respondido "sim":
Nome do coletivo:
Ano de Criação:
Quantas pessoas fazem parte do coletivo?
Nome completo e CPF das pessoas que compõem o coletivo:
PARA PESSOA JURÍDICA:
Razão Social:
Nome fantasia:
CNPJ:
Endereço da sede:
Cidade:
Estado:
Número de representantes legais:
Nome do representante legal:
CPF do representante legal:
E-mail do representante legal:
Telefone do representante legal:
Gênero do representante legal
( ) Mulher cisgênero
( ) Homem cisgênero
( ) Mulher Transgênero
( ) Homem Transgênero
( ) Não Binária/Binárie
( ) Não informar
Raça/cor/etnia do representante legal
( ) Branca
( ) Preta
( ) Parda
( ) Amarela
( ) Indígena
Representante legal é pessoa com deficiência - PCD?
( ) Sim
( ) Não
Caso tenha marcado "sim" qual o tipo de deficiência?
( ) Auditiva
( ) Física
( ) Intelectual
( ) Múltipla
( ) Visual
Escolaridade do representante legal
( ) Não tenho Educação Formal
( ) Ensino Fundamental Incompleto
( ) Ensino Fundamental Completo
( ) Ensino Médio Incompleto
( ) Ensino Médio Completo
( ) Curso Técnico completo
( ) Ensino Superior Incompleto
( ) Ensino Superior Completo
( ) Pós Graduação completo
2. DADOS DO PROJETO
Nome do Projeto:
Escolha a categoria a que vai concorrer:

Quais atividades e/ou produtos estão previstos no seu projeto? Por favor, quantifique.
Bolsa para desenvolvimento de processos criativos
Capacitação
Catálogo
Curso livre
Curso regular
Encontro
Evento cultural
Exibição
Exposição
Feira
Festival
Fomento
Fotografia
Live
Mostra
Obra
Oficina
Palestra
Pesquisa
Podcast
Premiação
Produção de publicações
Projeto
Publicação
Restauro
Seminário
Site
Vídeo
Vivência

Descrição do projeto
(Na descrição, você deve apresentar informações gerais sobre o seu projeto. Algumas perguntas orientadoras: O que você realizará com o projeto? Porque ele é importante para a sociedade? Como a ideia do projeto surgiu? Conte sobre o contexto de realização.)

Objetivos do projeto
(Neste campo, você deve propor objetivos para o seu projeto, ou seja, deve informar o que você pretende alcançar com a realização do projeto. É importante que você seja breve e proponha entre três a cinco objetivos.)

Metas
(Neste espaço, é necessário detalhar os objetivos em pequenas ações e/ou resultados que sejam quantificáveis. Por exemplo: Realização de 02 oficinas de artes circenses; Confecção de 80 figurinos; 120 pessoas idosas beneficiadas.)

Perfil do público a ser atingido pelo projeto
(Preencha aqui informações sobre as pessoas que serão beneficiadas ou participarão do seu projeto. Perguntas orientadoras: Quem vai ser o público do seu projeto? Essas pessoas são crianças, adultas e/ou idosas? Elas fazem parte de alguma comunidade? Qual a escolaridade delas? Elas moram em qual local, bairro e/ou região? No caso de públicos digitais, qual o perfil das pessoas a que seu projeto se direciona?)

Sua ação cultural é voltada prioritariamente para algum destes perfis de público?
Pessoas vítimas de violência
Pessoas em situação de pobreza
Pessoas em situação de rua (moradores de rua)
Pessoas em situação de restrição e privação de liberdade (população carcerária)
Pessoas com deficiência
Pessoas em sofrimento físico e/ou psíquico
Mulheres
Gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transgêneros e transexuais
Povos e comunidades tradicionais
Negros e/ou negras
Ciganos
Indígenas
Não é voltada especificamente para um perfil, é aberta para todos
Outros

Medidas de acessibilidade empregadas no projeto
(Marque quais medidas de acessibilidade serão implementadas ou estarão disponíveis para a participação de Pessoas com deficiência - PCD´s, tais como, intérprete de libras, audiodescrição, entre outras medidas de acessibilidade a pessoas com deficiência, idosos e mobilidade reduzida, conforme Instrução Normativa nº xxxx.)

Acessibilidade arquitetônica:
( ) rotas acessíveis, com espaço de manobra para cadeira de rodas;
( ) piso tátil;
( ) rampas;
( ) elevadores adequados para pessoas com deficiência;
( ) corrimãos e guarda-corpos;
( ) banheiros femininos e masculinos adaptados para pessoas com deficiência;
( ) vagas de estacionamento para pessoas com deficiência;
( ) assentos para pessoas obesas;
( ) iluminação adequada;
( ) Outra _____

Acessibilidade comunicacional:
( ) a Língua Brasileira de Sinais - Libras;
( ) o sistema Braille;
( ) o sistema de sinalização ou comunicação tátil;
( ) a audiodescrição;
( ) as legendas;
( ) a linguagem simples;
( ) textos adaptados para leitores de tela; e
( ) Outra _____

Acessibilidade atitudinal:
( ) capacitação de equipes atuantes nos projetos culturais;
( ) contratação de profissionais com deficiência e profissionais especializados em acessibilidade cultural;
( ) formação e sensibilização de agentes culturais, público e todos os envolvidos na cadeia produtiva cultural; e
( ) outras medidas que visem a eliminação de atitudes capacitistas.

Informe como essas medidas de acessibilidade serão implementadas ou disponibilizadas de acordo com o projeto proposto.

Local onde o projeto será executado
Informe os espaços culturais e outros ambientes onde a sua proposta será realizada. É importante informar também os municípios e Estados onde ela será realizada.

Previsão do período de execução do projeto
Data de início:
Data final:

Equipe
Informe quais são os profissionais que atuarão no projeto, conforme quadro a seguir:

Nome do profissional / empresa	Função no projeto	CPF/CNPJ	Pessoa negra?	Pessoa índigena?	Pessoa com deficiência?	[INSERIR MAIS COLUNAS, SE NECESSÁRIO]
Ex.: João Silva	Curador	123456789101	Sim/Não	Sim/Não	Sim/Não	

Cronograma de Execução
Descreva os passos a serem seguidos para execução do projeto.

Atividade Geral	Etapa	Descrição	Início	Fim	[INSERIR MAIS COLUNAS, SE NECESSÁRIO]
Ex: Comunicação	Pré-produção	Divulgação do projeto nos veículos de imprensa	11/10/2023	11/11/2023	

Estratégia de divulgação
Apresente os meios que serão utilizados para divulgar o projeto. ex.: impulsionamento em redes sociais.

Contrapartida
Neste campo, descreva qual contrapartida será realizada, quando será realizada, e onde será realizada.

Projeto possui recursos financeiros de outras fontes? Se sim, quais?
(Informe se o projeto prevê apoios financeiros tais como cobrança de ingressos, patrocínio e/ou outras fontes de financiamento. Caso positivo, informe a previsão de valores e onde serão empregados no projeto.)
( ) Não, o projeto não possui outras fontes de recursos financeiros
( ) Apoio financeiro municipal
( ) Apoio financeiro estadual
( ) Recursos de Lei de Incentivo Municipal
( ) Recursos de Lei de Incentivo Estadual
( ) Recursos de Lei de Incentivo Federal
( ) Patrocínio privado direto
( ) Patrocínio de instituição internacional
( ) Doações de Pessoas Físicas
( ) Doações de Empresas
( ) Cobrança de ingressos
( ) Outros
Se o projeto tem outras fontes de financiamento, detalhe quais são, o valor do financiamento e onde os recursos serão empregados no projeto.

O projeto prevê a venda de produtos/ingressos?
(Informe a quantidade dos produtos a serem vendidos, o valor unitário por produto e o valor total a ser arrecadado. Detalhe onde os recursos arrecadados serão aplicados no projeto.)

3. PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
Preencha a tabela informando todas as despesas indicando as metas/etapas às quais elas estão relacionadas.
Deve haver a indicação do parâmetro de preço (Ex.: preço estabelecido no SALICNET, 3 orçamentos, etc) utilizado com a referência específica do item de despesa, conforme exemplo abaixo.

Descrição do item	Justificativa	Unidade de medida	Valor unitário	Quantidade	Valor total	Referência de preço
Ex.: Fotógrafo	Profissional necessário para registro da oficina	Serviço	R$1.100,00	1	R$1.100,00	Salicnet – Oficina/ workshop/seminário Audiovisual – Brasília – Fotografia Artística – Serviço

4. DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS A SEREM ANEXADOS
Encaminhe junto a esse formulário os seguintes documentos:
RG e CPF do proponente
Currículo do proponente
Mini currículo dos integrantes do projeto
[OUTROS DOCUMENTOS QUE FOREM OBRIGATÓRIOS DE ACORDO COM AS CATEGORIAS]

ANEXO II
CRITÉRIOS UTILIZADOS NA AVALIAÇÃO DE MÉRITO CULTURAL
As comissões de seleção atribuirão notas de 0 a 10 pontos a cada um dos critérios de avaliação de cada projeto, conforme tabela a seguir:

CRITÉRIOS OBRIGATÓRIOS PARA PROJETOS DE FOMENTO		
Identificação do Critério	**Descrição do Critério**	**Pontuação Máxima**
A	**Qualidade do Projeto - Coerência do objeto, objetivos, justificativa e metas do projeto** A análise deverá considerar, para fins de avaliação e valoração, se o conteúdo do projeto apresenta, como um todo, coerência, observando o objeto, a justificativa e as metas, sendo possível visualizar de forma clara os resultados que serão obtidos.	20
B	**Relevância da ação proposta para o cenário cultural do Estado do Pará** A análise deverá considerar, para fins de avaliação e valoração, se a ação contribui para o enriquecimento e valorização da cultura do estado do Pará.	10
C	**Aspectos de integração comunitária na ação proposta pelo projeto** Considera-se, para fins de avaliação e valoração, se o projeto apresenta aspectos de integração comunitária, através das contrapartidas e estratégias de acessibilidade exigidas pelo Edital.	10
D	**Coerência da planilha orçamentária e do cronograma de execução às metas, resultados e desdobramentos do projeto proposto** A análise deverá avaliar e valorar a viabilidade técnica do projeto sob o ponto de vista dos gastos previstos na planilha orçamentária, sua execução e a adequação ao objeto, metas e objetivos previstos. Também deverá ser considerada para fins de avaliação, a coerência e conformidade dos valores e quantidades dos itens relacionados na planilha orçamentária do projeto.	10
E	**Coerência do Plano de Divulgação ao Cronograma, Objetivos e Metas do projeto proposto** A análise deverá avaliar e valorar a viabilidade técnica e comunicacional com público alvo do projeto, mediante as estratégias, mídias e materiais apresentados, bem como a capacidade de execução.	10
F	**Compatibilidade da ficha técnica com as atividades desenvolvidas** A análise deverá considerar a carreira dos profissionais que compõem o corpo técnico e artístico, verificando a coerência ou não em relação às atribuições que serão executadas por eles no projeto (para esta avaliação serão considerados os currículos dos membros da ficha técnica).	10
G	**Trajetória artística e cultural do proponente** Será considerado para fins de análise a carreira do proponente, com base no currículo e comprovações enviadas juntamente com a proposta	10
PONTUAÇÃO TOTAL:		80

CRITÉRIOS OBRIGATÓRIOS PARA PREMIAÇÃO		
Identificação do Critério	**Descrição do Critério**	**Pontuação Máxima**
A	**Trajetória artística e cultural do proponente com de 10 anos comprovados. A partir daí, para cada ano comprovado, o proponente obtém 1 ponto extra.** Será considerado para fins de análise a carreira do proponente, com base no dossiê e comprovações enviadas juntamente com a proposta	10 padrão para quem comprova 10 anos de atividade
B	**Coerência da proposta de premiação** A análise deverá considerar, para fins de avaliação e valoração, a Justificativa para premiação.	10
C	**Aspectos de transmissão de conhecimentos** Considera-se, para fins de avaliação e valoração, se o proponente apresenta atividades de repasse de seus conhecimentos para outras pessoas ou grupo (contrapartidas).	10
PONTUAÇÃO TOTAL:		30+

A pontuação final de cada candidatura será definida por média das notas atribuídas individualmente por cada membro da Comissão de Seleção.
Os critérios gerais são eliminatórios, de modo que, o agente cultural que receber pontuação 0 em algum dos critérios será desclassificado do Edital.
Em caso de empate, serão utilizados para fins de classificação dos projetos a maior nota nos critérios de acordo com a ordem abaixo definida: A, B, C, D, E, F, G, H respectivamente.
Caso nenhum dos critérios acima elencados seja capaz de promover o desempate será adotado o critério de maior idade do proponente pessoa física ou representante de pessoa jurídica.
Serão considerados aptos os projetos de fomento que receberem nota final igual ou superior a 40 pontos.
Serão considerados aptas as propostas de premiação que receberem nota final igual ou superior a 20 pontos.
Serão desclassificados os projetos que:
I - receberam nota 0 em qualquer dos critérios obrigatórios;
II - apresentem quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade ou outras formas de discriminação serão desclassificadas, com fundamento no disposto no inciso IV do caput do art. 3º da Constituição, garantidos o contraditório e a ampla defesa.
III - A falsidade de informações acarretará desclassificação, podendo ensejar, ainda, a aplicação de sanções administrativas ou criminais.

ANEXO III
TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº [INDICAR NÚMERO]/[INDICAR ANO] TENDO POR OBJETO A CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO A AÇÕES CULTURAIS CONTEMPLADAS PELO EDITAL nº XX/2023 –, NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO), DO DECRETO N. 11.525/2023 (DECRETO PAULO GUSTAVO) E DO DECRETO 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

1. PARTES

1.1 O [NOME DO ENTE FEDERATIVO], neste ato representado por [AUTORIDADE QUE ASSINARÁ PELO ENTE FEDERATIVO], Senhor(a) [INDICAR NOME DA AUTORIDADE QUE ASSINARÁ PELO ENTE FEDERATIVO], e o(a) AGENTE CULTURAL, [INDICAR NOME DO(A) AGENTE CULTURAL CONTEMPLADO], portador(a) do RG nº [INDICAR Nº DO RG], expedida em [INDICAR ÓRGÃO EXPEDIDOR], CPF nº [INDICAR Nº DO CPF], residente e domiciliado(a) à [INDICAR ENDEREÇO], CEP: [INDICAR CEP], telefones: [INDICAR TELEFONES], resolvem firmar o presente Termo de Execução Cultural, de acordo com as seguintes condições:

2. PROCEDIMENTO

2.1 Este Termo de Execução Cultural é instrumento da modalidade de fomento à execução de ações culturais de que trata o inciso I do art. 8 do Decreto 11.453/2023, celebrado com agente cultural selecionado nos termos da LEI COMPLEMENTAR Nº 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO), DO DECRETO N. 11.525/2023 (DECRETO PAULO GUSTAVO) E DO DECRETO 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

3. OBJETO

3.1. Este Termo de Execução Cultural tem por objeto a concessão de apoio financeiro ao projeto cultural [INDICAR NOME DO PROJETO], contemplado no conforme processo administrativo nº [INDICAR NÚMERO DO PROCESSO].

4. RECURSOS FINANCEIROS

4.1. Os recursos financeiros para a execução do presente termo totalizam o montante de R$ [INDICAR VALOR EM NÚMERO ARÁBICOS] ([INDICAR VALOR POR EXTENSO] reais).
4.2. Serão transferidos à conta do(a) AGENTE CULTURAL, especialmente aberta no [NOME DO BANCO], Agência [INDICAR AGÊNCIA], Conta Corrente nº [INDICAR CONTA], para recebimento e movimentação.

5. APLICAÇÃO DOS RECURSOS

5.1 Os rendimentos de ativos financeiros poderão ser aplicados para o alcance do objeto, sem a necessidade de autorização prévia.

6. OBRIGAÇÕES

6.1 São obrigações da SECULT/PA:
I) transferir os recursos ao(a)AGENTE CULTURAL;
II) orientar o(a) AGENTE CULTURAL sobre o procedimento para a prestação de informações dos recursos concedidos;
III) analisar e emitir parecer sobre os relatórios e sobre a prestação de informações apresentados pelo(a) AGENTE CULTURAL;
IV) zelar pelo fiel cumprimento deste termo de execução cultural;
V) adotar medidas saneadoras e corretivas quando houver inadimplemento;
VI) monitorar o cumprimento pelo(a) AGENTE CULTURAL das obrigações previstas na CLÁUSULA 6.2.
6.2 São obrigações do(a) AGENTE CULTURAL:
I) executar a ação cultural aprovada;
II) aplicar os recursos concedidos pela Lei Paulo Gustavo na realização da ação cultural;
III) manter, obrigatória e exclusivamente, os recursos financeiros depositados na conta especialmente aberta para o Termo de Execução Cultural;
IV) facilitar o monitoramento, o controle e supervisão do termo de execução cultural bem como o acesso ao local de realização da ação cultural;
V) prestar informações à SECULT por meio de Relatório de Execução do Objeto, apresentado no prazo máximo de até 31 de dezembro de 2024, contados do término da vigência do termo de execução cultural;
VI) atender a qualquer solicitação regular feita pela SECULT, a contar do recebimento da notificação;
VII) divulgar nos meios de comunicação, a informação de que a ação cultural aprovada é apoiada com recursos da Lei Paulo Gustavo, incluindo as marcas do Governo federal, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura;
VIII) não realizar despesa em data anterior ou posterior à vigência deste termo de execução cultural;
IX) guardar a documentação referente à prestação de informações pelo prazo de 10 anos, contados do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural;
X) não utilizar os recursos para finalidade diversa da estabelecida no projeto cultural;
XI) executar a contrapartida conforme pactuado.

7. PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES,

7.1 O agente cultural prestará contas à administração pública por meio da categoria de prestação de informações em relatório de execução do objeto.
7.2 A prestação de informações em relatório de execução do objeto comprovará que foram alcançados os resultados da ação cultural, por meio dos seguintes procedimentos:
I - apresentação de relatório de execução do objeto pelo beneficiário no prazo estabelecido pelo ente federativo no regulamento ou no instrumento de seleção;
II - apresentação de relatório de execução financeira do projeto, e;
III - análise do relatório de execução do objeto por agente público designado.
7.2.1 O relatório de prestação de informações sobre o cumprimento do objeto deverá:
I - comprovar que foram alcançados os resultados da ação cultural;
II - conter a descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;
III - ter anexados documentos de comprovação do cumprimento do objeto, tais como: Declarações de realização dos eventos, com registro fotográfico ou audiovisual, clipping de matérias jornalísticas, releases, folders, catálogos, panfletos, filipetas, bem como outros documentos pertinentes à execução do projeto.
7.2.2 O agente público competente elaborará parecer técnico de análise do relatório de execução do objeto e poderá adotar os seguintes procedimentos, de acordo com o caso concreto:

I - encaminhar o processo à autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações, caso conclua que houve o cumprimento integral do objeto; ou
II - solicitar a apresentação, pelo agente cultural, de relatório de execução financeira, caso considere que não foi possível aferir o cumprimento integral do objeto no relatório de execução do objeto ou que as justificativas apresentadas sobre o cumprimento parcial do objeto foram insuficientes.
7.2.3 Após o recebimento do processo pelo agente público de que trata o item 7.2.2, autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações poderá:
I - determinar o arquivamento, caso considere que houve o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado;
II - solicitar a apresentação, pelo agente cultural, de relatório de execução financeira, caso considere que não foi possível aferir o cumprimento integral do objeto no relatório de execução do objeto ou que as justificativas apresentadas sobre o cumprimento parcial do objeto foram insuficientes; ou
III - aplicar sanções ou decidir pela rejeição da prestação de informações, caso verifique que não houve o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado, ou caso identifique irregularidades no relatório de execução financeira.
7.3 O relatório de execução financeira será exigido, independente da modalidade inicial de prestação de informações (in loco ou em relatório de execução do objeto), somente nas seguintes hipóteses:
I - quando não estiver comprovado o cumprimento do objeto, observados os procedimentos previstos no item 7.2; ou
II - quando for recebida, pela administração pública, denúncia de irregularidade na execução da ação cultural, mediante juízo de admissibilidade que avaliará os elementos fáticos apresentados.
7.3.1 O prazo para apresentação do relatório de execução financeira será de, no mínimo, trinta dias, contado do recebimento da notificação.
7.4 O julgamento da prestação de informações realizado pela autoridade do ente federativo que celebrou o termo de execução cultural avaliará o parecer técnico de análise de prestação de informações e poderá concluir pela:
I - aprovação da prestação de informações, com ou sem ressalvas; ou
II - reprovação da prestação de informações, parcial ou total.
7.5 Na hipótese de o julgamento da prestação de informações apontar a necessidade de devolução de recursos, o agente cultural será notificado para que exerça a opção por:
I - devolução parcial ou integral dos recursos ao erário;
II - apresentação de plano de ações compensatórias; ou
III - devolução parcial dos recursos ao erário juntamente com a apresentação de plano de ações compensatórias.
7.5.1 A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a reprovação da prestação de informações, desde que comprovada.
7.5.2 Nos casos em que estiver caracterizada má-fé do agente cultural, será imediatamente exigida a devolução de recursos ao erário, vedada a aceitação de plano de ações compensatórias.
7.5.3 Nos casos em que houver exigência de devolução de recursos ao erário, o agente cultural poderá solicitar o parcelamento do débito, na forma e nas condições previstas na legislação.
7.5.4 O prazo de execução do plano de ações compensatórias será o menor possível, conforme o caso concreto, limitado à metade do prazo originalmente previsto de vigência do instrumento.

8. ALTERAÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

8.1 A alteração do termo de execução cultural será formalizada por meio de termo aditivo.
8.2 A formalização de termo aditivo não será necessária nas seguintes hipóteses:
I - prorrogação de vigência realizada de ofício pela administração pública quando der causa a atraso na liberação de recursos; e
II - alteração do projeto sem modificação do valor global do instrumento e sem modificação substancial do objeto.
8.3 Na hipótese de prorrogação de vigência, o saldo de recursos será automaticamente mantido na conta, a fim de viabilizar a continuidade da execução do objeto.
8.4 As alterações do projeto cujo escopo seja de, no máximo, 20% poderão ser realizadas pelo agente cultural e comunicadas à administração pública em seguida, sem a necessidade de autorização prévia.
8.5 A aplicação de rendimentos de ativos financeiros em benefício do objeto do termo de execução cultural poderá ser realizada pelo agente cultural sem a necessidade de autorização prévia da administração pública.
8.6 Nas hipóteses de alterações em que não seja necessário termo aditivo, poderá ser realizado apostilamento.

9. TITULARIDADE DE BENS

9.1 Os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução da ação cultural fomentada serão de titularidade do agente cultural desde a data da sua aquisição.
9.2 Nos casos de rejeição da prestação de contas em razão da aquisição ou do uso do bem, o valor pago pela aquisição será computado no cálculo de valores a devolver, com atualização monetária.
[OU]
9.2 Os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução da ação cultural fomentada serão de titularidade do [NOME DO ENTE].
[AO FORMALIZAR O TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL, O ENTE DEVE DECIDIR SE OS BENS ADQUIRIDOS, PRODUZIDOS OU TRANSFORMADOS PELO AGENTE CULTURAL SERÃO DO PRÓPRIO AGENTE CULTURAL OU DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. OS BENS PODEM FICAR COM O AGENTE CULTURAL NAS HIPÓTESES TRATADAS NO ART. 27 DO DECRETO 11.453/2023]

10. EXTINÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

10.1 O presente Termo de Execução Cultural poderá ser:
I - extinto por decurso de prazo;
II - extinto, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;
III - denunciado, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe; ou
IV - rescindido, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe, nas seguintes hipóteses:
a) descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;
b) irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas ;
c) violação da legislação aplicável;
d) cometimento de falhas reiteradas na execução;
e) má administração de recursos públicos;
f) constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;
g) não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;h) outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.
10.2 A denúncia só será eficaz 60 (sessenta) dias após a data de recebimento da notificação, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença.
10.3 Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.
10.4 Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje dano ao erário, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela Administração Pública.
10.5 Outras situações relativas à extinção deste Termo não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser negociados entre as partes ou, se for o caso, no Termo de Distrato.

11. SANÇÕES

11.1 . Nos casos em que for verificado que a ação cultural ocorreu, mas houve inadequação na execução do objeto ou na execução financeira sem má-fé, a autoridade pode concluir pela aprovação da prestação de informações com ressalvas e aplicar sanção de advertência ou multa.
11.2 A decisão sobre a sanção deve ser precedida de abertura de prazo para apresentação de defesa pelo AGENTE CULTURAL.
11.3 A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a aplicação de sanção, desde que regularmente comprovada.

12. MONITORAMENTO E CONTROLE DE RESULTADOS

12.1 [DEVE SER INFORMADO COMO O ÓRGÃO REALIZARÁ O MONITORAMENTO DAS AÇÕES, PODENDO SER POR MEIO DE COMISSÃO ESPECÍFICA PARA ESTE FIM, POR ENVIO DE RELATÓRIOS, ENTRE OUTRAS MEDIDAS].

13. VIGÊNCIA

13.1 A vigência deste instrumento terá início na data de assinatura das partes, com duração de [PRAZO EM ANOS OU MESES], podendo ser prorrogado por [PRAZO MÁXIMO DE PRORROGAÇÃO].

14. PUBLICAÇÃO

14.1 O Extrato do Termo de Execução Cultural será publicado no [INFORMAR ONDE SERÁ PUBLICADO]

15. FORO

15.1 Fica eleito o Foro de [LOCAL] para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao presente Termo de Execução Cultural.
LOCAL, [INDICAR DIA, MÊS E ANO].

Pelo órgão: Pelo Agente Cultural:
[NOME DO AGENTE CULTURAL]

ANEXO IV
RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

1. DADOS DO PROJETO

Nome do projeto:
Nome do agente cultural proponente:
Nº do Termo de Execução Cultural
Vigência do projeto:
Valor repassado para o projeto:
Data de entrega desse relatório:

2. RESULTADOS DO PROJETO

2.1. Resumo:

Descreva de forma resumida como foi a execução do projeto, destacando principais resultados e benefícios gerados e outras informações pertinentes.

2.2. As ações planejadas para o projeto foram realizadas?

( ) Sim, todas as ações foram feitas conforme o planejado.
( ) Sim, todas as ações foram feitas, mas com adaptações e/ou alterações.
( ) Uma parte das ações planejadas não foi feita.
( ) As ações não foram feitas conforme o planejado.

2.3. Ações desenvolvidas

Descreva as ações desenvolvidas, com informações detalhando ações, datas, locais, horários, etc. Fale também sobre a eventuais alterações nas atividades previstas no projeto, bem como os possíveis impactos nas metas acordadas.

2.4. Cumprimento das Metas

Metas integralmente cumpridas:
• META 1 [Descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado]
◦ OBSERVAÇÃO DA META 1: [informe como a meta foi cumprida]
Metas parcialmente cumpridas (SE HOUVER):
• META 1 [Descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado]
◦ Observações da Meta 1: [Informe qual parte da meta foi cumprida]
◦ Justificativa para o não cumprimento integral: [Explique porque parte da meta não foi cumprida]
Metas não cumpridas (se houver)
• Meta 1 [Descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado]
◦ Justificativa para o não cumprimento: [Explique porque a meta não foi cumprida]

3. PRODUTOS GERADOS
3.1. A execução do projeto gerou algum produto?
Exemplos: vídeos, produção musical, produção gráfica etc.
( ) Sim
( ) Não
3.1.1. Quais produtos culturais foram gerados?
Você pode marcar mais de uma opção. Informe também as quantidades.
( ) Publicação
( ) Livro
( ) Catálogo
( ) Live (transmissão on-line)
( ) Vídeo
( ) Documentário
( ) Filme
( ) Relatório de pesquisa
( ) Produção musical
( ) Jogo
( ) Artesanato
( ) Obras
( ) Espetáculo
( ) Show musical
( ) Site
( ) Música
( ) Outros: _____
3.1.2. Como os produtos desenvolvidos ficaram disponíveis para o público após o fim do projeto?
Exemplos: publicações impressas, vídeos no YouTube?
3.2. Quais foram os resultados gerados pelo projeto?
Detalhe os resultados gerados por cada atividade prevista no Projeto.
3.2.1 Pensando nos resultados finais gerados pelo projeto, você considera que ele:
(Você pode marcar mais de uma opção).
( ) Desenvolveu processos de criação, de investigação ou de pesquisa.
( ) Desenvolveu estudos, pesquisas e análises sobre o contexto de atuação.
( ) Colaborou para manter as atividades culturais do coletivo.
( ) Fortaleceu a identidade cultural do coletivo.
( ) Promoveu as práticas culturais do coletivo no espaço em que foi desenvolvido.
( ) Promoveu a formação em linguagens, técnicas e práticas artísticas e culturais.
( ) Ofereceu programações artísticas e culturais para a comunidade do entorno.
( ) Atuou na preservação, na proteção e na salvaguarda de bens e manifestações culturais.
4. PÚBLICO ALCANÇADO
Informe a quantidade de pessoas beneficiadas pelo projeto, demonstre os mecanismos utilizados para mensuração, a exemplo de listas de presenças. Em caso de baixa frequência ou oscilação relevante informe as justificativas.
5. EQUIPE DO PROJETO
5.1 Quantas pessoas fizeram parte da equipe do projeto?
Digite um número exato (exemplo: 23).
5.2 Houve mudanças na equipe ao longo da execução do projeto?
( ) Sim ( ) Não
Informe se entraram ou saíram pessoas na equipe durante a execução do projeto.
5.3 Informe os profissionais que participaram da execução do projeto:

Nome do profissional/empresa	Função no projeto	CPF/CNPJ	Pessoa negra?	Pessoa índigena?	Pessoa com deficiência?	[INSERIR MAIS COLUNAS, SE NECESSÁRIO]
Ex.: João Silva	Cineasta	123456789101	Sim/Não	Sim/Não	Sim/Não	

6. LOCAIS DE REALIZAÇÃO
6.1 De que modo o público acessou a ação ou o produto cultural do projeto?
( )1. Presencial.
( ) 2. Virtual.
( ) 3. Híbrido (presencial e virtual).
Caso você tenha marcado os itens 2 ou 3 (virtual e híbrido):
6.2 Quais plataformas virtuais foram usadas?
Você pode marcar mais de uma opção.
( )Youtube
( )Instagram / IGTV
( )Facebook
( )TikTok
( )Google Meet, Zoom etc.
( )Outros: _____
6.3 Informe aqui os links dessas plataformas:
Caso você tenha marcado os itens 1 e 3 (Presencial e Híbrido):
6.4 De que forma aconteceram as ações e atividades presenciais do projeto?
( )1. Fixas, sempre no mesmo local.
( )2. Itinerantes, em diferentes locais.
( )3. Principalmente em um local base, mas com ações também em outros locais.
No item 6.4 caso você tenha marcado o item 1 (Fixas):
6.5 Em que município o projeto aconteceu?
6.7 Em que área do município o projeto foi realizado?
Você pode marcar mais de uma opção.
( )Zona urbana central.
( )Zona urbana periférica.
( )Zona rural.
( )Área de vulnerabilidade social.
( )Unidades habitacionais.
( )Territórios indígenas (demarcados ou em processo de demarcação).
( )Comunidades quilombolas (terra titulada, em processo de titulação, com registro na Fundação Palmares).
( )Áreas atingidas por barragem.
( )Território de povos e comunidades tradicionais (ribeirinhos, louceiros, cipozeiro, pequizeiros, vazanteiros, povos do mar etc.).
( )Outros: _____
__
6.8 Onde o projeto foi realizado?
Você pode marcar mais de uma opção.
( )Equipamento cultural público municipal.
( )Equipamento cultural público estadual.
( )Espaço cultural independente.
( )Escola.
( )Praça.
( )Rua.
( )Parque.
( )Outros
No item 6.4 caso você tenha marcado o item 2 (itinerante):
6.9 Em quais municípios o projeto aconteceu?
6.10 Em quais áreas o projeto foi realizado?
Você pode marcar mais de uma opção.
( )Zona urbana central.
( )Zona urbana periférica.
( )Zona rural.
( )Área de vulnerabilidade social.
( )Unidades habitacionais.
( )Territórios indígenas (demarcados ou em processo de demarcação).
( )Comunidades quilombolas (terra titulada, em processo de titulação, com registro na Fundação Palmares).
( )Áreas atingidas por barragem.
( )Território de povos e comunidades tradicionais (ribeirinhos, louceiros, cipozeiro, pequizeiros, vazanteiros, povos do mar etc.).
( )Outros: _____
__
6.11 Onde o projeto foi realizado?
Você pode marcar mais de uma opção.
( )Equipamento cultural público municipal.
( )Equipamento cultural público estadual.
( )Espaço cultural independente.
( )Escola.
( )Praça.
( )Rua.
( )Parque.
( )Outros _____
No item 6.4 caso você tenha marcado o item 3 (Base):
6.12 Em quais municípios o projeto aconteceu?
6.13 Em quais áreas o projeto foi realizado?
Você pode marcar mais de uma opção.
( )Zona urbana central.
( )Zona urbana periférica.
( )Zona rural.
( )Área de vulnerabilidade social.
( )Unidades habitacionais.
( )Territórios indígenas (demarcados ou em processo de demarcação).
( )Comunidades quilombolas (terra titulada, em processo de titulação, com registro na Fundação Palmares).
( )Áreas atingidas por barragem.
( )Território de povos e comunidades tradicionais (ribeirinhos, louceiros, cipozeiro, pequizeiros, vazanteiros, povos do mar etc.).
( )Outros: _____
6.14 Onde o projeto foi realizado?
Você pode marcar mais de uma opção.
( )Equipamento cultural público municipal.
( )Equipamento cultural público estadual.
( )Espaço cultural independente.
( )Escola.
( )Praça.
( )Rua.
( )Parque.
( )Outros_____
7. DIVULGAÇÃO DO PROJETO
Informe como o projeto foi divulgado. Ex.: Divulgado no instagram
8. CONTRAPARTIDA
Descreva como a contrapartida foi executada, quando foi executada e onde foi executada.
9. TÓPICOS ADICIONAIS
Inclua aqui informações relevantes que não foram abordadas nos tópicos anteriores, se houver.
10. ANEXOS
Junte documentos que comprovem que você executou o projeto, tais como listas de presença, relatório fotográfico, vídeos, depoimentos, entre outros.

Nome
Assinatura do Agente Cultural Proponente

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DE GRUPO OU COLETIVO

OBS.: Essa declaração deve ser preenchida somente por proponentes que sejam um grupo ou coletivo sem personalidade jurídica, ou seja, sem CNPJ.
GRUPO ARTÍSTICO:

NOME DO REPRESENTANTE INTEGRANTE DO GRUPO OU COLETIVO ARTÍSTICO:
DADOS PESSOAIS DO REPRESENTANTE: [IDENTIDADE, CPF, E-MAIL E TELEFONE]
Os declarantes abaixo-assinados, integrantes do grupo artístico [NOME DO GRUPO OU COLETIVO], elegem a pessoa indicada no campo "REPRESENTANTE" como único e representante neste edital, outorgando-lhe poderes para fazer cumprir todos os procedimentos exigidos nas etapas do edital, inclusive assinatura de recibo, troca de comunicações, podendo assumir compromissos, obrigações, transigir, receber pagamentos e dar quitação, renunciar direitos e qualquer outro ato relacionado ao referido edital. Os declarantes informam que não incorrem em quaisquer das vedações do item de participação previstas no edital.

NOME DO INTEGRANTE	DADOS PESSOAIS	ASSINATURAS

[LOCAL]
[DATA]

ANEXO VI
DECLARAÇÃO ÉTNICO-RACIAL
(Para agentes culturais concorrentes às cotas étnico-raciais – negros ou indígenas)
Eu, _____
_____, CPF nº_____, RG nº _____, DECLARO para fins de participação no Edital (Nome ou número do edital) que sou _____
_____(informar se é NEGRO OU INDÍGENA).
Por ser verdade, assino a presente declaração e estou ciente de que a apresentação de declaração falsa pode acarretar desclassificação do edital e aplicação de sanções criminais.
NOME
ASSINATURA DO DECLARANTE

ANEXO VII
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
Nome do Proponente:
Nº de Registro no Mapa Cultural:
Nome do projeto:
Nº de inscrição:

META /ETAPA 1						
Descrição do item	**Justificativa**	**Unidade de medida**	**Valor unitário**	**Quantidade**	**Valor total**	**Referência de preço**
Ex.: Fotógrafo	Profissional necessário para registro da oficina	Serviço	R$1.100,00	1	R$1.100,00	. Salicnet . Praticado no mercado
META /ETAPA 2						
Ex. Ampliações das imagens	Serviço necessário para exposição	und	R$50,00	1	R$50,00	. Salicnet . Praticado no mercado

Preencha a tabela informando todas as despesas indicando as metas/etapas às quais elas estão relacionadas (ex. pré-produção, produção, execução)
Deve haver a indicação do parâmetro de preço (Ex.: preço estabelecido no SALICNET, 3 orçamentos, etc),utilizado com a referência específica do item de despesa, conforme exemplo.
Adicione quantas linhas forem necessárias para etapas e itens do seu orçamento.

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 016/2023 – CULTURA AFRO BRASILEIRA – LEI PAULO GUSTAVO
EDITAL DE SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA LEI COMPLEMENTAR 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO) – CULTURA AFRO-BRASILEIRA

Este Edital é realizado com recursos do Governo Federal repassados por meio da Lei Complementar nº 195/2022 - Lei Paulo Gustavo.
A Lei Paulo Gustavo (LGP) viabiliza o maior investimento direto no setor cultural da história do Brasil e simboliza o processo de resistência da classe artística durante a pandemia de Covid-19, que limitou severamente as atividades do setor cultural.
É, ainda, uma homenagem a Paulo Gustavo, artista símbolo da categoria, vitimado pela doença.
As condições para a execução da Lei Paulo Gustavo foram criadas por meio do engajamento da sociedade e o presente edital destina-se a apoiar projetos apresentados pelos agentes culturais do segmento de CULTURA AFRO BRASILEIRA.
Deste modo, a Secretaria de Cultura do Estado do Pará – SECULT/PA, torna público o presente edital elaborado com base na Lei Complementar 195/2022, no Decreto 11.525/2023 e no Decreto 11.453/2023 e no Termo de Fomento 060, celebrado com o **FUNDO DE AMPARO E DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA – FADESP**, entidade parceira na execução das ações deste edital.
Na realização deste edital estão asseguradas medidas de democratização, desconcentração, descentralização e regionalização do investimento cultural, com a implementação de ações afirmativas, fundamentado na previsão do Decreto nº 11.525, de 11 de maio de 2023 (Decreto de Regulamentação da Lei Paulo Gustavo), em seus artigos 14, 15 e 16.

1. OBJETO
O objeto deste Edital é a seleção de **84 (oitenta e quatro)** projetos culturais do segmento de Cultura Afro-Brasileira, para receberem recursos financeiros, visando o incentivo ao referido segmento no estado do Pará. A distribuição dos recursos será realizada de acordo com as modalidades descritas nos itens 1.1 e 1.2.
1.1 **Modalidade: Fomento**
1.1.1 Celebração 1: 05 (cinco) projetos culturais de até R$30.000,00 (trinta mil reais), destinados à festas, festivais e/ou celebrações de Terreiros.
1.1.2 Celebração 2: 05 (cinco) projetos culturais de até R$30.000,00 (trinta mil reais) destinados à festas, festivais e ou celebrações de Quilombos.
1.1.3 Celebração 3: 05 (cinco) projetos culturais de até R$30.000,00 (trinta mil reais) destinados à festas, festivais e ou celebrações de Periferia.
1.1.4 Arte Livre 1: 04 (quatro) projetos culturais de até R$10.000,00 (dez mil reais), destinados às atividades de grupos e/ou coletivos, voltadas para o artesanato.
1.1.5 Arte Livre 2: 05 (cinco) prêmios de R$10.000,00 (dez mil reais), destinados às diversas expressões culturais de fazedoras e fazedores negros (Preta arte)
1.1.6 Arte Livre 3: 15 (quinze) projetos culturais de até R$10.000,00 (dez mil reais), destinados à iniciativas culturais de comunidades quilombolas.
1.1.7 Arte Livre 4: 10 (dez) projetos culturais de até R$10.000,00 (dez mil reais), destinados a iniciativas culturais voltadas à tradição alimentar de Terreiro e Quilombo.
1.1.8 Arte Livre 5: 05 (cinco) projetos culturais de até R$10.000,00 (dez mil reais), destinados iniciativas culturais voltadas à juventude e crianças de Terreiro -
1.1.9 Arte Livre 6: 15 (quinze) projetos culturais prêmio de até R$10.000,00 (dez mil reais), destinados à iniciativas culturais voltadas ao povo de terreiro.
1.2 **Modalidade: Premiação**
1.2.1 - Trajetória de Mestras e Mestres 1: **05 (cinco)** prêmios, no valor individual de R$10.000,00, destinado a mestres e mestras com atividades em Terreiros.
1.2.2 - Trajetória de Mestras e Mestres 2: **05 (cinco)** prêmios, no valor individual de R$10.000,00, destinado a mestres e mestras com atividades em Quilombos.
1.2.3 - Trajetória de Mestras e Mestres 3: **05 (cinco)** prêmios, no valor individual de R$10.000,00, destinado a mestres e mestras com atividades na Periferia.
1.3. Caso o valor destinado à atividade inicialmente previsto não seja utilizado integralmente, poderão ser convocados mais proponentes aprovados.
1.4. Havendo sobra de recursos em uma das atividades o saldo remanescente poderá ser remanejado para contemplar propostas de outras faixas deste edital.
1.4.1. O remanejamento deverá priorizar as faixas que possuam maior demanda de propostas de proponentes na condição de suplente, bem como respeitar as cotas reservadas às pessoas negras e indígenas e, quando possível, a ordem de classificação e as cotas de regionalização.
1.5. No caso de sobra de recurso neste edital, o saldo remanescente deste poderá ser utilizado para contemplar os(as) proponentes com propostas selecionadas em outros Editais da Lei Paulo Gustavo publicados pela Secretaria de Cultura do Estado do Pará, priorizando aqueles com maior demanda.
1.6. O valor inicialmente disponível para este Edital poderá ser ampliado, caso haja sobra de recursos de outros Editais publicados pela Secretaria de Cultura no âmbito da Lei Paulo Gustavo ou do recebimento de recursos da Lei Paulo Gustavo não executados pelos municípios.

2. VALORES
2.1 O valor total disponibilizado para este Edital é de **R$1.140.000,00** (um milhão, cento e quarenta mil reais) para projetos de fomento e premiações da LPG.

3. QUEM PODE SE INSCREVER
3.1 Pode se inscrever no Edital qualquer agente cultural residente e domiciliado no Estado do Pará há pelo menos 2 (dois) anos.
3.1.1. A comprovação de residência é dispensada na forma descrita no item 14.2.1.1.
3.2 Em regra, o agente cultural pode ser:
I - Pessoa física ou Microempreendedor Individual (MEI)
II - Pessoa jurídica com fins lucrativos (Ex.: empresa de pequeno porte, empresa de grande porte, etc)
III - Pessoa jurídica sem fins lucrativos (Ex.: Associação, Fundação, Cooperativa, etc)
IV - Coletivo/Grupo sem CNPJ representado por pessoa física.
3.3 O proponente é o agente cultural responsável pela inscrição do projeto no Mapa Cultural.
3.4 Na hipótese de agentes culturais que atuem como grupo ou coletivo cultural sem constituição jurídica (ou seja, sem CNPJ), será indicada pessoa física como responsável legal para o ato da assinatura do Termo de Execução Cultural e a representação será formalizada em declaração assinada pelos demais integrantes do grupo ou coletivo, podendo ser utilizado o modelo constante no Anexo V.
3.5 O proponente não pode exercer apenas funções administrativas no âmbito do projeto e deve exercer necessariamente a função de criação, ou direção, ou produção, ou coordenação, ou gestão artística, ou outra função de destaque e capacidade de decisão no projeto.

4. QUEM NÃO PODE SE INSCREVER
4.1 Não pode se inscrever neste Edital, proponentes que:
I - tenham se envolvido diretamente na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento de recursos;
II - sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou

por afinidade, até o terceiro grau, de servidor público do órgão responsável pelo edital, nos casos em que o referido servidor tiver atuado na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento de recursos; e
III - sejam membros do Poder Legislativo (Deputados, Senadores, Vereadores), do Poder Judiciário (Juízes, Desembargadores, Ministros), do Ministério Público (Promotor, Procurador); do Tribunal de Contas (Auditores e Conselheiros).
IV - Proponentes inadimplentes com prestação de contas de editais realizados pela Secult e organizações da sociedade civil parceiras, com recursos da Lei Aldir Blanc.
4.2 O agente cultural que integrar Conselho de Cultura poderá concorrer neste Edital para receber recursos do fomento cultural, exceto quando se enquadrar nas vedações previstas no item 4.1.
4.3 Quando se tratar de proponentes pessoas jurídicas, estarão impedidas de apresentar projetos aquelas cujos sócios, diretores e/ou administradores se enquadrarem nas situações descritas no tópico 4.1.
4.4 A participação de agentes culturais nas oitivas e consultas públicas não caracteriza o envolvimento direto na etapa de elaboração do edital de que trata o subitem I do item 4.1.

5. COTAS

5.1 Ficam garantidas cotas étnico-raciais em todas as categorias do edital, nas seguintes proporções e ordenamento de selecionados:
I) 50% para mulheres (cis e trans);
II) 30% (trinta por cento) para propostas de Região de Integração do Guajará (onde se localiza a capital do Estado) e 70% (setenta por cento) para propostas advindas das demais Regiões do Estado
III) No mínimo 20% para pessoas negras (pretas e pardas); e
IV) no mínimo 10% para pessoas indígenas.
5.2 Os agentes culturais que optarem por concorrer às cotas para pessoas negras (pretas e pardas) e indígenas concorrerão concomitantemente às vagas destinadas à ampla concorrência, ou seja concorrerão ao mesmo tempo nas vagas da ampla concorrência e nas vagas reservadas às cotas, podendo ser selecionado de acordo com a sua nota ou classificação no processo seleção.
5.3 Os agentes culturais negros (pretos e pardos) e indígenas optantes por concorrer às cotas (opção presente na ficha de incrição dos projetos) que atingirem nota suficiente para se classificar no número de vagas oferecidas para ampla concorrência não ocuparão as vagas destinadas para o preenchimento das cotas, ou seja, serão selecionados nas vagas da ampla concorrência, ficando a vaga da cota para o próximo colocado optante pela cota.
5.4 Em caso de desistência de optantes aprovados nas cotas, a vaga não preenchida deverá ser ocupada por pessoa que concorreu às cotas de acordo com a ordem de classificação.
5.5 No caso de não existirem propostas aptas em número suficiente para o cumprimento de uma das categorias de cotas previstas na seleção, o número de vagas restantes deverá ser destinado inicialmente para a outra categoria de cotas.
5.6 Caso não haja outra categoria de cotas de que trata o item 5.5, as vagas não preenchidas deverão ser direcionadas para a ampla concorrência, sendo direcionadas para os demais candidatos aprovados, de acordo com a ordem de classificação.
5.7 Para concorrer às cotas, os agentes culturais deverão autodeclarar-se no ato da inscrição usando a autodeclaração étnico-racial de que trata o Anexo VI.
5.8 Caso necessário, para fins de verificação da autodeclaração, poderá ser solicitada Carta Consubstanciada, que será analisada por um comitê formado por membros de entidades representativas.
5.9 As pessoas jurídicas e coletivos sem constituição jurídica podem concorrer às cotas, desde que preencham algum dos requisitos abaixo:
I – pessoas jurídicas que possuem quadro societário majoritariamente composto por pessoas negras (pretas e pardas) ou indígenas;
II – pessoas jurídicas ou grupos e coletivos sem constituição jurídica que possuam pessoas negras (pretas e pardas) ou indígenas em posições de liderança no projeto cultural; e
III – pessoas jurídicas ou coletivos sem constituição jurídica que possuam equipe do projeto cultural majoritariamente composta por pessoas negras (pretas e pardas) ou indígenas.
5.10 As pessoas físicas que compõem a equipe da pessoa jurídica e o grupo ou coletivo sem constituição jurídica devem se submeter aos regramentos descritos nos itens acima, observando o item 5.7
Parágrafo único: Este critério incide sobre o montante total de premiações de acordo com a lista de classificação e não por Modalidade.

6. PRAZO PARA SE INSCREVER

6.1 Para se inscrever no Edital, o proponente deve enviar toda documentação obrigatória relatada no 7.3, entre os dias 12 de setembro e 12 de outubro de 2023, exclusivamente através da plataforma Mapa Cultural do Pará, no endereço eletrônico http://www.mapacultural.pa.gov.br/lpg/cultura-afrobrasileira.
1.2. Para efeito de inscrição todos os proponentes deverão estar cadastrados no mapa cultural.pa.gov.br.
1.3. Todas as informações fornecidas no ato da inscrição deverão ser verídicas e atualizadas. Não serão aceitas propostas entregues presencialmente na sede da SECULT, ou da executora do certame, ou materiais postados via Correios.
1.4. Os proponentes que já têm cadastro no Mapa Cultural do Pará não precisam fazer novo cadastro, podendo atualizar informações que julgarem necessárias até a data de envio de sua inscrição.
1.5. O ato de inscrição pressupõe plena concordância dos termos, cláusulas e condições deste edital e de seus anexos, que passarão a integrar as obrigações, bem como a observância dos regulamentos administrativos e das normas técnicas aplicáveis, não sendo aceita, sob qualquer hipótese, alegação de seu desconhecimento em qualquer fase do procedimento administrativo e execução dos serviços.
1.6. Os anexos que compõem este edital deverão ser assinados de maneira física ou eletrônica, com o encaminhamento na forma digital no ato de inscrição anexados no formato PDF.
6.7. As inscrições feitas em desacordo com os prazos e demais exigências do presente edital serão indeferidas.
1.8 Não serão aceitas complementações, modificações ou substituições de dados e de anexos à inscrição, depois de finalizada.
1.9 É vedada a participação de órgãos públicos, escolas e fundações privadas.

7. COMO SE INSCREVER

7.1 O proponente deve preencher Ficha de Inscrição diretamente no http://www.mapacultural.pa.gov.br/lpg/cultura-afrobrasileira.
7.2 O proponente deve encaminhar a documentação obrigatória de que trata o item 7.3 por meio do http://www.mapacultural.pa.gov.br/lpg/cultura-afrobrasileira.
7.3 O proponente deve enviar a seguinte documentação para formalizar sua inscrição:
a) Projeto proposto;
b) Currículo / portfólio do proponente, com todas as comprovações;
c) Documentos pessoais do proponente CPF e RG (se Pessoa Física);
d) Inscrição no cadastro nacional de pessoa jurídica - CNPJ (se Pessoa Jurídica);
e) Atos constitutivos da empresa, qual seja o contrato social, nos casos de pessoas jurídicas com fins lucrativos, ou estatuto, nos casos de organizações da sociedade civil (se Pessoa Jurídica);
f) Comprovante de Endereço do proponente ou Declaração de Residência (no caso do proponente não possuir documento em seu nome)
g) Mini currículo dos integrantes do projeto e termo de anuência;
h) Todos os anexos solicitados no Edital, nos quais o proponente se enquadre.
i) Outros documentos que o proponente julgar necessário para auxiliar na avaliação do mérito cultural do projeto.
7.4 O proponente é responsável pelo envio dos documentos e pela qualidade visual, conteúdo dos arquivos e informações de seu projeto.
7.5 Cada Proponente poderá concorrer, e ser selecionado individualmente ou como representantes de coletivo, com apenas 1 (um) projeto, no máximo.
7.6 Os membros de grupos e coletivos podem concorrer isoladamente, desde que sejam com projetos diferentes.
7.7 Se houver inscrição de mais de um projeto do mesmo proponente, será considerado, para fins de seleção, o último enviado na plataforma.
7.8 Os projetos apresentados deverão conter previsão de execução não superior a 12 meses.
7.9 O proponente deve se responsabilizar pelo acompanhamento das atualizações/publicações pertinentes ao edital e seus prazos nos canais formais de comunicação da SECULT/PA.
7.10 As inscrições deste edital são gratuitas.
7.11 As propostas que apresentem quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade ou outras formas de discriminação serão desclassificadas, com fundamento no disposto no inciso IV do caput do art. 3º da Constituição, garantidos o contraditório e a ampla defesa.
7.12 No caso da modalidade 'premiação', os subitens 7.3-letras "a", "d", e "g", e o item 8 deste edital são dispensados.
Parágrafo único: A comprovação de residência poderá ser dispensada nas hipóteses de agentes culturais pertencentes à comunidade indígena, quilombola, cigana ou circense ou pertencentes à população nômade ou itinerante; que se encontrem em situação de rua.

8. PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DOS PROJETOS

8.1 O proponente deve preencher a planilha orçamentária presente no Anexo VII, informando como será utilizado o recurso financeiro recebido.
8.2 A estimativa de custos do projeto será prevista por categorias, sem a necessidade de detalhamento por item de despesa, conforme § 1º do art. 24 do Decreto 11.453/2023.
8.3 A compatibilidade entre a estimativa de custos do projeto e os preços praticados no mercado será avaliada pelos membros da comissão de seleção, de acordo com tabelas referenciais de valores, ou com outros métodos de verificação de valores praticados no mercado.
8.4 A estimativa de custos do projeto poderá apresentar valores divergentes das práticas de mercado convencionais na hipótese de haver significativa excepcionalidade no contexto de sua implementação, consideradas variáveis territoriais e geográficas e situações específicas, como a de povos indígenas, ribeirinhos, atingidos por barragens e comunidades quilombolas e tradicionais.
8.5 Os itens da planilha orçamentária poderão ser glosados, ou seja, vetados, total ou parcialmente, pela Comissão de Seleção, se, após análise, não forem considerados com preços compatíveis aos praticados no mercado ou forem considerados incoerentes e em desconformidade com o projeto apresentado.
8.6 Caso o proponente discorde dos valores glosados (vetados) poderá apresentar recurso na fase de mérito cultural, conforme dispõe o item 12.8.
8.7 O valor solicitado não poderá ser superior ao valor máximo destinado a cada modalidade, conforme item 1.2 do presente edital.

9. ACESSIBILIDADE

9.1 Os projetos devem contar com medidas de acessibilidade física, atitudinal e comunicacional compatíveis com as características dos produtos resultantes do objeto, nos termos do disposto na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência), de modo a contemplar:
I - no aspecto arquitetônico, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com mobilidade reduzida ou idosas aos locais onde se realizam as atividades culturais e a espaços acessórios, como banheiros, áreas de alimentação e circulação;
II - no aspecto comunicacional, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com deficiência intelectual, auditiva ou visual ao conteúdo dos produtos culturais gerados pelo projeto, pela iniciativa ou pelo espaço; e
III - no aspecto atitudinal, a contratação de colaboradores sensibilizados

e capacitados para o atendimento de visitantes e usuários com diferentes deficiências e para o desenvolvimento de projetos culturais acessíveis desde a sua concepção, contempladas a participação de consultores e colaboradores com deficiência e a representatividade nas equipes dos espaços culturais e nas temáticas das exposições, dos espetáculos e das ofertas culturais em geral.
9.2 Especificamente para pessoas com deficiência, mecanismos de protagonismo e participação poderão ser concretizados também por meio das seguintes iniciativas, entre outras:
I - adaptação de espaços culturais com residências inclusivas;
II - utilização de tecnologias assistivas, ajudas técnicas e produtos com desenho universal;
III - medidas de prevenção e erradicação de barreiras atitudinais;
IV - contratação de serviços de assistência por acompanhante; ou
V - oferta de ações de formação e capacitação acessíveis a pessoas com deficiência.
9.3 Os projetos devem prever obrigatoriamente medidas de acessibilidade, sendo assegurado para essa finalidade no mínimo 10% do valor total do projeto.
9.4 A utilização do percentual mínimo de 10% de que trata o item 9.3 pode ser excepcionalmente dispensada quando:
I - for inaplicável em razão das características do objeto cultural,os cujo objeto seja o desenvolvimento de roteiro e licenciamento de obra audiovisual ; ou
II - quando o projeto já contemplar integralmente as medidas de acessibilidade compatíveis com as características do objeto cultural.
9.5 O proponente deve apresentar justificativa para os casos em que o percentual mínimo de 10% é inaplicável.

10. CONTRAPARTIDA

10.1 Os agentes culturais contemplados neste edital, com projetos de fomento, conforme item 1.2 deste edital, deverão garantir, como contrapartida, as seguintes medidas:
I - a realização de atividades destinadas, prioritariamente, aos alunos e professores de escolas públicas ou universidades, públicas ou privadas, que tenham estudantes do Programa Universidade para Todos (Prouni), bem como aos profissionais de saúde, preferencialmente aqueles envolvidos no combate à pandemia, e a pessoas integrantes de grupos e coletivos culturais e de associações comunitárias, ou de atividades em espaços públicos de sua comunidade, de forma gratuita; e
II - sempre que possível, exibições com interação popular por meio da internet ou exibições públicas, quando aplicável, com distribuição gratuita de ingressos para os grupos referidos no item I, em intervalos regulares.
10.2 As contrapartidas deverão ser informadas no Formulário de Inscrição e devem ser executadas até dezembro de 2024.
10.3 Os Prêmios por reconhecimento, conforme item 1.2 deste edital, são isentos da apresentação de contrapartidas.

11. ETAPAS DO EDITAL

11.1 A seleção dos projetos submetidos a este Edital será composta das seguintes etapas:
I - Análise de mérito cultural dos projetos: fase de análise do projeto realizada por comissão de seleção; e divulgação dos selecionados
II - Habilitação: fase de apresentação e análise dos documentos dos proponentes selecionados, descritos no tópico 14; e divulgação dos habilitados.

12. ANÁLISE DE MÉRITO CULTURAL DOS PROJETOS

12.1 Entende-se por "Análise de mérito cultural" a identificação, tanto individual quanto sobre seu contexto social, de aspectos relevantes dos projetos culturais, concorrentes em uma mesma categoria de apoio, realizada por meio da atribuição fundamentada de notas aos critérios descritos neste edital.
12.2 Por análise comparativa compreende-se a análise não apenas dos itens individuais de cada projeto, mas de suas propostas, impactos e relevância em relação aos outros projetos inscritos na mesma categoria. A pontuação de cada projeto é atribuída em função desta comparação.
12.3 A análise dos projetos culturais será realizada por comissão de seleção formada por, no mínimo, 03 (três) pareceristas externos, com experiência no segmento cultural.
12.4 Os membros da comissão de seleção ficam impedidos de participar da apreciação de projetos e iniciativas que estiverem em processo de avaliação nos quais:
I - tenham interesse direto na matéria;
II - tenham participado como colaborador na elaboração do projeto ou tenham participado da instituição proponente nos últimos dois anos, faça parte da equipe técnica do projeto ou se tais situações ocorrem quanto ao cônjuge, companheiro ou parente e afins até o terceiro grau; e
III - estejam litigando judicial ou administrativamente com o proponente ou com respectivo cônjuge ou companheiro.
12.5 O membro da comissão que incorre em impedimento deve comunicar o fato à referida Comissão, abstendo-se de atuar, sob pena de nulidade dos atos que praticar.
12.6 Para esta seleção serão considerados os critérios de pontuação estabelecidos no.
12.7 Contra a decisão da fase de mérito cultural, caberá recurso destinado à Comissão de Seleção.
12.8 Os recursos de que tratam o item 12.8 deverão ser apresentados no prazo de 3 (três) dias úteis, conforme inciso III, do art. 16 do decreto 11.453/2023, a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação.
12.9 Os recursos devem ser encaminhados através do email recursoculturaafrolpgpara@gmail.com, de 00h do dia 01/11/2023 até as 17h do dia 06/11/2023.
12.11 Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.
12.11 Após o julgamento dos recursos, o resultado final da análise de mérito cultural será publicado no Diário Oficial do Estado (DOE) contendo nome e CPF dos proponentes. A nota obtida e a justificativa serão publicadas no sítio eletrônico www.secult.pa.gov.br.

13. REMANEJAMENTO DOS RECURSOS

13.1 Não havendo número de propostas culturais selecionadas suficientes em uma modalidade, será selecionada a proposta de outra modalidade com maior quantidade de pontos, em ordem decrescente e levando em consideração o disposto no item 5 (Cotas).

14. ETAPA DE HABILITAÇÃO

14.1 Finalizada a etapa de análise de mérito cultural, o proponente do projeto contemplado deverá, no prazo de 06 (seis) dias úteis, apresentar os seguintes documentos através do Mapa Cultural, conforme sua natureza jurídica:
14.1.1 PESSOA FÍSICA
I - certidão negativa de débitos relativos a créditos tributários federais e Dívida Ativa da União;
II - certidões negativas de débitos relativas ao créditos tributários estaduais e municipais, expedidas pela Secretaria da Fazendo do Pará (SEFA).
14.1.1.2 A comprovação de residência poderá ser dispensada nas hipóteses de agentes culturais:
I - pertencentes à comunidade indígena, quilombola, cigana ou circense;
II - pertencentes à população nômade ou itinerante; que se encontrem em situação de rua.
14.1.2 PESSOA JURÍDICA
I - certidão negativa de falência e recuperação judicial, expedida pelo Tribunal de Justiça estadual, nos casos de pessoas jurídicas com fins lucrativos;
II - certidão negativa de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
III - certidão negativa de débito estadual – Emitida pela SEFA/PA ;
IV - Certidão negativa municipal, expedidas pela Secretaria Municipal de finanças;
V - Certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - CRF/FGTS;
VI - certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, emitida no site do Tribunal Superior do Trabalho;
14.2 As certidões positivas com efeito de negativas servirão como certidões negativas, desde que não haja referência expressa de impossibilidade de celebrar instrumentos jurídicos com a administração pública.
14.3 Contra a decisão da fase de habilitação, caberá recurso fundamentado e específico destinado a SECULT/PA, através do email recursoculturaafrolpgpara@gmail.com, de 00h do dia 22/11/2023 até as 17h do dia 27/11/2023.
14.4 Os recursos de trata o item 14.3 deverão ser apresentados no prazo de 3 dias úteis a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação, não cabendo recurso administrativo da decisão após esta fase.
14.5 Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.
14.6 Caso o proponente esteja em débito com o ente público responsável pela seleção e com a União não será possível o recebimento dos recursos de que trata este Edital.

15. ASSINATURA DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL E RECEBIMENTO DOS RECURSOS

15.1 Finalizada a fase de habilitação, o agente cultural contemplado será convocado a assinar o Termo de Execução Cultural, conforme Anexo III deste Edital, de forma presencial ou eletrônica.
15.2 O Termo de Execução Cultural corresponde ao documento a ser assinado pelo agente cultural (proponente) selecionado neste Edital e pelo concedente, contendo as obrigações dos assinantes do Termo.
15.3 Após a assinatura do Termo de Execução Cultural, o agente cultural receberá os recursos, com desembolso único, em até 30 (trinta) dias, EXCLUSIVAMENTE EM CONTA CORRENTE de qualquer banco, aberta especificamente para este fim.
15.3.1 A conta bancária da instituição financeira não deverá ter cobrança de tarifas.
15.3.2 Não serão aceitas contas poupança, conta salário, contas de recebimento de auxílio social do Governo (bolsa família, por exemplo).
15.4 A assinatura do Termo de Execução Cultural e o recebimento do apoio estão condicionados à existência de disponibilidade orçamentária e financeira, caracterizando a seleção como expectativa de direito do proponente.
15.5 O agente cultural deve assinar e enviar o Termo de Execução Cultural em até 2 (dois) dias úteis após envio da concedente, conforme previsto no cronograma, sob pena de perda do apoio financeiro e convocação do suplente para assumir sua vaga.

16. DIVULGAÇÃO DOS PROJETOS

16.1 Os contemplados comprometem-se a incluir nos créditos de todo material de divulgação, as logomarcas da SECULT/PA / Governo do Estado, do Ministério da Cultura/ Governo Federal, obedecendo aos critérios de veiculação das logomarcas estabelecidas de forma padronizada, que estarão à disposição no site www.secult.pa.gov.br, e deverão incluir também a frase: "**Projeto selecionado pelo Edital de CULTURA AFRO-BRASILEIRA – Lei Paulo Gustavo"**.
16.2 Os produtos artístico-culturais e as peças de divulgação dos projetos exibirão as marcas do Governo federal, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura e SECULT/PA.
16.3 O material de divulgação dos projetos e seus produtos deve ser disponibilizado em formatos acessíveis a pessoas com deficiência e conterá informações sobre os recursos de acessibilidade disponibilizados.
16.4 O material de divulgação dos projetos deve ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, e não pode conter nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal.

17. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

17.1 Os procedimentos de monitoramento e avaliação dos projetos culturais contemplados, assim como prestação de informação à administração pública, observarão o Decreto 11.453/2023 (Decreto de Fomento), que dispõe sobre os mecanismos de fomento do sistema de financiamento à cultura, observadas às exigências legais de simplificação e de **foco no cumprimento do objeto.**

17.2 O agente cultural deve prestar contas por meio da apresentação do Relatório Final de Execução do Objeto, conforme documento constante no Anexo IV e orientação contida no Decreto nº11.453/2023, artigo 29, inciso 2 que versa sobre a prestação de informações em relatório de execução do objeto.
Parágrafo único: Em caso de realizador do edital considerar que não foi possível aferir o cumprimento integral do objeto no Relatório Final de Execução, e que as justificativas apresentadas sobre o cumprimento parcial do objeto não foram suficientes, lhe é facultado o direito de requisitar o Relatório de Execução Financeira com as devidas comprovações (nota fiscal, recibos e documento congêneres), conforme contido no inciso 3 do artigo 29 e no inciso 3 do parágrafo II do artigo 30.
17.3 O Relatório Final de Execução do Objeto deve ser apresentado até 31 de dezembro de 2024, com o fim da vigência do Termo de Execução Cultural.

18. DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1 O acompanhamento de todas as etapas deste Edital e a observância quanto aos prazos serão de inteira responsabilidade dos proponentes. Para tanto, deverão ficar atentos às publicações no sitio eletrônico www.secult.pa.gov.br, no Diário Oficial do Estado e nas mídias sociais oficiais da SECULT.
18.2 O presente Edital e os seus anexos estão disponíveis no site http://www.mapacultural.pa.gov.br/lpg/cultura-afrobrasileira.
18.3 Toda relação do proponente com o edital deverá ser através da plataforma mapa cultural, do e-mail culturaafrolpgpara@gmail.com e do telefone (91) 9 9137-5161.
18.4 Os casos omissos porventura existentes ficarão a cargo da Secretária de Estado de Cultura.
18.5 Eventuais irregularidades relacionadas aos requisitos de participação, constatadas a qualquer tempo, implicarão na desclassificação do proponente.
18.6 O proponente será o único responsável pela veracidade da proposta e documentos encaminhados, isentando a SECULT de qualquer responsabilidade civil ou penal.
18.7 O apoio concedido por meio deste Edital poderá ser acumulado com recursos captados por meio de leis de incentivo fiscal e outros programas e/ou apoios federais, estaduais e municipais.
18.8 A inscrição implica no conhecimento e concordância dos termos e condições previstos neste Edital, na Lei Complementar 195/2022 (Lei Paulo Gustavo), no Decreto 11.525/2023 (Decreto Paulo Gustavo) e no Decreto 11.453/2023 (Decreto de Fomento).

19. CRONOGRAMA

ETAPA	DATA INICIAL	DATA FINAL
1- Publicação do edital	12/09/2023	
2- Inscrições	12/09/2023	12/10/2023
3- Resultado Preliminar de Selecionados	31/10/2023	
4- Período de recurso	01/11/2023	06/11/2023
5- Homologação do Resultado Final	09/11/2023	
6- Entrega de Documentos dos selecionados	09/11/2023	16/11/2023
7- Resultado Preliminar de Habilitados	21/11/2023	
8- Período de recurso de Habilitação	22/11/2023	27/11/2023
9- Período de pagamento dos selecionados	28/11/2023	29/12/2023
10-Execução de projeto	até 31/12/2024	
11-Relatório Final de Execução do Objeto	até 31/12/2024	

20. ANEXOS

20.1 Compõem este Edital os seguintes anexos:
Anexo I - Formulário de Inscrição/Plano de Trabalho;
Anexo II - Critérios de seleção
Anexo III - Termo de Execução Cultural;
Anexo IV - Relatório de Execução do Objeto;
Anexo V - Declaração de representação de grupo ou coletivo; e
Anexo VI - Declaração étnico-racial
Anexo VII – Planilha Orçamentária

ANEXO IANEXO I

FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO (DISPONÍVEL NO MAPA)

1. DADOS DO PROPONENTE

Proponente é pessoa física ou pessoa jurídica?
( ) Pessoa Física
( ) Pessoa Jurídica

PARA PESSOA FÍSICA:

Nome Completo:
Nome artístico ou nome social (se houver):
CPF:
RG:
Data de nascimento:
E-mail:
Telefone:
Endereço completo:
CEP:
Cidade:
Estado:

Você reside em quais dessas áreas?
( ) Zona urbana central
( ) Zona urbana periférica
( ) Zona rural
( ) Área de vulnerabilidade social
( ) Unidades habitacionais
( ) Territórios indígenas (demarcados ou em processo de demarcação)
( ) Comunidades quilombolas (terra titulada ou em processo de titulação, com registro na Fundação Palmares)
( ) Áreas atingidas por barragem
( ) Território de povos e comunidades tradicionais (ribeirinhos, louceiros, cipozeiro, pequizeiros, vazanteiros, povos do mar etc.).

Pertence a alguma comunidade tradicional?
( ) Não pertenço a comunidade tradicional
( ) Comunidades Extrativistas
( ) Comunidades Ribeirinhas
( ) Comunidades Rurais
( ) Indígenas
( ) Povos Ciganos
( ) Pescadores(as) Artesanais
( ) Povos de Terreiro
( ) Quilombolas
( ) Outra comunidade tradicional

Gênero:
( ) Mulher cisgênero
( ) Homem cisgênero
( ) Mulher Transgênero
( ) Homem Transgênero
( ) Pessoa Não Binária
( ) Não informar

Raça, cor ou etnia:
( ) Branca
( ) Preta
( ) Parda
( ) Indígena
( ) Amarela

Você é uma Pessoa com Deficiência - PCD?
( ) Sim
( ) Não

Caso tenha marcado "sim", qual tipo de deficiência?
( ) Auditiva
( ) Física
( ) Intelectual
( ) Múltipla
( ) Visual

Qual o seu grau de escolaridade?
( ) Não tenho Educação Formal
( ) Ensino Fundamental Incompleto
( ) Ensino Fundamental Completo
( ) Ensino Médio Incompleto
( ) Ensino Médio Completo
( ) Curso Técnico Completo
( ) Ensino Superior Incompleto
( ) Ensino Superior Completo
( ) Pós Graduação Completo

Qual a sua renda mensal fixa individual (média mensal bruta aproximada) nos últimos 3 meses?
(Calcule fazendo uma média das suas remunerações nos últimos 3 meses. Em 2023, o salário mínimo foi fixado em R$ 1.320,00.)
( ) Nenhuma renda.
( ) Até 1 salário mínimo
( ) De 1 a 3 salários mínimos
( ) De 3 a 5 salários mínimos
( ) De 5 a 8 salários mínimos
( ) De 8 a 10 salários mínimos
( ) Acima de 10 salários mínimos

Você é beneficiário de algum programa social?
( ) Não
( ) Bolsa família
( ) Benefício de Prestação Continuada
( ) Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
( ) Garantia-Safra
( ) Seguro-Defeso
( ) Outro

Vai concorrer às cotas afirmativas?
( ) Sim ( ) Não

Se sim. Qual?
( ) Pessoa negra
( ) Pessoa indígena

Qual a sua principal função/profissão no campo artístico e cultural?
( ) Artista.
( ) Instrutor(a), oficineiro(a), educador(a) artístico(a)-cultural e afins.
( ) Curador(a), Programador(a) e afins.
( ) Gestor(a)
( ) Técnico(a)
( ) Consultor(a), Pesquisador(a) e afins.
( )_____Outro(a)s

Você está representando um coletivo (sem CNPJ)?
( ) Não
( ) Sim

Caso tenha respondido "sim":
Nome do coletivo:
Ano de Criação:
Quantas pessoas fazem parte do coletivo?
Nome completo e CPF das pessoas que compõem o coletivo:

PARA PESSOA JURÍDICA:

Razão Social:
Nome fantasia:
CNPJ:
Endereço da sede:
Cidade:

Estado:
Número de representantes legais:
Nome do representante legal:
CPF do representante legal:
E-mail do representante legal:
Telefone do representante legal:

Gênero do representante legal
( ) Mulher cisgênero
( ) Homem cisgênero
( ) Mulher Transgênero
( ) Homem Transgênero
( ) Não Binária/Binárie
( ) Não informar

Raça/cor/etnia do representante legal
( ) Branca
( ) Preta
( ) Parda
( ) Amarela
( ) Indígena

Representante legal é pessoa com deficiência - PCD?
( ) Sim
( ) Não

Caso tenha marcado "sim" qual o tipo de deficiência?
( ) Auditiva
( ) Física
( ) Intelectual
( ) Múltipla
( ) Visual

Escolaridade do representante legal
( ) Não tenho Educação Formal
( ) Ensino Fundamental Incompleto
( ) Ensino Fundamental Completo
( ) Ensino Médio Incompleto
( ) Ensino Médio Completo
( ) Curso Técnico completo
( ) Ensino Superior Incompleto
( ) Ensino Superior Completo
( ) Pós Graduação completo

2. DADOS DO PROJETO

Nome do Projeto:

Escolha a categoria a que vai concorrer:

Quais atividades e/ou produtos estão previstos no seu projeto? Por favor, quantifique.
Bolsa para desenvolvimento de processos criativos
Capacitação
Catálogo
Curso livre
Curso regular
Encontro
Evento cultural
Exibição
Exposição
Feira
Festival
Fomento
Fotografia
Live
Mostra
Obra
Oficina
Palestra
Pesquisa
Podcast
Premiação
Produção de publicações
Projeto
Publicação
Restauro
Seminário
Site
Vídeo
Vivência

Descrição do projeto
(Na descrição, você deve apresentar informações gerais sobre o seu projeto. Algumas perguntas orientadoras: O que você realizará com o projeto? Porque ele é importante para a sociedade? Como a ideia do projeto surgiu? Conte sobre o contexto de realização.)

Objetivos do projeto
(Neste campo, você deve propor objetivos para o seu projeto, ou seja, deve informar o que você pretende alcançar com a realização do projeto. É importante que você seja breve e proponha entre três a cinco objetivos.)

Metas
(Neste espaço, é necessário detalhar os objetivos em pequenas ações e/ou resultados que sejam quantificáveis. Por exemplo: Realização de 02 oficinas de artes circenses; Confecção de 80 figurinos; 120 pessoas idosas beneficiadas.)

Perfil do público a ser atingido pelo projeto
(Preencha aqui informações sobre as pessoas que serão beneficiadas ou participarão do seu projeto. Perguntas orientadoras: Quem vai ser o público do seu projeto? Essas pessoas são crianças, adultas e/ou idosas? Elas fazem parte de alguma comunidade? Qual a escolaridade delas? Elas moram em qual local, bairro e/ou região? No caso de públicos digitais, qual o perfil das pessoas a que seu projeto se direciona?)

Sua ação cultural é voltada prioritariamente para algum destes perfis de público?
Pessoas vítimas de violência
Pessoas em situação de pobreza
Pessoas em situação de rua (moradores de rua)
Pessoas em situação de restrição e privação de liberdade (população carcerária)
Pessoas com deficiência
Pessoas em sofrimento físico e/ou psíquico
Mulheres
Gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transgêneros e transexuais
Povos e comunidades tradicionais
Negros e/ou negras
Ciganos
Indígenas
Não é voltada especificamente para um perfil, é aberta para todos
Outros

Medidas de acessibilidade empregadas no projeto
(Marque quais medidas de acessibilidade serão implementadas ou estarão disponíveis para a participação de Pessoas com deficiência - PCD´s, tais como, intérprete de libras, audiodescrição, entre outras medidas de acessibilidade a pessoas com deficiência, idosos e mobilidade reduzida, conforme Instrução Normativa nº xxxx.)

Acessibilidade arquitetônica:
( ) rotas acessíveis, com espaço de manobra para cadeira de rodas;
( ) piso tátil;
( ) rampas;
( ) elevadores adequados para pessoas com deficiência;
( ) corrimãos e guarda-corpos;
( ) banheiros femininos e masculinos adaptados para pessoas com deficiência;
( ) vagas de estacionamento para pessoas com deficiência;
( ) assentos para pessoas obesas;
( ) iluminação adequada;
( ) Outra _____

Acessibilidade comunicacional:
( ) a Língua Brasileira de Sinais - Libras;
( ) o sistema Braille;
( ) o sistema de sinalização ou comunicação tátil;
( ) a audiodescrição;
( ) as legendas;
( ) a linguagem simples;
( ) textos adaptados para leitores de tela; e
( ) Outra _____

Acessibilidade atitudinal:
( ) capacitação de equipes atuantes nos projetos culturais;
( ) contratação de profissionais com deficiência e profissionais especializados em acessibilidade cultural;
( ) formação e sensibilização de agentes culturais, público e todos os envolvidos na cadeia produtiva cultural; e
( ) outras medidas que visem a eliminação de atitudes capacitistas.

Informe como essas medidas de acessibilidade serão implementadas ou disponibilizadas de acordo com o projeto proposto.

Local onde o projeto será executado
Informe os espaços culturais e outros ambientes onde a sua proposta será realizada. É importante informar também os municípios e Estados onde ela será realizada.

Previsão do período de execução do projeto
Data de início:
Data final:

Equipe
Informe quais são os profissionais que atuarão no projeto, conforme quadro a seguir:

Nome do profissional / empresa	Função no projeto	CPF/CNPJ	Pessoa negra?	Pessoa índigena?	Pessoa com deficiência?	[INSERIR MAIS COLUNAS, SE NECESSÁRIO]
Ex.: João Silva	Curador	123456789101	Sim/Não	Sim/Não	Sim/Não	

Cronograma de Execução
Descreva os passos a serem seguidos para execução do projeto.

Atividade Geral	Etapa	Descrição	Início	Fim	[INSERIR MAIS COLUNAS, SE NECESSÁRIO]
Ex: Comunicação	Pré-produção	Divulgação do projeto nos veículos de imprensa	11/10/2023	11/11/2023	

Estratégia de divulgação
Apresente os meios que serão utilizados para divulgar o projeto. ex.: impulsionamento em redes sociais.

Contrapartida
Neste campo, descreva qual contrapartida será realizada, quando será realizada, e onde será realizada.

Projeto possui recursos financeiros de outras fontes? Se sim, quais?
(Informe se o projeto prevê apoios financeiros tais como cobrança de ingressos, patrocínio e/ou outras fontes de financiamento. Caso positivo, informe a previsão de valores e onde serão empregados no projeto.)
( ) Não, o projeto não possui outras fontes de recursos financeiros
( ) Apoio financeiro municipal
( ) Apoio financeiro estadual
( ) Recursos de Lei de Incentivo Municipal

( ) Recursos de Lei de Incentivo Estadual
( ) Recursos de Lei de Incentivo Federal
( ) Patrocínio privado direto
( ) Patrocínio de instituição internacional
( ) Doações de Pessoas Físicas
( ) Doações de Empresas
( ) Cobrança de ingressos
( ) Outros

Se o projeto tem outras fontes de financiamento, detalhe quais são, o valor do financiamento e onde os recursos serão empregados no projeto.

O projeto prevê a venda de produtos/ingressos?

(Informe a quantidade dos produtos a serem vendidos, o valor unitário por produto e o valor total a ser arrecadado. Detalhe onde os recursos arrecadados serão aplicados no projeto.)

3. PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

Preencha a tabela informando todas as despesas indicando as metas/etapas às quais elas estão relacionadas.

Deve haver a indicação do parâmetro de preço (Ex.: preço estabelecido no SALICNET, 3 orçamentos, etc) utilizado com a referência específica do item de despesa, conforme exemplo abaixo.

Descrição do item	Justificativa	Unidade de medida	Valor unitário	Quantidade	Valor total	Referência de preço
Ex.: Fotógrafo	Profissional necessário para registro da oficina	Serviço	R$1.100,00	1	R$1.100,00	Salicnet - Oficina/ workshop/seminário Audiovisual - Brasília - Fotografia Artística - Serviço

4. DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS A SEREM ANEXADOS

Encaminhe junto a esse formulário os seguintes documentos:
RG e CPF do proponente
Currículo do proponente
Mini currículo dos integrantes do projeto
[OUTROS DOCUMENTOS QUE FOREM OBRIGATÓRIOS DE ACORDO COM AS CATEGORIAS]

ANEXO II
CRITÉRIOS UTILIZADOS NA AVALIAÇÃO DE MÉRITO CULTURAL

As comissões de seleção atribuirão notas de 0 a 10 pontos a cada um dos critérios de avaliação de cada projeto, conforme tabela a seguir:

CRITÉRIOS OBRIGATÓRIOS PARA PROJETOS DE FOMENTO		
Identificação do Critério	**Descrição do Critério**	**Pontuação Máxima**
A	**Qualidade do Projeto - Coerência do objeto, objetivos, justificativa e metas do projeto** A análise deverá considerar, para fins de avaliação e valoração, se o conteúdo do projeto apresenta, como um todo, coerência, observando o objeto, a justificativa e as metas, sendo possível visualizar de forma clara os resultados que serão obtidos.	20
B	Relevância da ação proposta para o cenário cultural do Estado do Pará A análise deverá considerar, para fins de avaliação e valoração, se a ação contribui para o enriquecimento e valorização da cultura do estado do Pará.	10
C	**Aspectos de integração comunitária na ação proposta pelo projeto** Considera-se, para fins de avaliação e valoração, se o projeto apresenta aspectos de integração comunitária, através das contrapartidas e estratégias de acessibilidade exigidas pelo Edital.	10
D	**Coerência da planilha orçamentária e do cronograma de execução às metas, resultados e desdobramentos do projeto proposto** A análise deverá avaliar e valorar a viabilidade técnica do projeto sob o ponto de vista dos gastos previstos na planilha orçamentária, sua execução e a adequação ao objeto, metas e objetivos previstos. Também deverá ser considerada para fins de avaliação, a coerência e conformidade dos valores e quantidades dos itens relacionados na planilha orçamentária do projeto.	10
E	**Coerência do Plano de Divulgação ao Cronograma, Objetivos e Metas do projeto proposto** A análise deverá avaliar e valorar a viabilidade técnica e comunicacional com público alvo do projeto, mediante as estratégias, mídias e materiais apresentados, bem como a capacidade de execução.	10
F	**Compatibilidade da ficha técnica com as atividades desenvolvidas** A análise deverá considerar a carreira dos profissionais que compõem o corpo técnico e artístico, verificando a coerência ou não em relação às atribuições que serão executadas por eles no projeto (para esta avaliação serão considerados os currículos dos membros da ficha técnica).	10
G	Trajetória artística e cultural do proponente Será considerado para fins de análise a carreira do proponente, com base no currículo e comprovações enviadas juntamente com a proposta	10
PONTUAÇÃO TOTAL:		80

CRITÉRIOS OBRIGATÓRIOS PARA PREMIAÇÃO		
Identificação do Critério	**Descrição do Critério**	**Pontuação Máxima**
A	**Trajetória artística e cultural do proponente com de 10 anos comprovados. A partir daí, para cada ano comprovado, o proponente obtém 1 ponto extra.** Será considerado para fins de análise a carreira do proponente, com base no dossiê e comprovações enviadas juntamente com a proposta	10 padrão para quem comprova 10 anos de atividade
B	**Coerência da proposta de premiação** A análise deverá considerar, para fins de avaliação e valoração, a Justificativa para premiação.	10
C	**Aspectos de transmissão de conhecimentos** Considera-se, para fins de avaliação e valoração, se o proponente apresenta atividades de repasse de seus conhecimentos para outras pessoas ou grupo (contrapartidas).	10
PONTUAÇÃO TOTAL:		30+

A pontuação final de cada candidatura será definida por média das notas atribuídas individualmente por cada membro da Comissão de Seleção.

Os critérios gerais são eliminatórios, de modo que, o agente cultural que receber pontuação 0 em algum dos critérios será desclassificado do Edital.

Em caso de empate, serão utilizados para fins de classificação dos projetos a maior nota nos critérios de acordo com a ordem abaixo definida: A, B, C, D, E, F, G, H respectivamente.

Caso nenhum dos critérios acima elencados seja capaz de promover o desempate será adotado o critério de maior idade do proponente pessoa física ou representante de pessoa jurídica.

Serão considerados aptos os projetos de fomento que receberem nota final igual ou superior a 40 pontos.

Serão considerados aptas as propostas de premiação que receberem nota final igual ou superior a 20 pontos.

Serão desclassificados os projetos que:

I - receberam nota 0 em qualquer dos critérios obrigatórios;

II - apresentem quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade ou outras formas de discriminação serão desclassificadas, com fundamento no disposto no inciso IV do caput do art. 3º da Constituição, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

III - A falsidade de informações acarretará desclassificação, podendo ensejar, ainda, a aplicação de sanções administrativas ou criminais.

ANEXO III
TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº [INDICAR NÚMERO]/[INDICAR ANO] TENDO POR OBJETO A CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO A AÇÕES CULTURAIS CONTEMPLADAS PELO EDITAL nº XX/2023 –, NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO), DO DECRETO N. 11.525/2023 (DECRETO PAULO GUSTAVO) E DO DECRETO 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

1. PARTES

1.1 O [NOME DO ENTE FEDERATIVO], neste ato representado por [AUTORIDADE QUE ASSINARÁ PELO ENTE FEDERATIVO], Senhor(a) [INDICAR NOME DA AUTORIDADE QUE ASSINARÁ PELO ENTE FEDERATIVO], e o(a) AGENTE CULTURAL, [INDICAR NOME DO(A) AGENTE CULTURAL CONTEMPLADO], portador(a) do RG nº [INDICAR Nº DO RG], expedida em [INDICAR ÓRGÃO EXPEDIDOR], CPF nº [INDICAR Nº DO CPF], residente e domiciliado(a) à [INDICAR ENDEREÇO], CEP: [INDICAR CEP], telefones: [INDICAR TELEFONES], resolvem firmar o presente Termo de Execução Cultural, de acordo com as seguintes condições:

2. PROCEDIMENTO

2.1 Este Termo de Execução Cultural é instrumento da modalidade de fomento à execução de ações culturais de que trata o inciso I do art. 8 do Decreto 11.453/2023, celebrado com agente cultural selecionado nos termos da LEI COMPLEMENTAR Nº 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO), DO DECRETO N. 11.525/2023 (DECRETO PAULO GUSTAVO) E DO DECRETO 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

3. OBJETO

3.1. Este Termo de Execução Cultural tem por objeto a concessão de apoio financeiro ao projeto cultural [INDICAR NOME DO PROJETO], contemplado no conforme processo administrativo nº [INDICAR NÚMERO DO PROCESSO].

4. RECURSOS FINANCEIROS

4.1. Os recursos financeiros para a execução do presente termo totalizam o montante de R$ [INDICAR VALOR EM NÚMERO ARÁBICOS] ([INDICAR VALOR POR EXTENSO] reais).

4.2. Serão transferidos à conta do(a) AGENTE CULTURAL, especialmente aberta no [NOME DO BANCO], Agência [INDICAR AGÊNCIA], Conta Corrente nº [INDICAR CONTA], para recebimento e movimentação.

5. APLICAÇÃO DOS RECURSOS

5.1 Os rendimentos de ativos financeiros poderão ser aplicados para o alcance do objeto, sem a necessidade de autorização prévia.

6. OBRIGAÇÕES

6.1 São obrigações da SECULT/PA:

I) transferir os recursos ao(a)AGENTE CULTURAL;
II) orientar o(a) AGENTE CULTURAL sobre o procedimento para a prestação de informações dos recursos concedidos;
III) analisar e emitir parecer sobre os relatórios e sobre a prestação de informações apresentados pelo(a) AGENTE CULTURAL;
IV) zelar pelo fiel cumprimento deste termo de execução cultural;
V) adotar medidas saneadoras e corretivas quando houver inadimplemento;
VI) monitorar o cumprimento pelo(a) AGENTE CULTURAL das obrigações previstas na CLÁUSULA 6.2.
6.2 São obrigações do(a) AGENTE CULTURAL:
I) executar a ação cultural aprovada;
II) aplicar os recursos concedidos pela Lei Paulo Gustavo na realização da ação cultural;
III) manter, obrigatória e exclusivamente, os recursos financeiros depositados na conta especialmente aberta para o Termo de Execução Cultural;
IV) facilitar o monitoramento, o controle e supervisão do termo de execução cultural bem como o acesso ao local de realização da ação cultural;
V) prestar informações à SECULT por meio de Relatório de Execução do Objeto, apresentado no prazo máximo de até 31 de dezembro de 2024, contados do término da vigência do termo de execução cultural;
VI) atender a qualquer solicitação regular feita pela SECULT, a contar do recebimento da notificação;
VII) divulgar nos meios de comunicação, a informação de que a ação cultural aprovada é apoiada com recursos da Lei Paulo Gustavo, incluindo as marcas do Governo federal, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura;
VIII) não realizar despesa em data anterior ou posterior à vigência deste termo de execução cultural;
IX) guardar a documentação referente à prestação de informações pelo prazo de 10 anos, contados do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural;
X) não utilizar os recursos para finalidade diversa da estabelecida no projeto cultural;
XI) executar a contrapartida conforme pactuado.

7. PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES,

7.1 O agente cultural prestará contas à administração pública por meio da categoria de prestação de informações em relatório de execução do objeto.
7.2 A prestação de informações em relatório de execução do objeto comprovará que foram alcançados os resultados da ação cultural, por meio dos seguintes procedimentos:
I - apresentação de relatório de execução do objeto pelo beneficiário no prazo estabelecido pelo ente federativo no regulamento ou no instrumento de seleção;
II - apresentação de relatório de execução financeira do projeto, e;
III - análise do relatório de execução do objeto por agente público designado.
7.2.1 O relatório de prestação de informações sobre o cumprimento do objeto deverá:
I - comprovar que foram alcançados os resultados da ação cultural;
II - conter a descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;
III - ter anexados documentos de comprovação do cumprimento do objeto, tais como: Declarações de realização dos eventos, com registro fotográfico ou audiovisual, clipping de matérias jornalísticas, releases, folders, catálogos, panfletos, filipetas, bem como outros documentos pertinentes à execução do projeto.
7.2.2 O agente público competente elaborará parecer técnico de análise do relatório de execução do objeto e poderá adotar os seguintes procedimentos, de acordo com o caso concreto:
I - encaminhar o processo à autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações, caso conclua que houve o cumprimento integral do objeto; ou
II - solicitar a apresentação, pelo agente cultural, de relatório de execução financeira, caso considere que não foi possível aferir o cumprimento integral do objeto no relatório de execução do objeto ou que as justificativas apresentadas sobre o cumprimento parcial do objeto foram insuficientes.
7.2.3 Após o recebimento do processo pelo agente público de que trata o item 7.2.2, autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações poderá:
I - determinar o arquivamento, caso considere que houve o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado;
II - solicitar a apresentação, pelo agente cultural, de relatório de execução financeira, caso considere que não foi possível aferir o cumprimento integral do objeto no relatório de execução do objeto ou que as justificativas apresentadas sobre o cumprimento parcial do objeto foram insuficientes; ou
III - aplicar sanções ou decidir pela rejeição da prestação de informações, caso verifique que não houve o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado, ou caso identifique irregularidades no relatório de execução financeira.
7.3 O relatório de execução financeira será exigido, independente da modalidade inicial de prestação de informações (in loco ou em relatório de execução do objeto), somente nas seguintes hipóteses:
I - quando não estiver comprovado o cumprimento do objeto, observados os procedimentos previstos no item 7.2; ou
II - quando for recebida, pela administração pública, denúncia de irregularidade na execução da ação cultural, mediante juízo de admissibilidade que avaliará os elementos fáticos apresentados.
7.3.1 O prazo para apresentação do relatório de execução financeira será de, no mínimo, trinta dias, contado do recebimento da notificação.
7.4 O julgamento da prestação de informações realizado pela autoridade do ente federativo que celebrou o termo de execução cultural avaliará o parecer técnico de análise de prestação de informações e poderá concluir pela:
I - aprovação da prestação de informações, com ou sem ressalvas; ou
II - reprovação da prestação de informações, parcial ou total.
7.5 Na hipótese de o julgamento da prestação de informações apontar a necessidade de devolução de recursos, o agente cultural será notificado para que exerça a opção por:
I - devolução parcial ou integral dos recursos ao erário;
II - apresentação de plano de ações compensatórias; ou
III - devolução parcial dos recursos ao erário juntamente com a apresentação de plano de ações compensatórias.
7.5.1 A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a reprovação da prestação de informações, desde que comprovada.
7.5.2 Nos casos em que estiver caracterizada má-fé do agente cultural, será imediatamente exigida a devolução de recursos ao erário, vedada a aceitação de plano de ações compensatórias.
7.5.3 Nos casos em que houver exigência de devolução de recursos ao erário, o agente cultural poderá solicitar o parcelamento do débito, na forma e nas condições previstas na legislação.
7.5.4 O prazo de execução do plano de ações compensatórias será o menor possível, conforme o caso concreto, limitado à metade do prazo originalmente previsto de vigência do instrumento.

8. ALTERAÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

8.1 A alteração do termo de execução cultural será formalizada por meio de termo aditivo.
8.2 A formalização de termo aditivo não será necessária nas seguintes hipóteses:
I - prorrogação de vigência realizada de ofício pela administração pública quando der causa a atraso na liberação de recursos; e
II - alteração do projeto sem modificação do valor global do instrumento e sem modificação substancial do objeto.
8.3 Na hipótese de prorrogação de vigência, o saldo de recursos será automaticamente mantido na conta, a fim de viabilizar a continuidade da execução do objeto.
8.4 As alterações do projeto cujo escopo seja de, no máximo, 20% poderão ser realizadas pelo agente cultural e comunicadas à administração pública em seguida, sem a necessidade de autorização prévia.
8.5 A aplicação de rendimentos de ativos financeiros em benefício do objeto do termo de execução cultural poderá ser realizada pelo agente cultural sem a necessidade de autorização prévia da administração pública.
8.6 Nas hipóteses de alterações em que não seja necessário termo aditivo, poderá ser realizado apostilamento.

9. TITULARIDADE DE BENS

9.1 Os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução da ação cultural fomentada serão de titularidade do agente cultural desde a data da sua aquisição.
9.2 Nos casos de rejeição da prestação de contas em razão da aquisição ou do uso do bem, o valor pago pela aquisição será computado no cálculo de valores a devolver, com atualização monetária.
[OU]
9.2 Os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução da ação cultural fomentada serão de titularidade do [NOME DO ENTE].
[AO FORMALIZAR O TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL, O ENTE DEVE DECIDIR SE OS BENS ADQUIRIDOS, PRODUZIDOS OU TRANSFORMADOS PELO AGENTE CULTURAL SERÃO DO PRÓPRIO AGENTE CULTURAL OU DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. OS BENS PODEM FICAR COM O AGENTE CULTURAL NAS HIPÓTESES TRATADAS NO ART. 27 DO DECRETO 11.453/2023]

10. EXTINÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

10.1 O presente Termo de Execução Cultural poderá ser:
I - extinto por decurso de prazo;
II - extinto, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;
III - denunciado, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe; ou
IV - rescindido, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe, nas seguintes hipóteses:
a) descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;
b) irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas ;
c) violação da legislação aplicável;
d) cometimento de falhas reiteradas na execução;
e) má administração de recursos públicos;
f) constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;
g) não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;h) outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.
10.2 A denúncia só será eficaz 60 (sessenta) dias após a data de recebimento da notificação, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença.
10.3 Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.
10.4 Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje dano ao erário, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela Administração Pública.
10.5 Outras situações relativas à extinção deste Termo não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser negociados entre as partes ou, se for o caso, no Termo de Distrato.

11. SANÇÕES

11.1 . Nos casos em que for verificado que a ação cultural ocorreu, mas houve inadequação na execução do objeto ou na execução financeira sem má-fé, a autoridade pode concluir pela aprovação da prestação de informações com ressalvas e aplicar sanção de advertência ou multa.

11.2 A decisão sobre a sanção deve ser precedida de abertura de prazo para apresentação de defesa pelo AGENTE CULTURAL.
11.3 A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a aplicação de sanção, desde que regularmente comprovada.

12. MONITORAMENTO E CONTROLE DE RESULTADOS

12.1 [DEVE SER INFORMADO COMO O ÓRGÃO REALIZARÁ O MONITORAMENTO DAS AÇÕES, PODENDO SER POR MEIO DE COMISSÃO ESPECÍFICA PARA ESTE FIM, POR ENVIO DE RELATÓRIOS, ENTRE OUTRAS MEDIDAS].

13. VIGÊNCIA

13.1 A vigência deste instrumento terá início na data de assinatura das partes, com duração de [PRAZO EM ANOS OU MESES], podendo ser prorrogado por [PRAZO MÁXIMO DE PRORROGAÇÃO].

14. PUBLICAÇÃO

14.1 O Extrato do Termo de Execução Cultural será publicado no [INFORMAR ONDE SERÁ PUBLICADO]

15. FORO

15.1 Fica eleito o Foro de [LOCAL] para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao presente Termo de Execução Cultural.
LOCAL, [INDICAR DIA, MÊS E ANO].

Pelo órgão: Pelo Agente Cultural:
[NOME DO AGENTE CULTURAL]

ANEXO IV

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

1. DADOS DO PROJETO
Nome do projeto:
Nome do agente cultural proponente:
Nº do Termo de Execução Cultural
Vigência do projeto:
Valor repassado para o projeto:
Data de entrega desse relatório:

2. RESULTADOS DO PROJETO

2.1. Resumo:
Descreva de forma resumida como foi a execução do projeto, destacando principais resultados e benefícios gerados e outras informações pertinentes.

2.2. As ações planejadas para o projeto foram realizadas?
( ) Sim, todas as ações foram feitas conforme o planejado.
( ) Sim, todas as ações foram feitas, mas com adaptações e/ou alterações.
( ) Uma parte das ações planejadas não foi feita.
( ) As ações não foram feitas conforme o planejado.

2.3. Ações desenvolvidas
Descreva as ações desenvolvidas, com informações detalhando ações, datas, locais, horários, etc. Fale também sobre a eventuais alterações nas atividades previstas no projeto, bem como os possíveis impactos nas metas acordadas.

2.4. Cumprimento das Metas
Metas integralmente cumpridas:
• META 1 [Descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado]
◦ OBSERVAÇÃO DA META 1: [informe como a meta foi cumprida]
Metas parcialmente cumpridas (SE HOUVER):
• META 1 [Descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado]
◦ Observações da Meta 1: [Informe qual parte da meta foi cumprida]
◦ Justificativa para o não cumprimento integral: [Explique porque parte da meta não foi cumprida]
Metas não cumpridas (se houver)
• Meta 1 [Descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado]
◦ Justificativa para o não cumprimento: [Explique porque a meta não foi cumprida]

3. PRODUTOS GERADOS

3.1. A execução do projeto gerou algum produto?
Exemplos: vídeos, produção musical, produção gráfica etc.
( ) Sim
( ) Não

3.1.1. Quais produtos culturais foram gerados?
Você pode marcar mais de uma opção. Informe também as quantidades.
( ) Publicação
( ) Livro
( ) Catálogo
( ) Live (transmissão on-line)
( ) Vídeo
( ) Documentário
( ) Filme
( ) Relatório de pesquisa
( ) Produção musical
( ) Jogo
( ) Artesanato
( ) Obras
( ) Espetáculo
( ) Show musical
( ) Site
( ) Música
( ) Outros: _____

3.1.2. Como os produtos desenvolvidos ficaram disponíveis para o público após o fim do projeto?
Exemplos: publicações impressas, vídeos no YouTube?

3.2. Quais foram os resultados gerados pelo projeto?
Detalhe os resultados gerados por cada atividade prevista no Projeto.

3.2.1 Pensando nos resultados finais gerados pelo projeto, você considera que ele:
(Você pode marcar mais de uma opção).
( ) Desenvolveu processos de criação, de investigação ou de pesquisa.
( ) Desenvolveu estudos, pesquisas e análises sobre o contexto de atuação.
( ) Colaborou para manter as atividades culturais do coletivo.
( ) Fortaleceu a identidade cultural do coletivo.
( ) Promoveu as práticas culturais do coletivo no espaço em que foi desenvolvido.
( ) Promoveu a formação em linguagens, técnicas e práticas artísticas e culturais.
( ) Ofereceu programações artísticas e culturais para a comunidade do entorno.
( ) Atuou na preservação, na proteção e na salvaguarda de bens e manifestações culturais.

4. PÚBLICO ALCANÇADO
Informe a quantidade de pessoas beneficiadas pelo projeto, demonstre os mecanismos utilizados para mensuração, a exemplo de listas de presenças. Em caso de baixa frequência ou oscilação relevante informe as justificativas.

5. EQUIPE DO PROJETO

5.1 Quantas pessoas fizeram parte da equipe do projeto?
Digite um número exato (exemplo: 23).

5.2 Houve mudanças na equipe ao longo da execução do projeto?
( ) Sim ( ) Não
Informe se entraram ou saíram pessoas na equipe durante a execução do projeto.

5.3 Informe os profissionais que participaram da execução do projeto:

Nome do profissional/empresa	Função no projeto	CPF/CNPJ	Pessoa negra?	Pessoa índigena?	Pessoa com deficiência?	[INSERIR MAIS COLUNAS, SE NECESSÁRIO]
Ex.: João Silva	Cineasta	123456789101	Sim/Não	Sim/Não	Sim/Não	

6. LOCAIS DE REALIZAÇÃO

6.1 De que modo o público acessou a ação ou o produto cultural do projeto?
( )1. Presencial.
( ) 2. Virtual.
( ) 3. Híbrido (presencial e virtual).

Caso você tenha marcado os itens 2 ou 3 (virtual e híbrido):

6.2 Quais plataformas virtuais foram usadas?
Você pode marcar mais de uma opção.
( )Youtube
( )Instagram / IGTV
( )Facebook
( )TikTok
( )Google Meet, Zoom etc.
( )Outros: _____

6.3 Informe aqui os links dessas plataformas:

Caso você tenha marcado os itens 1 e 3 (Presencial e Híbrido):

6.4 De que forma aconteceram as ações e atividades presenciais do projeto?
( )1. Fixas, sempre no mesmo local.
( )2. Itinerantes, em diferentes locais.
( )3. Principalmente em um local base, mas com ações também em outros locais.

No item 6.4 caso você tenha marcado o item 1 (Fixas):

6.5 Em que município o projeto aconteceu?

6.7 Em que área do município o projeto foi realizado?
Você pode marcar mais de uma opção.
( )Zona urbana central.
( )Zona urbana periférica.
( )Zona rural.
( )Área de vulnerabilidade social.
( )Unidades habitacionais.
( )Territórios indígenas (demarcados ou em processo de demarcação).
( )Comunidades quilombolas (terra titulada, em processo de titulação, com registro na Fundação Palmares).
( )Áreas atingidas por barragem.
( )Território de povos e comunidades tradicionais (ribeirinhos, louceiros, cipozeiro, pequizeiros, vazanteiros, povos do mar etc.).
( )Outros: _____
__

6.8 Onde o projeto foi realizado?
Você pode marcar mais de uma opção.
( )Equipamento cultural público municipal.
( )Equipamento cultural público estadual.
( )Espaço cultural independente.
( )Escola.
( )Praça.
( )Rua.
( )Parque.
( )Outros

No item 6.4 caso você tenha marcado o item 2 (itinerante):

6.9 Em quais municípios o projeto aconteceu?

6.10 Em quais áreas o projeto foi realizado?
Você pode marcar mais de uma opção.
( )Zona urbana central.
( )Zona urbana periférica.
( )Zona rural.
( )Área de vulnerabilidade social.
( )Unidades habitacionais.
( )Territórios indígenas (demarcados ou em processo de demarcação).
( )Comunidades quilombolas (terra titulada, em processo de titulação, com registro na Fundação Palmares).
( )Áreas atingidas por barragem.
( )Território de povos e comunidades tradicionais (ribeirinhos, louceiros, cipozeiro, pequizeiros, vazanteiros, povos do mar etc.).

( )Outros: _____
__

6.11 Onde o projeto foi realizado?
Você pode marcar mais de uma opção.
( )Equipamento cultural público municipal.
( )Equipamento cultural público estadual.
( )Espaço cultural independente.
( )Escola.
( )Praça.
( )Rua.
( )Parque.
( )Outros _____

No item 6.4 caso você tenha marcado o item 3 (Base):
6.12 Em quais municípios o projeto aconteceu?
6.13 Em quais áreas o projeto foi realizado?
Você pode marcar mais de uma opção.
( )Zona urbana central.
( )Zona urbana periférica.
( )Zona rural.
( )Área de vulnerabilidade social.
( )Unidades habitacionais.
( )Territórios indígenas (demarcados ou em processo de demarcação).
( )Comunidades quilombolas (terra titulada, em processo de titulação, com registro na Fundação Palmares).
( )Áreas atingidas por barragem.
( )Território de povos e comunidades tradicionais (ribeirinhos, louceiros, cipozeiro, pequizeiros, vazanteiros, povos do mar etc.).
( )Outros: _____
__

6.14 Onde o projeto foi realizado?
Você pode marcar mais de uma opção.
( )Equipamento cultural público municipal.
( )Equipamento cultural público estadual.
( )Espaço cultural independente.
( )Escola.
( )Praça.
( )Rua.
( )Parque.
( )Outros_____

7. DIVULGAÇÃO DO PROJETO
Informe como o projeto foi divulgado. Ex.: Divulgado no instagram

8. CONTRAPARTIDA
Descreva como a contrapartida foi executada, quando foi executada e onde foi executada.

9. TÓPICOS ADICIONAIS
Inclua aqui informações relevantes que não foram abordadas nos tópicos anteriores, se houver.

10. ANEXOS
Junte documentos que comprovem que você executou o projeto, tais como listas de presença, relatório fotográfico, vídeos, depoimentos, entre outros.

Nome
Assinatura do Agente Cultural Proponente

ANEXO V
DECLARAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DE GRUPO OU COLETIVO

OBS.: Essa declaração deve ser preenchida somente por proponentes que sejam um grupo ou coletivo sem personalidade jurídica, ou seja, sem CNPJ.

GRUPO ARTÍSTICO:
NOME DO REPRESENTANTE INTEGRANTE DO GRUPO OU COLETIVO ARTÍSTICO:
DADOS PESSOAIS DO REPRESENTANTE: [IDENTIDADE, CPF, E-MAIL E TELEFONE]

Os declarantes abaixo-assinados, integrantes do grupo artístico [NOME DO GRUPO OU COLETIVO], elegem a pessoa indicada no campo "REPRESENTANTE" como único e representante neste edital, outorgando-lhe poderes para fazer cumprir todos os procedimentos exigidos nas etapas do edital, inclusive assinatura de recibo, troca de comunicações, podendo assumir compromissos, obrigações, transigir, receber pagamentos e dar quitação, renunciar direitos e qualquer outro ato relacionado ao referido edital. Os declarantes informam que não incorrem em quaisquer das vedações do item de participação previstas no edital.
.

NOME DO INTEGRANTE	DADOS PESSOAIS	ASSINATURAS

[LOCAL]
[DATA]

ANEXO VI
DECLARAÇÃO ÉTNICO-RACIAL

(Para agentes culturais concorrentes às cotas étnico-raciais – negros ou indígenas)

Eu, _____
_____, CPF nº_____, RG nº _____, DECLARO para fins de participação no Edital (Nome ou número do edital) que sou _____
_____(informar se é NEGRO OU INDÍGENA).

Por ser verdade, assino a presente declaração e estou ciente de que a apresentação de declaração falsa pode acarretar desclassificação do edital e aplicação de sanções criminais.
NOME

ASSINATURA DO DECLARANTE

ANEXO VII
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

Nome do Proponente:
Nº de Registro no Mapa Cultural:
Nome do projeto:
Nº de inscrição:

META /ETAPA 1						
Descrição do item	**Justificativa**	**Unidade de medida**	**Valor unitário**	**Quantidade**	**Valor total**	**Referência de preço**
Ex.: Fotógrafo	Profissional necessário para registro da oficina	Serviço	R$1.100,00	1	R$1.100,00	. Salicnet . Praticado no mercado
META /ETAPA 2						
Ex. Ampliações das imagens	Serviço necessário para exposição	und	R$50,00	1	R$50,00	. Salicnet . Praticado no mercado

Preencha a tabela informando todas as despesas indicando as metas/etapas às quais elas estão relacionadas (ex. pré-produção, produção, execução)
Deve haver a indicação do parâmetro de preço (Ex.: preço estabelecido no SALICNET, 3 orçamentos, etc),utilizado com a referência específica do item de despesa, conforme exemplo.
Adicione quantas linhas forem necessárias para etapas e itens do seu orçamento.

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 017/2023 – CULTURA GOSPEL – LEI PAULO GUSTAVO
EDITAL DE SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA LEI COMPLEMENTAR 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO) – CULTURA GOSPEL

Este Edital é realizado com recursos do Governo Federal repassados por meio da Lei Complementar nº 195/2022 - Lei Paulo Gustavo.
A Lei Paulo Gustavo (LGP) viabiliza o maior investimento direto no setor cultural da história do Brasil e simboliza o processo de resistência da classe artística durante a pandemia de Covid-19, que limitou severamente as atividades do setor cultural.
É, ainda, uma homenagem a Paulo Gustavo, artista símbolo da categoria, vitimado pela doença.
As condições para a execução da Lei Paulo Gustavo foram criadas por meio do engajamento da sociedade e o presente edital destina-se a apoiar projetos apresentados pelos agentes culturais do segmento de CULTURA GOSPEL.
Deste modo, a Secretaria de Cultura do Estado do Pará – SECULT/PA, torna público o presente edital elaborado com base na Lei Complementar 195/2022, no Decreto 11.525/2023 e no Decreto 11.453/2023 e no Termo de Fomento 060, celebrado com o **FUNDO DE AMPARO E DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA – FADESP**, entidade parceira na execução das ações deste edital.
Na realização deste edital estão asseguradas medidas de democratização, desconcentração, descentralização e regionalização do investimento cultural, com a implementação de ações afirmativas, fundamentado na previsão do Decreto nº 11.525, de 11 de maio de 2023 (Decreto de Regulamentação da Lei Paulo Gustavo), em seus artigos 14, 15 e 16.

1. OBJETO
O objeto deste Edital é a seleção de **38 (trinta e oito)** projetos culturais do segmento de Cultura Gospel, para receberem recursos financeiros, visando o incentivo ao referido segmento no estado do Pará. A distribuição dos recursos será realizada de acordo com a modalidade descrita no item 1.1.

1.1 Modalidade: Fomento
1.1.1 Categoria 01 - 14 (quatorze) projetos culturais de até R$10.000,00 (Dez Mil Reais), destinados a atividades culturais de Produção/Criação de Videoclipes, para serem disponibilizadas por meio de redes sociais ou de plataformas digitais.
1.1.2 Categoria 02 - 14 (quatorze) projetos culturais de até R$ 10.000,00 (Dez Mil Reais), destinados à Criação/Desenvolvimento de no mínimo 03 minutos, (pesquisas e/ou mapeamentos e/ou registros/ Homenagem) de espaços artísticos, coletivos, agentes culturais e afins do setorial Gospel, para serem disponibilizadas por meio de redes sociais ou de plataformas digitais.
1.1.3 Categoria 03 - 10 (dez) projetos culturais de até R$10.000,00 (Dez Mil Reais), destinados à atividades artísticas formativas, voltadas para oficinas, cursos, capacitações ou laboratórios.
1.2. Caso o valor destinado à atividade inicialmente previsto não seja utilizado integralmente, poderão ser convocados mais proponentes aprovados.
1.3. Havendo sobra de recursos em uma das atividades o saldo remanescente poderá ser remanejado para contemplar propostas de outras faixas deste edital.
1.3.1. O remanejamento deverá priorizar as faixas que possuam maior demanda de propostas de proponentes na condição de suplente, bem como respeitar as cotas reservadas às pessoas negras e indígenas e, quando possível, a ordem de classificação e as cotas de regionalização.
1.4. No caso de sobra de recurso neste edital, o saldo remanescente des-

te poderá ser utilizado para contemplar os(as) proponentes com propostas selecionadas em outros Editais da Lei Paulo Gustavo publicados pela Secretaria de Cultura do Estado do Pará, priorizando aqueles com maior demanda.
1.5. O valor inicialmente disponível para este Edital poderá ser ampliado, caso haja sobra de recursos de outros Editais publicados pela Secretaria de Cultura no âmbito da Lei Paulo Gustavo ou do recebimento de recursos da Lei Paulo Gustavo não executados pelos municípios.

2. VALORES

2.1 O valor total disponibilizado para este Edital é de **R$380.000,00** (trezentos e oitenta mil reais) para projetos de fomento da LPG.

3. QUEM PODE SE INSCREVER

3.1 Pode se inscrever no Edital qualquer agente cultural residente e domiciliado no Estado do Pará há pelo menos 2 (dois) anos.
3.1.1. A comprovação de residência é dispensada na forma descrita no item 14.2.1.1.
3.2 Em regra, o agente cultural pode ser:
I - Pessoa física ou Microempreendedor Individual (MEI)
II - Pessoa jurídica com fins lucrativos (Ex.: empresa de pequeno porte, empresa de grande porte, etc)
III - Pessoa jurídica sem fins lucrativos (Ex.: Associação, Fundação, Cooperativa, etc)
IV - Coletivo/Grupo sem CNPJ representado por pessoa física.
3.3 O proponente é o agente cultural responsável pela inscrição do projeto no Mapa Cultural.
3.4 Na hipótese de agentes culturais que atuem como grupo ou coletivo cultural sem constituição jurídica (ou seja, sem CNPJ), será indicada pessoa física como responsável legal para o ato da assinatura do Termo de Execução Cultural e a representação será formalizada em declaração assinada pelos demais integrantes do grupo ou coletivo, podendo ser utilizado o modelo constante no Anexo V.
3.5 O proponente não pode exercer apenas funções administrativas no âmbito do projeto e deve exercer necessariamente a função de criação, ou direção, ou produção, ou coordenação, ou gestão artística, ou outra função de destaque e capacidade de decisão no projeto.

4. QUEM NÃO PODE SE INSCREVER

4.1 Não pode se inscrever neste Edital, proponentes que:
I - tenham se envolvido diretamente na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento de recursos;
II - sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de servidor público do órgão responsável pelo edital, nos casos em que o referido servidor tiver atuado na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento de recursos; e
III - sejam membros do Poder Legislativo (Deputados, Senadores, Vereadores), do Poder Judiciário (Juízes, Desembargadores, Ministros), do Ministério Público (Promotor, Procurador); do Tribunal de Contas (Auditores e Conselheiros).
IV - Proponentes inadimplentes com prestação de contas de editais realizados pela Secult e organizações da sociedade civil parceiras, com recursos da Lei Aldir Blanc.
4.2 O agente cultural que integrar Conselho de Cultura poderá concorrer neste Edital para receber recursos do fomento cultural, exceto quando se enquadrar nas vedações previstas no item 4.1.
4.3 Quando se tratar de proponentes pessoas jurídicas, estarão impedidas de apresentar projetos aquelas cujos sócios, diretores e/ou administradores se enquadrarem nas situações descritas no tópico 4.1.
4.4 A participação de agentes culturais nas oitivas e consultas públicas não caracteriza o envolvimento direto na etapa de elaboração do edital de que trata o subitem I do item 4.1.

5. COTAS

5.1 Ficam garantidas cotas étnico-raciais em todas as categorias do edital, nas seguintes proporções e ordenamento de selecionados:
I) 50% para mulheres (cis e trans);
II) 30% (trinta por cento) para propostas de Região de Integração do Guajará (onde se localiza a capital do Estado) e 70% (setenta por cento) para propostas advindas das demais Regiões do Estado
III) No mínimo 20% para pessoas negras (pretas e pardas); e
IV) no mínimo 10% para pessoas indígenas.
5.2 Os agentes culturais que optarem por concorrer às cotas para pessoas negras (pretas e pardas) e indígenas concorrerão concomitantemente às vagas destinadas à ampla concorrência, ou seja concorrerão ao mesmo tempo nas vagas da ampla concorrência e nas vagas reservadas às cotas, podendo ser selecionado de acordo com a sua nota ou classificação no processo seleção.
5.3 Os agentes culturais negros (pretos e pardos) e indígenas optantes por concorrer às cotas (opção presente na ficha de incrição dos projetos) que atingirem nota suficiente para se classificar no número de vagas oferecidas para ampla concorrência não ocuparão as vagas destinadas para o preenchimento das cotas, ou seja, serão selecionados nas vagas da ampla concorrência, ficando a vaga da cota para o próximo colocado optante pela cota.
5.4 Em caso de desistência de optantes aprovados nas cotas, a vaga não preenchida deverá ser ocupada por pessoa que concorreu às cotas de acordo com a ordem de classificação.
5.5 No caso de não existirem propostas aptas em número suficiente para o cumprimento de uma das categorias de cotas previstas na seleção, o número de vagas restantes deverá ser destinado inicialmente para a outra categoria de cotas.
5.6 Caso não haja outra categoria de cotas de que trata o item 5.5, as vagas não preenchidas deverão ser direcionadas para a ampla concorrência, sendo direcionadas para os demais candidatos aprovados, de acordo com a ordem de classificação.
5.7 Para concorrer às cotas, os agentes culturais deverão autodeclarar-se no ato da inscrição usando a autodeclaração étnico-racial de que trata o Anexo VI.
5.8 Caso necessário, para fins de verificação da autodeclaração, poderá ser solicitada Carta Consubstanciada, que será analisada por um comitê formado por membros de entidades representativas.
5.9 As pessoas jurídicas e coletivos sem constituição jurídica podem concorrer às cotas, desde que preencham algum dos requisitos abaixo:
I – pessoas jurídicas que possuem quadro societário majoritariamente composto por pessoas negras (pretas e pardas) ou indígenas;
II – pessoas jurídicas ou grupos e coletivos sem constituição jurídica que possuam pessoas negras (pretas e pardas) ou indígenas em posições de liderança no projeto cultural; e
III – pessoas jurídicas ou coletivos sem constituição jurídica que possuam equipe do projeto cultural majoritariamente composta por pessoas negras (pretas e pardas) ou indígenas.
5.10 As pessoas físicas que compõem a equipe da pessoa jurídica e o grupo ou coletivo sem constituição jurídica devem se submeter aos regramentos descritos nos itens acima, observando o item 5.7

6. PRAZO PARA SE INSCREVER

6.1 Para se inscrever no Edital, o proponente deve enviar toda documentação obrigatória relatada no 7.3, entre os dias 12 de setembro e 12 de outubro de 2023, exclusivamente através da plataforma Mapa Cultural do Pará, no endereço eletrônico http://www.mapacultural.pa.gov.br/lpg/cultura-gospel.
1.2. Para efeito de inscrição todos os proponentes deverão estar cadastrados no mapa cultural.pa.gov.br.
1.3. Todas as informações fornecidas no ato da inscrição deverão ser verídicas e atualizadas. Não serão aceitas propostas entregues presencialmente na sede da SECULT, ou da executora do certame, ou materiais postados via Correios.
1.4. Os proponentes que já têm cadastro no Mapa Cultural do Pará não precisam fazer novo cadastro, podendo atualizar informações que julgarem necessárias até a data de envio de sua inscrição.
1.5. O ato de inscrição pressupõe plena concordância dos termos, cláusulas e condições deste edital e de seus anexos, que passarão a integrar as obrigações, bem como a observância dos regulamentos administrativos e das normas técnicas aplicáveis, não sendo aceita, sob qualquer hipótese, alegação de seu desconhecimento em qualquer fase do procedimento administrativo e execução dos serviços.
1.6. Os anexos que compõem este edital deverão ser assinados de maneira física ou eletrônica, com o encaminhamento na forma digital no ato de inscrição anexados no formato PDF.
6.7. As inscrições feitas em desacordo com os prazos e demais exigências do presente edital serão indeferidas.
1.8 Não serão aceitas complementações, modificações ou substituições de dados e de anexos à inscrição, depois de finalizada.
1.9 É vedada a participação de órgãos públicos, escolas e fundações privadas.

7. COMO SE INSCREVER

7.1 O proponente deve preencher Ficha de Inscrição diretamente no http://www.mapacultural.pa.gov.br/lpg/cultura-gospel.
7.2 O proponente deve encaminhar a documentação obrigatória de que trata o item 7.3 por meio do http://www.mapacultural.pa.gov.br/lpg/cultura-gospel.
7.3 O proponente deve enviar a seguinte documentação para formalizar sua inscrição:
a) Projeto proposto;
b) Currículo / portfólio do proponente, com todas as comprovações;
c) Documentos pessoais do proponente CPF e RG (se Pessoa Física);
d) Inscrição no cadastro nacional de pessoa jurídica - CNPJ (se Pessoa Jurídica);
e) Atos constitutivos da empresa, qual seja o contrato social, nos casos de pessoas jurídicas com fins lucrativos, ou estatuto, nos casos de organizações da sociedade civil (se Pessoa Jurídica);
f) Comprovante de Endereço do proponente ou Declaração de Residência (no caso do proponente não possuir documento em seu nome)
g) Mini currículo dos integrantes do projeto e termo de anuência;
h) Todos os anexos solicitados no Edital, nos quais o proponente se enquadre.
i) Outros documentos que o proponente julgar necessário para auxiliar na avaliação do mérito cultural do projeto.
7.4 O proponente é responsável pelo envio dos documentos e pela qualidade visual, conteúdo dos arquivos e informações de seu projeto.
7.5 Cada Proponente poderá concorrer, e ser selecionado individualmente ou como representantes de coletivo, com apenas 1 (um) projeto, no máximo.
7.6 Os membros de grupos e coletivos podem concorrer isoladamente, desde que sejam com projetos diferentes.
7.7 Se houver inscrição de mais de um projeto do mesmo proponente, será considerado, para fins de seleção, o último enviado na plataforma.
7.8 Os projetos apresentados deverão conter previsão de execução não superior a 12 meses.
7.9 O proponente deve se responsabilizar pelo acompanhamento das atualizações/publicações pertinentes ao edital e seus prazos nos canais formais de comunicação da SECULT/PA.
7.10 As inscrições deste edital são gratuitas.
7.11 As propostas que apresentem quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade ou outras formas de discriminação

serão desclassificadas, com fundamento no disposto no inciso IV do caput do art. 3º da Constituição, garantidos o contraditório e a ampla defesa.
Parágrafo único: A comprovação de residência poderá ser dispensada nas hipóteses de agentes culturais pertencentes à comunidade indígena, quilombola, cigana ou circense ou pertencentes à população nômade ou itinerante; que se encontrem em situação de rua.

8. PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DOS PROJETOS

8.1 O proponente deve preencher a planilha orçamentária presente no Anexo VII, informando como será utilizado o recurso financeiro recebido.
8.2 A estimativa de custos do projeto será prevista por categorias, sem a necessidade de detalhamento por item de despesa, conforme § 1º do art. 24 do Decreto 11.453/2023.
8.3 A compatibilidade entre a estimativa de custos do projeto e os preços praticados no mercado será avaliada pelos membros da comissão de seleção, de acordo com tabelas referenciais de valores, ou com outros métodos de verificação de valores praticados no mercado.
8.4 A estimativa de custos do projeto poderá apresentar valores divergentes das práticas de mercado convencionais na hipótese de haver significativa excepcionalidade no contexto de sua implementação, consideradas variáveis territoriais e geográficas e situações específicas, como a de povos indígenas, ribeirinhos, atingidos por barragens e comunidades quilombolas e tradicionais.
8.5 Os itens da planilha orçamentária poderão ser glosados, ou seja, vetados, total ou parcialmente, pela Comissão de Seleção, se, após análise, não forem considerados com preços compatíveis aos praticados no mercado ou forem considerados incoerentes e em desconformidade com o projeto apresentado.
8.6 Caso o proponente discorde dos valores glosados (vetados) poderá apresentar recurso na fase de mérito cultural, conforme dispõe o item 12.8.
8.7 O valor solicitado não poderá ser superior ao valor máximo destinado a cada modalidade, conforme item 1.2 do presente edital.

9. ACESSIBILIDADE

9.1 Os projetos devem contar com medidas de acessibilidade física, atitudinal e comunicacional compatíveis com as características dos produtos resultantes do objeto, nos termos do disposto na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência), de modo a contemplar:
I - no aspecto arquitetônico, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com mobilidade reduzida ou idosas aos locais onde se realizam as atividades culturais e a espaços acessórios, como banheiros, áreas de alimentação e circulação;
II - no aspecto comunicacional, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com deficiência intelectual, auditiva ou visual ao conteúdo dos produtos culturais gerados pelo projeto, pela iniciativa ou pelo espaço; e
III - no aspecto atitudinal, a contratação de colaboradores sensibilizados e capacitados para o atendimento de visitantes e usuários com diferentes deficiências e para o desenvolvimento de projetos culturais acessíveis desde a sua concepção, contempladas a participação de consultores e colaboradores com deficiência e a representatividade nas equipes dos espaços culturais e nas temáticas das exposições, dos espetáculos e das ofertas culturais em geral.
9.2 Especificamente para pessoas com deficiência, mecanismos de protagonismo e participação poderão ser concretizados também por meio das seguintes iniciativas, entre outras:
I - adaptação de espaços culturais com residências inclusivas;
II - utilização de tecnologias assistivas, ajudas técnicas e produtos com desenho universal;
III - medidas de prevenção e erradicação de barreiras atitudinais;
IV - contratação de serviços de assistência por acompanhante; ou
V - oferta de ações de formação e capacitação acessíveis a pessoas com deficiência.
9.3 Os projetos devem prever obrigatoriamente medidas de acessibilidade, sendo assegurado para essa finalidade no mínimo 10% do valor total do projeto.
9.4 A utilização do percentual mínimo de 10% de que trata o item 9.3 pode ser excepcionalmente dispensada quando:
I - for inaplicável em razão das características do objeto cultural,os cujo objeto seja o desenvolvimento de roteiro e licenciamento de obra audiovisual ; ou
II - quando o projeto já contemplar integralmente as medidas de acessibilidade compatíveis com as características do objeto cultural.
9.5 O proponente deve apresentar justificativa para os casos em que o percentual mínimo de 10% é inaplicável.

10. CONTRAPARTIDA

10.1 Os agentes culturais contemplados neste edital, com projetos de fomento, conforme item 1.2 deste edital, deverão garantir, como contrapartida, as seguintes medidas:
I - a realização de atividades destinadas, prioritariamente, aos alunos e professores de escolas públicas ou universidades, públicas ou privadas, que tenham estudantes do Programa Universidade para Todos (Prouni), bem como aos profissionais de saúde, preferencialmente aqueles envolvidos no combate à pandemia, e a pessoas integrantes de grupos e coletivos culturais e de associações comunitárias, ou de atividades em espaços públicos de sua comunidade, de forma gratuita; e
II - sempre que possível, exibições com interação popular por meio da internet ou exibições públicas, quando aplicável, com distribuição gratuita de ingressos para os grupos referidos no item I, em intervalos regulares.
10.2 A contrapartida deverá ser informada no Formulário de Inscrição e deve ser executada até dezembro de 2024.

11. ETAPAS DO EDITAL

11.1 A seleção dos projetos submetidos a este Edital será composta das seguintes etapas:
I - Análise de mérito cultural dos projetos: fase de análise do projeto realizada por comissão de seleção; e divulgação dos selecionados
II - Habilitação: fase de apresentação e análise dos documentos dos proponentes selecionados, descritos no tópico 14; e divulgação dos habilitados.

12. ANÁLISE DE MÉRITO CULTURAL DOS PROJETOS

12.1 Entende-se por "Análise de mérito cultural" a identificação, tanto individual quanto sobre seu contexto social, de aspectos relevantes dos projetos culturais, concorrentes em uma mesma categoria de apoio, realizada por meio da atribuição fundamentada de notas aos critérios descritos neste edital.
12.2 Por análise comparativa compreende-se a análise não apenas dos itens individuais de cada projeto, mas de suas propostas, impactos e relevância em relação aos outros projetos inscritos na mesma categoria. A pontuação de cada projeto é atribuída em função desta comparação.
12.3 A análise dos projetos culturais será realizada por comissão de seleção formada por, no mínimo, 03 (três) pareceristas externos, com experiência no segmento cultural.
12.4 Os membros da comissão de seleção ficam impedidos de participar da apreciação de projetos e iniciativas que estiverem em processo de avaliação nos quais:
I - tenham interesse direto na matéria;
II - tenham participado como colaborador na elaboração do projeto ou tenham participado da instituição proponente nos últimos dois anos, faça parte da equipe técnica do projeto ou se tais situações ocorrem quanto ao cônjuge, companheiro ou parente e afins até o terceiro grau; e
III - estejam litigando judicial ou administrativamente com o proponente ou com respectivo cônjuge ou companheiro.
12.5 O membro da comissão que incorre em impedimento deve comunicar o fato à referida Comissão, abstendo-se de atuar, sob pena de nulidade dos atos que praticar.
12.6 Para esta seleção serão considerados os critérios de pontuação estabelecidos no Anexo II deste edital.
12.7 Contra a decisão da fase de mérito cultural, caberá recurso destinado à Comissão de Seleção.
12.8 Os recursos de que tratam o item 12.8 deverão ser apresentados no prazo de 3 (três) dias úteis, conforme inciso III, do art. 16 do decreto 11.453/2023, a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação.
12.9 Os recursos devem ser encaminhados através do email recursoculturagospellpgpara@gmail.com, de 00h do dia 26/10/2023 até as 17h do dia 06/11/2023.
12.10 Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.
12.11 Após o julgamento dos recursos, o resultado final da análise de mérito cultural será publicado no Diário Oficial do Estado (DOE) contendo nome e CPF dos proponentes. A nota obtida e a justificativa serão publicadas no sítio eletrônico www.secult.pa.gov.br**.**

13. REMANEJAMENTO DOS RECURSOS

13.1 Não havendo número de propostas culturais selecionadas suficientes em uma modalidade, será selecionada a proposta de outra modalidade com maior quantidade de pontos, em ordem decrescente e levando em consideração o disposto no item 5 (Cotas).

14. ETAPA DE HABILITAÇÃO

14.1 Finalizada a etapa de análise de mérito cultural, o proponente do projeto contemplado deverá, no prazo de 06 (seis) dias úteis, apresentar os seguintes documentos através do Mapa Cultural, conforme sua natureza jurídica:
14.1.1 PESSOA FÍSICA
I - certidão negativa de débitos relativos a créditos tributários federais e Dívida Ativa da União;
II - certidões negativas de débitos relativas a créditos tributários estaduais e municipais, expedidas pela Secretaria da Fazendo do Pará (SEFA).
14.1.1.2 A comprovação de residência poderá ser dispensada nas hipóteses de agentes culturais:
I - pertencentes à comunidade indígena, quilombola, cigana ou circense;
II - pertencentes à população nômade ou itinerante; que se encontrem em situação de rua.
14.1.2 PESSOA JURÍDICA
I - certidão negativa de falência e recuperação judicial, expedida pelo Tribunal de Justiça estadual, nos casos de pessoas jurídicas com fins lucrativos;
II - certidão negativa de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
III - certidão negativa de débito estadual – Emitida pela SEFA/PA ;
IV - Certidão negativa municipal, expedidas pela Secretaria Municipal de finanças;
V - Certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - CRF/FGTS;
VI - certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, emitida no site do Tribunal Superior do Trabalho;
14.2 As certidões positivas com efeito de negativas servirão como certidões negativas, desde que não haja referência expressa de impossibilidade de celebrar instrumentos jurídicos com a administração pública.
14.3 Contra a decisão da fase de habilitação, caberá recurso fundamentado e específico destinado a SECULT/PA, através do email recursoculturagospellpgpara@gmail.com, de 00h do dia 22/11/2023 até as 17h do dia 27/11/2023.
14.4 Os recursos de trata o item 14.3 deverão ser apresentados no prazo de 3 dias úteis a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação, não cabendo recurso administrativo da decisão após esta fase.
14.5 Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.
14.6 Caso o proponente esteja em débito com o ente público responsável

pela seleção e com a União não será possível o recebimento dos recursos de que trata este Edital.

15. ASSINATURA DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL E RECEBIMENTO DOS RECURSOS

15.1 Finalizada a fase de habilitação, o agente cultural contemplado será convocado a assinar o Termo de Execução Cultural, conforme Anexo III deste Edital, de forma presencial ou eletrônica.

15.2 O Termo de Execução Cultural corresponde ao documento a ser assinado pelo agente cultural (proponente) selecionado neste Edital e pelo concedente, contendo as obrigações dos assinantes do Termo.

15.3 Após a assinatura do Termo de Execução Cultural, o agente cultural receberá os recursos, com desembolso único, em até 30 (trinta) dias, EXCLUSIVAMENTE EM CONTA CORRENTE de qualquer banco, aberta especificamente para este fim.

15.3.1 A conta bancária da instituição financeira não deverá ter cobrança de tarifas.

15.3.2 Não serão aceitas contas poupança, conta salário, contas de recebimento de auxílio social do Governo (bolsa família, por exemplo).

15.4 A assinatura do Termo de Execução Cultural e o recebimento do apoio estão condicionados à existência de disponibilidade orçamentária e financeira, caracterizando a seleção como expectativa de direito do proponente.

15.5 O agente cultural deve assinar e enviar o Termo de Execução Cultural em até 2 (dois) dias úteis após envio da concedente, conforme previsto no cronograma, sob pena de perda do apoio financeiro e convocação do suplente para assumir sua vaga.

16. DIVULGAÇÃO DOS PROJETOS

16.1 Os contemplados comprometem-se a incluir nos créditos de todo material de divulgação, as logomarcas da SECULT/PA / Governo do Estado, do Ministério da Cultura/ Governo Federal, obedecendo aos critérios de veiculação das logomarcas estabelecidas de forma padronizada, que estarão à disposição no site www.secult.pa.gov.br, e deverão incluir também a frase: "**Projeto selecionado pelo Edital de Cultura Gospel – Lei Paulo Gustavo"**.

16.2 Os produtos artístico-culturais e as peças de divulgação dos projetos exibirão as marcas do Governo federal, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura e SECULT/PA.

16.3 O material de divulgação dos projetos e seus produtos deve ser disponibilizado em formatos acessíveis a pessoas com deficiência e conterá informações sobre os recursos de acessibilidade disponibilizados.

16.4 O material de divulgação dos projetos deve ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, e não pode conter nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal.

17. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

17.1 Os procedimentos de monitoramento e avaliação dos projetos culturais contemplados, assim como prestação de informação à administração pública, observarão o Decreto 11.453/2023 (Decreto de Fomento), que dispõe sobre os mecanismos de fomento do sistema de financiamento à cultura, observadas às exigências legais de simplificação e de **foco no cumprimento do objeto.**

17.2 O agente cultural deve prestar contas por meio da apresentação do Relatório Final de Execução do Objeto, conforme documento constante no Anexo IV e orientação contida no Decreto nº11.453/2023, artigo 29, inciso 2 que versa sobre a prestação de informações em relatório de execução do objeto.

Parágrafo único: Em caso de realizador do edital considerar que não foi possível aferir o cumprimento integral do objeto no Relatório Final de Execução, e que as justificativas apresentadas sobre o cumprimento parcial do objeto não foram suficientes, lhe é facultado o direito de requisitar o Relatório de Execução Financeira com as devidas comprovações (nota fiscal, recibos e documento congêneres), conforme contido no inciso 3 do artigo 29 e no inciso 3 do parágrafo II do artigo 30.

17.3 O Relatório Final de Execução do Objeto deve ser apresentado até 31 de dezembro de 2024, com o fim da vigência do Termo de Execução Cultural.

18. DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1 O acompanhamento de todas as etapas deste Edital e a observância quanto aos prazos serão de inteira responsabilidade dos proponentes. Para tanto, deverão ficar atentos às publicações no sitio eletrônico www.secult.pa.gov.br, no Diário Oficial do Estado e nas mídias sociais oficiais da SECULT.

18.2 O presente Edital e os seus anexos estão disponíveis no site http://www.mapacultural.pa.gov.br/lpg/cultura-gospel.

18.3 Toda relação do proponente com o edital deverá ser através da plataforma mapa cultural, do e-mail culturagospellpgpara@gmail.com e do telefone (91) 9 9186-6797

18.4 Os casos omissos porventura existentes ficarão a cargo da Secretária de Estado de Cultura.

18.5 Eventuais irregularidades relacionadas aos requisitos de participação, constatadas a qualquer tempo, implicarão na desclassificação do proponente.

18.6 O proponente será o único responsável pela veracidade da proposta e documentos encaminhados, isentando a SECULT/PA de qualquer responsabilidade civil ou penal.

18.7 O apoio concedido por meio deste Edital poderá ser acumulado com recursos captados por meio de leis de incentivo fiscal e outros programas e/ou apoios federais, estaduais e municipais.

18.8 A inscrição implica no conhecimento e concordância dos termos e condições previstos neste Edital, na Lei Complementar 195/2022 (Lei Paulo Gustavo), noç Decreto 11.525/2023 (Decreto Paulo Gustavo) e no Decreto 11.453/2023 (Decreto de Fomento).

19. CRONOGRAMA

ETAPA	DATA INICIAL	DATA FINAL
1- Publicação do edital	12/09/2023	
2- Inscrições	12/09/2023	12/10/2023
3- Resultado Preliminar de Selecionados	31/10/2023	
4- Período de recurso	01/11/2023	06/11/2023
5- Homologação do Resultado Final	09/11/2023	
6- Entrega de Documentos dos selecionados	09/11/2023	16/11/2023
7- Resultado Preliminar de Habilitados	21/11/2023	
8- Período de recurso de Habilitação	22/11/2023	27/11/2023
9- Período de pagamento dos selecionados	28/11/2023	29/12/2023
10-Execução de projeto	até 31/12/2024	
11-Relatório Final de Execução do Objeto	até 31/12/2024	

20. ANEXOS

20.1 Compõem este Edital os seguintes anexos:
Anexo I - Formulário de Inscrição/Plano de Trabalho;
Anexo II - Critérios de seleção
Anexo III - Termo de Execução Cultural;
Anexo IV - Relatório de Execução do Objeto;
Anexo V - Declaração de representação de grupo ou coletivo; e
Anexo VI - Declaração étnico-racial
Anexo VII – Planilha Orçamentária

ANEXO I

FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO (DISPONÍVEL NO MAPA)

1. DADOS DO PROPONENTE

Proponente é pessoa física ou pessoa jurídica?
( ) Pessoa Física
( ) Pessoa Jurídica

PARA PESSOA FÍSICA:

Nome Completo:
Nome artístico ou nome social (se houver):
CPF:
RG:
Data de nascimento:
E-mail:
Telefone:
Endereço completo:
CEP:
Cidade:
Estado:

Você reside em quais dessas áreas?
( ) Zona urbana central
( ) Zona urbana periférica
( ) Zona rural
( ) Área de vulnerabilidade social
( ) Unidades habitacionais
( ) Territórios indígenas (demarcados ou em processo de demarcação)
( ) Comunidades quilombolas (terra titulada ou em processo de titulação, com registro na Fundação Palmares)
( ) Áreas atingidas por barragem
( ) Território de povos e comunidades tradicionais (ribeirinhos, louceiros, cipozeiro, pequizeiros, vazanteiros, povos do mar etc.).

Pertence a alguma comunidade tradicional?
( ) Não pertenço a comunidade tradicional
( ) Comunidades Extrativistas
( ) Comunidades Ribeirinhas
( ) Comunidades Rurais
( ) Indígenas
( ) Povos Ciganos
( ) Pescadores(as) Artesanais
( ) Povos de Terreiro
( ) Quilombolas
( ) Outra comunidade tradicional

Gênero:
( ) Mulher cisgênero
( ) Homem cisgênero
( ) Mulher Transgênero
( ) Homem Transgênero
( ) Pessoa Não Binária
( ) Não informar

Raça, cor ou etnia:
( ) Branca
( ) Preta
( ) Parda
( ) Indígena
( ) Amarela

Você é uma Pessoa com Deficiência - PCD?
( ) Sim
( ) Não

Caso tenha marcado "sim", qual tipo de deficiência?
( ) Auditiva
( ) Física
( ) Intelectual
( ) Múltipla
( ) Visual

Qual o seu grau de escolaridade?
( ) Não tenho Educação Formal
( ) Ensino Fundamental Incompleto
( ) Ensino Fundamental Completo
( ) Ensino Médio Incompleto

( ) Ensino Médio Completo
( ) Curso Técnico Completo
( ) Ensino Superior Incompleto
( ) Ensino Superior Completo
( ) Pós Graduação Completo
Qual a sua renda mensal fixa individual (média mensal bruta aproximada) nos últimos 3 meses?
(Calcule fazendo uma média das suas remunerações nos últimos 3 meses. Em 2023, o salário mínimo foi fixado em R$ 1.320,00.)
( ) Nenhuma renda.
( ) Até 1 salário mínimo
( ) De 1 a 3 salários mínimos
( ) De 3 a 5 salários mínimos
( ) De 5 a 8 salários mínimos
( ) De 8 a 10 salários mínimos
( ) Acima de 10 salários mínimos
Você é beneficiário de algum programa social?
( ) Não
( ) Bolsa família
( ) Benefício de Prestação Continuada
( ) Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
( ) Garantia-Safra
( ) Seguro-Defeso
( ) Outro
Vai concorrer às cotas afirmativas?
( ) Sim ( ) Não
Se sim. Qual?
( ) Pessoa negra
( ) Pessoa indígena
Qual a sua principal função/profissão no campo artístico e cultural?
( ) Artista.
( ) Instrutor(a), oficineiro(a), educador(a) artístico(a)-cultural e afins.
( ) Curador(a), Programador(a) e afins.
( ) Gestor(a)
( ) Técnico(a)
( ) Consultor(a), Pesquisador(a) e afins.
( )_____Outro(a)s
Você está representando um coletivo (sem CNPJ)?
( ) Não
( ) Sim
Caso tenha respondido "sim":
Nome do coletivo:
Ano de Criação:
Quantas pessoas fazem parte do coletivo?
Nome completo e CPF das pessoas que compõem o coletivo:
PARA PESSOA JURÍDICA:
Razão Social:
Nome fantasia:
CNPJ:
Endereço da sede:
Cidade:
Estado:
Número de representantes legais:
Nome do representante legal:
CPF do representante legal:
E-mail do representante legal:
Telefone do representante legal:
Gênero do representante legal
( ) Mulher cisgênero
( ) Homem cisgênero
( ) Mulher Transgênero
( ) Homem Transgênero
( ) Não Binária/Binárie
( ) Não informar
Raça/cor/etnia do representante legal
( ) Branca
( ) Preta
( ) Parda
( ) Amarela
( ) Indígena
Representante legal é pessoa com deficiência - PCD?
( ) Sim
( ) Não
Caso tenha marcado "sim" qual o tipo de deficiência?
( ) Auditiva
( ) Física
( ) Intelectual
( ) Múltipla
( ) Visual
Escolaridade do representante legal
( ) Não tenho Educação Formal
( ) Ensino Fundamental Incompleto
( ) Ensino Fundamental Completo
( ) Ensino Médio Incompleto
( ) Ensino Médio Completo
( ) Curso Técnico completo
( ) Ensino Superior Incompleto
( ) Ensino Superior Completo
( ) Pós Graduação completo

2. DADOS DO PROJETO
Nome do Projeto:
Escolha a categoria a que vai concorrer:
Quais atividades e/ou produtos estão previstos no seu projeto? Por favor, quantifique.
Bolsa para desenvolvimento de processos criativos
Capacitação
Catálogo
Curso livre
Curso regular
Encontro
Evento cultural
Exibição
Exposição
Feira
Festival
Fomento
Fotografia
Live
Mostra
Obra
Oficina
Palestra
Pesquisa
Podcast
Premiação
Produção de publicações
Projeto
Publicação
Restauro
Seminário
Site
Vídeo
Vivência
Descrição do projeto
(Na descrição, você deve apresentar informações gerais sobre o seu projeto. Algumas perguntas orientadoras: O que você realizará com o projeto? Porque ele é importante para a sociedade? Como a ideia do projeto surgiu? Conte sobre o contexto de realização.)
Objetivos do projeto
(Neste campo, você deve propor objetivos para o seu projeto, ou seja, deve informar o que você pretende alcançar com a realização do projeto. É importante que você seja breve e proponha entre três a cinco objetivos.)
Metas
(Neste espaço, é necessário detalhar os objetivos em pequenas ações e/ou resultados que sejam quantificáveis. Por exemplo: Realização de 02 oficinas de artes circenses; Confecção de 80 figurinos; 120 pessoas idosas beneficiadas.)
Perfil do público a ser atingido pelo projeto
(Preencha aqui informações sobre as pessoas que serão beneficiadas ou participarão do seu projeto. Perguntas orientadoras: Quem vai ser o público do seu projeto? Essas pessoas são crianças, adultas e/ou idosas? Elas fazem parte de alguma comunidade? Qual a escolaridade delas? Elas moram em qual local, bairro e/ou região? No caso de públicos digitais, qual o perfil das pessoas a que seu projeto se direciona?)
Sua ação cultural é voltada prioritariamente para algum destes perfis de público?
Pessoas vítimas de violência
Pessoas em situação de pobreza
Pessoas em situação de rua (moradores de rua)
Pessoas em situação de restrição e privação de liberdade (população carcerária)
Pessoas com deficiência
Pessoas em sofrimento físico e/ou psíquico
Mulheres
Gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transgêneros e transexuais
Povos e comunidades tradicionais
Negros e/ou negras
Ciganos
Indígenas
Não é voltada especificamente para um perfil, é aberta para todos
Outros
Medidas de acessibilidade empregadas no projeto
(Marque quais medidas de acessibilidade serão implementadas ou estarão disponíveis para a participação de Pessoas com deficiência - PCD´s, tais como, intérprete de libras, audiodescrição, entre outras medidas de acessibilidade a pessoas com deficiência, idosos e mobilidade reduzida, conforme Instrução Normativa nº xxxx.)
Acessibilidade arquitetônica:
( ) rotas acessíveis, com espaço de manobra para cadeira de rodas;
( ) piso tátil;
( ) rampas;
( ) elevadores adequados para pessoas com deficiência;
( ) corrimãos e guarda-corpos;
( ) banheiros femininos e masculinos adaptados para pessoas com deficiência;
( ) vagas de estacionamento para pessoas com deficiência;
( ) assentos para pessoas obesas;
( ) iluminação adequada;
( ) Outra _____
Acessibilidade comunicacional:
( ) a Língua Brasileira de Sinais - Libras;
( ) o sistema Braille;

( ) o sistema de sinalização ou comunicação tátil;
( ) a audiodescrição;
( ) as legendas;
( ) a linguagem simples;
( ) textos adaptados para leitores de tela; e
( ) Outra _____

Acessibilidade atitudinal:
( ) capacitação de equipes atuantes nos projetos culturais;
( ) contratação de profissionais com deficiência e profissionais especializados em acessibilidade cultural;
( ) formação e sensibilização de agentes culturais, público e todos os envolvidos na cadeia produtiva cultural; e
( ) outras medidas que visem a eliminação de atitudes capacitistas.

Informe como essas medidas de acessibilidade serão implementadas ou disponibilizadas de acordo com o projeto proposto.

Local onde o projeto será executado
Informe os espaços culturais e outros ambientes onde a sua proposta será realizada. É importante informar também os municípios e Estados onde ela será realizada.

Previsão do período de execução do projeto
Data de início:
Data final:

Equipe
Informe quais são os profissionais que atuarão no projeto, conforme quadro a seguir:

Nome do profissional /empresa	Função no projeto	CPF/CNPJ	Pessoa negra?	Pessoa índigena?	Pessoa com deficiência?	[INSERIR MAIS COLUNAS, SE NECESSÁRIO]
Ex.: João Silva	Curador	123456789101	Sim/Não	Sim/Não	Sim/Não	

Cronograma de Execução
Descreva os passos a serem seguidos para execução do projeto.

Atividade Geral	Etapa	Descrição	Início	Fim	[INSERIR MAIS COLUNAS, SE NECESSÁRIO]
Ex: Comunicação	Pré-produção	Divulgação do projeto nos veículos de imprensa	11/10/2023	11/11/2023	

Estratégia de divulgação
Apresente os meios que serão utilizados para divulgar o projeto. ex.: impulsionamento em redes sociais.

Contrapartida
Neste campo, descreva qual contrapartida será realizada, quando será realizada, e onde será realizada.

Projeto possui recursos financeiros de outras fontes? Se sim, quais?
(Informe se o projeto prevê apoios financeiros tais como cobrança de ingressos, patrocínio e/ou outras fontes de financiamento. Caso positivo, informe a previsão de valores e onde serão empregados no projeto.)
( ) Não, o projeto não possui outras fontes de recursos financeiros
( ) Apoio financeiro municipal
( ) Apoio financeiro estadual
( ) Recursos de Lei de Incentivo Municipal
( ) Recursos de Lei de Incentivo Estadual
( ) Recursos de Lei de Incentivo Federal
( ) Patrocínio privado direto
( ) Patrocínio de instituição internacional
( ) Doações de Pessoas Físicas
( ) Doações de Empresas
( ) Cobrança de ingressos
( ) Outros
Se o projeto tem outras fontes de financiamento, detalhe quais são, o valor do financiamento e onde os recursos serão empregados no projeto.

O projeto prevê a venda de produtos/ingressos?
(Informe a quantidade dos produtos a serem vendidos, o valor unitário por produto e o valor total a ser arrecadado. Detalhe onde os recursos arrecadados serão aplicados no projeto.)

3. PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
Preencha a tabela informando todas as despesas indicando as metas/etapas às quais elas estão relacionadas.
Deve haver a indicação do parâmetro de preço (Ex.: preço estabelecido no SALICNET, 3 orçamentos, etc) utilizado com a referência específica do item de despesa, conforme exemplo abaixo.

Descrição do item	Justificativa	Unidade de medida	Valor unitário	Quantidade	Valor total	Referência de preço
Ex.: Fotógrafo	Profissional necessário para registro da oficina	Serviço	R$1.100,00	1	R$1.100,00	Salicnet - Oficina/workshop/seminário Audiovisual - Brasília - Fotografia Artística - Serviço

4. DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS A SEREM ANEXADOS
Encaminhe junto a esse formulário os seguintes documentos:
RG e CPF do proponente
Currículo do proponente
Mini currículo dos integrantes do projeto
[OUTROS DOCUMENTOS QUE FOREM OBRIGATÓRIOS DE ACORDO COM AS CATEGORIAS]

ANEXO II

CRITÉRIOS UTILIZADOS NA AVALIAÇÃO DE MÉRITO CULTURAL
As comissões de seleção atribuirão notas de 0 a 10 pontos a cada um dos critérios de avaliação de cada projeto, conforme tabela a seguir:

CRITÉRIOS OBRIGATÓRIOS PARA PROJETOS DE FOMENTO		
Identificação do Critério	**Descrição do Critério**	**Pontuação Máxima**
A	**Qualidade do Projeto - Coerência do objeto, objetivos, justificativa e metas do projeto** A análise deverá considerar, para fins de avaliação e valoração, se o conteúdo do projeto apresenta, como um todo, coerência, observando o objeto, a justificativa e as metas, sendo possível visualizar de forma clara os resultados que serão obtidos.	10
B	Relevância da ação proposta para o cenário cultural do Estado do Pará. A análise deverá considerar, para fins de avaliação e valoração, se a ação contribui para o enriquecimento e valorização da cultura do estado do Pará	10
C	**Aspectos de integração comunitária na ação proposta pelo projeto** Considera-se, para fins de avaliação e valoração, se o projeto apresenta aspectos de integração comunitária, em relação ao impacto social para a inclusão de pessoas com deficiência, idosos e demais grupos em situação de histórica vulnerabilidade econômica/social.	10
D	**Coerência da planilha orçamentária e do cronograma de execução às metas, resultados e desdobramentos do projeto proposto** A análise deverá avaliar e valorar a viabilidade técnica do projeto sob o ponto de vista dos gastos previstos na planilha orçamentária, sua execução e a adequação ao objeto, metas e objetivos previstos. Também deverá ser considerada para fins de avaliação, a coerência e conformidade dos valores e quantidades dos itens relacionados na planilha orçamentária do projeto.	10
E	**Coerência do Plano de Divulgação ao Cronograma, Objetivos e Metas do projeto proposto** A análise deverá avaliar e valorar a viabilidade técnica e comunicacional com público alvo do projeto, mediante as estratégias, mídias e materiais apresentados, bem como a capacidade de execução.	10
F	**Compatibilidade da ficha técnica com as atividades desenvolvidas** A análise deverá considerar a carreira dos profissionais que compõem o corpo técnico e artístico, verificando a coerência ou não em relação às atribuições que serão executadas por eles no projeto (para esta avaliação serão considerados os currículos dos membros da ficha técnica).	10
G	Trajetória artística e cultural do proponente Será considerado para fins de análise a carreira do proponente, com base no currículo e comprovações enviadas juntamente com a proposta	10
PONTUAÇÃO TOTAL:		80

A pontuação final de cada candidatura será definida por média das notas atribuídas individualmente por cada membro,
Os critérios gerais são eliminatórios, de modo que, o agente cultural que receber pontuação 0 em algum dos critérios será desclassificado do Edital.
Em caso de empate, serão utilizados para fins de classificação dos projetos a maior nota nos critérios de acordo com a ordem abaixo definida: A, B, C, D, E, F, G,H respectivamente.
Caso nenhum dos critérios acima elencados seja capaz de promover o desempate será adotado o critério de maior idade do proponente pessoa física ou representante de pessoa jurídica.
Serão considerados aptos os projetos de fomento que receberem nota final igual ou superior a 40 pontos.
Serão desclassificados os projetos que:
I - receberam nota 0 em qualquer dos critérios obrigatórios;
II - apresentem quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade ou outras formas de discriminação serão desclassificadas, com fundamento no disposto no inciso IV do caput do art. 3º da Constituição, garantidos o contraditório e a ampla defesa.
III - A falsidade de informações acarretará desclassificação, podendo ensejar, ainda, a aplicação de sanções administrativas ou criminais.

ANEXO III
TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL
TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº [INDICAR NÚMERO]/[INDICAR ANO] TENDO POR OBJETO A CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO A AÇÕES CULTURAIS CONTEMPLADAS PELO EDITAL nº XX/2023 –, NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO), DO DECRETO N. 11.525/2023 (DECRETO PAULO GUSTAVO) E DO DECRETO 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

1. PARTES
1.1 O [NOME DO ENTE FEDERATIVO], neste ato representado por [AUTORIDADE QUE ASSINARÁ PELO ENTE FEDERATIVO], Senhor(a) [INDICAR NOME DA AUTORIDADE QUE ASSINARÁ PELO ENTE FEDERATIVO], e o(a) AGENTE CULTURAL, [INDICAR NOME DO(A) AGENTE CULTURAL CONTEMPLADO], portador(a) do RG nº [INDICAR Nº DO RG], expedida em [INDICAR ÓRGÃO EXPEDIDOR], CPF nº [INDICAR Nº DO CPF], residente e domiciliado(a) à [INDICAR ENDEREÇO], CEP: [INDICAR CEP], telefones: [INDICAR TELEFONES], resolvem firmar o presente Termo de Execução Cultural, de acordo com as seguintes condições:

2. PROCEDIMENTO
2.1 Este Termo de Execução Cultural é instrumento da modalidade de fomento à execução de ações culturais de que trata o inciso I do art. 8 do Decreto 11.453/2023, celebrado com agente cultural selecionado nos termos da LEI COMPLEMENTAR Nº 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO), DO DECRETO

N. 11.525/2023 (DECRETO PAULO GUSTAVO) E DO DECRETO 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

3. OBJETO

3.1. Este Termo de Execução Cultural tem por objeto a concessão de apoio financeiro ao projeto cultural [INDICAR NOME DO PROJETO], contemplado no conforme processo administrativo nº [INDICAR NÚMERO DO PROCESSO].

4. RECURSOS FINANCEIROS

4.1. Os recursos financeiros para a execução do presente termo totalizam o montante de R$ [INDICAR VALOR EM NÚMERO ARÁBICOS] ([INDICAR VALOR POR EXTENSO] reais).

4.2. Serão transferidos à conta do(a) AGENTE CULTURAL, especialmente aberta no [NOME DO BANCO], Agência [INDICAR AGÊNCIA], Conta Corrente nº [INDICAR CONTA], para recebimento e movimentação.

5. APLICAÇÃO DOS RECURSOS

5.1 Os rendimentos de ativos financeiros poderão ser aplicados para o alcance do objeto, sem a necessidade de autorização prévia.

6. OBRIGAÇÕES

6.1 São obrigações da SECULT/PA:

I) transferir os recursos ao(a)AGENTE CULTURAL;

II) orientar o(a) AGENTE CULTURAL sobre o procedimento para a prestação de informações dos recursos concedidos;

III) analisar e emitir parecer sobre os relatórios e sobre a prestação de informações apresentados pelo(a) AGENTE CULTURAL;

IV) zelar pelo fiel cumprimento deste termo de execução cultural;

V) adotar medidas saneadoras e corretivas quando houver inadimplemento;

VI) monitorar o cumprimento pelo(a) AGENTE CULTURAL das obrigações previstas na CLÁUSULA 6.2.

6.2 São obrigações do(a) AGENTE CULTURAL:

I) executar a ação cultural aprovada;

II) aplicar os recursos concedidos pela Lei Paulo Gustavo na realização da ação cultural;

III) manter, obrigatória e exclusivamente, os recursos financeiros depositados na conta especialmente aberta para o Termo de Execução Cultural;

IV) facilitar o monitoramento, o controle e supervisão do termo de execução cultural bem como o acesso ao local de realização da ação cultural;

V) prestar informações à SECULT por meio de Relatório de Execução do Objeto, apresentado no prazo máximo de até 31 de dezembro de 2024, contados do término da vigência do termo de execução cultural;

VI) atender a qualquer solicitação regular feita pela SECULT, a contar do recebimento da notificação;

VII) divulgar nos meios de comunicação, a informação de que a ação cultural aprovada é apoiada com recursos da Lei Paulo Gustavo, incluindo as marcas do Governo federal, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura;

VIII) não realizar despesa em data anterior ou posterior à vigência deste termo de execução cultural;

IX) guardar a documentação referente à prestação de informações pelo prazo de 10 anos, contados do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural;

X) não utilizar os recursos para finalidade diversa da estabelecida no projeto cultural;

XI) executar a contrapartida conforme pactuado.

7. PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES,

7.1 O agente cultural prestará contas à administração pública por meio da categoria de prestação de informações em relatório de execução do objeto.

7.2 A prestação de informações em relatório de execução do objeto comprovará que foram alcançados os resultados da ação cultural, por meio dos seguintes procedimentos:

I - apresentação de relatório de execução do objeto pelo beneficiário no prazo estabelecido pelo ente federativo no regulamento ou no instrumento de seleção;

II - apresentação de relatório de execução financeira do projeto, e;

III - análise do relatório de execução do objeto por agente público designado.

7.2.1 O relatório de prestação de informações sobre o cumprimento do objeto deverá:

I - comprovar que foram alcançados os resultados da ação cultural;

II - conter a descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;

III - ter anexados documentos de comprovação do cumprimento do objeto, tais como: Declarações de realização dos eventos, com registro fotográfico ou audiovisual, clipping de matérias jornalísticas, releases, folders, catálogos, panfletos, filipetas, bem como outros documentos pertinentes à execução do projeto.

7.2.2 O agente público competente elaborará parecer técnico de análise do relatório de execução do objeto e poderá adotar os seguintes procedimentos, de acordo com o caso concreto:

I - encaminhar o processo à autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações, caso conclua que houve o cumprimento integral do objeto; ou

II - solicitar a apresentação, pelo agente cultural, de relatório de execução financeira, caso considere que não foi possível aferir o cumprimento integral do objeto no relatório de execução do objeto ou que as justificativas apresentadas sobre o cumprimento parcial do objeto foram insuficientes.

7.2.3 Após o recebimento do processo pelo agente público de que trata o item 7.2.2, autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações poderá:

I - determinar o arquivamento, caso considere que houve o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado;

II - solicitar a apresentação, pelo agente cultural, de relatório de execução financeira, caso considere que não foi possível aferir o cumprimento integral do objeto no relatório de execução do objeto ou que as justificativas apresentadas sobre o cumprimento parcial do objeto foram insuficientes; ou

III - aplicar sanções ou decidir pela rejeição da prestação de informações, caso verifique que não houve o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado, ou caso identifique irregularidades no relatório de execução financeira.

7.3 O relatório de execução financeira será exigido, independente da modalidade inicial de prestação de informações (in loco ou em relatório de execução do objeto), somente nas seguintes hipóteses:

I - quando não estiver comprovado o cumprimento do objeto, observados os procedimentos previstos no item 7.2; ou

II - quando for recebida, pela administração pública, denúncia de irregularidade na execução da ação cultural, mediante juízo de admissibilidade que avaliará os elementos fáticos apresentados.

7.3.1 O prazo para apresentação do relatório de execução financeira será de, no mínimo, trinta dias, contado do recebimento da notificação.

7.4 O julgamento da prestação de informações realizado pela autoridade do ente federativo que celebrou o termo de execução cultural avaliará o parecer técnico de análise de prestação de informações e poderá concluir pela:

I - aprovação da prestação de informações, com ou sem ressalvas; ou

II - reprovação da prestação de informações, parcial ou total.

7.5 Na hipótese de o julgamento da prestação de informações apontar a necessidade de devolução de recursos, o agente cultural será notificado para que exerça a opção por:

I - devolução parcial ou integral dos recursos ao erário;

II - apresentação de plano de ações compensatórias; ou

III - devolução parcial dos recursos ao erário juntamente com a apresentação de plano de ações compensatórias.

7.5.1 A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a reprovação da prestação de informações, desde que comprovada.

7.5.2 Nos casos em que estiver caracterizada má-fé do agente cultural, será imediatamente exigida a devolução de recursos ao erário, vedada a aceitação de plano de ações compensatórias.

7.5.3 Nos casos em que houver exigência de devolução de recursos ao erário, o agente cultural poderá solicitar o parcelamento do débito, na forma e nas condições previstas na legislação.

7.5.4 O prazo de execução do plano de ações compensatórias será o menor possível, conforme o caso concreto, limitado à metade do prazo originalmente previsto de vigência do instrumento.

8. ALTERAÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

8.1 A alteração do termo de execução cultural será formalizada por meio de termo aditivo.

8.2 A formalização de termo aditivo não será necessária nas seguintes hipóteses:

I - prorrogação de vigência realizada de ofício pela administração pública quando der causa a atraso na liberação de recursos; e

II - alteração do projeto sem modificação do valor global do instrumento e sem modificação substancial do objeto.

8.3 Na hipótese de prorrogação de vigência, o saldo de recursos será automaticamente mantido na conta, a fim de viabilizar a continuidade da execução do objeto.

8.4 As alterações do projeto cujo escopo seja de, no máximo, 20% poderão ser realizadas pelo agente cultural e comunicadas à administração pública em seguida, sem a necessidade de autorização prévia.

8.5 A aplicação de rendimentos de ativos financeiros em benefício do objeto do termo de execução cultural poderá ser realizada pelo agente cultural sem a necessidade de autorização prévia da administração pública.

8.6 Nas hipóteses de alterações em que não seja necessário termo aditivo, poderá ser realizado apostilamento.

9. TITULARIDADE DE BENS

9.1 Os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução da ação cultural fomentada serão de titularidade do agente cultural desde a data da sua aquisição.

9.2 Nos casos de rejeição da prestação de contas em razão da aquisição ou do uso do bem, o valor pago pela aquisição será computado no cálculo de valores a devolver, com atualização monetária.

[OU]

9.2 Os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução da ação cultural fomentada serão de titularidade do [NOME DO ENTE].

[AO FORMALIZAR O TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL, O ENTE DEVE DECIDIR SE OS BENS ADQUIRIDOS, PRODUZIDOS OU TRANSFORMADOS PELO AGENTE CULTURAL SERÃO DO PRÓPRIO AGENTE CULTURAL OU DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. OS BENS PODEM FICAR COM O AGENTE CULTURAL NAS HIPÓTESES TRATADAS NO ART. 27 DO DECRETO 11.453/2023]

10. EXTINÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

10.1 O presente Termo de Execução Cultural poderá ser:

I - extinto por decurso de prazo;

II - extinto, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;

III - denunciado, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe; ou

IV - rescindido, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe, nas seguintes hipóteses:

a) descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;

b) irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas ;

c) violação da legislação aplicável;

d) cometimento de falhas reiteradas na execução;

e) má administração de recursos públicos;
f) constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;
g) não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;h) outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.
10.2 A denúncia só será eficaz 60 (sessenta) dias após a data de recebimento da notificação, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença.
10.3 Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.
10.4 Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje dano ao erário, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela Administração Pública.
10.5 Outras situações relativas à extinção deste Termo não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser negociados entre as partes ou, se for o caso, no Termo de Distrato.

11. SANÇÕES

11.1 . Nos casos em que for verificado que a ação cultural ocorreu, mas houve inadequação na execução do objeto ou na execução financeira sem má-fé, a autoridade pode concluir pela aprovação da prestação de informações com ressalvas e aplicar sanção de advertência ou multa.
11.2 A decisão sobre a sanção deve ser precedida de abertura de prazo para apresentação de defesa pelo AGENTE CULTURAL.
11.3 A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a aplicação de sanção, desde que regularmente comprovada.

12. MONITORAMENTO E CONTROLE DE RESULTADOS

12.1 [DEVE SER INFORMADO COMO O ÓRGÃO REALIZARÁ O MONITORAMENTO DAS AÇÕES, PODENDO SER POR MEIO DE COMISSÃO ESPECÍFICA PARA ESTE FIM, POR ENVIO DE RELATÓRIOS, ENTRE OUTRAS MEDIDAS].

13. VIGÊNCIA

13.1 A vigência deste instrumento terá início na data de assinatura das partes, com duração de [PRAZO EM ANOS OU MESES], podendo ser prorrogado por [PRAZO MÁXIMO DE PRORROGAÇÃO].

14. PUBLICAÇÃO

14.1 O Extrato do Termo de Execução Cultural será publicado no [INFORMAR ONDE SERÁ PUBLICADO]

15. FORO

15.1 Fica eleito o Foro de [LOCAL] para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao presente Termo de Execução Cultural.
LOCAL, [INDICAR DIA, MÊS E ANO].
Pelo órgão: Pelo Agente Cultural:
[NOME DO AGENTE CULTURAL]

ANEXO IV

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

1. DADOS DO PROJETO

Nome do projeto:
Nome do agente cultural proponente:
Nº do Termo de Execução Cultural
Vigência do projeto:
Valor repassado para o projeto:
Data de entrega desse relatório:

2. RESULTADOS DO PROJETO

2.1. Resumo:

Descreva de forma resumida como foi a execução do projeto, destacando principais resultados e benefícios gerados e outras informações pertinentes.

2.2. As ações planejadas para o projeto foram realizadas?

( ) Sim, todas as ações foram feitas conforme o planejado.
( ) Sim, todas as ações foram feitas, mas com adaptações e/ou alterações.
( ) Uma parte das ações planejadas não foi feita.
( ) As ações não foram feitas conforme o planejado.

2.3. Ações desenvolvidas

Descreva as ações desenvolvidas, com informações detalhando ações, datas, locais, horários, etc. Fale também sobre a eventuais alterações nas atividades previstas no projeto, bem como os possíveis impactos nas metas acordadas.

2.4. Cumprimento das Metas

Metas integralmente cumpridas:
• META 1 [Descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado]
◦ OBSERVAÇÃO DA META 1: [informe como a meta foi cumprida]
Metas parcialmente cumpridas (SE HOUVER):
• META 1 [Descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado]
◦ Observações da Meta 1: [Informe qual parte da meta foi cumprida]
◦ Justificativa para o não cumprimento integral: [Explique porque parte da meta não foi cumprida]
Metas não cumpridas (se houver)
• Meta 1 [Descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado]
◦ Justificativa para o não cumprimento: [Explique porque a meta não foi cumprida]

3. PRODUTOS GERADOS

3.1. A execução do projeto gerou algum produto?

Exemplos: vídeos, produção musical, produção gráfica etc.
( ) Sim
( ) Não

3.1.1. Quais produtos culturais foram gerados?

Você pode marcar mais de uma opção. Informe também as quantidades.
( ) Publicação
( ) Livro
( ) Catálogo
( ) Live (transmissão on-line)
( ) Vídeo
( ) Documentário
( ) Filme
( ) Relatório de pesquisa
( ) Produção musical
( ) Jogo
( ) Artesanato
( ) Obras
( ) Espetáculo
( ) Show musical
( ) Site
( ) Música
( ) Outros: _____

3.1.2. Como os produtos desenvolvidos ficaram disponíveis para o público após o fim do projeto?

Exemplos: publicações impressas, vídeos no YouTube?

3.2. Quais foram os resultados gerados pelo projeto?

Detalhe os resultados gerados por cada atividade prevista no Projeto.

3.2.1 Pensando nos resultados finais gerados pelo projeto, você considera que ele:

(Você pode marcar mais de uma opção).
( ) Desenvolveu processos de criação, de investigação ou de pesquisa.
( ) Desenvolveu estudos, pesquisas e análises sobre o contexto de atuação.
( ) Colaborou para manter as atividades culturais do coletivo.
( ) Fortaleceu a identidade cultural do coletivo.
( ) Promoveu as práticas culturais do coletivo no espaço em que foi desenvolvido.
( ) Promoveu a formação em linguagens, técnicas e práticas artísticas e culturais.
( ) Ofereceu programações artísticas e culturais para a comunidade do entorno.
( ) Atuou na preservação, na proteção e na salvaguarda de bens e manifestações culturais.

4. PÚBLICO ALCANÇADO

Informe a quantidade de pessoas beneficiadas pelo projeto, demonstre os mecanismos utilizados para mensuração, a exemplo de listas de presenças. Em caso de baixa frequência ou oscilação relevante informe as justificativas.

5. EQUIPE DO PROJETO

5.1 Quantas pessoas fizeram parte da equipe do projeto?

Digite um número exato (exemplo: 23).

5.2 Houve mudanças na equipe ao longo da execução do projeto?

( ) Sim ( ) Não
Informe se entraram ou saíram pessoas na equipe durante a execução do projeto.

5.3 Informe os profissionais que participaram da execução do projeto:

Nome do profissional/ empresa	Função no projeto	CPF/CNPJ	Pessoa negra?	Pessoa índigena?	Pessoa com deficiência?	[INSERIR MAIS COLUNAS, SE NECESSÁRIO]
Ex.: João Silva	Cineasta	123456789101	Sim/Não	Sim/Não	Sim/Não	

6. LOCAIS DE REALIZAÇÃO

6.1 De que modo o público acessou a ação ou o produto cultural do projeto?

( )1. Presencial.
( ) 2. Virtual.
( ) 3. Híbrido (presencial e virtual).

Caso você tenha marcado os itens 2 ou 3 (virtual e híbrido):

6.2 Quais plataformas virtuais foram usadas?

Você pode marcar mais de uma opção.
( )Youtube
( )Instagram / IGTV
( )Facebook
( )TikTok
( )Google Meet, Zoom etc.
( )Outros: _____

6.3 Informe aqui os links dessas plataformas:

Caso você tenha marcado os itens 1 e 3 (Presencial e Híbrido):

6.4 De que forma aconteceram as ações e atividades presenciais do projeto?

( )1. Fixas, sempre no mesmo local.
( )2. Itinerantes, em diferentes locais.
( )3. Principalmente em um local base, mas com ações também em outros locais.

No item 6.4 caso você tenha marcado o item 1 (Fixas):

6.5 Em que município o projeto aconteceu?

6.7 Em que área do município o projeto foi realizado?

Você pode marcar mais de uma opção.
( )Zona urbana central.
( )Zona urbana periférica.
( )Zona rural.
( )Área de vulnerabilidade social.
( )Unidades habitacionais.
( )Territórios indígenas (demarcados ou em processo de demarcação).
( )Comunidades quilombolas (terra titulada, em processo de titulação, com registro na Fundação Palmares).
( )Áreas atingidas por barragem.
( )Território de povos e comunidades tradicionais (ribeirinhos, louceiros,

cipozeiro, pequizeiros, vazanteiros, povos do mar etc.).
( )Outros: _____
6.8 Onde o projeto foi realizado?
Você pode marcar mais de uma opção.
( )Equipamento cultural público municipal.
( )Equipamento cultural público estadual.
( )Espaço cultural independente.
( )Escola.
( )Praça.
( )Rua.
( )Parque.
( )Outros
No item 6.4 caso você tenha marcado o item 2 (itinerante):
6.9 Em quais municípios o projeto aconteceu?
6.10 Em quais áreas o projeto foi realizado?
Você pode marcar mais de uma opção.
( )Zona urbana central.
( )Zona urbana periférica.
( )Zona rural.
( )Área de vulnerabilidade social.
( )Unidades habitacionais.
( )Territórios indígenas (demarcados ou em processo de demarcação).
( )Comunidades quilombolas (terra titulada, em processo de titulação, com registro na Fundação Palmares).
( )Áreas atingidas por barragem.
( )Território de povos e comunidades tradicionais (ribeirinhos, louceiros, cipozeiro, pequizeiros, vazanteiros, povos do mar etc.).
( )Outros: _____
6.11 Onde o projeto foi realizado?
Você pode marcar mais de uma opção.
( )Equipamento cultural público municipal.
( )Equipamento cultural público estadual.
( )Espaço cultural independente.
( )Escola.
( )Praça.
( )Rua.
( )Parque.
( )Outros _____
No item 6.4 caso você tenha marcado o item 3 (Base):
6.12 Em quais municípios o projeto aconteceu?
6.13 Em quais áreas o projeto foi realizado?
Você pode marcar mais de uma opção.
( )Zona urbana central.
( )Zona urbana periférica.
( )Zona rural.
( )Área de vulnerabilidade social.
( )Unidades habitacionais.
( )Territórios indígenas (demarcados ou em processo de demarcação).
( )Comunidades quilombolas (terra titulada, em processo de titulação, com registro na Fundação Palmares).
( )Áreas atingidas por barragem.
( )Território de povos e comunidades tradicionais (ribeirinhos, louceiros, cipozeiro, pequizeiros, vazanteiros, povos do mar etc.).
( )Outros: _____
6.14 Onde o projeto foi realizado?
Você pode marcar mais de uma opção.
( )Equipamento cultural público municipal.
( )Equipamento cultural público estadual.
( )Espaço cultural independente.
( )Escola.
( )Praça.
( )Rua.
( )Parque.
( )Outros_____
7. DIVULGAÇÃO DO PROJETO
Informe como o projeto foi divulgado. Ex.: Divulgado no instagram
8. CONTRAPARTIDA
Descreva como a contrapartida foi executada, quando foi executada e onde foi executada.
9. TÓPICOS ADICIONAIS
Inclua aqui informações relevantes que não foram abordadas nos tópicos anteriores, se houver.
10. ANEXOS
Junte documentos que comprovem que você executou o projeto, tais como listas de presença, relatório fotográfico, vídeos, depoimentos, entre outros.
Nome
Assinatura do Agente Cultural Proponente

ANEXO V
DECLARAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DE GRUPO OU COLETIVO
OBS.: Essa declaração deve ser preenchida somente por proponentes que sejam um grupo ou coletivo sem personalidade jurídica, ou seja, sem CNPJ.
GRUPO ARTÍSTICO:
NOME DO REPRESENTANTE INTEGRANTE DO GRUPO OU COLETIVO ARTÍSTICO:
DADOS PESSOAIS DO REPRESENTANTE: [IDENTIDADE, CPF, E-MAIL E TELEFONE]
Os declarantes abaixo-assinados, integrantes do grupo artístico [NOME DO GRUPO OU COLETIVO], elegem a pessoa indicada no campo "REPRESENTANTE" como único e representante neste edital, outorgando-lhe poderes para fazer cumprir todos os procedimentos exigidos nas etapas do edital, inclusive assinatura de recibo, troca de comunicações, podendo assumir compromissos, obrigações, transigir, receber pagamentos e dar quitação, renunciar direitos e qualquer outro ato relacionado ao referido edital. Os declarantes informam que não incorrem em quaisquer das vedações do item de participação previstas no edital.

NOME DO INTEGRANTE	DADOS PESSOAIS	ASSINATURAS

[LOCAL]
[DATA]

ANEXO VI
DECLARAÇÃO ÉTNICO-RACIAL
(Para agentes culturais concorrentes às cotas étnico-raciais – negros ou indígenas)

Eu, _____
_____, CPF nº_____, RG nº _____,
DECLARO para fins de participação no Edital (Nome ou número do edital) que sou _____(informar se é NEGRO OU INDÍGENA).
Por ser verdade, assino a presente declaração e estou ciente de que a apresentação de declaração falsa pode acarretar desclassificação do edital e aplicação de sanções criminais.
NOME
ASSINATURA DO DECLARANTE

ANEXO VII
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
Nome do Proponente:
Nº de Registro no Mapa Cultural:
Nome do projeto:
Nº de inscrição:

Meta /etapa 1						
Descrição do item	**Justificativa**	**Unidade de medida**	**Valor unitário**	**Quantidade**	**Valor total**	**Referência de preço**
Ex.: Fotógrafo	Profissional necessário para registro da oficina	Serviço	R$1.100,00	1	R$1.100,00	. Salicnet . Praticado no mercado
Meta /etapa 2						
Ex. Ampliações das imagens	Serviço necessário para exposição	und	R$50,00	1	R$50,00	. Salicnet . Praticado no mercado

Preencha a tabela informando todas as despesas indicando as metas/etapas às quais elas estão relacionadas (ex. pré-produção, produção, execução) Deve haver a indicação do parâmetro de preço (Ex.: preço estabelecido no SALICNET, 3 orçamentos, etc),utilizado com a referência específica do item de despesa, conforme exemplo.
Adicione quantas linhas forem necessárias para etapas e itens do seu orçamento.

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 018/2023 – CULTURA URBANA E PERIFÉRICA – LEI PAULO GUSTAVO
EDITAL DE SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA LEI COMPLEMENTAR 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO) – CULTURA URBANA E PERIFÉRICA
Este Edital é realizado com recursos do Governo Federal repassados por meio da Lei Complementar nº 195/2022 - Lei Paulo Gustavo.
A Lei Paulo Gustavo (LGP) viabiliza o maior investimento direto no setor cultural da história do Brasil e simboliza o processo de resistência da classe artística durante a pandemia de Covid-19, que limitou severamente as atividades do setor cultural.
É, ainda, uma homenagem a Paulo Gustavo, artista símbolo da categoria, vitimado pela doença.
As condições para a execução da Lei Paulo Gustavo foram criadas por meio do engajamento da sociedade e o presente edital destina-se a apoiar projetos apresentados pelos agentes culturais do segmento de CULTURA URBANA E PERIFÉRICA.
Deste modo, a Secretaria de Cultura do Estado do Pará – SECULT/PA, torna público o presente edital elaborado com base na Lei Complementar 195/2022, no Decreto 11.525/2023 e no Decreto 11.453/2023 e no Termo de Fomento 060, celebrado com o **FUNDO DE AMPARO E DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA – FADESP**, entidade parceira na execução das ações deste edital.
Na realização deste edital estão asseguradas medidas de democratização, desconcentração, descentralização e regionalização do investimento cultural, com a implementação de ações afirmativas, fundamentado na previsão do Decreto nº 11.525, de 11 de maio de 2023 (Decreto de Regulamentação da Lei Paulo Gustavo), em seus artigos 14, 15 e 16.
1. OBJETO
O objeto deste Edital é a seleção de **40 (quarenta)** projetos culturais do segmento de Cultura Urbana e Periférica, para receberem recursos financeiros, visando o incentivo ao referido segmento no estado do Pará. A distribuição dos recursos será realizada de acordo com as modalidades descritas no item 1.1.
1.1 Modalidade: Fomento

1.1.1. DJ: 10 (dez) projetos culturais de até R$17.275,00 (dezessete mil, duzentos e setenta e cinco reais), destinados a atividades voltadas para DJs.
1.1.2. BREAKING: 10 (dez) projetos culturais de até R$17.275,00 (dezessete mil, duzentos e setenta e cinco reais), destinados a atividades voltadas ao breaking.
1.1.3. MC/RAP – 10 (dez) projetos culturais de até R$17.275,00 (dezessete mil, duzentos e setenta e cinco reais), destinados a atividades voltadas aos MC/Rap.
1.1.4. GRAFFITI – 10 (dez) projetos culturais de até R$17.275,00 (dezessete mil, duzentos e setenta e cinco reais), destinados a atividades voltadas ao Graffiti.
1.2. Caso o valor destinado à atividade inicialmente previsto não seja utilizado integralmente, poderão ser convocados mais proponentes aprovados.
1.3. Havendo sobra de recursos em uma das atividades o saldo remanescente poderá ser remanejado para contemplar propostas de outras faixas deste edital.
1.3.1. O remanejamento deverá priorizar as faixas que possuam maior demanda de propostas de proponentes na condição de suplente, bem como respeitar as cotas reservadas às pessoas negras e indígenas e, quando possível, a ordem de classificação e as cotas de regionalização.
1.4. No caso de sobra de recurso neste edital, o saldo remanescente deste poderá ser utilizado para contemplar os(as) proponentes com propostas selecionadas em outros Editais da Lei Paulo Gustavo publicados pela Secretaria de Cultura do Estado do Pará, priorizando aqueles com maior demanda.
1.5. O valor inicialmente disponível para este Edital poderá ser ampliado, caso haja sobra de recursos de outros Editais publicados pela Secretaria de Cultura no âmbito da Lei Paulo Gustavo ou do recebimento de recursos da Lei Paulo Gustavo não executados pelos municípios.

2. VALORES

2.1 O valor total disponibilizado para este Edital é de **R$691.000,00** (seiscentos e noventa e um mil reais) para projetos de fomento da LPG.

3. QUEM PODE SE INSCREVER

3.1 Pode se inscrever no Edital qualquer agente cultural residente e domiciliado no Estado do Pará há pelo menos 2 (dois) anos.
3.1.1. A comprovação de residência é dispensada na forma descrita no item 14.2.1.1.
3.2 Em regra, o agente cultural pode ser:
I - Pessoa física ou Microempreendedor Individual (MEI)
II - Pessoa jurídica com fins lucrativos (Ex.: empresa de pequeno porte, empresa de grande porte, etc)
III - Pessoa jurídica sem fins lucrativos (Ex.: Associação, Fundação, Cooperativa, etc)
IV - Coletivo/Grupo sem CNPJ representado por pessoa física.
3.3 O proponente é o agente cultural responsável pela inscrição do projeto no Mapa Cultural.
3.4 Na hipótese de agentes culturais que atuem como grupo ou coletivo cultural sem constituição jurídica (ou seja, sem CNPJ), será indicada pessoa física como responsável legal para o ato da assinatura do Termo de Execução Cultural e a representação será formalizada em declaração assinada pelos demais integrantes do grupo ou coletivo, podendo ser utilizado o modelo constante no Anexo V.
3.5 O proponente não pode exercer apenas funções administrativas no âmbito do projeto e deve exercer necessariamente a função de criação, ou direção, ou produção, ou coordenação, ou gestão artística, ou outra função de destaque e capacidade de decisão no projeto.

4. QUEM NÃO PODE SE INSCREVER

4.1 Não pode se inscrever neste Edital, proponentes que:
I - tenham se envolvido diretamente na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento de recursos;
II - sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de servidor público do órgão responsável pelo edital, nos casos em que o referido servidor tiver atuado na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento de recursos; e
III - sejam membros do Poder Legislativo (Deputados, Senadores, Vereadores), do Poder Judiciário (Juízes, Desembargadores, Ministros), do Ministério Público (Promotor, Procurador); do Tribunal de Contas (Auditores e Conselheiros).
IV - Proponentes inadimplentes com prestação de contas de editais realizados pela Secult e organizações da sociedade civil parceiras, com recursos da Lei Aldir Blanc.
4.2 O agente cultural que integrar Conselho de Cultura poderá concorrer neste Edital para receber recursos do fomento cultural, exceto quando se enquadrar nas vedações previstas no item 4.1.
4.3 Quando se tratar de proponentes pessoas jurídicas, estarão impedidas de apresentar projetos aquelas cujos sócios, diretores e/ou administradores se enquadrarem nas situações descritas no tópico 4.1.
4.4 A participação de agentes culturais nas oitivas e consultas públicas não caracteriza o envolvimento direto na etapa de elaboração do edital de que trata o subitem I do item 4.1.

5. COTAS

5.1 Ficam garantidas cotas étnico-raciais em todas as categorias do edital, nas seguintes proporções e ordenamento de selecionados:
I) 50% para mulheres (cis e trans);
II) 30% (trinta por cento) para propostas de Região de Integração do Guajará (onde se localiza a capital do Estado) e 70% (setenta por cento) para propostas advindas das demais Regiões do Estado
III) No mínimo 20% para pessoas negras (pretas e pardas); e
IV) no mínimo 10% para pessoas indígenas.
5.2 Os agentes culturais que optarem por concorrer às cotas para pessoas negras (pretas e pardas) e indígenas concorrerão concomitantemente às vagas destinadas à ampla concorrência, ou seja concorrerão ao mesmo tempo nas vagas da ampla concorrência e nas vagas reservadas às cotas, podendo ser selecionado de acordo com a sua nota ou classificação no processo seleção.
5.3 Os agentes culturais negros (pretos e pardos) e indígenas optantes por concorrer às cotas (opção presente na ficha de incrição dos projetos) que atingirem nota suficiente para se classificar no número de vagas oferecidas para ampla concorrência não ocuparão as vagas destinadas para o preenchimento das cotas, ou seja, serão selecionados nas vagas da ampla concorrência, ficando a vaga da cota para o próximo colocado optante pela cota.
5.4 Em caso de desistência de optantes aprovados nas cotas, a vaga não preenchida deverá ser ocupada por pessoa que concorreu às cotas de acordo com a ordem de classificação.
5.5 No caso de não existirem propostas aptas em número suficiente para o cumprimento de uma das categorias de cotas previstas na seleção, o número de vagas restantes deverá ser destinado inicialmente para a outra categoria de cotas.
5.6 Caso não haja outra categoria de cotas de que trata o item 5.5, as vagas não preenchidas deverão ser direcionadas para a ampla concorrência, sendo direcionadas para os demais candidatos aprovados, de acordo com a ordem de classificação.
5.7 Para concorrer às cotas, os agentes culturais deverão autodeclarar-se no ato da inscrição usando a autodeclaração étnico-racial de que trata o Anexo VI.
5.8 Caso necessário, para fins de verificação da autodeclaração, poderá ser solicitada Carta Consubstanciada, que será analisada por um comitê formado por membros de entidades representativas.
5.9 As pessoas jurídicas e coletivos sem constituição jurídica podem concorrer às cotas, desde que preencham algum dos requisitos abaixo:
I – pessoas jurídicas que possuem quadro societário majoritariamente composto por pessoas negras (pretas e pardas) ou indígenas;
II – pessoas jurídicas ou grupos e coletivos sem constituição jurídica que possuam pessoas negras (pretas e pardas) ou indígenas em posições de liderança no projeto cultural; e
III – pessoas jurídicas ou coletivos sem constituição jurídica que possuam equipe do projeto cultural majoritariamente composta por pessoas negras (pretas e pardas) ou indígenas.
5.10 As pessoas físicas que compõem a equipe da pessoa jurídica e o grupo ou coletivo sem constituição jurídica devem se submeter aos regramentos descritos nos itens acima, observando o item 5.7

6. PRAZO PARA SE INSCREVER

6.1 Para se inscrever no Edital, o proponente deve enviar toda documentação obrigatória relatada no 7.3, entre os dias 12 de setembro e 12 de outubro de 2023, exclusivamente através da plataforma Mapa Cultural do Pará, no endereço eletrônico http://www.mapacultural.pa.gov.br/lpg/cultura-urbana-e-periferica.
1.2. Para efeito de inscrição todos os proponentes deverão estar cadastrados no mapa cultural.pa.gov.br.
1.3. Todas as informações fornecidas no ato da inscrição deverão ser verídicas e atualizadas. Não serão aceitas propostas entregues presencialmente na sede da SECULT, ou da executora do certame, ou materiais postados via Correios.
1.4. Os proponentes que já têm cadastro no Mapa Cultural do Pará não precisam fazer novo cadastro, podendo atualizar informações que julgarem necessárias até a data de envio de sua inscrição.
1.5. O ato de inscrição pressupõe plena concordância dos termos, cláusulas e condições deste edital e de seus anexos, que passarão a integrar as obrigações, bem como a observância dos regulamentos administrativos e das normas técnicas aplicáveis, não sendo aceita, sob qualquer hipótese, alegação de seu desconhecimento em qualquer fase do procedimento administrativo e execução dos serviços.
1.6. Os anexos que compõem este edital deverão ser assinados de maneira física ou eletrônica, com o encaminhamento na forma digital no ato de inscrição anexados no formato PDF.
6.7. As inscrições feitas em desacordo com os prazos e demais exigências do presente edital serão indeferidas.
1.8 Não serão aceitas complementações, modificações ou substituições de dados e de anexos à inscrição, depois de finalizada.
1.9 É vedada a participação de órgãos públicos, escolas e fundações privadas.

7. COMO SE INSCREVER

7.1 O proponente deve preencher Ficha de Inscrição diretamente no http://www.mapacultural.pa.gov.br/lpg/cultura-urbana-e-periferica.
7.2 O proponente deve encaminhar a documentação obrigatória de que trata o item 7.3 por meio do http://www.mapacultural.pa.gov.br/lpg/cultura-urbana-e-periferica.
7.3 O proponente deve enviar a seguinte documentação para formalizar sua inscrição:
a) Projeto proposto;
b) Currículo / portfólio do proponente, com todas as comprovações;
c) Documentos pessoais do proponente CPF e RG (se Pessoa Física);
d) Inscrição no cadastro nacional de pessoa jurídica - CNPJ (se Pessoa Jurídica);
e) Atos constitutivos da empresa, qual seja o contrato social, nos casos de pessoas jurídicas com fins lucrativos, ou estatuto, nos casos de organizações da sociedade civil (se Pessoa Jurídica);
f) Comprovante de Endereço do proponente ou Declaração de Residência (no caso do proponente não possuir documento em seu nome)
g) Mini currículo dos integrantes do projeto e termo de anuência;
h) Todos os anexos solicitados no Edital, nos quais o proponente se enquadre.

i) Outros documentos que o proponente julgar necessário para auxiliar na avaliação do mérito cultural do projeto.
7.4 O proponente é responsável pelo envio dos documentos e pela qualidade visual, conteúdo dos arquivos e informações de seu projeto.
7.5 Cada Proponente poderá concorrer, e ser selecionado individualmente ou como representantes de coletivo, com apenas 1 (um) projeto, no máximo.
7.6 Os membros de grupos e coletivos podem concorrer isoladamente, desde que sejam com projetos diferentes.
7.7 Se houver inscrição de mais de um projeto do mesmo proponente, será considerado, para fins de seleção, o último enviado na plataforma.
7.8 Os projetos apresentados deverão conter previsão de execução não superior a 12 meses.
7.9 O proponente deve se responsabilizar pelo acompanhamento das atualizações/publicações pertinentes ao edital e seus prazos nos canais formais de comunicação da SECULT/PA.
7.10 As inscrições deste edital são gratuitas.
7.11 As propostas que apresentem quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade ou outras formas de discriminação serão desclassificadas, com fundamento no disposto no inciso IV do caput do art. 3º da Constituição, garantidos o contraditório e a ampla defesa.
Parágrafo único: A comprovação de residência poderá ser dispensada nas hipóteses de agentes culturais pertencentes à comunidade indígena, quilombola, cigana ou circense ou pertencentes à população nômade ou itinerante; que se encontrem em situação de rua.

8. PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DOS PROJETOS

8.1 O proponente deve preencher a planilha orçamentária presente no Anexo VII, informando como será utilizado o recurso financeiro recebido.
8.2 A estimativa de custos do projeto será prevista por categorias, sem a necessidade de detalhamento por item de despesa, conforme § 1º do art. 24 do Decreto 11.453/2023.
8.3 A compatibilidade entre a estimativa de custos do projeto e os preços praticados no mercado será avaliada pelos membros da comissão de seleção, de acordo com tabelas referenciais de valores, ou com outros métodos de verificação de valores praticados no mercado.
8.4 A estimativa de custos do projeto poderá apresentar valores divergentes das práticas de mercado convencionais na hipótese de haver significativa excepcionalidade no contexto de sua implementação, consideradas variáveis territoriais e geográficas e situações específicas, como a de povos indígenas, ribeirinhos, atingidos por barragens e comunidades quilombolas e tradicionais.
8.5 Os itens da planilha orçamentária poderão ser glosados, ou seja, vetados, total ou parcialmente, pela Comissão de Seleção, se, após análise, não forem considerados com preços compatíveis aos praticados no mercado ou forem considerados incoerentes e em desconformidade com o projeto apresentado.
8.6 Caso o proponente discorde dos valores glosados (vetados) poderá apresentar recurso na fase de mérito cultural, conforme dispõe o item 12.8.
8.7 O valor solicitado não poderá ser superior ao valor máximo destinado a cada modalidade, conforme item 1.2 do presente edital.

9. ACESSIBILIDADE

9.1 Os projetos devem contar com medidas de acessibilidade física, atitudinal e comunicacional compatíveis com as características dos produtos resultantes do objeto, nos termos do disposto na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência), de modo a contemplar:
I - no aspecto arquitetônico, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com mobilidade reduzida ou idosas aos locais onde se realizam as atividades culturais e a espaços acessórios, como banheiros, áreas de alimentação e circulação;
II - no aspecto comunicacional, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com deficiência intelectual, auditiva ou visual ao conteúdo dos produtos culturais gerados pelo projeto, pela iniciativa ou pelo espaço; e
III - no aspecto atitudinal, a contratação de colaboradores sensibilizados e capacitados para o atendimento de visitantes e usuários com diferentes deficiências e para o desenvolvimento de projetos culturais acessíveis desde a sua concepção, contempladas a participação de consultores e colaboradores com deficiência e a representatividade nas equipes dos espaços culturais e nas temáticas das exposições, dos espetáculos e das ofertas culturais em geral.
9.2 Especificamente para pessoas com deficiência, mecanismos de protagonismo e participação poderão ser concretizados também por meio das seguintes iniciativas, entre outras:
I - adaptação de espaços culturais com residências inclusivas;
II - utilização de tecnologias assistivas, ajudas técnicas e produtos com desenho universal;
III - medidas de prevenção e erradicação de barreiras atitudinais;
IV - contratação de serviços de assistência por acompanhante; ou
V - oferta de ações de formação e capacitação acessíveis a pessoas com deficiência.
9.3 Os projetos devem prever obrigatoriamente medidas de acessibilidade, sendo assegurado para essa finalidade no mínimo 10% do valor total do projeto.
9.4 A utilização do percentual mínimo de 10% de que trata o item 9.3 pode ser excepcionalmente dispensada quando:
I - for inaplicável em razão das características do objeto cultural,os cujo objeto seja o desenvolvimento de roteiro e licenciamento de obra audiovisual ; ou
II - quando o projeto já contemplar integralmente as medidas de acessibilidade compatíveis com as características do objeto cultural.
9.5 O proponente deve apresentar justificativa para os casos em que o percentual mínimo de 10% é inaplicável.

10. CONTRAPARTIDA

10.1 Os agentes culturais contemplados neste edital, com projetos de fomento, conforme item 1.2 deste edital, deverão garantir, como contrapartida, as seguintes medidas:
I - a realização de atividades destinadas, prioritariamente, aos alunos e professores de escolas públicas ou universidades, públicas ou privadas, que tenham estudantes do Programa Universidade para Todos (Prouni), bem como aos profissionais de saúde, preferencialmente aqueles envolvidos no combate à pandemia, e a pessoas integrantes de grupos e coletivos culturais e de associações comunitárias, ou de atividades em espaços públicos de sua comunidade, de forma gratuita; e
II - sempre que possível, exibições com interação popular por meio da internet ou exibições públicas, quando aplicável, com distribuição gratuita de ingressos para os grupos referidos no item I, em intervalos regulares.
10.2 A contrapartida deverá ser informada no Formulário de Inscrição e deve ser executada até dezembro de 2024.

11. ETAPAS DO EDITAL

11.1 A seleção dos projetos submetidos a este Edital será composta das seguintes etapas:
I - Análise de mérito cultural dos projetos: fase de análise do projeto realizada por comissão de seleção; e divulgação dos selecionados
II - Habilitação: fase de apresentação e análise dos documentos dos proponentes selecionados, descritos no tópico 14; e divulgação dos habilitados.

12. ANÁLISE DE MÉRITO CULTURAL DOS PROJETOS

12.1 Entende-se por "Análise de mérito cultural" a identificação, tanto individual quanto sobre seu contexto social, de aspectos relevantes dos projetos culturais, concorrentes em uma mesma categoria de apoio, realizada por meio da atribuição fundamentada de notas aos critérios descritos neste edital.
12.2 Por análise comparativa compreende-se a análise não apenas dos itens individuais de cada projeto, mas de suas propostas, impactos e relevância em relação aos outros projetos inscritos na mesma categoria. A pontuação de cada projeto é atribuída em função desta comparação.
12.3 A análise dos projetos culturais será realizada por comissão de seleção formada por, no mínimo, 03 (três) pareceristas externos, com experiência no segmento cultural.
12.4 Os membros da comissão de seleção ficam impedidos de participar da apreciação de projetos e iniciativas que estiverem em processo de avaliação nos quais:
I - tenham interesse direto na matéria;
II - tenham participado como colaborador na elaboração do projeto ou tenham participado da instituição proponente nos últimos dois anos, faça parte da equipe técnica do projeto ou se tais situações ocorrem quanto ao cônjuge, companheiro ou parente e afins até o terceiro grau; e
III - estejam litigando judicial ou administrativamente com o proponente ou com respectivo cônjuge ou companheiro.
12.5 O membro da comissão que incorre em impedimento deve comunicar o fato à referida Comissão, abstendo-se de atuar, sob pena de nulidade dos atos que praticar.
12.6 Para esta seleção serão considerados os critérios de pontuação estabelecidos no Anexo II deste edital.
12.7 Contra a decisão da fase de mérito cultural, caberá recurso destinado à Comissão de Seleção.
12.8 Os recursos de que tratam o item 12.8 deverão ser apresentados no prazo de 3 (três) dias úteis, conforme inciso III, do art. 16 do decreto 11.453/2023, a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação.
12.9 Os recursos devem ser encaminhados através do email recursoculturaurbanaeperifericalpgpara@gmail.com, de 00h do dia 01/11/2023 até as 17h do dia 06/11/2023.
12.10 Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.
12.11 Após o julgamento dos recursos, o resultado final da análise de mérito cultural será publicado no Diário Oficial do Estado (DOE) contendo nome e CPF dos proponentes. A nota obtida e a justificativa serão publicadas no sítio eletrônico www.secult.pa.gov.br**.**

13. REMANEJAMENTO DOS RECURSOS

13.1 Não havendo número de propostas culturais selecionadas suficientes em uma modalidade, será selecionada a proposta de outra modalidade com maior quantidade de pontos, em ordem decrescente e levando em consideração o disposto no item 5 (Cotas).

14. ETAPA DE HABILITAÇÃO

14.1 Finalizada a etapa de análise de mérito cultural, o proponente do projeto contemplado deverá, no prazo de 06 (seis) dias úteis, apresentar os seguintes documentos através do Mapa Cultural, conforme sua natureza jurídica:
14.1.1 PESSOA FÍSICA
I - certidão negativa de débitos relativos a créditos tributários federais e Dívida Ativa da União;
II - certidões negativas de débitos relativas a créditos tributários estaduais e municipais, expedidas pela Secretaria da Fazendo do Pará (SEFA).
14.1.1.2 A comprovação de residência poderá ser dispensada nas hipóteses de agentes culturais:
I - pertencentes à comunidade indígena, quilombola, cigana ou circense;
II - pertencentes à população nômade ou itinerante; que se encontrem em situação de rua.
14.1.2 PESSOA JURÍDICA
I - certidão negativa de falência e recuperação judicial, expedida pelo Tribunal de Justiça estadual, nos casos de pessoas jurídicas com fins lucrativos;
II - certidão negativa de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e

à Dívida Ativa da União;
III - certidão negativa de débito estadual – Emitida pela SEFA/PA ;
IV - Certidão negativa municipal, expedidas pela Secretaria Municipal de finanças;
V - Certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - CRF/FGTS;
VI - certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, emitida no site do Tribunal Superior do Trabalho;
14.2 As certidões positivas com efeito de negativas servirão como certidões negativas, desde que não haja referência expressa de impossibilidade de celebrar instrumentos jurídicos com a administração pública.
14.3 Contra a decisão da fase de habilitação, caberá recurso fundamentado e específico destinado a SECULT/PA, através do email recursoculturaurbanaeperifericalpgpara@gmail.com , de 00h do dia 22/11/2023 até as 17h do dia 27/11/2023.
14.4 Os recursos de trata o item 14.3 deverão ser apresentados no prazo de 3 dias úteis a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação, não cabendo recurso administrativo da decisão após esta fase.
14.5 Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.
14.6 Caso o proponente esteja em débito com o ente público responsável pela seleção e com a União não será possível o recebimento dos recursos de que trata este Edital.

15. ASSINATURA DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL E RECEBIMENTO DOS RECURSOS

15.1 Finalizada a fase de habilitação, o agente cultural contemplado será convocado a assinar o Termo de Execução Cultural, conforme Anexo III deste Edital, de forma presencial ou eletrônica.
15.2 O Termo de Execução Cultural corresponde ao documento a ser assinado pelo agente cultural (proponente) selecionado neste Edital e pelo concedente, contendo as obrigações dos assinantes do Termo.
15.3 Após a assinatura do Termo de Execução Cultural, o agente cultural receberá os recursos, com desembolso único, em até 30 (trinta) dias, EXCLUSIVAMENTE EM CONTA CORRENTE de qualquer banco, aberta especificamente para este fim.
15.3.1 A conta bancária da instituição financeira não deverá ter cobrança de tarifas.
15.3.2 Não serão aceitas contas poupança, conta salário, contas de recebimento de auxílio social do Governo (bolsa família, por exemplo).
15.4 A assinatura do Termo de Execução Cultural e o recebimento do apoio estão condicionados à existência de disponibilidade orçamentária e financeira, caracterizando a seleção como expectativa de direito do proponente.
15.5 O agente cultural deve assinar e enviar o Termo de Execução Cultural em até 2 (dois) dias úteis após envio da concedente, conforme previsto no cronograma, sob pena de perda do apoio financeiro e convocação do suplente para assumir sua vaga.

16. DIVULGAÇÃO DOS PROJETOS

16.1 Os contemplados comprometem-se a incluir nos créditos de todo material de divulgação, as logomarcas da SECULT/PA / Governo do Estado, do Ministério da Cultura/ Governo Federal, obedecendo aos critérios de veiculação das logomarcas estabelecidas de forma padronizada, que estarão à disposição no site www.secult.pa.gov.br, e deverão incluir também a frase: "**Projeto selecionado pelo Edital de Cultura Urbana e Periférica – Lei Paulo Gustavo"**.
16.1 Os produtos artístico-culturais e as peças de divulgação dos projetos exibirão as marcas do Governo federal, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura e SECULT/PA.
16.2 O material de divulgação dos projetos e seus produtos deve ser disponibilizado em formatos acessíveis a pessoas com deficiência e conterá informações sobre os recursos de acessibilidade disponibilizados.
16.3 O material de divulgação dos projetos deve ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, e não pode conter nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal.

17. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

17.1 Os procedimentos de monitoramento e avaliação dos projetos culturais contemplados, assim como prestação de informação à administração pública, observarão o Decreto 11.453/2023 (Decreto de Fomento), que dispõe sobre os mecanismos de fomento do sistema de financiamento à cultura, observadas às exigências legais de simplificação e de **foco no cumprimento do objeto.**
17.2 O agente cultural deve prestar contas por meio da apresentação do Relatório Final de Execução do Objeto, conforme documento constante no Anexo IV e orientação contida no Decreto nº11.453/2023, artigo 29, inciso 2 que versa sobre a prestação de informações em relatório de execução do objeto.
Parágrafo único: Em caso de realizador do edital considerar que não foi possível aferir o cumprimento integral do objeto no Relatório Final de Execução, e que as justificativas apresentadas sobre o cumprimento parcial do objeto não foram suficientes, lhe é facultado o direito de requisitar o Relatório de Execução Financeira com as devidas comprovações (nota fiscal, recibos e documento congêneres), conforme contido no inciso 3 do artigo 29 e no inciso 3 do parágrafo II do artigo 30.
17.3 O Relatório Final de Execução do Objeto deve ser apresentado até 31 de dezembro de 2024, com o fim da vigência do Termo de Execução Cultural.

18. DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1 O acompanhamento de todas as etapas deste Edital e a observância quanto aos prazos serão de inteira responsabilidade dos proponentes. Para tanto, deverão ficar atentos às publicações no sitio eletrônico www.secult.pa.gov.br, no Diário Oficial do Estado e nas mídias sociais oficiais da SECULT.
18.2 O presente Edital e os seus anexos estão disponíveis no site http://www.mapacultural.pa.gov.br/lpg/cultura-urbana-e-periferica.
18.3 Toda relação do proponente com o edital deverá ser através da plataforma mapa cultural, do e-mail culturaurbanaeperifericalpgpara@gmail.com e do telefone (91) 99247-0691.
18.4 Os casos omissos porventura existentes ficarão a cargo da Secretária de Estado de Cultura.
18.5 Eventuais irregularidades relacionadas aos requisitos de participação, constatadas a qualquer tempo, implicarão na desclassificação do proponente.
18.6 O proponente será o único responsável pela veracidade da proposta e documentos encaminhados, isentando a SECULT/PA de qualquer responsabilidade civil ou penal.
18.7 O apoio concedido por meio deste Edital poderá ser acumulado com recursos captados por meio de leis de incentivo fiscal e outros programas e/ou apoios federais, estaduais e municipais.
18.8 A inscrição implica no conhecimento e concordância dos termos e condições previstos neste Edital, na Lei Complementar 195/2022 (Lei Paulo Gustavo), no Decreto 11.525/2023 (Decreto Paulo Gustavo) e no Decreto 11.453/2023 (Decreto de Fomento).

19. CRONOGRAMA

ETAPA	DATA INICIAL	DATA FINAL
1- Publicação do edital	12/09/2023	
2- Inscrições	12/09/2023	12/10/2023
3- Resultado Preliminar de Selecionados	31/10/2023	
4- Período de recurso	01/11/2023	06/11/2023
5- Homologação do Resultado Final	09/11/2023	
6- Entrega de Documentos dos selecionados	09/11/2023	16/11/2023
7- Resultado Preliminar de Habilitados	21/11/2023	
8- Período de recurso de Habilitação	22/11/2023	27/11/2023
9- Período de pagamento dos selecionados	28/11/2023	29/12/2023
10-Execução de projeto	até 31/12/2024	
11-Relatório Final de Execução do Objeto	até 31/12/2024	

20. ANEXOS

20.1 Compõem este Edital os seguintes anexos:
Anexo I - Formulário de Inscrição/Plano de Trabalho;
Anexo II - Critérios de seleção
Anexo III - Termo de Execução Cultural;
Anexo IV - Relatório de Execução do Objeto;
Anexo V - Declaração de representação de grupo ou coletivo; e
Anexo VI - Declaração étnico-racial
Anexo VII – Planilha Orçamentária

ANEXO I
FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO (DISPONÍVEL NO MAPA)
1. DADOS DO PROPONENTE

Proponente é pessoa física ou pessoa jurídica?
( ) Pessoa Física
( ) Pessoa Jurídica

PARA PESSOA FÍSICA:

Nome Completo:
Nome artístico ou nome social (se houver):
CPF:
RG:
Data de nascimento:
E-mail:
Telefone:
Endereço completo:
CEP:
Cidade:
Estado:

Você reside em quais dessas áreas?
( ) Zona urbana central
( ) Zona urbana periférica
( ) Zona rural
( ) Área de vulnerabilidade social
( ) Unidades habitacionais
( ) Territórios indígenas (demarcados ou em processo de demarcação)
( ) Comunidades quilombolas (terra titulada ou em processo de titulação, com registro na Fundação Palmares)
( ) Áreas atingidas por barragem
( ) Território de povos e comunidades tradicionais (ribeirinhos, louceiros, cipozeiro, pequizeiros, vazanteiros, povos do mar etc.).

Pertence a alguma comunidade tradicional?
( ) Não pertenço a comunidade tradicional
( ) Comunidades Extrativistas
( ) Comunidades Ribeirinhas
( ) Comunidades Rurais
( ) Indígenas
( ) Povos Ciganos
( ) Pescadores(as) Artesanais
( ) Povos de Terreiro
( ) Quilombolas
( ) Outra comunidade tradicional

Gênero:
( ) Mulher cisgênero
( ) Homem cisgênero
( ) Mulher Transgênero
( ) Homem Transgênero

( ) Pessoa Não Binária
( ) Não informar

Raça, cor ou etnia:
( ) Branca
( ) Preta
( ) Parda
( ) Indígena
( ) Amarela

Você é uma Pessoa com Deficiência - PCD?
( ) Sim
( ) Não

Caso tenha marcado "sim", qual tipo de deficiência?
( ) Auditiva
( ) Física
( ) Intelectual
( ) Múltipla
( ) Visual

Qual o seu grau de escolaridade?
( ) Não tenho Educação Formal
( ) Ensino Fundamental Incompleto
( ) Ensino Fundamental Completo
( ) Ensino Médio Incompleto
( ) Ensino Médio Completo
( ) Curso Técnico Completo
( ) Ensino Superior Incompleto
( ) Ensino Superior Completo
( ) Pós Graduação Completo

Qual a sua renda mensal fixa individual (média mensal bruta aproximada) nos últimos 3 meses?
(Calcule fazendo uma média das suas remunerações nos últimos 3 meses. Em 2023, o salário mínimo foi fixado em R$ 1.320,00.)
( ) Nenhuma renda.
( ) Até 1 salário mínimo
( ) De 1 a 3 salários mínimos
( ) De 3 a 5 salários mínimos
( ) De 5 a 8 salários mínimos
( ) De 8 a 10 salários mínimos
( ) Acima de 10 salários mínimos

Você é beneficiário de algum programa social?
( ) Não
( ) Bolsa família
( ) Benefício de Prestação Continuada
( ) Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
( ) Garantia-Safra
( ) Seguro-Defeso
( ) Outro

Vai concorrer às cotas afirmativas?
( ) Sim ( ) Não

Se sim. Qual?
( ) Pessoa negra
( ) Pessoa indígena

Qual a sua principal função/profissão no campo artístico e cultural?
( ) Artista.
( ) Instrutor(a), oficineiro(a), educador(a) artístico(a)-cultural e afins.
( ) Curador(a), Programador(a) e afins.
( ) Gestor(a)
( ) Técnico(a)
( ) Consultor(a), Pesquisador(a) e afins.
( )_____Outro(a)s

Você está representando um coletivo (sem CNPJ)?
( ) Não
( ) Sim

Caso tenha respondido "sim":
Nome do coletivo:
Ano de Criação:
Quantas pessoas fazem parte do coletivo?
Nome completo e CPF das pessoas que compõem o coletivo:

PARA PESSOA JURÍDICA:
Razão Social:
Nome fantasia:
CNPJ:
Endereço da sede:
Cidade:
Estado:
Número de representantes legais:
Nome do representante legal:
CPF do representante legal:
E-mail do representante legal:
Telefone do representante legal:

Gênero do representante legal
( ) Mulher cisgênero
( ) Homem cisgênero
( ) Mulher Transgênero
( ) Homem Transgênero
( ) Não Binária/Binárie
( ) Não informar

Raça/cor/etnia do representante legal
( ) Branca
( ) Preta
( ) Parda
( ) Amarela
( ) Indígena

Representante legal é pessoa com deficiência - PCD?
( ) Sim
( ) Não

Caso tenha marcado "sim" qual o tipo de deficiência?
( ) Auditiva
( ) Física
( ) Intelectual
( ) Múltipla
( ) Visual

Escolaridade do representante legal
( ) Não tenho Educação Formal
( ) Ensino Fundamental Incompleto
( ) Ensino Fundamental Completo
( ) Ensino Médio Incompleto
( ) Ensino Médio Completo
( ) Curso Técnico completo
( ) Ensino Superior Incompleto
( ) Ensino Superior Completo
( ) Pós Graduação completo

2. DADOS DO PROJETO
Nome do Projeto:
Escolha a categoria a que vai concorrer:

Quais atividades e/ou produtos estão previstos no seu projeto? Por favor, quantifique.
Bolsa para desenvolvimento de processos criativos
Capacitação
Catálogo
Curso livre
Curso regular
Encontro
Evento cultural
Exibição
Exposição
Feira
Festival
Fomento
Fotografia
Live
Mostra
Obra
Oficina
Palestra
Pesquisa
Podcast
Premiação
Produção de publicações
Projeto
Publicação
Restauro
Seminário
Site
Vídeo
Vivência

Descrição do projeto
(Na descrição, você deve apresentar informações gerais sobre o seu projeto. Algumas perguntas orientadoras: O que você realizará com o projeto? Porque ele é importante para a sociedade? Como a ideia do projeto surgiu? Conte sobre o contexto de realização.)

Objetivos do projeto
(Neste campo, você deve propor objetivos para o seu projeto, ou seja, deve informar o que você pretende alcançar com a realização do projeto. É importante que você seja breve e proponha entre três a cinco objetivos.)

Metas
(Neste espaço, é necessário detalhar os objetivos em pequenas ações e/ou resultados que sejam quantificáveis. Por exemplo: Realização de 02 oficinas de artes circenses; Confecção de 80 figurinos; 120 pessoas idosas beneficiadas.)

Perfil do público a ser atingido pelo projeto
(Preencha aqui informações sobre as pessoas que serão beneficiadas ou participarão do seu projeto. Perguntas orientadoras: Quem vai ser o público do seu projeto? Essas pessoas são crianças, adultas e/ou idosas? Elas fazem parte de alguma comunidade? Qual a escolaridade delas? Elas moram em qual local, bairro e/ou região? No caso de públicos digitais, qual o perfil das pessoas a que seu projeto se direciona?)

Sua ação cultural é voltada prioritariamente para algum destes perfis de público?
Pessoas vítimas de violência
Pessoas em situação de pobreza

Pessoas em situação de rua (moradores de rua)
Pessoas em situação de restrição e privação de liberdade (população carcerária)
Pessoas com deficiência
Pessoas em sofrimento físico e/ou psíquico
Mulheres
Gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transgêneros e transexuais
Povos e comunidades tradicionais
Negros e/ou negras
Ciganos
Indígenas
Não é voltada especificamente para um perfil, é aberta para todos
Outros

Medidas de acessibilidade empregadas no projeto

(Marque quais medidas de acessibilidade serão implementadas ou estarão disponíveis para a participação de Pessoas com deficiência - PCD´s, tais como, intérprete de libras, audiodescrição, entre outras medidas de acessibilidade a pessoas com deficiência, idosos e mobilidade reduzida, conforme Instrução Normativa nº xxxx.)

Acessibilidade arquitetônica:

( ) rotas acessíveis, com espaço de manobra para cadeira de rodas;
( ) piso tátil;
( ) rampas;
( ) elevadores adequados para pessoas com deficiência;
( ) corrimãos e guarda-corpos;
( ) banheiros femininos e masculinos adaptados para pessoas com deficiência;
( ) vagas de estacionamento para pessoas com deficiência;
( ) assentos para pessoas obesas;
( ) iluminação adequada;
( ) Outra _____

Acessibilidade comunicacional:

( ) a Língua Brasileira de Sinais - Libras;
( ) o sistema Braille;
( ) o sistema de sinalização ou comunicação tátil;
( ) a audiodescrição;
( ) as legendas;
( ) a linguagem simples;
( ) textos adaptados para leitores de tela; e
( ) Outra _____

Acessibilidade atitudinal:

( ) capacitação de equipes atuantes nos projetos culturais;
( ) contratação de profissionais com deficiência e profissionais especializados em acessibilidade cultural;
( ) formação e sensibilização de agentes culturais, público e todos os envolvidos na cadeia produtiva cultural; e
( ) outras medidas que visem a eliminação de atitudes capacitistas.

Informe como essas medidas de acessibilidade serão implementadas ou disponibilizadas de acordo com o projeto proposto.

Local onde o projeto será executado

Informe os espaços culturais e outros ambientes onde a sua proposta será realizada. É importante informar também os municípios e Estados onde ela será realizada.

Previsão do período de execução do projeto

Data de início:
Data final:

Equipe

Informe quais são os profissionais que atuarão no projeto, conforme quadro a seguir:

Nome do profissional /empresa	Função no projeto	CPF/CNPJ	Pessoa negra?	Pessoa índigena?	Pessoa com deficiência?	[INSERIR MAIS COLUNAS, SE NECESSÁRIO]
Ex.: João Silva	Curador	123456789101	Sim/Não	Sim/Não	Sim/Não	

Cronograma de Execução
Descreva os passos a serem seguidos para execução do projeto.

Atividade Geral	Etapa	Descrição	Início	Fim	[INSERIR MAIS COLUNAS, SE NECESSÁRIO]
Ex: Comunicação	Pré-produção	Divulgação do projeto nos veículos de imprensa	11/10/2023	11/11/2023	

Estratégia de divulgação

Apresente os meios que serão utilizados para divulgar o projeto. ex.: impulsionamento em redes sociais.

Contrapartida

Neste campo, descreva qual contrapartida será realizada, quando será realizada, e onde será realizada.

Projeto possui recursos financeiros de outras fontes? Se sim, quais?

(Informe se o projeto prevê apoios financeiros tais como cobrança de ingressos, patrocínio e/ou outras fontes de financiamento. Caso positivo, informe a previsão de valores e onde serão empregados no projeto.)

( ) Não, o projeto não possui outras fontes de recursos financeiros
( ) Apoio financeiro municipal
( ) Apoio financeiro estadual
( ) Recursos de Lei de Incentivo Municipal
( ) Recursos de Lei de Incentivo Estadual
( ) Recursos de Lei de Incentivo Federal
( ) Patrocínio privado direto
( ) Patrocínio de instituição internacional
( ) Doações de Pessoas Físicas
( ) Doações de Empresas
( ) Cobrança de ingressos
( ) Outros

Se o projeto tem outras fontes de financiamento, detalhe quais são, o valor do financiamento e onde os recursos serão empregados no projeto.

O projeto prevê a venda de produtos/ingressos?

(Informe a quantidade dos produtos a serem vendidos, o valor unitário por produto e o valor total a ser arrecadado. Detalhe onde os recursos arrecadados serão aplicados no projeto.)

3. PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

Preencha a tabela informando todas as despesas indicando as metas/etapas às quais elas estão relacionadas.

Deve haver a indicação do parâmetro de preço (Ex.: preço estabelecido no SALICNET, 3 orçamentos, etc) utilizado com a referência específica do item de despesa, conforme exemplo abaixo.

Descrição do item	Justificativa	Unidade de medida	Valor unitário	Quantidade	Valor total	Referência de preço
Ex.: Fotógrafo	Profissional necessário para registro da oficina	Serviço	R$1.100,00	1	R$1.100,00	Salicnet – Oficina/ workshop/seminário Audiovisual – Brasília – Fotografia Artística – Serviço

4. DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS A SEREM ANEXADOS

Encaminhe junto a esse formulário os seguintes documentos:
RG e CPF do proponente
Currículo do proponente
Mini currículo dos integrantes do projeto
[OUTROS DOCUMENTOS QUE FOREM OBRIGATÓRIOS DE ACORDO COM AS CATEGORIAS]

ANEXO II

CRITÉRIOS UTILIZADOS NA AVALIAÇÃO DE MÉRITO CULTURAL

As comissões de seleção atribuirão notas de 0 a 10 pontos a cada um dos critérios de avaliação de cada projeto, conforme tabela a seguir:

CRITÉRIOS OBRIGATÓRIOS PARA PROJETOS DE FOMENTO		
Identificação do Critério	**Descrição do Critério**	**Pontuação Máxima**
A	**Qualidade do Projeto - Coerência do objeto, objetivos, justificativa e metas do projeto** A análise deverá considerar, para fins de avaliação e valoração, se o conteúdo do projeto apresenta, como um todo, coerência, observando o objeto, a justificativa e as metas, sendo possível visualizar de forma clara os resultados que serão obtidos.	10
B	**Relevância da ação proposta para o cenário cultural do Estado do Pará.** A análise deverá considerar, para fins de avaliação e valoração, se a ação contribui para o enriquecimento e valorização da cultura do estado do Pará	10
C	**Aspectos de integração comunitária na ação proposta pelo projeto** Considera-se, para fins de avaliação e valoração, se o projeto apresenta aspectos de integração comunitária, em relação ao impacto social para a inclusão de pessoas com deficiência, idosos e demais grupos em situação de histórica vulnerabilidade econômica/social.	10
D	**Coerência da planilha orçamentária e do cronograma de execução às metas, resultados e desdobramentos do projeto proposto** A análise deverá avaliar e valorar a viabilidade técnica do projeto sob o ponto de vista dos gastos previstos na planilha orçamentária, sua execução e a adequação ao objeto, metas e objetivos previstos. Também deverá ser considerada para fins de avaliação, a coerência e conformidade dos valores e quantidades dos itens relacionados na planilha orçamentária do projeto.	10
E	**Coerência do Plano de Divulgação ao Cronograma, Objetivos e Metas do projeto proposto** A análise deverá avaliar e valorar a viabilidade técnica e comunicacional com público alvo do projeto, mediante as estratégias, mídias e materiais apresentados, bem como a capacidade de execução.	10

F	**Compatibilidade da ficha técnica com as atividades desenvolvidas** A análise deverá considerar a carreira dos profissionais que compõem o corpo técnico e artístico, verificando a coerência ou não em relação às atribuições que serão executadas por eles no projeto (para esta avaliação serão considerados os currículos dos membros da ficha técnica).	10
G	**Trajetória artística e cultural do proponente** Será considerado para fins de análise a carreira do proponente, com base no currículo e comprovações enviadas juntamente com a proposta	10
PONTUAÇÃO TOTAL:		80

A pontuação final de cada candidatura será definida por média das notas atribuídas individualmente por cada membro,
Os critérios gerais são eliminatórios, de modo que, o agente cultural que receber pontuação 0 em algum dos critérios será desclassificado do Edital.
Em caso de empate, serão utilizados para fins de classificação dos projetos a maior nota nos critérios de acordo com a ordem abaixo definida: A, B, C, D, E, F, G,H respectivamente.
Caso nenhum dos critérios acima elencados seja capaz de promover o desempate será adotado o critério de maior idade do proponente pessoa física ou representante de pessoa jurídica.
Serão considerados aptos os projetos de fomento que receberem nota final igual ou superior a 40 pontos.
Serão desclassificados os projetos que:
I - receberam nota 0 em qualquer dos critérios obrigatórios;
II - apresentem quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade ou outras formas de discriminação serão desclassificadas, com fundamento no disposto no inciso IV do caput do art. 3º da Constituição, garantidos o contraditório e a ampla defesa.
III - A falsidade de informações acarretará desclassificação, podendo ensejar, ainda, a aplicação de sanções administrativas ou criminais.

ANEXO III

TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº [INDICAR NÚMERO]/[INDICAR ANO] TENDO POR OBJETO A CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO A AÇÕES CULTURAIS CONTEMPLADAS PELO EDITAL nº XX/2023 –, NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO), DO DECRETO N. 11.525/2023 (DECRETO PAULO GUSTAVO) E DO DECRETO 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

1. PARTES

1.1 O [NOME DO ENTE FEDERATIVO], neste ato representado por [AUTORIDADE QUE ASSINARÁ PELO ENTE FEDERATIVO], Senhor(a) [INDICAR NOME DA AUTORIDADE QUE ASSINARÁ PELO ENTE FEDERATIVO], e o(a) AGENTE CULTURAL, [INDICAR NOME DO(A) AGENTE CULTURAL CONTEMPLADO], portador(a) do RG nº [INDICAR Nº DO RG], expedida em [INDICAR ÓRGÃO EXPEDIDOR], CPF nº [INDICAR Nº DO CPF], residente e domiciliado(a) à [INDICAR ENDEREÇO], CEP: [INDICAR CEP], telefones: [INDICAR TELEFONES], resolvem firmar o presente Termo de Execução Cultural, de acordo com as seguintes condições:

2. PROCEDIMENTO

2.1 Este Termo de Execução Cultural é instrumento da modalidade de fomento à execução de ações culturais de que trata o inciso I do art. 8 do Decreto 11.453/2023, celebrado com agente cultural selecionado nos termos da LEI COMPLEMENTAR Nº 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO), DO DECRETO N. 11.525/2023 (DECRETO PAULO GUSTAVO) E DO DECRETO 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

3. OBJETO

3.1. Este Termo de Execução Cultural tem por objeto a concessão de apoio financeiro ao projeto cultural [INDICAR NOME DO PROJETO], contemplado no conforme processo administrativo nº [INDICAR NÚMERO DO PROCESSO].

4. RECURSOS FINANCEIROS

4.1. Os recursos financeiros para a execução do presente termo totalizam o montante de R$ [INDICAR VALOR EM NÚMERO ARÁBICOS] ([INDICAR VALOR POR EXTENSO] reais).
4.2. Serão transferidos à conta do(a) AGENTE CULTURAL, especialmente aberta no [NOME DO BANCO], Agência [INDICAR AGÊNCIA], Conta Corrente nº [INDICAR CONTA], para recebimento e movimentação.

5. APLICAÇÃO DOS RECURSOS

5.1 Os rendimentos de ativos financeiros poderão ser aplicados para o alcance do objeto, sem a necessidade de autorização prévia.

6. OBRIGAÇÕES

6.1 São obrigações da SECULT/PA:
I) transferir os recursos ao(a)AGENTE CULTURAL;
II) orientar o(a) AGENTE CULTURAL sobre o procedimento para a prestação de informações dos recursos concedidos;
III) analisar e emitir parecer sobre os relatórios e sobre a prestação de informações apresentados pelo(a) AGENTE CULTURAL;
IV) zelar pelo fiel cumprimento deste termo de execução cultural;
V) adotar medidas saneadoras e corretivas quando houver inadimplemento;
VI) monitorar o cumprimento pelo(a) AGENTE CULTURAL das obrigações previstas na CLÁUSULA 6.2.
6.2 São obrigações do(a) AGENTE CULTURAL:
I) executar a ação cultural aprovada;
II) aplicar os recursos concedidos pela Lei Paulo Gustavo na realização da ação cultural;
III) manter, obrigatória e exclusivamente, os recursos financeiros depositados na conta especialmente aberta para o Termo de Execução Cultural;
IV) facilitar o monitoramento, o controle e supervisão do termo de execução cultural bem como o acesso ao local de realização da ação cultural;
V) prestar informações à SECULT por meio de Relatório de Execução do Objeto, apresentado no prazo máximo de até 31 de dezembro de 2024, contados do término da vigência do termo de execução cultural;
VI) atender a qualquer solicitação regular feita pela SECULT, a contar do recebimento da notificação;
VII) divulgar nos meios de comunicação, a informação de que a ação cultural aprovada é apoiada com recursos da Lei Paulo Gustavo, incluindo as marcas do Governo federal, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura;
VIII) não realizar despesa em data anterior ou posterior à vigência deste termo de execução cultural;
IX) guardar a documentação referente à prestação de informações pelo prazo de 10 anos, contados do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural;
X) não utilizar os recursos para finalidade diversa da estabelecida no projeto cultural;
XI) executar a contrapartida conforme pactuado.

7. PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES,

7.1 O agente cultural prestará contas à administração pública por meio da categoria de prestação de informações em relatório de execução do objeto.
7.2 A prestação de informações em relatório de execução do objeto comprovará que foram alcançados os resultados da ação cultural, por meio dos seguintes procedimentos:
I - apresentação de relatório de execução do objeto pelo beneficiário no prazo estabelecido pelo ente federativo no regulamento ou no instrumento de seleção;
II - apresentação de relatório de execução financeira do projeto, e;
III - análise do relatório de execução do objeto por agente público designado.
7.2.1 O relatório de prestação de informações sobre o cumprimento do objeto deverá:
I - comprovar que foram alcançados os resultados da ação cultural;
II - conter a descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;
III - ter anexados documentos de comprovação do cumprimento do objeto, tais como: Declarações de realização dos eventos, com registro fotográfico ou audiovisual, clipping de matérias jornalísticas, releases, folders, catálogos, panfletos, filipetas, bem como outros documentos pertinentes à execução do projeto.
7.2.2 O agente público competente elaborará parecer técnico de análise do relatório de execução do objeto e poderá adotar os seguintes procedimentos, de acordo com o caso concreto:
I - encaminhar o processo à autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações, caso conclua que houve o cumprimento integral do objeto; ou
II - solicitar a apresentação, pelo agente cultural, de relatório de execução financeira, caso considere que não foi possível aferir o cumprimento integral do objeto no relatório de execução do objeto ou que as justificativas apresentadas sobre o cumprimento parcial do objeto foram insuficientes.
7.2.3 Após o recebimento do processo pelo agente público de que trata o item 7.2.2, autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações poderá:
I - determinar o arquivamento, caso considere que houve o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado;
II - solicitar a apresentação, pelo agente cultural, de relatório de execução financeira, caso considere que não foi possível aferir o cumprimento integral do objeto no relatório de execução do objeto ou que as justificativas apresentadas sobre o cumprimento parcial do objeto foram insuficientes; ou
III - aplicar sanções ou decidir pela rejeição da prestação de informações, caso verifique que não houve o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado, ou caso identifique irregularidades no relatório de execução financeira.
7.3 O relatório de execução financeira será exigido, independente da modalidade inicial de prestação de informações (in loco ou em relatório de execução do objeto), somente nas seguintes hipóteses:
I - quando não estiver comprovado o cumprimento do objeto, observados os procedimentos previstos no item 7.2; ou
II - quando for recebida, pela administração pública, denúncia de irregularidade na execução da ação cultural, mediante juízo de admissibilidade que avaliará os elementos fáticos apresentados.
7.3.1 O prazo para apresentação do relatório de execução financeira será de, no mínimo, trinta dias, contado do recebimento da notificação.
7.4 O julgamento da prestação de informações realizado pela autoridade do ente federativo que celebrou o termo de execução cultural avaliará o parecer técnico de análise de prestação de informações e poderá concluir pela:
I - aprovação da prestação de informações, com ou sem ressalvas; ou
II - reprovação da prestação de informações, parcial ou total.
7.5 Na hipótese de o julgamento da prestação de informações apontar a necessidade de devolução de recursos, o agente cultural será notificado para que exerça a opção por:
I - devolução parcial ou integral dos recursos ao erário;
II - apresentação de plano de ações compensatórias; ou
III - devolução parcial dos recursos ao erário juntamente com a apresentação de plano de ações compensatórias.
7.5.1 A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a reprovação da prestação de informações, desde que comprovada.
7.5.2 Nos casos em que estiver caracterizada má-fé do agente cultural, será imediatamente exigida a devolução de recursos ao erário, vedada a aceitação de plano de ações compensatórias.
7.5.3 Nos casos em que houver exigência de devolução de recursos ao erário, o agente cultural poderá solicitar o parcelamento do débito, na forma e nas condições previstas na legislação.
7.5.4 O prazo de execução do plano de ações compensatórias será o menor possível, conforme o caso concreto, limitado à metade do prazo original-

mente previsto de vigência do instrumento.
8. ALTERAÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL
8.1 A alteração do termo de execução cultural será formalizada por meio de termo aditivo.
8.2 A formalização de termo aditivo não será necessária nas seguintes hipóteses:
I - prorrogação de vigência realizada de ofício pela administração pública quando der causa a atraso na liberação de recursos; e
II - alteração do projeto sem modificação do valor global do instrumento e sem modificação substancial do objeto.
8.3 Na hipótese de prorrogação de vigência, o saldo de recursos será automaticamente mantido na conta, a fim de viabilizar a continuidade da execução do objeto.
8.4 As alterações do projeto cujo escopo seja de, no máximo, 20% poderão ser realizadas pelo agente cultural e comunicadas à administração pública em seguida, sem a necessidade de autorização prévia.
8.5 A aplicação de rendimentos de ativos financeiros em benefício do objeto do termo de execução cultural poderá ser realizada pelo agente cultural sem a necessidade de autorização prévia da administração pública.
8.6 Nas hipóteses de alterações em que não seja necessário termo aditivo, poderá ser realizado apostilamento.
9. TITULARIDADE DE BENS
9.1 Os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução da ação cultural fomentada serão de titularidade do agente cultural desde a data da sua aquisição.
9.2 Nos casos de rejeição da prestação de contas em razão da aquisição ou do uso do bem, o valor pago pela aquisição será computado no cálculo de valores a devolver, com atualização monetária.
[OU]
9.2 Os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução da ação cultural fomentada serão de titularidade do [NOME DO ENTE].
[AO FORMALIZAR O TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL, O ENTE DEVE DECIDIR SE OS BENS ADQUIRIDOS, PRODUZIDOS OU TRANSFORMADOS PELO AGENTE CULTURAL SERÃO DO PRÓPRIO AGENTE CULTURAL OU DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. OS BENS PODEM FICAR COM O AGENTE CULTURAL NAS HIPÓTESES TRATADAS NO ART. 27 DO DECRETO 11.453/2023]
10. EXTINÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL
10.1 O presente Termo de Execução Cultural poderá ser:
I - extinto por decurso de prazo;
II - extinto, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;
III - denunciado, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe; ou
IV - rescindido, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe, nas seguintes hipóteses:
a) descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;
b) irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas ;
c) violação da legislação aplicável;
d) cometimento de falhas reiteradas na execução;
e) má administração de recursos públicos;
f) constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;
g) não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;h) outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.
10.2 A denúncia só será eficaz 60 (sessenta) dias após a data de recebimento da notificação, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença.
10.3 Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.
10.4 Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje dano ao erário, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela Administração Pública.
10.5 Outras situações relativas à extinção deste Termo não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser negociados entre as partes ou, se for o caso, no Termo de Distrato.
11. SANÇÕES
11.1 . Nos casos em que for verificado que a ação cultural ocorreu, mas houve inadequação na execução do objeto ou na execução financeira sem má-fé, a autoridade pode concluir pela aprovação da prestação de informações com ressalvas e aplicar sanção de advertência ou multa.
11.2 A decisão sobre a sanção deve ser precedida de abertura de prazo para apresentação de defesa pelo AGENTE CULTURAL.
11.3 A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a aplicação de sanção, desde que regularmente comprovada.
12. MONITORAMENTO E CONTROLE DE RESULTADOS
12.1 [DEVE SER INFORMADO COMO O ÓRGÃO REALIZARÁ O MONITORAMENTO DAS AÇÕES, PODENDO SER POR MEIO DE COMISSÃO ESPECÍFICA PARA ESTE FIM, POR ENVIO DE RELATÓRIOS, ENTRE OUTRAS MEDIDAS].
13. VIGÊNCIA
13.1 A vigência deste instrumento terá início na data de assinatura das partes, com duração de [PRAZO EM ANOS OU MESES], podendo ser prorrogado por [PRAZO MÁXIMO DE PRORROGAÇÃO].
14. PUBLICAÇÃO
14.1 O Extrato do Termo de Execução Cultural será publicado no [INFORMAR ONDE SERÁ PUBLICADO]
15. FORO
15.1 Fica eleito o Foro de [LOCAL] para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao presente Termo de Execução Cultural.
LOCAL, [INDICAR DIA, MÊS E ANO].
Pelo órgão: Pelo Agente Cultural:
[NOME DO AGENTE CULTURAL]
ANEXO IV
RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO OBJETO
1. DADOS DO PROJETO
Nome do projeto:
Nome do agente cultural proponente:
Nº do Termo de Execução Cultural
Vigência do projeto:
Valor repassado para o projeto:
Data de entrega desse relatório:
2. RESULTADOS DO PROJETO
2.1. Resumo:
Descreva de forma resumida como foi a execução do projeto, destacando principais resultados e benefícios gerados e outras informações pertinentes.
2.2. As ações planejadas para o projeto foram realizadas?
( ) Sim, todas as ações foram feitas conforme o planejado.
( ) Sim, todas as ações foram feitas, mas com adaptações e/ou alterações.
( ) Uma parte das ações planejadas não foi feita.
( ) As ações não foram feitas conforme o planejado.
2.3. Ações desenvolvidas
Descreva as ações desenvolvidas, com informações detalhando ações, datas, locais, horários, etc. Fale também sobre a eventuais alterações nas atividades previstas no projeto, bem como os possíveis impactos nas metas acordadas.
2.4. Cumprimento das Metas
Metas integralmente cumpridas:
• META 1 [Descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado]
◦ OBSERVAÇÃO DA META 1: [informe como a meta foi cumprida]
Metas parcialmente cumpridas (SE HOUVER):
• META 1 [Descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado]
◦ Observações da Meta 1: [Informe qual parte da meta foi cumprida]
◦ Justificativa para o não cumprimento integral: [Explique porque parte da meta não foi cumprida]
Metas não cumpridas (se houver)
• Meta 1 [Descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado]
◦ Justificativa para o não cumprimento: [Explique porque a meta não foi cumprida]
3. PRODUTOS GERADOS
3.1. A execução do projeto gerou algum produto?
Exemplos: vídeos, produção musical, produção gráfica etc.
( ) Sim
( ) Não
3.1.1. Quais produtos culturais foram gerados?
Você pode marcar mais de uma opção. Informe também as quantidades.
( ) Publicação
( ) Livro
( ) Catálogo
( ) Live (transmissão on-line)
( ) Vídeo
( ) Documentário
( ) Filme
( ) Relatório de pesquisa
( ) Produção musical
( ) Jogo
( ) Artesanato
( ) Obras
( ) Espetáculo
( ) Show musical
( ) Site
( ) Música
( ) Outros: _____

3.1.2. Como os produtos desenvolvidos ficaram disponíveis para o público após o fim do projeto?
Exemplos: publicações impressas, vídeos no YouTube?

3.2. Quais foram os resultados gerados pelo projeto?
Detalhe os resultados gerados por cada atividade prevista no Projeto.

3.2.1 Pensando nos resultados finais gerados pelo projeto, você considera que ele:
(Você pode marcar mais de uma opção).
( ) Desenvolveu processos de criação, de investigação ou de pesquisa.
( ) Desenvolveu estudos, pesquisas e análises sobre o contexto de atuação.
( ) Colaborou para manter as atividades culturais do coletivo.
( ) Fortaleceu a identidade cultural do coletivo.
( ) Promoveu as práticas culturais do coletivo no espaço em que foi desenvolvido.
( ) Promoveu a formação em linguagens, técnicas e práticas artísticas e culturais.
( ) Ofereceu programações artísticas e culturais para a comunidade do entorno.
( ) Atuou na preservação, na proteção e na salvaguarda de bens e mani-

festações culturais.

4. PÚBLICO ALCANÇADO
Informe a quantidade de pessoas beneficiadas pelo projeto, demonstre os mecanismos utilizados para mensuração, a exemplo de listas de presenças. Em caso de baixa frequência ou oscilação relevante informe as justificativas.

5. EQUIPE DO PROJETO
5.1 Quantas pessoas fizeram parte da equipe do projeto?
Digite um número exato (exemplo: 23).

5.2 Houve mudanças na equipe ao longo da execução do projeto?
( ) Sim ( ) Não
Informe se entraram ou saíram pessoas na equipe durante a execução do projeto.

5.3 Informe os profissionais que participaram da execução do projeto:

Nome do profissional/ empresa	Função no projeto	CPF/CNPJ	Pessoa negra?	Pessoa índigena?	Pessoa com deficiência?	[INSERIR MAIS COLUNAS, SE NECESSÁRIO]
Ex.: João Silva	Cineasta	123456789101	Sim/Não	Sim/Não	Sim/Não	

6. LOCAIS DE REALIZAÇÃO
6.1 De que modo o público acessou a ação ou o produto cultural do projeto?
( )1. Presencial.
( ) 2. Virtual.
( ) 3. Híbrido (presencial e virtual).

Caso você tenha marcado os itens 2 ou 3 (virtual e híbrido):
6.2 Quais plataformas virtuais foram usadas?
Você pode marcar mais de uma opção.
( )Youtube
( )Instagram / IGTV
( )Facebook
( )TikTok
( )Google Meet, Zoom etc.
( )Outros: _____

6.3 Informe aqui os links dessas plataformas:

Caso você tenha marcado os itens 1 e 3 (Presencial e Híbrido):
6.4 De que forma aconteceram as ações e atividades presenciais do projeto?
( )1. Fixas, sempre no mesmo local.
( )2. Itinerantes, em diferentes locais.
( )3. Principalmente em um local base, mas com ações também em outros locais.

No item 6.4 caso você tenha marcado o item 1 (Fixas):

6.5 Em que município o projeto aconteceu?

6.7 Em que área do município o projeto foi realizado?
Você pode marcar mais de uma opção.
( )Zona urbana central.
( )Zona urbana periférica.
( )Zona rural.
( )Área de vulnerabilidade social.
( )Unidades habitacionais.
( )Territórios indígenas (demarcados ou em processo de demarcação).
( )Comunidades quilombolas (terra titulada, em processo de titulação, com registro na Fundação Palmares).
( )Áreas atingidas por barragem.
( )Território de povos e comunidades tradicionais (ribeirinhos, louceiros, cipozeiro, pequizeiros, vazanteiros, povos do mar etc.).
( )Outros: _____

6.8 Onde o projeto foi realizado?
Você pode marcar mais de uma opção.
( )Equipamento cultural público municipal.
( )Equipamento cultural público estadual.
( )Espaço cultural independente.
( )Escola.
( )Praça.
( )Rua.
( )Parque.
( )Outros

No item 6.4 caso você tenha marcado o item 2 (itinerante):
6.9 Em quais municípios o projeto aconteceu?

6.10 Em quais áreas o projeto foi realizado?
Você pode marcar mais de uma opção.

( )Zona urbana central.
( )Zona urbana periférica.
( )Zona rural.
( )Área de vulnerabilidade social.
( )Unidades habitacionais.
( )Territórios indígenas (demarcados ou em processo de demarcação).
( )Comunidades quilombolas (terra titulada, em processo de titulação, com registro na Fundação Palmares).
( )Áreas atingidas por barragem.
( )Território de povos e comunidades tradicionais (ribeirinhos, louceiros, cipozeiro, pequizeiros, vazanteiros, povos do mar etc.).
( )Outros: _____
__

6.11 Onde o projeto foi realizado?
Você pode marcar mais de uma opção.
( )Equipamento cultural público municipal.
( )Equipamento cultural público estadual.
( )Espaço cultural independente.
( )Escola.
( )Praça.
( )Rua.
( )Parque.
( )Outros _____

No item 6.4 caso você tenha marcado o item 3 (Base):

6.12 Em quais municípios o projeto aconteceu?

6.13 Em quais áreas o projeto foi realizado?
Você pode marcar mais de uma opção.
( )Zona urbana central.
( )Zona urbana periférica.
( )Zona rural.
( )Área de vulnerabilidade social.
( )Unidades habitacionais.
( )Territórios indígenas (demarcados ou em processo de demarcação).
( )Comunidades quilombolas (terra titulada, em processo de titulação, com registro na Fundação Palmares).
( )Áreas atingidas por barragem.
( )Território de povos e comunidades tradicionais (ribeirinhos, louceiros, cipozeiro, pequizeiros, vazanteiros, povos do mar etc.).
( )Outros: _____
__

6.14 Onde o projeto foi realizado?
Você pode marcar mais de uma opção.
( )Equipamento cultural público municipal.
( )Equipamento cultural público estadual.
( )Espaço cultural independente.
( )Escola.
( )Praça.
( )Rua.
( )Parque.
( )Outros_____

7. DIVULGAÇÃO DO PROJETO
Informe como o projeto foi divulgado. Ex.: Divulgado no instagram

8. CONTRAPARTIDA
Descreva como a contrapartida foi executada, quando foi executada e onde foi executada.

9. TÓPICOS ADICIONAIS
Inclua aqui informações relevantes que não foram abordadas nos tópicos anteriores, se houver.

10. ANEXOS
Junte documentos que comprovem que você executou o projeto, tais como listas de presença, relatório fotográfico, vídeos, depoimentos, entre outros.
Nome
Assinatura do Agente Cultural Proponente

ANEXO V
DECLARAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DE GRUPO OU COLETIVO

OBS.: Essa declaração deve ser preenchida somente por proponentes que sejam um grupo ou coletivo sem personalidade jurídica, ou seja, sem CNPJ.

GRUPO ARTÍSTICO:
NOME DO REPRESENTANTE INTEGRANTE DO GRUPO OU COLETIVO ARTÍSTICO:
DADOS PESSOAIS DO REPRESENTANTE: [IDENTIDADE, CPF, E-MAIL E TELEFONE]

Os declarantes abaixo-assinados, integrantes do grupo artístico [NOME DO GRUPO OU COLETIVO], elegem a pessoa indicada no campo "REPRESENTANTE" como único e representante neste edital, outorgando-lhe poderes para fazer cumprir todos os procedimentos exigidos nas etapas do edital, inclusive assinatura de recibo, troca de comunicações, podendo assumir compromissos, obrigações, transigir, receber pagamentos e dar quitação, renunciar direitos e qualquer outro ato relacionado ao referido edital. Os declarantes informam que não incorrem em quaisquer das vedações do item de participação previstas no edital.

NOME DO INTEGRANTE	DADOS PESSOAIS	ASSINATURAS

[LOCAL]
[DATA]

ANEXO VI
DECLARAÇÃO ÉTNICO-RACIAL

(Para agentes culturais concorrentes às cotas étnico-raciais – negros ou indígenas)
Eu, _____
_____, CPF nº_____, RG nº _____,
DECLARO para fins de participação no Edital (Nome ou número do edital) que sou _____(informar se é NEGRO OU INDÍGENA).
Por ser verdade, assino a presente declaração e estou ciente de que a apresentação de declaração falsa pode acarretar desclassificação do edital e aplicação de sanções criminais.
NOME
ASSINATURA DO DECLARANTE

ANEXO VII
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

Nome do Proponente:
Nº de Registro no Mapa Cultural:
Nome do projeto:
Nº de inscrição:

Meta /etapa 1						
Descrição do item	**Justificativa**	**Unidade de medida**	**Valor unitário**	**Quantidade**	**Valor total**	**Referência de preço**
Ex.: Fotógrafo	Profissional necessário para registro da oficina	Serviço	R$1.100,00	1	R$1.100,00	. Salicnet . Praticado no mercado
Meta /etapa 2						
Ex. Ampliações das imagens	Serviço necessário para exposição	und	R$50,00	1	R$50,00	. Salicnet . Praticado no mercado

Preencha a tabela informando todas as despesas indicando as metas/etapas às quais elas estão relacionadas (ex. pré-produção, produção, execução)
Deve haver a indicação do parâmetro de preço (Ex.: preço estabelecido no SALICNET, 3 orçamentos, etc),utilizado com a referência específica do item de despesa, conforme exemplo.
Adicione quantas linhas forem necessárias para etapas e itens do seu orçamento.

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 019/2023 – CULTURAS INDÍGENAS – LEI PAULO GUSTAVO
EDITAL DE SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA LEI COMPLEMENTAR 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO) – CULTURAS INDÍGENAS

Este Edital é realizado com recursos do Governo Federal repassados por meio da Lei Complementar nº 195/2022 - Lei Paulo Gustavo.
A Lei Paulo Gustavo (LGP) viabiliza o maior investimento direto no setor cultural da história do Brasil e simboliza o processo de resistência da classe artística durante a pandemia de Covid-19, que limitou severamente as atividades do setor cultural.
É, ainda, uma homenagem a Paulo Gustavo, artista símbolo da categoria, vitimado pela doença.
As condições para a execução da Lei Paulo Gustavo foram criadas por meio do engajamento da sociedade e o presente edital destina-se a apoiar projetos apresentados pelos agentes culturais do segmento de CULTURAS INDÍGENAS.
Deste modo, a Secretaria de Cultura do Estado do Pará – SECULT/PA, torna público o presente edital elaborado com base na Lei Complementar 195/2022, no Decreto 11.525/2023 e no Decreto 11.453/2023 e no Termo de Fomento 060, celebrado com o **FUNDO DE AMPARO E DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA – FADESP**, entidade parceira na execução das ações deste edital.
Na realização deste edital estão asseguradas medidas de democratização, desconcentração, descentralização e regionalização do investimento cultural, com a implementação de ações afirmativas, fundamentado na previsão do Decreto nº 11.525, de 11 de maio de 2023 (Decreto de Regulamentação da Lei Paulo Gustavo), em seus artigos 14, 15 e 16.

1. OBJETO
O objeto deste Edital é a seleção de **16 (dezesseis)** propostas culturais do segmento de Culturas Indígenas, para receberem recursos financeiros, visando o incentivo ao referido segmento no estado do Pará. A distribuição dos recursos será realizada de acordo com as modalidades descritas nos itens 1.1 e 1.2.
1.1 **Modalidade: Fomento**
1.1.1 Modalidade de Fomento: 10 (dez) prêmios de R$31.920,00 (trinta e um mil, novecentos e vinte reais) destinados a projetos de patrimônio histórico, cultural e econômico indígena; memória, redes e produção de conhecimento.
1.2 **Modalidade: Premiação**
1.2.1 Trajetória e reconhecimento histórico/cultural **-** 06 (seis) prêmios de R$22.800,00 (vinte e dois mil e oitocentos reais), destinados ao reconhecimento pela trajetória de pessoas indígenas com grande contribuição ao seu povo.
TOTAL: 456.000,00
1.3. Caso o valor destinado à atividade inicialmente previsto não seja utilizado integralmente, poderão ser convocados mais proponentes aprovados.
1.4. Havendo sobra de recursos em uma das atividades o saldo remanescente poderá ser remanejado para contemplar propostas de outras faixas deste edital.
1.4.1. O remanejamento deverá priorizar as faixas que possuam maior demanda de propostas de proponentes na condição de suplente, bem como respeitar as cotas reservadas às pessoas negras e indígenas e, quando possível, a ordem de classificação e as cotas de regionalização.
1.5. No caso de sobra de recurso neste edital, o saldo remanescente deste poderá ser utilizado para contemplar os(as) proponentes com propostas selecionadas em outros Editais da Lei Paulo Gustavo publicados pela Secretaria de Cultura do Estado do Pará, priorizando aqueles com maior demanda.
1.6. O valor inicialmente disponível para este Edital poderá ser ampliado, caso haja sobra de recursos de outros Editais publicados pela Secretaria de Cultura no âmbito da Lei Paulo Gustavo ou do recebimento de recursos da Lei Paulo Gustavo não executados pelos municípios.

2. VALORES
2.1 O valor total disponibilizado para este Edital é de **R$456.000,00** (quatrocentos e cinquenta e seis mil reais) para projetos de fomento e premiações da LPG.

3. QUEM PODE SE INSCREVER
3.1 Pode se inscrever no Edital qualquer agente cultural residente e domiciliado no Estado do Pará há pelo menos 2 (dois) anos.
3.1.1. A comprovação de residência é dispensada na forma descrita no item 14.2.1.1.
3.2 Em regra, o agente cultural pode ser:
I - Pessoa física ou Microempreendedor Individual (MEI)
II - Pessoa jurídica com fins lucrativos (Ex.: empresa de pequeno porte, empresa de grande porte, etc)
III - Pessoa jurídica sem fins lucrativos (Ex.: Associação, Fundação, Cooperativa, etc)
IV - Coletivo/Grupo sem CNPJ representado por pessoa física.
3.3 O proponente é o agente cultural responsável pela inscrição do projeto no Mapa Cultural .
3.4 Na hipótese de agentes culturais que atuem como grupo ou coletivo cultural sem constituição jurídica (ou seja, sem CNPJ), será indicada pessoa física como responsável legal para o ato da assinatura do Termo de Execução Cultural e a representação será formalizada em declaração assinada pelos demais integrantes do grupo ou coletivo, podendo ser utilizado o modelo constante no Anexo V.
3.5 O proponente não pode exercer apenas funções administrativas no âmbito do projeto e deve exercer necessariamente a função de criação, ou direção, ou produção, ou coordenação, ou gestão artística, ou outra função de destaque e capacidade de decisão no projeto.

4. QUEM NÃO PODE SE INSCREVER
4.1 Não pode se inscrever neste Edital, proponentes que:
I - tenham se envolvido diretamente na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento de recursos;
II - sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de servidor público do órgão responsável pelo edital, nos casos em que o referido servidor tiver atuado na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento de recursos; e
III - sejam membros do Poder Legislativo (Deputados, Senadores, Vereadores), do Poder Judiciário (Juízes, Desembargadores, Ministros), do Ministério Público (Promotor, Procurador); do Tribunal de Contas (Auditores e Conselheiros).
IV - Proponentes inadimplentes com prestação de contas de editais realizados pela Secult e organizações da sociedade civil parceiras, com recursos da Lei Aldir Blanc.
4.2 O agente cultural que integrar Conselho de Cultura poderá concorrer neste Edital para receber recursos do fomento cultural, exceto quando se enquadrar nas vedações previstas no item 4.1.
4.3 Quando se tratar de proponentes pessoas jurídicas, estarão impedidas de apresentar projetos aquelas cujos sócios, diretores e/ou administradores se enquadrarem nas situações descritas no tópico 4.1.
4.4 A participação de agentes culturais nas oitivas e consultas públicas não caracteriza o envolvimento direto na etapa de elaboração do edital de que trata o subitem I do item 4.1.

5. COTAS
5.1 Ficam garantidas cotas étnico-raciais em todas as categorias do edital, nas seguintes proporções e ordenamento de selecionados:
I) 50% para mulheres (cis e trans);

II) 30% (trinta por cento) para propostas de Região de Integração do Guajará (onde se localiza a capital do Estado) e 70% (setenta por cento) para propostas advindas das demais Regiões do Estado
III) No mínimo 20% para pessoas negras (pretas e pardas); e
IV) no mínimo 10% para pessoas indígenas.
5.2 Os agentes culturais que optarem por concorrer às cotas para pessoas negras (pretas e pardas) e indígenas concorrerão concomitantemente às vagas destinadas à ampla concorrência, ou seja concorrerão ao mesmo tempo nas vagas da ampla concorrência e nas vagas reservadas às cotas, podendo ser selecionado de acordo com a sua nota ou classificação no processo seleção.
5.3 Os agentes culturais negros (pretos e pardos) e indígenas optantes por concorrer às cotas (opção presente na ficha de incrição dos projetos) que atingirem nota suficiente para se classificar no número de vagas oferecidas para ampla concorrência não ocuparão as vagas destinadas para o preenchimento das cotas, ou seja, serão selecionados nas vagas da ampla concorrência, ficando a vaga da cota para o próximo colocado optante pela cota.
5.4 Em caso de desistência de optantes aprovados nas cotas, a vaga não preenchida deverá ser ocupada por pessoa que concorreu às cotas de acordo com a ordem de classificação.
5.5 No caso de não existirem propostas aptas em número suficiente para o cumprimento de uma das categorias de cotas previstas na seleção, o número de vagas restantes deverá ser destinado inicialmente para a outra categoria de cotas.
5.6 Caso não haja outra categoria de cotas de que trata o item 5.5, as vagas não preenchidas deverão ser direcionadas para a ampla concorrência, sendo direcionadas para os demais candidatos aprovados, de acordo com a ordem de classificação.
5.7 Para concorrer às cotas, os agentes culturais deverão autodeclarar-se no ato da inscrição usando a autodeclaração étnico-racial de que trata o Anexo VI.
5.8 Caso necessário, para fins de verificação da autodeclaração, poderá ser solicitada Carta Consubstanciada, que será analisada por um comitê formado por membros de entidades representativas.
5.9 As pessoas jurídicas e coletivos sem constituição jurídica podem concorrer às cotas, desde que preencham algum dos requisitos abaixo:
I – pessoas jurídicas que possuem quadro societário majoritariamente composto por pessoas negras (pretas e pardas) ou indígenas;
II – pessoas jurídicas ou grupos e coletivos sem constituição jurídica que possuam pessoas negras (pretas e pardas) ou indígenas em posições de liderança no projeto cultural; e
III – pessoas jurídicas ou coletivos sem constituição jurídica que possuam equipe do projeto cultural majoritariamente composta por pessoas negras (pretas e pardas) ou indígenas.
5.10 As pessoas físicas que compõem a equipe da pessoa jurídica e o grupo ou coletivo sem constituição jurídica devem se submeter aos regramentos descritos nos itens acima, observando o item 5.7

6. PRAZO PARA SE INSCREVER

6.1 Para se inscrever no Edital, o proponente deve enviar toda documentação obrigatória relatada no 7.3, entre os dias 12 de setembro e 12 de outubro de 2023, exclusivamente através da plataforma Mapa Cultural do Pará, no endereço eletrônico https://www.mapacultural.pa.gov.br/lpg/culturas-indigenas
1.2. Para efeito de inscrição todos os proponentes deverão estar cadastrados no mapa cultural.pa.gov.br.
1.3. Todas as informações fornecidas no ato da inscrição deverão ser verídicas e atualizadas. Não serão aceitas propostas entregues presencialmente na sede da SECULT, ou da executora do certame, ou materiais postados via Correios.
1.4. Os proponentes que já têm cadastro no Mapa Cultural do Pará não precisam fazer novo cadastro, podendo atualizar informações que julgarem necessárias até a data de envio de sua inscrição.
1.5. O ato de inscrição pressupõe plena concordância dos termos, cláusulas e condições deste edital e de seus anexos, que passarão a integrar as obrigações, bem como a observância dos regulamentos administrativos e das normas técnicas aplicáveis, não sendo aceita, sob qualquer hipótese, alegação de seu desconhecimento em qualquer fase do procedimento administrativo e execução dos serviços.
1.6. Os anexos que compõem este edital deverão ser assinados de maneira física ou eletrônica, com o encaminhamento na forma digital no ato de inscrição anexados no formato PDF.
6.7. As inscrições feitas em desacordo com os prazos e demais exigências do presente edital serão indeferidas.
1.8 Não serão aceitas complementações, modificações ou substituições de dados e de anexos à inscrição, depois de finalizada.
1.9 É vedada a participação de órgãos públicos, escolas e fundações privadas.

7. COMO SE INSCREVER

7.1 O proponente deve preencher Ficha de Inscrição diretamente no https://www.mapacultural.pa.gov.br/lpg/culturas-indigenas.
7.2 O proponente deve encaminhar a documentação obrigatória de que trata o item 7.3 por meio do https://www.mapacultural.pa.gov.br/lpg/culturas-indigenas.
7.3 O proponente deve enviar a seguinte documentação para formalizar sua inscrição:
a) Projeto proposto;
b) Currículo / portfólio do proponente, com todas as comprovações;
c) Documentos pessoais do proponente CPF e RG (se Pessoa Física);
d) Inscrição no cadastro nacional de pessoa jurídica - CNPJ (se Pessoa Jurídica);
e) Atos constitutivos da empresa, qual seja o contrato social, nos casos de pessoas jurídicas com fins lucrativos, ou estatuto, nos casos de organizações da sociedade civil (se Pessoa Jurídica);
f) Comprovante de Endereço do proponente ou Declaração de Residência (no caso do proponente não possuir documento em seu nome)
g) Mini currículo dos integrantes do projeto e termo de anuência;
h) Todos os anexos solicitados no Edital, nos quais o proponente se enquadre.
i) Outros documentos que o proponente julgar necessário para auxiliar na avaliação do mérito cultural do projeto.
7.4 O proponente é responsável pelo envio dos documentos e pela qualidade visual, conteúdo dos arquivos e informações de seu projeto.
7.5 Cada Proponente poderá concorrer, e ser selecionado individualmente ou como representantes de coletivo, com apenas 1 (um) projeto, no máximo.
7.6 Os membros de grupos e coletivos podem concorrer isoladamente, desde que sejam com projetos diferentes.
7.7 Se houver inscrição de mais de um projeto do mesmo proponente, será considerado, para fins de seleção, o último enviado na plataforma.
7.8 Os projetos apresentados deverão conter previsão de execução não superior a 12 meses.
7.9 O proponente deve se responsabilizar pelo acompanhamento das atualizações/publicações pertinentes ao edital e seus prazos nos canais formais de comunicação da SECULT/PA.
7.10 As inscrições deste edital são gratuitas.
7.11 As propostas que apresentem quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade ou outras formas de discriminação serão desclassificadas, com fundamento no disposto no inciso IV do caput do art. 3º da Constituição, garantidos o contraditório e a ampla defesa.
7.12 No caso da modalidade 'premiação', os subitens 7.3-letras "a", "d", e "g", e o item 8 deste edital são dispensados.
Parágrafo único: A comprovação de residência poderá ser dispensada nas hipóteses de agentes culturais pertencentes à comunidade indígena, quilombola, cigana ou circense ou pertencentes à população nômade ou itinerante; que se encontrem em situação de rua.

8. PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DOS PROJETOS

8.1 O proponente deve preencher a planilha orçamentária presente no Anexo VII, informando como será utilizado o recurso financeiro recebido.
8.2 A estimativa de custos do projeto será prevista por categorias, sem a necessidade de detalhamento por item de despesa, conforme § 1º do art. 24 do Decreto 11.453/2023.
8.3 A compatibilidade entre a estimativa de custos do projeto e os preços praticados no mercado será avaliada pelos membros da comissão de seleção, de acordo com tabelas referenciais de valores, ou com outros métodos de verificação de valores praticados no mercado.
8.4 A estimativa de custos do projeto poderá apresentar valores divergentes das práticas de mercado convencionais na hipótese de haver significativa excepcionalidade no contexto de sua implementação, consideradas variáveis territoriais e geográficas e situações específicas, como a de povos indígenas, ribeirinhos, atingidos por barragens e comunidades quilombolas e tradicionais.
8.5 Os itens da planilha orçamentária poderão ser glosados, ou seja, vetados, total ou parcialmente, pela Comissão de Seleção, se, após análise, não forem considerados com preços compatíveis aos praticados no mercado ou forem considerados incoerentes e em desconformidade com o projeto apresentado.
8.6 Caso o proponente discorde dos valores glosados (vetados) poderá apresentar recurso na fase de mérito cultural, conforme dispõe o item 12.8.
8.7 O valor solicitado não poderá ser superior ao valor máximo destinado a cada modalidade, conforme item 1.2 do presente edital.

9. ACESSIBILIDADE

9.1 Os projetos devem contar com medidas de acessibilidade física, atitudinal e comunicacional compatíveis com as características dos produtos resultantes do objeto, nos termos do disposto na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência), de modo a contemplar:
I - no aspecto arquitetônico, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com mobilidade reduzida ou idosas aos locais onde se realizam as atividades culturais e a espaços acessórios, como banheiros, áreas de alimentação e circulação;
II - no aspecto comunicacional, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com deficiência intelectual, auditiva ou visual ao conteúdo dos produtos culturais gerados pelo projeto, pela iniciativa ou pelo espaço; e
III - no aspecto atitudinal, a contratação de colaboradores sensibilizados e capacitados para o atendimento de visitantes e usuários com diferentes deficiências e para o desenvolvimento de projetos culturais acessíveis desde a sua concepção, contempladas a participação de consultores e colaboradores com deficiência e a representatividade nas equipes dos espaços culturais e nas temáticas das exposições, dos espetáculos e das ofertas culturais em geral.
9.2 Especificamente para pessoas com deficiência, mecanismos de protagonismo e participação poderão ser concretizados também por meio das seguintes iniciativas, entre outras:
I - adaptação de espaços culturais com residências inclusivas;
II - utilização de tecnologias assistivas, ajudas técnicas e produtos com desenho universal;
III - medidas de prevenção e erradicação de barreiras atitudinais;
IV - contratação de serviços de assistência por acompanhante; ou
V - oferta de ações de formação e capacitação acessíveis a pessoas com deficiência.
9.3 Os projetos devem prever obrigatoriamente medidas de acessibilidade, sendo assegurado para essa finalidade no mínimo 10% do valor total do projeto.
9.4 A utilização do percentual mínimo de 10% de que trata o item 9.3 pode ser excepcionalmente dispensada quando:

I - for inaplicável em razão das características do objeto cultural,os cujo objeto seja o desenvolvimento de roteiro e licenciamento de obra audiovisual ; ou
II - quando o projeto já contemplar integralmente as medidas de acessibilidade compatíveis com as características do objeto cultural.
9.5 O proponente deve apresentar justificativa para os casos em que o percentual mínimo de 10% é inaplicável.

10. CONTRAPARTIDA

10.1 Os agentes culturais contemplados neste edital, com projetos de fomento, conforme item 1.2 deste edital, deverão garantir, como contrapartida, as seguintes medidas:
I - a realização de atividades destinadas, prioritariamente, aos alunos e professores de escolas públicas ou universidades, públicas ou privadas, que tenham estudantes do Programa Universidade para Todos (Prouni), bem como aos profissionais de saúde, preferencialmente aqueles envolvidos no combate à pandemia, e a pessoas integrantes de grupos e coletivos culturais e de associações comunitárias, ou de atividades em espaços públicos de sua comunidade, de forma gratuita; e
II - sempre que possível, exibições com interação popular por meio da internet ou exibições públicas, quando aplicável, com distribuição gratuita de ingressos para os grupos referidos no item I, em intervalos regulares.
10.2 A contrapartida deverá ser informada no Formulário de Inscrição e deve ser executada até dezembro de 2024.
10.3 Os Prêmios por reconhecimento, conforme item 1.2 deste edital, são isentos da apresentação de contrapartidas.

11. ETAPAS DO EDITAL

11.1 A seleção dos projetos submetidos a este Edital será composta das seguintes etapas:
I - Análise de mérito cultural dos projetos: fase de análise do projeto realizada por comissão de seleção; e divulgação dos selecionados
II - Habilitação: fase de apresentação e análise dos documentos dos proponentes selecionados, descritos no tópico 14; e divulgação dos habilitados.

12. ANÁLISE DE MÉRITO CULTURAL DOS PROJETOS

12.1 Entende-se por "Análise de mérito cultural" a identificação, tanto individual quanto sobre seu contexto social, de aspectos relevantes dos projetos culturais, concorrentes em uma mesma categoria de apoio, realizada por meio da atribuição fundamentada de notas aos critérios descritos neste edital.
12.2 Por análise comparativa compreende-se a análise não apenas dos itens individuais de cada projeto, mas de suas propostas, impactos e relevância em relação aos outros projetos inscritos na mesma categoria. A pontuação de cada projeto é atribuída em função desta comparação.
12.3 A análise dos projetos culturais será realizada por comissão de seleção formada por, no mínimo, 03 (três) pareceristas externos, com experiência no segmento cultural.
12.4 Os membros da comissão de seleção ficam impedidos de participar da apreciação de projetos e iniciativas que estiverem em processo de avaliação nos quais:
I - tenham interesse direto na matéria;
II - tenham participado como colaborador na elaboração do projeto ou tenham participado da instituição proponente nos últimos dois anos, faça parte da equipe técnica do projeto ou se tais situações ocorrem quanto ao cônjuge, companheiro ou parente e afins até o terceiro grau; e
III - estejam litigando judicial ou administrativamente com o proponente ou com respectivo cônjuge ou companheiro.
12.5 O membro da comissão que incorre em impedimento deve comunicar o fato à referida Comissão, abstendo-se de atuar, sob pena de nulidade dos atos que praticar.
12.6 Para esta seleção serão considerados os critérios de pontuação estabelecidos no Anexo II deste edital.
12.7 Contra a decisão da fase de mérito cultural, caberá recurso destinado à Comissão de Seleção.
12.8 Os recursos de que tratam o item 12.8 deverão ser apresentados no prazo de 3 (três) dias úteis, conforme inciso III, do art. 16 do decreto 11.453/2023, a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação.
12.9 Os recursos devem ser encaminhados através do email recursoculturasindigenaslpgpara@gmail.com, de 00h do dia 01/11/2023 até as 17h do dia 06/11/2023.
12.10 Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.
12.11 Após o julgamento dos recursos, o resultado final da análise de mérito cultural será publicado no Diário Oficial do Estado (DOE) contendo nome e CPF dos proponentes. A nota obtida e a justificativa serão publicadas no sítio eletrônico www.secult.pa.gov.br**.**

13. REMANEJAMENTO DOS RECURSOS

13.1 Não havendo número de propostas culturais selecionadas suficientes em uma modalidade, será selecionada a proposta de outra modalidade com maior quantidade de pontos, em ordem decrescente e levando em consideração o disposto no item 5 (Cotas).

14. ETAPA DE HABILITAÇÃO

14.1 Finalizada a etapa de análise de mérito cultural, o proponente do projeto contemplado deverá, no prazo de 06 (seis) dias úteis, apresentar os seguintes documentos através do Mapa Cultural, conforme sua natureza jurídica:
14.1.1 PESSOA FÍSICA
I - certidão negativa de débitos relativos a créditos tributários federais e Dívida Ativa da União;
II - certidões negativas de débitos relativas a créditos tributários estaduais e municipais, expedidas pela Secretaria da Fazendo do Pará (SEFA).
14.1.1.2 A comprovação de residência poderá ser dispensada nas hipóteses de agentes culturais:
I - pertencentes à comunidade indígena, quilombola, cigana ou circense;
II - pertencentes à população nômade ou itinerante; que se encontrem em situação de rua.
14.1.2 PESSOA JURÍDICA
I - certidão negativa de falência e recuperação judicial, expedida pelo Tribunal de Justiça estadual, nos casos de pessoas jurídicas com fins lucrativos;
II - certidão negativa de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
III - certidão negativa de débito estadual – Emitida pela SEFA/PA ;
IV - Certidão negativa municipal, expedidas pela Secretaria Municipal de finanças;
V - Certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - CRF/FGTS;
VI - certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, emitida no site do Tribunal Superior do Trabalho;
14.2 As certidões positivas com efeito de negativas servirão como certidões negativas, desde que não haja referência expressa de impossibilidade de celebrar instrumentos jurídicos com a administração pública.
14.3 Contra a decisão da fase de habilitação, caberá recurso fundamentado e específico destinado a SECULT/PA, através do email recursoculturasindigenaslpgpara@gmail.com, , de 00h do dia 22/11/2023 até as 17h do dia 27/11/2023.
14.4 Os recursos de trata o item 14.3 deverão ser apresentados no prazo de 3 dias úteis a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação, não cabendo recurso administrativo da decisão após esta fase.
14.5 Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.
14.6 Caso o proponente esteja em débito com o ente público responsável pela seleção e com a União não será possível o recebimento dos recursos de que trata este Edital..

15. ASSINATURA DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL E RECEBIMENTO DOS RECURSOS

15.1 Finalizada a fase de habilitação, o agente cultural contemplado será convocado a assinar o Termo de Execução Cultural, conforme Anexo III deste Edital, de forma presencial ou eletrônica.
15.2 O Termo de Execução Cultural corresponde ao documento a ser assinado pelo agente cultural (proponente) selecionado neste Edital e pelo concedente, contendo as obrigações dos assinantes do Termo.
15.3 Após a assinatura do Termo de Execução Cultural, o agente cultural receberá os recursos, com desembolso único, em até 30 (trinta) dias, EXCLUSIVAMENTE EM CONTA CORRENTE de qualquer banco, aberta especificamente para este fim.
15.3.1 A conta bancária da instituição financeira não deverá ter cobrança de tarifas.
15.3.2 Não serão aceitas contas poupança, conta salário, contas de recebimento de auxílio social do Governo (bolsa família, por exemplo).
15.4 A assinatura do Termo de Execução Cultural e o recebimento do apoio estão condicionados à existência de disponibilidade orçamentária e financeira, caracterizando a seleção como expectativa de direito do proponente.
15.5 O agente cultural deve assinar e enviar o Termo de Execução Cultural em até 2 (dois) dias úteis após envio da concedente, conforme previsto no cronograma, sob pena de perda do apoio financeiro e convocação do suplente para assumir sua vaga.

16. DIVULGAÇÃO DOS PROJETOS

16.1 Os contemplados comprometem-se a incluir nos créditos de todo material de divulgação, as logomarcas da SECULT/PA / Governo do Estado, do Ministério da Cultura/ Governo Federal, obedecendo aos critérios de veiculação das logomarcas estabelecidas de forma padronizada, que estarão à disposição no site www.secult.pa.gov.br, e deverão incluir também a frase: "**Projeto selecionado pelo Edital de Culturas Indígenas – Lei Paulo Gustavo"**.
16.2 Os produtos artístico-culturais e as peças de divulgação dos projetos exibirão as marcas do Governo federal, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura e SECULT/PA.
16.3 O material de divulgação dos projetos e seus produtos deve ser disponibilizado em formatos acessíveis a pessoas com deficiência e conterá informações sobre os recursos de acessibilidade disponibilizados.
16.4 O material de divulgação dos projetos deve ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, e não pode conter nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal.

17. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

17.1 Os procedimentos de monitoramento e avaliação dos projetos culturais contemplados, assim como prestação de informação à administração pública, observarão o Decreto 11.453/2023 (Decreto de Fomento), que dispõe sobre os mecanismos de fomento do sistema de financiamento à cultura, observadas às exigências legais de simplificação e de **foco no cumprimento do objeto.**
17.2 O agente cultural deve prestar contas por meio da apresentação do Relatório Final de Execução do Objeto, conforme documento constante no Anexo IV e orientação contida no Decreto nº11.453/2023, artigo 29, inciso 2 que versa sobre a prestação de informações em relatório de execução do objeto.
Parágrafo único: Em caso de realizador do edital considerar que não foi possível aferir o cumprimento integral do objeto no Relatório Final de Execução, e que as justificativas apresentadas sobre o cumprimento parcial do objeto não foram suficientes, lhe é facultado o direito de requisitar o Relatório de Execução Financeira com as devidas comprovações (nota fiscal, recibos e documento congêneres), conforme contido no inciso 3 do artigo 29 e no inciso 3 do parágrafo II do artigo 30.
17.3 O Relatório Final de Execução do Objeto deve ser apresentado até 31 de dezembro de 2024, com o fim da vigência do Termo de Execução Cultural.

18. DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1 O acompanhamento de todas as etapas deste Edital e a observân-

cia quanto aos prazos serão de inteira responsabilidade dos proponentes. Para tanto, deverão ficar atentos às publicações no sitio eletrônico www.secult.pa.gov.br, no Diário Oficial do Estado e nas mídias sociais oficiais da SECULT.
18.2 O presente Edital e os seus anexos estão disponíveis no site https://www.mapacultural.pa.gov.br/lpg/culturas-indigenas.
18.3 Toda relação do proponente com o edital deverá ser através da plataforma mapa cultural, do e-mail culturasindigenaslpgpara@gmail.com, e telefone (91) 99269-4288.
18.4 Os casos omissos porventura existentes ficarão a cargo da Secretária de Estado de Cultura.
18.5 Eventuais irregularidades relacionadas aos requisitos de participação, constatadas a qualquer tempo, implicarão na desclassificação do proponente.
18.6 O proponente será o único responsável pela veracidade da proposta e documentos encaminhados, isentando a SECULT/PA de qualquer responsabilidade civil ou penal.
18.7 O apoio concedido por meio deste Edital poderá ser acumulado com recursos captados por meio de leis de incentivo fiscal e outros programas e/ou apoios federais, estaduais e municipais.
18.8 A inscrição implica no conhecimento e concordância dos termos e condições previstos neste Edital, na Lei Complementar 195/2022 (Lei Paulo Gustavo), no Decreto 11.525/2023 (Decreto Paulo Gustavo) e no Decreto 11.453/2023 (Decreto de Fomento).

19. CRONOGRAMA

ETAPA	DATA INICIAL	DATA FINAL
1- Publicação do edital	12/09/2023	
2- Inscrições	12/09/2023	12/10/2023
3- Resultado Preliminar de Selecionados	31/10/2023	
4- Período de recurso	01/11/2023	06/11/2023
5- Homologação do Resultado Final	09/11/2023	
6- Entrega de Documentos dos selecionados	09/11/2023	16/11/2023
7- Resultado Preliminar de Habilitados	21/11/2023	
8- Período de recurso de Habilitação	22/11/2023	27/11/2023
9- Período de pagamento dos selecionados	28/11/2023	29/12/2023
10-Execução de projeto	até 31/12/2024	
11-Relatório Final de Execução do Objeto	até 31/12/2024	

20. ANEXOS:
20.1 Compõem este Edital os seguintes anexos:
Anexo I - Formulário de Inscrição/Plano de Trabalho;
Anexo II - Critérios de seleção
Anexo III - Termo de Execução Cultural;
Anexo IV - Relatório de Execução do Objeto;
Anexo V - Declaração de representação de grupo ou coletivo; e
Anexo VI - Declaração étnico-racial
Anexo VII – Planilha Orçamentária

ANEXO I
FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO (DISPONÍVEL NO MAPA)
1. DADOS DO PROPONENTE
Proponente é pessoa física ou pessoa jurídica?
( ) Pessoa Física
( ) Pessoa Jurídica
PARA PESSOA FÍSICA:
Nome Completo:
Nome artístico ou nome social (se houver):
CPF:
RG:
Data de nascimento:
E-mail:
Telefone:
Endereço completo:
CEP:
Cidade:
Estado:

Você reside em quais dessas áreas?
( ) Zona urbana central
( ) Zona urbana periférica
( ) Zona rural
( ) Área de vulnerabilidade social
( ) Unidades habitacionais
( ) Territórios indígenas (demarcados ou em processo de demarcação)
( ) Comunidades quilombolas (terra titulada ou em processo de titulação, com registro na Fundação Palmares)
( ) Áreas atingidas por barragem
( ) Território de povos e comunidades tradicionais (ribeirinhos, louceiros, cipozeiro, pequizeiros, vazanteiros, povos do mar etc.).

Pertence a alguma comunidade tradicional?
( ) Não pertenço a comunidade tradicional
( ) Comunidades Extrativistas
( ) Comunidades Ribeirinhas
( ) Comunidades Rurais
( ) Indígenas
( ) Povos Ciganos
( ) Pescadores(as) Artesanais
( ) Povos de Terreiro
( ) Quilombolas
( ) Outra comunidade tradicional

Gênero:
( ) Mulher cisgênero
( ) Homem cisgênero
( ) Mulher Transgênero
( ) Homem Transgênero
( ) Pessoa Não Binária
( ) Não informar

Raça, cor ou etnia:
( ) Branca
( ) Preta
( ) Parda
( ) Indígena
( ) Amarela

Você é uma Pessoa com Deficiência - PCD?
( ) Sim
( ) Não

Caso tenha marcado "sim", qual tipo de deficiência?
( ) Auditiva
( ) Física
( ) Intelectual
( ) Múltipla
( ) Visual

Qual o seu grau de escolaridade?
( ) Não tenho Educação Formal
( ) Ensino Fundamental Incompleto
( ) Ensino Fundamental Completo
( ) Ensino Médio Incompleto
( ) Ensino Médio Completo
( ) Curso Técnico Completo
( ) Ensino Superior Incompleto
( ) Ensino Superior Completo
( ) Pós Graduação Completo

Qual a sua renda mensal fixa individual (média mensal bruta aproximada) nos últimos 3 meses?
(Calcule fazendo uma média das suas remunerações nos últimos 3 meses. Em 2023, o salário mínimo foi fixado em R$ 1.320,00.)
( ) Nenhuma renda.
( ) Até 1 salário mínimo
( ) De 1 a 3 salários mínimos
( ) De 3 a 5 salários mínimos
( ) De 5 a 8 salários mínimos
( ) De 8 a 10 salários mínimos
( ) Acima de 10 salários mínimos

Você é beneficiário de algum programa social?
( ) Não
( ) Bolsa família
( ) Benefício de Prestação Continuada
( ) Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
( ) Garantia-Safra
( ) Seguro-Defeso
( ) Outro

Vai concorrer às cotas afirmativas?
( ) Sim ( ) Não

Se sim. Qual?
( ) Pessoa negra
( ) Pessoa indígena

Qual a sua principal função/profissão no campo artístico e cultural?
( ) Artista.
( ) Instrutor(a), oficineiro(a), educador(a) artístico(a)-cultural e afins.
( ) Curador(a), Programador(a) e afins.
( ) Gestor(a)
( ) Técnico(a)
( ) Consultor(a), Pesquisador(a) e afins.
( )_____Outro(a)s

Você está representando um coletivo (sem CNPJ)?
( ) Não
( ) Sim

Caso tenha respondido "sim":
Nome do coletivo:
Ano de Criação:
Quantas pessoas fazem parte do coletivo?
Nome completo e CPF das pessoas que compõem o coletivo:

PARA PESSOA JURÍDICA:
Razão Social:
Nome fantasia:
CNPJ:
Endereço da sede:
Cidade:
Estado:
Número de representantes legais:
Nome do representante legal:
CPF do representante legal:
E-mail do representante legal:
Telefone do representante legal:

Gênero do representante legal
( ) Mulher cisgênero

( ) Homem cisgênero
( ) Mulher Transgênero
( ) Homem Transgênero
( ) Não Binária/Binárie
( ) Não informar

Raça/cor/etnia do representante legal
( ) Branca
( ) Preta
( ) Parda
( ) Amarela
( ) Indígena

Representante legal é pessoa com deficiência - PCD?
( ) Sim
( ) Não

Caso tenha marcado "sim" qual o tipo de deficiência?
( ) Auditiva
( ) Física
( ) Intelectual
( ) Múltipla
( ) Visual

Escolaridade do representante legal
( ) Não tenho Educação Formal
( ) Ensino Fundamental Incompleto
( ) Ensino Fundamental Completo
( ) Ensino Médio Incompleto
( ) Ensino Médio Completo
( ) Curso Técnico completo
( ) Ensino Superior Incompleto
( ) Ensino Superior Completo
( ) Pós Graduação completo

2. DADOS DO PROJETO
Nome do Projeto:
Escolha a categoria a que vai concorrer:

Quais atividades e/ou produtos estão previstos no seu projeto? Por favor, quantifique.
Bolsa para desenvolvimento de processos criativos
Capacitação
Catálogo
Curso livre
Curso regular
Encontro
Evento cultural
Exibição
Exposição
Feira
Festival
Fomento
Fotografia
Live
Mostra
Obra
Oficina
Palestra
Pesquisa
Podcast
Premiação
Produção de publicações
Projeto
Publicação
Restauro
Seminário
Site
Vídeo
Vivência

Descrição do projeto
(Na descrição, você deve apresentar informações gerais sobre o seu projeto. Algumas perguntas orientadoras: O que você realizará com o projeto? Porque ele é importante para a sociedade? Como a ideia do projeto surgiu? Conte sobre o contexto de realização.)

Objetivos do projeto
(Neste campo, você deve propor objetivos para o seu projeto, ou seja, deve informar o que você pretende alcançar com a realização do projeto. É importante que você seja breve e proponha entre três a cinco objetivos.)

Metas
(Neste espaço, é necessário detalhar os objetivos em pequenas ações e/ou resultados que sejam quantificáveis. Por exemplo: Realização de 02 oficinas de artes circenses; Confecção de 80 figurinos; 120 pessoas idosas beneficiadas.)

Perfil do público a ser atingido pelo projeto
(Preencha aqui informações sobre as pessoas que serão beneficiadas ou participarão do seu projeto. Perguntas orientadoras: Quem vai ser o público do seu projeto? Essas pessoas são crianças, adultas e/ou idosas? Elas fazem parte de alguma comunidade? Qual a escolaridade delas? Elas moram em qual local, bairro e/ou região? No caso de públicos digitais, qual o perfil das pessoas a que seu projeto se direciona?)

Sua ação cultural é voltada prioritariamente para algum destes perfis de público?
Pessoas vítimas de violência
Pessoas em situação de pobreza
Pessoas em situação de rua (moradores de rua)
Pessoas em situação de restrição e privação de liberdade (população carcerária)
Pessoas com deficiência
Pessoas em sofrimento físico e/ou psíquico
Mulheres
Gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transgêneros e transexuais
Povos e comunidades tradicionais
Negros e/ou negras
Ciganos
Indígenas
Não é voltada especificamente para um perfil, é aberta para todos
Outros

Medidas de acessibilidade empregadas no projeto
(Marque quais medidas de acessibilidade serão implementadas ou estarão disponíveis para a participação de Pessoas com deficiência - PCD´s, tais como, intérprete de libras, audiodescrição, entre outras medidas de acessibilidade a pessoas com deficiência, idosos e mobilidade reduzida, conforme Instrução Normativa nº xxxx.)

Acessibilidade arquitetônica:
( ) rotas acessíveis, com espaço de manobra para cadeira de rodas;
( ) piso tátil;
( ) rampas;
( ) elevadores adequados para pessoas com deficiência;
( ) corrimãos e guarda-corpos;
( ) banheiros femininos e masculinos adaptados para pessoas com deficiência;
( ) vagas de estacionamento para pessoas com deficiência;
( ) assentos para pessoas obesas;
( ) iluminação adequada;
( ) Outra _____

Acessibilidade comunicacional:
( ) a Língua Brasileira de Sinais - Libras;
( ) o sistema Braille;
( ) o sistema de sinalização ou comunicação tátil;
( ) a audiodescrição;
( ) as legendas;
( ) a linguagem simples;
( ) textos adaptados para leitores de tela; e
( ) Outra _____

Acessibilidade atitudinal:
( ) capacitação de equipes atuantes nos projetos culturais;
( ) contratação de profissionais com deficiência e profissionais especializados em acessibilidade cultural;
( ) formação e sensibilização de agentes culturais, público e todos os envolvidos na cadeia produtiva cultural; e
( ) outras medidas que visem a eliminação de atitudes capacitistas.

Informe como essas medidas de acessibilidade serão implementadas ou disponibilizadas de acordo com o projeto proposto.

Local onde o projeto será executado
Informe os espaços culturais e outros ambientes onde a sua proposta será realizada. É importante informar também os municípios e Estados onde ela será realizada.

Previsão do período de execução do projeto
Data de início:
Data final:

Equipe
Informe quais são os profissionais que atuarão no projeto, conforme quadro a seguir:

Nome do profissional /empresa	Função no projeto	CPF/CNPJ	Pessoa negra?	Pessoa índigena?	Pessoa com deficiência?	[INSERIR MAIS COLUNAS, SE NECESSÁRIO]
Ex.: João Silva	Curador	123456789101	Sim/Não	Sim/Não	Sim/Não	

Cronograma de Execução
Descreva os passos a serem seguidos para execução do projeto.

Atividade Geral	Etapa	Descrição	Início	Fim	[INSERIR MAIS COLUNAS, SE NECESSÁRIO]
Ex: Comunicação	Pré-produção	Divulgação do projeto nos veículos de imprensa	11/10/2023	11/11/2023	

Estratégia de divulgação
Apresente os meios que serão utilizados para divulgar o projeto. ex.: impulsionamento em redes sociais.

Contrapartida

Neste campo, descreva qual contrapartida será realizada, quando será realizada, e onde será realizada.
Projeto possui recursos financeiros de outras fontes? Se sim, quais?
(Informe se o projeto prevê apoios financeiros tais como cobrança de ingressos, patrocínio e/ou outras fontes de financiamento. Caso positivo, informe a previsão de valores e onde serão empregados no projeto.)
( ) Não, o projeto não possui outras fontes de recursos financeiros
( ) Apoio financeiro municipal
( ) Apoio financeiro estadual
( ) Recursos de Lei de Incentivo Municipal
( ) Recursos de Lei de Incentivo Estadual
( ) Recursos de Lei de Incentivo Federal
( ) Patrocínio privado direto
( ) Patrocínio de instituição internacional
( ) Doações de Pessoas Físicas
( ) Doações de Empresas
( ) Cobrança de ingressos
( ) Outros
Se o projeto tem outras fontes de financiamento, detalhe quais são, o valor do financiamento e onde os recursos serão empregados no projeto.

O projeto prevê a venda de produtos/ingressos?
(Informe a quantidade dos produtos a serem vendidos, o valor unitário por produto e o valor total a ser arrecadado. Detalhe onde os recursos arrecadados serão aplicados no projeto.)

3. PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
Preencha a tabela informando todas as despesas indicando as metas/etapas às quais elas estão relacionadas.
Deve haver a indicação do parâmetro de preço (Ex.: preço estabelecido no SALICNET, 3 orçamentos, etc) utilizado com a referência específica do item de despesa, conforme exemplo abaixo.

Descrição do item	Justificativa	Unidade de medida	Valor unitário	Quantidade	Valor total	Referência de preço
Ex.: Fotógrafo	Profissional necessário para registro da oficina	Serviço	R$1.100,00	1	R$1.100,00	Salicnet - Oficina/workshop/seminário Audiovisual - Brasília - Fotografia Artística - Serviço

4. DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS A SEREM ANEXADOS
Encaminhe junto a esse formulário os seguintes documentos:
RG e CPF do proponente
Currículo do proponente
Mini currículo dos integrantes do projeto
[OUTROS DOCUMENTOS QUE FOREM OBRIGATÓRIOS DE ACORDO COM AS CATEGORIAS]

ANEXO II
CRITÉRIOS UTILIZADOS NA AVALIAÇÃO DE MÉRITO CULTURAL
As comissões de seleção atribuirão notas de 0 a 10 pontos a cada um dos critérios de avaliação de cada projeto, conforme tabela a seguir:

CRITÉRIOS OBRIGATÓRIOS PARA PROJETOS DE FOMENTO		
Identificação do Critério	**Descrição do Critério**	**Pontuação Máxima**
A	**Qualidade do Projeto - Coerência do objeto, objetivos, justificativa e metas do projeto** A análise deverá considerar, para fins de avaliação e valoração, se o conteúdo do projeto apresenta, como um todo, coerência, observando o objeto, a justificativa e as metas, sendo possível visualizar de forma clara os resultados que serão obtidos.	20
B	**Relevância da ação proposta para o cenário cultural do Estado do Pará** A análise deverá considerar, para fins de avaliação e valoração, se a ação contribui para o enriquecimento e valorização da cultura do estado do Pará.	10
C	**Aspectos de integração comunitária na ação proposta pelo projeto** Considera-se, para fins de avaliação e valoração, se o projeto apresenta aspectos de integração comunitária, através das contrapartidas e estratégias de acessibilidade exigidas pelo Edital.	10
D	**Coerência da planilha orçamentária e do cronograma de execução às metas, resultados e desdobramentos do projeto proposto** A análise deverá avaliar e valorar a viabilidade técnica do projeto sob o ponto de vista dos gastos previstos na planilha orçamentária, sua execução e a adequação ao objeto, metas e objetivos previstos. Também deverá ser considerada para fins de avaliação, a coerência e conformidade dos valores e quantidades dos itens relacionados na planilha orçamentária do projeto.	10
E	**Coerência do Plano de Divulgação ao Cronograma, Objetivos e Metas do projeto proposto** A análise deverá avaliar e valorar a viabilidade técnica e comunicacional com público alvo do projeto, mediante as estratégias, mídias e materiais apresentados, bem como a capacidade de execução.	10
F	**Compatibilidade da ficha técnica com as atividades desenvolvidas** A análise deverá considerar a carreira dos profissionais que compõem o corpo técnico e artístico, verificando a coerência ou não em relação às atribuições que serão executadas por eles no projeto (para esta avaliação serão considerados os currículos dos membros da ficha técnica).	10
G	**Trajetória artística e cultural do proponente** Será considerado para fins de análise a carreira do proponente, com base no currículo e comprovações enviadas juntamente com a proposta	10
PONTUAÇÃO TOTAL:		80

CRITÉRIOS OBRIGATÓRIOS PARA PREMIAÇÃO		
Identificação do Critério	**Descrição do Critério**	**Pontuação Máxima**
A	**Trajetória artística e cultural do proponente com de 10 anos comprovados. A partir daí, para cada ano comprovado, o proponente obtém 1 ponto extra.** Será considerado para fins de análise a carreira do proponente, com base no dossiê e comprovações enviadas juntamente com a proposta	10 padrão para quem comprova 10 anos de atividade
B	Coerência da proposta de premiação A análise deverá considerar, para fins de avaliação e valoração, a Justificativa para premiação.	10
C	**Aspectos de transmissão de conhecimentos** Considera-se, para fins de avaliação e valoração, se o proponente apresenta atividades de repasse de seus conhecimentos para outras pessoas ou grupo (contrapartidas).	10
PONTUAÇÃO TOTAL:		30+

A pontuação final de cada candidatura será definida por média das notas atribuídas individualmente por cada membro da Comissão de Seleção.
Os critérios gerais são eliminatórios, de modo que, o agente cultural que receber pontuação 0 em algum dos critérios será desclassificado do Edital.
Em caso de empate, serão utilizados para fins de classificação dos projetos a maior nota nos critérios de acordo com a ordem abaixo definida: A, B, C, D, E, F, G, H respectivamente.
Caso nenhum dos critérios acima elencados seja capaz de promover o desempate será adotado o critério de maior idade do proponente pessoa física ou representante de pessoa jurídica.
Serão considerados aptos os projetos de fomento que receberem nota final igual ou superior a 40 pontos.
Serão considerados aptas as propostas de premiação que receberem nota final igual ou superior a 20 pontos.
Serão desclassificados os projetos que:
I - receberam nota 0 em qualquer dos critérios obrigatórios;
II - apresentem quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade ou outras formas de discriminação serão desclassificadas, com fundamento no disposto no inciso IV do caput do art. 3º da Constituição, garantidos o contraditório e a ampla defesa.
III - A falsidade de informações acarretará desclassificação, podendo ensejar, ainda, a aplicação de sanções administrativas ou criminais.

ANEXO III
TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL
TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº [INDICAR NÚMERO]/[INDICAR ANO] TENDO POR OBJETO A CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO A AÇÕES CULTURAIS CONTEMPLADAS PELO EDITAL nº XX/2023 –, NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO), DO DECRETO N. 11.525/2023 (DECRETO PAULO GUSTAVO) E DO DECRETO 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

1. PARTES
1.1 O [NOME DO ENTE FEDERATIVO], neste ato representado por [AUTORIDADE QUE ASSINARÁ PELO ENTE FEDERATIVO], Senhor(a) [INDICAR NOME DA AUTORIDADE QUE ASSINARÁ PELO ENTE FEDERATIVO], e o(a) AGENTE CULTURAL, [INDICAR NOME DO(A) AGENTE CULTURAL CONTEMPLADO], portador(a) do RG nº [INDICAR Nº DO RG], expedida em [INDICAR ÓRGÃO EXPEDIDOR], CPF nº [INDICAR Nº DO CPF], residente e domiciliado(a) à [INDICAR ENDEREÇO], CEP: [INDICAR CEP], telefones: [INDICAR TELEFONES], resolvem firmar o presente Termo de Execução Cultural, de acordo com as seguintes condições:
2. PROCEDIMENTO
2.1 Este Termo de Execução Cultural é instrumento da modalidade de fomento à execução de ações culturais de que trata o inciso I do art. 8 do Decreto 11.453/2023, celebrado com agente cultural selecionado nos termos da LEI COMPLEMENTAR Nº 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO), DO DECRETO N. 11.525/2023 (DECRETO PAULO GUSTAVO) E DO DECRETO 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).
3. OBJETO
3.1. Este Termo de Execução Cultural tem por objeto a concessão de apoio financeiro ao projeto cultural [INDICAR NOME DO PROJETO], contemplado no conforme processo administrativo nº [INDICAR NÚMERO DO PROCESSO].
4. RECURSOS FINANCEIROS
4.1. Os recursos financeiros para a execução do presente termo totalizam o montante de R$ [INDICAR VALOR EM NÚMERO ARÁBICOS] ([INDICAR VALOR POR EXTENSO] reais).
4.2. Serão transferidos à conta do(a) AGENTE CULTURAL, especialmente aberta no [NOME DO BANCO], Agência [INDICAR AGÊNCIA], Conta Corrente nº [INDICAR CONTA], para recebimento e movimentação.
5. APLICAÇÃO DOS RECURSOS
5.1 Os rendimentos de ativos financeiros poderão ser aplicados para o alcance do objeto, sem a necessidade de autorização prévia.
6. OBRIGAÇÕES
6.1 São obrigações da SECULT/PA:
I) transferir os recursos ao(a)AGENTE CULTURAL;
II) orientar o(a) AGENTE CULTURAL sobre o procedimento para a prestação

de informações dos recursos concedidos;
III) analisar e emitir parecer sobre os relatórios e sobre a prestação de informações apresentados pelo(a) AGENTE CULTURAL;
IV) zelar pelo fiel cumprimento deste termo de execução cultural;
V) adotar medidas saneadoras e corretivas quando houver inadimplemento;
VI) monitorar o cumprimento pelo(a) AGENTE CULTURAL das obrigações previstas na CLÁUSULA 6.2.
6.2 São obrigações do(a) AGENTE CULTURAL:
I) executar a ação cultural aprovada;
II) aplicar os recursos concedidos pela Lei Paulo Gustavo na realização da ação cultural;
III) manter, obrigatória e exclusivamente, os recursos financeiros depositados na conta especialmente aberta para o Termo de Execução Cultural;
IV) facilitar o monitoramento, o controle e supervisão do termo de execução cultural bem como o acesso ao local de realização da ação cultural;
V) prestar informações à SECULT por meio de Relatório de Execução do Objeto, apresentado no prazo máximo de até 31 de dezembro de 2024, contados do término da vigência do termo de execução cultural;
VI) atender a qualquer solicitação regular feita pela SECULT, a contar do recebimento da notificação;
VII) divulgar nos meios de comunicação, a informação de que a ação cultural aprovada é apoiada com recursos da Lei Paulo Gustavo, incluindo as marcas do Governo federal, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura;
VIII) não realizar despesa em data anterior ou posterior à vigência deste termo de execução cultural;
IX) guardar a documentação referente à prestação de informações pelo prazo de 10 anos, contados do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural;
X) não utilizar os recursos para finalidade diversa da estabelecida no projeto cultural;
XI) executar a contrapartida conforme pactuado.

7. PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES,
7.1 O agente cultural prestará contas à administração pública por meio da categoria de prestação de informações em relatório de execução do objeto.
7.2 A prestação de informações em relatório de execução do objeto comprovará que foram alcançados os resultados da ação cultural, por meio dos seguintes procedimentos:
I - apresentação de relatório de execução do objeto pelo beneficiário no prazo estabelecido pelo ente federativo no regulamento ou no instrumento de seleção;
II - apresentação de relatório de execução financeira do projeto, e;
III - análise do relatório de execução do objeto por agente público designado.
7.2.1 O relatório de prestação de informações sobre o cumprimento do objeto deverá:
I - comprovar que foram alcançados os resultados da ação cultural;
II - conter a descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;
III - ter anexados documentos de comprovação do cumprimento do objeto, tais como: Declarações de realização dos eventos, com registro fotográfico ou audiovisual, clipping de matérias jornalísticas, releases, folders, catálogos, panfletos, filipetas, bem como outros documentos pertinentes à execução do projeto.
7.2.2 O agente público competente elaborará parecer técnico de análise do relatório de execução do objeto e poderá adotar os seguintes procedimentos, de acordo com o caso concreto:
I - encaminhar o processo à autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações, caso conclua que houve o cumprimento integral do objeto; ou
II - solicitar a apresentação, pelo agente cultural, de relatório de execução financeira, caso considere que não foi possível aferir o cumprimento integral do objeto no relatório de execução do objeto ou que as justificativas apresentadas sobre o cumprimento parcial do objeto foram insuficientes.
7.2.3 Após o recebimento do processo pelo agente público de que trata o item 7.2.2, autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações poderá:
I - determinar o arquivamento, caso considere que houve o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado;
II - solicitar a apresentação, pelo agente cultural, de relatório de execução financeira, caso considere que não foi possível aferir o cumprimento integral do objeto no relatório de execução do objeto ou que as justificativas apresentadas sobre o cumprimento parcial do objeto foram insuficientes; ou
III - aplicar sanções ou decidir pela rejeição da prestação de informações, caso verifique que não houve o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado, ou caso identifique irregularidades no relatório de execução financeira.
7.3 O relatório de execução financeira será exigido, independente da modalidade inicial de prestação de informações (in loco ou em relatório de execução do objeto), somente nas seguintes hipóteses:
I - quando não estiver comprovado o cumprimento do objeto, observados os procedimentos previstos no item 7.2; ou
II - quando for recebida, pela administração pública, denúncia de irregularidade na execução da ação cultural, mediante juízo de admissibilidade que avaliará os elementos fáticos apresentados.
7.3.1 O prazo para apresentação do relatório de execução financeira será de, no mínimo, trinta dias, contado do recebimento da notificação.
7.4 O julgamento da prestação de informações realizado pela autoridade do ente federativo que celebrou o termo de execução cultural avaliará o parecer técnico de análise de prestação de informações e poderá concluir pela:
I - aprovação da prestação de informações, com ou sem ressalvas; ou
II - reprovação da prestação de informações, parcial ou total.
7.5 Na hipótese de o julgamento da prestação de informações apontar a necessidade de devolução de recursos, o agente cultural será notificado para que exerça a opção por:
I - devolução parcial ou integral dos recursos ao erário;
II - apresentação de plano de ações compensatórias; ou
III - devolução parcial dos recursos ao erário juntamente com a apresentação de plano de ações compensatórias.
7.5.1 A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a reprovação da prestação de informações, desde que comprovada.
7.5.2 Nos casos em que estiver caracterizada má-fé do agente cultural, será imediatamente exigida a devolução de recursos ao erário, vedada a aceitação de plano de ações compensatórias.
7.5.3 Nos casos em que houver exigência de devolução de recursos ao erário, o agente cultural poderá solicitar o parcelamento do débito, na forma e nas condições previstas na legislação.
7.5.4 O prazo de execução do plano de ações compensatórias será o menor possível, conforme o caso concreto, limitado à metade do prazo originalmente previsto de vigência do instrumento.
8. ALTERAÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL
8.1 A alteração do termo de execução cultural será formalizada por meio de termo aditivo.
8.2 A formalização de termo aditivo não será necessária nas seguintes hipóteses:
I - prorrogação de vigência realizada de ofício pela administração pública quando der causa a atraso na liberação de recursos; e
II - alteração do projeto sem modificação do valor global do instrumento e sem modificação substancial do objeto.
8.3 Na hipótese de prorrogação de vigência, o saldo de recursos será automaticamente mantido na conta, a fim de viabilizar a continuidade da execução do objeto.
8.4 As alterações do projeto cujo escopo seja de, no máximo, 20% poderão ser realizadas pelo agente cultural e comunicadas à administração pública em seguida, sem a necessidade de autorização prévia.
8.5 A aplicação de rendimentos de ativos financeiros em benefício do objeto do termo de execução cultural poderá ser realizada pelo agente cultural sem a necessidade de autorização prévia da administração pública.
8.6 Nas hipóteses de alterações em que não seja necessário termo aditivo, poderá ser realizado apostilamento.
9. TITULARIDADE DE BENS
9.1 Os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução da ação cultural fomentada serão de titularidade do agente cultural desde a data da sua aquisição.
9.2 Nos casos de rejeição da prestação de contas em razão da aquisição ou do uso do bem, o valor pago pela aquisição será computado no cálculo de valores a devolver, com atualização monetária.
[OU]
9.2 Os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução da ação cultural fomentada serão de titularidade do [NOME DO ENTE].
[AO FORMALIZAR O TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL, O ENTE DEVE DECIDIR SE OS BENS ADQUIRIDOS, PRODUZIDOS OU TRANSFORMADOS PELO AGENTE CULTURAL SERÃO DO PRÓPRIO AGENTE CULTURAL OU DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. OS BENS PODEM FICAR COM O AGENTE CULTURAL NAS HIPÓTESES TRATADAS NO ART. 27 DO DECRETO 11.453/2023]
10. EXTINÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL
10.1 O presente Termo de Execução Cultural poderá ser:
I - extinto por decurso de prazo;
II - extinto, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;
III - denunciado, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe; ou
IV - rescindido, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe, nas seguintes hipóteses:
a) descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;
b) irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas ;
c) violação da legislação aplicável;
d) cometimento de falhas reiteradas na execução;
e) má administração de recursos públicos;
f) constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;
g) não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;h) outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.
10.2 A denúncia só será eficaz 60 (sessenta) dias após a data de recebimento da notificação, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença.
10.3 Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.
10.4 Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje dano ao erário, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela Administração Pública.
10.5 Outras situações relativas à extinção deste Termo não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser negociados entre as partes ou, se for o caso, no Termo de Distrato.
11. SANÇÕES
11.1 . Nos casos em que for verificado que a ação cultural ocorreu, mas

houve inadequação na execução do objeto ou na execução financeira sem má-fé, a autoridade pode concluir pela aprovação da prestação de informações com ressalvas e aplicar sanção de advertência ou multa.
11.2 A decisão sobre a sanção deve ser precedida de abertura de prazo para apresentação de defesa pelo AGENTE CULTURAL.
11.3 A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a aplicação de sanção, desde que regularmente comprovada.

12. MONITORAMENTO E CONTROLE DE RESULTADOS

12.1 [DEVE SER INFORMADO COMO O ÓRGÃO REALIZARÁ O MONITORAMENTO DAS AÇÕES, PODENDO SER POR MEIO DE COMISSÃO ESPECÍFICA PARA ESTE FIM, POR ENVIO DE RELATÓRIOS, ENTRE OUTRAS MEDIDAS].

13. VIGÊNCIA

13.1 A vigência deste instrumento terá início na data de assinatura das partes, com duração de [PRAZO EM ANOS OU MESES], podendo ser prorrogado por [PRAZO MÁXIMO DE PRORROGAÇÃO].

14. PUBLICAÇÃO

14.1 O Extrato do Termo de Execução Cultural será publicado no [INFORMAR ONDE SERÁ PUBLICADO]

15. FORO

15.1 Fica eleito o Foro de [LOCAL] para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao presente Termo de Execução Cultural.
LOCAL, [INDICAR DIA, MÊS E ANO].
Pelo órgão: Pelo Agente Cultural:
[NOME DO AGENTE CULTURAL]

ANEXO IV

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

1. DADOS DO PROJETO

Nome do projeto:
Nome do agente cultural proponente:
Nº do Termo de Execução Cultural
Vigência do projeto:
Valor repassado para o projeto:
Data de entrega desse relatório:

2. RESULTADOS DO PROJETO

2.1. Resumo:
Descreva de forma resumida como foi a execução do projeto, destacando principais resultados e benefícios gerados e outras informações pertinentes.

2.2. As ações planejadas para o projeto foram realizadas?
( ) Sim, todas as ações foram feitas conforme o planejado.
( ) Sim, todas as ações foram feitas, mas com adaptações e/ou alterações.
( ) Uma parte das ações planejadas não foi feita.
( ) As ações não foram feitas conforme o planejado.

2.3. Ações desenvolvidas
Descreva as ações desenvolvidas, com informações detalhando ações, datas, locais, horários, etc. Fale também sobre a eventuais alterações nas atividades previstas no projeto, bem como os possíveis impactos nas metas acordadas.

2.4. Cumprimento das Metas
Metas integralmente cumpridas:
• META 1 [Descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado]
◦ OBSERVAÇÃO DA META 1: [informe como a meta foi cumprida]
Metas parcialmente cumpridas (SE HOUVER):
• META 1 [Descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado]
◦ Observações da Meta 1: [Informe qual parte da meta foi cumprida]
◦ Justificativa para o não cumprimento integral: [Explique porque parte da meta não foi cumprida]
Metas não cumpridas (se houver)
• Meta 1 [Descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado]
◦ Justificativa para o não cumprimento: [Explique porque a meta não foi cumprida]

3. PRODUTOS GERADOS

3.1. A execução do projeto gerou algum produto?
Exemplos: vídeos, produção musical, produção gráfica etc.
( ) Sim
( ) Não

3.1.1. Quais produtos culturais foram gerados?
Você pode marcar mais de uma opção. Informe também as quantidades.
( ) Publicação
( ) Livro
( ) Catálogo
( ) Live (transmissão on-line)
( ) Vídeo
( ) Documentário
( ) Filme
( ) Relatório de pesquisa
( ) Produção musical
( ) Jogo
( ) Artesanato
( ) Obras
( ) Espetáculo
( ) Show musical
( ) Site
( ) Música
( ) Outros: _____

3.1.2. Como os produtos desenvolvidos ficaram disponíveis para o público após o fim do projeto?
Exemplos: publicações impressas, vídeos no YouTube?

3.2. Quais foram os resultados gerados pelo projeto?
Detalhe os resultados gerados por cada atividade prevista no Projeto.

3.2.1 Pensando nos resultados finais gerados pelo projeto, você considera que ele:
(Você pode marcar mais de uma opção).
( ) Desenvolveu processos de criação, de investigação ou de pesquisa.
( ) Desenvolveu estudos, pesquisas e análises sobre o contexto de atuação.
( ) Colaborou para manter as atividades culturais do coletivo.
( ) Fortaleceu a identidade cultural do coletivo.
( ) Promoveu as práticas culturais do coletivo no espaço em que foi desenvolvido.
( ) Promoveu a formação em linguagens, técnicas e práticas artísticas e culturais.
( ) Ofereceu programações artísticas e culturais para a comunidade do entorno.
( ) Atuou na preservação, na proteção e na salvaguarda de bens e manifestações culturais.

4. PÚBLICO ALCANÇADO

Informe a quantidade de pessoas beneficiadas pelo projeto, demonstre os mecanismos utilizados para mensuração, a exemplo de listas de presenças. Em caso de baixa frequência ou oscilação relevante informe as justificativas.

5. EQUIPE DO PROJETO

5.1 Quantas pessoas fizeram parte da equipe do projeto?
Digite um número exato (exemplo: 23).

5.2 Houve mudanças na equipe ao longo da execução do projeto?
( ) Sim ( ) Não
Informe se entraram ou saíram pessoas na equipe durante a execução do projeto.

5.3 Informe os profissionais que participaram da execução do projeto:

Nome do profissional/ empresa	Função no projeto	CPF/CNPJ	Pessoa negra?	Pessoa índigena?	Pessoa com deficiência?	[INSERIR MAIS COLUNAS, SE NECESSÁRIO]
Ex.: João Silva	Cineasta	123456789101	Sim/Não	Sim/Não	Sim/Não	

6. LOCAIS DE REALIZAÇÃO

6.1 De que modo o público acessou a ação ou o produto cultural do projeto?
( )1. Presencial.
( ) 2. Virtual.
( ) 3. Híbrido (presencial e virtual).

Caso você tenha marcado os itens 2 ou 3 (virtual e híbrido):

6.2 Quais plataformas virtuais foram usadas?
Você pode marcar mais de uma opção.
( )Youtube
( )Instagram / IGTV
( )Facebook
( )TikTok
( )Google Meet, Zoom etc.
( )Outros: _____

6.3 Informe aqui os links dessas plataformas:
Caso você tenha marcado os itens 1 e 3 (Presencial e Híbrido):
6.4 De que forma aconteceram as ações e atividades presenciais do projeto?
( )1. Fixas, sempre no mesmo local.
( )2. Itinerantes, em diferentes locais.
( )3. Principalmente em um local base, mas com ações também em outros locais.

No item 6.4 caso você tenha marcado o item 1 (Fixas):

6.5 Em que município o projeto aconteceu?

6.7 Em que área do município o projeto foi realizado?
Você pode marcar mais de uma opção.
( )Zona urbana central.
( )Zona urbana periférica.
( )Zona rural.
( )Área de vulnerabilidade social.
( )Unidades habitacionais.
( )Territórios indígenas (demarcados ou em processo de demarcação).
( )Comunidades quilombolas (terra titulada, em processo de titulação, com registro na Fundação Palmares).
( )Áreas atingidas por barragem.
( )Território de povos e comunidades tradicionais (ribeirinhos, louceiros,

cipozeiro, pequizeiros, vazanteiros, povos do mar etc.).
( )Outros: _____

6.8 Onde o projeto foi realizado?
Você pode marcar mais de uma opção.
( )Equipamento cultural público municipal.
( )Equipamento cultural público estadual.
( )Espaço cultural independente.
( )Escola.
( )Praça.
( )Rua.
( )Parque.
( )Outros

No item 6.4 caso você tenha marcado o item 2 (itinerante):

6.9 Em quais municípios o projeto aconteceu?

6.10 Em quais áreas o projeto foi realizado?
Você pode marcar mais de uma opção.

( )Zona urbana central.
( )Zona urbana periférica.
( )Zona rural.
( )Área de vulnerabilidade social.
( )Unidades habitacionais.
( )Territórios indígenas (demarcados ou em processo de demarcação).
( )Comunidades quilombolas (terra titulada, em processo de titulação, com registro na Fundação Palmares).
( )Áreas atingidas por barragem.
( )Território de povos e comunidades tradicionais (ribeirinhos, louceiros, cipozeiro, pequizeiros, vazanteiros, povos do mar etc.).
( )Outros: _____

6.11 Onde o projeto foi realizado?
Você pode marcar mais de uma opção.
( )Equipamento cultural público municipal.
( )Equipamento cultural público estadual.
( )Espaço cultural independente.
( )Escola.
( )Praça.
( )Rua.
( )Parque.
( )Outros _____

No item 6.4 caso você tenha marcado o item 3 (Base):

6.12 Em quais municípios o projeto aconteceu?

6.13 Em quais áreas o projeto foi realizado?
Você pode marcar mais de uma opção.
( )Zona urbana central.
( )Zona urbana periférica.
( )Zona rural.
( )Área de vulnerabilidade social.
( )Unidades habitacionais.
( )Territórios indígenas (demarcados ou em processo de demarcação).
( )Comunidades quilombolas (terra titulada, em processo de titulação, com registro na Fundação Palmares).
( )Áreas atingidas por barragem.
( )Território de povos e comunidades tradicionais (ribeirinhos, louceiros, cipozeiro, pequizeiros, vazanteiros, povos do mar etc.).
( )Outros: _____

6.14 Onde o projeto foi realizado?
Você pode marcar mais de uma opção.
( )Equipamento cultural público municipal.
( )Equipamento cultural público estadual.
( )Espaço cultural independente.
( )Escola.
( )Praça.
( )Rua.
( )Parque.
( )Outros_____

7. DIVULGAÇÃO DO PROJETO
Informe como o projeto foi divulgado. Ex.: Divulgado no instagram

8. CONTRAPARTIDA
Descreva como a contrapartida foi executada, quando foi executada e onde foi executada.

9. TÓPICOS ADICIONAIS
Inclua aqui informações relevantes que não foram abordadas nos tópicos anteriores, se houver.

10. ANEXOS
Junte documentos que comprovem que você executou o projeto, tais como listas de presença, relatório fotográfico, vídeos, depoimentos, entre outros.
Nome
Assinatura do Agente Cultural Proponente

ANEXO V
DECLARAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DE GRUPO OU COLETIVO
OBS.: Essa declaração deve ser preenchida somente por proponentes que sejam um grupo ou coletivo sem personalidade jurídica, ou seja, sem CNPJ.
GRUPO ARTÍSTICO:
NOME DO REPRESENTANTE INTEGRANTE DO GRUPO OU COLETIVO ARTÍSTICO:
DADOS PESSOAIS DO REPRESENTANTE: [IDENTIDADE, CPF, E-MAIL E TELEFONE]
Os declarantes abaixo-assinados, integrantes do grupo artístico [NOME DO GRUPO OU COLETIVO], elegem a pessoa indicada no campo "REPRESENTANTE" como único e representante neste edital, outorgando-lhe poderes para fazer cumprir todos os procedimentos exigidos nas etapas do edital, inclusive assinatura de recibo, troca de comunicações, podendo assumir compromissos, obrigações, transigir, receber pagamentos e dar quitação, renunciar direitos e qualquer outro ato relacionado ao referido edital. Os declarantes informam que não incorrem em quaisquer das vedações do item de participação previstas no edital.

NOME DO INTEGRANTE	DADOS PESSOAIS	ASSINATURAS

[LOCAL]
[DATA]

ANEXO VI
DECLARAÇÃO ÉTNICO-RACIAL
(Para agentes culturais concorrentes às cotas étnico-raciais – negros ou indígenas)

Eu, _____
_____, CPF nº_____, RG nº _____,
DECLARO para fins de participação no Edital (Nome ou número do edital) que sou _____(informar se é NEGRO OU INDÍGENA).
Por ser verdade, assino a presente declaração e estou ciente de que a apresentação de declaração falsa pode acarretar desclassificação do edital e aplicação de sanções criminais.
NOME
ASSINATURA DO DECLARANTE

ANEXO VII
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
Nome do Proponente:
Nº de Registro no Mapa Cultural:
Nome do projeto:
Nº de inscrição:

Meta /etapa 1						
Descrição do item	**Justificativa**	**Unidade de medida**	**Valor unitário**	**Quantidade**	**Valor total**	**Referência de preço**
Ex.: Fotógrafo	Profissional necessário para registro da oficina	Serviço	R$1.100,00	1	R$1.100,00	. Salicnet . Praticado no mercado
Meta /etapa 2						
Ex. Ampliações das imagens	Serviço necessário para exposição	und	R$50,00	1	R$50,00	. Salicnet . Praticado no mercado

Preencha a tabela informando todas as despesas indicando as metas/etapas às quais elas estão relacionadas (ex. pré-produção, produção, execução)
Deve haver a indicação do parâmetro de preço (Ex.: preço estabelecido no SALICNET, 3 orçamentos, etc),utilizado com a referência específica do item de despesa, conforme exemplo.
Adicione quantas linhas forem necessárias para etapas e itens do seu orçamento.

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 020/2023 – LIVRO E LEITURA – LEI PAULO GUSTAVO
EDITAL DE SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA LEI COMPLEMENTAR 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO) – LIVRO E LEITURA
Este Edital é realizado com recursos do Governo Federal repassados por meio da Lei Complementar nº 195/2022 - Lei Paulo Gustavo.
A Lei Paulo Gustavo (LGP) viabiliza o maior investimento direto no setor cultural da história do Brasil e simboliza o processo de resistência da classe artística durante a pandemia de Covid-19, que limitou severamente as atividades do setor cultural.
É, ainda, uma homenagem a Paulo Gustavo, artista símbolo da categoria, vitimado pela doença.
As condições para a execução da Lei Paulo Gustavo foram criadas por meio do engajamento da sociedade e o presente edital destina-se a apoiar projetos apresentados pelos agentes culturais do segmento de LIVRO E LEITURA.
Deste modo, a Secretaria de Cultura do Estado do Pará – SECULT/PA, torna público o presente edital elaborado com base na Lei Complementar 195/2022, no Decreto 11.525/2023 e no Decreto 11.453/2023 e no Termo

de Fomento 060, celebrado com o **FUNDO DE AMPARO E DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA – FADESP**, entidade parceira na execução das ações deste edital.
Na realização deste edital estão asseguradas medidas de democratização, desconcentração, descentralização e regionalização do investimento cultural, com a implementação de ações afirmativas, fundamentado na previsão do Decreto nº 11.525, de 11 de maio de 2023 (Decreto de Regulamentação da Lei Paulo Gustavo), em seus artigos 14, 15 e 16.

1. OBJETO

O objeto deste Edital é a seleção de **119 (cento e dezenove)** projetos culturais do segmento de Livro e Leitura, para receberem recursos financeiros, visando o incentivo ao referido segmento no estado do Pará. A distribuição dos recursos será realizada de acordo com a modalidade descrita no item 1.1.

1.1 Modalidade: Fomento

1.1.1 Bibliotecas Comunitárias: 25 (vinte e cinco) projetos culturais de até R$13.000,00 (treze mil reais), destinados às atividades desenvolvidas por Bibliotecas Comunitárias.
1.1.2 Livrarias: 10 (dez) projetos culturais de até R$15.500,00 (quinze mil e quinhentos reais), destinados à atividades desenvolvidas em livrarias.
1.1.3 Editoras – 4 (quatro) projetos culturais de até R$12.500,00 (Doze mil e quinhentos reais), destinados a atividades desenvolvidas por editoras.
1.1.4 Escritores – 20 (vinte) projetos culturais de até R$13.000,00 (treze mil reais) destinados à publicação de livros com temáticas amazônicas.
1.1.5 Sebarias – 20 (vinte) projetos culturais de até R$7.500,00 (sete mil e quinhentos reais), destinados a atividades culturais desenvolvidas por Sebos.
1.1.6 Contadores de História e Mediadores de Leitura – 40 (quarenta) projetos culturais de até R$5.000,00 (cinco mil reais), destinados a atividades desenvolvidas por contadores de história e mediadores de leitura.
1.2. Caso o valor destinado à atividade inicialmente previsto não seja utilizado integralmente, poderão ser convocados mais proponentes aprovados.
1.3. Havendo sobra de recursos em uma das atividades o saldo remanescente poderá ser remanejado para contemplar propostas de outras faixas deste edital.
1.3.1. O remanejamento deverá priorizar as faixas que possuam maior demanda de propostas de proponentes na condição de suplente, bem como respeitar as cotas reservadas às pessoas negras e indígenas e, quando possível, a ordem de classificação e as cotas de regionalização.
1.4. No caso de sobra de recurso neste edital, o saldo remanescente deste poderá ser utilizado para contemplar os(as) proponentes com propostas selecionadas em outros Editais da Lei Paulo Gustavo publicados pela Secretaria de Cultura do Estado do Pará, priorizando aqueles com maior demanda.
1.5. O valor inicialmente disponível para este Edital poderá ser ampliado, caso haja sobra de recursos de outros Editais publicados pela Secretaria de Cultura no âmbito da Lei Paulo Gustavo ou do recebimento de recursos da Lei Paulo Gustavo não executados pelos municípios.

2. VALORES

2.1 O valor total disponibilizado para este Edital é de **R$1.140.000,00** (um milhão, cento e quarenta mil reais) para projetos de fomento da LPG.

3. QUEM PODE SE INSCREVER

3.1 Pode se inscrever no Edital qualquer agente cultural residente e domiciliado no Estado do Pará há pelo menos 2 (dois) anos.
3.1.1. A comprovação de residência é dispensada na forma descrita no item 14.2.1.1.
3.2 Em regra, o agente cultural pode ser:
I - Pessoa física ou Microempreendedor Individual (MEI)
II - Pessoa jurídica com fins lucrativos (Ex.: empresa de pequeno porte, empresa de grande porte, etc)
III - Pessoa jurídica sem fins lucrativos (Ex.: Associação, Fundação, Cooperativa, etc)
IV - Coletivo/Grupo sem CNPJ representado por pessoa física.
3.3 O proponente é o agente cultural responsável pela inscrição do projeto no Mapa Cultural.
3.4 Na hipótese de agentes culturais que atuem como grupo ou coletivo cultural sem constituição jurídica (ou seja, sem CNPJ), será indicada pessoa física como responsável legal para o ato da assinatura do Termo de Execução Cultural e a representação será formalizada em declaração assinada pelos demais integrantes do grupo ou coletivo, podendo ser utilizado o modelo constante no Anexo V.
3.5 O proponente não pode exercer apenas funções administrativas no âmbito do projeto e deve exercer necessariamente a função de criação, ou direção, ou produção, ou coordenação, ou gestão artística, ou outra função de destaque e capacidade de decisão no projeto.

4. QUEM NÃO PODE SE INSCREVER

4.1 Não pode se inscrever neste Edital, proponentes que:
I - tenham se envolvido diretamente na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento de recursos;
II - sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de servidor público do órgão responsável pelo edital, nos casos em que o referido servidor tiver atuado na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento de recursos; e
III - sejam membros do Poder Legislativo (Deputados, Senadores, Vereadores), do Poder Judiciário (Juízes, Desembargadores, Ministros), do Ministério Público (Promotor, Procurador); do Tribunal de Contas (Auditores e Conselheiros).
IV - Proponentes inadimplentes com prestação de contas de editais realizados pela Secult e organizações da sociedade civil parceiras, com recursos da Lei Aldir Blanc.
4.2 O agente cultural que integrar Conselho de Cultura poderá concorrer neste Edital para receber recursos do fomento cultural, exceto quando se enquadrar nas vedações previstas no item 4.1.
4.3 Quando se tratar de proponentes pessoas jurídicas, estarão impedidas de apresentar projetos aquelas cujos sócios, diretores e/ou administradores se enquadrarem nas situações descritas no tópico 4.1.
4.4 A participação de agentes culturais nas oitivas e consultas públicas não caracteriza o envolvimento direto na etapa de elaboração do edital de que trata o subitem I do item 4.1.

5. COTAS

5.1 Ficam garantidas cotas étnico-raciais em todas as categorias do edital, nas seguintes proporções e ordenamento de selecionados:
I) 50% para mulheres (cis e trans);
II) 30% (trinta por cento) para propostas de Região de Integração do Guajará (onde se localiza a capital do Estado) e 70% (setenta por cento) para propostas advindas das demais Regiões do Estado
III) No mínimo 20% para pessoas negras (pretas e pardas); e
IV) no mínimo 10% para pessoas indígenas.
5.2 Os agentes culturais que optarem por concorrer às cotas para pessoas negras (pretas e pardas) e indígenas concorrerão concomitantemente às vagas destinadas à ampla concorrência, ou seja concorrerão ao mesmo tempo nas vagas da ampla concorrência e nas vagas reservadas às cotas, podendo ser selecionado de acordo com a sua nota ou classificação no processo seleção.
5.3 Os agentes culturais negros (pretos e pardos) e indígenas optantes por concorrer às cotas (opção presente na ficha de incrição dos projetos) que atingirem nota suficiente para se classificar no número de vagas oferecidas para ampla concorrência não ocuparão as vagas destinadas para o preenchimento das cotas, ou seja, serão selecionados nas vagas da ampla concorrência, ficando a vaga da cota para o próximo colocado optante pela cota.
5.4 Em caso de desistência de optantes aprovados nas cotas, a vaga não preenchida deverá ser ocupada por pessoa que concorreu às cotas de acordo com a ordem de classificação.
5.5 No caso de não existirem propostas aptas em número suficiente para o cumprimento de uma das categorias de cotas previstas na seleção, o número de vagas restantes deverá ser destinado inicialmente para a outra categoria de cotas.
5.6 Caso não haja outra categoria de cotas de que trata o item 5.5, as vagas não preenchidas deverão ser direcionadas para a ampla concorrência, sendo direcionadas para os demais candidatos aprovados, de acordo com a ordem de classificação.
5.7 Para concorrer às cotas, os agentes culturais deverão autodeclarar-se no ato da inscrição usando a autodeclaração étnico-racial de que trata o Anexo VI.
5.8 Caso necessário, para fins de verificação da autodeclaração, poderá ser solicitada Carta Consubstanciada, que será analisada por um comitê formado por membros de entidades representativas.
5.9 As pessoas jurídicas e coletivos sem constituição jurídica podem concorrer às cotas, desde que preencham algum dos requisitos abaixo:
I – pessoas jurídicas que possuem quadro societário majoritariamente composto por pessoas negras (pretas e pardas) ou indígenas;
II – pessoas jurídicas ou grupos e coletivos sem constituição jurídica que possuam pessoas negras (pretas e pardas) ou indígenas em posições de liderança no projeto cultural; e
III – pessoas jurídicas ou coletivos sem constituição jurídica que possuam equipe do projeto cultural majoritariamente composta por pessoas negras (pretas e pardas) ou indígenas.
5.10 As pessoas físicas que compõem a equipe da pessoa jurídica e o grupo ou coletivo sem constituição jurídica devem se submeter aos regramentos descritos nos itens acima, observando o item 5.7

6. PRAZO PARA SE INSCREVER

6.1 Para se inscrever no Edital, o proponente deve enviar toda documentação obrigatória relatada no 7.3, entre os dias 12 de setembro e 12 de outubro de 2023, exclusivamente através da plataforma Mapa Cultural do Pará, no endereço eletrônico http://www.mapacultural.pa.gov.br/lpg/livro-e-leitura.
1.2. Para efeito de inscrição todos os proponentes deverão estar cadastrados no mapa cultural.pa.gov.br.
1.3. Todas as informações fornecidas no ato da inscrição deverão ser verídicas e atualizadas. Não serão aceitas propostas entregues presencialmente na sede da SECULT, ou da executora do certame, ou materiais postados via Correios.
1.4. Os proponentes que já têm cadastro no Mapa Cultural do Pará não precisam fazer novo cadastro, podendo atualizar informações que julgarem necessárias até a data de envio de sua inscrição.
1.5. O ato de inscrição pressupõe plena concordância dos termos, cláusulas e condições deste edital e de seus anexos, que passarão a integrar as obrigações, bem como a observância dos regulamentos administrativos e das normas técnicas aplicáveis, não sendo aceita, sob qualquer hipótese, alegação de seu desconhecimento em qualquer fase do procedimento administrativo e execução dos serviços.
1.6. Os anexos que compõem este edital deverão ser assinados de maneira física ou eletrônica, com o encaminhamento na forma digital no ato de inscrição anexados no formato PDF.
6.7. As inscrições feitas em desacordo com os prazos e demais exigências do presente edital serão indeferidas.
1.8 Não serão aceitas complementações, modificações ou substituições de dados e de anexos à inscrição, depois de finalizada.
1.9 É vedada a participação de órgãos públicos, escolas e fundações privadas.

7. COMO SE INSCREVER

7.1 O proponente deve preencher Ficha de Inscrição diretamente no http://www.mapacultural.pa.gov.br/lpg/livro-e-leitura.
7.2 O proponente deve encaminhar a documentação obrigatória de que trata o item 7.3 por meio do http://www.mapacultural.pa.gov.br/lpg/livro-e-leitura.
7.3 O proponente deve enviar a seguinte documentação para formalizar sua inscrição:
a) Projeto proposto;
b) Currículo / portfólio do proponente, com todas as comprovações;
c) Documentos pessoais do proponente CPF e RG (se Pessoa Física);
d) Inscrição no cadastro nacional de pessoa jurídica - CNPJ (se Pessoa Jurídica);
e) Atos constitutivos da empresa, qual seja o contrato social, nos casos de pessoas jurídicas com fins lucrativos, ou estatuto, nos casos de organizações da sociedade civil (se Pessoa Jurídica);
f) Comprovante de Endereço do proponente ou Declaração de Residência (no caso do proponente não possuir documento em seu nome)
g) Mini currículo dos integrantes do projeto e termo de anuência;
h) Todos os anexos solicitados no Edital, nos quais o proponente se enquadre.
i) Outros documentos que o proponente julgar necessário para auxiliar na avaliação do mérito cultural do projeto.
7.4 O proponente é responsável pelo envio dos documentos e pela qualidade visual, conteúdo dos arquivos e informações de seu projeto.
7.5 Cada Proponente poderá concorrer, e ser selecionado individualmente ou como representantes de coletivo, com apenas 1 (um) projeto, no máximo.
7.6 Os membros de grupos e coletivos podem concorrer isoladamente, desde que sejam com projetos diferentes.
7.7 Se houver inscrição de mais de um projeto do mesmo proponente, será considerado, para fins de seleção, o último enviado na plataforma.
7.8 Os projetos apresentados deverão conter previsão de execução não superior a 12 meses.
7.9 O proponente deve se responsabilizar pelo acompanhamento das atualizações/publicações pertinentes ao edital e seus prazos nos canais formais de comunicação da SECULT/PA.
7.10 As inscrições deste edital são gratuitas.
7.11 As propostas que apresentem quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade ou outras formas de discriminação serão desclassificadas, com fundamento no disposto no inciso IV do caput do art. 3º da Constituição, garantidos o contraditório e a ampla defesa.
Parágrafo único: A comprovação de residência poderá ser dispensada nas hipóteses de agentes culturais pertencentes à comunidade indígena, quilombola, cigana ou circense ou pertencentes à população nômade ou itinerante; que se encontrem em situação de rua.

8. PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DOS PROJETOS

8.1 O proponente deve preencher a planilha orçamentária presente no Anexo VII, informando como será utilizado o recurso financeiro recebido.
8.2 A estimativa de custos do projeto será prevista por categorias, sem a necessidade de detalhamento por item de despesa, conforme § 1º do art. 24 do Decreto 11.453/2023.
8.3 A compatibilidade entre a estimativa de custos do projeto e os preços praticados no mercado será avaliada pelos membros da comissão de seleção, de acordo com tabelas referenciais de valores, ou com outros métodos de verificação de valores praticados no mercado.
8.4 A estimativa de custos do projeto poderá apresentar valores divergentes das práticas de mercado convencionais na hipótese de haver significativa excepcionalidade no contexto de sua implementação, consideradas variáveis territoriais e geográficas e situações específicas, como a de povos indígenas, ribeirinhos, atingidos por barragens e comunidades quilombolas e tradicionais.
8.5 Os itens da planilha orçamentária poderão ser glosados, ou seja, vetados, total ou parcialmente, pela Comissão de Seleção, se, após análise, não forem considerados com preços compatíveis aos praticados no mercado ou forem considerados incoerentes e em desconformidade com o projeto apresentado.
8.6 Caso o proponente discorde dos valores glosados (vetados) poderá apresentar recurso na fase de mérito cultural, conforme dispõe o item 12.8.
8.7 O valor solicitado não poderá ser superior ao valor máximo destinado a cada modalidade, conforme item 1.2 do presente edital.

9. ACESSIBILIDADE

9.1 Os projetos devem contar com medidas de acessibilidade física, atitudinal e comunicacional compatíveis com as características dos produtos resultantes do objeto, nos termos do disposto na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência), de modo a contemplar:
I - no aspecto arquitetônico, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com mobilidade reduzida ou idosas aos locais onde se realizam as atividades culturais e a espaços acessórios, como banheiros, áreas de alimentação e circulação;
II - no aspecto comunicacional, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com deficiência intelectual, auditiva ou visual ao conteúdo dos produtos culturais gerados pelo projeto, pela iniciativa ou pelo espaço; e
III - no aspecto atitudinal, a contratação de colaboradores sensibilizados e capacitados para o atendimento de visitantes e usuários com diferentes deficiências e para o desenvolvimento de projetos culturais acessíveis desde a sua concepção, contempladas a participação de consultores e colaboradores com deficiência e a representatividade nas equipes dos espaços culturais e nas temáticas das exposições, dos espetáculos e das ofertas culturais em geral.
9.2 Especificamente para pessoas com deficiência, mecanismos de protagonismo e participação poderão ser concretizados também por meio das seguintes iniciativas, entre outras:
I - adaptação de espaços culturais com residências inclusivas;
II - utilização de tecnologias assistivas, ajudas técnicas e produtos com desenho universal;
III - medidas de prevenção e erradicação de barreiras atitudinais;
IV - contratação de serviços de assistência por acompanhante; ou
V - oferta de ações de formação e capacitação acessíveis a pessoas com deficiência.
9.3 Os projetos devem prever obrigatoriamente medidas de acessibilidade, sendo assegurado para essa finalidade no mínimo 10% do valor total do projeto.
9.4 A utilização do percentual mínimo de 10% de que trata o item 9.3 pode ser excepcionalmente dispensada quando:
I - for inaplicável em razão das características do objeto cultural,os cujo objeto seja o desenvolvimento de roteiro e licenciamento de obra audiovisual ; ou
II - quando o projeto já contemplar integralmente as medidas de acessibilidade compatíveis com as características do objeto cultural.
9.5 O proponente deve apresentar justificativa para os casos em que o percentual mínimo de 10% é inaplicável.

10. CONTRAPARTIDA

10.1 Os agentes culturais contemplados neste edital, com projetos de fomento, conforme item 1.2 deste edital, deverão garantir, como contrapartida, as seguintes medidas:
I - a realização de atividades destinadas, prioritariamente, aos alunos e professores de escolas públicas ou universidades, públicas ou privadas, que tenham estudantes do Programa Universidade para Todos (Prouni), bem como aos profissionais de saúde, preferencialmente aqueles envolvidos no combate à pandemia, e a pessoas integrantes de grupos e coletivos culturais e de associações comunitárias, ou de atividades em espaços públicos de sua comunidade, de forma gratuita; e
II - sempre que possível, exibições com interação popular por meio da internet ou exibições públicas, quando aplicável, com distribuição gratuita de ingressos para os grupos referidos no item I, em intervalos regulares.
10.2 A contrapartida deverá ser informada no Formulário de Inscrição e deve ser executada até dezembro de 2024.

11. ETAPAS DO EDITAL

11.1 A seleção dos projetos submetidos a este Edital será composta das seguintes etapas:
I - Análise de mérito cultural dos projetos: fase de análise do projeto realizada por comissão de seleção; e divulgação dos selecionados
II - Habilitação: fase de apresentação e análise dos documentos dos proponentes selecionados, descritos no tópico 14; e divulgação dos habilitados.

12. ANÁLISE DE MÉRITO CULTURAL DOS PROJETOS

12.1 Entende-se por "Análise de mérito cultural" a identificação, tanto individual quanto sobre seu contexto social, de aspectos relevantes dos projetos culturais, concorrentes em uma mesma categoria de apoio, realizada por meio da atribuição fundamentada de notas aos critérios descritos neste edital.
12.2 Por análise comparativa compreende-se a análise não apenas dos itens individuais de cada projeto, mas de suas propostas, impactos e relevância em relação aos outros projetos inscritos na mesma categoria. A pontuação de cada projeto é atribuída em função desta comparação.
12.3 A análise dos projetos culturais será realizada por comissão de seleção formada por, no mínimo, 03 (três) pareceristas externos, com experiência no segmento cultural.
12.4 Os membros da comissão de seleção ficam impedidos de participar da apreciação de projetos e iniciativas que estiverem em processo de avaliação nos quais:
I - tenham interesse direto na matéria;
II - tenham participado como colaborador na elaboração do projeto ou tenham participado da instituição proponente nos últimos dois anos, faça parte da equipe técnica do projeto ou se tais situações ocorrem quanto ao cônjuge, companheiro ou parente e afins até o terceiro grau; e
III - estejam litigando judicial ou administrativamente com o proponente ou com respectivo cônjuge ou companheiro.
12.5 O membro da comissão que incorre em impedimento deve comunicar o fato à referida Comissão, abstendo-se de atuar, sob pena de nulidade dos atos que praticar.
12.6 Para esta seleção serão considerados os critérios de pontuação estabelecidos no Anexo II deste edital.
12.7 Contra a decisão da fase de mérito cultural, caberá recurso destinado à Comissão de Seleção.
12.8 Os recursos de que tratam o item 12.8 deverão ser apresentados no prazo de 3 (três) dias úteis, conforme inciso III, do art. 16 do decreto 11.453/2023, a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação.
12.9 Os recursos devem ser encaminhados através do email recursolivroeleituralpgpara@gmail.com, de 00h do dia 01/11/2023 até as 17h do dia 06/11/2023.
12.10 Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.
12.11 Após o julgamento dos recursos, o resultado final da análise de mérito cultural será publicado no Diário Oficial do Estado (DOE) contendo nome e CPF dos proponentes. A nota obtida e a justificativa serão publicadas no sítio eletrônico www.secult.pa.gov.br**.**

13. REMANEJAMENTO DOS RECURSOS

13.1 Não havendo número de propostas culturais selecionadas suficientes em uma modalidade, será selecionada a proposta de outra modalidade com maior quantidade de pontos, em ordem decrescente e levando em consideração o disposto no item 5 (Cotas).

14. ETAPA DE HABILITAÇÃO

14.1 Finalizada a etapa de análise de mérito cultural, o proponente do projeto contemplado deverá, no prazo de 06 (seis) dias úteis, apresentar

os seguintes documentos através do Mapa Cultural, conforme sua natureza jurídica:
14.1.1 PESSOA FÍSICA
I - certidão negativa de débitos relativos a créditos tributários federais e Dívida Ativa da União;
II - certidões negativas de débitos relativas a créditos tributários estaduais e municipais, expedidas pela Secretaria da Fazendo do Pará (SEFA).
14.1.1.2 A comprovação de residência poderá ser dispensada nas hipóteses de agentes culturais:
I - pertencentes à comunidade indígena, quilombola, cigana ou circense;
II - pertencentes à população nômade ou itinerante; que se encontrem em situação de rua.
14.1.2 PESSOA JURÍDICA
I - certidão negativa de falência e recuperação judicial, expedida pelo Tribunal de Justiça estadual, nos casos de pessoas jurídicas com fins lucrativos;
II - certidão negativa de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
III - certidão negativa de débito estadual – Emitida pela SEFA/PA ;
IV - Certidão negativa municipal, expedidas pela Secretaria Municipal de finanças;
V - Certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - CRF/FGTS;
VI - certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, emitida no site do Tribunal Superior do Trabalho;
14.2 As certidões positivas com efeito de negativas servirão como certidões negativas, desde que não haja referência expressa de impossibilidade de celebrar instrumentos jurídicos com a administração pública.
14.3 Contra a decisão da fase de habilitação, caberá recurso fundamentado e específico destinado a SECULT/PA, através do email recursolivroeleituralpgpara@gmail.com , de 00h do dia 22/11/2023 até as 17h do dia 27/11/2023.
14.4 Os recursos de trata o item 14.3 deverão ser apresentados no prazo de 3 dias úteis a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação, não cabendo recurso administrativo da decisão após esta fase.
14.5 Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.
14.6 Caso o proponente esteja em débito com o ente público responsável pela seleção e com a União não será possível o recebimento dos recursos de que trata este Edital.

15. ASSINATURA DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL E RECEBIMENTO DOS RECURSOS

15.1 Finalizada a fase de habilitação, o agente cultural contemplado será convocado a assinar o Termo de Execução Cultural, conforme Anexo III deste Edital, de forma presencial ou eletrônica.
15.2 O Termo de Execução Cultural corresponde ao documento a ser assinado pelo agente cultural (proponente) selecionado neste Edital e pelo concedente, contendo as obrigações dos assinantes do Termo.
15.3 Após a assinatura do Termo de Execução Cultural, o agente cultural receberá os recursos, com desembolso único, em até 30 (trinta) dias, EXCLUSIVAMENTE EM CONTA CORRENTE de qualquer banco, aberta especificamente para este fim.
15.3.1 A conta bancária da instituição financeira não deverá ter cobrança de tarifas.
15.3.2 Não serão aceitas contas poupança, conta salário, contas de recebimento de auxílio social do Governo (bolsa família, por exemplo).
15.4 A assinatura do Termo de Execução Cultural e o recebimento do apoio estão condicionados à existência de disponibilidade orçamentária e financeira, caracterizando a seleção como expectativa de direito do proponente.
15.5 O agente cultural deve assinar e enviar o Termo de Execução Cultural em até 2 (dois) dias úteis após envio da concedente, conforme previsto no cronograma, sob pena de perda do apoio financeiro e convocação do suplente para assumir sua vaga

16. DIVULGAÇÃO DOS PROJETOS

16.1 Os contemplados comprometem-se a incluir nos créditos de todo material de divulgação, as logomarcas da SECULT/PA / Governo do Estado, do Ministério da Cultura/ Governo Federal, obedecendo aos critérios de veiculação das logomarcas estabelecidas de forma padronizada, que estarão à disposição no site www.secult.pa.gov.br, e deverão incluir também a frase: "**Projeto selecionado pelo Edital de Livro e Leitura – Lei Paulo Gustavo"**.
16.2 Os produtos artístico-culturais e as peças de divulgação dos projetos exibirão as marcas do Governo federal, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura e SECULT/PA.
16.3 O material de divulgação dos projetos e seus produtos será disponibilizado em formatos acessíveis a pessoas com deficiência e conterá informações sobre os recursos de acessibilidade disponibilizados.
16.4 O material de divulgação dos projetos deve ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, e não pode conter nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal.

17. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

17.1 Os procedimentos de monitoramento e avaliação dos projetos culturais contemplados, assim como prestação de informação à administração pública, observarão o Decreto 11.453/2023 (Decreto de Fomento), que dispõe sobre os mecanismos de fomento do sistema de financiamento à cultura, observadas às exigências legais de simplificação e de **foco no cumprimento do objeto.**
17.2 O agente cultural deve prestar contas por meio da apresentação do Relatório Final de Execução do Objeto, conforme documento constante no Anexo IV e orientação contida no Decreto nº11.453/2023, artigo 29, inciso 2 que versa sobre a prestação de informações em relatório de execução do objeto.
Parágrafo único: Em caso de realizador do edital considerar que não foi possível aferir o cumprimento integral do objeto no Relatório Final de Execução, e que as justificativas apresentadas sobre o cumprimento parcial do objeto não foram suficientes, lhe é facultado o direito de requisitar o Relatório de Execução Financeira com as devidas comprovações (nota fiscal, recibos e documento congêneres), conforme contido no inciso 3 do artigo 29 e no inciso 3 do parágrafo II do artigo 30.
17.3 O Relatório Final de Execução do Objeto deve ser apresentado até 31 de dezembro de 2024, com o fim da vigência do Termo de Execução Cultural.

18. DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1 O acompanhamento de todas as etapas deste Edital e a observância quanto aos prazos serão de inteira responsabilidade dos proponentes. Para tanto, deverão ficar atentos às publicações no sitio eletrônico www.secult.pa.gov.br, no Diário Oficial do Estado e nas mídias sociais oficiais da SECULT.
18.2 O presente Edital e os seus anexos estão disponíveis no site http://www.mapacultural.pa.gov.br/lpg/livro-e-leitura.
18.3 Toda relação do proponente com o edital deverá ser através da plataforma mapa cultural, do e-mail livroeleituralpgpara@gmail.com e telefone +55 91 9158-1266.
18.4 Os casos omissos porventura existentes ficarão a cargo da Secretária de Estado de Cultura.
18.5 Eventuais irregularidades relacionadas aos requisitos de participação, constatadas a qualquer tempo, implicarão na desclassificação do proponente.
18.6 O proponente será o único responsável pela veracidade da proposta e documentos encaminhados, isentando a SECULT/PA de qualquer responsabilidade civil ou penal.
18.7 O apoio concedido por meio deste Edital poderá ser acumulado com recursos captados por meio de leis de incentivo fiscal e outros programas e/ou apoios federais, estaduais e municipais.
18.8 A inscrição implica no conhecimento e concordância dos termos e condições previstos neste Edital, na Lei Complementar 195/2022 (Lei Paulo Gustavo), no Decreto 11.525/2023 (Decreto Paulo Gustavo) e no Decreto 11.453/2023 (Decreto de Fomento).

19. CRONOGRAMA

ETAPA	DATA INICIAL	DATA FINAL
1- Publicação do edital	12/09/2023	
2- Inscrições	12/09/2023	12/10/2023
3- Resultado Preliminar de Selecionados	31/10/2023	
4- Período de recurso	01/11/2023	06/11/2023
5- Homologação do Resultado Final	09/11/2023	
6- Entrega de Documentos dos selecionados	09/11/2023	16/11/2023
7- Resultado Preliminar de Habilitados	21/11/2023	
8- Período de recurso de Habilitação	22/11/2023	27/11/2023
9- Período de pagamento dos selecionados	28/11/2023	29/12/2023
10-Execução de projeto	até 31/12/2024	
11-Relatório Final de Execução do Objeto	até 31/12/2024	

20. ANEXOS:

20.1 Compõem este Edital os seguintes anexos:
Anexo I - Formulário de Inscrição/Plano de Trabalho;
Anexo II - Critérios de seleção
Anexo III - Termo de Execução Cultural;
Anexo IV - Relatório de Execução do Objeto;
Anexo V - Declaração de representação de grupo ou coletivo; e
Anexo VI - Declaração étnico-racial
Anexo VII – Planilha Orçamentária

ANEXO I
FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO (DISPONÍVEL NO MAPA)
1. DADOS DO PROPONENTE

Proponente é pessoa física ou pessoa jurídica?
( ) Pessoa Física
( ) Pessoa Jurídica

PARA PESSOA FÍSICA:

Nome Completo:
Nome artístico ou nome social (se houver):
CPF:
RG:
Data de nascimento:
E-mail:
Telefone:
Endereço completo:
CEP:
Cidade:
Estado:

Você reside em quais dessas áreas?
( ) Zona urbana central
( ) Zona urbana periférica
( ) Zona rural
( ) Área de vulnerabilidade social
( ) Unidades habitacionais
( ) Territórios indígenas (demarcados ou em processo de demarcação)
( ) Comunidades quilombolas (terra titulada ou em processo de titulação, com registro na Fundação Palmares)
( ) Áreas atingidas por barragem
( ) Território de povos e comunidades tradicionais (ribeirinhos, louceiros,

cipozeiro, pequizeiros, vazanteiros, povos do mar etc.).

Pertence a alguma comunidade tradicional?
( ) Não pertenço a comunidade tradicional
( ) Comunidades Extrativistas
( ) Comunidades Ribeirinhas
( ) Comunidades Rurais
( ) Indígenas
( ) Povos Ciganos
( ) Pescadores(as) Artesanais
( ) Povos de Terreiro
( ) Quilombolas
( ) Outra comunidade tradicional

Gênero:
( ) Mulher cisgênero
( ) Homem cisgênero
( ) Mulher Transgênero
( ) Homem Transgênero
( ) Pessoa Não Binária
( ) Não informar

Raça, cor ou etnia:
( ) Branca
( ) Preta
( ) Parda
( ) Indígena
( ) Amarela

Você é uma Pessoa com Deficiência - PCD?
( ) Sim
( ) Não

Caso tenha marcado "sim", qual tipo de deficiência?
( ) Auditiva
( ) Física
( ) Intelectual
( ) Múltipla
( ) Visual

Qual o seu grau de escolaridade?
( ) Não tenho Educação Formal
( ) Ensino Fundamental Incompleto
( ) Ensino Fundamental Completo
( ) Ensino Médio Incompleto
( ) Ensino Médio Completo
( ) Curso Técnico Completo
( ) Ensino Superior Incompleto
( ) Ensino Superior Completo
( ) Pós Graduação Completo

Qual a sua renda mensal fixa individual (média mensal bruta aproximada) nos últimos 3 meses?
(Calcule fazendo uma média das suas remunerações nos últimos 3 meses. Em 2023, o salário mínimo foi fixado em R$ 1.320,00.)
( ) Nenhuma renda.
( ) Até 1 salário mínimo
( ) De 1 a 3 salários mínimos
( ) De 3 a 5 salários mínimos
( ) De 5 a 8 salários mínimos
( ) De 8 a 10 salários mínimos
( ) Acima de 10 salários mínimos

Você é beneficiário de algum programa social?
( ) Não
( ) Bolsa família
( ) Benefício de Prestação Continuada
( ) Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
( ) Garantia-Safra
( ) Seguro-Defeso
( ) Outro

Vai concorrer às cotas afirmativas?
( ) Sim ( ) Não

Se sim. Qual?
( ) Pessoa negra
( ) Pessoa indígena

Qual a sua principal função/profissão no campo artístico e cultural?
( ) Artista.
( ) Instrutor(a), oficineiro(a), educador(a) artístico(a)-cultural e afins.
( ) Curador(a), Programador(a) e afins.
( ) Gestor(a)
( ) Técnico(a)
( ) Consultor(a), Pesquisador(a) e afins.
( )_____Outro(a)s

Você está representando um coletivo (sem CNPJ)?
( ) Não
( ) Sim

Caso tenha respondido "sim":
Nome do coletivo:
Ano de Criação:
Quantas pessoas fazem parte do coletivo?
Nome completo e CPF das pessoas que compõem o coletivo:

PARA PESSOA JURÍDICA:
Razão Social:
Nome fantasia:
CNPJ:
Endereço da sede:
Cidade:
Estado:
Número de representantes legais:
Nome do representante legal:
CPF do representante legal:
E-mail do representante legal:
Telefone do representante legal:

Gênero do representante legal
( ) Mulher cisgênero
( ) Homem cisgênero
( ) Mulher Transgênero
( ) Homem Transgênero
( ) Não Binária/Binárie
( ) Não informar

Raça/cor/etnia do representante legal
( ) Branca
( ) Preta
( ) Parda
( ) Amarela
( ) Indígena

Representante legal é pessoa com deficiência - PCD?
( ) Sim
( ) Não

Caso tenha marcado "sim" qual o tipo de deficiência?
( ) Auditiva
( ) Física
( ) Intelectual
( ) Múltipla
( ) Visual

Escolaridade do representante legal
( ) Não tenho Educação Formal
( ) Ensino Fundamental Incompleto
( ) Ensino Fundamental Completo
( ) Ensino Médio Incompleto
( ) Ensino Médio Completo
( ) Curso Técnico completo
( ) Ensino Superior Incompleto
( ) Ensino Superior Completo
( ) Pós Graduação completo

2. DADOS DO PROJETO
Nome do Projeto:
Escolha a categoria a que vai concorrer:

Quais atividades e/ou produtos estão previstos no seu projeto? Por favor, quantifique.
Bolsa para desenvolvimento de processos criativos
Capacitação
Catálogo
Curso livre
Curso regular
Encontro
Evento cultural
Exibição
Exposição
Feira
Festival
Fomento
Fotografia
Live
Mostra
Obra
Oficina
Palestra
Pesquisa
Podcast
Premiação
Produção de publicações
Projeto
Publicação
Restauro
Seminário
Site
Vídeo
Vivência

Descrição do projeto
(Na descrição, você deve apresentar informações gerais sobre o seu projeto. Algumas perguntas orientadoras: O que você realizará com o projeto? Porque ele é importante para a sociedade? Como a ideia do projeto surgiu? Conte sobre o contexto de realização.)

Objetivos do projeto
(Neste campo, você deve propor objetivos para o seu projeto, ou seja, deve informar o que você pretende alcançar com a realização do projeto. É importante que você seja breve e proponha entre três a cinco objetivos.)

Metas

(Neste espaço, é necessário detalhar os objetivos em pequenas ações e/ou resultados que sejam quantificáveis. Por exemplo: Realização de 02 oficinas de artes circenses; Confecção de 80 figurinos; 120 pessoas idosas beneficiadas.)

Perfil do público a ser atingido pelo projeto
(Preencha aqui informações sobre as pessoas que serão beneficiadas ou participarão do seu projeto. Perguntas orientadoras: Quem vai ser o público do seu projeto? Essas pessoas são crianças, adultas e/ou idosas? Elas fazem parte de alguma comunidade? Qual a escolaridade delas? Elas moram em qual local, bairro e/ou região? No caso de públicos digitais, qual o perfil das pessoas a que seu projeto se direciona?)

Sua ação cultural é voltada prioritariamente para algum destes perfis de público?
Pessoas vítimas de violência
Pessoas em situação de pobreza
Pessoas em situação de rua (moradores de rua)
Pessoas em situação de restrição e privação de liberdade (população carcerária)
Pessoas com deficiência
Pessoas em sofrimento físico e/ou psíquico
Mulheres
Gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transgêneros e transexuais
Povos e comunidades tradicionais
Negros e/ou negras
Ciganos
Indígenas
Não é voltada especificamente para um perfil, é aberta para todos
Outros

Medidas de acessibilidade empregadas no projeto
(Marque quais medidas de acessibilidade serão implementadas ou estarão disponíveis para a participação de Pessoas com deficiência - PCD´s, tais como, intérprete de libras, audiodescrição, entre outras medidas de acessibilidade a pessoas com deficiência, idosos e mobilidade reduzida, conforme Instrução Normativa nº xxxx.)

Acessibilidade arquitetônica:
( ) rotas acessíveis, com espaço de manobra para cadeira de rodas;
( ) piso tátil;
( ) rampas;
( ) elevadores adequados para pessoas com deficiência;
( ) corrimãos e guarda-corpos;
( ) banheiros femininos e masculinos adaptados para pessoas com deficiência;
( ) vagas de estacionamento para pessoas com deficiência;
( ) assentos para pessoas obesas;
( ) iluminação adequada;
( ) Outra _____

Acessibilidade comunicacional:
( ) a Língua Brasileira de Sinais - Libras;
( ) o sistema Braille;
( ) o sistema de sinalização ou comunicação tátil;
( ) a audiodescrição;
( ) as legendas;
( ) a linguagem simples;
( ) textos adaptados para leitores de tela; e
( ) Outra _____

Acessibilidade atitudinal:
( ) capacitação de equipes atuantes nos projetos culturais;
( ) contratação de profissionais com deficiência e profissionais especializados em acessibilidade cultural;
( ) formação e sensibilização de agentes culturais, público e todos os envolvidos na cadeia produtiva cultural; e
( ) outras medidas que visem a eliminação de atitudes capacitistas.

Informe como essas medidas de acessibilidade serão implementadas ou disponibilizadas de acordo com o projeto proposto.

Local onde o projeto será executado
Informe os espaços culturais e outros ambientes onde a sua proposta será realizada. É importante informar também os municípios e Estados onde ela será realizada.

Previsão do período de execução do projeto
Data de início:
Data final:

Equipe
Informe quais são os profissionais que atuarão no projeto, conforme quadro a seguir:

Nome do profissional /empresa	Função no projeto	CPF/CNPJ	Pessoa negra?	Pessoa índigena?	Pessoa com deficiência?	[INSERIR MAIS COLUNAS, SE NECESSÁRIO]
Ex.: João Silva	Curador	123456789101	Sim/Não	Sim/Não	Sim/Não	

Cronograma de Execução
Descreva os passos a serem seguidos para execução do projeto.

Atividade Geral	Etapa	Descrição	Início	Fim	[INSERIR MAIS COLUNAS, SE NECESSÁRIO]
Ex: Comunicação	Pré-produção	Divulgação do projeto nos veículos de imprensa	11/10/2023	11/11/2023	

Estratégia de divulgação
Apresente os meios que serão utilizados para divulgar o projeto. ex.: impulsionamento em redes sociais.

Contrapartida
Neste campo, descreva qual contrapartida será realizada, quando será realizada, e onde será realizada.

Projeto possui recursos financeiros de outras fontes? Se sim, quais?
(Informe se o projeto prevê apoios financeiros tais como cobrança de ingressos, patrocínio e/ou outras fontes de financiamento. Caso positivo, informe a previsão de valores e onde serão empregados no projeto.)
( ) Não, o projeto não possui outras fontes de recursos financeiros
( ) Apoio financeiro municipal
( ) Apoio financeiro estadual
( ) Recursos de Lei de Incentivo Municipal
( ) Recursos de Lei de Incentivo Estadual
( ) Recursos de Lei de Incentivo Federal
( ) Patrocínio privado direto
( ) Patrocínio de instituição internacional
( ) Doações de Pessoas Físicas
( ) Doações de Empresas
( ) Cobrança de ingressos
( ) Outros
Se o projeto tem outras fontes de financiamento, detalhe quais são, o valor do financiamento e onde os recursos serão empregados no projeto.

O projeto prevê a venda de produtos/ingressos?
(Informe a quantidade dos produtos a serem vendidos, o valor unitário por produto e o valor total a ser arrecadado. Detalhe onde os recursos arrecadados serão aplicados no projeto.)

3. PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
Preencha a tabela informando todas as despesas indicando as metas/etapas às quais elas estão relacionadas.
Deve haver a indicação do parâmetro de preço (Ex.: preço estabelecido no SALICNET, 3 orçamentos, etc) utilizado com a referência específica do item de despesa, conforme exemplo abaixo.

Descrição do item	Justificativa	Unidade de medida	Valor unitário	Quantidade	Valor total	Referência de preço
Ex.: Fotógrafo	Profissional necessário para registro da oficina	Serviço	R$1.100,00	1	R$1.100,00	Salicnet – Oficina/ workshop/seminário Audiovisual – Brasília – Fotografia Artística – Serviço

4. DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS A SEREM ANEXADOS
Encaminhe junto a esse formulário os seguintes documentos:
RG e CPF do proponente
Currículo do proponente
Mini currículo dos integrantes do projeto
[OUTROS DOCUMENTOS QUE FOREM OBRIGATÓRIOS DE ACORDO COM AS CATEGORIAS]

ANEXO II
CRITÉRIOS UTILIZADOS NA AVALIAÇÃO DE MÉRITO CULTURAL
As comissões de seleção atribuirão notas de 0 a 10 pontos a cada um dos critérios de avaliação de cada projeto, conforme tabela a seguir:

CRITÉRIOS OBRIGATÓRIOS PARA PROJETOS DE FOMENTO		
Identificação do Critério	**Descrição do Critério**	**Pontuação Máxima**
A	**Qualidade do Projeto - Coerência do objeto, objetivos, justificativa e metas do projeto** A análise deverá considerar, para fins de avaliação e valoração, se o conteúdo do projeto apresenta, como um todo, coerência, observando o objeto, a justificativa e as metas, sendo possível visualizar de forma clara os resultados que serão obtidos.	10
B	**Relevância da ação proposta para o cenário cultural do Estado do Pará.** A análise deverá considerar, para fins de avaliação e valoração, se a ação contribui para o enriquecimento e valorização da cultura do estado do Pará	10
C	**Aspectos de integração comunitária na ação proposta pelo projeto** Considera-se, para fins de avaliação e valoração, se o projeto apresenta aspectos de integração comunitária, em relação ao impacto social para a inclusão de pessoas com deficiência, idosos e demais grupos em situação de histórica vulnerabilidade econômica/social.	10

D	**Coerência da planilha orçamentária e do cronograma de execução às metas, resultados e desdobramentos do projeto proposto** A análise deverá avaliar e valorar a viabilidade técnica do projeto sob o ponto de vista dos gastos previstos na planilha orçamentária, sua execução e a adequação ao objeto, metas e objetivos previstos. Também deverá ser considerada para fins de avaliação, a coerência e conformidade dos valores e quantidades dos itens relacionados na planilha orçamentária do projeto.	10
E	**Coerência do Plano de Divulgação ao Cronograma, Objetivos e Metas do projeto proposto** A análise deverá avaliar e valorar a viabilidade técnica e comunicacional com público alvo do projeto, mediante as estratégias, mídias e materiais apresentados, bem como a capacidade de execução.	10
F	**Compatibilidade da ficha técnica com as atividades desenvolvidas** A análise deverá considerar a carreira dos profissionais que compõem o corpo técnico e artístico, verificando a coerência ou não em relação às atribuições que serão executadas por eles no projeto (para esta avaliação serão considerados os currículos dos membros da ficha técnica).	10
G	**Trajetória artística e cultural do proponente** Será considerado para fins de análise a carreira do proponente, com base no currículo e comprovações enviadas juntamente com a proposta	10
PONTUAÇÃO TOTAL:		80

A pontuação final de cada candidatura será definida por média das notas atribuídas individualmente por cada membro,
Os critérios gerais são eliminatórios, de modo que, o agente cultural que receber pontuação 0 em algum dos critérios será desclassificado do Edital.
Em caso de empate, serão utilizados para fins de classificação dos projetos a maior nota nos critérios de acordo com a ordem abaixo definida: A, B, C, D, E, F, G,H respectivamente.
Caso nenhum dos critérios acima elencados seja capaz de promover o desempate será adotado o critério de maior idade do proponente pessoa física ou representante de pessoa jurídica.
Serão considerados aptos os projetos de fomento que receberem nota final igual ou superior a 40 pontos.
Serão desclassificados os projetos que:
I - receberam nota 0 em qualquer dos critérios obrigatórios;
II - apresentem quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade ou outras formas de discriminação serão desclassificadas, com fundamento no disposto no inciso IV do caput do art. 3º da Constituição, garantidos o contraditório e a ampla defesa.
III - A falsidade de informações acarretará desclassificação, podendo ensejar, ainda, a aplicação de sanções administrativas ou criminais.

ANEXO III
TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL
TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº [INDICAR NÚMERO]/[INDICAR ANO] TENDO POR OBJETO A CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO A AÇÕES CULTURAIS CONTEMPLADAS PELO EDITAL nº XX/2023 –, NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO), DO DECRETO N. 11.525/2023 (DECRETO PAULO GUSTAVO) E DO DECRETO 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

1. PARTES
1.1 O [NOME DO ENTE FEDERATIVO], neste ato representado por [AUTORIDADE QUE ASSINARÁ PELO ENTE FEDERATIVO], Senhor(a) [INDICAR NOME DA AUTORIDADE QUE ASSINARÁ PELO ENTE FEDERATIVO], e o(a) AGENTE CULTURAL, [INDICAR NOME DO(A) AGENTE CULTURAL CONTEMPLADO], portador(a) do RG nº [INDICAR Nº DO RG], expedida em [INDICAR ÓRGÃO EXPEDIDOR], CPF nº [INDICAR Nº DO CPF], residente e domiciliado(a) à [INDICAR ENDEREÇO], CEP: [INDICAR CEP], telefones: [INDICAR TELEFONES], resolvem firmar o presente Termo de Execução Cultural, de acordo com as seguintes condições:
2. PROCEDIMENTO
2.1 Este Termo de Execução Cultural é instrumento da modalidade de fomento à execução de ações culturais de que trata o inciso I do art. 8 do Decreto 11.453/2023, celebrado com agente cultural selecionado nos termos da LEI COMPLEMENTAR Nº 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO), DO DECRETO N. 11.525/2023 (DECRETO PAULO GUSTAVO) E DO DECRETO 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).
3. OBJETO
3.1. Este Termo de Execução Cultural tem por objeto a concessão de apoio financeiro ao projeto cultural [INDICAR NOME DO PROJETO], contemplado no conforme processo administrativo nº [INDICAR NÚMERO DO PROCESSO].
4. RECURSOS FINANCEIROS
4.1. Os recursos financeiros para a execução do presente termo totalizam o montante de R$ [INDICAR VALOR EM NÚMERO ARÁBICOS] ([INDICAR VALOR POR EXTENSO] reais).
4.2. Serão transferidos à conta do(a) AGENTE CULTURAL, especialmente aberta no [NOME DO BANCO], Agência [INDICAR AGÊNCIA], Conta Corrente nº [INDICAR CONTA], para recebimento e movimentação.
5. APLICAÇÃO DOS RECURSOS
5.1 Os rendimentos de ativos financeiros poderão ser aplicados para o alcance do objeto, sem a necessidade de autorização prévia.
6. OBRIGAÇÕES
6.1 São obrigações da SECULT/PA:
I) transferir os recursos ao(a)AGENTE CULTURAL;
II) orientar o(a) AGENTE CULTURAL sobre o procedimento para a prestação de informações dos recursos concedidos;
III) analisar e emitir parecer sobre os relatórios e sobre a prestação de informações apresentados pelo(a) AGENTE CULTURAL;
IV) zelar pelo fiel cumprimento deste termo de execução cultural;
V) adotar medidas saneadoras e corretivas quando houver inadimplemento;
VI) monitorar o cumprimento pelo(a) AGENTE CULTURAL das obrigações previstas na CLÁUSULA 6.2.
6.2 São obrigações do(a) AGENTE CULTURAL:
I) executar a ação cultural aprovada;
II) aplicar os recursos concedidos pela Lei Paulo Gustavo na realização da ação cultural;
III) manter, obrigatória e exclusivamente, os recursos financeiros depositados na conta especialmente aberta para o Termo de Execução Cultural;
IV) facilitar o monitoramento, o controle e supervisão do termo de execução cultural bem como o acesso ao local de realização da ação cultural;
V) prestar informações à SECULT por meio de Relatório de Execução do Objeto, apresentado no prazo máximo de até 31 de dezembro de 2024, contados do término da vigência do termo de execução cultural;
VI) atender a qualquer solicitação regular feita pela SECULT, a contar do recebimento da notificação;
VII) divulgar nos meios de comunicação, a informação de que a ação cultural aprovada é apoiada com recursos da Lei Paulo Gustavo, incluindo as marcas do Governo federal, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura;
VIII) não realizar despesa em data anterior ou posterior à vigência deste termo de execução cultural;
IX) guardar a documentação referente à prestação de informações pelo prazo de 10 anos, contados do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural;
X) não utilizar os recursos para finalidade diversa da estabelecida no projeto cultural;
XI) executar a contrapartida conforme pactuado.
7. PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES,
7.1 O agente cultural prestará contas à administração pública por meio da categoria de prestação de informações em relatório de execução do objeto.
7.2 A prestação de informações em relatório de execução do objeto comprovará que foram alcançados os resultados da ação cultural, por meio dos seguintes procedimentos:
I - apresentação de relatório de execução do objeto pelo beneficiário no prazo estabelecido pelo ente federativo no regulamento ou no instrumento de seleção;
II - apresentação de relatório de execução financeira do projeto, e;
III - análise do relatório de execução do objeto por agente público designado.
7.2.1 O relatório de prestação de informações sobre o cumprimento do objeto deverá:
I - comprovar que foram alcançados os resultados da ação cultural;
II - conter a descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;
III - ter anexados documentos de comprovação do cumprimento do objeto, tais como: Declarações de realização dos eventos, com registro fotográfico ou audiovisual, clipping de matérias jornalísticas, releases, folders, catálogos, panfletos, filipetas, bem como outros documentos pertinentes à execução do projeto.
7.2.2 O agente público competente elaborará parecer técnico de análise do relatório de execução do objeto e poderá adotar os seguintes procedimentos, de acordo com o caso concreto:
I - encaminhar o processo à autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações, caso conclua que houve o cumprimento integral do objeto; ou
II - solicitar a apresentação, pelo agente cultural, de relatório de execução financeira, caso considere que não foi possível aferir o cumprimento integral do objeto no relatório de execução do objeto ou que as justificativas apresentadas sobre o cumprimento parcial do objeto foram insuficientes.
7.2.3 Após o recebimento do processo pelo agente público de que trata o item 7.2.2, autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações poderá:
I - determinar o arquivamento, caso considere que houve o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado;
II - solicitar a apresentação, pelo agente cultural, de relatório de execução financeira, caso considere que não foi possível aferir o cumprimento integral do objeto no relatório de execução do objeto ou que as justificativas apresentadas sobre o cumprimento parcial do objeto foram insuficientes; ou
III - aplicar sanções ou decidir pela rejeição da prestação de informações, caso verifique que não houve o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado, ou caso identifique irregularidades no relatório de execução financeira.
7.3 O relatório de execução financeira será exigido, independente da modalidade inicial de prestação de informações (in loco ou em relatório de execução do objeto), somente nas seguintes hipóteses:
I - quando não estiver comprovado o cumprimento do objeto, observados os procedimentos previstos no item 7.2; ou
II - quando for recebida, pela administração pública, denúncia de irregularidade na execução da ação cultural, mediante juízo de admissibilidade que avaliará os elementos fáticos apresentados.
7.3.1 O prazo para apresentação do relatório de execução financeira será de, no mínimo, trinta dias, contado do recebimento da notificação.
7.4 O julgamento da prestação de informações realizado pela autoridade do ente federativo que celebrou o termo de execução cultural avaliará o parecer técnico de análise de prestação de informações e poderá concluir pela:
I - aprovação da prestação de informações, com ou sem ressalvas; ou
II - reprovação da prestação de informações, parcial ou total.
7.5 Na hipótese de o julgamento da prestação de informações apontar a

necessidade de devolução de recursos, o agente cultural será notificado para que exerça a opção por:
I - devolução parcial ou integral dos recursos ao erário;
II - apresentação de plano de ações compensatórias; ou
III - devolução parcial dos recursos ao erário juntamente com a apresentação de plano de ações compensatórias.
7.5.1 A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a reprovação da prestação de informações, desde que comprovada.
7.5.2 Nos casos em que estiver caracterizada má-fé do agente cultural, será imediatamente exigida a devolução de recursos ao erário, vedada a aceitação de plano de ações compensatórias.
7.5.3 Nos casos em que houver exigência de devolução de recursos ao erário, o agente cultural poderá solicitar o parcelamento do débito, na forma e nas condições previstas na legislação.
7.5.4 O prazo de execução do plano de ações compensatórias será o menor possível, conforme o caso concreto, limitado à metade do prazo originalmente previsto de vigência do instrumento.

8. ALTERAÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

8.1 A alteração do termo de execução cultural será formalizada por meio de termo aditivo.
8.2 A formalização de termo aditivo não será necessária nas seguintes hipóteses:
I - prorrogação de vigência realizada de ofício pela administração pública quando der causa a atraso na liberação de recursos; e
II - alteração do projeto sem modificação do valor global do instrumento e sem modificação substancial do objeto.
8.3 Na hipótese de prorrogação de vigência, o saldo de recursos será automaticamente mantido na conta, a fim de viabilizar a continuidade da execução do objeto.
8.4 As alterações do projeto cujo escopo seja de, no máximo, 20% poderão ser realizadas pelo agente cultural e comunicadas à administração pública em seguida, sem a necessidade de autorização prévia.
8.5 A aplicação de rendimentos de ativos financeiros em benefício do objeto do termo de execução cultural poderá ser realizada pelo agente cultural sem a necessidade de autorização prévia da administração pública.
8.6 Nas hipóteses de alterações em que não seja necessário termo aditivo, poderá ser realizado apostilamento.

9. TITULARIDADE DE BENS

9.1 Os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução da ação cultural fomentada serão de titularidade do agente cultural desde a data da sua aquisição.
9.2 Nos casos de rejeição da prestação de contas em razão da aquisição ou do uso do bem, o valor pago pela aquisição será computado no cálculo de valores a devolver, com atualização monetária.
[OU]
9.2 Os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução da ação cultural fomentada serão de titularidade do [NOME DO ENTE].
[AO FORMALIZAR O TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL, O ENTE DEVE DECIDIR SE OS BENS ADQUIRIDOS, PRODUZIDOS OU TRANSFORMADOS PELO AGENTE CULTURAL SERÃO DO PRÓPRIO AGENTE CULTURAL OU DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. OS BENS PODEM FICAR COM O AGENTE CULTURAL NAS HIPÓTESES TRATADAS NO ART. 27 DO DECRETO 11.453/2023]

10. EXTINÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

10.1 O presente Termo de Execução Cultural poderá ser:
I - extinto por decurso de prazo;
II - extinto, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;
III - denunciado, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe; ou
IV - rescindido, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe, nas seguintes hipóteses:
a) descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;
b) irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas ;
c) violação da legislação aplicável;
d) cometimento de falhas reiteradas na execução;
e) má administração de recursos públicos;
f) constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;
g) não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;h) outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.
10.2 A denúncia só será eficaz 60 (sessenta) dias após a data de recebimento da notificação, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença.
10.3 Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.
10.4 Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje dano ao erário, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela Administração Pública.
10.5 Outras situações relativas à extinção deste Termo não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser negociados entre as partes ou, se for o caso, no Termo de Distrato.

11. SANÇÕES

11.1 . Nos casos em que for verificado que a ação cultural ocorreu, mas houve inadequação na execução do objeto ou na execução financeira sem má-fé, a autoridade pode concluir pela aprovação da prestação de informações com ressalvas e aplicar sanção de advertência ou multa.
11.2 A decisão sobre a sanção deve ser precedida de abertura de prazo para apresentação de defesa pelo AGENTE CULTURAL.
11.3 A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a aplicação de sanção, desde que regularmente comprovada.

12. MONITORAMENTO E CONTROLE DE RESULTADOS

12.1 [DEVE SER INFORMADO COMO O ÓRGÃO REALIZARÁ O MONITORAMENTO DAS AÇÕES, PODENDO SER POR MEIO DE COMISSÃO ESPECÍFICA PARA ESTE FIM, POR ENVIO DE RELATÓRIOS, ENTRE OUTRAS MEDIDAS].

13. VIGÊNCIA

13.1 A vigência deste instrumento terá início na data de assinatura das partes, com duração de [PRAZO EM ANOS OU MESES], podendo ser prorrogado por [PRAZO MÁXIMO DE PRORROGAÇÃO].

14. PUBLICAÇÃO

14.1 O Extrato do Termo de Execução Cultural será publicado no [INFORMAR ONDE SERÁ PUBLICADO]

15. FORO

15.1 Fica eleito o Foro de [LOCAL] para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao presente Termo de Execução Cultural.

LOCAL, [INDICAR DIA, MÊS E ANO].
Pelo órgão: Pelo Agente Cultural:
[NOME DO AGENTE CULTURAL]

ANEXO IV

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

1. DADOS DO PROJETO

Nome do projeto:
Nome do agente cultural proponente:
Nº do Termo de Execução Cultural
Vigência do projeto:
Valor repassado para o projeto:
Data de entrega desse relatório:

2. RESULTADOS DO PROJETO

2.1. Resumo:

Descreva de forma resumida como foi a execução do projeto, destacando principais resultados e benefícios gerados e outras informações pertinentes.

2.2. As ações planejadas para o projeto foram realizadas?

( ) Sim, todas as ações foram feitas conforme o planejado.
( ) Sim, todas as ações foram feitas, mas com adaptações e/ou alterações.
( ) Uma parte das ações planejadas não foi feita.
( ) As ações não foram feitas conforme o planejado.

2.3. Ações desenvolvidas

Descreva as ações desenvolvidas, com informações detalhando ações, datas, locais, horários, etc. Fale também sobre a eventuais alterações nas atividades previstas no projeto, bem como os possíveis impactos nas metas acordadas.

2.4. Cumprimento das Metas

Metas integralmente cumpridas:
• META 1 [Descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado]
◦ OBSERVAÇÃO DA META 1: [informe como a meta foi cumprida]
Metas parcialmente cumpridas (SE HOUVER):
• META 1 [Descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado]
◦ Observações da Meta 1: [Informe qual parte da meta foi cumprida]
◦ Justificativa para o não cumprimento integral: [Explique porque parte da meta não foi cumprida]
Metas não cumpridas (se houver)
• Meta 1 [Descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado]
◦ Justificativa para o não cumprimento: [Explique porque a meta não foi cumprida]

3. PRODUTOS GERADOS

3.1. A execução do projeto gerou algum produto?

Exemplos: vídeos, produção musical, produção gráfica etc.
( ) Sim
( ) Não

3.1.1. Quais produtos culturais foram gerados?

Você pode marcar mais de uma opção. Informe também as quantidades.
( ) Publicação
( ) Livro
( ) Catálogo
( ) Live (transmissão on-line)
( ) Vídeo
( ) Documentário
( ) Filme
( ) Relatório de pesquisa
( ) Produção musical
( ) Jogo
( ) Artesanato
( ) Obras
( ) Espetáculo
( ) Show musical
( ) Site
( ) Música
( ) Outros: _____

3.1.2. Como os produtos desenvolvidos ficaram disponíveis para o público após o fim do projeto?
Exemplos: publicações impressas, vídeos no YouTube?

3.2. Quais foram os resultados gerados pelo projeto?
Detalhe os resultados gerados por cada atividade prevista no Projeto.

3.2.1 Pensando nos resultados finais gerados pelo projeto, você considera que ele:
(Você pode marcar mais de uma opção).
( ) Desenvolveu processos de criação, de investigação ou de pesquisa.
( ) Desenvolveu estudos, pesquisas e análises sobre o contexto de atuação.
( ) Colaborou para manter as atividades culturais do coletivo.
( ) Fortaleceu a identidade cultural do coletivo.
( ) Promoveu as práticas culturais do coletivo no espaço em que foi desenvolvido.
( ) Promoveu a formação em linguagens, técnicas e práticas artísticas e culturais.
( ) Ofereceu programações artísticas e culturais para a comunidade do entorno.
( ) Atuou na preservação, na proteção e na salvaguarda de bens e manifestações culturais.

4. PÚBLICO ALCANÇADO
Informe a quantidade de pessoas beneficiadas pelo projeto, demonstre os mecanismos utilizados para mensuração, a exemplo de listas de presenças. Em caso de baixa frequência ou oscilação relevante informe as justificativas.

5. EQUIPE DO PROJETO
5.1 Quantas pessoas fizeram parte da equipe do projeto?
Digite um número exato (exemplo: 23).

5.2 Houve mudanças na equipe ao longo da execução do projeto?
( ) Sim ( ) Não
Informe se entraram ou saíram pessoas na equipe durante a execução do projeto.

5.3 Informe os profissionais que participaram da execução do projeto:

Nome do profissional/ empresa	Função no projeto	CPF/CNPJ	Pessoa negra?	Pessoa índigena?	Pessoa com deficiência?	[INSERIR MAIS COLUNAS, SE NECESSÁRIO]
Ex.: João Silva	Cineasta	123456789101	Sim/Não	Sim/Não	Sim/Não	

6. LOCAIS DE REALIZAÇÃO
6.1 De que modo o público acessou a ação ou o produto cultural do projeto?
( )1. Presencial.
( ) 2. Virtual.
( ) 3. Híbrido (presencial e virtual).

Caso você tenha marcado os itens 2 ou 3 (virtual e híbrido):

6.2 Quais plataformas virtuais foram usadas?
Você pode marcar mais de uma opção.
( )Youtube
( )Instagram / IGTV
( )Facebook
( )TikTok
( )Google Meet, Zoom etc.
( )Outros: _____

6.3 Informe aqui os links dessas plataformas:

Caso você tenha marcado os itens 1 e 3 (Presencial e Híbrido):

6.4 De que forma aconteceram as ações e atividades presenciais do projeto?
( )1. Fixas, sempre no mesmo local.
( )2. Itinerantes, em diferentes locais.
( )3. Principalmente em um local base, mas com ações também em outros locais.

No item 6.4 caso você tenha marcado o item 1 (Fixas):

6.5 Em que município o projeto aconteceu?

6.7 Em que área do município o projeto foi realizado?
Você pode marcar mais de uma opção.
( )Zona urbana central.
( )Zona urbana periférica.
( )Zona rural.
( )Área de vulnerabilidade social.
( )Unidades habitacionais.
( )Territórios indígenas (demarcados ou em processo de demarcação).
( )Comunidades quilombolas (terra titulada, em processo de titulação, com registro na Fundação Palmares).
( )Áreas atingidas por barragem.
( )Território de povos e comunidades tradicionais (ribeirinhos, louceiros, cipozeiro, pequizeiros, vazanteiros, povos do mar etc.).
( )Outros: _____

6.8 Onde o projeto foi realizado?
Você pode marcar mais de uma opção.
( )Equipamento cultural público municipal.
( )Equipamento cultural público estadual.
( )Espaço cultural independente.
( )Escola.
( )Praça.
( )Rua.
( )Parque.
( )Outros

No item 6.4 caso você tenha marcado o item 2 (itinerante):

6.9 Em quais municípios o projeto aconteceu?

6.10 Em quais áreas o projeto foi realizado?
Você pode marcar mais de uma opção.

( )Zona urbana central.
( )Zona urbana periférica.
( )Zona rural.
( )Área de vulnerabilidade social.
( )Unidades habitacionais.
( )Territórios indígenas (demarcados ou em processo de demarcação).
( )Comunidades quilombolas (terra titulada, em processo de titulação, com registro na Fundação Palmares).
( )Áreas atingidas por barragem.
( )Território de povos e comunidades tradicionais (ribeirinhos, louceiros, cipozeiro, pequizeiros, vazanteiros, povos do mar etc.).
( )Outros: _____

6.11 Onde o projeto foi realizado?
Você pode marcar mais de uma opção.
( )Equipamento cultural público municipal.
( )Equipamento cultural público estadual.
( )Espaço cultural independente.
( )Escola.
( )Praça.
( )Rua.
( )Parque.
( )Outros _____

No item 6.4 caso você tenha marcado o item 3 (Base):

6.12 Em quais municípios o projeto aconteceu?

6.13 Em quais áreas o projeto foi realizado?
Você pode marcar mais de uma opção.
( )Zona urbana central.
( )Zona urbana periférica.
( )Zona rural.
( )Área de vulnerabilidade social.
( )Unidades habitacionais.
( )Territórios indígenas (demarcados ou em processo de demarcação).
( )Comunidades quilombolas (terra titulada, em processo de titulação, com registro na Fundação Palmares).
( )Áreas atingidas por barragem.
( )Território de povos e comunidades tradicionais (ribeirinhos, louceiros, cipozeiro, pequizeiros, vazanteiros, povos do mar etc.).
( )Outros: _____

6.14 Onde o projeto foi realizado?
Você pode marcar mais de uma opção.
( )Equipamento cultural público municipal.
( )Equipamento cultural público estadual.
( )Espaço cultural independente.
( )Escola.
( )Praça.
( )Rua.
( )Parque.
( )Outros_____

7. DIVULGAÇÃO DO PROJETO
Informe como o projeto foi divulgado. Ex.: Divulgado no instagram

8. CONTRAPARTIDA
Descreva como a contrapartida foi executada, quando foi executada e onde foi executada.

9. TÓPICOS ADICIONAIS
Inclua aqui informações relevantes que não foram abordadas nos tópicos anteriores, se houver.

10. ANEXOS
Junte documentos que comprovem que você executou o projeto, tais como listas de presença, relatório fotográfico, vídeos, depoimentos, entre outros.
Nome
Assinatura do Agente Cultural Proponente

ANEXO V DECLARAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DE GRUPO OU COLETIVO
OBS.: Essa declaração deve ser preenchida somente por proponentes que sejam um grupo ou coletivo sem personalidade jurídica, ou seja, sem CNPJ.
GRUPO ARTÍSTICO:
NOME DO REPRESENTANTE INTEGRANTE DO GRUPO OU COLETIVO ARTÍSTICO:

DADOS PESSOAIS DO REPRESENTANTE: [IDENTIDADE, CPF, E-MAIL E TELEFONE]
Os declarantes abaixo-assinados, integrantes do grupo artístico [NOME DO GRUPO OU COLETIVO], elegem a pessoa indicada no campo "REPRESENTANTE" como único e representante neste edital, outorgando-lhe poderes para fazer cumprir todos os procedimentos exigidos nas etapas do edital, inclusive assinatura de recibo, troca de comunicações, podendo assumir compromissos, obrigações, transigir, receber pagamentos e dar quitação, renunciar direitos e qualquer outro ato relacionado ao referido edital. Os declarantes informam que não incorrem em quaisquer das vedações do item de participação previstas no edital.

NOME DO INTEGRANTE	DADOS PESSOAIS	ASSINATURAS

[LOCAL]
[DATA]

ANEXO VI
DECLARAÇÃO ÉTNICO-RACIAL

(Para agentes culturais concorrentes às cotas étnico-raciais – negros ou indígenas)
Eu, _____
_____, CPF nº_____, RG nº _____,
DECLARO para fins de participação no Edital (Nome ou número do edital) que sou _____(informar se é NEGRO OU INDÍGENA).
Por ser verdade, assino a presente declaração e estou ciente de que a apresentação de declaração falsa pode acarretar desclassificação do edital e aplicação de sanções criminais.
NOME
ASSINATURA DO DECLARANTE

ANEXO VII
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

Nome do Proponente:
Nº de Registro no Mapa Cultural:
Nome do projeto:
Nº de inscrição:

Meta /etapa 1						
Descrição do item	**Justificativa**	**Unidade de medida**	**Valor unitário**	**Quantidade**	**Valor total**	**Referência de preço**
Ex.: Fotógrafo	Profissional necessário para registro da oficina	Serviço	R$1.100,00	1	R$1.100,00	. Salicnet . Praticado no mercado
Meta /etapa 2						
Ex. Ampliações das imagens	Serviço necessário para exposição	und	R$50,00	1	R$50,00	. Salicnet . Praticado no mercado

Preencha a tabela informando todas as despesas indicando as metas/etapas às quais elas estão relacionadas (ex. pré-produção, produção, execução)
Deve haver a indicação do parâmetro de preço (Ex.: preço estabelecido no SALICNET, 3 orçamentos, etc),utilizado com a referência específica do item de despesa, conforme exemplo.
Adicione quantas linhas forem necessárias para etapas e itens do seu orçamento.

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 021/2023 – MODA E DESIGN – LEI PAULO GUSTAVO
EDITAL DE SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA LEI COMPLEMENTAR 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO) – MODA E DESIGN

Este Edital é realizado com recursos do Governo Federal repassados por meio da Lei Complementar nº 195/2022 - Lei Paulo Gustavo.
A Lei Paulo Gustavo (LGP) viabiliza o maior investimento direto no setor cultural da história do Brasil e simboliza o processo de resistência da classe artística durante a pandemia de Covid-19, que limitou severamente as atividades do setor cultural.
É, ainda, uma homenagem a Paulo Gustavo, artista símbolo da categoria, vitimado pela doença.
As condições para a execução da Lei Paulo Gustavo foram criadas por meio do engajamento da sociedade e o presente edital destina-se a apoiar projetos apresentados pelos agentes culturais do segmento de MODA E DESIGN.
Deste modo, a Secretaria de Cultura do Estado do Pará – SECULT/PA, torna público o presente edital elaborado com base na Lei Complementar 195/2022, no Decreto 11.525/2023 e no Decreto 11.453/2023 e no Termo de Fomento 060, celebrado com o **FUNDO DE AMPARO E DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA – FADESP**, entidade parceira na execução das ações deste edital.
Na realização deste edital estão asseguradas medidas de democratização, desconcentração, descentralização e regionalização do investimento cultural, com a implementação de ações afirmativas, fundamentado na previsão do Decreto nº 11.525, de 11 de maio de 2023 (Decreto de Regulamentação da Lei Paulo Gustavo), em seus artigos 14, 15 e 16.

1. OBJETO

O objeto deste Edital é a seleção de **60 (sessenta)** projetos culturais do segmento de Moda e Design, para receberem recursos financeiros, visando o incentivo ao referido segmento no estado do Pará. A distribuição dos recursos será realizada de acordo com as modalidades descritas nos itens 1.2 e 1.3.

1.1 Modalidade: Fomento

1.1.1. Criação/Experimentação: 10 (dez) projetos culturais de até 9.500,00 (nove mil e quinhentos reais), destinados à propostas culturais inéditas de criação e/ou experimentação em Moda e Design que resultem em memoriais de projetos, layouts e protótipos de Moda (vestuário, jóias, acessórios, estamparia e outros) e de Design Gráfico (identidades visuais, cartazes, ilustrações, embalagens, sinalização, branding, tipografia e outros); Design de Produto (mobiliário, decoração, utilitário e outros); Design Editorial (publicações impressas ou digitais); Design Digital (games, aplicativos, websites, blogs, vídeos e outros), Design para a Sociobioeconomia e outros.
1.1.2 Produção/Realização 1: 10 (dez) projetos culturais de até R$14.250 (quatorze mil e duzentos e cinquenta reais), destinados à propostas culturais de **baixa e média complexidade**, já projetadas (comprovadas via submissão de memorial, layouts e/ou protótipo) porém não executadas e/ou apresentadas ao público, que dependem de produção, infraestrutura, pagamento de serviços (de terceiros ou de equipes multiprofissionais) e/ou de difusão, que visem a materialização de projetos de Moda (vestuário, acessórios, estamparia e outros) e de Design Gráfico (identidades visuais, cartazes, ilustrações, embalagens, sinalização, branding, tipografia e outros); Design de Produto (mobiliário, decoração, utilitário e outros); Design Editorial (publicações impressas ou digitais); Design Digital (games, aplicativos, websites, blogs, vídeos e outros), Design para a Sociobioeconomia e outros.
1.1.3.Produção/Realização 2: 10 (dez) projetos culturais de até R$28.500,00 (vinte e oito mil e quinhentos reais), destinados à propostas culturais de **média e alta complexidade**, já projetadas (comprovadas via submissão de memorial, layouts e/ou protótipo) porém não executadas e/ou apresentadas ao público, que dependem de produção, infraestrutura, pagamento de serviços (de terceiros ou de equipes multiprofissionais) e/ou de difusão, que visem a materialização de projetos de Moda (vestuário, acessórios, estamparia e outros) e de Design Gráfico (identidades visuais, cartazes, ilustrações, embalagens, sinalização, branding, tipografia e outros); Design de Produto (mobiliário, decoração, utilitário e outros); Design Editorial (publicações impressas ou digitais); Design Digital (games, aplicativos, websites, blogs, vídeos e outros), Design para a Sociobioeconomia e outros.
1.2.3 Pesquisa: 5 (cinco) projetos culturais de até R$11.400,00 (onze mil e quatrocentos reais), destinados à pesquisas já realizadas nas diferentes ramificações da Moda e do Design, resultantes de estudos de graduação e pós-graduação ou iniciativas autônomas, que tenham originado novos conhecimentos, nos âmbitos social, cultural, ambiental, econômico e/ou tecnológico, realizadas nos últimos 5 anos.
1.2.4. Formação 1: **10 (dez)** projetos culturais de até R$9.500,00 (nove mil e quinhentos reais), destinados à propostas culturais de formação de curta duração em Moda e Design, na forma de oficinas, treinamentos, seminários, cursos, mesas redondas, com carga horária mínima de 2 dias (16h), por 1 ou mais ministrantes locais, das áreas da Moda e do Design, e abrangência mínima de 20 pessoas, nas modalidades presencial e/ou virtual, divididas ou não em ciclos de formação.
1.2.5. Formação 2: 5 (cinco) projetos culturais de até R$28.500,00 (vinte e oito mil e quinhentos reais), destinados a propostas culturais de formação de média ou longa duração em Moda e Design, na forma de oficinas, treinamentos, seminários, cursos, mesas redondas, com carga horária mínima de 40h, com participação de, no mínimo, 2 ministrantes das áreas da Moda e do Design, sendo um local e um de outro estado da federação, e abrangência mínima de 50 pessoas, na modalidade presencial, divididas ou não em ciclos de formação.
1.2.5. Novos criadores e estudantes de design e moda: 10 (dez) projetos culturais de até R$9.500,00 (nove mil e quinhentos reais), destinados a proponentes iniciantes nos setores de Moda e Design, que contemplem propostas culturais inéditas de criação e/ou experimentação em Moda e Design que resultem em memoriais de projetos e protótipos de Moda (vestuário, acessórios, estamparia e outros) e de Design Gráfico (identidades visuais, cartazes, ilustrações, embalagens, sinalização, branding, tipografia e outros); Design de Produto (mobiliário, decoração, utilitário e outros); Design Editorial (publicações impressas ou digitais); Design Digital (games, aplicativos, websites, blogs, vídeos e outros), Design para a Sociobioeconomia e outros. Esta categoria é reservada a estudantes ou formados em cursos técnicos, de graduação ou de pós-graduação nos últimos 2 anos, comprovados através de atestado de matrícula ou certificado de conclusão de curso em Moda ou Design.
1.3. Caso o valor destinado à atividade inicialmente previsto não seja utilizado integralmente, poderão ser convocados mais proponentes aprovados.
1.4. Havendo sobra de recursos em uma das atividades o saldo remanescente poderá ser remanejado para contemplar propostas de outras faixas deste edital.
1.4.1. O remanejamento deverá priorizar as faixas que possuam maior

demanda de propostas de proponentes na condição de suplente, bem como respeitar as cotas reservadas às pessoas negras e indígenas e, quando possível, a ordem de classificação e as cotas de regionalização.
1.5. No caso de sobra de recurso neste edital, o saldo remanescente deste poderá ser utilizado para contemplar os(as) proponentes com propostas selecionadas em outros Editais da Lei Paulo Gustavo publicados pela Secretaria de Cultura do Estado do Pará, priorizando aqueles com maior demanda.
1.6. O valor inicialmente disponível para este Edital poderá ser ampliado, caso haja sobra de recursos de outros Editais publicados pela Secretaria de Cultura no âmbito da Lei Paulo Gustavo ou do recebimento de recursos da Lei Paulo Gustavo não executados pelos municípios.

2. VALORES

2.1 O valor total disponibilizado para este Edital é de **R$912.000,00** (novecentos e doze mil reais) para projetos de fomento da LPG.

3. QUEM PODE SE INSCREVER

3.1 Pode se inscrever no Edital qualquer agente cultural residente e domiciliado no Estado do Pará há pelo menos 2 (dois) anos.
3.1.1. A comprovação de residência é dispensada na forma descrita no item 14.2.1.1.
3.2 Em regra, o agente cultural pode ser:
I - Pessoa física ou Microempreendedor Individual (MEI)
II - Pessoa jurídica com fins lucrativos (Ex.: empresa de pequeno porte, empresa de grande porte, etc)
III - Pessoa jurídica sem fins lucrativos (Ex.: Associação, Fundação, Cooperativa, etc)
IV - Coletivo/Grupo sem CNPJ representado por pessoa física.
3.3 O proponente é o agente cultural responsável pela inscrição do projeto no Mapa Cultural.
3.4 Na hipótese de agentes culturais que atuem como grupo ou coletivo cultural sem constituição jurídica (ou seja, sem CNPJ), será indicada pessoa física como responsável legal para o ato da assinatura do Termo de Execução Cultural e a representação será formalizada em declaração assinada pelos demais integrantes do grupo ou coletivo, podendo ser utilizado o modelo constante no Anexo V.
3.5 O proponente não pode exercer apenas funções administrativas no âmbito do projeto e deve exercer necessariamente a função de criação, ou direção, ou produção, ou coordenação, ou gestão artística, ou outra função de destaque e capacidade de decisão no projeto.

4. QUEM NÃO PODE SE INSCREVER

4.1 Não pode se inscrever neste Edital, proponentes que:
I - tenham se envolvido diretamente na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento de recursos;
II - sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de servidor público do órgão responsável pelo edital, nos casos em que o referido servidor tiver atuado na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento de recursos; e
III - sejam membros do Poder Legislativo (Deputados, Senadores, Vereadores), do Poder Judiciário (Juízes, Desembargadores, Ministros), do Ministério Público (Promotor, Procurador); do Tribunal de Contas (Auditores e Conselheiros).
IV - Proponentes inadimplentes com prestação de contas de editais realizados pela Secult e organizações da sociedade civil parceiras, com recursos da Lei Aldir Blanc.
4.2 O agente cultural que integrar Conselho de Cultura poderá concorrer neste Edital para receber recursos do fomento cultural, exceto quando se enquadrar nas vedações previstas no item 4.1.
4.3 Quando se tratar de proponentes pessoas jurídicas, estarão impedidas de apresentar projetos aquelas cujos sócios, diretores e/ou administradores se enquadrarem nas situações descritas no tópico 4.1.
4.4 A participação de agentes culturais nas oitivas e consultas públicas não caracteriza o envolvimento direto na etapa de elaboração do edital de que trata o subitem I do item 4.1.

5. COTAS

5.1 Ficam garantidas cotas étnico-raciais em todas as categorias do edital, nas seguintes proporções e ordenamento de selecionados:
I) 50% para mulheres (cis e trans);
II) 30% (trinta por cento) para propostas de Região de Integração do Guajará (onde se localiza a capital do Estado) e 70% (setenta por cento) para propostas advindas das demais Regiões do Estado
III) No mínimo 20% para pessoas negras (pretas e pardas); e
IV) no mínimo 10% para pessoas indígenas.
5.2 Os agentes culturais que optarem por concorrer às cotas para pessoas negras (pretas e pardas) e indígenas concorrerão concomitantemente às vagas destinadas à ampla concorrência, ou seja concorrerão ao mesmo tempo nas vagas da ampla concorrência e nas vagas reservadas às cotas, podendo ser selecionado de acordo com a sua nota ou classificação no processo seleção.
5.3 Os agentes culturais negros (pretos e pardos) e indígenas optantes por concorrer às cotas (opção presente na ficha de incrição dos projetos) que atingirem nota suficiente para se classificar no número de vagas oferecidas para ampla concorrência não ocuparão as vagas destinadas para o preenchimento das cotas, ou seja, serão selecionados nas vagas da ampla concorrência, ficando a vaga da cota para o próximo colocado optante pela cota.
5.4 Em caso de desistência de optantes aprovados nas cotas, a vaga não preenchida deverá ser ocupada por pessoa que concorreu às cotas de acordo com a ordem de classificação.
5.5 No caso de não existirem propostas aptas em número suficiente para o cumprimento de uma das categorias de cotas previstas na seleção, o número de vagas restantes deverá ser destinado inicialmente para a outra categoria de cotas.
5.6 Caso não haja outra categoria de cotas de que trata o item 5.5, as vagas não preenchidas deverão ser direcionadas para a ampla concorrência, sendo direcionadas para os demais candidatos aprovados, de acordo com a ordem de classificação.
5.7 Para concorrer às cotas, os agentes culturais deverão autodeclarar-se no ato da inscrição usando a autodeclaração étnico-racial de que trata o Anexo VI.
5.8 Caso necessário, para fins de verificação da autodeclaração, poderá ser solicitada Carta Consubstanciada, que será analisada por um comitê formado por membros de entidades representativas.
5.9 As pessoas jurídicas e coletivos sem constituição jurídica podem concorrer às cotas, desde que preencham algum dos requisitos abaixo:
I – pessoas jurídicas que possuem quadro societário majoritariamente composto por pessoas negras (pretas e pardas) ou indígenas;
II – pessoas jurídicas ou grupos e coletivos sem constituição jurídica que possuam pessoas negras (pretas e pardas) ou indígenas em posições de liderança no projeto cultural; e
III – pessoas jurídicas ou coletivos sem constituição jurídica que possuam equipe do projeto cultural majoritariamente composta por pessoas negras (pretas e pardas) ou indígenas.
5.10 As pessoas físicas que compõem a equipe da pessoa jurídica e o grupo ou coletivo sem constituição jurídica devem se submeter aos regramentos descritos nos itens acima, observando o item 5.7

6. PRAZO PARA SE INSCREVER

6.1 Para se inscrever no Edital, o proponente deve enviar toda documentação obrigatória relatada no 7.3, entre os dias 12 de setembro e 12 de outubro de 2023, exclusivamente através da plataforma Mapa Cultural do Pará, no endereço eletrônico http://www.mapacultural.pa.gov.br/lpg/moda-e-design.
1.2. Para efeito de inscrição todos os proponentes deverão estar cadastrados no mapa cultural.pa.gov.br.
1.3. Todas as informações fornecidas no ato da inscrição deverão ser verídicas e atualizadas. Não serão aceitas propostas entregues presencialmente na sede da SECULT, ou da executora do certame, ou materiais postados via Correios.
1.4. Os proponentes que já têm cadastro no Mapa Cultural do Pará não precisam fazer novo cadastro, podendo atualizar informações que julgarem necessárias até a data de envio de sua inscrição.
1.5. O ato de inscrição pressupõe plena concordância dos termos, cláusulas e condições deste edital e de seus anexos, que passarão a integrar as obrigações, bem como a observância dos regulamentos administrativos e das normas técnicas aplicáveis, não sendo aceita, sob qualquer hipótese, alegação de seu desconhecimento em qualquer fase do procedimento administrativo e execução dos serviços.
1.6. Os anexos que compõem este edital deverão ser assinados de maneira física ou eletrônica, com o encaminhamento na forma digital no ato de inscrição anexados no formato PDF.
6.7. As inscrições feitas em desacordo com os prazos e demais exigências do presente edital serão indeferidas.
1.8 Não serão aceitas complementações, modificações ou substituições de dados e de anexos à inscrição, depois de finalizada.
1.9 É vedada a participação de órgãos públicos, escolas e fundações privadas.

7. COMO SE INSCREVER

7.1 O proponente deve preencher Ficha de Inscrição diretamente no http://www.mapacultural.pa.gov.br/lpg/moda-e-design.
7.2 O proponente deve encaminhar a documentação obrigatória de que trata o item 7.3 por meio do http://www.mapacultural.pa.gov.br/lpg/moda-e-design.
7.3 O proponente deve enviar a seguinte documentação para formalizar sua inscrição:
a) Projeto proposto;
b) Currículo / portfólio do proponente, com todas as comprovações;
c) Documentos pessoais do proponente CPF e RG (se Pessoa Física);
Inscrição no cadastro nacional de pessoa jurídica - CNPJ (se Pessoa Jurídica);
d) Atos constitutivos da empresa, qual seja o contrato social, nos casos de pessoas jurídicas com fins lucrativos, ou estatuto, nos casos de organizações da sociedade civil (se Pessoa Jurídica);
e) Comprovante de Endereço do proponente ou Declaração de Residência (no caso do proponente não possuir documento em seu nome)
f) Mini currículo dos integrantes do projeto e termo de anuência;
g) Todos os anexos solicitados no Edital, nos quais o proponente se enquadre.
h) Outros documentos que o proponente julgar necessário para auxiliar na avaliação do mérito cultural do projeto.
7.4 O proponente é responsável pelo envio dos documentos e pela qualidade visual, conteúdo dos arquivos e informações de seu projeto.
7.5 Cada Proponente poderá concorrer, e ser selecionado individualmente ou como representantes de coletivo, com apenas 1 (um) projeto, no máximo.
7.6 Os membros de grupos e coletivos podem concorrer isoladamente, desde que sejam com projetos diferentes.
7.7 Se houver inscrição de mais de um projeto do mesmo proponente, será considerado, para fins de seleção, o último enviado na plataforma.
7.8 Os projetos apresentados deverão conter previsão de execução não superior a 12 meses.
7.9 O proponente deve se responsabilizar pelo acompanhamento das atualizações/publicações pertinentes ao edital e seus prazos nos canais formais de comunicação da SECULT/PA.
7.10 As inscrições deste edital são gratuitas.
7.11 As propostas que apresentem quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade ou outras formas de discriminação serão desclassificadas, com fundamento no disposto no inciso IV do caput do art. 3º da Constituição, garantidos o contraditório e a ampla defesa.
Parágrafo único: A comprovação de residência poderá ser dispensada nas

hipóteses de agentes culturais pertencentes à comunidade indígena, quilombola, cigana ou circense ou pertencentes à população nômade ou itinerante; que se encontrem em situação de rua.

8. PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DOS PROJETOS

8.1 O proponente deve preencher a planilha orçamentária presente no Anexo VII, informando como será utilizado o recurso financeiro recebido.

8.2 A estimativa de custos do projeto será prevista por categorias, sem a necessidade de detalhamento por item de despesa, conforme § 1º do art. 24 do Decreto 11.453/2023.

8.3 A compatibilidade entre a estimativa de custos do projeto e os preços praticados no mercado será avaliada pelos membros da comissão de seleção, de acordo com tabelas referenciais de valores, ou com outros métodos de verificação de valores praticados no mercado.

8.4 A estimativa de custos do projeto poderá apresentar valores divergentes das práticas de mercado convencionais na hipótese de haver significativa excepcionalidade no contexto de sua implementação, consideradas variáveis territoriais e geográficas e situações específicas, como a de povos indígenas, ribeirinhos, atingidos por barragens e comunidades quilombolas e tradicionais.

8.5 Os itens da planilha orçamentária poderão ser glosados, ou seja, vetados, total ou parcialmente, pela Comissão de Seleção, se, após análise, não forem considerados com preços compatíveis aos praticados no mercado ou forem considerados incoerentes e em desconformidade com o projeto apresentado.

8.6 Caso o proponente discorde dos valores glosados (vetados) poderá apresentar recurso na fase de mérito cultural, conforme dispõe o item 12.8.

8.7 O valor solicitado não poderá ser superior ao valor máximo destinado a cada modalidade, conforme item 1.2 do presente edital.

9. ACESSIBILIDADE

9.1 Os projetos devem contar com medidas de acessibilidade física, atitudinal e comunicacional compatíveis com as características dos produtos resultantes do objeto, nos termos do disposto na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência), de modo a contemplar:

I - no aspecto arquitetônico, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com mobilidade reduzida ou idosas aos locais onde se realizam as atividades culturais e a espaços acessórios, como banheiros, áreas de alimentação e circulação;

II - no aspecto comunicacional, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com deficiência intelectual, auditiva ou visual ao conteúdo dos produtos culturais gerados pelo projeto, pela iniciativa ou pelo espaço; e

III - no aspecto atitudinal, a contratação de colaboradores sensibilizados e capacitados para o atendimento de visitantes e usuários com diferentes deficiências e para o desenvolvimento de projetos culturais acessíveis desde a sua concepção, contempladas a participação de consultores e colaboradores com deficiência e a representatividade nas equipes dos espaços culturais e nas temáticas das exposições, dos espetáculos e das ofertas culturais em geral.

9.2 Especificamente para pessoas com deficiência, mecanismos de protagonismo e participação poderão ser concretizados também por meio das seguintes iniciativas, entre outras:

I - adaptação de espaços culturais com residências inclusivas;

II - utilização de tecnologias assistivas, ajudas técnicas e produtos com desenho universal;

III - medidas de prevenção e erradicação de barreiras atitudinais;

IV - contratação de serviços de assistência por acompanhante; ou

V - oferta de ações de formação e capacitação acessíveis a pessoas com deficiência.

9.3 Os projetos devem prever obrigatoriamente medidas de acessibilidade, sendo assegurado para essa finalidade no mínimo 10% do valor total do projeto.

9.4 A utilização do percentual mínimo de 10% de que trata o item 9.3 pode ser excepcionalmente dispensada quando:

I - for inaplicável em razão das características do objeto cultural,os cujo objeto seja o desenvolvimento de roteiro e licenciamento de obra audiovisual ; ou

II - quando o projeto já contemplar integralmente as medidas de acessibilidade compatíveis com as características do objeto cultural.

9.5 O proponente deve apresentar justificativa para os casos em que o percentual mínimo de 10% é inaplicável.

10. CONTRAPARTIDA

10.1 Os agentes culturais contemplados neste edital, com projetos de fomento, conforme item 1.2 deste edital, deverão garantir, como contrapartida, as seguintes medidas:

I - a realização de atividades destinadas, prioritariamente, aos alunos e professores de escolas públicas ou universidades, públicas ou privadas, que tenham estudantes do Programa Universidade para Todos (Prouni), bem como aos profissionais de saúde, preferencialmente aqueles envolvidos no combate à pandemia, e a pessoas integrantes de grupos e coletivos culturais e de associações comunitárias, ou de atividades em espaços públicos de sua comunidade, de forma gratuita; e

II - sempre que possível, exibições com interação popular por meio da internet ou exibições públicas, quando aplicável, com distribuição gratuita de ingressos para os grupos referidos no item I, em intervalos regulares.

10.2 A contrapartida deverá ser informada no Formulário de Inscrição e deve ser executada até dezembro de 2024.

11. ETAPAS DO EDITAL

11.1 A seleção dos projetos submetidos a este Edital será composta das seguintes etapas:

I - Análise de mérito cultural dos projetos: fase de análise do projeto realizada por comissão de seleção; e divulgação dos selecionados

II - Habilitação: fase de apresentação e análise dos documentos dos proponentes selecionados, descritos no tópico 14; e divulgação dos habilitados.

12. ANÁLISE DE MÉRITO CULTURAL DOS PROJETOS

12.1 Entende-se por "Análise de mérito cultural" a identificação, tanto individual quanto sobre seu contexto social, de aspectos relevantes dos projetos culturais, concorrentes em uma mesma categoria de apoio, realizada por meio da atribuição fundamentada de notas aos critérios descritos neste edital.

12.2 Por análise comparativa compreende-se a análise não apenas dos itens individuais de cada projeto, mas de suas propostas, impactos e relevância em relação aos outros projetos inscritos na mesma categoria. A pontuação de cada projeto é atribuída em função desta comparação.

12.3 A análise dos projetos culturais será realizada por comissão de seleção formada por, no mínimo, 03 (três) pareceristas externos, com experiência no segmento cultural.

12.4 Os membros da comissão de seleção ficam impedidos de participar da apreciação de projetos e iniciativas que estiverem em processo de avaliação nos quais:

I - tenham interesse direto na matéria;

II - tenham participado como colaborador na elaboração do projeto ou tenham participado da instituição proponente nos últimos dois anos, faça parte da equipe técnica do projeto ou se tais situações ocorrem quanto ao cônjuge, companheiro ou parente e afins até o terceiro grau; e

III - estejam litigando judicial ou administrativamente com o proponente ou com respectivo cônjuge ou companheiro.

12.5 O membro da comissão que incorre em impedimento deve comunicar o fato à referida Comissão, abstendo-se de atuar, sob pena de nulidade dos atos que praticar.

12.6 Para esta seleção serão considerados os critérios de pontuação estabelecidos no Anexo II deste edital.

12.7 Contra a decisão da fase de mérito cultural, caberá recurso destinado à Comissão de Seleção.

12.8 Os recursos de que tratam o item 12.8 deverão ser apresentados no prazo de 3 (três) dias úteis, conforme inciso III, do art. 16 do decreto 11.453/2023, a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação.

12.9 Os recursos devem ser encaminhados através do email recursomodadesignlpgpara@gmail.com de 00h do dia 01/11/2023 até as 17h do dia 06/11/2023.

12.10 Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.

12.11 Após o julgamento dos recursos, o resultado final da análise de mérito cultural será publicado no Diário Oficial do Estado (DOE) contendo nome e CPF dos proponentes. A nota obtida e a justificativa serão publicadas no sítio eletrônico www.secult.pa.gov.br**.**

13. REMANEJAMENTO DOS RECURSOS

13.1 Não havendo número de propostas culturais selecionadas suficientes em uma modalidade, será selecionada a proposta de outra modalidade com maior quantidade de pontos, em ordem decrescente e levando em consideração o disposto no item 5 (Cotas).

14. ETAPA DE HABILITAÇÃO

14.1 Finalizada a etapa de análise de mérito cultural, o proponente do projeto contemplado deverá, no prazo de 06 (seis) dias úteis, apresentar os seguintes documentos através do Mapa Cultural, conforme sua natureza jurídica:

14.1.1 PESSOA FÍSICA

I - certidão negativa de débitos relativos a créditos tributários federais e Dívida Ativa da União;

II - certidões negativas de débitos relativas a créditos tributários estaduais e municipais, expedidas pela Secretaria da Fazendo do Pará (SEFA).

14.1.1.2 A comprovação de residência poderá ser dispensada nas hipóteses de agentes culturais:

I - pertencentes à comunidade indígena, quilombola, cigana ou circense;

II - pertencentes à população nômade ou itinerante; que se encontrem em situação de rua.

14.1.2 PESSOA JURÍDICA

I - certidão negativa de falência e recuperação judicial, expedida pelo Tribunal de Justiça estadual, nos casos de pessoas jurídicas com fins lucrativos;

II - certidão negativa de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;

III - certidão negativa de débito estadual – Emitida pela SEFA/PA ;

IV - Certidão negativa municipal, expedidas pela Secretaria Municipal de finanças;

V - Certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - CRF/FGTS;

VI - certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, emitida no site do Tribunal Superior do Trabalho;

14.2 As certidões positivas com efeito de negativas servirão como certidões negativas, desde que não haja referência expressa de impossibilidade de celebrar instrumentos jurídicos com a administração pública.

14.3 Contra a decisão da fase de habilitação, caberá recurso fundamentado e específico destinado a SECULT/PA, através do email recursomodadesignlpgpara@gmail.com , de 00h do dia 22/11/2023 até as 17h do dia 27/11/2023.

14.4 Os recursos de trata o item 14.3 deverão ser apresentados no prazo de 3 dias úteis a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação, não cabendo recurso administrativo da decisão após esta fase.

14.5 Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.

14.6 Caso o proponente esteja em débito com o ente público responsável

pela seleção e com a União não será possível o recebimento dos recursos de que trata este Edital.

15. ASSINATURA DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL E RECEBIMENTO DOS RECURSOS

15.1 Finalizada a fase de habilitação, o agente cultural contemplado será convocado a assinar o Termo de Execução Cultural, conforme Anexo III deste Edital, de forma presencial ou eletrônica.

15.2 O Termo de Execução Cultural corresponde ao documento a ser assinado pelo agente cultural (proponente) selecionado neste Edital e pelo concedente, contendo as obrigações dos assinantes do Termo.

15.3 Após a assinatura do Termo de Execução Cultural, o agente cultural receberá os recursos, com desembolso único, em até 30 (trinta) dias, EXCLUSIVAMENTE EM CONTA CORRENTE de qualquer banco, aberta especificamente para este fim.

15.3.1 A conta bancária da instituição financeira não deverá ter cobrança de tarifas.

15.3.2 Não serão aceitas contas poupança, conta salário, contas de recebimento de auxílio social do Governo (bolsa família, por exemplo).

15.4 A assinatura do Termo de Execução Cultural e o recebimento do apoio estão condicionados à existência de disponibilidade orçamentária e financeira, caracterizando a seleção como expectativa de direito do proponente.

15.5 O agente cultural deve assinar e enviar o Termo de Execução Cultural em até 2 (dois) dias úteis após envio da concedente, conforme previsto no cronograma, sob pena de perda do apoio financeiro e convocação do suplente para assumir sua vaga.

16. DIVULGAÇÃO DOS PROJETOS

16.1 Os contemplados comprometem-se a incluir nos créditos de todo material de divulgação, as logomarcas da SECULT/PA / Governo do Estado, do Ministério da Cultura/ Governo Federal, obedecendo aos critérios de veiculação das logomarcas estabelecidas de forma padronizada, que estarão à disposição no site www.secult.pa.gov.br, e deverão incluir também a frase: "**Projeto selecionado pelo Edital de Moda e Design – Lei Paulo Gustavo"**.

16.1 Os produtos artístico-culturais e as peças de divulgação dos projetos exibirão as marcas do Governo federal, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura e SECULT/PA.

16.2 O material de divulgação dos projetos e seus produtos deve ser disponibilizado em formatos acessíveis a pessoas com deficiência e conterá informações sobre os recursos de acessibilidade disponibilizados.

16.3 O material de divulgação dos projetos deve ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, e não pode conter nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal.

17. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

17.1 Os procedimentos de monitoramento e avaliação dos projetos culturais contemplados, assim como prestação de informação à administração pública, observarão o Decreto 11.453/2023 (Decreto de Fomento), que dispõe sobre os mecanismos de fomento do sistema de financiamento à cultura, observadas às exigências legais de simplificação e de **foco no cumprimento do objeto.**

17.2 O agente cultural deve prestar contas por meio da apresentação do Relatório Final de Execução do Objeto, conforme documento constante no Anexo IV e orientação contida no Decreto nº11.453/2023, artigo 29, inciso 2 que versa sobre a prestação de informações em relatório de execução do objeto.

Parágrafo único: Em caso de realizador do edital considerar que não foi possível aferir o cumprimento integral do objeto no Relatório Final de Execução, e que as justificativas apresentadas sobre o cumprimento parcial do objeto não foram suficientes, lhe é facultado o direito de requisitar o Relatório de Execução Financeira com as devidas comprovações (nota fiscal, recibos e documento congêneres), conforme contido no inciso 3 do artigo 29 e no inciso 3 do parágrafo II do artigo 30.

17.3 O Relatório Final de Execução do Objeto deve ser apresentado até 31 de dezembro de 2024, com o fim da vigência do Termo de Execução Cultural.

18. DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1 O acompanhamento de todas as etapas deste Edital e a observância quanto aos prazos serão de inteira responsabilidade dos proponentes. Para tanto, deverão ficar atentos às publicações no sitio eletrônico www.secult.pa.gov.br, no Diário Oficial do Estado e nas mídias sociais oficiais da SECULT.

18.2 O presente Edital e os seus anexos estão disponíveis no site http://www.mapacultural.pa.gov.br/lpg/moda-e-design.

18.3 Toda relação do proponente com o edital deverá ser através da plataforma mapa cultural, do e-mail modadesignlpgpara@gmail.com e telefone (91) 9 9345 0282.

18.4 Os casos omissos porventura existentes ficarão a cargo da Secretária de Estado de Cultura.

18.5 Eventuais irregularidades relacionadas aos requisitos de participação, constatadas a qualquer tempo, implicarão na desclassificação do proponente.

18.6 O proponente será o único responsável pela veracidade da proposta e documentos encaminhados, isentando a SECULT/PA de qualquer responsabilidade civil ou penal.

18.7 O apoio concedido por meio deste Edital poderá ser acumulado com recursos captados por meio de leis de incentivo fiscal e outros programas e/ou apoios federais, estaduais e municipais.

18.8 A inscrição implica no conhecimento e concordância dos termos e condições previstos neste Edital, na Lei Complementar 195/2022 (Lei Paulo Gustavo), no Decreto 11.525/2023 (Decreto Paulo Gustavo) e no Decreto 11.453/2023 (Decreto de Fomento).

19. CRONOGRAMA

ETAPA	DATA INICIAL	DATA FINAL
1- Publicação do edital	12/09/2023	
2- Inscrições	12/09/2023	12/10/2023
3- Resultado Preliminar de Selecionados	31/10/2023	
4- Período de recurso	01/11/2023	06/11/2023
5- Homologação do Resultado Final	09/11/2023	
6- Entrega de Documentos dos selecionados	09/11/2023	16/11/2023
7- Resultado Preliminar de Habilitados	21/11/2023	
8- Período de recurso de Habilitação	22/11/2023	27/11/2023
9- Período de pagamento dos selecionados	28/11/2023	29/12/2023
10-Execução de projeto	até 31/12/2024	
11-Relatório Final de Execução do Objeto	até 31/12/2024	

20. ANEXOS:

20.1 Compõem este Edital os seguintes anexos:
Anexo I - Formulário de Inscrição/Plano de Trabalho;
Anexo II - Critérios de seleção
Anexo III - Termo de Execução Cultural;
Anexo IV - Relatório de Execução do Objeto;
Anexo V - Declaração de representação de grupo ou coletivo; e
Anexo VI - Declaração étnico-racial
Anexo VII – Planilha Orçamentária

ANEXO I
FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO (DISPONÍVEL NO MAPA)
1. DADOS DO PROPONENTE

Proponente é pessoa física ou pessoa jurídica?
( ) Pessoa Física
( ) Pessoa Jurídica

PARA PESSOA FÍSICA:
Nome Completo:
Nome artístico ou nome social (se houver):
CPF:
RG:
Data de nascimento:
E-mail:
Telefone:
Endereço completo:
CEP:
Cidade:
Estado:

Você reside em quais dessas áreas?
( ) Zona urbana central
( ) Zona urbana periférica
( ) Zona rural
( ) Área de vulnerabilidade social
( ) Unidades habitacionais
( ) Territórios indígenas (demarcados ou em processo de demarcação)
( ) Comunidades quilombolas (terra titulada ou em processo de titulação, com registro na Fundação Palmares)
( ) Áreas atingidas por barragem
( ) Território de povos e comunidades tradicionais (ribeirinhos, louceiros, cipozeiro, pequizeiros, vazanteiros, povos do mar etc.).

Pertence a alguma comunidade tradicional?
( ) Não pertenço a comunidade tradicional
( ) Comunidades Extrativistas
( ) Comunidades Ribeirinhas
( ) Comunidades Rurais
( ) Indígenas
( ) Povos Ciganos
( ) Pescadores(as) Artesanais
( ) Povos de Terreiro
( ) Quilombolas
( ) Outra comunidade tradicional

Gênero:
( ) Mulher cisgênero
( ) Homem cisgênero
( ) Mulher Transgênero
( ) Homem Transgênero
( ) Pessoa Não Binária
( ) Não informar

Raça, cor ou etnia:
( ) Branca
( ) Preta
( ) Parda
( ) Indígena
( ) Amarela

Você é uma Pessoa com Deficiência - PCD?
( ) Sim
( ) Não

Caso tenha marcado "sim", qual tipo de deficiência?
( ) Auditiva

( ) Física
( ) Intelectual
( ) Múltipla
( ) Visual

Qual o seu grau de escolaridade?
( ) Não tenho Educação Formal
( ) Ensino Fundamental Incompleto
( ) Ensino Fundamental Completo
( ) Ensino Médio Incompleto
( ) Ensino Médio Completo
( ) Curso Técnico Completo
( ) Ensino Superior Incompleto
( ) Ensino Superior Completo
( ) Pós Graduação Completo

Qual a sua renda mensal fixa individual (média mensal bruta aproximada) nos últimos 3 meses?
(Calcule fazendo uma média das suas remunerações nos últimos 3 meses. Em 2023, o salário mínimo foi fixado em R$ 1.320,00.)
( ) Nenhuma renda.
( ) Até 1 salário mínimo
( ) De 1 a 3 salários mínimos
( ) De 3 a 5 salários mínimos
( ) De 5 a 8 salários mínimos
( ) De 8 a 10 salários mínimos
( ) Acima de 10 salários mínimos

Você é beneficiário de algum programa social?
( ) Não
( ) Bolsa família
( ) Benefício de Prestação Continuada
( ) Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
( ) Garantia-Safra
( ) Seguro-Defeso
( ) Outro

Vai concorrer às cotas afirmativas?
( ) Sim ( ) Não

Se sim. Qual?
( ) Pessoa negra
( ) Pessoa indígena

Qual a sua principal função/profissão no campo artístico e cultural?
( ) Artista.
( ) Instrutor(a), oficineiro(a), educador(a) artístico(a)-cultural e afins.
( ) Curador(a), Programador(a) e afins.
( ) Gestor(a)
( ) Técnico(a)
( ) Consultor(a), Pesquisador(a) e afins.
( )_____Outro(a)s

Você está representando um coletivo (sem CNPJ)?
( ) Não
( ) Sim

Caso tenha respondido "sim":
Nome do coletivo:
Ano de Criação:
Quantas pessoas fazem parte do coletivo?
Nome completo e CPF das pessoas que compõem o coletivo:

PARA PESSOA JURÍDICA:
Razão Social:
Nome fantasia:
CNPJ:
Endereço da sede:
Cidade:
Estado:
Número de representantes legais:
Nome do representante legal:
CPF do representante legal:
E-mail do representante legal:
Telefone do representante legal:

Gênero do representante legal
( ) Mulher cisgênero
( ) Homem cisgênero
( ) Mulher Transgênero
( ) Homem Transgênero
( ) Não Binária/Binárie
( ) Não informar

Raça/cor/etnia do representante legal
( ) Branca
( ) Preta
( ) Parda
( ) Amarela
( ) Indígena

Representante legal é pessoa com deficiência - PCD?
( ) Sim
( ) Não

Caso tenha marcado "sim" qual o tipo de deficiência?
( ) Auditiva
( ) Física
( ) Intelectual
( ) Múltipla
( ) Visual

Escolaridade do representante legal
( ) Não tenho Educação Formal
( ) Ensino Fundamental Incompleto
( ) Ensino Fundamental Completo
( ) Ensino Médio Incompleto
( ) Ensino Médio Completo
( ) Curso Técnico completo
( ) Ensino Superior Incompleto
( ) Ensino Superior Completo
( ) Pós Graduação completo

2. DADOS DO PROJETO
Nome do Projeto:
Escolha a categoria a que vai concorrer:

Quais atividades e/ou produtos estão previstos no seu projeto? Por favor, quantifique.
Bolsa para desenvolvimento de processos criativos
Capacitação
Catálogo
Curso livre
Curso regular
Encontro
Evento cultural
Exibição
Exposição
Feira
Festival
Fomento
Fotografia
Live
Mostra
Obra
Oficina
Palestra
Pesquisa
Podcast
Premiação
Produção de publicações
Projeto
Publicação
Restauro
Seminário
Site
Vídeo
Vivência

Descrição do projeto
(Na descrição, você deve apresentar informações gerais sobre o seu projeto. Algumas perguntas orientadoras: O que você realizará com o projeto? Porque ele é importante para a sociedade? Como a ideia do projeto surgiu? Conte sobre o contexto de realização.)

Objetivos do projeto
(Neste campo, você deve propor objetivos para o seu projeto, ou seja, deve informar o que você pretende alcançar com a realização do projeto. É importante que você seja breve e proponha entre três a cinco objetivos.)

Metas
(Neste espaço, é necessário detalhar os objetivos em pequenas ações e/ou resultados que sejam quantificáveis. Por exemplo: Realização de 02 oficinas de artes circenses; Confecção de 80 figurinos; 120 pessoas idosas beneficiadas.)

Perfil do público a ser atingido pelo projeto
(Preencha aqui informações sobre as pessoas que serão beneficiadas ou participarão do seu projeto. Perguntas orientadoras: Quem vai ser o público do seu projeto? Essas pessoas são crianças, adultas e/ou idosas? Elas fazem parte de alguma comunidade? Qual a escolaridade delas? Elas moram em qual local, bairro e/ou região? No caso de públicos digitais, qual o perfil das pessoas a que seu projeto se direciona?)

Sua ação cultural é voltada prioritariamente para algum destes perfis de público?
Pessoas vítimas de violência
Pessoas em situação de pobreza
Pessoas em situação de rua (moradores de rua)
Pessoas em situação de restrição e privação de liberdade (população carcerária)
Pessoas com deficiência
Pessoas em sofrimento físico e/ou psíquico
Mulheres
Gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transgêneros e transexuais
Povos e comunidades tradicionais
Negros e/ou negras
Ciganos
Indígenas
Não é voltada especificamente para um perfil, é aberta para todos
Outros

Medidas de acessibilidade empregadas no projeto
(Marque quais medidas de acessibilidade serão implementadas ou estarão disponíveis para a participação de Pessoas com deficiência - PCD´s, tais

como, intérprete de libras, audiodescrição, entre outras medidas de acessibilidade a pessoas com deficiência, idosos e mobilidade reduzida, conforme Instrução Normativa nº xxxx.)

Acessibilidade arquitetônica:
( ) rotas acessíveis, com espaço de manobra para cadeira de rodas;
( ) piso tátil;
( ) rampas;
( ) elevadores adequados para pessoas com deficiência;
( ) corrimãos e guarda-corpos;
( ) banheiros femininos e masculinos adaptados para pessoas com deficiência;
( ) vagas de estacionamento para pessoas com deficiência;
( ) assentos para pessoas obesas;
( ) iluminação adequada;
( ) Outra _____

Acessibilidade comunicacional:
( ) a Língua Brasileira de Sinais - Libras;
( ) o sistema Braille;
( ) o sistema de sinalização ou comunicação tátil;
( ) a audiodescrição;
( ) as legendas;
( ) a linguagem simples;
( ) textos adaptados para leitores de tela; e
( ) Outra _____

Acessibilidade atitudinal:
( ) capacitação de equipes atuantes nos projetos culturais;
( ) contratação de profissionais com deficiência e profissionais especializados em acessibilidade cultural;
( ) formação e sensibilização de agentes culturais, público e todos os envolvidos na cadeia produtiva cultural; e
( ) outras medidas que visem a eliminação de atitudes capacitistas.

Informe como essas medidas de acessibilidade serão implementadas ou disponibilizadas de acordo com o projeto proposto.

Local onde o projeto será executado
Informe os espaços culturais e outros ambientes onde a sua proposta será realizada. É importante informar também os municípios e Estados onde ela será realizada.

Previsão do período de execução do projeto
Data de início:
Data final:

Equipe
Informe quais são os profissionais que atuarão no projeto, conforme quadro a seguir:

Nome do profissional /empresa	Função no projeto	CPF/CNPJ	Pessoa negra?	Pessoa índigena?	Pessoa com deficiência?	[INSERIR MAIS COLUNAS, SE NECESSÁRIO]
Ex.: João Silva	Curador	123456789101	Sim/Não	Sim/Não	Sim/Não	

Cronograma de Execução
Descreva os passos a serem seguidos para execução do projeto.

Atividade Geral	Etapa	Descrição	Início	Fim	[INSERIR MAIS COLUNAS, SE NECESSÁRIO]
Ex: Comunicação	Pré-produção	Divulgação do projeto nos veículos de imprensa	11/10/2023	11/11/2023	

Estratégia de divulgação
Apresente os meios que serão utilizados para divulgar o projeto. ex.: impulsionamento em redes sociais.

Contrapartida
Neste campo, descreva qual contrapartida será realizada, quando será realizada, e onde será realizada.

Projeto possui recursos financeiros de outras fontes? Se sim, quais?
(Informe se o projeto prevê apoios financeiros tais como cobrança de ingressos, patrocínio e/ou outras fontes de financiamento. Caso positivo, informe a previsão de valores e onde serão empregados no projeto.)
( ) Não, o projeto não possui outras fontes de recursos financeiros
( ) Apoio financeiro municipal
( ) Apoio financeiro estadual
( ) Recursos de Lei de Incentivo Municipal
( ) Recursos de Lei de Incentivo Estadual
( ) Recursos de Lei de Incentivo Federal
( ) Patrocínio privado direto
( ) Patrocínio de instituição internacional
( ) Doações de Pessoas Físicas
( ) Doações de Empresas
( ) Cobrança de ingressos
( ) Outros
Se o projeto tem outras fontes de financiamento, detalhe quais são, o valor do financiamento e onde os recursos serão empregados no projeto.

O projeto prevê a venda de produtos/ingressos?
(Informe a quantidade dos produtos a serem vendidos, o valor unitário por produto e o valor total a ser arrecadado. Detalhe onde os recursos arrecadados serão aplicados no projeto.)

3. PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
Preencha a tabela informando todas as despesas indicando as metas/etapas às quais elas estão relacionadas.
Deve haver a indicação do parâmetro de preço (Ex.: preço estabelecido no SALICNET, 3 orçamentos, etc) utilizado com a referência específica do item de despesa, conforme exemplo abaixo.

Descrição do item	Justificativa	Unidade de medida	Valor unitário	Quantidade	Valor total	Referência de preço
Ex.: Fotógrafo	Profissional necessário para registro da oficina	Serviço	R$1.100,00	1	R$1.100,00	Salicnet – Oficina/workshop/ seminário Audiovisual – Brasília – Fotografia Artística – Serviço

4. DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS A SEREM ANEXADOS
Encaminhe junto a esse formulário os seguintes documentos:
RG e CPF do proponente
Currículo do proponente
Mini currículo dos integrantes do projeto
[OUTROS DOCUMENTOS QUE FOREM OBRIGATÓRIOS DE ACORDO COM AS CATEGORIAS]

ANEXO II
CRITÉRIOS UTILIZADOS NA AVALIAÇÃO DE MÉRITO CULTURAL
As comissões de seleção atribuirão notas de 0 a 10 pontos a cada um dos critérios de avaliação de cada projeto, conforme tabela a seguir:

CRITÉRIOS OBRIGATÓRIOS PARA PROJETOS DE FOMENTO		
Identificação do Critério	**Descrição do Critério**	**Pontuação Máxima**
A	**Qualidade do Projeto - Coerência do objeto, objetivos, justificativa e metas do projeto** A análise deverá considerar, para fins de avaliação e valoração, se o conteúdo do projeto apresenta, como um todo, coerência, observando o objeto, a justificativa e as metas, sendo possível visualizar de forma clara os resultados que serão obtidos.	10
B	**Relevância da ação proposta para o cenário cultural do Estado do Pará.** A análise deverá considerar, para fins de avaliação e valoração, se a ação contribui para o enriquecimento e valorização da cultura do estado do Pará	10
C	**Aspectos de integração comunitária na ação proposta pelo projeto** Considera-se, para fins de avaliação e valoração, se o projeto apresenta aspectos de integração comunitária, em relação ao impacto social para a inclusão de pessoas com deficiência, idosos e demais grupos em situação de histórica vulnerabilidade econômica/social.	10
D	**Coerência da planilha orçamentária e do cronograma de execução às metas, resultados e desdobramentos do projeto proposto** A análise deverá avaliar e valorar a viabilidade técnica do projeto sob o ponto de vista dos gastos previstos na planilha orçamentária, sua execução e a adequação ao objeto, metas e objetivos previstos. Também deverá ser considerada para fins de avaliação, a coerência e conformidade dos valores e quantidades dos itens relacionados na planilha orçamentária do projeto.	10
E	**Coerência do Plano de Divulgação ao Cronograma, Objetivos e Metas do projeto proposto** A análise deverá avaliar e valorar a viabilidade técnica e comunicacional com público alvo do projeto, mediante as estratégias, mídias e materiais apresentados, bem como a capacidade de execução.	10
F	**Compatibilidade da ficha técnica com as atividades desenvolvidas** A análise deverá considerar a carreira dos profissionais que compõem o corpo técnico e artístico, verificando a coerência ou não em relação às atribuições que serão executadas por eles no projeto (para esta avaliação serão considerados os currículos dos membros da ficha técnica).	10
G	**Trajetória artística e cultural do proponente** Será considerado para fins de análise a carreira do proponente, com base no currículo e comprovações enviadas juntamente com a proposta	10
PONTUAÇÃO TOTAL:		80

A pontuação final de cada candidatura será definida por média das notas atribuídas individualmente por cada membro,
Os critérios gerais são eliminatórios, de modo que, o agente cultural que receber pontuação 0 em algum dos critérios será desclassificado do Edital.
Em caso de empate, serão utilizados para fins de classificação dos projetos a maior nota nos critérios de acordo com a ordem abaixo definida: A, B, C, D, E, F, G,H respectivamente.
Caso nenhum dos critérios acima elencados seja capaz de promover o desempate será adotado o critério de maior idade do proponente pessoa física ou representante de pessoa jurídica.
Serão considerados aptos os projetos de fomento que receberem nota final igual ou superior a 40 pontos.

Serão desclassificados os projetos que:
I - receberam nota 0 em qualquer dos critérios obrigatórios;
II - apresentem quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade ou outras formas de discriminação serão desclassificadas, com fundamento no disposto no inciso IV do caput do art. 3º da Constituição, garantidos o contraditório e a ampla defesa.
III - A falsidade de informações acarretará desclassificação, podendo ensejar, ainda, a aplicação de sanções administrativas ou criminais.

ANEXO III

TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº [INDICAR NÚMERO]/[INDICAR ANO] TENDO POR OBJETO A CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO A AÇÕES CULTURAIS CONTEMPLADAS PELO EDITAL nº XX/2023 –, NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO), DO DECRETO N. 11.525/2023 (DECRETO PAULO GUSTAVO) E DO DECRETO 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

1. PARTES

1.1 O [NOME DO ENTE FEDERATIVO], neste ato representado por [AUTORIDADE QUE ASSINARÁ PELO ENTE FEDERATIVO], Senhor(a) [INDICAR NOME DA AUTORIDADE QUE ASSINARÁ PELO ENTE FEDERATIVO], e o(a) AGENTE CULTURAL, [INDICAR NOME DO(A) AGENTE CULTURAL CONTEMPLADO], portador(a) do RG nº [INDICAR Nº DO RG], expedida em [INDICAR ÓRGÃO EXPEDIDOR], CPF nº [INDICAR Nº DO CPF], residente e domiciliado(a) à [INDICAR ENDEREÇO], CEP: [INDICAR CEP], telefones: [INDICAR TELEFONES], resolvem firmar o presente Termo de Execução Cultural, de acordo com as seguintes condições:

2. PROCEDIMENTO

2.1 Este Termo de Execução Cultural é instrumento da modalidade de fomento à execução de ações culturais de que trata o inciso I do art. 8 do Decreto 11.453/2023, celebrado com agente cultural selecionado nos termos da LEI COMPLEMENTAR Nº 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO), DO DECRETO N. 11.525/2023 (DECRETO PAULO GUSTAVO) E DO DECRETO 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

3. OBJETO

3.1. Este Termo de Execução Cultural tem por objeto a concessão de apoio financeiro ao projeto cultural [INDICAR NOME DO PROJETO], contemplado no conforme processo administrativo nº [INDICAR NÚMERO DO PROCESSO].

4. RECURSOS FINANCEIROS

4.1. Os recursos financeiros para a execução do presente termo totalizam o montante de R$ [INDICAR VALOR EM NÚMERO ARÁBICOS] ([INDICAR VALOR POR EXTENSO] reais).
4.2. Serão transferidos à conta do(a) AGENTE CULTURAL, especialmente aberta no [NOME DO BANCO], Agência [INDICAR AGÊNCIA], Conta Corrente nº [INDICAR CONTA], para recebimento e movimentação.

5. APLICAÇÃO DOS RECURSOS

5.1 Os rendimentos de ativos financeiros poderão ser aplicados para o alcance do objeto, sem a necessidade de autorização prévia.

6. OBRIGAÇÕES

6.1 São obrigações da SECULT/PA:
I) transferir os recursos ao(a)AGENTE CULTURAL;
II) orientar o(a) AGENTE CULTURAL sobre o procedimento para a prestação de informações dos recursos concedidos;
III) analisar e emitir parecer sobre os relatórios e sobre a prestação de informações apresentados pelo(a) AGENTE CULTURAL;
IV) zelar pelo fiel cumprimento deste termo de execução cultural;
V) adotar medidas saneadoras e corretivas quando houver inadimplemento;
VI) monitorar o cumprimento pelo(a) AGENTE CULTURAL das obrigações previstas na CLÁUSULA 6.2.
6.2 São obrigações do(a) AGENTE CULTURAL:
I) executar a ação cultural aprovada;
II) aplicar os recursos concedidos pela Lei Paulo Gustavo na realização da ação cultural;
III) manter, obrigatória e exclusivamente, os recursos financeiros depositados na conta especialmente aberta para o Termo de Execução Cultural;
IV) facilitar o monitoramento, o controle e supervisão do termo de execução cultural bem como o acesso ao local de realização da ação cultural;
V) prestar informações à SECULT por meio de Relatório de Execução do Objeto, apresentado no prazo máximo de até 31 de dezembro de 2024, contados do término da vigência do termo de execução cultural;
VI) atender a qualquer solicitação regular feita pela SECULT, a contar do recebimento da notificação;
VII) divulgar nos meios de comunicação, a informação de que a ação cultural aprovada é apoiada com recursos da Lei Paulo Gustavo, incluindo as marcas do Governo federal, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura;
VIII) não realizar despesa em data anterior ou posterior à vigência deste termo de execução cultural;
IX) guardar a documentação referente à prestação de informações pelo prazo de 10 anos, contados do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural;
X) não utilizar os recursos para finalidade diversa da estabelecida no projeto cultural;
XI) executar a contrapartida conforme pactuado.

7. PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES,

7.1 O agente cultural prestará contas à administração pública por meio da categoria de prestação de informações em relatório de execução do objeto.
7.2 A prestação de informações em relatório de execução do objeto comprovará que foram alcançados os resultados da ação cultural, por meio dos seguintes procedimentos:
I - apresentação de relatório de execução do objeto pelo beneficiário no prazo estabelecido pelo ente federativo no regulamento ou no instrumento de seleção;
II - apresentação de relatório de execução financeira do projeto, e;
III - análise do relatório de execução do objeto por agente público designado.
7.2.1 O relatório de prestação de informações sobre o cumprimento do objeto deverá:
I - comprovar que foram alcançados os resultados da ação cultural;
II - conter a descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;
III - ter anexados documentos de comprovação do cumprimento do objeto, tais como: Declarações de realização dos eventos, com registro fotográfico ou audiovisual, clipping de matérias jornalísticas, releases, folders, catálogos, panfletos, filipetas, bem como outros documentos pertinentes à execução do projeto.
7.2.2 O agente público competente elaborará parecer técnico de análise do relatório de execução do objeto e poderá adotar os seguintes procedimentos, de acordo com o caso concreto:
I - encaminhar o processo à autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações, caso conclua que houve o cumprimento integral do objeto; ou
II - solicitar a apresentação, pelo agente cultural, de relatório de execução financeira, caso considere que não foi possível aferir o cumprimento integral do objeto no relatório de execução do objeto ou que as justificativas apresentadas sobre o cumprimento parcial do objeto foram insuficientes.
7.2.3 Após o recebimento do processo pelo agente público de que trata o item 7.2.2, autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações poderá:
I - determinar o arquivamento, caso considere que houve o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado;
II - solicitar a apresentação, pelo agente cultural, de relatório de execução financeira, caso considere que não foi possível aferir o cumprimento integral do objeto no relatório de execução do objeto ou que as justificativas apresentadas sobre o cumprimento parcial do objeto foram insuficientes; ou
III - aplicar sanções ou decidir pela rejeição da prestação de informações, caso verifique que não houve o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado, ou caso identifique irregularidades no relatório de execução financeira.
7.3 O relatório de execução financeira será exigido, independente da modalidade inicial de prestação de informações (in loco ou em relatório de execução do objeto), somente nas seguintes hipóteses:
I - quando não estiver comprovado o cumprimento do objeto, observados os procedimentos previstos no item 7.2; ou
II - quando for recebida, pela administração pública, denúncia de irregularidade na execução da ação cultural, mediante juízo de admissibilidade que avaliará os elementos fáticos apresentados.
7.3.1 O prazo para apresentação do relatório de execução financeira será de, no mínimo, trinta dias, contado do recebimento da notificação.
7.4 O julgamento da prestação de informações realizado pela autoridade do ente federativo que celebrou o termo de execução cultural avaliará o parecer técnico de análise de prestação de informações e poderá concluir pela:
I - aprovação da prestação de informações, com ou sem ressalvas; ou
II - reprovação da prestação de informações, parcial ou total.
7.5 Na hipótese de o julgamento da prestação de informações apontar a necessidade de devolução de recursos, o agente cultural será notificado para que exerça a opção por:
I - devolução parcial ou integral dos recursos ao erário;
II - apresentação de plano de ações compensatórias; ou
III - devolução parcial dos recursos ao erário juntamente com a apresentação de plano de ações compensatórias.
7.5.1 A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a reprovação da prestação de informações, desde que comprovada.
7.5.2 Nos casos em que estiver caracterizada má-fé do agente cultural, será imediatamente exigida a devolução de recursos ao erário, vedada a aceitação de plano de ações compensatórias.
7.5.3 Nos casos em que houver exigência de devolução de recursos ao erário, o agente cultural poderá solicitar o parcelamento do débito, na forma e nas condições previstas na legislação.
7.5.4 O prazo de execução do plano de ações compensatórias será o menor possível, conforme o caso concreto, limitado à metade do prazo originalmente previsto de vigência do instrumento.

8. ALTERAÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

8.1 A alteração do termo de execução cultural será formalizada por meio de termo aditivo.
8.2 A formalização de termo aditivo não será necessária nas seguintes hipóteses:
I - prorrogação de vigência realizada de ofício pela administração pública quando der causa a atraso na liberação de recursos; e
II - alteração do projeto sem modificação do valor global do instrumento e sem modificação substancial do objeto.
8.3 Na hipótese de prorrogação de vigência, o saldo de recursos será automaticamente mantido na conta, a fim de viabilizar a continuidade da execução do objeto.
8.4 As alterações do projeto cujo escopo seja de, no máximo, 20% poderão ser realizadas pelo agente cultural e comunicadas à administração pública em seguida, sem a necessidade de autorização prévia.
8.5 A aplicação de rendimentos de ativos financeiros em benefício do objeto do termo de execução cultural poderá ser realizada pelo agente cultural sem a necessidade de autorização prévia da administração pública.

8.6 Nas hipóteses de alterações em que não seja necessário termo aditivo, poderá ser realizado apostilamento.

9. TITULARIDADE DE BENS

9.1 Os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução da ação cultural fomentada serão de titularidade do agente cultural desde a data da sua aquisição.

9.2 Nos casos de rejeição da prestação de contas em razão da aquisição ou do uso do bem, o valor pago pela aquisição será computado no cálculo de valores a devolver, com atualização monetária.

[OU]

9.2 Os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução da ação cultural fomentada serão de titularidade do [NOME DO ENTE].

[AO FORMALIZAR O TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL, O ENTE DEVE DECIDIR SE OS BENS ADQUIRIDOS, PRODUZIDOS OU TRANSFORMADOS PELO AGENTE CULTURAL SERÃO DO PRÓPRIO AGENTE CULTURAL OU DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. OS BENS PODEM FICAR COM O AGENTE CULTURAL NAS HIPÓTESES TRATADAS NO ART. 27 DO DECRETO 11.453/2023]

10. EXTINÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

10.1 O presente Termo de Execução Cultural poderá ser:

I - extinto por decurso de prazo;

II - extinto, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;

III - denunciado, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe; ou

IV - rescindido, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe, nas seguintes hipóteses:

a) descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;

b) irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas ;

c) violação da legislação aplicável;

d) cometimento de falhas reiteradas na execução;

e) má administração de recursos públicos;

f) constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;

g) não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;h) outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.

10.2 A denúncia só será eficaz 60 (sessenta) dias após a data de recebimento da notificação, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença.

10.3 Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.

10.4 Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje dano ao erário, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela Administração Pública.

10.5 Outras situações relativas à extinção deste Termo não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser negociados entre as partes ou, se for o caso, no Termo de Distrato.

11. SANÇÕES

11.1 . Nos casos em que for verificado que a ação cultural ocorreu, mas houve inadequação na execução do objeto ou na execução financeira sem má-fé, a autoridade pode concluir pela aprovação da prestação de informações com ressalvas e aplicar sanção de advertência ou multa.

11.2 A decisão sobre a sanção deve ser precedida de abertura de prazo para apresentação de defesa pelo AGENTE CULTURAL.

11.3 A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a aplicação de sanção, desde que regularmente comprovada.

12. MONITORAMENTO E CONTROLE DE RESULTADOS

12.1 [DEVE SER INFORMADO COMO O ÓRGÃO REALIZARÁ O MONITORAMENTO DAS AÇÕES, PODENDO SER POR MEIO DE COMISSÃO ESPECÍFICA PARA ESTE FIM, POR ENVIO DE RELATÓRIOS, ENTRE OUTRAS MEDIDAS].

13. VIGÊNCIA

13.1 A vigência deste instrumento terá início na data de assinatura das partes, com duração de [PRAZO EM ANOS OU MESES], podendo ser prorrogado por [PRAZO MÁXIMO DE PRORROGAÇÃO].

14. PUBLICAÇÃO

14.1 O Extrato do Termo de Execução Cultural será publicado no [INFORMAR ONDE SERÁ PUBLICADO]

15. FORO

15.1 Fica eleito o Foro de [LOCAL] para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao presente Termo de Execução Cultural.

LOCAL, [INDICAR DIA, MÊS E ANO].

Pelo órgão: Pelo Agente Cultural:

[NOME DO AGENTE CULTURAL]

ANEXO IV

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

1. DADOS DO PROJETO

Nome do projeto:

Nome do agente cultural proponente:

Nº do Termo de Execução Cultural

Vigência do projeto:

Valor repassado para o projeto:

Data de entrega desse relatório:

2. RESULTADOS DO PROJETO

2.1. Resumo:

Descreva de forma resumida como foi a execução do projeto, destacando principais resultados e benefícios gerados e outras informações pertinentes.

2.2. As ações planejadas para o projeto foram realizadas?

( ) Sim, todas as ações foram feitas conforme o planejado.

( ) Sim, todas as ações foram feitas, mas com adaptações e/ou alterações.

( ) Uma parte das ações planejadas não foi feita.

( ) As ações não foram feitas conforme o planejado.

2.3. Ações desenvolvidas

Descreva as ações desenvolvidas, com informações detalhando ações, datas, locais, horários, etc. Fale também sobre a eventuais alterações nas atividades previstas no projeto, bem como os possíveis impactos nas metas acordadas.

2.4. Cumprimento das Metas

Metas integralmente cumpridas:

• META 1 [Descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado]

◦ OBSERVAÇÃO DA META 1: [informe como a meta foi cumprida]

Metas parcialmente cumpridas (SE HOUVER):

• META 1 [Descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado]

◦ Observações da Meta 1: [Informe qual parte da meta foi cumprida]

◦ Justificativa para o não cumprimento integral: [Explique porque parte da meta não foi cumprida]

Metas não cumpridas (se houver)

• Meta 1 [Descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado]

◦ Justificativa para o não cumprimento: [Explique porque a meta não foi cumprida]

3. PRODUTOS GERADOS

3.1. A execução do projeto gerou algum produto?

Exemplos: vídeos, produção musical, produção gráfica etc.

( ) Sim

( ) Não

3.1.1. Quais produtos culturais foram gerados?

Você pode marcar mais de uma opção. Informe também as quantidades.

( ) Publicação

( ) Livro

( ) Catálogo

( ) Live (transmissão on-line)

( ) Vídeo

( ) Documentário

( ) Filme

( ) Relatório de pesquisa

( ) Produção musical

( ) Jogo

( ) Artesanato

( ) Obras

( ) Espetáculo

( ) Show musical

( ) Site

( ) Música

( ) Outros: _____

3.1.2. Como os produtos desenvolvidos ficaram disponíveis para o público após o fim do projeto?

Exemplos: publicações impressas, vídeos no YouTube?

3.2. Quais foram os resultados gerados pelo projeto?

Detalhe os resultados gerados por cada atividade prevista no Projeto.

3.2.1 Pensando nos resultados finais gerados pelo projeto, você considera que ele:

(Você pode marcar mais de uma opção).

( ) Desenvolveu processos de criação, de investigação ou de pesquisa.

( ) Desenvolveu estudos, pesquisas e análises sobre o contexto de atuação.

( ) Colaborou para manter as atividades culturais do coletivo.

( ) Fortaleceu a identidade cultural do coletivo.

( ) Promoveu as práticas culturais do coletivo no espaço em que foi desenvolvido.

( ) Promoveu a formação em linguagens, técnicas e práticas artísticas e culturais.

( ) Ofereceu programações artísticas e culturais para a comunidade do entorno.

( ) Atuou na preservação, na proteção e na salvaguarda de bens e manifestações culturais.

4. PÚBLICO ALCANÇADO

Informe a quantidade de pessoas beneficiadas pelo projeto, demonstre os mecanismos utilizados para mensuração, a exemplo de listas de presenças. Em caso de baixa frequência ou oscilação relevante informe as justificativas.

5. EQUIPE DO PROJETO

5.1 Quantas pessoas fizeram parte da equipe do projeto?

Digite um número exato (exemplo: 23).

5.2 Houve mudanças na equipe ao longo da execução do projeto?

( ) Sim ( ) Não

Informe se entraram ou saíram pessoas na equipe durante a execução do projeto.

5.3 Informe os profissionais que participaram da execução do projeto:

Nome do profissional/ empresa	Função no projeto	CPF/CNPJ	Pessoa negra?	Pessoa índigena?	Pessoa com deficiência?	[INSERIR MAIS COLUNAS, SE NECESSÁRIO]
Ex.: João Silva	Cineasta	123456789101	Sim/Não	Sim/Não	Sim/Não	

6. LOCAIS DE REALIZAÇÃO

6.1 De que modo o público acessou a ação ou o produto cultural do projeto?

( )1. Presencial.
( ) 2. Virtual.
( ) 3. Híbrido (presencial e virtual).

Caso você tenha marcado os itens 2 ou 3 (virtual e híbrido):

6.2 Quais plataformas virtuais foram usadas?

Você pode marcar mais de uma opção.
( )Youtube
( )Instagram / IGTV
( )Facebook
( )TikTok
( )Google Meet, Zoom etc.
( )Outros: _____

6.3 Informe aqui os links dessas plataformas:

Caso você tenha marcado os itens 1 e 3 (Presencial e Híbrido):

6.4 De que forma aconteceram as ações e atividades presenciais do projeto?

( )1. Fixas, sempre no mesmo local.
( )2. Itinerantes, em diferentes locais.
( )3. Principalmente em um local base, mas com ações também em outros locais.

No item 6.4 caso você tenha marcado o item 1 (Fixas):

6.5 Em que município o projeto aconteceu?

6.7 Em que área do município o projeto foi realizado?

Você pode marcar mais de uma opção.
( )Zona urbana central.
( )Zona urbana periférica.
( )Zona rural.
( )Área de vulnerabilidade social.
( )Unidades habitacionais.
( )Territórios indígenas (demarcados ou em processo de demarcação).
( )Comunidades quilombolas (terra titulada, em processo de titulação, com registro na Fundação Palmares).
( )Áreas atingidas por barragem.
( )Território de povos e comunidades tradicionais (ribeirinhos, louceiros, cipozeiro, pequizeiros, vazanteiros, povos do mar etc.).
( )Outros: _____

6.8 Onde o projeto foi realizado?

Você pode marcar mais de uma opção.
( )Equipamento cultural público municipal.
( )Equipamento cultural público estadual.
( )Espaço cultural independente.
( )Escola.
( )Praça.
( )Rua.
( )Parque.
( )Outros

No item 6.4 caso você tenha marcado o item 2 (itinerante):

6.9 Em quais municípios o projeto aconteceu?

6.10 Em quais áreas o projeto foi realizado?
Você pode marcar mais de uma opção.

( )Zona urbana central.
( )Zona urbana periférica.
( )Zona rural.
( )Área de vulnerabilidade social.
( )Unidades habitacionais.
( )Territórios indígenas (demarcados ou em processo de demarcação).
( )Comunidades quilombolas (terra titulada, em processo de titulação, com registro na Fundação Palmares).
( )Áreas atingidas por barragem.
( )Território de povos e comunidades tradicionais (ribeirinhos, louceiros, cipozeiro, pequizeiros, vazanteiros, povos do mar etc.).
( )Outros: _____

6.11 Onde o projeto foi realizado?

Você pode marcar mais de uma opção.
( )Equipamento cultural público municipal.
( )Equipamento cultural público estadual.
( )Espaço cultural independente.
( )Escola.
( )Praça.
( )Rua.
( )Parque.
( )Outros _____

No item 6.4 caso você tenha marcado o item 3 (Base):

6.12 Em quais municípios o projeto aconteceu?

6.13 Em quais áreas o projeto foi realizado?

Você pode marcar mais de uma opção.
( )Zona urbana central.
( )Zona urbana periférica.
( )Zona rural.
( )Área de vulnerabilidade social.
( )Unidades habitacionais.
( )Territórios indígenas (demarcados ou em processo de demarcação).
( )Comunidades quilombolas (terra titulada, em processo de titulação, com registro na Fundação Palmares).
( )Áreas atingidas por barragem.
( )Território de povos e comunidades tradicionais (ribeirinhos, louceiros, cipozeiro, pequizeiros, vazanteiros, povos do mar etc.).
( )Outros: _____

6.14 Onde o projeto foi realizado?

Você pode marcar mais de uma opção.
( )Equipamento cultural público municipal.
( )Equipamento cultural público estadual.
( )Espaço cultural independente.
( )Escola.
( )Praça.
( )Rua.
( )Parque.
( )Outros_____

7. DIVULGAÇÃO DO PROJETO

Informe como o projeto foi divulgado. Ex.: Divulgado no instagram

8. CONTRAPARTIDA

Descreva como a contrapartida foi executada, quando foi executada e onde foi executada.

9. TÓPICOS ADICIONAIS

Inclua aqui informações relevantes que não foram abordadas nos tópicos anteriores, se houver.

10. ANEXOS

Junte documentos que comprovem que você executou o projeto, tais como listas de presença, relatório fotográfico, vídeos, depoimentos, entre outros.
Nome
Assinatura do Agente Cultural Proponente

ANEXO V
DECLARAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DE GRUPO OU COLETIVO

OBS.: Essa declaração deve ser preenchida somente por proponentes que sejam um grupo ou coletivo sem personalidade jurídica, ou seja, sem CNPJ.

GRUPO ARTÍSTICO:
NOME DO REPRESENTANTE INTEGRANTE DO GRUPO OU COLETIVO ARTÍSTICO:
DADOS PESSOAIS DO REPRESENTANTE: [IDENTIDADE, CPF, E-MAIL E TELEFONE]

Os declarantes abaixo-assinados, integrantes do grupo artístico [NOME DO GRUPO OU COLETIVO], elegem a pessoa indicada no campo "REPRESENTANTE" como único e representante neste edital, outorgando-lhe poderes para fazer cumprir todos os procedimentos exigidos nas etapas do edital, inclusive assinatura de recibo, troca de comunicações, podendo assumir compromissos, obrigações, transigir, receber pagamentos e dar quitação, renunciar direitos e qualquer outro ato relacionado ao referido edital. Os declarantes informam que não incorrem em quaisquer das vedações do item de participação previstas no edital.

NOME DO INTEGRANTE	DADOS PESSOAIS	ASSINATURAS

[LOCAL]
[DATA]

ANEXO VI
DECLARAÇÃO ÉTNICO-RACIAL

(Para agentes culturais concorrentes às cotas étnico-raciais – negros ou indígenas)

Eu, _____
_____, CPF nº_____, RG nº _____,
DECLARO para fins de participação no Edital (Nome ou número do edital) que sou _____(informar se é NEGRO OU INDÍGENA).

Por ser verdade, assino a presente declaração e estou ciente de que a

apresentação de declaração falsa pode acarretar desclassificação do edital e aplicação de sanções criminais.
NOME
ASSINATURA DO DECLARANTE

ANEXO VII
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
Nome do Proponente:
Nº de Registro no Mapa Cultural:
Nome do projeto:
Nº de inscrição:

Meta /etapa 1						
Descrição do item	**Justificativa**	**Unidade de medida**	**Valor unitário**	**Quantidade**	**Valor total**	**Referência de preço**
Ex.: Fotógrafo	Profissional necessário para registro da oficina	Serviço	R$1.100,00	1	R$1.100,00	. Salicnet . Praticado no mercado
Meta /etapa 2						
Ex. Ampliações das imagens	Serviço necessário para exposição	und	R$50,00	1	R$50,00	. Salicnet . Praticado no mercado

Preencha a tabela informando todas as despesas indicando as metas/etapas às quais elas estão relacionadas (ex. pré-produção, produção, execução)
Deve haver a indicação do parâmetro de preço (Ex.: preço estabelecido no SALICNET, 3 orçamentos, etc),utilizado com a referência específica do item de despesa, conforme exemplo.
Adicione quantas linhas forem necessárias para etapas e itens do seu orçamento.

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 022/2023 – PATRIMÔNIO IMATERIAL – LEI PAULO GUSTAVO

EDITAL DE SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA LEI COMPLEMENTAR 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO) – PATRIMÔNIO IMATERIAL
Este Edital é realizado com recursos do Governo Federal repassados por meio da Lei Complementar nº 195/2022 - Lei Paulo Gustavo.
A Lei Paulo Gustavo (LPG) viabiliza o maior investimento direto no setor cultural da história do Brasil e simboliza o processo de resistência da classe artística durante a pandemia de Covid-19, que limitou severamente as atividades do setor cultural.
É, ainda, uma homenagem a Paulo Gustavo, artista símbolo da categoria, vitimado pela doença.
As condições para a execução da Lei Paulo Gustavo foram criadas por meio do engajamento da sociedade e o presente edital destina-se a apoiar projetos apresentados pelos agentes culturais do segmento de PATRIMÔNIO IMATERIAL.
Deste modo, a Secretaria de Cultura do Estado do Pará – SECULT/PA, torna público o presente edital elaborado com base na Lei Complementar 195/2022, no Decreto 11.525/2023 e no Decreto 11.453/2023 e no Termo de Fomento 060, celebrado com o **FUNDO DE AMPARO E DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA – FADESP**, entidade parceira na execução das ações deste edital.
Na realização deste edital estão asseguradas medidas de democratização, desconcentração, descentralização e regionalização do investimento cultural, com a implementação de ações afirmativas, fundamentado na previsão do Decreto nº 11.525, de 11 de maio de 2023 (Decreto de Regulamentação da Lei Paulo Gustavo), em seus artigos 14, 15 e 16.

1. OBJETO
O objeto deste Edital é a seleção de **69 (sessenta e nove)** propostas culturais de mestres e mestras do segmento de Patrimônio Imaterial, para receberem premiação, visando o reconhecimento por contribuição dada ao referido segmento no estado do Pará. A distribuição dos recursos será realizada de acordo com a modalidade descrita no item .
1.1 Modalidade: Premiação
1.1.1 **Reconhecimento pela trajetória**: **69** (sessenta e nove) prêmios no valor de R$10.014,50 (dez mil, quatorze reais e cinquenta centavos) destinados a Mestras e Mestres vivos e 'In Memoriam', com grande experiência e conhecimento nos saberes e fazeres relacionado ao patrimônio imaterial, com reconhecimento da comunidade onde vivem e atuam, de acordo com os sentidos, valores e significados do bem cultural. pela trajetória de reconhecimento no Patrimônio Imaterial.
1.2. Caso o valor destinado à atividade inicialmente previsto não seja utilizado integralmente, poderão ser convocados mais proponentes aprovados.
1.3. Havendo sobra de recursos em uma das atividades o saldo remanescente poderá ser remanejado para contemplar propostas de outras faixas deste edital.
1.3.1. O remanejamento deverá priorizar as faixas que possuam maior demanda de propostas de proponentes na condição de suplente, bem como respeitar as cotas reservadas às pessoas negras e indígenas e, quando possível, a ordem de classificação e as cotas de regionalização.
1.4. No caso de sobra de recurso neste edital, o saldo remanescente deste poderá ser utilizado para contemplar os(as) proponentes com propostas selecionadas em outros Editais da Lei Paulo Gustavo publicados pela Secretaria de Cultura do Estado do Pará, priorizando aqueles com maior demanda.
1.5. O valor inicialmente disponível para este Edital poderá ser ampliado, caso haja sobra de recursos de outros Editais publicados pela Secretaria de Cultura no âmbito da Lei Paulo Gustavo ou do recebimento de recursos da Lei Paulo Gustavo não executados pelos municípios.
2. VALORES
2.1 O valor total disponibilizado para este Edital é de **R$691.000,50** (seiscentos e noventa e um mil reais e cinquenta centavos) para projetos de premiações da LPG.
3. QUEM PODE SE INSCREVER
3.1 Pode se inscrever no Edital qualquer agente cultural residente e domiciliado no Estado do Pará há pelo menos 2 (dois) anos.
3.1.1. A comprovação de residência é dispensada na forma descrita no item 14.2.1.1.
3.2 Em regra, o agente cultural pode ser:
I - Pessoa física ou Microempreendedor Individual (MEI)
II - Pessoa jurídica com fins lucrativos (Ex.: empresa de pequeno porte, empresa de grande porte, etc)
III - Pessoa jurídica sem fins lucrativos (Ex.: Associação, Fundação, Cooperativa, etc)
IV - Coletivo/Grupo sem CNPJ representado por pessoa física.
3.3 O proponente é o agente cultural responsável pela inscrição do projeto no Mapa Cultural.
3.4 Na hipótese de agentes culturais que atuem como grupo ou coletivo cultural sem constituição jurídica (ou seja, sem CNPJ), será indicada pessoa física como responsável legal para o ato da assinatura do Termo de Execução Cultural e a representação será formalizada em declaração assinada pelos demais integrantes do grupo ou coletivo, podendo ser utilizado o modelo constante no Anexo V.
3.5 O proponente não pode exercer apenas funções administrativas no âmbito do projeto e deve exercer necessariamente a função de criação, ou direção, ou produção, ou coordenação, ou gestão artística, ou outra função de destaque e capacidade de decisão no projeto.
4. QUEM NÃO PODE SE INSCREVER
4.1 Não pode se inscrever neste Edital, proponentes que:
I - tenham se envolvido diretamente na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento de recursos;
II - sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de servidor público do órgão responsável pelo edital, nos casos em que o referido servidor tiver atuado na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento de recursos; e
III - sejam membros do Poder Legislativo (Deputados, Senadores, Vereadores), do Poder Judiciário (Juízes, Desembargadores, Ministros), do Ministério Público (Promotor, Procurador); do Tribunal de Contas (Auditores e Conselheiros).
IV - Proponentes inadimplentes com prestação de contas de editais realizados pela Secult e organizações da sociedade civil parceiras, com recursos da Lei Aldir Blanc.
4.2 O agente cultural que integrar Conselho de Cultura poderá concorrer neste Edital para receber recursos do fomento cultural, exceto quando se enquadrar nas vedações previstas no item 4.1.
4.3 Quando se tratar de proponentes pessoas jurídicas, estarão impedidas de apresentar projetos aquelas cujos sócios, diretores e/ou administradores se enquadrarem nas situações descritas no tópico 4.1.
4.4 A participação de agentes culturais nas oitivas e consultas públicas não caracteriza o envolvimento direto na etapa de elaboração do edital de que trata o subitem I do item 4.1.vfc
5. COTAS
5.1 Ficam garantidas cotas étnico-raciais em todas as categorias do edital, nas seguintes proporções e ordenamento de selecionados:
I) 50% para mulheres (cis e trans);
II) 30% (trinta por cento) para propostas de Região de Integração do Guajará (onde se localiza a capital do Estado) e 70% (setenta por cento) para propostas advindas das demais Regiões do Estado;
III) No mínimo 20% para pessoas negras (pretas e pardas); e
IV) no mínimo 10% para pessoas indígenas.
5.2 Os agentes culturais que optarem por concorrer às cotas para pessoas negras (pretas e pardas) e indígenas concorrerão concomitantemente às vagas destinadas à ampla concorrência, ou seja concorrerão ao mesmo tempo nas vagas da ampla concorrência e nas vagas reservadas às cotas, podendo ser selecionado de acordo com a sua nota ou classificação no processo seleção.
5.3 Os agentes culturais negros (pretos e pardos) e indígenas optantes por concorrer às cotas (opção presente na ficha de incrição dos projetos) que atingirem nota suficiente para se classificar no número de vagas oferecidas para ampla concorrência não ocuparão as vagas destinadas para o preenchimento das cotas, ou seja, serão selecionados nas vagas da ampla concorrência, ficando a vaga da cota para o próximo colocado optante pela cota.
5.4 Em caso de desistência de optantes aprovados nas cotas, a vaga não preenchida deverá ser ocupada por pessoa que concorreu às cotas de acordo com a ordem de classificação.
5.5 No caso de não existirem propostas aptas em número suficiente para o cumprimento de uma das categorias de cotas previstas na seleção, o número de vagas restantes deverá ser destinado inicialmente para a outra categoria de cotas.
5.6 Caso não haja outra categoria de cotas de que trata o item 5.5, as vagas não preenchidas deverão ser direcionadas para a ampla concorrência, sendo direcionadas para os demais candidatos aprovados, de acordo com

a ordem de classificação.
5.7 Para concorrer às cotas, os agentes culturais deverão autodeclarar-se no ato da inscrição usando a autodeclaração étnico-racial de que trata o Anexo VI.
5.8 Caso necessário, para fins de verificação da autodeclaração, poderá ser solicitada Carta Consubstanciada, que será analisada por um comitê formado por membros de entidades representativas.
5.9 As pessoas jurídicas e coletivos sem constituição jurídica podem concorrer às cotas, desde que preencham algum dos requisitos abaixo:
I – pessoas jurídicas que possuem quadro societário majoritariamente composto por pessoas negras (pretas e pardas) ou indígenas;
II – pessoas jurídicas ou grupos e coletivos sem constituição jurídica que possuam pessoas negras (pretas e pardas) ou indígenas em posições de liderança no projeto cultural; e
III – pessoas jurídicas ou coletivos sem constituição jurídica que possuam equipe do projeto cultural majoritariamente composta por pessoas negras (pretas e pardas) ou indígenas.
5.10 As pessoas físicas que compõem a equipe da pessoa jurídica e o grupo ou coletivo sem constituição jurídica devem se submeter aos regramentos descritos nos itens acima, observando o item 5.7
Parágrafo único: Este critério incide sobre o montante total de premiações de acordo com a lista de classificação e não por Modalidade.

6. PRAZO PARA SE INSCREVER

6.1 Para se inscrever no Edital, o proponente deve enviar toda documentação obrigatória relatada no 7.3, entre os dias 12 de setembro e 12 de outubro de 2023, exclusivamente através da plataforma Mapa Cultural do Pará, no endereço eletrônico http://www.mapacultural.pa.gov.br/lpg/patrimônio-imaterial.
1.2. Para efeito de inscrição todos os proponentes deverão estar cadastrados no mapa cultural.pa.gov.br.
1.3. Todas as informações fornecidas no ato da inscrição deverão ser verídicas e atualizadas. Não serão aceitas propostas entregues presencialmente na sede da SECULT, ou da executora do certame, ou materiais postados via Correios.
1.4. Os proponentes que já têm cadastro no Mapa Cultural do Pará não precisam fazer novo cadastro, podendo atualizar informações que julgarem necessárias até a data de envio de sua inscrição.
1.5. O ato de inscrição pressupõe plena concordância dos termos, cláusulas e condições deste edital e de seus anexos, que passarão a integrar as obrigações, bem como a observância dos regulamentos administrativos e das normas técnicas aplicáveis, não sendo aceita, sob qualquer hipótese, alegação de seu desconhecimento em qualquer fase do procedimento administrativo e execução dos serviços.
1.6. Os anexos que compõem este edital deverão ser assinados de maneira física ou eletrônica, com o encaminhamento na forma digital no ato de inscrição anexados no formato PDF.
6.7. As inscrições feitas em desacordo com os prazos e demais exigências do presente edital serão indeferidas.
1.8 Não serão aceitas complementações, modificações ou substituições de dados e de anexos à inscrição, depois de finalizada.
1.9 É vedada a participação de órgãos públicos, escolas e fundações privadas.

7. COMO SE INSCREVER

7.1 O proponente deve preencher Ficha de Inscrição diretamente no http://www.mapacultural.pa.gov.br/lpg/patrimônio-imaterial.
7.2 O proponente deve encaminhar a documentação obrigatória de que trata o item 7.3 por meio do http://www.mapacultural.pa.gov.br/lpg/patrimônio-imaterial.
7.3 O proponente deve enviar a seguinte documentação para formalizar sua inscrição:
a) Proposta;
b) Currículo / portfólio do proponente, com todas as comprovações;
c) Documentos pessoais do proponente CPF e RG (se Pessoa Física);
d) Inscrição no cadastro nacional de pessoa jurídica - CNPJ (se Pessoa Jurídica);
e) Atos constitutivos da empresa, qual seja o contrato social, nos casos de pessoas jurídicas com fins lucrativos, ou estatuto, nos casos de organizações da sociedade civil (se Pessoa Jurídica);
f) Comprovante de Endereço do proponente ou Declaração de Residência (no caso do proponente não possuir documento em seu nome)
g) Mini currículo dos integrantes do projeto e termo de anuência;
h) Todos os anexos solicitados no Edital, nos quais o proponente se enquadre.
i) Outros documentos que o proponente julgar necessário para auxiliar na avaliação do mérito cultural do projeto.
7.4 O proponente é responsável pelo envio dos documentos e pela qualidade visual, conteúdo dos arquivos e informações de seu projeto.
7.5 Cada Proponente poderá concorrer, e ser selecionado individualmente ou como representantes de coletivo, com apenas 1 (um) projeto, no máximo.
7.6 Os membros de grupos e coletivos podem concorrer isoladamente, desde que sejam com projetos diferentes.
7.7 Se houver inscrição de mais de um projeto do mesmo proponente, será considerado, para fins de seleção, o último enviado na plataforma.
7.8 Os projetos apresentados deverão conter previsão de execução não superior a 12 meses.
7.9 O proponente deve se responsabilizar pelo acompanhamento das atualizações/publicações pertinentes ao edital e seus prazos nos canais formais de comunicação da SECULT/PA.
7.10 As inscrições deste edital são gratuitas.
7.11 As propostas que apresentem quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade ou outras formas de discriminação serão desclassificadas, com fundamento no disposto no inciso IV do caput do art. 3º da Constituição, garantidos o contraditório e a ampla defesa.
7.12 No caso da modalidade 'premiação', os subitens 7.3-letras "a", "d", e "g", e o item 8 deste edital são dispensados.
Parágrafo único: A comprovação de residência poderá ser dispensada nas hipóteses de agentes culturais pertencentes à comunidade indígena, quilombola, cigana ou circense ou pertencentes à população nômade ou itinerante; que se encontrem em situação de rua.

8. PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DOS PROJETOS

8.1 O proponente deve preencher a planilha orçamentária presente no Anexo VII, informando como será utilizado o recurso financeiro recebido.
8.2 A estimativa de custos do projeto será prevista por categorias, sem a necessidade de detalhamento por item de despesa, conforme § 1º do art. 24 do Decreto 11.453/2023.
8.3 A compatibilidade entre a estimativa de custos do projeto e os preços praticados no mercado será avaliada pelos membros da comissão de seleção, de acordo com tabelas referenciais de valores, ou com outros métodos de verificação de valores praticados no mercado.
8.4 A estimativa de custos do projeto poderá apresentar valores divergentes das práticas de mercado convencionais na hipótese de haver significativa excepcionalidade no contexto de sua implementação, consideradas variáveis territoriais e geográficas e situações específicas, como a de povos indígenas, ribeirinhos, atingidos por barragens e comunidades quilombolas e tradicionais.
8.5 Os itens da planilha orçamentária poderão ser glosados, ou seja, vetados, total ou parcialmente, pela Comissão de Seleção, se, após análise, não forem considerados com preços compatíveis aos praticados no mercado ou forem considerados incoerentes e em desconformidade com o projeto apresentado.
8.6 Caso o proponente discorde dos valores glosados (vetados) poderá apresentar recurso na fase de mérito cultural, conforme dispõe o item 12.8.
8.7 O valor solicitado não poderá ser superior ao valor máximo destinado a cada modalidade, conforme item 1.2 do presente edital.

9. ACESSIBILIDADE

9.1 Os projetos devem contar com medidas de acessibilidade física, atitudinal e comunicacional compatíveis com as características dos produtos resultantes do objeto, nos termos do disposto na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência), de modo a contemplar:
I - no aspecto arquitetônico, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com mobilidade reduzida ou idosas aos locais onde se realizam as atividades culturais e a espaços acessórios, como banheiros, áreas de alimentação e circulação;
II - no aspecto comunicacional, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com deficiência intelectual, auditiva ou visual ao conteúdo dos produtos culturais gerados pelo projeto, pela iniciativa ou pelo espaço; e
III - no aspecto atitudinal, a contratação de colaboradores sensibilizados e capacitados para o atendimento de visitantes e usuários com diferentes deficiências e para o desenvolvimento de projetos culturais acessíveis desde a sua concepção, contempladas a participação de consultores e colaboradores com deficiência e a representatividade nas equipes dos espaços culturais e nas temáticas das exposições, dos espetáculos e das ofertas culturais em geral.
9.2 Especificamente para pessoas com deficiência, mecanismos de protagonismo e participação poderão ser concretizados também por meio das seguintes iniciativas, entre outras:
I - adaptação de espaços culturais com residências inclusivas;
II - utilização de tecnologias assistivas, ajudas técnicas e produtos com desenho universal;
III - medidas de prevenção e erradicação de barreiras atitudinais;
IV - contratação de serviços de assistência por acompanhante; ou
V - oferta de ações de formação e capacitação acessíveis a pessoas com deficiência.
9.3 Os projetos devem prever obrigatoriamente medidas de acessibilidade, sendo assegurado para essa finalidade no mínimo 10% do valor total do projeto.
9.4 A utilização do percentual mínimo de 10% de que trata o item 9.3 pode ser excepcionalmente dispensada quando:
I - for inaplicável em razão das características do objeto cultural,os cujo objeto seja o desenvolvimento de roteiro e licenciamento de obra audiovisual ; ou
II - quando o projeto já contemplar integralmente as medidas de acessibilidade compatíveis com as características do objeto cultural.
9.5 O proponente deve apresentar justificativa para os casos em que o percentual mínimo de 10% é inaplicável.

10. CONTRAPARTIDA

10.3 Os Prêmios por reconhecimento, conforme item 1.1 deste edital, são isentos da apresentação de contrapartidas.

11. ETAPAS DO EDITAL

11.1 A seleção dos projetos submetidos a este Edital será composta das seguintes etapas:
I - Análise de mérito cultural dos projetos: fase de análise do projeto realizada por comissão de seleção; e divulgação dos selecionados;
II - Habilitação: fase de apresentação e análise dos documentos dos proponentes selecionados, descritos no tópico 14; e divulgação dos habilitados.

12. ANÁLISE DE MÉRITO CULTURAL DOS PROJETOS

12.1 Entende-se por "Análise de mérito cultural" a identificação, tanto individual quanto sobre seu contexto social, de aspectos relevantes dos projetos culturais, concorrentes em uma mesma categoria de apoio, realizada por meio da atribuição fundamentada de notas aos critérios descritos neste edital.
12.2 Por análise comparativa compreende-se a análise não apenas dos itens individuais de cada projeto, mas de suas propostas, impactos e relevância em relação aos outros projetos inscritos na mesma categoria. A pontuação de cada projeto é atribuída em função desta comparação.
12.3 A análise dos projetos culturais será realizada por comissão de seleção formada por, no mínimo, 03 (três) pareceristas externos, com experi-

ência no segmento cultural.
12.4 Os membros da comissão de seleção ficam impedidos de participar da apreciação de projetos e iniciativas que estiverem em processo de avaliação nos quais:
I - tenham interesse direto na matéria;
II - tenham participado como colaborador na elaboração do projeto ou tenham participado da instituição proponente nos últimos dois anos, faça parte da equipe técnica do projeto ou se tais situações ocorrem quanto ao cônjuge, companheiro ou parente e afins até o terceiro grau; e
III - estejam litigando judicial ou administrativamente com o proponente ou com respectivo cônjuge ou companheiro.
12.5 O membro da comissão que incorre em impedimento deve comunicar o fato à referida Comissão, abstendo-se de atuar, sob pena de nulidade dos atos que praticar.
12.6 Para esta seleção serão considerados os critérios de pontuação estabelecidos no anexo II
12.7 Contra a decisão da fase de mérito cultural, caberá recurso destinado à Comissão de Seleção.
12.8 Os recursos de que tratam o item 12.8 deverão ser apresentados no prazo de 3 (três) dias úteis, conforme inciso III, do art. 16 do decreto 11.453/2023, a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação.
12.9 Os recursos devem ser encaminhados através do email recursopatrimonioimateriallpgpara@gmail.com, de 00h do dia 01/11/2023 até as 17h do dia 06/11/2023.
12.10 Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.
12.11 Após o julgamento dos recursos, o resultado final da análise de mérito cultural será publicado no Diário Oficial do Estado (DOE) contendo nome e CPF dos proponentes. A nota obtida e a justificativa serão publicadas no sítio eletrônico www.secult.pa.gov.br**.**

13. REMANEJAMENTO DOS RECURSOS

13.1 Não havendo número de propostas culturais selecionadas suficientes em uma modalidade, será selecionada a proposta de outra modalidade com maior quantidade de pontos, em ordem decrescente e levando em consideração o disposto no item 5 (Cotas).

14. ETAPA DE HABILITAÇÃO

14.1 Finalizada a etapa de análise de mérito cultural, o proponente do projeto contemplado deverá, no prazo de 06 (seis) dias úteis, apresentar os seguintes documentos através do Mapa Cultural, conforme sua natureza jurídica:
14.1.1 PESSOA FÍSICA
I - certidão negativa de débitos relativos a créditos tributários federais e Dívida Ativa da União;
II - certidões negativas de débitos relativas a créditos tributários estaduais e municipais, expedidas pela Secretaria da Fazendo do Pará (SEFA).
14.1.1.2 A comprovação de residência poderá ser dispensada nas hipóteses de agentes culturais:
I - pertencentes à comunidade indígena, quilombola, cigana ou circense;
II - pertencentes à população nômade ou itinerante; que se encontrem em situação de rua.
14.1.2 PESSOA JURÍDICA
I - certidão negativa de falência e recuperação judicial, expedida pelo Tribunal de Justiça estadual, nos casos de pessoas jurídicas com fins lucrativos;
II - certidão negativa de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
III - certidão negativa de débito estadual – Emitida pela SEFA/PA ;
IV - Certidão negativa municipal, expedidas pela Secretaria Municipal de finanças;
V - Certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - CRF/FGTS;
VI - certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, emitida no site do Tribunal Superior do Trabalho;
14.2 As certidões positivas com efeito de negativas servirão como certidões negativas, desde que não haja referência expressa de impossibilidade de celebrar instrumentos jurídicos com a administração pública.
14.3 Contra a decisão da fase de habilitação, caberá recurso fundamentado e específico destinado a SECULT/PA, através do email recursopatrimonioimateriallpgpara@gmail.com, de 00h do dia 22/11/2023 até as 17h do dia 27/11/2023.
14.4 Os recursos de trata o item 14.3 deverão ser apresentados no prazo de 3 dias úteis a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação, não cabendo recurso administrativo da decisão após esta fase.
14.5 Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.
14.6 Caso o proponente esteja em débito com o ente público responsável pela seleção e com a União não será possível o recebimento dos recursos de que trata este Edital.

15. ASSINATURA DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL E RECEBIMENTO DOS RECURSOS

15.1 Finalizada a fase de habilitação, o agente cultural contemplado será convocado a assinar o Termo de Execução Cultural, conforme Anexo III deste Edital, de forma presencial ou eletrônica.
15.2 O Termo de Execução Cultural corresponde ao documento a ser assinado pelo agente cultural (proponente) selecionado neste Edital e pelo concedente, contendo as obrigações dos assinantes do Termo.
15.3 Após a assinatura do Termo de Execução Cultural, o agente cultural receberá os recursos, com desembolso único, em até 30 (trinta) dias, EXCLUSIVAMENTE EM CONTA CORRENTE de qualquer banco, aberta especificamente para este fim.
15.3.1 A conta bancária da instituição financeira não deverá ter cobrança de tarifas.
15.3.2 Não serão aceitas contas poupança, conta salário, contas de recebimento de auxílio social do Governo (bolsa família, por exemplo).
15.4 A assinatura do Termo de Execução Cultural e o recebimento do apoio estão condicionados à existência de disponibilidade orçamentária e financeira, caracterizando a seleção como expectativa de direito do proponente.
15.5 O agente cultural deve assinar e enviar o Termo de Execução Cultural em até 2 (dois) dias úteis após envio da concedente, conforme previsto no cronograma, sob pena de perda do apoio financeiro e convocação do suplente para assumir sua vaga.

16. DIVULGAÇÃO DOS PROJETOS

16.1 Os contemplados comprometem-se a incluir nos créditos de todo material de divulgação, as logomarcas da SECULT/PA / Governo do Estado, do Ministério da Cultura/ Governo Federal, obedecendo aos critérios de veiculação das logomarcas estabelecidas de forma padronizada, que estarão à disposição no site www.secult.pa.gov.br, e deverão incluir também a frase: "**Projeto selecionado pelo Edital de Patrimônio Imaterial – Lei Paulo Gustavo"**.
16.2 Os produtos artístico-culturais e as peças de divulgação dos projetos exibirão as marcas do Governo federal, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura e SECULT/PA.
16.3 O material de divulgação dos projetos e seus produtos deve ser disponibilizado em formatos acessíveis a pessoas com deficiência e conterá informações sobre os recursos de acessibilidade disponibilizados.
16.4 O material de divulgação dos projetos deve ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, e não pode conter nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal.

17. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

17.1 Os procedimentos de monitoramento e avaliação dos projetos culturais contemplados, assim como prestação de informação à administração pública, observarão o Decreto 11.453/2023 (Decreto de Fomento), que dispõe sobre os mecanismos de fomento do sistema de financiamento à cultura, observadas às exigências legais de simplificação e de **foco no cumprimento do objeto.**
17.2 O agente cultural deve prestar contas por meio da apresentação do Relatório Final de Execução do Objeto, conforme documento constante no Anexo IV e orientação contida no Decreto nº11.453/2023, artigo 29, inciso 2 que versa sobre a prestação de informações em relatório de execução do objeto.
Parágrafo único: Em caso de realizador do edital considerar que não foi possível aferir o cumprimento integral do objeto no Relatório Final de Execução, e que as justificativas apresentadas sobre o cumprimento parcial do objeto não foram suficientes, lhe é facultado o direito de requisitar o Relatório de Execução Financeira com as devidas comprovações (nota fiscal, recibos e documento congêneres), conforme contido no inciso 3 do artigo 29 e no inciso 3 do parágrafo II do artigo 30.
17.3 O Relatório Final de Execução do Objeto deve ser apresentado até 31 de dezembro de 2024, com o fim da vigência do Termo de Execução Cultural.

18. DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1 O acompanhamento de todas as etapas deste Edital e a observância quanto aos prazos serão de inteira responsabilidade dos proponentes. Para tanto, deverão ficar atentos às publicações no sitio eletrônico www.secult.pa.gov.br, no Diário Oficial do Estado e nas mídias sociais oficiais da SECULT.
18.2 O presente Edital e os seus anexos estão disponíveis no site http://www.mapacultural.pa.gov.br/lpg/patrimônio-imaterial.
18.3 Toda relação do proponente com o edital deverá ser através da plataforma mapa cultural, do e-mail patrimonioimateriallpgpara@gmail.com e do telefone (91) 99153-4295
18.4 Os casos omissos porventura existentes ficarão a cargo da Secretária de Estado de Cultura.
18.5 Eventuais irregularidades relacionadas aos requisitos de participação, constatadas a qualquer tempo, implicarão na desclassificação do proponente.
18.6 O proponente será o único responsável pela veracidade da proposta e documentos encaminhados, isentando a SECULT/PA de qualquer responsabilidade civil ou penal..
18.7 O apoio concedido por meio deste Edital poderá ser acumulado com recursos captados por meio de leis de incentivo fiscal e outros programas e/ou apoios federais, estaduais e municipais.
18.8 A inscrição implica no conhecimento e concordância dos termos e condições previstos neste Edital, na Lei Complementar 195/2022 (Lei Paulo Gustavo), no Decreto 11.525/2023 (Decreto Paulo Gustavo) e no Decreto 11.453/2023 (Decreto de Fomento).

19. CRONOGRAMA

ETAPA	DATA INICIAL	DATA FINAL
1- Publicação do edital	12/09/2023	
2- Inscrições	12/09/2023	12/10/2023
3- Resultado Preliminar de Selecionados	31/10/2023	
4- Período de recurso	01/11/2023	06/11/2023
5- Homologação do Resultado Final	09/11/2023	
6- Entrega de Documentos dos selecionados	09/11/2023	16/11/2023
7- Resultado Preliminar de Habilitados	21/11/2023	
8- Período de recurso de Habilitação	22/11/2023	27/11/2023
9- Período de pagamento dos selecionados	28/11/2023	29/12/2023
10-Execução de projeto	até 31/12/2024	
11-Relatório Final de Execução do Objeto	até 31/12/2024	

20. ANEXOS:
20.1 Compõem este Edital os seguintes anexos:
Anexo I - Formulário de Inscrição/Plano de Trabalho;
Anexo II - Critérios de seleção
Anexo III - Termo de Execução Cultural;
Anexo IV - Relatório de Execução do Objeto;
Anexo V - Declaração de representação de grupo ou coletivo; e
Anexo VI - Declaração étnico-racial
Anexo VII – Planilha Orçamentária

ANEXO I
FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO (DISPONÍVEL NO MAPA)
1. DADOS DO PROPONENTE
Proponente é pessoa física ou pessoa jurídica?
( ) Pessoa Física
( ) Pessoa Jurídica
PARA PESSOA FÍSICA:
Nome Completo:
Nome artístico ou nome social (se houver):
CPF:
RG:
Data de nascimento:
E-mail:
Telefone:
Endereço completo:
CEP:
Cidade:
Estado:

Você reside em quais dessas áreas?
( ) Zona urbana central
( ) Zona urbana periférica
( ) Zona rural
( ) Área de vulnerabilidade social
( ) Unidades habitacionais
( ) Territórios indígenas (demarcados ou em processo de demarcação)
( ) Comunidades quilombolas (terra titulada ou em processo de titulação, com registro na Fundação Palmares)
( ) Áreas atingidas por barragem
( ) Território de povos e comunidades tradicionais (ribeirinhos, louceiros, cipozeiro, pequizeiros, vazanteiros, povos do mar etc.).

Pertence a alguma comunidade tradicional?
( ) Não pertenço a comunidade tradicional
( ) Comunidades Extrativistas
( ) Comunidades Ribeirinhas
( ) Comunidades Rurais
( ) Indígenas
( ) Povos Ciganos
( ) Pescadores(as) Artesanais
( ) Povos de Terreiro
( ) Quilombolas
( ) Outra comunidade tradicional
Gênero:
( ) Mulher cisgênero
( ) Homem cisgênero
( ) Mulher Transgênero
( ) Homem Transgênero
( ) Pessoa Não Binária
( ) Não informar
Raça, cor ou etnia:
( ) Branca
( ) Preta
( ) Parda
( ) Indígena
( ) Amarela

Você é uma Pessoa com Deficiência - PCD?
( ) Sim
( ) Não
Caso tenha marcado "sim", qual tipo de deficiência?
( ) Auditiva
( ) Física
( ) Intelectual
( ) Múltipla
( ) Visual
Qual o seu grau de escolaridade?
( ) Não tenho Educação Formal
( ) Ensino Fundamental Incompleto
( ) Ensino Fundamental Completo
( ) Ensino Médio Incompleto
( ) Ensino Médio Completo
( ) Curso Técnico Completo
( ) Ensino Superior Incompleto
( ) Ensino Superior Completo
( ) Pós Graduação Completo
Qual a sua renda mensal fixa individual (média mensal bruta aproximada) nos últimos 3 meses?
(Calcule fazendo uma média das suas remunerações nos últimos 3 meses. Em 2023, o salário mínimo foi fixado em R$ 1.320,00.)
( ) Nenhuma renda.
( ) Até 1 salário mínimo
( ) De 1 a 3 salários mínimos
( ) De 3 a 5 salários mínimos
( ) De 5 a 8 salários mínimos
( ) De 8 a 10 salários mínimos
( ) Acima de 10 salários mínimos
Você é beneficiário de algum programa social?
( ) Não
( ) Bolsa família
( ) Benefício de Prestação Continuada
( ) Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
( ) Garantia-Safra
( ) Seguro-Defeso
( ) Outro
Vai concorrer às cotas afirmativas?
( ) Sim ( ) Não
Se sim. Qual?
( ) Pessoa negra
( ) Pessoa indígena
Qual a sua principal função/profissão no campo artístico e cultural?
( ) Artista.
( ) Instrutor(a), oficineiro(a), educador(a) artístico(a)-cultural e afins.
( ) Curador(a), Programador(a) e afins.
( ) Gestor(a)
( ) Técnico(a)
( ) Consultor(a), Pesquisador(a) e afins.
( )_____Outro(a)s
Você está representando um coletivo (sem CNPJ)?
( ) Não
( ) Sim
Caso tenha respondido "sim":
Nome do coletivo:
Ano de Criação:
Quantas pessoas fazem parte do coletivo?
Nome completo e CPF das pessoas que compõem o coletivo:

PARA PESSOA JURÍDICA:
Razão Social:
Nome fantasia:
CNPJ:
Endereço da sede:
Cidade:
Estado:
Número de representantes legais:
Nome do representante legal:
CPF do representante legal:
E-mail do representante legal:
Telefone do representante legal:

Gênero do representante legal
( ) Mulher cisgênero
( ) Homem cisgênero
( ) Mulher Transgênero
( ) Homem Transgênero
( ) Não Binária/Binárie
( ) Não informar

Raça/cor/etnia do representante legal
( ) Branca
( ) Preta
( ) Parda
( ) Amarela
( ) Indígena

Representante legal é pessoa com deficiência - PCD?
( ) Sim
( ) Não

Caso tenha marcado "sim" qual o tipo de deficiência?
( ) Auditiva
( ) Física
( ) Intelectual
( ) Múltipla
( ) Visual

Escolaridade do representante legal
( ) Não tenho Educação Formal
( ) Ensino Fundamental Incompleto
( ) Ensino Fundamental Completo
( ) Ensino Médio Incompleto
( ) Ensino Médio Completo
( ) Curso Técnico completo
( ) Ensino Superior Incompleto
( ) Ensino Superior Completo
( ) Pós Graduação completo

2. DADOS DO PROJETO
Nome do Projeto:
Escolha a categoria a que vai concorrer:

Quais atividades e/ou produtos estão previstos no seu projeto? Por favor, quantifique.

Bolsa para desenvolvimento de processos criativos
Capacitação
Catálogo
Curso livre
Curso regular
Encontro
Evento cultural
Exibição
Exposição
Feira
Festival
Fomento
Fotografia
Live
Mostra
Obra
Oficina
Palestra
Pesquisa
Podcast
Premiação
Produção de publicações
Projeto
Publicação
Restauro
Seminário
Site
Vídeo
Vivência

Descrição do projeto
(Na descrição, você deve apresentar informações gerais sobre o seu projeto. Algumas perguntas orientadoras: O que você realizará com o projeto? Porque ele é importante para a sociedade? Como a ideia do projeto surgiu? Conte sobre o contexto de realização.)

Objetivos do projeto
(Neste campo, você deve propor objetivos para o seu projeto, ou seja, deve informar o que você pretende alcançar com a realização do projeto. É importante que você seja breve e proponha entre três a cinco objetivos.)

Metas
(Neste espaço, é necessário detalhar os objetivos em pequenas ações e/ou resultados que sejam quantificáveis. Por exemplo: Realização de 02 oficinas de artes circenses; Confecção de 80 figurinos; 120 pessoas idosas beneficiadas.)

Perfil do público a ser atingido pelo projeto
(Preencha aqui informações sobre as pessoas que serão beneficiadas ou participarão do seu projeto. Perguntas orientadoras: Quem vai ser o público do seu projeto? Essas pessoas são crianças, adultas e/ou idosas? Elas fazem parte de alguma comunidade? Qual a escolaridade delas? Elas moram em qual local, bairro e/ou região? No caso de públicos digitais, qual o perfil das pessoas a que seu projeto se direciona?)

Sua ação cultural é voltada prioritariamente para algum destes perfis de público?
Pessoas vítimas de violência
Pessoas em situação de pobreza
Pessoas em situação de rua (moradores de rua)
Pessoas em situação de restrição e privação de liberdade (população carcerária)
Pessoas com deficiência
Pessoas em sofrimento físico e/ou psíquico
Mulheres
Gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transgêneros e transexuais
Povos e comunidades tradicionais
Negros e/ou negras
Ciganos
Indígenas
Não é voltada especificamente para um perfil, é aberta para todos
Outros

Medidas de acessibilidade empregadas no projeto
(Marque quais medidas de acessibilidade serão implementadas ou estarão disponíveis para a participação de Pessoas com deficiência - PCD´s, tais como, intérprete de libras, audiodescrição, entre outras medidas de acessibilidade a pessoas com deficiência, idosos e mobilidade reduzida, conforme Instrução Normativa nº xxxx.)

Acessibilidade arquitetônica:
( ) rotas acessíveis, com espaço de manobra para cadeira de rodas;
( ) piso tátil;
( ) rampas;
( ) elevadores adequados para pessoas com deficiência;
( ) corrimãos e guarda-corpos;
( ) banheiros femininos e masculinos adaptados para pessoas com deficiência;
( ) vagas de estacionamento para pessoas com deficiência;
( ) assentos para pessoas obesas;
( ) iluminação adequada;
( ) Outra _____

Acessibilidade comunicacional:
( ) a Língua Brasileira de Sinais - Libras;
( ) o sistema Braille;
( ) o sistema de sinalização ou comunicação tátil;
( ) a audiodescrição;
( ) as legendas;
( ) a linguagem simples;
( ) textos adaptados para leitores de tela; e
( ) Outra _____

Acessibilidade atitudinal:
( ) capacitação de equipes atuantes nos projetos culturais;
( ) contratação de profissionais com deficiência e profissionais especializados em acessibilidade cultural;
( ) formação e sensibilização de agentes culturais, público e todos os envolvidos na cadeia produtiva cultural; e
( ) outras medidas que visem a eliminação de atitudes capacitistas.

Informe como essas medidas de acessibilidade serão implementadas ou disponibilizadas de acordo com o projeto proposto.

Local onde o projeto será executado
Informe os espaços culturais e outros ambientes onde a sua proposta será realizada. É importante informar também os municípios e Estados onde ela será realizada.

Previsão do período de execução do projeto
Data de início:
Data final:

Equipe
Informe quais são os profissionais que atuarão no projeto, conforme quadro a seguir:

Nome do profissional /empresa	Função no projeto	CPF/CNPJ	Pessoa negra?	Pessoa índigena?	Pessoa com deficiência?	[INSERIR MAIS COLUNAS, SE NECESSÁRIO]
Ex.: João Silva	Curador	123456789101	Sim/Não	Sim/Não	Sim/Não	

Cronograma de Execução
Descreva os passos a serem seguidos para execução do projeto.

Atividade Geral	Etapa	Descrição	Início	Fim	[INSERIR MAIS COLUNAS, SE NECESSÁRIO]
Ex: Comunicação	Pré-produção	Divulgação do projeto nos veículos de imprensa	11/10/2023	11/11/2023	

Estratégia de divulgação
Apresente os meios que serão utilizados para divulgar o projeto. ex.: impulsionamento em redes sociais.

Contrapartida
Neste campo, descreva qual contrapartida será realizada, quando será realizada, e onde será realizada.

Projeto possui recursos financeiros de outras fontes? Se sim, quais?
(Informe se o projeto prevê apoios financeiros tais como cobrança de ingressos, patrocínio e/ou outras fontes de financiamento. Caso positivo, informe a previsão de valores e onde serão empregados no projeto.)
( ) Não, o projeto não possui outras fontes de recursos financeiros
( ) Apoio financeiro municipal
( ) Apoio financeiro estadual
( ) Recursos de Lei de Incentivo Municipal
( ) Recursos de Lei de Incentivo Estadual
( ) Recursos de Lei de Incentivo Federal
( ) Patrocínio privado direto
( ) Patrocínio de instituição internacional
( ) Doações de Pessoas Físicas
( ) Doações de Empresas
( ) Cobrança de ingressos
( ) Outros
Se o projeto tem outras fontes de financiamento, detalhe quais são, o valor do financiamento e onde os recursos serão empregados no projeto.

O projeto prevê a venda de produtos/ingressos?
(Informe a quantidade dos produtos a serem vendidos, o valor unitário por produto e o valor total a ser arrecadado. Detalhe onde os recursos arrecadados serão aplicados no projeto.)

3. PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
Preencha a tabela informando todas as despesas indicando as metas/etapas às quais elas estão relacionadas.
Deve haver a indicação do parâmetro de preço (Ex.: preço estabelecido no SALICNET, 3 orçamentos, etc) utilizado com a referência específica do item de despesa, conforme exemplo abaixo.

Descrição do item	Justificativa	Unidade de medida	Valor unitário	Quantidade	Valor total	Referência de preço
Ex.: Fotógrafo	Profissional necessário para registro da oficina	Serviço	R$1.100,00	1	R$1.100,00	Salicnet – Oficina/workshop/seminário Audiovisual – Brasília – Fotografia Artística – Serviço

4. DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS A SEREM ANEXADOS

Encaminhe junto a esse formulário os seguintes documentos:
RG e CPF do proponente
Currículo do proponente
Mini currículo dos integrantes do projeto
[OUTROS DOCUMENTOS QUE FOREM OBRIGATÓRIOS DE ACORDO COM AS CATEGORIAS]

ANEXO II
CRITÉRIOS UTILIZADOS NA AVALIAÇÃO DE MÉRITO CULTURAL
As comissões de seleção atribuirão notas de 0 a 10 pontos a cada um dos critérios de avaliação de cada projeto, conforme tabela a seguir:

CRITÉRIOS OBRIGATÓRIOS PARA PROJETOS DE FOMENTO		
Identificação do Critério	**Descrição do Critério**	**Pontuação Máxima**
A	**Qualidade do Projeto - Coerência do objeto, objetivos, justificativa e metas do projeto** A análise deverá considerar, para fins de avaliação e valoração, se o conteúdo do projeto apresenta, como um todo, coerência, observando o objeto, a justificativa e as metas, sendo possível visualizar de forma clara os resultados que serão obtidos.	20
B	**Relevância da ação proposta para o cenário cultural do Estado do Pará** A análise deverá considerar, para fins de avaliação e valoração, se a ação contribui para o enriquecimento e valorização da cultura do estado do Pará.	10
C	**Aspectos de integração comunitária na ação proposta pelo projeto** Considera-se, para fins de avaliação e valoração, se o projeto apresenta aspectos de integração comunitária, através das contrapartidas e estratégias de acessibilidade exigidas pelo Edital.	10
D	**Coerência da planilha orçamentária e do cronograma de execução às metas, resultados e desdobramentos do projeto proposto** A análise deverá avaliar e valorar a viabilidade técnica do projeto sob o ponto de vista dos gastos previstos na planilha orçamentária, sua execução e a adequação ao objeto, metas e objetivos previstos. Também deverá ser considerada para fins de avaliação, a coerência e conformidade dos valores e quantidades dos itens relacionados na planilha orçamentária do projeto.	10
E	**Coerência do Plano de Divulgação ao Cronograma, Objetivos e Metas do projeto proposto** A análise deverá avaliar e valorar a viabilidade técnica e comunicacional com público alvo do projeto, mediante as estratégias, mídias e materiais apresentados, bem como a capacidade de execução.	10
F	**Compatibilidade da ficha técnica com as atividades desenvolvidas** A análise deverá considerar a carreira dos profissionais que compõem o corpo técnico e artístico, verificando a coerência ou não em relação às atribuições que serão executadas por eles no projeto (para esta avaliação serão considerados os currículos dos membros da ficha técnica).	10
G	**Trajetória artística e cultural do proponente** Será considerado para fins de análise a carreira do proponente, com base no currículo e comprovações enviadas juntamente com a proposta	10
PONTUAÇÃO TOTAL:		80

CRITÉRIOS OBRIGATÓRIOS PARA PREMIAÇÃO		
Identificação do Critério	**Descrição do Critério**	**Pontuação Máxima**
A	**Trajetória artística e cultural do proponente com de 10 anos comprovados. A partir daí, para cada ano comprovado, o proponente obtém 1 ponto extra.** Será considerado para fins de análise a carreira do proponente, com base no dossiê e comprovações enviadas juntamente com a proposta	10 padrão para quem comprova 10 anos de atividade
B	**Coerência da proposta de premiação** A análise deverá considerar, para fins de avaliação e valoração, a Justificativa para premiação.	10
C	**Aspectos de transmissão de conhecimentos** Considera-se, para fins de avaliação e valoração, se o proponente apresenta atividades de repasse de seus conhecimentos para outras pessoas ou grupo (contrapartidas).	10
PONTUAÇÃO TOTAL:		30+

A pontuação final de cada candidatura será definida por média das notas atribuídas individualmente por cada membro da Comissão de Seleção.
Os critérios gerais são eliminatórios, de modo que, o agente cultural que receber pontuação 0 em algum dos critérios será desclassificado do Edital.
Em caso de empate, serão utilizados para fins de classificação dos projetos a maior nota nos critérios de acordo com a ordem abaixo definida: A, B, C, D, E, F, G, H respectivamente.
Caso nenhum dos critérios acima elencados seja capaz de promover o desempate será adotado o critério de maior idade do proponente pessoa física ou representante de pessoa jurídica.
Serão considerados aptos os projetos de fomento que receberem nota final igual ou superior a 40 pontos.
Serão considerados aptas as propostas de premiação que receberem nota final igual ou superior a 20 pontos.
Serão desclassificados os projetos que:
I - receberam nota 0 em qualquer dos critérios obrigatórios;
II - apresentem quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade ou outras formas de discriminação serão desclassificadas, com fundamento no disposto no inciso IV do caput do art. 3º da Constituição, garantidos o contraditório e a ampla defesa.
III - A falsidade de informações acarretará desclassificação, podendo ensejar, ainda, a aplicação de sanções administrativas ou criminais.

ANEXO III
TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL
TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº [INDICAR NÚMERO]/[INDICAR ANO] TENDO POR OBJETO A CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO A AÇÕES CULTURAIS CONTEMPLADAS PELO EDITAL nº XX/2023 –, NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO), DO DECRETO N. 11.525/2023 (DECRETO PAULO GUSTAVO) E DO DECRETO 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

1. PARTES
1.1 O [NOME DO ENTE FEDERATIVO], neste ato representado por [AUTORIDADE QUE ASSINARÁ PELO ENTE FEDERATIVO], Senhor(a) [INDICAR NOME DA AUTORIDADE QUE ASSINARÁ PELO ENTE FEDERATIVO], e o(a) AGENTE CULTURAL, [INDICAR NOME DO(A) AGENTE CULTURAL CONTEMPLADO], portador(a) do RG nº [INDICAR Nº DO RG], expedida em [INDICAR ÓRGÃO EXPEDIDOR], CPF nº [INDICAR Nº DO CPF], residente e domiciliado(a) à [INDICAR ENDEREÇO], CEP: [INDICAR CEP], telefones: [INDICAR TELEFONES], resolvem firmar o presente Termo de Execução Cultural, de acordo com as seguintes condições:

2. PROCEDIMENTO
2.1 Este Termo de Execução Cultural é instrumento da modalidade de fomento à execução de ações culturais de que trata o inciso I do art. 8 do Decreto 11.453/2023, celebrado com agente cultural selecionado nos termos da LEI COMPLEMENTAR Nº 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO), DO DECRETO N. 11.525/2023 (DECRETO PAULO GUSTAVO) E DO DECRETO 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

3. OBJETO
3.1. Este Termo de Execução Cultural tem por objeto a concessão de apoio financeiro ao projeto cultural [INDICAR NOME DO PROJETO], contemplado no conforme processo administrativo nº [INDICAR NÚMERO DO PROCESSO].

4. RECURSOS FINANCEIROS
4.1. Os recursos financeiros para a execução do presente termo totalizam o montante de R$ [INDICAR VALOR EM NÚMERO ARÁBICOS] ([INDICAR VALOR POR EXTENSO] reais).
4.2. Serão transferidos à conta do(a) AGENTE CULTURAL, especialmente aberta no [NOME DO BANCO], Agência [INDICAR AGÊNCIA], Conta Corrente nº [INDICAR CONTA], para recebimento e movimentação.

5. APLICAÇÃO DOS RECURSOS
5.1 Os rendimentos de ativos financeiros poderão ser aplicados para o alcance do objeto, sem a necessidade de autorização prévia.

6. OBRIGAÇÕES
6.1 São obrigações da SECULT/PA:
I) transferir os recursos ao(a)AGENTE CULTURAL;
II) orientar o(a) AGENTE CULTURAL sobre o procedimento para a prestação de informações dos recursos concedidos;
III) analisar e emitir parecer sobre os relatórios e sobre a prestação de informações apresentados pelo(a) AGENTE CULTURAL;
IV) zelar pelo fiel cumprimento deste termo de execução cultural;
V) adotar medidas saneadoras e corretivas quando houver inadimplemento;
VI) monitorar o cumprimento pelo(a) AGENTE CULTURAL das obrigações previstas na CLÁUSULA 6.2.
6.2 São obrigações do(a) AGENTE CULTURAL:
I) executar a ação cultural aprovada;
II) aplicar os recursos concedidos pela Lei Paulo Gustavo na realização da ação cultural;
III) manter, obrigatória e exclusivamente, os recursos financeiros depositados na conta especialmente aberta para o Termo de Execução Cultural;
IV) facilitar o monitoramento, o controle e supervisão do termo de execução cultural bem como o acesso ao local de realização da ação cultural;
V) prestar informações à SECULT por meio de Relatório de Execução do Objeto, apresentado no prazo máximo de até 31 de dezembro de 2024, contados do término da vigência do termo de execução cultural;
VI) atender a qualquer solicitação regular feita pela SECULT, a contar do recebimento da notificação;
VII) divulgar nos meios de comunicação, a informação de que a ação cultural aprovada é apoiada com recursos da Lei Paulo Gustavo, incluindo as marcas do Governo federal, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura;
VIII) não realizar despesa em data anterior ou posterior à vigência deste termo de execução cultural;
IX) guardar a documentação referente à prestação de informações pelo prazo de 10 anos, contados do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural;
X) não utilizar os recursos para finalidade diversa da estabelecida no projeto cultural;
XI) executar a contrapartida conforme pactuado.

7. PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES,
7.1 O agente cultural prestará contas à administração pública por meio da categoria de prestação de informações em relatório de execução do objeto.
7.2 A prestação de informações em relatório de execução do objeto comprovará que foram alcançados os resultados da ação cultural, por meio dos seguintes procedimentos:
I - apresentação de relatório de execução do objeto pelo beneficiário no prazo estabelecido pelo ente federativo no regulamento ou no instrumento de seleção;

II - apresentação de relatório de execução financeira do projeto, e;
III - análise do relatório de execução do objeto por agente público designado.
7.2.1 O relatório de prestação de informações sobre o cumprimento do objeto deverá:
I - comprovar que foram alcançados os resultados da ação cultural;
II - conter a descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;
III - ter anexados documentos de comprovação do cumprimento do objeto, tais como: Declarações de realização dos eventos, com registro fotográfico ou audiovisual, clipping de matérias jornalísticas, releases, folders, catálogos, panfletos, filipetas, bem como outros documentos pertinentes à execução do projeto.
7.2.2 O agente público competente elaborará parecer técnico de análise do relatório de execução do objeto e poderá adotar os seguintes procedimentos, de acordo com o caso concreto:
I - encaminhar o processo à autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações, caso conclua que houve o cumprimento integral do objeto; ou
II - solicitar a apresentação, pelo agente cultural, de relatório de execução financeira, caso considere que não foi possível aferir o cumprimento integral do objeto no relatório de execução do objeto ou que as justificativas apresentadas sobre o cumprimento parcial do objeto foram insuficientes.
7.2.3 Após o recebimento do processo pelo agente público de que trata o item 7.2.2, autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações poderá:
I - determinar o arquivamento, caso considere que houve o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado;
II - solicitar a apresentação, pelo agente cultural, de relatório de execução financeira, caso considere que não foi possível aferir o cumprimento integral do objeto no relatório de execução do objeto ou que as justificativas apresentadas sobre o cumprimento parcial do objeto foram insuficientes; ou
III - aplicar sanções ou decidir pela rejeição da prestação de informações, caso verifique que não houve o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado, ou caso identifique irregularidades no relatório de execução financeira.
7.3 O relatório de execução financeira será exigido, independente da modalidade inicial de prestação de informações (in loco ou em relatório de execução do objeto), somente nas seguintes hipóteses:
I - quando não estiver comprovado o cumprimento do objeto, observados os procedimentos previstos no item 7.2; ou
II - quando for recebida, pela administração pública, denúncia de irregularidade na execução da ação cultural, mediante juízo de admissibilidade que avaliará os elementos fáticos apresentados.
7.3.1 O prazo para apresentação do relatório de execução financeira será de, no mínimo, trinta dias, contado do recebimento da notificação.
7.4 O julgamento da prestação de informações realizado pela autoridade do ente federativo que celebrou o termo de execução cultural avaliará o parecer técnico de análise de prestação de informações e poderá concluir pela:
I - aprovação da prestação de informações, com ou sem ressalvas; ou
II - reprovação da prestação de informações, parcial ou total.
7.5 Na hipótese de o julgamento da prestação de informações apontar a necessidade de devolução de recursos, o agente cultural será notificado para que exerça a opção por:
I - devolução parcial ou integral dos recursos ao erário;
II - apresentação de plano de ações compensatórias; ou
III - devolução parcial dos recursos ao erário juntamente com a apresentação de plano de ações compensatórias.
7.5.1 A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a reprovação da prestação de informações, desde que comprovada.
7.5.2 Nos casos em que estiver caracterizada má-fé do agente cultural, será imediatamente exigida a devolução de recursos ao erário, vedada a aceitação de plano de ações compensatórias.
7.5.3 Nos casos em que houver exigência de devolução de recursos ao erário, o agente cultural poderá solicitar o parcelamento do débito, na forma e nas condições previstas na legislação.
7.5.4 O prazo de execução do plano de ações compensatórias será o menor possível, conforme o caso concreto, limitado à metade do prazo originalmente previsto de vigência do instrumento.

8. ALTERAÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

8.1 A alteração do termo de execução cultural será formalizada por meio de termo aditivo.
8.2 A formalização de termo aditivo não será necessária nas seguintes hipóteses:
I - prorrogação de vigência realizada de ofício pela administração pública quando der causa a atraso na liberação de recursos; e
II - alteração do projeto sem modificação do valor global do instrumento e sem modificação substancial do objeto.
8.3 Na hipótese de prorrogação de vigência, o saldo de recursos será automaticamente mantido na conta, a fim de viabilizar a continuidade da execução do objeto.
8.4 As alterações do projeto cujo escopo seja de, no máximo, 20% poderão ser realizadas pelo agente cultural e comunicadas à administração pública em seguida, sem a necessidade de autorização prévia.
8.5 A aplicação de rendimentos de ativos financeiros em benefício do objeto do termo de execução cultural poderá ser realizada pelo agente cultural sem a necessidade de autorização prévia da administração pública.
8.6 Nas hipóteses de alterações em que não seja necessário termo aditivo, poderá ser realizado apostilamento.

9. TITULARIDADE DE BENS

9.1 Os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução da ação cultural fomentada serão de titularidade do agente cultural desde a data da sua aquisição.
9.2 Nos casos de rejeição da prestação de contas em razão da aquisição ou do uso do bem, o valor pago pela aquisição será computado no cálculo de valores a devolver, com atualização monetária.
[OU]
9.2 Os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução da ação cultural fomentada serão de titularidade do [NOME DO ENTE].
[AO FORMALIZAR O TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL, O ENTE DEVE DECIDIR SE OS BENS ADQUIRIDOS, PRODUZIDOS OU TRANSFORMADOS PELO AGENTE CULTURAL SERÃO DO PRÓPRIO AGENTE CULTURAL OU DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. OS BENS PODEM FICAR COM O AGENTE CULTURAL NAS HIPÓTESES TRATADAS NO ART. 27 DO DECRETO 11.453/2023]

10. EXTINÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

10.1 O presente Termo de Execução Cultural poderá ser:
I - extinto por decurso de prazo;
II - extinto, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;
III - denunciado, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe; ou
IV - rescindido, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe, nas seguintes hipóteses:
a) descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;
b) irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas ;
c) violação da legislação aplicável;
d) cometimento de falhas reiteradas na execução;
e) má administração de recursos públicos;
f) constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;
g) não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;h) outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.
10.2 A denúncia só será eficaz 60 (sessenta) dias após a data de recebimento da notificação, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença.
10.3 Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.
10.4 Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje dano ao erário, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela Administração Pública.
10.5 Outras situações relativas à extinção deste Termo não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser negociados entre as partes ou, se for o caso, no Termo de Distrato.

11. SANÇÕES

11.1 . Nos casos em que for verificado que a ação cultural ocorreu, mas houve inadequação na execução do objeto ou na execução financeira sem má-fé, a autoridade pode concluir pela aprovação da prestação de informações com ressalvas e aplicar sanção de advertência ou multa.
11.2 A decisão sobre a sanção deve ser precedida de abertura de prazo para apresentação de defesa pelo AGENTE CULTURAL.
11.3 A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a aplicação de sanção, desde que regularmente comprovada.

12. MONITORAMENTO E CONTROLE DE RESULTADOS

12.1 [DEVE SER INFORMADO COMO O ÓRGÃO REALIZARÁ O MONITORAMENTO DAS AÇÕES, PODENDO SER POR MEIO DE COMISSÃO ESPECÍFICA PARA ESTE FIM, POR ENVIO DE RELATÓRIOS, ENTRE OUTRAS MEDIDAS].

13. VIGÊNCIA

13.1 A vigência deste instrumento terá início na data de assinatura das partes, com duração de [PRAZO EM ANOS OU MESES], podendo ser prorrogado por [PRAZO MÁXIMO DE PRORROGAÇÃO].

14. PUBLICAÇÃO

14.1 O Extrato do Termo de Execução Cultural será publicado no [INFORMAR ONDE SERÁ PUBLICADO]

15. FORO

15.1 Fica eleito o Foro de [LOCAL] para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao presente Termo de Execução Cultural.

LOCAL, [INDICAR DIA, MÊS E ANO].
Pelo órgão: Pelo Agente Cultural:
[NOME DO AGENTE CULTURAL]

ANEXO IV

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

1. DADOS DO PROJETO

Nome do projeto:
Nome do agente cultural proponente:
Nº do Termo de Execução Cultural
Vigência do projeto:
Valor repassado para o projeto:
Data de entrega desse relatório:

2. RESULTADOS DO PROJETO

2.1. Resumo:

Descreva de forma resumida como foi a execução do projeto, destacando principais resultados e benefícios gerados e outras informações pertinentes.

2.2. As ações planejadas para o projeto foram realizadas?

( ) Sim, todas as ações foram feitas conforme o planejado.
( ) Sim, todas as ações foram feitas, mas com adaptações e/ou alterações.
( ) Uma parte das ações planejadas não foi feita.
( ) As ações não foram feitas conforme o planejado.

2.3. Ações desenvolvidas
Descreva as ações desenvolvidas, com informações detalhando ações, datas, locais, horários, etc. Fale também sobre a eventuais alterações nas atividades previstas no projeto, bem como os possíveis impactos nas metas acordadas.

2.4. Cumprimento das Metas
Metas integralmente cumpridas:
• META 1 [Descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado]
◦ OBSERVAÇÃO DA META 1: [informe como a meta foi cumprida]
Metas parcialmente cumpridas (SE HOUVER):
• META 1 [Descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado]
◦ Observações da Meta 1: [Informe qual parte da meta foi cumprida]
◦ Justificativa para o não cumprimento integral: [Explique porque parte da meta não foi cumprida]
Metas não cumpridas (se houver)
• Meta 1 [Descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado]
◦ Justificativa para o não cumprimento: [Explique porque a meta não foi cumprida]

3. PRODUTOS GERADOS
3.1. A execução do projeto gerou algum produto?
Exemplos: vídeos, produção musical, produção gráfica etc.
( ) Sim
( ) Não
3.1.1. Quais produtos culturais foram gerados?
Você pode marcar mais de uma opção. Informe também as quantidades.
( ) Publicação
( ) Livro
( ) Catálogo
( ) Live (transmissão on-line)
( ) Vídeo
( ) Documentário
( ) Filme
( ) Relatório de pesquisa
( ) Produção musical
( ) Jogo
( ) Artesanato
( ) Obras
( ) Espetáculo
( ) Show musical
( ) Site
( ) Música
( ) Outros: _____

3.1.2. Como os produtos desenvolvidos ficaram disponíveis para o público após o fim do projeto?
Exemplos: publicações impressas, vídeos no YouTube?

3.2. Quais foram os resultados gerados pelo projeto?
Detalhe os resultados gerados por cada atividade prevista no Projeto.

3.2.1 Pensando nos resultados finais gerados pelo projeto, você considera que ele:
(Você pode marcar mais de uma opção).
( ) Desenvolveu processos de criação, de investigação ou de pesquisa.
( ) Desenvolveu estudos, pesquisas e análises sobre o contexto de atuação.
( ) Colaborou para manter as atividades culturais do coletivo.
( ) Fortaleceu a identidade cultural do coletivo.
( ) Promoveu as práticas culturais do coletivo no espaço em que foi desenvolvido.
( ) Promoveu a formação em linguagens, técnicas e práticas artísticas e culturais.
( ) Ofereceu programações artísticas e culturais para a comunidade do entorno.
( ) Atuou na preservação, na proteção e na salvaguarda de bens e manifestações culturais.

4. PÚBLICO ALCANÇADO
Informe a quantidade de pessoas beneficiadas pelo projeto, demonstre os mecanismos utilizados para mensuração, a exemplo de listas de presenças. Em caso de baixa frequência ou oscilação relevante informe as justificativas.

5. EQUIPE DO PROJETO
5.1 Quantas pessoas fizeram parte da equipe do projeto?
Digite um número exato (exemplo: 23).

5.2 Houve mudanças na equipe ao longo da execução do projeto?
( ) Sim ( ) Não
Informe se entraram ou saíram pessoas na equipe durante a execução do projeto.

5.3 Informe os profissionais que participaram da execução do projeto:

Nome do profissional/ empresa	Função no projeto	CPF/CNPJ	Pessoa negra?	Pessoa índigena?	Pessoa com deficiência?	[INSERIR MAIS COLUNAS, SE NECESSÁRIO]
Ex.: João Silva	Cineasta	123456789101	Sim/Não	Sim/Não	Sim/Não	

6. LOCAIS DE REALIZAÇÃO
6.1 De que modo o público acessou a ação ou o produto cultural do projeto?
( )1. Presencial.
( ) 2. Virtual.
( ) 3. Híbrido (presencial e virtual).

Caso você tenha marcado os itens 2 ou 3 (virtual e híbrido):
6.2 Quais plataformas virtuais foram usadas?
Você pode marcar mais de uma opção.
( )Youtube
( )Instagram / IGTV
( )Facebook
( )TikTok
( )Google Meet, Zoom etc.
( )Outros: _____

6.3 Informe aqui os links dessas plataformas:

Caso você tenha marcado os itens 1 e 3 (Presencial e Híbrido):

6.4 De que forma aconteceram as ações e atividades presenciais do projeto?
( )1. Fixas, sempre no mesmo local.
( )2. Itinerantes, em diferentes locais.
( )3. Principalmente em um local base, mas com ações também em outros locais.

No item 6.4 caso você tenha marcado o item 1 (Fixas):

6.5 Em que município o projeto aconteceu?

6.7 Em que área do município o projeto foi realizado?
Você pode marcar mais de uma opção.
( )Zona urbana central.
( )Zona urbana periférica.
( )Zona rural.
( )Área de vulnerabilidade social.
( )Unidades habitacionais.
( )Territórios indígenas (demarcados ou em processo de demarcação).
( )Comunidades quilombolas (terra titulada, em processo de titulação, com registro na Fundação Palmares).
( )Áreas atingidas por barragem.
( )Território de povos e comunidades tradicionais (ribeirinhos, louceiros, cipozeiro, pequizeiros, vazanteiros, povos do mar etc.).
( )Outros: _____

6.8 Onde o projeto foi realizado?
Você pode marcar mais de uma opção.
( )Equipamento cultural público municipal.
( )Equipamento cultural público estadual.
( )Espaço cultural independente.
( )Escola.
( )Praça.
( )Rua.
( )Parque.
( )Outros

No item 6.4 caso você tenha marcado o item 2 (itinerante):

6.9 Em quais municípios o projeto aconteceu?

6.10 Em quais áreas o projeto foi realizado?
Você pode marcar mais de uma opção.

( )Zona urbana central.
( )Zona urbana periférica.
( )Zona rural.
( )Área de vulnerabilidade social.
( )Unidades habitacionais.
( )Territórios indígenas (demarcados ou em processo de demarcação).
( )Comunidades quilombolas (terra titulada, em processo de titulação, com registro na Fundação Palmares).
( )Áreas atingidas por barragem.
( )Território de povos e comunidades tradicionais (ribeirinhos, louceiros, cipozeiro, pequizeiros, vazanteiros, povos do mar etc.).
( )Outros: _____

6.11 Onde o projeto foi realizado?
Você pode marcar mais de uma opção.
( )Equipamento cultural público municipal.
( )Equipamento cultural público estadual.
( )Espaço cultural independente.
( )Escola.
( )Praça.
( )Rua.
( )Parque.
( )Outros _____

No item 6.4 caso você tenha marcado o item 3 (Base):

6.12 Em quais municípios o projeto aconteceu?

6.13 Em quais áreas o projeto foi realizado?
Você pode marcar mais de uma opção.
( )Zona urbana central.
( )Zona urbana periférica.
( )Zona rural.
( )Área de vulnerabilidade social.
( )Unidades habitacionais.
( )Territórios indígenas (demarcados ou em processo de demarcação).

( )Comunidades quilombolas (terra titulada, em processo de titulação, com registro na Fundação Palmares).
( )Áreas atingidas por barragem.
( )Território de povos e comunidades tradicionais (ribeirinhos, louceiros, cipozeiro, pequizeiros, vazanteiros, povos do mar etc.).
( )Outros: _____

6.14 Onde o projeto foi realizado?
Você pode marcar mais de uma opção.
( )Equipamento cultural público municipal.
( )Equipamento cultural público estadual.
( )Espaço cultural independente.
( )Escola.
( )Praça.
( )Rua.
( )Parque.
( )Outros_____

7. DIVULGAÇÃO DO PROJETO
Informe como o projeto foi divulgado. Ex.: Divulgado no instagram

8. CONTRAPARTIDA
Descreva como a contrapartida foi executada, quando foi executada e onde foi executada.

9. TÓPICOS ADICIONAIS
Inclua aqui informações relevantes que não foram abordadas nos tópicos anteriores, se houver.

10. ANEXOS
Junte documentos que comprovem que você executou o projeto, tais como listas de presença, relatório fotográfico, vídeos, depoimentos, entre outros.
Nome
Assinatura do Agente Cultural Proponente

ANEXO V
DECLARAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DE GRUPO OU COLETIVO
OBS.: Essa declaração deve ser preenchida somente por proponentes que sejam um grupo ou coletivo sem personalidade jurídica, ou seja, sem CNPJ.
GRUPO ARTÍSTICO:
NOME DO REPRESENTANTE INTEGRANTE DO GRUPO OU COLETIVO ARTÍSTICO:
DADOS PESSOAIS DO REPRESENTANTE: [IDENTIDADE, CPF, E-MAIL E TELEFONE]
Os declarantes abaixo-assinados, integrantes do grupo artístico [NOME DO GRUPO OU COLETIVO], elegem a pessoa indicada no campo "REPRESENTANTE" como único e representante neste edital, outorgando-lhe poderes para fazer cumprir todos os procedimentos exigidos nas etapas do edital, inclusive assinatura de recibo, troca de comunicações, podendo assumir compromissos, obrigações, transigir, receber pagamentos e dar quitação, renunciar direitos e qualquer outro ato relacionado ao referido edital. Os declarantes informam que não incorrem em quaisquer das vedações do item de participação previstas no edital.

NOME DO INTEGRANTE	DADOS PESSOAIS	ASSINATURAS

[LOCAL]
[DATA]

ANEXO VI
DECLARAÇÃO ÉTNICO-RACIAL
(Para agentes culturais concorrentes às cotas étnico-raciais – negros ou indígenas)
Eu, _____, CPF nº_____, RG nº _____, DECLARO para fins de participação no Edital (Nome ou número do edital) que sou _____(informar se é NEGRO OU INDÍGENA).
Por ser verdade, assino a presente declaração e estou ciente de que a apresentação de declaração falsa pode acarretar desclassificação do edital e aplicação de sanções criminais.

NOME
ASSINATURA DO DECLARANTE

ANEXO VII
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
Nome do Proponente:
Nº de Registro no Mapa Cultural:
Nome do projeto:
Nº de inscrição:

Meta /etapa 1						
Descrição do item	**Justificativa**	**Unidade de medida**	**Valor unitário**	**Quantidade**	**Valor total**	**Referência de preço**
Ex.: Fotógrafo	Profissional necessário para registro da oficina	Serviço	R$1.100,00	1	R$1.100,00	. Salicnet . Praticado no mercado

Meta /etapa 2						
Ex. Ampliações das imagens	Serviço necessário para exposição	und	R$50,00	1	R$50,00	. Salicnet . Praticado no mercado

Preencha a tabela informando todas as despesas indicando as metas/etapas às quais elas estão relacionadas (ex. pré-produção, produção, execução) Deve haver a indicação do parâmetro de preço (Ex.: preço estabelecido no SALICNET, 3 orçamentos, etc),utilizado com a referência específica do item de despesa, conforme exemplo.
Adicione quantas linhas forem necessárias para etapas e itens do seu orçamento.
E-MAIL E TELEFONE
patrimonio-imaterial.secult@fadesp.org.br

Protocolo: 984980

ERRATA

ERRATA DE TERMO DE FOMENTO
PROCESSO: 2023/954981
ERRATA DA PUBLICAÇÃO DO TERMO DE FOMENTO Nº. 059/2023, PUBLICADO NO DOE No 35.532, DE 11/09/2023, SOB O PROTOCOLO Nº. 984001
ONDE SE LÊ VIGÊNCIA: NOVE MESES, A CONTAR DE SUA ASSINATURA
LEIA-SE VIGÊNCIA: 19 MESES, A CONTAR DE SUA ASSINATURA

Protocolo: 984470

TORNAR SEM EFEITO

TORNAR SEM EFEITO, PORTARIA N.º 501/23, de 28.08.2023, publicada no Diário Oficial do Estado n.º 35.526, de 31.08.2023, que designou os servidores ANSELMO DO AMARAL PAES, matrícula n.º 57194237-1, ocupante do cargo de Técnico em Gestão Cultural - Antropólogo, que a presidirá, FRANCIMÁRIO ARCOVERDE GOMES, matrícula n.º 57190130-1, ocupante do cargo de Técnico em Gestão Cultural – Arquiteto, e LESLIE CRISTINA AMARAL DANTAS, matrícula n.º 57191530-1, ocupante do cargo de Técnico em Gestão Cultural - Arquiteto, todos servidores estáveis e integrantes do quadro da Secretaria de Estado de Cultura, para compor a comissão de Processo Administrativo Disciplinar, visando apurar no rito sumário, os fatos relatados no Processo n.º 2023/934068, de 18.08.2023. Autoridade de designou: URSULA VIDAL SANTIAGO DE MENDONÇA
Secretária de Estado de Cultura/SECULT.

Protocolo: 984776

OUTRAS MATÉRIAS

INSTRUMENTO SUBSTITUTIVO DE CONTRATO
NOTA DE EMPENHO DA DESPESA: 2023.150101NE001479
PROCESSO Nº: 2023/995387
VALOR: R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais)
DATA DA EMISSÃO: 06/09/2023
OBJETO: Contratação de profissional qualificado nos termos do Edital de Credenciamento 003/2022/SECULT, para atender a programação da 26ª Feira Pan-Amazônica do Livro e das Multivozes.
ORIGEM: Edital de Credenciamento 003/2022/SECULT, Inexigibilidade de Licitação nº 058/2022.
ORÇAMENTO: Projeto Atividade: 8849 Fonte de recurso: 01500000001 (Recursos Ordinários) Natureza da Despesa: 339036 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS- PESSOA FÍSICA PTRES: 158849 PI: 103FLI8849C AÇÃO: 283520 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 13.392.1503-8849.
SERVIDOR INDICADO COMO FISCAL: Designado pela PORTARIA Nº 306 DE 05 DE JUNHO DE 2023.
CONTRATADO: PAUER DO SOCORRO FRANCO MARTINS CPF: 98231634215.
ENDEREÇO:PSG PRAIANA QUADRA 05 BLOCO 511 NR 5114 TELEGRAFO SEM FIO – CEP: 66113150 -BELEM -PA.
ORDENADOR: BRUNO CHAGAS DA SILVA RODRIGUES FERREIRA

Protocolo: 984796

INSTRUMENTO SUBSTITUTIVO DE CONTRATO
NOTA DE EMPENHO DA DESPESA: 2023.150101NE001467
PROCESSO Nº: 2023/994391
VALOR: R$ 1.000,00 (um mil reais)
DATA DA EMISSÃO: 06/09/2023
OBJETO: Contratação de profissional qualificado nos termos do Edital de Credenciamento 003/2022/SECULT, para atender a programação da 26ª Feira Pan-Amazônica do Livro e das Multivozes.
ORIGEM: Edital de Credenciamento 003/2022/SECULT, Inexigibilidade de Licitação nº 058/2022.
ORÇAMENTO: Projeto Atividade: 8849 Fonte de recurso: 01500000001 (Recursos Ordinários) Natureza da Despesa: 339036 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS- PESSOA FÍSICA PTRES: 158849 PI: 103FLI8849C AÇÃO: 283520 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 13.392.1503-8849.
SERVIDOR INDICADO COMO FISCAL: Designado pela PORTARIA Nº 306 DE 05 DE JUNHO DE 2023.

CONTRATADO: SANDRO ARLAN MAGALHAES DA SILVA CPF: 37375946272.
ENDEREÇO: Rua Veiga Cabral I, Al. Pinheiro, Vila, CEP.: 66910-060, Belém, PA.
ORDENADOR: BRUNO CHAGAS DA SILVA RODRIGUES FERREIRA

Protocolo: 984918

PORTARIA N.º 540 DE 11 DE SETEMBRO DE 2023

ABERTURA DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR
A SECRETÁRIA DE ESTADO DE CULTURA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 138, da Constituição do Estado do Pará, c/c o Art. 34, do Regimento Interno, da Secretaria de Estado de Cultura, aprovado pelo Decreto nº 1.434, de 13 de dezembro de 2004, e,
CONSIDERANDO: Os termos constantes no Processo Administrativo nº 2023/934068, de 18.08.2023, que denuncia o suposto abandono de cargo público por parte da servidora MARIANA BATISTA SAMPAIO, matrícula nº 54191249-2, ocupante do cargo de Técnico em Gestão Cultural – Arquiteto;
CONSIDERANDO: Que na ocorrência de condutas inadequadas no serviço público, o Processo Administrativo Disciplinar é o instrumento adequado e destinado a apurar a responsabilidade do servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições;
CONSIDERANDO: Os termos constantes no inciso IV, do Artigo nº 178, c/c 190, II, 191-A e 199, da Lei 5.810/94, de 24.01.1994, com suas modificações posteriores;
R E S O L V E:
I - DESIGNAR os servidores ANSELMO DO AMARAL PAES (Presidente da Comissão), matrícula nº 57194237-1, ocupante do cargo de Técnico em Gestão Cultural - Antropólogo, LESLIE CRISTINA AMARAL DANTAS, matrícula nº 57191530-1, ocupante do cargo de Técnico em Gestão Cultural - Arquiteto, todos servidores estáveis e integrantes do quadro da Secretaria de Estado de Cultura, para compor a comissão de Processo Administrativo Disciplinar, visando apurar no rito sumário, os fatos relatados no Processo nº 2023/934068, de 18.08.2023.
II - A Comissão terá o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da publicação do ato que constituiu a comissão, podendo ser prorrogado por até 15 (quinze) dias, quando as circunstâncias assim exigirem, mediante decisão fundamentada.
III - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Secretaria de Estado de Cultura, em 11 de setembro de 2023.
URSULA VIDAL SANTIAGO DE MENDONÇA
Secretária de Estado de Cultura/SECULT

Protocolo: 984749

INSTRUMENTO SUBSTITUTIVO DE CONTRATO
NOTA DE EMPENHO DA DESPESA: 2023.150101NE001477
PROCESSO Nº: 2023/998374
VALOR: R$1.000,00 (um mil reais)
DATA DA EMISSÃO: 06/09/2023
OBJETO: Contratação de profissional qualificado nos termos do Edital de Credenciamento 003/2022/SECULT, para atender a programação da 26ª Feira Pan-Amazônica do Livro e das Multivozes.
ORIGEM: Edital de Credenciamento 003/2022/SECULT, Inexigibilidade de Licitação nº 058/2022.
ORÇAMENTO: Projeto Atividade: 8849 Fonte de recurso: 01500000001 (Recursos Ordinários) Natureza da Despesa: 339036 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS- PESSOA FÍSICA PTRES: 158849 PI: 103FLI8849C AÇÃO: 283520 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 13.392.1503-8849.
SERVIDOR INDICADO COMO FISCAL: Designado pela PORTARIA Nº 306 DE 05 DE JUNHO DE 2023.
CONTRATADO: RODRIGO BRITO DE OLIVEIRA CPF: 88186121234.
ENDEREÇO: PASSAGEM PINTO MARQUES, nº. 30, bairro MARAMBAIA, CEP: 66615-880, BELÉM, PARÁ.
ORDENADOR: BRUNO CHAGAS DA SILVA RODRIGUES FERREIRA

Protocolo: 984758

INSTRUMENTO SUBSTITUTIVO DE CONTRATO
NOTA DE EMPENHO DA DESPESA: 2023.150101NE001443
PROCESSO Nº: 2023/975663
VALOR: R$ 1.000,00 (um mil reais)
DATA DA EMISSÃO: 05/09/2023
OBJETO: Contratação de profissional qualificado nos termos do Edital de Credenciamento 003/2022/SECULT, para atender a programação da 26ª Feira Pan-Amazônica do Livro e das Multivozes.
ORIGEM: Edital de Credenciamento 003/2022/SECULT, Inexigibilidade de Licitação nº 058/2022.
ORÇAMENTO: Projeto Atividade: 8849 Fonte de recurso: 01500000001 (Recursos Ordinários) Natureza da Despesa: 339036 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS- PESSOA FÍSICA PTRES: 158849 PI: 103FLI8849C AÇÃO: 283520 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 13.392.1503-8849.
SERVIDOR INDICADO COMO FISCAL: Designado pela PORTARIA Nº 306 DE 05 DE JUNHO DE 2023.
CONTRATADA: CECILIA PEREIRA BARRIGA CPF: 85619264220.
ENDEREÇO: R. M P DA SILVA, 190, BETANIAAPEU, APEU, CASTANHAL, PARÁ, CEP: 68747-000.
ORDENADOR: BRUNO CHAGAS DA SILVA RODRIGUES FERREIRA

Protocolo: 984662

INSTRUMENTO SUBSTITUTIVO DE CONTRATO
NOTA DE EMPENHO DA DESPESA: 2023.150101NE001468
PROCESSO Nº: 2023/996421
VALOR: R$800,00 (oitocentos reais)
DATA DA EMISSÃO: 06/09/2023
OBJETO: Contratação de profissional qualificado nos termos do Edital de Credenciamento 003/2022/SECULT, para atender a programação da 26ª Feira Pan-Amazônica do Livro e das Multivozes.
ORIGEM: Edital de Credenciamento 003/2022/SECULT, Inexigibilidade de Licitação nº 058/2022.
ORÇAMENTO: Projeto Atividade: 8849 Fonte de recurso: 01500000001 (Recursos Ordinários) Natureza da Despesa: 339036 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS- PESSOA FÍSICA PTRES: 158849 PI: 103FLI8849C AÇÃO: 283520 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 13.392.1503-8849.
SERVIDOR INDICADO COMO FISCAL: Designado pela PORTARIA Nº 306 DE 05 DE JUNHO DE 2023.
CONTRATADA: DIA ERMINIA DA PAIXAO FAVACHO CPF: 71025707249.
ENDEREÇO: AV.RODOLFO CHERMONT N.236 APTO.1103-MARAMBAIA Cidade: BELEM UF: PA CEP: 66615-170.
ORDENADOR: BRUNO CHAGAS DA SILVA RODRIGUES FERREIRA

Protocolo: 984642

INSTRUMENTO SUBSTITUTIVO DE CONTRATO
NOTA DE EMPENHO DA DESPESA: 2023.150101NE001461
PROCESSO Nº: 2023/981450
VALOR: R$ 1.000,00 (um mil reais)
DATA DA EMISSÃO: 06/09/2023
OBJETO: Contratação com fundamento no art. 25, III, da Lei nº 8.666/93, de GABRIELA ROMEU, representada pela empresa ESTÚDIO VEREDAS LTDA, inscrita no CNPJ nº 11.632.974/0001-04, para participação no evento "26ª FEIRA PANAMAZÔNICA DO LIVRO E DAS MULTIVOZES", a ser realizada em Belém/PA, no dia 10 de setembro de 2023, às 18h, conforme regular processamento nos autos do Processo Administrativo nº 2023/981450.
ORIGEM: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 035/2023.
ORÇAMENTO: Projeto Atividade: 8849 Fonte de recurso: 01500000001 (Recursos Ordinários) Natureza da Despesa: 339039 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS- PESSOA JURÍDICA PTRES: 158849 PI: 103FLI8849C AÇÃO: 283520 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 13.392.1503-8849.
SERVIDOR INDICADO COMO FISCAL: Designado pela PORTARIA Nº 306 DE 05 DE JUNHO DE 2023.
CONTRATADA: ESTUDO VEREDAS LTDA CNPJ: 11632974000104.
ENDEREÇO: R TUCUNA, 969, VILA POMPEIA, SAO PAULO CEP: 05021-010.
ORDENADOR: BRUNO CHAGAS DA SILVA RODRIGUES FERREIRA

Protocolo: 984648

INSTRUMENTO SUBSTITUTIVO DE CONTRATO
NOTA DE EMPENHO DA DESPESA: 2023.150101NE001476
PROCESSO Nº: 2023/997953
VALOR: R$2.500,00 (dois mil e quinhentos reais)
DATA DA EMISSÃO: 06.09.2023
OBJETO: Contratação de profissional qualificado nos termos do Edital de Credenciamento 005/2021/SECULT, para atender a programação da 26ª Feira Pan-Amazônica do Livro e das Multivozes.
ORIGEM: Edital de Credenciamento 005/2021/SECULT, Inexigibilidade de Licitação nº 012/2021.
ORÇAMENTO: Projeto Atividade: 8849 Fonte de recurso: 01500000001 (Recursos Ordinários) Natureza da Despesa: 339039 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS- PESSOA JURÍDICA PTRES: 158849 PI: 103FLI8849C AÇÃO: 283520 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 13.392.1503-8849.
SERVIDOR INDICADO COMO FISCAL: Designado pela PORTARIA Nº 306 DE 05 DE JUNHO DE 2023.
CONTRATADO: 26.579.437-LEONEL RODRIGUES FERREIRA
CNPJ: 26.579.437/0001-15.
ENDEREÇO: TV QUATORZE DE ABRIL, 1186,
FÁTIMA, CEP:66.060-460, BELÉM, PARÁ
ORDENADOR: BRUNO CHAGAS DA SILVA RODRIGUES FERREIRA

Protocolo: 984620

EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO
TERMO DE FOMENTO: 038/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 2023/730124
OBJETO: 7ª. MARCHA DAS MARGARIDAS
VALOR DO REPASSE DA SECULT: R$ 100.00,00 (CEM MIL REAIS)
ASSINATURA: 23/08/2023
VIGÊNCIA: TRÊS MESES, A CONTAR DE SUA ASSINATURA
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: PROJETO ATIVIDADE: 8421
FONTE DE RECURSO: 01500000001 (RECURSOS ORDINÁRIOS)
NATUREZA DA DESPESA: 335041-CONTRIBUIÇÕES
PTRES: 158421
PI: 23DEF390145
AÇÃO: 290493
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 13.392.1503-8421
FISCAL DO FOMENTO: YVENS PENNA – MATRÍCULA Nº. 5946497/1
ENTIDADE: FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES E AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DO ESTADO DO PARÁ – FETAGRI - PA - CNPJ Nº. 04.065.520/0001-33
ENDEREÇO: TV. DOM PEDRO I, 1012-UMARIZAL-BELÉM/PA CEP.: 66.050-100
ORDENADOR RESPONSÁVEL: BRUNO CHAGAS DA SILVA RODRIGUES FERREIRA

Protocolo: 984701

INSTRUMENTO SUBSTITUTIVO DE CONTRATO
NOTA DE EMPENHO DA DESPESA: 2023.150101NE001420
PROCESSO Nº: 2023/959167
VALOR: R$ 1.000,00 (um mil reais)
DATA DA EMISSÃO: 04/09/2023
OBJETO: Contratação de profissional qualificado nos termos do Edital de Credenciamento 003/2022/SECULT, para atender a programação da 26ª Feira Pan-Amazônica do Livro e das Multivozes.
ORIGEM: Edital de Credenciamento 003/2022/SECULT, Inexigibilidade de Licitação nº 058/2022.
ORÇAMENTO: Projeto Atividade: 8849 Fonte de recurso: 01500000001 (Recursos Ordinários) Natureza da Despesa: 339036 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA PTRES: 158849 PI: 103FLI8849C AÇÃO: 283520 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 13.392.1503-8849.
SERVIDOR INDICADO COMO FISCAL: Designado pela PORTARIA Nº 306 DE 05 DE JUNHO DE 2023.
CONTRATADA: ANA SELMA BARBOSA CUNHA CPF: 42372410253.
ENDEREÇO: PS ELITE RU ENG FERNANDO GUILHON 34 - CA 000 - JURUNAS BELEM PA CEP:66030-230
ORDENADOR: BRUNO CHAGAS DA SILVA RODRIGUES FERREIRA

Protocolo: 984694

INSTRUMENTO SUBSTITUTIVO DE CONTRATO
NOTA DE EMPENHO DA DESPESA: 2023.150101NE001403
PROCESSO Nº: 2023/960341
VALOR: R$ 6.933,00 (seis mil e novecentos e trinta e três reais)
DATA DA EMISSÃO: 04/09/2023
OBJETO: Contratação de profissional qualificado nos termos do Edital de Credenciamento 003/2022/SECULT, para atender a programação da 26ª Feira Pan-Amazônica do Livro e das Multivozes.
ORIGEM: Edital de Credenciamento 003/2022/SECULT, Inexigibilidade de Licitação nº 058/2022.
ORÇAMENTO: Projeto Atividade: 8849 Fonte de recurso: 01500000001 (Recursos Ordinários) Natureza da Despesa: 339036 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS- PESSOA FÍSICA PTRES: 158849 PI: 103FLI8849C AÇÃO: 283520 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 13.392.1503-8849.
SERVIDOR INDICADO COMO FISCAL: Designado pela PORTARIA Nº 306 DE 05 DE JUNHO DE 2023.
CONTRATADA: ROBERTA VIANA LOURINHO DE JESUS CPF: 74228072291.
ENDEREÇO: PASSAGEM DIOGO MOIA, N° 598 - BAIRRO - FATIMA BELEM PA CEP: 66060-130.
ORDENADOR: BRUNO CHAGAS DA SILVA RODRIGUES FERREIRA

Protocolo: 984678

INSTRUMENTO SUBSTITUTIVO DE CONTRATO
NOTA DE EMPENHO DA DESPESA: 2023.150101NE000876
PROCESSO Nº: 2023/385500

VALOR: R$ 4.000,00 (quatro mil reais)

DATA DA EMISSÃO: 12/06/2023
OBJETO: Contratação com fundamento no art. 25, III da Lei 8.666/1993, de PAOLA VELARD CRUZ TRINDADE, inscrita no CPF n° 538.542.842-68, para realização do II Concurso de Quadrilhas Juninas de Rua de Soure, que ocorrerá no dia 30 de junho de 2023, conforme regular processamento nos autos do Processo Administrativo nº 2023/385500.
ORIGEM: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 18/2023.
ORÇAMENTO: Projeto Atividade: 8421 Fonte de recurso: 01500000001 (Recursos Ordinários) Natureza da Despesa: 339036 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA PTRES: 158421 PI: 1030008421C AÇÃO: 286934 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 13.392.1503-8421.
SERVIDOR INDICADO COMO FISCAL: Yvens Guerreiro Penna.
CONTRATADA: PAOLA VELARD CRUZ TRINDADE CPF: 53854284268.
ENDEREÇO: 8ª rua, travessas 23 e 24, Pacoval CEP: 68.870-000 Soure/PA.
ORDENADOR: BRUNO CHAGAS DA SILVA RODRIGUES FERREIRA

Protocolo: 984734

FUNDAÇÃO CULTURAL DO PARÁ

DESIGNAR FISCAL DE CONTRATO

PORTARIA Nº 1654 DE 06 DE SETEMBRO DE 2023
O Presidente da Fundação Cultural do Estado Pará, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 4.437, de 20 de agosto de 1986, nos termos da Lei nº 5.322, de 26 de junho de 1986, pelo Decreto Estadual, publicados no DOE nº 32.798 de 01 de janeiro de 2015 e no DOE n° 33.111 de 19 de abril de 2016, e ainda Decreto Governamental publicado no DOE nº 35.286, de 10 de fevereiro de 2023.
CONSIDERANDO a Lei 8.666/93, sobre o acompanhamento e fiscalização de contratos, convênios e parcerias, e ainda de acordo com o PAE nº 2023/2213046.
RESOLVE DESIGNAR, para as funções de Fiscais da atividade "CUSTOMIZAÇÃO DE FIGURINO PARA CRIANÇAS, COM REAPROVEITAMENTO DE MATERIAIS", credenciado por meio do Edital nº 001/2023- FCP e IN nº 001/2023-FCP, referente à IN 810/2023– FCP; Fiscal Titular, o (a) servidor (a) JORGE LUIZ NASCIMENTO DA CUNHA; matrícula nº: 54186729/4; Cargo: Coordenador de Iniciação Artística; e como Fiscal Substituto, o (a) servidor (a) VALMIR DE SOUZA NASCIMENTO; matrícula nº 5899702/1; Cargo: Técnico em Gestão Cultural Teatro.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
THIAGO FARIAS MIRANDA
Presidente da Fundação Cultural do Estado do Pará- FCP

Protocolo: 984474

PORTARIA Nº 1650 DE 06 DE SETEMBRO DE 2023
O Presidente da Fundação Cultural do Estado Pará, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 4.437, de 20 de agosto de 1986, nos termos da Lei nº 5.322, de 26 de junho de 1986, pelo Decreto Estadual, publicados no DOE nº 32.798 de 01 de janeiro de 2015 e no DOE n° 33.111 de 19 de abril de 2016, e ainda Decreto Governamental publicado no DOE nº 35.286, de 10 de fevereiro de 2023.
CONSIDERANDO a Lei 8.666/93, sobre o acompanhamento e fiscalização de contratos, convênios e parcerias, e ainda de acordo com o PAE nº E-2023/2213641.
RESOLVE DESIGNAR, para as funções de Fiscais da atividade "OFICINA: MÚSICA PARA CENA–MELODIAS E LEVADAS RÍTMICAS", credenciado por meio do Edital nº 001/2023- FCP e IN nº 001/2023-FCP, referente à IN 814/2023– FCP; Fiscal Titular, o (a) servidor (a) JORGE LUIZ NASCIMENTO DA CUNHA; matrícula nº: 54186729/4; Cargo: Coordenador de iniciação Artística; e como Fiscal Substituto, o (a) servidor (a) VALMIR DE SOUZA NASCIMENTO; matrícula nº 5899702/1; Cargo: Técnico em Gestão Cultural.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
THIAGO FARIAS MIRANDA
Presidente da Fundação Cultural do Estado do Pará- FCP

Protocolo: 984513

PORTARIA Nº 1647 DE 06 DE SETEMBRO DE 2023
O Presidente da Fundação Cultural do Estado Pará, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 4.437, de 20 de agosto de 1986, nos termos da Lei nº 5.322, de 26 de junho de 1986, pelo Decreto Estadual, publicados no DOE nº 32.798 de 01 de janeiro de 2015 e no DOE n° 33.111 de 19 de abril de 2016, e ainda Decreto Governamental publicado no DOE nº 35.286, de 10 de fevereiro de 2023.
CONSIDERANDO a Lei 8.666/93, sobre o acompanhamento e fiscalização de contratos, convênios e parcerias, e ainda de acordo com o PAE nº 2023/2213665.
RESOLVE DESIGNAR, para as funções de Fiscais da atividade "OFICINA DE DANÇA TEATRO E A CRIAÇÃO DE MOVIMENTOS COREOGRÁFICOS PARA CRIANÇAS A PARTIR DE 10 ANOS", credenciado por meio do Edital nº 001/2023- FCP e IN nº 001/2023-FCP, referente à IN 807/2023– FCP; Fiscal Titular, o (a) servidor (a) JORGE LUIZ NASCIMENTO DA CUNHA; matrícula nº: 54186729/4; Cargo: Coordenador de iniciação Artística; e como Fiscal Substituto, o (a) servidor (a) VALMIR DE SOUZA NASCIMENTO; matrícula nº 5899702/1; Cargo: Técnico em Gestão Cultural.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
THIAGO FARIAS MIRANDA
Presidente da Fundação Cultural do Estado do Pará- FCP

Protocolo: 984519

PORTARIA Nº 1652 DE 06 DE SETEMBRO DE 2023
O Presidente da Fundação Cultural do Estado Pará, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 4.437, de 20 de agosto de 1986, nos termos da Lei nº 5.322, de 26 de junho de 1986, pelo Decreto Estadual, publicados no DOE nº 32.798 de 01 de janeiro de 2015 e no DOE n° 33.111 de 19 de abril de 2016, e ainda Decreto Governamental publicado no DOE nº 35.286, de 10 de fevereiro de 2023.
CONSIDERANDO a Lei 8.666/93, sobre o acompanhamento e fiscalização de contratos, convênios e parcerias, e ainda de acordo com o PAE nº 2023/2214358.
RESOLVE DESIGNAR, para as funções de Fiscais da atividade "OFICINA DANÇA TEATRO E A CRIAÇÃO DE MOVIMENTOS COREOGRÁFICOS PARA CRIANÇAS A PARTIR DE 10 ANOS", credenciado por meio do Edital nº 001/2023- FCP e IN nº 001/2023-FCP, referente à IN 808/2023– FCP; Fiscal Titular, o (a) servidor (a) JORGE LUIZ NASCIMENTO DA CUNHA; matrícula nº: 54186729/4; Cargo: Coordenador de iniciação Artística; e como Fiscal Substituto, o (a) servidor (a) VALMIR DE SOUZA NASCIMENTO; matrícula nº 5899702/1; Cargo: Técnico em Gestão Cultural.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
THIAGO FARIAS MIRANDA
Presidente da Fundação Cultural do Estado do Pará- FCP

Protocolo: 984537

PORTARIA Nº 1656 DE 06 DE SETEMBRO DE 2023
O Presidente da Fundação Cultural do Estado Pará, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 4.437, de 20 de agosto de 1986, nos termos da Lei nº 5.322, de 26 de junho de 1986, pelo Decreto Estadual, publicados no DOE nº 32.798 de 01 de janeiro de 2015 e no DOE n° 33.111 de 19 de abril de 2016, e ainda Decreto Governamental publicado no DOE nº 35.286, de 10 de fevereiro de 2023.
CONSIDERANDO a Lei 8.666/93, sobre o acompanhamento e fiscalização de contratos, convênios e parcerias, e ainda de acordo com o PAE nº 2023/2213212.
RESOLVE DESIGNAR, para as funções de Fiscais da atividade "Oficina de Dança, Teatro Dança e a Criação de Movimentos Coreográficos Para Crianças de 08 a 09 Anos", credenciado por meio do Edital nº 001/2023-FCP e IN nº 001/2023-FCP, referente à IN 811/2023– FCP; Fiscal Titular, o (a) servidor (a) JORGE LUIZ NASCIMENTO DA CUNHA; matrícula nº: 54186729; Cargo: Coordenador de Iniciação Artística; e como Fiscal Substituto, o (a) servidor (a) VALMIR DE SOUZA NASCIMENTO; matrícula nº 5899702/1; Cargo: Técnico em Gestão Cultural Teatro.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
THIAGO FARIAS MIRANDA
Presidente da Fundação Cultural do Estado do Pará- FCP

Protocolo: 984482

PORTARIA Nº 1649 DE 06 DE SETEMBRO DE 2023
O Presidente da Fundação Cultural do Estado Pará, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 4.437, de 20 de agosto de 1986, nos termos da Lei nº 5.322, de 26 de junho de 1986, pelo Decreto Estadual, publicados no DOE nº 32.798 de 01 de janeiro de 2015 e no DOE n° 33.111 de 19 de abril de 2016, e ainda Decreto Governamental publicado no DOE nº 35.286, de 10 de fevereiro de 2023.
CONSIDERANDO a Lei 8.666/93, sobre o acompanhamento e fiscalização de contratos, convênios e parcerias, e ainda de acordo com o PAE nº 2023/2207012.
RESOLVE DESIGNAR, para as funções de Fiscais da atividade "CICLO DE PALESTRAS: DESMONTANDO CENAS COM A PALESTRA: "DESMONTAGEM ESTRANHA", credenciado por meio do Edital nº 001/2023- FCP e IN nº 001/2023-FCP, referente à IN 815/2023– FCP; Fiscal Titular, o (a) servidor (a) MARCKSON DAVI DE MORAES LISBOA; matrícula nº: 57200991; Cargo: Assistente Cultural – Iluminação Cênica; Setor/Local de trabalho: DART/Casa das Artes; e como Fiscal Substituto, o (a) servidor (a) YSMAILLE FERREIRA DE OLIVEIRA; matrícula nº 57204978/2; Cargo: Técnico em Gestão Cultural - Teatro; Setor/Local de trabalho: DART/Casa Das Artes.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
THIAGO FARIAS MIRANDA
Presidente da Fundação Cultural do Estado do Pará- FCP

Protocolo: 984496

PORTARIA Nº 1651 DE 06 DE SETEMBRO DE 2023
O Presidente da Fundação Cultural do Estado Pará, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 4.437, de 20 de agosto de 1986, nos termos da Lei nº 5.322, de 26 de junho de 1986, pelo Decreto Estadual, publicados no DOE nº 32.798 de 01 de janeiro de 2015 e no DOE n° 33.111 de 19 de abril de 2016, e ainda Decreto Governamental publicado no DOE nº 35.286, de 10 de fevereiro de 2023.
CONSIDERANDO a Lei 8.666/93, sobre o acompanhamento e fiscalização de contratos, convênios e parcerias, e ainda de acordo com o PAE nº 2023/2213665.
RESOLVE DESIGNAR, para as funções de Fiscais da atividade "OFICINA DE CUSTOMIZAÇÃO DE FIGURINO PARA CRIANÇAS, COM REAPROVEITAMENTO DE MATERIAIS", credenciado por meio do Edital nº 001/2023- FCP e IN nº 001/2023-FCP, referente à IN 809/2023– FCP; Fiscal Titular, o (a) servidor (a) JORGE LUIZ NASCIMENTO DA CUNHA; matrícula nº: 54186729/4; Cargo: Coordenador de iniciação Artística; e como Fiscal Substituto, o (a) servidor (a) VALMIR DE SOUZA NASCIMENTO; matrícula nº 5899702/1; Cargo: Técnico em Gestão Cultural.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
THIAGO FARIAS MIRANDA
Presidente da Fundação Cultural do Estado do Pará- FCP

Protocolo: 984500

PORTARIA Nº 1648 DE 06 DE SETEMBRO DE 2023
O Presidente da Fundação Cultural do Estado Pará, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 4.437, de 20 de agosto de 1986, nos termos da Lei nº 5.322, de 26 de junho de 1986, pelo Decreto Estadual, publicados no DOE nº 32.798 de 01 de janeiro de 2015 e no DOE n° 33.111 de 19 de abril de 2016, e ainda Decreto Governamental publicado no DOE nº 35.286, de 10 de fevereiro de 2023.
CONSIDERANDO a Lei 8.666/93, sobre o acompanhamento e fiscalização de contratos, convênios e parcerias, e ainda de acordo com o PAE nº E-2023/2212637.
RESOLVE DESIGNAR, para as funções de Fiscais da atividade "OFICINA DE DRAMATURGIA E COMPOSIÇÃO MUSICAL PARA CRIANÇAS", credenciado por meio do Edital nº 001/2023- FCP e IN nº 001/2023-FCP, referente à IN 818/2023– FCP; Fiscal Titular, o (a) servidor (a) JORGE LUIZ NASCIMENTO DA CUNHA; matrícula nº: 54186729/4; Cargo: Coordenador de iniciação Artística; e como Fiscal Substituto, o (a) servidor (a) VALMIR DE SOUZA NASCIMENTO; matrícula nº5899702/1; Cargo: Técnico em Gestão Cultural.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
THIAGO FARIAS MIRANDA
Presidente da Fundação Cultural do Estado do Pará- FCP

Protocolo: 984503

PORTARIA Nº 1653 DE 06 DE SETEMBRO DE 2023
O Presidente da Fundação Cultural do Estado Pará, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 4.437, de 20 de agosto de 1986, nos termos da Lei nº 5.322, de 26 de junho de 1986, pelo Decreto Estadual, publicados no DOE nº 32.798 de 01 de janeiro de 2015 e no DOE n° 33.111 de 19 de abril de 2016, e ainda Decreto Governamental publicado no DOE nº 35.286, de 10 de fevereiro de 2023.
CONSIDERANDO a Lei 8.666/93, sobre o acompanhamento e fiscalização de contratos, convênios e parcerias, e ainda de acordo com o PAE nº E-2023/2212045.
RESOLVE DESIGNAR, para as funções de Fiscais da atividade " OFICINA: DANÇA TEATRO E A CRIAÇÃO DE MOVIMENTOS COREOGRÁFICOS PARA CRIANÇAS DE 8 E 9 ANOS", credenciado por meio do Edital nº 001/2023- FCP e IN nº 001/2023-FCP, referente à IN 819/2023– FCP; Fiscal Titular, o (a) servidor (a) JORGE LUIZ NASCIMENTO DA CUNHA; matrícula nº: 54186729/4; Cargo: Coordenador de iniciação Artística; e como Fiscal Substituto, o (a) servidor (a) VALMIR DE SOUZA NASCIMENTO; matrícula nº: 5899702/1; Cargo: Técnico em Gestão Cultural.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
THIAGO FARIAS MIRANDA
Presidente da Fundação Cultural do Estado do Pará- FCP

Protocolo: 984582

PORTARIA Nº 1655 DE 06 DE SETEMBRO DE 2023
O Presidente da Fundação Cultural do Estado Pará, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 4.437, de 20 de agosto de 1986, nos termos da Lei nº 5.322, de 26 de junho de 1986, pelo Decreto Estadual, publicados no DOE nº 32.798 de 01 de janeiro de 2015 e no DOE n° 33.111 de 19 de abril de 2016, e ainda Decreto Governamental publicado no DOE nº 35.286, de 10 de fevereiro de 2023.
CONSIDERANDO a Lei 8.666/93, sobre o acompanhamento e fiscalização de contratos, convênios e parcerias, e ainda de acordo com o PAE nº E-2023/2211213.
RESOLVE DESIGNAR, para as funções de Fiscais da atividade "A PEDAGOGIA DA ARTE E A FUNÇÃO DA ARTE NO COMPORTAMENTO HUMANA", credenciado por meio do Edital nº 001/2023- FCP e IN nº 001/2023-FCP, referente à IN 812/2023– FCP; Fiscal Titular, o (a) servidor (a) JORGE LUIZ NASCIMENTO DA CUNHA; matrícula nº: 54186729/4; Cargo: Coordenador de iniciação Artística; e como Fiscal Substituto, o (a) servidor (a) VALMIR DE SOUZA NASCIMENTO; matrícula nº 5899702/1; Cargo: Técnico em Gestão Cultural.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
THIAGO FARIAS MIRANDA
Presidente da Fundação Cultural do Estado do Pará- FCP

Protocolo: 984621

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 819/2023
PAE: E-2023/2212045
Objeto: Contratação de Oficineiro, credenciado por meio do Edital nº 001/2023- FCP e IN nº 001/2023-FCP, para a execução da atividade "OFICINA: DANÇA TEATRO E A CRIAÇÃO DE MOVIMENTOS COREOGRÁFICOS PARA CRIANÇAS DE 8 E 9 ANOS"
Fundamento Legal: Fundamenta-se no Art. 25, Inciso II, C/C Art. 13, ambos da Lei Federal nº 8.666/93 e conforme o Parecer Jurídico nº 505/2023 PROJUR/FCP
Dotação Orçamentária: Projeto Atividade: 8928 103.000.8928 C; Fonte Recurso: 01.500.0000.01; Elemento Despesa: 339036 339047; Ação: 283134
Contratante: FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DO PARÁ - FCP, inscrita no CNPJ 14.662.886/0001-43, Avenida Gentil Bittencourt, nº 650, bairro Nazaré, CEP 66.035-340, Belém/PA
Favorecido (a): Oficineiro (a) MARIA LETÍCIA RAMOS GONÇALVES inscrito no CPF:004.458.402-42
Valor Total: R$2.100,00
Data: 06/09/2023
Ordenador: THIAGO FARIAS MIRANDA

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 819/2023
Nesta data, RATIFICO o Termo de Inexigibilidade de Licitação nº 819/2023, com fundamento Art. 25, Inciso III da Lei Federal nº 8.666/93, com suas posteriores modificações.
Data de Ratificação: 06/09/2023
Ordenador: THIAGO FARIAS MIRANDA

Protocolo: 984573

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 814/2023
PAE: 2023/2213641
Objeto: Contratação de Oficineiro, credenciado por meio do Edital nº 001/2023- FCP e IN nº 001/2023-FCP, para a execução da atividade "OFICINA: MÚSICA PARA CENA–MELODIAS E LEVADAS RÍTMICAS"
Fundamento Legal: Fundamenta-se no Art. 25, Inciso II, C/C Art. 13, ambos da Lei Federal nº 8.666/93 e conforme o Parecer Jurídico nº 492/2023 PROJUR/FCP
Disponibilidade Orçamentária: Projeto Atividade: 8928103.000.8928 C; Fonte Recurso: 01.500.0000.01; Elemento Despesa: 339036 339047; Ação: 283134
Contratante: FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DO PARÁ - FCP, inscrita no CNPJ 14.662.886/0001-43, Avenida Gentil Bittencourt, nº 650, bairro Nazaré, CEP 66.035-340, Belém/PA
Favorecido (a):Oficineiro (a) RAPHAEL VINÍCIUS FONSECA BEZERRA, inscrito no CPF: 942.038.142-00
Valor Total: R$2.800,00 (Dois Mil e Oitocentos Reais)
Data: 11/09/2023
Ordenador: THIAGO FARIAS MIRANDA

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 814/2023
Nesta data, RATIFICO o Termo de Inexigibilidade de Licitação nº 814/2023, com fundamento Art. 25, Inciso III da Lei Federal nº 8.666/93, com suas posteriores modificações.
Data de Ratificação: 11/ 09/2023
Ordenador: THIAGO FARIAS MIRANDA

Protocolo: 984510

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 815/2023
PAE: 2023/2207012
Objeto: Contratação de Palestrante, credenciado por meio do Edital nº 001/2023- FCP e IN nº 001/2023-FCP, para a execução da atividade "CICLO DE PALESTRAS: DESMONTANDO CENAS COM A PALESTRA: "DESMONTAGEM ESTRANHA"
Fundamento Legal: Fundamenta-se no Art. 25, Inciso II, C/C Art. 13, ambos da Lei Federal nº 8.666/93 e conforme o Parecer Jurídico nº 499/2023 PROJUR/FCP
Dotação Orçamentária: Projeto Atividade: 8928 103.000.8928 C; Fonte Recurso: 01.500.0000.01; Elemento Despesa: 339036 339047; Ação: 283954.
Contratante: FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DO PARÁ - FCP, inscrita no CNPJ 14.662.886/0001-43, Avenida Gentil Bittencourt, nº 650, bairro Nazaré, CEP 66.035-340, Belém/PA
Favorecido (a): Oficineiro (a) LEOCI JOSÉ DE MEDEIROS, inscrito no CPF: 813.740.892-49
Valor Total: R$ 1.800,00
Data: 06/09/2023
Ordenador: THIAGO FARIAS MIRANDA

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 815/2023
Nesta data, RATIFICO o Termo de Inexigibilidade de Licitação nº 815/2023, com fundamento Art. 25, Inciso III da Lei Federal nº 8.666/93, com suas posteriores modificações.
Data de Ratificação: 06/09/2023
Ordenador: THIAGO FARIAS MIRANDA

Protocolo: 984495

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 818/2023
PAE: E-2023/2212637
Objeto: Contratação de Oficineiro, credenciado por meio do Edital nº 001/2023- FCP e IN nº 001/2023-FCP, para a execução da atividade "OFICINA DE DRAMATURGIA E COMPOSIÇÃO MUSICAL PARA CRIANÇAS"
Fundamento Legal: Fundamenta-se no Art. 25, Inciso II, C/C Art. 13, ambos da Lei Federal nº 8.666/93 e conforme o Parecer Jurídico nº 504/2023 PROJUR/FCP
Dotação Orçamentária: Projeto Atividade: 8928103.000.8928 C; Fonte Recurso: 01.500.0000.01; Elemento Despesa: 339036 339047; Ação: 283134
Contratante: FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DO PARÁ - FCP, inscrita no CNPJ 14.662.886/0001-43, Avenida Gentil Bittencourt, nº 650, bairro Nazaré, CEP 66.035-340, Belém/PA
Favorecido (a): Oficineiro (a) JOSÉ MARIA CARVALHO BEZERRA inscrito no CPF:229.106.542-49
Valor Total: R$4.900,00
Data: 06/09/2023
Ordenador: THIAGO FARIAS MIRANDA

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 818/2023
Nesta data, RATIFICO o Termo de Inexigibilidade de Licitação nº 818/2023, com fundamento Art. 25, Inciso III da Lei Federal nº 8.666/93, com suas posteriores modificações.
Data de Ratificação: 06/09/2023
Ordenador: THIAGO FARIAS MIRANDA

Protocolo: 984502

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 809/2023
PAE: 2023/2214991
Objeto: Contratação de Oficineiro, credenciado por meio do Edital nº 001/2023- FCP e IN nº 001/2023-FCP, para a execução da atividade "Oficina de Customização de Figurino para Crianças, com Reaproveitamento de Materiais"
Fundamento Legal: Fundamenta-se no Art. 25, Inciso II, C/C Art. 13, ambos da Lei Federal nº 8.666/93 e conforme o Parecer Jurídico nº 490/2023 PROJUR/FCP
Dotação Orçamentária: Projeto Atividade: 8928 103.000.8928 C; Fonte Recurso: 01.500.0000.01; Elemento Despesa: 339036 339047; Ação: 283134.
Contratante: FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DO PARÁ - FCP, inscrita no CNPJ 14.662.886/0001-43, Avenida Gentil Bittencourt, nº 650, bairro Nazaré, CEP 66.035-340, Belém/PA
Favorecido (a): Oficineiro (a) ROSINETE FERREIRA RIBEIRO, inscrito no CPF: 246.036.602-78 Valor Total: R$2.800,00
Data: 11/ 09/2023
Ordenador: THIAGO FARIAS MIRANDA

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 809/2023
Nesta data, RATIFICO o Termo de Inexigibilidade de Licitação nº 809/2023, com fundamento Art. 25, Inciso III da Lei Federal nº 8.666/93, com suas posteriores modificações.
Data de Ratificação: 11 / 09 /2023
Ordenador: THIAGO FARIAS MIRANDA

Protocolo: 984499

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 811/2023
PAE: 2023/2213212
Objeto: Contratação de Oficineiro, credenciado por meio do Edital nº 001/2023- FCP e IN nº 001/2023-FCP, para a execução da atividade "Oficina de Dança, Teatro Dança e a Criação de Movimentos Coreográficos Para Crianças de 08 a 09 Anos"
Fundamento Legal: Fundamenta-se no Art. 25, Inciso II, C/C Art. 13, ambos da Lei Federal nº 8.666/93 e conforme o Parecer Jurídico nº 494/2023 PROJUR/FCP
Dotação Orçamentária: Projeto Atividade: 8928 103.000.8928 C; Fonte Recurso: 01.500.0000.01; Elemento Despesa: 339036 339047; Ação: 283134.
Contratante: FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DO PARÁ - FCP, inscrita no CNPJ 14.662.886/0001-43, Avenida Gentil Bittencourt, nº 650, bairro Nazaré, CEP 66.035-340, Belém/PA
Favorecido (a): Oficineiro (a) LÍDIA DO SOCORRO LOPES DE CARVALHO, inscrito no CPF: 004.450.992-83
Valor Total: R$2.100,00
Data: 06/09/2023
Ordenador: THIAGO FARIAS MIRANDA

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 811/2023
Nesta data, RATIFICO o Termo de Inexigibilidade de Licitação nº 811/2023, com fundamento Art. 25, Inciso III da Lei Federal nº 8.666/93, com suas posteriores modificações.
Data de Ratificação: 06/09/2023
Ordenador: THIAGO FARIAS MIRANDA

Protocolo: 984478

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 808/2023
PAE: 2023/2214358
Objeto: Contratação de Oficineiro, credenciado por meio do Edital nº 001/2023- FCP e IN nº 001/2023-FCP, para a execução da atividade "Oficina Dança Teatro e a Criação de Movimentos Coreográficos para Crianças a partir de 10 Anos"
Fundamento Legal: Fundamenta-se no Art. 25, Inciso II, C/C Art. 13, ambos da Lei Federal nº 8.666/93 e conforme o Parecer Jurídico nº 493/2023 PROJUR/FCP
Dotação Orçamentária: Projeto Atividade: 8928 103.000.8928 C; Fonte Recurso: 01.500.0000.01; Elemento Despesa: 339036 339047; Ação: 283134.
Contratante: FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DO PARÁ - FCP, inscrita no CNPJ 14.662.886/0001-43, Avenida Gentil Bittencourt, nº 650, bairro Nazaré, CEP 66.035-340, Belém/PA
Favorecido (a): Oficineiro (a) MARIANA DE SOUZA SARAME, inscrito no CPF: 545.709.482-00Valor Total: R$2.100,00
Data: 11 /09/2023
Ordenador: THIAGO FARIAS MIRANDA

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 808/2023
Nesta data, RATIFICO o Termo de Inexigibilidade de Licitação nº 808/2023, com fundamento Art. 25, Inciso III da Lei Federal nº 8.666/93, com suas posteriores modificações.
Data de Ratificação: 11/09/2023
Ordenador: THIAGO FARIAS MIRANDA

Protocolo: 984532

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 807/2023
PAE: 2023/ 2213665
Objeto: Contratação de Oficineiro, credenciado por meio do Edital nº 001/2023- FCP e IN nº 001/2023-FCP, para a execução da atividade "OFICINA DE DANÇA TEATRO E A CRIAÇÃO DE MOVIMENTOS COREOGRÁFICOS PARA CRIANÇAS A PARTIR DE 10 ANOS"
Fundamento Legal: Fundamenta-se no Art. 25, Inciso II, C/C Art. 13, ambos da Lei Federal nº 8.666/93 e conforme o Parecer Jurídico nº 489/2023 PROJUR/FCP
Dotação Orçamentária: Projeto Atividade: 8928 103.000.8928 C; Fonte Recurso: 01.500.0000.01; Elemento Despesa: 339036 339047; Ação: 283134.
Contratante: FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DO PARÁ - FCP, inscrita no CNPJ 14.662.886/0001-43, Avenida Gentil Bittencourt, nº 650, bairro Nazaré, CEP 66.035-340, Belém/PA
Favorecido (a): Oficineiro (a) TATIANE DO SOCORRO SOUZA NONATO, inscrito no CPF: 942.210.302-91
Valor Total: R$2.100,00
Data: 11 /09/2023
Ordenador: THIAGO FARIAS MIRANDA

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 807/2023
Nesta data, RATIFICO o Termo de Inexigibilidade de Licitação nº 807/2023, com fundamento Art. 25, Inciso III da Lei Federal nº 8.666/93, com suas posteriores modificações.
Data de Ratificação: 11/09/2023
Ordenador: THIAGO FARIAS MIRANDA

Protocolo: 984518

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 810/2023
PAE: 2023/2213046
Objeto: Contratação de Oficineiro, credenciado por meio do Edital nº 001/2023- FCP e IN nº 001/2023-FCP, para a execução da atividade "CUSTOMIZAÇÃO DE FIGURINO PARA CRIANÇAS, COM REAPROVEITAMENTO DE MATERIAIS"
Fundamento Legal: Fundamenta-se no Art. 25, Inciso II, C/C Art. 13, ambos da Lei Federal nº 8.666/93 e conforme o Parecer Jurídico nº 491/2023 PROJUR/FCP
Disponibilidade Orçamentária: Projeto Atividade: 8928 103.000.8928 C; Fonte Recurso: 01.500.0000.01; Elemento Despesa: 339036 339047; Ação: 283134.
Contratante: FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DO PARÁ - FCP, inscrita no CNPJ 14.662.886/0001-43, Avenida Gentil Bittencourt, nº 650, bairro Nazaré, CEP 66.035-340, Belém/PA
Favorecido (a): Oficineiro (a) IZABEL SOARES RIBEIRO, inscrito no CPF: 748.350.762-49
Valor Total: R$ 2.800,00
Data: 06/09/2023
Ordenador: THIAGO FARIAS MIRANDA

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 810/2023
Nesta data, RATIFICO o Termo de Inexigibilidade de Licitação nº 810/2023, com fundamento Art. 25, Inciso III da Lei Federal nº 8.666/93, com suas posteriores modificações.
Data de Ratificação: 06/09/2023
Ordenador: THIAGO FARIAS MIRANDA

Protocolo: 984472

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 812/2023
PAE: 2023/2211213
Objeto: Contratação de Oficineiro, credenciado por meio do Edital nº 001/2023- FCP e IN nº 001/2023-FCP, para a execução da atividade "A PEDAGOGIA DA ARTE E A FUNÇÃO DA ARTE NO COMPORTAMENTO HUMANO"
Fundamento Legal: Fundamenta-se no Art. 25, Inciso II, C/C Art. 13, ambos da Lei Federal nº 8.666/93 e conforme o Parecer Jurídico nº 495/2023 PROJUR/FCP
Disponibilidade Orçamentária: Projeto Atividade: 8928 103.000.8928 C; Fonte Recurso: 01.500.0000.01; Elemento Despesa: 339036 339047; Ação: 283134.
Contratante: FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DO PARÁ - FCP, inscrita no CNPJ 14.662.886/0001-43, Avenida Gentil Bittencourt, nº 650, bairro Nazaré, CEP 66.035-340, Belém/PA
Favorecido (a): Oficineiro (a) CARLOS HENRIQUE GARCIA DE SOUZA, inscrito no CPF: 012.543.052-38
Valor Total: R$2.800,00
Data:11/09/2023
Ordenador: THIAGO FARIAS MIRANDA

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 812/2023
Nesta data, RATIFICO o Termo de Inexigibilidade de Licitação nº 812/2023, com fundamento Art. 25, Inciso III da Lei Federal nº 8.666/93, com suas posteriores modificações.
Data de Ratificação: 11/09/2023
Ordenador: THIAGO FARIAS MIRANDA

Protocolo: 984616

OUTRAS MATÉRIAS

OUTRAS MATÉRIAS
RESULTADO INICIAL DA ETAPA DE SELEÇÃO DO EDITAL EDITAL Nº 08 DE 2023 - TAMBA-TAJÁ.
A Diretoria de INTERAÇÃO CULTURAL, torna público o resultado inicial da fase de SELEÇÃO referente ao EDITAL Nº 08 DE 2023 - TAMBA-TAJÁ.

ORD.	NOME COMPLETO DO(A) CANDIDATO(A)	CATEGORIA	ÁREA CONTEMPLADA	STATUS SELEÇÃO
1.	Diego Alessandro Silva Dos Santos	Pauta Residência	Teatro	SELECIONADO
2.	Maycon Douglas Modesto Lopes	Pauta Residência	Teatro	SELECIONADO
3.	Carla Suellen Castro Baía	Pauta Temporada	Dança	SELECIONADO
4.	Igor Cássio Santos Alcântara	Pauta Temporada	Dança	SELECIONADO
5.	Wallace Horts Nobre da Costa	Pauta Temporada	Circo	SELECIONADO
6.	Ariane do Socorro Costa Caldas	Pauta Temporada	Circo	SELECIONADO
7.	Marcelo Siqueira David	Pauta Temporada	Circo	SELECIONADO
8.	Andréa Bentes Flores	Pauta Temporada	Teatro	SELECIONADO
9.	Johnatas André Moraes da Silva	Pauta Temporada	Teatro	SELECIONADO
10.	Vandiléia Foro da Silva	Pauta Temporada	Teatro	SELECIONADO
11.	Agnaldo Nascimento Ferreira	Arte em Cena	Teatro	SELECIONADO

12.	Ruan de Oliveira Rodrigues	Arte em Cena	Teatro	SELECIONADO
13.	Sandra Maria Job	Arte em Cena	Teatro	SELECIONADO
14.	Leandro Pansonato Cazula	Arte em Cena	Teatro	SELECIONADO
15.	Elder Otáio Santos Aguiar	Arte em Cena	Teatro	SELECIONADO
16.	Jéfter Nery Pinto da Silva	Arte em Cena	Teatro	SELECIONADO
17.	José Rodrigues da Silva	Arte em Cena	Dança	SELECIONADO
18.	José Antônio Serrão Carneiro	Arte em Cena	Dança	SELECIONADO
19.	Thiago Barbosa Pereira	Arte em Cena	Dança	SELECIONADO

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
ANA CLÁUDIA PINHEIRO GONSAGA
Diretora de Interação Cultural – DIC/FCP

Protocolo: 984586

FUNDAÇÃO CARLOS GOMES

FÉRIAS

PORTARIA N°. 152/2023 – FCG de 06.09.2023
O Superintendente da Fundação Carlos Gomes, usando de suas atribuições conferidas pela Lei 5.939/96 e pelo Decreto 1.338/96;
CONSIDERANDO os autos do processo nº. 2023/995724;
RESOLVE:
INTERROMPER a contar de 05.09.2023 as férias do servidor FRANCISCO RONALDO SARMANHO DE SOUZA FILHO - IF: nº. 5913207/2 – Coordenador, concedidas no período de 01.09.2023 a 30.09.2023, através da PORTARIA Nº. 125/2023 - FCG de 07.08.2023, publicada no DOE nº. 35.500 de 08.08.2023 - Protocolo nº. 971676, considerando a necessidade de trabalho a bem do serviço público.
DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
Ordenador: Gabriel Mariano de Aguiar Titan - Superintendente da FCG

Protocolo: 984527

SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO: 10/2023
PROCESSO N°: 2023/938843
DATA DA ASSINATURA: 01/09/2023.
OBJETO: O objeto do presente contrato emergencial é a contratação de empresa especializada na locação de equipamentos e informática, com prestação de serviços de reprografia.
EXERCÍCIO: 2023
CONTRATANTE: SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO.
CNPJ: 05.575.916/0001-93
CONTRATADA: TECNOSET INFORMÁTICA PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA
CNPJ: 64.799.539/0001-35
ENDEREÇO: Rua dos tamoios, nº 246, jardim aeroporto.
CEP: 4630-000 São Paulo - SP.
VALOR MENSAL ESTIMADO: R$ 3.212,38 (três mil duzentos e doze reais e trinta e oito centavos).
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA:
24.126.1508.8238 – Gestão de Tecnologia da informação e Comunicação
Elemento da Despesa:
33904000 – Serv. De Tecno. Da Informação e Comunicação – Pessoa Jurídica
33904012 – Locação de Máquina e Equipamento exceto TIC
Fonte: 01500000001 - Recursos ordinários
Vera Lúcia Alves de Oliveira
Secretária de Estado de Comunicação.

Protocolo: 984970

DIÁRIA

PORTARIA Nº 683 de 05 de setembro de 2023.
ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 001/2008 – AGE
A Secretária de Estado de Comunicação, usando de suas atribuições legais e conforme PROC. Nº 2023/1018859/SECOM.
RESOLVE:
I – Conceder ao servidor relacionado; 1 e ½ (Uma diárias e meia), que irá se deslocar para o município de Monte Alegre, nos dias 06 a 07 de Setembro de 2023, para cobertura de pauta jornalista do Governo do Estado do Pará.
NOME: Wellynton Augusto Coelho da Silva
MATRÍCULA: 5962097
Registre-se, publique-se e cumpra-se.
VERA LÚCIA ALVES DE OLIVEIRA
Secretária de Estado de Comunicação
PORTARIA Nº 684 de 11 de setembro de 2023.
ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 001/2008 – AGE
A Secretária Adjunta de Estado de Comunicação, usando de suas atribuições legais e conforme PROC. Nº 2023/1024433/SECOM.
RESOLVE:
I - Conceder a servidora relacionada; 11 ½ (onze diárias e meia), que se deslocará para Nova York -EUA no período de 13 a 24 de setembro de 2023, para acompanhar a agenda do Governo do Estado.
NOME: VERA LÚCIA ALVES DE OLIVEIRA
MATRICULA: 3180824
Registre-se, publique-se e cumpra-se.
ALINNE KELLEN MONTEIRO PASSOS
Secretária Adjunta de Estado de Comunicação
PORTARIA Nº 685 de 11 de setembro de 2023.
ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 001/2008 – AGE
A Secretária de Estado de Comunicação, usando de suas atribuições legais e conforme PROC. Nº 2023/1024488/SECOM.
RESOLVE:
I - Conceder a servidora relacionada; 11 ½ (onze diárias e meia), que se deslocará para Nova York -EUA no período de 13 a 24 de setembro de 2023, para acompanhar a agenda do Governo do Estado.
NOME: ANA THAYNARA CRUZ DA SILVA
MATRICULA: 5950651
Registre-se, publique-se e cumpra-se.
VERA LÚCIA ALVES DE OLIVEIRA
Secretária de Estado de Comunicação

Protocolo: 984858

FUNDAÇÃO PARAENSE DE RADIODIFUSÃO

ERRATA

ERRATA DA PORTARIA Nº 338/2023, DE 18 DE AGOSTO DE 2023, PUBLICADA NO DOE 35.516 DE 23 DE AGOSTO DE 2023.
ONDE SE LÊ:
No período de 01/08/2023 a 20/08/2023.
LEIA-SE:
No período de 02/08/2023 a 20/08/2023.

Protocolo: 984908

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

PORTARIA

PORTARIA Nº 017/2023– CESAD/SEDUC
O SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO DE PESSOAS, usando da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º da PORTARIA N° 008/2021-gs, de 21 de janeiro de 2021, publicado no d.o.e. nº 34.470/2021 de 25/01/2021, em consonância com a Lei nº 8.096 de 01/01/2015 e nº 9.901 de 03/05/2023,
Considerando o que dispõe o Decreto Estadual nº 249/2011 e nº 1338/2015, em observância aos Art. 32 a 34 da Lei 5810/94-RJU/Pa., e no Art. 41 §4º da Constituição Federal,
Considerando ainda o Parecer Conclusivo da Comissão Especial de Avaliação de Desempenho – CESAD, instituída pela SEDUC;
RESOLVE:
HOMOLOGAR o resultado da Avaliação Especial de Desempenho, que considerou aprovados no estágio probatório os servidores abaixo relacionados, reconhecendo-os aptos para o exercício do cargo de provimento efetivo para o qual foram nomeados :

SERVIDOR	DATA DE EXERCÍCIO	MATRÍCULA	UNIDADE ADMINISTRATIVA	CARGO	CONCEITO	PROCESSO
ADRIANA DOS SANTOS SALES	12/03/2019	5948481-1	DRE MARABA	PROFESSOR CLASSE I	EXCELENTE	2022/596295
ADRIANA SENNA SILVA	31/07/2012	5901715-1	DRE ANANINDEUA 3	ESPECIALISTA EM EDUCACAO CLASSE II	EXCELENTE	2023/962298
ALINE NAZARE VIEGAS SANTANA ASSUNCAO	15/03/2019	57223170-2	DRE ANANINDEUA 1	PROFESSOR CLASSE I	EXCELENTE	2021/1017547
ALVARO PEREIRA LOPES	11/04/2019	5948383-1	DRE ABAETETUBA	PROFESSOR CLASSE I	EXCELENTE	2020/995099
ANGELA MARIA CORDEIRO	20/02/2009	57213829-1	DRE MAE DO RIO	AUXILIAR OPERACIONAL E EDUCACIONAL B	EXCELENTE	2022/1643763

ANTONIO AUGUSTO DA SILVA	26/09/2019	5951306-1	DRE BELEM 11	PROFESSOR CLASSE I	EXCELENTE	2022/1451655
ANTONIO WILSON DOS SANTOS SIQUEIRA	10/04/2019	5948566-1	DRE CAPITAO POCO	PROFESSOR CLASSE I	EXCELENTE	2023/795984
CARLA CRISTIANE COSTA DE LIMA	29/07/2003	5819610-2	DRE BELEM 6	PROFESSOR CLASSE III	EXCELENTE	2023/750012
CLEANE PAULA FERREIRA DA SILVA	02/03/2009	54197461-2	DRE SANTAREM	PROFESSOR CLASSE II	BOM	2023/924494
CLEITON SODRE GUEDES	15/03/2019	5948744-1	DRE MARABA	PROFESSOR CLASSE I	EXCELENTE	2022/1144275
DALIELSON MENDES MOREIRA	20/03/2019	5929383-2	DRE BELEM 11	PROFESSOR CLASSE I	EXCELENTE	2021/1381838
DARIELSON NASCIMENTO DA SILVA	19/12/2019	5953303-1	DRE ABAETETUBA	PROFESSOR CLASSE I	EXCELENTE	2020/939481
DEBORA PANTOJA DOS SANTOS	20/03/2019	5911735-2	DRE CAPANEMA	PROFESSOR CLASSE I	EXCELENTE	2020/843117
DIOGENES NUNES DE FIGUEIREDO	17/07/2006	5801842-2	DRE SANTAREM	PROFESSOR CLASSE I	BOM	2023/924694
EDVAL BORGES GUIMARAES JUNIOR	22/04/2019	5948880-1	DRE MAE DO RIO	PROFESSOR CLASSE I	EXCELENTE	2021/1272088
ELAINE DO SOCORRO TRINDADE	04/05/2011	5889810-1	DRE BRAGANCA	PROFESSOR CLASSE I	EXCELENTE	2023/861228
ELIANA BATISTA SODRE	24/04/2019	5948670-1	DRE XINGUARA	PROFESSOR CLASSE I	EXCELENTE	2020/482290
ELTON PEREIRA DA SILVA	16/08/2011	5892363-1	DRE SANTAREM	PROFESSOR CLASSE I	EXCELENTE	2023/767589
EMANEL VAGNER MODESTO GUIMARAES	01/09/2008	57203306-1	DRE BELEM 6	PROFESSOR CLASSE I	EXCELENTE	2023/865332
FLAVIANA MATOS DA COSTA SILVA	22/05/2009	57217593-1	DRE CASTANHAL	AUXILIAR OPERACIONAL E EDUCACIONAL B	EXCELENTE	2023/831798
HIGO DA SILVA MORAIS	11/09/2019	5919297-2	DRE CAPANEMA	PROFESSOR CLASSE I	EXCELENTE	2020/521400
HILDE LENO MATOS WANGHON	09/09/2008	55586798-2	DRE SANTAREM	PROFESSOR CLASSE I	EXCELENTE	2023/767431
JACIKA MABEL DA COSTA FERRO	07/11/2008	57210301-1	DRE CAPANEMA	ESPECIALISTA EM EDUCACAO CLASSE I	BOM	2023/914662
JAQUELINE FERREIRA DA MOTA	13/03/2019	57190279-2	DRE SANTAREM	PROFESSOR CLASSE I	EXCELENTE	2023/876783
JEREMIAS DA SILVA VIANA	18/06/2013	5906060-1	DRE BELEM 1	PROFESSOR CLASSE I	EXCELENTE	2023/677335
JOAO CARMELINO RAMOS RAMIRES	20/07/2011	5890756-1	DRE REGIAO DAS ILHAS	PROFESSOR CLASSE I	BOM	2023/991198
JOSE AUGUSTO SANTOS	19/07/2012	5901019-1	DRE ANANINDEUA 1	ESPECIALISTA EM EDUCACAO CLASSE II	EXCELENTE	2021/1256360
JOSEMAR BRITO DE SOUZA	19/03/2019	5948064-1	DRE ALTAMIRA	PROFESSOR CLASSE I	BOM	2020/561676
JUCIVANE DE PAULA MACIEL	06/02/2004	5822270-2	DRE SANTAREM	PROFESSOR CLASSE I	BOM	2023/924731
LARISSA CARVALHO CAVALCANTE	27/12/2019	5954524-1	DRE ITAITUBA	PROFESSOR CLASSE I	EXCELENTE	2021/962641
LEANDRO NASCIMENTO DUARTE	08/03/2019	5948493-1	DRE MAE DO RIO	PROFESSOR CLASSE I	EXCELENTE	2021/1272174
LIGIA DA SILVA RAMOS	27/02/2012	57203421-3	DRE ANANINDEUA 2	PROFESSOR CLASSE I	EXCELENTE	2023/805577
LUCIANO DA SILVA BRANDAO	06/05/2019	5916147-2	DRE BRAGANCA	PROFESSOR CLASSE I	BOM	2023/861390
LUIZ MARIO ALMEIDA GOMES	10/11/2008	57208638-1	DRE CAPANEMA	ESPECIALISTA EM EDUCACAO CLASSE II	BOM	2023/325200
MARIA LENI PEREIRA BRAGANCA	30/05/2005	54182420-2	DRE ALTAMIRA	PROFESSOR CLASSE I	BOM	2022/95967
MARLOS ROBERTO SANTOS SANCHES	03/02/2020	5954234-1	DRE MONTE ALEGRE	PROFESSOR CLASSE I	EXCELENTE	2021/574152
MIDORI ONO OKADA	20/11/2008	57208233-1	DRE BENEVIDES	ESPECIALISTA EM EDUCACAO CLASSE I	EXCELENTE	2023/954821
NESTOR SEBASTIAO OLIVEIRA DOS SANTOS	23/11/2006	5479339-2	DRE SANTAREM	PROFESSOR CLASSE I	EXCELENTE	2023/775636
PAULO DA SILVA JUNIOR	09/04/2008	54187617-2	DRE BREVES	PROFESSOR CLASSE I	BOM	2023/230783
PRISCILA DA SILVA E SILVA	13/11/2008	57208200-1	DRE CASTANHAL	ESPECIALISTA EM EDUCACAO CLASSE II	EXCELENTE	2023/900552
RAMON DA SILVA CHUCRE	11/03/2019	57233132-3	DRE CAPANEMA	PROFESSOR CLASSE I	EXCELENTE	2022/733162
RONEY PINHEIRO DE SENA	18/02/2009	57213226-1	DRE MONTE ALEGRE	AUXILIAR OPERACIONAL E EDUCACIONAL B	EXCELENTE	2023/959344
ROSAMAR PEREIRA ALVES SANTANA	05/05/2003	5749786-2	DRE SANTAREM	PROFESSOR CLASSE II	BOM	2023/924771
ROSINETE ALVES DA SILVA	05/08/2013	80845275-2	DRE ANANINDEUA 2	PROFESSOR CLASSE I	EXCELENTE	2023/805550
SIMONE DIAS LUZ	16/07/2012	5437881-2	DRE BELEM 1	ESPECIALISTA EM EDUCACAO CLASSE I	EXCELENTE	2022/89454
TELMA CRISTINA SOUSA PEREIRA	15/04/2019	6403505-1	DRE ABAETETUBA	PROFESSOR CLASSE I	EXCELENTE	2020/628680
TIAGO MONTEIRO ALVES	19/03/2019	5948052-1	DRE BRAGANCA	PROFESSOR CLASSE I	BOM	2023/861334
WAGNER DE ARAUJO PEREIRA	18/11/2009	57222728-1	DRE CASTANHAL	PROFESSOR CLASSE II	EXCELENTE	2023/19819
WELCIA MARA GOMES LEAL	18/04/2008	5799686-2	DRE SANTAREM	PROFESSOR CLASSE I	BOM	2023/924622
WEMERSON DE BRITO OLIVEIRA	01/04/2019	5948649-1	DRE MONTE ALEGRE	PROFESSOR CLASSE I	BOM	2020/969258

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
BELÉM, 11 DE SETEMBRO DE 2023.
Marcelo Thiago França Roque Ribeiro
Secretário Adjunto de Gestão de Pessoas

Protocolo: 984780

ADMISSÃO DE SERVIDOR

Ato: CONTRATO Nº 3768/2023-SANTA LUZIA DO PARÁ
Nome: KARLENA OLIVEIRA COSTA
Cargo: PROFESSOR
Vigência: 04/09/2023 a 01/03/2024
Dotação orçamentária: Processo nº2023/143494, autorizado em 06/03/2023
Ato: CONTRATO Nº 3769/2023-OURÉM
Nome: YARA MARIA SILVA E SILVA
Cargo: PROFESSOR
Vigência: 04/08/2023 a 03/09/2024
Dotação orçamentária: Processo nº2023/143494, autorizado em 06/03/2023
Ato: CONTRATO Nº 3770/2023-OURÉM
Nome: RAIMUNDA SILVANE SILVA ARAUJO
Cargo: PROFESSOR
Vigência: 04/09/2023 a 03/09/2024
Dotação orçamentária: Processo nº2023/143494, autorizado em 06/03/2023
Ato: CONTRATO Nº 3771/2023-BONITO
Nome: RAIMUNDO ESTELIO LIMA PEREIRA
Cargo: PROFESSOR
Vigência: 04/09/2023 a 01/03/2024
Dotação orçamentária: Processo nº2023/143494, autorizado em 06/03/2023
Ato: CONTRATO Nº 3772/2023-BONITO
Nome: HELDER WILLIAM LEITAO ARGOLO
Cargo: PROFESSOR
Vigência: 04/09/2023 a 01/03/2024
Dotação orçamentária: Processo nº2023/143494, autorizado em 06/03/2023
Ato: CONTRATO Nº 3773/2023-MARABÁ
Nome: JULIO CEZAR DE JESUS COSTA
Cargo: PROFESSOR
Vigência: 04/09/2023 a 01/03/2024
Dotação orçamentária: Processo nº2023/143494, autorizado em 06/03/2023
Ato: CONTRATO Nº 3775/2023-ORIXIMINÁ
Nome: MARLEN CRISTINA DE SOUZA VIANA
Cargo: PROFESSOR
Vigência: 04/09/2023 a 01/03/2024
Dotação orçamentária: Processo nº2023/143494, autorizado em 06/03/2023
Ato: CONTRATO Nº 3776/2023-TERRA SANTA
Nome: MARLEA BENTES DE FIGUEIREDO
Cargo: PROFESSOR
Vigência: 04/09/2023 a 01/03/2024
Dotação orçamentária: Processo nº2023/143494, autorizado em 06/03/2023
Ato: CONTRATO Nº 3777/2023-ABAETETUBA
Nome: NAYARA PEREIRA CARDOSO
Cargo: PROFESSOR
Vigência: 04/09/2023 a 01/03/2024
Dotação orçamentária: Processo nº2023/143494, autorizado em 06/03/2023
Ato: CONTRATO Nº 3779/2023-PIÇARRA
Nome: WERLISON ABREU GOMES
Cargo: PROFESSOR
Vigência: 04/09/2023 a 01/03/2024
Dotação orçamentária: Processo nº2023/143494, autorizado em 06/03/2023
Ato: CONTRATO Nº 3781/2023-BELÉM
Nome: ROSILENE CHAVES CORREA
Cargo: PROFESSOR
Vigência: 04/09/2023 a 01/03/2024
Dotação orçamentária: Processo nº2023/143494, autorizado em 06/03/2023
Ato: CONTRATO Nº 3783/2023-BELÉM
Nome: CAMILA PORTELA DE SOUZA
Cargo: PROFESSOR
Vigência: 04/09/2023 a 01/03/2024
Dotação orçamentária: Processo nº2023/143494, autorizado em 06/03/2023
Ato: CONTRATO Nº 3785/2023-BELÉM
Nome: DAYSE CRISTINA FERREIRA ABOU SLEIMAN
Cargo: PROFESSOR
Vigência: 04/09/2023 a 03/09/2024
Dotação orçamentária: Processo nº2023/143494, autorizado em 06/03/2023
Ato: CONTRATO Nº 3790/2023-TERRA SANTA
Nome: LENARA PANTOJA

Cargo: PROFESSOR
Vigência: 04/09/2023 a 01/03/2024
Dotação orçamentária: Processo nº2023/143494, autorizado em 06/03/2023

Ato: CONTRATO Nº 3793/2023-BELEM
Nome: DANIELLE DOCE DIAS SILVA
Cargo: PROFESSOR
Vigência: 04/09/2023 a 01/03/2024
Dotação orçamentária: Processo nº2023/143494, autorizado em 06/03/2023

Ato: CONTRATO Nº 3794/2023-BELEM
Nome: HERIKA ALINE LEAL DE MENDONCA
Cargo: PROFESSOR
Vigência: 04/09/2023 a 01/03/2024
Dotação orçamentária: Processo nº2023/143494, autorizado em 06/03/2023

Ato: CONTRATO Nº 3795/2023-ABAETETUBA
Nome: KESLLEN QUARESMA GUEDELHA
Cargo: PROFESSOR
Vigência: 04/09/2023 a 01/03/2024
Dotação orçamentária: Processo nº2023/143494, autorizado em 06/03/2023

Ato: CONTRATO Nº 3796/2023-BELEM
Nome: MARCOS BRABO DA SILVA
Cargo: PROFESSOR
Vigência: 04/09/2023 a 03/09/2024
Dotação orçamentária: Processo nº2023/143494, autorizado em 06/03/2023

Ato: CONTRATO Nº 3797/2023-JACUNDA
Nome: ARTONIELDA RODRIGUES DE MATOS
Cargo: PROFESSOR
Vigência: 04/09/2023 a 01/03/2024
Dotação orçamentária: Processo nº2023/143494, autorizado em 06/03/2023

Ato: CONTRATO Nº 3801/2023-PALESTINA DO PARA
Nome: GILVAM PEREIRA DE MIRANDA FREITAS
Cargo: PROFESSOR
Vigência: 04/09/2023 a 01/03/2024
Dotação orçamentária: Processo nº2023/143494, autorizado em 06/03/2023

Ato: CONTRATO Nº 3802/2023-BELEM
Nome: ANDRELUZA DE FATIMA DA SILVA POMBO
Cargo: PROFESSOR
Vigência: 04/09/2023 a 01/03/2024
Dotação orçamentária: Processo nº2023/143494, autorizado em 06/03/2023

Ato: CONTRATO Nº 3803/2023-JURUTI
Nome: FRANCIVALDA FREITAS DE MATOS
Cargo: PROFESSOR
Vigência: 04/09/2023 a 01/03/2024
Dotação orçamentária: Processo nº2023/143494, autorizado em 06/03/2023

Ato: CONTRATO Nº 3804/2023-BELEM
Nome: ENEIDA OLIVEIRA DE MIRANDA
Cargo: PROFESSOR
Vigência: 04/09/2023 a 01/03/2024
Dotação orçamentária: Processo nº2023/143494, autorizado em 06/03/2023

Ato: CONTRATO Nº 3806/2023-BELEM
Nome: ADRIANA DO SOCORRO SILVA QUADROS
Cargo: PROFESSOR
Vigência: 04/09/2023 a 01/03/2024
Dotação orçamentária: Processo nº2023/143494, autorizado em 06/03/2023

Ato: CONTRATO Nº 3810/2023-ANAJAS
Nome: EDNAEL DOS PASSOS SILVA
Cargo: PROFESSOR
Vigência: 04/09/2023 a 03/09/2024
Dotação orçamentária: Processo nº2023/143494, autorizado em 06/03/2023

Ato: CONTRATO Nº 3811/2023-ABAETETUBA
Nome: LETICYA OLIVEIRA DE ALBUQUERQUE
Cargo: PROFESSOR
Vigência: 04/09/2023 a 01/03/2024
Dotação orçamentária: Processo nº2023/143494, autorizado em 06/03/2023

Ato: CONTRATO Nº 3813/2023-ANANINDEUA
Nome: ROSEMARY DA SILVA CARVALHO
Cargo: PROFESSOR
Vigência: 04/09/2023 a 03/09/2024
Dotação orçamentária: Processo nº2023/143494, autorizado em 06/03/2023

Ato: CONTRATO Nº 3814/2023-BELEM
Nome: TEREZINHA DE SOUSA FERREIRA
Cargo: PROFESSOR
Vigência: 04/09/2023 a 01/03/2024
Dotação orçamentária: Processo nº2023/143494, autorizado em 06/03/2023

Ato: CONTRATO Nº 3815/2023-TOME ACU
Nome: MIRNA MONALIZA BRAGA SANTOS
Cargo: PROFESSOR
Vigência: 04/09/2023 a 03/09/2024
Dotação orçamentária: Processo nº2023/143494, autorizado em 06/03/2023

Ato: CONTRATO Nº 3816/2023-BELEM
Nome: LUCIANO SILVA DOS SANTOS
Cargo: PROFESSOR
Vigência: 04/09/2023 a 01/03/2024
Dotação orçamentária: Processo nº2023/143494, autorizado em 06/03/2023

Ato: CONTRATO Nº 3817/2023-MARABA
Nome: CREUZA DOS SANTOS SA
Cargo: PROFESSOR
Vigência: 04/09/2023 a 03/09/2024
Dotação orçamentária: Processo nº2023/143494, autorizado em 06/03/2023

Ato: CONTRATO Nº 3820/2023-BELEM
Nome: ALANA SANTA ROSA DOS SANTOS DE SOUZA
Cargo: PROFESSOR
Vigência: 04/09/2023 a 01/03/2024
Dotação orçamentária: Processo nº2023/143494, autorizado em 06/03/2023

Ato: CONTRATO Nº 3821/2023-ANANINDEUA
Nome: ELANE CRISTINA SARGES RODRIGUES FARIAS
Cargo: PROFESSOR
Vigência: 04/09/2023 a 01/03/2024
Dotação orçamentária: Processo nº2023/143494, autorizado em 06/03/2023

Ato: CONTRATO Nº 3822/2023-BARCARENA
Nome: ANA PAULA OLIVEIRA DE ABREU
Cargo: PROFESSOR
Vigência: 04/09/2023 a 01/03/2024
Dotação orçamentária: Processo nº2023/143494, autorizado em 06/03/2023

Ato: CONTRATO Nº 3824/2023-IPIXUNA DO PARA
Nome: LEILIANE FARIAS PENICHE LIMA
Cargo: PROFESSOR
Vigência: 04/09/2023 a 03/09/2024
Dotação orçamentária: Processo nº2023/143494, autorizado em 06/03/2023

Ato: CONTRATO Nº 3825/2023-PEIXE BOI
Nome: FRANCISCO CLAUDENIS BARBOSA DE OLIVEIRA
Cargo: PROFESSOR
Vigência: 04/09/2023 a 01/03/2024
Dotação orçamentária: Processo nº2023/143494, autorizado em 06/03/2023

Ato: CONTRATO Nº 3826/2023-IPIXUNA DO PARA
Nome: SOCORRO TEIXEIRA DE SOUSA
Cargo: PROFESSOR
Vigência: 04/09/2023 a 03/09/2024
Dotação orçamentária: Processo nº2023/143494, autorizado em 06/03/2023

Ato: CONTRATO Nº 3827/2023-SANTA LUZIA DO PARA
Nome: REGIANE DO SOCORRO OLIVEIRA MACIEL
Cargo: PROFESSOR
Vigência: 04/09/2023 a 01/03/2024
Dotação orçamentária: Processo nº2023/143494, autorizado em 06/03/2023

Ato: CONTRATO Nº 3829/2023-MARABA
Nome: SHIRLEY LOPES MAGALHAES
Cargo: PROFESSOR
Vigência: 04/09/2023 a 01/03/2024
Dotação orçamentária: Processo nº2023/143494, autorizado em 06/03/2023

Ato: CONTRATO Nº 3832/2023-IRITUIA
Nome: FRANCISCA EDNA VIANA CARDOSO
Cargo: PROFESSOR
Vigência: 04/09/2023 a 03/09/2024
Dotação orçamentária: Processo nº2023/143494, autorizado em 06/03/2023

Ato: CONTRATO Nº 3833/2023-MONTE ALEGRE
Nome: GICELE MONTEIRO DOS SANTOS
Cargo: PROFESSOR
Vigência: 04/09/2023 a 03/09/2024
Dotação orçamentária: Processo nº2023/143494, autorizado em 06/03/2023

Ato: CONTRATO Nº 3835/2023-SANTA LUZIA DO PARA
Nome: ROBSON SHARLES OLIVEIRA ESTEVES
Cargo: PROFESSOR
Vigência: 04/09/2023 a 01/03/2024
Dotação orçamentária: Processo nº2023/143494, autorizado em 06/03/2023

Ato: CONTRATO Nº 3836/2023-BELEM
Nome: FRANCILENE DOS SANTOS CORREA
Cargo: PROFESSOR
Vigência: 04/09/2023 a 01/03/2024
Dotação orçamentária: Processo nº2023/143494, autorizado em 06/03/2023

Ato: CONTRATO Nº 3837/2023-BELEM
Nome: CLEMILDA SOUZA BARROSO
Cargo: PROFESSOR
Vigência: 04/09/2023 a 01/03/2024
Dotação orçamentária: Processo nº2023/143494, autorizado em 06/03/2023

Ato: CONTRATO Nº 3838/2023-IPIXUNA DO PARA
Nome: MAGNO FERREIRA DA SILVA CHAVES
Cargo: PROFESSOR
Vigência: 04/09/2023 a 03/09/2024
Dotação orçamentária: Processo nº2023/143494, autorizado em 06/03/2023

Ato: CONTRATO Nº 3839/2023-ORIXIMINA
Nome: GIOVANA PENHA LOPES
Cargo: PROFESSOR
Vigência: 04/09/2023 a 01/03/2024
Dotação orçamentária: Processo nº2023/143494, autorizado em 06/03/2023

Ato: CONTRATO Nº 3840/2023-PARAUAPEBAS
Nome: ROBENALBA BATISTA LIMA
Cargo: PROFESSOR
Vigência: 04/09/2023 a 03/09/2024
Dotação orçamentária: Processo nº2023/143494, autorizado em 06/03/2023

Ato: CONTRATO Nº 3841/2023-BELEM
Nome: SELMA DO SOCORRO MONTEIRO GOMES
Cargo: PROFESSOR
Vigência: 04/09/2023 a 01/03/2024
Dotação orçamentária: Processo nº2023/143494, autorizado em 06/03/2023

Ato: CONTRATO Nº 3842/2023-PEIXE BOI
Nome: ELEM PATRICIA FARIAS SODRE
Cargo: PROFESSOR
Vigência: 04/09/2023 a 01/03/2024
Dotação orçamentária: Processo nº2023/143494, autorizado em 06/03/2023

Ato: CONTRATO Nº 3843/2023-BELEM
Nome: NILCIRENE DE SOUZA MENDONCA
Cargo: PROFESSOR
Vigência: 04/09/2023 a 01/03/2024
Dotação orçamentária: Processo nº2023/143494, autorizado em 06/03/2023

Ato: CONTRATO Nº 3844/2023-SANTA LUZIA DO PARA
Nome: ROAN VAGNER SILVA ANDRADE
Cargo: PROFESSOR
Vigência: 04/09/2023 a 01/03/2024
Dotação orçamentária: Processo nº2023/143494, autorizado em 06/03/2023

Ato: CONTRATO Nº 3845/2023-BELEM
Nome: MARIANA DE NAZARE FEIO FIGUEIREDO
Cargo: PROFESSOR
Vigência: 04/09/2023 a 01/03/2024
Dotação orçamentária: Processo nº2023/143494, autorizado em 06/03/2023

Ato: CONTRATO Nº 3846/2023-BELEM
Nome: JANEIDE CHAVES TOME
Cargo: PROFESSOR
Vigência: 04/09/2023 a 01/03/2024
Dotação orçamentária: Processo nº2023/143494, autorizado em 06/03/2023

Ato: CONTRATO Nº 3847/2023-SANTA IZABEL DO PARA
Nome: IVAN JUNIOR BARROS FERREIRA
Cargo: PROFESSOR
Vigência: 04/09/2023 a 01/03/2024
Dotação orçamentária: Processo nº2023/143494, autorizado em 06/03/2023

Ato: CONTRATO Nº 3848/2023-BELEM
Nome: RUDIANE ALINE MESQUITA RODRIGUES
Cargo: PROFESSOR
Vigência: 04/09/2023 a 01/03/2024
Dotação orçamentária: Processo nº2023/143494, autorizado em 06/03/2023

Ato: CONTRATO Nº 3849/2023-MONTE ALEGRE
Nome: ANA CAMILA BRANCO FREITAS
Cargo: PROFESSOR
Vigência: 04/09/2023 a 03/09/2024
Dotação orçamentária: Processo nº2023/143494, autorizado em 06/03/2023

Ato: CONTRATO Nº 3850/2023-BELEM
Nome: ALCIDEIA CARVALHO DA SILVA SANTOS
Cargo: PROFESSOR
Vigência: 04/09/2023 a 01/03/2024
Dotação orçamentária: Processo nº2023/143494, autorizado em 06/03/2023

Ato: CONTRATO Nº 3851/2023-BUJARU
Nome: EVERSON DA SILVA OLIVEIRA
Cargo: PROFESSOR
Vigência: 04/09/2023 a 03/09/2024
Dotação orçamentária: Processo nº2023/143494, autorizado em 06/03/2023

Ato: CONTRATO Nº 3852/2023-BELEM
Nome: LAHIS CRISTIANE MONTEIRO DE OLIVEIRA
Cargo: PROFESSOR
Vigência: 04/09/2023 a 01/03/2024
Dotação orçamentária: Processo nº2023/143494, autorizado em 06/03/2023

Ato: CONTRATO Nº 3856/2023-CHAVES
Nome: MIRELE ALVES COELHOI
Cargo: PROFESSOR
Vigência: 04/09/2023 a 03/09/2024
Dotação orçamentária: Processo nº2023/143494, autorizado em 06/03/2023

Ato: CONTRATO Nº 3858/2023-CAPANEMA
Nome: ALANNA DANTAS DE OLIVEIRA
Cargo: PROFESSOR
Vigência: 04/09/2023 a 01/03/2024
Dotação orçamentária: Processo nº2023/143494, autorizado em 06/03/2023

Ato: CONTRATO Nº 3859/2023-BELEM
Nome: ELCIANE SANTOS SILVA
Cargo: PROFESSOR
Vigência: 04/09/2023 a 01/03/2024
Dotação orçamentária: Processo nº2023/143494, autorizado em 06/03/2023

Ato: CONTRATO Nº 3861/2023-CONCORDIA DO PARA
Nome: RAIMUNDA EDNA DA LUZ FERREIRA
Cargo: PROFESSOR
Vigência: 04/09/2023 a 03/09/2024
Dotação orçamentária: Processo nº2023/143494, autorizado em 06/03/2023

Ato: CONTRATO Nº 3862/2023-SAO MIGUEL DO GUAMA
Nome: MOACIR SOUSA OLIVEIRA
Cargo: PROFESSOR
Vigência: 04/09/2023 a 03/09/2024
Dotação orçamentária: Processo nº2023/143494, autorizado em 06/03/2023

Ato: CONTRATO Nº 3864/2023-BELEM
Nome: JOAO GREGORIO SANTOS JUNIOR
Cargo: PROFESSOR
Vigência: 04/09/2023 a 01/03/2024
Dotação orçamentária: Processo nº2023/143494, autorizado em 06/03/2023

Ato: CONTRATO Nº 3865/2023-SANTA IZABEL DO PARA
Nome: ARIANY ALBUQUERQUE PANTOJA PINHEIRO
Cargo: PROFESSOR
Vigência: 04/09/2023 a 01/03/2024
Dotação orçamentária: Processo nº2023/143494, autorizado em 06/03/2023

Ato: CONTRATO Nº 3869/2023-BELEM
Nome: CLAUDIA FERNANDES ANDRADE DO ESPIRITO SANTO
Cargo: PROFESSOR
Vigência: 04/09/2023 a 03/09/2024
Dotação orçamentária: Processo nº2023/143494, autorizado em 06/03/2023

Ato: CONTRATO Nº 3870/2023-BELEM
Nome: MARCOS ROBERTO FLORES DA SILVA
Cargo: PROFESSOR
Vigência: 04/09/2023 a 01/03/2024
Dotação orçamentária: Processo nº2023/143494, autorizado em 06/03/2023

Ato: CONTRATO Nº 3871/2023-SANTA IZABEL DO PARA
Nome: NAZARENO MESSIAS AMORAS MAGINA
Cargo: PROFESSOR
Vigência: 04/09/2023 a 01/03/2024
Dotação orçamentária: Processo nº2023/143494, autorizado em 06/03/2023

Ato: CONTRATO Nº 3872/2023-CAPANEMA
Nome: BRUNO DE MESQUITA SILVA
Cargo: ANALISTA DE GESTAO GOVERNAMENTAL E INFRAESTRUTURA EDUCACIONAL-ENGENHARIA ELETRICA
Vigência: 05/09/2023 a 04/09/2024
Dotação orçamentária: Processo nº2023/143494, autorizado em 06/03/2023

Ato: CONTRATO Nº 3874/2023-SANTA IZABEL DO PARA
Nome: MAYARA CRISTINA DE MOURA BARRETO PINTO
Cargo: PROFESSOR
Vigência: 04/09/2023 a 01/03/2024
Dotação orçamentária: Processo nº2023/143494, autorizado em 06/03/2023

Ato: CONTRATO Nº 3875/2023-SANTA IZABEL DO PARA
Nome: RAIMUNDO NONATO MONTEIRO LIRA
Cargo: PROFESSOR
Vigência: 04/09/2023 a 01/03/2024
Dotação orçamentária: Processo nº2023/143494, autorizado em 06/03/2023

Ato: CONTRATO Nº 3876/2023-CAPANEMA
Nome: CLARINHA OLIVEIRA MARTINS
Cargo: PROFESSOR
Vigência: 04/09/2023 a 01/03/2024
Dotação orçamentária: Processo nº2023/143494, autorizado em 06/03/2023

Ato: CONTRATO Nº 3877/2023-COLARES
Nome: VALDENIZE GURJAO CORREA
Cargo: PROFESSOR
Vigência: 04/09/2023 a 01/03/2024
Dotação orçamentária: Processo nº2023/143494, autorizado em 06/03/2023

Ato: CONTRATO Nº 3878/2023-BELEM
Nome: ANNA PAULA DE ASSIS PAIVA
Cargo: PROFESSOR
Vigência: 04/09/2023 a 01/03/2024
Dotação orçamentária: Processo nº2023/143494, autorizado em 06/03/2023

Ato: CONTRATO Nº 3880/2023-MARABA
Nome: CARMELIA GONCALVES DE FARIAS
Cargo: PROFESSOR
Vigência: 04/09/2023 a 01/03/2024
Dotação orçamentária: Processo nº2023/143494, autorizado em 06/03/2023

Ato: CONTRATO Nº 3883/2023-BELEM
Nome: SHIRLEY CRISTINA BARBOSA DOS SANTOS
Cargo: PROFESSOR
Vigência: 04/09/2023 a 01/03/2024
Dotação orçamentária: Processo nº2023/143494, autorizado em 06/03/2023
Ato: CONTRATO Nº 3884/2023-TOME ACU
Nome: DEBORA MARIA DOS SANTOS RODRIGUES
Cargo: PROFESSOR
Vigência: 04/09/2023 a 03/09/2024
Dotação orçamentária: Processo nº2023/143494, autorizado em 06/03/2023
Ato: CONTRATO Nº 3885/2023-SANTA IZABEL DO PARA
Nome: FRANCIELLE CRISTINA SARAIVA DOS SANTOS
Cargo: PROFESSOR
Vigência: 04/09/2023 a 01/03/2024
Dotação orçamentária: Processo nº2023/143494, autorizado em 06/03/2023
Ato: CONTRATO Nº 3886/2023-SANTA IZABEL DO PARA
Nome: NUBIA SILVA FERREIRA
Cargo: PROFESSOR
Vigência: 04/09/2023 a 01/03/2024
Dotação orçamentária: Processo nº2023/143494, autorizado em 06/03/2023
Ato: CONTRATO Nº 3887/2023-BUJARU
Nome: EDILENE MACHADO BARBOSA
Cargo: PROFESSOR
Vigência: 04/09/2023 a 01/03/2024
Dotação orçamentária: Processo nº2023/143494, autorizado em 06/03/2023
Ato: CONTRATO Nº 3888/2023-BUJARU
Nome: GLEICY TAIRES JORDAO DOS REIS
Cargo: PROFESSOR
Vigência: 04/09/2023 a 01/03/2024
Dotação orçamentária: Processo nº2023/143494, autorizado em 06/03/2023
Ato: CONTRATO Nº 3889/2023-BELEM
Nome: ODIJOMAR DOS ANJOS NASCIMENTO
Cargo: PROFESSOR
Vigência: 04/09/2023 a 01/03/2024
Dotação orçamentária: Processo nº2023/143494, autorizado em 06/03/2023
Ato: CONTRATO Nº 3890/2023-BELEM
Nome: MAURO IGOR URBANO
Cargo: PROFESSOR
Vigência: 04/09/2023 a 01/03/2024
Dotação orçamentária: Processo nº2023/143494, autorizado em 06/03/2023
Ato: CONTRATO Nº 3892/2023-CAPITAO POCO
Nome: AMANDA KAROLINE RODRIGUES BANDEIRA
Cargo: PROFESSOR
Vigência: 04/09/2023 a 03/09/2024
Dotação orçamentária: Processo nº2023/143494, autorizado em 06/03/2023
Ato: CONTRATO Nº 3893/2023-BELEM
Nome: BRUNO GIBSON DE JESUS RODRIGUES
Cargo: PROFESSOR
Vigência: 04/09/2023 a 01/03/2024
Dotação orçamentária: Processo nº2023/143494, autorizado em 06/03/2023
Ato: CONTRATO Nº 3894/2023-PARAGOMINAS
Nome: GABRIELA SOUSA MACHADO
Cargo: PROFESSOR
Vigência: 04/09/2023 a 01/03/2024
Dotação orçamentária: Processo nº2023/143494, autorizado em 06/03/2023
Ato: CONTRATO Nº 3895/2023-BELEM
Nome: CARLA CAROLINE LOPES GONCALVES
Cargo: PROFESSOR
Vigência: 04/09/2023 a 01/03/2024
Dotação orçamentária: Processo nº2023/143494, autorizado em 06/03/2023
Ato: CONTRATO Nº 3897/2023-SANTA IZABEL DO PARA
Nome: ANDRE ROBERTO LUZ DE QUEIROZ GOUVEA
Cargo: PROFESSO/R
Vigência: 04/09/2023 a 01/03/2024
Dotação orçamentária: Processo nº2023/143494, autorizado em 06/03/2023
Ato: CONTRATO Nº 3908/2023-BELEM
Nome: REGINA CLAUDIA DA SILVA CORDEIRO PACHECO
Cargo: PROFESSOR
Vigência: 04/09/2023 a 01/03/2024
Dotação orçamentária: Processo nº2023/143494, autorizado em 06/03/2023
Ato: CONTRATO Nº 3909/2023-CURUA
Nome: ANA DELMA SILVA REPOLHO
Cargo: PROFESSOR
Vigência: 04/09/2023 a 01/03/2024
Dotação orçamentária: Processo nº2023/143494, autorizado em 06/03/2023
Ato: CONTRATO Nº 3910/2023-COLARES
Nome: NELSON DOS SANTOS LOBO
Cargo: PROFESSOR
Vigência: 04/09/2023 a 01/03/2024
Dotação orçamentária: Processo nº2023/143494, autorizado em 06/03/2023
Ato: CONTRATO Nº 3912/2023-CURUA
Nome: ANA RITA MIRANDA CORREA
Cargo: PROFESSOR
Vigência: 04/09/2023 a 01/03/2024
Dotação orçamentária: Processo nº2023/143494, autorizado em 06/03/2023
Ato: CONTRATO Nº 3913/2023-BUJARU
Nome: SIMONE SOARES SAMPAIO
Cargo: PROFESSOR
Vigência: 04/09/2023 a 01/03/2024
Dotação orçamentária: Processo nº2023/143494, autorizado em 06/03/2023
Ato: CONTRATO Nº 3915/2023-BELEM
Nome: ANA KARLA BARBOSA BEZERRA
Cargo: PROFESSOR
Vigência: 04/09/2023 a 01/03/2024
Dotação orçamentária: Processo nº2023/143494, autorizado em 06/03/2023
Ato: CONTRATO Nº 3917/2023-CURUA
Nome: CHARLES ELIAS MATTOS
Cargo: PROFESSOR
Vigência: 04/09/2023 a 01/03/2024
Dotação orçamentária: Processo nº2023/143494, autorizado em 06/03/2023
Ato: CONTRATO Nº 3919/2023-BELEM
Nome: JAQUELINE MIRIAN MUNIZ BANDEIRA
Cargo: PROFESSOR
Vigência: 04/09/2023 a 03/09/2024
Dotação orçamentária: Processo nº2023/143494, autorizado em 06/03/2023
Ato: CONTRATO Nº 3920/2023-SAO CAETANO DE ODIVELAS
Nome: MARCELO MARQUES DA ROCHA
Cargo: PROFESSOR
Vigência: 04/09/2023 a 01/03/2024
Dotação orçamentária: Processo nº2023/143494, autorizado em 06/03/2023
Ato: CONTRATO Nº 3921/2023-BUJARU
Nome: ELIELMA OLIVEIRA SALES
Cargo: PROFESSOR
Vigência: 04/09/2023 a 01/03/2024
Dotação orçamentária: Processo nº2023/143494, autorizado em 06/03/2023
Ato: CONTRATO Nº 3922/2023-JURUTI
Nome: GRACIANE MARTINS BATISTA
Cargo: PROFESSOR
Vigência: 06/09/2023 a 05/09/2024
Dotação orçamentária: Processo nº2023/143494, autorizado em 06/03/2023
Ato: CONTRATO Nº 3928/2023-PORTEL
Nome: TERCILENA DE SOUZA DA PONTE
Cargo: PROFESSOR
Vigência: 05/09/2023 a 04/09/2024
Dotação orçamentária: Processo nº2023/143494, autorizado em 06/03/2023
Ato: CONTRATO Nº 3933/2023-ANANINDEUA
Nome: RENATA DE CARVALHO XAVIER
Cargo: PROFESSOR
Vigência: 05/09/2023 a 02/03/2024
Dotação orçamentária: Processo nº2023/143494, autorizado em 06/03/2023
Ato: CONTRATO Nº 3935/2023-BAGRE
Nome: ELIDA SUZANE GOMES MAIA
Cargo: PROFESSOR
Vigência: 05/09/2023 a 02/03/2024
Dotação orçamentária: Processo nº2023/143494, autorizado em 06/03/2023
Ato: CONTRATO Nº 3945/2023-MELGACO
Nome: JADIELSO FERNANDES FERREIRA
Cargo: PROFESSOR
Vigência: 05/09/2023 a 02/03/2024
Dotação orçamentária: Processo nº2023/143494, autorizado em 06/03/2023
Ato: CONTRATO Nº 3947/2023-BELEM
Nome: ANA PAULA CARVALHO DA SILVA
Cargo: PROFESSOR
Vigência: 05/09/2023 a 02/03/2024
Dotação orçamentária: Processo nº2023/143494, autorizado em 06/03/2023

Protocolo: 984941

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

PRORROGAÇÃO LICENÇA SAÚDE
NOME: ANA CATARINA FREIRE LOPES AIHARA
CONCESSAO: 30 DIAS
PERIODO: 16/11/22 A 15/12/22
MATRICULA: 57208962/1 CARGO: ESPEC EDUC
LOTACAO: EE CRISTO REDENTOR/ANANINDEUA
LAUDO MEDICO: 98691
NOME: BELMIRA DE JESUS CARVALHO PINHEIRO VASCONCELOS
CONCESSAO: 90 DIAS
PERIODO: 07/12/22 A 06/03/23
MATRICULA: 57203105/1 CARGO: PROF
LOTACAO: EE PORANGA JUCA/ICOARACI
LAUDO MEDICO: 98936
NOME: ELIANA DO SOCORRO SOARES MESQUITA
CONCESSAO: 90 DIAS
PERIODO: 22/12/22 A 21/03/23
MATRICULA: 773000/1 CARGO: ESCR DATILOGRAFO
LOTACAO: ERC INST FELIPE SMALDONE/BELEM
LAUDO MEDICO: 98470
NOME: GISELE NASCIMENTO BARROSO
CONCESSAO: 60 DIAS
PERIODO: 02/12/22 A 30/01/23
MATRICULA: 57196894/2 CARGO: PROF
LOTACAO: EE XV NOVEMBRO/ICOARACI
LAUDO MEDICO: 98750
NOME: GUILHERMINA DOS SANTOS JANUARIO
CONCESSAO: 180 DIAS
PERIODO: 21/11/22 A 19/05/23
MATRICULA: 5719526/5 CARGO: ESPEC EDUC
LOTACAO: EE MARIA OLIVEIRA/ICOARACI
LAUDO MEDICO: 98745
NOME: MARIA DO CARMO COSTA DE CARVALHO
CONCESSAO: 120 DIAS
PERIODO: 27/10/22 A 23/02/23
MATRICULA: 54190480/1 CARGO: PROF
LOTACAO: EE INT FRANCISCO NUNES/BELEM
LAUDO MEDICO: 98452
NOME: RAIMUNDA NORMA DA SILVA
CONCESSAO: 60 DIAS
PERIODO: 12/12/22 A 09/02/23
MATRICULA: 5273056/3 CARGO: ESPEC EDUC
LOTACAO: EE JOAQUIM VIANA/ANANINDEUA
LAUDO MEDICO: 98475
NOME: WALDECIR JORGE DOS SANTOS NEVES
CONCESSAO: 120 DIAS
PERIODO: 04/10/22 A 31/01/23
MATRICULA: 55588365/3 CARGO: PROF
LOTACAO: ERC ASSOC PAIS AMIGOS EXCEPCIONAIS/BELEM
LAUDO MEDICO: 98468

Protocolo: 984798

LICENCA SAUDE
NOME: ALBERTO JORGE PEREIRA
CONCESSAO: 7 DIAS
PERIODO: 20/09/22 A 26/09/22
MATRICULA: 529893/1 CARGO: AGENTE PORTARIA
LOTACAO: EE ALMIRANTE LIMA/BELEM
LAUDO MEDICO: 98696
NOME: ANDREA STRYMPL VASCONCELOS ROSA DA SILVA
CONCESSAO: 160 DIAS
PERIODO: 01/08/22 A 07/01/23
MATRICULA: 57212651/1 CARGO: TEC GESTAO
LOTACAO: EE DIV ORCAMENTO/BELEM
LAUDO MEDICO: 96517
NOME: ALCIR DE VASCONCELOS ALVAREZ RODRIGUES
CONCESSAO: 90 DIAS
PERIODO: 25/10/22 A 22/01/23
MATRICULA: 5319757/2 CARGO: PROF
LOTACAO: EE HONORATO FILGUEIRAS/MOSQUEIRO
LAUDO MEDICO: 98461
NOME: ALINE MENDES DE MORAES
CONCESSAO: 60 DIAS
PERIODO: 21/09/22 A 19/11/22
MATRICULA: 5904354/3 CARGO: PROF
LOTACAO: EE MAGALHAES BARATA/BELEM
LAUDO MEDICO: 98934
NOME: CLEMILDA PIQUET LOPES
CONCESSAO: 60 DIAS
PERIODO: 17/11/22 A 15/01/23
MATRICULA: 57208602/1 CARGO: ESPEC EDUC
LOTACAO: EE CEN EDUC AMAZONIA/ANANINDEUA
LAUDO MEDICO: 98441
NOME: FRANCISCA DAS CHAGAS BRITO DE CASTRO RIBEIRO
CONCESSAO: 30 DIAS
PERIODO: 02/12/22 A 31/12/22
MATRICULA: 5751861/1 CARGO: ESPEC EDUC
LOTACAO: EE MARIO BARBOSA/BELEM
LAUDO MEDICO: 98859
NOME: ISABELLE PIRES COSTA DOS SANTOS
CONCESSAO: 73 DIAS
PERIODO: 22/08/22 A 02/11/22
MATRICULA: 57220080/2 CARGO: PROF
LOTACAO: EE TENONE/ICOARACI
LAUDO MEDICO: 98752
NOME: JOSIMARY DO SOCORRO DA SILVA GOMES
CONCESSAO: 90 DIAS
PERIODO: 15/09/22 A 13/12/22
MATRICULA: 57204933/1 CARGO: PROF
LOTACAO: EE JOSE MAIA/BELEM
LAUDO MEDICO: 98472
NOME: LUIZA HELENA FERNANDES DE SOUSA
CONCESSAO: 90 DIAS
PERIODO: 19/09/22 A 17/12/22
MATRICULA: 5299578/3 CARGO: PROF
LOTACAO: EE JARBAS PASSARINHO/BELEM
LAUDO MEDICO: 98471
NOME: KARINA FLORES MENEZES CARDOSO
CONCESSAO: 30 DIAS
PERIODO: 05/12/22 A 03/01/23
MATRICULA: 57174561/1 CARGO: PROF
LOTACAO: EE INST FELIPE SMALDONE/BELEM
LAUDO MEDICO: 98855
NOME: LUCIA HELENA RODRIGUES SOBREIRA
CONCESSAO: 120 DIAS
PERIODO: 27/11/22 A 26/03/23
MATRICULA: 5097541/3 CARGO: PROF
LOTACAO: EE DEODORO MENDONCA/BELEM
LAUDO MEDICO: 98473
NOME: MARIA JULIA GRACIELA CONEGUNDES CAIRES
CONCESSAO: 30 DIAS
PERIODO: 23/11/22 A 22/12/22
MATRICULA: 80845558/3 CARGO: PROF
LOTACAO: ESC TEC ESTADUAL MAGALHAES BARATA/BELEM
LAUDO MEDICO: 98854
NOME: NATALENE DA CONCEICAO SILVA TEIXEIRA
CONCESSAO: 14 DIAS
PERIODO: 05/12/22 A 18/12/22
MATRICULA: 54192216/2 CARGO: PROF
LOTACAO: EE INT FRANCISCO NUNES/BELEM
LAUDO MEDICO: 98852
NOME: NATALINA BENTES MODESTO
CONCESSAO: 31 DIAS
PERIODO: 21/11/22 A 21/12/22
MATRICULA: 5901649/1 CARGO: ESPEC EDUC
LOTACAO: EE N SRA FATIMA II/BELEM
LAUDO MEDICO: 98860
NOME: PRISCILA PASTANA ALMEIDA
CONCESSAO: 20 DIAS
PERIODO: 26/12/22 A 14/01/23
MATRICULA: 57202304/1 CARGO: PROF
LOTACAO: EE MARIO BARBOSA/BELEM
LAUDO MEDICO: 98863
NOME: RAIMUNDO JUCELINO RIBEIRO SILVA
CONCESSAO: 37 DIAS
PERIODO: 24/11/22 A 30/12/22
MATRICULA: 454079/1 CARGO: ASSIST ADM
LOTACAO: EE IZABEL DIAS/ICOARACI
LAUDO MEDICO: 98862
NOME: REGINALDO RODRIGUES FERREIRA
CONCESSAO: 124 DIAS
PERIODO: 29/10/22 A 01/03/23
MATRICULA: 54197437/1 CARGO: PROF
LOTACAO: EE JOSE MAIA/BELEM
LAUDO MEDICO: 98446
NOME: RITA DE CASSIA MELO GOMES
CONCESSAO: 150 DIAS
PERIODO: 10/10/22 A 08/03/23
MATRICULA: 5772630/2 CARGO: PROF
LOTACAO: ERC CEN EDUC RONALDO MIRANDA/BELEM
LAUDO MEDICO: 98436

Protocolo: 984794

ERRATA

Errata ao Protocolo: 984277
9º termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços Nº 033/2019 – SEDUC/ Kapa Capital Facilites LTDA.
Onde se Lê:
Data da assinatura: 05/09/2023 a 05/09/2024
Leia-se:
Vigência: 05/09/2023 a 05/09/2024
Publicado no DOE: 35.534 em 11/09/2023
Ordenador: Belmiro Soares Campelo Neto/Secretário Adjunto de Logística.

Protocolo: 984794

Errata ao Protocolo: 984285
10º termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços Nº 034/2019 – SEDUC/ Kapa Capital Facilites LTDA.
Onde se Lê:
Data da assinatura: 05/09/2023 a 05/09/2024

Leia-se:
Vigência: 05/09/2023 a 05/09/2024
Publicado no DOE: 35.534 em 11/09/2023
Ordenador: Belmiro Soares Campelo Neto/Secretário Adjunto de Logística.
Protocolo: 984800

TERMO ADITIVO A CONTRATO

Termo Aditivo: 1
ContrAto: 140/2022
Objeto do ContrAto: Locação de imóvel situado na Comunidade Passagem, s/n, Monte Alegre/PA, para funcionamento de Residência para o Sistema SOME, da Secretária de Estado de Educação/SEDUC.
Objeto do Aditivo: Alterar a Cláusula Oitava – Da Vigência e Da Prorrogação, prorrogando sua vigência por mais 12 (doze) meses.
Dispensa de Licitação: 032/2022-NLIC/SEDUC
Dotação Orçamentária:
Fonte de Recurso: 01500100102 – Ação: 283529 - Funcional Programática: 16101.12 362.1509 – Projeto/Atividade: 8906 – – Produto: 2227 Natureza de Despesa: 3390.36.
Partes:
Locatária: Secretaria de Estado de Educação /CNPJ.: 05.054.937/0001-63, com sede na Rod. Augusto Montenegro – Km 10, s/n, CEP.: 66.820-000, Tenoné, Belém/PA.
Locador: Manoel Maciel de Magalhães Sobrinho /CPF.: 595.192.402-25, residente e domiciliado na Rodovia PA-255, S/N, Comunidade Curral Grande, Retiro 3.M, CEP.: 68.220-000, Monte Alegre/PA.
Data de Assinatura: 18/07/2023
Vigência: 19/07/2023 a 19/07/2024
Ordenador: Belmiro Soares Campelo Neto /Secretário Adjunto de Logística.
Protocolo: 984765

TERMO ADITIVO A CONVÊNIO

Termo Aditivo: 1
Convênio de Cooperação Técnica e Financeira: 028/2022
Objeto do Convênio: Construção de Escola Padrão de 12 salas no Distrito de Taboca, na Zona Rural, São Félix do Xingu/PA.
Objeto de Termo Aditivo: Alterar a Cláusula Décima – do Prazo de Execução e Vigência do Convênio Original, prorrogando sua vigência por mais 12 (doze) meses.
Partes:
Concedente: Secretaria de Estado de Educação /CNPJ. 05.054.937/0001-63, com sede na Rod. Augusto Montenegro, Km 10, s/n, CEP.: 68.633-000, Tenoné, Belém/PA.
Convenente: Município de São Félix Do Xingu/CNPJ. Nº 05.421.300/0001-68, com sede à Av. 22 de março, Nº 915, Centro, CEP: 68.380-000, São Félix do Xingu/PA
Data de Assinatura: 04/09/2023
Vigência: 14/09/2023 a 14/09/2024
Ordenador: Arnaldo Dopazo Antonio José/Secretário Adjunto de Infraestrutura

Protocolo: 984783

DIÁRIA

PORTARIA DE SUPRIMENTO DE FUNDOS - No. 59300/2023
PRAZO APLICAÇÃO: 60 dias
PRAZO PRESTAÇÃO DE CONTAS: 15 dias
OBSERVAÇÃO: Material de consumo para atender as necessidades básicas de funcionamento da Secretária Adjunta de Planejamento e Finanças.
CARGO/FUNÇÃO:
ANALISTA DE GESTAO GOVERNAMENTAL E POLITICA EDUCACIONAL B / ATIV NIVEL SUPERIOR
CPF: 42679672291
NOME: GABRIEL PEIXOTO OLIVEIRA
MATRÍCULA: 57233020
PROGRAMA DE TRABALHO: 1297
FONTE DE RECURSO: 1500100102
NATUREZA DESPESA: 339030
VALOR: R$ 1000,00
ORDENADOR: PATRICK TRANJAN CPF: 38188301850
Protocolo: 984494

PORTARIA DE DIARIAS No. 59328/2023
OBJETIVO: Cerimonial do Lançamento dos Almanaques e Jogos do Trilho da Alfabetização.
ORIGEM/DESTINO/PERÍODO:
BELEM / PARAUAPEBAS / 14/09/2023 - 14/09/2023 Nº Diárias: 0
PARAUAPEBAS / CANAA DOS CARAJAS / 14/09/2023 - 14/09/2023 Nº Diárias: 0
CANAA DOS CARAJAS / PARAUAPEBAS / 14/09/2023 - 15/09/2023 Nº Diárias: 1
PARAUAPEBAS / BELEM / 15/09/2023 - 16/09/2023 Nº Diárias: 1.5
NOME: ANDERSON RODRIGUES DA SILVA
MATRÍCULA: 57212568
CPF: 68092652287
CARGO/FUNÇÃO:
AUXILIAR OPERACIONAL E EDUCACIONAL B / ATIV APOIO OPERAC
ORDENADOR: NILDA MARIA SANTOS DE OLIVEIRA CPF: 60799382272
Protocolo: 984784

PORTARIA DE DIARIAS No. 59329/2023
OBJETIVO: Apresentação do projeto "O Caminho do Sucesso" na XXVI Feira Pan-Amazônica do Livro e Multivozes.
ORIGEM/DESTINO/PERÍODO:
SANTAREM / BELEM / 12/09/2023 - 14/09/2023 Nº Diárias: 2
BELEM / SANTAREM / 14/09/2023 - 14/09/2023 Nº Diárias: 0.5
NOME: ENY CRISTINA PIRES FERNANDES
MATRÍCULA: 272965
CPF: 20644868287
CARGO/FUNÇÃO:
DIRETOR DE UNIDADE ESCOLAR I / DIRECAO
ORDENADOR: JULIO CESAR MEIRELES DE FREITAS CPF: 57442320287
Protocolo: 984917

PORTARIA DE DIARIAS No. 59332/2023
OBJETIVO: Apresentação do projeto "Dança Pará Folclórica" na XXVI Feira Pan-Amazônica do Livro e Multivozes.
ORIGEM/DESTINO/PERÍODO:
BARCARENA / BELEM / 13/09/2023 - 13/09/2023 Nº Diárias: 0
BELEM / BARCARENA / 13/09/2023 - 13/09/2023 Nº Diárias: 0.5
NOME: MARIA RAIMUNDA DO CARMO DA SILVA
MATRÍCULA: 57218294
CPF: 58468749249
CARGO/FUNÇÃO:
ASSISTENTE DE GESTAO GOVERNAMENTAL E EDUCACIONAL B / ATIV AUX INTERMED
ORDENADOR: JULIO CESAR MEIRELES DE FREITAS CPF: 57442320287
Protocolo: 984943

PORTARIA DE DIARIAS No. 59331/2023
OBJETIVO: Apresentação do projeto "O Caminho do Sucesso" na XXVI Feira Pan-Amazônica do Livro e Multivozes.
ORIGEM/DESTINO/PERÍODO:
SANTAREM / BELEM / 12/09/2023 - 14/09/2023 Nº Diárias: 2
BELEM / SANTAREM / 14/09/2023 - 14/09/2023 Nº Diárias: 0.5
NOME: ANA BETANIA FERREIRA ARAUJO
MATRÍCULA: 54188433
CPF: 57660980220
CARGO/FUNÇÃO:
PROFESSOR CLASSE II / DOCENTE
ORDENADOR: JULIO CESAR MEIRELES DE FREITAS CPF: 57442320287
Protocolo: 984938

PORTARIA DE DIARIAS No. 59334/2023
OBJETIVO: Apresentação do projeto "Dança Pará Folclórica" na XXVI Feira Pan-Amazônica do Livro e Multivozes.
ORIGEM/DESTINO/PERÍODO:
BARCARENA / BELEM / 13/09/2023 - 13/09/2023 Nº Diárias: 0
BELEM / BARCARENA / 13/09/2023 - 13/09/2023 Nº Diárias: 0.5
NOME: JAMYLE ATIZIRAM LIMA FERREIRA
MATRÍCULA: 5973859
CPF: 98554387287
CARGO/FUNÇÃO:
PROFESSOR NIVEL SUPERIOR LP / DOCENTE
ORDENADOR: JULIO CESAR MEIRELES DE FREITAS CPF: 57442320287
Protocolo: 984952

PORTARIA DE DIARIAS No. 59333/2023
OBJETIVO: Apresentação do projeto "Dança Pará Folclórica" na XXVI Feira Pan-Amazônica do Livro e Multivozes.
ORIGEM/DESTINO/PERÍODO:
BARCARENA / BELEM / 13/09/2023 - 13/09/2023 Nº Diárias: 0
BELEM / BARCARENA / 13/09/2023 - 13/09/2023 Nº Diárias: 0.5
NOME: MARILIA ROSALINA DE MIRANDA GODINHO
MATRÍCULA: 54194466
CPF: 28165896253
CARGO/FUNÇÃO:
PROFESSOR CLASSE II / DOCENTE
ORDENADOR: JULIO CESAR MEIRELES DE FREITAS CPF: 57442320287
Protocolo: 984948

PORTARIA DE DIARIAS No. 59330/2023
OBJETIVO: Apresentação do projeto "O Caminho do Sucesso" na XXVI Feira Pan-Amazônica do Livro e Multivozes.
ORIGEM/DESTINO/PERÍODO:
SANTAREM / BELEM / 12/09/2023 - 14/09/2023 Nº Diárias: 2
BELEM / SANTAREM / 14/09/2023 - 14/09/2023 Nº Diárias: 0.5
NOME: SUSANE MARQUES DA SILVA
MATRÍCULA: 5549604
CPF: 43735843204
CARGO/FUNÇÃO:
ESPECIALISTA EM EDUCACAO CLASSE I / ESPECIALISTA
ORDENADOR: JULIO CESAR MEIRELES DE FREITAS CPF: 57442320287
Protocolo: 984931

PORTARIA DE DIARIAS No. 59327/2023
OBJETIVO: Cobertura Jornalística do Lançamento dos Almanaques e Jogos do Trilho da Alfabetização.
ORIGEM/DESTINO/PERÍODO:
BELEM / PARAUAPEBAS / 14/09/2023 - 14/09/2023 Nº Diárias: 0
PARAUAPEBAS / CANAA DOS CARAJAS / 14/09/2023 - 14/09/2023 Nº Diárias: 0
CANAA DOS CARAJAS / PARAUAPEBAS / 14/09/2023 - 15/09/2023 Nº Diárias: 1
PARAUAPEBAS / BELEM / 15/09/2023 - 16/09/2023 Nº Diárias: 1.5
NOME: BRUNO DE OLIVEIRA MAGNO
MATRÍCULA: 57213293

CPF: 71425934234
CARGO/FUNÇÃO:
ASSESSOR COMUNCACAO SOCIAL / ASSESSORAMENTO
ORDENADOR: NILDA MARIA SANTOS DE OLIVEIRA CPF: 60799382272
Protocolo: 984772

PORTARIA DE DIARIAS No. 59326/2023
OBJETIVO: Cobertura Fotográfica do Lançamento dos Almanaques e Jogos do Trilho da Alfabetização.
ORIGEM/DESTINO/PERÍODO:
BELEM / PARAUAPEBAS / 14/09/2023 - 14/09/2023 Nº Diárias: 0
PARAUAPEBAS / CANAA DOS CARAJAS / 14/09/2023 - 14/09/2023 Nº Diárias: 0
CANAA DOS CARAJAS / PARAUAPEBAS / 14/09/2023 - 15/09/2023 Nº Diárias: 1
PARAUAPEBAS / BELEM / 15/09/2023 - 16/09/2023 Nº Diárias: 1.5
NOME: ELISEU TAVARES DIAS
MATRÍCULA: 760854
CPF: 25136330244
CARGO/FUNÇÃO:
SERVENTE REFERENCIA I / ATIV APOIO OPERAC
ORDENADOR: NILDA MARIA SANTOS DE OLIVEIRA CPF: 60799382272
Protocolo: 984761

PORTARIA DE DIARIAS No. 59325/2023
OBJETIVO: Participar do "Fórum de Valorização do Professor".
ORIGEM/DESTINO/PERÍODO:
BELEM / SAO PAULO / 18/09/2023 - 19/09/2023 Nº Diárias: 1
SAO PAULO / BELEM / 19/09/2023 - 19/09/2023 Nº Diárias: 0.5
NOME: MARCELO THIAGO FRANCA ROQUE RIBEIRO
MATRÍCULA: 5969308
CPF: 36851958830
CARGO/FUNÇÃO:
SECRETARIO ADJUNTO DE GESTAO DE PESSOAS / DIRECAO
ORDENADOR: NILDA MARIA SANTOS DE OLIVEIRA CPF: 60799382272
Protocolo: 984739

PORTARIA DE DIARIAS No. 59324/2023
OBJETIVO: Irá fazer Instalação e manutenção nos equipamentos de informática e configuração, testes de rede e conectividade na 26ª Feira Pan -Amazônica 2023 do Livro, no município de Marabá.
ORIGEM/DESTINO/PERÍODO:
BELEM / MARABA / 21/09/2023 - 02/10/2023 Nº Diárias: 11
MARABA / BELEM / 02/10/2023 - 02/10/2023 Nº Diárias: 0.5
NOME: JOSE REINALDO GUIMARAES PENA
MATRÍCULA: 5941173
CPF: 25654896253
CARGO/FUNÇÃO:
ASSISTENTE DE GESTAO GOVERNAMENTAL E EDUCACIONAL A / ATIV AUX INTERMED
ORDENADOR: NILDA MARIA SANTOS DE OLIVEIRA CPF: 60799382272
Protocolo: 984731

PORTARIA DE DIARIAS No. 59323/2023
OBJETIVO: Irá fazer Instalação e manutenção nos equipamentos de informática e configuração, testes de rede e conectividade na 26ª Feira Pan -Amazônica 2023 do Livro.
ORIGEM/DESTINO/PERÍODO:
BELEM / MARABA / 21/09/2023 - 02/10/2023 Nº Diárias: 11
MARABA / BELEM / 02/10/2023 - 02/10/2023 Nº Diárias: 0.5
NOME: FREDSON SILVA PINTO
MATRÍCULA: 5940843
CPF: 59164050220
CARGO/FUNÇÃO:
ASSISTENTE DE GESTAO GOVERNAMENTAL E EDUCACIONAL A / ATIV AUX INTERMED
ORDENADOR: NILDA MARIA SANTOS DE OLIVEIRA CPF: 60799382272
Protocolo: 984722

OUTRAS MATÉRIAS

LICENÇA ESPECIAL
PORTARIA nº. 7698/2023 DE 06/09/2023
Nome:ELIETE RIBEIRO BAYMA
Matrícula:462381/1Cargo: Especialista em Educação
Lotação:Diretoria de Recursos Humanos/Belém
Período:18/07/2023 a 15/09/2023
Triênios:17/05/1996 a 16/05/1999
PORTARIA nº. 007735/2023 de 06/09/2023
Nome: ALBERTO MAGNO CORREA
Matrícula:181234/1Cargo:Assist. Administrativo
Lotação: Divisão de Serviços Gerais/Belém
Período:04/09/23 a 02/11/23
Triênios:14/04/87 a 13/04/90
PORTARIA nº. 007636/2023 de 04/09/2023
Nome:ALICE GOMES SOUZA
Matrícula:57189873/1Cargo:Professor
Lotação:EE. Albertina Barreiros Sede Vinc/Itupiranga
Período:01/09/23 a 30/10/23
Triênios:01/08/07 a 31/07/10
PORTARIA nº.007739/2023 de 06/09/2023
Nome:MARIA DO SOCORRO MONTEIRO PICANCO
Matrícula:57202405/1Cargo:Professor
Lotação:EE Lameira Bittencourt/Castanhal
Período:01/09/23 a 30/10/23 – 31/10/23 a 29/12/23
Triênios:25/08/11 a 24/08/14 – 25/08/14 a 24/08/17
PORTARIA nº. 007736/2023 de 06/09/2023
Nome:MARIA DO SOCORRO QUARESMA COSTA
Matrícula:6317910/1Cargo:Servente
Lotação:EE Eduardo Angelim/Barcarena
Período:01/09/23 a 30/10/23
Triênios:01/05/93 a 30/04/96
PORTARIA nº. 007737/2023 de 06/09/2023
Nome:TEREZINHA DE JESUS DE OLIVEIRA TELES
Matrícula:457531/1Cargo:Servente
Lotação:EE Luiz Nunes Direito/Ananindeua
Período:01/09/23 a 30/10/23
Triênios:28/04/06 A 27/04/09
LICENÇA LUTO
PORTARIA nº.: 7696/2023 de 06/09/2023
Conceder Licença Luto a ALDENEI GOMES DE ARAUJO, matricula nº 5371627/2, Especialista em Educação, lotada na EE São Jose/Obidos, no período de 07/07/2023 a 14/07/2023.
LICENÇA PATERNIDADE
PORTARIA nº.: 7697/2023 de 06/09/2023
Conceder Licença Paternidade a RAEL ISAAC JUNIOR RODRIGUES DA SILVA, matricula nº 5972090/1, Professor, lotado na EE Eduardo Angelim sede/Parauapebas, no período de 01/08/2023 a 20/08/2023.
PORTARIA nº.: 7700/2023 de 06/09/2023
Conceder Licença Paternidade a CARLOS CORREA, matricula nº 55587046/2, Professor, lotado na EE Prof Isaura Bahia/Mocajuba, no período de 01/05/2023 a 20/05/2023.
PORTARIA nº.: 7708/2023 de 06/09/2023
Conceder Licença Paternidade a FRANCINALDO GOMES PAZ JUNIOR, matricula nº 5953152/1, Professor, lotado na EE Prof Antonia Rosa sede/São Joao da Ponta, no período de 31/07/2023 a 19/08/2023.
APROVAÇÃO ESCALA DE FERIAS
PORTARIA nº.:7732/2023 de 06/09/2023
INTERROMPER, por necessidade de serviços, a contar 07/08/2023, período de 01/08/2023 à 14/09/2023,de férias regulamentares, referente ao exercício de 2023, da PORTARIA nº 1818/2023 de 27/03/2023, a servidoraCARMEM EUNICE CRUZ AZEVEDO NORONHA, matricula 5339367/2, Especialista em Educação, lotada na EE Graziela Moura Ribeiro/Belém.
PORTARIA nº.: 1226/2023 de 04/09/2023
Nome: ADEMIR BITENCOURT AZEVEDO
Matrícula:57200491/2 Período:02/10/23 a 15/11/23Exercício:2021
Unidade:EEEFM.Profº Leonardo Negrao de Sousa/Abaetetuba
PORTARIA nº.: 1227/2023 de 04/09/2023
Nome: ADEMIR BITENCOURT AZEVEDO
Matrícula:57200491/2 Período:16/11/23 a 30/12/23Exercício:2022
Unidade:EEEFM.Profº Leonardo Negrao de Sousa/Abaetetuba
PORTARIA nº.: 211/2023 de 04/09/2023
Nome: MARIA SANTANA BASTOS RODRIGUES
Matrícula:57209858/1 Período:20/11/23 a 03/01/24Exercício:2023
Unidade:EE Manoel Antonio de Castro sede vinc/Igarape Miri
PORTARIA nº.: 12232023 de 04/09/2023
Nome: WANDERSON DYEGO VILHENA DOS SANTOS
Matrícula:57210514/1 Período:02/10/23 a 31/10/23Exercício:2018
Unidade:EEEFM.Benvinda de Araujo Pontes/Abaetetuba
PORTARIA nº.: 12242023 de 04/09/2023
Nome: WANDERSON DYEGO VILHENA DOS SANTOS
Matrícula:57210514/1 Período:01/11/23 a 30/11/23Exercício:2019
Unidade:EEEFM.Benvinda de Araujo Pontes/Abaetetuba
PORTARIA nº.: 1225/2023 de 04/09/2023
Nome: WANDERSON DYEGO VILHENA DOS SANTOS
Matrícula:57210514/1 Período:01/12/23 a 30/12/23Exercício:2020
Unidade:EEEFM.Benvinda de Araujo Pontes/Abaetetuba
PORTARIA nº.: 216/2023 de 04/09/2023
Nome: BENEDIEL ROCHA FERREIRA
Matrícula:57210583/1 Período:01/11/23 a 30/11/23Exercício:2022
Unidade:EE CE Palmira Gabriel/Barcarena
PORTARIA nº.: 209/2023 de 04/09/2023
Nome: ROSIVALDO DO SOCORRO DORIA DE LIMA
Matrícula:5210763/1 Período:02/10/23 a 31/10/23Exercício:2023
Unidade:EE Manoel Antonio de Castro sede vinc/Igarape Miri
PORTARIA nº.: 210/2023 de 04/09/2023
Nome: EDNA DO SOCORRO SANTOS CARNEIRO
Matrícula:5756340/2 Período:20/11/23 a 03/01/24Exercício:2023
Unidade:EE Manoel Antonio de Castro sede vinc/Igarape Miri
PORTARIA nº.: 533/2023 de 04/09/2023
Nome: JOSELENE DE SOUSA PEREIRA
Matrícula:57218112/1 Período:02/10/23 a 31/10/23Exercício:2023
Unidade:UT de Educação Especial de Abaetetuba/Abaetetuba
PORTARIA nº.: 933/2023 de 31/08/2023
Nome: ELAINE DOS SANTOS PEREIRA
Matrícula:5900554/1 Período:02/10/23 a 15/11/23Exercício:2023
Unidade:EEEFM.Cristo Redentor/Abaetetuba
PORTARIA nº.: 932/2023 de 31/08/2023
Nome: EDINALDO GOMES FERREIRA
Matrícula:5899761/1 Período:02/10/23 a 15/11/23Exercício:2023
Unidade:EEEFM.Cristo Redentor/Abaetetuba
PORTARIA nº.: 776/2023 de 31/08/2023
Nome: ANA MARIA BASTOS FONSECA
Matrícula:5891950/1 Período:02/10/23 a 31/10/23Exercício:2023
Unidade:EE Prof Maria Oscarina Silva Pereira/Abaetetuba
PORTARIA nº.: 12272023 de 04/09/2023
Nome: ALDALICE SOUSA DA COSTA
Matrícula:57226293/1 Período:02/10/23 a 31/10/23Exercício:2023
Unidade:EE Anexo Prof Basilio de Carvalho/Abaetetuba

PORTARIA nº.: 913/2023 de 06/09/2023
Nome: GECILENE CARDOSOS DO REGO
Matrícula:5494249/2 Período:21/11/23 a 04/01/24Exercício:2023
Unidade: 3 URE/Abaetetuba
PORTARIA nº.: 218/2023 de 04/09/2023
Nome: MARCIA MARIELLE DE ARAUJO BAIA
Matrícula:57212492/1 Período:02/10/23 a 31/10/23Exercício:2023
Unidade:EE Prof Carmem Cardoso Ferreira/Abaetetuba
PORTARIA nº.: 573/2023 de 06/08/2023
Nome: MARIA DO SOCORRO CALDAS CAVALHEIRO
Matrícula:971928/1 Período:02/10/23 a 31/10/23Exercício:2023
Unidade:EEEFM.Profª Carmem Cardoso Ferreira/Abaetetuba
PORTARIA nº.: 916/2023 de 06/08/2023
Nome: JULIANA CLAUDIA RODRIGUES DA SILVA
Matrícula:5942758/1 Período:02/10/23 a 31/10/23Exercício:2023
Unidade:EE Prof. Leonildas Montes/Abaetetuba
PORTARIA nº.: 334/2023 de 23/06/2023
Nome: INAYAN TAVARES DE CASTRO
Matrícula:5906115/1 Período:19/06/23 a 03/07/23Exercício:2022
Unidade:ERC APAE de Capanema/Capanema
PORTARIA nº.: 326/2023 de 06/09/2023
Nome:CATIA SIMONE DA SILVA CHAVES
Matrícula:54188287/1 Período:01/08/23 a 14/09/23Exercício:2022
Unidade:EE Dom Joao VI/Capanema
PORTARIA nº.: 512/2023 de 06/09/2023
Nome: LEILIANE DA SILVA LOPES
Matrícula:5943769/1 Período:01/11/23 a 30/11/23Exercício:2023
Unidade:EEEFM Santa Rosa/Vigia de Nazare
PORTARIA nº.: 513/2023 de 06/09/2023
Nome: MARILENE LESSA DA COSTA
Matrícula:5712114/1 Período:01/11/23 a 30/11/23Exercício:2023
Unidade:EEEFM.Dom Mario de Miranda Vilas Boas/Bujaru
PORTARIA nº.: 7719/2023 de 06/09/2023
Nome: DANIELE BOTELHO BORGES
Matrícula:57212346/1 Período:06/11/23 a 05/12/23Exercício:2023
Unidade:EE Prof Maria Araujo de Figueiredo/Ananindeua
PORTARIA nº.: 7718/2023 de 06/09/2023
Nome: DILMARA TEIXEIRA FERREIRA
Matrícula:57209919/1 Período:20/11/23 a 03/01/24Exercício:2023
Unidade:EE Walter Bezerra Falcao/Ananindeua
PORTARIA nº.: 7717/2023 de 06/09/2023
Nome: MARCIA MARIA DOS SANTOS AGUIAR
Matrícula:6013279/1 Período:30/11/23 a 13/01/24Exercício:2023
Unidade:EE Profª Consuelo Coelho e Souza/Ananindeua
PORTARIA nº.: 7716/2023 de 06/09/2023
Nome: SIMONE FERREIRA RAIOL LEAL
Matrícula:57210130/1 Período:11/12/23 a 24/01/24Exercício:2023
Unidade:EEEFM Novo Horizonte/Ananindeua
PORTARIA nº.: 7715/2023 de 06/09/2023
Nome: MONICA PEREIRA DA SILVA MOURA
Matrícula:57208511/1 Período:01/12/23 a 14/01/24Exercício:2023
Unidade:EEEFM Armando Fajardo/Ananindeua
PORTARIA nº.: 7714/2023 de 06/09/2023
Nome: JASSON RONALDO LIMA DA LUZ
Matrícula:5694590/2 Período:01/06/23 a 30/06/23Exercício:2023
Unidade:EEEFM Paraense/Ananindeua
PORTARIA nº.: 7779/2023 de 11/09/2023
Nome: REGINALDO TAVARES SARMANHO
Matrícula:5120314/1 Período:01/09/23 a 30/09/23Exercício:2023
Unidade:Divisão de Transporte/Belém
PORTARIA nº.: 7744/2023 de 11/09/2023
Nome: ALICE BARBOSA DA SILVA ALEIXO
Matrícula:54187248/2 Período:02/10/23 a 31/10/23Exercício:2023
Unidade:Divisão de Informação e Documentação/Belém
PORTARIA nº.: 7763/2023 de 11/09/2023
Nome: ELIAS OLIVEIRA DE SOUSA FILHO
Matrícula:57213669/1 Período:03/10/23 a 01/11/23Exercício:2023
Unidade:Divisão de Lotação/Belém
PORTARIA nº.: 7762/2023 de 11/09/2023
Nome: ALAN HENRIQUE FARIAS DA SILVA
Matrícula:5897142/1 Período:18/09/23 a 17/10/23Exercício:2023
Unidade:Divisão de Lotação/Belém
PORTARIA nº.: 7746/2023 de 11/09/2023
Nome:FRANCISCO SALES DA SILVA OLIVEIRA
Matrícula:557811/1 Período:01/09/23 a 30/09/23Exercício:2022
Unidade:Divisão de Transporte/Belém
PORTARIA nº.: 7764/2023 de 11/09/2023
Nome: LEA SOCORRO PINHEIRO DIAS
Matrícula:57212508/1 Período:01/12/23 a 30/12/23Exercício:2023
Unidade:Divisão de Lotação/Belém
PORTARIA nº.: 7712/2023 de 06/09/2023
Nome: EDINALDO SOUZA E SILVA
Matrícula:57216801/1 Período:02/10/23 a 31/10/23Exercício:2023
Unidade:Divisão de Transporte/Belém
PORTARIA nº.: 7713/2023 de 06/09/2023
Nome: PAULO DE SOUZA BARROSO
Matrícula:305316/1 Período:01/11/23 a 30/11/23Exercício:2023
Unidade:Diretoria de Ensino/Belém
PORTARIA nº.:815/2023 de 04/09/2023
Nome:SILVIA LETICIA PINHEIRO DA SILVA
Matrícula:57224042/1 Período:02/10/23 a 31/10/23Exercício:2023
Unidade:EE. Prof Leonidas Montes/Abaetetuba

PORTARIA nº.: 212/2023 de 04/09/2023
Nome: ANTONILDO OLIVEIRA RODRIGUES
Matrícula:5809959/2 Período:20/11/23 a 03/01/24Exercício:2023
Unidade:EE Manoel Antônio de Castro Sede Vinc/Igarapé-Miri
PORTARIA nº.: 215/2023 de 04/09/2023
Nome: MANUEL TITO LOBATO PONTES
Matrícula:5741114/1 Período:20/11/23 a 03/01/24Exercício:2023
Unidade::EE Manoel Antônio de Castro Sede Vinc/Igarapé-Miri
PORTARIA nº.:220/2023 de 04/09/2023
Nome: JULIANA CLAUDI RODRIGUES DA SILVA
Matrícula:5942758/1 Período:02/10/23 a 31/10/23Exercício:2023
Unidade:EE. Prof Leonidas Montes/Abaetetuba
PORTARIA nº.: 534/2023 de 04/09/2023
Nome: KRINGERLY BAIA PINHEIRO
Matrícula:57217889/1 Período:02/10/23 a 31/10/23Exercício:2023
Unidade:UT de Educação Especial de Abaetetuba/abaetetuba
PORTARIA nº.:214/2023 de 04/09/2023
Nome: DURVAL LEAL PINHEIRO
Matrícula:5555507/3 Período:30/11/23 a 13/01/24Exercício:2021
Unidade:EE Manoel Antônio de Castro Sede Vinc/Igarapé-Miri
PORTARIA nº.: 195/2023 DE 04/09/2023
Nome: LILIAN CRISTINA CORREA SACRAMENTO
Matrícula:57227149/1 Período:02/10/23 a 31/10/23Exercício:2022
Unidade:EE Manoel Antônio de Castro Sede Vic/Igarapé-Miri
PORTARIA nº.: 217/2023 de 04/09/2023
Nome: SUELLEN CRISTINA VIDAL COSTA
Matrícula:5948331/1 Período:18/09/23 a 17/10/23Exercício:
Unidade:EE Cristo Redentor/Abaetetuba
PORTARIA nº.: 414/2023 de 30/09/2023
Nome: MARIA LINDALVA DO NASCIMENTO SILVA
Matrícula:5062497/2 Período08/11/23 a 22/12/23Exercício:
Unidade:EE Padre Sales/Capanema
PORTARIA nº.: 007674/2023 de 05/09/2023
Nome: FABIO BATISTA DA COSTA
Matrícula:57224203/1 Período:06/11/23 a 05/12/23Exercício:2023
Unidade: Divisão de Registro e Movimentação de Pessoal/Belém
PORTARIA nº.: 007690/2023 de 06/09/2023
Nome: ANA CLAUDIA ANDRADE MORAES
Matrícula:5899556/2 Período:02/10/23 a 16/10/23Exercício:2023
Unidade:EE Alexandre Zacarias de Assunção/Belém
PORTARIA nº.: 17/2023 de 06/09/2023
Nome: IRILENE DA SILVA FERREIRA
Matrícula:57208282/1 Período:17/11/23 a 31/12/23Exercício:2022
Unidade:EE. Aureliana Monteiro/Ponta de Pedras
PORTARIA nº.: 019/2023 de 31/09/2023
Nome: LUIZ CARLOS SILVA DE BRITO
Matrícula:5782775/2 Período:20/11/23 a 03/01/24Exercício:
Unidade:EEE Médio Dalcídio Jurandir/Ponta de Pedras
PORTARIA nº.: 127/2023 de 31/08/2023
Nome:JOÃO NETO SOUSA RODRIGUES
Matrícula:57201820/2 Período:15/09/23 a 29/10/23Exercício:2022
Unidade: Diretoria Regional de Ensino DRE/Óbidos
PORTARIA nº.: 033/2023 de 26/06/2023
Nome:ANDRESSA CRISTHINY SILVA DOS SANTOS
Matrícula:5951594/1 Período:16/10/23 a 14/11/23Exercício:2023
Unidade:EEEM Professor Geraldo Angelo Pereira/Tucumã
PORTARIA nº.: 372/2023 de 21/07/2023
Nome:ELIZA DA SILVA FERREIRA
Matrícula:5967652/1 Período:01/09/23 a 30/09/23Exercício:2023
Unidade:EE Oliveira Brito/Capanema
PORTARIA nº.:73/2023 de 28/06/2023
Nome: RAIMUNDO NONATO CARVALHO DA SILVA
Matrícula:55208342/1 Período:01/08/23 a 30/08/23Exercício:23
Unidade:EIEEFM Francisco Romão Tembé/Capitão Poço
PORTARIA nº.: 356/2023 de 30/06/2023
Nome: ANGELA NEVES DE OLIVEIRA
Matrícula:57214650/1 Período:01/09/23 a 30/09/23Exercício:2023
Unidade:EEEFM.Pe. Luciano Calderara/Viseu
PORTARIA nº.: 391/2023 de 20/07/2023
Nome: ROGIANE ALVES DA SILVA
Matrícula:57208636/1Período:16/11/23 a 30/12/23Exercício:2023
Unidade:EEEFM.
PORTARIA nº.: 372/2023 de 21/07/2023
Nome: ELIZA DA SILVA FERREIRA
Matrícula:5967652/1 Período:01/09/23 a 30/09/23Exercício:2023
Unidade:EE Oliveira Brito/Capanema
PORTARIA nº.: 73/2023 de 28/06/2023
Nome: RAIMUNDO NONATO CARVALHO DA SILVA
Matrícula:55208342/1 Período:01/08/23 a 30/08/23Exercício:2023
Unidade:EIEEFM Francisco Romão Tembé/Capital Poço
PORTARIA nº.: 007720/2023 de 06/09/2023
Nome:ANDREA CRISTINA MORAIS LEITE SOUSA
Matrícula:57224240/1Período:02/10/23 a 31/10/23Exercício:2023
Unidade:EE Prof Maria Araújo de Figueiredo/Ananindeua
PORTARIA nº.: 007728/2023 de 06/09/2023
Nome: ELIANE NUNES SIMÕES
Matrícula:5943069/1 Período:01/11/23 a 30/11/23Exercício:2023
Unidade:EEEF Paracury II/Icoaraci
PORTARIA nº.: 007727/2023 de 06/09/2023
Nome: ESTER OLIVEIRA DOS SANTOS
Matrícula:5942023/1 Período:01/11/23 a 30/11/23Exercício:2023
Unidade:EEEF Paracury II/Icoaraci

PORTARIA nº.: 007726/2023 de 06/09/2023
Nome:JOÃO VITOR SANTIAGO DA SILVA
Matrícula:57214424/1 Período:01/11/23 a 30/11/23Exercício:2023
Unidade:EE Prof José Edmundo Queiroz/Marituba
PORTARIA nº.: 007725/2023 de 06/09/2023
Nome: JOÃO ROBERTO LOPES DA SILVA
Matrícula:57208496/1 Período:20/11/23 a 03/01/24Exercício:2023
Unidade:EEEFM.Novo Horizonte/Ananindeua
PORTARIA nº.:007724/2023 de 06/09/2023
Nome: WANY MARCELE COSTA GOES DIAS
Matrícula:5901723/1 Período:01/11/23 a 15/12/23Exercício:2023
Unidade:EE Prof Joaquim Viana/Ananindeua
PORTARIA nº.: 007723/2023 de 06/09/2023
Nome: RAMON SILVA MULLER
Matrícula:5941908/1 Período:01/10/23 a 30/10/23Exercício:2023
Unidade:EE Nedaulino Vianna da Silveira/Ananindeua
PORTARIA nº.: 007722/20203 de 06/09/2023
Nome: JOSÉ AURELIO LAMEIRA FERREIRA
Matrícula:239348/1 Período:02/10/23 a 31/10/23Exercício:2022
Unidade:EE. Dep Armando Correa/Ananindeua
PORTARIA nº.: 007721/2023 de 06/09/2023
Nome: SAMIA CAROLINA GOMES DO ROSARIO
Matrícula:572190316/3 Período:02/10/23 a 15/11/23Exercício:2022
Unidade:CCE. Mateus Henrique Furtado APAE/Ananindeua
TORNAR SEM EFEITO
PORTARIA nº.: 7675/2023 de 05/09/2023
Tornar sem efeito a PORTARIA nº 006707/2023 de 21/07/2023, que concedeu 45 dias de férias, no período de 01/09/2023 a 15/10/2023, a servidora REGINA LIMA GUIMARAES, matricula nº 304719/1, Professor, lotada na EEEFM Prof Antonio Carlos Gomes da Costa/Ananindeua referente ao exercício de 2018.
ERRATA
ERRATA na Publicação da PORTARIA nº.: 007632/2023 de 04/09/2023
Nome:WANESSA DA SILVA REBELO
Onde se lê:PORTARIA nº:007415/2023 de 04/09/2023
Leia-se:PORTARIA nº:007632/2023 de 04/09/2023
Publicada no Diário Oficial nº. 35532/2023 de 11/09/2023

Protocolo: 984897

REVOGAR
Portaria n.º: 7797/2023 de 11/09/2023
De acordo com processo nº 2023/894318
Revogar, a contar de 01/08/2023, a Portaria nº 001491/2020 de 11/03/2020, que concedeu Gratificação de Tempo Integral, no percentual de 60% (SESSENTA PORCENTO), ao servidor JOSE ALONSO MONTEIRO MARTINS, matricula nº 57213666/1, Auxiliar Operacional e Educacional B, lotado na Diretoria de Assistencia ao Estudante/Belém.

Protocolo: 984972

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

PORTARIA

PROGRESSÃO FUNCIONAL TÉCNICO ADMINISTRATIVO
PROTOCOLO:2022/1232347
PORTARIA N° 3596/23, de 11 de setembro de 2023.
R E S O L V E: CONCEDER à servidora OCILENE DO SOCORRO FERREIRA CARVALHO, Id. Funcional nº 2016451/3, cargo de Auxiliar Administrativo A - I, lotada na BIBLIOTECA CENTRAL, Progressão Funcional Por Tempo de Serviço aos períodos aquisitivos 23/09/2017 a 22/09/2019 e 23/09/2019 a 22/09/2021, para referencia III da Classe A, do cargo de Auxiliar Administrativo, integrante do Quadro Suplementar de Cargos em Extinção dos servidores Técnicos, Administrativos e Operacionais da UEPA, para regularização de progressão funcional, com vigência retroativa a contar de 23.09.2022.
CLAY ANDERSON NUNES CHAGAS
Reitor da UEPA

Protocolo: 984677

HOMOLOGAÇÃO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO/ TÉCNICO ADMINISTRATIVO
PROTOCOLO:2021/426533
PORTARIA N° 3582/23, de 11 de setembro de 2023
R E S O L V E:
HOMOLOGAR, o resultado da Avaliação que considerou APROVADO (A) no estágio probatório o(a) servidor(a) desta Instituição de Ensino Superior abaixo discriminado(a), reconhecendo APTO(A), para o exercício do cargo efetivo.

NOME	ID. FUNCIONAL	CARGO	CONCEITO
DAVID CARVALHO DE SOUSA	5957072/ 1	AGENTE ADMINISTRATIVO A	EXCELENTE

CLAY ANDERSON NUNES CHAGAS
Reitor da UEPA

PROTOCOLO:2021/394814
PORTARIA N° 3583/23, de 11 de setembro de 2023
R E S O L V E:
HOMOLOGAR, o resultado da Avaliação que considerou APROVADO (A) no estágio probatório o(a) servidor(a) desta Instituição de Ensino Superior abaixo discriminado(a), reconhecendo APTO(A), para o exercício do cargo efetivo.

NOME	ID. FUNCIONAL	CARGO	CONCEITO
LAIZE TEIXEIRA ARAUJO	5936160/ 3	TECNICO A - CIÊNCIAS CONTÁBEIS	EXCELENTE

CLAY ANDERSON NUNES CHAGAS
Reitor da UEPA

Protocolo: 984672

PERMUTA DE GRATIFICAÇÃO DE TEMPO INTEGRAL
PROTOCOLO: 2023/687501
PORTARIA N° 3585/23, de 11 de setembro de 2023.
R E S O L V E:
Art. 1º - CONCEDER ao(a) servidor(a) PAULO OTAVIO GORDO DE SOUZA, Id. Funcional nº 5909705/ 4, cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO A, lotado na DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS - DARF, gratificação de tempo integral, em percentual fixado de 60% (sessenta por cento), incidente sobre o vencimento do cargo, a contar de 07.08.2023.
Art. 2º - CESSAR, a contar de 07.08.2023 a gratificação de tempo integral do(a) servidor(a) LUIZ CARLOS PRESTES CARNEIRO, Id. Funcional nº 3154220/1, cargo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, lotado na DIRETORIA DO SERVIÇO DE PROCESSAMENTO DE DADOS, em virtude de permuta da referida gratificação.
CLAY ANDERSON NUNES CHAGAS
Reitor da UEPA

Protocolo: 984675

NOMEAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO
PROTOCOLO: 2023/993424
PORTARIA N° 3597/23, de 11 de setembro de 2023.
R E S O L V E : NOMEAR, LUANNA DE MELO PEREIRA FERNANDES, Id. Funcional: 5947179/ 2, para exercer o cargo em comissão de COORDENADOR DE PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU - CCBS, Código GEP-DAS-011.2, a contar de 01.09.2023.
CLAY ANDERSON NUNES CHAGAS
Reitor da UEPA

Protocolo: 984680

ADMISSÃO DE SERVIDOR

NOMEAÇÃO PARA CARGO EFETIVO - CONCURSO PÚBLICO EDITAL 080/2019-UEPA
PROTOCOLO:2023/468130
PORTARIA N° 3606/23, de 11 de setembro de 2023.
R E S O L V E : NOMEAR em função de aprovação em Concurso Público, ANTONIO PAULO GUIMARÃES CAMPOS, para exercer o cargo de ARTÍFICE DE MANUTENÇÃO, lotado(a) no CAMPUS V - CCNT.
CLAY ANDERSON NUNES CHAGAS
Reitor da UEPA

Protocolo: 984685

LICENÇA PRÊMIO

LICENÇA PRÊMIO
PROTOCOLO:2023/694133
PORTARIA N° 3564/23, de 06 de setembro de 2023.
R E S O L V E: CONCEDER ao(a) servidor(a) TANIA ROBERTA COSTA DE OLIVEIRA, Id. Funcional nº 5066522/ 2, cargo de PROFESSOR ASSISTENTE - III, lotado(a) no(a) DEPARTAMENTO DE CIENCIAS NATURAIS, 120 (cento e vinte) dias de Licença Prêmio, no período de 01.09.2023 a 29.12.2023, referente aos triênios:
01.04.2013 a 31.03.2016 = 60 (sessenta) dias;
01.04.2016 a 31.03.2019 = 60 (sessenta) dias.
CLAY ANDERSON NUNES CHAGAS
Reitor da UEPA
PROTOCOLO:2023/268614
PORTARIA N° 3565/23, de 06 de setembro de 2023.
R E S O L V E: CONCEDER ao(a) servidor(a) NUBIA SUELY SILVA SANTOS, Id. Funcional nº 5824311/ 2, cargo de PROFESSOR ADJUNTO - IV, lotado(a) no(a) DEPARTAMENTODE DESENHO INDUSTRIAL, 60 (sessenta) dias de Licença Prêmio, referente ao triênio 02.03.2014 a 01.03.2017, no período de 15.08.2023 a 13.10.2023.
CLAY ANDERSON NUNES CHAGAS
Reitor da UEPA

Protocolo: 984669

LICENÇA MATERNIDADE

LICENÇA MATERNIDADE
PROTOCOLO:2023/1018888
PORTARIA N° 3581/23, de 11 de setembro de 2023.
R E S O L V E: CONCEDER a servidora PRISCILA SUELYNE BARBOSA FEITOSA SANTIAGO, Id. Funcional nº 97571493/ 2, cargo de TECNICO A, lotada na

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA DO CAMPUS II, 180 (cento e oitenta) dias de Licença Maternidade, no período de 30.08.2023 a 25.02.2024.
CLAY ANDERSON NUNES CHAGAS
Reitor da UEPA

Protocolo: 984671

DESIGNAR SERVIDOR

DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR
PROTOCOLO: 2023/1015041
PORTARIA N° 3556/23, de 06 de setembro de 2023.
R E S O L V E :
Art. 1º DESIGNAR os servidores abaixo para compor comissão para investigar e apurar a suposta divulgação antecipada do Edital de Concurso Público para Docente do Centro de Ciências Sociais e Educação (CCSE) desta Universidade.

PRESIDENTE	ID FUNCIONAL
THIAGO NICOLAU MAGALHAES DE SOUZA CONTE	57173986/ 3
MEMBROS	
ANIBAL CORREIA BRITO NETO	54181345/ 3
MARCIO DE SOUZA PESSOA	5902710/ 1

Art. 2º - Esta PORTARIA entra em vigor à partir da data de publicação.
CLAY ANDERSON NUNES CHAGAS
Reitor da UEPA

Protocolo: 984668

TERMO ADITIVO A CONTRATO

ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO
CONTRATO N° 15/2022 - UEPA
PAE No 2022/1542358 - UEPA
PAE ORIGINÁRIO No 2021/1363353
CONCORRÊNCIA PÚBLICA No 001/2022 -UEPA
Nº TERMO: 4
CLASSIFICAÇÃO: Obra
DATA DE ASSINATURA: 06/09/2023
MOTIVO: Reprogramação de Serviço
JUSTIFICATIVA: Prorrogação de Vigência do contrato n° 15/2022 - UEPA
INÍCIO DA VIGÊNCIA DESTE TERMO ADITIVO: 09/09/2023
TÉRMINO DA VIGÊNCIA: 23/10/2023
FORO: BELÉM/PA
CONTRATADO
EMPRESA:CACTUS CONSTRUÇÕES INDÚSTRIA E INCORPORAÇÕES LTDA.
PERSONALIDADE: Pessoa Jurídica
CNPJ nº no 83.317.529/0001-60,
ENDEREÇO: Rua do Contorno, 779
BAIRRO: Célio Miranda
CIDADE: Paragominas
UF: PA
CEP: 68.625-245
ORDENADOR
NOME: CLAY ANDERSON NUNES CHAGAS

Protocolo: 984577

ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO
CONTRATO N° 16/2022 - UEPA
PAE No 2023/942986 - UEPA
PAE ORIGINÁRIO No 2021/1363353
CONCORRÊNCIA PÚBLICA No 001/2022 -UEPA
Nº TERMO: 3
CLASSIFICAÇÃO: Obra
DATA DE ASSINATURA: 06/09/2023
MOTIVO: Reprogramação de Serviço
JUSTIFICATIVA: Prorrogação de Vigência do contrato n° 16/2022 - UEPA
INÍCIO DA VIGÊNCIA DESTE TERMO ADITIVO: 09/09/2023
TÉRMINO DA VIGÊNCIA: 23/10/2023
FORO: BELÉM/PA
CONTRATADO
EMPRESA:CACTUS CONSTRUÇÕES INDÚSTRIA E INCORPORAÇÕES LTDA.
PERSONALIDADE: Pessoa Jurídica
CNPJ nº no 83.317.529/0001-60
ENDEREÇO: Rua do Contorno, 779
BAIRRO: Célio Miranda
CIDADE: Paragominas
UF: PA
CEP: 68.625-245
ORDENADOR
NOME: CLAY ANDERSON NUNES CHAGAS

Protocolo: 984580

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
Nº. DA LICITAÇÃO E O ANO: 33/2023
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO TRADICIONAL
CLASSIFICAÇÃO: - Outros
OBJETO: Aquisição de material de consumo e permanente para atender as aulas do Curso de Fisioterapia nos Campi de Belém, Santarém e Tucuruí em seus laboratórios de prática da UEPA. ENTREGA DO EDITAL: O Edital encontra-se acessível nos sites: www.gov.br/compras/pt-br/, www.compraspara.pa.gov.br e www.uepa.br, a partir do dia 12/09/2023.
RESPONSÁVEL PELO CERTAME
NOME: Raphael Alex Ferreira
ABERTURA
LOCAL: UASG 925611 - https://www.gov.br/compras/pt-br/
DATA: 22/09/2023
HORA: 10h
ORÇAMENTO
PROGRAMA DE TRABALHO: 74201.12.364.1506.7602 e 74201.12.364.1506.8870
FONTE E ORIGEM DO RECURSO: 0.2.500.0000.01-000000 e 0.1.500.1001.02
NATUREZA DA DESPESA: 449052 e 339030
ORDENADOR RESPONSÁVEL:
CPF: 582.136.862-68
NOME: Clay Anderson Nunes Chagas

Protocolo: 984651

SUPRIMENTO DE FUNDO

SUPRIMENTO DE FUNDO
PORTARIA N° 3610/2023, DE 11 DE SETEMBRO DE 2023.
Prazos: Para aplicação 30 (trinta) dias a contar da data do pagamento, Para prestação de contas 15 (quinze) dias após a aplicação.
Cargo: DIRETOR DO CENTRO DE CIENCIAS SOCIAIS
Nome: ANDERSON MADSON OLIVEIRA MAIA
Matrícula Funcional: 5836760/ 3
Valor: R$ 6.000,00
Prog. de Trabalho: 74201 12 364 1506 8870
Fonte: 01.500.1001.02
339030_ R$ 3.000,00
339039_ R$ 3.000,00
PORTARIA N° 3612/2023, DE 11 DE SETEMBRO DE 2023.
Prazos: Para aplicação 30 (trinta) dias a contar da data do pagamento, Para prestação de contas 15 (quinze) dias após a aplicação.
Cargo: COORDENADOR ADMINISTRATIVO DE CAMPUS
Nome: ANA CRISTINA CUNHA MENDONCA SIMAS
Matrícula Funcional: 5522609/ 5
Valor: R$ 350,00
Prog. de Trabalho: 74201 12 571 1506 8473
Fonte: 01.500.1001.02
339030_ R$ 350,00
PORTARIA N° 3613/2023, DE 11 DE SETEMBRO DE 2023.
Prazos: Para aplicação 30 (trinta) dias a contar da data do pagamento, Para prestação de contas 15 (quinze) dias após a aplicação.
Cargo: PROFESSOR ASSISTENTE
Nome: MIRIAN ROSA PEREIRA
Matrícula Funcional: 57230001/ 4
Valor: R$ 1.900,00
Prog. de Trabalho: 74201 12 571 1506 8473
Fonte: 01.500.1001.02
339030_ R$ 1.900,00
PORTARIA N° 3614/2023, DE 11 DE SETEMBRO DE 2023.
Prazos: Para aplicação 30 (trinta) dias a contar da data do pagamento, Para prestação de contas 15 (quinze) dias após a aplicação.
Cargo: TECNICO A
Nome: RAFAELA DA SILVA VALENTE
Matrícula Funcional: 5909443/ 3
Valor: R$ 270,00
Prog. de Trabalho: 74201 12 571 1506 8473
Fonte: 01.500.1001.02
339030_ R$ 270,00
PORTARIA N° 3615/2023, DE 11 DE SETEMBRO DE 2023.
Prazos: Para aplicação 30 (trinta) dias a contar da data do pagamento, Para prestação de contas 15 (quinze) dias após a aplicação.
Cargo: COORDENADOR DE CAMPUS DE INTERIORIZAÇÃO
Nome: RENATO FERREIRA CARR
Matrícula Funcional: 5719100/ 2
Valor: R$ 600,00
Prog. de Trabalho: 74201 12 571 1506 8473
Fonte: 01.500.1001.02
339030_ R$ 600,00

PORTARIA N° 3616/2023, DE 11 DE SETEMBRO DE 2023.
Prazos: Para aplicação 30 (trinta) dias a contar da data do pagamento, Para prestação de contas 15 (quinze) dias após a aplicação.
Cargo: CHEFE DE GABINETE DE CENTRO CIENCIAS
Nome: MATILDE DIAS DA COSTA
Matrícula Funcional: 5916627/ 5
Valor: R$ 2.000,00
Prog. de Trabalho: 74201 12 571 1506 8473
Fonte: 01.500.1001.02
339030_ R$ 2.000,00
ORTARIA Nº 3617/2023, DE 11 DE SETEMBRO DE 2023.
Prazos: Para aplicação 30 (trinta) dias a contar da data do pagamento, Para prestação de contas 15 (quinze) dias após a aplicação.
Cargo: COORDENADOR ADMINISTRATIVO DE CAMPUS
Nome: RAIMUNDA DE LIMA SILVA FILHA
Matrícula Funcional: 57202204/ 7
Valor: R$ 1.400,00
Prog. de Trabalho: 74201 12 571 1506 8473
Fonte: 01.500.1001.02
339030_ R$ 1.400,00
Ordenador Responsável
CARLOS JOSE CAPELA BISPO
Pró-Reitor de Gestão e Planejamento..

Protocolo: 984721

SUPRIMENTO DE FUNDO
PORTARIA N° 3611/2023, DE 11 DE SETEMBRO DE 2023.
Prazos: Para aplicação 15 (quinze) dias a contar da data do pagamento, Para prestação de contas 5 (cinco) dias após a aplicação.
Cargo: AGENTE ADMINISTRATIVO C
Nome: ELIANAY AVELAR DO NASCIMENTO
Matrícula Funcional: 57200834/ 1
Valor: R$ 1.500,00
Prog. de Trabalho: 74201 12 364 1506 8870
Fonte: 025990000.61
339036_ R$ 1.500,00
Ordenador Responsável
CLAY ANDERSON NUNES CHAGAS
Reitor da Universidade do Estado do Pará.

Protocolo: 984709

DIÁRIA

DIÁRIAS
PROTOCOLO: 2023/992759
PORTARIA N° 3449/23, 01 de setembro de 2023
CONCEDER ao servidor (a) CESAR AUGUSTO DE SOUZA SANTOS, Id.Funcional nº 5076609/ 1, no cargo de PROFESSOR ADJUNTO, lotado (a) no (a) DEPARTAMENTO DE CIENCIAS DE MOVIMENTO HUMANO, 2,5 (duas e meia)Diárias, devido seu deslocamento de Belém/PA ao município de Tucuruí/PA, no período de 04/09/2023 a 06/09/2023, para participar de banca do concurso.
PROTOCOLO: 2023/992694
PORTARIA N° 3445/23, 01 de setembro de 2023.
CONCEDER ao servidor (a) TATIANE BAHIA DO VALE SILVA, Id.Funcional nº 5924612/2, no cargo de PROFESSOR AUXILIAR, lotado (a) no (a) CAMPUS DE TUCURUI, 2,5 (duas e meia) Diárias, devido seu deslocamento de Parauapebas/PA ao município de Marabá/PA, no período de 04/09/2023 a 06/09/2023, para participar de banca do concurso
PROTOCOLO: 2023/974598
PORTARIA N° 3570/23, 11 de setembro de 2023
CONCEDER ao servidor (a) CINTIA MAIA SANTOS, Id.Funcional nº 57229587/ 3, no cargo de PROFESSOR SUBSTITUTO, lotado (a) no (a) CAMPUS DE CONCEICAO DO ARAGUAIA, 6,5 (seis e meia) Diárias, devido seu deslocamento de Conceição do Araguaia/PA ao município de Redenção/PA, no período 25/09/2023 a 01/10/2023, para ministrar disciplina.
PROTOCOLO: 2023/992796
PORTARIA N° 3450/23, 01 de setembro de 2023.
CONCEDER ao servidor (a) DAYSE DANIELLE DE OLIVEIRA SILVA, Id.Funcional nº 54190035/ 3, no cargo de PROFESSOR ADJUNTO, lotado (a) no (a) DEPARTAMENTO DE CIENCIAS DE MOVIMENTO HUMANO, 2,5 (duas e meia) Diárias, devido seu deslocamento de Belém/PA ao município de Tucuruí/PA, no período de 04/09/2023 a 06/09/2023, para participar de banca do concurso.
PROTOCOLO: 2023/992736
PORTARIA N° 3451/23, 01 de setembro de 2023.
CONCEDER ao servidor (a) RODOLFO GOMES DO NASCIMENTO, Id.Funcional nº 5888901/ 3, no cargo de PROFESSOR AUXILIAR, lotado (a) no (a) CAMPUS DE TUCURUI, 2,5 (duas e meia) Diárias, devido seu deslocamento de Belém/PA ao município de Tucuruí/PA, no período de 04/09/2023 a 06/09/2023, para participar de banca do concurso.
PROTOCOLO: 2023/989278
PORTARIA N° 3419/23, 01 de setembro de 2023
CONCEDER ao servidor (a) JOFRE JACOB DA SILVA FREITAS, Id.Funcional nº 5041201/ 2, no cargo de PRO REITOR DE PESQUISA E POS GRADUACAO, lotado (a) no (a) PRO REITORIA DE PESQUISA E POS GRADUACAO, 2,5(duas e meia) Diárias, devido seu deslocamento de Belém/PA ao município de Marabá/PA, no período de 04/09/2023 a 06/09/2023, para participar da 1ª fase do Concurso Público Docente.
PROTOCOLO: 2023/989391
PORTARIA N° 3422/23, 01 de setembro de 2023
CONCEDER ao servidor (a) PRISCILA XAVIER DE ARAUJO, Id.Funcional nº 5941027/ 1,no cargo de PROFESSOR ADJUNTO, lotado (a) no (a) CAMPUS DE MARABA, 2,5 (duas e meia) Diárias, devido seu deslocamento de Belém/PA ao município de Tucuruí/PA, no período de 04/09/2023 a 06/09/2023, para participar da 1ª fase do Concurso Público Docente.
PROTOCOLO: 2023/988880
PORTARIA N° 3421/23, 01 de setembro de 2023
CONCEDER ao servidor (a) RAPHAEL DO NASCIMENTO GENTIL, Id.Funcional nº 54196793/ 2, no cargo de PROFESSOR ASSISTENTE, lotado (a) no (a) CAMPUS DECONCEICAO DO ARAGUAIA, 2,5 (duas e meia) Diárias, devido seu deslocamento de Belém/PA ao município de Tucuruí/PA, no período de 04/09/2023 a 06/09/2023, para participar da 1ª fase do Concurso Público Docente.
PROTOCOLO: 2023/993433
PORTARIA N° 3439/23, 01 de setembro de 2023.
CONCEDER ao servidor (a) GEORGE ALBERTO DA SILVA DIAS, Id.Funcional nº 5922595/ 1, no cargo de PROFESSOR ADJUNTO, lotado (a) no (a) DEPARTAMENTO DE CIENCIAS DE MOVIMENTO HUMANO, 2,5 (duas e meia) Diárias, devido seu deslocamento de Belém/PA ao município de Santarém/PA, no período de 04/09/2023 a 06/09/2023, para participar de banca do concurso.
PROTOCOLO: 2023/993426
PORTARIA N° 3440/23, 01 de setembro de 2023.
CONCEDER ao servidor (a) MOISES SIMAO SANTA ROSA DE SOUSA, Id. Funcional nº 5429439/ 3, no cargo de PROFESSOR ADJUNTO, lotado (a) no (a) DEPARTAMENTO DE DESPORTO, 2,5 (duas e meia) Diárias, devido seu deslocamento de Belém/PA ao município de Santarém/PA, no período de 04/09/2023 a 06/09/2023, para participar de banca do concurso.
PROTOCOLO: 2023/964310
PORTARIA N° 3571/23, 11 de setembro de 2023
CONCEDER ao servidor (a) JERONIMO CAVALCANTE DANTAS DA SILVA, Id.Funcional nº 5914183/ 3, no cargo de PROFESSOR SUBSTITUTO, lotado (a) no (a) CAMPUS DE CONCEICAO DO ARAGUAIA, 19,5 (dezenove e meia) Diárias, devido seu deslocamento de Conceição do Araguaia/PA ao município de Igarapé - Açu/PA, no período de 10/09/2023 a 29/09/2023, para ministrar disciplina.
PROTOCOLO: 2023/945893
PORTARIA N° 3572/23, 11 de setembro de 2023
CONCEDER ao servidor (a) BENEDITO TAVARES BECHARA RESQUE JUNIOR, Id.Funcional nº 5930324/ 2, no cargo de PROFESSOR SUBSTITUTO, lotado (a) no (a) DEPARTAMENTO DE CIENCIAS NATURAIS, 15,5 (quinze e meia) Diárias, devido seu deslocamento de Belém/PA ao município de Paragominas/PA, no período de 21/09/2023 a 06/10/2023, para ministrar disciplina.
PROTOCOLO: 2023/973618
PORTARIA N° 3573/23, 11 de setembro de 2023
CONCEDER ao servidor (a) KEILA VASCONCELOS FERNANDEZ, Id.Funcional nº 57219570/ 3, no cargo de PROFESSOR SUBSTITUTO, lotado (a) no (a) DEPARTAMENTO DE DESENHO INDUSTRIAL, 13,5 (treze e meia) Diárias, devido seu deslocamento de Belém/PA ao município de Paragominas/PA, no período de 18/09/2023 a 01/10/2023, para ministrar disciplina.
PROTOCOLO: 2023/974549
PORTARIA N° 3574/23, 11 de setembro de 2023.
CONCEDER ao servidor (a) RAIMUNDO SERGIO DE FARIAS JUNIOR, Id. Funcional nº 57208590/ 2, no cargo de PROFESSOR ADJUNTO, lotado (a) no (a) CAMPUS DE BARCARENA, 14,5 (quatorze e meia) Diárias, devido seu deslocamento de Barcarena/PA ao município de Moju/PA, no período 17/10/2023 a 31/10/2023, para ministrar disciplina.
PROTOCOLO: 2023/964681
PORTARIA N° 3575/23, 11 de setembro de 2023.
CONCEDER ao servidor (a) MARCELO JOSE RAIOL SOUZA, Id.Funcional nº 57188507/ 2, no cargo de PROFESSOR ADJUNTO, lotado (a) no (a) DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DE MADEIRA, 13,5 (treze e meia) Diárias, devido seu deslocamento de Belém/PA ao município de Castanhal/PA, nos períodos de 28/09/2023 a 03/10/2023, 05/10/2023 a 10/10/2023, 17/10/2023 a 19/10/2023 para ministrar disciplina.
PROTOCOLO: 2023/974488
PORTARIA N° 3576/23, 11 de setembro de 2023.
CONCEDER ao servidor (a) RAIMUNDO SERGIO DE FARIAS JUNIOR, Id. Funcional nº 57208590/ 2, no cargo de PROFESSOR ADJUNTO, lotado (a) no (a) CAMPUS DE BARCARENA, 29,5 (vinte e nove e meia) Diárias, devido seu deslocamento de Barcarena/PA ao município de Moju/PA, no período 11/09/2023 a 10/10/2023, para ministrar disciplina.

PROTOCOLO: 2023/991821
PORTARIA N° 3577/23, 11 de setembro de 2023.
CONCEDER ao servidor (a) MARCOS PEDRO DE PAIVA ELIAS, Id.Funcional nº 5820936/ 2, no cargo de PROFESSOR ASSISTENTE, lotado (a) no (a) CAMPUS DE IGARAPE ACU, 16,5 (dezesseis e meia) Diárias, devido seu deslocamento de Igarapé-Açu/PA ao município de Salvaterra/PA, no período de 26/10/2023 a 11/11/2023, para ministrar disciplina.
PROTOCOLO: 2023/991727
PORTARIA N° 3578/23, 11 de setembro de 2023.
CONCEDER ao servidor (a) MARCOS PEDRO DE PAIVA ELIAS, Id.Funcional nº 5820936/ 2, no cargo de PROFESSOR ASSISTENTE, lotado (a) no (a) CAMPUS DE IGARAPE ACU, 27,5 (vinte e sete e meia) Diárias, devido seu deslocamento de Igarapé-Açu/PA ao município de Salvaterra/PA, no período de 28/09/2023 a 25/10/2023, para ministrar disciplina.
PROTOCOLO: 2023/1006392
PORTARIA N° 3579/23, 11 de setembro de 2023.
CONCEDER ao servidor (a) JOSE ANCHIETA DE OLIVEIRA BENTES, Id.Funcional nº 5380286/ 3, no cargo de PROFESSOR ADJUNTO, lotado (a) no (a) DEPARTAMENTO DE LINGUA E LITERATURA, 6,5 (seis e meia) Diárias, devido seu deslocamento de Belém/PA ao município de Manaus/AM, no período de 21/10/2023 a 27/10/2023, para participar de reunião.
PROTOCOLO: 2023/1006286
PORTARIA N° 3586/23, 11 de setembro de 2023.
CONCEDER ao servidor (a) JOAO COLARES DA MOTA NETO, Id.Funcional nº 54196476/ 4, no cargo de PROFESSOR ADJUNTO, lotado (a) no (a) DEPARTAMENTO DE EDUCACAO GERAL, 6,5 (seis e meia) Diárias, devido seu deslocamento de Belém/PA ao município de Manaus/AM, no período de 21/10/2023 a 27/10/2023, para participar de reunião.
PROTOCOLO: 2023/1019579
PORTARIA N° 3600/23, 11 de setembro de 2023.
CONCEDER ao servidor (a) PRISCYLA CRISTINNY SANTIAGO DA LUZ, Id. Funcional nº 55587223/ 3, no cargo de PROFESSOR ADJUNTO, lotado (a) no (a) CAMPUS DO MOJU, 5,5 (cinco e meia) Diárias, devido seu deslocamento de Moju/PA ao município de Belém/PA, no período de 26/09/2023 a 01/10/2023, para ministrar disciplina.
PROTOCOLO: 2023/1019881
PORTARIA N° 3601/23, 11 de setembro de 2023.
CONCEDER ao servidor (a) PRISCYLA CRISTINNY SANTIAGO DA LUZ, Id. Funcional nº 55587223/ 3, no cargo de PROFESSOR ADJUNTO, lotado (a) no (a) CAMPUS DO MOJU, 5,5 (cinco e meia) Diárias, devido seu deslocamento de Moju/PA ao município de Belém/PA, no período de 17/10/2023 a 22/10/2023, para ministrar disciplina.
PROTOCOLO: 2023/980047
PORTARIA N° 3370/23, 30 de agosto de 2023
CONCEDER ao servidor (a) LUCIANE DO SOCORRO NUNES DOS SANTOS BRASIL, Id.Funcional nº 54195972/ 1, no cargo de PROFESSOR ADJUNTO, lotado (a) no (a) DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DE ALIMENTOS, 2,5 (duas e meia) Diárias, devido seu deslocamento de Belém/PA ao município de Cametá/PA, no período 30/08/2023 a 01/09/2023, para participar da banca do concurso público.
PROTOCOLO; 2023/979888
PORTARIA N°3373/23, 30 de agosto de 2023
CONCEDER ao servidor (a) MARIANA PEREIRA CARNEIRO BARATA, Id.Funcional nº 3540018/ 1, no cargo de PROFESSOR ADJUNTO, lotado (a) no (a) CAMPUS DE CASTANHAL, 2,5 (duas e meia) Diárias, devido seu deslocamento de Belém/PA ao município de Marabá/PA, no período de 30/08/2023 a 01/09/2023, para participar da banca do concurso público.
PROTOCOLO: 2023/979732
PORTARIA N°3375/23, 30 de agosto de 2023
CONCEDER ao servidor (a) DARCI AUGUSTO MOREIRA, Id.Funcional nº 57193213/ 1,no cargo de PROFESSOR ASSISTENTE, lotado (a) no (a) DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA DE PRODUCAO, 2,5 (duas e meia) Diárias, devido seu deslocamento de Belém/PA ao município de Marabá/PA, no período de 30/08/2023 a 01/09/2023, para participar da banca do concurso público.
PROTOCOLO: 2023/980027
PORTARIA N°3369/23, 30 de agosto de 2023.
CONCEDER ao servidor (a) MARICELY JANETTE URIA TORO, Id.Funcional nº 54188855/ 1, no cargo de PROFESSOR ADJUNTO, lotado (a) no (a) DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DE ALIMENTOS, 2,5 (duas e meia) Diárias, devido seu deslocamento de Belém/PA ao município de Cametá/PA, no período 30/08/2023 a 01/09/2023, para participar da banca do concurso público.
PROTOCOLO: 2023/979640
PORTARIA N°3379/23, 30 de agosto de 2023.
CONCEDER ao servidor (a) ANDREA FAGUNDES FERREIRA CHAVES, Id. Funcional nº 5860954/ 2, no cargo de PROFESSOR ASSISTENTE, lotado (a) no (a)DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA AMBIENTAL, 2,5 (duas e meia) Diárias, devido seu deslocamento de Belém/PA ao município de Marabá/PA, no período de 30/08/2023 a 01/09/2023, para participar da banca do concurso público.
PROTOCOLO: 2023/979584
PORTARIA N° 3367/23, 30 de agosto de 2023
CONCEDER ao servidor (a) KATIA ANDREIA SOUZA DOS SANTOS BORGES, Id.Funcional nº 55590093/ 2, no cargo de PROFESSOR ASSISTENTE, lotado (a) no (a) DEPARTAMENTO DE EDUCACAO ESPECIALIZADA, 3,5 (três e meia) Diárias, devido seu deslocamento de Belém/PA ao município de Marabá/PA, no período de 11/09/2023 a 14/09/2023, para participar da banca do concurso público.
PROTOCOLO: 2023/979611
PORTARIA N° 3366/23, 30 de agosto de 2023.
CONCEDER ao servidor (a) ANA JULIA SOARES DA SILVA BARBOSA, Id.Funcional nº 57193188/ 1, no cargo de PROFESSOR ADJUNTO, lotado (a) no (a) DEPARTAMENTODE ENGENHARIA AMBIENTAL,2,5 (duas e meia) Diárias, devido seu deslocamento de Belém/PA ao município de Marabá/PA, no período de 30/08/2023 a 01/09/2023, para participar da banca do concurso público.
PROTOCOLO: 2023/988478
PORTARIA N° 3408/23, 31 de agosto de 2023.
CONCEDER ao servidor (a) MARCIO FRANCK DE FIGUEIREDO, Id.Funcional nº 57193299/ 1, no cargo de PROFESSOR ASSISTENTE, lotado (a) no (a) DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DE MADEIRA, 2,5 (duas e meia) Diárias, devido seu deslocamento de Belém/PA ao município de Paragominas/PA,no período de 30/08/2023 a 01/09/2023, para participar da banca de concurso.
PROTOCOLO: 2023/977995
PORTARIA N°3374/23, 30 de agosto de 2023
CONCEDER ao servidor (a) WANDERSON ALEXANDRE DA SILVA QUINTO,Id.Funcional nº 5924640/ 2, no cargo de PROFESSOR ADJUNTO, lotado (a) no CAMPUS DE REDENCAO, 3,5 (três e meia) Diárias, devido seu deslocamento de Belém/PA ao município de Marabá/PA, no período de 29/08/2023 a 01/09/2023, para participar da banca do concurso público.
PROTOCOLO: 2023/979786
PORTARIA N°3380/23, 30 de agosto de 2023.
CONCEDER ao servidor (a) GLEICY KAREN ABDON ALVES PAES, Id.Funcional nº 57188511/ 2, no cargo de PROFESSOR ASSISTENTE, lotado (a) no (a) DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA AMBIENTAL, 2,5 (duas e meia) Diárias, devido seu deslocamento de Belém/PA ao município de Marabá/PA, no período de 30/08/2023 a 01/09/2023, para participar da banca do concurso público.
PROTOCOLO: 2023/978237
PORTARIA N°3376/23, 30 de agosto de 2023.
CONCEDER ao servidor (a) FABIA MARIA DE SOUZA, Id.Funcional nº 5707870/ 4, no cargo de PROFESSOR ADJUNTO, lotado (a) no (a) DEPARTAMENTO DE CIENCIAS SOCIAIS APLICADA, 2,5 (duas e meia) Diárias, devido seu deslocamento de Redenção/PA ao município de Marabá/PA, no período de 30/08/2023 a 01/09/2023, para participar da banca do concurso público.
PROTOCOLO: 2023/977817
PORTARIA N°3350/23, 30 de agosto de 2023.
CONCEDER ao servidor (a) MANOEL MAXIMIANO JUNIOR, Id.Funcional nº 5807689/ 2, no cargo de PROFESSOR ADJUNTO, lotado (a) no (a) DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA DE PRODUCAO, 3,5 (três e meia) Diárias, devido seu deslocamento de Belém/PA ao município de Marabá/PA, no período de 29/08/2023 a 01/09/2023, para participar da banca do concurso público.
PROTOCOLO: 2023/1024649
PORTARIA N° 3605/23, 11 de setembro de 2023.
CONCEDER ao servidor (a) RAYDA MATIAS LIMA, Id.Funcional nº 5910902/ 4, no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO, lotado (a) no (a) CAMPUS DE MARABA, 1,5 (uma e meia) Diárias, devido seu deslocamento de Marabá/PA ao município de Parauapebas/PA, no período de 11/09/2023 a 12/09/2023, para participar da cerimônia de inauguração.
PROTOCOLO: 2023/978987
PORTARIA N°3359/23, 30 de agosto de 2023.
CONCEDER ao servidor (a) NINON ROSE BARRA TAVARES, Id.Funcional nº 54195964/ 1, no cargo de PROFESSOR ASSISTENTE, lotado (a) no (a) DEPARTAMENTO DE DESENHO INDUSTRIAL, 2,5 (duas e meia) Diárias, devido seu deslocamento de Belém/PA ao município de Paragominas/PA, no período de 30/08/2023 a 01/09/2023, para participar da banca do concurso público.
PROTOCOLO: 2023/978422
PORTARIA N°3353/23, 30 de agosto de 2023.
CONCEDER ao servidor (a) GLEIDSON MARQUES PEREIRA, Id.Funcional nº 5911518/1, no cargo de PROFESSOR ASSISTENTE, lotado (a) no (a) CAMPUS DE MARABA, 2,5 (duas e meia) Diárias, devido seu deslocamento de Belém/PA ao município de Paragominas/PA, no período de 30/08/2023 a 01/09/2023, para participar da banca do concurso público.
PROTOCOLO: 2023/1024828
PORTARIA N° 3607/23, 11 de setembro de 2023.
CONCEDER ao servidor (a) CARLOS JOSE CAPELA BISPO, Id.Funcional nº 57233040/ 1, no cargo de PRO REITOR DE GESTAO E PLANEJAMENTO, lotado (a) no (a) PRO REITORIA DE GESTAO E PLANEJAMENTO, 1,5 (uma e meia) Diárias, devido seu deslocamento de Belém/PA ao município de Parauapebas/PA, no período de 11/09/2023 a 12/09/2023, para participar da cerimônia de inauguração do Campus de Parauapebas.

PROTOCOLO; 2023/978195
PORTARIA N°3352/23, 30 de agosto de 2023.
CONCEDER ao servidor (a) LEILA DE FATIMA OLIVEIRA DE JESUS ROBERT, Id.Funcional nº 57193305/ 1, no cargo de PROFESSOR ADJUNTO, lotado (a) no (a) DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA DE PRODUCAO 2,5 (duas e meia) Diárias, devido seu deslocamento de Belém/PA ao município de Marabá/PA, no período de 30/08/2023 a 01/09/2023, para participar da banca do concurso público.
PROTOCOLO: 2023/979914
PORTARIA N°3368/23, 30 de agosto de 2023.
CONCEDER ao servidor (a) RONALDO PIMENTEL RIBEIRO, Id.Funcional nº 5055962/2, no cargo de PROFESSOR ASSISTENTE, lotado (a) no (a) DEPARTAMENTO DECIENCIAS NATURAIS, 2,5 (duas e meia) Diárias, devido seu deslocamento de Belém/PA ao município de Marabá/PA, no período 30/08/2023 a 01/09/2023, para participar da banca do concurso público.
PROTOCOLO: 2023/979807
PORTARIA N°3362/23, 30 de agosto de 2023
CONCEDER ao servidor (a) VALBER SILVA CARNEIRO, Id.Funcional nº 57213420/ 1,no cargo de MOTORISTA, lotado (a) no (a) DIRETORIA DE ADMINISTRACAO DE SERVICO, 2,5 (duas e meia) Diárias, devido seu deslocamento de Belém/PA ao município de Paragominas/PA, no período de 30/08/2023 a 01/09/2023,para conduzir coordenadora do concurso público.
PROTOCOLO: 2023/978948
PORTARIA N° 3361/23, 30 de agosto de 2023.
CONCEDER ao servidor (a) THIAGO GUIMARAES AZEVEDO, Id.Funcional nº 5909292/1, no cargo de PROFESSOR ADJUNTO, lotado (a) no (a) DEPARTAMENTO DE DESENHO INDUSTRIAL, 2,5 (duas e meia) Diárias, devido seu deslocamento de Belém/PA ao município de Paragominas/PA, no período de 30/08/2023 a 01/09/2023, para participar da banca do concurso público.
PROTOCOLO: 2023/1001331
PORTARIA N° 3608/23, 11 de setembro de 2023.
CONCEDER ao servidor (a) LENO RODRIGUES MARTINS, Id.Funcional nº 80015609/ 1, no cargo de PROFESSOR SUBSTITUTO, lotado (a) no (a) DEPARTAMENTO DE MATEMATICA ESTATISTICA E INFORMATICA, 20,5 (vinte e meia) Diárias, devido seu deslocamento de Belém/PA ao município de Conceição do Araguaia/PA, no período de 02/10/2023 a 22/10/2023, para ministrar disciplina.
PROTOCOLO: 2023/1024625
PORTARIA N° 3609/23, 11 de setembro de 2023.
CONCEDER ao servidor (a) AGUEDA LUZ FERREIRA, Id.Funcional nº 5954798/ 1, no cargo de MOTORISTA, lotado (a) no (a) CAMPUS DE MARABA, 1,5 (uma e meia) Diárias, devido seu deslocamento de Marabá/PA ao município de Parauapebas/PA, no período de 11/09/2023 a 12/09/2023, para transportar professores para cerimônia de inauguração.
THIAGO SOARES SILVA
ORDENADOR

Protocolo: 984663

COLABORADOR EVENTUAL
PROTOCOLO: 2023/989257
PORTARIA N° 3425/23, 01 de setembro de 2023
CONCEDER ao servidor (a) DANIEL GUERREIRO DINIZ, 2,5(duas e meia) Diárias, como COLABORADOR EVENTUAL, devido seu Deslocamento de Belém/PA ao município de Marabá/PA, no período de 04/09/2023 a 06/09/2023, para participar da 1ª fase do Concurso Público Docente.
PROTOCOLO: 2023/1013531
PORTARIA N° 3580/23, 11 de setembro de 2023.
CONCEDER ao servidor (a) JOSEBEL AKEL FARES, 6,5 (seis e meia) Diárias, como COLABORADOR EVENTUAL, devido seu Deslocamento de Belém/PA ao município de Manaus/AM, no período de 21/10/2023 a 27/10/2023, para participar de reunião.
PROTOCOLO: 2023/980083
PORTARIA N° 3372/23, 30 de agosto de 2023.
CONCEDER ao servidor (a) PEDRO DANILO DE OLIVEIRA, 2,5 (duas e meia) Diárias, como COLABORADOR EVENTUAL, devido seu deslocamento de Belém/PA ao município de Cametá/PA, no período de 30/08/2023 a 01/09/2023, para participar da banca do concurso público.
PROTOCOLO: 2023/979685
PORTARIA N° 3366/23, 30 de agosto de 2023.
CONCEDER ao servidor (a) ANDREIA DO SOCORRO CONDURU DO SOUSA, 2,5 (duas e meia) Diárias, como COLABORADOR EVENTUAL, devido seu deslocamento de Belém/PA ao município de Marabá/PA, no período de 30/08/2023 a 01/09/2023, para participar da banca do concurso público.
PROTOCOLO: 2023/983961
PORTARIA N° 3383/23, 30 de agosto de 2023.
CONCEDER ao servidor (a) MARCELO HELY DA SILVA OLIVEIRA, 2,5 (duas e meia) Diárias, como COLABORADOR EVENTUAL, devido seu deslocamento de Belém/PA ao município de Marabá/PA, no período de 30/08/2023 a 01/09/2023, para participar da banca do concurso público.
PROTOCOLO: 2023/985547
PORTARIA N° 3381/23, 30 de agosto de 2023
CONCEDER ao servidor (a) o ITHALO BRUNO GRIGORIO DE MOURA, 2,5 (duas e meia) Diárias, como COLABORADOR EVENTUAL, devido seu deslocamento de Paragominas/PA ao município de Marabá/PA, no período de 30/08/2023 a 01/09/2023, para participar da banca do concurso público.
PROTOCOLO: 2023/984119
PORTARIA N° 3382/23, 30 de agosto de 2023.
CONCEDER ao servidor (a) PAULO CEZAR GOMES PEREIRA, 2,5 (duas e meia) Diárias, como COLABORADOR EVENTUAL, devido seu deslocamento de Belém/PA ao município de Paragominas/PA, no período de 30/08/2023 a 01/09/2023, para participar da banca do concurso público.
PROTOCOLO: 2023/978438
PORTARIA N° 3360/23, 30 de agosto de 2023.
CONCEDER ao servidor (a) IGOR DE SOUZA GOMIDE, 2,5 (duas e meia) Diárias, como COLABORADOR EVENTUAL, devido seu deslocamento de Belém/PA ao município de Paragominas/PA, no período de 30/08/2023 a 01/09/2023,para participar da banca do concurso público.
PROTOCOLO: 2023/977645
PORTARIA N° 3351/23, 30 de agosto de 2023.
CONCEDER ao servidor (a) MARILENE FERREIRA DO NASCIMENTO, 2,5 (duas e meia) Diárias, como COLABORADOR EVENTUAL, devido seu deslocamento de Belém/PA ao município de Paragominas/PA, no período de 30/08/2023 a 01/09/2023, para participar da banca do concurso público.
THIAGO SOARES SILVA
ORDENADOR

Protocolo: 984665

TORNAR SEM EFEITO

TORNAR SEM EFEITO PORTARIA
PROTOCOLO:2023/952240
PORTARIA N° 3584/23, de 11 de setembro de 2023.
R E S O L V E : TORNAR SEM EFEITO a PORTARIA nº 3035/23 de 07.08.2023, publicada no D.O.E nº 35.501 de 09.08.2023 que concedeu licença prêmio a servidora MARIA AMELIA LOPES DOS SANTOS, Id. Funcional nº5144574/ 2, cargo de PROFESSOR AUXILIAR - IV, lotado (a) no DEPARTAMENTO DE SAUDE ESPECIALIZADA.
CLAY ANDERSON NUNES CHAGAS
Reitor da UEPA

Protocolo: 984674

OUTRAS MATÉRIAS

EXTRATO DO EDITAL N° 078/2023 – UEPA
PRÊMIO MELHOR TCC – 2022/2023
A Universidade do Estado do Pará, por meio da Pró-Reitoria de Graduação, torna público, no âmbito desta Instituição, o Processo de Seleção de Trabalhos de Conclusão de Curso produzidos por egressos de Graduação para o Prêmio Melhor TCC – 2022/2023.
As inscrições serão realizadas no período de 12 a 19 de setembro de 2023, no site da UEPA http://sistemas.uepa.br/inscricaomelhortcc.
O edital, na íntegra, está disponível no site: www.uepa.br.
Belém, 12 de setembro de 2023.
CLAY ANDERSON NUNES CHAGAS
Reitor da Universidade do Estado do Pará

Protocolo: 984488

SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO, EMPREGO E RENDA

TERMO ADITIVO A CONTRATO

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 75/2022/ SEASTER
PROCESSO Nº 2023/268074
Objeto: O presente TERMO ADITIVO tem por objeto conceder a REPACTUAÇÃO sobre o valor contratual dos serviços continuados de agente terceirizados – Agente de PORTARIA, com base na variação dos custos relativos à mão de obra a ser aplicado com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2023, conforme Planilha de Custo e Formação de Preços anexa a este instrumento, data-base da categoria firmada em Convenção Coletiva de Trabalho de 2023/2024– SEAC X SINELPA PA e previsão contratual disposta na CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA do referido contrato.
Data da assinatura: 11/09/2023
Unidade Orçamentária: 430101/43104/87101
Funcional Programática: 08.122.1297.8338/08.241.1505.8865/08.244.1505.8860
Natureza da Despesa: 3390 37
Fonte: 01 500 0000 01-006361/ 01759000066- 006361
Ação Detalhada: 283.371/284.192/283.988:

Valor Mensal: R$ 227.350,20 (duzentos e vinte e sete mil, trezentos e cinquenta reais e vinte centavos).
Diferença/2023: R$ 107.854,88 (cento e sete mil oitocentos e cinquenta e quatro reais e oitenta e oito centavos)
Contratado: KAPA CAPITAL FACILITIES LTDA
CNPJ: 13.279.768/0001-98
Endereço: Rod. Mario Covas, Loteamento Parque dos Coqueiros, nº 17, Bairro do Coqueiro, Ananindeua/PA
CEP: 67.115-000
Ordenador: Inocencio Renato Gasparim

Protocolo: 984936

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 66/2022/SEASTER
PROCESSO Nº 2021/1459670
Objeto: a prorrogação do prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 66/2022/SEASTER
(prestação de serviços continuados de agentes terceirizados – auxiliar de serviços gerais), por mais 12 (doze) meses, com início 03/09/2023, encerrando no dia 03/09/2024, bem como a repactuação em 5,93% por força de Convenção Coletiva de Trabalho passando a produzir efeitos a partir de 01/01/2023
Vigência: 03/09/2023 à 03/09/2024 – 12 (doze) meses.
Data da assinatura: 01/09/2023

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	NATUREZA DE DESPESA	AÇÃO DETALHADA	FONTE	VALOR MENSAL	VALOR PARA 12 MESES	
43101.08.122.1297. 8338	3390.37	283.371	01500000001006360	R$101.285,65	R$1.215.427,80	
43104.08.241.1505. 8865		283.192	01759000066006360	R$ 281.342,08	R$ 3.378,104,96	
87101.08.244.1505. 8860		283.988	01500000001006360	R$ 70.359,35	R$ 844.312,20	
TOTAL					R$ 5.437.844,96	

Valor Global: R$ 5.437.844,96 (CINCO MILHÕES, QUATROCENTOS E TRINTA E SETE MIL, OITOCENTOS E QUARENTA E QUATRO REAIS E NOVENTA E SEIS CENTAVOS).
Contratado: KAPA CAPITAL FACILITIES LTDA
CNPJ: 13.279.768/0001-98
Endereço: Rod. Mario Covas, Loteamento Parque dos Coqueiros, nº 17, Bairro do Coqueiro, Ananindeua/PA
CEP: 67.115-000
Ordenador: Inocencio Renato Gasparim

Protocolo: 984653

SUPRIMENTO DE FUNDO

PORTARIA N°1301/2023 – SEASTER
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO, EMPREGO E RENDA, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através do Decreto de 01 de janeiro de 2019, publicado no DOE nº 33.771 de 02 de janeiro de 2019.
Considerando o Processo n° 2023/990687
RESOLVE:
CONCEDER Suprimento de Fundos no valor de R$ 2.000,00(DOIS MIL REAIS), em favor do (a) servidor (a), Karla Gabrielly Sardinha Santos, Coordenadora, 5948114/1, CPF: 005.387.122-79 para evento da ação de enfrentamento à violência sexual infantil, o qual se dará na modalidade Simpósio, com tema: Avaliação do Termo de Cooperação 014/2019, que será realizado no dia 19 de setembro de 2023.
87101- 08.244.1505.8862 01500000001 233.379 3390 30
DESPESA: 339030 R$ 2.000,00
Fixar o prazo de 60 (sessenta) dias para aplicação das despesas e 15 (quinze) dias para prestação de contas, contados a partir da expedição da ordem bancária.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda, em 11 de setembro de 2023
INOCENCIO RENATO GASPARIM
Secretário de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda
Mat. 5945555/1

Protocolo: 984879

DIÁRIA

PORTARIA Nº 1308/2023 – SEASTER
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE ASSISTENCIA SOCIAL, TRABALHO, EMPREGO E RENDA, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através do Decreto de 01 de janeiro de 2019, Publicado no DOE nº 33.771 de 02 de janeiro de 2019
Considerando o Processo nº 2023/967187
RESOLVE:
Autorizar o pagamento de 04 e ½ (Quatro e meia) diárias PARA CADA SERVIDOR CITADO ABAIXO:
Rolando Augusto Noronha Baptista, Mat. 8084532/1, Cargo Coordenador, Virgínia Maura do Socorro Pantoja Rezende, Mat. 57176644, Cargo Gerente, que se deslocarão para os Municípios de Castanhal, Capanema e Bragança/PA, no período de 11/09 a 15/09/2023, para realizar visita o SINE para acompanhamento as rotinas da IMO.
Classificação Orçamentária:
43105 11.333.1504.8950 01 500000001 006357 283.751 3390 14
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda em, 11 de setembro 2023.
INOCENCIO RENATO GASPARIM
Secretário de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda
Mat. 5945555/1

PORTARIA Nº 1312/2023 – SEASTER
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE ASSISTENCIA SOCIAL, TRABALHO, EMPREGO E RENDA, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através do Decreto de 01 de janeiro de 2019, Publicado no DOE nº 33.771 de 02 de janeiro de 2019
Considerando o Processo nº 2023/977353
RESOLVE:
Autorizar o pagamento de 05 e ½ (Cinco e meia) diárias PARA CADA SERVIDOR CITADO ABAIXO:
ERONDINA SOUTO BATISTA, Mat. 3222268/1, Cargo Agente Administrativo, HELESSANDRA SANTOS DA SILVA CUNHA, Mat. 54192315/2, Cargo Assistente Social, ROSILENE DOS SANTOS CORDEIRO, Mat. 3542670/1, Cargo Assistente Administrativo, que se deslocarão para o Município de Santarém/PA,no período de 17/09 a 22/09/2023, para Promover a capacitação sobre violência sexual de crianças e adolescentes para gestores e trabalhadores do SUAS que atuam no atendimento à famílias de migrantes/refugiados.
Classificação Orçamentária:
87101- 08.422.1505.8399 01 500 0000 01 006357 283.777 3390 14
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda em, 11 de setembro 2023.
INOCENCIO RENATO GASPARIM
Secretário de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda

PORTARIA Nº 1303/2023 – SEASTER
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE ASSISTENCIA SOCIAL, TRABALHO, EMPREGO E RENDA, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através do Decreto de 01 de janeiro de 2019, Publicado no DOE nº 33.771 de 02 de janeiro de 2019
Considerando o Processo nº 2023/991804
RESOLVE:
Autorizar o pagamento de 04 e ½ (Quatro e Meia) diárias PARA CADA SERVIDOR CITADO ABAIXO:
Maria das Graças Silva Soares, Mat. 5116279/3, Cargo Assistente Social, que se deslocará para o Município de Barcarena/PA e Acará/PA, no período de 17/09 a 21/09/2023, para a realização da Conferencia de Segurança Alimentar e Nutricional nos dois municípios. Cujo Motorista Landoaldo Costa Ferreira, Mat. 5096723/1, fará o deslocamento.
Classificação Orçamentária:
43101 08.244.1505.8863 01 500 0000 01 006357 283.625 339014
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda em, 11 de setembro 2023.
INOCENCIO RENATO GASPARIM
Secretário de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda
Mat. 5945555/1

PORTARIA Nº 1311/2023 – SEASTER
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE ASSISTENCIA SOCIAL, TRABALHO, EMPREGO E RENDA, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através do Decreto de 01 de janeiro de 2019, Publicado no DOE nº 33.771 de 02 de janeiro de 2019
Considerando o Processo nº 2023/1015741
RESOLVE:
Autorizar o pagamento de 02 e ½ (Duas e meia) diárias PARA CADA SERVIDOR CITADO ABAIXO:
Maria de Nazaré Cardoso Costa da Rocha, Mat. 80845759/3, Cargo Diretora, Rosana de Moraes Belo, Mat. 5946689/1, Cargo Coordenadora, que se deslocarão para o Município de Santa Luzia do Pará/PA, no período de 08/09 a 10/09/2023, para Visitar às comunidades indígenas para dar início ao cadastro dos agricultores do PAA indígena. Cujo motorista Robson Jose do Espirito Santo Sagica, Mat. 54193697/1 fará o deslocamento.
Classificação Orçamentária:
43101- 08.244.1505.8396 01 500 0000 01 006357 283.580 3390 14
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda em, 11 de setembro 2023.
INOCENCIO RENATO GASPARIM
Secretário de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda
Mat. 5945555/1

PORTARIA Nº 1310/2023 – SEASTER
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE ASSISTENCIA SOCIAL, TRABALHO, EMPREGO E RENDA, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através do Decreto de 01 de janeiro de 2019, Publicado no DOE nº 33.771 de 02 de janeiro de 2019
Considerando o Processo nº 2023/1020818
RESOLVE:
Autorizar o pagamento de 02 e ½ (Duas e meia) diárias PARA CADA SERVIDOR CITADO ABAIXO:
INOCENCIO RENATO GASPARIM, Mat. 5945555/1, Cargo Secretário de Estado, HAMILTON TAVARES DE SOUZA, CPF: 509.228.312-20, Colaborador Eventual, que se deslocarão para Oriximiná/PA, Santarém/PA, no período de 08/09 a 10/09/2023, para Realizar no município de Oriximiná reunião de trabalho sobre o Programa de Aquisição de Alimentos indígenas e entrega de carteiras de artesões para o povo Wai Wai na comunidade de Cachoeira Porteira.
Classificação Orçamentária:
43101- 08.244.1505.8396 01 500 0000 01 006357 283.580 3390 14
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda em, 11 de setembro 2023.
INOCENCIO RENATO GASPARIM
Secretário de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda
Mat. 5945555/1

PORTARIA Nº 1306/2023 – SEASTER
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE ASSISTENCIA SOCIAL, TRABALHO, EMPREGO E RENDA, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através do Decreto de 01 de janeiro de 2019, Publicado no DOE nº 33.771 de 02 de janeiro de 2019
Considerando o Processo nº 2023/991963
RESOLVE:
Autorizar o pagamento de 03 e ½ (Três e meia) diárias PARA CADA SERVIDOR CITADO ABAIXO:
Ricardo Avelino Ganzer, Mat. 55588660/4, Cargo Diretor, que se deslocará para os Municípios de Nova Ipixuna, Jacundá, Goianésia e Tailândia/PA, no período de 06/09 a 09/09/2023, para Fazer a precursora para organizar junto aos municípios a chegada da Carreta para ação cidadania.
Classificação Orçamentária:
87101- 08.244.1505.8863 01 500 0000 01 006357 284.004 339014
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda em, 11 de setembro 2023.
INOCENCIO RENATO GASPARIM
Secretário de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda
Mat. 5945555/1

PORTARIA Nº 1307/2023 – SEASTER
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE ASSISTENCIA SOCIAL, TRABALHO, EMPREGO E RENDA, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através do Decreto de 01 de janeiro de 2019, Publicado no DOE nº 33.771 de 02 de janeiro de 2019
Considerando o Processo nº 2023/1014571
RESOLVE:
Autorizar o pagamento de 05 e ½ (Cinco e meia) diárias PARA CADA SERVIDOR CITADO ABAIXO:
VALDO DIVINO DA SILVA FILHO, Mat. 5945803/1, Cargo Secretário Adjunto de Estado de Assistência Social, que se deslocará para Brasília/DF e Manaus/AM, no período de 11/09 a 16/09/2023, para Participação no Encontro Nacional de integração do fundo nacional de assistência social/FNAS, fundos estaduais de assistência social/FEAS em Brasília/DF e Intercâmbio para conhecer projeto restaurante popular prato cheio e projeto peixe na mesa em Manaus/AM.
Classificação Orçamentária:
87101 08.244.1505.8863 01 500 0000 01 006357 284.004 339014
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda em, 11 de setembro 2023.
INOCENCIO RENATO GASPARIM
Secretário de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda
Mat. 5945555/1

Protocolo: 984865

TORNAR SEM EFEITO

PORTARIA Nº 1313/2023 – SEASTER
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO, EMPREGO E RENDA, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através do Decreto de 01 de janeiro de 2019, publicado no DOE nº 33.771 de 02 de janeiro de 2019.
Considerando o PAE nº 2023/978081
R E S O L V E:
TORNAR SEM EFEITO, a PORTARIA Nº 12722/2023 – SEASTER publicada no DIÁRIO OFICIAL Nº 35.531 de Terça-feira, 05 de setembro 2023.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda, em 11 de setembro de 2023.
INOCENCIO RENATO GASPARIM
Secretário de Estado Assistência Social Trabalho, Emprego e Renda
5945555/1

Protocolo: 984868

FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO PARÁ

PORTARIA

PORTARIA nº. 808 de 05 de setembro de 2023-
RECONHECER: o efetivo exercício da servidora Regina Cláudia de Gusmão Penna, mat:3202615/1, pertencente ao quadro da Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará-FASEPA, cargo Assistente Social , conforme folhas de frequências encaminhadas pela Prefeitura Municipal de Belém-PMB, período 01.01.23 a 31.08.23.
PORTARIA nº. 919 de 05 de setembro de 2023-
DESIGNAR Jeferson Almeida Pires, cargo:Agente Administrativo, mat:55587645/1 para responder pela Gerência de Manutenção da folha de Pagamento de Pessoal-GPAG, na ausência da titular Virgínia da Silva Parente , mat:3192385/1, cargo Agente AdministrativoI, por motivo de férias, no período de 04.09.23 a 03.10.23 com ônus para Administração
CarlosAlberto de Andrade Rodrigues Júnior-Presidente-FASEPA

Protocolo: 984717

ERRATA

ERRATA DE PUBLICAÇÃO
-NA Publicação 982971 do dia 06/09/2023, referente ao Proc. 985441/2023(CIAM BELÉM), PORTARIA 551/2023(FASEPA)
-ONDE SE LÊ: ELEMENTO DE DESPESA 339030- R$300,00
-LEIA-SE - ELEMENTO DE DESPESA 339030 – R$500,00
PRESIDENTE DA FASEPA: CARLOS ALBERTO DE ANDRADE RODRIGUES JUNIOR

Protocolo: 984673

DIÁRIA

PORTARIA 566 – DO DIA 06/09/2023
OBJETIVO : Realizarem cumprimento da 3ª Fase do Processo Seletivo nº 01/2023 (Proc. 1013322/2023-Mem. 72/2023-DAF)
SERVIDORA: ALESSANDRA DAS GRACAS CARDOSO DE OLIVEIRA
CARGO: ASSISTENTE SOCIAL - MATRICULA: 54195567/ 1
SERVIDORA: MARCELA DE PAIVA REIS
CARGO: GERENTE II- MATRICULA: 57175737/ 2
SERVIDOR: RENATO JANIO FERREIRA MAIA
CARGO: AGENTE ADMINISTRATIVO - MATRICULA: 54180595/ 2
SERVIDORA: MARCIA CHAVES SOUZA
CARGO: GERENTE III - MATRÍCULA Nº 57228154/ 4
SERVIDORA: ROSEANE MARIA LIMA GOMES
CARGO: ASSESSOR I - MATRÍCULA Nº 5956171/ 2
SERVIDORA: FRANCY ROSE CRISTO NASCIMENTO PUGET
CARGO: PSICÓLOGO - MATRÍCULA Nº 54183281/ 2
ORIGEM: BELÉM/PA - DESTINO :SANTARÉM/PA
PERIODO DA VIAGEM: 11 A 15/09/2023 – DIARIA –4,5
ORDENADOR DE DESPESAS: CARLOS ALBERTO DE ANDRADE RODRIGUES JUNIOR

Protocolo: 984471

PORTARIA: 565 - DO DIA 06/09/2023
OBJETIVO: Acompanhar socioeducando custodiado no CESEBA, para ser entregue a seus familiares, cumprindo determinação judicial (proc. 999915/2023-Mem 608/2023)
SERVIDORA : RITA MONICA CLEMENTE
CARGO: PEDAGOGO- MATRÍCULA Nº 57190379/ 1
ORIGEM: SANTAREM/PA - DESTINO: SINOP/MT
PERIÓDO DE VIAGEM: 06 A 08/09/2023 - DIÁRIAS-2,5
ORDENADOR DE DESPESAS: CARLOS ALBERTO DE ANDRADE RODRIGUES JUNIOR

Protocolo: 984461

PORTARIA: 567- DO DIA 11/09/2023
OBJETIVO: Realizar visita domiciliar aos familiares de socioeducando custodiado na UASE BENEVIDES (Proc. 1013745/2023-Mem 554/2023)
SERVIDORA: DIOLENE DO SOCORRO MATIAS NEGRAO
CARGO: ASSISTENTE SOCIAL - MATRICULA: 5941059/ 2
SERVIDORA: LYSE FIGUEIREDO PEREIRA CORDEIRO
CARGO: PSICÓLOGO - MATRICULA: 5903006/ 2
SERVIDOR: ADAILSON PANTOJA MEDEIROS
CARGO: MOTORISTA - MATRICULA: 5899871/ 3
ORIGEM: BELEM/PA - DESTINO : TAILANDIA/PA
PERIÓDO DE VIAGEM: 20 A 21/09/2023 - DIÁRIAS-1,5
ORDENADOR DE DESPESAS: CARLOS ALBERTO DE ANDRADE RODRIGUES JUNIOR

Protocolo: 984809

PORTARIA: 569- DO DIA 11/09/2023
OBJETIVO: Realizar visita domiciliar aos familiares de Socioeducando custodiado na NOVA SEMI (Proc. 1012301/2023-Mem 373/2023)
SERVIDOR: ADILSON MODESTO FELIX
CARGO: PSICÓLOGO - MATRICULA: 5956687/ 1
SERVIDOR: RAIMUNDO PASSOS PEREIRA
CARGO: MOTORISTA - MATRICULA: 5746809/ 2
ORIGEM: BELEM/PA - DESTINO : BREU BRANCO/PA
PERIÓDO DE VIAGEM: 20 A 22/09/2023 - DIÁRIAS-2,5
ORDENADOR DE DESPESAS: CARLOS ALBERTO DE ANDRADE RODRIGUES JUNIOR

Protocolo: 984831

PORTARIA: 568- DO DIA 11/09/2023
OBJETIVO: Realizar visita domiciliar aos familiares de Socioeducando custodiado na NOVA SEMI (Proc. 1012569/2023-Mem 374/2023)
SERVIDOR: ADILSON MODESTO FELIX
CARGO: PSICÓLOGO - MATRICULA: 5956687/ 1
SERVIDOR: WELLINGTON GENTIL TEIXEIRA
CARGO: MOTORISTA - MATRICULA: 5962817/ 1
ORIGEM: BELEM/PA - DESTINO :CAPITÃO POÇO/PA
PERIÓDO DE VIAGEM: 25 A 26/09/2023 - DIÁRIAS-1,5
ORDENADOR DE DESPESAS: CARLOS ALBERTO DE ANDRADE RODRIGUES JUNIOR

Protocolo: 984845

FÉRIAS

PORTARIA N°927/23-GP/GEMPS de 11 de setembro de 2023
CONCEDER 30(trinta)dias de Férias Regulamentares aos servidores abaixo relacionados:

NOME	P.AQUI	GOZO: INICIO / FIM
Sebastiao Jorge Quaresma de Lemos	22/23	01/10/2023 a 30/10/2023

Ordenador Responsável: Carlos Alberto de Andrade Rodrigues Junior

Protocolo: 984899

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA

PORTARIA

PORTARIA Nº 435/2023 – GAB-SEC/CONDEL-PROVITA/SEJU, de 11 de setembro de 2023.
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais;
Considerando o disposto no Art.4º da Lei Federal nº 9.807, de 13 de julho de 1999.
Considerando ainda, o disposto no § 6º, Art.3º, da Lei Estadual nº 6.325, de 14 de novembro de 2000.
RESOLVE:
SUBSTITUIR os membros Titulares e Suplentes do Conselho Deliberativo do Programa Estadual de Assistência a Vítimas, Testemunhas e Familiares de Vítimas de Crimes – PROVITA/PA, representantes do Ministério Público Federal-MPF, correspondente ao biênio 2023-2025.
SUBSTITUIR os seguintes membros:

INSTITUIÇÃO	MEMBRO
Ministério Público Federal – MPF	Titular: NATHALIA MARIEL FERREIRA DE SOUZA Suplente: NAYANA FADUL DA SILVA

NOMEAR os seguintes membros:

INSTITUIÇÃO	MEMBRO
Ministério Público Federal – MPF	ISADORA CHAVES CARVALHO- (Titular) PATRICK MENEZES COLARES- (Suplente)

Os membros ora nomeados, completarão o tempo de mandato para o biênio 2023/2025.
Esta PORTARIA entra em vigor na data de sua publicação.
Registre-se, Publique-se e cumpra-se.
Secretaria de Estado de Justiça do Pará, 11 de setembro de 2023.
RAIMUNDO GUIMARÃES FELIZ
Secretário Adjunto de Estado de Justiça

Protocolo: 984654

PORTARIA N° 436/2023 - SEJU/CONED, DE 06 DE SETEMBRO DE 2023.
O Secretário de Estado de Justiça, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
DESIGNAR, a Sra. Renata Cristina Blanco Rodrigues Hage, como Conselheira Suplente e 2ª Vice-Presidente do Conselho Estadual sobre Drogas – CONED/PA, Representante da Secretaria de Estado de Justiça - SEJU no período de 06/09/2023 a 31/01/2025, em substituição a Sra. Glenda Roberta Marques Dias.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA
Raimundo Guimarães Feliz
Secretário Adjunto de Estado de Justiça

Protocolo: 984658

PORTARIA nº 433 de 11 de setembro de 2023.
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA, no uso das suas atribuições que lhe confere a Lei 9.927/2023,
RESOLVE:
Art. 1º Designar o servidor abaixo indicado para, com observância na legislação vigente, atuar como fiscal substituto do contrato celebrado entre a Secretaria de Estado de Justiça e a Empresa CONSULBEL ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS. - Processo nº 2023/1016270.
CONTRATO Nº 09/2022
OBJETO: Locação de imóvel urbano situado no endereço Rua Municipalidade nº 1636 – Bairro do Umarizal, Belém-PA, objeto da matrícula nº 19109KU, do Cartório 2º Ofício de Imóveis de Belém, para uso da Secretaria de Estado de Justiça, da sede administrativa do PROCON.
FISCAL SUBSTITUTO: JOSÉ ROBERTO BARBOSA SILVA – MAT. 57190628/2
Art. 2º. O fiscal anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e fará relatórios mensais que serão enviados à Coordenadoria de Administração e Finanças até o dia 10 subsequente de cada mês.
Art. 3º. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal deverão ser encaminhadas aos seus superiores, em tempo hábil, para adoção das medidas convenientes.
Art. 4º. Esta PORTARIA altera a PORTARIA nº 369/2022 de 24/06/2022, publicada

no Diário Oficial em 27/06/2022 e entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 5º. Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.
EVANDRO GARLA PEREIRA DA SILVA
SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA

Protocolo: 984601

DIÁRIA

PORTARIA N° 434 DE 06 DE SETEMBRO DE 2023
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais e regulamentares;
CONSIDERANDO os termos o Decreto de 02 de fevereiro de 2023, publicação no DOE Nº 35.276, de 02 de fevereiro de 2023.
CONSIDERANDO, os termos do Processo Nº 2023/1020869.
R E S O L V E:
CONCEDER QUATRO E MEIA diárias em favor da servidora desta SEJU, abaixo identificada, a fim de fortalecer a realização de caravanas de cidadania no Programa Cidadania e Direitos Humanos, nos municípios de Xinguara, Pau`Darco, Redenção, Canaã dos Carajás e Parauapebas/PA, no período de 07 a 11/09/2023.

Nome	Cargo	Matrícula
RISONEIDE CAROL PINHEIRO LOBATO	Coordenadora	5971875/1

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA, 06 DE SETEMBRO DE 2023
EVANDRO GARLA PEREIRA DA SILVA
Secretário de Estado de Justiça

Protocolo: 984789

SECRETARIA DE ESTADO DOS POVOS INDÍGENAS DO PARÁ

PORTARIA

PORTARIA Nº 05/2023-DAF/SEPI, DE 12 DE SETEMBRO DE 2023.
CONSIDERANDO o que dispõe o art. 145, da Lei nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994;
CONSIDERANDO o Processo PAE nº 2023/
1025601, protocolada em 09/09/2023.
R E S O L V E:
I – AUTORIZAR o servidor Ubirajara Nazareno Sompré, Id. Funcional nº 5957749/2, ocupante do cargo de Secretário Adjunto de Articulação dos Povos Indígena – SADJPI, lotado nesta Secretaria de Estado de Povos Indígenas, a viajar para Brasília nos dias 12 a 14 de setembro de 2023, com o objetivo de acompanhar a titular da pasta, Puyr Tembé, na agenda da 3ª Marcha Nacional das Mulheres Indígenas do Brasil.
II – CONCEDER, de acordo com as bases legais vigentes 02 diárias ao servidor acima, que se deslocará conforme item I.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
SECRETARIA DE ESTADO DOS POVOS INDÍGENAS,
Belém, 12 de setembro de 2023.
PUYR TEMBÉ
Secretária de Estado dos Povos Indígenas

Protocolo: 984719

SECRETARIA DE ESTADO DAS MULHERES

DESIGNAR SERVIDOR

PORTARIA Nº 117/2023-SEMU, DE 11 DE SETEMBRO DE 2023
A SECRETÁRIA DE ESTADO DAS MULHERES, no uso das atribuições que lhe são conferidas através do Decreto publicado no DOE 35.317 de 08 de março de 2023;
CONSIDERANDO o processo n° 2023/1006879, de 04 de setembro de 2023;
RESOLVE:
DESIGNAR a servidora Gabryella Pompeu da Silva, gerente, matrícula nº 5948374, à responder pela Coordenadoria de Comunicação, no período de 30/10 à 28/11/2023, conforme

PORTARIA nº 114/2023-SEMU de 05/09/2023, publicada no DOE nº 35.532 de 06/09/2023.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
PAULA GOMES
Secretária de Estado das Mulheres

Protocolo: 984508

CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº007/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO PAE Nº 2023/871292 ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2023
OBJETO: Contratação de serviços continuados de limpeza e conservação, com disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, que serão prestados conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Contrato.
CONTRATANTE: Secretaria de Estado das Mulheres (SEMU), inscrito no CNPJ (MF) sob o nº 50.008.131/0001-93. CONTRATADA: SARAM SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA ME, CNPJ: 11.056.054/0001-95
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: EXERCÍCIO 2023 Fonte do Recurso:02500000001/ 01500000001 Projeto/Atividade:7660/ 8207/ 8820/ 8338 Natureza da Despesa:339037
VALOR GLOBAL: R$ R$ 668.760,96 (seicentos e sessenta e oito mil e setecentos e sessenta reais e noventa e seis centavos)
VIGÊNCIA: 06/09/2023 até 06/09/2023.
DATA DA ASSINATURA: 06/09/2023.
ORDENADORA DE DESPESAS: Paula Gomes

Protocolo: 984603

DIÁRIA

PORTARIA Nº 119/2023-SEMU, DE 11 DE SETEMBRO DE 2023
A SECRETÁRIA DE ESTADO DAS MULHERES, no uso das atribuições que lhe são conferidas através do Decreto publicado no DOE 35.317 de 08 de março de 2023;
CONSIDERANDO o que dispõe os arts. 145 a 149, da Lei nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994;
CONSIDERANDO o processo n° 2023/994466, de 01 de setembro de 2023;
RESOLVE:
I - Autorizar a Colaboradora Eventual a se deslocar no período de 15 a 16/09/2023, conforme infomações abaixo:
Colaborador: Gilmara das Neves Alves CPF: 235.392.672-04
Objetivo: Formação do Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres no municipio de São Geraldo do Araguaia/PA.
Origem/Destino: Marabá/São Geraldo do Araguaia/Marabá
II - Conceder de acordo com as bases legais vigentes 1.½ (uma e meia) diárias à colaboradora acima, que se deslocorá conforme item I.
PAULA GOMES
Secretária de Estado das Mulheres

Protocolo: 984528

PORTARIA Nº 118/2023-SEMU, DE 11 DE SETEMBRO DE 2023
A SECRETÁRIA DE ESTADO DAS MULHERES, no uso das atribuições que lhe são conferidas através do Decreto publicado no DOE 35.317 de 08 de março de 2023;
CONSIDERANDO o que dispõe os arts. 145 a 149, da Lei nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994;
CONSIDERANDO o processo n° 2023/994466, de 01 de setembro de 2023;
RESOLVE:
I - Autorizar a Colaboradora Eventual a se deslocar no período de 15 a 16/09/2023, conforme infomações abaixo:
Colaborador: Heidiany Katrine Moreno CPF: 742.790.682-91
Objetivo: Formação do Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres no municipio de São Geraldo do Araguaia/PA.
Origem/Destino: Marabá/São Geraldo do Araguaia/Marabá
II - Conceder de acordo com as bases legais vigentes 1.½ (uma e meia) diárias à colaboradora acima, que se deslocorá conforme item I.
PAULA GOMES
Secretária de Estado das Mulheres

Protocolo: 984526

PORTARIA Nº 120/2023-SEMU, DE 11 DE SETEMBRO DE 2023
A SECRETÁRIA DE ESTADO DAS MULHERES, no uso das atribuições que lhe são conferidas através do Decreto publicado no DOE 35.317 de 08 de março de 2023;
CONSIDERANDO o que dispõe os arts. 145 a 149, da Lei nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994;
CONSIDERANDO o processo n° 2023/994403, de 01 de setembro de 2023;
RESOLVE:
I - Autorizar a Colaboradora Eventual a se deslocar no período de 13 a 14/09/2023, conforme infomações abaixo:
Colaborador: Heidiany Katrine Moreno CPF: 742.790.682-91
Objetivo: Realizar a ação de Implantação de Conselhos Municipais de Defesa dos Direitos da Mulher e Organismo Municipal de Políticas para Mulheres, no municipio de Itupiranga/PA.
Origem/Destino: Marabá/Itupiranga/Marabá
II - Conceder de acordo com as bases legais vigentes 1.½ (uma e meia) diárias à colaboradora acima, que se deslocorá conforme item I.
PAULA GOMES
Secretária de Estado das Mulheres

Protocolo: 984535

PORTARIA Nº 122/2023-SEMU, DE 11 DE SETEMBRO DE 2023
A SECRETÁRIA DE ESTADO DAS MULHERES, no uso das atribuições que lhe são conferidas através do Decreto publicado no DOE 35.317 de 08 de março de 2023;
CONSIDERANDO o que dispõe os arts. 145 a 149, da Lei nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994;
CONSIDERANDO o processo n° 2023/986075, de 30 de agosto de 2023;
RESOLVE:
I - Autorizar a Colaboradora Eventual a se deslocar no período de 15 a 27/09/2023, conforme infomações abaixo:
Colaborador: Elisangela do Socorro Pinto Ribeiro CPF: 607138792-20
Objetivo: Participação na Ação da SEGUP nos municípios de Soure, Cachoeira do Arari e Salvaterra, ações previstas no PPA 2023 como: SOURE - Monitoramento da Rede de serviços
de atendimento a mulher; SALVATERRA - Monitoramento da Rede de serviços de atendimento a mulher; CACHOEIRA DO ARARI - Implantação de Organismos de Políticas para Mulheres e Conselho Municipal dos Direitos da Mulher;
Origem/Destino: Bragança/Belém/Soure/Salvaterra/Cachoeira do Arari/Belém/Bragança
II - Conceder de acordo com as bases legais vigentes 12.½ (doze e meia) diárias à colaboradora acima, que se deslocará conforme item I.
PAULA GOMES
Secretária de Estado das Mulheres

Protocolo: 984544

PORTARIA Nº 121/2023-SEMU, DE 11 DE SETEMBRO DE 2023
A SECRETÁRIA DE ESTADO DAS MULHERES, no uso das atribuições que lhe são conferidas através do Decreto publicado no DOE 35.317 de 08 de março de 2023;
CONSIDERANDO o que dispõe os arts. 145 a 149, da Lei nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994;
CONSIDERANDO o processo n° 2023/994403, de 01 de setembro de 2023;
RESOLVE:
I - Autorizar a Colaboradora Eventual a se deslocar no período de 13 a 14/09/2023, conforme infomações abaixo:
Colaborador: Gilmara das Neves Alves CPF: 235.392.672-04
Objetivo: Realizar a ação de Implantação de Conselhos Municipais de Defesa dos Direitos da Mulher e Organismo Municipal de Políticas para Mulheres, no municipio de Itupiranga/PA.
Origem/Destino: Marabá/Itupiranga/Marabá
II - Conceder de acordo com as bases legais vigentes 1.½ (uma e meia) diárias à colaboradora acima, que se deslocará conforme item I.
PAULA GOMES
Secretária de Estado das Mulheres

Protocolo: 984542

PORTARIA Nº 123/2023-SEMU, DE 11 DE SETEMBRO DE 2023
A SECRETÁRIA DE ESTADO DAS MULHERES, no uso das atribuições que lhe são conferidas através do Decreto publicado no DOE 35.317 de 08 de março de 2023;
CONSIDERANDO o que dispõe os arts. 145 a 149, da Lei nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994;
CONSIDERANDO o processo n° 2023/846493, de 26 de julho de 2023;
RESOLVE:
I - Autorizar a servidora a se deslocar no período de 16 a 26/09/2023, conforme infomações abaixo:
Servidora: Marcia Andreia Jorge de Lima CPF: 425.095.202-00
Objetivo: Participação na Ação da SEGUP nos municípios de Soure, Cachoeira do Arari e Salvaterra, ações previstas no PPA 2023 como: SOURE - Monitoramento da Rede de serviços
de atendimento a mulher; SALVATERRA - Monitoramento da Rede de serviços de atendimento a mulher; CACHOEIRA DO ARARI - Implantação de Organismos de Políticas para Mulheres e Conselho Municipal dos Direitos da Mulher;
Origem/Destino: Belém/Soure/Salvaterra/Cachoeira do Arari/Belém
II - Conceder de acordo com as bases legais vigentes 10.½ (dez e meia) diárias à servidora acima, que se deslocará conforme item I.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
PAULA GOMES
Secretária de Estado das Mulheres

Protocolo: 984751

PORTARIA Nº 124/2023-SEMU, DE 11 DE SETEMBRO DE 2023
A SECRETÁRIA DE ESTADO DAS MULHERES, no uso das atribuições que lhe são conferidas através do Decreto publicado no DOE 35.317 de 08 de março de 2023;
CONSIDERANDO o que dispõe os arts. 145 a 149, da Lei nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994;
CONSIDERANDO o processo n° 2023/846493, de 26 de julho de 2023;
RESOLVE:
I - Autorizar a servidora a se deslocar no período de 16 a 26/09/2023, conforme infomações abaixo:
Servidora: Telma Maria Medeiros de Lima CPF: 425.650.572-53
Objetivo: Participação na Ação da SEGUP nos municípios de Soure, Cachoeira do Arari e Salvaterra, ações previstas no PPA 2023 como: SOURE - Monitoramento da Rede de serviços de atendimento a mulher; SALVATERRA - Monitoramento da Rede de serviços de atendimento a mulher; CACHOEIRA DO ARARI - Implantação de Organismos de Políticas para Mulheres e Conselho Municipal dos Direitos da Mulher;
Origem/Destino: Belém/Soure/Salvaterra/Cachoeira do Arari/Belém
II - Conceder de acordo com as bases legais vigentes 10.½ (dez e meia) diárias à servidora acima, que se deslocará conforme item I.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
PAULA GOMES
Secretária de Estado das Mulheres

Protocolo: 984764

PORTARIA Nº 125/2023-SEMU, DE 11 DE SETEMBRO DE 2023
A SECRETÁRIA DE ESTADO DAS MULHERES, no uso das atribuições que lhe são conferidas através do Decreto publicado no DOE 35.317 de 08 de março de 2023;
CONSIDERANDO o que dispõe os arts. 145 a 149, da Lei nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994;
CONSIDERANDO o processo n° 2023/846493, de 26 de julho de 2023;
RESOLVE:
I - Autorizar a servidora a se deslocar no período de 16 a 26/09/2023, conforme infomações Servidora: Ivete Medeiros Maurício CPF: 821.968.773-87
Objetivo: Participação na Ação da SEGUP nos municípios de Soure, Cachoeira do Arari e
Salvaterra, ações previstas no PPA 2023 como: SOURE - Monitoramento da Rede de serviços de atendimento a mulher; SALVATERRA - Monitoramento da Rede de serviços de atendimento a mulher; CACHOEIRA DO ARARI - Implantação de Organismos de Políticas para Mulheres e Conselho Municipal dos Direitos da Mulher;
Origem/Destino: Belém/Soure/Salvaterra/Cachoeira do Arari/Belém
II - Conceder de acordo com as bases legais vigentes 10.½ (dez e meia) diárias à servidora acima, que se deslocará conforme item I.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
PAULA GOMES
Secretária de Estado das Mulheres

Protocolo: 984773

OUTRAS MATÉRIAS

EXTRATO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2023-SEMU
A Comissão de Licitação da Secretaria de Estado das Mulheres, em cumprimento ao Termo de Adesão procedida pela Exma. Sra. Ana Paula Silva Gomes de Freitas, Secretária de Estado, faz publicar o extrato resumido do processo de Adesão a Ata de Registro de Preços a seguir:
Órgão gerenciador: Institudo Federal do Pará- IFPA- Castanhal Fornecedor registrado: SARAM SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA ME, Inscrita no CNPJ: 11.056.054/0001-95
Objeto: Contratação de serviços continuados de limpeza e conservação, com disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, que serão prestados conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.
Fundamento Legal: Lei n° 8.66/93 e suas alterações posteriores.
Valor Global: R$ 668.760,96 (seicentos e sessenta e oito mil e setecentos e sessenta reais e noventa e seis centavos)

Protocolo: 984595

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, MINERAÇÃO E ENERGIA

PORTARIA

PORTARIA nº 012/2023-GS/SEDEME, 06 de setembro de 2023.
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, MINERAÇÃO E ENERGIA, usando das atribuições que lhes foram conferidas pelo Decreto Governamental de 01/02/2023, publicado no DOE Nº 35.276, de 02/02/2023; considerando o disposto nos Arts. 3º e 14º, Parágrafo Único, da Lei nº 7.570, de 22 novembro de 2011, com redação dada pela Lei Nº 8.404, de 13 de outubro de 2016;
CONSIDERANDO o PAE nº 2023/1004732;
RESOLVE:
DESIGNAR a servidora RAQUEL DOS SANTOS ALBUQUERQUE, identificação funcional nº 73503987, ocupante do cargo de Coordenador, para responder pela Secretaria Operacional da Política de Incentivos, durante o impedimento legal do titular RICARDO MIRANDA ROCHA LEITÃO, identificação funcional nº 5914928, ocupante do cargo de Secretário Operacional, no período de 11/09/2023 a 25/09/2023.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
PAULO EDUARDO MAESTRI BENGTSON
Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia

Protocolo: 984813

DESIGNAR FISCAL DE CONTRATO

PORTARIA Nº 157/2023 – SAGA/SEDEME
Belém - PA, 4 de setembro de 2023.
A SECRETÁRIA ADJUNTA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, MINERAÇÃO E ENERGIA – SEDEME no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto datado de 09/02/2023, publicado no DOE Nº 35.286 de 10/02/2023.
Considerando o Art.14, parágrafo único, da Lei n° 7.570, de 22 de novembro de 2011, e Art. 23 da Lei n° 8.404, de 13 de outubro de 2016;
Considerando o disposto no Decreto nº 870, de 04 de outubro de 2013,

RESOLVE:
Art. 1º - DESIGNAR a servidora LILIAN POLIANA SOUZA GUALBERTO, matrícula n° 80845108/1, ocupante do cargo de Coordenadora, para exercer o encargo de Fiscal do Contrato Administrativo n° 016/2023 – SEDEME, firmado pela SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, MINERAÇÃO E ENERGIA e a empresa PARÁ 2000, tem como objeto a contratação de empresa especializada na montagem e desmontagem de estande com mobiliário para a realização de eventos, visando atender as necessidades da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia - SEDEME, devendo anotar em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da contratada, conforme o artigo nº 67 da Lei 8.666/93, a contar de 01 de abril de 2023.
Art. 2º - DESIGNAR o servidor CRISTIANO SOUSA COSTA, matricula nº 5418985/2, ocupante do cargo de assessor especial, para, na ausência do titular, exercer o encargo de substituto.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Protocolo: 984622

CONTRATO

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO Nº 014/2023
PROCESSO Nº 2023/284455
CONTRATADA: COSANPA;
C.N.P.J: 04.945.341/0001-90;
Endereço: Avenida Magalhães Barata, n° 1201, Bairro de São Brás, CEP 66.630-040;
Objeto: Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação dos serviços públicos de fornecimento de água e/ou coleta de esgotos sanitários, de acordo com o Regulamento Geral de Prestação de Serviços de Água e de Esgoto estabelecido pelas Agências Reguladoras de Saneamento Básico;
Dotação Orçamentária:
Unidade Orçamentária: 24101;
Funcional programática: 22.122.1297.8338;
Projeto Atividade: Operacionalização das Ações Administrativas;
Ação Detalhada: 286270- Manutenção do Órgão Público – Utilidade Pública – ÁGUA;
Natureza da despesa: 339039 – Outros serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica;
Fonte: 01500.000001-002156.
Valor Mensal Estimado: R$ 3.000,00 (três mil reais);
Vigência: 12 (doze) meses;
Data da Assinatura: 04/09/2023;
Ordenador: PAULO EDUARDO MAESTRI BENGTSON, SECRETÁRIO.

Protocolo: 984618

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO Nº 011/2023
PROCESSO Nº 2023/653440;
CONTRATADA: COSANPA;
C.N.P.J: 04.945.341/0001-90;
Endereço: Avenida Magalhães Barata, n° 1201, Bairro de São Brás, CEP 66.630-040;
Objeto: Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação dos serviços públicos de fornecimento de água e/ou coleta de esgotos sanitários, de acordo com o Regulamento Geral de Prestação de Serviços de Água e de Esgoto estabelecido pelas Agências Reguladoras de Saneamento Básico;
Dotação Orçamentária:
Unidade Orçamentária: 24101;
Funcional programática: 23.691.1498.8527;
Projeto Atividade: Gestão do Espaço São José Liberto - Polo Joalheiro;
Natureza da Despesa: 339039 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica;
Ação Detalhada: 289928 – Manutenção do Espaço Físico - ESJL - COSANPA.
Fonte: 01500000001-003245;
Valor Mensal Estimado: R$ 2.765,00 (dois mil setecentos e sessenta e cinco reais);
Vigência: 12 (doze) meses;
Data da Assinatura: 04/09/2023;
Ordenador: PAULO EDUARDO MAESTRI BENGTSON, SECRETÁRIO.

Protocolo: 984612

DIÁRIA

PORTARIA nº182/2023 -DAF/SEDEME, 05 de setembro de 2023
Nome:Bruno da Silva Castro/matricula:nº 5918069/Cargo:Motorista/Origem:Belém-PA/Destino:Castanhal- PA/Periodo:13/09/2023/Diária:0,5 (meia)/Objetivo:Conduzir veículo oficial para transporte de servidores em atividade Institucional.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
MICHELLE ABRAHÃO ABDON
Diretora de Administração e Finanças

Protocolo: 984583

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO PARÁ

TERMO ADITIVO A CONTRATO

TERMO ADITIVO A CONTRATO
CONTRAto: 024/2017.
TERMO ADITIVO: 5º.
DATA DE ASSINATURA DO T.A.: 06.09.2023.
OBJETO: Serviços de Telefonia Fixa Comutada (STFC), com o fornecimento de Discagem Direta a Ramal (DDR) ou similar, e Linha Direta Empresarial, nas modalidades Local (L), Longa Distância Nacional (LDN), Longa Distância Internacional (LDI) e Discagem Direta Gratuita (DDG -0800), incluindo um sistema informatizado de gerenciamento on-line que permita a visualização e o gerenciamento do consumo de todos os troncos e ramais contratados e pertencentes ao Plano Corporativo, além da cessão, em regime de comodato, de aparelhos telefônicos fixos e Centrais Privadas de Comutação Telefônica (CPCT), instaladas local ou remotamente, com funções do tipo PABX.
FUNDAMENTO: Prorrogar o prazo de execução do objeto, excepcionalmente por mais 3 (três) meses a contar do dia 07/09/2023 a 06/12/2023, nos termos do artigo 71, caput, da Lei nº 13.303/16.
CONTRATADA: CLARO S/A., inscrita no CNPJ sob o nº 40.432.544/0001-47.
EDIMAR DE SOUZA GONÇALVES - PRESIDENTE EM EXERCÍCIO | CODEC.

Protocolo: 984712

DISPENSA DE LICITAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 025/2023 DE 11 DE SETEMBRO DE 2023
O Presidente em Exercício da Companhia de Desenvolvimento Econômico do Pará - CODEC no uso de suas atribuições que lhe confere o Estatuto da Companhia, à vista dos elementos contidos neste Processo Administrativo nº 2023/997846 devidamente justificado, considerando que o Parecer Jurídico nº 71/2023-DIJUR/CODEC, prevê a DISPENSA DE LICITAÇÃO em conformidade ao disposto no artigo 29, II da Lei nº 13.303/16, RESOLVE:
DECLARAR dispensável de licitação a contratação de empresa comprovadamente especializada no fornecimento de material gráfico, para suprir a necessidade da apresentação de folders em eventos os quais a CODEC/PA é parceira para apresentar o projeto do Condomínio Industrial em Castanhal, conforme especificações estabelecidas no Termo de Referência.
DETERMINAR que seja contratada a empresa IN PRIME SOLUÇÕES GRÁFICAS, inscrita no CNPJ sob o nº 15.988.569/0001-84, situada na Tv. Rui Barbosa, nº 1080 - Nazaré, Belém/PA.
EDIMAR DE SOUZA GONÇALVES-Presidente em Exercício-CODEC

Protocolo: 984805

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

TERMO DE RATIFICAÇÃO À DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 025/2023
À vista dos elementos contidos no presente processo devidamente justificado, considerando que o Parecer Jurídico nº 071/2023, prevê a DISPENSA DE LICITAÇÃO em conformidade ao disposto no artigo 29, II da Lei nº 13.303/16 e Regulamento Interno de Licitações e Contratos - CODEC/PA, RATIFICO a Dispensa de Licitação nº 025/2023, na forma abaixo:
NÚMERO DA DISPENSA:025/2023
DATA DA DISPENSA: 11/09/2023
DATA DA RATIFICAÇÃO:11/09/2023
OBJETO: Material gráfico, para suprir a necessidade da apresentação de folders em eventos os quais a CODEC/PA é parceira para apresentar o projeto do Condomínio Industrial em Castanhal, conforme especificações estabelecidas no Termo de Referência.
CONTRATADA: IN PRIME SOLUÇÕES GRÁFICAS, inscrita no CNPJ sob o nº 15.988.569/0001-84, situada na Tv. Rui Barbosa, nº 1080 - Nazaré, Belém/PA.
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 700201.22.122.1297.8338 - Operacionalização das Ações Administrativas; Elemento de Despesa: 339039 (Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica); Fonte: 01501000061; Valor: R$ 1.600,00 (mil e seiscentos reais) .
FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 29, II, da Lei nº 13.303/16, Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CODEC/PA.
JUSTIFICATIVA: Anexa nos autos do Processo nº 2023/997846.
Ordenador: EDIMAR DE SOUZA GONÇALVES – Presidente, em Exercício/CODEC

Protocolo: 984810

DIÁRIA

PORTARIA Nº 203/2023 – RH/DAF
O Presidente da Companhia de Desenvolvimento Econômico do Pará – CODEC, no uso das atribuições legais que lhe confere o Estatuto e,
CONSIDERANDO os termos do Processo nº 2023/1013176 ,R E S O L V E:
CONCEDER diárias conforme abaixo:
COLABORADOR: GLENDA DO SOCORRO MACIEL MORAES CHAGAS, matrícula 5973642/ 1, Secretária de Diretoria,
OBJETIVO: A fim de representar a Codec no Grupo de Acompanhamentos de Projetos Incentivados (GAPI)
DESTINO: Castanhal
PERÍODO: 12 a 13/09/2023
QTDE : 1 e ½ (uma e meia diária)
Registre-se, publique-se e cumpra-se. Belém, 11 de setembro de 2023
EDIMAR DE SOUZA GONÇALVES -Presidente em exercício

Protocolo: 984463

PORTARIA Nº 204/2023 – RH/DAF
O Presidente da Companhia de Desenvolvimento Econômico do Pará – CODEC, no uso das atribuições legais que lhe confere o Estatuto e,
CONSIDERANDO os termos do Processo nº 2023/1005712, R E S O L V E:
CONCEDER diárias conforme abaixo:
COLABORADOR: EVANDRO DINIZ SOARES JUNIOR, matrícula: 5823587/5, ocupante do cargo de Gerente de Relações Institucionais.
OBJETIVO: Para representar a CODEC no Escutas Sociais – Planejamento Estratégico de Longo Prazo do Estado do Pará (PARÁ 2050)
DESTINO: Marabá/PA
PERÍODO: 11 e 12/09/2023
QTDE : 1 e ½ (uma e meia diária)
Registre-se, publique-se e cumpra-se. Belém, 11 de setembro de 2023.
EDIMAR DE SOUZA GONCALVES -Presidente em Exercício

Protocolo: 984473

PORTARIA Nº 205/2023 – RH/DAF
O Presidente da Companhia de Desenvolvimento Econômico do Pará – CODEC, no uso das atribuições legais que lhe confere o Estatuto e,
CONSIDERANDO os termos do Processo nº 2023/1011133; R E S O L V E:
CONCEDER diárias conforme abaixo:
COLABORADOR: EVANDRO DINIZ SOARES JUNIOR, matrícula: 5823587/5, ocupante do cargo de Gerente de Relações Institucionais.
OBJETIVO: Para representar a CODEC no Escutas Sociais – Planejamento Estratégico de Longo Prazo do Estado do Pará (PARÁ 2050)
DESTINO: Altamira/PA
PERÍODO: 13 e 14/09/2023
QTDE : 1 e ½ (uma e meia diária)
Registre-se, publique-se e cumpra-se. Belém, 11 de setembro de 2023.
EDIMAR DE SOUZA GONCALVES -Presidente em Exercício

Protocolo: 984605

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARÁ

TERMO ADITIVO A CONTRATO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO
ContrAto: 43/2021 – JUCEPA.
Termo aditivo n° 02
PAE n° 2023/701562.
Exercício: 2023.
Data da Assinatura: 03/09/2023.
Vigência: 03/09/2023 a 02/09/2024.
Objeto: 1.1. De acordo com o art. 57, II da Lei n°. 8.666/93 e alterações, combinado com o previsto no instrumento originário, fica prorrogado o Contrato nº 043/2021, por 12 (doze) meses no período de 03/09/2023 a 02/09/2024.
Contratado: MAIS GÁS INDÚSTRIA DE GASES LTDA, inscrita no CNPJ sob o n° 25.089.951/0001-00.
Endereço: Rodovia Augusto Montenegro, n° 75 B, Bairro: Tapanã, CEP: 66825-522, Belém/PA.
Orçamento:
72201.23.122.1297.8338 Operacionalização das Ações Administrativas
Natureza da Despesa: 339039.00 Outros Serv de Terceiros - PJ
Fonte: 01501000061 Rec da Adm Indireta (próprios)
PI: 4120008338c
Dê ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.
Ordenadora: Cilene Moreira Sabino de Oliveira – Presidente da JUCEPA.

Protocolo: 984707

DIÁRIA

PORTARIA N° 271/2023 de 11/09/2023.
Art. 1º CONCEDER diárias aos servidores que farão visita técnica na execução dos serviços de manutenção da UD Santarém, conforme processo nº 2023/1006119.

Servidor	Matrícula	Nº de diárias	Ida	Volta
ROSA MARIA RODRIGUES LOPES	5889497/1	4,5	11/09/2023	15/09/2023
MOACIR VIEIRA GOMES SOBRINHO	57223577/2	4,5	11/09/2023	15/09/2023

OBS: A servidora Rosa Maria Rodrigues Lopes, permanecerá na cidade, por conta própria no período de 16 a 17/09.
CILENE MOREIRA SABINO DE OLIVEIRA - Presidente

Protocolo: 984670

FÉRIAS

PORTARIA N° 272/2023 de 11/09/2023.
Art. 1º CONCEDER férias ao servidor MARCELO ANTÔNIO PESSOA CEBOLÃO, matrícula nº 5917691/7, de 02/10/2023 a 16/10/2023, referente ao período aquisitivo de 20/07/2022 a 19/07/2023, conforme o processo nº 2023/1027471. CILENE MOREIRA SABINO DE OLIVEIRA - Presidente

Protocolo: 984683

SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS PÚBLICAS

DESIGNAR FISCAL DE CONTRATO

PORTARIA Nº.1022/2023, DE 06 DE SETEMBRO DE 2023.
O SECRETÁRIO ADJUNTO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto/CCG, de 22/05/2023, publicado no DOE nº. 35.408, do dia 22/05/2023,
CONSIDERANDO a orientação do art. 67, da Lei 8.666/93, e
CONSIDERANDO os termos do Processo nº 2023/161769, de 08/02/2023– COTI/SEOP.
R E S O L V E:
I-DESIGNAR o servidor ANTÔNIO RIBEIRO FURTADO, Matrícula nº 5946511/2, Cargo/Função:Coordenador de Núcleo, como fiscal do Contrato celebrado entre a Secretaria de Estado de Obras Públicas – SEOP e a Empresa abaixo:

CONTRATO	EMPRESA	OBJETO
72/2023	Print Solution Serviços de Processamento de Documentos LTDA	Locação de impressoras plotter's, com software e fornecimento de todos os insumos necessários para a realização dos serviços, incluindo a manutenção preventiva e corretiva, com a substituição de peças e suprimentos (inclusive papel em rolo), para atender as necessidades da Secretaria de Obras Públicas do Estado do Pará (SEOP).

II-DESIGNAR o servidor CARLOS HENRIQUE PINHEIRO SANTOS, Matrícula nº 5948908/3, Cargo/Função: Coordenador, para acompanhar e fiscalizar, como suplente, a execução do Contrato, acima descrito, nos impedimentos legais e eventuais do titular.
III - Esta PORTARIA entra em vigor na data da publicação.
Dê Ciência, Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
VALDIR PARRY ACATAUASSU
Secretário Adjunto.

Protocolo: 984900

TERMO ADITIVO A CONTRATO

2º TAC Nº 12/2022 - TP Nº 38/2021
Partes:
Secretaria de Estado de Obras Públicas – CNPJ 03.137.985/0001-90
Construtora Karajás LTDA, CNPJ Nº 83.310.177/0001-11
Objeto: Construção de passarela em madeira no município de Ponta de Pedras, neste Estado
Justificativa: Prorrogação de prazo, cfe. art. 57, §1º, II da Lei nº 8.666/93.
Vigência: 09/09/2023 a 10/06/2024
Data da Assinatura: 06/09/2023
Ordenador Responsável: Benedito Ruy Santos Cabral
Secretário de Estado de Obras Públicas

Protocolo: 984498

4º TAC Nº 46/2021 – TP Nº 09/2021
Partes:
Secretaria de Estado de Obras Públicas – CNPJ 03.137.985/0001-90
Implac Construções e Serviços LTDA – CNPJ 15.263.775/0001-27
Objeto: Implantação de Microssistemas Simplificado de Água nas Comunidades de Moraes de Almeida e Nova União, no município de Itaituba – Lote 2, neste Estado.
Justificativa: Prorrogação de prazo, cfe. art. 57, §1º, II.
Vigência: 07/09/2023 a 07/03/2024
Data da Assinatura: 06/09/2023
Ordenador Responsável: Benedito Ruy Santos Cabral
Secretário de Estado de Obras Públicas

Protocolo: 984882

5º TAC Nº 48/2021 - CP Nº 06/2020
Partes:
Secretaria de Estado de Obras Públicas – CNPJ 03.137.985/0001-90
Mais Brasil Construtora EIRELI, CNPJ Nº 26.916.786/0001-85
Objeto: Reforma e ampliação da câmara municipal de Ananindeua no município de Ananindeua, neste Estado.
Justificativa: Prorrogação de prazo, cfe. art. 57, §1º, II da Lei nº 8.666/93.
Vigência: 11/09/2023 a 07/02/2024
Data da Assinatura: 11/09/2023
Ordenador Responsável: Benedito Ruy Santos Cabral
Secretário de Estado de Obras Públicas

Protocolo: 984676

DIÁRIA

PORTARIA Nº. 1023/2023, DE 06 DE SETEMBRO DE 2023.
O SECRETÁRIO ADJUNTO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto/CCG, de 22/05/2023, publicado no DOE nº. 35.408, do dia 22/05/2023,
CONSIDERANDO o que dispõe os arts. 145 a 149, da Lei nº. 5.810, de 24 de janeiro de 1994; e
CONSIDERANDO os termos do Processo nº 2023/922141, de 16/08/2023 – DIFIS/SEOP;
R E S O L V E:
CONCEDER, de acordo com as bases legais vigentes, diárias aos servidores abaixo relacionados:
I-TRANSFERIR, para o período de 21 a 22/09/2023 o deslocamento dos servidores CARLOS ANDRÉ DA SILVA ARAUJO, Matrícula nº 6403603/2; Cargo/Função: Técnico em Gestão de Obras Públicas - Engenheiro Civil, e JONATAS SOARES PEREIRA, Matrícula nº 57202050/2; Cargo/Função: Motorista. autorizados a viajarem ao Município de Quatipuru/PA, anteriormente concedida para o período de 31/08 a 01/09/2023, através da PORTARIA nº 0950/2023, de 17/08/2023, publicada no DOE nº 35.512, de 21/08/2023, em virtude de mudança de agenda.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
VALDIR PARRY ACATAUASSU
Secretário Adjunto.

Protocolo: 984896

FÉRIAS

PORTARIA Nº. 0975/2023, DE 25 DE AGOSTO DE 2023.
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE OBRAS PÚBLICAS, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto/CCG de 01/01/2019, publicado no DOE nº. 33.771, de 02/01/2019,
CONSIDERANDO o art. 74, § 2º da Lei nº. 5.810 de 24 de janeiro de 1994,
CONSIDERANDO o Processo n°.2023/957773, de 24/08/2023, e os Termos do Memorando n° 25/2023, de 24/08/2023-COSG/SEOP.
R E S O L V E:
I - TRANSFERIR, por necessidade de serviço, 30 (trinta) dias de férias do servidor SANDRO ROOSEVELTT MANFREDO LIMA, matrícula nº. 57197483/1, Cargo/Função: Motorista; para o período de 11/09/2023 a 10/10/2023, anteriormente concedida através da PORTARIA nº. 0913/2023, de 03/082023, publicada no DOE n° 35.496, de 04/08/2023, referente ao período aquisitivo 05/06/2022 a 04/06/2023.
II- Esta PORTARIA entra em vigor na data de sua publicação.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Eng.º Civil BENEDITO RUY SANTOS CABRAL/CREA 8430D PA
Secretário de Estado de Obras Públicas.

Protocolo: 984913

PORTARIA Nº. 1024/2023, DE 11 DE SETEMBRO DE 2023.
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE OBRAS PÚBLICAS, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto/CCG de 01/01/2019, publicado no DOE nº. 33.771, de 02/01/2019,
CONSIDERANDO o art. 74, § 2º da Lei nº. 5.810 de 24 de janeiro de 1994,
CONSIDERANDO o Processo n°.2023/446513, de 17/04/2023-UGP/SEOP.
R E S O L V E:
I - TRANSFERIR, por necessidade de serviço, 06 (seis) dias de férias da servidora GABRIELA PAIXÃO DE ARAGÃO GESTEIRA, matrícula n°5946901/1, Cargo/Função: Assessor I; para o período de 06/10/2023 a 11/10/2023, anteriormente concedida através da PORTARIA nº. 466/2023, de 20/04/2023, publicada no DOE n° 35.374, de 25/04/2023, referente ao período aquisitivo 06/02/2021 a 05/02/2022.
II- Esta PORTARIA entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 31/08/2023.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Eng.º Civil BENEDITO RUY SANTOS CABRAL/CREA 8430D PA
Secretário de Estado de Obras Públicas.

Protocolo: 984922

COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ

TERMO ADITIVO A CONTRATO

4° TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 51/2019 - COSANPA.
OBJETO: A prorrogação do prazo de vigência contratual por mais 12 (doze) meses, iniciando em 13.09.2023, encerrando em 12.09.2024, podendo ser rescindido a qualquer tempo pela CONTRATANTE.
DATA DE ASSINATURA: 11/09/2023
DATA DE VIGÊNCIA: 13.09.2023 a 12.09.2024
CONTRATADA: EQUILIBRIUM WEB SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA - EPP, CNPJ: 07.178.322/0001-74
ORDENADOR: José Fernando De Mendonça Gomes Júnior.

Protocolo: 984564

DISPENSA DE LICITAÇÃO

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 28/2023
PARTES: A COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ – COSANPA, Sociedade de Economia Mista Estadual por ações, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.945.341/0001-90 e a empresa FEMAC GEOSOLO ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.947.057/0001-53.
DO OBJETO: Esta Dispensa de licitação tem como objeto a realização de estudos Hidrogeológicos e Geofísicos, com execução de furos de sondagem para avaliação preliminar, e construção de 03 (três) poços artesianos, inclusive com execução de instalação elétrica, automação, fornecimento e instalação de bomba submersa, barrilete e interligação à rede existente, de acordo com a demanda da COSANPA na regional UN-BA (Baixo Amazonas), no estado do Pará.
DA JUSTIFICATIVA: A COSANPA não dispõe de estrutura própria para a realização dos estudos de avaliação preliminar e posterior construção dos poços artesianos tubulares profundos, o que envolve o trabalho de equipes especializadas, com equipamentos de geofísica, maquinário de perfuração e ferramental adequado e especializado, capacitação para análise dos perfis geológicos dos furos, assim como os materiais e demais insumos necessários para execução de projetos desta natureza e responsabilidade. Portanto, o processo de contratação de empresa especializada para execução dos serviços é indispensável para melhoria do abastecimento da água, evitando-se assim o agravamento da situação dos consumidores.
DO FUNDAMENTO LEGAL: A presente contratação fundamenta-se no art. 29, inc. XV da Lei 13.303/2016.
VALOR GLOBAL ESTIMADO: R$ 6.112.380,90 (seis milhões, cento e doze mil, trezentos e oitenta reais e noventa centavos).
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: 1.6.11102.9100.31000.7200.60.00623-UN-BA
DIRETOR RESPONSÁVEL:
Anadelia Divina Santos
Diretora de Gestão de Pessoas e Logística

Protocolo: 984451

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 28/2023
Considerando o fundamento no art. 29, inc. XV, da Lei 13.303/2016 e os elementos que instruem o processo
E-2023/2172162.
Considerando os termos do Parecer Jurídico nº 314/2023 - PJU, por exigência do Art. 70, inciso V do
Regulamento Interno de Licitações e Contratos da COSANPA – RILC, resolvo RATIFICAR o Termo de Dispensa
de Licitação nº 28/2023.
VALOR GLOBAL ESTIMADO: R$ 6.112.380,90 (seis milhões, cento e doze mil, trezentos e oitenta reais e
noventa centavos).
CONTRATANTE: A COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ – COSANPA, inscrita no CNPJ/MF
sob o nº 04.945.341/0001-90.
CONTRATADO: FEMAC GEOSOLO ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº
04.947.057/0001-53.
Belém/PA, na data da assinatura 11/09/2023.
José Fernando de Mendonça Gomes Júnior
Presidente

Protocolo: 984455

COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ

PORTARIA

DESIGNAÇÃO
Processo nº 2023/979904
PORTARIA nº: 207/2023-PRESI, de 01/09/2023.
Designar a Sra. CAROLINA LIMA DOS SANTOS DA COSTA – Matrícula: 57194824/1, para substituir o Sr. VICTOR TOMIO PIMENTEL HIDAKA – Matrícula: 5971925/1, na função de titular da Gerencia da Célula Executiva de Controle de Contratos, no período de 29.08.2023 a 12.09.2023, por motivo de enfermidade.
Ordenador Responsável: Luis André Henderson Guedes de Oliveira - Diretor Presidente

Protocolo: 984741

LICENÇA PRÊMIO
Processo: 2023/893853
PORTARIA nº 208/2023-PRESI, de 01.09.2023
Nome: LUIZ ALBERTO OLIVEIRA DA SILVA JUNIOR
Matrícula: 57176101/1 – Cargo: Técnico de Informática
Período: 11.09.2023 a 10.10.2023
Período Aquisitivo: 01.08.2015 a 07.03.2022
Ordenador Responsável: Luis André Henderson Guedes de Oliveira - Diretor Presidente

Protocolo: 984747

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR, PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

PORTARIA Nº 429 DE 06 DE SETEMBRO DE 2023.
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR, PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, COM BASE NO DECRETO DE 25.07.2023, publicado no DOE Nº 35.482, de 25/07/2023.
CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº 870, de 04 de outubro de 2013.
CONSIDERANDO os termos do Processo nº 2023/431586;
R E S O L V E:
I – DESIGNAR os servidores AQUILINO MARINHO DE ARAÚJO, Identidade Funcional nº 57234718/3, ocupante do cargo Gerente e MAURÍCIO COELHO RIBEIRO, Identidade Funcional nº 5891215/2, ocupante do cargo de Coordenador, lotados na Diretoria de Administração e Finanças - DAF, na qualidade de Fiscais, que por deste instrumento tomam ciência expressa da comunicação recebida, sem prejuízo de suas atividades do cargo que ocupam, para supervisionar, fiscalizar e acompanhar a execução do Contrato nº 07/2023, celebrado entre a Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Educação Superior, Profissional e Tecnológica – SECTET e a empresa J LEMOS DE CARVALHO, inscrita no CNPJ nº 12.294.602/0001-88, que tem como objeto a contratação de serviço de locação de veículos leves e pesados, objetivando atender as necessidades da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Educação Superior, Profissional e Tecnológica.
II – Caberá aos servidores designados neste ato a obrigação de anotar em registro próprio todas as ocorrências e deficiências porventura existentes com a execução do contrato supracitado, devendo tomar providências para a regularização das faltas ou defeitos observados.
III – REVOGAR, a PORTARIA nº 270 de 26 de junho de 2023, publicada no DOE nº 35.458, de 03/07/2023.
IV – Esta PORTARIA entra em vigor na data de sua publicação.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Educação Superior, Profissional e Tecnológica, em 06 de setembro de 2023.
VICTOR ORENGEL DIAS
Secretário de Estado

Protocolo: 984449

PORTARIA Nº 430 DE 11 DE SETEMBRO DE 2023.
O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela PORTARIA nº 352/2023 de 11.08.2023, publicada no DOE nº 35.509 de 17.08.2023.
R E S O L V E:
I - DESIGNAR o servidor CLODOALDO NETO GALENO, Identidade Funcional nº 57189838-1, ocupante do cargo de Assistente Cultural-Sonoplasta, lotado na Diretoria de Administração e Finanças-DAF, como Agente Público de Controle - APC desta Secretaria, nos termos do Art. 2° da PORTARIA AGE n° 117/2014 e ao Art.1º da PORTARIA AGE nº 003/2019.
II - Esta PORTARIA entra em vigor na data de sua publicação.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Educação Superior, Profissional e Tecnológica, em 11 de setembro de 2023.
MARCO FELIPE DE LIMA VINAGRE
Diretor de Administração e Finanças

Protocolo: 984607

PORTARIA Nº 414 DE DIÁRIA DE 04/09/2023.
Lei Ordinária nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994. Decreto Estadual nº 734 de 07 de abril de 1992.
Objetivo: participar do Fórum Nacional CONSECTI & CONFAP, em parceria com a FAPESPA, CONFAP, CONSECT E SECTET, no referido município Santarém/PA.
Origem: Belém-PA / Destino: Santarém–PA.
Dias: 24/09 a 01/10/2023.
Diárias: 07 (sete) e ½ (meia).
Servidora: LETÍCIA FRANÇA SARMANHO, Identidade Funcional nº 55588623/2, ocupante do cargo de Gerente, na Diretoria de Educação Superior, Profissional e Tecnológica – DETEC.
ORDENADOR: MARCO FELIPE DE LIMA VINAGRE
*Republicado por conter incorreções.

Protocolo: 984596

DIÁRIA

PORTARIA Nº 436 DE DIÁRIA DE 11/09/2023
Lei Ordinária nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994. Decreto Estadual nº 734 de 07 de abril de 1992.
Objetivo: Participar do Fórum Nacional CONSECTI e CONFAP.
Origem: Belém-PA / Destino: Santarém-PA.
Período: 27 a 30/09/2023.
Diárias: 03 e ½ (três e meia)
Servidores: FILIPI FALCÃO DO CARMO, Mat. nº5925385/3, cargo: Coordenador .
ORDENADOR: MARCO FELIPE DE LIMA VINAGRE

Protocolo: 984903

PORTARIA Nº 436 DE DIÁRIA DE 11/09/2023
Lei Ordinária nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994. Decreto Estadual nº 734 de 07 de abril de 1992.
Objetivo: Participar do Fórum Nacional CONSECTI e CONFAP.
Origem: Belém-PA / Destino: Santarém-PA.
Período: 27 a 30/09/2023.
Diárias: 03 e ½ (três e meia)
Servidores: MARIA JOSE DE SOUSA TRINDADE, Mat. nº5897939/3, cargo: Coordenador de Núcleo.
ORDENADOR: MARCO FELIPE DE LIMA VINAGRE

Protocolo: 984835

PORTARIA Nº 432 DE DIÁRIA DE 11/09/2023
Lei Ordinária nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994. Decreto Estadual nº 734 de 07 de abril de 1992.
Objetivo: Participar do Fórum Nacional CONSECTI e CONFAP.
Origem: Belém-PA / Destino: Santarém-PA.
Período: 27 a 30/09/2023.
Diárias: 03 e ½ (três e meia)
Servidores: VITOR SALES CAMINHA, Mat. nº5968833/3, cargo: Diretor de Ciência e Tecnologia.
ORDENADOR: MARCO FELIPE DE LIMA VINAGRE

Protocolo: 984732

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS

PORTARIA

PORTARIA N°129/2023 – GABINETE, de 11 de setembro de 2023.
O Diretor-Presidente da FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS - FAPESPA, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na seção II, do art. 7°, da Lei complementar Estadual n° 061, de 24 de julho de 2017, e alterações posteriores.
CONSIDERANDO os termos do Processo n. 2023/2226363;
CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº 1.296, de 18 de outubro de 2014 - que regulamenta a Lei nº 6.555, de 3 de julho de 2003, considerando o disposto no art. 20 da Constituição Estadual combinado com o art. 17, inciso II, alínea a, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como os termos do Processo n.923840;
RESOLVE:
Art. 1º - DESIGNAR os servidores abaixo relacionados, para comporem a Comissão de Avaliação de Bens.

NOME	MATRICULA
Heloisa Helena Ferreira de Oliveira	57176411/5
Benedito de Jesus Henderson Gordo	5916900/1
Alessandra Mendes Monteiro	54191247/1
Fernando Roberto Bastos de Sousa	80845786/2

Art. 2º - Revogar os termos da PORTARIA nº 270/2022 – GABINETE, de 17 de novembro de 2022, publicada no DOE-PA nº 35.200, em 28/11/2022, pág. 79.
Art. 3º - Esta PORTARIA entra em vigor na data de sua publicação.
Registre–se, Publique-se e Cumpra-se.
Gabinete do Diretor-Presidente, em 11 de setembro de 2023.
Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Protocolo: 984810

CONTRATO

TERMO DE OUTORGA N.º 168/2023
Objeto: O apoio da Fapespa à realização do Evento "1º ENCONTRO DE TECNOLOGIA SOCIAL DA AMAZÔNIA (ETSAmazônia)", que ocorrerá no período de 21 a 25/11/2023, na Universidade Federal Rural da Amazônia (Campus Belém) & Museu Paraense Emílio Goeldi (Campus de Pesquisa – Belém), na cidade de Belém/PA.
Outorgado(a): Vania Neu
Valor: R$ 34.999,07 (trinta e quatro mil, novecentos e noventa e nove reais e sete centavos)
Data de Assinatura: 11/09/2023
Vigência: A partir da data de assinatura do instrumento até 30 (trinta) dias após o fim da realização do Evento.
Dotação Orçamentária: 19.573.1490.8699 - Promoção de Eventos Científicos e Tecnológicos.
Fonte: 01500000001
Natureza de Despesa: 339020
Marcel do Nascimento Botelho - Diretor-Presidente.

Protocolo: 984614

TERMO DE OUTORGA N.º 172/2023
Objeto: O apoio da Fapespa à realização do Evento "XIV COLÓQUIO ORGANIZAÇÕES, DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE", que ocorrerá no período de 07 a 10 de novembro de 2023, na Universidade da Amazônia – UNAMA/Alcindo Cacela, na cidade de Belém/PA.
Outorgado(a): Mário Vasconcellos Sobrinho
Valor: R$ 34.000,00 (trinta e quatro mil reais)
Data de Assinatura: 11/09/2023
Vigência: A partir da data de assinatura do instrumento até 30 (trinta) dias após o fim da realização do Evento.
Dotação Orçamentária: 19.573.1490.8699 - Promoção de Eventos Científicos e Tecnológicos.
Fonte: 01500000001
Natureza de Despesa: 339020
Marcel do Nascimento Botelho - Diretor-Presidente.

Protocolo: 984615

TERMO DE OUTORGA N.º 179/2023
Objeto: O apoio da Fapespa à realização do Evento X SEMINÁRIO DIREITO PENAL E DEMOCRACIA: "SE ESSA RUA FOSSE MINHA: SISTEMA PENAL E SEGREGAÇÃO NAS CIDADES", que ocorrerá no período de 16 a 17 de outubro de 2023, no Auditório "José Vicente Miranda", do Instituto de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Pará, na cidade de Belém/PA.
Outorgado(a): Luanna Tomaz de Souza
Valor: R$ 10.000,00 (dez mil reais)
Data de Assinatura: 11/09/2023
Vigência: A partir da data de assinatura do instrumento até 30 (trinta) dias após o fim da realização do Evento.
Dotação Orçamentária: 19.573.1490.8699 - Promoção de Eventos Científicos e Tecnológicos.
Fonte: 01500000001
Natureza de Despesa: 339020
Marcel do Nascimento Botelho - Diretor-Presidente.

Protocolo: 984617

DIÁRIA

PORTARIA Nº 095/2023 – DIRAD/FAPESPA, de 11 de SETEMBRO de 2023.
O DIRETOR ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela PORTARIA nº 074/2021 – GABINETE/FAPESPA, publicada no DOE nº 34.322 de 25.08.2020, e,
CONSIDERANDO o preconizado nos artigos 145 a 149 da Lei nº 5.810, de 24 de Janeiro de 1994;
CONSIDERANDO o memorado nº 102/2023 GABINETE
CONSIDERANDO os termos do Processo nº E-2023/2225704
R E S O L V E:
CONCEDER, de acordo com as bases legais vigentes, 1 e ½ (uma e meia) diárias ao servidor abaixo relacionado, que se deslocará conforme a seguir discriminado:
NOME: Marcel do Nascimento Botelho
MATRÍCULA: 5961460
CARGO: Diretor Presidente
TRAJETO: Belém-PA/ Parauapebas-PA /Belém-PA
PERÍODO: 11/09/2023 a 12/09/2023
QUANTIDADE: 1 e ½ (uma e meia) diárias
OBJETIVO: Acompanhar a comitiva do governo do estado, em continuidade ao programa Território de PAZ, objetivando a construção da Usina da Paz, no município de Parauapebas/PA.
Registre–se, Publique-se e Cumpra-se.
Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas – FAPESPA.
Belém (PA), 11 de Setembro de 2023.
JURANDIR SEBASTIÃO TAVARES SIDRIM
Diretor Administrativo

Protocolo: 984660

OUTRAS MATÉRIAS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO
Nº DO TERMO ADITIVO: 1º (PRIMEIRO)
TERMO DE OUTORGA Nº 020/2022
OUTORGANTE: FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA.
CNPJ: 09.025.418/0001-28
OUTORGADO: Márcio Joaquim da Silva
CPF: 061.804.364-01
OBJETO DO TERMO DE APOSTILAMENTO: 1. Alteração do Valor do Auxílio e Condições, diante de atualização monetária dos valores das bolsas de fomento, com base na PORTARIA nº. 032/2023 – GABINETE, de 29 de março de 2023 que altera parcialmente a PORTARIA nº. 141/2022, com fundamento no art. 116 c/c o art. 65, §8º da lei nº. 8.666/93. 2. Alteração do Item 2. Plano de Aplicação do Plano de Trabalho. 3. Alteração do Item 5. Cronograma de Desembolso Exclusivo para Bolsas, do Plano de Trabalho. 4. Indicação da dotação orçamentária para fazer face à atualização monetária dos valores das bolsas de fomento. 5. Prorrogação do Prazo de Execução e Vigência do Termo de Outorga, com fundamento na Subcláusula Primeira da Cláusula Quinta do referido instrumento. 6. Alteração do Item 3. Cronograma de Execução (meta, etapa ou fase), do Plano de Trabalho, com fundamento na Cláusula Sétima do referido instrumento.
DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E JUSTIFICATIVA: Art. 9º-A, § 3º da Lei nº 10.973/2004, Lei da Inovação, Art. 38, § 2º do Decreto regulamentador nº 9.283/2018, Art. 57 da Lei nº 8.666/93, Subcláusula Primeira da Cláusula Quinta do Termo de Outorga nº 020/2022, Cláusula Sétima do Termo de Outorga nº 020/2022.
DATA DA ASSINATURA: 05 de setembro de 2023.
ORDENADOR RESPONSÁVEL: MARCEL DO NASCIMENTO BOTELHO – DIRETOR-PRESIDENTE

Protocolo: 984477

CHAMADA Nº 001/2023
APOIO À REALIZAÇÃO DE EVENTOS CIENTÍFICOS, TECNOLÓGICOS E DE INOVAÇÃO INFORMATIVO
O Governo do Estado, por intermédio da Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas – Fapespa, informa que a Chamada Nº 001/2023 - APOIO À REALIZAÇÃO DE EVENTOS CIENTÍFICOS, TECNOLÓGICOS E DE INOVAÇÃO encontra-se ENCERRADA, uma vez que está finalizado o limite de recursos aportados para seu financiamento, conforme itens 2.7 e 4.
Belém, 11 de setembro de 2023.
Deyvison Medrado
Diretor Científico / FAPESPA

Protocolo: 984921

EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ

PORTARIA

PORTARIA – PRESI Nº. 145, DE 04 DE SETEMBRO DE 2023 -
O PRESIDENTE DA PRODEPA – EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO PARÁ, no uso de suas competências que lhe são conferidas pelo Art. 26, do Regimento desta empresa; R E S O L V E: Art. 1º Designar DINA ELARRAT DE ARAUJO GAMA, matrícula 5945605, Assessora I, como Gestora Titular e JOÃO DELMIRO NOBRE CARNEIRO JUNIOR, Analista de Suporte, matrícula 80845186, Gerente de divisão, como Gestor Suplente, para acompanharem e fiscalizarem a execução do serviço objeto do contrato abaixo discriminado: CONTRATO Nº. 014/202023 – PRODEPA – EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO PARÁ e QUALITECH ENGENHARIA LTDA – prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva da sede e núcleos da PRODEPA – Processo nº 2023/471903. Art. 2º Caberá aos colaboradores designados neste ato, seguir o Manual de Fiscalização dos Contratos Administrativos desta PRODEPA, de acordo com a PORTARIA nº 25 de 08 de março de 2021. Art. 3º Considerando o disposto no art. 40, inc. VII, da Lei 13.303/2016, bem como o estabelecido no RILC da PRODEPA nos termos do capítulo XVII, designar a Gerência de Projetos Infraestrutura de Telecomunicação como a responsável por deliberações técnicas para uso do contrato citado no Art. 1º. Art. 4º Os efeitos desta PORTARIA retroagem à 09/08/2023, revogando-se as disposições em contrário. Art. 5º Dê-se ciência e cumpra-se. Gabinete da Presidência da PRODEPA – Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Pará, 04 de setembro de 2023. Carlos Edilson de Almeida Maneschy - Presidente da Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Pará.

Protocolo: 984827

SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO

DESIGNAR FISCAL DE CONTRATO

PORTARIA Nº 548/2023-GEPS/SETUR DE 11 DE SETEMBRO DE 2023
CONSIDERANDO o Decreto nº. 870, de 04/10/2013 e a PORTARIA Conjunta nº. 658/SEAD, de 01/09/2014, que tratam da fiscalização dos contratos na administração pública; CONSIDERANDO os termos do Processo nº. 2023/906763; RESOLVE: I – DESIGNAR a servidora ROSEMARY REBELO PEREIRA, matrícula nº 54194422/5, Assessora, como fiscal de contrato, para fiscalizar o contrato nº 11/2023. celebrado entre o Estado do Pará, através da Secretaria de Estado de Turismo (SETUR) e o MUNICÍPIO DE VITÓRIA DO XINGU, COMO ABAIXO MELHOR SE DECLARA . II-Esta PORTARIA entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário. ORDENADORA: TIMARA DE SOUZA MIRANDA

Protocolo: 984949

CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº26/2023 – SETUR
Processo:2023/629965
Origem: Dispensa de Licitação n°05/2023
CONTRATADA: FAMTUR VIAGENS TURISMO LTDA-EPP CNPJ: N°00.848.957/0001-92
OBJETO. O objeto do presente contrato e a prestação de serviços de locação de veículos tipo ônibus.
Dotação orçamentaria:
Funcional programática: 69101.23.695.1498.8791-Apoio Técnico a Estruturação de Produtos Turísticos
Elemento de Despensa: 339039 (Pessoa Jurídica)
Fonte: 01500000001-000000-Recursos Tesouro
Plano Interno:23DEMP00309
Ação:288834
VIGÊNCIA:11/08/2023 a 10/11/2023
VALOR GLOBAL: R$ 57.199,92(cinquenta e sete mil, cento e noventa e nove reais e noventa e dois centavos)
DATA DA ASSINATURA: 10/08/2023
ORDENADOR RESPONSÁVEL: LUCAS VIEIRA TORRES, Secretário Adjunto de Estado de Turismo

Protocolo: 984944

TERMO ADITIVO A CONTRATO

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº06/2019-SETUR
PARTES: SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO – SETUR, CNPJ/MF nº15.488.858/0001-14
MOREIRA GODOY COMÉRCIO E SERVIÇOS – EIRELI, CNPJ/MF sob o n.º 15.534.401/0001-07
OBJETO: Prorrogação da vigência do Contrato original por mais 12 (doze) meses.
VIGÊNCIA: 08/09/2023 a 08/09/2024
DATA DA ASSINATURA: 08/09/2023
ORDENADOR RESPONSÁVEL: LUCAS VIERAS TORRES, Secretário Adjunto de Estado de turismo.

Protocolo: 984379

DIÁRIA

PORTARIA Nº 546/GEPS/SETUR DE 06 DE SETEMBRO DE 2023
CONSIDERANDO os termos do processo 2023/1014942; RESOLVE: Conceder 6 e ½ (seis e meia) diárias ao servidor JESUS NAZARENO PINTO DE ALMEIDA, Mat. 13277-1, Motorista. OBJ. Conduzir servidora. DESTINO: Bragança. PERÍODO: 10/09 a 16/09/2023. ORDENADORA: TIMARA DE SOUZA MIRANDA

Protocolo: 984479

PORTARIA 545/GEPS/SETUR DE 06 DE SETEMBRO DE 2023
CONSIDERANDO os termos do processo 2023/1008229; RESOLVE: Conceder 2 e ½ (duas e meia) diárias a servidora CLÁUDIA FRANCINETE DA COSTA GUIMARÃES SOUSA, mat. funcional nº 5945952/2, Gerente de Inteligencia de Mercado. OBJ. Acompanhar a entrega da obra do Centro de Convenções de Santarém(Sebastião Tapajós). E verificar em loco as pendencias e a necessidade de mobiliário e serviços para o centro. DESTINO: Santarém. PERÍODO: 05/09 a 07/09/2023. ORDENADORA: TIMARA DE SOUZA MIRANDA

Protocolo: 984476

PORTARIA 547GEPS/SETUR DE 06 DE SETEMBRO DE 2023
CONSIDERANDO os termos do processo 2023/1017178; RESOLVE: Conceder 4 e ½ (quatro e meia) diárias à servidora ROSEMARY REBELO PEREIRA, Mat. 54194422/5, Assessora. OBJ. Acompanhar e Fiscalizar o Torneio de Pesca Esportiva do Tucunaré. DESTINO: Vitória do Xingu/Pa. PERÍODO: 07 a 11 de setembro de 2023. ORDENADORA: TIMARA DE SOUZA MIRANDA

Protocolo: 984487

DEFENSORIA PÚBLICA

PORTARIA

PORTARIA Nº 694/2023/GGP/DPG, DE 06 DE SETEMBRO DE 2023.
O DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 8°, XXIV, da Lei Complementar n° 054, de 07 de fevereiro de 2006; Considerando os termos do Ofício nº 808/2023-GP, de 14 de junho de 2023, constante nos autos do Processo Administrativo Eletrônico nº 2023/702558; RESOLVE:
Prorrogar a cessão do Servidor Público ANTONIO FELIX MONTEIRO COSTA, ID Funcional nº 3158870, ao Tribunal de Justiça do Estado do Pará – TJPA, pelo período de 02 (dois) anos, a contar de 1º de novembro de 2023, com ônus para o órgão cessionário.
JOÃO PAULO CARNEIRO GONÇALVES LÉDO
Defensor Público-Geral do Estado do Pará

Protocolo: 984509

PORTARIA Nº 52/2023/GAB/DPG, DE 05 DE SETEMBRO DE 2023.
O DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 8°, VIII, da Lei Complementar n° 054, de 07 de fevereiro de 2006; Considerando a PORTARIA nº 35/2023/GAB/DPG, de 05 de junho de 2023, publicada no D.O.E nº 35.427, de 06 de junho de 2023, a qual instituiu Grupo de Trabalho para análise e proposição de medidas para o sistema carcerário no Estado do Pará; Considerando o art. 3º da mesma PORTARIA, o qual designou os membros para compor o referido Grupo de Trabalho; Considerando os termos do Processo Administrativo Eletrônico nº 2023/879631; RESOLVE:
I- Excluir, a pedido, o Defensor Público FABIANO JOSE DINIZ LOPES JUNIOR, ID Funcional nº 80845901, do Grupo de Trabalho para análise e proposição de medidas para o sistema carcerário no Estado do Pará, a contar de 01.09.2023.
II- Designar o Defensor Público MARCIO DA SILVA CRUZ, ID Funcional nº 55588733, para presidir o Grupo de Trabalho para análise e proposição de medidas para o sistema carcerário no Estado do Pará, em substituição ao Defensor Público FABIANO JOSE DINIZ LOPES JUNIOR, a contar de 01.09.2023.
JOÃO PAULO CARNEIRO GONÇALVES LÉDO
Defensor Público-Geral do Estado do Pará

Protocolo: 984481

PORTARIA Nº 53/2023/GAB/DPG, DE 05 DE SETEMBRO DE 2023.
O DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 8°, VIII, da Lei Complementar n° 054, de 07 de fevereiro de 2006; Considerando a PORTARIA nº 36/2023/GAB/DPG, de 05 de junho de 2023, publicada no D.O.E nº 35.427, de 06 de junho de 2023, a qual instituiu Grupo de Trabalho para análise e acompanhamento do Regime Semiaberto Harmonizado; Considerando o art. 3º da mesma PORTARIA, o qual designou os membros para compor o referido Grupo de Trabalho; Considerando os termos do Processo Administrativo Eletrônico nº 2023/879631; RESOLVE:
I- Excluir, a pedido, o Defensor Público FABIANO JOSE DINIZ LOPES JUNIOR, ID Funcional nº 80845901, do Grupo de Trabalho para análise e acompanhamento do Regime Semiaberto Harmonizado, a contar de 01.09.2023.
II- Designar o Defensor Público MARCIO DA SILVA CRUZ, ID Funcional nº 55588733, para presidir o Grupo de Trabalho para análise e acompanhamento do Regime Semiaberto Harmonizado, em substituição ao Defensor Público FABIANO JOSE DINIZ LOPES JUNIOR, a contar de 01.09.2023.
JOÃO PAULO CARNEIRO GONÇALVES LÉDO
Defensor Público-Geral do Estado do Pará

Protocolo: 984483

PORTARIA Nº 54/2023/GAB/DPG, DE 06 DE SETEMBRO DE 2023.
O DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 8°, VIII, da Lei Complementar n° 054, de 07 de fevereiro de 2006; Considerando a PORTARIA nº 18/2023/GAB/DPG, de 21 de março de 2023, publicada no D.O.E nº 35.333, de 22 de março de 2023, a qual designou servidores para atuarem como equipe de fiscalização do Convênio nº 931414/2022, o qual foi firmado entre a Defensoria Pública do Estado do Pará e o Ministério da Justiça e Segurança Pública – DEPEN/MJSP, referente ao Projeto Refazenda; Considerando os termos do Processo Administrativo Eletrônico nº 2023/879631; RESOLVE:
I- Excluir, a pedido, o Defensor Público FABIANO JOSE DINIZ LOPES JUNIOR, ID Funcional nº 80845901, da equipe de fiscalização do Convênio nº 931414/2022, o qual foi firmado entre a Defensoria Pública do Estado do Pará e o Ministério da Justiça e Segurança Pública – DEPEN/MJSP, referente ao Projeto Refazenda, a contar de 01.09.2023.
II- Designar o Defensor Público MARCIO DA SILVA CRUZ, ID Funcional nº 55588733, para atuar na equipe de fiscalização do Convênio nº 931414/2022, o qual foi firmado entre a Defensoria Pública do Estado do Pará e o Ministério da Justiça e Segurança Pública – DEPEN/MJSP, referente ao Projeto Refazenda, em substituição ao Defensor Público FABIANO JOSE DINIZ LOPES JUNIOR, a contar de 01.09.2023.
JOÃO PAULO CARNEIRO GONÇALVES LÉDO
Defensor Público-Geral do Estado do Pará

Protocolo: 984486

PORTARIA Nº 687/2023/GGP/DPG, DE 06 DE SETEMBRO DE 2023.
A SUBDEFENSORA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições conferidas pelo art. 9°, V, da Lei Complementar n° 54, de 07 de fevereiro de 2006; considerando o Processo Administrativo Eletrônico nº 2023/969406; RESOLVE: Conceder 02 (dois) dias de folgas compensatórias à Defensora Pública FELICIA MARQUES FIÚZA NUNES, matrícula nº 55588700/1, em razão da realização de plantão, para serem gozadas nos dias 05 e 06/09/2023.
MÔNICA PALHETA FURTADO BELÉM
Subdefensora Pública-Geral do Estado do Pará

Protocolo: 984445

PORTARIA Nº 691/2023/GGP/DPG, DE 06 DE SETEMBRO DE 2023.
A SUBDEFENSORA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 9º. V, da Lei Complementar nº 054, de 07 de fevereiro de 2006; considerando o Processo Administrativo Eletrônico nº 2023/992011; RESOLVE: RETIFICAR a PORTARIA nº 621/2023/GGP/DPG, de 16/08/2023, publicada no DOE nº 35.509, de 17/08/2023.
ONDE SE LÊ:

NOME	MATRÍCULA	PERÍODO DE FOLGAS
REINALDO MARTINS JÚNIOR	57192842/2	16, 17 e 18/2023

LEIA-SE:

NOME	MATRÍCULA	PERÍODO DE FOLGAS
REINALDO MARTINS JÚNIOR	57192842/2	16, 17 e 18/10/2023

MÔNICA PALHETA FURTADO BELÉM
Subdefensora Pública-Geral do Estado do Pará

Protocolo: 984448

PORTARIA Nº 699/2023/GGP/DPG, DE 11 DE SETEMBRO DE 2023.
O DIRETOR DO INTERIOR, no uso das atribuições delegadas pelo art. 9º, inciso II, da PORTARIA nº 60/2022/GAB/DPG, de 06 de outubro de 2022, publicada no DOE nº 35.152, de 17 de outubro de 2022; considerando o atestado médico apresentado no PAE 2023/847140, em que foi informado o afastamento da Defensora Pública Adriana Melo de Barros por 30 (trinta) dias, a contar de 24/07/2023; considerando o Processo Administrativo Eletrônico nº 2023/849705; RESOLVE: I - Designar o Defensor Público ALEXANDRE EVANGELISTA BOTELHO, ID. Funcional nº 57231645/1, para responder pela 1ª DP Cível de Parauapebas, no período de 01 a 04/08/2023, sem prejuízo de suas atribuições; II - Designar o Defensor Público BRUNO FARIAS LIMA, ID. Funcional nº 5931569/1, para responder pela 1ª DP Cível de Parauapebas, no período de 07 a 22/08/2023, sem prejuízo de suas atribuições.
DAVID OLIVEIRA PEREIRA DA SILVA
Diretor do Interior

Protocolo: 984708

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO, JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE/ITEM.
Número: 012/2023-DPE/PA
Processo nº: 2023/625729 -DPE/PA.
Objeto: O objeto da presente licitação é a Contratação de empresa especializada para prestação de fornecimento personalizado de material gráfico, para as necessidades dos eventos, projetos e ações desenvolvidos pelos demais setores da Defensoria Pública do Estado do Pará, conforme condições e exigências constantes no Edital e seus anexos. Entrega do Edital: www.gov.br/compras ou www.compraspara.pa.gov.br ou ainda na Defensoria Pública do Estado do Pará sito a Rua Padre Prudêncio nº. 154, 2º andar - CLCC, Campina, Belém – Pará, isento de qualquer taxa, mediante a gravação em mídia digital, fornecida pela empresa interessada ou por meio de solicitação via e-mail: licitacao@defensoria.pa.def.br.
Edital a partir de: 12/09/2023. Local de Abertura: www.gov.br/compras. Data da Abertura: 27/09/2023 Hora da Abertura: 10h00min (Horário de Brasília). Responsável pelo certame: Eduardo Tathuhiro Nakata. Ordenador: JOÃO PAULO CARNEIRO GONÇALVES LEDO. Defensor Público-Geral do Estado do Pará.

Protocolo: 984803

AVISO DE LICITAÇÃO
Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS, JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.
Número: 016/2023-DPE/PA
Processo nº: 2023/277107-DPE/PA.
Objeto: Registro de Preços para futura Contratação de empresa para aquisições de subscrições (assinaturas) de produtos da linha Red Hat Enterprise Linux, Red Hat OpenShift, Red Hat Ansible Automation Platform e demais produtos correlatos com suporte e manutenção, treinamento e serviços especializados, nas mesmas linhas de produtos da Red Hat, conforme especificações e quantitativos constantes no Edital e Seus Anexos.
Entrega do Edital: www.gov.br/compras ou www.compraspara.pa.gov.br ou ainda na Defensoria Pública do Estado do Pará sito a Rua Padre Prudêncio nº. 154, 2º andar - CLCC, Campina, Belém – Pará, isento de qualquer taxa, mediante a gravação em mídia digital, fornecida pela empresa interessada ou por meio de solicitação via e-mail: licitacao@defensoria.pa.def.br.
Edital a partir de: 12/09/2023. Local de Abertura: www.gov.br/compras. Data da Abertura: 26/09/2023 Hora da Abertura: 10h00min (Horário de Brasília). Responsável pelo certame: Eduardo Tathuhiro Nakata. Ordenador: JOÃO PAULO CARNEIRO GONÇALVES LEDO. Defensor Público-Geral do Estado do Pará.

Protocolo: 984808

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
INEXIGIBILIDADE Nº 016/2023
PROCESSO Nº 2023/821069 - DPE
A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ, órgão da Administração Pública do Estado, reorganizada pela Lei Complementar Estadual nº 054/2006, neste ato representada pela Defensora Pública-Geral, no âmbito das atribuições legais, conferidas pelo inciso VIII do art. 8º da Lei Complementar nº 054/2006, com base nos elementos constantes nos autos do presente processo e, fundamentado no art. 74, III, da Lei Federal nº 14.133/21, RESOLVE autorizar a contratação por INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO da empresa DOC DESIGN SERVICO DE APOIO ADMINISTRATIVO E TREINAMENTO LTDA (CNPJ nº 46.782.583/0001-50).
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS de treinamento teórico e prático de aplicação do legal design em peças jurídicas, carga horária de 12 hora/aula e adequação de 5 (cinco) peças jurídicas ou outro documento a escolha da Defensoria Pública para serem adequados ao legal design, no limite de 25 páginas, para 30 membros e servidores desta Defensoria Publica do Estado do Pará.
Valor Global de R$ 29.800,00 (vinte e nove mil e oitocentos reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
Programa/Projeto/Atividade: 03.128.1492.8740; Natureza de Despesa: 339039; Fonte: 01500000001; Plano Interno (PI): 105REC8740C; Gp Pará: 283103.
Em consequência, autorizo a contratação da Prestação de Serviços com a empresa acima identificada e determino que seja dada a devida publicidade Legal.
Belém, 11 de setembro de 2023.
JOÃO PAULO CARNEIRO GONÇALVES LEDO DEFENSOR PÚBLICO GERAL
RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO: 016/2023
PROCESSO Nº 2023/821069 - DPE
Data: 11/09/2023
Ordenador: JOÃO PAULO CARNEIRO GONÇALVES LEDO - Defensor Público Geral do Estado do Pará.

Protocolo: 984939

FÉRIAS

PORTARIA Nº 690/2023-GGP-DPG, DE 06 DE SETEMBRO DE 2023.
A SUBDEFENSORA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições conferidas pelo art. 9°, V, da Lei Complementar n° 54, de 7 de fevereiro de 2006. Considerando o PAE Nº 2023/937194. RESOLVE: Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares, com gozo contínuo, ao Defensor Público RODRIGO SOUZA DA SILVA; Id. Funcional: 5935437/1, referente ao aquisitivo (2022/2023), no período de 05/10/2023 a 03/11/2023 - 30 dias.
MÔNICA PALHETA FURTADO BELÉM
Subdefensora Pública-Geral do Estado do Pará

Protocolo: 984450

PORTARIA Nº 693/2023-GGP-DPG, DE 06 DE SETEMBRO DE 2023.
A SUBDEFENSORA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições conferidas pelo art. 9°, V, da Lei Complementar n° 54, de 7 de fevereiro de 2006. Considerando o PAE Nº 2023/1013448. RESOLVE: Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares, com gozo contínuo, ao Servidor Público EDILSON DOS SANTOS SILVA; Id. Funcional: 5129192/ 1, referente ao aquisitivo (2021/2022), no período de 02/10/2023 a 31/10/2023 – 30 dias.
MÔNICA PALHETA FURTADO BELÉM
Subdefensora Pública-Geral do Estado do Pará

Protocolo: 984444

PORTARIA Nº 686/2023-GGP-DPG, DE 05 DE SETEMBRO DE 2023.
A SUBDEFENSORA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições conferidas pelo art. 9°, V, da Lei Complementar n° 54, de 7 de fevereiro de 2006. Considerando o Processo nº 2023/832441. RESOLVE: Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares, com gozo fracionado, a Servidora Pública NATALIA SANTOS RAMOA FARIAS; Id. Funcional: 5963889/2, referente ao aquisitivo (2022/2023), nos períodos de 20/09/2023 a 04/10/2023 – 15 dias e de 22/01/2024 a 05/02/2024 – 15 dias.
MÔNICA PALHETA FURTADO BELÉM
Subdefensora Pública-Geral do Estado do Pará

Protocolo: 984440

PORTARIA Nº 689/2023-GGP-DPG, DE 06 DE SETEMBRO DE 2023.
A SUBDEFENSORA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições conferidas pelo art. 9°, V, da Lei Complementar n° 54, de 7 de fevereiro de 2006. Considerando o PAE Nº 2023/933658. RESOLVE: Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares, com gozo fracionado, ao Defensor Público JOAO PAULO FORTES PERINA; Id. Funcional: 5968106/1, referente ao aquisitivo (2022/2023), nos períodos de 24/10/2023 a 02/11/2023 – 10 dias e de 15/02/2024 a 05/03/2024 - 20 dias.
MÔNICA PALHETA FURTADO BELÉM
Subdefensora Pública-Geral do Estado do Pará

Protocolo: 984441

PORTARIA Nº 688/2023-GGP-DPG, DE 06 DE SETEMBRO DE 2023.
A SUBDEFENSORA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições conferidas pelo art. 9°, V, da Lei Complementar n° 54, de 7 de fevereiro de 2006. Considerando o 2023/1009402. RESOLVE: Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares, com gozo contínuo, ao Servidor Público JOAO CARLOS DA FONSECA; Id. Funcional: 57202183/ 1, referente ao aquisitivo (2022/2023), no período de 02/10/2023 a 31/10/2023 - 30 dias.
MÔNICA PALHETA FURTADO BELÉM
Subdefensora Pública-Geral do Estado do Pará

Protocolo: 984442

ALTERAÇÃO DE FÉRIAS

PORTARIA Nº 685/2023-GGP-DPG, DE 05 DE SETEMBRO DE 2023.
A SUBDEFENSORA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições conferidas pelo art. 9°, V, da Lei Complementar n° 54, de 7 de fevereiro de 2006.Considerando o Processo nº 2023/905344. RESOLVE: TRANSFERIR, o gozo de férias regulamentares, em período fracionado, referente ao aquisitivo (2022/2023), do Defensor Público LUCAS TEMBRA LIMA; Id. Funcional; 5968094/ 1, concedidas pela PORTARIA nº 593/2023-GGP-DPG, de 26/07/2023; publicado no Doe nº 35.491, de 01/08/2023; com gozo nos períodos de 18/09/2023 a 05/10/2023 – 18 dias e de 29/01/2024 a 09/02/2024 – 12 dias. Ficando agora alterado, o gozo para os períodos de 08/01/2024 a 19/01/2024 – 12 dias e 01/04/2024 a 18/04/2024 - 18 dias.
MÔNICA PALHETA FURTADO BELÉM
Subdefensora Pública-Geral do Estado do Pará

Protocolo: 984447

JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N° 023/TJPA/2023
ACOLHO o julgamento apresentado pela Pregoeira, referente ao Pregão Eletrônico Nº 023/TJPA/2023, que tem por objeto o Registro de Preços para eventual Aquisição de equipamentos de informática para a modernização e expansão da infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação nas Serventias Extrajudiciais de Registro do Estado do Pará, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no termo de referência, Anexo I deste edital, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no termo de referência, Anexo I do edital, e, HOMOLOGO a presente licitação. Todas as informações a respeito do certame estão disponíveis em https://www.gov.br/compras/pt-br. Belém, 06/09/2023. Secretaria de Administração do TJPA.

Protocolo: 984490

HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N° 030/TJPA/2023
ACOLHO o julgamento apresentado pela Pregoeira, referente ao Pregão Eletrônico Nº 030/TJPA/2023, que tem por objeto o Registro de Preços para eventual contratação de serviços de decoração, compreendendo aplicação de flores e florais, bem como arranjos em tecidos, metais, mesas, cadeiras, toalhas de mesa, estrutura de fundo de palco para atendimento das demandas do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, pelo período de 12 (doze) meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, Anexo I do edital.e, HOMOLOGO a presente licitação. Todas as informações a respeito do certame estão disponíveis em www.comprasgovernamentais.gov.br. Belém, 11/09/2023. Secretaria de Administração do TJPA.

Protocolo: 984516

HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N° 029/TJPA/2023
ACOLHO o julgamento apresentado pela Pregoeira, referente ao Pregão Eletrônico Nº 029/TJPA/2023, que tem por objeto o Registro de Preços para Serviços de Chaveiro em geral, com fornecimento de material para confecção de chaves, conserto, substituição e abertura de fechaduras, com finalidade de atender as demandas do Tribunal de Justiça do Estado do Pará – TJPA, pelo período de 12 meses, compreendendo o fornecimento da mão de obra e o emprego de todos os equipamentos, transporte, ferramentas e EPIs necessários à execução dos serviços, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no termo de referência, Anexo I deste edital, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no termo de referência, Anexo I do edital, e, HOMOLOGO a presente licitação. Todas as informações a respeito do certame estão disponíveis em https://www.gov.br/compras/pt-br. Belém, 06/09/2023. Secretaria de Administração do TJPA.

Protocolo: 984562

APOSTILAMENTO

EXTRATO DO TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 030/2023.
O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, neste ato representado por seu Secretário de Administração, VICENTE DE PAULA BARBOSA MARQUES JUNIOR, brasileiro, residente e domiciliado em Belém, capital do Estado do Pará, matrícula funcional n° PA91464, designado pela PORTARIA nº 407/2023-GP de 1º de fevereiro de 2023, publicada no Diário de Justiça do dia 02 fevereiro de 2023, vem autorizar o apostilamento para registrar administrativamente a cessão de crédito firmada entre a Empresa DAWCA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 20.342.633/0001-95, e o Banco do Estado do Pará, decorrente dos direitos creditórios oriundos do Contrato nº 022/2023/TJPA, bem como a anuência deste TJPA ao ajuste firmado, com fundamento legal no Art. 65, parágrafo 8° da Lei 8.666/93 e alterações, conforme solicitado pelo expediente TJPA-EXT-2023/04187 // Belém, 05 de setembro de 2023 // Responsável pela assinatura: VICENTE DE PAULA BARBOSA MARQUES JUNIOR – Secretário de Administração do TJPA.

Protocolo: 984520

LEGISLATIVO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ

AVISO DE ADIAMENTO DA CHAMADA PÚBLICANº 001/2023
A Assembleia Legislativa do Estado do Pará, através da sua Comissão Permanente de Licitação, torna pública a abertura do credenciamento abaixo: CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2023 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1802/2023, visando o credenciamento de empresas para a prestação de serviço de Telefonia Móvel Pessoal - SMP para atender o Poder Legislativo do Estado do Pará, conforme especificado em edital, cujo os envelopes seriam recebidos até às 14h30min do dia 18/09/2023. Fica ADIADA para até às 14h30min do dia 27/09/2023, a serem entregues exclusivamente na Sala da Comissão Permanente de Licitação da ALEPA, no prédio sede da Assembleia Legislativa do Estado do Pará localizado à Rua do Aveiro nº 130, Bairro Cidade Velha, Belém-PA, bem como a data da Sessão de abertura de envelopes, também, fica alterada para o dia 28/09/2023.
O Edital e seus anexos podem ser obtido no site www.alepa.pa.gov.br, "Portal da Transparência", menu "Licitações e Contratos", "Licitações".
Comissão Permanente de Licitação

Protocolo: 984967

TRIBUNAIS DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
Modalidade: Pregão Eletrônico.
Número: 10/2023.
Objeto: Contratação de pessoa jurídica especializada no fornecimento de biblioteca automatizada de fitas e servidor de rede, incluindo montagem, instalação, garantia e suporte técnico pelo período de 60 (sessenta) meses para utilização no Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE-PA), conforme condições, especificações, quantidades, características e prazos constantes no Termo de Referência – Anexo I do Edital.
Entrega do Edital: O Edital será fornecido pela internet, através dos portais do BANCO DO BRASIL, www.licitacoes-e.com.br, e do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ, https://www.tcepa.tc.br/.
Observação: Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas na interpretação do Edital e seus anexos deverá ser encaminhado ao Pregoeiro, exclusivamente por meio eletrônico, via e-mail: anderson.calandrini@tcepa.tc.br, nos termos do item 11 do Instrumento Convocatório.
Responsável pelo certame: Anderson Felipe Calandrini Braga.
Local de Abertura: Site do Banco do Brasil: http://www.licitacoes-e.com.br
Data do certame: 25 de setembro de 2023.
Hora/Dia de Recebimento das Propostas e Documentos de Habilitação: Até às 08 horas (horário oficial de Brasília-DF) do dia 25 de setembro de 2023.
Hora/Dia da Sessão Pública: 09 horas (horário oficial de Brasília-DF) do dia 25 de setembro de 2023.
Ordenadora: Rosa Egídia Crispino Calheiros Lopes – Presidente do TCE/PA

Protocolo: 984650

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N°. 13/2023
A Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando a Manifestação nº. 439/2023 – SECIN e o Parecer nº 633/2023 - PROJU, fundamentado no art. 25, inc. II c/c o art. 13, inc. VI, ambos da Lei nº. 8.666/93, RATIFICA a Inexigibilidade de Licitação para contratação direta da pessoa jurídica Núcleo de Psicoterapia Cognitiva de São Paulo S/A Ltda – EPP, CNPJ nº 01.307.296/0001-50, para a realização de palestra na campanha setembro amarelo de 2023, no valor de R$ 28.500,00 (vinte e oito mil e quinhentos reais).
Belém, 11 de setembro de 2023.
Rosa Egídia Crispino Calheiros Lopes
Presidente

Protocolo: 984695

SUPRIMENTO DE FUNDO

PORTARIA Nº 40.918, DE 11 DE SETEMBRO DE 2023.
A Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Pará, no uso de suas atribuições,
CONSIDERANDO a solicitação da 7ª CCG/SECEX, protocolizada sob o expediente nº 015034/2023,
R E S O L V E:
CONCEDER Suprimento de Fundos a servidora JESSIKA CAROLINE SOUZA COSTA, matrícula nº 0101101, Auditor de Controle Externo, para ocorrer ao pagamento das despesas abaixo citadas:
Exercício financeiro: 2023.
Valor do Suprimento: R$ 5.000,00 (cinco mil reais).
Naturezas das despesas:
Material de Consumo (339030): R$ 2.000,00;
Serviços de Terceiros Pessoa Física (339036): R$ 1.000,00
Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica (339039): R$ 2.000,00
Programa de Trabalho: 01032145585770000- Aperfeiçoamento de Mecanismo de Fiscalização.
Período de aplicação: 15 (quinze) dias, a contar da data de recebimento.
Prazo para prestação de contas: 15 (quinze) dias, após o término do período de aplicação.
Órgão: 02.101
Fonte: Tesouro
Dê-se ciência.
Gabinete da Presidência do Tribunal de Contas do Estado do Pará, em 11 de setembro de 2023.
ROSA EGÍDIA CRISPINO CALHEIROS LOPES
Presidente

Protocolo: 984548

PORTARIA Nº 40.918, DE 11 DE SETEMBRO DE 2023.
A Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Pará, no uso de suas atribuições,
CONSIDERANDO a solicitação da 7ª CCG/SECEX, protocolizada sob o expediente nº 015034/2023,
R E S O L V E:
CONCEDER Suprimento de Fundos a servidora JESSIKA CAROLINE SOUZA COSTA, matrícula nº 0101101, Auditor de Controle Externo,para ocorrer ao pagamento das despesas abaixo citadas:
Exercício financeiro: 2023.
Valor do Suprimento: R$ 5.000,00 (cinco mil reais).
Naturezas das despesas:
Material de Consumo (339030): R$ 2.000,00;
Serviços de Terceiros Pessoa Física (339036): R$ 1.000,00
Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica (339039): R$ 2.000,00
Programa de Trabalho: 01032145585770000- Aperfeiçoamento de Mecanismo de Fiscalização.
Período de aplicação: 15 (quinze) dias, a contar da data de recebimento.
Prazo para prestação de contas: 15 (quinze) dias, após o término do período de aplicação.
Órgão: 02.101
Fonte: Tesouro
Dê-se ciência.
Gabinete da Presidência do Tribunal de Contas do Estado do Pará, em 11 de setembro de 2023.
ROSA EGÍDIA CRISPINO CALHEIROS LOPES
Presidente

Protocolo: 984552

PORTARIA Nº 40.954, DE 11 DE SETEMBRO DE 2023.
A Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Pará, no uso de suas atribuições,
CONSIDERANDO o Memorando nº 46/2023 – DILP, protocolizado sob o Expediente nº 015553/2023;
R E S O L V E:
CONCEDER Suprimento de Fundos ao servidor JOSÉ CLÁUDIO COUTO SALGADO, Diretor de Logística e Patrimônio, matrícula nº0100297, para ocorrer ao pagamento das despesas abaixo citadas:
Exercício financeiro: 2023.
Valor do Suprimento: R$ 8.000,00 (oito mil reais).
Naturezas das despesas: 339030 e 339039.
Programa de Trabalho: 01032112262670000-Operacionalização das Ações Administrativas.
Período de aplicação: 60 (sessenta) dias, a contar da data de recebimento.
Prazo para prestação de contas: 15 (quinze) dias, após o término do período de aplicação.
Órgão: 02.101
Fonte: Tesouro
Dê-se ciência.
Gabinete da Presidência do Tribunal de Contas do Estado do Pará,
Em 11 de setembro de 2023.
ROSA EGIDIA CRISPINO CALHEIROS LOPES
Presidente

Protocolo: 984686

PORTARIA Nº 40.956 DE 11 DE SETEMBRO DE 2023.
A Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Pará, no uso de suas atribuições,
CONSIDERANDO o Memorando nº 97/2023 da ACRI, protocolizado sob o Expediente nº 015600/2023,
R E S O L V E:
CONCEDER Suprimento de Fundos ao servidor PAULO SÉRGIO FERREIRA DE SOUZA, Auxiliar T.C.E. Administrativo, matrícula nº 0100219, para ocorrer ao pagamento das despesas abaixo citadas:
Exercício financeiro: 2023.
Valor do Suprimento: R$ 8.000,00 (oito mil reais).
Naturezas das despesas: 339030 e 339039.
Programa de Trabalho: 01032112262670000-Operacionalização das Ações Administrativas.
Período de aplicação: 60 (sessenta) dias, a contar da data de recebimento.
Prazo para prestação de contas: 15 (quinze) dias, após o término do período de aplicação.
Órgão: 02.101
Fonte: Tesouro
Dê-se ciência.
Gabinete da Presidência do Tribunal de Contas do Estado do Pará
Em 11 de setembro de 2023.
ROSA EGÍDIA CRISPINO CALHEIROS LOPES
Presidente

Protocolo: 984691

PORTARIA Nº 40.953, DE 11 DE SETEMBRO DE 2023.
A Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Pará, no uso de suas atribuições,
CONSIDERANDO o memorando nº 035/2023 da Unidade Regional 2 - Marabá, protocolizada sob o Expediente nº 015516/2023,
R E S O L V E:
CONCEDER Suprimento de Fundos ao servidor JOSÉ WALTER RABELO DIAS FILHO, matrícula nº 0101547, para ocorrer ao pagamento das despesas abaixo citadas:
Exercício financeiro: 2023.
Valor do Suprimento: R$ 8.000,00 (oito mil reais).
Naturezas das despesas: 339030, 339036 e 339039
Programa de Trabalho: 01032112262670000-Operacionalização das Ações Administrativas.
Período de aplicação: 90 (noventa) dias, a contar da data de recebimento.
Prazo para prestação de contas: 15 (quinze) dias, após o término do período de aplicação.
Órgão: 02.101
Fonte: Tesouro
Dê-se ciência.
Gabinete da Presidência do Tribunal de Contas do Estado do Pará,
Em 11 de setembro de 2023.
ROSA EGÍDIA CRISPINO CALHEIROS LOPES
Presidente

Protocolo: 984679

MINISTÉRIO PÚBLICO

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ

PORTARIA

PORTARIA N° 465/2023/MPC-PA
Altera a PORTARIA nº 297/2023-PGC/MPC/PA e dá outras providências.
O Procurador-Geral de Contas, em exercício, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO a PORTARIA nº 297/2023-PGC/MPC/PA, de 15 de junho de 2023, que instituiu a Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável com a finalidade de elaborar, monitorar, avaliar e revisar o Plano de Logística Sustentável (PLS) do Ministério Público de Contas do Estado do Pará – MPC/PA;
CONSIDERANDO a importância de referida Comissão ser formada por representantes dos principais departamentos envolvidos nas ações necessárias para a implantação do PLS;

RESOLVE:
Art. 1º O art. 4º da PORTARIA nº 297/2023-PGC/MPC/PA passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art.4º.....
Parágrafo único. A Comissão será presidida pelo Procurador-Geral de Contas e composta pelos seguintes membros: Carlos Gondim Neves Braga (Gabinete da Procuradoria-Geral), Samuel Almeida Bittencourt (Assessoria Jurídica), Lena Marcia de Oliveira Campos (Centro de Apoio Operacional), Felipe Silva Arrivabene (Departamento de Inovação e Planejamento), Clarissa de Cerqueira Pereira (Gabinete da Subprocuradoria-Geral), José Pereira do Canto (Departamento de Inovação e Planejamento), Beatriz Abitbol de Oliveira (8ª Procuradoria de Contas), Ana Rosa Bassalo Crispino (Departamento Administrativo), Bruna Aline Bentes da Costa (Departamento de Gestão de Pessoas), David Borges Reis e Silva (Departamento de Tecnologia da Informação e Telecomunicações), Akyson Ferreira da Silva (Departamento de Aquisições, Contratos e Convênios) e Rosana Gabrielle Magno Gonçalves (Departamento de Comunicação Institucional)."
Art. 2º Esta PORTARIA entra em vigor na data de sua publicação.
Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.
Belém/PA, 06 de setembro de 2023.
PATRICK BEZERRA MESQUITA
Procurador-Geral de Contas

Protocolo: 984377

ADMISSÃO DE SERVIDOR

TERMO DE AFIRMAÇÃO E POSSE DEFERIDO A MARCO AURÉLIO FURTADO DE SOUZA, NOMEADO PARA EXERCER O CARGO EFETIVO DE ANALISTA MINISTERIAL – ESPECIALIDADE: DIREITO DO QUADRO DE PESSOAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ.
Aos onze dias do mês de setembro do corrente ano de dois mil e vinte e três o Senhor MARCO AURÉLIO FURTADO DE SOUZA, apresentou os documentos para tomar posse no cargo efetivo de ANALISTA MINISTERIAL – ESPECIALIDADE: DIREITO do quadro de pessoal do Ministério Público de Contas do Estado do Pará, para o qual foi nomeado através da PORTARIA nº 372/2023/MPC/PA, de doze de julho do corrente ano, publicada no Diário Oficial do Estado de quatorze de julho de dois mil e vinte e três, em virtude de aprovação em concurso público de provas e títulos e com fundamento na Lei Complementar Estadual nº 09/1992, alterada pela Lei Complementar Estadual nº 106/2016 (Lei Orgânica do Ministério Público de Contas do Estado do Pará) e na Lei Estadual nº 8.100/2015. Estando todos os documentos conforme e tendo sido observado o cumprimento dos requisitos legais para a investidura no cargo, nos termos do art. 21 da Lei Estadual nº 5.810/1994, o empossando presta, neste ato, o compromisso de servir e desempenhar fielmente os deveres do cargo para o qual foi nomeado, bem como de cumprir e de fazer cumprir a Constituição Federal, a Constituição do Estado do Pará e as leis do país, pelo que o Procurador-Geral de Contas do Estado, em exercício, Excelentíssimo Senhor Doutor STEPHENSON OLIVEIRA VICTER, defere o compromisso e declara-o empossado, lavrando-se o presente termo que, lido e achado conforme, vai assinado pelo Procurador-Geral de Contas, em exercício, e pelo servidor ora empossado.
MARCO AURÉLIO FURTADO DE SOUZA
STEPHENSON OLIVEIRA VICTER

Protocolo: 984710

TERMO DE ENTRADA EM EXERCÍCIO
Aos onze dias do mês de setembro de dois mil e vinte e três, na forma dos arts. 23 a 25 da Lei Estadual nº 5.810/94 (Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do Estado do Pará), entrou em exercício no cargo efetivo de ANALISTA MINISTERIAL – ESPECIALIDADE: DIREITO do quadro de pessoal do Ministério Público de Contas do Estado do Pará, o Sr. MARCO AURÉLIO FURTADO DE SOUZA, nomeado por meio da PORTARIA nº 372/2023/MPC/PA, publicada no Diário Oficial do Estado de 14/07/2023, do que, para constar, foi lavrado o presente termo que segue assinado pelo servidor e pelo Procurador-Geral de Contas, em exercício.
MARCO AURÉLIO FURTADO DE SOUZA
STEPHENSON OLIVEIRA VICTER

Protocolo: 984714

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

PORTARIA N° 468/2023/MPC/PA
O Secretário do Ministério Público de Contas do Estado, no uso das atribuições delegadas pela PORTARIA nº 030/2023-MPC/PA, de 23/01/2023,
CONSIDERANDO tudo o que consta do Processo PAE nº 2023/948060
RESOLVE:
Art. 1º Conceder ao servidor FELIPE SILVA ARRIVABENE, ocupante do cargo efetivo de Analista Ministerial- Especialidade: Controle Externo, exercendo o cargo em comissão de Chefe de Departamento, matrícula nº 200260, LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, pelo período de 04 (quatro) dias, compreendidos entre 18/08 e 21/08/2023.
Art. 2º Esta PORTARIA entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos a 18/08/2023.
Belém-PA, 11 de setembro de 2023.
Caio Anderson Da Silva Dantas
SECRETÁRIO DO MPC/PA

Protocolo: 984638

DESIGNAR FISCAL DE CONTRATO

PORTARIA N.° 039/2023/SGCC/DACC/MPC/PA
Designa fiscais de Contrato Administrativo.
O Secretário, no uso de suas atribuições legais concedidas pela PORTARIA n.º 315/2023/MPC-PA,
CONSIDERANDO que a fiscalização e execução dos contratos administrativos deve ser acompanhada por representante da Administração especialmente designado, a teor do que dispõe o art. 117, §§ 1.º e 2.º, da Lei Federal n.° 14.133/2021 e o art. 12 ao art. 17 da PORTARIA n.º 468/2022/MPC-PA.
RESOLVE:
Art. 1º Designar o servidor João Quemel Lira Junior, matrícula n.º 200272 e, no seu impedimento, o servidor Rogério Couto Felipe, matrícula 200073, para exercerem a atribuição de Fiscal do Contrato n.º 22/2023/MPC-PA, firmado entre este Ministério Público de Contas (CNPJ 05.054.978/0001/50) e Editora Fórum LTDA (CNPJ 41.769.803/0001-92,) tendo como objeto a contratação de empresa para o fornecimento de inscrições no Programa de Capacitação de 2023.
Art. 2º São atribuições do fiscal, além de outras eventualmente especificadas em lei, contrato ou instrumento congênere:
I – Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato;
II – Fiscalizar o cumprimento, pela contratada, das normas, objeto e cláusulas contratuais;
III – Registrar todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, reportando ao gestor aquelas que demandem sua intervenção;
IV – Verificar, durante toda a vigência do contrato, se a contratada mantém as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação, providenciando, quando for o caso, a atualização das certidões e juntando-as ao processo;
V – Confrontar se o valor a ser pago mensalmente à contratada está em conformidade com o valor estabelecido no termo contratual, atestando a fatura de pagamento apenas quando não houver nenhuma documentação a ser regularizada;
VI – Controlar o prazo de vigência do contrato sob sua responsabilidade, informando ao gestor a iminência de seu término;
VII- Sugerir, quando cabível, a prorrogação da vigência do contrato, em se tratando de serviço de natureza continuada.
Art. 3º As determinações que ultrapassem às atribuições do fiscal deverão ser solicitadas à Secretaria do MPC/PA, em tempo hábil, para a adoção dos procedimentos necessários com vista ao estrito cumprimento da execução do contrato.
Art. 4º As atribuições do fiscal serão complementares às do cargo que os servidores ora designados ocupam no MPC/PA.
Art. 5º Esta PORTARIA entra em vigor na data da sua publicação.
Belém/PA, 06 de setembro de 2023.
Caio Anderson da Silva Dantas
SECRETÁRIO

Protocolo: 984704

SUPRIMENTO DE FUNDO

PORTARIA N° 467/2023/MPC/PA
O Secretário do Ministério público de Contas do estado, no uso das atribuições delegadas pela PORTARIA nº 030/2023-MPC/PA, de 19/01/2023,
CONSIDERANDO o que consta no Processo PAE nº 2023/1013355;
RESOLVE:
ART. 1º CONCEDER a servidora BÁRBARA PINHEIRO AMANJÁS matrícula 200259, CPF nº 009.035.532-60, ocupante do cargo de Analista Ministerial – Controle Externo, SUPRIMENTO DE FUNDOS no valor total de R$ 6.000,00 (seis mil reais) para utilização no presente exercício financeiro, no período de 90 (noventa) dias a contar da data do deposito na conta corrente nº 13101-06 agência 1674-8, específica para suprimento de fundos, com prestação de contas no prazo de até 15 (quinze) dias, a contar do 1º (primeiro) dia útil subsequente ao término do período de aplicação.
Art. 2º As naturezas de despesas e valores referentes às mesmas estão discriminadas a seguir:
37101 01.032.1493.8515.0000 01.500.0000.0101 33.90.30.00 – R$ 1.500,00 (Material de Consumo)
37101 01.032.1493.8515.0000 01.500.0000.0101 33.90.33.00 – R$ 1.500,00 (Passagens e Locomoções)
37101 01.032.1493.8515.0000 01.500.0000.0101 33.90.36.00 – R$ 1.500,00 (Serviços de Terceiros Pessoa Física)
37101 01.032.1493.8515.0000 01.500.0000.0101 33.90.39.00 – R$ 1.500,00 (Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica)
Belém-PA, 06 de setembro de 2023.
Caio Anderson da Silva Dantas
secretário do mpc/pa

Protocolo: 984541

PORTARIA N° 469/2023/MPC/PA
O Secretário do Ministério público de Contas do estado, no uso das atribuições delegadas pela PORTARIA nº 030/2023-MPC/PA, de 19/01/2023,
CONSIDERANDO o que consta no Processo PAE nº 2023/1013790;
RESOLVE:
ART. 1º CONCEDER ao servidor SILVIO AFONSO DA SILVA MARTINS FILHO matrícula 200278, CPF nº 872.119.392-49, ocupante do cargo de Assistente Ministerial de Informática, SUPRIMENTO DE FUNDOS no valor total de R$ 4.000,00 (quatro mil reais) para utilização no presente exercício

financeiro, no período de 90 (noventa) dias a contar da data de saque do recurso da conta deste MPC/PA, com prestação de contas no prazo de até 15 (quinze) dias, a contar do 1º (primeiro) dia útil subsequente ao término do período de aplicação.
Art. 2º As naturezas de despesas e valores referentes às mesmas estão discriminadas a seguir:
37101 01.032.1493.8515.0000 01.500.0000.0101 33.90.30.00 – R$ 2.500,00 (Material de Consumo)
37101 01.032.1493.8515.0000 01.500.0000.0101 33.90.36.00 – R$ 500,00 (Serviços de Terceiros Pessoa Física)
37101 01.032.1493.8515.0000 01.500.0000.0101 33.90.39.00 – R$ 1.000,00 (Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica)
Belém-PA, 11 de setembro de 2023.
Caio Anderson da Silva Dantas
secretário do mpc/pa

Protocolo: 984684

OUTRAS MATÉRIAS

PORTARIA N° 464/2023/MPC/PA
O Procurador-Geral de Contas, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO o que consta do Processo PAE nº 2023/996565;
RESOLVE:
Art. 1º Atribuir ao servidor DAVID BORGES REIS E SILVA, matrícula 200269, ocupante do cargo efetivo de Analista Ministerial – Especialidade: Tecnologia da Informação, regime de Dedicação Exclusiva com gratificação de 100% (cem por cento) do vencimento referente ao seu cargo até ulterior deliberação.
Art. 2º Esta PORTARIA entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 11/09/2023.
Belém-PA, 06 de setembro de 2023.
PATRICK BEZERRA MESQUITA
PROCURADOR-GERAL DE CONTAS

Protocolo: 984378

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

TERMO ADITIVO A CONTRATO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO
Núm. do Termo aditivo: 2º
Núm. do ContrAto: 196/2022-MP/PA.
Partes: Ministério Público do Estado do Pará e a NORTE SERVICOS DE MAO DE OBRA EIRELI.
Objeto do ContrAto: prestação de serviços continuados de limpeza e conservação, com fornecimento de mão de obra uniformizada, material de limpeza e equipamentos nos imóveis do Ministério Público do Estado do Pará (PJ Marabá).
Justificativa do Aditamento: O valor do contrato fica repactuado em função da Convenção Coletiva de Trabalho 2023/2024 – SEAC/PA (PA 000095/2023) que estabeleceu novos pisos salariais.
Data de Assinatura: 06/09/2023
Valor: conforme a tabela abaixo

Item	Objeto	Und.	Qtd.	Valor Contratado	Valor Reajustado 1ª Repactuação	Valor Unit Mensal	Valor Total Anual
09	Serviço de limpeza e conservação em prédios do MPPA no município de Marabá	Posto de Serviço	04	3.774,85	3.911,65	15.646,60	187.759,20

O valor repactuado é a contar de 31 de março de 2023
Dotação Orçamentária: Programa de Trabalho: 12101.03.091.1494.8758. Natureza de Despesa: 339037. Fonte de Recursos: 01 500 0000 01.
Ordenador Responsável: Dr. César Bechara Nader Mattar Júnior, Procurador Geral de Justiça.

Protocolo: 984530

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO
Núm. do Termo aditivo: 4º
Núm. do ContrAto: 062/2020-MP/PA.
Partes: Ministério Público do Estado do Pará e a Empresa TECNOGERA LOCAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DE ENERGIA S/A (CNPJ 08.100.057/0001-74)
Objeto do ContrAto: Locação de grupo motor-gerador de Energia Elétrica.
Justificativa do Aditamento: Prorrogação do prazo de vigência do Contrato por mais 12 (doze) meses, nos termos do art. 57, IV da Lei nº 8.666/1993.
Data de Assinatura: 11/09/2023
Vigência do Aditamento: 19/10/2023 a 18/10/2024.
Programa de Trabalho: 12101.03.122.1494.8760. Natureza da Despesa: 3390-39. Fonte: 01.500.0000.01
Ordenador Responsável: Dr. Cesar Bechara Nader Mattar Junior, Procurador Geral de Justiça.

Protocolo: 984531

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO
Núm. do Termo aditivo: 3º
Núm. do ContrAto: 078/2020-MP/PA.
Partes: Ministério Público do Estado do Pará e a LOCALIZA VEÍCULOS ESPECIAIS S.A.
Objeto do ContrAto: a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de veículos, sem motorista, por quilometragem livre, sem combustível, para transporte de pessoas em serviço (membros, servidores e colaboradores do MPPA), materiais, documentos e pequenas cargas, para atender a demanda do Ministério Público do Estado do Pará (Município de destinação: Redenção).
Justificativa do Aditamento: O valor do contrato fica reajustado em 5,989060% referente à variação do índice IGPD-I, publicado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas –FGV, no período de dezembro/2021 a novembro/2022.
Data de Assinatura: 11/09/2023
Valor: conforme a tabela abaixo

Item	Especificação do Serviço	Quant.	Valor Unitário Anterior	Valor Unitário Reajustado	Valor Total Mensal Reajustado
1	Locação de veículo TIPO I (PICK-UP), na Região Administrativa Sudeste I, II, III, IV.	1	R$ 3.535,00	R$ 3.746,71	R$ 3.746,71

O valor repactuado é a contar de dezembro de 2023
Dotação Orçamentária: Funcional Programática: 12101.03.091.1494.8758. Natureza de Despesa: 339092. Fonte de Recursos: 01 500 0000 01.
Ordenador Responsável: Dr. César Bechara Nader Mattar Júnior, Procurador Geral de Justiça.

Protocolo: 984534

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO
Núm. do Termo aditivo: 2º
Núm. do ContrAto: 064/2023-MP/PA.
Partes: Ministério Público do Estado do Pará e a ZENITE SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA.
0645Objeto do ContrAto: prestação de serviços continuados de limpeza e conservação, com fornecimento de mão de obra uniformizada, material de limpeza e equipamentos nos imóveis do Ministério Público do Estado do Pará.
Justificativa do Aditamento: O valor do contrato fica repactuado em função da Convenção Coletiva de Trabalho 2023/2024 – SEAC/PA (PA 000095/2023) que estabeleceu novos pisos salariais.
Data de Assinatura: 11/09/2023
Valor: conforme a tabela abaixo

Item	Descrição	Qtd.	Valor Contratado	Valor 1ª Repactuação	Valor Mensal	Valor Total Anual
1	Serviço de limpeza e conservação no prédio da Promotoria de Justiça de Capanema	1	3.889,03	4.012,56	4.012,56	48.150,72
2	Serviço de limpeza e conservação no prédio da Promotoria de Justiça de Tucumã	1	2.950,00	3.045,94	3.045,94	36.551,28
3	Serviço de limpeza e conservação no prédio da Promotoria de Justiça de Parauapebas	2	3.858,33	3.983,57	7.967,14	95.605,68

O valor repactuado é a contar de 30 de junho de 2023
Dotação Orçamentária: Programa de Trabalho: 12101.03.091.1494.8758. Natureza de Despesa: 339037. Fonte de Recursos: 01500000001.
Ordenador Responsável: Dr. César Bechara Nader Mattar Júnior, Procurador Geral de Justiça.

Protocolo: 984523

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO
Núm. do Termo aditivo: 2º
Núm. do ContrAto: 189/2022-MP/PA.
Partes: Ministério Público do Estado do Pará e a NORTE SERVICOS DE MAO DE OBRA EIRELI.
Objeto do ContrAto: prestação de serviços continuados de limpeza e conservação, com fornecimento de mão de obra uniformizada, material de limpeza e equipamentos nos imóveis do Ministério Público do Estado do Pará (PJ Santarém / Teatro Vitória).
Justificativa do Aditamento: O valor do contrato fica repactuado em função da Convenção Coletiva de Trabalho 2023/2024 – SEAC/PA (PA 000095/2023) que estabeleceu novos pisos salariais.
Data de Assinatura: 06/09/2023
Valor: conforme a tabela abaixo

Item	Objeto	Quantidade (A)	Valor Unitário Contrato	Valor Unitário 1ª Repactuação (B)	Valor Mensal (C) (AxB)	Valor Anual (C x 12) (D)
10	Serviço de limpeza e conservação em prédios do MPPA no município de Santarém	7	3.774,83	3.911,12	27.377,84	328.534,08

O valor repactuado é a contar de 31 de março de 2023
Dotação Orçamentária: Programa de Trabalho: 12101.03.091.1494.8758. Natureza de Despesa: 339037. Fonte de Recursos: 01 500 0000 01.
Ordenador Responsável: Dr. César Bechara Nader Mattar Júnior, Procurador Geral de Justiça.

Protocolo: 984527

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO
Núm. do Termo aditivo: 2º
Núm. do ContrAto: 206/2022-MP/PA.
Partes: Ministério Público do Estado do Pará e a Empresa TECHLEAD IT SOLUTIONS.
Objeto do ContrAto: Contratação de Subscrições de Software e Serviços Especializados de Tecnologia da Informação.
Justificativa do Aditamento: Prorrogação do prazo de vigência do contrato por mais 12 (doze) meses, nos termos do artigo 57, II da Lei nº 8.666/1993 c/c Cláusula Décima Sexta do instrumento contratual.
Data de Assinatura: 11/09/2023
Vigência do Aditamento: 08/12/2023 a 07/12/2024.
Dotação Orçamentária: Funcional Programática: 12101.03.091.1494.8758. Natureza de Despesa: 339040. Fonte: 01 500 0000 01.
Ordenador Responsável: Dr. César Bechara Nader Mattar Júnior, Procurador Geral de Justiça.

Protocolo: 984584

APOSTILAMENTO

EXTRATO DA APOSTILA Nº 001 AO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 018/2023-MP/PA
Núm. da apostila: 001
Núm. do Termo de Cooperação Técnica: 018/2023-MP/PA.
Partes: Ministério Público do Estado do Pará e Editora e Distribuidora Educacional S/A.
Justificativa: Retificação na ementa do Termo de Cooperação acima mencionado, na razão social da instituição de ensino superior FACULDADE BRASIL INTELIGENTE S/S LTDA, para: EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A.
Ordenador Responsável: Dr. César Bechara Nader Mattar Júnior, Procurador-Geral de Justiça.

Protocolo: 984556

TERMO ADITIVO A CONVÊNIO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO
Núm. do Termo aditivo: 3º
Núm. do Convênio: 004/2021-MP/PA.
Partícipes: Ministério Público do Estado do Pará e a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (CNPJ: 00.360.305/0001-04).
Objeto do Convênio: Realização de consignação em folha de pagamento de parcelas referentes a empréstimos e financiamentos concedidos pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – CAIXA aos membros e servidores do MINISTÉRIO PÚBLICO.
Justificativa do Aditamento: Prorrogação do prazo de vigência do Convênio por mais 12 (doze) meses.
Data de Assinatura: 11/09/2022
Vigência do Aditamento: 18/09/2023 a 17/09/2024.
Ordenador Responsável: Dr. César Bechara Nader Mattar Júnior, Procurador-Geral de Justiça.

Protocolo: 984546

SUPRIMENTO DE FUNDO

PORTARIA Nº 5072/2023-MP/PGJ
O DIRETOR DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO, usando das atribuições que lhe foram delegadas por meio da PORTARIA nº 074/2015-MP/PGJ,
R E S O L V E: CONCEDER a IRANICE OLIVEIRA DA SILVA, AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO, Matrícula n.º 999.2987, lotada na Promotoria de Justiça de Novo Progresso, a importância de R$ 1.000,00 (hum mil reais), para ocorrer com despesas de Pronto Pagamento, período de aplicação 1º/9 até 31/10/2023, conforme abaixo:
PROGRAMA DE TRABALHO 12101.03.091.1494.8758
Promoção e Defesa dos Direitos Constitucionais
FONTE DE RECURSOS 0101000000
NATUREZA DA DESPESA
3390-30 - Material de Consumo - R$ 1.000,00
OBS: A prestação de contas deverá ser apresentada em 10 dias, subsequentes, após o término do período de aplicação.
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA.
BELÉM, 06 de setembro de 2023.
MARCIO ROBERTO SILVA MENEZES
DIRETOR DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO

PORTARIA Nº 5073/2023-MP/PGJ
O DIRETOR DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO, usando das atribuições que lhe foram delegadas por meio da PORTARIA nº 074/2015-MP/PGJ,
R E S O L V E: CONCEDER a IRANICE OLIVEIRA DA SILVA, AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO, Matrícula n.º 999.2987, lotada na Promotoria de Justiça de Novo Progresso, a importância de R$ 1.000,00 (hum mil reais), para ocorrer com despesas de Pronto Pagamento, período de aplicação 1º/9 até 25/9/2023, conforme abaixo:
PROGRAMA DE TRABALHO 12101.03.091.1494.8758
Promoção e Defesa dos Direitos Constitucionais
FONTE DE RECURSOS 0101000000
NATUREZA DA DESPESA
3390-36 - O.S. Terceiros - P. Física - R$ 1.000,00
OBS: A prestação de contas deverá ser apresentada até o dia 25/9/2023.
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA.
BELÉM, 06 de setembro de 2023.
MARCIO ROBERTO SILVA MENEZES
DIRETOR DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO

PORTARIA Nº 5074/2023-MP/PGJ
O DIRETOR DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO, usando das atribuições que lhe foram delegadas por meio da PORTARIA nº 074/2015-MP/PGJ,
R E S O L V E: CONCEDER a RITA CÁSSIA DA SILVA RODRIGUES, AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO, Matrícula n.º 999.2317, lotada na Promotoria de Justiça de Óbidos, a importância de R$ 330,00 (trezentos e trinta reais), para ocorrer com despesas de Pronto Pagamento, período de aplicação 4/9 até 25/09/2023, conforme abaixo:
PROGRAMA DE TRABALHO 12101.03.091.1494.8758
Promoção e Defesa dos Direitos Constitucionais.
FONTE DE RECURSOS 0101000000
NATUREZA DA DESPESA
3390-36 - O.S. Terceiros - P. Física - R$ 330,00
OBS: A prestação de contas deverá ser apresentada até o dia 25/9/2023.
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA.
BELÉM, 06 de setembro de 2023.
MARCIO ROBERTO SILVA MENEZES
DIRETOR DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO

PORTARIA Nº 5075/2023-MP/PGJ
O DIRETOR DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO, usando das atribuições que lhe foram delegadas por meio da PORTARIA nº 074/2015-MP/PGJ,
R E S O L V E: CONCEDER a EUCLIDES CARVALHO SILVA JUNIOR, AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO, Matrícula n.º 999.2583, lotado na Promotoria de Justiça de Bagre, a importância de R$ 560,00 (quinhentos e sessenta reais), para ocorrer com despesas de Pronto Pagamento, período de aplicação 5/9 até 25/9/2023, conforme abaixo:
PROGRAMA DE TRABALHO 12101.03.091.1494.8758
Promoção e Defesa dos Direitos Constitucionais
FONTE DE RECURSOS 0101000000
NATUREZA DA DESPESA
3390-36 - O.S. Terceiros - P. Física - R$ 560,00
OBS: A prestação de contas deverá ser apresentada até o dia 25/9/2023.
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA.
BELÉM, 06 de setembro de 2023.
MARCIO ROBERTO SILVA MENEZES
DIRETOR DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO

PORTARIA Nº 5076/2023-MP/PGJ
O DIRETOR DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO, usando das atribuições que lhe foram delegadas por meio da PORTARIA nº 074/2015-MP/PGJ,
R E S O L V E: CONCEDER a LUANA DA SILVA E SILVA, ASSESSORA MINISTERIAL, Matrícula n.º 999.3025, lotada na Promotoria de Justiça de Faro, a importância de R$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais), para ocorrer com despesas de Pronto Pagamento, período de aplicação 4/9 até 25/9/2023, conforme abaixo:
PROGRAMA DE TRABALHO 12101.03.091.1494.8758
Promoção e Defesa dos Direitos Constitucionais
FONTE DE RECURSOS 0101000000
NATUREZA DA DESPESA
3390-36 - O.S. Terceiros - P. Física - R$ 650,00
OBS: A prestação de contas deverá ser apresentada até o dia 25/9/2023.
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA.
BELÉM, 06 de setembro de 2023.
MARCIO ROBERTO SILVA MENEZES
DIRETOR DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO

PORTARIA Nº 5077/2023-MP/PGJ
O DIRETOR DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO, usando das atribuições que lhe foram delegadas por meio da PORTARIA nº 074/2015-MP/PGJ,
R E S O L V E: CONCEDER a GIOVANI BRENO FERNANDES, AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO, Matrícula n.º 999.1407, lotado na Promotoria de Justiça de Paragominas, a importância de R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), para ocorrer com despesas de Pronto Pagamento, período de aplicação 4/9 até 25/9/2023, conforme abaixo:
PROGRAMA DE TRABALHO 12101.03.091.1494.8758
Promoção e Defesa dos Direitos Constitucionais.
FONTE DE RECURSOS 0101000000
NATUREZA DA DESPESA
3390-36 - O.S. Terceiros - P. Física - R$ 250,00
OBS: A prestação de contas deverá ser apresentada até o dia 25/9/2023.
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA.
BELÉM, 06 de setembro de 2023.
MARCIO ROBERTO SILVA MENEZES
DIRETOR DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO

PORTARIA Nº 5078/2023-MP/PGJ
O DIRETOR DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO, usando das atribuições que lhe foram delegadas por meio da PORTARIA nº 074/2015-MP/PGJ,
R E S O L V E: CONCEDER a KATIA ONANDA RIBEIRO MENDONÇA, AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO, Matrícula n.º 999.3661, lotada na Promotoria de Justiça de Gurupá, a importância de R$ 632,50 (seiscentos e trinta e dois reais e cinquenta centavos), para ocorrer com despesas de Pronto Pagamento, período de aplicação 1º/9 até 25/9/2023, conforme abaixo:
PROGRAMA DE TRABALHO 12101.03.091.1494.8758
Promoção e Defesa dos Direitos Constitucionais.
FONTE DE RECURSOS 0101000000
NATUREZA DA DESPESA
3390-36 - O.S. Terceiros - P. Física - R$ 632,50
OBS: A prestação de contas deverá ser apresentada até o dia 25/9/2023.
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA.
BELÉM, 06 de setembro de 2023.
MARCIO ROBERTO SILVA MENEZES
DIRETOR DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO

PORTARIA Nº 5079/2023-MP/PGJ
O DIRETOR DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO, usando das atribuições que lhe foram delegadas por meio da PORTARIA nº 074/2015-MP/PGJ,
R E S O L V E: CONCEDER a ELLENI SILVA DE LIMA, AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO, Matrícula n.º 999.3692, lotada na Promotoria de Justiça de Alenquer, a importância de R$ 500,00 (quinhentos reais), para ocorrer com despesas de Pronto Pagamento, período de aplicação 4/9 até 25/9/2023, conforme abaixo:
PROGRAMA DE TRABALHO 12101.03.091.1494.8758
Promoção e Defesa dos Direitos Constitucionais.
FONTE DE RECURSOS 0101000000
NATUREZA DA DESPESA
3390-36 - O.S. Terceiros - P. Física - R$ 500,00
OBS: A prestação de contas deverá ser apresentada até o dia 25/9/2023.
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA.
BELÉM, 06 de setembro de 2023.
MARCIO ROBERTO SILVA MENEZES
DIRETOR DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO

PORTARIA Nº 5080/2023-MP/PGJ
O DIRETOR DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO, usando das atribuições que lhe foram delegadas por meio da PORTARIA nº 074/2015-MP/PGJ,
R E S O L V E: CONCEDER a CLÁUDIA ISANA BENTES BATISTA, AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO, Matrícula n.º 999.1321, lotada na Promotoria de Justiça de Prainha, a importância de R$ 800,00 (oitocentos reais), para ocorrer com despesas de Pronto Pagamento, período de aplicação 4/9 até 25/9/2023, conforme abaixo:
PROGRAMA DE TRABALHO 12101.03.091.1494.8758
Promoção e Defesa dos Direitos Constitucionais
FONTE DE RECURSOS 0101000000
NATUREZA DA DESPESA
3390-36 - O.S. Terceiros - P. Física - R$ 800,00
OBS: A prestação de contas deverá ser apresentada até o dia 25/9/2023.
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA.
BELÉM, 06 de setembro de 2023.
MARCIO ROBERTO SILVA MENEZES
DIRETOR DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO

PORTARIA Nº 5081/2023-MP/PGJ
O DIRETOR DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO, usando das atribuições que lhe foram delegadas por meio da PORTARIA nº 074/2015-MP/PGJ,
R E S O L V E: CONCEDER a ROBERTA MARCIA RIKER MADURO NASCIMENTO, AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO, Matrícula n.º 999.1641, lotada na Promotoria de Justiça de Terra Santa, a importância de R$ 400,00 (quatrocentos reais), para ocorrer com despesas de Pronto Pagamento, período de aplicação 1º/9 até 25/9/2023, conforme abaixo:
PROGRAMA DE TRABALHO 12101.03.091.1494.8758
Promoção e Defesa dos Direitos Constitucionais
FONTE DE RECURSOS 0101000000
NATUREZA DA DESPESA
3390-36 - O.S. Terceiros - P. Física - R$ 400,00

OBS: A prestação de contas deverá ser apresentada até o dia 25/9/2023.
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA.
BELÉM, 06 de setembro de 2023.
MARCIO ROBERTO SILVA MENEZES
DIRETOR DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO

PORTARIA Nº 5083/2023-MP/PGJ

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO, usando das atribuições que lhe foram delegadas por meio da PORTARIA nº 074/2015-MP/PGJ,
R E S O L V E: CONCEDER a MARCIO MARTINS DE LIMA, AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO, Matrícula n.º 999.881, lotado na Promotoria de Justiça de Conceição do Araguaia, a importância de R$ 2.000,00 (dois mil reais), para ocorrer com despesas de Pronto Pagamento, período de aplicação 5/9 até 4/11/2023, conforme abaixo:
PROGRAMA DE TRABALHO 12101.03.091.1494.8758
Promoção e Defesa dos Direitos Constitucionais.
FONTE DE RECURSOS 0101000000
NATUREZA DA DESPESA
3390-30 - Material de Consumo - R$ 1.000,00
3390-39 - O.S. Terceiros - P. Jurídica - R$ 1.000,00
OBS: A prestação de contas deverá ser apresentada em 10 dias, subsequentes, após o término do período de aplicação.
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA.
BELÉM, 11 de setembro de 2023.
MARCIO ROBERTO SILVA MENEZES
DIRETOR DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO

PORTARIA Nº 5084/2023-MP/PGJ

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO, usando das atribuições que lhe foram delegadas por meio da PORTARIA nº 074/2015-MP/PGJ,
R E S O L V E: CONCEDER a ELLENI SILVA DE LIMA, AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO, Matrícula n.º 999.3692, lotada na Promotoria de Justiça de Alenquer, a importância de R$ 500,00 (quinhentos reais), para ocorrer com despesas de Pronto Pagamento, período de aplicação 1º/9 até 31/10/2023, conforme abaixo:
PROGRAMA DE TRABALHO 12101.03.091.1494.8758
Promoção e Defesa dos Direitos Constitucionais.
FONTE DE RECURSOS 0101000000
NATUREZA DA DESPESA
3390-30 - Material de Consumo - R$ 500,00
OBS: A prestação de contas deverá ser apresentada em 10 dias, subsequentes, após o término do período de aplicação.
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA.
BELÉM, 11 de setembro de 2023.
MARCIO ROBERTO SILVA MENEZES
DIRETOR DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO

PORTARIA Nº 5086/2023-MP/PGJ

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO, usando das atribuições que lhe foram delegadas por meio da PORTARIA nº 074/2015-MP/PGJ,
R E S O L V E: CONCEDER a SUELLEN BARBOSA COUTINHO, ASSESSORA MINISTERIAL, Matrícula n.º 999.2875, lotada na Promotoria de Justiça de Tucumã, a importância de R$ 1.000,00 (hum mil reais), para ocorrer com despesas de Pronto Pagamento, período de aplicação 4/9 até 3/11/2023, conforme abaixo:
PROGRAMA DE TRABALHO 12101.03.091.1494.8758
Promoção e Defesa dos Direitos Constitucionais.
FONTE DE RECURSOS 0101000000
NATUREZA DA DESPESA
3390-30 - Material de Consumo - R$ 1.000,00
OBS: A prestação de contas deverá ser apresentada em 10 dias, subsequentes, após o término do período de aplicação.
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA.
BELÉM, 11 de setembro de 2023.
MARCIO ROBERTO SILVA MENEZES
DIRETOR DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO

PORTARIA Nº 5087/2023-MP/PGJ

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO, usando das atribuições que lhe foram delegadas por meio da PORTARIA nº 074/2015-MP/PGJ,
R E S O L V E: CONCEDER a CLAUDIA REGINA GOMES DA ROCHA, AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO, Matrícula n.º 999.1304, lotada na Promotoria de Justiça de São Francisco do Pará, a importância de R$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais), para ocorrer com despesas de Pronto Pagamento, período de aplicação 5/9 até 4/11/2023, conforme abaixo:
PROGRAMA DE TRABALHO 12101.03.091.1494.8758
Promoção e Defesa dos Direitos Constitucionais.
FONTE DE RECURSOS 0101000000
NATUREZA DA DESPESA
3390-30 - Material de Consumo - R$ 350,00
OBS: A prestação de contas deverá ser apresentada em 10 dias, subsequentes, após o término do período de aplicação.
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA.
BELÉM, 11 de setembro de 2023.
MARCIO ROBERTO SILVA MENEZES
DIRETOR DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO

PORTARIA Nº 5088/2023-MP/PGJ

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO, usando das atribuições que lhe foram delegadas por meio da PORTARIA nº 074/2015-MP/PGJ,
R E S O L V E: CONCEDER a ALESSANDRA GOMES DE SENA PANTOJA, AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO, Matrícula n.º 999.2380, lotada na Promotoria de Justiça de Igarapé-Miri, a importância de R$ 1.400,00 (hum mil e quatrocentos reais), para ocorrer com despesas de Pronto Pagamento, período de aplicação 4/9 até 25/9/2023, conforme abaixo:
PROGRAMA DE TRABALHO 12101.03.091.1494.8758
Promoção e Defesa dos Direitos Constitucionais
FONTE DE RECURSOS 0101000000
NATUREZA DA DESPESA
3390-36 - O.S. Terceiros - P. Física - R$ 1.400,00
OBS: A prestação de contas deverá ser apresentada até o dia 25/9/2023.
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA.
BELÉM, 11 de setembro de 2023.
MARCIO ROBERTO SILVA MENEZES
DIRETOR DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO

PORTARIA Nº 5089/2023-MP/PGJ

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO, usando das atribuições que lhe foram delegadas por meio da PORTARIA nº 074/2015-MP/PGJ,
R E S O L V E: CONCEDER a ALBERTO RAYOL DE MORAES, AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO, Matrícula n.º 999.920, lotado na Promotoria de Justiça de Salinópolis, a importância de R$ 1.000,00 (hum mil reais), para ocorrer com despesas de Pronto Pagamento, período de aplicação 1º/9 até 31/10/2023, conforme abaixo:
PROGRAMA DE TRABALHO 12101.03.091.1494.8758
Promoção e Defesa dos Direitos Constitucionais
FONTE DE RECURSOS 0101000000
NATUREZA DA DESPESA
3390-30 - Material de Consumo - R$ 1.000,00
OBS: A prestação de contas deverá ser apresentada em 10 dias, subsequentes, após o término do período de aplicação.
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA.
BELÉM, 11 de setembro de 2023.
MARCIO ROBERTO SILVA MENEZES
DIRETOR DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO

PORTARIA Nº 5090/2023-MP/PGJ

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO, usando das atribuições que lhe foram delegadas por meio da PORTARIA nº 074/2015-MP/PGJ,
R E S O L V E: CONCEDER a ALDAY GOMES MARTINS, AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO, Matrícula n.º 999.2883, lotada na Promotoria de Justiça Almeirim, Distrito de Monte Dourado, a importância de R$ 1.000,00 (hum mil reais), para ocorrer com despesas de Pronto Pagamento, período de aplicação 1º/9 até 25/9/2023, conforme abaixo:
PROGRAMA DE TRABALHO 12101.03.091.1494.8758
Promoção e Defesa dos Direitos Constitucionais
FONTE DE RECURSOS 0101000000
NATUREZA DA DESPESA
3390-36 - O.S. Terceiros - P. Física - R$ 1.000,00
OBS: A prestação de contas deverá ser apresentada até o dia 25/9/2023.
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA.
BELÉM, 11 de setembro de 2023.
MARCIO ROBERTO SILVA MENEZES
DIRETOR DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO

PORTARIA Nº 5091/2023-MP/PGJ

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO, usando das atribuições que lhe foram delegadas por meio da PORTARIA nº 074/2015-MP/PGJ,
R E S O L V E: CONCEDER a EDIRSON OLIVEIRA DA SILVA, AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO, Matrícula n.º 999.2077, lotado na Promotoria de Justiça de Ponta de Pedras, a importância de R$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais), para ocorrer com despesas de Pronto Pagamento, período de aplicação 5/9 até 25/9/2023, conforme abaixo:
PROGRAMA DE TRABALHO 12101.03.091.1494.8758
Promoção e Defesa dos Direitos Constitucionais
FONTE DE RECURSOS 0101000000
NATUREZA DA DESPESA
3390-33 – Despesas com Locomoção – R$ 1.000,00
3390-36 - O.S. Terceiros - P. Física - R$ 500,00
OBS: A prestação de contas deverá ser apresentada até o dia 25/9/2023.
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA.
BELÉM, 11 de setembro de 2023.
MARCIO ROBERTO SILVA MENEZES
DIRETOR DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO

Protocolo: 984645

OUTRAS MATÉRIAS

RESULTADO DE LICITAÇÃO

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO comunica aos interessados do resultado da Fase de Classificação e Julgamento das Propostas Financeiras e habilitação do Pregão Eletrônico nº. 031/2023-MP/PA, empreitada por preço global por item, no tipo menor preço, que tem como objeto o Registro de Preços para a contratação de empresa para fornecimento de letreiros de identificação de prédios (fachada):
- À vista da habilitação, foi declarada vencedora a empresa com os seguintes valores:
CNPJ 35.215.241/0001-32 - FLASH MÍDIA COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA
Total do Fornecedor:R$ 35.680,00
Item 01..... P.Unit R$ 180,00 ..... Valor Total R$ 7.200,00
Item 02..... P.Unit R$ 200,00 ..... Valor Total R$ 1.200,00
Item 08..... P.Unit R$ 88,00 ..... Valor Total R$ 27.280,00
Valor Total do Certame: R$ 35.680,00
Belém (PA), 11 de Setembro de 2023
Amanda Nathália Galvão Guiomarino
Pregoeira MPE/PA

Protocolo: 984575

MUNICÍPIOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA/PA
EXTRATO DE TERMO ADITIVO
DECORRENTE: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 014/2021

Contratante: Prefeitura Municipal de Abaetetuba/Secretaria Municipal de Assistência Social/Fundo Municipal de Assistência Social. Objeto: Termo Aditivo ao Contrato Administrativo Nº 2021/037, oriundo da Dispensa de Licitação nº 014/2021, tendo como objeto, Locação de Imóvel Destinado ao Funcionamento da Secretaria Municipal de Assistência Social no Município de Abaetetuba/Pa. Origem: Contrato nº 2021/037. Contratado: Edval Augusto Das Chagas, CPF: 069.639.782-04. 2º Termo Aditivo de Prorrogação de Prazo por mais 12 (doze) meses a partir de 12 de abril de 2023 à 12 de Abril de 2024; nos termos do art. 57, II §2º da Lei 8.666/93. **Josiane da Costa Baia - Secretária Municipal de Assistência Social.**

Protocolo: 984811

PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA/PA
EXTRATO DE CONTRATOS
CHAMADA PÚBLICA 002/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2023/0519-001-PMA
MODALIDADE: CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2023

Objeto: Credenciamento de Artistas Individuais e/ou Grupos/Coletivos Interessados na Prestação Eventual de Serviços de Natureza Artístico-Cultural ao Município de Abaetetuba/Pa. Contratante: Município de Abaetetuba, CNPJ 05.105.127/0001-99, com a interveniência da Fundação Cultural Abaetetubense. Contratada: CONTRATO Nº 2023/177 - BANDA O BEIJO DELA, CNPJ Nº 45.335.408/001-52. Valor Global de R$ 12.000,00; Vigência: 120 dias a partir de 06/07/2023; CONTRATO Nº 2023/213 - Elizabeth Ferreira Nogueira, CPF nº 953.335.412-72. Valor Global de R$ 3.000,00; Vigência: 120 dias a partir de 02/08/2023. CONTRATO Nº 2023/243 - Sonia Maria Seixas Moraes, CPF nº 011.359.482-83. Valor Global de R$ 2.320,00; CONTRATO Nº 2023/244 - Messildo de Nazaré Correa, CPF nº 431.421.332-91. Valor Global de R$ 6.340,00; CONTRATO Nº 2023/248 - Junior Moraes Ferreira Mei, CNPJ nº 37.294.267/0001-49. Valor Global de R$ 25.666,67; CONTRATO Nº 2023/249 - Marcelo Lopes Amaral, CPF nº 863.278.102-25. Valor Global de R$ 1.500,00; CONTRATO Nº 2023/250 - Fábio Weverton Sardinha Ferreira, CPF nº 332.539.862-689. Valor Global de R$ 3.000,00; CONTRATO Nº 2023/251 - Marcele Nanhum Cardoso, CPF nº 016.811.732-04. Valor Global de R$ 3.000,00; CONTRATO Nº 2023/252 - Francinete Almeida Quaresma, CPF nº 990.341.072-72. Valor Global de R$ 3.000,00; CONTRATO Nº 2023/253 - Francielma do Socorro Maues Rodrigues, CPF nº 852.480.882-91. Valor Global de R$ 3.000,00; CONTRATO Nº 2023/254 - R Lopes da Costa, CNPJ nº 09.080.473/0001-10. Valor Global de R$ 25.666,67; CONTRATO Nº 2023/255 - Lenildo de Carvalho Amaral, CPF nº 814.869.792-20. Valor Global de R$ 3.000,00; CONTRATO Nº 2023/256 - Leila do Socorro Cardoso Ferreira, CPF nº 761.922.452-15. Valor Global de R$ 4.000,00; CONTRATO Nº 2023/257 - Marcelo Pedro Lacerda Santos Araujo, CPF nº 008.446.412-78. Valor Global de R$ 3.000,00; CONTRATO Nº 2023/258 - Abner José Ferreira Vasconcelos, CPF nº 024.162.792-38. Valor Global de R$ 3.000,00; CONTRATO Nº 2023/259 - Dayana dos Santos Ferreira, CPF nº 032.112.702-13. Valor Global de R$ 3.000,00; CONTRATO Nº 2023/260 - Alessandra da Costa GOMES, CPF Nº 924.615.902-06. Valor Global de R$ 3.000,00; CONTRATO Nº 2023/261 - Jose Carlos Gonçalves Farias dos Santos, CPF nº 710.684.792-56. Valor Global de R$ 3.000,00; CONTRATO Nº 2023/262 - Izonete Quaresma Feio, CPF nº 691.491.512-15, Valor Global de R$ 2.500,00; CONTRATO Nº 2023/263 - Moisés Sousa e Sousa, CPF nº 765.877.622-04, Valor Global de R$ 3.000,00; CONTRATO Nº 2023/264 - Katia dos Santos Negrão, CPF nº 734.400.602-25, Valor Global de R$ 2.500,00; CONTRATO Nº 2023/265 - Taina Ferreira Dias, CNPJ nº 50.406.076/0001-02, Valor Global de R$ 12.000,00; CONTRATO Nº 2023/266 - Lucindo Ferreira Moraes, CPF Nº 131.640.822-15, Valor Global de R$ 1.000,00; CONTRATO Nº 2023/267 - Cintia Abreu de Abreu, CPF nº 005.062.632-90, Valor Global de R$ 3.000,00; CONTRATO Nº 2023/268 - Raimundo Claudio dos Santos Lobato, CPF nº 236.076.702-00, Valor Global de R$ 2.500,00; CONTRATO Nº 2023/269 - Juracy De Jesus Gomes Monteiro, CPF nº 267.937.332-49,Valor Global de R$ 3.000,00; CONTRATO Nº 2023/270 - Joanderson Sena Pantoja, CPF nº 008.288.602-46, Valor Global de R$ 2.000,00; CONTRATO Nº 2023/271 - Banda Styllus Show, CNPJ nº 46.689.890/0001-91, Valor Global de R$ 25.666,67; CONTRATO Nº 2023/272 - Victor Matheus da Silva Cunha, CPF Nº 025.042.762-14, Valor Global de R$ 3.000,00;CONTRATO Nº 2023/273 - Marielle Mota Belo, CPF Nº 027.558.642-14, Valor Global de R$ 3.000,00; CONTRATO Nº 2023/274 - Thiago Farias Gonçalves, CPF nº 030.528.362-69,Valor Global de R$ 3.000,00; CONTRATO Nº 2023/275 - Rosaline de Paula Bitencourt Ribeiro, CPF Nº 029.885.462-74, Valor Global de R$ 3.000,00; CONTRATO Nº 2023/276 - Moises Rocha, CPF Nº 743.500.802-87, Valor Global de R$ 600,00; CONTRATO Nº 2023/277 - José Augusto Silva de Sousa das Neves, CPF nº 029.885.462-74, Valor Global de R$ 3.000,00; CONTRATO Nº 2023/279 - Adriel da Conceição Monteiro, CPF Nº 849.403.872-98, Valor Global de R$ 2.000,00; Vigência: 120 dias a partir de 11/08/2023. **Murilson Baia Monteiro - Diretor da Fundação Cultural de Abaetetubense.**

Protocolo: 984792

PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA
EXTRATO DE CONTRATO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2023/0705-001-PMA
MODALIDADE: ADESÃO Nº 006/2023

Objeto: adesão a ata de Registro de Preços, Oriunda do Pregão Presencial Para Registro de Preços nº 9.2023-00009 na Condição "Carona", Gerenciada Pela Prefeitura Municipal de Tracuateua/Pa. Que Versa sobre a aquisição de Material de Construção. Contratante: Prefeitura Municipal de Abaetetuba/PA, com interveniência da Secretaria Municipal de Obras e Viação Pública - SEMOB. Contratada: Comercial Rossy Eireli, CNPJ 03.416.298/0001-03. Contrato Adm. Nº 2023/181, Valor Global de R$ 1.502.928,30. Vigência: 120 dias a contar da data da assinatura. Assinado em: 10 de Julho de 2023. **Francineti Maria Rodrigues Carvalho - Prefeita Municipal.**

Protocolo: 984793

PREFEITURA MUNICIPAL DE AFUÁ

MUNICÍPIO DE AFUÁ
ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2023-2601001
PROCESSO ADMINISTRATIVO 1.580/2023 CONTRATO Nº 2.617/2023
Partes: MUNICIPIO DE AFUÁ/ FUNDO MUNICIPAL PARA GESTÃO DE MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDEB E A EMPRESA ABRANTES COMERCIAL LTDA. Vigência: 07/07/2023 até 06/07/2024. **Ordenadora de Despesas: KELLY CRISTINA DOS SANTOS SALOMÃO**
ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2023-2601001
PROCESSO ADMINISTRATIVO 1.580/2023 CONTRATO Nº 2.616/2023
Partes: MUNICIPIO DE AFUÁ/FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E A EMPRESA ABRANTES COMERCIAL LTDA. Vigência: 07/07/2023 até 06/07/2024.
Ordenadora de Despesas: KELLY CRISTINA DOS SANTOS SALOMÃO.

Protocolo: 984822

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALENQUER

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALENQUER-PA
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
TOMADA DE PREÇO Nº 001/2023

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ALENQUER-PA, em face da realização da TOMADA DE PREÇO Nº 001/2023, que objetivou a CONSTRUÇAO DA PRAÇA AUGUSTO DUARTE- KABICEIRA, através do Termo de Compromisso, firmado entre a Prefeitura Municipal de Alenquer-PA, conforme Solicitação do Processo Administrativo nº 29032023001, em atendimento ao disposto no art. 21, I, II e III, Lei 8666/93, decide ADJUDICAR os atos do Presidente da CPL e HOMOLOGAR o objeto da presente licitação, dos Itens pelos valores unitários às empresas abaixo relacionadas: F. MINHOZ DA COSTA EIRELI. inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 24.423.423/0001-82 ITEM: 01. Valor Total: R$ 427.044,60.

Heverton dos Santos Silva
Prefeito Municipal

Protocolo: 984830

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALENQUER/PA
EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 148.2022.02.3.02
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 148.2022.02.3.02
TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2022

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALENQUER/PA. CONTRATADA: WD COMÉRCIO E SERVIÇO LTDA, inscrita sob o CNPJ nº 31.481.043/0001-60. OBJETO: O objeto do presente Termo Aditivo é a alteração da CLÁUSULA V - DA VIGÊNCIA do Contrato original celebrado em 22/06/2022. FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 57º, da Lei Federal nº 8.666/93. DA ALTERAÇÃO: Prorrogação do Prazo, a contar de 03/08/2023 a 03/12/2023.

Protocolo: 984836

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTAMIRA

MUNICÍPIO DE ALTAMIRA/PA
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 054/2023

Refere-se à Contratação de empresa especializada em serviços de despachante para regularização, licenciamento e confecção de placas dos veículos pertencentes às frotas das Secretarias Municipais. ABERTURA: 21/09/2023, às 10Hhs no site https://www.licitanet.com.br/, Informações: https://www.licitanet.com.br/, www.tcm.gov.br, www.altamira.pa.gov.br, e-mail setorpregao.atm@gmail.com, - Setor de Licitação, situado na Rua Acesso dois 530, Bairro Premem, Altamira/PA, das 08h às 12h. **Cintia Milene Correa De Souza, Pregoeira.**

Protocolo: 984841

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARCARENA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARCARENA
AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA N° 3006/2023

Objeto: execução da seguinte obra: construção do prédio da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico - SEMADE. Abertura: 13/10/2023 as 09:00h. O edital encontra-se disponível no departamento de licitações, em dia de expediente das 08:00 às 17:00h, no prédio da prefeitura, localizado na av. Cronge da Silveira, n° 438 - altos - PC. Conego B. Campos, bairro Comercial, CEP: 68.445-000. O edital também poderá ser adquirido, gratuitamente, no portal da transparência da Prefeitura Municipal de Barcarena no seguinte endereço/link:https://barcarena.pa.gov.br/portal-da-transparencia/licitacoes, ou no portal do jurisdicionado do TCM/PA (sistema Geo-Obras). Demais informações no departamento de licitações, em dia de expediente das 08:00 às 17:00h, ou através do e-mail: licitacao.pmb@barcarena.pa.gov.br ou, ainda, pelo telefone: (91) 99190-6181. **Waldemar Cardoso Nery Júnior - Presidente da CPL.**

Protocolo: 984846

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARCARENA
RESULTADO DE JULGAMENTO
CONCORRÊNCIA N° 3004/2023

A CPL da Prefeitura Municipal de Barcarena torna público o resultado de julgamento do processo licitatório em destaque, cujo objeto é a retomada de obra de construção do complexo poliesportivo de Vila dos Cabanos, localizado na av. Cônego Batista Campos. Empresa habilitada e com proposta classificada com o respectivo valor: Genésio Rodrigues e Cia Ltda, Cnpj n° 10.887.105/0001-68, - R$ 5.648.086,52. A comissão de licitação declarou a empresa retromencionada como vencedora da licitação, conforme resultado proferido e lavrado na ata da sessão pública de abertura de sua proposta, de 8 de setembro de 2023, visto que atendeu a todos os requisitos concernentes a habilitação e proposta estabelecidos no edital, nos termos dos subitens15.3.1 e 16.14 do edital e incisos I, III a V do art. 43 da Lei n° 8.666/93. **Waldemar Cardoso Nery Júnior - Presidente da CPL.**

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 2006/2023

Após constatada a regularidade dos atos procedimentais, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Barcarena, com base no inc. VII do art. 38 e no inc. VI do art. 43 da Lei n°. 8.666/93, homologou o processo licitatório em destaque, cujo objeto é a reforma da praça José Pinheiro Rodrigues; adjudicou o objeto da licitação à empresa Bom Jesus Engenharia Ltda, Cnpj: 27.923.806/0001-08,vencedora do certame com proposta no valor de R$ 1.236.340,58; e determinou a adoção de medidas cabíveis para contratação da adjudicatária. Data do termo de homologação e adjudicação: 08/09/2023.

Protocolo: 984843

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARCARENA
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

ESPÉCIE: 8° Termo Aditivo ao Contrato nº 20220756. Processo de Concorrência nº 3-009/2021. Contrato nº 20220756. Contratante: Secretaria Municipal de Saúde. Contratado: M S Vasconcellos Construções Ltda CNPJ nº 11.162.439/0001-37. Objeto do 8° Termo Aditivo: prorrogação do prazo de execução do contrato por mais 45 (quarenta e cinco) dias consecutivos, contados a partir do dia 15 de setembro de 2023 até dia 10 de outubro de 2023. Fundamento Legal: art. 57, parágrafo 1°, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93.

Protocolo: 984844

PREFEITURA MUNICIPAL DE BREVES

PREFEITURA MUNICIPAL DE BREVES
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

ESPÉCIE: 1º Termo Aditivo de Contrato TP 2/2022-071101; Contrato nº 20220300; Contratante: FMAS; Contratada: SMP Contruções, Comercio e Serviços Eireli; Objeto:O presente Termo Aditivo objetiva a prorrogação do prazo de vigência do contrato até 27 de julho de 2023, nos termos do art. 57, §1º, IV, da Lei Federal nº 8.666/93; Vigência: 29/03/2023 a 27/07/2023.

Protocolo: 984848

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPANEMA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPANEMA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2023-PMC-SRP

Objeto: Registro de Preços Para Eventual e Futura Aquisição de Água Mineral e de Gás Liquefeito de Petróleo - Glp (Gás de Cozinha) Para atender as necessidades do Município de Capanema/Pará. Sessão Pública: 22/09/2023 às 09h, horário de Brasília. Edital disponível em: www.portaldecompraspublicas.com.br. Informações e-mail: cpl.capanema2017@gmail.com/pregoeiracapanema@gmail.com. **Laise Martins Leal - Pregoeira.**

Protocolo: 984867

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIONÓPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIONÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
E DESENVOLVIMENTO URBANO
AVISO DE RESULTADO DO JULGAMENTO
DA HABILITAÇÃO

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Curionópolis, torna público aos interessados em especial às empresas participantes da licitação em epígrafe, o resultado do JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO da CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 3-2023-006-PMC, que tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DE VIAS URBANAS NO MUNICÍPIO DE CURIONÓPOLIS/PA, ATRAVÉS DO CONVÊNIO Nº 14/2023 CELEBRADO COM O ESTADO DO PARÁ, POR MEIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS PÚBLICAS - SEOP. Cumpre ressaltar que foi inabilitada a empresa TRANSVIAS CONSTRUÇÕES E TGERRAPLENAGEM LTDA. Foi habilitada a empresa: HB20 CONSTRUÇÕES LTDA. Informamos, que a partir desta publicação está aberto o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a interposição de recurso pelas empresas interessadas quanto a fase de habilitação. Findo este prazo será marcado a data para abertura do envelope "Proposta Comercial"- **Curionópolis, 11 de setembro de 2023 - ELIZABETH Mª S. V. BOTELHO DA SILVA - Comissão Permanente de Licitação – Presidente.**

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO
AO CONTRATO Nº 20220253
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 02/2022-PMC

OBJETO: 2º TERMO ADITIVO PARA O REAJUSTE DE PREÇOS AO CONTRATO Nº 20220253, FIRMADO ENTRE A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO E A EMPRESA G. R. FROTA LTDA, CUJO OBJETO É A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DE CALÇADAS, SARJETAS, MEIO FIOS E PAVIMENTAÇÃO EM CONCRETO ARMADO, A SEREM REALIZADOS EM DIVERSOS PONTOS (RUAS) DA ZONA URBANA E RURAL DO MUNICÍPIO DE CURIONÓPOLIS.
CONTRATADA: G. R. FROTA LTDA
VALOR DO REAJUSTE CONTRATUAL: R$ 9.447.437,26 (NOVE MILHÕES, QUATROCENTOS E QUARENTA E SETE MIL, QUATROCENTOS E TRINTA E SETE REAIS E VINTE E SEIS CENTAVOS);
DATA DA ASSINATURA: 24 DE AGOSTO DE 2023
CURIONÓPOLIS, 11 DE SETEMBRO DE 2023 – ELIZABETH MARIA S. V. BOTELHO DA SILVA.

EXTRATO DO 5º TERMO ADITIVO
AO CONTRATO Nº 20210268
CONCORRÊNCIA PUBLICA Nº 10/2021

OBJETO: 5º TERMO ADITIVO PARA A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO EM MAIS 03 (TRÊS) MESES AO CONTRATO Nº 20210268, FIRMADO ENTRE A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO E A EMPRESA MULTISUL ENGENHARIA S/S LTDA, CUJO OBJETO É A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE GALERIAS DO CANAL DA AVENIDA AMAZONAS E URBANIZAÇÃO GERAL, COM CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA, QUADRA DE FUTEBOL SOCIET, ÁREAS DE LAZER E ALIMENTAÇÃO NO MUNICÍPIO DE CURIONÓPOLIS.
CONTRATADA: MULTISUL ENGENHARIA S/S LTDA
PRAZO ADITADO: 14/09/2023 A 14/12/2023
DATA DA ASSINATURA: 11 DE SETEMBRO DE 2023
CURIONÓPOLIS, 11 DE SETEMBRO DE 2023 – ELIZABETH MARIA S. V. BOTELHO DA SILVA.

Protocolo: 984860

PREFEITURA MUNICIPAL DE FARO

EXTRATO DOS CONTRATO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 2023/01

Objeto: contratação de empresa para eventual e futura aquisição de combustíveis e gás de cozinha (GLP) para atender as necessidades da PMF suas secretarias e demais fundos municipais. Contratante: Fundo Municipal de Educação/ Secretaria Municipal de Educação de Faro - CNPJ: 30.134.200/0001-06. Contratada: N M DE OLIVEIRA & CIA LTDA - ME - CNPJ: 19.439.315/0001-68. Contrato nº 2023/01.006. Valor: R$ 534.700,00.. Vigência do Contrato de 06/09/2023 a 06/09/2024.

Roosivelt Ireno Pimentel de Andrade
Secretário Municipal de Educação

Protocolo: 984871

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORESTA DO ARAGUAIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORESTA DO ARAGUAIA
AVISO DE PRORROGAÇÃO
DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO DO EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 026/2023/SRP

Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de combustíveis, com fornecimento de forma fracionada conforme demanda, para suprir as necessidades de abastecimento das máquinas e veículos a serviço da Secretaria Mun. de Obras e Transportes, Secretaria Mun. de Administração e Finanças e Gabinete da Prefeita de Floresta do Araguaia/PA. Em decorrência da realização de capacitação da Equipe de Apoio e Pregoeiro nos dias 12 e 13 de Setembro de 2023, fica Retificado o Edital e Prorrogado a data de abertura. Nova data de Abertura: 14/09/2023 às 08:15hs. Edital retificado disponível nos endereços eletrônicos: www.portaldecompraspublicas.com.br, e www.florestadoaraguaia.pa.gov.br/categoria/licitacoes, e sala da CPL no Prédio da PMFA, das 8:00 às 12:00 horas. Cel.: (94) 98405 2640. **Divailton Moreira de Souza - Pregoeiro**

AVISO DE PRORROGAÇÃO
DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO DO EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2023

Objeto: Aquisição de um Veículo Tipo Pick Up Com Gabine Simples, para o Departamento de Iluminação Pública da Prefeitura Municipal de Floresta do Araguaia - PA. Em decorrência da realização de capacitação da Equipe de Apoio e Pregoeiro nos dias 12 e 13 de Setembro de 2023, fica Retificado o Edital e Prorrogado a data de abertura. Nova data de Abertura: 15/09/2023 às 08:15hs. Edital retificado disponível nos endereços eletrônicos: www.portaldecompraspublicas.com.br, e www.florestadoaraguaia.pa.gov.br/categoria/licitacoes, e sala da CPL no Prédio da PMFA, das 8:00 às 12:00 horas. Cel.: (94) 98405 2640. **Divailton Moreira de Souza - Pregoeiro.**

Protocolo: 984874

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARABÁ

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO
INEXIGIBILIDADE Nº 013/2023-CEL/SEVOP/PMM
PROCESSO N° 20.871/2023-PMM

Objeto: CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS E COMPLEMENTARES DE FONOAUDIOLOGIA, TERAPIA OCUPACIONAL, NEUROPSICOLOGIA E PSICOPEDAGOGIA, ESPECIALIZADOS EM ANÁLISE DO COMPORTAMENTO APLICADO (ABA) OU TERAPIA DE INTEGRAÇÃO SENSORIAL, PSICOMOTROCIDADE E REABILITAÇÃO APLICADO AO AUTISMO, AOS USUÁRIOS DO SUS DE MARABÁ/PA. A Comissão Especial de Licitação - CEL/SEVOP/PMM, torna público a todos os interessados que a INEXIGIBILIDADE Nº 013/2023-CEL/SEVOP/PMM, com encerramento agendado para o dia 08.09.2023, tem o prazo prorrogado novamente até 26.09.2023. Íntegra do Edital e Informações: Sala da CEL/SEVOP/PMM - Prédio da SEVOP, Rod. BR 230 - Km 5,5 - Bairro Nova Marabá, Marabá, Pará, ou pelo e-mail: licitação.aid@maraba.pa.gov.br. **Franklin Carneiro da Silva - Presidente da Comissão Especial de Licitação/SEVOP.**

Protocolo: 984885

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) nº 047/2023-CPL/PMM
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 14.534/2023-PMM

Objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE INFORMÁTICA PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARABÁ - SMS E UNIDADES VINCULADAS. UASG: 927495. Onde sagraram vencedoras as empresas: ELETRON COMERCIO E SERVICOS EM INFORMATICA LTDA inscrita no CNPJ sob 07.164.433/0001-21, vencedora do Item: 25 perfazendo o Valor Total de R$ 2.399,80 (Dois mil, trezentos e noventa e nove reais e oitenta centavos), PONTO INFO COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA inscrita no CNPJ sob 08.255.726/0001-87, vencedora dos Itens: 12, 15, 30, 48 perfazendo o Valor Total de R$ 4.351,00 (Quatro mil, trezentos e cinquenta e um reais), T.F. COMERCIO E SERVICOS LTDA inscrita no CNPJ sob 13.035.271/0001-24, vencedora dos Itens: 16, 23, 29, 32, 33, 34, 49 perfazendo o Valor Total de R$ 44.890,31 (Quarenta e quatro mil, oitocentos e noventa reais e trinta e um centavos), CONTIGO SOLUCOES PARA GESTAO PUBLICA LTDA inscrita no CNPJ sob 14.065.989/0001-26, vencedora dos Itens: 03, 07, 18, 20, 21, 22, 26, 31, 36, 37, 40, 43, 44 perfazendo o Valor Total de R$ 6.671,00 (Seis mil, seiscentos e setenta e um reais), ALEXANDRE AUZIER DE SOUZA inscrita no CNPJ sob 15.062.186/0001-80, vencedora do Item: 24 perfazendo o Valor Total de R$ 9.000,00 (Nove mil reais), CINECON DISTRIBUIDORA LTDA inscrita no CNPJ sob 18.199.200/0001-80, vencedora do Item: 28 perfazendo o Valor Total de R$ 996,00 (Novecentos e noventa e seis reais), ELTEK DISTRIBUIDORA DE INFORMATICA E ELETRONICOS, IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA inscrita no CNPJ sob 18.828.894/0003-30, vencedora dos Itens: 17 e 19 perfazendo o Valor Total de R$ 10.850,00(Dez mil, oitocentos e cinquenta reais), JEAN ALEXANDRE WENDLER DE MORAIS inscrita no CNPJ sob 27.130.609/0001-31, vencedora dos Itens: 38 e 45 perfazendo o Valor Total de R$ 10.254,80 (Dez mil, duzentos e cinquenta e quatro reais e oitenta centavos), GGV COMERCIAL LTDA inscrita no CNPJ sob 35.236.131/0001-57, vencedora dos Itens: 02, 04, 05, 08 perfazendo o Valor Total de R$ 661,55 (Seiscentos e sessenta e um reais e cinquenta e cinco centavos), DIGITALHOUSE LTDA inscrita no CNPJ sob 37.871.120/0001-74, vencedora do Item: 01 perfazendo o Valor Total de R$ 422,85 (Quatrocentos e vinte e dois reais e oitenta e cinco centavos), C A B NOGUEIRA COMERCIO E SERVICOS LTDA inscrita no CNPJ sob 37.967.870/0001-44, vencedora dos Itens: 06, 09, 10, 11, 13, 14, 27, 46, 47, 51 perfazendo o Valor Total de R$ 7.070,00 (Sete mil, setenta reais), HYPER TECHNOLOGIES COMERCIO DE INFORMATICA E SERVICOS LTDA inscrita no CNPJ sob 40.689.972/0001-50, vencedora do Item: 35 perfazendo o Valor Total de R$ 2.982,00 (Dois mil, novecentos e oitenta e dois reais), DLB COMERCIO DE PRODUTOS DE INFORMATICA LTDA inscrita no CNPJ sob 40.708.647/0001-97, vencedora do Item: 39 perfazendo o Valor Total de R$ 5.371,00 (Cinco mil, trezentos e setenta e um reais), EVOLUX COMERCIO DE PRODUTOS PARA TELECOMUNICACOES LTDA inscrita no CNPJ sob 42.590.584/0001-42, vencedora do Item: 50 perfazendo o Valor Total de R$ 1.179,75 (Um mil, cento e setenta e nove reais e setenta e cinco centavos), pelo que HOMOLOGO o resultado. Marabá 06/09/2023 - **Monica Borchart Nicolau - Secretaria Municipal de Saúde - SMS - Portaria nº 929/2023-GP.**

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) nº 051/2023-CPL/PMM
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17.868/2023-PMM

Objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PARA O SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA - SAMU. UASG: 927495. Onde sagraram vencedoras as empresas: CLARO MED EQUIPAMENTOS MÉDICO HOSPITALAR LTDA inscrita no CNPJ sob 13.719.523/0001-34, vencedora dos Itens: 04 e 05 perfazendo o Valor Total de R$ 16.800,00 (Dezesseis mil e oitocentos reais), VITORIA LICITACOES E COMERCIO LTDA inscrita no CNPJ sob 24.005.322/0001-91, vencedora do Item: 19 perfazendo o Valor Total de R$ 19.200,00 (Dezenove mil e duzentos reais), C E C IMPORTACAO E COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS LTDA inscrita no CNPJ sob 24.864.422/0001-73, vencedora do Item: 06 perfazendo o Valor Total de R$ 3.056,00 (Três mil, cinquenta e seis reais), ARMADA ARTIGOS MILITARES LTDA inscrita no CNPJ sob 26.645.437/0001-76, vencedora do Item: 36 perfazendo o Valor Total de R$ 14.180,76 (Quatorze mil, cento e oitenta reais e setenta e seis centavos), BRASIL DEVICES EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA inscrita no CNPJ sob 34.680.592/0001-51, vencedora dos Itens: 20, 30, 31 perfazendo o Valor Total de R$ 15.400,00 (Quinze mil, quatrocentos reais), HIPERFAR MATERIAIS HOSPITALAR E MEDICAMENTOS LTDA inscrita no CNPJ sob 36.028.477/0001-22, vencedora dos Itens: 07, 10, 11, 12, 21, 28, 29, 38 perfazendo o Valor Total de R$ 16.824,38 (Dezesseis mil, oitocentos e vinte e quatro reais e trinta e oito centavos), RCORE INSUMOS MÉDICOS LTDA inscrita no CNPJ sob 38.714.672/0001-31, vencedora do Item: 9 perfazendo o Valor Total de R$ 1.520,00 (Um mil, quinhentos e vinte reais), LONDRIHOSP IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA inscrita no CNPJ sob 42.650.279/0001-07, vencedora dos Itens: 13, 14, 25, 26 perfazendo o Valor Total de R$ 48.920,00 (Quarenta e oito mil, novecentos e vinte reais), MCL COMERCIO E IMPORTACAO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA inscrita no CNPJ sob 44.572.364/0001-11, vencedora dos Itens: 16 e 17, perfazendo o Valor Total de R$ 4.760,00 (Quatro mil, setecentos e sessenta reais), COSTA & SOUZA COMERCIO HOSPITALAR LTDA inscrita no CNPJ sob 46.093.723/0001-83, vencedora do Item: 15 perfazendo o Valor Total de R$ 37.000,00 (Trinta e sete mil reais), MARCA D´ÁGUA LTDA inscrita no CNPJ sob 64.377.518/0001-21, vencedora dos Itens: 03, 22, 23, 24 perfazendo o Valor Total de R$ 3.258,78 (Três mil, duzentos e cinquenta e oito reais e setenta e oito centavos), J. RIBEIRO COMERCIO ATACADISTA LTDA inscrita no CNPJ sob 84.972.926/0001-39, vencedora do Item: 01 perfazendo o Valor Total de R$ 5.880,00 (Cinco mil, oitocentos e oitenta reais), pelo que HOMOLOGO o resultado. **Marabá 08/09/2023 - Monica Borchart Nicolau - Secretaria Municipal de Saúde - SMS - Portaria nº 929/2023-GP.**

Protocolo: 984902

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 397/2023/CPL Beneficiário - E. DA ROCHA GAMA & CIA LTDA inscrita no CNPJ sob 04.830.803/0001-24, vencedora do Item: 12 perfazendo o Valor Total de R$ 28.898,00 (Vinte e oito mil, oitocentos e noventa e oito reais), ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 398/2023/CPL Beneficiário -T.F. COMERCIO E SERVICOS LTDA inscrita no CNPJ sob 13.035.271/0001-24, vencedora dos Itens: 01 e 06 perfazendo o Valor Total de R$ 48.300,00 (Quarenta e oito mil, trezentos reais), ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 399/2023/CPL Beneficiário - EMUNA COMERCIO DE MOBILIARIO LTDA inscrita no CNPJ sob 21.523.996/0001-90, vencedora do Item: 15 perfazendo o Valor Total de R$ 15.000,00 (Quinze mil reais), ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 400/2023/CPL Beneficiário - P G LIMA COM LTDA inscrita no CNPJ sob 23.493.764/0001-61, vencedora dos Itens: 04, 09, 14 perfazendo o Valor Total de R$ 39.847,50 (Trinta e nove mil, oito e quarenta e sete reais e cinquenta centavos), ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 401/2023/CPL Beneficiário - B DA SILVA AMARAL LTDA inscrita no CNPJ sob 29.450.078/0001-90, vencedora do Item: 02, 03, 10, 11 perfazendo o Valor Total de R$ 176.550,00 (Cento e setenta e seis mil, quinhentos e cinquenta reais), ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 402/2023/CPL Beneficiário - R B DOS SANTOS COMERCIAL LTDA inscrita no CNPJ sob 29.831.760/0001-22, vencedora dos Itens: 07 e 13 perfazendo o Valor Total de R$ 15.950,00 (Quinze mil, novecentos e cinquenta reais), ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 403/2023/CPL Beneficiário - JSL COMERCIO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE LTDA inscrita no CNPJ sob 37.358.317/0001-04, vencedora do Item: 05 perfazendo o Valor Total de R$ 22.350,00 (Vinte e dois mil, trezentos e cinquenta reais), ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 404/2023/CPL Beneficiário - POLYMEDH. LTDA inscrita no CNPJ sob 63.848.345/0001-10, vencedora do Item: 08 perfazendo o Valor Total de R$ 104.400,00 (Cento e quatro mil, quatrocentos reais). A Vigência da

Ata é de 12 meses a partir da assinatura. Oriunda PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) nº 050/2023-CPL/PMM. Processo Licitatório nº 18.115/2023-PMM. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CADEIRAS, MOCHOS E LONGARINAS PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEMAIS UNIDADES VINCULADAS. **Marabá 08/09/2023 - Monica Borchart Nicolau - Secretaria Municipal de Saúde - SMS - Portaria nº 929/2023-GP.**

Protocolo: 984905

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 405/2023/CPL Beneficiário - V.A.B. PEREIRA COMÉRCIOS E SERVIÇOS LTDA inscrita no CNPJ sob 23.038.829/0001-89, vencedora dos itens: 17 e 18 perfazendo o Valor Total de R$ 34.500,00 (Trinta e quatro mil e quinhentos reais); ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 406/2023/CPL Beneficiário - V G DE SOUSA FERREIRA LTDA inscrita no CNPJ sob 23.912.114/0001-03, vencedora dos itens: 11, 12, 13, 14, 15, 16 perfazendo o Valor Total de R$ 150.840,00 (Cento e cinquenta mil, oitocentos e quarenta reais); ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 407/2023/CPL Beneficiário - SERESTA LTDA inscrita no CNPJ sob 45.557.614/0001-07, vencedora dos Itens: 01, 03, 04 perfazendo o Valor Total de R$ 225.300,00 (Duzentos e vinte e cinco mil e trezentos reais), ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 408/2023/CPL Beneficiário - BR3 COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA inscrita no CNPJ sob 46.700.625/0001-67, vencedora dos Itens: 02, 05, 06, 07, 08, 09, 10 perfazendo o Valor Total de R$ 375.895,00 (Trezentos e setenta e cinco mil, oitocentos e noventa e cinco reais). A Vigência da Ata é de 12 meses a partir da assinatura. Oriunda PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 052-2023-CPL/PMM. Processo Licitatório nº 14.539/2023-PMM. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS E ACESSÓRIOS DE PERCUSSÃO, DESTINADOS AO PROJETO BANDA TIPO FANFARRA NAS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS. Marabá 11/09/2023 - **Marilza de Oliveira Leite - Secretária Municipal de Educação - SEMED - Portaria nº 306/2019-GP.**

Protocolo: 984906

DECISÃO DA AUTORIDADE SUPERIOR
DECISÃO DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PROCESSO LICITATÓRIO N° 55.918/2017

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO/CHAMAMENTO PÚBLICO Nº.14/2017-SMS. CONTRATO DE CREDENCIAMENTO N.º 62/2018- CPL - FMS. OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE CONSIGNAÇÃO DE MATERIAL DE IMPLANTES ORTOPÉDICOS COM COMODATO DE INSTRUMENTAIS CIRÚRGICOS PELO CREDENCIADO, INTEGRANTE DA REDE PRIVADA AOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE INTERNADOS NO HOSPITAL MUNICIPAL DE MARABÁ. Considerando que a Secretaria Municipal de Saúde finalizou o Processo licitatório nº 8.163/2023-PMM, Pregão Eletrônico (SRP) Nº 035/2023-CPL/PMM, que tem por objeto aquisição de materiais de órteses, próteses e materiais especiais (OPME), por sistema de consignação, e instrumentais cirúrgicos em regime de comodato para realização de cirurgias ortopédicas/traumatológicas a serem realizadas no Hospital Municipal de Marabá (HMM), DECIDO pela rescisão amigável do CONTRATO DE CREDENCIAMENTO N.º 62/2018- CPL - FMS, para assinatura do novo contrato decorrente do novo processo licitatório, tendo em vista a vantajosidade e a ausência de prejuízos à Administração, observadas as formalidades legais e atendido o interesse público. É como fica decidido. Marabá (PA), 06 de setembro de 2023. **MONICA BORCHART NICOLAU - Secretária Municipal de Saúde.**

Protocolo: 984878

EXTRATO DE TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Termo de Homologação referente ao CONCORRÊNCIA Nº 013/2023-CEL/SEVOP/PMM, Processo n° 12.748/2023-PMM, Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS DE DRENAGEM, PAVIMENTAÇÃO E URBANIZAÇÃO NOS BAIRROS JARDIM VITÓRIA E LARANJEIRAS NO NÚCLEO CIDADE NOVA; KM-07 NO NÚCLEO NOVA MARABÁ; E ESTRADA DO MURUMURU NO NÚCLEO MORADA NOVA - ZONA URBANA DO MUNICÍPIO DE MARABÁ/PA, conforme Edital e seus Anexos; Adjudicado e Homologado a empresa G. R. FROTA EIRELI, CNPJ: 15.376.197/0001-35, vencedora com o VALOR TOTAL: R$ 14.523.741,12. Assinatura: em 11/09/2023, Secretária Municipal de Obras - **FÁBIO CARDOSO MOREIRA- Secretário.**

Protocolo: 984890

EXTRATO DE TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Termo de Homologação referente ao CONCORRÊNCIA Nº 023/2023-CEL/SEVOP/PMM, Processo n° 17.202/2023-PMM, Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS DE DRENAGEM, PAVIMENTAÇÃO E URBANIZAÇÃO NOS BAIRROS SÃO FELIX PIONEIRO, SÃO FÉLIX I e SÃO FÉLIX II - NÚCLEO SÃO FÉLIX (LOTE 5V) - MUNICÍPIO DE MARABÁ/PA, conforme Edital e seus Anexos; Adjudicado e Homologado a empresa M P ALVES CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA, inscrita no CNPJ: 21.922.022/0001-89, vencedora com o VALOR TOTAL: R$ 9.283.883,07. Assinatura: em 06/09/2023, Secretária Municipal de Obras - **FÁBIO CARDOSO MOREIRA- Secretário.**

Protocolo: 984893

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCAJUBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCAJUBA
EXTRATOS DE CONTRATOS

CONTRATO Nº 2023/08.08.001 - SEMEC. Processo nº 2023/06.06.001 - SEMAD/PMM e PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE.006.2023.PMM.SEMAD. Objeto: Aquisição de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), envazado em botijões de 13 kg, para atender as demandas de diversas Secretarias da Prefeitura Municipal de Mocajuba/PA. Contratante: Municipio De Mocajuba/Secretaria Municipal De Educação, Esporte E Cultura e Contratada: José Adriano Neves Benassuly - Epp, CNPJ/MF sob o n° 10.323.527/0001-00. Valor: R$106.400,00 (cento e seis mil e quatrocentos reais). Vigência: 12 (doze) meses. Fundamentação Legal: Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei 10.520/02. **Signatários Maria Lucilene Guimarães De Albuquerque e José Adriano Neves Benassuly: Assinatura: 08 de agosto de 2023.**

CONTRATO Nº 2023/08.08.001 - PMM

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2023/06.06.001 - SEMAD PMM e PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE.006.2023.PMM.SEMAD. Objeto: Aquisição de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), envazado em botijões de 13 kg, para atender as demandas de diversas Secretarias da Prefeitura Municipal de Mocajuba/PA. Contratante: Municipio De Mocajuba E Contratada: José Adriano Neves Benassuly - Epp, CNPJ/MF sob o n° 10.323.527/0001-00. Valor: R$ 19.950,00 (dezenove mil novecentos e cinquenta reais). Vigência: 12 (doze) meses. Fundamentação Legal: Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei 10.520/02. **Signatários Cosme Macedo Pereira e José Adriano Neves Benassuly: Assinatura: 08 de agosto de 2023.**

Protocolo: 984909

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA IPIXUNA

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO - PE 37/2023/PMNI - SRP

Município de NOVA IPIXUNA - PA, através da PREFEITURA MUNICIPAL, por intermédio do Pregoeiro, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará Licitação na modalidade Pregão na forma Eletrônica, tipo Menor Preço, por ITEM, Sistema de Registro de Preços - SRP, em Sessão Pública Eletrônica a partir das 10h00min (horário de Brasília- DF) do dia 25/09/2023, através do site: www.portaldecompraspublicas.com.br.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTES, EQUIPAMENTOS, MATERIAIS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA, PARA O ATENDIMENTO DAS DIVERSAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DE NOVA IPIXUNA - PA. O Edital e seus anexos encontram-se disponíveis no Portal da Transparência do Município de Nova Ipixuna - PA, Mural de licitações - TCM/PA, e-mail: cpl.pmni@gmail.com, no site do Portal de Compras Públicas e/ou na Sala da Comissão de Licitação, na RUA ANTÔNIO MARROCOS, N° 01, BAIRRO: FELICIDADE, a partir da publicação deste Aviso, no horário de expediente. Nova Ipixuna - PA, 11 de setembro de 2023. **REBSON FELIPE DOS SANTOS Portaria 120/2022 - GP Pregoeiro.**

Protocolo: 984910

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM
AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Ourém torna público o aviso de licitação: PREGÃO ELETRÔNICO do Tipo Menor Preço, nº 008/2023 PMO - SRP - Objeto: Registro de preço para eventual contratação de Empresa Especializada na Prestação dos Serviços de Locação de Software, para licenciamento de uso e suporte técnico de programa integrado de Gestão Escolar Publica, visando atenderas necessidades da Secretaria Municipal de Educação do Município de Ourém/PA, Data e local da abertura: 25 de setembro de 2023 às 09:00hs (horário oficial de Brasília/DF), no site http://www.bll.org.br. Edital e seus anexos estarão disponíveis no Site da Prefeitura www.ourem.pa.gov.br, http://www.bll.org.br e no Portal dos Jurisdicionados - TCM, Informações no e-mail: pregoespmourem@gmail.com. **Francisco Roberto Uchoa Cruz - Prefeito.**

Protocolo: 984911

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDON DO PARÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDON DO PARÁ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9/2023-040 FMS

Objeto: Registro de preços para eventual aquisição de insumos odontológicos, materiais permanentes e kits de higiene bucal para suprir a demanda de atendimento odontológico nas Unidades Básicas de Saúde da Familia e Ações de Escovação Bucal através do Fundo Municipal de Saúde de Rondon do Para conforme especificações do Anexo I - Termo de Referência. Abertura: 26/09/2023 às

09:00 horas (horário de Brasília-DF). Local: https://www.portaldecompraspublicas.com.br recebimento das propostas até às 08:59 horas do dia 26/09/2023. O edital e anexos encontram-se a disposição na Sala da CPL no horário das 08:00 às 14:00, nos sítios www.rondondopara.pa.gov.br / www.portaldecompraspublicas.com.br e https://www.tcm.pa.gov.br Informações: 94-992205-6538 ou cplrondondopara@yahoo.com.br **Rondon do Pará, 11 de Setembro de 2023 - Joana Darc P. S. Alencar - Pregoeira.**

Protocolo: 984924

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA IZABEL DO PARÁ

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 021.2023/PMSIP

OBJETO: Registro de Preços e escolha da proposta mais vantajosa para a Aquisição de massa asfáltica tipo Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ) com CAP 50/70 e Emulsão Asfáltica Catiônica RR-2C, para execução dos serviços de reparo, manutenção e pavimentação de vias no município de Santa Izabel do Pará, por um período de 12 (doze) meses; EMPRESA HOMOLOGADA: NOVA ERA MIX COMERCIO E SERVIÇOS LTDA, com CNPJ Nº 39.538.317/0001-11; Valor Global: R$ 12.041.250,00 (Doze milhões quarenta e um mil duzentos e cinquenta reais); Data da Homologação: 11/09/2023; **Ordenador: EVANDRO BARROS WATANABE, Prefeito Municipal de Santa Izabel do Pará.**

Rosinaldo Ferreira de Freitas
PREGOEIRO/CPL PMSIP

Protocolo: 984725

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO TAUÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO TAUÁ
EXTRATO DE CONTRATO
ORIGEM: CARTA CONVITE Nº 1/2023-2905001-CC-PMSAT

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA REFORMA E REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA NA COMUNIDADE SÃO RAIMUNDO DOS BORRALHOS NO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO TAUÁ.
CONTRATADA: M T LOCAÇÃO DE VEÍCULOS E SERVIÇOS LTDA -
CNPJ: 10.981.502/0001-02.
CONTRATO Nº 2306001-CC-PMSAT - R$ 225.853,38.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal Nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores.
DATA DE ASSINATURA: 23 de junho de 2023.

EVANDRO CORREA DA SILVA
Prefeito Municipal

Protocolo: 984926

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO CAPIM

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO CAPIM
AVISO DE ANULAÇÃO DE PREGÃO ELETRONICO Nº 00039/2023

O município de São Domingos do Capim/PA, com base no art. 49 da lei 8.666/93, através da Pregoeira, vem por meio desta, ANULAR o processo licitatório nº 00039/2023 que objetiva o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA, SECRETARIAS E FUNDOS MUNICIPAIS DE SÃO DOMINGOS DO CAPIM/PA. Com data do recebimento e abertura das propostas e documentos de habilitação para o dia 29/08/2023 às 14:00.

MARIA JOSÉ BASTOS DO AMARAL
PREGOEIRA
DATA 08/09/2023

Protocolo: 984929

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAMÁ

EXTRATO DO QUARTO TERMO
ADITIVO AO CONTRATO Nº: 20210200

ORIGEM: Adesão Nº A/2021-008; CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde; CONTRATADA(O): Biomédica Belém Dist. De Produtos Biomédicos Ltda; OBJETO: Aquisição de suprimentos para diversos setores do Centro de análises clínicas com o fornecimento de equipamentos autoanalisadores em comodato a fim de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de São Miguel do Guamá; VIGÊNCIA: 03 de julho de 2023 à 31de Dezembro de 2023.

Protocolo: 984933

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA SANTA

MUNICÍPIO DE TERRA SANTA - PA
PREGÃO ELETRONICO Nº 010/2023

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO REFERENTE À GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA A PREFEITURA E FUNDOS DO MUNICÍPIO DE TERRA SANTA. ABERTURA NO DIA 21/09/2023 AS 09:00 HS.. REGIME DE EXECUÇÃO INDIRETA POR PREÇO UNITÁRIO, CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM, HORÁRIO DE BRASÍLIA. LOCAL: www.gov.br/compras, OS EDITAIS E SEUS ANEXOS ENCONTRAM-SE DISPONÍVEIS NO SITE: www.gov.br/compras, QUALQUER ESCLARECIMENTO SOBRE O EDITAL SERÁ FEITO PELO ENDEREÇO ELETRÔNICO www.gov.br/compras.

ODAIR JOSE FARIAS ALBUQUERQUE
PREFEITO MUINCIPAL

Protocolo: 984934

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUARÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUARÁ
EXTRATO DE ANULAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE URUARÁ-Pará, publica anulação do Pregão Eletrônico -SRP 9/2023-00031, fundamentado no Art. 49, caput, e Súmula nº 473 do STF. Circulada no IOEPA, Nº 35.525, página 130, no dia 30 de agosto de 2023.

Protocolo: 984937

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DO XINGU

EXTRATO DE RETIFICAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO -

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº. 9/2023-041-PMVX, publicado no Diário Oficial do Estado, Edição nº 35.532, Página nº. 138 do dia 06/09/2023. OBJETO: Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos com fornecimento de peças; **Onde se ler** PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº. 9.2023-041-PMVX; **Leia-se:** PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº. 9.2023-039-PMVX; Vitória do Xingu/PA, 11/09/2023 - **Joaquim dos Santos Mendes - Pregoeiro.**

Protocolo: 984940

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

EXTRATO DE PRIMEIRO TERMO ADITIVO - TOMADA DE PREÇOS Nº. 2/2022-054-PMVX - PARTES: MUNICÍPIO DE VITÓRIA DO XINGU - CNPJ: 34.887.935/0001-53, alteração do Contrato Administrativo nº. 20220409; CONTRATADO: B R LIMA LTDA - CNPJ: 26.847.124/0001-09; OBJETO: Construção de 05 microssistemas de abastecimento de água localizados nas Comunidades Joa, São Francisco, Ramal dos Cocos, km 20 e Tuba Porto do Belo Monte, no município de Vitória do Xingu, neste Estado, conforme CONVÊNIO Nº 027/2022 - SEDOP/PA; FINALIDADE: Prorrogação de vigência por mais 12 (doze) meses, conforme o contrato, iniciando em 13/07/2023 a 13/07/2024 conforme permite o Art. 57, § 1º, Inciso VI, da Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores; Vitória do Xingu/PA, 13/07/2023 **- Márcio Viana Rocha - Prefeito Municipal.**

Protocolo: 984938

PARTICULARES

NORMA SILVA BATISTA

Torna público que recebeu da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Mocajuba-PA, através do Processo nº 13/2022, a seguinte licença: Licença de Atividade Rural nº 03/2022, para atividade Agricultura, plantio de ciclo curto, com validade até 17/07/2026, para a Fazenda Acapu, localizada na Rodovia PA 151- Pesqueiro, Mocajuba/PA.

NORMA SILVA BATISTA

Torna público que recebeu da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Mocajuba-PA, através do Processo nº 16/2022, a seguinte licença: Licença de Atividade Rural nº 06/2022, para atividade Agricultura, plantio de ciclo curto, com validade até 17/07/2026, para a Fazenda Bueno, localizada na margem direita da PA 151.

NORMA SILVA BATISTA

Torna público que recebeu da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Mocajuba-PA, através do Processo nº 16/2022, a seguinte licença: Licença de Atividade Rural nº 06/2022, para atividade Agricultura, plantio de ciclo curto, com validade até 17/07/2026, para a Fazenda Cristo Redentor, localizada na margem direita da PA 151.

NORMA SILVA BATISTA

Torna público que recebeu da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Mocajuba-PA, através do Processo nº 14/2022, a seguinte licença: Licença de Atividade Rural nº 16/2022, para atividade Agricultura, plantio de ciclo curto, com validade até 17/07/2026, para as Fazendas Laudemil Bueno/ fazenda Sabino, Localizada na Rodovia PA 151.

NORMA SILVA BATISTA

Torna público que recebeu da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Mocajuba-PA, através do Processo nº 39/2022, a seguinte licença: Licença de Atividade Rural nº 11/2022 e Processo nº 39/2022, para atividade Agricultura, plantio de ciclo curto, com validade até 24/10/2025, para a Fazenda Barradas e Fazenda Joãozinho, Localizada na zona Rural de Mocajuba.

NORMA SILVA BATISTA

Torna público que recebeu da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Mocajuba-PA, através do Processo nº 41/2022, a seguinte licença: Licença de Atividade Rural nº 13/2022 e Processo nº 41/2022, para atividade Agricultura, plantio de ciclo curto, com validade até 24/10/2025, para as Fazendas Janio II, Janio III e Janio IV, localizada próximo da vicinal Magalhães Barata, zona rural de Mocajuba.

TADEU RIBEIRO TENORIO

Torna público que recebeu da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Mocajuba-PA, através do Processo nº 38/2022, a seguinte licença: Licença de Atividade Rural nº 10/2022, para atividade Agricultura, plantio de ciclo curto, com validade até 24/10/2026, para a Fazenda Naly, Localizada próximo da Rodovia PA 151.

TADEU RIBEIRO TENORIO

Torna público que recebeu da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Mocajuba-PA, através do Processo nº 43/2022, a seguinte licença: Licença de Atividade Rural nº 15/2022, para atividade Agricultura, plantio de ciclo curto, com validade até 24/10/2026, para a Fazenda Janio I, Localizada próximo da Rodovia PA 151.

TADEU RIBEIRO TENORIO

Torna público que recebeu da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Mocajuba-PA, através do Processo nº 37/2022, a seguinte licença: Licença de Atividade Rural nº 09/2022, para atividade Agricultura, plantio de ciclo curto, com validade até 24/10/2025, para a Fazenda Igarapé Grande e Fazenda Carvalho, Localizadas próximo da Rodovia PA 151, zona rural de Mocajuba.

TADEU RIBEIRO TENORIO

Torna público que recebeu da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Mocajuba-PA, através do Processo nº 061/2023, a seguinte licença: Licença de Atividade Rural nº 01/2023, para atividade Agricultura, plantio de ciclo curto, com validade até 02/05/2024, para a Fazenda Jane, localizada na vicinal Magalhães Barata 7km, zona rural de Mocajuba.

TADEU RIBEIRO TENORIO

Torna público que recebeu da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Mocajuba-PA, através do Processo nº 055/2022, a seguinte licença: Licença de Atividade Rural nº 21/2022, para atividade Agricultura, plantio de ciclo curto, com validade até 21/11/2023, para a Fazenda Maia, localizada na PA 151, km2 sentido Mocajuba/Baião.

JOSÉ SEBASTIÃO SOARES

Torna público que recebeu da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Mocajuba-PA, através do Processo nº 40/2022, a seguinte licença: Licença de Atividade Rural nº 12/2022 e Processo nº 40/2022, para atividade Agricultura, plantio de ciclo curto, com validade até 24/10/2025, para a Fazenda Água Clara, Localizada próximo da Rodovia PA 151, zona rural de Mocajuba.

Protocolo: 984945

FAZENDA CONQUISTA
HILDENES RIBEIRO DE ALMEIDA
CPF: 004.325.302-40

Localizado na Rod. PA-263, Vicinal do Km 40, Km 06, Zona Rural, torna público que está requerendo junto a SEMASA / Breu Branco - PA, a Licença de Atividade Rural para a atividade de Criação de Bovinos e Cultura de Ciclo Curto.

Protocolo: 984942

OSVALDO RODRIGUES BRAZ
CPF 088877051-00

Proprietário do imóvel denominado **FAZENDA FELICIDADE I/CHAPADÃO, IE 15458176-3,** situada na Zona Rural de Anapú/PA. Torna público que recebeu da SEMAS/PA a LAR 14.322/2023 sob o protocolo nº 20.719/2023.

Protocolo: 984947

FAZENDA JOAIMA, LAURA BUENO CORREA
CPF: 710.231.602-00

Torna público que requereu a SEMMA/Paragominas renovação da LAR sob nº 084/2018 para atividade de criação de bovinos e cultura de ciclo curto em Paragominas/PA.

Protocolo: 984825

EMPRESARIAL

CÂMARA MUNICIPAL DE MOJU/PA
EXTRATOS DE CONTRATOS
PARTES: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE MOJU/PA
ORIGEM: PREGÃO ELETRÔNICO 007/2023

OBJETO: Contratação de Empresa para a Prestação de Serviços de Manutenção, Limpeza, Correção e Prevenção das Centrais de Ar e Ar-Condicionado, com reposição de peças, a fim de atender as Demandas da Câmara Municipal de Vereadores de Moju/PA.

EMPRESAS/NÚMEROS E VALORES DOS CONTRATOS: CUNHA & OLIVEIRA TRANSPORTE E INFRAESTRUTURA LTDA-EPP, CNPJ: 34.684.500/0001-01, Contrato 07.01/2023-SRP-CMM, valor global R$ 12.942,00; **TÉCNO REFRIGERAÇÃO-ME,** CNPJ: 30.406.514/0001-02, Contrato 007.02/2023-SRP-CMM, valor global R$ 75.120,00.

PRAZO DA VIGÊNCIA: 30/05/2023 a 31/12/2023.
PARTES: Câmara Municipal de Vereadores de Moju/Pa.
ORIGEM: Pregão Eletrônico 010/2023

OBJETO: contratação de empresa para o fornecimento de material gráfico e malharia, a fim de atender as necessidades da Câmara Municipal de Vereadores de Moju/Pa.

EMPRESAS/NÚMEROS E VALORES DOS CONTRATOS: GRÁFICA E EDITORA NASCIMENTO LTDA-ME, CNPJ: 01.242.194/0001-02, Contrato 010.01/2023-SRP-CMM, valor global R$ 126.790,00; **H DE F PIRES SERVIÇOS EIREL-EPP,** CNPJ: 18.655.861/0001-73, Contrato 010.02/2023-SRP-CMM, valor global R$ 20.997,00 e V2 **COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - EPP,** CNPJ: 40.099.275/0001-49, Contrato 010.03/2023-SRP-CMM, valor global R$ 31.140,00.

PRAZO DA VIGÊNCIA: 30/05/2023 a 31/12/2023.

RAIMUNDO EDSON DUARTE MALCHER
Presidente da Câmara

Protocolo: 984829

CONDOMINIO PORTO MARINA RESIDENCE
Inscrito no CNPJ nº 42.671.744/0001-88

Situada no endereço Quinta Garmita Maguari, N° S/N, Bairro: Centro, CEP 67030-370, torna público que está REQUERENDO à Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMA a Licença de Operação para atividade de Estação de Tratamento de Esgoto - ETE, através do requerimento de n° R70223.

Protocolo: 984828

A GUAMÁ TRATAMENTO DE RESÍDUOS LTDA

Torna público que requereu, via portal, da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMAS/PA no dia 17/05/2023 e recebeu no dia 31/08/2023 a Outorga nº 6912/2023 processo nº 15099/2023 com validade até o dia 29/08/2028, na qual , autoriza a vazão de diluição de 7,5 m³/h no corpo receptor Igarapé Pau Grande do efluente tratado da Estação de Tratamento de Efluente, a qual, faz parte da Central de Tratamento e Processamento de Resíduos Sólidos Classe II - CPTR Marituba, localizado na travessa da Paz, s/n, km 04 da Alça Viária, bairro Santa Lúcia I, CEP 67.200-000, no município de Marituba, Estado do Pará. Conforme os dispositivos legais constantes na Resolução Conama nº 6 de 24/01/1986.

Protocolo: 984819

RODOVIVA TRANSPORTES LTDA - RODOVIVA TRANSPORTES
Inscrito no CNPJ nº 12.765.131/0018-97

Localizado na Rod. Br. 163, Km 1101, S/N, Gleba Curuá, Zona Rural, Novo Progresso/PA, torna público que solicitou alteração de razão social junto a SEMMA/NP na L.O Nº 026/2020, com Processo de alteração protocolo N° 780/2022.

Protocolo: 984821

A GUAMÁ TRATAMENTO DE RESÍDUOS LTDA

Torna público que requereu, via portal, da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMAS/PA no dia 05/09/2023 a Licença de Instalação, para a instalação das obras de nova configuração do maciço sanitário do Complexo de Tratamento e Processamento de Resíduos Sólidos Classe II - CPTR Marituba, localizado na travessa da Paz, s/n, km 04 da Alça Viária, bairro Santa Lúcia I, CEP 67.200-000, no município de Marituba, Estado do Pará. Conforme os dispositivos legais constantes na Resolução Conama nº 6 de 24/01/1986.

Protocolo: 984818

CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DO PARÁ
EDITAL N.º 06/2023

O Presidente da Comissão Eleitoral do Conselho Regional de Odontologia do Pará, faz saber que o Plenário do CRO/PA decidiu inscrever a chapa n.º 01 a qual, em consequência, concorrerá à eleição para a renovação do corpo dirigente do CRO/PA, convocada através do Edital n.º 03/2023, publicado no D.O.E. de 03/07/2023. A eleição será realizada a partir da 00h00 do dia 06/10/2023 até às 23h59 do dia 06/10/2023. A participação é obrigatória para todos os cirurgiões-dentistas com direito a voto. A modalidade da eleição será on-line, resguardado o direito ao voto por correspondência nos termos da Lei. O Edital completo, contendo inclusive os endereços onde serão instaladas mesas eleitorais, encontra-se afixado na sede do Conselho Regional de Odontologia do Pará.

Belém, 08 de setembro de 2023.

THEODORICO DE ALMEIDA NUNES NETO
Presidente da Comissão Eleitoral Do CRO/PA

Protocolo: 984842

POSTO PIT STOP INDEPENDENCIA LTDA
CNPJ: 20.547.974/0001-05

Torna público que recebeu da SEMA a LO- Nº L59323/23 para Posto Revendedor de Combustível em Ananindeua/PA.

Protocolo: 984840

TRANSPORTES BERTOLINI LTDA

Torna público que requereu junto a SEMMA/STM, Licença de Operação - LO, sob o processo 2023.LO.0001011, para atividade de Terminal Logístico De Cargas Gerais, em Santarém/PA.

Protocolo: 984837

AUTO POSTO ITINGA II LTDA - AUTO POSTO DOM ELISEU
CNPJ: 01.286.739/0001-74

Torna público que recebeu da SEMAS/PA (Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará) a sua Licença de Operação LO Nº.: 14357/2023, validade até: 04/09/2028 (Processo Nº.: 2022/0000039634) para a atividade de Posto Revendedor, Posto Flutuante, Posto de Abastecimento, Posto Varejista de Querosene e Gasolina de Aviação (CAM 180 - Porte: B-III) localizado na Rodovia BR 010 S/Nº KM 17 Bairro: Zona Rural em Dom Eliseu-PA.

Protocolo: 984833

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 001/2023-SRP, tipo menor preço por lote, que tem como objeto a contratação de Empresa Especializada em aquisição de Gêneros Alimentícios, Material de Higiene, Limpeza, Copa e Cozinha e Expediente, a fim de atender as necessidades da **Câmara Municipal de São João de Pirabas.** Dia 22/09/2023, às 10:00hs. Informações: E-mail: camaradesaojoaodepirabas.cpl@gmail.com. Edital: https://www.tcm.pa.gov.br, https://cmsjpirabas.pa.gov.br/, https://www. portaldecompraspublicas.com.br/.

São João de Pirabas/PA, 06 de setembro de 2023.

Antonio Oliveira Costa
Presidente da Câmara

Protocolo: 984834

CONCESSÃO LICENÇA AMBIENTAL
DE ATIVIDADE RURAL - LAR
MARCELO EDUARDO GUANDALINI - FAZENDA ARCO ÍRIS
Com CPF: 196.379.798-16

Torna público que recebeu da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Abaetetuba-PA, a LICENÇA AMBIENTAL RURAL - LAR para CRIAÇÃO DE BOVINOS, com o endereço RODOVIA PA 151, KM 14, S/N, ZONA RURAL, CEP 68440-000, ABAETETUBA/PA, através do processo Nº 391/2023, LAR nº 011/2023.

Protocolo: 984814

A GUAMÁ TRATAMENTO DE RESÍDUOS LTDA

Torna público que recebeu, via portal, da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMAS/PA no dia 31/07/2023 a prorrogação da Licença de Operação nº 13640/2022 processo nº 8892/2020 com validade até o dia 29/11/2023, na qual , autoriza a operação da Etapa 2B (fase 1, fase 2 e fase 3), alteamento 4B, Lagoa de Contigência 1 e 2, Balança rodoviária, Sistema de abastecimento de combustíveis aéreo (15 m³), Complexo Administrativo, Osmoses Reversas, Galpão de Máquinas e triagem que fazem parte do Complexo de Tratamento e Processamento de Resíduos Sólidos Classe II - CPTR Marituba, com potência total de 2000 kW, localizado na travessa da Paz, s/n, km 04 da Alça Viária, bairro Santa Lúcia I, CEP 67.200-000, no município de Marituba, Estado do Pará. Conforme os dispositivos legais constantes na Resolução Conama nº 6 de 24/01/1986.

Protocolo: 984815

A GUAMÁ TRATAMENTO DE RESÍDUOS LTDA

Torna público que requereu, via portal, da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMAS/PA no dia 01/09/2023 e recebeu no dia 04/09/2023 a Licença de Operação nº 14348/2023 processo nº 40857/2023 com validade até o dia 29/11/2023, na qual , autoriza a operação do flanco Norte (Etapas 3A, 3B1 e 3B2) que fazem parte da Central de Tratamento e Processamento de Resíduos Sólidos Classe II - CPTR Marituba, para dar sequência ao recebimento de resíduos sólidos da Região Metropolitana de Belém - RMB municípios de Belém, Ananindeua e Marituba, localizado na travessa da Paz, s/n, km 04 da Alça Viária, bairro Santa Lúcia I, CEP 67.200-000, no município de Marituba, Estado do Pará. Conforme os dispositivos legais constantes na Resolução Conama nº 6 de 24/01/1986.

Protocolo: 984816

EQUATORIAL PARÁ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
LICENÇA AMBIENTAL
COMUNICADO

A Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A., torna público que recebeu da Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMMA de Itaituba-PA, a Licença Prévia (LP), a Licença de Instalação (LI), e a Autorização de Supressão Vegetal (ASV) para as Redes de Distribuição Rural de Energia - RDR: ESTRADA TRANSGARIMPEIRA - COMUNIDADE BOA ESPERANÇA (ID.440044318); de tensão nominal 34,5 KV, localizadas na área rural do Município de Itaituba, no Estado do Pará.

Protocolo: 984914

EQUATORIAL PARÁ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
LICENÇA AMBIENTAL
COMUNICADO

A Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A., torna público que requereu da Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMMA de Santarém-PA, a Licença Prévia (LP), a Licença de Instalação (LI), e a Autorização de Supressão Vegetal (ASV) para a Rede de Distribuição Rural de Energia - RDR: PROJETO: ID. 440044609 - COMUNIDADE SÃO MACARI, de tensão nominal 34,5 KV, localizadas na área rural do Município de Santarém, no Estado do Pará.

Protocolo: 984916

EQUATORIAL PARÁ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
LICENÇA AMBIENTAL
COMUNICADO

A Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A., torna público que recebeu da Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMMA de Itaituba-PA, a Licença Prévia (LP), a Licença de Instalação (LI), e a Autorização de Supressão Vegetal (ASV) para as Redes de Distribuição Rural de Energia - RDR: RODOVIA TRANSGARIMPEIRO / CREPURIZINHO PARTE 17 (ID.440044320), de tensão nominal 34,5 KV, localizadas na área rural do Município de Itaituba, no Estado do Pará.

Protocolo: 984912

EQUATORIAL PARÁ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
LICENÇA AMBIENTAL
COMUNICADO

A Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A., torna público que recebeu da Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMMA de Itaituba-PA, a Licença Prévia (LP), a Licença de Instalação (LI), e a Autorização de Supressão Vegetal (ASV) para as Redes de Distribuição Rural de Energia - RDR: CREPURIZÃO E ÁGUA BRANCA PARTE 23 (ID.440044348); de tensão nominal 34,5 KV, localizadas na área rural do Município de Itaituba, no Estado do Pará.

Protocolo: 984907

EQUATORIAL PARÁ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
LICENÇA AMBIENTAL
COMUNICADO

A Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A., torna público que recebeu da Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMMA de Itaituba-PA, a Licença Prévia (LP), a Licença de Instalação (LI), e a Autorização de Supressão Vegetal (ASV) para a Rede de Distribuição Rural de Energia - RDR: ESTRADA DO PRATA PARTE 4 (ID.440047445), de tensão nominal 34,5 KV, localizadas na área rural do Município de Itaituba, no Estado do Pará.

Protocolo: 984894

EQUATORIAL PARÁ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
LICENÇA AMBIENTAL
COMUNICADO

A Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A., torna público que recebeu da Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMMA de Itaituba-PA, a Licença Prévia (LP), a Licença de Instalação (LI), e a Autorização de Supressão Vegetal (ASV) para a Rede de Distribuição Rural de Energia - RDR: VICINAL PISTA DO MEIO PARTE 2 (ID.440047428), de tensão nominal 34,5 KV, localizadas na área rural do Município de Itaituba, no Estado do Pará.

Protocolo: 984898

EQUATORIAL PARÁ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
LICENÇA AMBIENTAL
COMUNICADO

A Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A., torna público que recebeu da Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMMA de Itaituba-PA, a Licença Prévia (LP), a Licença de Instalação (LI), e a Autorização de Supressão Vegetal (ASV) para a Rede de Distribuição Rural de Energia - RDR: RAMAL DO GARIMPO DA ÁGUA BRANCA (ID. 440044316), de tensão nominal 34,5 KV, localizadas na área rural do Município de Itaituba, no Estado do Pará.

Protocolo: 984881

EQUATORIAL PARÁ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
LICENÇA AMBIENTAL
COMUNICADO

A Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A., torna público que recebeu da Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMMA de Prainha-PA, a Licença Prévia (LP), a Licença de Instalação (LI), e a Autorização de Supressão Vegetal (ASV) para a Rede de Distribuição Rural de Energia - RDR: PROJETO: ID. 440056263 - RAMAL PAI MATEUS E PATAUÁ, de tensão nominal 34,5 KV, localizada na área rural do Município de Prainha, no Estado do Pará.

Protocolo: 984883

EQUATORIAL PARÁ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
LICENÇA AMBIENTAL
COMUNICADO

A Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A., torna público que recebeu da Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMMA de Itaituba-PA, a Licença Prévia (LP), a Licença de Instalação (LI), e a Autorização de Supressão Vegetal (ASV) para as Redes de Distribuição Rural de Energia - RDR: COMUNIDADE INVASÃO VELHA PARTE 2 (ID.440047388), de tensão nominal 34,5 KV, localizadas na área rural do Município de Itaituba, no Estado do Pará.

Protocolo: 984904

EQUATORIAL PARÁ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
LICENÇA AMBIENTAL
COMUNICADO

A Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A., torna público que recebeu da Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMMA de Itaituba-PA, a Licença Prévia (LP), a Licença de Instalação (LI), e a Autorização de Supressão Vegetal (ASV) para as Redes de Distribuição Rural de Energia - RDR: VICINAL PISTA DO MEIO PARTE 1 (ID.440047426), de tensão nominal 34,5 KV, localizadas na área rural do Município de Itaituba, no Estado do Pará.

Protocolo: 984901

EQUATORIAL PARÁ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
LICENÇA AMBIENTAL
COMUNICADO

A Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A., torna público que recebeu da Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMMA de Trairão-PA, a Licença Prévia (LP), a Licença de Instalação (LI), e a Autorização de Supressão Vegetal (ASV) para as Redes de Distribuição Rural de Energia - RDR: PROJETO: ID. 430060671 - AREIA I, 81, 68198-000, AREIA I, TRAIRÃO / PRISCILA CRISTIANE DE OLIVEIRA, de tensão nominal 34,5 KV, localizadas na área rural do Município de Trairão, no Estado do Pará.

Protocolo: 984884

EQUATORIAL PARÁ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
LICENÇA AMBIENTAL
COMUNICADO

A Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A., torna público que requereu da Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMMA de Santarém-PA, a Licença Prévia (LP), a Licença de Instalação (LI), e a Autorização de Supressão Vegetal (ASV) para a Rede de Distribuição Rural de Energia - RDR: PROJETO: ID. 440044569 - COMUNIDADE TERRA PRETA DAS VIÁRIAS, SANTARÉM, de tensão nominal 34,5 KV, localizadas na área rural do Município de Santarém, no Estado do Pará.

Protocolo: 984886

EQUATORIAL PARÁ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
LICENÇA AMBIENTAL
COMUNICADO

A Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A., torna público que requereu da Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMMA de Santarém-PA, a Licença Prévia (LP), a Licença de Instalação (LI), e a Autorização de Supressão Vegetal (ASV) para a Rede de Distribuição Rural de Energia - RDR: PROJETO: ID. 440044568 - ESTRADA LAGO GRANDE, SANTARÉM, de tensão nominal 34,5 KV, localizadas na área rural do Município de Santarém, no Estado do Pará.

Protocolo: 984887

EQUATORIAL PARÁ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
LICENÇA AMBIENTAL
COMUNICADO

A Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A., torna público que requereu da Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMMA de Santarém-PA, a Licença Prévia (LP), a Licença de Instalação (LI), e a Autorização de Supressão Vegetal (ASV) para a Rede de Distribuição Rural de Energia - RDR: PROJETO: ID. 440044602 - VILA ARAPIUNS, de tensão nominal 34,5 KV, localizadas na área rural do Município de Santarém, no Estado do Pará.

Protocolo: 984888

EQUATORIAL PARÁ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
LICENÇA AMBIENTAL
COMUNICADO

A Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A., torna público que recebeu da Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMMA de Itaituba-PA, a Licença Prévia (LP), a Licença de Instalação (LI), e a Autorização de Supressão Vegetal (ASV) para a Rede de Distribuição Rural de Energia - RDR: ESTRADA DO PRATA PARTE 6 (ID.440047448), de tensão nominal 34,5 KV, localizadas na área rural do Município de Itaituba, no Estado do Pará.

Protocolo: 984889

EQUATORIAL PARÁ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
LICENÇA AMBIENTAL
COMUNICADO

A Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A., torna público que recebeu da Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMMA de Itaituba-PA, a Licença Prévia (LP), a Licença de Instalação (LI), e a Autorização de Supressão Vegetal (ASV) para a Rede de Distribuição Rural de Energia - RDR: ESTRADA DO PRATA PARTE 2 (ID.440047443), de tensão nominal 34,5 KV, localizadas na área rural do Município de Itaituba, no Estado do Pará.

Protocolo: 984891

EQUATORIAL PARÁ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
LICENÇA AMBIENTAL
COMUNICADO

A Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A., torna público que requereu da Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMMA de Santarém-PA, a Licença Prévia (LP), a Licença de Instalação (LI), e a Autorização de Supressão Vegetal (ASV) para a Rede de Distribuição Rural de Energia - RDR: DO TAPERA VELHA, 15, 68100-000, RURAL / JORGE LOPES IMBIRIBA / ELIAS PASCOAL VIEIRA/ RAIMUNDO NONATO ALMEIDA VALTER / SONIA ANDERSON RODRIGUES SILVA / JACKELINNE DOS SANTOS SILVA / MARCELO SILVA VIEIRA (ID.430055736) de tensão nominal 34,5 KV, localizada na área rural do Município de Santarém, no Estado do Pará.

Protocolo: 984876

EQUATORIAL PARÁ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
LICENÇA AMBIENTAL
COMUNICADO

A Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A., torna público que requereu da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMAS/PA, a Licença Prévia (LP), a Licença de Instalação (LI), e a Autorização de Supressão Vegetal (ASV), Afugentamento, Coleta e Resgate de Fauna - (AU), através do processo nº 2022/17749, no dia 31/05/2022, para o Sistema Elétrico, Tensão Nominal 69 kV, para a obra: 1. LD 69 KV SANTO ANTÔNIO - SENADOR JOSÉ PORFÍRIO, localizada nos municípios de Anapu, Senador José Porfirio e Portel no Estado do Pará.

Protocolo: 984877

EQUATORIAL PARÁ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
LICENÇA AMBIENTAL
COMUNICADO

A Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A., torna público que requereu da Secretaria Municipal de Meio Ambiente do Município de Curionópolis, as Licenças Ambientais para a construção da Rede de Distribuição de Energia Elétrica - RDR 34,5 kV, para as obras 1. Projeto ID. 430050473 - Jurunas, S/N, 68523-000, Morumbi, Curionópolis / Cleyson Soares Viana, localizada no Município de Curionópolis, no Estado do Pará.

Protocolo: 984869

EQUATORIAL PARÁ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
LICENÇA AMBIENTAL
COMUNICADO

A Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A., torna público que requereu da Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMMA de Santarém-PA, a Licença Prévia (LP), a Licença de Instalação (LI), e a Autorização de Supressão Vegetal (ASV) para a Rede de Distribuição Rural de Energia - RDR: SÃO BRAZ, S/N, 68100-000, SANTARÉM, SANTARÉM / MARCIA ALESSANDRA MACHADO BATISTA (ID.430055958) de tensão nominal 34,5 KV, localizada na área rural do Município de Santarém, no Estado do Pará.

Protocolo: 984875

EQUATORIAL PARÁ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
LICENÇA AMBIENTAL
COMUNICADO

A Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A., torna público que requereu da Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMMA de Santarém-PA, a Licença Prévia (LP), a Licença de Instalação (LI), e a Autorização de Supressão Vegetal (ASV) para a Rede de Distribuição Rural de Energia - RDR: DO IRURAMA, 13, 68100-000, SANTARÉM, SANTARÉM / MANUEL FILETO CORREA PICANCO / TEREZA DO CARMO BENTES VASCONCELOS (ID.430055996), de tensão nominal 34,5 KV, localizada na área rural do Município de Santarém, no Estado do Pará.

Protocolo: 984873

A Empresa MAGALHAES CONCRETO LTDA
Inscrita no CNPJ nº 28.730.151/0003-86

Situada no endereço na Alameda Moça Bonita, nº 380, bairro Guanabara, CEP 67010-190, estabelecida no município de Ananindeua-PA, torna público que está REQUERENDO à Secretária Municipal de Meio Ambiente de Ananindeua - SEMA a Licença de Instalação e Licença Previa para a atividade de Preparação de Massa de Concreto e Argamassa para Construção Civil, através do Protocolo de nº R70123.

Protocolo: 984861

D MACEDO SORVETES LTDA
CNPJ: 51171177/0001-91

Localizado a Travessa Cateto N° 7°, Conquista, torna público que requereu junto a SEMASA Breu Branco a Licença de Operação para a Atividade de Beneficiamento de Leite e Industrialização de Leite e Derivados.

Protocolo: 984863

AVISO DE LICITAÇÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAGOMINAS-CMP
PREGÃO ELETRÔNICO - SRP Nº 009/2023 - CMP

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual contratação de pessoa jurídica visando o fornecimento de peças e pneus, e a execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos veículos da câmara municipal de Paragominas/PA, dia 25/09/2023 às 09:00hs, no site www.portaldecompraspublicas.com.br, critério de julgamento Menor Preço Por Lote. O Edital completo e seus anexos está disponível no site: camaraparagominas.pa.gov.br e no site TCM/PA https://www.tcm.pa.gov.br/mural-de-licitacoes/. **Fábio de Sousa Araújo, Pregoeiro.**

Protocolo: 984859

CAMARA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DAS BARREIRAS - PA
AVISO DE LICITAÇÃO

A Pregoeira da Câmara Municipal de Santa Maria das Barreiras - PA, nomeada através do ATO DA MESA DIRETORA Nº04, (02/01/2023), avisa aos interessados que realizará licitações no seguinte endereço: Av. Presidente Getúlio Vargas, nº 2065 - centro - Santa Maria das Barreiras - PA, CEP: 68.565-000, na modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2023. No dia 02 de outubro de 2023, às 10:00 horas. Objeto: Locação de veículo para serem utilizados na execução das atividades Câmara Municipal de Santa Maria das Barreiras - PA. Cópias dos Editais serão obtidas através do e-mail casadeleissmb@gmail.com ou ainda na sala da Comissão de Licitação, no endereço acima. Santa Maria das Barreiras - PA, 11 de Setembro de 2023.

Deusivalda Rodrigues do Nascimento
Pregoeira

Protocolo: 984850

CONCESSÃO DE LICENÇA
POSTO A S COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA
CNPJ Nº 39.619.391/0001-62

Situada no endereço Av. José Bonifácio, nº 3070 - Guamá - Belém torna público que recebeu a Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Belém - SEMMA, através do processo nº3185/2021 a Licença Ambiental Municipal nº 153/2023, PORTE B-III com validade ate 10/08/2027 para atividade de COMERCIO VAREJISTA DE COMBUSTIVEIS PARA VEICULOS AUTOMOTORES, LUBRIFICANTES E GLP.

Protocolo: 984851

CRAS AGROINDUSTRIA LTDA

Localizada no Distrito Industrial de Icoaraci, Quadra 04, Lote 25, setor B, Icoaraci, Belém-PA, CEP: 66815-555, inscrita no CNPJ sob o nº 14.777.639/0007-88, torna público que recebeu da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMAS-PA, a Licença de Operação nº 14327/2023 válida até 04/09/2028 e Licença de Instalação nº 3407/2023 válida até 05/09/2024 que autoriza a atividade de instalação portuária dentro e fora do porto organizado e terminal de uso privado somente para cargas não perigosas protocolada sob o processo nº2052/2023.

Protocolo: 984852

A Empresa MAGALHAES CONCRETO LTDA
Inscrita no CNPJ nº 28.730.151/0003-86

Situada no endereço na Alameda Moça Bonita, nº 380, bairro Guanabara, CEP 67010-190, estabelecida no município de Ananindeua-PA, torna público que está REQUERENDO à Secretária Municipal de Meio Ambiente de Ananindeua - SEMA a Licença de Operação para a atividade de Preparação de Massa de Concreto e Argamassa para Construção Civil, através do Protocolo de nº R71223.

Protocolo: 984854

CÂMARA MUNICIPAL DE QUATIPURU-PA
EXTRATO DE TERMO INEXIGIBILIDADE

INEXIGIBILIDADE Nº 005/2023, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 210801/2023. Espécie: EXTRATO DE CONTRATO nº 2023090601 - Valor Global R$ 60.000,00 Contratante: CÂMARA MUNICIPAL QUATIPURU, CNPJ-MF, Nº 01.612.361/0001-51 - Contratado: VF CONSULTORIA LTDA, CNPJ Nº 50.137.674/0001-00, Objetivo: Contratação de Pessoa Jurídica para Prestação de Serviços Técnicos Especializados de Assessoria e Consultoria em Gestão Pública Aplicada Ao Setor Público em Processos Licitatórios, Alimentação no Mural dos Jurisdicionados do Tribunal de Contas dos Municípios (TCM), Destinada a Câmara de Vereadores do Município de Quatipuru. Durante o exercício de 2023/2024. Vigência: 06/09/2023 a 06/09/2024, assinatura 06 de setembro de 2023.

Quatipuru, em 06 de setembro de 2023
ORLANDONJULIO DA SILVA
CPF nº 048.498.502-78
Presidente da Câmara

Protocolo: 984855

CÂMARA MUNICIPAL DE QUATIPURU-PA
RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE
INEXIGIBILIDADE Nº 005/2023

Espécie: RATIFICAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 210801/2023. O Ordenador de Despesas da CÂMARA MUNICIPAL DE QUATIPURU, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o que determina o art. 26 da Lei nº 8.666/93, e considerando o que consta do processo administrativo que trata da contratação da VF CONSULTORIA LTDA, CNPJ Nº 50.137.674/0001-00, vem RATIFICAR a declaração de inexigibilidade de licitação para a contratação da referida empresa, determinando que se proceda a publicação do devido extrato.

Quatipuru, em 30 de agosto de 2023
ORLANDONJULIO DA SILVA
CPF nº 048.498.502-78
Presidente da Câmara

Protocolo: 984857

FAZENDA SÃO SEBASTIÃO - DAMIÃO VIEIRA DE MACEDO
CPF: 053.408.962-34

Localizado na Vicinal Sapucaia, Km 08, Zona Rural, torna público que está requerendo junto a SEMASA / Breu Branco - PA, a Licença de Atividade Rural para a atividade de Criação de Bovinos e Cultura de Ciclo Curto.

Protocolo: 984950

ALUNORTE - ALUMINA DO NORTE DO BRASIL S.A.
COMUNICADO

A Alunorte - Alumina do Norte do Brasil S.A (05.848.387/0003-16) torna público que requereu à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Estado do Pará (SEMAS-PA), a renovação da Licença de Operação nº 12817/2021 que autoriza a operação do Filtro Prensa e da Licença de Instalação nº 3231/2021 do Projeto denominado Fuel Switch, localizada no município de Barcarena - PA.

Protocolo: 984935

MAAAPORTES IND COM IMP E EXPORTAÇÃO LTDA
CNPJ51.670.301/0001-63

Torna público que requer junto a SEMAS - PA, pedido de licença de operação para atividade de indústria madeireira Porte AIII, processo protocolado sob o nº0017702023

Protocolo: 984934

CAMÂRA MUNICIPAL DE MARACANÃ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 01/2023

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL CONFECÇÃO DE MATERIAL GRÁFICO. SESSÃO PÚBLICA: 22/09/2023 às 10:00h, horário de Brasília. Edital disponível em: www.portaldecompraspublicas.com.br. Informações e-mail: camaramunicipaldemaracana@gmail.com.

JOÃO PAULO RAIL TEIXEIRA
Pregoeiro

Protocolo: 984932

EQUATORIAL PARÁ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
LICENÇA AMBIENTAL
COMUNICADO

A Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A., torna público que recebeu da Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMMA de Santarém-PA, a Licença Prévia (LP), a Licença de Instalação (LI), e a Autorização de Supressão Vegetal (ASV) renovadas para a Rede de Distribuição Rural de Energia - RDR: VILA TAPARÁ, de tensão nominal 34,5 KV, localizada na área rural do Município de Santarém, no Estado do Pará.

Protocolo: 984926

EQUATORIAL PARÁ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
LICENÇA AMBIENTAL
COMUNICADO

A Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A., torna público que requereu da Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMMA de Oriximiná-PA, a Licença Prévia (LP), a Licença de Instalação (LI), e a Autorização de Supressão Vegetal (ASV) para a Rede de Distribuição Rural de Energia - RDR: PROJETO: ID. 430057101 - RAMAL BIBI JUDEU / FRANCISCO GATO BARBOSA (ID.430057101), de tensão nominal 34,5 KV, localizadas na área rural do Município de Oriximiná, no Estado do Pará.

Protocolo: 984928

EQUATORIAL PARÁ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
LICENÇA AMBIENTAL
COMUNICADO

A Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A., torna público que recebeu da Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMMA de Santarém-PA, a Licença Prévia (LP), a Licença de Instalação (LI), e a Autorização de Supressão Vegetal (ASV) renovadas para a Rede de Distribuição Rural de Energia - RDR: VILA ARITAPERA, de tensão nominal 34,5 KV, localizada na área rural do Município de Santarém, no Estado do Pará.

Protocolo: 984925

EQUATORIAL PARÁ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
LICENÇA AMBIENTAL
COMUNICADO

A Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A., torna público que requereu da Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMMA de Santarém-PA, a Licença Prévia (LP), a Licença de Instalação (LI), e a Autorização de Supressão Vegetal (ASV) para a Rede de Distribuição Rural de Energia - RDR: PROJETO: ID. 440044684 - PRAIA DE CUIPIRANGA, de tensão nominal 34,5 KV, localizadas na área rural do Município de Santarém, no Estado do Pará.

Protocolo: 984923

SINDICATO DOS ENFERMEIROS
DO ESTADO DO PARA – SENPA
EDITAL DE DIVULGAÇÃO

A Comissão Eleitoral, responsável pela condução da Eleição do Sindicato dos Enfermeiros do Estado do Pará, 2023/2027, DIVULGA que não houve interposição de recurso da chapa eleita, encontrando-se APTA para o exercício do mandato 2023/2027, qual seja, **"ENFERMAGEM NA LUTA DO PISO SALARIAL",** com a seguinte composição: Presidente – Antonia Trindade Valente dos Santos; Vice-Presidente – Marilea Moraes Silva; Secretário Geral - Titular – Edna do Socorro Pantoja Santos; Secretario Geral - Suplente – Maria Helena Ferreira Vasconcelos; Diretor Administrativo e Financeiro – Titular – André Luis Queiroz; Diretor Administrativo e Financeiro – Suplente – Clarice Lacerda da Costa; Diretor de Assuntos Jurídicos e Relações Sindicais – Titular – Marcia Furtado Barreto; Diretor de Assuntos Jurídicos e Relações Sindicais – Suplente: Renilde Conceição Marvão; Diretor de Politicas Sociais, Organização e Formação Sindical – Titular: Odete Barbosa Vieira; Diretor de Politicas Sociais, Organização e Formação Sindical – Suplente: Maria Eunice Pereira Costa; Diretor de Comunicação e Imprensa: Titular: Lucimere Feitosa da Silva; Diretor de Comunicação e Imprensa: Suplente: Gilvanira da Silva Nogueira; Diretor de Cultura e Lazer - Titular: Rosane Ferreira de Albuquerque Araújo; Diretor de Cultura e Lazer – Suplente: Averlaque Pereira Gomes; Conselho Fiscal: Membros Titulares: Lucia de Fátima Dias Trindade; Alzinei Simor; Maria Janete Nahum Gomes; Conselho Fiscal: Membros Suplentes: Fabricio Farias Barra; Charley da Silva e Silva; Liliana Ramos Cavalcante. Belém, 12 de setembro de 2023. **Presidente da Comissão Eleitoral Sra Ana Suely Vasconcelos Pontes, Coren/PA 26515.**

Protocolo: 984976

IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO
GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE

Documento assinado digitalmente com certificado digital emitido sob a Infraestrutura de Chaves Públicas - ICP-Brasil, instituída através de medida provisória nº. 2.200-2. Autoridade Certificadora emissora: AC Imprensa Oficial SP. A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO PARÁ garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.ioepa.com.br,
terça-feira, 12 de setembro de 2023 às 07:20:46.